



Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)

Manuel Pimenta Morgado Baiôa

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em História Contemporânea

ORIENTADORES:
Prof. Dr. Hélder Adegar Fonseca
Prof. Dr. Nuno Severiano Teixeira

ÉVORA, JUNHO DE 2012





Contactos:
Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt



Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)

Manuel Pimenta Morgado Baiôa

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em História Contemporânea

ORIENTADORES:
Prof. Dr. Hélder Adegar Fonseca
Prof. Dr. Nuno Severiano Teixeira

ÉVORA, JUNHO DE 2012





Contactos:

Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt

Resumo

Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa: O caso do Partido Republicano Nacionalista (1923-1935)

Esta tese tem como objecto de estudo o Partido Republicano Nacionalista (1923-1935). Procura contextualizar e analisar a sua acção no centro do poder, no Parlamento e no Governo, na fase final da I República (1923-1926). Estuda ainda as suas características referentes a quatro tópicos: organização interna, os membros, a elite e a sua ideologia. Por fim, analisa-se a sua decadência e dissolução (1926-1935) durante a Ditadura Militar e o Estado Novo.

Elites and Political Organization on the First Portuguese Republic: The case of the Nationalist Republican Party (1923-1935)

This thesis has as its main aim the study of the Nationalist Republican Party (1923-1935). It portrays and analyses its action on the core of the political power, on the parliament and government at the final stage of the First Republic (1923-1926). It studies its characteristics following four topics: internal organization, membership, the elite and ideology. Lastly, its decadence and dissolution (1926-1935) during the Military Dictatorship and the New State is studied.

Índice

	pp.
Índice dos Quadros, Mapas, Gráficos e Imagens	11
Abreviaturas	13
Nota introdutória e Agradecimentos	15
Introdução	17
Capítulo I - Partidos e Sistemas Partidários na Europa do pós guerra	27
1. A adaptação dos partidos aos novos tempos	27
2. França e Reino Unido	31
3. Itália e Alemanha	35
4. Espanha	43
5. Portugal	49
6. O sistema político-partidário português no contexto ibérico e europeu	61
Capítulo II - A «Nova República Velha»: O Partido Republicano Nacionalista e o Processo Político (1923-1926)	69
1. A formação de um partido republicano conservador alternativo ao PRP. Um longo caminho de dificuldades	69
1.1. Os partidos republicanos conservadores antecessores do Partido Republicano Nacionalista (1910-1921)	69
1.2. As eleições legislativas de Janeiro de 1922 e as negociações entre o PRRN e o PRL	77
1.3. As eleições administrativas de Novembro de 1922 e o reatamento das negociações do bloco conservador (PRRN e o PRL)	83
1.4. A eleição do presidente da mesa da Câmara dos Deputados e a constituição do «Bloco Parlamentar das Direitas Republicanas» em Dezembro de 1922	86
2. A formação do Partido Republicano Nacionalista	91
2.1. A fundação do Partido Republicano Nacionalista	91
2.2. A constituição do Partido Republicano Nacionalista na província	97
2.3. O I Congresso do Partido Republicano Nacionalista	101
2.4. A Adesão dos Reformistas ao PRN	107
3. A oposição dos nacionalistas no Parlamento	108
4. A eleição do Presidente da República	122
5. Oposição dos nacionalistas ao Ministério António Maria da Silva	127

6. Afonso Costa e a formação de um «Governo Nacional»	132
7. O ministério do Partido Republicano Nacionalista	139
8. O golpe militar de 10 de Dezembro de 1923 e a demissão do governo nacionalista	153
9. A cisão no PRN e a formação da “Acção Republicana”	159
10. A conferência de Cunha Leal na Sociedade de Geografia	166
11. O Ministério Álvaro de Castro	168
12. O II Congresso do Partido Republicano Nacionalista e o reatamento da propaganda política	172
13. A Revolta da Aviação e a queda do Ministério Álvaro de Castro	180
14. O Ministério Rodrigues Gaspar	185
15. O Ministério José Domingos dos Santos	191
16. O Ministério Vitorino Guimarães e o abandono do Parlamento pelos nacionalistas	196
17. O ingresso dos presidencialistas no Partido Republicano Nacionalista	200
18. O III Congresso do Partido Republicano Nacionalista	203
19. A revolta de 18 de Abril de 1925 e o regresso dos nacionalistas ao Parlamento	209
20. A queda do ministério Vitorino Guimarães e a constituição do ministério António Maria da Silva	213
21. O movimento revolucionário de 19 de Julho de 1925	221
22. A formação do Ministério Domingos Pereira	222
23. Os julgamentos dos implicados na revolta de 18 de Abril e de 19 de Julho de 1925	224
24. As eleições de 1925	227
24.1. Legislação eleitoral	227
24.2. As eleições legislativas	231
24.2.1. A formação das listas, a escolha dos candidatos e os acordos eleitorais lícitos	231
24.2.2. O perfil dos candidatos do PRN	243
24.2.3. A Campanha Eleitoral	247
24.2.4. Os actos eleitorais: Violência política, manipulação e acordos eleitorais ilícitos.	256
24.2.5. Os resultados eleitorais	265
24.3. As eleições administrativas de 1925: Junta Gerais do Distrito, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	272
25. O período pós eleitoral: discrepâncias dentro do PRN e a eleição do Presidente da República, Bernardino Machado	279
26. O IV Congresso do Partido Republicano Nacionalista e a formação da União Liberal Republicana	281
27. A fase final da I República: os presos sociais e a «questão dos tabacos»	297
28. O Partido Republicano Nacionalista e a preparação do «28 de Maio»	301

Capítulo III - O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): A Organização Interna, os Membros, a Elite e a Ideologia

1.	A Organização Interna	305
	1.1. O Estatuto ou Lei Orgânica	305
	1.2. Os Órgãos Directivos Centrais	306
	1.3. Os Órgãos Directivos Locais	314
	1.4. Os Centros Políticos	319
	1.5. A Imprensa	324
	1.6. O Financiamento	330
2.	Os Membros e a Elite	333
	2.1. Os Membros	333
	2.2. A Elite	336
	2.3. A Sociabilidade	342
	2.4. O Clientelismo	347
3.	A Ideologia	357
	3.1. Conservadorismo Republicano	358
	3.2. Laicismo do Estado, não da Sociedade	364
	3.3. Compatibilização do Tradicionalismo e Nacionalismo Moderado com o Republicanismo Histórico: a construção de uma «República para todos os portugueses»	369

Capítulo IV - Decadência e Dissolução do Partido Republicano Nacionalista (1926-1935)

1.	O «Movimento do 28 de Maio» e a luta pelo controle da Ditadura em 1926	375
2.	A Revolução de Fevereiro de 1927	379
3.	Os contactos do Partido Republicano Nacionalista com a Ditadura Militar e com o «Revirvalho» (1927-1930)	384
4.	A oposição à Ditadura Militar: Revoltas e a Aliança Republicano-Socialista (1931)	405
5.	A afirmação da União Nacional e do Estado Novo e a dissolução do Partido Republicano Nacionalista (1932-1935)	414

Conclusão

FONTES	457
BIBLIOGRAFIA	476

Anexos no CD:

Anexo 1 - Elite do PRN	
Anexo 2 - Comissões Políticas e Centros do PRN	
Anexo 3 - Eleições de 1925	
Anexo 4 - Imagens	
Anexo 5 - Imprensa do PRN	
Anexo 6 - Membros do PRN	

Índice dos Quadros, Mapas, Gráficos e Imagens

	pp.
Quadro I - Directório do PRN após o I Congresso	106
Quadro II - Comissão Administrativa do PRN após o I Congresso;	107
Quadro III - Governo do Partido Republicano Nacionalista	142
Quadro IV - Governadores Civis nomeados durante governo do Partido Republicano Nacionalista	143
Quadro V - Directório do PRN após o II Congresso	175
Quadro VI - Comissão Administrativa do PRN após o II Congresso	177
Quadro VII - Directório do PRN após o III Congresso	205
Quadro VIII - Comissão Administrativa do PRN após o III Congresso	206
Quadro IX - Grupos etários dos candidatos a Deputado do Partido Republicano Nacionalista às eleições de 8 de Novembro de 1925	244
Quadro X - Grupos etários dos candidatos a Senador do Partido Republicano Nacionalista às eleições de 8 de Novembro de 1925	244
Quadro XI - Estrutura sócio-profissional dos candidatos a deputado do Partido Republicano Nacionalista às eleições de 8 de Novembro de 1925	246
Quadro XII - Qualificação Académica dos candidatos a deputado do Partido Republicano Nacionalista às eleições de 8 de Novembro de 1925	247
Quadro XIII - Distribuição partidária no Congresso após as eleições de 8 de Novembro de 1925	266
Quadro XIV - Distribuição partidária que serviu de base à constituição do Conselho Parlamentar em 11 de Dezembro de 1925	267
Quadro XV – Eleições para o Directório do PRN no IV Congresso	290
Quadro XVI - Comissão Administrativa do PRN após o IV Congresso	290
Quadro XVII - Directório do PRN (1923-1935)	308
Quadro XVIII - Comissão Administrativa do PRN (1923-1926)	313
Quadro XIX - Comissões Municipais do PRN por Distrito	316

Quadro XX – Distribuição distrital dos membros do PRN, 1923-1926 (amostra)	333
Quadro XXI - Estrutura etária da elite do PRN	337
Quadro XXII - Estrutura sócio-profissional da elite do PRN	337
Quadro XXIII - Qualificações Académicas da elite do PRN	340
Mapa I - Centros políticos do PRN (1923-1930)	320
Mapa II – Localidades com jornais oficiais e oficiosos do PRN (1923-1932)	327
Mapa III – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Maio de 1923)	329
Mapa IV – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Março de 1924)	329
Mapa V – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Dezembro de 1925)	329
Mapa VI – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Maio de 1926)	329
Mapa VII – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Agosto de 1927)	329
Mapa VIII – Imprensa oficial e oficiosa do PRN (Agosto de 1930)	329
Gráfico I – Quota mensal dos sócios fundadores do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1923)	321
Gráfico II- Composição sócio-profissional dos membros do PRN, 1923-1926 (amostra)	334
Gráfico III - Composição sócio-profissional dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1923-1928)	335
Gráfico IV - Composição sócio-profissional dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense em 1928	429
Imagem I - Menu do almoço de Homenagem a Cunha Leal (7-XX-1924)	343
Imagem II - «Almoço de Homenagem» a António Ginestal Machado realizado no «Club Mayer» (28-II-1926)	343

Abreviaturas

ADP – Arquivo Distrital do Porto
AGUC – Arquivo Geral da Universidade de Coimbra
AHMFF – Arquivo Histórico-Municipal da Figueira da Foz
AHMNE – Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros
AHP – Arquivo Histórico-Parlamentar
AMAP – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
ANTT – Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
AOS – Arquivo António de Oliveira Salazar
AR – Acção Republicana
ARS – Aliança Republicana-Socialista
BN – Biblioteca Nacional de Portugal
BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto
BSP – Biblioteca Sarmento Pimentel
CEP – Corpo Expedicionário Português
CGT – Confederação Geral do Trabalho
CUF – Companhia União Fabril
Cx. – Caixa
Del. – Delegação
ED – Esquerda Democrática
FNR – Federação Nacional Republicana
GNR – Guarda Nacional Republicana
GPAP – Grupo Parlamentar de Acção Republicana
MBM – Museu Bernardino Machado
MUD – Movimento de Unidade Democrática
MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista
PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança
PCP – Partido Comunista Português
PRED – Partido Republicano da Esquerda Democrática
Proc. – Processo
PCR – Partido Centrista Republicano
PNR – Partido Nacional Republicano
PNRP – Partido Nacional Republicano Presidencialista
PR – Partido Reformista
PRE – Partido Republicano Evolucionista
PRL – Partido Republicano Liberal
PRN – Partido Republicano Nacionalista
PRP – Partido Republicano Português
PRR – Partido Republicano Radical
PRRN – Partido Republicano de Reconstituição Nacional
PSP – Partido Socialista Português
PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
UIE – União dos Interesses Económicos
ULR – União Liberal Republicana
UN – União Nacional
UON – União Operária Nacional
UR – União Republicana

Nota introdutória e Agradecimentos

Esta investigação contou com o apoio da FCT e do FSE ao longo de dois anos, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio. Nesse período foi possível visitar o *Instituto Universitário Europeu* de Florença, o *Departamento de História do Pensamento e dos Movimentos Sociais e Políticos da Universidade Complutense de Madrid*, as bibliotecas da *London School of Economics and Political Science* e da *Universidade de Southampton* e o *Departamento de História da Universidade de Sevilha*. As visitas a estes centros de investigação permitiram desenvolver uma profunda pesquisa bibliográfica e uma estimulante discussão sobre o meu plano de doutoramento com professores e alunos. Contudo, circunstâncias da minha vida profissional e familiar levaram-me a interromper a bolsa de doutoramento e a regressar à minha actividade de professor de História do ensino básico e secundário. Esta opção provocou um arrastar da investigação durante mais tempo do que estava previsto.

Ao longo deste estudo pude contar com o apoio de numerosos amigos e investigadores no acesso a bibliografia e fontes de difícil acesso e através das suas críticas, conselhos e sugestões. Quero agradecer particularmente aos seguintes investigadores: Rui Ramos; António Costa Pinto; Pedro Tavares de Almeida; A. H. de Oliveira Marques; António José Queirós; Filipe Ribeiro de Meneses; Paulo Jorge Silva Fernandes; Paulo Jorge Fernandes; Paulo Guimarães; Fernando Martins; Carlos Calixto; João Carlos Garcia; Ernesto Castro Leal; Fernando Rosas; Luís Farinha; Armando B. Malheiro da Silva; António Ventura; Ricardo Leite Pinto; Manuel Villaverde Cabral; Valentina Castro; Javier Moreno Luzón; Mercedes Gutiérrez Sánchez; Diego Palacios Cerezales; Mercedes Cabrera; Fernando del Rey Reguillo; Maria Catédra; Maria Sierra; José-Leonardo Ruiz Sanchez; Leandro Álvarez Rey; Serge Noiret; Paolo Pombeni.

Quero agradecer aos familiares da elite do PRN, pela disponibilidade que demonstraram ao passar algumas horas comigo e, nalguns casos, abrindo-me as suas casas e permitindo-me ter acesso à sua documentação.

Uma palavra de agradecimento aos meus colegas e à direcção da Escola Secundária de Serpa e do Sindicato Democrático dos Professores do Sul, onde tenho desempenhado funções nos últimos anos.

O Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS) ofereceu-me excelentes condições para desenvolver a minha investigação, sendo possível organizar seminários¹ e participar noutros. Neste aspecto queria salientar a Directora do Centro, a Prof.^a Dr.^a Doutora Mafalda Soares da Cunha, pelo empenho e incentivo à minha investigação.

Os meus orientadores, Prof. Dr. Hélder Adegar Fonseca e Prof. Dr. Nuno Severiano Teixeira foram muito importantes para continuar a trabalhar com persistência, mesmo na adversidade, no sentido de levar a bom porto este projecto de investigação.

A opção de realizar a maior parte da investigação sem bolsa, teve custos elevados para a minha família. Para a minha mãe, avó e irmã vai todo o meu carinho que não pude conceder a tempo inteiro nos últimos anos. Mas os mais sacrificados foram a minha esposa e os meus filhos, uma vez que não puderam contar comigo em

¹ Manuel Baiôa (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004.

muitas noites, fins-de-semana e férias. Por isso, quero dedicar este trabalho à minha esposa e aos meus filhos.

Introdução

Durante a I República Portuguesa (1910-1926) o Partido Republicano Português, também conhecido por Partido Democrático, conseguiu após ter liderado a Revolução Republicana em 1910 tornar-se o partido dominante do sistema multipartidário. Ao longo da I República houve várias tentativas de formar um partido que unisse as elites e o eleitorado republicano conservador para se opor a esta hegemonia. O Partido Republicano Nacionalista representou possivelmente a última destas tentativas.

Esta investigação tem como objecto de estudo o Partido Republicano Nacionalista (1923-1935). Este estudo procura explicitar quais foram os motivos que inviabilizaram a ascensão do PRN, não permitindo que este partido se assumisse como uma alternativa credível e forte ao partido dominante - Partido Republicano Português. Por outro lado, pretende demonstrar que este facto provocou um descrédito da República, dado que não se encontrava uma alternativa de poder dentro do quadro republicano, o que terá levado muitos sectores políticos a procurar essa alternativa fora da República. De facto, “nos anos vinte todas as tentativas de reforma do sistema político e de unificação das forças conservadoras numa só frente eleitoral falharam, conduzindo rapidamente à convicção irreversível por parte das suas elites de que nunca atingiriam o poder através de meios eleitorais e constitucionais”². Esta investigação procura ainda estudar as causas da falta de coesão do PRN e as razões das várias dissidências que veio a sofrer. Outra questão relevante será compreender os motivos que levaram alguns nacionalistas a alinhar em várias tentativas revolucionárias contra o Partido Democrático e em última instância contra a República.

Para responder a estas questões principais será importante estudar a organização e o recrutamento das elites do partido. Os dados disponíveis indicam que a falta de organização interna e o facto de ser um partido de notáveis terá contribuído decisivamente para a sua falta de coesão³. Por outro lado, o facto de o Partido Republicano Português usar o aparelho do estado e a sua vasta rede organizativa e clientelar para dominar o sistema político não permitiu uma estruturação dos partidos da oposição que lhes possibilitasse fazer frente ao Partido Republicano Português.

A historiografia sobre os partidos políticos, as eleições e as elites da I República, viveu até à última década alguma letargia. Apenas nos últimos anos surgiram alguns sinais que apontam para um ressurgir destas temáticas na historiografia nacional seguindo as correntes de investigação internacional. Nos finais dos anos setenta as expectativas sobre o futuro das investigações sobre a I República eram animadoras, principalmente após a publicação da *História da 1.ª República Portuguesa (as estruturas de base)*⁴. Nesta obra foram apresentados os programas dos diversos partidos políticos e foram elaborados quadros síntese e mapas sobre os resultados das eleições legislativas. Este estudo poderia ter servido de base para posteriores trabalhos de

² António Costa Pinto, “A Queda da Primeira República”, in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Coordenadores), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 30.

³ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996; Manuel Baião, “O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites”, *Análise Social*, Vol. XVI, N.º 178, 2006, pp. 99-123.

⁴ Cf., A. H. de Oliveira Marques (dirigida por), *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., [1972-1979], pp. 534-657.

aprofundamento destas temáticas, especialmente após a publicação do *Guia de História da I República Portuguesa*⁵, onde A. H. de Oliveira Marques divulgava os instrumentos (fontes e bibliografia) necessários para desenvolver investigações sobre o período da I República. Este historiador lamentava-se nesta obra pelo facto de não existir “qualquer História dos agrupamentos partidários da I República, nem como todo, nem como unidades”. E sublinhava que “fazê-la constitui uma das tarefas primaciais da nossa historiografia”⁶. No entanto, durante a década de oitenta os estudos sobre os partidos políticos na I República foram diminutos, o que se reflectiu nas «Histórias de Portugal» que se publicaram desde então. A. H. de Oliveira Marques na sua «Nova História de Portugal»⁷ limitou-se a actualizar o texto, da sua já antiga *História da 1.ª República Portuguesa*⁸, acrescentando-lhe novas indicações bibliográficas. No entanto, noutras «Histórias de Portugal» foi possível avançar para um novo quadro explicativo sobre o sistema partidário da I República, ainda que voltassem a denotar-se algumas insuficiências devido à ausência de estudos específicos. Fernando Farelo Lopes na linha de Marcelo Rebelo de Sousa⁹ caracterizou o regime republicano como “um regime parlamentarista de partido dominante”¹⁰. Segundo este autor a supremacia política do Partido Democrático, o pendor fortemente parlamentarista da Constituição de 1911, os mecanismos eleitorais que dificultavam o acesso às instituições políticas por parte dos partidos da oposição e sobretudo a permanência de práticas de caciquismo político e relações clientelares herdadas da monarquia constitucional explicam a instabilidade política, a violência conflitual e a falta de legitimidade do regime republicano¹¹. Esta conclusão foi ampliada na sua tese de doutoramento na qual Fernando Farelo Lopes analisou os factores de crise do sistema político durante a I República¹². Em 1993 Ernesto Castro Leal analisou na «História de Portugal» dirigida por João Medina os «partidos e grupos políticos na I República», tendo começado por nos alertar para o facto de esta temática ser ainda “um campo de análise em aberto”¹³ devido à escassez de monografias sobre os partidos políticos, a começar pelo dominante - Partido Republicano Português. Este autor faz uma análise esclarecedora dos vários partidos políticos de matriz republicana que foram surgindo ao longo da I República. Apresentou a sua ideologia a partir do seu programa, indicou a sua implantação regional e mencionou as suas principais figuras. Indicou, por vezes, um esboço de caracterização social dos membros dos partidos. Esta caracterização é feita, certamente, a partir da intuição que a leitura da imprensa e das memórias lhe proporcionaram, dado que não existem estudos prosopográficos rigorosos para a maioria dos partidos políticos da I

⁵ A. H. de Oliveira Marques, *Guia de História da I República*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981.

⁶ *Idem*, p. 132.

⁷ A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

⁸ A. H. de Oliveira Marques (dirigida por), *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., [1972-1979].

⁹ Marcelo Rebelo de Sousa denominou o sistema partidário da I República como sendo um *regime multipartidário de partido dominante*. Cf., Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp. 167-177.

¹⁰ Fernando Farelo Lopes, “Um regime parlamentarista de partido dominante”, in António Reis (Direcção de), *Portugal Contemporâneo*, Vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 85.

¹¹ *Idem*, pp. 85-100.

¹² Fernando Farelo Lopes *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa 1994.

¹³ Ernesto Castro Leal, “Partidos e grupos políticos na I República” in João Medina (dirigida por), *A República*, «História de Portugal» Vol X, Amadora, Ediclube, 1993, p. 287.

República¹⁴. Em 1994 Rui Ramos foi o autor do volume dedicado à República na «História de Portugal» dirigida por José Mattoso. Rui Ramos escreveu uma História narrativista, tendo conseguido elaborar uma boa síntese sobre os principais partidos da *República Velha, 1910-1917* (Partido Democrático, Partido Evolucionista e Partido Unionista) com base nas memórias, nos jornais e na bibliografia disponível¹⁵. No entanto, para a *Nova República Velha, 1919-1926* praticamente desaparecem as referências à organização dos partidos e à sua acção. Este facto deve-se em parte, aos reduzidos estudos disponíveis sobre estas temáticas para este período.

A historiografia portuguesa mostrou maior inclinação para estudar alguns movimentos e partidos políticos *marginais* à I República. Em primeiro lugar interessou-se pelos que de alguma forma representavam uma continuidade entre os partidos políticos existentes na I República e os existentes no regime democrático instaurado após 1974 em Portugal. Surgiram diversos estudos sobre o Partido Socialista Português e sobre o Partido Comunista Português¹⁶, entre os quais se destaca a investigação de José Pacheco Pereira sobre os membros e as direcções do PCP na I República¹⁷. Em segundo lugar interessou-se pelos movimentos e partidos que surgiram durante a I República que serviram de matriz ideológica ao regime do Estado Novo. Por esse motivo conhecemos hoje melhor o Centro Católico Português¹⁸, o movimento do Integralismo Lusitano e os movimentos fascistas surgidos durante a I República¹⁹ do que o partido do regime – o Partido Democrático.

¹⁴ Cf., Ernesto Castro Leal, “Partidos e grupos políticos na I República” in João Medina (dirigida por), *A República*, «História de Portugal» Vol X, Amadora, Ediclube, 1993, pp. 287-318.

¹⁵ Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Edição revista e actualizada, 1.ª edição de 1994, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VI, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

¹⁶ Cf., César Oliveira, *O primeiro congresso do partido comunista português*, Lisboa, Seara Nova, 1975; João G. P. Quintela, *Para a História do Movimento Comunista em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1976; Maria Filomena Mónica, *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imp. Nac./Casa da Moeda e Instituto de Estudos para o desenvolvimento, 1985; Francisco Canais Rocha, “Convergência de Socialistas e Comunistas na I República (1921-1926)”, *Vértice*, n.º 56, Setembro-Outubro, 1993, pp. 5-11; Alberto Vilaça, *Para a História remota do PCP em Coimbra 1921-1946*, Lisboa, Edições Avante, 1997. Veja-se também o grande destaque dado por António José Telo nas suas obras sobre a decadência e queda da I República a estes dois partidos. Cf., António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, vol. I, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp. 163-182, 329-344; *idem*, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, vol. II, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984, pp. 126-136.

¹⁷ José Pacheco Pereira, “Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1910-1926)”, *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-68-69, 1981, pp. 695-713; *idem*, “O PCP na I República: Membros e Direcção”, *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 1, Setembro a Dezembro, 1983, pp. 2-21.

¹⁸ Cf., Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1980; *idem*, «Centro Católico Português», in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (Dir. de), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 141-142; Jorge Seabra, António Rafael Amaro, João Paulo Avelãs Nunes, *O C.A.D.C. de Coimbra. A Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 1993; Adelino Alves, *Centro Católico Português. A Igreja e a Política*, s.l., Editora Reis dos Livros, 1996.

¹⁹ Cf., César Oliveira, (Estudo introdutório, notas, cronologia, biografia e bibliografia de), *A preparação do 28 de Maio. António Ferro e a propaganda do Fascismo 1920-1926*, Lisboa, Moraes Ed., 1980; António Costa Pinto, “A Formação do Integralismo Lusitano (1907-1917)”, *Análise Social*, Vol. XVIII, 1982, pp. 1409-1419; *idem*, “O Fascismo e a Crise da Primeira República: Os nacionalistas lusitanos (1923-1925)”, *Penélope*, n.º 3, Junho, 1989, pp. 43-62; *idem*, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*, Ed. Estampa, Lisboa, 1994; Manuel Braga da Cruz, «A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à formação do Estado Novo», in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 75-100; Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

De facto, os partidos estruturais do regime não suscitaram, num primeiro momento, grande interesse por parte dos investigadores. Manuel Roque Azevedo a partir de um inquérito realizado ao jornal *República* apresentou um primeiro esboço de um livro a escrever sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919). Neste estudo, Manuel Roque Azevedo refere-se à fundação do partido, número, origem social e distribuição geográfica dos seus membros, bem como ao programa, aos meios de expressão e à organização interna e financeira do Partido Republicano Evolucionista. Por último, tratou da dissolução do partido e fez algumas pequenas biografias das suas principais figuras²⁰. Infelizmente, este primeiro esboço não viria a ser alargado no livro que estava inicialmente previsto.

Nos últimos anos surgiram duas monografias que são um paradigma importante para futuras investigações sobre os partidos políticos da I República. A primeira de João Gonçalves da Silva sobre o Partido Republicano de Reconstituição Nacional e a segunda de António José Queirós sobre o Partido Republicano da Esquerda Democrática. No primeiro estudo procurou-se enquadrar o Partido Reconstituente no sistema de partidos europeus do pós-guerra, descreveu-se a formação do partido e analisou-se os recursos organizacionais, clientelares e ideológicos. No entanto, o principal objectivo desta monografia foi “ilustrar o processo de crescente fragmentação e dissensualização da elite partidária republicana, que acabaria por deixar o sistema político desprovido de uma base minimamente coesa e operatória para orientar e governar” Portugal. Por outro lado, procura demonstrar que “o clientelismo e o faccionalismo políticos - dois fenómenos interligados de que os agrupamentos republicanos não souberam libertar-se - tiveram um papel decisivo na descredibilização dos partidos, afectando não só o desempenho funcional e a legitimidade do subsistema partidário, como também do sistema político no seu todo”²¹. O detalhado estudo de António José Queirós sobre o Partido Republicano da Esquerda Democrática retrata as origens deste partido no seio do Partido Republicano Português, a sua organização interna, os seus membros, a sua elite e a teoria e acção política deste partido. Por fim, analisa o papel do PRED na queda da I República e durante a Ditadura Militar e o Estado Novo²². Merece ainda especial referência o estudo sobre a União Liberal Republicana de Ricardo Leite Pinto, pelas importantes informações que reuniu sobre a fase final do Partido Republicano Nacionalista e sobre a fundação e estruturação deste partido liderado por Cunha Leal²³. Mais recentemente surgiu uma obra fundamental da autoria de Ernesto Castro Leal sobre todos os partidos republicanos do período da I República, onde são analisadas as principais características de cada partido e são apresentados os seus programas políticos²⁴.

Têm surgido outros estudos sobre temáticas políticas mais abrangentes, mas que tratam os partidos políticos da I República. Miguel Dias Santos estudou a prática

²⁰ Cf., Manuel Roque Azevedo, “Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)”, *Nova História*, n.º 2, Dezembro, 1984, pp. 74-122.

²¹ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p. 8

²² António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, 2 vols., Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

²³ Ricardo Leite Pinto, “União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. (Um partido político na transição da I República para o Salazarismo)”, *Polis*, Revista de Estudos Jurídicos-Políticos, N.º 4/5, Julho - Dezembro, 1995, pp. 131-260.

²⁴ Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

política dos grupos monárquicos durante o Sidonismo. Nesse período o Partido Monárquico não tinha um modelo organizativo moderno e enfrentava diversas actividades punitivas por parte dos republicanos²⁵. Para o estudo do Sidonismo e do Partido Nacional Republicano, bem como dos partidos que apoiaram inicialmente este regime, nomeadamente a União Republicana, o Partido Reformista e o Partido Centrista Republicano temos o aprofundado estudo de Armando B. Malheiro da Silva²⁶. No estudo de Ernesto Castro Leal sobre António Ferro também são analisadas as correntes do conservadorismo republicano e do conservadorismo autoritário radical, sendo analisados alguns partidos desta área política, nomeadamente o Partido Nacional Republicano, o Partido Republicano Conservador e o Partido Nacional Republicano Presidencialista²⁷.

Na área das biografias também surgiram nos últimos anos profundos avanços no conhecimento dos protagonistas políticos de I República. Refira-se os estudos sobre Cunha Leal de Luís Farinha²⁸ e as biografias dos *Parlamentares e ministros da 1.ª República*, coordenada por A. H. de Oliveira Marques²⁹.

A análise da organização dos partidos políticos do princípio do século XX foi um dos primeiros temas que interessaram os investigadores, mas nas últimas décadas foi um pouco abandonada pela moderna ciência política³⁰. Qualquer abordagem teórica sobre o funcionamento interno dos partidos no início do século XX terá de buscar argumentos nos autores clássicos³¹. Estes teóricos revelaram um sentido crítico face aos partidos de notáveis. Desde os estudos pioneiros de Robert Michels e de Max Weber que a literatura sobre este tipo de organizações políticas têm acentuado a sua tendência oligárquica, uma vez que a minoria que detinha a autoridade, possuía mecanismos organizacionais para se perpetuar no poder, inviabilizando alcançar a “verdadeira democracia” no seu interior. A predominância desta elite não tinha, certamente, apenas raízes organizacionais, era fruto também de raízes sociais. De facto, os partidos como outras organizações reservam os postos chave às classes favorecidas que possuem capital político, económico e cultural. A competência técnica que colocava os líderes nos postos mais elevados era reforçada pela aprendizagem que estes indivíduos adquiriam nos órgãos políticos, acentuando a diferenciação entre as massas e os líderes, entrando-se pois, num círculo vicioso oligárquico no qual os partidos são um instrumento de dominação de alguns homens sobre outros homens³². Robert Michels resumiu este círculo vicioso oligárquico na sua «Lei de Ferro da Oligarquia»: *Quem diz*

²⁵ Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto, 2003.

²⁶ Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006

²⁷ Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

²⁸ Luís Farinha, *Estudo sobre a acção política Parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como deputado ao Congresso da República (1918-1926)*, 2 volumes, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002; *idem*, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003; *idem*, *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República. Um Notável Rebelde*, Lisboa, Texto, 2009.

²⁹ A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000.

³⁰ Cf., Angelo Panebianco, *Modelos de Partido. Organización y Poder en los Partidos Políticos*, Madrid, Alianza Editorial, 1990.

³¹ Cf., Robert Michels, *Los partidos políticos. Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna*, 2 vols., Buenos Aires, Amarrortu Editores, 1991 (1.ª edição alemã 1915); Max Weber, *Economia e Sociedade*, 2 vol. México, FCE, 1969 (1.ª edição alemã 1922); Maurice Duverger, *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970 (1.ª edição francesa 1951).

³² Luis Arranz Notario, “Modelos de partido”, *Ayer*, N.º 20, 1995, pp. 81-110.

*organização diz oligarquia*³³. Estudos posteriores demonstraram que os partidos de notáveis eram dominados por líderes legitimados com base nas suas capacidades “pré-políticas”, derivadas do seu estatuto socio-profissional. Destacaram-se primeiramente os nobres e os homens ricos e posteriormente os membros de profissões distintas que utilizavam o seu renome para conseguir apoios eleitorais e políticos. A política era uma ocupação secundária nas suas vidas, uma vez que as actividades partidárias se resumiam à preparação das eleições. Este tipo de partidos tinha uma organização e uma disciplina interna débil moldada pelas relações clientelares, possuindo os seus líderes uma grande autonomia e eram partidos com pressupostos ideológicos pouco consistentes mas profundamente pragmáticos. A sua relação com os eleitores baseava-se na confiança e não em mecanismos de delegação³⁴.

No entanto, alguns estudos recentes vieram comprovar que esta realidade não era monolítica, nem inalterável e que não era uma situação exclusiva dos países mediterrâneos no início do século XX. Alguns destes partidos desempenharam um papel importante na agregação de interesses e na socialização e integração social de vastos sectores da população através da mobilização social e da participação na vida pública e foram um mecanismo importante na modernização da sociedade e na ligação desta com o regime político, ao mesmo tempo que deram mostras de se adaptarem aos novos tempos³⁵. Alguma literatura defende que certos partidos de notáveis evoluíram para partidos de massas através de uma maior centralização do poder e uma maior mobilização³⁶.

A distinção teórica iniciada por Max Weber³⁷ entre partidos de notáveis e partidos de massas foi continuada por Maurice Duverger³⁸ que distingue partidos de

³³ Robert Michels, *Los partidos políticos. Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna*, Vol. 2, Buenos Aires, Amarrortu Editores, 1991, p. 189.

³⁴ Cf. Angelo Panebianco, *Modelos de Partido. Organización y Poder en los Partidos Políticos*, Madrid, Alianza Editorial, 1990; José Vilas Nogueira, « La Organización de los Partidos Políticos » in AA. VV., *Curso de Partidos Políticos*, Madrid, Ediciones Akal, 1997, pp. 85-114; Jean Baudouin, *Introdução à sociologia política*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, pp. 222-224; Fernando Farelo Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp. 29-49.

³⁵ Cf., Klaus Von Beyme, *Los partidos políticos en las democracias occidentales*, Madrid, Siglo XXI editores, 1986; María Sierra, *La política del pacto. El sistema de la restauración a través del partido conservador sevillano (1874-1923)*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1996; Thanasis D. Sfikas, “A Tale of Parallel Lives: The Second Greek Republic and the Second Spanish Republic, 1924-36” *European History Quarterly*, Vol. 29, N.º 2, London, SAGE, 1999, pp. 217-250; Angelo Panebianco, *Modelos de Partido. Organización y Poder en los Partidos Políticos*, Madrid, Alianza Editorial, 1990, pp. 129-131; Luis Arranz Notario, “Modelos de partido”, *Ayer*, n.º 20, 1995, pp. 81-110.

³⁶ Daniel-Louis Seiler, “Une généalogie des organisations de partis”, *Res Publica*, Belgian Journal for Political Science, Vol. XXVI, N.º 2, 1984, pp. 119-141; idem, “De la classification des partis politiques” *Res Publica*, Belgian Journal for Political Science, Vol. XXVII, N.º 1, 1985, pp. 59-86.

³⁷ Para Max Weber os partidos políticos tinham como principal objectivo a conquista e o exercício do poder por parte dos seus líderes e a distribuição de cargos pelos seus amigos políticos. Os dirigentes partidários pertenciam a uma notabilidade que não tinha na política o seu principal meio de subsistência. Os partidos de notáveis eram muitas vezes meras associações políticas organizadas em comissões para prepararem as campanhas eleitorais e o acto eleitoral. Eram partidos pouco coesos, liderados pelos parlamentares em interligação com as notabilidades locais. A actividade política concentrava-se no período eleitoral, pelo que havia paragens sistemáticas na acção política. Os partidos de notáveis eram partidos parlamentares por excelência, dotados de uma estrutura organizativa informal. Nasceram num período de competição eleitoral restrita, onde a relação entre o eleito e o eleitor se baseava essencialmente em mecanismos de confiança pessoal derivados do prestígio, do poder económico, da ocupação e do estatuto social do notável. Não havia ainda uma delegação de poder ou representação de interesses dos eleitores por parte do eleito. Este tipo de partido apresentava normalmente um programa pouco estruturado e indefinido em termos ideológicos. Os textos referenciais dos partidos de notáveis resultavam quase sempre dos manifestos eleitorais e de discursos de propaganda eleitoral dos candidatos

quadros de partidos de massas e reforçada por Sigmund Neumann³⁹ que diferencia partidos de representação individual de partidos de integração social. Estas distinções terminológicas analisam realidades aparentemente similares e não permitem verificar convenientemente a evolução que sofreram os partidos de notáveis entre o final do século XIX e o início do século XX. As duas categorias eram aparentemente estanques e não equacionavam convenientemente a possibilidade de transformação destes organismos políticos. Havia necessidade de criar uma categoria intermédia que sintetizasse e enquadrasse essa evolução. Assim, alguma historiografia começou a chamar à atenção para alguns sinais de modernização dos partidos de notáveis no pós-guerra, passando a designá-los por partidos de quadros. Com esta distinção ganhar-se-ia poder de análise para uma realidade evolutiva. Os partidos de quadros representariam uma fase intermédia na evolução dos partidos, podendo vir a transformar-se posteriormente em partidos de massas. Já não eram “puros partidos de notáveis”, dado que começaram a procurar dar respostas não só a alguns interesses particulares, mas às reivindicações e aspirações de um eleitorado em contínua expansão, começaram a mobilizar um número crescente de aderentes, a sua arquitectura organizativa e burocrática começou a estar mais estruturada, possuíam uma elite mais diversificada quanto às suas origens e formação. Estes dirigentes partidários dedicavam-se cada vez mais ao partido, pelo que se transformaram lentamente em políticos quase-profissionais. No entanto, o grau de disciplina, uniformidade, hierarquização, mobilização e

ou dos grupos parlamentares. Cf., Max Weber, *A política como profissão*, Edições Universitárias lusófonas, Lisboa, 2000 (1.ª edição 1919); Max Weber, *Economia e Sociedade*, 2 volumes, México, FCE, 1969 (1.ª edição alemã 1922).

³⁸ Maurice Duverger aprofundou a caracterização dos partidos oitocentistas weberiana, chamando-lhes partidos de quadros. Maurice Duverger concentrou-se na análise dos comités, as células que formam o organismo partidário. Estas células estão espalhadas pelo território e são essenciais para entendermos o funcionamento de cada partido político. Os comités ou comissões políticas (designação portuguesa) eram geralmente pequenas e bastante independentes entre si. Não tinham uma especial preocupação em multiplicar os membros do partido na sua região ou no seu país, nem em enquadrar grandes massas, Procuravam acima de tudo atrair personalidades prestigiadas e influentes para o seu seio. Funcionavam num círculo quase fechado ao qual apenas uma pequena elite tinha acesso. A riqueza, a profissão, o prestígio e os contactos sociais do notável eram especialmente importantes para a luta eleitoral e para acudir aos gastos inerentes à actividade política, especialmente dispendiosa no período eleitoral. A actividade dos partidos de quadros concentrava-se quase exclusivamente em preparar as eleições através de combinações parlamentares ou negociações com a notabilidade local. Durante os interregnos eleitorais os comités hibernavam para ressurgirem novamente nos meses que antecediam as eleições. A estrutura organizativa era muito incipiente, permanecendo a direcção do partido nas mãos dos parlamentares que se agrupavam em torno de um líder. A luta interna pelo poder centrava-se na disputa entre os vários grupos ou facções, onde a doutrina e a ideologia desempenhavam ainda um papel irrelevante face aos interesses. Cf., Maurice Duverger, *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970 (1.ª edição francesa 1951).

³⁹ Sigmund Neumann classificou os partidos políticos em torno das suas funções e já não em torno do seu modelo organizacional. Distinguiu dois tipos de partidos: os partidos de representação individual e os partidos de integração social. Os partidos de representação individual existiram num período em que o sufrágio era restrito e a concorrência partidária interna era limitada e negociada. Os partidos de representação individual limitavam-se a seleccionar os representantes que seriam eleitos para o Parlamento e para os órgãos do poder local. Depois de eleitos os deputados tinham um mandato com poucas restrições de cariz partidário. Agiam com grande autonomia seguindo o seu instinto e a sua consciência, estando pouco limitados pelo partido e pelos eleitores que o tinham eleito. Decidiam o seu voto com base em convicções pessoais e não em compromissos estabelecidos fora do Parlamento. A sua autonomia e independência derivava do facto de ter sido eleito com base na sua notabilidade e não por factores políticos ligados ao seu partido. Cf., Sigmund Neumann, “En torno a un estudio comparativo de los partidos políticos” in Sigmund Neumann, (Ed.), *Partidos Políticos Modernos*, Madrid, Editorial Tecnos, 1965, pp. 595-632 (1.ª edição inglesa 1956).

organização ainda os afastava bastante do modelo de partido de massas, pelo que alguns autores os designam de «partido de quadros moderno»⁴⁰.

Durante a I República os partidos republicanos conservadores actuaram muitas vezes de uma forma semileal. Mas a partir dos anos vinte, esta situação agravou-se. Uma boa parte das elites que estavam na oposição passaram a actuar fora da legalidade constitucional dado que verificando que falharam todas as tentativas de alteração do sistema político que lhes possibilitasse o acesso ao poder. As sucessivas derrotas eleitorais contribuíram para acender no espírito de muitos dirigentes políticos que apenas um golpe anticonstitucional poderia terminar com a «Ditadura do Partido Democrático»⁴¹. Esta investigação pretende aprofundar e alargar este debate centrando-se no maior partido da oposição no final da I República – o Partido Republicano Nacionalista.

Sobre o Partido Republicano Nacionalista poucos estudos foram publicados. No entanto, ressalta em primeiro lugar a pluralidade dos ideais políticos que defendiam os seus membros e os abundantes candidatos a líder do partido e do governo que levaram Bernardino Machado a “profetizar conflitos e cisões a breve trecho no seio dos nacionalistas”. Por outro lado, observava que o “grupo tinha marechais em demasia para um número tão diminuto de soldados”⁴². Estas divergências provocaram várias cisões que inviabilizaram a consolidação do PRN como partido alternativo ao Partido Democrático, das quais podemos destacar as protagonizadas por Álvaro de Castro no final de 1923 e de Cunha Leal em Março de 1926. No entanto, algumas investigações recentes têm demonstrado que o Partido Republicano Nacionalista representava nalgumas regiões uma alternativa válida e coesa ao PRP, tendo uma estrutura partidária sólida, o que lhe permitia obter o apoio de vastos sectores da população portuguesa, como foi o caso de Évora⁴³.

Deste estudo resultou um primeiro capítulo «Elites e organizações políticas na Europa do pós-guerra» de cariz comparativo, tentando enquadrar os partidos e o sistema político-partidário português dos anos vinte no contexto da Europa do Sul. No segundo capítulo, «A «Nova República Velha»: O Partido Republicano Nacionalista e o Processo Político (1923-1926)», de cariz narrativista, descreve o papel do PRN nas principais instituições políticas e na conjuntura da I República. No terceiro capítulo, «O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): A organização interna, os membros, a elite e a ideologia», estudámos as principais características deste partido ao nível da organização interna, dos seus membros, da sua elite e da sua ideologia. Interessou-nos também aprofundar a sociabilidade dos membros e da elite do PRN, bem como a sua participação no sistema clientelar e caciquista. Por fim, no quarto capítulo, «Decadência

⁴⁰ Cf., María Antonia Peña Guerrero, *Clientelismo político y poderes periféricos durante la Restauración. Huelva 1874-1923*, Huelva, Universidad de Huelva, 1998; Javier Moreno Luzón, “La historiografía sobre el caciquismo español: balance y nuevas perspectivas”, *Análise Social*, Vol. XLI, N.º 178, pp. 9-29; Fernando Farelo Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp. 29-49.

⁴¹ António Costa Pinto, “A Queda da Primeira República”, in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Coordenadores), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 25-44.

⁴² Bernardino Machado, *Depois de 21 de Maio*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 346-348.

⁴³ Cf., Manuel Baiôa, *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000; *idem*, “O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites”, *Análise Social*, Vol. XVI, N.º 178, 2006, pp. 99-123; *idem*, “Decadencia y disolución del Partido Republicano Nacionalista (1926-1935)” in Mercedes Gutiérrez Sánchez; Diego Palacios Cerezales (Eds.), *Conflicto Político, Democracia y Dictadura. Portugal y España en la Década de 1930*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007, pp. 99-153.

e dissolução do Partido Republicano Nacionalista (1926-1935)», novamente de cariz narrativista, analisamos a desagregação do PRN durante a Ditadura Militar e o Estado Novo e acompanhamos o percurso da elite do PRN no regime autoritário.

O estudo do PRN é um estudo de «caso», embora permita estabelecer comparações com outros partidos recorrendo a uma análise qualitativa e prosopográfica. Para o estudo da organização e das elites do PRN foram utilizados métodos qualitativos tentando recolher informações e evidências, ao mesmo tempo que se comparam diversos casos para definir padrões de comportamento que ajudem a clarificar os conceitos e as estruturas analíticas. Por outro lado, utilizou-se também o método prosopográfico ou o das biografias colectivas para o estudo das elites⁴⁴. No inquérito prosopográfico foram considerados relevantes os dados referentes à origem social, ao percurso partidário e político dos protagonistas estudados, bem como, a sua profissão, a sua idade e as redes de relações que estabeleceram com as colectividades, as associações e aos meios empresariais e financeiros. A maior parte da documentação foi analisada de uma forma qualitativa. No entanto algumas características do perfil da elite nacionalista e os resultados eleitorais tiveram um tratamento quantitativo.

Dada a impossibilidade de estudar todas as regiões do país durante esta investigação, escolheu-se o centro do poder em Lisboa como o ponto essencial deste estudo. No entanto, realizou-se um estudo genérico a nível regional, sendo mais aprofundado no concelho de Évora, onde já tínhamos investigação anterior.

Uma vez que se desconhece o paradeiro dos arquivos centrais e regionais do PRN teve de recorrer-se a outras fontes. Começamos por recolher informações nos principalmente arquivos e bibliotecas nacionais. Nomeadamente no Arquivo Histórico Parlamentar, em Lisboa, onde consultamos documentação sobre as eleições legislativas de 1925, sobre a biografia dos parlamentares e sobre a actividade política no Congresso. No Arquivo do Ministério do Interior do ANTT, em Lisboa recolhemos dados sobre o relacionamento dos órgãos do Poder Central com os órgãos do Poder Local através da correspondência trocada entre eles. Consultamos ainda no ANTT, o Arquivo Oliveira Salazar, o Arquivo da PIDE/DGS e o Arquivo da União Nacional, onde recolhemos informações sobre a intervenção das autoridades da Ditadura face aos partidos políticos republicanos e sobre o percurso da elite do PRN no regime autoritário. O Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, fornece-nos informações sobre as diversas revoltas ocorridas durante a I República, em particular sobre «o movimento do 28 de Maio de 1926». Também recolhemos informações biográficas de alguns militares nacionalistas.

Da consulta dos arquivos institucionais, constatamos a insuficiência de fontes para o nosso estudo. Por isso, tivemos de concentrar esforços no sentido de encontrar filhos, netos e bisnetos da elite do PRN. Começamos pela leitura dos obituários, que nos forneceu informações sobre a família dos principais dirigentes do PRN. A partir destes dados e de uma consulta exaustiva e morosa da lista telefónica, foi possível contactar os familiares de uma grande parte da elite do PRN, que detinham nalguns casos um importante arquivo privado. Da troca de impressões com estes familiares foi possível colmatar algumas dúvidas e lacunas de ordem biográfica e recolher um importante espólio documental de cartas, fotografias, jornais e circulares da vida do PRN. Estes documentos revelaram-se fundamentais para diversificar as nossas fontes de informação e para revelar o PRN pela voz dos protagonistas, sem o filtro da imprensa, das memórias ou de outras fontes institucionais.

⁴⁴ AA.VV., *Prosopographie des élites françaises, XVI-XX siècles*, s.l., CNRS, 1980; AA.VV., *Elites. Prosopografía Contemporánea*, editor Pedro Carasa Soto, Valladolid, Universidad de Valladolid - secretariado de publicaciones, 1995.

A imprensa local e nacional foi um núcleo fundamental explorado nesta investigação. Os principais jornais utilizados encontram-se depositados na Biblioteca Nacional, em Lisboa, na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca Pública do Porto e na Biblioteca Municipal de Beja. Foram analisados 35 jornais associados ao PRN, bem como outros associados aos partidos rivais. Foi ainda consultado o *Diário de Lisboa* entre 1922 e 1935, bem como outros jornais da capital em períodos específicos. A imprensa é imprescindível para reconstituir a vida dos partidos, bem como dos protagonistas políticos. O cruzamento de informação permite identificar e caracterizar as elites políticas nacionais e locais, que têm na imprensa um meio privilegiado para promoverem a sua acção política. É ainda possível analisar a ideologia, as práticas políticas e a sociabilidade destas elites. A imprensa é, aliás, uma das fontes mais utilizadas para a I República, o que levou inclusive Vasco Pulido Valente a afirmar que “depois de vinte e cinco anos de investigação intermitente, nada me ensinou tanto sobre a República como a leitura e releitura da imprensa. A natureza do regime fazia com que ele fosse obrigado a viver clamorosamente e sem segredos”⁴⁵.

⁴⁵ Vasco Pulido Valente, “Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, *Análise Social*, Vol. XXVII, n.º 115, 1992, p. 63.

Capítulo I - Partidos e Sistemas Partidários na Europa do pós guerra

1. A adaptação dos partidos aos novos tempos

A *I Guerra Mundial* e os posteriores *Tratados de Paz* provocaram um forte impacto na sociedade europeia, tendo sido catalisadores de profundas transformações políticas e sociais que tinham começado antes da guerra e que se afirmaram definitivamente nos anos vinte e trinta. Este período ficou marcado, em muitos países, por uma alteração no equilíbrio social e pela transição entre um período caracterizado pelo liberalismo e pelos partidos de notáveis para um período de democracia liberal, social-democracia, fascismo/autoritarismo e de partidos de massas. O pós-guerra foi um período marcante em toda a Europa para se avaliar a capacidade dos partidos políticos na adaptação ao crescente dinamismo da sociedade. Verificou-se um aumento da mobilização social com um crescimento exponencial do associativismo operário e patronal e de outros grupos de pressão e o aparecimento de uma opinião pública responsável e activa⁴⁶.

Além disso, a mobilização solicitada pelos estados aos cidadãos para se integrarem no esforço de guerra⁴⁷ acarretou, posteriormente, o aparecimento de movimentos de ex-combatentes e de um crescimento da participação política com a extensão da cidadania (sufrágio universal) em muitos países e com ajustamentos nos regimes eleitorais num sentido mais democrático (implementação do sistema proporcional e outras reformas eleitorais) e com o aparecimento de novas formas de representação (sindical, orgânica e técnica). Estas alterações exerceram uma forte pressão sobre o sistema político e desenvolveram uma enorme expectativa na sociedade que procurava mudanças rápidas que nem sempre as organizações tradicionais estavam em condições de proporcionar. A revolução bolchevique e o posterior aparecimento dos partidos comunistas e radicais nacionalistas marcaram a agenda política ao acentuarem as clivagens e os conflitos existentes na sociedade entre patrões e operários e entre capitalismo e socialismo. A *I Guerra Mundial* marcou pois, uma fronteira para a afirmação da democracia em detrimento dos sistemas unicamente representativos, tendo a política passado a fazer parte da vida de uma grande parte dos europeus⁴⁸.

Será que os partidos políticos europeus estavam preparados para se adaptarem a esta nova sociedade que despontava? Procuraram ajustar a sua experiência organizativa

⁴⁶ Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, Bologna, Il Mulino, 1996; Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia. Clases Sociales y orígenes políticos de los regímenes de la Europa de entreguerras*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 1997; Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studies*, London, Macmillan Press, 2000.

⁴⁷ Cf., Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

⁴⁸ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 19-21; José Varela Ortega, "Orígenes e desarrollo de la democracia", *Ayer*, n.º 28, 1997, pp. 29-60; Maurizio Ridolfi, *Interessi e Passioni. Storia dei partiti politici italiani tra l'Europa e il Mediterraneo*, Milano, Bruno Mondadori, 1999, pp. 284-321.

às novas exigências políticas? Alguns novos partidos europeus surgiram com uma ideologia e um modelo organizativo aparentemente mais adaptado aos problemas da sociedade europeia do pós guerra: os modernos partidos de massas tinham uma ideologia coerente, uma organização permanente e fortemente estruturada, seguiam um modelo centralista, disciplinado, hierarquizado, burocratizado e racionalizado, possuíam uma elite profissional dedicada em exclusivo à política e tinham uma intensa participação dos aderentes que encontravam no partido um lugar de formação, educação e integração na sociedade através de uma disciplina e fidelidade ideológica. Aos partidos políticos dos anos vinte era-lhes pedido que conseguissem acolher, moderar e encaminhar para o sistema político os pedidos e exigências, já não só dos estratos burgueses, mas também de vastos grupos sociais recentemente chegados à política, evitando quanto possível petições desproporcionadas e revolucionárias que pudessem por em perigo o equilíbrio da sociedade e do sistema político. A adopção da representação proporcional e do sufrágio universal masculino tornaram, por vezes, difícil a formação de maiorias coesas, facto que foi aproveitado pelos novos partidos para minar ainda mais a credibilidade dos regimes e dos partidos de notáveis democrático-liberais do pós guerra. Por outro lado, em muitos países intensificou-se o debate e o conflito político interno dentro dos partidos, entre a classe política burocrática em ascensão e a antiga elite formada por parlamentares e caciques locais. As respostas dadas pelos partidos políticos à modernização da sociedade diferiram muito de país para país, embora quase todos eles tenham tentado adaptar-se aos novos tempos. Contudo, um traço geral parece marcar este período do pós-Guerra. Nas sociedades que se abriram mais fortemente à era das massas e que permitiram o acesso mais alargado à cidadania e a um sistema representativo mais justo houve uma decadência de muitos partidos de notáveis liberais, como o Partido Radical Francês, o *Deutsche Volkspartei* (Partido Popular Alemão, DVP), o *Deutsche Demokratische Partei* (Partido Democrático Alemão, DDP), o Partido Liberal Italiano e o Partido Liberal Inglês. Pelo contrário, alguns dos novos partidos de massas ou de integração social obtiveram resultados expressivos na Grã-Bretanha, Suíça, França, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Noruega e Itália. O SPD (Partido Social Democrata Alemão) e o PSI (Partido Socialista Italiano) foram mesmo os mais votados e o Partido Trabalhista Inglês (*Labour Party*) conseguiu ser pela primeira vez o segundo partido do sistema político britânico. As organizações de interesses transformadas em partidos com exigências específicas tiveram algum êxito na Europa⁴⁹, tendo os partidos confessionais como o Centro Católico Alemão (*Zentrum*) e o Partido Popular Italiano conseguido ser as segundas forças políticas nas eleições de 1919⁵⁰.

⁴⁹ Veja-se a o Centro Católico Português e a União dos Interesses Económicos em Portugal, os partidos agrários da Itália, Checoslováquia, Estónia, Finlândia, Hungria, Polónia, Roménia e Suécia e os partidos das minorias étnicas da Europa Oriental, cf., Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studies*, London, Macmillan Press, 2000.

⁵⁰ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente... op. cit.*, pp. 19-21; Giovanni Sabbatucci, “La crisi del sistema politico liberale” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell’età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, Bologna, Il Mulino, 1996, pp. 251-261; Simone Neri Serneri, “Partiti, Parlamento e Governo: Dal Liberalismo al Fascismo” in Fabio Grassi; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo... op. cit.*, pp. 263-301; Gaetano Quagliariello, “Masse, Organizzazione, Manipolazione. Partiti e Sistemi Politici Dopo Il Trauma Della Grande Guerra” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo... op. cit.*, pp. 15-71. Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia. Clases Sociales y orígenes políticos de los regímenes de la Europa de entreguerras*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 1997; Fernando Farelo Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp. 29-49.

As respostas dadas pelos partidos políticos aos problemas do pós guerra e à crise do liberalismo foram variadas. Houve países onde os partidos conseguiram superar as ameaças sobre o sistema democrático-liberal, tendo reforçado inclusive a legitimidade e a eficácia das instituições democráticas. Noutros países os partidos não conseguiram liderar a formação de um consenso político que o sistema político herdado do século XIX, o que levou à radicalização e à debilidade dos moderados e do centro democrático⁵¹.

⁵¹ Cf., Juan J. Linz, “La Crisis de las Democracias” in Mercedes Cabrera; Santos Juliá, Pablo Martín Aceña, (Comps.), *Europa en Crisis 1919-1939*, Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1991, pp. 231-280; Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia... op. cit.*; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente... op. cit.*, pp. 19-21.

2. França e Reino Unido

Em França e no Reino Unido a democracia liberal mostrou estar consolidada e preparada para suportar a difícil experiência da I Guerra Mundial e da grande depressão dos anos trinta, tendo as suas economias liberais e o seus sistemas políticos permanecido com profundos elementos de continuidade. Nestes dois países não se avançou para a representação proporcional ampla, tendo esta situação favorecido a formação de coligações partidárias de centro-direita e de centro-esquerda, de tendência centrípeta, que conseguiram consolidar à sua volta as classes médias, deixando as forças radicais de esquerda e de direita isoladas e relativamente ineficazes. A capacidade do Estado em assegurar a manutenção da “ordem pública e cívica” e a ausência de clivagens significativas entre a burguesia e o operariado permitiu criar uma plataforma de entendimento da maioria da população que aderiu ao liberalismo e ao parlamentarismo numa crescente democratização do sistema político. A aliança entre os partidos liberais e o operariado travou e subordinou as reivindicações dos movimentos sindicais e socialistas, já divididos e debilitados, à consecução de um compromisso, onde o operariado acabaria por também sair beneficiado pelos avanços conseguidos na política social. O movimento operário e os partidos socialistas não representaram um desafio à ordem liberal, mesmo quando chegaram efemeramente ao poder no Reino Unido em 1924 e 1929 e em França em 1936⁵².

Durante a I Guerra Mundial o governo francês da “União Sagrada” desgastou os partidos liberais moderados e em particular o Partido Radical⁵³, tendo ganho protagonismo a direita com o crescimento do nacionalismo de via tradicionalista e fascista e a esquerda com a ascensão de um Partido Socialista pacifista. A nova lei eleitoral, aprovada em Julho de 1919, incentivava alianças entre vários partidos, dado que foi aprovada a representação proporcional, mas com um prémio para a lista maioritária⁵⁴. A direita mostrou maior capacidade de entendimento, tendo apresentado o *Bloco Nacional Republicano*; pelo contrário, a esquerda apareceu dividida nas eleições de 1919, o que lhe valeu uma pesada derrota. O *Bloco Nacional Republicano* obteve 433 deputados, o Partido Republicano Radical 86 deputados, o Partido Republicano Socialista 26 deputados e o Partido Socialista 68 deputados. Após a vitória da direita o Partido Radical francês não foi completamente marginalizado, tendo sido chamado a ocupar algumas pastas ministeriais e iniciou uma reorganização e adaptação à política

⁵² Cf., Giovanni Sartori, *Partidos y sistemas de partidos*, 2.^a edição, Madrid, Alianza Editorial, 1997; Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia... op. cit.*; Nancy Berneo, “Getting Mad or Going Mad? Cidadãos, escassez e o colapço da Democracia na Europa de Entre as Guerras”, *Penélope*, n.º 19-20, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 11-42.

⁵³ Este partido republicano serviu de inspiração e modelo a alguns partidos portugueses e em particular ao Partido Republicano Português. O Partido Radical francês caracterizou-se pela cruzada a favor da laicização do Estado e por um certo anticlericalismo militante enquadrado na filosofia positivista. Tinha uma organização moderna fundada no recrutamento de aderentes, com uma densa rede de comissões políticas e sociedades de pensamento organizadas numa estrutura piramidal e unidas por um programa de modernização da sociedade francesa. No entanto, situava-se numa posição intermédia entre os tradicionais partidos de quadros e os novos partidos de integração social de massas. A tensão oligárquica, própria de todas as formações políticas, permaneceu activa enfrentando a tendência democrática do partido. Cf., Daniel Bardonnnet, *Évolution de la Structure du Parti Radical*, Paris, Éditions Montchrestien, 1960; Serge Bernstein, *Histoire du Parti Radical. La Recherche de L'Age D'Or (1919-1926)*, Paris, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1980; Gérard Baal, *Histoire du Radicalisme*, Paris, Éditions La Découverte, 1994.

⁵⁴ Cf., Maurice Duverger, *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 359-360.

de massas⁵⁵ e à situação de crise económica, tendo conseguido estagnar a perda de apoio eleitoral, ao contrário do que ocorreu com os partidos liberais alemães (Partido Democrático Alemão, DDP; Partido Popular Alemão, DVP) que entraram em clara decadência no final dos anos vinte⁵⁶. Em França procurou criar-se uma plataforma disciplinadora e duradoura no governo, evitando temas divisórios e conflituais, como por exemplo o tema religioso⁵⁷, face a outros temas mais prementes como as greves, os conflitos e os motins. A oposição de esquerda acabou por se integrar no sistema, tendo a alternância para o *Cartel das Esquerdas* (aliança entre o Partido Radical e o Partido Socialista Francês), que venceu as eleições de Maio de 1924, não significando uma alteração substancial do sistema político. Os radicais de esquerda, personificados pelo Partido Comunista Francês, fundado em 1920 e os radicais de direita representados pela *Action Française*, permaneceram longe do poder, tendo a República parlamentar dada provas de conseguir resolver os problemas surgidos no pós-guerra através de uma política de compromisso⁵⁸ e de introdução do Estado Providência, ainda que a instabilidade governativa tivesse permanecido. As eleições seguintes continuaram a ser marcadas por uma alternância entre coligações de direita e esquerda, tendo os primeiros vencido em 1928 e os segundos em 1932 e 1936, tendo nesta última eleição a Frente Popular já contado com a participação do Partido Comunista⁵⁹.

Em França a elite dos partidos conservadores e dos partidos liberais de direita continuou a ser dominada pelos parlamentares que tinham maioritariamente uma formação universitária (60% a 80%), em particular em Direito, o que contrastava com a elite do Partido Socialista e principalmente do Partido Comunista que possuíam uma formação universitária mais reduzida. A elite política francesa iniciava-se, por norma, na esfera local, passando posteriormente para esfera nacional. Desta forma a maioria dos políticos franceses chegavam ao Parlamento com uma idade mais avançada (45-47 anos) do que em Portugal, onde os Parlamentares chegavam muitas vezes ao Congresso Republicano (37-43 anos) sem experiências políticas anteriores. A principal profissão da elite política francesa continuou a ser a advocacia. Os homens de negócios ligados à indústria, ao comércio, e principalmente à agricultura continuaram com um peso importante nas estruturas dirigentes dos partidos franceses⁶⁰.

⁵⁵ Houve, por exemplo, um progressivo envolvimento dos grupos de jovens no partido, associando a “República dos notáveis” à “República dos jovens”, cf., Gilles Le Béguec, “Gruppi giovani e partiti politici durante la III Repubblica”, *Ricerche di Storia Politica*, Bologna, Il Mulino, N.º 6, 1991, pp. 81-97.

⁵⁶ Cf., Marcus Kreuzer, “Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos. O desempenho eleitoral dos liberais na França e na Alemanha de entre-guerras”, *Penélope*, n.º 19-20, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 71-98.

⁵⁷ O governo do “Bloco Nacional” restabeleceu as relações diplomáticas com o Vaticano e praticou uma política de abertura e deferência às congregações religiosas.

⁵⁸ Veja-se, por exemplo, o governo de União Nacional de 1926-1928.

⁵⁹ Serge Bernstein, *Histoire du Parti Radical... op. cit.*; Serge Bernstein, “La crisi del sistema politico francese al’indomani della prima Guerra Mondiale” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo... op. cit.*, pp. 105-127; Frédéric Bon, *Les élections en France. Histoire et Sociologie*, Paris, Éditions du Seuil, 1978, pp. 58-63; Alistair Cole; Peter Campbell, *French electoral systems and elections since 1789*, Andershot, Gover, 1989, pp. 63-69; Pierre Lévêque, *Histoire des Forces Politiques en France, 1880-1940*, Tome 2, Paris, Armand Colin, 1994; Michel Dobry, “France: An Ambiguous Survival” in Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studis*, London, Macmillan Press, 2000, pp. 157-183; Paolo Pombeni, *Partiti e Sistemi Politici nella Storia Contemporanea (1830-1968)*, Bologna, Il Mulino, 1994, 311-336; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente... op. cit.*, pp. 22-23.

⁶⁰ Heinrich Best; Daniel Gaxie, “Detours to Modernity: Long-term Trends of Parliamentary Recruitment in Republican France 1848-1999” in Heinrich Best; Maurizio Cotta (Edited by), *Parliamentary*

O Reino Unido saiu debilitado da I Guerra Mundial, mas continuou a ter um poder económico e um império de dimensão mundial. O sistema eleitoral manteve-se inalterado, permanecendo a representação maioritária e a nível político conservou-se o consenso que existia antes do conflito. Contudo, houve uma alteração no tradicional sistema bipartidário britânico, dado que transitoriamente coexistiram três partidos com forte representação parlamentar – tripartidarismo provisório. Os anos vinte marcaram a consolidação do Partido Conservador como principal partido do sistema político, o declínio de um Partido Liberal dividido e a ascensão do Partido Trabalhista (*Labour Party*) que tinha fortes ligações ao movimento operário em ascensão. Mas este partido integrou-se perfeitamente na sociedade britânica e aceitou as regras do sistema democrático-liberal, não representando uma ameaça para o regime. Os movimentos de massas extra-parlamentares foram diminutos e a violência política era considerada ilegítima, numa sociedade tradicional caracterizada pela tolerância. O sistema político deu respostas satisfatórias e de compromisso para resolver os problemas criados pela guerra e pela crise do final dos anos vinte⁶¹.

As eleições de Dezembro de 1918 marcaram um avanço significativo na plena democratização do sistema político, tendo as mulheres maiores de trinta anos alcançado o direito ao voto⁶². O Partido Conservador conseguiu uma vitória expressiva com maioria no Parlamento, mas a facção do Partido Liberal, liderada por Lloyd George foi a segunda força política em número de deputados, sendo chamada a fazer parte de um executivo de coligação. O Partido Trabalhista conseguiu ser a segunda força política mais votada, embora isso não significasse ainda um número de mandatos parlamentares correspondentes, dado que o sistema de círculos uninominais e os acordos entre o Partido Conservador e o Partido Liberal em alguns locais favoreceram este último. O novo governo avançou com algumas medidas de carácter social que acalmaram temporariamente o movimento operário⁶³.

As eleições de 1922 e 1923 acentuaram a decadência do Partido Liberal e a ascensão do Partido Trabalhista, que se converteu no partido mais forte da oposição. O Partido Conservador solidificou o seu domínio do sistema político formando um governo monopartidário em 1922. Contudo, nas eleições de Dezembro 1923 os conservadores apenas conseguiram a maioria relativa no Parlamento, tendo o Partido Trabalhista e o Liberal chegado a acordo para formarem um governo de coligação em 1924. Este foi o primeiro governo do Partido Trabalhista, presidido por James MacDonald. A alternância política não provocou uma alteração significativa nas

Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 88-137; Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417.

⁶¹ Cf., Stephen Constantine; Maurice W. Kirby; Mary B. Rose, (Ed.), *The First World War in British History*, London, Edward Arnold, 1995; Jeremy Mitchell, “United Kingdom: Stability and Compromise” in Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studies*, London, Macmillan Press, 2000, pp. 449-463; G. R. Searle, *The Liberal Party: Triumph and Disintegration, 1886-1929*, London, Macmillan Press, 1992; Duncan Tanner; Pat Thane; Nick Tiratsoo, (Edited by), *Labour’s 1st Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000; Stefan Berger, *The British Labour Party and the German Social Democrats, 1900-1931. A Comparative Study*, Oxford, Oxford University Press, 1994.

⁶² No entanto, só em 1928 as mulheres passaram a votar numa base de igualdade face aos homens, podendo votar todos os maiores de 21 anos.

⁶³ Cf., Jeremy Mitchell, “United Kingdom: Stability and Compromise” in Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe... op. cit.*, pp. 449-463; Paolo Pombeni, *Partiti e Sistemi... op. cit.*, pp. 246-254.

grandes linhas orientadoras da política interna, embora o receio de conexões do movimento comunista inglês com o *Komintern* tivesse levado à dissolução do Parlamento em Outubro de 1924. As novas eleições realizadas nesse mês voltaram a dar maioria absoluta ao Partido Conservador, que governaria o país até 1929. Nesse ano o Partido Trabalhista teve a sua primeira vitória eleitoral, ao eleger 287 deputados contra 260 do Partido Conservador e 59 do Partido Liberal. Os trabalhistas contaram com o apoio do Partido Liberal, governando entre 1929 e 1931 com uma política socialista muito moderada, próxima das posições do liberalismo de esquerda e não questionando as linhas centrais do sistema democrático-liberal. O acentuar da grande depressão levou à demissão do executivo e à formação de um “Governo Nacional” de coligação, chefiado novamente pelo trabalhista MacDonald, apoiado pelo Partido Conservador e pelo Partido Liberal em Agosto de 1931. A oposição ao governo concentrou-se em torno da maioria do Partido Trabalhista que não se revia na estratégia do seu anterior líder, originando a divisão do partido. As eleições de Outubro de 1931 reforçaram a política do “Governo Nacional” com os conservadores a conseguirem uma maioria confortável, apoiados pelas facções do Partido Liberal e Trabalhista que apoiavam a estratégia do executivo. MacDonald manteve-se como primeiro-ministro até Junho de 1935, num “Governo Nacional” dominado pela maioria conseguida pelo Partido Conservador no Parlamento e reforçada pelo apoio do Partido Liberal e pela facção “Nacional” do Partido Trabalhista. Num momento de crise económica e social o governo era apoiado pela mais ampla coligação de sempre, o que favoreceu a estabilidade e uma política de compromisso no sentido de superar a depressão⁶⁴.

No Reino Unido do pós-guerra a maioria dos dirigentes do Partido Conservador e do Partido Liberal tinham uma formação universitária (50% a 70%), com uma ligeira vantagem para o primeiro destes dois partidos. Os líderes do Partido Conservador destacavam-se ainda por terem frequentado os colégios e as universidades britânicas mais prestigiadas e por terem nas suas fileiras muitos membros da aristocracia. Pelo contrário, os dirigentes do Partido Trabalhista tinha frequentemente, nesse período, uma formação básica, sendo muito poucos os que tinham frequentado as universidades. Ter alguma experiência na política local passou a ser mais relevante para a ascensão na hierarquia dos partidos, em particular no Partido Trabalhista. As profissões ligadas à agricultura perderam relevância na estrutura social da elite dos partidos políticos, embora os homens de negócios ligados ao comércio, à indústria e à banca, tivessem mantido uma posição importante. Já os advogados, embora tivessem uma presença proeminente nas estruturas partidárias (10 a 30%), estavam longe da relevância que tinham nos países da Europa do Sul. O operariado ganhou uma importância crescente na vida política inglesa fruto do crescimento do Partido Trabalhista, onde era o grupo profissional mais relevante⁶⁵.

⁶⁴ Michael Freedon, “Partiti Ed Ideologie Nella Gran Bretagna Posbellica” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell’età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, Bologna, Il Mulino, 1996, pp. 147-156; Jeremy Mitchell, “United Kingdom: Stability and Compromise” in Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe... op. cit.*, pp. 449-463.

⁶⁵ Michel Rush; Valerie Cromwell, “Continuity and Change: Legislative Recruitment in the United Kingdom” in in BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 463-492; Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417.

3. Itália e Alemanha

Na Alemanha e Itália a classe dirigente e os partidos moderados não conseguiram resolver os problemas e conflitos de “ordem pública e cívica” que assolaram as suas sociedades nem defender o sistema liberal, entrando por isso, também em colapso. As alterações do sistema eleitoral, com a adopção da representação proporcional, de círculos de maior dimensão e a proliferação de actos eleitorais aumentaram significativamente os custos dos partidos e exigiram uma adaptação rápida do seu modelo institucional e organizativo no sentido de angariarem maiores recursos financeiros e de se moldarem à era das massas. Os partidos tradicionais ingleses e franceses tiveram uma maior margem de tempo para se adaptarem aos novos tempos, dado que o sistema maioritário, a reduzida dimensão dos círculos eleitorais e o menor número de actos eleitorais limitaram a necessidade de recursos financeiros e de modificação das suas práticas tradicionais, onde a notoriedade individual e local dos políticos continuava a desempenhar um papel importante. Além disso, na Alemanha e Itália o movimento operário e os partidos socialistas e comunistas fortalecidos tornaram-se cada vez mais ameaçadores face à ordem económico-social estabelecida, não conseguindo os partidos liberais fraccionados atenuar e disciplinar os ataques destes, nem dos novos grupos de descontentes formados por membros da elite tradicional, mas principalmente de parte das classes médias urbanas e rurais e assalariados apanhados no meio da crise económica. Existia um abismo intransponível entre a classe operária e a burguesia e esta última viu-se dividida por inúmeras questões inviabilizando qualquer compromisso que permitisse formar uma coligação política liberal que desse estabilidade aos regimes⁶⁶.

Na Itália houve avanços significativos para a democratização do país antes da I Guerra Mundial. As leis eleitorais de 1912 e 1913 triplicaram o número de eleitores (o corpo eleitoral subiu de 8,3% para 23,2 da população) através da introdução do sufrágio quase universal masculino, mantendo-se o sistema maioritário em círculos uninominais. Giolitti, o político liberal que fez aprovar o novo código eleitoral (1912-1913), defendeu que os motivos que levaram a apresentá-lo foram a justiça e a vontade de incorporar as massas no Estado. Não houve uma pressão popular a solicitar esta lei, a iniciativa veio de cima. No entanto, os efeitos práticos desta nova lei no sistema partidário foram aparentemente diminutos. Os Liberais divididos em vários grupos perderam influência no Parlamento em 1913, mas mantiveram a hegemonia, passando de 370 para 307 deputados. As esquerdas cresceram: O Partido Socialista Italiano duplicou os deputados, de 26 para 52, o Partido Socialista Reformista passou de 15 para 20. O Partido Radical também viu a sua influência subir ao obter 73 deputados, quando antes apenas tivera 51⁶⁷.

Com o fim da Guerra foi impossível ao governo italiano negar o direito de voto a milhares de soldados analfabetos que regressavam dos campos de batalha insatisfeitos pela sua «vitória mutilada». Em 1918 e 1919 houve um aprofundamento da democracia alterando-se novamente as leis eleitorais no sentido de tornar a votação mais

⁶⁶ Cf., Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia... op. cit.*, Nancy Berneo, “*Getting Mad or Going Mad?... op. cit.*”, pp. 11-42; Marcus Kreuzer, “Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos... op. cit.”, pp. 71-98.

⁶⁷ Cf., Pier Luigi Ballini, *Le elezioni nella storia d'Italia dall'Unità al fascismo*, Bologna, Il Mulino, 1988, pp. 157-178; Pier Luigi Ballini, “Elettorato, Sistemi Elettorali, Elezioni”, in Massimo Firpo; Nicola Trafaglia; Pier Giorgio Zunino (Dir), *Istituzioni Politiche e Forme di Governo*, Vol. II, Milano, Garzanti Editore, 1998, pp. 365-477; Paolo Pombeni, *Partiti e Sistemi Politici... op. cit.*, pp. 482-485.

transparente e de se adoptar o sufrágio universal masculino e o sistema proporcional em círculos plurinominais, passando o corpo de leitores para 27,3% da população. Assim, uma massa populacional maioritariamente nova e afectada pelos problemas do pós-guerra adquiriu pela primeira vez o direito de voto em 1919, optando por penalizar os tradicionais grupos políticos liberais, que tiveram dificuldade em adaptar-se ao novo sistema eleitoral e à necessidade de organizarem o acesso das massas à política. O sistema proporcional implicava uma maior organização dos partidos no sentido de formarem listas conjuntas com diversos candidatos em grandes círculos plurinominais, onde era necessário utilizar novas técnicas de propaganda eleitoral (cinematógrafo, cartazes e percurso em automóvel e camião) muito diferenciadas dos antigos métodos clientelares de base local. Os antigos políticos liberais habituados a competirem no seu pequeno feudo uninominal tiveram dificuldade em acomodar-se aos grandes círculos, onde tinham de negociar o seu lugar dentro do partido. Pelo contrário, os modernos partidos de massas, como o jovem Partido Popular Italiano e o Partido Socialista Italiano aproveitaram a sua melhor organização, articulação e disciplina interna para promoverem uma campanha eleitoral moderna, onde as ideias começaram a ter mais influência do que os homens. A propaganda eleitoral tornou-se bastante mais cara e complexa pelas maiores distancias que se tinha de percorrer e pelo maior número de eleitores que se tinha de aliciar⁶⁸.

Nas eleições realizadas em 1919 houve uma acentuada alteração no sistema partidário e uma renovação profunda da Câmara de deputados⁶⁹. O Partido Socialista viu crescer significativamente o seu número de deputados para 156, constituindo-se como o maior grupo parlamentar, seguido pelos católicos do Partido Popular que elegeu 100 deputados. A antiga maioria constitucional liberal ainda teve uma votação importante, favorecida parcialmente pelo novo sistema proporcional, mas estava dividida em diversos grupos parlamentares pouco coesos⁷⁰. No Parlamento acentuou-se ainda a dispersão dos eleitos em pequenos partidos⁷¹.

A representação proporcional não favoreceu o aparecimento dos partidos de massas, que se tinham constituído antes da sua introdução, mas acentuou as modernas características organizativas, hierárquicas e centralizadas que perduraram até aos nossos dias. Os antigos partidos constitucionais, pela lentidão da sua organização e pela divisão

⁶⁸ Serge Noiret, “Le campagne Elettorali dell’Italia Liberale: dai Comitati al Partitti” in BALLINI, Pier Luigi (a cura di), *Idee di Rappresentanza e Sistemi Elettorali in Italia tra Otto e Novecento*, Venezia, Instituto Veneto di Scienze Lettere ed Arti, 1997, pp. 383-454; Maurice Duverger, *Os Partidos... op. cit.*, pp. 80-81; Maurizio Ridolfi, *Il PSI e la nascita del partito di massa, 1892-1922*, Roma, Laterza, 1992.

⁶⁹ Cf., Maria Serena Piretti, “La leggi elettorali e la loro incidenza sulla Camera dei deputati. Un’analisi della ricaduta delle riforme del 1882, 1912 e 1919” in Anna Gianna Manca; Wilhelm Brauneder (a cura di), *L’istituzione parlamentare nel XIX secolo. Una prospettiva comparata*, Bologna, Il Mulino, 1999, pp. 237-265.

⁷⁰ Partido Liberal 41 deputados; Partido Democrático 60 deputados, Partido Radical 12 deputados e eleitos em Listas conjuntas de radicais, liberais e democráticos 96 deputados, cf., Pier Luigi Ballini, *Le elezioni nella storia d’Italia dall’Unità al fascismo*, Bologna, Il Mulino, 1988, pp. 157-178; Pier Luigi Ballini, “Elettorato, Sistemi Elettorali, Elezioni”, in Massimo Firpo; Nicola Trafaglia; Pier Giorgio Zunino (Dir), *Istituzioni Politiche e Forme di Governo*, Vol. II, Milano, Garzanti Editore, 1998, pp. 365-477; Paolo Pombeni, *Partiti e Sistemi Politici... op. cit.*, pp. 482-485.

⁷¹ Cf., Paolo Farneti, “Social conflict, parliamentary fragmentation, institutional shift, and the rise of fascism: Italy” in Juan J. Linz; Alfred Stepan, (Ed.), *The Breakdown of Democratic Regimes*, vol. 2, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1978, pp. 3-33; Hartmut Ullrich, “Dai gruppi al Partito Liberale (1919-1922)” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo... op. cit.*, pp. 493-529; Luigi Lotti, “I Partiti dal sistema uninominal alla proporzionale: la classe dirigente liberale di fronte all’affermazione dei movimenti di massa” in Fernando Garcia Sanz, (Ed.), *España e Italia en la Europa Contemporánea: desde finales del siglo XIX a las Dictaduras*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002, pp. 69-76.

das pequenas formações continuavam ainda ligados, pelo peso da sua história, ao círculo uninominal e ao caciquismo⁷².

O resultado eleitoral e a extensa fragmentação dos grupos parlamentares liberais tornou difícil a formação de um governo de coligação estável, tendo os dois governos presididos por Nitti (333 dias e 25 dias) e o governo presidido por Giolitti (384 dias) tido uma existência fugaz⁷³. Esta situação acentuou-se com as eleições de Maio de 1921 onde os Socialistas e os Populares voltaram a ser os partidos mais importantes, com 124 e 108 deputados, num parlamento dividido em 14 grupos com a proeminência dos diferentes partidos liberais e inclusão dos fascistas e dos comunistas. A antiga elite liberal dividida continuou a dominar executivos de coligação fragilizados pela impossibilidade de chegarem a acordos coesos com os católicos do Partido Popular. A ineficiência parlamentar, a instabilidade governativa e a violência social e política que se seguiu levou o Rei, depois da marcha sobre Roma em outubro de 1922, a entregar a chefia de um executivo de coligação a Mussolini, líder do Partido Nacional Fascista, que parecia ser o único partido disciplinado capaz de liderar um governo forte e coeso. Donde, foi o fracasso das políticas e das coligações de liberais, socialistas e populares que abriram caminho ao poder e ao apoio generalizado das massas aos fascistas⁷⁴.

O Partido Nacional Fascista preparou uma nova lei eleitoral em 1923 que visava a formação de um governo de maioria parlamentar, corrigindo os problemas do parlamentarismo do pós guerra, e que fosse ao mesmo tempo um instrumento de “normalização” da vida política e económica do país e de estabilização e preponderância do governo fascista. Foi reintroduzido o sistema maioritário, mantendo-se o sistema proporcional apenas para um terço dos lugares do Parlamento atribuídos às listas minoritárias. Nas eleições de 1924 os fascistas conseguiram uma maioria absoluta no Parlamento com recurso à violência, conseguindo 69,9% dos deputados que abriu caminho a um regime autoritário e ditatorial e ao fim dos partidos políticos⁷⁵.

⁷² Serge Noiret, “La introducción del sufragio universal y de la representación proporcional en Italia en 1918-1919: una frágil modernización democrática” in Salvador Forner (Coor.), *Democracia, elecciones y modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1997, p. 94. Cf., Adrian Lyttelton, “El patronazgo de la Italia de Giolitti”, *Revista de Occidente*, Tomo 43, N.º 127, Out. – Dez., 1973, Madrid, pp. 94-117.

⁷³ Cf., Serge Noiret, *La nascita del sistema dei partiti nell'Italia contemporanea. La proporzionale del 1919*, Roma, Piero Lacaita editore, 1994; Maurizio Ridolfi, *Interessi e Passioni... Op. cit.*, pp. 284-321; Marco Tarchi, “Italy: Early Crisis and Fascist Takeover” in Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studies*, London, Macmillan Press, 2000, pp. 294-320.

⁷⁴ Cf., Adrian Lyttelton, “La crisis del sistema liberal en Italia”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, Tomo 6, 1993, pp. 297-310; Pier Luigi Ballini, *Le elezioni nella storia d'Italia... op. cit.*, pp. 179-207; Pier Luigi Ballini, “Elettorato, Sistemi Elettorali, Elezioni... op. cit., pp. 365-477; Simone Neri Serneri, “Partiti, Parlamento e Governo: Dal Liberalismo al Fascismo” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito político dalla Grande Guerra al Fascismo... op. cit.*, pp. 263-301; Maurizio Cotta; Alfio Mastropaolo; Luca Verzichelli, “Parliamentary Elite Transformations along the Discontinuous Road of Democratization: Italy 1861-1999” in Heinrich Best; Maurizio Cotta, *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 226-269; Nancy Berneo, “Getting Mad or Going Mad? ... op. cit., pp. 11-42; Paolo Pombeni, *Partiti e Sistemi Politici... op. cit.*, pp. 485-497.

⁷⁵ Cf., Pier Luigi Ballini, *Le elezioni nella storia d'Italia... op. cit.*, pp. 209-220; Pier Luigi Ballini, “Elettorato, Sistemi Elettorali, Elezioni... op. cit., pp. 365-477; Francesco Perfetti, “La Legislazione Elettorale Fascista” in AA.VV., *Le Grandi Leggi Elettorali Italiane, 1848-1993*, Roma, Editore Colombo, 1994, pp. 147-153; Giovanni Sabbatucci, “La crisi del sistema politico liberale” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito político dalla Grande Guerra al Fascismo... op. cit.*, pp. 251-261; Simone Neri Serneri, “Partiti, Parlamento e Governo: Dal Liberalismo al Fascismo” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito político dalla Grande Guerra al Fascismo... op. cit.*, pp. 263-301; Paolo Pombeni, *Partiti e Sistemi Politici ... op. cit.*, pp. 497-500; Manuel Loff,

Na Alemanha, a implantação da República de Weimar em 1919 não constituiu um corte radical com o sistema partidário e, principalmente, com os partidos da Monarquia. Houve sim, uma alteração significativa no peso eleitoral e no poder de influência de cada um. Os partidos situados na área política do socialismo, do liberalismo e do centro católico ganharam relevância face aos partidos conservadores e nacionais liberais⁷⁶.

Os primeiros anos do novo regime ficaram marcados pela humilhante derrota da Alemanha na Guerra, pela queda da Monarquia, pelo Tratado de Versalhes e pela crise económica. No plano político foram anos de instabilidade, marcados por executivos frágeis, nascidos de coligações partidárias. As eleições de 1919, que possibilitaram pela primeira vez o voto feminino, num escrutínio livre e secreto e com a adopção do sistema de representação proporcional, deram a vitória aos partidos da *Coligação de Weimar*, que o incluía o Centro Católico (*Zentrum*), o Partido Democrata Alemão (DDP) e o Partido Social Democrata Alemão (SPD). Este último partido, considerado o primeiro arquétipo do moderno partido de integração de massas burocratizado, disciplinado e hierarquizado⁷⁷, foi o que conseguiu o maior número de acentos na Assembleia Nacional (165 num total de 423), que lhe permitiu liderar o executivo de coligação. Nas eleições de Junho de 1920 para o primeiro Reichstag os partidos da coligação perderam influência, embora o SPD tenha continuado a ser a força mais votada (21,6 % dos deputados). A dispersão dos mandatos conduziu à formação de inúmeros governos de coligação minoritários com diferentes combinações partidárias onde a força mais votada nem sempre participou. De Fevereiro de 1919 a Novembro de 1923 formaram-se 10 executivos na Alemanha⁷⁸.

As eleições de Maio e Dezembro de 1924 e Maio de 1928 não trouxeram alterações profundas no peso relativo dos diferentes partidos. No entanto, os executivos passaram a ser maioritariamente de centro direita com diversas coligações do Centro Católico (*Zentrum*), Partido Popular da Baviera (BVP), Partido Popular Alemão (DVP) Partido Democrático Alemão (DDP) e Partido Popular Nacional Alemão (DNVP). Apenas o Partido Social Democrata Alemão (SPD) e os partidos anti-sistema - Partido Comunista (KPD) e Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP) - ficaram fora dos executivos. Em Junho de 1928 formou-se uma grande coligação já com a presença do SPD e a exclusão do partido constitucional mais à direita - o Partido Popular Nacional Alemão (DNVP). Esta coligação não sobreviveria ao forte impacto da crise de 1929, tendo as eleições de Setembro de 1930 provocado a ascensão dos dois

“Natureza, funções e efeitos das eleições em regimes ditatoriais: O Estado Novo em Perspectiva comparada” in André Freire (Coor.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Portugêses*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 135-207.

⁷⁶ Cf., Jost Dulffer, “Partiti e Sistema partitico in Germania (1918-1925)” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rapresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, Bologna, Il Mulino, 1996, pp. 129-146.

⁷⁷ Cf., Wilhelm Leo Guttsman, *The German Social Democratic Party, 1875-1933*, London, George Alen & Unwin, 1981; Stefan Berger, *The British Labour Party and the German Social Democrats, 1900-1931. A Comparative Study*, Oxford, Oxford University Press, 1994.

⁷⁸ Cf., Folko Arends; Gerhard Kummel, “Germany: From Double Crisis to National Socialism” in Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studis*, London, Macmillan Press, 2000, pp. 184-212; Jost Dulffer, “Partiti e Sistema partitico in Germania (1918-1925)” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo... op. cit.*, pp. 129-146; Paolo Pombeni, *Partiti e Sistemi Politici nella Storia Contemporanea (1830-1968)*, Bologna, Il Mulino, 1994, 394-398; Gerhard A. Ritter, “The social bases of the German Political Parties, 1867-1920” in Karl Rohe, *Elections, parties and political traditions: Social Foudations of German Parties and Party Systems, 1867-1987*, New York, Berg, 1990, pp. 27-52.

partidos extremistas do sistema partidário alemão. O Partido Comunista (KPD) obteve 77 lugares no parlamento e o Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP) 107 o que representava respectivamente 13,1% e 18,3%. O SPD continuou a ser a força política mais votada (143 parlamentares), mas o emagrecimento dos partidos de notáveis liberais, como o Partido Democrático Alemão e o Partido Popular Alemão, inadaptados à crise económica e à era das massas, inviabilizaram a formação de um executivo partidário, tendo o Presidente optado por nomear governos de iniciativa presidencial com base no artigo 48.º da Constituição, segundo o qual o Presidente podia nomear o chanceler em situações temporárias e de emergência sem atender aos resultados eleitorais, que também não deram estabilidade ao sistema político⁷⁹.

As eleições de Julho de 1932 acentuaram a subida dos partidos radicais de esquerda e direita numa sociedade assolada pela grande depressão. O NSDAP, chefiado por Hitler, foi o partido mais votado, tendo elegido 230 deputados, correspondendo a 37,3% dos parlamentares e o Partido Comunista (KPD) elegeu 89 deputados correspondendo a 14,6 do Reichstag. Dos três partidos desleais ao sistema democrático apenas o Partido Popular Nacional Alemão (DNVP) perdeu influência no Parlamento face às eleições de 1930. O número de deputados destes três partidos em 1932 somavam já uma clara maioria de 57,8%. O triunfo Nazi foi preparado com uma onda de violência das suas milícias contra os seus adversários políticos, em particular para com os comunistas e os social-democratas⁸⁰. O presidente Hindenburg opôs-se a designar Hitler como chefe de governo, mas teve de convocar novas eleições gerais, dado que o programa de governo de Von Papen não passou no Parlamento. As eleições de Novembro de 1932 voltaram a dar a vitória ao Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP), embora com uma votação menor face a Julho. O partido de Hitler elegeu 196 deputados correspondendo a 33,1% dos lugares do Parlamento, a segunda força política foi o Partido Social Democrata Alemão (SPD) com 20,4% e a terceira força política foi o Partido Comunista Alemão (KPD) com 16,9%. O Presidente nomeou um independente, o general Von Schleicher, para formar um governo de “salvação nacional” que incluiria elementos da ala esquerdista do partido Nazi, com o objectivo de limitar o poder hitleriano. Contudo, as negociações infrutuosas com os partidos do centro e centro esquerda e a descoberta de escândalos político-financeiros abriram uma oportunidade para a nomeação de Hitler como chanceler a 30 de Janeiro de 1933, num governo de coligação onde também participava o Partido Popular Nacional Alemão (DNVP). O novo executivo iniciou uma política de “Revolução Nacional” no sentido de consolidar o poder do Partido Nacional Socialista e do seu líder, através da suspensão das leis fundamentais. Estas medidas foram acentuadas após as eleições de Março de 1933 que deram a vitória ao Partido Nazi com uma margem superior (43,9%)⁸¹.

⁷⁹ Cf., Folko Arends; Gerhard Kummel, “Germany: From Double Crisis to National Socialism” in Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe... op. cit.*, pp. 184-212; Ansgar Schäfer, “A Ascensão de Hitler. O poder entregue pelos conservadores”, *História*, n.º 25, Lisboa, Maio, 2000, pp. 32-43; Marcus Kreuzer, “Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos. O desempenho eleitoral dos liberais na França e na Alemanha de entre-guerras”, *Penélope*, n.º 19-20, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 71-98.

⁸⁰ O Governo de Von Papen levantou a proibição das milícias do NSDAP semanas antes das eleições, tendo a violência política subido em flecha. Cf., Ansgar Schäfer, “A Ascensão de Hitler... op. cit.”, pp. 32-43.

⁸¹ Cf., M. Rainer Lepsius, “From fragmented party democracy to government by emergency decree and national socialist takeover: Germany” in Juan J. Linz; Alfred Stepan, (Ed.), *The Breakdown of Democratic Regimes*, vol. 2, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1978, pp. 34-79; Folko Arends; Gerhard Kummel, “Germany: From Double Crisis to National Socialism” in Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe... op. cit.*, pp. 184-212;

O Partido Nacional Socialista (NSDAP) só conseguiu uma base sólida de apoio após o acentuar da crise económico-financeira dos anos trinta⁸² e do fracasso das políticas liberais e social-democratas e das várias combinações governativas. De facto, durante o pós-guerra a Alemanha foi governada por executivos de coligação, muitas vezes com minoria parlamentar e na crise final do regime democrático, por executivos presidenciais pouco consistentes. Nestes últimos gabinetes existia mais uma coligação de ministros de que uma coligação de partidos. Os partidos moderados entraram em clara decadência, imobilismo e fragmentação, com destaque para os liberais (Partido Democrático Alemão, DDP; Partido Popular Alemão, DVP), que perderam o apoio das classes médias ao se enredarem nas redes de influência dos interesses capitalistas, e para o partido mais forte da primeira fase da República de Weimar - o SPD (Partido Social Democrata alemão). Este partido começou, a partir de 1930, a perder influência no Parlamento, tendo passado a percentagem de acentos parlamentares de 29,8 % em 1928 para 24,5 % em 1930, 21,6 % em Julho de 1932 e 20,4% em Novembro de 1932. Pelo contrário, os partidos extremistas e anti-democráticos como o Partido Nazi e o Partido Comunista alemão viram a sua influência crescer no Parlamento. Este último passou de 10,6%, a 13,1%, a 14,6% e a 16,9% naquela instituição nas mesmas eleições. O compromisso entre os operários do movimento social-democrata e a burguesia liberal-democrática quebrou-se nestes anos, tendo a opção radical de direita ganho vantagem entre a população alemã face aos seus rivais esquerdistas⁸³.

Em síntese, a introdução da representação proporcional na Alemanha e na Itália em 1919 provocou uma fragmentação partidária muito mais acentuada nestes países do que em França ou Inglaterra, onde não foi implementada, tornando o seu sistema partidário pluralista polarizado. A incapacidade de criar coligações de centro-direita consistentes levou o Partido Social Democrata alemão (SPD) e o Partido Socialista italiano (PSI) a vitórias eleitorais transitórias. Nos anos seguintes acentuou-se a fragmentação partidária, o esvaziamento do centro político e houve um reforço dos partidos situados à esquerda e à direita do espectro político. Os partidos liberais que tinham a hegemonia do sistema partidário antes da guerra, não conseguiram criar consensos nem defender o sistema democrático e deixaram de constituir uma alternativa credível face aos novos partidos de integração de massas de direita e esquerda. O pluralismo extremo e altamente polarizado do leque partidário com predominância das forças centrífugas exercidas pelas oposições extremistas incompatíveis e desleais

Stefan Berger, "The attempt at Democratization under Weimar" in John Garrard; Vera Tolz; Ralph White, (Ed.), *European Democratization since 1800*, London, Macmillan Press, 2000, pp. 96-115; Manuel Loff, "Natureza, funções e efeitos das eleições em regimes ditatoriais: O Estado Novo em Perspectiva comparada" in André Freire (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 135-207.

⁸² Inicialmente a base de apoio do NSDAP assentava principalmente na classe média, a que se juntou as classes baixas com o agravamento da crise dos anos trinta. Em termos de estrutura etária os seus membros eram maioritariamente mais jovens do que, por exemplo os membros do SPD, cf., Paul Madden, "The social class origins of Nazi Party Members as determined by occupations, 1919-1933", *Social Science Quarterly*, Volume, 68, Number 2, June, 1987, pp. 263-280.

⁸³ Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia...* *op. cit.*; Folko Arends; Gerhard Kummel, "Germany: From Double Crisis to National Socialism" in Dirk Berg-Schlosser; Jeremy Mitchell, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe...* *op. cit.*, pp. 184-212; Jost Dulffer, "Partiti e Sistema partitico in Germania (1918-1925)" in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo...* *op. cit.*, pp. 129-146; Ansgar Schäfer, "A Ascensão de Hitler..." *op. cit.*, pp. 32-43; Marcus Kreuzer, "Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos..." *op. cit.*, pp. 71-98; Larry Eugene Jones, *German Liberalism and the Dissolution of the Weimar Party System, 1918-1933*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1988; Peter Fritzsche, "Did Weimar Fail?", *The Journal of Modern History*, N.º 68, The University of Chicago, September 1996, pp. 629-659.

acentuou-se, bem como a distância ideológica entre elas, impedindo qualquer consenso fundamental em torno da questão do regime político ou de qualquer outra questão menor. As acções dos seus apoiantes radicalizaram-se e extremaram-se acabando por minar definitivamente a governabilidade, a eficácia e a legitimidade do sistema político⁸⁴.

Em Itália e na Alemanha houve, à semelhança de França e Reino Unido, uma maior mobilização de massas e uma integração de novas forças políticas dentro do sistema político. A diferença residiu na distribuição e dispersão do poder. Na Alemanha e Itália o poder ficou num primeiro momento altamente disperso (com mais de cinco partidos no Parlamento) e pouco consistente (forte instabilidade governativa) para posteriormente ficar concentrado num partido, enquanto em França e no Reino Unido o poder continuou a estar distribuído por várias organizações, embora nunca tivesse alcançado o grau de polarização atingido na Alemanha e na Itália. O mono partidarismo e o pluralismo partidário coincidiram em sociedades modernas muito mais politizadas e mobilizadas para o fenómeno político do que nas décadas anteriores. Os partidos fascistas caracterizaram-se pela sua modernidade, distanciando-se dos antigos partidos tradicionais na sua estrutura, dinâmica e abrangência ideológica. Procuraram mobilizar e integrar grandes massas e já não só caciques e notáveis. O Estado unipartidário foi uma evolução natural das sociedades modernas quando o pluralismo partidário falhou, dada a necessidade de continuar a enquadrar uma sociedade fortemente mobilizada. Pelo contrário, a crise do sistema partidário numa sociedade tradicional pode levar ao antipartidarismo, dado que os partidos ainda não desempenhavam funções vitais na sociedade podendo esta prescindir dos seus serviços, como sucedeu parcialmente em Portugal nos anos trinta⁸⁵.

No pós guerra, a elite dos partidos conservadores alemães e italianos continuou a estar dominada por membros com formação universitária, em particular na Itália. Pelo contrário, nos novos partidos de massas de esquerda e direita, o peso dos dirigentes com estudos universitários era menor, principalmente nos partidos alemães (Partido Comunista; Partido Social Democrata e Partido Nazi). A formação em direito não era tão considerável na elite política alemã, como noutros países, havendo uma formação mais heterogénea. Já em Itália, a formação em direito continuou a ser preponderante na elite política dos partidos. Nos partidos conservadores alemães, os funcionários públicos e os empresários agrícolas, comerciais e industriais tinham um peso importante na composição da sua elite política. A experiência na política local era importante na ascensão nos partidos alemães e italianos, ao contrário do que sucedia aparentemente em Portugal⁸⁶.

⁸⁴ Giovanni Sartori, *Partidos y sistemas de partidos*, 2.ª edição, Madrid, Alianza Editorial, 1997; Richard J. Evans “Ascenso y triunfo del Nazismo en Alemania” e Juan J. Linz, “La crisis de las democracias” in Mercedes Cabrera; Santos Juliá; Pablo Martín Aceña, (Comps.), *Europa en crisis, 1919-1939*, Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1991, pp. 97-118 e pp. 231-280; Marcus Kreuzer, “Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos... *op. cit.*”, pp. 71-98. João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente... op. cit.*, pp. 23-25; Karl Rohe, “German Elections and party Systems in Historical and Regional Perspective: An Introduction” in Karl Rohe (Edited by), *Elections, parties and political traditions: Social Foundations of German Parties and Party Systems, 1987-1987*, New York, Berg, 1990, pp. 1-25.

⁸⁵ Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia... op. cit.*; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente... op. cit.*, pp. 23-25.

⁸⁶ Cf., Heinrich Best; Christopher Hausmann; Karl Schmitt, “Challengers, Failures, and Final Success: The Winding Path of German Parliamentary Integrated Elite 1848-1999”, in Heinrich Best; Maurizio Cotta (Edited by), *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 138-195; Maurizio Cotta; Alfio Mastropaolo; Luca Verzichelli, “Parliamentary Elite transformations along the Discontinuous Road

of Democratization: Italy 1861-1999” in Heinrich Best; Maurizio Cotta (Edited by), *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 226-269; Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.^a República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideais, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417.

4. Espanha

O sistema bipartidário espanhol da Restauração (1875-1923) mostrou-se bastante estável até cerca de 1912. Assentava na existência de dois partidos fortes, o conservador e o liberal, que se revezavam pacificamente no poder. A alternância, conhecida por o «turno», iniciava-se normalmente com uma crise parlamentar do partido da maioria. Para superar estas dificuldades do partido do governo, a Coroa atribuía o poder ao partido da oposição e permitia a dissolução das Cortes para que se efectuassem novas eleições, das quais iria resultar uma nova maioria parlamentar do novo executivo com o acordo entre os partidos governamentais (conservador e liberal) e com a utilização de práticas clientelares e fraudulentas. O Rei desempenhava um papel fundamental em todo este processo e as suas decisões não podiam ser arbitrárias para o bom funcionamento do sistema. O Rei apenas atribuía o «Poder» ao outro partido quando surgia um momento de crise política de difícil resolução dentro do quadro parlamentar existente. O partido da oposição que recebia o encargo de formar governo devia dar garantias da coesão do seu grupo parlamentar para que não surgisse, no curto prazo, uma nova crise nas Cortes. Este sistema permitia assim manter a coesão e a disciplina partidária, dado que os parlamentares que iniciavam processos de dissidência sofriam normalmente penalizações nos seguintes actos eleitorais⁸⁷.

A fórmula política encontrada pela Restauração permitiu edificar um regime liberal pacificado, afastado dos pronunciamentos militares, embora ainda não democrático. Em Espanha, à semelhança de outros países europeus da época, existia uma fraude eleitoral generalizada, praticada pelo poder governamental e pelos poderes locais, que permitia integrar vastos interesses e apaziguar as tensões da sociedade, mas ao mesmo tempo dificultava a entrada no Parlamento de novos partidos⁸⁸. O sistema funcionava sem violência, dado que foi construído desde o poder executivo para satisfazer um grupo reduzido, mas diversificado, de políticos profissionais das mais variadas famílias liberais que iriam desfrutar periodicamente do poder. Foi possível encontrar um mecanismo de alternância pacífico e económico, com moderação e tolerância no governo e lealdade e paciência na oposição. Queria evitar-se o exclusivismo e monopólio de partido no poder, a intransigência e extermínio político do rival, a conspiração e golpe de partido na oposição⁸⁹.

Este sistema partidário entrou em decomposição no início do século XX, acentuando-se este fenómeno em 1914 e principalmente após 1918. O desaparecimento dos líderes históricos do partido conservador (Cánovas em 1897) e do partido liberal (Sagasta em 1903) e a impossibilidade de criar novos líderes aceites pelas facções mais relevantes com um mínimo de continuidade nos dois partidos debilitaram o regime bipartidário. A falta de liderança e de disciplina partidária provocou o fraccionamento do partido conservador então liderado por Eduardo Dato, surgindo do seu seio os *mauristas* (chefiados por Antonio Maura) e os *ciervistas* (liderados por Juan de la

⁸⁷ Javier Moreno Luzón, “Partidos y Parlamento en La crisis de la Restauración” in Mercedes Cabrera (Dir.), *Con Luz e Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)*, Madrid, Taurus, 1998, pp. 68-69.

⁸⁸ Cf., Teresa Carnero Arbat, “Política de masas y Parlamento: entre la continuidad y la ruptura (1890-1923)” in, Fernando García Sanz, (Ed.), *España e Italia en la Europa Contemporánea: desde finales del siglo XIX a las Dictaduras*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002, pp. 77-108.

⁸⁹ José Varela Ortega, “Introducción” in José Varela Ortega, (Director), *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons, 2001, p. 12.

Cierva)⁹⁰. Dos liberais, encabeçados pelo conde de Romanones, surgiram os *democratas* de Manuel García Prieto e os *albistas* de Santiago Alba⁹¹. Brotaram ainda outras pequenas dissidências, com menor expressão, que acentuaram a polarização do sistema partidário⁹². Esta divisão reflectia uma clivagem estratégica e por vezes ideológica dentro dos partidos tradicionais, mas principalmente incompatibilidades de liderança⁹³.

Os partidos minoritários do sistema, embora não tenham visto o seu peso relativo subir muito no Parlamento entre 1914 e 1923⁹⁴, viram a sua influência acentuar-se, tanto na capacidade de obstrução parlamentar, como nas eleições, devido à fragmentação dos antigos partidos do «turno». No entanto, os partidos anti-sistema também não conseguiram assumir-se como uma verdadeira alternativa. O *Maurismo*, após uma primeira fase de mobilização, converteu-se em mais uma família do conservadorismo. O republicanismo perdeu progressivamente força no Parlamento. Os socialistas, embora estivessem em crescimento, apenas em Madrid conseguiram resultados importantes. O tradicionalismo tinha-se adaptado às realidades da política da Restauração, tendo o seu peso no parlamento diminuído progressivamente. Os reformistas de Melquíades Álvarez transformaram-se em mais uma corrente do liberalismo. Os católicos e os regionalistas não tinham força suficiente para influenciar uma mudança decisiva no sistema político. No entanto, o regionalismo tornou-se uma realidade com maior peso após a I Guerra Mundial. A questão da Catalunha e o problema da ordem pública em Barcelona tornaram-se dois dos principais problemas que tiveram de enfrentar os partidos e os governos da fase final da Restauração⁹⁵.

No início dos anos vinte, os partidos sem acesso ao governo transmitiam uma sensação de impotência, dado que não conseguiam assumir-se como uma força mobilizadora face aos partidos dinásticos na transformação da sociedade espanhola. Todavia, a Espanha continuou o seu processo de modernização e a presença de todas estas forças políticas no Parlamento espanhol podem ser entendidas como um elemento de complexificação e de maior independência do poder legislativo face ao poder

⁹⁰ Cf., María Jesús Gonzáles Hernández, *Ciudadanía y acción. El conservadurismo maurista, 1907-1923*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1990; Julio Gil Pecharromán, “Notables en busca de masas: el conservadurismo en la crisis de la Restauración” *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, T. 6, 1993, pp. 233-266.

⁹¹ Cf., Mercedes Cabrera Calvo-Sotelo; Francisco Comín Comín; José Luis García Delgado, (Dir.), *Santiago Alba. Un programa de reforma económica en la España del Primer Tercio del siglo XX*, Madrid, Ministerio de Economía y Hacienda – Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 1989; José María Marín Arce, *Santiago Alba y la crisis de la Restauración*, Madrid, UNED, 1990; Thomas G. Trice, *Spanish Liberalism in Crisis. A study of the Liberal Party during Spain's Parliamentary Collapse, 1913-1923*, New York & London, Garland Publishing, Inc, 1991; José María Marín Arce, “El Partido Liberal en la crisis de la Restauración”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, T. 6, 1993, pp. 267-296; Javier Moreno Luzón, *Romanones. Caciquismo y Política Liberal*, Madrid, Alianza Editorial, 1998.

⁹² Veja-se o quadro geral dos partidos e dos “grupos parlamentares” da Câmara dos Deputados em: Manuel Baiôa, “Partidos e sistema partidário na crise do Liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004, p. 47.

⁹³ Javier Moreno Luzón, “Partidos y Parlamento...”, *op. cit.*, pp. 67-102; Miguel Artola, *Partidos y Programas Políticos, 1808-1936*, Tomo I, Madrid, Aguilar, 1977, pp. 349-553.

⁹⁴ Regionalistas, Reformistas, Republicanos, Tradicionalistas, Socialistas e Independentes detinham 20% da representação parlamentar em 1914 e 23% em 1923. Cf., Quadro I em Manuel Baiôa, “Partidos e sistema partidário na crise do Liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder...*, *op. cit.*, p. 47.

⁹⁵ Manuel Suárez Cortina, *El Reformismo en España. Republicanos y Reformistas bajo la Monarquía de Alfonso XIII*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1986; José Luís Gómez-Navarro, *El Régimen de Primo de Rivera. Reyes, Dictaduras y Dictadores*, Madrid, Cátedra, 1991, pp. 105-107; Javier Moreno Luzón, “Partidos y Parlamento...”, *op. cit.*, 67-102; Genoveva García Queipo de Llano, *El reinado de Alfonso XIII. La modernización fallida*, Madrid, Historia 16, 1997.

executivo que poderiam ter contribuído para a democratização do sistema político e para reforçar a importância do Parlamento. No entanto, eram também um elemento de fragmentação que dificultava a governação do país⁹⁶.

Este quadro de fraccionamento e de falta de liderança, indiscutível dentro das forças políticas, levou ao epílogo do acordo entre os dois principais partidos para colaborarem no «turno», à instabilidade governativa e a uma maior dependência dos partidos face ao Rei Alfonso XIII na nomeação do novo executivo e a uma intromissão deste na vida interna dos partidos⁹⁷. A prerrogativa régia (e não o Parlamento) converteu-se no único e decisivo elemento que concedia o governo a um ou a outro partido ou fracção de partido⁹⁸.

Dado que deixou de ser possível nomear governos partidários com maioria no Parlamento, o Rei teve de nomear gabinetes de concentração nacional e de facção entre 1917 e 1919 e de coligação entre 1919 e 1923, que passaram a contar com a colaboração de alguns ministros afastados dos partidos, mas que possuíam elevada competência técnica. No entanto, estes gabinetes não tiveram vida duradoura devido à fragilidade das alianças, mas também ao facto de ser difícil manter a disciplina partidária dentro dos partidos de notáveis que compunham o Parlamento da Restauração⁹⁹.

As eleições eram cada vez mais abertas e menos «controláveis» pelo poder executivo (a partir de 1918 os governos deixaram de obter vitórias eleitorais expressivas e em 1919 o executivo saiu derrotado) devido ao maior número de agrupamentos políticos concorrentes e ao facto de existirem numerosos deputados com o seu lugar assegurado, como aliás sucedia em Portugal no mesmo período, devido ao controlo férreo que possuíam no seu feudo eleitoral. Por isso, estes deputados podiam votar no Parlamento conforme a sua consciência e o seu interesse mandasse, dado que eram eleitos pelo seu poder pessoal e não por pertencerem a este ou àquele partido. A elite dos principais partidos da restauração era composta maioritariamente por elementos com formação universitária, com destaque para a formação em direito. Embora posteriormente nem todos seguissem carreiras profissionais ligadas às leis. No entanto, o advogado representava o típico político da restauração. Já os homens de negócios tinham um peso residual na elite partidária da restauração, com excepção dos grandes proprietários agrícolas¹⁰⁰.

A falta de consistência interna dos «grupos parlamentares» foi uma das principais causas da crescente descredibilização dos partidos e do Parlamento nos dois países ibéricos. Os partidos eram apresentados pela imprensa como organizações clientelares minadas pela acção dos caciques locais, que centravam a sua acção política

⁹⁶ Luis Arranz; Mercedes Cabrera, “Parlamento, sistema de partidos y crisis de gobierno en la etapa final de la Restauración (1914-1923)”, *Revista de Estudios Políticos*, N.º 93, Julio-Septiembre, 1996, pp. 313-330; José Varela Ortega; Luís Medina Peña, *Elecciones, alternancia y democracia. España-México, una reflexión comparativa*, Biblioteca Nueva. Madrid, 2000, pp. 171-174.

⁹⁷ Vejam-se as recentes obras abonatórias sobre a conduta política de Alfonso XIII, que reforçam as teses revisionistas sobre o seu reinado: Carlos Seco Serrano, *Alfonso XIII*, Madrid, Arlanza Ediciones, 2001; Javier Tussel; Genoveva G. Queipo de Llano; *Alfonso XIII*, Madrid, Taurus, 2001.

⁹⁸ José Luis Gómez-Navarro, *El Régimen...*, *op. cit.*, p. 108; Mercedes Cabrera (Dir.), *Con Luz e Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)*, Madrid, Taurus, 1998, pp. 33-36.

⁹⁹ Javier Moreno Luzón, “Partidos y Parlamento...”, *op. cit.*, 67-102.

¹⁰⁰ Cf., Mercedes Cabrera (Dir.), *Con Luz e Taquígrafos...*, *op. cit.*, pp. 67-102 e 185-186; José Varela Ortega, (Director), *El poder de la influencia...*, *op. cit.*, pp. 158-159, 573-576 e 601; Juan J. Linz; Pilar Gangas; Miguel Jerez Mir, “Spanish Diputados: From the 1876 Restoration to consolidated Democracy” in Heinrich Best; Maurizio Cotta (Edited by), *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 371-462.

em torno de interesses individuais e da sua família. A elite política parlamentar era constituída maioritariamente por indivíduos com uma situação económica abastada e independente, destacando-se os proprietários, os advogados, os funcionários públicos, os comerciantes e os industriais, com um peso variável conforme a sua região de origem. Do Parlamento transparecia para a opinião pública o absentismo dos deputados e as longas sessões de discussões estéreis (que por vezes acabavam em insultos e agressões), agravadas desde 1914 pela crescente preponderância dos pequenos partidos e grupos anti-sistema e pela dificuldade crescente dos partidos tradicionais em manter a disciplina partidária. Esta situação levava a que os debates fossem intermináveis, tornando o Parlamento e o próprio Governo completamente inoperantes devido a esta obstrução legislativa que impedia, por exemplo, a aprovação do orçamento¹⁰¹. Os deputados tiveram consciência desta nova realidade e aprovaram um novo regulamento da Câmara dos Deputados em 1918 que apontava para algumas tímidas reformas no sentido de racionalizar a organização do Parlamento com o objectivo de o tornar mais eficaz e prestigiado¹⁰².

No entanto, este pequeno passo no sentido de uma maior eficácia parlamentar e governativa (governos de coligação) e o aparecimento de alguns sinais de uma maior democraticidade do sistema político ficaram ofuscados por três problemas inadiáveis e de difícil resolução pelas instituições políticas da Restauração. Em primeiro lugar a ordem pública e a violência política, em segundo lugar a questão marroquina e por último a intervenção dos militares na política.

A nível económico, a neutralidade espanhola durante a I Guerra Mundial foi muito positiva devido à crescente procura no mercado internacional de alguns dos seus produtos, em particular do ferro basco e do carvão asturiano. Não obstante, a guerra também provocou uma subida mais rápida do preço dos produtos de maior necessidade face aos salários, o que contribuiu para o crescimento das tensões sociais e do sindicalismo. As greves, a agitação social e os atentados foram deficientemente controlados pelos executivos, principalmente em Barcelona entre 1917 e 1919. A violência política generalizou-se também à Andaluzia (1918-1920) e a outras regiões espanholas, tendo inclusivamente o chefe do executivo conservador, Eduardo Dato, sido assassinado por três anarquistas em Madrid a 8 de Março de 1921. Esta situação explosiva provocou uma reacção dos sectores conservadores, patronais e seus subordinados no sentido de esquecer as divisões internas procurando unir forças para criar uma mobilização dos «cidadãos armados», como o Somatém de Barcelona, e um reforço militar das autoridades administrativas com o objectivo de controlar as reivindicações operária e a agitação social. A reacção do governo com o recurso aos meios militares e aos sectores conservadores da sociedade civil conseguiu parar a onda revolucionária esquerdista a partir de 1920. Esta reposição da autoridade do Estado coincidiu também com a desunião da conjunção revolucionária que incluía

¹⁰¹ Veja-se as semelhanças com o caso português em Luís Farinha, “O Parlamento Republicano. Funcionamento e Reformas (1918-1926)” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder...*, op. cit., p. 49-77.

¹⁰² Mercedes Cabrera, “La reforma del reglamento de la Cámara de Diputados en 1918”, *Revista de Estudios Políticos*, N.º 93, Julio-Septiembre, 1996, pp. 345-357; Mercedes Cabrera (Dir.), *Con Luz e Taquígrafos...* op. cit., pp. 49-52, 145-209; Mercedes Cabrera, “El parlamento en la crisis del Estado liberal en España”, in Manuel Suárez Cortina (ed.), *La crisis del Estado liberal en la Europa del Sur*, Santander, Sociedad Menéndez Pelayo, 2000, pp.159-186. Veja-se a evolução semelhante ocorrida na Câmara de Deputados italiana: Giovanni Orsina, “L’organizzazione politica nelle Camere della proporzionale (1920-1924)” in Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito político dalla Grande Guerra al Fascismo...* op. cit., pp. 397-489.

republicanos, socialistas e anarco-sindicalistas¹⁰³. Os empresários não se reviam nos partidos e nos governos da fase final da Restauração (à semelhança do que sucedeu no final da I República portuguesa), o que acentuou o processo de unidade corporativa em curso e os levou, por vezes, a intervir directamente na vida política¹⁰⁴. Defendiam a criação de um governo forte que restabelecesse a ordem pública e a paz social, que defendesse melhor os interesses do patronato e que fosse intervencionista, tanto no plano económico para impulsionar o desenvolvimento e o protecționismo, como no plano social para, uma vez imposta a «ordem» com autoridade e liquidadas as organizações operárias revolucionárias, estabelecesse um novo sistema de relações laborais, entre as quais se destacava a proposta corporativista¹⁰⁵.

O reaparecimento dos militares na política resultou da convergência de questões corporativas, do problema de Marrocos e da ordem pública. A inflação do pós-guerra não afectou apenas as classes populares. As classes médias e até os oficiais das forças armadas também sofreram com o encarecimento do nível de vida. O facto do rácio entre oficiais e soldados ser muito elevado quando comparado com outros países europeus (França 29.000 oficiais/500.000 soldados; Espanha 16.000 oficiais/80.000 soldados) levava a que o orçamento fosse gasto quase exclusivamente com os salários dos oficiais (cerca de 60% em Espanha) e mesmo assim fosse insuficiente para cobrir a subida do custo de vida¹⁰⁶. Em Portugal, vivia-se uma situação semelhante: número de oficiais muito acima do estabelecido por lei e poder de compra deteriorado no pós guerra¹⁰⁷.

Em Espanha, os protestos dos militares subiram de tom em 1916 devido à tentativa do governo de estabelecer novas provas para a promoção na carreira militar. As forças armadas reagiram, tendo organizado juntas de defesa dos militares que reuniram as reivindicações corporativas, às quais os governos tiveram dificuldade em dar resposta. Por outro lado, a expansão da presença espanhola em Marrocos originou uma reacção dos indígenas comandados por Abd-el-Krim que levou ao desastre de Annual em Julho de 1921, tendo as forças armadas espanholas perdido as posições adquiridas nos últimos anos e cerca de 10.000 soldados. Mas o mais grave do desastre de Marrocos foram as suas consequências políticas, dado que o sistema colonial adoptado tinha originado no seio militar ferozes críticas aos governos e aos partidos e veio possibilitar novos motivos de discórdia. O exército, embora dividido por inúmeras questões, conseguiu criar uma plataforma de união contra os políticos profissionais. Os partidos políticos da Restauração envolveram-se numa violenta disputa em torno da responsabilidade do desastre, mas no fundo todos tinham responsabilidades, dado que todos os partidos dinásticos tinham passado pelo governo desde o início do problema marroquino. Em conclusão, o tema de Marrocos converteu-se num factor de decomposição do sistema político e de união dos meios castrenses em torno de uma retórica regeneracionista contra os partidos e os políticos inaptos que se mostravam

¹⁰³ Cf., Eduardo González Calleja, *El Máuser y el sufragio. Orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999; Francisco J. Romero Salvadó, “Spain and the First World War: The Structural Crisis of the Liberal Monarchy”, *European History Quarterly*, Vol. 25, London, SAGE, 1995, 529-554.

¹⁰⁴ Cf., Leandro Álvarez Rey, “Organizaciones patronales durante la Dictadura de Primo de Rivera. La Unión Comercial Sevillana”, *Revista de Historia Contemporánea*, Departamento de Historia de España Moderna y Contemporánea de la Universidad de Sevilla, n.º 4, 1985, pp. 167-177; Fernando del Rey Reguillo, *Propietarios y patronos. La política de las organizaciones económicas en la España de la Restauración (1914-1923)*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

¹⁰⁵ José Luis Gómez-Navarro, *El Régimen... op. cit.*, pp. 400-405.

¹⁰⁶ Genoveva García Queipo de Llano, *El reinado de Alfonso XIII... op. cit.*, pp. 56-58.

¹⁰⁷ Cf., Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX*, Lisboa, INCM, 1985, pp. 220-249.

incapazes de resolver o problema da instabilidade governativa, da moralização da política, da ordem pública, da guerra africana e da carreira militar¹⁰⁸.

O pronunciamento militar levado a cabo por Primo de Rivera a 13 de Setembro de 1923 acabaria por ter o apoio do Rei, que se transformou no catalisador das aspirações políticas e corporativas das forças armadas e de vastos sectores da sociedade espanhola que aspiravam por uma renovação do sistema político.

¹⁰⁸ Genoveva García Queipo de Llano, *El reinado de Alfonso XIII... op. cit.*, pp. 54-88; 94-99; José Luís Gómez-Navarro, *El Régimen... op. cit.*, pp. 40-100; 353-359.

5. Portugal

Durante a I República Portuguesa (1910-1926) o *Partido Republicano Português*, (PRP) também conhecido por *Partido Democrático* conseguiu, após ter liderado a Revolução Republicana em 1910, tornar-se o partido hegemónico do sistema multipartidário¹⁰⁹ e federador de muitos interesses, o que contribuiu para que fosse um partido pouco homogéneo¹¹⁰. Esta dominação e a ausência de alternância provocaram uma identificação entre o partido e o regime, dado o controlo do aparelho do Estado por parte do PRP e a dificuldade das forças da oposição em aceder aos órgãos do Poder isoladamente. Esta situação provocou uma crise de representatividade e de participação política de grande parte da população e reforçou a deslegitimação e a instabilidade da República¹¹¹. Foi a partir deste partido abrangente que surgiram através de várias dissidências praticamente todos os outros partidos relevantes da I República. Apenas à direita a Causa Monárquica, o Centro Católico Português e a União dos Interesses Económicos e à esquerda o Partido Socialista e o Partido Comunista Português tiveram uma origem diferente. Este facto marcou o regime republicano dado o desejo inquebrável dos dirigentes do PRP de liderarem um movimento frentista no governo e no parlamento que reunisse toda a família republicana.

Os partidos da I República portuguesa têm sido classificados pelos historiadores como partidos de notáveis, dado que eram por natureza organizações pragmáticas, fracamente doutrinadas e procuravam converter acima de tudo a sua notoriedade em apoios eleitorais e políticos e nem sempre em novos aderentes. Estes partidos tinham normalmente um funcionamento interno deficiente e irregular. Eram normalmente confederações pouco coesas e flexíveis de comissões locais independentes, chefiadas por um cacique, com uma fraca conexão horizontal e vertical com as outras estruturas partidárias. O relacionamento interno dos partidos circunscrevia-se muitas vezes apenas a relações pessoais. Na maior parte das localidades a mobilização política existia apenas nos momentos eleitorais. Nas cidades existia por vezes um jornal e um centro político onde gravitavam os sócios à espera que o notável local lhes oferecesse um emprego, os livrasse da tropa ou lhes concedesse outros favores. O directório e principalmente o grupo parlamentar eram as principais cúpulas dirigentes do partido que orientavam a estratégia a seguir, mas a autonomia dos caciques locais era ampla¹¹².

¹⁰⁹ Marcelo Rebelo de Sousa designou o sistema partidário da I República de multipartidarismo de partido dominante (Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 167). Fernando Farelo Lopes, também na mesma linha, classifica-o de “regime parlamentarista de partido dominante”, (Fernando Farelo Lopes, “Um regime parlamentarista de partido dominante”, in António Reis (Direção de), *Portugal Contemporâneo*, Vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 85-100). Cf., Giovanni Sartori, *Partidos y sistemas de partidos... op. cit.*, pp. 275-287.

¹¹⁰ Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 57.

¹¹¹ Marcelo Rebelo de Sousa, *Os partidos...*, *op. cit.*, pp. 167-177; Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 11; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Identidade Política. A Construção do Sistema Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Sumário das Provas de Agregação, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

¹¹² Cf., Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa...*, *op. cit.*; Ernesto Castro Leal, “Partidos e grupos políticos na I República” in João Medina (dirigida por), *A República*, «História de Portugal» Vol X, Amadora, Ediclube, 1993, pp. 287-318; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descridibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996; António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República...*, *op. cit.*; Ernesto Castro Leal, *Partidos e*

No entanto, convém salientar as diferenças que existiam entre alguns destes partidos de notáveis e realçar que alguns iniciaram uma aproximação a um modelo de partido moderno e funcional, embora ainda distante do partido de massas, que poderemos chamar - partido de quadros. O partido que se aproximava mais deste último modelo era o Partido Democrático (PRP), uma vez que dentro dos partidos da I República era aquele que mais se assemelhava a um partido de massas, quer a nível ideológico, organizativo ou de mobilização, ainda que no decorrer do regime republicano desse mostras de se aproximar novamente do modelo de partido de notáveis devido à progressiva desmobilização, ao fraccionamento interno e ao crescente peso do pragmatismo em detrimento da ideologia. No pólo oposto tínhamos os grupos políticos de base quase exclusivamente parlamentar, com uma débil ou inexistente rede organizativa a nível nacional como o Grupo Parlamentar de Acção Republicana de Álvaro de Castro¹¹³.

O domínio do PRP no sistema partidário tem sido explicado por razões *históricas, organizativas, clientelares, violentas e constitucionais*. O facto de ter sido este partido que desde o período da propaganda, no período Monárquico, difundiu a ideologia republicana e preparou a revolução de 5 de Outubro de 1910 deixou marcas profundas nas elites republicanas portuguesas. Esta base social de apoio inicial, associada à integração de alguns dirigentes dos antigos partidos monárquicos, permitiu-lhe criar uma densa rede organizativa e de influência por quase todo o país, quando comparada com a débil estrutura dos seus dois principais rivais, o Partido Republicano Evolucionista e a União Republicana. Os líderes políticos destes dois partidos republicanos moderados, António José de Almeida e Brito Camacho, ao separarem-se do Partido Republicano Português em finais de 1911/ inícios de 1912 tiveram de deixar atrás de si o nome oficial do partido que tinha conseguido implantar a República em Portugal e a máquina partidária que incluía jornais e centros políticos em quase todas as cidades e vilas portuguesas. O PRP tinha assim, o caminho aberto para se apoderar progressivamente dos recursos do Estado: Afonso Costa presidiu ao primeiro governo mono partidário da República a partir de 9 de Janeiro de 1913; nas eleições suplementares de Novembro de 1913 os democráticos obtiveram a maioria absoluta no Congresso; em Janeiro de 1914 tomaram posse as primeiras vereações das Câmaras Municipais resultantes de eleições, que terão reforçado o domínio do PRP na província¹¹⁴. O domínio do poder central e do poder local reforçou o caciquismo exercido pelo PRP, dados os recursos que passou a disponibilizar para os seus clientes. Por outro lado a lei eleitoral aprovada em 1913 ao limitar a capacidade eleitoral apenas aos cidadãos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever português reforçou o tipo de clientelismo que o Partido Democrático (PRP) podia oferecer – o acesso aos serviços

Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926), Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

¹¹³ Fernando Farelo Lopes, “Um regime parlamentarista...”, *op. cit.*, pp. 85-100; Ernesto Castro Leal, “Partidos e grupos políticos na I República”, in *A República*, «História de Portugal» dirigida por João Medina, Vol X, Amadora, Ediclube, 1993, pp. 287-318; João B. Serra, “O Sistema Político da Primeira República”, in Nuno Severiano Teixeira; Pinto, António Costa Pinto (Coordenadores), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 109-129; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

¹¹⁴ Em relação às eleições locais faltam-nos ainda investigações que confirmem esta hipótese, cf., João B. Serra, “Os Poderes Locais: Administração e Política no 1.º Quartel do Século XX”, in César Oliveira, *História dos Municípios e do Poder Local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 272-279.

e ao aparelho do Estado. Esta lei, ao afastar do sufrágio as “massas analfabetas do campo, fáceis de catequizar e de arrebanhar pelos caciques clericais, monárquicos e conservadores”¹¹⁵, diluiu o patrocínio/clientelismo tradicional específico das sociedades fortemente ruralizadas e reforçou o clientelismo de transição¹¹⁶. O «cacique proprietário» passou a competir com novos patronos e intermediários, - comerciantes, médicos, advogados, funcionários públicos, etc. -, afectos maioritariamente ao partido do governo, que controlavam e proporcionavam certos recursos, bens e serviços específicos¹¹⁷. O patrocínio tradicional perdeu assim importância em relação ao patrocínio estatal, administrativo, autárquico e profissional¹¹⁸.

Este domínio histórico, organizativo e clientelar do PRP foi também reforçado pelas práticas violentas exercidas pelos democráticos contra os seus adversários. A tradição jacobina e violenta que o partido trouxe da Monarquia prolongou-se no regime republicano, desta vez já não só contra os monárquicos, mas também contra os seus antigos irmãos republicanos. Sover um líder evolucionista, «encerrar» um jornal e um centro político monárquico ou católico tornou-se uma prática corrente que as autoridades deixavam passar¹¹⁹. Por último, o regime constitucional criado pela República também facilitou a preeminência dos democráticos. A constituição de 1911 criou um regime político onde a supremacia parlamentar era clara¹²⁰. O Congresso, dividido na Câmara dos Deputados e no Senado, era eleito por sufrágio directo e competia-lhe legislar e fiscalizar a acção do governo e da administração pública e eleger o Presidente da República para um período de quatro anos, não prorrogável no mandato seguinte. Ao Chefe de Estado cabia-lhe nomear o governo e promulgar as leis no entanto, não possuía veto absoluto ou suspensivo sobre as leis, não podia dissolver as Câmaras ou prorrogar o seu funcionamento, mas podia ser destituído por deliberação de dois terços dos membros do Congresso, o que enfraquecia bastante a sua magistratura. Em conclusão, o Partido Democrático ao conseguir obter uma maioria clara no Congresso em 1911 e principalmente em 1913, reforçou a sua hegemonia no sistema político e as forças da oposição teriam de futuro, muitas dificuldades em aceder ao Poder por via constitucional¹²¹.

Este domínio incontestável do PRP converteu-se numa autêntica «ditadura de partido» para a oposição. Esta sentia que dificilmente conseguiria a alternância por via eleitoral sem recorrer a práticas anticonstitucionais ou violentas. O início da I Guerra Mundial e a decisão Democrática de participar ao lado dos aliados veio reforçar a intervenção dos militares na política, ampliou as tensões dentro da sociedade e dos

¹¹⁵ A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 417.

¹¹⁶ Cf., Fernando Farello Lopes, *Poder Político...*, *op. cit.*, p. 17; João Manuel Gonçalves da Silva, “O Clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido Reconstituente (1920-1923)”, *Análise Social*, vol. XXXII, n.º 140, 1997, pp. 35-36.

¹¹⁷ João Manuel Gonçalves da Silva, “O Clientelismo...”, *op. cit.*, p. 36.

¹¹⁸ Cf., João Manuel Gonçalves da Silva, “O Clientelismo...”, *op. cit.*, pp. 31-74; Manuel Baiôa, *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 65-66.

¹¹⁹ Cf., Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, 2.ª Edição, Lisboa, Moraes Editores, 1982; *idem*, *A «República Velha» (1910-1917). Ensaio*, Lisboa, Gradiva, 1997; Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, edição revista e actualizada, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VI, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

¹²⁰ Cf. art. 31.º, 38.º, 42.º e 46.º da Constituição Política da República Portuguesa, aprovada em 21 de Agosto de 1911.

¹²¹ Cf., Fernando Farello Lopes, *Poder Político...*, *ob. cit.*; João B. Serra, “O Sistema Político...”, *op. cit.*, pp. 109-129.

partidos portugueses, em particular entre os democráticos e a oposição, e levou esta última a agir usando os únicos meios ao seu alcance. O Presidente da República, Manuel de Arriaga, sensível aos argumentos dos republicanos conservadores nomeou em Janeiro de 1915 um executivo de iniciativa presidencial, liderado por militares, sem o apoio do Congresso dominado pelos democráticos. Este governo de «Ditadura» durou pouco tempo, dada a reacção violenta dos democráticos a 14 de Maio do mesmo ano. O regresso dos democráticos ao Poder não desarmou a oposição na sua estratégia e Machado Santos, o herói da implantação da República, tentou um golpe de estado a 13 de Dezembro de 1916 e Sidónio Pais a 5 de Dezembro de 1917. Se o primeiro caiu frustrado, o segundo frutificou num regime republicano alternativo, denominado «Nova República» que conseguiu num primeiro momento agrupar todas as facções contrárias à política empreendida desde 1910 pelo Partido Democrático.

O Sidonismo antecipou algumas soluções políticas empreendidas pelas ditaduras europeias autoritárias e fascistas dos anos vinte e trinta. Com Sidónio Pais houve uma recuperação dos valores tradicionais, particularmente da Pátria, e uma valorização da liderança carismática e da ordem, num sistema político presidencialista. O Estado ganhou um papel mais interventivo contra a plutocracia e repressivo contra o movimento operário e republicano de esquerda. Por outro lado, Sidónio Pais procurou avançar para uma nova ordem pública e ultrapassar o divisionismo criado pelo Liberalismo e pelo Republicanismo aproximando-se dos católicos, dos monárquicos e de outros corpos sociais banidos do Poder desde o «5 de Outubro». Avançou-se para uma superação dos partidos políticos e do parlamento enquanto forma de representação dos interesses nacionais (uma vez que eram um elemento de divisão da Pátria) com a criação dos organismos corporativos, com a formação de um esboço de partido único agregador das tendências conservadoras (Partido Nacional Republicano) e com o novo papel mobilizador do Chefe¹²².

A corrente central de opinião que defendia o presidencialismo autoritário republicano contrário ao parlamentarismo chegou ao Poder apenas com Sidónio, mas tinha já dado mostras da sua presença desde o tempo da *propaganda* (durante a Monarquia), passando pela assembleia constituinte, pelo movimento reformista de Machado Santos e pelo Partido Centrista Republicano. O forte impacto que a participação de Portugal na Grande Guerra provocou na sociedade portuguesa permitiu uma aliança táctica de vários sectores contrários à política democrática. Inicialmente Sidónio Pais teve o apoio do seu partido (União Republicana), do Partido Centrista Republicano (dissidência do Partido Republicano Evolucionista), e de sectores aparentemente divergentes: monárquicos, católicos e operariado¹²³. Este bloco desfez-se quando Sidónio avançou para a criação de um regime presidencialista alternativo. A criação no início de Abril do partido de apoio ao regime (Partido Nacional Republicano), no qual se fundiu o Partido Centrista, e a eleição simultânea do Presidente e do Congresso em 28 de Abril de 1918, provocou o abandono do governo dos três membros da União Republicana e o início de uma política de distanciamento face ao regime. Sidónio Pais foi eleito Presidente da República, sem oposição, e o partido do regime obteve a maioria absoluta no Congresso (108 deputados) com o

¹²² António José Telo, “Sidónio Pais – A Chegada do Século XX”, in Nuno Severiano Teixeira; António Costa Pinto (Coordenadores), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 11-24; Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

¹²³ Cf., António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Lisboa, 1977; Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1980; Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002; Miguel Dias dos Santos, *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto, 2003.

suporte da censura, mas com sufrágio universal masculino. Os monárquicos que participaram pela primeira vez nas eleições após a proclamação da República obtiveram trinta e sete lugares na Câmara dos Deputados e os católicos e os independentes cinco¹²⁴. Continuou a haver um partido hegemónico no Congresso, desta vez de cariz conservador. A oposição teve um cariz «reaccionário» face à tradição republicana e tomou posições cada vez mais críticas face ao regime ao não ver todas as suas reivindicações satisfeitas. Tanto o Congresso Sidonista como o Partido Nacional Republicano tiveram uma acção irrelevante e pouco mobilizadora dentro do regime. Ficaram submetidos à acção do Governo e do Presidente, o que realçou as divergências internas¹²⁵.

O vazio de poder criado com o assassinio de Sidónio Pais a 14 de Dezembro de 1918 conduziu o país a uma guerra civil. No norte de Portugal foi proclamada a Monarquia em 19 de Janeiro de 1919 e passados quatro dias rebentou em Lisboa uma insurreição monárquica. O perigo monárquico desfez o que restava do bloco Sidonista e uniu temporariamente os republicanos desavindos na defesa das suas instituições.

Assim, aparentemente, após o Sidonismo parecia que se tinha regressado à situação política da primeira fase da República. A elite sidonista agrupada em torno do Partido Nacionalista Republicano entrou em abatimento e dividiu-se. Um grupo formou o Partido Republicano Conservador com o objectivo de criar um sistema bipartidário rotativista, mas viria a desintegrar-se em 1920. Um outro grupo refundou o partido sidonista, agora denominado Partido Nacional Republicano Presidencialista, com o objectivo de continuar a sua herança, realçando o corporativismo e a dimensão antiliberal. No entanto, teve uma importância residual no sistema de partidos da I República, embora os seus membros viessem a integrar um leque variado de organizações conservadoras. Uma parte da sua elite viria a ingressar no Partido Republicano Liberal em 1919, outra parte integraria em 1925 o sector conservador republicano, encarnado então pelo Partido Republicano Nacionalista e outra parte esteve no início da formação dos grupos radicais nacionalistas próximos do fascismo. O irreverente Machado Santos continuou a não querer integrar os partidos tradicionais, tendo fundado em 1919 a Federação Nacional Republicana¹²⁶. Nos partidos republicanos tradicionais parecia que nada tinha mudado. O Partido Republicano Português conseguiu nova maioria absoluta no Parlamento nas eleições de Maio de 1919 ao eleger 86 deputados na Câmara dos Deputados. Os partidos republicanos conservadores anularam-se parcialmente ao disputarem apenas as minorias na maior parte dos círculos eleitorais, o que contribuiu para que obtivessem resultados modestos, embora superiores em relação às eleições de 1915. O Partido Republicano Evolucionista elegeu 38 deputados e a União Republicana 17, o que os colocava como as principais forças da oposição, mas sem possibilidade de representarem uma alternativa no Parlamento à hegemonia do PRP. Os independentes e os socialistas viram a sua influência crescer significativamente na Câmara dos Deputados nestas eleições do pós-Guerra, tendo os primeiros eleito 13 deputados e os segundos 8. Os católicos voltaram a conseguir eleger um deputado, mas baixaram a sua representação parlamentar face ao

¹²⁴ Veja-se o quadro geral dos partidos e dos “grupos parlamentares” da Câmara dos Deputados em: Manuel Baião, “Partidos e sistema partidário na crise do Liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte” in Manuel Baião, (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004, p. 48.

¹²⁵ Cf., Maria Alice Samara, “O Sidonismo: regime de tipo novo?” in Manuel Baião, (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004, pp. 399-420.

¹²⁶ Ernesto Castro Leal, “Partidos e grupos políticos na I República...”, *op. cit.*, pp. 306-307; *idem*, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, pp. 97-153.

Sidonismo e os monárquicos voltaram a não ter condições políticas para se apresentarem às urnas, dada a proximidade da insurreição monárquica e a posterior violência e coacção republicana¹²⁷.

No entanto, a situação política estava profundamente alterada depois da participação de Portugal na Guerra e das experiências ditatoriais de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais. Os partidos republicanos e os políticos estavam profundamente divididos entre intervencionistas e neutralistas, entre apoiantes de Pimenta de Castro e participantes no 14 de Maio e entre Sidonistas e «verdadeiros republicanos». Estes ressentimentos agravados por ódios pessoais afectaram internamente todos os partidos¹²⁸. Afonso Costa, o líder carismático da República Velha (1910-1917) e do Partido Democrático (PRP), afastou-se do país e do partido profundamente magoado pelas incompreensões de que tinha sido vítima. O preço que colocou para o seu regresso ao governo era impraticável – a união de todos os partidos republicanos. Nem dentro do PRP isso foi possível. Foi difícil encontrar uma estratégia e um líder consensual dentro do Partido Democrático após 1919. A orgânica interna dos partidos republicanos assentes em Directórios e contrários ao presidencialismo também contribuiu para acentuar os conflitos internos e as cisões. Os novos candidatos a líderes do Partido Democrático, António Maria da Silva, Domingos Pereira e Álvaro de Castro, enfrentaram as suas estratégias e o seu pessoal político no partido e no Parlamento, chegando ao ponto de governos democráticos caírem com votos democráticos, casos do governo de Sá Cardoso, a 21 de Janeiro de 1920 e Domingos Pereira a 4 de Março de 1920. Em Março/Abril de 1920 Álvaro de Castro, conjuntamente com 19 deputados e 10 senadores abandonou o PRP. Nos meses seguintes, outros parlamentares viriam a unir-se ao grupo de Álvaro de Castro formando o Partido Republicano de Reconstituição Nacional que chegou a contar com 33 deputados e 10 senadores¹²⁹. Em Novembro de 1920 Domingos Pereira, conjuntamente com os seus amigos, também criou uma nova dissidência dentro do PRP, mas viria a integrar-se novamente no seu antigo partido em Dezembro de 1921, após a trégua acordada entre os líderes dos principais partidos republicanos¹³⁰, na sequência da “noite sangrenta”.

O Partido Democrático deixou de ter a maioria absoluta no Congresso desde Março de 1920 e só voltou a recuperá-la em Dezembro de 1925. Este facto não tem sido suficientemente reforçado pela historiografia. O facto de se olhar de uma forma estática para o número de deputados e senadores conseguidos pelo PRP e pelos outros partidos apenas após cada uma das eleições, esconde cisões, deslealdades e a formação de novos partidos que tiveram um efeito determinante no processo político do regime¹³¹.

¹²⁷ Cf., Manuel Baiôa, “Partidos e sistema partidário na crise do Liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder...*, op. cit., p. 48.

¹²⁸ Cf., Filipe Ribeiro de Meneses, “O impacto da Primeira Guerra Mundial no sistema político português” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004, pp. 421-446.

¹²⁹ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, op. cit., pp. 36-39.

¹³⁰ Cf., A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, p. 340; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

¹³¹ Infelizmente a historiografia portuguesa continua a reproduzir desde há trinta anos os dados *imóveis* sobre os resultados eleitorais e a filiação partidária dos parlamentares da I República dos estudos de Oliveira Marques (cf., A. H. de Oliveira Marques, *A 1.ª República Portuguesa (alguns aspectos estruturais)*, 3.ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, pp. 126-128). Sabe-se que esses dados têm várias incorrecções, mas ainda não foi possível realizar um trabalho global e consistente que actualizasse esses pioneiros estudos. Cf., Manuel Baiôa, *Elites políticas...* op. cit., pp. 58-59; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...* op. cit., pp. 38-39 e 300-301; Luís Farinha, *Estudo sobre*

A falta de unidade não afectava apenas o PRP. O Partido Republicano Evolucionista, o Partido da União Republicana e até o Partido Monárquico também viviam momentos de instabilidade interna. Os fracos resultados eleitorais obtidos pelos dois partidos republicanos conservadores em Maio de 1919 levaram-nos a reconhecer o erro cometido no mês anterior, ao recusarem a proposta de José Relvas, então à frente do executivo, de fundirem-se num partido das direitas republicanas, alternativo ao PRP. Esta fusão viria a concretizar-se em Outubro de 1919 com o aparecimento do Partido Republicano Liberal numa época mais propícia. Os líderes históricos dos dois antigos partidos republicanos, António José de Almeida e Brito Camacho, estavam a retirar-se progressivamente da política partidária, tendo o primeiro sido eleito Presidente da República em Agosto de 1919 e o segundo desempenhou o cargo de Alto Comissário de Moçambique entre 1920 e 1923. O novo Chefe de Estado, António José de Almeida, viu o seu poder reforçado devido à revisão constitucional de 1919, que proporcionava ao Presidente o poder de dissolver o Congresso, após parecer do Conselho Parlamentar. Esta alteração constitucional dava ao partido que dominasse o executivo a oportunidade de «fazer» as eleições, o que previsivelmente quebraria a invencibilidade dos democráticos. No entanto, a vida do Partido Republicano Liberal (PRL) não foi fácil, dividido internamente pela contínua ligação dos seus membros às antigas fidelidades partidárias e pelo facto de alguns parlamentares insatisfeitos com a fusão terem enveredado pela formação do Partido Popular, que adoptou uma orientação esquerdista, o que lhe valeu o ingresso de políticos de diferentes partidos, em particular de antigos democráticos.

Esta fragmentação alterou ligeiramente o sistema de partidos. Se até 1917 tínhamos um multipartidarismo circunscrito de partido dominante, de 1919 até 1925 ou mesmo 1926, passamos a ter um multipartidarismo disperso com uma pulverização crescente das forças partidárias e uma continuação do papel dominante do Partido Democrático, mas desta vez mais fragilizada¹³².

A violência política e social agravou-se no início dos anos vinte, fruto da deterioração das condições de vida no contexto do pós guerra. A incapacidade dos governos para resolver os problemas da ordem pública, associada à maior visibilidade dos militares após a I Guerra Mundial, sujeitou o poder civil ao poder castrense. Os militares passaram a desempenhar um papel mais relevante dentro dos partidos, do Parlamento e até nos governos. E, à semelhança do que sucedeu em Espanha, também formaram Juntas Militares em 1918 e 1919. No entanto, esta maior participação dos militares nas instituições políticas da I República não permitiu resolver os problemas corporativos que afectavam o enorme número de oficiais portugueses do pós-guerra. Os militares deixaram de se identificar com o regime e numa crescente unidade anti PRP prepararam inúmeros pronunciamentos¹³³.

A pulverização partidária associada ao problema da ordem pública e à interferência dos militares nas instituições políticas provocaram uma instabilidade governativa galopante. O Presidente da República nomeou entre 15 de Janeiro de 1920 e 2 de Março de 1921 dez ministérios com várias combinações partidárias. O Congresso eleito em 1919 estava muito transformado devido às dissidências, às fusões e à

a acção política parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como Deputado ao Congresso da República (1918-1926), Porto Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2002.

¹³² Marcelo Rebelo de Sousa, *Os partidos...* op. cit., p. 173.

¹³³ Cf., Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985; José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal*, Lisboa, Ed. Estampa, 1992.

indisciplina partidária. Os pequenos partidos, como os reconstituintes e os populares, passaram a desempenhar um papel decisivo na formação dos executivos através de entendimentos parlamentares com os grandes partidos (PRP e PRL)¹³⁴. Era evidente que já não era possível encontrar uma solução governativa estável com aquele Parlamento. Era a oportunidade que há muito esperavam os republicanos conservadores. António José de Almeida pôde, devido à revisão constitucional de 1919, nomear um governo do Partido Republicano Liberal e dissolveu o Congresso. As novas eleições realizadas em 10 de Julho de 1921 deram, como era habitual, a vitória ao partido que as preparou no ministério do Interior. Os Liberais elegeram 79 deputados, o PRP 54 e os Reconstituintes 12. Os restantes 18 lugares da Câmara dos Deputados foram distribuídos por pequenas formações que poderiam desempenhar um papel importante dada a maioria clara, mas não absoluta, que os liberais tinham conseguido. Os monárquicos que finalmente tiveram condições para ir às urnas obtiveram 4 deputados, os independentes 5, Católicos 3, Dissidentes 3, Regionalistas 2 e Populares 1¹³⁵.

A vigência do novo Governo do Partido Republicano Liberal liderado por António Granjo seria, no entanto, breve e viria a terminar tragicamente. As consequências económicas do pós guerra acentuaram-se no Verão de 1921 e o governo viu-se obrigado a tomar algumas medidas impopulares que estimularam uma insurreição esquerdista. A 19 de Outubro de 1921 rebentou um pronunciamento militar contra o governo. Este, ao verificar a impossibilidade de resistir demite-se. Porém, uma corrente radical acaba por sequestrar e matar o presidente do ministério demissionário, António Granjo, conjuntamente com outras figuras importantes do regime republicano. Este acontecimento violento, conhecido pela «noite sangrenta», marcou fortemente as elites e a opinião pública portuguesa. Ficou demonstrada a fragilidade das instituições republicanas e provou-se que a República era apenas um regime democrático na aparência, dado que nem admitia a alternância de partidos no poder, habitual nos regimes elitistas do século XIX.

A «noite sangrenta» teve um forte impacto na classe dirigente portuguesa, acentuando-se o descrédito e a deslegitimação dos partidos políticos e da própria República. No entanto, foi um tónico para que os políticos republicanos tomassem consciência que era necessário fazer uma trégua. Foi finalmente possível governar com alguma estabilidade. Um pacto concertado entre os principais partidos republicanos permitiu formar um governo de concentração integrando democráticos, liberais, reconstituintes e independentes, chefiado por Cunha Leal, que preparou as novas eleições legislativas de Janeiro de 1922 tendo em mente “entregar o Poder aos partidos”¹³⁶. Este «pacto» conferiu a vitória aos democráticos mas sem maioria absoluta (71 deputados). O Partido Republicano Liberal foi a segunda força mais votada, obtendo 33 deputados, seguidos do Partido Reconstituente com 17 e dos Governamentais (também conhecidos por *Grupo de Independentes*¹³⁷) de Cunha Leal com 13¹³⁸. Os partidos republicanos minoritários contavam com o desprestígio do PRP e a divisão interna do PRL para integrarem governos de concentração republicana. No entanto, o PRP através de uma aproximação aos católicos (5 deputados), aos regionalistas (2 deputados) e do apoio de alguns independentes (5 deputados), que o

¹³⁴ Luís Farinha, *Estudo sobre a Acção política... op. cit.*, p. 12.

¹³⁵ Cf., Manuel Baiôa, “Partidos e sistema partidário na crise do Liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder... op. cit.*, p. 48.

¹³⁶ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-2-1922, p. 12.

¹³⁷ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 23-2-1922, p. 4.

¹³⁸ Cf., Manuel Baiôa, “Partidos e sistema partidário na crise do Liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder... op. cit.*, p. 48.

próprio PRP tinha ajudado nalguns casos a eleger, conseguiu uma maioria suficiente para formar um governo liderado por António Maria da Silva¹³⁹.

Esta nova inclinação ordeira do PRP após a «noite sangrenta» e a pacificação com a Igreja levou a que alguns radicais esquerdistas saíssem do partido para se associarem a alguns Populares formando o Partido Republicano Radical. Esta depuração à esquerda do PRP não ficou totalmente resolvida, dado que continuaram as divergências internas, ideológicas e pessoais entre «bonzos» (linha ordeira encabeçada por António Maria da Silva) e «canhotos» (linha esquerdista liderada por José Domingues dos Santos). Este conflito latente culminou em Julho de 1925, quando um grupo de parlamentares canhotos se juntou à oposição para derrubarem um governo ordeiro do PRP liderado por António Maria da Silva. Os parlamentares canhotos foram irradiados do partido e formaram o Partido Republicano da Esquerda Democrática. O PRP embora continuasse a ganhar as eleições estava a ficar isolado. Os conservadores não confiavam nele devido à herança do jacobinismo e os radicais tinham-no abandonado devido ao seu aburguesamento e à sua crescente concórdia com o bloco conservador¹⁴⁰.

Do lado conservador as divergências também permaneciam. Contudo, a perspectiva de um conflito interno no PRP incentivou um maior esforço de unidade. Depois de alguns meses de negociações formou-se, em Fevereiro de 1923, o Partido Republicano Nacionalista (PRN) que agrupava o Partido Republicano de Reconstituição Nacional e o Partido Republicano Liberal ao qual já se tinha associado recentemente Cunha Leal e os seus apaniguados. Este novo partido republicano conservador tinha fortes aspirações de vir a tornar-se uma alternativa ordeira ao PRP dentro de uma República que eles pretendiam “para todos os portugueses”. Iniciou rapidamente uma campanha junto do Congresso de obstrucionismo ao governo democrático de António Maria da Silva e de influência junto do Presidente da República para serem nomeados para o executivo e para se dissolverem novamente as Câmaras, chegando a abandonar o Parlamento entre 2 de Maio e 22 Junho de 1923¹⁴¹. O Presidente Manuel Teixeira Gomes optou, porém, por tentar formar um governo «nacional» presidido por Afonso Costa que deveria ter a colaboração e a participação do Partido Republicano Nacionalista. A recusa deste partido em formar governo com o Partido Democrático levou a que Afonso Costa regressasse novamente a Paris. Contudo, as divergências internas do PRP ditaram a demissão do Governo de António Maria da Silva a 15 de Novembro de 1923 e a nomeação de um executivo minoritário do Partido Republicano Nacionalista liderado por António Ginestal Machado. Porém, este governo viria a ser efémero devido à contestação na rua e nos quartéis, à recusa do Presidente em conceder a dissolução parlamentar e ao facto de ter um apoio minoritário no Parlamento, agravado com a cisão de Álvaro de Castro e de outros parlamentares (Grupo de Acção

¹³⁹ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente... op. cit.*, pp. 300-301.

¹⁴⁰ Cf., Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, edição revista e actualizada, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VI, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 535-572; Fernando Rosas, “A crise do liberalismo e as origens do «Autoritarismo Moderno» e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope. Fazer e desfazer a História*, n.º 2, Fev. 1989, pp. 97-114; António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, 2 volumes, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

¹⁴¹ Os partidos da oposição utilizaram recorrentemente o abandono temporário do Congresso como forma de pressionar o governo e o Partido Republicano Português, o que desprestigiou todos os partidos e em particular a instituição Parlamentar. O Partido Republicano Nacionalista voltaria a abandonar o Parlamento entre Março e Abril de 1925 seguindo a tática já utilizada pelo Partido Popular em Maio e Junho de 1920 e pelo Partido Republicano Liberal em Agosto de 1922. Cf., Luís Farinha, *Estudo sobre a Acção política... op. cit.*

Republicana) contrariados com a estratégia do PRN. Álvaro de Castro viria a ser então nomeado para chefiar um executivo (18/12/1923) com o apoio dos democráticos que passaram a dominar os seguintes ministérios, ainda que com alguma alternância interna da tendência canhota e ordeira. O Partido Republicano Nacionalista sofreu uma nova dissidência em Março de 1926 quando Cunha Leal e os seus amigos abandonaram o Congresso do seu antigo partido para formarem a União Liberal Republicana¹⁴².

Depois de várias tentativas falhadas de reforma do sistema político e de unificação das forças republicanas conservadoras, o Partido Democrático continuava à frente de uma República descredibilizada. A desconfiança no sistema eleitoral e nos partidos políticos levou a que vastos interesses económicos e sociais não se sentissem suficientemente representados e defendidos pelo Parlamento, pelos partidos e pelo Governo e buscassem uma representação e uma actuação directa perante o Poder, sem nenhum tipo de mediação política¹⁴³.

Um grupo de intelectuais republicanos liberais associados em torno da revista *Seara Nova* apercebeu-se do perigo que corria a República pela progressão do ideário anti-liberal em Portugal tanto por via da direita radical (Integralismo Lusitano, Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira¹⁴⁴ e Fascismo), como por via da esquerda radical (Bolchevismo e Anarquismo) e investiram na crítica e na reforma das instituições e das elites republicanas¹⁴⁵. O grupo da *Seara Nova* atacou a partidocracia e defendeu a formação de um governo nacional de «competências», com poderes extraordinários conferidos pelo Parlamento como uma solução transitória para reformar o sistema político e cimentar o liberalismo¹⁴⁶.

O descrédito dos partidos enquanto organizações de mediação da sociedade com o poder político e a necessidade de criar um governo forte, fora dos partidos, também encontra acolhimento entre as «organizações patronais», o exército e as forças anti-liberais. Estas organizações viram-se sobre si mesmas numa estratégia corporativizante de reforço orgânico, contra as instituições republicanas e contra a «Ditadura do Partido Democrático». As «forças vivas» entraram em rota de colisão com os governos do PRP em 1924 após o aumento de alguns impostos. As organizações patronais decidiram formar a União dos Interesses Económicos com o objectivo de intervir activamente na política, dado que não se identificavam com nenhum dos partidos políticos existentes e sentiam-se alarmados com a agitação social, com a situação económica do país, com o desenvolvimento do bolchevismo e com a passividade e ineficácia dos poderes políticos. A tensão corporativa entre o exército e os governos republicanos também cresceu neste período. Ainda que os militares estivessem profundamente divididos em

¹⁴² Cf., Ricardo Leite Pinto, “União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. Um partido político na transição da I República para o Salazarismo, *Polis*, n.º 4/5, Julho-Dezembro de 1995, pp. 131-260; Luís Farinha, *Estudo sobre a acção política... op. cit.*

¹⁴³ Cunha Leal sintetizou a situação político-partidária no final da República desta forma: “Nem os arranjos, nem as intrigas conseguiram, pois, alterar, fundamentalmente, a situação. Um Partido forte e beneficiando, além disso, dos favores do Poder, exercido sem demasiadas preocupações ideológicas, continuava a dominar, por completo, a política portuguesa. À sua volta agitavam-se uns tantos partidos e grupos, impotentes para o afastarem da governação pública pelos meios constitucionais. Nestas condições, não admira que pudesse prosperar a conjura do Exército”, Cunha Leal, *Os partidos políticos na República Portuguesa*, «os meus cadernos - n.º 2», Corunha, Imprensa Moret, 1932, pp. 104-105.

¹⁴⁴ Cf., Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

¹⁴⁵ Cf., António Reis “O grupo *Seara Nova*: Uma resposta das elites intelectuais à crise do sistema liberal” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004, pp. 325-352.

¹⁴⁶ Cf., Manuel Villaverde Cabral, “The *Seara Nova* Group (1921-1926) and the ambiguities of Portuguese Liberal Elitism”, *Portuguese Studies*, Volume 4, 1988, pp. 181-195.

termos políticos e partidários, verificou-se uma crescente unidade na intervenção dos militares na política através de pronunciamentos militares no sentido de resolver os problemas corporativos das forças armadas e de criar um governo extra-partidário que afastasse a oligarquia do Partido Democrático do Poder. A extrema-direita dividida entre organizações monárquicas e republicanas também enveredou por uma estratégia de unidade anti-sistema contra a «Ditadura do PRP»¹⁴⁷.

Embora o Partido Democrático voltasse a ganhar por maioria absoluta as eleições legislativas de Novembro de 1925¹⁴⁸, encontrava-se profundamente isolado tanto à esquerda como à direita por partidos e forças políticas e militares desleais ou semileais que não acreditavam no sistema eleitoral e político. Assim, à semelhança de outros países europeus do pós Guerra, não havia um consenso básico sobre o funcionamento dos órgãos políticos e a falta de legitimidade democrática do regime impedia superar a crise de eficácia das instituições políticas republicanas¹⁴⁹.

O último governo da I República de António Maria da Silva (17/12/1925-30/5/1926) viu todas as organizações políticas da oposição desenvolverem um profundo obstrucionismo parlamentar, explorarem alguns escândalos económico-financeiros e conspirarem contra o governo do PRP. A preparação e execução do golpe militar de 28 de Maio de 1926 teve a participação de elementos de quase todos os partidos com assento parlamentar, da esquerda à direita. Todos queriam implantar uma Ditadura Militar transitória que acabaria com a hegemonia dos democráticos (PRP) e permitiria lançar as bases de um novo regime. Era aqui que terminava o consenso entre as forças que realizaram o movimento¹⁵⁰.

¹⁴⁷ Cf., Rui Ramos, *A Segunda Fundação... op. cit.*, pp. 522-572; João B. Serra, “O Sistema Político... *op. cit.*”, pp. 109-129.

¹⁴⁸ O Partido Democrático conseguiu eleger 83 deputados e o Partido Republicano Nacionalista 36. Bastante significativo foi a eleição de 19 deputados independentes, o que demonstra um descrédito crescente dos partidos políticos. Os outros partidos conseguiram resultados pouco significativos, Cf., Manuel Baiôa, “Partidos e sistema partidário na crise do Liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder... op. cit.*, p. 48.

¹⁴⁹ Cf., Juan J. Linz; Alfred Stepan, (Ed.), *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, Johns Hopkins U.P., 1978; Juan J. Linz, “La crisis de las democracias”, in Mercedes Cabrera, Santos Juliá, Pablo Martín Aceña, (Comps.), *Europa en crisis, 1919-1939*, Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1991, pp. 231-280; António Costa Pinto, “A queda da 1.ª República Portuguesa: uma interpretação” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004, pp. 165-183.

¹⁵⁰ Cf., Rui Ramos, *A Segunda Fundação... op. cit.*, pp. 522-572; Rui Ramos, “O fim da República”, *Análise Social*, Vol. XXXIV, n.º 153, 2000, pp. 1059-1082.

6. O sistema político-partidário Português no contexto Ibérico e Europeu

Em Portugal e Espanha o pós Guerra não trouxe mudanças no sentido de alargar a cidadania e não se deram passos para introduzir o sistema proporcional, nem círculos mais coerentes, como em Itália em 1918-19. Continuaram a persistir índices de abstenção elevados e os partidos políticos continuaram a negligenciar a integração social e política das massas, agravada em Portugal pela capacidade eleitoral estar limitada aos alfabetizados. O clientelismo assentava ainda fundamentalmente no papel dos caciques e não tanto nos partidos políticos enquanto organizações¹⁵¹. Os notáveis e alguns políticos profissionais continuaram a dominar o mercado político, ocupando o poder executivo e subordinando o legislativo. A luta pelo poder continuou a centrar-se no controlo do poder executivo, o que atrasou o processo democrático, dado que houve uma menor integração dos interesses sociais e da participação dos cidadãos, sendo a fraude administrativa dominante e a corrupção marginal nos processos eleitorais, enquanto nos países mais desenvolvidos acontecia o inverso. Aquelas mudanças não foram requeridas intensamente pela sociedade nem foram sugeridas pelos partidos. Estes mostraram que não estavam preparados e motivados para agrupar, modelar, moderar e canalizar para o sistema político os interesses e as exigências políticas de todos os estratos sociais. A continuação das práticas clientelares dos partidos de notáveis, a pouca lisura nos actos eleitorais e a ineficácia dos órgãos de soberania acentuaram a crise de legitimidade das instituições políticas (avultada em Portugal por não ter adoptado o sufrágio universal masculino) e empurraram para fora do sistema político vastos grupos da sociedade que desenvolveram petições maximalistas e actividades revolucionárias¹⁵².

No início da década de vinte, os principais partidos da I República já não eram “puros partidos de notáveis”, à semelhança do que sucedia no mesmo período na Grécia¹⁵³ e em Espanha, uma vez que tinham iniciado uma modernização e adaptação aos novos tempos. Estes partidos, a que preferimos designar de quadros, ainda estavam distantes dos partidos de massas, mas eram naquele momento bastante mais evoluídos que os tradicionais partidos de notáveis do século XIX. Estas organizações políticas ainda eram dominadas pela elite parlamentar e pelos ex-ministros e pelas suas clientelas de notáveis regionais e caciques locais, quando na Europa Ocidental se afirmavam os

¹⁵¹ Cf., Luigi Graziano. *Clientelismo e sistema político. Il caso dell'Italia*, Milano, Franco Angeli Editore, 1980; José Cazorla Pérez, “Del Clientelismo tradicional al clientelismo de partido: evolución y características”, *Working Papers*, Institut de Ciènces Politiques i Socials, n.º 55, 1992; Antonio Robles Egea, “Sistemas políticos, mutaciones y modelos de las relaciones de patronazgo y clientelismo en la España del siglo XX” e José Cazorla Pérez, “El clientelismo de partido en la España de hoy: una disfunción de la Democracia” in Antonio Robles Egea (Comp.), *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1996, pp. 229-251 e 291-310.

¹⁵² Cf., Juan J. Linz; Alfred Stepan, (Ed.), *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, Johns Hopkins U.P., 1978; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...., op. cit.*, pp. 19-21; José Varela Ortega, “De los orígenes de la democracia en España, 1845-1923” in Salvador Forner (Coor.), *Democracia, elecciones y modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1997, pp. 129-201.

¹⁵³ Cf., George Th. Mavrogordatos, *Stillborn Republic. Social Coalitions and Party Strategies in Greece, 1922-1936*, Berkeley, University of California Press, 1983.

partidos de massas¹⁵⁴. A organização e a burocracia partidária eram muito débeis e resumiam-se muitas vezes apenas a relações pessoais, a comissões políticas com actividade limitada aos períodos eleitorais, a centros partidários nas cidades e a alguns jornais nacionais e regionais, tendo os seus líderes uma grande autonomia. O sistema de registo dos membros era ainda muito arcaico e organizava-se numa base local através dos centros políticos. O financiamento deste tipo de partidos passava já pelo contributo individual de cada membro, embora permanecessem ainda dependentes de receitas extraordinárias provenientes da fortuna pessoal dos notáveis. Além disso, por norma, os partidos, eram fracamente doutrinados mas profundamente pragmáticos. Não ambicionavam mobilizar grandes massas populacionais, nem transmitir uma imagem e uma identidade colectiva forte e consistente. Os seus aderentes tinham uma disciplina e fidelidade ideológica exígua e a relação com os seus eleitores não era baseada em mecanismos de delegação mas de confiança. O seu objectivo central era ter acesso privilegiado aos recursos do Estado e aliciar o maior número de influentes regionais e locais, dado que este tipo de partidos era composto pelo somatório dos notáveis e das suas clientelas locais. Estes notáveis podiam proporcionar prestígio, capacidade técnica e capital ao partido. A coesão interna mantinha-se pela perspectiva de distribuição de favores colectivos (uma estrada ou uma escola para uma localidade) e individuais (recomendações para empregos ou resolução de problemas burocráticos com a administração pública) dos patronos aos seus afilhados, em troca de apoio político durante o processo eleitoral. A indisciplina, a fragmentação e as cisões neste tipo de partido foram frequentes, devido principalmente a diferenças pessoais e lutas de liderança. Estas cisões provocavam uma associação de notáveis e seus amigos em torno dos novos líderes com ramificações por todo o país, dando lugar, por vezes, à formação de um novo partido¹⁵⁵.

Nas sociedades onde os partidos estavam subdesenvolvidos, as personalidades ganhavam um relevo fundamental. A representação dos interesses não era canalizada pela «organização partido», mas por um conjunto de notáveis que acautelavam as suas causas e os seus protegidos individualmente, criando inúmeras redes de favores cruzados, muitas vezes incompatíveis dentro do mesmo partido¹⁵⁶. A organização partidária modernizou-se pouco, continuando com a mesma estrutura personalista de carácter oligárquico e caciquil que afastava a maioria dos seus membros das decisões e mantinha a população afastada da política. Os actos eleitorais internos e externos continuaram pouco transparentes e não foi possível consolidarem-se novos partidos de integração social que renovassem os líderes políticos e os seus procedimentos. Esta

¹⁵⁴ Cf., Gaetano Quagliariello, “Masse, organizzazione, manipolazione. Partiti e sistemi politici dopo il trauma della Grande Guerra” in, Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito político dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell’età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, Bologna, Il Mulino, 1996, pp. 15-71.

¹⁵⁵ Cf., Maurice Duverger, *Os partidos...*, *op. cit.*, pp. 99-101; Juan J. Linz, *El sistema de partidos en España*, Madrid, Narcea, 1979, pp. 11-58; Manuel Ramírez, *Sistema de Partidos en España, (1931-1990)*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1991, pp. 21-33; Javier Moreno Luzón, “Partidos y Parlamento...”, *op. cit.*, pp. 67-102; María Sierra, *La política del pacto. El sistema de la restauración a través del partido conservador sevillano (1874-1923)*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1996; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, *op. cit.*; Luis Íñigo Fernández, *La Derecha Liberal en la Segunda República Española*, Madrid, UNED, 2000; José Varela Ortega, (Director), *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

¹⁵⁶ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, *op. cit.*, p. 31.

imagem de organização clientelar transparecia para a opinião pública por meio de uma imprensa cada vez mais ácida em relação à ineficácia dos partidos e do Parlamento¹⁵⁷.

No entanto, convém salientar que esta realidade não era monolítica nem eterna. Quase todos os partidos iniciaram uma aproximação a um modelo de partido moderno e funcional, como o Partido Radical, o *Maurismo* e a *Lliga Regionalista* da Catalunha em Espanha, o Partido Radical em França e o Partido Democrático (PRP) em Portugal. Com excepção do Partido Radical francês, todos os outros falharam na tentativa de se transformarem em partidos de massas devido ao “desajuste e afastamento progressivo entre, por um lado, as reivindicações [...] [das] bases urbanas de um partido mais democratizado, mais participado, com uma estrutura interna de oportunidades mais aberta aos impulsos e protagonismos vindos de baixo e, por outro lado, a concepção elitista de um partido de notáveis que não quiseram abdicar das suas concepções monopolistas, hierárquicas e fechadas do poder, nem criar os mecanismos endógenos de regulação, representação e retribuição que tornassem o partido mais pluralista, mais aliciante e, também, mais funcional”¹⁵⁸. No entanto, estes partidos conseguiram transformar-se em partidos de quadros. Utilizavam uma estratégia política mista em simultâneo com uma prática política moderna mais acentuada nos meios urbanos e uma acção política clientelar nos meios rurais. Entre as práticas políticas modernas podemos destacar o percurso dos candidatos pelo círculo em campanha eleitoral, a confraternização com os votantes, o comício, a eleição do candidato no seio do partido, a elaboração de um programa e a obtenção de favores para toda a colectividade e já não só para alguns indivíduos da mesma comunidade. As práticas tradicionais continuaram a persistir, em particular nos meios rurais, como a compra do voto, a acção dos caciques, a violência, a coacção sobre os trabalhadores por parte do seu patrão, a intervenção do Governador Civil e de outros membros da administração pública, a fraude e a manipulação final dos resultados eleitorais¹⁵⁹. Por isso, para a década de vinte alguma historiografia começou a designar estes partidos como «partidos de quadros» e já não de notáveis. Representavam uma fase de transição na evolução dos partidos. Tinham perdido algumas das características tradicionais dos partidos de notáveis, uma vez que passaram a ter uma estrutura burocrática e organizativa quase permanente, uma elite mais diversificada e preparada para a política de massas e uma maior mobilização e enquadramento dos aderentes, mas ainda não tinham as características dos partidos de massas¹⁶⁰.

As investigações têm revelado uma maior resistência à democratização por parte das elites partidárias locais. Estes caciques demonstraram um crescente temor perante o início da mobilização das classes médias e populares. Desenvolveram, por isso, atitudes de prevenção perante a emergência da política de massas e refugiaram-se

¹⁵⁷ Ramada Curto, líder do Partido Socialista português, defendia que o seu partido era a terceira força política portuguesa. Embora nas eleições legislativas não conseguissem passar do sexto ou sétimo partido com mais mandatos. Veja-se a sua explicação: “O Partido Socialista é a terceira força política organizada da República. Não lhe falo das eleições da província, visto que como na Monarquia, são feitas pelo caciquismo e a organização partidária a que pertença em vez de captar repudia e guerreia o cacique, entidade imoral, anti-democrática. Duas eleições existem relativamente livres que correspondem de facto a correntes de opinião definidas e extremadas: são as que se fazem em Lisboa e Porto. Pois, no Porto o nosso partido é a segunda potência eleitoral”. Ramada Curto, *A Tarde*, 4-12-1923, p. 1.

¹⁵⁸ João Manuel García Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, op. cit., p. 75.

¹⁵⁹ Antonio Rivera, “País Vasco” in José Varela Ortega, (Director), *El poder de la influencia...*, op. cit., pp. 462-463. Cf., Manuel Suárez Cortina, *El Reformismo en España...*, op. cit..

¹⁶⁰ Cf. María Antonia Peña Guerrero, *Clientelismo político y poderes periféricos durante la Restauración*. Huelva 1874-1923, Huelva, Universidad de Huelva, 1998; Javier Moreno Luzón, “A historiografia sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas”, *Análise Social*, N.º 178, ICS, 2006, p. 9-29; Luis Arranz Notario, “Modelos de partido”, *Ayer*, n.º 20, 1995, pp. 81-110.

em posições anti-reformistas para manter o sistema. Todavia, os líderes partidários nacionais também não souberam criar os mecanismos necessários para dar passos seguros na democratização dos países ibéricos¹⁶¹. Os partidos de quadros espanhóis ainda que continuassem acomodados às práticas clientelares, deram sinais de seguir as correntes democráticas da Europa do pós guerra, com um programa reformista gradual que contrabalançava as ameaças revolucionárias¹⁶². Os partidos de quadros italianos tiveram muita dificuldade em adaptar-se ao alargamento do sufrágio e à representação proporcional introduzida em 1919, o que permitiu um reforço da influência política dos modernos partidos de integração social, como o Socialista e o Popular¹⁶³. Em Portugal não há estudos que permitam avaliar se esse processo se estava a iniciar dentro dos partidos¹⁶⁴. No entanto, o atraso na modernização da sociedade portuguesa e o facto de o regime republicano ter um cariz revolucionário deve ter atrasado a metamorfose interna dos partidos lusos no sentido que se estava a operar em alguns países europeus – o apoio ao lento processo de democratização, ainda que isso significasse, a médio prazo, a superação destes por parte dos partidos de massas. A transição para a democracia na Península Ibérica não dependeu só da vontade das elites políticas nacionais e locais, mas principalmente da sociedade no seu todo, e esta não estava ainda preparada nos anos vinte para conseguir dar estabilidade a um sistema de democracia representativa, nem a outro tipo de partidos, como os partidos de integração social de massas como os socialistas e fascistas¹⁶⁵.

Este atraso na modernização dos partidos políticos em Portugal e Espanha acompanhava o atraso das suas sociedades e das suas economias face a outros países mais dinâmicos como a França, Alemanha e Reino Unido, ou até mesmo a Itália. Na verdade uma grande diversidade de factores contribuiu indirectamente para a modernização dos partidos e sistemas partidários destes países, entre os quais têm sido destacados a expansão da industrialização e da urbanização, o desenvolvimento e integração do mercado interno, o crescimento do associativismo, o incremento da secularização social, a generalização dos bens e serviços sociais (seguros sociais, saúde, informação e educação), a progressiva eliminação do analfabetismo, o crescimento da escolarização intermédia e superior, que facilitou a passagem de uma cultura política clientelar e de sujeição para uma cultura política de mobilização e de participação. Sem estas condições era difícil desenvolverem-se partidos de origem extra-parlamentar, como socialistas, comunistas, social-democratas ou fascistas, que pretendiam enquadrar as massas que aspiravam a participar no processo político. Os partidos portugueses e espanhóis inseridos em sociedades civis frágeis continuaram a basear-se nas elites, desprezando as massas. No entanto, convém realçar que o sistema político e social

¹⁶¹ Cf., Borja de Riquer I Permanyer, “Consideraciones sobre historiografía política de la Restauración” in AA.VV., *Tuñón de Lara y la Historiografía española*, Madrid, Siglo XXI, 1999, pp. 123-141; Manuel Suárez Cortina, “Introducción” in Manuel Suárez Cortina, (Ed.), *La Restauración entre el liberalismo y la democracia*, Madrid, Alianza, 1997, pp. 9-29.

¹⁶² Cf., Javier Moreno Luzón, “El Partido Liberal español y la crisis de la Restauración (1917-1923)” in Manuel Baiôa, (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004, pp. 133-164.

¹⁶³ Cf., Serge Noiret, “La introducción del sufragio universal y de la representación proporcional en Italia en 1918-1919: una frágil modernización democrática” in Salvador Forner (Coor.), *Democracia, elecciones y modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1997, pp. 73-95.

¹⁶⁴ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituinte...*, op. cit.; Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia...* op. cit..

¹⁶⁵ Cf., Manuel Suárez Cortina, “Introducción” in Manuel Suárez Cortina, (Ed.), *La Restauración...*, op. cit., p. 29; Javier Tusell, “La crisis del Liberalismo Oligárquico en España” in Fernando Garcia Sanz, (Ed.), *España e Italia en la Europa Contemporánea: desde finales del siglo XIX a las Dictaduras*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002, pp. 23-40.

espanhol se aproximava mais dos países da Europa ocidental, enquanto Portugal tinha algumas características próximas aos regimes políticos da Europa oriental e da América do Sul, com uma sociedade rural, uma industrialização tardia e uma economia mais atrasada inserida num sistema político de tradição parlamentar mas de competição e pluralismo limitado e com um baixo nível de mobilização política que facilitou a transição para uma ditadura de características tradicionais, onde a mobilização fascista era desnecessária ou mesmo prejudicial para proteger os interesses das elites dominantes¹⁶⁶.

Portugal e Espanha viveram no pós Guerra o fenómeno da fragmentação partidária fruto da modernização da sociedade e do facto dos seus partidos de notáveis sentirem fortes dificuldades na adaptação à era das massas. Em Espanha, a pulverização dos grupos parlamentares foi mais acentuada (mais do que novos partidos surgiram cisões dos dois principais partidos) e condicionou fortemente a instabilidade governativa. Em Portugal, ainda que se tenha mantido um sistema multipartidário de partido dominante, tal não significou maior estabilidade política. A fragmentação deu-se principalmente nos partidos do centro político e não derivou normalmente de diferenças ideológicas ou estratégicas, mas de diferenças pessoais entre os líderes. Assim, os países Ibéricos que tinham um sistema partidário que aparentemente deveria criar condições de maior estabilidade política, dado que os partidos radicais de esquerda e direita eram minoritários, não conseguiram obter consensos que fizessem estabilizar o sistema governativo. Portugal apresentava o maior índice de instabilidade governativa da Europa no período anterior à grande depressão, com uma duração média de 117 dias por cada executivo (16/05/1918 a 28/05/1926). A Espanha também tinha um lugar no pódio, dado que ocupava o terceiro lugar com uma média de 166 dias (21/03/1918 a 13/09/1923)¹⁶⁷. Não se pode estranhar, por isso, que a opinião pública pensasse que o Estado estava à deriva nas mãos de uns políticos incapazes.

Na Espanha monárquica, o sistema do «turno» criado pela constituição de 1876 começou a deteriorar-se com a morte dos líderes do partido conservador (Antonio Cánovas em 1897) e do partido liberal (Práxedes Sagasta em 1903), tendo-se acentuado claramente a partir de 1913 e 1917 quando estes dois partidos entraram numa crescente crise interna que levou à sua cisão. Estas dissidências ocorreram em simultâneo com o desenvolvimento de novos agrupamentos políticos que não se reviam no sistema da Restauração. O novo quadro partidário fragmentado teve reflexos imediatos no Parlamento. Deixou de haver governos estáveis apoiados por maiorias consistentes e a

¹⁶⁶ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, op. cit., p. 30; Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia...* op. cit.; Rui Ramos, “Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910-1926” in Manuel Baião, (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004, pp. 185-246; Nicos P. Mouzelis, *Politics in the Semi-Periphery. Early Parliamentarism and Late Industrialization in the Balkans and Latin America*, London, Macmillan, 1986; Francisco Villacorta Baños, “La España Social. 1900-1923. Estructuras, cambios, comportamientos” in Fernando Garcia Sanz, (Ed.), *España e Italia en la Europa Contemporánea: desde finales del siglo XIX a las Dictaduras*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002, pp. 269-293; Mattei Dogan, “Romania, 1919-1938” in Myron Weiner, Ergun Ozbudun, (Edited by), *Competitive elections in developing countries*, Durham, Duke U.P., 1987, pp. 369-389; Maria Antonieta Cruz, “Notas em torno dos efeitos da legislação eleitoral na formação do corpo eleitoral português (no final da Monarquia Constitucional e na I República)” in André Freire (Coor.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Portugueses*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 125-134.

¹⁶⁷ Dados retirados do Quadro 6, Juan J. Linz, “La crisis de las Democracias” in Mercedes Cabrera; Santos Juliá, Pablo Martín Aceña, (Comps.), *Europa en Crisis 1919-1939*, Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1991, p. 264.

relação entre o poder legislativo e o executivo tornou-se cada vez mais difícil. Por outro lado, as eleições passaram a ser mais disputadas e a não dar vitórias certas ao governo¹⁶⁸.

Em Portugal, a hegemonia conseguida pelo Partido Republicano Português desde 1910 condicionou fortemente o regime republicano. Houve uma incapacidade de encontrar mecanismos pacíficos de alternância ou de governação estável, dado que “durante a República, por sistema, não havendo confiança no funcionamento do sistema eleitoral, é às armas que se recorre para chegar ao poder. São as revoluções e não as eleições que asseguram a alternância política”¹⁶⁹, uma vez que se vivia num regime de «eleições feitas e não justas»¹⁷⁰. A indisciplina e a fragmentação partidária, a oposição dos Presidentes da República a alguns ministérios exclusivos do Partido Republicano Português e o seu desejo de formar executivos frentistas, aglutinando e liderando todas as forças republicanas, levou a que fosse impossível governar sem ele (PRP), mas que fosse também muito difícil que este governasse sozinho¹⁷¹. As várias fórmulas governativas ensaiadas (ministérios partidários, de coligação, de facção e de iniciativa presidencial) não tiveram sucesso duradouro devido principalmente às lutas internas no partido hegemónico da República¹⁷². Esta enorme instabilidade governativa coincidiu assim, com a ausência de uma política competitiva e pluralista em Portugal.

Estes fenómenos políticos ao coincidirem com os efeitos da participação de Portugal na I Guerra Mundial e da participação da Espanha na Guerra de Marrocos, com a agitação social, as greves e o «perigo vermelho», suscitado pelas consequências da revolução russa de 1917, criaram na sociedade conservadora ibérica uma imagem de descrédito do Parlamento, dos partidos e dos políticos em geral e um receio da revolução social. Uma parte significativa da elite conservadora defendeu uma substituição do sistema de representação liberal e parlamentar, por fórmulas de representação corporativa¹⁷³.

Nos anos vinte, tanto em Espanha como em Portugal, houve um largo consenso na imprensa quanto à necessidade urgente de reformar os regimes e os próprios partidos

¹⁶⁸ Javier Moreno Luzón, “Partidos y Parlamento...”, *op. cit.*, p. 67.

¹⁶⁹ Fernando Marques da Costa, “Bernardino Machado” in António Costa Pinto, (Coordenador), *Os Presidentes da República Portuguesa*, Amadora, Círculo de Leitores, 2001, p. 69.

¹⁷⁰ André Freire, “Eleições, sistemas eleitorais e democratização: o caso português em perspectiva histórica e comparativa” in André Freire (Coor.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 25-81.

¹⁷¹ Cf., João Tello de Magalhães Collaço, *Da vida pública portuguesa. Conservadores e radicais*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1925, pp. 26-30.

¹⁷² O senador monárquico, Tomás de Vilhena, revela-nos a sua visão sobre este problema num discurso no Senado: “Já aqui tenho dito e repito, que a República tem uma paixão bem clara pela variedade. Não pode, não quer aturar Ministérios de longa vida! Dai o desfilar, quase permanente de figuras célebres pelas tão apetecidas cadeiras do Poder. O espectáculo desse desfilar, seria engraçado e até muito divertido, se porventura de semelhante instabilidade ministerial não proviessem graves transtornos para a governação do país, ou para ser mais exacto, dele não resultasse o desgoverno que se nota em todas as províncias da administração, desde que o pavilhão da República foi hasteado em terras de Portugal. Muitos dos Ministros nem chegam a haver tempo para ajuizar, nem sequer ao de leve, dos mais importantes negócios que pendem das suas pastas, pois no próprio dia em que tomam conta do lugar, logo se sentem empurrados para fora deles. E, coisa curiosa, Sr. Presidente, não são geralmente as oposições que promovem estes temporais, nem no Parlamento, nem na Imprensa, nem no Terreiro do Paço. O perigo vem sempre do lado dos amigos”, Tomás de Vilhena, *Diário da Senado*, 19-1-1923, p. 14.

¹⁷³ Cf., Antonio Elorza; Luis Arranz; Fernando del Rey, “Liberalismo y corporativismo en la crisis de la Restauración” in José Luis García Delgado, (Ed.), *La Crisis de La Restauración: España, entre la Primera Guerra Mundial y la Segunda Republica*, Madrid, Siglo XXI, 1986, pp. 5-50; Fernando del Rey Reguillo, *Proprietarios y patronos...*, *ob. cit.*; Fernando Rosas, “União dos Interesses Económicos (UIE)”, in AA.VV., *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. II, s.l., Pub. Alfa, 1985, p. 304.

descredibilizados¹⁷⁴. As dúvidas surgiam relativamente às soluções. No entanto, dado que não havia sinais significativos de um processo reformador interno por parte da elite e das instituições políticas dos regimes, esse processo teve de partir do exterior. As Forças Armadas eram a organização mais preparada e prestigiada para lhe dar início.

Os golpes militares que implantaram as Ditaduras Militares na Península Ibérica em 1923 e 1926 viriam a ter um apoio generalizado da opinião pública, principalmente em relação ao discurso regenerador e crítico do funcionamento oligárquico dos partidos e das instituições políticas da Restauração e da I República. Quase todos os sectores políticos compreendiam a urgência de uma mudança e uma renovação no sistema político¹⁷⁵.

Os partidos estruturais da Restauração e da I República desapareceram no decurso da Ditadura Militar. O discurso e a acção anti-partidária do novo regime e o esvaziamento do papel dos antigos partidos, enquanto mediadores do clientelismo, contribuíram decisivamente para o fim inglório destas organizações políticas. Sem parlamento, sem liberdades civis e sem acesso ao poder, os partidos enfrentaram uma difícil travessia sob o novo regime autoritário. As suas magras estruturas ligadas à repartição dos recursos políticos deixaram de funcionar na maior parte das regiões, ainda que muitos vínculos pessoais permanecessem vivos ao longo de todo o período. A capacidade de manobra das formações que tinham governado Portugal e Espanha desvaneceu-se e a acção dos principais notáveis de cada grupo ficou muito limitada devido à hostilização a que eram submetidas pela Ditadura¹⁷⁶. Esta situação viu-se agravada, em Portugal, pela forte resistência armada que alguns políticos do PRP e de outros partidos esquerdistas enveredaram logo que verificaram que a Ditadura não ia ao encontro dos seus interesses¹⁷⁷. O fortalecimento das medidas repressivas e autoritárias por parte da Ditadura portuguesa contra os políticos e contra os partidos foi, em parte, um reflexo do radicalismo do «revirinho». As águas estavam separadas! Este facto levou a direita conservadora a esquecer momentaneamente as divergências internas e a aceitar o modelo autoritário imposto pelos Militares e por Salazar face ao perigo da Ditadura jacobina que os revirinhistas propunham. Muitos políticos republicanos ordeiros recusaram o regresso ao passado e conformaram-se com o regime que a Ditadura lhes proporcionava. Outros, porém, viriam a apoiar com maior ou menor vigor a obra do Estado Novo¹⁷⁸. Em Espanha, o facto de os pronunciamentos militares contra a Ditadura terem tido menor impacto e terem sido liderados por alguns dos antigos líderes dos partidos dinásticos que tinham sido saneados pela Ditadura, levou a que

¹⁷⁴ Cf., Carlos Seco Serrano, *Alfonso XIII*, Madrid, Arlanza Ediciones, 2001, p. 231.

¹⁷⁵ Cf., Rui Ramos, “O fim da República...”, *op. cit.*, pp. 1059-1082; Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 151-241; Ignacio Olabarri Gortazar, Problemas no resueltos en torno al pronunciamiento de Primo de Rivera”, *Revista de Historia Contemporánea*, Universidad de Sevilla, N.º 7, 1996, pp. 223-248; Carlos Seco Serrano, “El cerco de la Monarquía. La ruptura de los partidos dinásticos con Alfonso XIII durante la Dictadura de Primo de Rivera”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Tomo CLXXIII, Cuaderno II, 1986, pp. 161-269.

¹⁷⁶ Cf., Javier Moreno Luzón, *Romanones...*, *op. cit.*, p. 402; Manuel Baiôa, *Elites Políticas...*, *op. cit.*, pp. 125-126; 155-159; Rui Ramos, “O fim da República...”, *op. cit.*, pp. 1059-1082; Fernando Rosas, *O Estado Novo...*, *op. cit.*, pp. 151-241; Carlos Seco Serrano, “El cerco de la Monarquía...”, *op. cit.*, pp. 161-269; José Luis Gómez-Navarro, *El Régimen...*, *op. cit.*, pp. 433-444; Santos Juliá, “El sistema de partidos en la Segunda República”, *Revista de Historia Contemporánea*, Universidad de Sevilla, N.º 7, 1996, pp. 201-219.

¹⁷⁷ Cf., Luís Farinha, *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

¹⁷⁸ Cf., Rui Ramos, “O fim da República...”, *op. cit.*, pp. 1059-1082.

continuasse a existir uma clivagem dentro da direita entre os apoiantes da Ditadura e do Rei, e os críticos do Regime de Primo de Rivera.

Enquanto em Espanha os militares intervieram na política para sanarem um regime em crise dominado por políticos monárquicos, conservadores e liberais; em Portugal, os militares tomaram a iniciativa de reformularem um regime dominado por republicanos ordeiros de tradição radical. Este facto tornou mais fácil a adesão da direita portuguesa à Ditadura Militar, dado que a alternativa que existia era o regresso a uma segunda república jacobina. Em Espanha a situação era mais complexa, uma vez que parte da direita tinha sido afastada do Poder pelo golpe de Primo de Rivera, e a evolução do Regime e das suas instituições, como a União Patriótica, não conseguiram mobilizar toda a direita no seu projecto. Por outro lado, o perigo republicano e vermelho, não parecia à primeira vista tão próximo, o que tornou impossível unir toda a direita espanhola no projecto de regeneração da Pátria liderado por Primo de Rivera. A Ditadura espanhola destruiu os partidos monárquicos e a União Patriótica ao assumir e consumir todas as energias reformistas da direita, deixou a Monarquia nas mãos dos republicanos que aproveitaram este período para se reorganizarem e para se unirem na Aliança Republicana¹⁷⁹. Em Portugal, pelo contrário, Salazar acabaria por conseguir transformar «as direitas» numa direita una e forte, com um claro projecto de «regeneração da Nação».

¹⁷⁹ José Luis Gómez-Navarro, *El Régimen...*, *op. cit.*, pp. 524-529; Leandro Álvarez Rey, *Sevilla durante la Dictadura de Primo de Rivera (La Unión Patriótica Sevillana – 1923-1930)*, Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1987.

Capítulo II – A «Nova República Velha»: O Partido Republicano Nacionalista e o Processo Político (1923-1926)

1. A formação de um partido republicano conservador alternativo ao PRP. Um longo caminho de dificuldades

1.1. Os partidos republicanos conservadores antecessores do Partido Republicano Nacionalista (1910-1921)

Praticamente logo após o 5 de Outubro de 1910, alguns velhos republicanos e ex-monárquicos, os chamados «adesivos», sentiram a necessidade de formar uma alternativa ordeira ao Partido Republicano Português (PRP) dentro do novo regime republicano. Primeiramente tentaram travar o radicalismo dentro do próprio PRP, mas cedo verificaram a sua impossibilidade, tendo de formar partidos alternativos de cariz conservador, moderado e institucionalista¹⁸⁰.

O PRP que vinha da Monarquia era um *partido-frente*¹⁸¹ que aglutinava indivíduos com percursos sociais e políticos distintos e com ideias e sensibilidades muitas vezes contraditórias¹⁸². Desde logo homens como Sampaio Bruno defenderam que era necessário após o triunfo republicano construir uma verdadeira democracia nacional que ligasse a tradição com a revolução. Por isso, era necessário extinguir o Partido Republicano Português para a constituição de um Partido Republicano Conservador e um Partido Republicano Radical, ao mesmo tempo que se assegurava a existência de outras forças políticas, não excluindo a monárquica. No entanto, não foi esse o caminho escolhido. A constituinte foi quase um congresso do Partido Republicano Português, onde por sua vez se começaram a notar as grandes divergências internas que o partido enfermava, patentes nas inúmeras propostas constitucionais que se digladiaram. As discrepâncias acentuaram-se a 24 de Agosto de 1911 com a eleição do primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga, apoiado pelo “Bloco” constituído pelos amigos políticos de António José de Almeida, Brito Camacho e Machado Santos. No pólo oposto encontrava-se Bernardino Machado, apoiado pela facção política dos aliados de Afonso Costa¹⁸³.

A constituição do Grupo Parlamentar Democrático, liderado por Afonso Costa no início de Setembro de 1911, a sua oposição ao I governo constitucional, liderado por João Chagas e a eleição de um Directório da confiança política de Afonso Costa durante o Congresso do PRP realizado entre 27 e 30 de Outubro de 1911 marcaram a ruptura

¹⁸⁰ Ernesto Castro Leal, “O campo político dos partidos republicanos (1910-1915)” in AA.VV., *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Centro de História da Universidade de Lisboa/Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, Coleção Coloquia, Lisboa, 2004, pp. 107-125.

¹⁸¹ Fernando Piteira Santos, “Na transição do «constitucionalismo Monárquico» para o «constitucionalismo republicano»: a crise do Partido Republicano», *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, 1982, pp. 673-685.

¹⁸² Cunha Leal, *Os partidos políticos na República Portuguesa*, «os meus cadernos - n.º 2», Corunha, Imprensa Moret, 1932, pp. 72-87.

¹⁸³ Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 17-28.

com o resto do PRP associado no “Bloco”, que se tornaria definitiva durante o Congresso do Partido Republicano Português realizado em Braga entre 27 e 29 de Abril de 1912. Em resposta, o “Bloco” associou-se no Parlamento constituindo a União Nacional Republicana, embora sem o apoio de Machado Santos que iniciou um projecto político autónomo. A União Nacional Republicana, sem descurar o legado do Partido Republicano Português, queria corrigir os excessos de jacobinismo que a corrente radical tinha imprimido a este partido. No entanto, a União Nacional Republicana, enquanto aliança parlamentar, não iria evoluir para a constituição de um partido político, uma vez que as divergências internas levaram à formação de duas organizações partidárias em Fevereiro de 1912: o Partido Republicano Evolucionista¹⁸⁴, liderado por António José de Almeida e a União Republicana, liderada por Brito Camacho. Estes dois partidos políticos desenvolveram a sua acção política entre 1912 e 1919, num campo ideológico e social muito próximo, uma vez que se consideravam conservadores e opositores do radicalismo do Partido Democrático. A nível eleitoral, nunca conseguiram retirar a hegemonia ao PRP que herdou a estrutura burocrática do Estado e a rede clientelar vinda da Monarquia, sendo, neste período, o Partido Republicano Evolucionista a segunda força política e a União Republicana a terceira força política¹⁸⁵.

O início da I Guerra Mundial vai propiciar uma evolução no sistema de partidos republicanos, em particular nos ordeiros. A constituição do governo da União Sagrada (15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917) proporcionou uma aliança entre o Partido Republicano Português e o Partido Republicano Evolucionista no sentido de Portugal intervir na Guerra, ao lado dos aliados, na frente europeia. O consenso político com os outros partidos não foi atingido, acentuando-se ainda mais as divergências entre os republicanos¹⁸⁶. Dentro do Partido Republicano Evolucionista também se acentuaram as discordâncias, levando à formação de uma facção liderada por Egas Moniz, que levaria à formação do Partido Centrista Republicano em 1917. Este partido reforçou um dos tópicos que marcava a direita republicana – a defesa dos poderes do Presidente da República, nomeadamente o poder de dissolução do Congresso¹⁸⁷.

No entanto, foi apenas com o “Sidonismo” e com o Partido Nacional Republicano que esta tendência presidencialista primeiramente se materializou. A revolução “Sidonista” teve o apoio inicial da União Republicana, de qual Sidónio Pais e outros conspiradores pertenciam, do Partido Reformista, do Partido Centrista Republicano e de alguns socialistas, católicos, integralistas e sindicalistas. Esta aliança precária desfez-se quando Sidónio Pais enveredou por um presidencialismo de cariz autoritário, tendo a União Republicana e o Partido Socialista deixado de apoiar o governo em Março de 1918. No entanto, alguns dos seus filiados continuaram a acompanhar Sidónio Pais, enquanto líder carismático, pelo que houve uma nova série de cisões dentro destes partidos. O grupo que ficou a apoiar Sidónio Pais formou o Partido Nacional Republicano composto por membros do Partido Reformista, do Partido Centrista Republicano, alguns unionistas e por neosidonistas. Contudo, dada a

¹⁸⁴ Manuel Roque Azevedo, “Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)”, *Nova História*, n.º 2, Dezembro, 1984, pp. 74-122.

¹⁸⁵ Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas... op. cit.*, pp. 43-57. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Identidade Política. A Construção do Sistema Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Sumário das Provas de Agregação, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

¹⁸⁶ Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

¹⁸⁷ Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 62-63.

heterogeneidade dos elementos que o compunham e o cariz presidencialista e corporativo do regime, estava reservado um papel mitigado para este partido¹⁸⁸.

O Partido Nacional Republicano não sobreviveu ao assassinato do seu líder. Porém, surgiram diversos agrupamentos políticos seguidores das correntes ideológicas do “Sidonismo”, onde se refugiaram alguns sidonistas (casos de João Tamagnini Barbosa, Feliciano da Costa Júnior, Teófilo Duarte e Eurico Cameira que viriam em 1925 a ingressar no PRN), como o Partido Republicano Conservador (1919-1920), Partido Nacional Republicano Presidencialista (1921-1925) e a Acção Nacionalista (1922-1925)¹⁸⁹.

O fim da “Nova República” marcou o restabelecimento do sistema de partidos anterior ao “Sidonismo”. O presidente do executivo, José Relvas (27-01-1919 a 30-03-1919), ainda tentou unificar o partido unionista, evolucionista e centrista antes das eleições, no sentido de afastar o PRP do poder. Contudo, as negociações não chegaram a bom porto, pelo que as eleições realizadas a 11 de Maio de 1919 ditaram uma nova maioria absoluta para o Partido Republicano Português (86 deputados dos 163 que compunham a Câmara dos Deputados), ficando o Partido Republicano Evolucionista e a União Republicana numa posição secundária. Não obstante, houve uma renovação da elite máxima destes partidos, uma vez que Afonso Costa ficou a viver em Paris, António José de Almeida foi eleito Presidente da República em 1919 e Manuel de Brito Camacho foi nomeado Alto-Comissário de Moçambique em 1920. A derrota eleitoral acentuou a necessidade de haver uma convergência entre as forças republicanas conservadoras, pelo que em Outubro de 1919 foi possível formar o Partido Republicano Liberal (PRL) que aglutinava o Partido Republicano Evolucionista, a União Republicana, o Partido Centrista Republicano e a Conjunção Republicana da Beira. A constituição do PRL abria a esperança de o regime republicano encontrar uma solução de alternância pacífica dentro do quadro constitucional. Contudo, nem todos os evolucionistas aceitaram a criação do PRL. Onde, os elementos mais à esquerda do PRE criaram no Congresso o Grupo Parlamentar Popular (1919), que se converteria no Partido Republicano Popular (1920-1921)¹⁹⁰.

Este período também ficou marcado por conflitos internos e dissidências dentro do PRP. Por um lado, havia diferenças ideológicas profundas a nível interno, como ficou patente na revisão constitucional de 1919, e por outro lado, a falta de coesão do grupo parlamentar acarretava um fraco apoio aos governos do PRP. Assim, em Março de 1920 mais de três dezenas de parlamentares, liderados por Álvaro de Castro, formaram o Grupo Republicano de Reconstituição Nacional, mais tarde transformando em Partido Republicano de Reconstituição Nacional (PRRN). A maioria dos membros deste grupo provinha da cisão do PRP, embora alguns tivessem vindo do PRL e de grupos independentes¹⁹¹. Simultaneamente houve outra cisão no PRP, denominada

¹⁸⁸ Armando B. Malheiro da Silva, “A República e o Reformismo democrático autoritário (1890-1926). Uma proposta interpretativa” in AA.VV., *Portugal – Brasil. Uma Visão Interdisciplinar do Século XX*, Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 21-62; Armando B. Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 63-71.

¹⁸⁹ Armando B. Malheiro da Silva, “A República e o Reformismo... *op. cit.*”, pp. 21-62; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 73-80.

¹⁹⁰ Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas... op. cit.*, pp. 80-88.

¹⁹¹ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.

Grupo Parlamentar Dissidente, liderada por Domingos Leite Pereira. No Porto, no início de Janeiro de 1921, também surgiu uma facção, denominada Núcleo Republicano Regionalista do Norte. Estes dois grupos eram reduzidos e acabaram por regressar ao PRP no final de 1921 no rescaldo da “Noite Sangrenta”¹⁹².

O PRP perdeu a partir de Março de 1920 a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado e o país deixou de ter um partido que suportasse executivos sólidos. O Presidente da República teve de nomear governos de concentração ou minoritários que tiveram vida curta. Entre Março de 1920 e Maio de 1921 houve oito governos com as mais variadas combinações. Todos começaram a pensar que a única solução passava pela dissolução do Congresso.

O Partido Republicano Português estava empenhado na dissolução parlamentar para tentar obter uma nova maioria parlamentar, esmagando as suas cisões nas urnas e na mesa das negociações. O Partido Republicano Liberal, também estava interessado na dissolução uma vez que se conseguisse que o Presidente da República nomeasse um governo liberal e dissolvesse simultaneamente as Câmaras, poderia «fazer» as eleições de forma a obter uma maioria parlamentar que lhe permitisse suportar um governo consistente. Por sua vez, a GNR e algumas forças militares, lideradas pelos republicanos radicais tinham-se revoltado a 21 de Maio de 1921 contra o governo de concentração de Bernardino Machado e também exigiam a dissolução parlamentar. O Presidente da República optou por aceitar a demissão do governo para evitar um banho de sangue. O PRP decidiu então abdicar do poder, facilitando a nomeação de um governo liberal, liderado por Tomé de Barros Queirós, a 23 de Maio de 1921 e votou posteriormente a favor da dissolução do Congresso no Conselho Parlamentar. Só o representante dos socialistas votou contra, abstendo-se os reconstituintes e o representante dos democráticos dissidentes. A ascensão do PRL poderia permitir a construção de um novo quadro político partidário, com dois partidos de governo que se poderiam revezar no poder, à maneira do rotativismo e enfraqueceria certamente os populares e os reconstituintes.

O Presidente da República, assessorado pelo Conselho Parlamentar, decidiu dissolver as Câmaras no dia 1 de Julho de 1921, uma vez que se tinha tornado praticamente impossível nomear um Governo que tivesse um apoio maioritário no órgão legislativo. Faziam parte do *Conselho Parlamentar* representantes de todas as correntes de opinião do Congresso, segundo um princípio de representação proporcional. A legislatura de 1921 surgiu devido ao novo quadro constitucional do pós-guerra, que permitia que o Presidente da República, António José de Almeida, dissolvesse as Câmaras legislativas, após consulta do Conselho Parlamentar, sempre que assim o exigisse os interesses da Pátria e da República¹⁹³.

As eleições realizadas a 10 de Julho deram, como era norma, a vitória ao partido que as liderou no Ministério do Interior. O Partido Republicano Liberal estabeleceu acordos com o Partido Republicano Português em vários círculos para a distribuição dos votos e dos mandatos. Estas negociações foram estabelecidas não só entre os directórios dos dois partidos como entre candidatos e notáveis individualmente, havendo por isso diversos acordos sem lógica ideológica ou política, prevalecendo unicamente a distribuição de lugares e de poder¹⁹⁴. Daí estas eleições terem sido das menos concorridas (em Lisboa a abstenção chegou aos 79%), mas das que levantaram mais

¹⁹² Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 47-50 e 97-102.

¹⁹³ Lei n.º 89 de 22 de Setembro de 1919 que reviu a Constituição.

¹⁹⁴ Cf., José Adelino Maltez, *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, Volume II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da História, 2005, p. 278.

celeuma e acusações de fraude e violência. Os Liberais elegeram 79 deputados, os Democráticos 54 e os Reconstituintes 12. Os restantes 18 lugares da Câmara dos Deputados foram distribuídos por pequenas formações que poderiam desempenhar um papel importante dada a maioria clara, mas não absoluta, que os liberais tinham conseguido. Os monárquicos que finalmente tiveram condições para ir às urnas obtiveram 4 deputados, os independentes 5, Católicos 3, Dissidentes 3, Regionalistas 2 e Populares 1¹⁹⁵.

O novo Parlamento, dividido por nove agrupamentos partidários, tinha uma árdua tarefa pela frente. Tinha de resolver o problema da carestia de vida, provocada por uma inflação galopante, e o deficit das contas públicas num Parlamento profundamente dividido por questões político-partidárias e por questões pessoais, sem nenhum partido ter maioria. Como reconheceu Bernardino Machado, a dissolução parlamentar tinha tido por objectivo criar dois fortes partidos de governo, mas tinha-se ficado sem nenhum¹⁹⁶. O Partido Republicano Liberal, à semelhança do Partido Republicano Português, também se encontrava dividido por várias facções, de ex-unionistas, ex-evolucionistas e ex-centristas. A fragmentação partidária e a indisciplina partidária foram dois problemas que marcaram esta legislatura, bem como toda a I República. Tanto os pequenos partidos, como os grandes não conseguiam apoiar maiorias estáveis para suportar executivos duradouros. Dentro das próprias maiorias nasciam os germes que levavam à destituição dos governos.

No Parlamento a maioria de direita apoiou o governo liberal de Tomé de Barros Queiroz com a expectativa benévola dos democráticos e dos católicos e a oposição das outras bancadas. O governo iniciou a sua acção tentando enfrentar os problemas constantemente adiados do deficit público, da inflação, da desvalorização do escudo, dos abastecimentos dos produtos essenciais, do regime cerealífero e da reforma fiscal. No entanto, qualquer tentativa de enfrentar estes problemas encontrava no Parlamento uma maioria de bloqueio que inviabilizava qualquer acção governamental. O Governo apresentou a declaração ministerial (isto é, o programa do governo) no dia 1 de Agosto na Câmara dos Deputados, tendo Tomé de Barros Queiroz chamado a atenção dos deputados para a sua responsabilidade: “Apesar dos esforços individuais de todos os parlamentares cujo patriotismo está acima das melhores referências, apesar dos bons desejos de cada um dos grupos do Congresso dissolvido, o facto incontestável é que não foram votados os orçamentos de 1919-1920, 1920-1921, 1921-1922, como votados não foram as propostas de carácter permanente criando receitas reputadas indispensáveis por toda a gente”. Posteriormente fez o diagnóstico da situação do país: “O encarecimento dos produtos que o País é obrigado a importar; a política financeira seguida depois do começo da guerra, não se criando as receitas correspondentes ao aumento da despesa ordinária, nem se contraindo empréstimos para a cobertura dos encargos extraordinários resultantes da guerra; o alargamento da circulação fiduciária não só para ocorrer às necessidades económicas do País, mas muito especialmente para cobrir os deficits de gerência; as dificuldades crescentes para a colocação dos poucos produtos exportáveis e o afrouxamento daquele rigor na aplicação dos dinheiros públicos, que constituiu um dos melhores títulos de glória dos primeiros anos da administração republicana, conduziram o nosso meio circulante a uma desvalorização tal que a vida se tornou um tormento para as classes menos abastadas da sociedade portuguesa, agravando em muito as condições já precárias das nossas finanças”. Perante esta situação era imperioso que o Governo tomasse medidas para “um mais favorável abastecimento da população” e para

¹⁹⁵ A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 3.ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 127

¹⁹⁶ Bernardino Machado, *Depois de 21 de Maio*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 97.

uma “melhoria da situação financeira do País” que se obtém “pela valorização da nossa moeda, e essa valorização tem de conseguir-se por factores de ordem moral e de ordem material: de ordem moral, fazendo uma administração modelar, defendendo os dinheiros públicos com energia e decisão; de ordem material, equilibrando o orçamento, aumentando a produção para se intensificar a exportação e diminuir a importação, regularizando a dívida flutuante, pondo o País em condições de poder recorrer vantajosamente às operações de crédito que forem reputadas úteis e essenciais”¹⁹⁷. O Governo pretendia restabelecer o equilíbrio orçamental e diminuir a dívida pública por meio da redução das despesas e de um aumento das receitas.

Não era a primeira vez que propostas deste tipo eram apresentadas no Parlamento. O desequilíbrio nas contas públicas, a desvalorização do escudo e a inflação galopante tornavam prementes medidas de austeridade e de rigor e uma reformulação profunda do sistema de impostos. No entanto, não foram aprovadas as várias propostas que foram surgindo, nomeadamente de Rego Chaves, em Dezembro de 1919, de Inocêncio Camacho Rodrigues em Agosto de 1920 e de Cunha Leal em Dezembro de 1920. Estas propostas não chegaram a ser aprovadas, e algumas nem discutidas foram, devido à grande instabilidade política e à falta de maiorias coesas no Congresso¹⁹⁸.

As propostas de Barros Queirós expostas durante a apresentação do governo a 1 de Agosto foram devidamente explicitadas no Parlamento no dia 3 de Agosto de 1921, aquando da apresentação do orçamento rectificativo para 1921-1922¹⁹⁹. As propostas revelavam um plano ambicioso e articulado e reflectiam o pensamento da corrente republicana conservadora há longos anos na oposição para resolver os problemas nacionais. No referente ao aumento das receitas os liberais avançaram para a reformulação do sistema de impostos, propondo alterações e remodelações no real de água, na tabela do imposto de selo, contribuição de registo e introdução de um imposto para a assistência pública. Propunham ainda a criação de um imposto geral sobre o rendimento que iria substituir uma série de impostos²⁰⁰. A diminuição das despesas seria feita à custa de suprimir serviços públicos dispensáveis e reduzindo-se os imprescindíveis. Os funcionários do Estado, incluindo as forças armadas, consumiam mais de 50 por cento das despesas, e por isso, seriam limitados aos estritamente necessários e seriam proibidas novas admissões enquanto houvesse excesso nos quadros. Propunha-se por isso, um programa de redução e de transferência de funcionários públicos, recorrendo, se necessário, à aposentação antecipada. Em relação à dívida pública previa-se o lançamento de novos empréstimos internos e externos com condições mais vantajosas e medidas contra o aumento da circulação fiduciária. Para além destas medidas previa-se ainda um conjunto alargado de investimentos e de

¹⁹⁷ Tomé de Barros Queiroz, *Diário da Câmara dos Deputados*, 01-08-1921, pp. 7-9. Cf., Nuno Valério, “os Orçamentos do Estado” in Nuno Valério (Coord.), *As Finanças Públicas no Parlamento Português. Estudos preliminares*. Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2001, pp. 45-64. Ana Bela Nunes, “Os Debates Orçamentais durante a Primeira República” in Nuno Valério (Coord.), *Os Orçamentos no Parlamento Português*, Lisboa, Dom Quixote /Assembleia da República, 2006, pp. 121-159.

¹⁹⁸ Luís Farinha, *Estudo sobre a acção política Parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como deputado ao Congresso da República (1918-1926)*, Vol. I, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002, pp. 10-14; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, Tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 163-218; “Álvaro Ferreira da Silva; Luciano Amaral, “A economia portuguesa na I República” in Luciano Amaral (Org.), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, 2001, pp. 257-298.

¹⁹⁹ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 03-08-1921.

²⁰⁰ Proposta publicada no *Diário do Governo* de 6 de Agosto de 1921 - 2.ª série.

transformações em várias áreas. Por exemplo, o governo tinha intenção de liberalizar o comércio dos produtos de primeira necessidade, como o carvão vegetal, a manteiga e os azeites, que podia resolver o problema do açambarcamento e da falta de alguns produtos. No entanto, estas medidas foram tidas como uma cedência a alguns grupos económicos. O mesmo sucedeu com o estabelecimento de três tipos de pão que tinha por objectivo regularizar o mercado e fazer baixar o preço do pão mais barato. O novo regime cerealífero foi discutido no Parlamento ao mesmo tempo que o preço do pão sofria aumentos sucessivos e provocava manifestações e protestos um pouco por toda a parte, acabando alguns deles em actos de violência. A proposta de Lei do governo liberal foi atacada à esquerda por Cunha Leal por provocar ganhos exagerados na moagem e nos produtores nacionais de trigo, à custa do consumidor. A criação dos três tipos de pão, o de luxo, o de primeira e o de segunda, aos quais correspondiam três tipos de farinha, fornecida pela moagem era propício a todo o tipo de fraudes. Os pães mais baratos eram muitas vezes intragáveis, acusando-se a moagem de adulterar a farinha, facto que o governo não podia comprovar por falta de condições de fiscalização. A lei acabou por ser promulgada, mas não teve futuro, tendo de ser abandonada pela forte oposição no Parlamento e na rua. Os liberais também pretendiam regularizar as relações com a Igreja e com os monárquicos, mas esta intenção era vista pelo sector radical como uma rendição da República.

As propostas apresentadas pelos liberais acabaram por não ser devidamente discutidas, nem aprovadas, com excepção da Lei 1193 de 31 de Agosto de 1921 (duplicou as taxas do imposto do selo, com algumas excepções), devido à oposição de diversos grupos de interesses, à falta de coesão do Parlamento para tomar medidas difíceis e à mecânica de funcionamento da Câmara dos Deputados que privilegiava a discussão política em detrimento da eficácia e da probidade. Os esforços feitos pelo presidente da Câmara dos Deputados, Jorge Vasconcelos Nunes em centrar e limitar a discussão política em torno dos diplomas e dos temas apresentados pelo governo não surtiram efeito. Não tendo sido possível aprovar um orçamento definitivo, teve de ser aprovado um decreto de meios para Julho e Agosto²⁰¹ e uma lei de meios para Setembro, Outubro e Novembro de 1921²⁰². Enquanto decorriam estas discussões no Parlamento saltou para as páginas dos jornais o escândalo do «contrato dos 50 milhões». O governo de Bernardino Machado tinha iniciado contactos em colaboração com Afonso Costa, delegado do governo português em Paris, para contrair um empréstimo externo. Este crédito seria realizado por um consórcio de bancos e sociedades bancárias portuguesas, através do *Crédit International de Anvers*, junto de uma entidade americana, denominada *War Finance Corporation*, pelo valor de cinquenta milhões de dólares, ao juro de sete por cento. A eminência da operação tinha levado a uma enorme especulação cambial agravada por ser ter descoberto que um dos intermediários era um conhecido burlão americano, Jefferson Williams. Perante esta situação os parlamentares exigiram a presença dos ministros e dos banqueiros implicados no negócio no Parlamento e em particular Afonso Costa, que tinha servido de contacto com o referido burlão. A imprensa aproveitou para lançar mais uma campanha contra os políticos e instituições republicanas. Perante este quadro Tomé de Barros Queiroz decidiu apresentar a demissão do governo a 30 de Agosto dada a manifesta ineficácia do poder legislativo e executivo, a suspeição do bom nome dos membros do governo nas páginas dos jornais e no Parlamento, devido em parte, ao

²⁰¹ Decreto 7578 de 1 de Julho de 1921.

²⁰² Lei 1193 de 31 de Agosto de 1921. Cf., Nuno Valério, “Os Orçamentos do Estado” in Nuno Valério, (Coord.), *As Finanças Públicas no Parlamento Português. Estudos preliminares*. Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2001, pp. 45-64.

escândalo do «contrato dos 50 milhões» e a desinteligências dentro do governo liberal liderado pela facção unionista devido a um projecto de Lei dos câmbios. Tomé de Barros Queiroz saiu do governo profundamente desiludido uma vez que em Portugal, no campo político, “não se discutem ideias, discutem-se homens para os arruinar, como se dessa demolição não adviesse um grave mal para o regime e para o País”²⁰³.

O Presidente da República decidiu nomear um novo governo liberal liderado por António Granjo, desta vez dominado pela facção evolucionista. Este governo afigurava-se bastante mais fragilizado e sem o impulso reformista que o anterior tinha evidenciado, ainda que não tivesse obtido resultados palpáveis. O deputado monárquico, Mário de Aguiar, durante a apresentação do governo no dia 31 de Agosto anteviu logo o futuro do executivo: sendo este um governo partidário “vem unicamente passar o verão nas cadeiras do Poder”²⁰⁴. Este novo governo foi atacado pela imprensa de esquerda por favorecer a moagem com o aumento do preço da farinha e lançou boatos pelas ligações do Presidente do governo aos grupos católicos.

O Congresso votou favoravelmente a suspensão dos seus trabalhos a 17 de Setembro, por proposta de Afonso de Melo, do Partido Republicano Liberal, projectando reabrir portas a 7 de Novembro, mas a *Noite Sangrenta* de 19 de Outubro de 1921 inviabilizou a sua continuação. Os governos liberais não conseguiram levar por diante nenhuma das suas tarefas prioritárias de redução do deficit público, pelo aumento das receitas e diminuição das despesas. Por outro lado, nem o empréstimo externo, nem o orçamento foram aprovados. Era difícil levar por diante reformas difíceis sem uma maioria clara no Parlamento e sem um governo forte e unido²⁰⁵.

Durante o mês de Setembro começam-se a esboçar vários movimentos revolucionários e o governo teve de enfrentar cada vez mais manifestações de hostilidade, como atentados e difamações, em particular ao chefe do executivo, António Granjo. O governo ainda conseguiu abortar um golpe de estado lançado a 30 de Setembro pelo tenente-coronel Manuel Maria Coelho, mas acabaria por cair às mãos dos revolucionários a 19 de Outubro de 1921, tendo sido assassinados, entre outros, António Granjo, Carlos da Maia e Machado Santos.

Seguiram-se os governos efémeros de Manuel Maria Coelho (19-11-1921 a 5-11-1921) e de Maia Pinto (5-11-1921 a 16-12-1921), que contaram com algum predomínio dos revolucionários Outubristas, mas que não tiveram o apoio dos governos estrangeiros, nem dos partidos democrático, liberal e reconstituente.

Pela primeira vez um partido republicano conservador tinha conseguido uma maioria relativa no Parlamento, o que possibilitou a formação de um governo mono partidário. Os governos do Partido Republicano Liberal aguentaram-se precariamente diante de um Parlamento fragmentado e hostil, mas o executivo de António Granjo acabaria por sucumbir perante um movimento revolucionário esquerdista extremamente violento²⁰⁶.

²⁰³ Tomé de Barros Queiroz citado por José Adelino Maltez, *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, Volume II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da História, 2005, p. 277.

²⁰⁴ Mário de Aguiar, *Diário da Câmara dos Deputados*, 31-08-1921, p. 37.

²⁰⁵ Cf., Ana Bela Nunes, “Os Debates Orçamentais durante a Primeira República” in Nuno Valério (Coord.), *Os Orçamentos no Parlamento Português*, Lisboa, Dom Quixote /Assembleia da República, 2006, pp. 121-159.

²⁰⁶ “O PRP opôs-se sempre à organização e desenvolvimento dos outros partidos republicanos em formação, que arrastam sempre todos eles, uma vida precária e incerta. Com a organização do Partido Liberal, a situação melhorou consideravelmente; já se pode constituir um Governo e um Parlamento fora das fileiras do Partido Democrático, mas a organização não era ainda bastante sólida para resistir aos

1.2. As eleições legislativas de Janeiro de 1922 e as negociações entre o PRRN e o PRL

Após a revolução de 19 de Outubro de 1921 os principais partidos republicanos (PRP; PRL; PRRN) foram forçados a fazer uma «frente única» para conseguir trazer o regime para um quadro de normalidade constitucional, afastando-o do clima revolucionário propiciado pelos «Outubristas». Este pacto foi assinado a 22 de Novembro de 1921²⁰⁷ e materializou-se na aprovação de um «Programa de Realizações Imediatas»²⁰⁸ e na formação de um governo de convergência integrando elementos do PRRN, do PRL, do PRP e independentes, chefiado por Cunha Leal²⁰⁹, que preparou as novas eleições legislativas de Janeiro de 1922 tendo em mente “entregar o Poder aos partidos”²¹⁰. O pacto entre as forças republicanas quebrou-se a quando da preparação das listas eleitorais. Os «Outubristas» exigiram 41 deputados, incluindo 2 comunistas, os liberais, os reconstituintes e os democráticos também exigiam um número de deputados desproporcionais, instalando-se uma guerra entre as estruturas centrais e as estruturas locais dos partidos, dado que as primeiras queriam impor às segundas os seus candidatos²¹¹. Por outro lado, o presidente do conselho de ministros queria que o novo Parlamento tivesse um novo equilíbrio de forças que propiciasse um conjunto de reformas legislativas e constitucionais que permitisse dar estabilidade à República. Não queria entregar o poder de «mão beijada» novamente aos democráticos e procurou trazer para o Parlamento, novas personalidades, vindas das associações patronais, tentando regenerar a política e o regime, no sentido de formar um novo grupo político que contrabalançasse o poder dos democráticos. Os homens próximos de Cunha Leal, denominados «Governamentais», também tinham caras conhecidas da política nacional, autênticos profissionais da política caciquil, como Nuno Simões. Para ganhar eleições não bastava ter boas ideias e bons candidatos, era necessário jogar o jogo duro da «política dos amigos» e do «patrocinato»²¹².

A «preparação» antecipada dos resultados eleitorais e da eleição dos deputados foi novamente uma prática generalizada, tendo os principais partidos feito «pactos» em muitos círculos para não terem de ir para a luta eleitoral aberta e incerta. Assim, a prática mais comum foi a «troca de votos». O partido A não ia a votos no círculo 1 «transferindo» os seus votos para o partido B, em troca da integração de um seu

embates dos jacobinos e dos exaltados e às suas empresas revolucionárias”, Augusto de Vasconcelos, *O Figueirense*, 25-2-1923, p. 1. Cf., *República*, 23-12-1923, p. 1

²⁰⁷ Cf., *O Mundo*, 23-11-1921, p. 1; *A Lucta*, 23-11-1921, p. 1; “A União dos Partidos Constitucionais”, *O Regionalista*, 26-11-1921, p. 1; “O Pacto dos Partidos”, *O Regionalista*, 4-12-1921, p. 1; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 296-300.

²⁰⁸ *O Mundo*, 29-11-1921, p. 1; *A Lucta*, 29-11-1921, p. 1. Cf., Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 83-85.

²⁰⁹ Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, pp. 317-321.

²¹⁰ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-2-1922, p. 12.

²¹¹ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 297-299.

²¹² Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. pp. 229-241. Veja-se a própria confissão de Cunha Leal de ter recorrido à política caciquil nestas eleições (Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, pp. 321-323).

elemento na lista do partido B no círculo 2, ou em troca de outro qualquer favor. Havia ainda os independentes, ou falsos independentes, que angariavam apoios variados e por vezes contraditórios antes das eleições e que depois do acto eleitoral se juntavam ao partido vencedor²¹³. Em cada círculo, ou mesmo em cada concelho, o arranjo das listas foi executado através de árduas negociações. O resultado final destas combinações políticas foi muito variado²¹⁴. O próprio presidente do Governo, Cunha Leal, que estava a organizar uma «Lista Governamental», integrou a Lista patrocinada pelo PRP em Chaves. O PRP, enquanto partido mais poderoso, entrava nas negociações em vantagem, só permitindo integrar elementos de outros partidos ou independentes nas suas listas, em troca de eleições asseguradas noutros círculos.

No Círculo de Castelo Branco estabeleceu-se um pacto entre todos os candidatos, determinando antecipadamente as votações finais. No entanto, em duas assembleias o candidato democrático, Abílio Marçal, apoderou-se de duas actas e não cumpriu integralmente o acordado, pelo que o candidato liberal, Bernardo Ferreira de Matos, sentiu-se burlado, tendo desabafado o seguinte num rascunho pessoal:

“Como de costume a eleição de Domingo fez-se por acordo nas três assembleias do Concelho da Sertã. Ficou assente nesse acordo, que as votações fossem os seguintes em todo o concelho para os candidatos a deputados. Abílio Marçal (democrático) 1205 votos; Dr. Bernardo Ferreira de Matos (liberal) 1105; Dr. Matos Rosa (democrático) 855; Dr. Horta Osório (monárquico) 305. Respeitado o acordo as votações daqueles candidatos em todo o círculo seriam respectivamente, de 3230, 2749, 2715 e 1991. Está averiguado porém, que o Dr. Abílio Marçal para manter os seus créditos ou talvez os seus descréditos e assim arranjar mais um título de recomendação à presidência da Câmara, faltou mais uma vez, miseravelmente aos compromissos tomados, apoderando-se dolosamente, das actas das assembleias de Cernache do Bonjardim e Pedrógão Pequeno para a sua casa e depois de conhecidos os resultados do resto do círculo [...] partilhar o bolo à sua voracidade [...] e não em harmonia com o acordo. [...]. Depois de abertas e examinadas as actas de apuramento, constatamos que o candidato liberal apenas indo pela minoria quando devia vir pela maioria, que em qualquer caso tem a sua eleição ganha, está disposto a castigar tão repugnante abuso protestando e provando com documentos, entre os quais os próprios papéis, ter sido vítima de mais uma burla por parte do Sr. Abílio Marçal. [...] Aquilo do Abílio Marçal é uma doença que nasceu e já agora há-de morrer com ele. Quando não tem porcos, bois, mulas ou qualquer outro alimento de vulto, come votos [...]”²¹⁵.

As eleições foram preparadas num quadro de desordem, violência e instabilidade, dada a dificuldade de controlar a Marinha e a própria GNR, que em muitas situações apoiavam os seus camaradas «revolucionários do 19 de Outubro». As eleições foram adiadas 4 vezes, tendo sido marcadas finalmente para o dia 29 de Janeiro de 1922²¹⁶.

Em Lisboa o crédito dos democráticos levou-os a prescindir da coligação com outras forças republicanas. Como pretexto, invocavam o facto de a lista em preparação

²¹³ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo...* op. cit., pp. 298-303; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político...* op. cit., pp. 229-241; José Adelino Maltez, *Tradição e Revolução. Uma biografia...* op. cit., pp. 286-293.

²¹⁴ No concelho de Mogadouro fez-se um acordo eleitoral entre o PRL e o PRRN, dando os liberais cerca de 400 votos ao candidato a senador reconstituente. Já no Bombarral o PRL selou um acordo com o PRP através de uma coligação. Cf., *República*, 31-1-1922, pp. 1-2.

²¹⁵ Rascunho de Bernardo Ferreira de Matos. Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

²¹⁶ Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político...* op. cit., pp. 229-241.

ter a inclusão de alguns antigos apoiantes do Sidonismo, pelo que a designavam de Lista «dezembrista». Assim, as outras forças republicanas tiveram de tentar formar uma lista comum, que fosse uma alternativa válida ao PRP. Realizaram-se diversas reuniões políticas preparatórias no sentido de apresentar uma lista de coligação, constituída por todas as forças políticas republicanas adversárias dos democráticos – liberais, presidencialistas, socialistas, reconstituintes, reformistas, «outubristas» e independentes. A entrada dos «outubristas» levantou sérios protestos de alguns liberais²¹⁷, tendo aqueles sido excluídos da Lista de Conjunção Republicana²¹⁸. No entanto, as animosidades dentro desta Lista não ficaram resolvidas por aqui. Foi por exemplo difícil em Lisboa, e no resto do país, distribuir harmoniosamente e contentar ao mesmo tempo, os antigos notáveis evolucionistas e unionistas, tendo as suas clientelas criado problemas à Lista que se queria vitoriosa²¹⁹. No acto eleitoral foi visível que os protegidos de um candidato não votavam no seu colega de lista, cortando o seu nome. Este facto era permitido pela lei eleitoral, mas destruía a mais-valia que a coligação poderia ter, pela possibilidade de somar votos de diferentes correntes republicanas. Esta situação somada ao facto da Lista ser muito heterogénea e de nenhum candidato ter nomeado delegados eleitorais para as mesas de voto, levou ao seu fracasso. A maioria foi ganha pelos democráticos e a minoria pelos monárquicos. Como lista menos votada ficou a lista «Outubrista»²²⁰. Como referia a *República* ficou demonstrado que os trabalhos eleitorais “têm a sua ciência. E quem não conhece essa ciência, não faz deputados ou senadores.”²²¹. Os republicanos ordeiros, ao contrário de outras ocasiões, dispuseram-se a enfrentar os democráticos disputando as maiorias com uma lista de conjugação. No entanto, tiveram uma dupla derrota, uma vez que as minorias foram para os monárquicos e as maiorias para os democráticos²²².

A nível nacional os democráticos voltaram a vencer as eleições, mas sem maioria absoluta (71 deputados – 43,5%). O Partido Republicano Liberal foi a segunda força mais votada, obtendo 33 deputados, seguidos do Partido Republicano de Reconstituição Nacional com 17 deputados e dos «Governamentais» (também conhecidos por *Grupo de Independentes*²²³) de Cunha Leal com 13 deputados, os mesmos conseguidos pelos monárquicos. O PRP mesmo sem maioria absoluta, conseguiu formar governo sozinho, liderado por António Maria da Silva, através do apoio inicial do PRL e do PRRN e do amparo dos católicos (5 deputados), dos regionalistas (2 deputados) e do apoio de alguns independentes (5 deputados), que o próprio PRP tinha ajudado nalguns casos a eleger²²⁴. Alguns «governamentais» também foram engrossando as hostes dos democráticos, pelo que o grupo de Cunha Leal ficou reduzido a meia dúzia de deputados²²⁵.

O governo monocolor do PRP teve o apoio expresso dos dois principais partidos republicanos (PRL²²⁶ e PRRN), através dos seus líderes na Câmara dos Deputados. Barros Queiroz (PRL) e o Álvaro de Castro (PRRN) prometeram apoiar o governo após a leitura da declaração ministerial. Álvaro de Castro lembrou o programa mínimo

²¹⁷ Cf., *República*, 22 de Janeiro de 1922, p. 1.

²¹⁸ Cf., *República*, 24-1-1922, pp. 1-2

²¹⁹ Cf., *República*, 25-1-1922, p. 1.

²²⁰ Cf., *O Rebate*, 30-1-1922, p. 1.

²²¹ *República*, 31-1-1922, p. 1.

²²² Cf., *O Rebate*, 24-1-1922, p. 1; *idem*, 25-1-1922, p. 2.

²²³ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 23-2-1922, p. 4.

²²⁴ Cf., Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa (alguns aspectos estruturais)*, Lisboa, Livros Horizonte, 3.ª edição, p. 128.

²²⁵ Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, pp. 351-352.

²²⁶ *República*, 18-2-1922, p. 1.

formulado pela «frente única» - PRP, PRL e PRRN - antes das eleições, que em sua opinião devia ser executado²²⁷. Carvalho da Silva, do Partido Monárquico, declarou que embora o governo fosse composto apenas por personalidades do PRP, era de facto, “um governo dos três partidos da República, que se unem para cumprir o chamado programa da «frente única»”²²⁸.

Após a vitória dos democráticos nas eleições legislativas de 1922 os jornais começaram a lançar a ideia da formação de um grande partido conservador que fizesse frente ao PRP. Os republicanos ordeiros olhando para a história recente constatavam que o PRL embora tivesse obtido a dissolução do parlamento e a possibilidade de preparar as eleições de 1921 no governo, não conseguiu obter uma forte maioria parlamentar, nem conseguiu ter em Lisboa uma forte organização partidária que fizesse frente à onda revolucionária, que era na opinião de muitos portugueses a “única força que gere os destinos da pátria”. Em Janeiro de 1922 com um governo de concentração no poder, os democráticos conseguiram novamente vencer as eleições, voltando as restantes forças à humilhante e degradante situação de sempre: “O PRP reserva para si as vantagens e os frutos do poder. Os outros partidos têm de se contentar em roer o osso totalmente esburgado de uma ou outra pasta governamental. O regresso dos governos de concentração podem lisonjear algum patriota que consegue chegar a ministro, mas são humilhantes para os partidos «muletas» que os democráticos utilizavam para atingir os seus objectivos”²²⁹.

O resultado eleitoral desastroso do Partido Republicano Liberal em 29 de Janeiro de 1922 levou-o a iniciar uma reflexão sobre a sua identidade e sobre os seus objectivos, em simultâneo com uma reformulação das suas estruturas partidárias. Em Lisboa, por exemplo, tentou-se criar comissões políticas em todas as juntas de freguesia²³⁰. Como forma de agregar novas tendências e personalidades que reforçassem o PRL, o Dr. Lima Duque lançou a ideia de no congresso do PRL participarem outros políticos republicanos, que embora não pertencendo ao partido, quisessem homenagear o Dr. António Granjo, como por exemplo, Cunha Leal, Agatão Lança, Júlio Martins e Mendes dos Reis. O PRL continuava a ambicionar reunir toda a família republicana conservadora no seu seio²³¹. No entanto outra possibilidade mais ambiciosa começou a ser preparada.

Os principais dirigentes do republicanismo conservador começaram a tomar consciência dos estratagemas do PRP para permanecer no Poder. O Partido Democrático utilizava uma tática política que levava os outros partidos republicanos, que estão subjugados ao seu domínio absoluto, a ir salvá-lo. Sempre que o PRP se encontrava à beira de um abismo lançava um grito de alarme: “A República está em perigo! E os outros partidos, com ingenuidade ou com a passividade resignada das suas grandes massas acodem à chamada, caindo no isco. Por outro lado, há sempre dois ou três patriotas que venderiam os seus próprios pais por uma pasta de ministro que se oferecem para fazer parte do governo de concentração que irá aparentemente defender a República. O Partido Democrático regressa, então novamente triunfante ao Terreiro do Paço. A República nunca estivera em perigo, mas sim o Partido Democrático, que os outros partidos teimam em salvar. Depois regressa a bonança e o PRP livra-se daqueles que o ajudaram e que lhe deram a mão no momento de crise”. Para evitar este ciclo vicioso e humilhante para os partidos republicanos da oposição começaram a reunir-se

²²⁷ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 24-2-1922, pp. 11-13.

²²⁸ Carvalho da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 24-2-1922, p. 14.

²²⁹ *República*, 11-4-1922, p. 1.

²³⁰ Cf., *República*, 31-1-1922, p. 2.

²³¹ *República*, 23-3-1922, p. 1.

alguns republicanos. Este grupo pretendia que o partido democrático governasse, dado que tinha a maioria parlamentar, e que se mantivesse no poder “enquanto o puder fazer com as suas próprias forças. Quando já não conseguir governar sozinho deverá surgir uma grande força política, patriótica, disciplinada e coesa”, já não para o auxiliar, mas para o substituir. É nesta obra que estão neste momento trabalhando alguns homens com o objectivo “de salvar, não o partido democrático, mas a Pátria e a República. Esperemos por essa obra”²³². Durante o mês de Fevereiro, publicitaram-se diversas reuniões dos principais dirigentes políticos do PRL no jornal *República* no sentido de estudarem uma possível junção aos reconstituintes e a alguns independentes (os amigos de Cunha Leal). No entanto, esta iniciativa revelou inúmeras barreiras e dificuldades, tendo-se estendido as negociações por todo o ano de 1922 e início do seguinte. Dentro do Partido Republicano Liberal os grupos ligados aos antigos partidos evolucionistas e unionistas permaneciam activos, intrincando a unidade partidária e as possibilidades de chegar a consenso com os reconstituintes²³³.

O Congresso do PRL realizado a 4 de Março de 1922 no Liceu Camões de Lisboa demonstrou precisamente a falta de identidade do partido e uma certa descrença na sua vitalidade, levando um alto dirigente a confessar algumas semanas depois o seguinte: “o último congresso do partido não teve a força que se esperava”²³⁴. Não obstante, conseguiu-se no mês seguinte (14 de Maio) a desejada adesão de Cunha Leal ao PRL. Era mais um sopro de vitalidade que chegava ao partido e era uma forma de pressionar Álvaro de Castro e os seus amigos reconstituintes a ingressar no PRL de forma a criar um partido forte que mudaria a estrutura político partidária portuguesa²³⁵. Esta adesão foi longamente preparada, tendo os liberais inaugurado um Centro Político com o seu nome em finais de Abril²³⁶. Nos dias seguintes à filiação de Cunha Leal a maioria das estruturas intermédias do PRL manifestaram-se nos jornais efusivamente pela chegada de um herói que tinha defendido António Granjo²³⁷.

Todavia, a entrada de mais um republicano prestigiado no PRL, não resolvia de por si, os problemas do partido, e muito menos da República. Era necessário encontrar uma solução para substituir o Partido Democrático no poder, por intermédio de meios constitucionais. O desenlace desta dificuldade passava necessariamente por constituir um partido que fosse uma grande força de governo, com energia para viver sem favores

²³² *República*, 12-4-1922, p. 1. Cf., *República*, 14-11-1922, p. 1.

²³³ Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 243-244.

²³⁴ Constâncio de Oliveira, *República*, 25-3-1922, pp. 1-2.

²³⁵ Veja-se a seguinte carta enviada por Alves dos Santos a Bernardo Ferreira de Matos sobre o ingresso de Cunha Leal no PRL: "Esteve aqui o Bacelar, que se não avistou comigo por falta de tempo; mas falou com o Lima Duque, que me transmitiu o assunto da conversa.

A ideia em marcha terá sofrido uma modificação: o Cunha Leal, com os seus amigos políticos ingressa, já, no P.R.L., por intermédio dos amigos do malogrado Granjo, representados pelos parlamentares liberais do círculo de Coimbra, que apresentarão ao Directório do P.R.L. uma carta sua, escrita para a circunstância, e a eles dirigida.

Isolado assim o Álvaro, e de mais a mais empurrado pelo Sá Cardoso e outros certamente não deixará de fundir-se também no P.R.L., que haverá, então, de reunir-se, em Congresso extraordinário, para eleger novo Directório, e seleccionar os seus líderes, para as duas casas do parlamento.

Se isto está certo, e é conforme o seu pensamento eu devo dizer-lhe que concordo, pois tudo me parece acertado e oportuno. [...]

Podem contar, aí, conosco, na próxima 2.ª feira, 8 do corrente, no comboio rápido, para colaborarmos no grande acto político, que com absoluta certeza irá mudar a face da política portuguesa... [...] Universidade de Coimbra, 2-5-1922. Alves dos Santos". Espólio Bernardo Ferreira de Matos – Lisboa (em posse da família).

²³⁶ Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 246.

²³⁷ *República*, 19-5-1922, p. 1.

de ninguém, dado que em 1922, nem os liberais, nem os reconstituintes, nem os independentes tinham maioria parlamentar para isso²³⁸.

Era necessário reunir diversas forças republicanas adversas do democratismo ou pelo menos fazer um pacto no parlamento que permitisse controlar a acção do PRP. As negociações entre o PRL e o PRRN iniciaram-se em Abril de 1922²³⁹ e intensificaram-se no mês seguinte. No início de Maio reuniram-se Álvaro de Castro e Tomé de Barros Queirós²⁴⁰. Paralelamente vários dirigentes políticos dos dois partidos publicitaram a sua opinião sobre uma eventual fusão entre os dois partidos. Ribeiro de Carvalho, director do jornal *República*, lançou nos seus editoriais a ideia da fusão do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, embora fosse crítico de um entendimento parlamentar entre estas duas forças. Em 1922 não era possível a rotatividade de dois partidos no poder devido ao quadro parlamentar. Havia um partido com quase maioria absoluta e depois havia uma grande quantidade de médios e pequenos partidos, sem capacidade a formar um executivo forte e duradouro. A solução passava pela fusão daqueles dois partidos, para assim se arrumarem as forças republicanas em dois grandes partidos. No entanto, havia algumas reticências por parte de alguns reconstituintes que tinham receio de integrar um partido de maior dimensão²⁴¹. O grupo parlamentar do PRRN deliberou em Maio de 1922 “aceitar em princípio – apenas em princípio – a ideia de um entendimento político com o Partido Liberal”²⁴². Falava-se ainda unicamente em entendimento. Sá Cardoso esclareceu que “não lhe repugna uma fusão mais tarde, depois de limadas todas as arestas”. Mas preferia nesse momento “a existência de pequenos núcleos políticos, para melhor se poder exercer a fiscalização aos actos dos governantes”, uma vez que na sua opinião tudo se “poderá conseguir [...] com a formação de um bloco parlamentar oposicionista”²⁴³, pronto a fazer vingar os seus pontos de vista. Por enquanto, ficava satisfeito com a formação de um “bloco de feição doutrinária e fiscalizadora”²⁴⁴. Ribeiro de Carvalho não concordava com esta posição, dado que a fusão entre os dois partidos, permitiria formar “uma grande força política destinada a alternar no poder com o democrático”. E lembrava que “os entendimentos políticos, os governos de concentração, os acordos temporários só têm complicado e perturbado a política republicana”²⁴⁵. Pires Avellanoso reforçou as ideias do director da *República*. Na sua opinião era necessário formar “duas grandes forças partidárias – uma avançada e outra conservadora - que se fiscalizem e substituam, acabando com esses restos de partidos, grupos e grupelhos que enxameiam na República e lhe tolhem todas as iniciativas e movimentos [...]. Pugnar pela constituição de dois fortes partidos de governo, de duas grandes forças, uma à direita e outra à esquerda do regime que possam dar satisfação às aspirações da grande maioria da nação, que deseja viver e prosperar, dentro da ordem e

²³⁸ *República*, 12-4-1922, p. 1.

²³⁹ Circular do Directório PRRN assinada pelo líder, Álvaro de Castro: “Prezados Correligionários. Procurado, em Abril último, por elementos graduados do Partido Republicano Liberal, que preconizavam a conveniência de se fundirem, no interesse máximo da República, em um só forte agrupamento político, os dois partidos constitucionais, adversos ao Partido Republicano Português, o Directório do Partido Republicano de Reconstituição Nacional delegou em dois dos seus membros a missão de, com os representantes do dito Partido Liberal, assentar as bases da proposta fusão, que seriam, em resumo, uma atitude comum, previamente concertada, no Congresso e nos trabalhos eleitorais, para mais largo e eficaz entendimento futuro”, *A Norma*, 25-1-1923, p. 2. Cf., *República*, 11-2-1922, p. 1.

²⁴⁰ Cf., *A Lucta*, 4-5-1922, p. 1.

²⁴¹ Ribeiro de Carvalho, *República*, 21-5-1922, p. 1.

²⁴² *República*, 21-5-1922, p. 1.

²⁴³ Sá Cardoso, *República*, 21-5-1922, p. 1.

²⁴⁴ *República*, 21-5-1922, p. 1.

²⁴⁵ Ribeiro de Carvalho, *República*, 21-5-1922, p. 1.

da legalidade, pelo restabelecimento da pureza do sufrágio e dos princípios liberais e democráticos, é repito, obra patriótica, que todos os bons republicanos devem aplaudir”²⁴⁶. Alguns membros do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, acompanhavam estas posições, como António da Fonseca, que advogando a fusão com o PRL e não um entendimento parlamentar²⁴⁷.

Porém, nos dias seguintes constatou-se que tinham fracassado as negociações para a fusão do PRRN com o PRL, o que impossibilitava mais uma vez a formação de um novo partido forte, capaz de transformar a estrutura político partidária da República²⁴⁸. Em reacção a esta notícia, Ribeiro de Carvalho, descreveu mais uma vez o nascimento do sistema político-partidário da I República para reforçar a necessidade de criar uma alternativa válida ao Partido Democrático. Relembrou que o partido hegemónico da República ficou com a “turba apaixonada e intolerante” que defendiam que a “República [era] só para os republicanos”. O Partido Republicano Evolucionista liderado por José António de Almeida defendia uma doutrina “moderada, prudente e criteriosa: O Estado republicano [era] para ser dirigido e governado pelos homens da República. Mas a República não [era] só para os republicanos: [era] para todos os portugueses”. Por sua vez Brito Camacho rodeou-se dos “chamados intelectuais. Dos que preferiam assentar arraiais entre estas duas forças: A força radical e a força moderada”. Ficaram ainda muitos independentes que não quiseram enfileirar em nenhuma destas forças. “Foi este o primeiro mal da República, porque era a desagregação, a divisão, a dispersão demasiada das suas forças de defesa e de governo”. Ao lado do partido democrático ficaram as organizações estabelecidas durante os entusiasmos da propaganda, não conseguindo o Partido Republicano Evolucionista nem a União Republicana trazer para o Parlamento os elementos necessários para governarem sozinhos. O poder tornou-se um monopólio autêntico do partido democrático. O PRP para atingir o seu objectivo usava a seguinte tática: “se podia governar só atacava os outros partidos. Se não podia governar só, sob pretexto da República em perigo, arrastava os outros para aqueles ministérios de concentração em que eram para todos as responsabilidades do poder, mas só para o Partido Democrático todas as vantagens e todos os proveitos desse mesmo poder”. Este quadro político levava os elementos intransigentemente adversos do Partido Democrático a envolver-se “em contínuos movimentos revolucionários para o derrubar do governo. O partido democrático a assaltar o governo, novamente, por outros movimentos semelhantes, sempre que do poder se via escorraçado”. Em resumo: “perturbações, desordens, conflitos, a política transformada em um verdadeiro inferno de ódios e retaliações”²⁴⁹.

1.3. As eleições administrativas de Novembro de 1922 e o reatamento das negociações do bloco conservador (PRRN e o PRL)

Durante o verão de 1922 as negociações entre o PRL e o PRRN pareceram algo adormecidas. As eleições administrativas de Novembro de 1922 vieram possibilitar uma

²⁴⁶ Pires Avellanoso, “Uma Carta”, *República*, 23-05-1922, p. 2.

²⁴⁷ *República*, 21-5-1922, p. 1.

²⁴⁸ *República*, 23-5-1922, p. 1; «Circular do PRRN», *A Norma*, 25-1-1923, p. 2. Cf., Olga Maria Vasco Ribeiro, *Álvaro Xavier de Castro: esperanças e fracasso de um republicano demoliberal: 1878-1928*, Tese de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, pp. 95-96.

²⁴⁹ Ribeiro de Carvalho, *República*, 24-05-1922, p. 1.

nova reflexão sobre o papel dos dois partidos e potenciar alguns exemplos de cooperação entre eles.

Em várias vilas e cidades formaram-se conjunções republicanas, tendo por base um acordo entre elementos do PRL e do PRRN, quase sempre com o objectivo de vencer a lista do PRP, que por vezes também se associava a algum partido republicano.

Formaram-se, por exemplo, listas de «conjunção republicana» em Évora, Bucelas e Caldas da Rainha. Nas duas últimas localidades não conseguiram a maioria que lhes permitisse liderar o executivo camarário. No entanto, em Évora conseguiram obter uma vitória expressiva que lhe deu o domínio da comissão executiva da Câmara Municipal²⁵⁰. Outra designação comum para este tipo de alianças era a de «bloco conservador», caso de Mesão Frio, onde puderam vencer as eleições camarárias²⁵¹.

No entanto, noutros locais os partidos concorreram isoladamente. Em Penafiel os democráticos venceram as maiorias e as minorias para a Câmara Municipal. Os liberais que tinham alguns monárquicos na sua lista fracassaram. Em Grândola os liberais venceram e os democráticos obtiveram as minorias. Em Mondim de Basto venceram os monárquicos e as minorias foram para os liberais²⁵². Houve ainda concelhos onde as alianças locais pareceram desafiar a tendência nacional, caso de Luz e Conceição, onde a lista democrático-liberal venceu a protagonizada pelo partido reconstituente²⁵³.

O PRP quando não necessitava dos outros republicanos ia sozinho às eleições. Quando estava em risco de perder as eleições lançava a ideia do perigo da República e avançava com listas de concentração republicana. Em 1922 não aceitou formar listas conjuntas com o PRL à Câmara Municipal de Lisboa, tendo o PRL de concorrer apenas com a finalidade de conseguir as minorias, e mesmo este objectivo falhou, uma vez que a lista monárquica foi a segunda mais votada²⁵⁴.

Há semelhança do que aconteceu em quase todas as eleições republicanas, estas também foram férteis em situações de violência e fraude eleitoral que terão beneficiado os democráticos²⁵⁵. Todavia, a consequência mais marcante destas eleições foi estas terem acentuado a decadência do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, por terem sofrido mais um fracasso eleitoral²⁵⁶.

Após as eleições administrativas de 1922 os republicanos ordeiros estavam a chegar a uma situação limite, levando-os a pensar que não valia a pena competir dentro do quadro legal: “Decididamente, não há meio de lutar, pelos nossos direitos, dentro da legalidade. Ou nos submetemos ao partido democrático, como escravos, como servos da gleba, como carneiros de um grande rebanho inconsciente e pacífico ou adaptamos, de futuro, contra o partido democrático, outro sistema de luta: a revolução à mão armada”²⁵⁷. Porém, outros adversários do PRP preconizavam uma solução mais moderada. Cunha Leal, no *Século*, defendeu um novo equilíbrio entre as forças político-partidárias da República através da fusão dos partidos republicanos adversários do PRP²⁵⁸.

²⁵⁰ Cf., *O Rebate*, 29-11-1922, p. 2; *Democracia do Sul*, 14-11-1922, p. 1.

²⁵¹ *República*, 13-3-1923, p.1.

²⁵² Cf., *O Rebate*, 17-11-1922, p. 2.

²⁵³ Cf., *O Rebate*, 6-12-1922, p. 2.

²⁵⁴ Cf., *República*, 11-11-1922, p. 1; Ribeiro de Carvalho, *República*, 27-11-1922, p. 1.

²⁵⁵ Cf., *Diário do Senado*, 17-11-1922; 21-11-1922; 30-11-1922; *Diário da Câmara dos Deputados*, 17-11-1922.

²⁵⁶ *República*, 16-11-1922, p. 1.

²⁵⁷ Ribeiro de Carvalho, *República*, 15-11-1922, p. 1.

²⁵⁸ “As forças políticas constitucionais são desproporcionadas, cumpre reconhecê-lo, e só quando a indispensável proporção se obtiver, que o mesmo vale dizer o seu equilíbrio, depararemos o meio de

Em Dezembro de 1922 após mais um fracasso das forças republicanas conservadoras nas eleições administrativas, com destaque para a capital, onde perderam as minorias para a lista monárquica, parecia inevitável uma aliança dos partidos ordeiros no sentido de criarem uma verdadeira alternativa ao partido democrático, uma vez que isolados a sua acção não fazia sentido e era inconsequente²⁵⁹. As direitas republicanas já não se contentavam em participar em governos de concentração com o PRP. Queriam governar sozinhas. Ribeiro de Carvalho, director da *República* deu o mote: “Dentro em pouco, estão esgotadas todas as soluções de governo dentro do partido democrático. E depois – de duas, uma. Ou as direitas republicanas se deixam ir, uma vez mais, para um governo de concentração, resignando-se no papel, já tradicional, de simples muletas do partido democrático, exploradas e escarnecidas por ele – ou se dispõem a governar com energia, com decisão, com audácia, organizando-se de modo a poder resistir a qualquer ataque revolucionário. Porque o partido democrático cai. Cai diante das ambições que o dividem, diante das rivalidades que o perturbam, diante da profunda incompetência governativa que o caracteriza. Mas, um mês depois, todas essas rivalidades se conglomeraçam, todas essas ambições se juntam – para a conquista do poder. Porque sem as vantagens do poder, sem todas as posições de mando, sem dispor de tudo e de todos n’este país - o partido democrático não sabe viver nem manter as vastas clientelas que o constituem”²⁶⁰.

As direitas republicanas queriam ir para o governo, mas de uma forma duradoura. Para isso, era necessário criar um governo forte e decidido, diferente dos que se tinham formado até então, dado que nesses ministérios conservadores “dez minutos depois de soar o primeiro tiro, de uma revolta qualquer, já toda a gente poderia oferecer alvissaras a quem encontrasse um ministro”. O novo executivo ordeiro devia utilizar outros processos, devia por exemplo, controlar com mão férrea “esse ministério

normalizar um complexo estado de coisas oriundo do predomínio constante de uma corrente que, por muito poderosa, não logrará corresponder sempre às aspirações do país nem satisfazer as suas necessidades, como os factos de sobejo têm demonstrado.

Urge, pois, que se proceda à arrumação das forças políticas da República, reorganizando e fortalecendo aquelas que se antepõem ao partido democrático, não para o destruírem, o que seria utópico, não para se lhe subordinarem de qualquer maneira, como sonham, segundo parece, alguns dos partidários do Governo actual, mas para lhe provarem que a administração do país não pode, sem inevitáveis riscos, constituir monopólio ou feudo de um partido, por melhores que sejam as suas intenções e por muito elevada e pura a fé patriótica e republicana de que tenha dado mostras. (...)

Não exageremos, porque exprimimos tão-somente uma verdade, afirmando que, com efeito, os republicanos se distribuem hoje por dois campos; o democrático, em plena actividade e o anti-democrático, numa estagnação quase geral. Não é menos vivo, porém, o republicanismo deste, nem menos dedicado à causa do regime, embora preconizando outros métodos governativos. Simplesmente demoraram-se talvez, os do campo anti-democrático, em compreender que precisam de se unir, não por uma aliança, mas por uma fusão total, para contraporem a sua acção política e administrativa à dos seus adversários e para obstar a que a República venha a sofrer, ainda mais do que tem sofrido, em virtude de errónea, prejudicial e ridícula ideia de que fora do democratismo não há maneira de a servir com dignidade e proveito para a nação”. Cunha Leal, *O Século*, 18-11-1922, p. 1.

²⁵⁹ Circular do Directório PRRN assinada pelo líder, Álvaro de Castro: “[...] O insucesso da última campanha eleitoral efectuada pelo P. R. Liberal obrigou este a renovar os seus propósitos de fusão, que o Directório do P. R. R. N. novamente apreciou em reunião conjunta do Conselho e das Comissões políticas e do Grupo Parlamentar, verificando que talvez metade dos presentes, perfilhavam a ideia de não ter finalidade o P. R. R. N. – Pois que subsistiam as dúvidas a este respeito, houve necessidade de reservar para a nova reunião o exame e a discussão de tão complexo e melindroso assunto, vindo-se entretanto no conhecimento de que graduados correligionários nossos, representando as mais dedicadas agremiações partidárias locais, entendiam não poder o nosso partido, sem embargo de não ter diminuído a sua representação no parlamento ou nos corpos administrativos continuar sustentando, inglória e inutilmente, uma luta que cada vez mais o afastava do Poder! [...]”, *A Norma*, 25-1-1923, p. 2.

²⁶⁰ Ribeiro de Carvalho, “Direitas Republicanas”, *República*, 9-12-1922, p. 1.

essencialmente político, que é o Ministério do Interior, para dirigir e orientar umas eleições gerais”; devia “colocar em todos os postos de direcção e de mando gente que tenha cabeça para pensar, sim, mas que possua também pulso para combater; devia procurar apoio na rua e nos quartéis e devia armar-se e apetrechar-se para o ataque e para a defesa”²⁶¹. Portanto, os republicanos conservadores estavam convencidos que não era por processos democráticos e transparentes que se chagava e se permanecia no poder em Portugal, e por isso, estavam dispostos a usar as mesmas armas do Partido Democrático.

Contudo, o PRL e o PRRN tinham primeiro de sanar as suas diferenças e avançar sem hesitações para a formação de um novo agrupamento político mais forte e consistente.

1.4. A eleição do presidente da mesa da Câmara dos Deputados e a constituição do «Bloco Parlamentar das Direitas Republicanas» em Dezembro de 1922

As negociações entre o PRL e o PRRN intensificaram-se no final de Novembro e início de Dezembro de 1922, tendo as primeiras informações apontado para um primeiro entendimento no dia 2 de Dezembro na Câmara dos Deputados, aquando da eleição do novo presidente da mesa, e posteriormente, um acordo mais amplo para uma acção comum no Congresso²⁶². Este entendimento no Congresso levou à formação de um bloco parlamentar sob a liderança de Álvaro de Castro e posteriormente à formação de uma comissão organizadora do futuro partido, de que faziam parte os membros dos directórios dos dois partidos²⁶³.

²⁶¹ *Ibidem*.

²⁶² No Parlamento durante o processo de eleição das comissões e das secções as minorias solicitaram que estas fossem eleitas tendo em atenção a representação proporcional ou pelo menos que todas as correntes de opinião fossem representadas. O PRP contestou, defendendo o sistema de Lista Incompleta e o senador Ribeiro de Melo chamou à atenção para o perigo de se estar avançar para a representação proporcional ou a representação de todas as forças políticas quando se falava “nos jornais que o Partido Liberal se vai agrupar com o Partido Reconstituente, como considera S. Ex.^a aqueles dois partidos reunidos?”. *Diário do Senado*, 5-12-1922, p. 5.

²⁶³ Circular do Directório PRRN assinada pelo líder, Álvaro de Castro: “[...] Foi, entretanto, levado à presidência da Câmara dos Deputados um correligionário nosso, por votação cerrada da minoria Liberal; e com este facto se pretendeu uma maior aproximação entre as forças republicanas da oposição que, divididas, se conservariam estacionárias e todavia precisavam entender-se e organizar-se para a hipótese, presumivelmente próxima de abandonar o poder o actual Governo. Em nova reunião conjunta dos parlamentares e comissões políticas do P.R.R.N., o Directório, constatando que se tinham convertido à ideia de uma nova organização partidária os mais declarados adversários dela, e no justo receio de se ver abandonado de quase todos os seus melhores, mais devotados e valiosos correligionários da capital e da província, anuiu em combinar com os parlamentares do P.L. uma acção comum no Congresso, onde funcionaria como líder da direita republicana o Dr. Álvaro de Castro, presidente da comissão executiva do nosso Directório, cujos restantes membros formariam com delegados do Directório Liberal a Comissão Organizadora do grande partido a formar em substituição das fragmentárias forças distribuídas pelos dois aludidos partidos, às quais viriam oportunamente juntar-se os elementos republicanos dispersos, que actuando isoladamente, se afiguravam insusceptíveis de dar à República a coesão e a estabilidade indispensáveis ao seu progresso normal. Na mencionada reunião conjunta votou a assembleia uma moção de confiança ao Directório para prosseguir nos trabalhos encetados; mas não deseja o Directório fazê-lo sem dos seus correligionários e organismos locais colher a certeza de que entre todos e a este respeito possivelmente perfeita a uniformidade de vistas, atenta a desconfiança com que está sendo recebida pelo PRP e pelos e seus e nossos adversários a nossa formação partidária, que sem o propósito de hostilizar ou combater aquele partido, precisa, por bem da República, interpor-se entre ele e os monárquicos, assegurando à defesa de regime o equilíbrio político, em permanente risco enquanto o poder continua

A eleição para a presidência da mesa da Câmara dos Deputados realizada no dia 2 de Dezembro de 1922 iria ter uma repercussão desproporcional na política partidária portuguesa, face à sua real importância. Nesse dia, e como era usual faltaram à sessão vários deputados da oposição e do PRP. A oposição liderada pelo PRL e pelo PRRN sentiu que poderia ter aí a oportunidade de obter uma vitória eleitoral que há muito lhe escapava. Após a formação das listas e da votação verificou-se um empate com 44 votos entre os candidatos Ernesto Sá Cardoso (PRRN) e João Luís Ricardo (PRP). Em virtude das disposições regimentais foi Sá Cardoso, mais velho, que acabou por presidir nesse ano à Câmara dos Deputados. Como vice-presidente foi eleito Afonso de Melo (PRL), outro elemento do *Bloco anti-PRP*²⁶⁴.

Esta vitória dos representantes do partido reconstituente e liberal incentivou uma maior aproximação destes agrupamentos no sentido de formarem um partido conservador, forte e coeso, capaz de fazer frente no Congresso e no país ao partido democrático²⁶⁵. Cunha Leal, n' *O Século*, referiu-se a este acontecimento como o “início da aglutinação dos elementos conservadores da República” e um meio de “aclaramento dos blocos partidários”²⁶⁶. Alguns meses mais tarde António Ginestal Machado confirmou a importância capital deste acontecimento para a união do partido liberal e reconstituente²⁶⁷. O novo partido poderia clarificar melhor a situação político-partidária portuguesa, uma vez que, como reconhecia António Ginestal Machado, era necessário “a existência dum partido das direitas, mas também duma força radical. Para o bom equilíbrio é tão preciso um como o outro. [...] O que não faz sentido é que um partido radical, como se diz ser o democrático, tenha de fazer obra conservadora, imposta pelas circunstâncias do momento contra a vontade duma parte dos seus correligionários, aqueles que encarnam a verdadeira corrente radical”²⁶⁸. O novo partido permitiria encontrar soluções governativas estáveis num período de instabilidade e de fragmentação partidária. Este partido representava as correntes ordeiras e conservadoras do republicanismo, situando-se à direita do radicalismo republicano e à esquerda das correntes reacionárias de cariz monárquico ou proto-fascista. Propunha soluções governativas de compromisso com a Nação, não excluindo nenhum português através da moderação e da tolerância, pelo que poderia finalmente reunir atrás de si a população rural e conservadora do país, fazendo frente à tradicional hegemonia do PRP²⁶⁹.

A eleição de Sá Cardoso para a presidência da mesa da Câmara dos Deputados teve ainda outra importante consequência. O segundo governo de António Maria da Silva, formado a 30 de Novembro acabou por não se apresentar ao Parlamento, tendo o PRP reunido as suas estruturas centrais para analisar a nova situação política. A união de toda a oposição colocava em risco o novo governo do PRP, dado que este não tinha a maioria absoluta no Parlamento²⁷⁰. Era necessário então, usar a tática habitual do PRP,

monopolizando pelo mesmo partido, cuja hegemonia, constantemente disputada pelos inimigos das instituições cada vez mais sofrerá e com ela os interesses e a própria vida da República. Pelo Directório.

(a) Álvaro de Castro”, *A Norma*, 25-1-1923, p. 2.

²⁶⁴ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão Preparatória, 2-12-1922.

²⁶⁵ Cf., Circular do Directório PRRN assinada pelo líder, Álvaro de Castro, *A Norma*, 25-1-1923, p. 2; “O Partido Conservador”, *Correio da Extremadura*, 23-12-1922, p. 1.

²⁶⁶ “Palavras serenas”, *O Século*, 5 de Dezembro de 1922

²⁶⁷ António Ginestal Machado, *República*, 18-03-1923, p. 1.

²⁶⁸ António Ginestal Machado, *O Regionalista*, 17-12-1922, p. 2.

²⁶⁹ Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 265-266; António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, vol. I, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp. 249-250.

²⁷⁰ Constituiu-se um segundo Governo partidário liderado por António Maria da Silva em 30 de Novembro de 1922 “que não pode fazer a sua apresentação ao Congresso da República em virtude do incidente político determinado pela constituição da mesa da Câmara dos Deputados. Apesar das instâncias do

apelando para o perigo que estava a correr a República e chamar para o governo algumas personalidades republicanas, em troca do apoio parlamentar de algum agrupamento político. Desta vez os escolhidos foram os independentes, dada a posição de força, então tomada pelo PRL e PRRN. O segundo executivo de António Maria da Silva pediu a demissão ao Presidente da República no dia 7 de Dezembro de 1922, mas foi encarregue de voltar a formar governo, desta vez já com a inclusão de três ministros independentes²⁷¹: Abranches Ferrão na Justiça, Fernando Freiria na Guerra e Fernando Brederode no comércio. João Crisóstomo, líder dos independentes, referiu que António Maria da Silva “procurou no seio dos parlamentares independentes uma efectiva colaboração”. Os independentes reuniram-se, tendo decidido “facilitar uma solução ministerial que correspondesse aos altos interesses da Pátria”. Dai por diante os independentes dariam uma “colaboração efectiva” ao governo e fariam uma “fiscalização benévola” no Parlamento²⁷², situação que incomodava alguns democráticos²⁷³.

Os directórios do PRL e PRRN estabeleceram negociações durante o início de Dezembro de 1922 para se fundirem e criarem um grande partido da direita portuguesa e obtiveram aprovação das suas juntas consultivas para concluírem as negociações²⁷⁴.

Directório para os nossos parlamentares fossem assíduos às sessões das Câmaras, quando se tem de proceder à eleição do Presidente da Câmara dos Deputados fomos surpreendidos por uma combinação de todas as oposições, que, num golpe político, conseguiram conquistar aquela posição parlamentar. Em face da situação criada e por se tratar de um governo exclusivamente partidário, pediu a demissão este segundo ministério do nosso partido com a presidência do sr. António Maria da Silva [7-12-1922]. A conjugação de todas as forças oposicionistas punha em grave risco a vida do Governo, tanto mais que nem o PRP tem a maioria absoluta na Câmara dos deputados, nem podia desde então contar com a dispersão das forças oposicionistas, que assim se mostravam unidas e aguerridas. Estas considerações levaram o Directório, de acordo com as juntas e grupo parlamentares, a aconselhar a constituição de um outro governo presidido por aquele nosso ilustre correligionário, mais fortalecido pela representação de individualidades do grupo dos parlamentares independentes, cuja acção se achava integrada nalguns pontos de vista com a obra administrativa realizada pelo governo do nosso partido. Uma nova dificuldade, porém, surgiu a breve tempo [demissão do ministro da instrução].” O Directório, “Relatório político e administrativo do Directório do Partido Republicano Português”, *O Rebate*, 21-4-1923, p. 3.

²⁷¹ O deputado independente, Leote do Rego, explicou na Câmara dos Deputados, alguns meses depois, como se processou a entrada dos deputados independentes no governo de António Maria da Silva e como se formou o grupo parlamentar dos independentes: “Por ocasião da última crise o Sr. Presidente da República manifestou o desejo de consultar os Deputados independentes. Pela primeira vez reuniram. E porque todos se encontraram de acordo quanto à resposta a dar a essa consulta, ela foi uma só. Foram de parecer que o Sr. António Maria da Silva devia continuar no Governo, desde que S. Exa. continuasse a empregar os seus esforços para se manter a política de acalmação e concórdia em que foi possível trabalhar-se tão eficazmente na sessão do ano passado e que permitiu a votação dos orçamentos. Nós fomos, mais longe: propusemos que se aproveitasse o ensejo para que algumas pastas fossem ocupadas por Deputados deste lado da Câmara. Imediatamente foi aceite; e foram escolhidos para as pastas da Guerra, Trabalho e Justiça três Deputados deste lado da Câmara. Mas esses Deputados, depois de haverem aceite as pastas, não nos impuseram obrigação de dar apoio incondicional ao Governo, nem nós aceitaríamos tal imposição” (*Diário da Câmara dos Deputados*, 15-6-1923, p. 7).

²⁷² *Diário do Senado*, 6-3-1923, p. 20. O discurso foi proferido no dia 12 de Dezembro de 1922 pelo líder dos independentes, Joaquim Crisóstomo, na Câmara dos Deputados após a formação do 3.º Governo de António Maria da Silva com a inclusão de independentes.

²⁷³ Veja-se a posição assumida por José Augusto Ribeiro de Melo, senador do PRP no Senado, que criticou a formação do 3.º governo de António Maria da Silva com a inclusão de alguns independentes (*Diário do Senado*, 12-12-1922, pp. 23-28).

²⁷⁴ A Junta Consultiva do PRL reuniu na noite de 12 de Dezembro de 1922 no Centro do Largo do Calhariz em Lisboa, tendo aprovado a seguinte moção: “A Junta Consultiva do PRL ouvidas as explicações do Directório e considerando que realmente a aproximação dos partidos republicanos da direita com o intuito de se formar uma grande força partidária, representa um facto de alto alcance político e cujas consequências só podem trazer vantagens para a normalização da vida da República, felicita o Directório pelo seu procedimento, e, reiterando-lhe toda a confiança, espera que ele saberá

Coube ao senador Afonso de Lemos fazer a apresentação do *Bloco Parlamentar das Direitas Republicanas* formado pelo PRRN e pelo PRL no Senado no dia 12 de Dezembro de 1922, há semelhança do que tinha feito o deputado Álvaro de Castro na Câmara dos Deputados. O líder do Bloco no Senado referiu que o seu propósito não era “guerrear o partido Republicano Português, mas sim o propósito de colaborar, não só com este Governo, mas com todos os partidos da República, para a estabilização do regime republicano, para a verdadeira concórdia entre todos os republicanos e para que definitivamente a República possa impor-se ao país, não pelo terror, nem por violências, como até hoje, infelizmente tem sucedido, mas pelo respeito duma instituição dignamente dirigida e que se faça amar”²⁷⁵. No entanto, o objectivo deste bloco conservador era criar condições para se tornar num partido forte e coeso, capaz de substituir periodicamente o radicalismo republicano à frente do país, como notou Augusto de Vasconcelos²⁷⁶. Artur Brandão esclareceu que o objectivo imediato da fusão era conseguir formar “um governo nacional, que seja organizado no meio político e não nos extremos...”²⁷⁷.

O Bloco Parlamentar levou algum tempo a organizar-se e a transformar-se num novo partido²⁷⁸. Durante o mês de Dezembro e Janeiro realizaram-se inúmeras reuniões dos dois partidos em diversas localidades. Algumas destas reuniões realizaram-se já em sessões conjuntas, como a que ocorreu no dia 4 de Janeiro de 1923, na qual se reuniram as comissões de freguesia de Lisboa do PRL e do PRRN²⁷⁹.

Não obstante, algumas facções dos dois partidos eram contra a fusão ou levantavam sérias dúvidas sobre a exequibilidade da junção de partidos conservadores, que tão maus resultados tinham tido no passado recente²⁸⁰. Inicialmente as comissões

rapidamente a bom termo as negociações iniciadas, para o que lhe confere plenos poderes” [*O Figueirense*, 14-12-1922, p. 1]. Os parlamentares e as comissões políticas centrais dos reconstituíntes também se reuniram em meados de Dezembro para apreciar a constituição do Bloco Parlamentar e a eventual fusão de reconstituíntes e liberais. Sá Cardoso e Carlos Vasconcelos defenderam que o novo partido deveria nascer “não para guerrear o partido democrático, mas para servir o país e garantir a vida da República”. No final foi aprovada por aclamação uma moção apresentada por Pedro Pitta: “A assembleia ouvidas as explicações do directório, reconhece que este procedeu inspirado nos altos interesses da Pátria e da República, reitera-lhe o seu caloroso apoio, confia na sua acção e passa à ordem da noite” [*Distrito da Guarda*, 19-12-1922, p. 1].

²⁷⁵ Afonso de Lemos, *Diário do Senado*, 12-12-1922, p. 12.

²⁷⁶ “Todas as nossas dificuldades políticas, paixões exaltadas, agitações inoportunas e revoluções desastrosas provinham da falta de partidos solidamente organizados. Havia apenas um, o Partido Republicano Português e com um partido só não pode viver regime algum, mesmo que isso pese aos facciosos e jacobinos. Por um erro de visão política esse partido que tem sem dúvida prestado grandes serviços à República opôs-se sempre à organização e desenvolvimento dos outros partidos republicanos em formação que arrastaram sempre todos eles uma vida precária e incerta. Com a organização do Partido Liberal a situação melhorou consideravelmente: Já se pode constituir um Governo e um Parlamento fora das fileiras do partido Democrático, mas a organização ainda não era ainda bastante sólida para resistir aos embates dos jacobinos e dos exaltados e às suas empresas revolucionárias”. Augusto de Vasconcelos, *O Século*, 23-2-1923, p. 1.

²⁷⁷ Artur Brandão, *Diário de Lisboa*, 10-1-1923, p. 4.

²⁷⁸ Cf., *Diário de Lisboa*, 25-1-1923, p. 8.

²⁷⁹ Cf., *Diário de Lisboa*, 5-1-1923, p. 8.

²⁸⁰ “A organização do novo partido, é um facto importantíssimo para a vida do regime e poderia ser a base do nosso ressurgimento político [...]. E dizemos *poderia*, porque realmente, o facto político agora, efectivado, nada mais é do que a repetição daquele que praticaram os partidos evolucionista, unionista e centrista, sem que, contudo, resultados práticos dele surgissem. É que a constituição dos partidos deverá sempre ser precedida dum exame de consciência dos seus organizadores, duma análise fria e desapaixonada das circunstâncias em que os partidos se constituem e dos objectivos a realizar. Desde que não seja assim, quaisquer tentativas, por mais hábeis, inteligentes ou bem intencionadas que sejam, estão condenadas a um fracasso retumbante e irremediável”. Costa Santos, “O novo partido das direitas”, *República*, 9-1-1923, p. 1.

políticas de Lisboa do Partido Reconstituente não queriam a junção com o PRL²⁸¹, mas posteriormente aceitaram a formação do novo partido. As maiores dúvidas sobre a fusão prendiam-se com as discrepâncias entre a elite dos dois partidos. Um antigo liberal, que não quis ingressar no novo partido, explicou assim a sua atitude em carta ao jornal *República*: “«São muitos gatos dentro do mesmo saco». São muitos os marechais para um só partido. Os marechais achando estreito o saco partidário para as suas ambições e para a sua vaidade, gastam todo o seu tempo, não a combater os adversários, mas a devorar-se a si próprios”²⁸².

Alguns políticos liberais e reconstituíntes decidiram não aderir ao novo partido. Por exemplo, o Dr. Brito Camacho manteve-se estranho ao novo partido, em parte pelas diferenças que mantinha com uma grande parte da opinião reconstituínte na província²⁸³.

O deputado do PRRN António Joaquim Ferreira da Fonseca decidiu não aderir ao novo partido permanecendo independente. Na sua opinião “o novo partido não pode exercer, na política portuguesa, a função que se arrogou. Que é que ele quer? Enquadrar os elementos conservadores da República, atraindo-os com a promessa duma orientação moderada. Impossível, porque os conservadores republicanos estão quase todos dentro do partido democrático. Os outros ainda esperam pelo regresso do Sr. D. Manuel...”. Para António Joaquim Ferreira da Fonseca seria mais interessante para equilibrar as forças partidárias do regime a “organização dum agrupamento radical que viesse dar consistência política, no campo da legalidade, às correntes extremistas da esquerda, que vivem hoje ao sabor dos mais desordenados impulsos. A guerra e o desmoronamento económico que se lhe seguiu desenvolveram em todos os países aspirações exaltadas, tendências ainda confusas para uma organização social diferente. Meter na engrenagem constitucional essas aspirações suavizar a sua aspereza com a lubrificação dum programa inteligente e oportunista - eis a grande missão dum partido que se propusesse, na verdade, equilibrar os antagonismos políticos do nosso meio”²⁸⁴. Outro reconstituínte que decidiu tornar-se independente foi o deputado Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro. Embora tivesse reconhecido que poderia ser uma “situação transitória”, naquele momento achava que “devemos subordinar a nossa opinião à existência de programas políticos, que reúnam elementos apreciáveis de acção governativa, evitando a dispersão de energias e a confusão de opiniões resultantes de um individualismo, que prejudica a normalidade do funcionamento constitucional dos dois Poderes do Estado”, não podia ingressar no novo agrupamento político, dado que “essa coesão não se consegue pelo artificialismo de partidos políticos, que se formam sem raízes profundas na opinião pública, sem objectivos claramente definidos, sem uma política positiva a conseguir com soluções perfeitamente estudadas para os diferentes aspectos do problema nacional”²⁸⁵. Outros deputados reconstituíntes decidiram tornar-se independentes, embora a médio prazo se aproximassem do PRP, casos de Francisco da Cunha Rego Chaves, Carlos Olavo Correia de Azevedo e Américo Olavo Correia de Azevedo. Pelo contrário alguns dos deputados «governamentais», próximos de Cunha Leal, que não tinham ingressado com o seu líder no PRL, acabariam por ingressar no novo partido pela mão de Cunha Leal, casos Virgílio Costa e Lúcio Martins²⁸⁶.

²⁸¹ *República*, 27-05-1922, p. 1.

²⁸² *República*, 13-3-1923, p. 1.

²⁸³ Cf., *Diário de Lisboa*, 7-2-1923, p. 5.

²⁸⁴ António Joaquim Ferreira da Fonseca, *Diário de Lisboa*, 1-3-1923, p. 8.

²⁸⁵ Pires Monteiro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-3-1923, p. 4.

²⁸⁶ Cf., *O Século*, 14-3-1923, p. 2.

Nem todos os órgãos de imprensa dos dois partidos aderiram à fusão. O *Correio do Minho*, órgão do PRRN em Viana do Castelo, enveredou por uma linha mais esquerdista, vindo a aderir ao Partido Republicano Radical em finais de Janeiro de 1923²⁸⁷.

2. A formação do Partido Republicano Nacionalista

2.1. A fundação do Partido Republicano Nacionalista

Após o acordo parlamentar as comissões políticas do PRRN e do PRL de Lisboa foram informadas, mais do que consultadas, sobre a fundação do novo partido no dia 4 de Janeiro de 1923²⁸⁸. Os centros políticos liberais e reconstituintes de Lisboa reuniram na segunda metade do mês de Janeiro tendo sido aprovadas, por unanimidade, moções apoiando a fusão dos dois partidos sem prévia discussão de ideias, objectivos e estratégias²⁸⁹. O Directório do PRRN enviou uma circular às comissões políticas locais, assinada por Álvaro de Castro, onde se apresentava a formação do novo partido como um facto praticamente consumado depois do Directório e do Grupo Parlamentar terem votado favoravelmente pela fusão²⁹⁰. O PRL também enviou uma circular aos presidentes dos diversos organismos políticos espalhados pelo país. O Directório do PRL queria “ouvir todas as organizações partidárias, cujo voto é indispensável para à formação definitiva da grande força política em vias de organização”. Nesta circular os correligionários eram informados que o Directório e a Junta Consultiva do PRL já tinham dado “o assentimento unânime”²⁹¹ à formação do novo partido. Algumas semanas depois, o Directório do PRL informou os correligionários através da *República*, em 24 de Janeiro de 1923, que das 271 consultas que expediu sobre a formação do novo partido, tinha recebido 209 respostas, sendo apenas uma desfavorável²⁹². Em virtude deste facto “julgou-se o Directório habilitado a encerrar o

²⁸⁷ *Correio do Minho*, 31-1-1923, p. 1.

²⁸⁸ Cf., *República*, 5-1-1923, p. 2.

²⁸⁹ Veja-se os casos do Centro Republicano Liberal - Ribeiro de Carvalho (*República*, 20-1-1923, pp.1-2) e das comissões políticas reconstituintes reunidas no centro da Póvoa do Varzim (*A Norma*, 15-3-1923, p. 2).

²⁹⁰ Cf., Circular do Directório PRRN assinada pelo líder, Álvaro de Castro (*A Norma*, 25-1-1923, p. 2).

²⁹¹ Circular do Partido Republicano Liberal, datado em Lisboa a 20 de Dezembro de 1922, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1437.

²⁹² Veja-se a seguinte carta enviada pelas comissões políticas liberais de Beja ao Directório do PRL:

“Aos digníssimos membros do Directório do Partido Republicano Liberal – Lisboa.

Tendo reunido, conjuntamente as comissões Distrital e Municipal do nosso partido, em sessão assistida por numerosos correligionários, decidiu-se, com todo o entusiasmo, garantir a V. Ex.as o apoio indispensável à boa marcha dos trabalhos conducentes à fusão.

Em absoluta concordância com a doutrina exposta na circular de 20 do p. Findo, estas Comissões confiam no êxito da patriótica missão que V. Ex.as se impuseram, desejando ardentemente todos os nossos correligionários que o nosso partido consolide de vez a República e seja um poderoso instrumento de progresso nacional.

Saúde e Fraternidade.

Beja, 14 de Dezembro de 1922

Pela Comissão Distrital do Partido Liberal

O Presidente

Francisco da Costa Rosa

Pela Comissão Municipal

O Presidente

acordo com o Partido Reconstituente”²⁹³. No entanto, não temos muitas notícias que as organizações regionais do PRL tenham reunido para emitir pareceres, o que nos leva a concluir que apenas foram ouvidos os notáveis locais²⁹⁴. Esta cultura partidária de submissão aos líderes é também notória na entrevista concedida por António Ginestal Machado a um repórter do *Diário de Lisboa* no dia 26 de Janeiro. O futuro líder do PRN ao explicar o assunto da próxima reunião entre liberais e reconstituíntes disse o seguinte: “Discutir-se-á o manifesto ao país que está sendo feito pelo Dr. Júlio Dantas... rectifique: aprovar-se-á, naturalmente sem objecções...”²⁹⁵.

A Comissão Executiva para a organização do partido ficou constituída por Álvaro de Castro, Júlio Dantas e António Ginestal Machado, ficando o primeiro como presidente²⁹⁶. Mesmo aqui tentou-se dar uma certa proporcionalidade e equilíbrio na distribuição de poder dos dois partidos que se iam fundir. O presidente representava a ala reconstituente, minoritária, Júlio Dantas e António Ginestal Machado a ala liberal, maioritária. No dia 25 de Janeiro de 1923 reuniu a Comissão Executiva do novo partido a fim de marcar uma nova reunião dos directórios liberais e reconstituente. O primeiro Congresso do novo partido estava projectado para finais de Fevereiro, tendo sido nomeada uma comissão organizadora e outra para elaborar o respectivo programa²⁹⁷.

Nas semanas seguintes houve uma série de reuniões partidárias para ultimar a apresentação do novo partido: iniciou-se a preparação do Congresso partidário, discutiu-se o Manifesto a apresentar ao país e debateu-se o nome a atribuir ao novo partido²⁹⁸. No dia 5 de Fevereiro reuniram no Palácio do Calhariz os directórios do PRL e PRN, tendo declarado extintos os dois partidos. Não foi ainda possível chegar a um consenso sobre o nome a atribuir ao novo agrupamento político. As denominações de *Partido Republicano Constitucionalista* e *Partido Republicano das Direitas* não receberam os apoios necessários²⁹⁹. No dia seguinte voltaram a reunir os directórios e os parlamentares dos dois antigos partidos, tendo sido apreciado o manifesto a apresentar ao país elaborado por Júlio Dantas. Este documento político já tinha sido aprovado pelos dois directórios e recebeu desta assembleia o seu aplauso unânime. Trocaram-se ainda impressões sobre a orientação programática do partido e marcou-se a realização do Congresso para 17, 18 e 19 de Março³⁰⁰. Passou-se depois à escolha do título a dar ao novo partido. Depois de longa discussão votou-se a seguinte designação: *Partido Republicano Nacionalista*. Porém, o nome escolhido teve uma escassa margem de três votos. Esta designação poderia transparecer uma certa insatisfação com o regime político constitucional vigente e uma posição conservadora³⁰¹. A tendência ordeira, mas moderada, do partido era diversas vezes acentuada, no entanto não era “conservador no sentido monárquico da palavra, porque se” tratava “de uma força republicana de

Joaquim Lança”, *O Bejense*, 14-01-1923, p. 1.

²⁹³ *República*, 24-1-1923, p.1; Cf., *A Província*, 28-1-1923, p. 3.

²⁹⁴ As comissões políticas do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional de Vila Real reuniram conjuntamente, tendo por unanimidade, dado o seu voto à fusão dos dois partidos e à estratégia dos seus directórios. Logo nessa reunião foi constituída a comissão distrital do novo partido, sem qualquer discussão de ideias e projectos e sem votação. Cf., *República*, 13-3-1923, p. 1; *O Século*, 13-01-1923, p. 2.

²⁹⁵ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 26-1-1923, p. 5.

²⁹⁶ Cf., *Diário de Lisboa*, 7-2-1923, p. 5.

²⁹⁷ *República*, 24-1-1922, p.1.

²⁹⁸ Cf., *O Século*, 8-2-1923, p. 2.

²⁹⁹ Cf., *O Século*, 6-2-1923, p. 2.

³⁰⁰ Cf., *O Século*, 9-2-1923, p. 2.

³⁰¹ Cf., *Diário de Lisboa*, 17-2-1923, p. 1; Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 157.

governo para contrapor ao partido democrático no poder”³⁰². Não obstante, a ala esquerdista do partido liderada por Álvaro de Castro defendia publicamente que o novo partido não era “nem poderá ser um «partido conservador». Seria antes “um partido moderado, [...] defensor da Constituição e da ordem e servindo as ideias nacionais por processos moderados”³⁰³.

O nome escolhido recolheu logo críticas, algumas vindas do interior do novo partido. Eduardo Alfredo de Sousa não compreendia, por exemplo, “que um partido que se diz moderado e conservador, se apelide de nacionalista...”³⁰⁴. Esta opção também recebia reparos pelo facto de os católicos terem tido um partido com essa denominação no final da Monarquia³⁰⁵. A escolha deste nome para o partido provocou também o protesto do grupo de «Acção Nacionalista», liderado por João de Castro Osório, uma vez que consideram que tinha sido cometido um roubo, pois tinham-se apoderado da designação «Nacionalista»³⁰⁶. A designação escolhida também recebeu críticas de outros quadrantes políticos. Raul Proença criticou duramente “o sentido irritantemente chauvinista, patrioteiro e reaccionário que” a palavra nacionalista “tomou no vocabulário político do nosso tempo” e com algum sarcasmo sobre futuro deste novo agrupamento concluiu: “Rezemos um padre-nosso por alma do partido nacionalista português”³⁰⁷. Custódio de Paiva, deputado democrático e chefe de gabinete de António Maria da Silva, era da opinião que era até bastante “conveniente a formação dum grande partido para a República e para o País” possibilitando a substituição do governo do PRP, “quando ele precisar descansar”³⁰⁸. O deputado monárquico, Morais de Carvalho, afirmou não poderem haver “partidos republicanos conservadores – e os que têm existido têm servido apenas para fortalecer a corrente democrática”. Salientou ainda algo muito comentado na imprensa da época – “o desacordo dos seus chefes. Ginestal Machado e Barros Queiroz desejam-no conservador. Conservar sem deformar – disse o Sr. Ginestal Machado, para inteligências raras... O Sr. Álvaro de Castro, antigo democrático, pretende que ele seja radical”. Em relação ao nome escolhido achou-o “infelicíssimo (...) e copiado... A palavra nacionalista em si não dá nada. É vaga como tantas outras. Nacionalistas somos nós todos – os que não queremos o Iberismo, por exemplo”³⁰⁹. O Sr. José de Macedo, secretário do Partido Republicano Radical, numa mesa da Brasileira do Rocio, em entrevista ao *Diário de Lisboa* disse o que pensava da formação do PRN: “Não dá nada. Não se convencem de que na República liquidam todas as tentativas conservadoras... E os exemplos aí estão: Pimenta de Castro e Sidónio Pais. Faliram esses. Não-de falir os outros. Porque se está a esboroar o partido democrático? Pela mania de conservantismo que subiu à cabeça dos seus dirigentes”³¹⁰.

No dia 15 de Fevereiro, às 22 horas, realizou-se a primeira reunião formal do PRN no Palácio do Conde d’Azambuja, também conhecido por Palácio do Calhariz. Perante vasta assistência discursaram alguns dos notáveis do novo partido. Sá Cardoso,

³⁰² Barroz Queiroz, *Diário de Lisboa*, 1-2-1923, p. 8.

³⁰³ Álvaro de Castro, *Diário de Lisboa*, 27-1-1923, p. 8.

³⁰⁴ Eduardo Alfredo de Sousa, *Diário de Lisboa*, 8-3-1923, p. 5.

³⁰⁵ Cf., Constancio de Oliveira, *República*, 11-3-1923, p. 1.

³⁰⁶ “Senhor Director do «Correio da Manhã» - Dolorosamente surpreendido, devo dizê-lo, com a exploração política que procura fazer-se com a ideia já lançada de nacionalismo português, crismando com esse nome um miserável partido eleitoral da república, venho pedir a V. para no seu jornal lavar o vibrante protesto dos nacionalistas portugueses [...]”, João de Castro Osório, *Correio da Manhã*, 10-2-1923, p. 1. Veja-se também os protestos dos dirigentes Acção Nacional Lusitana, *Correio da Manhã*, 11-2-1923, p. 1.

³⁰⁷ Raul Proença, “O nacionalismo”, *Seara Nova*, n.º 21, Fevereiro-Março de 1923, p. 141.

³⁰⁸ Custódio de Paiva, *Diário de Lisboa*, 16-2-1923, p. 4.

³⁰⁹ Morais de Carvalho, *Diário de Lisboa*, 16-2-1923, p. 8.

³¹⁰ José de Macedo, *Diário de Lisboa*, 24-2-1923, p. 5.

António Ginestal Machado, Álvaro de Castro, Cunha Leal e Júlio Dantas salientaram o carácter conservador, tolerante e moderado do PRN e a sua disponibilidade para assumir a chefia do governo, libertando assim o país da Ditadura do PRP e da sua política radical³¹¹.

Finalmente no dia 17 de Fevereiro de 1923 o Partido Republicano Nacionalista foi apresentado a todo o país através de um manifesto publicado em diversos jornais. Este manifesto tinha sido aprovado pelos dois Directórios no dia 7 de Fevereiro e informava o seguinte: “os Directórios do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional reunidos em sessão conjunta, tendo ouvido previamente todas as suas comissões e núcleos políticos existentes no país, deliberaram, por unanimidade de votos e em harmonia com os resultados da consulta” dissolver os dois partidos e “promover a formação dum novo organismo partidário, estruturalmente republicano”. O motivo principal que levou a esta fusão foi o facto de “nenhum dos dois partidos que” desapareceram terem conseguido “atingir um estado de organização que lhe permitisse equilibrar as forças do partido democrático, detentor da organização do velho Partido Republicano Português”. “O reconhecimento deste facto determinou, como primeira consequência, a formação do bloco das direitas” no Parlamento em Dezembro de 1922, “que imprimiu unidade à direcção dos dois partidos e coordenação à sua acção parlamentar”. No entanto, esta opção foi apenas uma atitude transitória, dado que o objectivo último era formar uma “organização permanente e definitiva das forças políticas das direitas num partido único, distinto dos seus dois componentes originários”. O novo agrupamento político pretendia alterar o sistema partidário que tinha vigorado durante a República contribuindo para uma situação de equilíbrio, sem a qual “são difíceis, senão impossíveis, as soluções constitucionais que não tendam à conservação do Partido Democrático no Poder”. Este objectivo apenas seria concretizável com a criação de um partido *novo* e não apenas com a fusão dos dois antigos partidos que teria certamente uma vida curta e instável. Este *novo* partido permitiria o ingresso dos membros do PRL e do PRRN, mas também de cidadãos republicanos conservadores que estando afastados da política até aí, ingressariam no novo partido, conscientes da possibilidade redentora que se abria à República com a formação deste “sólido partido de governo, representativo das correntes moderadas”. O Partido Republicano Nacionalista pretendia “completar a obra de nacionalização da República” integrando os elementos monárquicos e adversários do regime, dado que a República “não era apenas um regime para os republicanos, mas um regime para todos os portugueses”. A formação do Partido Republicano Nacionalista iria simplificar, sistematizar e equilibrar as forças políticas republicanas portuguesas em dois grandes grupos: à esquerda a opinião radical reunida em torno do PRP e à direita a opinião conservadora agrupada em torno do PRN. Para os críticos do sistema de alternância do poder de dois partidos o PRN utiliza um argumento muito simples e directo: “pode não ser bom que existam apenas dois, mas seria pior se existisse só um”, dado que na hora que esse único partido, fatigado pelo diuturno exercício da função governativa, tivesse de abandonar o governo, não encontraria outro partido apto para lhe suceder”. O programa detalhado do PRN teria de ser submetido ao primeiro Congresso, mas existiam já três características claras que tinham presidido à formação deste partido: o princípio *constitucionalista* – a sua acção iria pautar-se pela “mais estrita observância do estatuto fundamental do Estado”; o princípio *nacionalista* - respeitando “as tradições nacionais, alma da própria Pátria”; o princípio da *moderação* – “dentro daquele espírito de tolerância que hoje, mais do que nunca tem de presidir ao governo dois povos”. Na

³¹¹ Cf., *O Século*, 16-2-1923, p. 2.

sua opinião, a acção radical tinha-se prolongado demasiado em Portugal, demolindo tradições, monumentos e homens e entrando no caminho perigoso da intolerância religiosa e da intransigência política, impeditivas de uma obra duradoura de reconstrução nacional, dada a falta de paz interna. O novo partido quando abraçasse o Poder iria governar sem fraquezas, mas sem violências, tornando “pela moderação dos seus processos, amada e respeitada a República”³¹². O desenvolvimento económico e social do país estava dependente da ordem pública, facto já assinalado por outros manifestos nacionalistas, como o da Cruzada Nuno Álvares de 1921 redigido por Henrique Trindade Coelho³¹³.

O Partido Republicano Nacionalista foi apresentado na Câmara dos Deputados no dia 19 de Fevereiro de 1923. Álvaro de Castro fez o discurso inaugural tendo referido que o novo partido “deseja actuar intensamente dentro da Constituição e dentro da ordem”. O novo partido declarava-se “profundamente republicano”, enquadrado “dentro dos princípios que foram fixados pela constituição de 1911” e animado por um espírito de “tolerância e progresso”³¹⁴. O PRP pela voz do deputado Paiva Gomes saudou o novo agrupamento político. Carvalho da Silva, em nome da minoria monárquica, declarou que sempre tinha tido uma excelente relação com todos os antigos partidos republicanos conservadores e “sendo assim, não há razão para que essa situação se modifique, pelo simples facto de terem mudado de nome”, tanto mais que “pelas declarações que o Sr. Álvaro de Castro acaba de fazer à Câmara, vê-se que não são alteradas as condições, em que até agora o Parlamento tem vivido”, continuando o novo partido a aguardar “com serenidade o momento em que possa ser útil a sua acção no Governo”³¹⁵. Lino Neto em representação do Partido Católico congratulou o PRN pelo facto de dizer ao País que quer respeitar “a tradição religiosa nacional”, dado que “a Igreja e a tradição religiosa devem ser consideradas como um dos elementos do nosso património nacional”³¹⁶. O Ministro das Finanças, Vitorino Guimarães, em representação do Governo cumprimentou o novo partido, tendo apreciado a atitude deste para o governo no sentido de realizar uma “fiscalização severa, para o cumprimento da lei e para que a moralidade triunfe”³¹⁷.

Ainda nesse dia reuniu pela primeira vez o Directório provisório do PRN composto pelos antigos membros dos Directórios do PRL e PRRN, tendo nomeado uma comissão para elaborar o programa partidário e outra para elaborar a lei orgânica do partido para apresentar no 1.º Congresso do PRN. O Directório analisou a atitude a assumir perante a proposta de empréstimo, contrato de tabacos e vencimentos dos funcionários. Deliberou ainda que os orçamentos deveriam ser discutidos na generalidade, mas em bloco. Por último, convocou os parlamentares nacionalistas para uma reunião a realizar no dia 21 de Fevereiro³¹⁸.

³¹² Os Directórios, “Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País”, *República*, 17-2-1923, p.1. O Manifesto foi também publicado n’ *O Século* (17-2-1923, p. 1), e noutros jornais de província, órgãos oficiais do PRN, como *A Beira* (Santa Comba Dão, 24-2-1923, p. 1) e *A Concórdia*, (Arcos de Valdevez, 25-2-1923, p. 1; 4-3-1923, p. 1). O Manifesto foi aprovado pelos directórios do PRRN e do PRL na sala das sessões em 7 de Fevereiro de 1923.

³¹³ Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo... op. cit.*, pp. 156-157.

³¹⁴ Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-2-1923, pp. 15-16.

³¹⁵ Carvalho da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-2-1923, pp. 16-17.

³¹⁶ Lino Neto, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-2-1923, p. 17.

³¹⁷ Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-2-1923, p. 17.

³¹⁸ Comissão encarregada de elaborar o programa partidário: José Barbosa; Moura Pinto; Vasconcelos e Sá; Raul Portela; Júlio Dantas. Comissão nomeada para elaborar a lei orgânica do PRN: Xavier da Silva; Paulo Menano (*República*, 20-2-1923, p. 2; *O Século*, 22-2-1923, p. 2).

No dia 20 de Fevereiro de 1923 representantes do Directório do PRN foram recebidos pelo Chefe de Estado a fim de lhe comunicar a formação da nova agremiação partidária. Da delegação faziam parte, Álvaro de Castro (antigo membro do PRN), Barroz Queirós e Augusto de Vasconcelos (antigos membros do PRL), mantendo-se assim a proporção habitual que dava maioria à corrente liberal frente à reconstituente³¹⁹. Nesse dia fez-se também a apresentação do novo partido no Senado. Augusto de Vasconcelos referiu-se, no seu discurso, ao facto de as dificuldades políticas do país provirem “da falta de partidos solidamente organizados”, à excepção do PRP. Embora este partido tivesse “prestado ao país e ao regime altos serviços”, não havia regimes desenvolvidos que vivessem com um só Partido. Os democráticos tinham inclusive dificultado a constituição de outros partidos, pensando (erradamente) que estavam a prestar um serviço ao regime. O novo partido republicano conservador teria de aprender com os erros do Partido Republicano Liberal, que embora sólido não conseguiu “resistir aos embates dos jacobinos e dos extremistas e às suas empresas revolucionárias”. Chegava “assim a República à sua maioria, com as forças políticas devidamente organizadas”, com um partido avançado e um partido conservador. O PRN defendia “ideias amplamente liberais, genuinamente democráticas (...), mas com respeito pelas tradições da nossa raça, pelas suas crenças e pelo seu carácter”³²⁰, facto que levou o representante da minoria católica, Dias de Andrade, a manifestar a sua satisfação pela formação da nova organização partidária que correspondia a “uma necessidade social e política dentro do regime” e estava destinada a ser uma “grande força de Governo”³²¹. Pereira Osório, representando o Partido Democrático demonstrou confiança no novo partido, dado que era “estruturalmente republicano” e reconheceu que havia falta de um “outro partido, que pelo valor pessoal dos indivíduos que o compõem e pelo valor numérico possa estabelecer equilíbrio dentro da República com o Partido Democrático”³²². Tomás de Vilhena, em representação do grupo monárquico, manifestou simpatia pelas individualidades que compõem o novo partido conservador, mas confessou “não confiar muito no seu esforço” de engrandecimento da Pátria, dado que existia um “mal de raiz” na República por esta, estar “fora da tradição nacional”³²³. Pelos independentes discursou Joaquim Crisóstomo, tendo declarado que o PRN tinha no seu seio alguns “dos mais valiosos [elementos] que existem em Portugal” e que não era justo que o Partido Democrático fosse “o único a arcar indefinidamente com as responsabilidades do Governo”³²⁴. Em nome do Governo, Queiroz Vaz Guedes, Ministro do Comércio e Comunicações assegurou que o poder executivo congratulava-se pela criação desta força conservadora que com o “enquadramento de todas as forças das direitas” iria certamente “ter a força necessária e eficaz para governar o país quando o partido democrático” abandonasse o Poder³²⁵.

O momento da fundação de um novo partido político é importantíssimo pela forma como são repartidos os poderes dentro da organização. A fundação do Partido Republicano Nacionalista, à semelhança dos outros partidos republicanos conservadores, inclui-se na categoria que Maurice Duverger denominou de criação interna ou de origem parlamentar³²⁶. A própria imprensa da época reconhecia que não eram os partidos que formavam o Parlamento. *O Parlamento é que criava os partidos e*

³¹⁹ Cf., *O Século*, 20-2-1923, p. 2.

³²⁰ Augusto de Vasconcelos, *Diário do Senado*, 20-2-1923, pp. 3-4.

³²¹ Dias de Andrade, *Diário do Senado*, 20-2-1923, p. 5.

³²² Pereira Osório, *Diário do Senado*, 20-2-1923, pp. 4-5.

³²³ Tomás de Vilhena, *Diário do Senado*, 20-2-1923, p. 5.

³²⁴ Joaquim Crisóstomo, *Diário do Senado*, 20-2-1923, p. 6.

³²⁵ Queiroz Vaz Guedes, *Diário do Senado*, 20-2-1923, pp. 6-7

³²⁶ Cf., Maurice Duverger, *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, pp. 19-33.

as facções³²⁷. Para o *Diário de Lisboa*, o novo partido representava “uma honrada tentativa para constituir um partido, no silêncio dos gabinetes”³²⁸. António Ginestal Machado, o líder do bloco foi muito claro quanto às etapas da formação do novo agrupamento partidário: “Os fundamentos estão feitos – é o bloco parlamentar constituído nas Câmaras por liberais e reconstituintes”. A consulta das comissões políticas intermédias face à opção tomada e a formação do partido na província estava reservada para uma fase posterior: “Não pode ser já, de momento. Têm de ser ouvidos correligionários e feitas as consultas necessárias. Brevemente, já, reúne a junta consultiva do partido. Daí sairá uma indicação que, a ser favorável à nova força política que se prepara, terá como consequência uma maior actividade, indo o directório e os mais graduados membros do partido, junto dos correligionários da província a explicar as vantagens da organização nascente”. E, finalmente, “num congresso, onde já todos os republicanos agora dispersos se encontrem, ficará definitivamente constituído o partido que terá a guiá-lo a mais absoluta fé na República”³²⁹.

O processo de filiação no Partido Republicano Nacionalista foi executado de cima para baixo. Primeiro desvincularam-se os parlamentares que levaram consigo os líderes regionais e estes os membros locais. A filiação era feita “por intermédio de”, ou seja por razões de solidariedade ou de dependência pessoal, muito mais de que por um acto de identificação política e ideológica. Foi um processo amigo a amigo, patrono a cliente³³⁰. A chamada “adesão da carneirada” ou “filiação por pirâmides de amigos”³³¹. O desenvolvimento organizativo inicial do PRN deu-se pois através de um processo misto de *penetração territorial* e de *difusão territorial*. Por um lado, o «centro» controlou e estimulou a adesão da periferia, mas as elites locais tiveram um papel essencial na constituição das comissões políticas, dos centros políticos e dos órgãos de imprensa local que posteriormente se integraram nas estruturas nacionais do partido³³².

2.2. A constituição do Partido Republicano Nacionalista na província

Nos meses de Fevereiro, Março e Abril de 1923 procedeu-se à inauguração de diversos centros nacionalistas e à criação de inúmeras comissões políticas do PRN por todo o país. A organização e estruturação do PRN acompanhavam a estrutura administrativa tradicional, cobrindo o território com comissões distritais, concelhias e de freguesia, contrariado a ideia inicial de Álvaro de Castro, que defendia a organização do partido em função dos círculos eleitorais, que permitiria maximizar a força eleitoral do partido³³³.

³²⁷ *Diário de Lisboa*, 7-4-1925, p. 16.

³²⁸ *Diário de Lisboa*, 3-5-1923, p. 1.

³²⁹ António Ginestal Machado, *República*, 10-12-1922, p. 1.

³³⁰ Veja-se o exemplo de Pombal retratado no jornal *O Regionalista*: “O grande influente eleitoral de Pombal sr. Padre José Nogueira ofereceu ao nosso amigo e correligionário Acácio Augusto da Silva todo o seu préstimo e o dos seus amigos para a formação do novo partido, dando-lhe ao mesmo tempo plenos poderes para escolher nomes para as futuras comissões”, *O Regionalista*, 24-12-1922, p. 1.

³³¹ Veja-se o processo semelhante ocorrido na formação do Partido Reconstituente: João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...* op. cit., pp. 41-47.

³³² Sobre a distinção entre *penetração territorial* e *difusão territorial* veja-se: Angelo Panebianco, *Modelos de Partido. Organización y poder en los partidos políticos*, Madrid, Alianza Universidad, 1990, 110-111; Luis Arranz Notario, “Modelos de partido”, *Ayer*, n.º 20, 1995, pp. 81-110; Fernando Farelo Lopes, “Partidos Políticos” in Fernando Farelo Lopes; André Freire, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Uma introdução*, Oeiras, Celta Editora, 2002, pp. 19-20.

³³³ Cf., Álvaro de Castro, *Diário de Lisboa*, 27-1-1923, p. 8.

No dia 5 de Fevereiro os membros dos directórios do PRL e PRRN decidiram que a direcção do novo partido na província seria assegurada, até ao Congresso, pelas comissões dos dois partidos em conjunto. Nos locais onde existisse apenas um partido organizado seriam integrados nessa comissão membros do outro partido³³⁴.

Em Castelo Branco, a organização do novo partido começou logo no dia 28 de Janeiro com uma reunião dos membros do partido reconstituente e liberal. Desta reunião saiu a eleição de uma comissão organizadora, com elementos dos dois partidos fundadores, no intuito de organizarem o novo partido no distrito³³⁵. Nos meses seguintes seriam constituídas comissões municipais em Castelo Branco, Vila Velha de Ródão³³⁶, Fundão³³⁷, Sertã³³⁸ e Covilhã³³⁹.

Em Braga, no início de Janeiro, os reconstituintes constituíram uma comissão para estabelecerem negociações com os liberais³⁴⁰. Em Março constituiu-se uma comissão distrital do PRN e nos meses seguintes foram-se formando comissões municipais em quase todos os concelhos do distrito³⁴¹.

No dia 11 de Fevereiro os liberais e reconstituintes de Santarém reuniram-se no Centro Liberal a fim de oficializar a fusão e proceder à organização local do novo partido³⁴². Mas a Comissão Municipal do Partido Republicano Nacionalista e os corpos gerentes do Centro Republicano Nacionalistas apenas seriam eleitas a 28 de Abril³⁴³.

No dia 25 de Fevereiro, numa sessão de homenagem a António Granjo e Brito Camacho, inaugurou-se o Centro Nacionalista do Barreiro, tendo participado alguns altos dirigentes do novo partido, com destaque para os deputados Pedro Pita, Eugénio Aresta e Joaquim Brandão³⁴⁴.

Os reconstituintes e os liberais acordaram, em 27 de Fevereiro de 1923, numa reunião conjunta realizada no antigo centro político do PRRN em Évora, a extinção dos dois partidos e a organização do Partido Republicano Nacionalista no concelho e no distrito. O novo centro político denominou-se - *Centro Republicano Nacionalista*. No dia 1 de Março de 1923 o novo centro iniciou a sua actividade com 230 sócios fundadores fruto da inscrição dos antigos reconstituintes e liberais, bem como de alguns independentes³⁴⁵.

Em Mesão Frio os principais influentes locais dos partidos republicanos conservadores decidiram aderir ao Partido Republicano Nacionalista no dia 7 de Março de 1923 sem prévia audição dos correligionários, tendo formado uma comissão política municipal e manifestado a intenção de criar um centro partidário tendo como patrono o Dr. Raúl Lelo Portela, cacique regional com os adequados contactos na capital³⁴⁶.

Na sede do antigo Centro Liberal de Vila Nova de Gaia decorreu uma sessão no início de Março em que tomaram parte alguns membros dos extintos PRL e PRRN com o objectivo de organizarem uma comissão política concelhia do novo partido³⁴⁷. No

³³⁴ Cf., *O Século*, 6-2-1923, p. 2.

³³⁵ *A Província*, 4-2-1923, p. 1.

³³⁶ *A Província*, 11-3-1923, p. 3.

³³⁷ *A Província*, 13-4-1923, p. 3.

³³⁸ *A Província*, 20-4-1923, p. 2.

³³⁹ *A Província*, 03-6-1923, p. 3.

³⁴⁰ *O Popular*, 14-1-1923, p. 1.

³⁴¹ *A Verdade*, 3-5-1923, p. 2.

³⁴² Cf., *Correio da Extremadura*, 10-2-1923, p. 1.

³⁴³ Cf., *Correio da Extremadura*, 28-4-1923, p. 1.

³⁴⁴ *República*, 28-2-1923, p. 2.

³⁴⁵ Livro de Sócios Inscritos - Centro Republicano Nacionalista (Évora), Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Évora (em posse da família).

³⁴⁶ Cf., *República*, 13-3-1923, p. 1.

³⁴⁷ *República*, 11-3-1923, p. 1.

Porto, os trabalhos de organização do novo partido iniciaram-se no final de Fevereiro, podendo os interessados inscrever-se na Rua Chã, n.º 17, 1.º das 21 horas às 24 horas³⁴⁸. No entanto, os liberais que concordavam com a organização do PRN só reuniram com os reconstituintes no dia 11 de Março. A reunião decorreu no antigo Centro Liberal, tendo sido organizado uma comissão distrital e concelhia provisória do novo partido, fruto da fusão das antigas estruturas³⁴⁹. Em Abril já estavam organizadas quase todas as comissões de paróquia do PRN no Porto, fruto do empenho de Abílio Marques Mourão³⁵⁰.

Nas Caldas da Rainha, as comissões políticas do PRN foram apresentadas em 11 de Março de 1923 no jornal local *O Regionalista*, antigo órgão reconstituente, convertido ao novo agrupamento político³⁵¹.

Na Póvoa do Varzim, como os reconstituintes é que tinham a estrutura mais sólida, foram eles que lideraram o processo de constituição do PRN, tendo chamado alguns liberais para as reuniões no seu centro político. No entanto, mantiveram as antigas comissões do PRN até ao congresso nacional do PRN³⁵². Nesta localidade alguns liberais recusaram-se a ingressar na nova agremiação política³⁵³.

Na Guarda, a organização e dinamização do Partido Republicano Nacionalista ficou a cargo de Afonso José Maldonado e António Ginestal Machado ficou com a chefia do Distrito, devido a ser natural de Almeida. Só em Outubro é que foi possível constituir a comissão concelhia e uma comissão distrital provisória, uma vez que nem todos os concelhos estavam representados³⁵⁴.

O directório do PRN deliberou que as eleições para as comissões políticas locais se realizassem em todo o país no mês de Abril, ficando o dia à escolha das respectivas comissões locais³⁵⁵. Os membros do directório realizaram, nesse mês, diversas viagens à província no sentido de dinamizarem o enraizamento das comissões políticas em diversas localidades³⁵⁶.

Algumas comissões políticas optaram por não realizar eleições, tendo as comissões políticas sido escolhidas por aclamação, casos das comissões políticas de Vila Nova de Gaia³⁵⁷, Oliveira do Douro³⁵⁸ e Penafiel³⁵⁹.

Noutras localidades a organização das comissões políticas esteve a cargo de importantes influentes regionais que angariavam apoios através dos seus inúmeros amigos políticos. Em Rio Maior, as comissões políticas das Juntas de Freguesia do concelho comunicaram que foram fundadas “a convite do nosso amigo e prestigioso correligionário Sr. António de Sousa Varela, ilustre senador”³⁶⁰.

Em Coimbra, a comissão municipal e os órgãos gerentes do centro político nacionalista tomaram posse no dia 7 de Abril, tendo estado presente, em representação do Directório do PRN, o Dr. Álvaro de Castro. No dia 16 do mesmo mês, foi eleita a

³⁴⁸ *República*, 22-2-1923, p. 2.

³⁴⁹ *República*, 10-3-1923, p. 1; *A Norma*, 15-3-1923, p. 2.

³⁵⁰ *República*, 5-4-1923, p. 2.

³⁵¹ João B. Serra, “Caldas da Rainha, 1887-1927”, in *Terras de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993, p. 437.

³⁵² *A Norma*, 15-3-1923, p. 2.

³⁵³ *A Norma*, 19-4-1923, p. 2.

³⁵⁴ *Distrito da Guarda*, 21-10-1923, p. 1

³⁵⁵ *República*, 24-3-1923, p. 1.

³⁵⁶ *República*, 12-4-1923, p. 2.

³⁵⁷ *República*, 11-4-1923, p. 2.

³⁵⁸ *República*, 20-4-1923, p. 2.

³⁵⁹ *República*, 22-4-1923, p.2.

³⁶⁰ *República*, 14-3-1923, p. 2.

comissão distrital de Coimbra com a presença de delegados de catorze comissões políticas municipais³⁶¹.

Nalguns centros urbanos, como o Porto e Aveiro, o Partido Republicano Nacionalista mostrou algumas dificuldades de implantação. As comissões organizadoras do partido, nestas duas cidades, só tomaram posse em meados de Abril de 1924³⁶². Em Beja, a organização concludente do Partido também só ocorreu após o I Congresso partidário. Antes disso, a 26 de Fevereiro, tinham reunido as comissões políticas dos dois partidos para escolher a representação ao congresso do PRN. Posteriormente numa sessão realizada no dia 26 de Abril de 1923 no Centro Republicano Nacionalista desta cidade Alentejana foram eleitas a Comissão Organizadora do partido no Distrito, a Comissão Municipal de Beja e aclamada a Direcção do Centro Nacionalista Bejense³⁶³. Esta dificuldade de organização nalgumas localidades levou o Directório a decidir prorrogar o prazo fixado para a eleição das comissões políticas até ao final do mês de Maio³⁶⁴.

No final de Abril, o directório do PRN incumbiu os notáveis Afonso de Melo e Elísio Cardoso Pessoa, em colaboração com os parlamentares e antigos governadores civis de Viseu, de organizarem o PRN na Beira Alta³⁶⁵.

Em Vila Real, no dia 25 de Abril, foram eleitas as comissões políticas do Centro Republicano Nacionalista, da Comissão Municipal e das freguesias da cidade. A eleição da Comissão Distrital foi adiada³⁶⁶.

O mês de Maio marcou o início do conflito parlamentar entre o PRN e o PRP, tendo os deputados e senadores nacionalistas abandonado o seu lugar no Congresso. Foi uma fase de uma certa interrupção na estruturação do PRN na província. O PRN concentrou todas as suas energias no conflito parlamentar.

No mês seguinte, numa altura em que o PRN tentava superar o estrangulamento a que a sua decisão de abandonar o Parlamento o tinha levado, realizou-se a primeira grande manifestação de propaganda do PRN na província, tendo os nacionalistas tentado mostrar a sua vitalidade na cidade de Beja. No dia 18 de Junho de 1923 deslocaram-se a esta cidade alentejana os delegados do Directório Drs. António Ginestal Machado, Pedro Pitta, Heitor Passos e Afonso de Lemos, acompanhados dos Srs. Jorge Nunes e Luís Costa Santos, redactor do *República*. Na chegada à estação de caminhos-de-ferro os convidados foram recebidos com “vibrantes vivas à Pátria à República e ao Partido Republicano Nacionalista”³⁶⁷ por parte de uma numerosa representação de membros das comissões políticas do partido no distrito. De seguida os dirigentes nacionais foram recebidos em casa do Dr. Francisco Manuel Pereira Coelho, presidente da Comissão Organizadora do Partido Republicano Nacionalista no Distrito de Beja, onde foi servida uma taça de champanhe. Posteriormente, a comitiva lisboeta e os

³⁶¹ Comissão Municipal de Coimbra; Comissão Municipal da Figueira da Foz; Comissão Municipal de Montemor-o-Velho; Comissão Municipal de Soure; Comissão Municipal de Condeixa; Comissão Municipal de Penela; Comissão Municipal de Lousã; Comissão Municipal de Góis; Comissão Municipal de Arganil; Comissão Municipal de Penacova; Comissão Municipal de Poiães; Comissão Municipal de Pampilhosa da Serra; Comissão Municipal de Mira; Comissão Municipal de Cantanhede (*República*, 19-4-1923, p. 2).

³⁶² A Comissão organizadora do Porto era constituída pelo Major Joaquim Leitão, Dr. Abílio Mourão e Dr. Álvaro Machado. A Comissão de Aveiro era formada pelos parlamentares do distrito e pelo Dr. Figueiredo Sobrinho, capitão-tenente Rocha e Cunha, Dr. Brito Guimarães. Marques Vidal e António Abreu Freire. Cf., *República*, 14-4-1923, p. 2.

³⁶³ *República*, 28-4-1923, p. 2.

³⁶⁴ *República*, 26-4-1923, p. 2.

³⁶⁵ *Notícias de Viseu*, 22-4-1923, p. 1.

³⁶⁶ Cf., *República*, 1-5-1923, p. 2; *O Marão*, 19-4-1923, p. 2; *idem*, 26-4-1923, p. 2.

³⁶⁷ *República*, 21-6-1923, p. 1.

representantes do PRN no Distrito reuniram-se numa animada merenda na Quinta do Estação, propriedade do Sr. Silvestre Cansado, onde depois do repasto discursam diversos políticos da capital e da região. Saliente-se o facto de Joaquim Lança, membro da Comissão Organizadora do Partido Republicano Nacionalista no Distrito de Beja ter usado da palavra para discordar da estratégia da direcção do partido na questão do conflito parlamentar. António Ginestal Machado louvou a independência de opinião dentro do partido, tendo de seguida esclarecido a atitude do Directório no referido conflito. No princípio da noite decorreu uma sessão solene de homenagem aos srs. Drs. Jacinto Nunes e Jorge Nunes no centro político do PRN. Após os discursos da praxe foram descerradas os retratos dos dois eminentes republicanos de Grândola, tendo o Dr. Jorge Nunes agradecido em seu nome e de seu pai a generosidade manifestada pelos correligionários de Beja³⁶⁸.

Após o regresso dos nacionalistas ao Parlamento em 22 de Junho de 1923, houve um retomar do impulso mobilizador de propaganda e de organização do partido. Nesse mesmo dia realizou-se uma sessão de propaganda no Centro Republicano Nacionalista de Algés, tendo usado da palavra algumas das figuras cimeiras do partido: Ginestal Machado, Raul Portela, Cunha Leal, Constâncio de Oliveira e Vasconcelos e Sá³⁶⁹. No dia 28 de Junho realizou-se outra sessão de propaganda no Centro Republicano Nacionalista, Dr. Jacinto Nunes, em Alcântara³⁷⁰. Nos diversos centros políticos nacionalistas da capital notou-se um reforço da política de propaganda. Em Portalegre foi finalmente possível eleger a comissão concelhia, as comissões de freguesia e a direcção do centro político nacionalista do PRN³⁷¹.

Ao nível da imprensa o PRN conseguiu criar uma rede relativamente densa que cobria quase todo o território nacional. Em Maio de 1923 contava com 24 jornais oficiais e oficiosos (ver o Mapa III). Porém, faltava cobrir as colónias e os distritos de Faro, Portalegre, Bragança, Horta, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Funchal.

2.3. O I Congresso do Partido Republicano Nacionalista

O I Congresso do PRN começou a ser preparado em meados de Fevereiro de 1923 pela comissão organizadora constituída por Vasco Gonçalves Marques, António Ginestal Machado e João Rodrigues³⁷². Nesta comissão mantinha-se a proporção (um para dois) e um certo equilíbrio entre o peso que tinham os dois partidos que deram lugar à formação do PRN. O primeiro membro da comissão tinha sido dirigente do PRRN e os restantes eram antigos membros do PRL³⁷³. Esta comissão começou por enviar circulares no dia 16 de Fevereiro aos centros políticos e comissões partidárias locais para estas enviarem pareceres sobre alguns detalhes organizativos do Congresso³⁷⁴. Numa carta circular datada de 19 de Fevereiro a Comissão Organizadora do Congresso deu instruções aos correligionários sobre a forma como deveria proceder-se para a representação dos dois antigos partidos no Congresso do PRN. Assim, nas localidades onde os dois partidos tivessem comissões políticas organizadas deveriam

³⁶⁸ Cf., *República*, 21-6-1923, p. 1; *O Bejense*, 24-6-1923, pp. 1-2.

³⁶⁹ Cf., *República*, 24-6-1923, p. 2; 29-6-1923, p. 2.

³⁷⁰ Cf., *República*, 29-6-1923, p. 2.

³⁷¹ Cf., *República*, 23-6-1923, p. 2.

³⁷² Cf., Carta datada em Lisboa em 19 de Fevereiro de 1923, enviada a todos os correligionários pela Comissão Organizadora do Congresso, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1438.

³⁷³ Cf., *O Século*, 16-2-1923, p. 2.

³⁷⁴ *O Século*, 16-2-1923, p. 2.

reunir-se e constituir uma comissão mista provisória que se faria representar no Congresso, acrescida com algum recente correligionário do novo partido. Nas localidades onde apenas um partido estivesse organizado, a representação ao Congresso estaria a cargo dessa Comissão acrescida de elementos do outro partido e de novos correligionários. Já nas localidades onde nem um, nem outro partido tivessem organização, deveriam os nacionalistas escolher uma comissão, que poderia ter apenas 3 membros. Nos distritos onde também não houvesse organização efectiva regional dos dois partidos, “está a Comissão [organizadora do Congresso] autorizada a, de acordo com os parlamentares do distrito, [a] nomear uma comissão provisória, ou a escolher apenas um correligionário para seu representante distrital”³⁷⁵.

Posteriormente foram enviadas novas circulares para os indivíduos e entidades que tinham qualidade para serem admitidos no referido Congresso. Os lugares por inerência relativos a cargos desempenhados tinham um peso superior aos cargos electivos. Havia assim, uma maioria de congressistas não sufragados pelas estruturas partidárias de base³⁷⁶. Nalguns centros políticos e comissões políticas houve uma verdadeira eleição dos delegados ao Congresso, caso de Oeiras³⁷⁷, freguesia de Santa Isabel e Pena em Lisboa³⁷⁸ e Centros Ribeiro de Carvalho e Dr. Manuel de Arriaga³⁷⁹. Noutros locais foram nomeados delegados sem qualquer eleição, casos do representante da comissão política de Santos e dos Restauradores em Lisboa³⁸⁰. Em Valongo dado que até ao dia 9 de Março ainda não estava organizado o novo partido no concelho, reuniram as estruturas do Partido Republicano Liberal e foram estas que nomearam os seus representantes ao congresso do Partido Republicano Nacionalista³⁸¹.

O I Congresso do Partido Republicano Nacionalista teve lugar no ginásio do Liceu Camões em Lisboa nos dias 17, 18 e 19 de Março de 1923. Os órgãos de informação do partido informaram os leitores que tinham sido emitidos 2100 bilhetes para o Congresso³⁸².

A sessão inaugural do Congresso estava marcada para as 14 horas do dia 17 de Março, mas os trabalhos só se iniciaram pelas 15 horas, estando presentes cerca de 1000 pessoas³⁸³, entre as quais se contava a maioria da elite nacionalista. António Ginestal Machado subiu ao estrado e tocando uma campainha solicitou a atenção e o silêncio dos presentes. Informou que o Dr. Jacinto Nunes tinha sido convidado para presidir à primeira sessão do Congresso, mas não pode aceitar devido à falta de saúde resultante da sua avançada idade. Em seu lugar ocupou a presidência o Dr. Ramiro Guedes, outro

³⁷⁵ Circular do PRN datada em Lisboa a 19 de Fevereiro de 1923, enviada aos correligionários pela Comissão Organizadora do Congresso. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1438.

³⁷⁶ Tinham qualidade para admissão no referido Congresso:

“Antigos ministros; Membros do Directório; Antigos Membros do Directório; Senadores; Deputados; Antigos parlamentares; Governadores do Ultramar; Antigos Governadores do Ultramar; Antigos Governadores Cívicos; Vogais efectivos e substitutos da Comissão administrativa do PRN; 1 representante por cada comissão paroquial do PRN; 1 representante por cada comissão municipal do PRN; 2 representantes por cada jornal diário do PRN; 1 representante por cada jornal semanário do PRN; 1 representante por cada centro político”. *República*, 23-2-1923, p. 1.

³⁷⁷ Anúncio da eleição dos delegados bem reunião a realizar em 3-3-1923, *República*, 3-3-1923, p. 2.

³⁷⁸ *República*, 7-3-1923, p. 2; 10-3-1923, p. 1; 11-3-1923, p. 1.

³⁷⁹ *República*, 14-3-1923, p. 2.

³⁸⁰ *República*, 11-3-1923, p. 1; 14-3-1923, p. 2.

³⁸¹ *República*, 11-3-1923, p. 1.

³⁸² Cf., *República*, 16-3-1923, p. 2; 18-3-1923, p.1; 20-3-1923, p. 2; *Democracia do Sul*, 20-3-1923, p. 1; *Diário de Lisboa*, 17-3-1923, p. 4.

³⁸³ *Diário de Lisboa*, 17-3-1923, p. 4; *República*, 18-3-1923, pp. 1-2; *O Século*, 18-3-1923, p. 2. *Democracia do Sul*, 20-3-1923, p. 1.

republicano histórico do período da monarquia. O discurso inaugural deste congressista centrou-se na necessidade de “acabar com as velhas designações partidárias” que apenas podem levar à desordem e à anarquia. É necessário que “todos nos consideremos inabalavelmente nacionalistas”³⁸⁴. António Ginestal Machado, na mesma linha, referiu-se à união dos partidos reconstituente e liberal como um instrumento ao serviço da República. Referiu que este novo agrupamento começou a dar os primeiros passos no Parlamento com a formação do bloco das direitas que conseguiu eleger Sá Cardoso como Presidente da Câmara dos Deputados no dia 2 de Dezembro de 1922. Este novo agrupamento necessitava porém, do aval do Congresso para continuar a sua acção em prol do país. Termina solicitando que os congressistas indiquem claramente o que pretendem do novo directório que iria ser eleito. Porém, na sua opinião o partido nacionalista “não deve confundir-se com qualquer força partidária” e não necessita de “pedir licença a ninguém para ser republicano”. Necessita sim de estar coeso com as resoluções adaptadas no Congresso, dado que é nele que se “consubstancia a soberania do partido. No poder, no parlamento, onde quer que seja, todos os nacionalistas têm de seguir os ditames do seu Congresso partidário”³⁸⁵.

Após ter discursado o representante do antigo Partido Republicano Liberal tomou a palavra a “outra” ala do partido na pessoa do líder do extinto Partido Republicano de Reconstituição Nacional, Álvaro de Castro, o que contrariava a ideia expressa inicialmente pelo presidente da mesa. No entanto, este orador reafirmou novamente a necessidade de se unirem em torno do novo partido e embora tenham trilhado caminhos diferentes, representam agora a vontade da Nação. Dado que este Congresso “não é um Congresso de partido; é um Congresso da Nação inteira”. E incita a audiência ao proclamar que “a República vai deixar de ser o campo de exploração de uma minoria”³⁸⁶.

Vários oradores relembrou os acontecimentos de 19 de Outubro e Costa Santos propôs uma moção na qual nenhum dos implicados nesses sucessos fosse admitido no Partido Republicano Nacionalista³⁸⁷. Esta moção acabou por não passar dado que a direcção do partido, pela voz de Álvaro de Castro, defendeu que só “aos corpos dirigentes do novo partido deverá competir a selecção das pessoas que pretendam aderir”³⁸⁸, o que provocou larga discussão e alguma irritação de alguns congressistas próximos dos assassinados a 19 de Outubro. No entanto, acabou por ser aprovada uma proposta de consenso: “O Partido Republicano Nacionalista resolve não aceitar a filiação de qualquer elementos que em virtude do movimento revolucionário de 19 de Outubro tenham sido ou venham a ser condenados pelos tribunais da República”³⁸⁹.

Outro tema que causou algum debate foi a posição do partido face à questão religiosa. Carlos Castro Pereira Lopes e António Correia advogaram “a maior e mais clara tolerância em matéria religiosa” e uma efectiva “aproximação às justas e legítimas aspirações dos católicos portugueses”. A ala esquerdista do partido, que conviveu durante alguns anos com o radicalismo do partido democrático em matéria religiosa, não queria ir tão longe e pela voz de Álvaro de Castro defendeu que o poder civil não podia nunca submeter-se ao poder religioso. Os primeiros contrapuseram o facto de o Partido Republicano Nacionalista, como partido nascente e que pretendia defender

³⁸⁴ Ramiro Guedes, *República*, 18-3-1923, p. 1. Cf., *O Século*, 18-3-1923, p. 2.

³⁸⁵ Ginestal Machado, *República*, 18-3-1923, p. 1. Cf., *Diário de Lisboa*, 17-3-1923, p. 4.

³⁸⁶ Álvaro de Castro, *República*, 18-3-1923, pp. 1-2. Cf., *Diário de Lisboa*, 17-3-1923, p. 4.

³⁸⁷ Costa Santos, *República*, 18-3-1923, p. 2; *República*, 20-3-1923, p. 2.

³⁸⁸ Álvaro de Castro, *República*, 20-3-1923, p. 2.

³⁸⁹ *O Século*, 20-3-1923, p. 1.

princípios de ordem, de respeito à lei, de liberdade e de tolerância, não podia esquecer os justos desejos da consciência religiosa da Nação³⁹⁰. Esta questão nunca ficará totalmente resolvida entre estes grupos com percursos políticos diferentes e marcará de futuro novas tensões internas.

Cerca das 22 horas iniciou-se a segunda sessão do Congresso entrando-se pela primeira vez na “ordem do dia” com a discussão da lei orgânica do partido. O Dr. Paulo Menano fez a apresentação do documento informando que este tinha já sofrido alterações por uma comissão parlamentar e pelo Directório³⁹¹. Eugénio Aresta disse que o Congresso não podia discutir conscientemente a lei orgânica por falta de conhecimento dela. De facto, como reconheceu Álvaro de Castro, não foi possível fazer distribuir pelos congressistas os necessários exemplares do estatuto partidário. Este facto contribuiu para uma exígua discussão sobre este importante documento partidário. No entanto, ainda soaram algumas críticas à lei orgânica apresentada. Troncho de Melo atacou o caciquismo e não concordava com o facto de o Directório indicar às comissões políticas locais os nomes dos candidatos a parlamentares a eleger pelo partido (alínea 5.º do artigo 27.º)³⁹². Na sua opinião a escolha dos candidatos ao Parlamento devia “ser feita directamente pelas comissões políticas, fora do despotismo do Directório”³⁹³. No entanto, estas como outras apreciações realizadas nas sessões seguintes do Congresso não foram atendidas, ficando a lei orgânica quase inalterada³⁹⁴. Apenas foi introduzida uma leve emenda proposta pelo Dr. Jaime Vieira no Capítulo VII, dedicado à Representação Parlamentar³⁹⁵.

No dia 18 de Março de 1923, realizou-se a eleição do Directório e da Comissão Administrativa. A eleição neste dia causou alguma surpresa, dado que esta estava marcada para o dia seguinte. Este facto conjugado com o aparecimento de uma única lista impressa, com a designação de lista oficial, mereceu leves reparos por parte de alguns notáveis que não faziam parte dela, como era o caso de Ribeiro de Carvalho, director do *República*³⁹⁶. Esta falta transparência também foi notada na discussão da Lei Orgânica do partido, dado que quando surgiram algumas críticas mais contundentes passou-se imediatamente à votação³⁹⁷. O Directório e a Comissão Administrativa do PRN tomaram posse no dia 19 de Março, tendo os antigos liberais, enquanto partido maioritário na aliança, contado com quatro membros no órgão máximo do partido e os reconstituíntes com três³⁹⁸. As negociações entre as várias sensibilidades políticas conduziram a que a proporção de antigos membros do PRE e da UR fosse igual nos membros efectivos e substitutos do Directório do PRN, contando o primeiro partido dois elementos e o segundo um. Conforme se pode observar no Quadro I, votaram 1210

³⁹⁰ *República*, 21-3-1923, p. 1.

³⁹¹ O «Estatuto ou Lei Orgânica» do partido foi aprovado na reunião do directório do dia 1-3-1923, cf., *O Século*, 2-3-1923, p. 2.

³⁹² Cf., *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e Papelaria Pires & CT.^a, 1923.

³⁹³ Troncho de Melo, *O Século*, 18-3-1923, p. 2.

³⁹⁴ *República*, 18-3-1923, p. 2; *idem*, 20-3-1923, p. 2.

³⁹⁵ Cf., *República*, 20-3-1923, p. 2; *O Século*, 20-3-1923, p. 1.

³⁹⁶ Cf., *República*, 20-3-1923, p. 1.

³⁹⁷ Cf., *O Século*, 18-3-1923, p. 2.

³⁹⁸ Antigos Liberais eleitos para o Directório do PRN: António Ginestal Machado; Francisco Pinto Cunha Leal; Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá; Raul Lelo Portela. Antigos reconstituíntes eleitos para o Directório do PRN: Pedro Góis Pita; Álvaro Xavier de Castro; Júlio Dantas. Em relação aos membros substitutos do Directório do PRN a proporção de liberais e de reconstituíntes mantêm-se. Antigos liberais: António Alves de Oliveira Júnior; Belchior de Figueiredo; Júlio Ernesto de Lima Duque; Paulo da Costa Menano. Antigos reconstituíntes: Alberto Jordão Marques da Costa; Hélder Armando dos Santos Ribeiro; César Justino de Lima Alves. Cf., *Democracia do Sul*, 20-3-1923, p. 1.

congressistas, tendo António Ginestal Machado sido o mais votado, com 1209 votos logo seguido por Francisco Pinto Cunha Leal com 1202 votos. Com uma votação intermédia situaram-se Júlio Dantas com 1192 votos, Pedro Góis Pita e Raul Lelo Portela com 1152 e Álvaro Xavier de Castro com 1126 votos. O membro do Directório que viu o seu nome mais vezes cortado nas listas colocadas na urna foi Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá, que obteve 1095 votos. O seu passado enquanto ministro de Sidónio Pais deverá ter influenciado alguns congressistas a não sufragar o seu nome para o Directório.

Com a união entre liberais e reconstituintes não se conseguiu fazer um simples somatório das elites e dos apoios das duas estruturas partidárias, dado que muitas personalidades se recusaram a ingressar neste novo agrupamento político. Este facto levou António Pinto Figueira e Amácio de Queiroz a proporem, no decorrer do Congresso, que se convidassem a aderir ao PRN todos os elementos de valor dos extintos partidos liberal e reconstituente, entre os quais destacaram Carlos Olavo, Américo Olavo, Torres Garcia, Álvaro Poppe e António da Fonseca³⁹⁹.

Na segunda parte da ordem dos trabalhos realizou-se uma breve discussão sobre o programa partidário, dado não haver tempo suficiente para o apreciar convenientemente. António Ginestal Machado propôs apenas a análise das bases gerais do programa e que a redacção definitiva do mesmo fosse entregue ao Directório, tendo o acordo da Assembleia Consultiva e a posterior sanção numa assembleia magna. Das bases gerais do programa podemos destacar a preconização da representação de classes no Senado, a obrigatoriedade do Chefe de Estado residir num Palácio Nacional, a atribuição ao Presidente da República de um subsídio de harmonia com os interesses da sua representação e o estabelecimento do princípio da dissolução do Congresso da República como prerrogativa sua⁴⁰⁰.

No encerramento do Congresso António Ginestal Machado lançou um dos temas que se tornaram um selo de identidade do PRN: a procura de atrair para a República elementos desavindos, ou pelo menos, que estes não se coibissem de colaborar com ela, procurando assim que a «República fosse de facto para todos os portugueses»⁴⁰¹. Júlio Dantas que elaborou a parte do programa referente ao problema pedagógico e às relações com o estrangeiro apresentou à assembleia uma síntese sobre estes dois temas. Em relação ao primeiro defendeu a “criação em bases modernas da instrução primária, secundária e superior, a autonomia universitária, a criação de museus pedagógicos, a necessidade de elevar o nível de cultura das camadas populares, o desenvolvimento do ensino técnico, agrícola e artístico, a protecção dos monumentos nacionais, o inventário do nosso património artístico, e enfim a entrega da direcção do ensino a um único ministério, com excepção das Escolas da Guerra e da Marinha”. Em relação à política externa preconizou “a permanência da aliança com a Inglaterra e o estreitamento de

³⁹⁹ Cf., *República*, 20-3-1923, p. 2; *O Século*, 20-3-1923, p. 1.

⁴⁰⁰ *O Século*, 20-3-1923, p. 1.

⁴⁰¹ “Não concordo com a afirmação aqui feita de quem ainda não veio para a República já não virá mais. A verdade é que se todos os que estão fora do regime, odiassem a República esta não existiria já (aplausos). Esperemos que eles confiarão em nós, republicanos, e virão coadjuvar-nos. Mal de nós se a República fosse um regime retrógrado! A missão do Directório é realizar o progresso das ideias através do campo belo da democracia. É preciso que os republicanos deixem de afirmar desde quando são republicanos, preferível será que afirmem como são partidários da República. É indispensável trazer a Nação sadia até à República. Isso é o que o Directório quer. A República tem de nacionalizar-se para n’ela caberem todos os bons portugueses. Não queremos uma República de importação; ambicionamos uma República nossa. Com o Congresso faço votos por que a República seja digna do passado da auréola sagrada que santificou a Nação e nos bendiz a todos” (António Ginestal Machado, *O Século*, 20-3-1923, p. 2).

relações com o Brasil e com as nações da Europa Latina”. O país deve quebrar o “isolamento em que tem vivido integrando-se nas correntes de interesse da Europa”. O PRN uma vez que esteja no poder deve encetar “uma política internacional caracteristicamente económica” e aproveitar a fatalidade da emigração para aprofundar a “nossa expansão comercial”⁴⁰².

Quadro I - Directório do PRN após o I Congresso

Efectivos	Partidos	Votos	Cargos
António Ginestal Machado	PRP; UR; PRL; PRN	1209	Presidente do Directório
Francisco Pinto Cunha Leal	Partido Centrista; PNR; Partido Popular; Governamental; Independente; PRL; PRN; ULR	1202	Sub-líder do grupo Parlamentar
Júlio Dantas	Partido Progressista, PRRN; PRN	1192	
Pedro Góis Pita	PRP; PRRN; PRN	1152	Secretário do Directório
Raul Lelo Portela	PRE; PRL; PRN; ULR; ARS	1152	
Álvaro Xavier de Castro	PRP; PRRN; PRN; Acção Republicana; Independente	1126	Líder do grupo Parlamentar
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá	PRE; Partido Centrista; PNR; PRL; PRN; ULR	1095	
Substitutos	Partidos	Votos	Cargos
Alberto Jordão Marques da Costa	PRP; PRRN; PRN	Não foram identificadas informações.	
António Alves de Oliveira Júnior	UR; PRL; PRN		
Belchior de Figueiredo	PRP; UR; PNR; PRL; PRN		
Hélder Armando dos Santos Ribeiro	PRP; PRRN; PRN; Acção Republicana		
Júlio Ernesto de Lima Duque	PRE; PRL; PRN, Acção Republicana; Independente		
César Justino de Lima Alves	PRP; PRRN; PRN; Acção Republicana; Independente		
Paulo da Costa Menano	PRE; PRL; PRN		

Fontes: *República*, 18-3-1923; *idem*, 20-3-1923, p. 2; *idem*, 24-3-1923, p. 1; *idem*, 11-4-1923, p. 2; *Diário de Lisboa*, 17-3-1923, p. 3. *Democracia do Sul*, 20-3-1923, p. 1.

Findo o Congresso o Directório do PRN reuniu-se a 23 de Março a fim de eleger o seu presidente e o seu secretário. A imprensa especulou que a presidência seria atribuída a Álvaro de Castro e Lelo Portela seria o secretário⁴⁰³. No entanto, não foi isso que veio suceder, tendo António Ginestal Machado e Pedro Pita ocupado respectivamente os lugares de presidente e secretário do Directório. No grupo parlamentar também se procurou distribuir os lugares de maior visibilidade e influência pelas várias tendências partidárias. Álvaro de Castro (antigo líder reconstituente) tornou-se o líder dos deputados, Cunha Leal e Ferreira de Mira (antigos liberais) sub-líderes e Sampaio Maia (antigo liberal) e Carlos de Vasconcelos (antigo reconstituente) secretários⁴⁰⁴.

⁴⁰² Júlio Dantas, *República*, 20-3-1923, p. 2.

⁴⁰³ Cf., *O Século*, 23-3-1923, p. 2.

⁴⁰⁴ *República*, 24-3-1923, p. 1.

Quadro II - Comissão Administrativa do PRN após o I Congresso

Efectivos	Partidos	Cargos
Inácio Pimentel ⁴⁰⁵	PRN; Acção Republicana	
João Rodrigues ⁴⁰⁶	PRN	Secretário
Júlio Maria de Sousa ⁴⁰⁷	PRN	Tesoureiro
Manuel Martins Cardoso	PRP; UR; PRL; PRN	
Raul de Carvalho	PRN	
Substitutos	Partidos	Cargos
Benjamim Fernandes Neves Tavares	PRN	Não foram identificadas informações.
Elias Garcia	PRN; Acção Republicana	
João Lúcio Escorcio	PRN	
João Simões de Almeida	PRN	
José Pais de Vasconcelos Abranches	Partido Progressista; PRP; PRL; PRN	

Fontes: *República*, 18-3-1923; *idem*, 20-3-1923, p. 2; *idem*, 24-3-1923, p. 1; *idem*, 11-4-1923, p. 2; *Diário de Lisboa*, 17-3-1923, p. 3. *Democracia do Sul*, 20-3-1923, p. 1.

2.4. A Adesão dos Reformistas ao PRN

No final de Março de 1923 alguns movimentos e partidos de reduzida dimensão começaram a equacionar fundirem-se e eventualmente ingressarem no PRN, ou mesmo no PRP. Os antigos membros do Centro Reformista (Partido liderado por Machado Santos, vulgarmente designado por *Partido Reformista*, 1914-1915), dissidentes da Federação Nacional Republicana (movimento fundado por seguidores de Machado Santos em 1920-1921) e membros do Partido Nacional Republicano Presidencialista (continuador do Partido Nacionalista Republicano após o fim do regime Sidonista) estabeleceram negociações conjuntas a fim de se fundirem⁴⁰⁸. Os antigos reformistas reuniram a Assembleia Geral pela primeira vez em Lisboa, na Rua das Flores n.º 113, no dia 26 de Março de 1923, tendo decidido ingressar no Partido Republicano Nacionalista “por forma a contribuir para a formação de um agrupamento suficientemente forte que impusesse respeito ao partido democrático”⁴⁰⁹. As negociações foram conduzidas por Manuel Soares de Melo e Simas, por parte dos reformistas e por António Ginestal Machado por parte dos nacionalistas. Em meados de Abril começaram a surgir notícias na imprensa indicando que as negociações estavam bem encaminhadas, estando para breve a entrada dos reformistas no PRN⁴¹⁰. No dia 26 de Abril de 1923 voltaram a reunir os membros do Partido Reformista liderados pelo coronel Manuel Soares de Melo e Simas, tendo nessa data decidido eleger uma comissão para “promover o seu ingresso no Partido Nacionalista, desde que esse ingresso se faça em grupo e não individualmente”⁴¹¹. Muitos elementos da Federação Nacional Republicana acompanharam os seus antigos correligionários, tendo decidido também ingressar no PRN. Pelo contrário, outros antigos amigos de Machado Santos decidiram aderir ao Partido Nacional Republicano Presidencialista que optou, naquele

⁴⁰⁵ *República*, 20-3-1923, p. 2.

⁴⁰⁶ Secretário do 3.º Congresso do PRN; Chefe de Gabinete de António Ginestal Machado, quando este foi ministro. Começou a sua actividade profissional como ferroviário, desempenhado em 1925 o cargo de chefe de repartição do Ministério do Trabalho. Cf., *Diário de Notícias*, 8-3-1925, p. 3.

⁴⁰⁷ *República*, 11-4-1923, p. 2.

⁴⁰⁸ Cf., *Diário de Lisboa*, 28-3-1923, p. 8; 29-3-1923, p. 8.

⁴⁰⁹ *República*, 25-4-1923, p. 2.

⁴¹⁰ Cf., entrevista de António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 18-4-1923, 4.

⁴¹¹ *República*, 28-4-1923, p. 1.

momento, por não integrar o maior partido de oposição ao PRP⁴¹². Este partido defendia a fórmula presidencialista, o que os separava dos nacionalistas, embora estivessem dispostos a fazer algumas cedências, desde que, como sublinhava João Tamagnini de Sousa Barbosa fosse “de parte a parte. Meio presidencialismo, meio parlamentarismo. Dando ao Chefe de Estado atribuições mais amplas de formar ou poder nomear os governos que entender, demiti-los desde que lhe não mereçam confiança”⁴¹³. No entanto, não foi possível chegar a acordo, dado que muitos membros do PRN se opuseram à sua entrada, recordado, certamente a colaboração dada pelos seus membros ao Sidonismo.

O Directório do PRN analisou na reunião do dia 1 de Maio um ofício enviado em nome do antigo Partido Reformista a de alguns membros da antiga Federação Nacional Republicana comunicando-lhe a sua intenção de ingressarem no PRN. O Directório decidiu reunir no dia 8 de Maio para oficialmente os receber⁴¹⁴. Nesse dia realizou-se uma sessão conjunta no Palácio do Calhariz entre os membros do PRN e os novos membros, oficializando-se a sua inclusão no PRN. Nos meses seguintes os reformistas começaram a integrar-se nas estruturas partidárias do PRN, tendo integrado, por exemplo, a comissão política da freguesia de Pena em Lisboa⁴¹⁵.

A admissão dos antigos seguidores de Machado Santos representava um engrandecimento do PRN, dado o ingresso de alguns elementos valiosos, como o coronel Manuel Soares de Melo e Simas ou o Dr. Pedro Joaquim Fazenda, mas acentuava o carácter heterogéneo do partido. Estes novos elementos sempre se caracterizaram pela oposição ao PRP mas também por uma certa tendência para os golpes anti-constitucionais e pela dificuldade de estruturarem um projecto partidário consistente.

3. A oposição dos nacionalistas no Parlamento

Nos primeiros meses de vida, os nacionalistas não se achavam ainda preparados para ser governo, mas achavam que o PRP deveria substituir o executivo dirigido por António Maria da Silva⁴¹⁶. Por isso, o grupo parlamentar do PRN que passou a contar com cerca de 65 membros, após a fusão do PRL e do PRRN⁴¹⁷, concentrou-se na oposição ao PRP e ao governo, no Congresso e na imprensa.

O primeiro embate centrou-se em torno da proposta orçamental para o ano económico de 1923-1924 e em torno da autorização para contrair um empréstimo interno no valor de 4 milhões de libras para equilibrar o deficit público, diminuir a circulação fiduciária e normalizar os câmbios. Cunha Leal criticou as opções tomadas através de vários artigos publicados no *Século* ao longo dos meses de Janeiro e

⁴¹² *República*, 5-5-1923, p. 1. Cf., Ernesto Castro Leal, “Partidos e grupos políticos na I República”, in *A República*, «História de Portugal» dirigida por João Medina, Vol X, Amadora, Ediclube, 1993, pp. 287-318; *idem*, “O campo político dos partidos republicanos (1910-1915)” in AA.VV., *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Centro de História da Universidade de Lisboa/Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, Coleção Coloquia, Lisboa, 2004, pp. 107-125.

⁴¹³ João Tamagnini de Sousa Barbosa, *Diário de Lisboa*, 29-3-1922, p. 8.

⁴¹⁴ Cf., *República*, 3-5-1923, p. 1.

⁴¹⁵ Cf., *República*, 5-6-1923, p. 2.

⁴¹⁶ João Bacelar, por exemplo, era da opinião que o governo já “deu o que tinha a dar. Não tem feito nada que se veja. O País tolera a por apatia, por indiferença. Deve cair imediatamente. E ser substituído por outro democrático”, *Diário de Lisboa*, 28-2-1923, p. 5.

⁴¹⁷ Cf., António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 10-5-1923, p. 1; *Diário de Lisboa*, 25-5-1923, p. 8.

Fevereiro de 1923⁴¹⁸. Segundo Cunha Leal a estratégia do governo iria aumentar a circulação fiduciária e os encargos do empréstimo eram ruinosos para o Estado⁴¹⁹. Dentro da mesma linha o deputado Alberto Xavier criticou a operação preparada pelo governo nestes termos: “Combato-a porque a considero prejudicial aos interesses do País”⁴²⁰. A estratégia dos nacionalistas passou por apresentar uma contraproposta no sentido de se realizar uma operação interna em valores-ouro e não em libras, como era proposto pelo governo⁴²¹. As dúvidas levantadas pelos deputados levaram a que o governo ameaçasse deixar de pagar aos funcionários públicos se a sua proposta não fosse aprovada, o que só veio a acicatar mais a discussão que se arrastaria por mais dois meses. A proposta governamental acabaria por ser aprovada, com ténues modificações a 15 de Maio, quando o Partido Republicano Nacionalista já tinha abandonado o Congresso⁴²².

Ao mesmo tempo que era debatido o empréstimo, avançou-se com a discussão dos Orçamentos. O Governo pretendia ser mais célere nesta discussão e para isso apresentou na Câmara dos Deputados uma proposta de *Reforma do Regimento da Câmara*, com a finalidade de introduzir maior eficiência no desenvolvimento dos trabalhos⁴²³. O novo regimento proposto pela maioria democrática iria impor algumas restrições à discussão do Orçamento Geral do Estado. Os nacionalistas opuseram-se a esta reforma do regimento e estavam especialmente contra a restrição de apenas poderem usar da palavra durante 30 minutos na discussão da Lei de receita e despesa. Para tentar resolver esta contenda reuniu-se o grupo parlamentar do PRN na tarde do dia 22 de Fevereiro de 1923. Terminada a reunião António Ginestal Machado avistou-se com os líderes do PRP, Almeida Ribeiro e José Domingues dos Santos. A contraproposta que os nacionalistas apresentaram para resolver o conflito assentava na restrição da intervenção a três ou quatro dos seus membros na discussão da generalidade do Orçamento. Estes especialistas na matéria, nomeadamente, Barros Queiroz, Vicente Ferreira e Alberto Xavier, não se sujeitaram à inexplicável restrição de apenas poderem “usar da palavra durante 30 minutos, o que dividido por 11 orçamentos daria pouco mais de dois minutos para a análise de cada um deles”. Os líderes democráticos reuniram posteriormente com o seu grupo parlamentar tendo após larga discussão

⁴¹⁸ O director d’O Século começou a ter divergências com o conselho de administração da Sociedade Nacional de Tipografia nos primeiros meses de 1923 devido a ter autorizado a publicação de diversos artigos e entrevistas sobre o complexo funcionamento da Moagem e da Panificação. Por isso, o conselho de administração afastou-o da direcção do jornal. Em nota datada às 8 horas da noite de 16 de Março de 1923 explicaram a decisão, tendo o pessoal da redacção sido impedido de entrar no edifício (*Diário de Lisboa*, 17-3-1923, p. 8). Cunha Leal em entrevista ao *Diário de Lisboa* afirmou que o rastilho da explosão não foram tanto os seus artigos contra a moagem “mas as entrevistas com Lima Alves e Joaquim Ribeiro a que eu dei guarida no Jornal”. A situação no jornal tornou-se insustentável levando Cunha Leal a confessar: “Eu não podia de forma nenhuma, abdicar da minha independência. Não podia, além disso comprometer a República”. *Diário de Lisboa*, 19-3-1923, p. 5. Sobre este tema veja-se: Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 260-263.

⁴¹⁹ Ver análise dos artigos publicados por Cunha Leal em: Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 260-264.

⁴²⁰ Alberto Xavier, *Diário de Lisboa*, 27-2-1923, p. 5.

⁴²¹ António Ginestal Machado ao analisar o empréstimo preparado pelo Governo disse o seguinte: “os financeiros do meu partido, reputam-no mau... [...] somos partidários duma operação interna em ouro”. [...] Barros Queiroz vai apresentar algumas emendas... se elas forem aceites...” *Diário de Lisboa*, 24-3-1923, p. 5.

⁴²² Cf., Luís Farinha, Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 266-268; *Diário da Câmara dos Deputados*, 15-05-1923.

⁴²³ Projecto de Lei nº 377, de 8 de Janeiro de 1923 – este Projecto de Lei pretendia fazer uma Reforma no Regimento da Câmara dos Deputados, cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 260-264.

chegado a uma plataforma intermédia entre aqueles que defendiam a manutenção das resoluções anteriormente tomadas e os que defendiam a transigência face às oposições. Assim, optou-se por manter as resoluções tomadas anteriormente, “mas, de facto, a maioria daria tolerância aos oradores que não pudessem concluir os seus discursos no prazo marcado de meia hora para continuarem no uso da palavra pelo tempo preciso para os concluírem”⁴²⁴.

A discussão do novo regimento acabou por ser adiada, concentrando-se a atenção dos parlamentares no Orçamento. No entanto, como já tinha sido norma em anos anteriores a discussão dos Orçamentos arrastou-se durante alguns meses. A situação agravava-se por causa da falta de comparência de muitos deputados às sessões, que obrigava ao adiamento dos trabalhos parlamentares. Outro problema que atrasava a aprovação dos orçamentos era as perdas de tempo em torno de discussões sobre questões secundárias ou meramente políticas. Para resolver este problema a maioria democrática optou por convocar sessões nocturnas para a discussão dos orçamentos. No entanto, segundo os nacionalistas a situação não melhorou, visto que os democráticos continuaram a faltar constantemente às sessões parlamentares uma vez que lhe faltava o “espírito de sacrifício que de facto é preciso ter para suportar sessões diurnas e nocturnas”⁴²⁵. Para não se cair no regime dos duodécimos era necessário que o orçamento fosse discutido e votado até ao dia 30 de Junho⁴²⁶.

Os trabalhos de discussão dos orçamentos encontravam-se muito atrasados quando o deputado independente, mas apoiante do governo, António Joaquim Ferreira da Fonseca, apresentou duas propostas urgentes para resolver este problema. A primeira era no sentido da “discussão do Orçamento Geral do Estado se inicie desde que esteja presente o número de Deputados preciso para abrir a sessão, reservando-se todas as votações para quando a Mesa verifique que há número legal para elas”⁴²⁷. Se esta proposta fosse aprovada as discussões sobre os orçamentos podiam iniciar-se desde que estivessem presentes 41 deputados (a quarta parte dos deputados), ao contrário da norma vigente que exigia 55 deputados (a terça parte dos deputados). Para as votações esperar-se-ia o momento em que estivessem presentes os 55 deputados obrigatórios para deliberar⁴²⁸. A segunda proposta consistia na votação nominal quando não houvesse número suficiente para deliberar (55 deputados), registando-se o nome dos deputados presentes e identificando assim os ausentes. Muitos deputados retiravam-se da sala para entrarem algumas votações, retornando ao seu lugar, de seguida, para lhe ser considerada a sua presença em termos remuneratórios e administrativos. O deputado independente António Joaquim Ferreira da Fonseca chamou a este expediente o «Jogo

⁴²⁴ *O Século*, 22-2-1923, p. 2.

⁴²⁵ Constâncio de Oliveira, *República*, 5-5-1923, p. 1.

⁴²⁶ Cf., Ana Bela Nunes, “Os Debates Orçamentais durante a Primeira República” in Nuno Valério (Coord.), *Os Orçamentos no Parlamento Português*, Lisboa, Dom Quixote / Assembleia da República, 2006, pp. 121-159.

⁴²⁷ António Fonseca, *Diário da Câmara dos Deputados*, 24 de Abril de 1923, pp.13-14.

⁴²⁸ Com a aprovação desta proposta a Câmara dos Deputados, que tinha um total de 163 deputados, podia começar a discutir os orçamentos com a presença de apenas 41 deputados (o regimento em vigor previa que “esta quarta parte só possa resolver acerca da aprovação da acta e admissão à discussão de qualquer projecto ou proposta”) em vez dos 55 contemplados no regimento (“presente a terça parte do número total de deputados marcados na lei eleitoral” - Artigo 19.º do *Regimento da Assembleia Nacional Constituinte de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926). Embora a terça parte dos 163 deputados, desse 54,3, a prática que a Câmara seguiu tornou necessária a presença de 55 deputados (cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 1-5-1923, p. 33; *idem*, 2 e 7-5-1923, p. 12). O deputado Dinis da Fonseca avançou com outros números. Segundo ele eram necessários 55 deputados nas sessões ordinárias e nas «sessões livres» era exigida apenas a presença de “37 deputados de entrada, podendo continuar com qualquer número” (cf., Dinis da Fonseca, *Diário da Câmara dos Deputados*, 1-5-1923, p. 24).

da Porta». Os deputados quando tinham interesse em encerrar uma sessão da Câmara dos Deputados usavam a estratégia de pedir a contagem dos deputados, colocando-se alguns deputados fora da sala, “mas depois quando se faz a chamada que há-de produzir os seus efeitos para o desconto devido aos que faltam aparecem logo deputados bastantes e resulta haver número”. Por isso, propôs uma alteração ao regimento no artigo 120.º: “as palavras «o Presidente levantará a sessão, etc.» se substituam por “proceder-se-á à votação nominal, continuando a sessão, se houver número legal, ou encerrando-se no caso contrário e publicando-se no Diário das Sessões os nomes dos deputados que por esta chamada se verificar estarem presentes”⁴²⁹. Muitos parlamentares argumentaram contra a proposta dizendo que o importante é que os deputados viessem às sessões. António Joaquim Ferreira da Fonseca retorquiu: “Os deputados que não vêm é porque não podem; e são precisamente os que censuram estes deputados de falta, os mesmos que estão nos Passos Perdidos para não fazerem número”⁴³⁰.

Os deputados do PRN colocaram-se prontamente contra a moção apresentada por António Joaquim Ferreira da Fonseca que permitia discutir os orçamentos com a presença de uma quarta parte dos deputados em vez da terça parte que o regimento contemplava e permitia que deputados aprovassem o orçamento sem terem assistido à sua discussão⁴³¹. Os nacionalistas perante a perspectiva de derrota da sua posição optaram por sair da sala na hora da votação, tendo sido a proposta aprovada por 49 deputados e rejeitada por 11 deputados no dia 30 de Abril⁴³². No dia 2 de Maio de 1923, Cunha Leal, de regresso à Câmara dos Deputados, colocou-se juntamente com os deputados nacionalistas contra a proposta de António da Fonseca que alterava o regimento no sentido de permitir a discussão dos orçamentos sem quórum absoluto. O deputado Afonso de Lemos disse que o seu partido não tinha nem jamais teve desejo de fazer obstrucionismo à discussão dos orçamentos e classificou de ilegal a votação das propostas do Sr. António da Fonseca⁴³³. Na secção nocturna da Câmara dos Deputados do dia 2 de Maio, Cunha Leal lamentou o facto de a República tivesse enveredado por esse caminho, declarou que ia renunciar ao mandato e abandonou a Câmara dos Deputados⁴³⁴, logo seguido por todos os deputados nacionalistas, à excepção de dois que naquele momento “julgaram que naquela altura, não deviam sair, mas ficar e evitar que a referida proposta fosse aprovada ou executada”⁴³⁵. A sessão foi interrompida, os trabalhos parlamentares foram suspensos por alguns dias, tendo sido solicitado ao presidente da Câmara, Sá Cardoso, destacado membro do PRN que tomasse algumas diligências no sentido de resolver este incidente⁴³⁶. Para o deputado António da Fonseca a proposta foi “apresentada pela necessidade de simplificar os trabalhos parlamentares, fazendo-se a discussão dos orçamentos com o número indispensável de deputados para abrir a sessão (...). As votações seriam feitas com o número que a constituição estabelece, nessa sessão, na seguinte, ou logo que houvesse número”. Considerava o incidente parlamentar “deplorável. Mas não posso deixar de reconhecer que os deputados nacionalistas não só não têm razão do seu procedimento, como não têm o

⁴²⁹ António Fonseca, *Diário da Câmara dos Deputados*, 24-4-1923, pp. 13-14.

⁴³⁰ António Fonseca, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-4-1923, p. 15.

⁴³¹ Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 266-268.

⁴³² Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 30 de Abril de 1923, p. 20 e 21.

⁴³³ *República*, 3-5-1923, p. 2.

⁴³⁴ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 2-5-1923; *idem*, 7-5-1923, pp. 14-15.

⁴³⁵ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 10-5-1923, p. 1. Este dirigente nacionalista reafirmou a unidade do PRN nesta entrevista indicando que os dois referidos deputados já tinham “escrito ao directório prestando-lhe a sua solidariedade”.

⁴³⁶ Cf., *Diário de Lisboa*, 3-5-1923, p. 5; 4-5-1923, p. 8.

direito de proceder como anunciam. As democracias governam-se pelas maiorias. E as deliberações que elas tomam não podem deixar de ser acatadas qualquer que seja a opinião de cada um, acerca delas”⁴³⁷.

A imprensa foi o lugar para onde se deslocou a discussão política. Para os nacionalistas “não votando os orçamentos em devido tempo, o parlamento comete um acto extremamente lesivo para o país; fazendo sobre eles apenas um simulacro de discussão, o mal que disso resulta para o país, não é inferior”. Por isso, o maior partido da oposição embora nunca tenha feito “o mais leve obstrucionismo à votação dos orçamentos” não “colaborará numa discussão fictícia, simulada, para inglês ver”⁴³⁸. Ribeiro de Carvalho no *República* afirmou que esta situação vinha acentuar “o descrédito da República” e representava mais um “golpe formidável no prestígio já abalado da instituição Parlamentar”. Defendeu as teses do PRN e prognosticou que o PRP iria recuar para evitar que as oposições abandonassem o Parlamento⁴³⁹. Alguma imprensa lisboeta censurou fortemente a atitude de Cunha Leal e dos nacionalistas: “No Parlamento, nota-se uma iniludível tendência para converter, em questões pessoais, discussões que deviam ser afastadas de terreno tão espinhoso como escorregadio. Quando uma opinião não consegue impor-se, ninguém deve estranhar que o seu defensor continue a bater-se por ela, até que chegue a hora de conquistar o assentimento dum maioria, se for caso disso. Mas também não é justo que o seu insucesso sirva de pretexto a qualquer parlamentar explosivo ou violento para se julgar vítima de alguma conjura sinistra pelo exercício da sua liberdade”⁴⁴⁰.

O directório nacionalista decidiu convocar a Junta Consultiva para o dia 7 de Maio para analisar este conflito. Nessa reunião, que contou com a presença de 29 dos cerca de 65 parlamentares do partido⁴⁴¹, também estava previsto ser tratado outro assunto delicado. O deputado Álvaro de Castro tinha intenção de levar à Câmara dos Deputados a *Questão de Moçambique* que iria ferir a gestão de Brito Camacho como alto-comissário daquela colónia. Esta iniciativa estava a provocar uma séria de embaraços a muitos dirigentes nacionalistas, uma vez que eram amigos pessoais deste político que tinha sido o seu líder partidário na União Republicana entre 1912 e 1919⁴⁴². Outros nacionalistas, que nunca tinham pertencido ao Partido de Brito Camacho, argumentavam que este político não estava filiado no PRN e o que importava era a realidade de Moçambique e os argumentos que o deputado Álvaro de Castro iria usar⁴⁴³. Aparentemente esta questão acabou por não ser tratada na reunião da Junta Consultiva,

⁴³⁷ António da Fonseca, *Diário de Lisboa*, 3-5-1923, p. 8.

⁴³⁸ Constâncio de Oliveira, *República*, 5-5-1923, p. 1.

⁴³⁹ Ribeiro de Carvalho, *República*, 4-5-1923, p. 1.

⁴⁴⁰ «Os irritáveis», *Diário de Lisboa*, 5-5-1923, p. 1.

⁴⁴¹ Cf., António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 10-5-1923, p. 1.

⁴⁴² A Questão de Moçambique já tinha sido debatida na reunião do Directório do PRN de 13 de Abril de 1923, tendo as teses de Álvaro de Castro levantado acesa discussão entre os seus apoiantes e os amigos de Brito Camacho (cf., *Diário de Lisboa*, 12-3-1923, p. 8; *idem*, 14-3-1923, p. 8). Álvaro de Castro escreveu a António Ginestal Machado para relembrar-lhe que o Directório tinha tomado para si o encargo de estudar a questão de Moçambique, com o intuito de apreciar se o partido devia ou não acompanhá-lo, o que o mesmo era dizer, se ele tinha ou não fundadas razões para discutir no Parlamento aquela magna questão. Como entretanto tinha solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados para que o Ministro das Colónias estivesse presente no Parlamento no dia 14 de Maio, para analisar aquela questão, tinha decidido o seguinte: “O Directório tem de emitir o seu parecer, assim como a Junta consultiva [...]. Sobre se concorda ou não com a interpelação [...]. Por melindre resolvi não mais assistir às reuniões do Directório enquanto este assunto não estiver resolvido [...], assim como não assistir às reuniões do G. P. e Junta Consultiva. Pelo que comunique esta carta a estes três organismos do partido”. Carta enviada Álvaro Xavier de Castro, datada em Lisboa, em 9-5-1923, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/741.

⁴⁴³ Cf., *República*, 5-5-1923, p. 1.

concentrando-se os seus membros no problema que tinha motivado o abandono da Câmara dos Deputados por parte de Cunha Leal e dos deputados nacionalistas. Os membros deste órgão depois de analisarem um ofício do Directório do Partido Republicano Português, que acusava os nacionalistas de terem tomado uma decisão intransigente, optaram por solidarizar-se com o seu Directório e com os seus parlamentares⁴⁴⁴, decidindo que “os parlamentares nacionalistas não irão às Câmaras. A não ser os deputados Álvaro de Castro e Carlos de Vasconcelos que estão autorizados pela Junta. Qualquer parlamentar que assista às sessões sem pedir autorização ao Directório, deixará de fazer parte do partido”⁴⁴⁵.

Os democráticos, por intermédio de José Domingues dos Santos, tentaram fomentar a discórdia dentro das hostes nacionalistas afirmando que os deputados receberam uma ordem para abandonarem o Parlamento, mas alguns tinham recusado. O *República* corrigiu José Domingues dos Santos e disse que foi apenas uma indicação⁴⁴⁶. Contudo é certo que o presidente do directório do PRN, António Ginestal Machado, chegou a ameaçar expulsar do partido os parlamentares que assistissem às sessões parlamentares sem autorização⁴⁴⁷.

O abandono da Câmara dos deputados pelos parlamentares nacionalistas levou os mesmos a equacionarem a possibilidade de renunciarem aos seus mandatos, embora isso trouxesse outra série de problemas. A ausência de parlamentares nacionalistas na Câmara dos Deputados podia levar à dissolução do partido ou mesmo à revolução. A primeira hipótese levava os políticos a renunciarem à luta política dentro da legalidade, podendo atirá-los para golpes anti-constitucionais. Mas alguns nacionalistas concluíam que “um partido de homens de ordem, sensatos e respeitáveis, moderados e pacíficos, não resolve evidentemente, ir para a revolução”⁴⁴⁸. Os nacionalistas encontravam-se pois numa encruzilhada devido à atitude radical que tinham tomado, tendo alguma imprensa alvitrado que a atitude dos nacionalistas tinha por objectivo “encobrir a grande catrapata de Moçambique”, ou “evitar a aprovação do empréstimo”, ou ainda “provocar a dissolução do Parlamento”⁴⁴⁹. Ribeiro de Carvalho, director do *República* e destacado membro do PRN recusava a renúncia dos deputados nacionalistas, dado que esta atitude só em ilusão iria forçar o Presidente da República à dissolução parlamentar, reforçando por isso os poderes dos democráticos, que continuariam a dominar o Parlamento que contava ainda com a presença de outros grupos partidários (católicos, monárquicos e independentes) e de alguns nacionalistas “autorizados (?) a ir ali tratar determinado assunto”⁴⁵⁰, e do próprio presidente da Câmara, Sá Cardoso, que se manteve no seu cargo até ao dia 10 de Maio, data em que finalmente renunciou depois de ter fracassado na tarefa “de encontrar uma solução conciliatória que fizesse cessar o conflito surgido entre os dois grandes partidos da República”⁴⁵¹ para se colocar ao lado dos seus correligionários que tinham abandonado o Congresso da República⁴⁵².

O grupo parlamentar democrático aprovou uma moção de José Domingues dos Santos considerando-se alheio à proposta de António da Fonseca, dado que não partiu da sua iniciativa, nem foi aprovada por todos os seus membros. No entanto, tendo a

⁴⁴⁴ Cf., *República*, 9-5-1923, p. 2.

⁴⁴⁵ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 10-5-1923, p. 1.

⁴⁴⁶ *República*, 10-5-1923, p. 1.

⁴⁴⁷ *República*, 11-5-1923, p. 1.

⁴⁴⁸ Ribeiro de Carvalho, *República*, 9-5-1923, p. 1.

⁴⁴⁹ *República*, 10-5-1923, p. 1.

⁴⁵⁰ Ribeiro de Carvalho, *República*, 11-5-1923, p. 1.

⁴⁵¹ Carta de Sá Cardoso dirigida ao Vice-presidente da Câmara dos Deputados, *República*, 12-5-1923, p. 2. Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-5-1923, pp. 4-11; *O Rebate*, 11-5-1923, p. 2.

⁴⁵² Cf., António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 10-5-1923, p. 1.

referida proposta sido aprovada pela Câmara, limitava-se a cumprir a legalidade. Salientava que desejava o regresso dos nacionalistas ao Parlamento, onde de resto alguns deputados desse partido continuavam a prestar útil colaboração. No *Rebate* os democráticos foram ainda mais severos com a resolução dos nacionalistas: “A minoria pretende subordinar a maioria às suas conveniências, exigindo-lhe transigências a que não tem direito. Hoje a propósito da proposta do Sr. António da Fonseca amanhã invocando qualquer outro pretexto, a minoria mostrava-se novamente ofendida, ameaçava com a renúncia, deixava de cooperar nos trabalhos parlamentares e recebia explicações que poderiam chegar à humilhação, conservando-se assim constantemente dominadoras”⁴⁵³.

Na noite de 9 de Maio o Grupo Parlamentar do PRN reuniu, tendo estado presente cerca de trinta membros dos cerca de 65 que o PRN contava no Congresso. Nesta reunião os parlamentares nacionalistas decidiram apoiar as posições do Directório e da Junta Consultiva, permanecendo na sua atitude de abandono dos trabalhos parlamentares e “depuseram a sua renúncia nas mãos do Directório para este usar dele se julgar conveniente”⁴⁵⁴. No entanto, como tinham faltado alguns parlamentares foi agendada nova reunião para o dia 17 de Maio⁴⁵⁵. Esta possibilidade de renunciar aos mandatos parlamentares começou a criar fracturas dentro do Partido Republicano Nacionalista. O deputado Alberto Xavier, enviou uma carta ao Directório do PRN esclarecendo a sua posição e em entrevista declarou que a “renúncia colectiva aos trabalhos parlamentares [era] uma coisa absurda [e] revolucionária, incompatível com a norma estabelecida pelo Partido Nacionalista”, que era “de ordem, de coesão, de estudo, de seriedade e de patriotismo”⁴⁵⁶. No entanto, continuava a seguir a indicação do Directório não comparecendo nas sessões parlamentares⁴⁵⁷. Outros deputados questionavam a circunstância de pese a falta dos deputados do maior partido da oposição, o parlamento continuar a funcionar com normalidade⁴⁵⁸ e o facto do vogal do directório e líder dos nacionalistas na Câmara dos Deputados, Álvaro de Castro, ter levantado no “Parlamento uma gravíssima questão nacional”, não tendo “ao seu lado todo o partido”, quando era sabido que falou em nome deste⁴⁵⁹. Neste sentido o Directório apoiava incondicional a moção de Álvaro de Castro em relação à Questão de Moçambique, ainda que aguardasse um momento mais oportuno para a publicitar⁴⁶⁰.

Os parlamentares nacionalistas divididos ainda pelas antigas tendências⁴⁶¹ voltaram a reunir na noite de 17 de Maio, tendo depois de uma longa discussão até às

⁴⁵³ *O Rebate*, 11-5-1923, p. 1.

⁴⁵⁴ *República*, 10-5-1923, p. 1.

⁴⁵⁵ Os Parlamentares do PRN foram convocados pelo Secretário do Directório, Pedro Pitta, em 10 de Maio de 1923 para uma nova reunião a realizar no dia 17 de Maio. Nessa carta os parlamentares eram informados que o Grupo Parlamentar do PRN tinha reunido no dia 9 de Maio para analisar o agravo feito pela maioria democrática. Nessa reunião tinham decidido “depor nas mãos do Directório os mandatos dos seus membros, para que o Directório fosse o juiz, da oportunidade em que deveriam enviar as suas renúncias para as mesas das suas câmaras”. No entanto, como não tinham estado presente todos os parlamentares nacionalistas, e a fim de dar uma imagem de unidade, tinham decidido marcar uma nova reunião para o dia 17 de Maio às 21 horas no edifício *A Lucta*. Carta enviada pelo Secretário do Directório, Pedro Pitta, para o Deputado Bernardo Ferreira de Matos, Lisboa, 10 de Maio de 1923, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

⁴⁵⁶ *República*, 15-5-1923, p. 1.

⁴⁵⁷ Cf., *Diário de Lisboa*, 14-5-1923, p. 4; 18-5-1923, p. 4.

⁴⁵⁸ Constâncio de Oliveira, *República*, 16-5-1923, p. 1 e 17-5-1926, p. 1.

⁴⁵⁹ Ribeiro de Carvalho, *República*, 15-5-1923, p. 1.

⁴⁶⁰ *República*, 15-5-1923, p. 2.

⁴⁶¹ “Na reunião dos parlamentares nacionalistas espera-se que seja conflituosa entre as várias tendências: Moura Pinto defende as teses dos unionistas, Ribeiro de Carvalho dos evolucionistas e Alberto Xavier dos reconstituíntes”. *Diário de Lisboa*, 16-5-1923, p. 1.

três da madrugada decidido não renunciar aos seus mandatos, como o jornal *República* defendia, “aceitando a plataforma apresentada pelos parlamentares independentes”⁴⁶² decidindo regressar à luta política no Congresso Republicano desde que a proposta do deputado António da Fonseca fosse retirada ou dada por nula⁴⁶³. Esta deliberação do grupo parlamentar foi uma vitória da posição dos antigos reconstituintes liderados por Álvaro de Castro, reunidos em torno do *Centro Republicano 10 de Janeiro*⁴⁶⁴ e a derrota da estratégia do Directório, liderado por António Ginestal Machado. Este último chegou a equacionar publicamente a dissolução do PRN e o seu desconforto face às posições assumidas por alguns correligionários e em particular pelas opiniões veiculadas pelo jornal liderado por Ribeiro de Carvalho e por alguns antigos reconstituintes⁴⁶⁵. O Director do *República* respondeu-lhe reafirmando a decisão de manter unido o Partido Republicano Nacionalista como forma de combater o Partido Democrático⁴⁶⁶. O Directório do PRN esteve próximo da demissão, dado que alguns vogais manifestaram a intenção de abandonar o cargo⁴⁶⁷. Dentro do PRN continuava latente a tensão entre os seus membros que tinham percursos políticos díspares. Um deputado não identificado fez o balanço das forças nacionalistas no Parlamento: “Um lote de unionistas, que já vem de tempos antigos; um lote de evolucionistas, idem, idem; um outro lote menos numeroso mas não menos aguerrido de antigos centristas e até presidencialistas; outro lote ainda, de reconstituintes e por últimos, nacionalistas da *República*... [do jornal *República* liderado pelo deputado Ribeiro de Carvalho]”⁴⁶⁸.

A situação estremeou-se dentro do PRN devido ao facto dos democráticos não terem aceite a plataforma de entendimento proposta pelos independentes, o que deixava os nacionalistas fora do Parlamento e sem grande margem de manobra. O Directório do PRN reunido na noite de 23 de Maio verificando a improficuidade da tentativa realizada pelo grupo parlamentar independente para a solução do conflito parlamentar, pela não-aceitação por parte dos democráticos da plataforma proposta por aqueles e inteiramente aceite pelos nacionalistas, resolveu convocar o seu grupo parlamentar para reunir no dia seguinte pelas 21 horas⁴⁶⁹. A reunião foi bastante concorrida e houve discussão agitada até às três da madrugada. O grupo parlamentar resolveu manter a sua atitude, rectificando o seu voto de confiança no Directório, tendo apenas sete dos 65 parlamentares nacionalistas votado contra a renúncia⁴⁷⁰.

A atitude do Directório e do grupo parlamentar do PRN começou a criar alguma incomodidade em muitos sectores do PRN. Tomé de Barros Queiroz reflectido sobre o conflito parlamentar declarou que “não se devia, talvez, ter tomado a resolução de deixar a Câmara. Mas se se foi para esse caminho, todas as atitudes posteriores são coerentes, lógicas”⁴⁷¹. Alberto Xavier continuava a defender publicamente o regresso ao Parlamento, reforçada pelas informações que ia recebendo dos eleitores que, segundo ele, aprovavam “calorosamente o nosso regresso aos trabalhos parlamentares”⁴⁷².

⁴⁶² *República*, 18-5-1923, p. 1.

⁴⁶³ Cf., entrevista a António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 18-5-1923, p. 4.

⁴⁶⁴ Cf., *República*, 18-5-1923, p. 1; *idem*, 19-5-1923, pp. 1-2.

⁴⁶⁵ Um antigo reconstituente anónimo disse ao *Diário de Lisboa* que o motivo pelo qual o presidente do directório equacionava a dissolução do PRN não estava directamente relacionada com o conflito parlamentar, mas com o facto de alguns dirigentes “entenderem que os reconstituintes iriam para o novo agrupamento como carneiros e enganaram-se. Aí é que lhes doi”. *Diário de Lisboa*, 19-5-1923, p. 8.

⁴⁶⁶ Cf., *República*, 20-5-1923, p. 1.

⁴⁶⁷ Cf., *República*, 24-5-1923, p. 1.

⁴⁶⁸ *Diário de Lisboa*, 23-5-1923, p. 5.

⁴⁶⁹ Cf., *República*, 24-5-1923, p. 2.

⁴⁷⁰ Cf., *República*, 25-05-1923, p. 2; *Diário de Lisboa*, 25-05-1923, p. 8.

⁴⁷¹ *Diário de Lisboa*, 8-6-1923, p. 8.

⁴⁷² Alberto Xavier, *Diário de Lisboa*, 28-05-1923, p. 5.

Constâncio de Oliveira publicou um longo artigo na *República* onde questionava a visão política e a clarividência dos dirigentes nacionalistas que persistiam com o conflito parlamentar⁴⁷³, artigo que mereceu rasgados elogios nos dias seguintes nas páginas deste diário⁴⁷⁴. O senador macaense Francisco Xavier Anacleto da Silva desvinculou-se dos nacionalistas e em carta enviada a Ribeiro de Carvalho e publicada no *República*, referiu o seguinte: “deixaria de cumprir o meu dever, se continuasse a acompanhar os meus correligionários na sua atitude de abandono ao Parlamento, prejudicando a discussão de projectos de leis da minha autoria e que dizem respeito ao meu círculo, tanto mais que a minha filiação partidária foi posterior à minha eleição”⁴⁷⁵.

No final de Maio os parlamentares nacionalistas já tinham abandonado a ideia de renunciarem ao seu mandato, mas permanecia o impasse em relação à possibilidade de regressarem ao Parlamento, tendo o Directório perguntado novamente aos deputados e senadores através de uma circular no dia 25 de Maio sobre o que pensavam acerca deste conflito⁴⁷⁶.

No início de Junho parecia que a resolução da contenda passava por um entendimento entre os Directórios dos dois maiores partidos da República. Os nacionalistas estavam dispostos a negociar o seu regresso ao Parlamento desde que a proposta do deputado António da Fonseca não fosse aplicada⁴⁷⁷.

Na reunião do Directório do PRN realizado no dia 12 de Junho resolveu, por unanimidade, manter a sua atitude em relação à contenda parlamentar, tendo sido informado, por carta, o deputado democrático Tomás de Sousa Rosa, da posição do PRN. Foi marcado uma reunião do grupo parlamentar para o dia 18 de Junho onde seriam analisadas as respostas dos parlamentares à carta-circular enviada pelo directório⁴⁷⁸. Porém, o Directório e os parlamentares do PRN viriam a reunir-se logo no dia 13 de Junho para se pronunciarem sobre as diligências efectuadas para se ultrapassar o conflito parlamentar e sobre as descortesias que o seu partido tinha sido alvo por parte do Directório do Partido Republicano Português, sendo de destacar, a falta, pela segunda vez, e nesta ocasião sem aviso, a uma reunião apazada com o directório nacionalista no dia anterior⁴⁷⁹. Na assembleia nacionalista presidida pelo senador Júlio Ernesto de Lima Duque foi decidido intensificar a propaganda política para elucidar o país sobre os “desígnios do partido democrático ao provocar o conflito parlamentar e ao manter-se intransigente para a sua solução”. Foi ainda aprovada por “aclamação e no meio duma salva de palmas” uma moção apresentada pelo deputado Pedro Pitta onde o PRN resumia a sua posição: “Considerando que a representação do PRP abusando da circunstância de ter maioria no Parlamento procura impor ao País, chamando-lhe orçamento, o que não é mais do que uma ficção; tendo primeiramente afastado com agravos sucessivos a oposição Nacionalista e discutindo depois quase sempre sem número o diploma que é fundamental em todas as democracias. (...) Considerando que, devendo realizar-se em breve a eleição Presidencial, a atitude da maioria Democrática revela igualmente o desejo de fazer eleger um Presidente que só dela seja, e não na Nação e que lhe assegure o Poder e o Mundo; Resolve dirigir-se directamente ao País,

⁴⁷³ Cf., Constâncio de Oliveira, “A visão política”, *República*, 25-5-1923, p. 1.

⁴⁷⁴ Cf., *República*, 26-5-1923, p. 1.

⁴⁷⁵ *República*, 29-5-1923, p. 1.

⁴⁷⁶ Cf., *República*, 31-5-1923, p. 1; idem, 6-6-1923, p. 1.

⁴⁷⁷ Cf., Entrevista a António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 8-6-1923, p. 8.

⁴⁷⁸ Cf., *República*, 13-6-1923, p. 2.

⁴⁷⁹ Cf., *Diário de Lisboa*, 13-6-1923, p. 5. Os democráticos justificaram a sua ausência na segunda reunião com a recusa dos nacionalistas de se encontrarem em «terreno neutro» - no Palácio do Congresso e afirmaram nunca se terem comprometido a comparecer na redacção de «A Lucta». Cf., “Nota Oficiosa do PRP”, *O Rebate*, 18 de Junho de 1923, p. 1; *Diário de Lisboa*, 16-6-1923, p. 8.

expondo em sessões de propaganda e por todos os meios de publicidade, o que tem sido o conflito Parlamentar, por parte do Partido Republicano Português que não representa senão o propósito mais uma vez manifestado de enfeudar a Nação a si, pondo assim acima dos legítimos interesses do País o seu desejo de absorção e a sua intolerância”⁴⁸⁰.

Pedro Pitta em entrevista ao *Diário de Lisboa* explicou à opinião pública a postura do PRN: “A única garantia que têm os indivíduos é a que lhes resulta da lei: a única garantia das minorias parlamentares é a que lhes resulta do regimento das suas Câmaras. Se as minorias consentissem que lhes cerceassem os direitos que os regimentos lhes asseguram, não podiam prever até onde essa restrição iria”. As revisões do regimento do ano anterior já tinham limitado a acção da oposição dado que na “discussão do orçamento começou por suprimir-se a discussão na especialidade; depois a discussão deixou de fazer-se por artigo, para ser depois feita por capítulos; ainda depois, limitava-se a uma única vez o uso da palavra e por espaço de tempo não superior a meia hora”. Os nacionalistas não estavam dispostos a aceitar que se alterasse novamente o regimento no sentido de permitir a discussão do orçamento “com a presença apenas de 38 deputados, sendo certo que a Câmara é composta de 163!”⁴⁸¹ No entanto, no Parlamento o orçamento continuava a ser debatido sem a presença de quórum mínimo de deputados. Os monárquicos chegaram a abandonar a sala em protesto face a esta situação⁴⁸².

No dia 20 de Junho reuniram-se na sala de Inverno do *Palacete do Calhariz* as comissões políticas do PRN de Lisboa para apreciarem a situação criada pelo conflito parlamentar. Nesta reunião voltaram a ouvir-se diversas críticas ao abandono do Parlamento por parte de alguns deputados e senadores nacionalistas, como Oliveira Neto e Pedro Fazenda, facto que contribuiu para a alteração de atitude do directório e do grupo parlamentar⁴⁸³. No entanto, o conflito apenas seria resolvido com a intervenção dos deputados independentes, liderados por Fausto Cardoso de Figueiredo, que conseguiu o compromisso dos democráticos para que fossem revogadas as alterações introduzidas no regimento da Câmara dos Deputados pela proposta António da Fonseca. Um jornalista do *Diário de Lisboa* ainda especulou que esta mudança repentina estaria relacionada com uma eventual movimento revolucionário onde estariam envolvidos alguns homens próximos do PRN⁴⁸⁴. Os nacionalistas regressaram aos trabalhos na Câmara dos Deputados e no Senado no dia 22 de Junho⁴⁸⁵, para júbilo de alguns dos seus deputados, com destaque para Ribeiro de Carvalho, director do *República* e para a direcção de alguns centros políticos, como o Centro Republicano Nacionalista - Dr. Manuel de Arriaga, situado no Largo da Trindade em Lisboa⁴⁸⁶. Vinte minutos após a hora regimental os deputados nacionalistas entraram na sala das sessões em fila liderados por Cunha Leal, Ferreira de Mira e António Ginestal Machado⁴⁸⁷.

Os nacionalistas regressaram ao Congresso no dia 22 de Junho e iniciaram imediatamente um ataque cerrado ao governo e ao PRP⁴⁸⁸. Coube a Cunha Leal liderar

⁴⁸⁰ *República*, 14-6-1923, p. 1.

⁴⁸¹ Pedro Pitta, *Diário de Lisboa*, 14-6-1923, p. 8. Vejam-se a alterações aprovadas em 1922 ao *Regimento da Assembleia Nacional Constituinte de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926, pp. 41-42.

⁴⁸² *República*, 12-5-1923, p. 2.

⁴⁸³ Cf., *República*, 21-6-1923, p. 1.

⁴⁸⁴ Cf., *Diário de Lisboa*, 22-6-1923, p. 5.

⁴⁸⁵ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 114, 22 de Junho de 1923; *Diário do Senado*, sessão n.º 51, 22 de Junho de 1923.

⁴⁸⁶ Cf., *República*, 23-6-1923, p. 1.

⁴⁸⁷ Cf., *Diário de Lisboa*, 23-6-1923, p. 8.

⁴⁸⁸ Carlos Eugénio Vasconcelos enviou a 30 de Junho de 1923 uma carta a todos os parlamentares nacionalistas para adverti-los que o PRN iria, na próxima semana, iniciar um período de franca oposição

este primeiro combate com uma interpelação à política do governo. Durante os meses de Julho e Agosto Cunha Leal centrou-se na inaptidão do governo em garantir o restabelecimento de uma economia saudável, geradora de riqueza e de confiança no país, pelo que iria lutar para o substituir⁴⁸⁹. Por outro lado, criticou o governo por não garantir a tolerância religiosa e política a uma grande parte dos portugueses, nem a tranquilidade e a ordem pública. Outra das áreas abordadas foi a obra administrativa de Norton de Matos à frente de Angola. Cunha Leal e os nacionalistas não aceitavam que o Congresso tivesse autorizado empréstimos desproporcionados para essa colónia, que a longo prazo iriam trazer problemas insolúveis para Angola e para a metrópole⁴⁹⁰. O governo de António Maria da Silva viu-se acossado por inúmeras moções de ordem que lhe dificultavam a acção governativa, mas às quais foi conseguindo resistir.

Entretanto, todas estas situações ficaram sufocadas pelo surgimento do caso em torno do oficial da aeronáutica e também deputado António Maia. Este deputado independente apresentou no Parlamento uma proposta que suspendia várias promoções no exército, tendo esta sido votada no dia 9 de Julho na Câmara dos Deputados. Esta proposta «apanhava» o Presidente da Câmara dos Deputados, Sá Cardoso, no meio desta questão, uma vez que estava nesse momento prestando provas para o generalato. Pedro Pitta votou contra a proposta e pediu aos seus colegas nacionalista que o secundassem. No entanto, muitos deputados não atenderam o seu pedido, motivo pelo qual Pedro Pitta escreveu uma carta a António Ginestal Machado desligando-se do Directório. O *Diário de Lisboa* especulou que esta recusa era uma resistência do bloco unionista, pretendendo travar a unidade do partido⁴⁹¹. No dia 11 de Julho o mesmo jornal publicou uma carta do presidente da Câmara dos Deputados, Sá Cardoso, onde este militar apresentava a sua visão da questão. Nela defendia que não foi o facto da proposta António Maia o poder vir a prejudicar na sua carreira militar que o levou a votar contra. Ele e os colegas nacionalistas que votaram contra a proposta fizeram-no por acharem a mesma “inoportuna e impolítica a sua aprovação”. No entanto, como podia subsistir a dúvida de que a rejeição se devia a motivos pessoais, Sá Cardoso, resolveu “aprová-la com a seguinte declaração de voto: «Declaro que aprovo hoje a proposta de aditamento do sr. Deputado António Maia tendo-a rejeitado na sessão de ontem, porque só depois de ter falado e votado contra a referida proposta reparei que tenho a possibilidade de vir a aproveitar com a rejeição da proposta»”⁴⁹². Face à enorme pressão dos deputados e de colegas das forças armadas António Maia enviou uma carta ao Ministro da Guerra demitindo-se de oficial do Exército utilizando alguns “termos inconvenientes”⁴⁹³. O Ministro da Guerra, Tenente-Coronel Freiria pediu a demissão do seu cargo após ter castigado o Capitão Maia com trinta dias de prisão correcional que seria aplicada após o interregno parlamentar⁴⁹⁴. Álvaro de Castro e outros deputados

ao Governo no parlamento, através da interpelação do sub líder Cunha Leal, necessitando que todos estivessem presentes nas sessões. Circular enviada aos Parlamentares do PRN - Espólio António Ginestal Machado - Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1704.

⁴⁸⁹ Cunha Leal na interpelação ao presidente do ministério lembrou o Papa Leão XIII que foi um dos papas mais notáveis pelo seu valor e pela sua longevidade. “Até lhe chamaram Sua Eternidade. Ele orador não chamará ao Sr. Presidente do Ministério *Sua Eternidade*, como a Leão XIII chamaram por despeito. Os nacionalistas não se importam que o Sr. António Maria da Silva governe ou deixe de governar. Mas os nacionalistas, embora reconhecendo a conveniência da estabilidade ministerial, vão deixar de ser oposição benévola para não colaborarem na estabilidade do erro e da inacção” (*O Rebate*, 6 de Julho de 1923, p. 2).

⁴⁹⁰ Luís Farinha, Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 268-271.

⁴⁹¹ *Diário de Lisboa*, 10-7-1923, p. 8.

⁴⁹² *Diário de Lisboa*, 11-7-1923, p. 5.

⁴⁹³ Carta reproduzida no *Diário de Lisboa*, 12-7-1923, p. 5.

⁴⁹⁴ *Diário de Lisboa*, 14-7-1923, p. 4.

protestaram por o Ministro demissionário ou outro membro do governo não ter vindo ao Parlamento dar explicações sobre esta questão. O Governo após realizar um conselho de ministros decidiu apresentar uma proposta na Câmara dos Deputados de “suspensão das imunidades parlamentares ao capitão António Maia a fim de que este cumpra imediatamente o castigo [30 dias de prisão] que lhe foi imposto”⁴⁹⁵. Esta posição de força do governo podia, no caso de esta pretensão ser chumbada, levar à queda do ministro da Guerra e em última instância do próprio governo. O Partido Republicano Nacionalista, pela voz do deputado Pedro Pitta defendeu que já se tinha aprovado nesta câmara uma proposta que estabelecia a seguinte doutrina: a nenhum deputado podem ser levantadas as imunidades parlamentares sem que sejam ouvidas as comissões. Dessa doutrina beneficiaram os deputados Cortez dos Santos e Virgílio Costa”. E concluiu: “Há direito de proceder agora de modo diferente?”⁴⁹⁶ No entanto, alguns deputados das minorias, incluindo alguns nacionalistas, votaram ao lado da maioria, no sentido de aplicar urgentemente a pena de prisão imediata a António Maia. O Directório e a liderança do grupo parlamentar nacionalista foram desautorizados.

Nos dias seguintes o ambiente na Câmara dos Deputados ficou escaldante, com cenas de gritaria, tumultos e até de violência física. Depois de mais um grande tumulto na Câmara dos Deputados, o Presidente da mesma, Sá Cardoso, levantou-se da cadeira presidencial e ameaçou abandonar o cargo, tendo, de seguida, colocado o seu chapéu e dirigiu-se para casa. A imprensa especulou logo que o mesmo iria abandonar a política e o PRN. António Ginestal Machado, Viriato Gomes da Fonseca⁴⁹⁷ e outros nacionalistas visitam-no e tentam demovê-lo da sua ideia⁴⁹⁸ e o grupo parlamentar do PRN reuniu para analisar este incidente⁴⁹⁹. Este episódio poderia provocar uma cisão de alguns membros do antigo Partido Republicano de Reconstituição encabeçados por Sá Cardoso e por Álvaro de Castro⁵⁰⁰. Contudo, naquele momento ainda foi possível sanar o

⁴⁹⁵ *Diário de Lisboa*, 17-7-1923, p. 8.

⁴⁹⁶ Pedro Pitta, *Diário de Lisboa*, 17-7-1923, p. 8.

⁴⁹⁷ Viriato Gomes da Fonseca (1883-1942) era então coronel de Artilharia, mas viria a atingir a patente de general em 1926. Foi o primeiro negro a chegar ao posto de general no exército português e provavelmente num exército europeu ou mundial. Nos Estados Unidos da América o primeiro afro-americano a atingir a patente de brigadeiro-general foi Benjamin Oliver Davis (1877-1970) em 1940. O primeiro general negro brasileiro foi João Batista de Matos, promovido em 1955 (cf., Marvin E. Fletcher, *America's First Black General. Benjamin O. Davis, Sr., 1880-1970*, Lawrence, Kansas: University of Kansas, 1989).

⁴⁹⁸ Cf., *Diário de Lisboa*, 19-7-1923, p. 8; *O Rebate*, 20-7-1923, p. 1.

⁴⁹⁹ *Diário de Lisboa*, 20-7-1923, p. 4.

⁵⁰⁰ O PRN estava novamente com um conflito que podia levar à sua dissolução. “O Sr. Dr. Álvaro de Castro na sua qualidade de líder, afirmou-nos categoricamente:

Sá Cardoso não disse que abandonava a política. Disse que abandonava a presidência da Câmara e o Partido.

E sendo assim...

Acompanhá-lo-ei – como nacionalista, está bem de ver...

E, naturalmente, o Sr. Dr. Não irá sozinho.

Não devo ir.

Então é uma debandada!

Sá Cardoso é uma nobilíssima figura que não pode ser abandonada.

Mas então é a morte do Partido?

Que se lhe há-de fazer? [...]

Não será isto ainda uma consequência do incidente de há tempos? O Partido, nessa altura esteve bastante abalado. Houve discordâncias...

O líder nacionalista deixando cair o monóculo limita-se a dizer:

- Não sei. É possível.” *Diário de Lisboa*, 19-7-1923, p. 8.

Poucos dias depois, Álvaro de Castro voltou a afirmar, em entrevista que abandonaria o PRN:

“Sim. Eu e outros meus amigos políticos deixaríamos o partido desde que o Sr. Sá Cardoso o deixasse.

conflito interno no PRN⁵⁰¹. O governo também sobreviveu a mais uma crise substituindo quatro ministros, entre os quais se contavam o Ministro da Guerra, Fernando Freiria, que tinha sido o centro da discórdia⁵⁰².

No Parlamento a maioria propôs a prorrogação dos trabalhos parlamentares. Os nacionalistas apenas estavam disponíveis para aceitar a prorrogação dos trabalhos desde que o PRP se comprometesse a trabalharem na aprovação dos diplomas referentes ao regime cerealífero, selo e transportes marítimos. Não estavam disponíveis para trabalharem nos diplomas da contribuição de registo e contrato dos tabacos, por necessitarem de uma maior reflexão. Os nacionalistas foram acusados pelos democráticos de não defenderem os interesses nacionais ao não concordarem com a prorrogação dos trabalhos parlamentares, numa altura que estavam para aprovação alguns diplomas da maior importância. Segundo o deputado Velhinho Correia o “Partido Nacionalista recusou-se a votar 25 dias de prorrogação. Ficaram por discutir o regime cerealífero, os tabacos, o selo e o imposto de registo”. A maioria democrática estava manietada pelas minorias e a culpa era “dos deputados que faltam às sessões...”⁵⁰³. Face a estas declarações e a outras idênticas proferidas pelo parlamentar Carlos Pereira, o deputado nacionalista João Bacelar enviou a seguinte carta para o *Diário de Lisboa*: “Os parlamentares nacionalistas, como muito bem sabem os deputados Carlos Pereira e Velhinho Correia não recusaram ao governo a prorrogação da actual sessão legislativa por uma forma absoluta. Concordavam em que a sessão fosse prorrogada para discussão imediata do regime cerealífero, lei do selo e transportes marítimos, tendo até um dos seus membros, o Sr. Cunha Leal, requerido a continuação da sessão para esse primeiro caso. Não concordámos, nem de facto podíamos concordar, em que fossem discutidas agora, em sessão prorrogada, propostas da importância das da contribuição de registo e contrato dos tabacos que necessariamente seriam feitas de afogadilho e com um número reduzidíssimo de parlamentares. O próprio governo sabe que dos 84 deputados da maioria, somente 30 com ele se comprometeram a assistir à projectada prorrogação. Quanto à discussão das propostas de contribuição de registo e contrato dos tabacos concordávamos nós em que o Parlamento abrisse em Outubro ou Novembro em condições de normalmente se fazer as suas discussões. De resto se a nossa atitude foi um crime de lesa pátria, como se há-de classificar a do governo e da maioria, que dispendo ainda de meios legais para prorrogar a sessão deles não querem usar? Essas exigências do governo, afirmo, foram um mau pretexto para abandonar o poder sem ter de confessar publicamente a sua falência. Os deputados Carlos Pereira e Velhinho Correia, sabem isto muito bem”⁵⁰⁴. Luiz da Costa Santos, nas páginas do

E?

E – não sei. Voltaríamos a formar o antigo partido reconstituente”.

Álvaro de Castro apenas vê uma forma de resolver o problema político português:

- (...) o nosso Presidente da República aceitando o pedido de demissão que o governo, por praxe, lhe fará, nomeie um governo de oposição, capaz de dar garantias à Nação, que não esteja estafado e lhe dê a dissolução”. (...) Um governo, seja qual for, com autoridades suas, ou pelo menos neutras, daria um novo aspecto à Câmara que saísse de um novo futuro acto eleitoral.” *Diário de Lisboa*, 21-7-1923, p. 8.

⁵⁰¹ Alfredo Ernesto de Sá Cardoso enviou uma carta a António Ginestal Machado, onde explicou a sua posição: “Resolvi então afastar-me também dos trabalhos partidários sendo seguido por muitos amigos. A minha saída e a dos meus amigos contribuiu para o enfraquecimento do partido não sendo esta a minha intenção [...]. Como não quero arcar com aquela responsabilidade sou forçado a desistir de abandonar o partido. Conservando-me n’ele sem o menor ressentimento, antes grato a tantas provas de afecto”, carta enviada por Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, Lisboa, 22-07-1923, Espólio de António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, E55/723.

⁵⁰² Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, p. 271.

⁵⁰³ Velhinho Correia, *Diário de Lisboa*, 6-8-1923, p. 5.

⁵⁰⁴ João Bacelar, *Diário de Lisboa*, 7-8-1923, p. 1.

República salientou-se que muita gente se esquecia “que o governo tem uma maioria a apoiá-lo e que só com a transigência dessa maioria ou com a sua cumplicidade, a minoria nacionalista pode eficazmente contrariar as medidas do governo”⁵⁰⁵.

A prorrogação dos trabalhos acabaria por ser aprovada, mas apenas serviu para agravar ainda mais o orçamento com melhorias salariais para os funcionários públicos. Não se conseguiu aprovar a reforma do contrato dos tabacos, nem outras reformas que permitissem arrecadar mais receita no sentido de equilibrar o orçamento, o que levou à demissão do ministro das Finanças Vitorino Guimarães⁵⁰⁶.

No final da sessão legislativa o governo ainda conseguiu aprovar uma moção de confiança (53 votos favoráveis contra 34 votos desfavoráveis), embora com os votos contrários dos nacionalistas, de alguns independentes e dos monárquicos⁵⁰⁷. O PRN, por intermédio de Cunha Leal, Jorge Nunes e Alberto Moura Pinto, tinha apresentado ao longo do mês de Julho moções criticando a governação do PRP em termos económicos e na relação com os católicos⁵⁰⁸. A moção de Cunha Leal, considerava que o governo de António Maria da Silva tinha tido condições excepcionais de estabilidade e de colaboração das minorias para a “realização de uma obra governativa útil ao país”. No entanto, considerava que o governo tinha-se limitado a perseguir “republicanos e vexado a consciência católica” e em “matéria de reparações, ameaça de levar à ruína a Nação pela paralisação das nossas exportações mais importantes”. Criticava ainda o aumento da cotação da libra e do custo de vida e o facto de o governo ter aumentado as despesas públicas e de manter “a desgraçada prática do pão político e da protecção à moagem à custa do país”⁵⁰⁹. No entanto, os democráticos conseguiram que uma das suas moções, a de António Dias, tivesse prioridade na votação, acabando por ser aprovada. No dia 5 de Agosto, um domingo, a Câmara dos Deputados ainda reuniu embora a sessão tivesse ficado enredada em questões prévias⁵¹⁰ e moções (da minoria e de elementos da maioria) que consideravam ilegal e anti-regimental a convocação da reunião. Os nacionalistas e o resto da oposição, tinham utilizado todas as técnicas obstrucionistas que tinham à mão para inviabilizar a aprovação de vários diplomas apresentados pelo governo. António Maria da Silva agressivo atacou a acção política do PRN: “É extraordinário que aqueles que se queixam de que não pode haver o equilíbrio do Orçamento, de que o Ministro das Finanças se encontra cansado, continuamente joguem de porta, continuamente procurem todos os pretextos para não cumprir o seu dever de Deputados, e eu conheço bem essa acção obstrucionista de que nunca usei contra ninguém, e que consiste, prejudicando a acção do País, em dar um assalto às cadeiras do Poder. [...] Sr. Presidente: destruir é fácil e infelizmente nos arraiais republicanos há muitos destruidores. Quer o Partido nacionalista governar em ditadura? Não seria a primeira vez para alguns dos seus membros. Fala-se em dissolução. Querem

⁵⁰⁵ Luiz da Costa Santos, “Acção Parlamentar Nacionalista”, *República*, 11-8-1923, p. 1.

⁵⁰⁶ Cf., *O Rebate*, 9-8-1923, p. 1; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, p. 273.

⁵⁰⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 2-8-1923, p. 13.

⁵⁰⁸ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 2-8-1923, pp. 13-15.

⁵⁰⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 2-8-1923, pp. 13-14.

⁵¹⁰ “Questão prévia. Considerando que só por deliberação da Câmara poderá haver sessão ao domingo e tendo sido marcada a presente sessão sem deliberação prévia da Câmara não deve a presente sessão prosseguir por ser insubsistente por ilegal a sua convocatória. – Álvaro de Castro – Joaquim José de Oliveira – Lelo Portela – Armando Agatão Lança – Cunha Leal”, *Diário da Câmara dos Deputados*, 5-8-1923, p. 10. Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 271-272.

então a dissolução para aumentarem o partido”⁵¹¹. O governo conseguiu manter-se, mas ficou muito fragilizado⁵¹².

4. A Eleição do Presidente da República

O PRN desde muito cedo tentou lançar na imprensa candidatos do conservadorismo republicano que pudessem dar continuidade à magistratura de José António de Almeida na Presidência da República. Júlio Dantas foi um dos primeiros nomes lançados pelo jornal *República*⁵¹³. Outros republicanos também indicaram os seus candidatos preferidos. Teófilo Braga lançou a candidatura de Magalhães Lima à Presidência da República tendo, enquanto presidente de uma comissão, lançado um manifesto que foi reproduzido pela imprensa nos primeiros dias de Junho de 1923⁵¹⁴.

Porém, o PRN acabaria por entrar em negociações com o PRP para apresentarem um candidato «único» à presidência da República. Pretendia-se que o novo Presidente tivesse uma magistratura prestigiada, independente e moderada, embora na prática todos os partidos pretendessem ter o Presidente amarrado a acordos pré-eleitorais a quem podiam exigir o apoio a um determinado bloco partidário. O primeiro passo nas negociações ocorreu em Paris, na segunda quinzena de Junho de 1923, entre Cunha Leal e Afonso Costa. Os dois rivais políticos acordaram que o PRP e o PRN deveriam empenhar-se numa candidatura única, ou na pior das hipóteses, num candidato que tivesse um apoio amplo que lhe permitisse ter uma acção eficaz na condução da política nacional. A estratégia passava por o PRP apresentar ao PRN “uma lista de possíveis candidatos, que ficariam sujeitos à sua opção”⁵¹⁵. Em Portugal as negociações prosseguiram pela mão dos líderes partidários. António Ginestal Machado conferenciou com o chefe do governo, António Maria Silva no dia 25 de Julho de 1923, tendo sido abordado o tema da eleição do Chefe de Estado. Os democráticos apresentaram quatro possibilidades aos nacionalistas: Bernardino Machado, Teixeira Gomes, Duarte Leite e Magalhães Lima. Neste encontro não foi possível chegar a um entendimento sobre um nome consensual aos dois partidos para ocupar a mais alta magistratura do país⁵¹⁶. Nessa data, os democráticos ainda não tinham decidido qual o candidato que apoiariam e os nacionalistas tentavam persuadi-los para aceitarem o nome de Duarte Leite, que para António Ginestal Machado era “o candidato da República”, dado que era “um homem de culto, com uma personalidade vincada... seco, mas correcto. Admirável na

⁵¹¹ António Maria da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 5-8-1923, p. 11.

⁵¹² Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 270-273.

⁵¹³ *República*, 22-3-1923, p. 1.

⁵¹⁴ Cf., *Diário de Lisboa*, 7-6-1923, p. 9; 8-6-1923, p. 5; *O Rebate*, 9-6-1923, p. 1.

⁵¹⁵ Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, p. 358. Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 271-272.

⁵¹⁶ No final de Julho ainda não estava claro qual o candidato que os democráticos iam apoiar. Veja-se a seguinte conversa de alguns deputados democráticos no bufete do Congresso: “O Sr. Sá Pereira é dos que declara, com aquela sinceridade que Deus lhe deu, que não concorda com a eleição de Duarte Leite. Não pode ser e não pode ser! Com o Sr. Sá Pereira estão de acordo muitos correligionários.

É pena o José Domingues dos Santos continuar doente! – lamenta no «bufete», um deputado.

Se ele cá estivesse – acrescenta outro – já estávamos orientados sobre o que convém fazer?

Um outro parlamentar do PRP muito jovem ainda, fumaças de orador, pessoa que deseja ir longe, aprecia a eleição presidencial com este singular desprendimento que denota um exagerado respeito pela hierarquia partidária:

- Deixem-se de coisas! O António Maria é que há-de dizer em quem devemos votar. Ele e o Ginestal Machado é que sabem...”, *Diário de Lisboa*, 27-7-1923, p. 8.

administração pública como o demonstrou quando foi presidente do governo”⁵¹⁷. As conversas continuaram entre os dois directórios tendo-se chegado a um certo consenso em torno do nome de Duarte Leite, ministro de Portugal no Rio de Janeiro⁵¹⁸, que se tornou a aposta dos nacionalistas. O Directório do PRP decidiu apresentar este nome à sanção do grupo parlamentar, sabendo antecipadamente que Duarte Leite já tinha enviado um telegrama indicando a sua indisponibilidade para o cargo. No entanto, os nacionalistas por intermédio de Augusto de Vasconcelos, apresaram-se a contactá-lo no sentido de o convencerem a aceitar a candidatura à presidência da República. Duarte Leite aceitou o convite desde que fosse votado pelos dois maiores partidos da República⁵¹⁹, facto que deixou surpreendidos os democráticos⁵²⁰.

No dia 1 de Agosto reuniram o directório e o grupo parlamentar do partido democrático para escolher o seu candidato oficial à Presidência da República. O grupo parlamentar chegou a encarar a hipótese de não escolher candidato, dando liberdade de voto aos deputados no dia 6 de Agosto. No entanto, em vez de sancionarem o nome de Duarte Leite decidiram votar os quatro nomes inicialmente apresentados, tendo Teixeira Gomes obtido 51 votos e Bernardino Machado 9 votos⁵²¹. O nome de Duarte Leite foi rejeitado, tendo o PRP decidido apresentar como seu candidato o ministro de Portugal em Londres⁵²², nome imposto pela facção próxima de Afonso Costa⁵²³.

⁵¹⁷ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 26-7-1923, p. 5.

⁵¹⁸ Luiz da Costa Santos, “Acção parlamentar nacionalista”, *República*, 11-8-1923, p. 1.

⁵¹⁹ Cf., *República*, 14-8-1923, p. 2.

⁵²⁰ Veja-se a seguinte entrevista a Cunha Leal:

- “Foi o directório do partido democrático que propôs ao directório nacionalista quatro nomes...

- E eram eles...

- Bernardino Machado, Teixeira Gomes, Duarte Leite e Magalhães Lima...

- A lista dos presidencialistas foi, pois, organizada pelos democráticos...

Logo Cunha Leal:

- Foi. O nome que fosse acordado entre os dois directórios seria levado à sanção do grupo parlamentar democrático. [...]

- Caímos como moscas em prato de mel no nome do sr. Duarte Leite. Entusiasmado, António Maria da Silva, aceitou...

- Aceitou!

- Não admira! Como Duarte Leite enviara um telegrama do Rio de Janeiro, dizendo que não aceitava a candidatura grande foi o seu espanto quando o diplomata chegado a Lisboa declarou que a aceitava, porque o facto da sua candidatura ser proposta por dois partidos causaria, no estrangeiro, uma agradável impressão que colocaria o nosso país num admirável plano internacional!... [...]

- Com essa declaração do Sr. Duarte Leite não contava o Sr. António Maria da Silva. Fiado no telegrama enviado do Rio, e, como nós, nacionalistas, já tínhamos uma vez escolhido o candidato à presidência da República cabia agora a vez ao partido democrático...

- Tal não se deu em virtude da atitude Duarte Leite...

- E o directório do P.R.P. leva para a reunião parlamentar, não o nome escolhido e aceite por esse organismo, mas sim a lista dos quatro nomes... (...)

- Sabe o que fez o grupo parlamentar democrático? Sabe?... Tomou uma resolução fechada... Escolheu o nome do Sr. Teixeira Gomes...

- E os nacionalistas Sr. Cunha Leal?

- Declararam! Estão fechadas as negociações.

E Num crescendo, repetiu a frase tremenda:

- Para eles tudo são resoluções consumadas. Nada de transigências. Nós obedecemos. E por isso clamam: vocês, se não são bons republicanos têm que abdicar.

- A um candidato partidário quisemos opor um candidato nosso... Seria Duarte Leite.

- Mas não foi...

- Não... Nunca fechamos a questão...” , entrevista a Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 8-8-1923, pp. 5 e 8.

⁵²¹ *Diário de Lisboa*, 1-8-1923, p. 8.

⁵²² O PRP tentou convencer Teixeira Gomes a aceitar o cargo através de Afonso Costa. Para isso, segundo um político anónimo entrevistado pelo *Diário de Lisboa*, o “ Sr. Jaime de Sousa foi a Paris conferenciar com o Sr. Dr. Afonso Costa...”. Este político anónimo pensava que:

Ficava desta forma inviabilizada a tentativa dos directórios do PRP e do PRN de apresentarem Duarte Leite, como candidato dos dois partidos. Em última instância, Afonso Costa ainda terá proposto a Cunha Leal o nome de Augusto Soares⁵²⁴. Mas já era tarde. Os democráticos não deram qualquer satisfação aos nacionalistas da sua decisão, pelo que estes se sentiram desconsiderados e maltratados⁵²⁵. António Ginestal Machado, lamentou “que não se tivesse chegado a um acordo, pois haveria decerto vantagens na apresentação dum único candidato...”. Segundo o presidente do Directório do PRN o grupo parlamentar do PRN reuniria no dia 5 de Agosto e iria possivelmente apresentar como candidato Duarte Leite, dado que “se ele era o suposto candidato dos dois partidos, não há razão para que o não seja de cem”⁵²⁶. O PRN encontrava-se numa posição de fragilidade e só iria decidir a sua opção no dia anterior ao da eleição, uma vez que alguns nacionalistas continuavam com dúvidas sobre o apoio a Duarte Leite⁵²⁷. Verificando que o candidato Duarte Leite não reunia as condições necessárias para ser eleito, os nacionalistas contactaram os independentes⁵²⁸ e alguns democráticos descontentes, tendo chegado à conclusão que Bernardino Machado reunia algumas hipóteses de ser eleito, uma vez que reunia apoios diversificados mesmo dentro de

- Oitenta por cento dos parlamentares do PRP votam em Teixeira Gomes.
- E os independentes?
- Votam alguns.
- E os nacionalistas?
- Os jornais disseram que o seu candidato é Duarte Leite, mas a verdade é que muitos deles não se pronunciarão a seu favor. Tanto assim é que o directório do partido não pode fazer dessa votação questão fechada.
- Qual é então o nome preferido pela maior parte dos nacionalistas?
- Bernardino Machado. Mas ao segundo escrutínio, dada a apreciável votação que alcançará Teixeira Gomes todos esses votos reverterão em seu favor.” *Diário de Lisboa*, 30-7-1923, p. 8.
- ⁵²³ Afonso Costa escreveu a Teixeira Gomes para este aceitar o convite de se candidatar a Presidente da República. Cf. Carta de Afonso Costa para Maria Emília, datada em Paris em 28-07-1923, Fundação Mário Soares – Arquivo, Fundo Afonso Costa; Carta de Germano Martins, amigo de Afonso Costa, *O Rebate*, 11-8-1923, p. 1; Cartas de Teixeira Gomes para Afonso Costa datadas em Londres em 12-6-1923 e em 31-8-1923, Manuel Teixeira Gomes, *Correspondência. Cartas para Políticos e Diplomatas*, colectânea, introdução e notas de Castelo Branco, I Volume, Lisboa, Portugália Editora, 1960, pp. 195-199; Norberto Lopes, *O exilado do Bougie. Perfil de Teixeira Gomes*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942, pp. 131-134.
- ⁵²⁴ Cf., Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, pp. 360-361.
- ⁵²⁵ Luiz da Costa Santos, “Acção parlamentar nacionalista”, *República*, 11-8-1923, p. 1.
- ⁵²⁶ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 2-8-1923, p. 5.
- ⁵²⁷ Entrevista ao deputado democrático Paiva Gomes:
 - “ - Duarte Leite!
 - É calculo, o candidato dos ex-unionistas...
 - Quer dizer dos nacionalistas...
 - Não... Não... Prevejo (...) que nem todos os nacionalistas votarão nele.
 - O Sr. Dr. Álvaro de Castro tem um candidato...
 - Por quem se tem batido...
 - É?
 - Bernardino Machado.
 - Uma velha amizade...
 - É um pouco de golpe político. Compreende que o parlamentar que consiga, pela sua influência pessoal eleger um presidente fica pesando um enorme prestígio.
 - O Partido Nacionalista tem então dois candidatas.
 - Suponho. Os partidos não fazem da eleição uma questão fechada. Pelo contrário, aberta e bem aberta”, *Diário de Lisboa*, 30-7-1923, p. 8.
- ⁵²⁸ Para Leote do Rego (independente) Teixeira Gomes era um nome contra indicado para a Presidência da República porque “está muito fora da política. É um descrente, um literato (...). A presidência tem de ser ocupada por um homem que não esteja dentro dos partidos, mas não seja alheio à política”, Leote do Rego, *Diário de Lisboa*, 12-6-1923, p. 4.

alguns sectores do PRP, que não se reviam em Teixeira Gomes, o requintado Ministro de Portugal em Londres⁵²⁹. Assim sendo, Cunha Leal e alguns democráticos e independentes endereçaram um convite a Bernardino Machado⁵³⁰ para ser o candidato das oposições, tendo o velho republicano aceite a proposta⁵³¹.

No dia 6 de Agosto de 1923 reuniu-se o Congresso para eleger o futuro Presidente da República. Os nacionalistas esperavam que Bernardino Machado atraísse o voto dos independentes e de alguns democráticos, para assim ter alguma possibilidade de ser eleito. Nos últimos momentos antes da votação ainda ocorreram algumas negociações. Os democráticos fizeram uma breve reunião antes da votação, no sentido de demoverem alguns dos seus membros de votarem em Bernardino Machado. João Estêvão Águas, deputado algarvio do PRP, ainda tentou convencer os deputados nacionalistas naturais do Algarve a votarem em Teixeira Gomes. Os parlamentares monárquicos não compareceram à eleição, ao contrário dos católicos que compareceram todos. No total compareceram 197 congressistas, tendo votado 112 democráticos, 60 nacionalistas, 21 independentes, 3 católicos e um radical⁵³². No primeiro escrutínio, verificou-se logo que poucos democráticos tinham votado no antigo presidente da República. Teixeira Gomes obteve 108 votos e Bernardino Machado 73 votos. No intervalo do 1.º para o 2.º escrutínio Moura Pinto ainda procurou António Maria da Silva procurando uma solução negociada, mas o líder democrático recusou⁵³³, pelo que no segundo escrutínio os nacionalistas persistiram na candidatura de Bernardino Machado, que obteve 71 votos contra 114 de Teixeira Gomes. Nesta votação houve uma primeira transferência de votos de Bernardino Machado para Teixeira Gomes, protagonizada previsivelmente por deputados independentes⁵³⁴. No 3.º e último

⁵²⁹ Veja-se a seguinte entrevista a Cunha Leal:

- “Bernardino Machado, surgiu. Porquê?

Sem uma hesitação e sem um nervosismo respondeu, nesta frase clara:

- Porque palpitamos os independentes a maioria deles respondeu: - Bernardino Machado! Porque palpitados alguns democráticos estes disseram: - Bernardino Machado!

- Quantos...

- Contava com 20 votos...

- Sendo, pois, Bernardino Machado o candidato da minoria democrática, da maioria dos independentes, e já nessa altura o nosso, a sua eleição apresentava-se sem tara partidária. Compreendeu?”, entrevista a Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 8-8-1923, pp. 5 e 8. Cf., entrevista a Abílio Marçal, *A Tarde*, 9-8-1923, p. 3.

⁵³⁰ A reunião preparatória da candidatura foi estabelecida num almoço em casa de Ricardo Covões (Rua das Janelas Verdes, n.º 43). Para além do proprietário e do candidato, estiveram presentes João Pires Correia, António Fonseca e Cunha Leal (cf. Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, pp. 359-361; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 272-273).

⁵³¹ Entrevista a Bernardino Machado:

“Era minha intenção não tornar a ser candidato à presidência da República. Mas, tendo-me algumas personalidades do partido nacionalista e do grupo dos independentes significado [sic] que o meu nome deveria reunir a maioria dos votos do Congresso, pois vários deputados e senadores democráticos, de acordo, parece, com os sentimentos da massa geral dos correligionários se pronunciavam vivamente pela minha eleição – anui ao seu convite. E estimo deveras que nacionalistas e independentes vendo malogradas nos dois primeiros escrutínios as suas esperanças de conciliação salientassem bem pela sua votação final em listas brancas, que não era partidariamente que tinham apresentado a minha candidatura”, *Diário de Lisboa*, 7-8-1923, p. 4.

⁵³² Cf., *Diário do Congresso*, 06-08-1923, pp. 4-5; *Diário de Lisboa*, 6-8-1923, p. 8.

⁵³³ “No intervalo do 1.º para o 2.º escrutínio, o sr. Moura Pinto procurou o chefe do governo e perguntou-lhe:

- As conversas estão interrompidas, ou podemos conversar?

- A resposta do Sr. António Maria da Silva foi assim;

- Todas as conversas estão concluídas; nada temos a dizer”, *Diário de Lisboa*, 7-8-1923, p. 1

⁵³⁴ *A Tarde*, 7-8-1923, p. 1.

escrutínio os nacionalistas sentindo-se desconsiderados pelos democráticos decidiram votar em branco como forma de protesto⁵³⁵. Teixeira Gomes obteve 121 votos, Bernardino Machado obteve 5 votos e foram colocados 68 votos brancos na urna⁵³⁶. Esta atitude era um reflexo da hostilidade que grassava entre os democráticos e os nacionalistas⁵³⁷ e demonstrava claramente que o PRN se demarcava face ao novo Presidente da República⁵³⁸, considerando-o apenas Presidente de uma facção da República⁵³⁹. No entanto, esta estratégia radical do PRN não era acompanhada por Álvaro de Castro⁵⁴⁰ e levou a um certo afastamento de alguns deputados, como Alberto Xavier⁵⁴¹.

⁵³⁵ “Foram, pois, os nacionalistas desconsiderados, e ante tal situação tinham dois caminhos a seguir: - Submeter-se, votando em Teixeira Gomes, ou protestar contra a atitude dos democráticos, votando no candidato que mais probabilidade tivesse de bater o candidato a maioria. Logicamente optaram pelo último e, quando no final do segundo escrutínio verificando a impossibilidade de baterem o candidato do partido democrático e porque o Sr. Bernardino Machado não era o candidato do seu partido, os parlamentares nacionalistas preferiram votar em listas brancas, como forma de fazerem sentir o seu justificado protesto”, Luiz da Costa Santos, “Acção parlamentar nacionalista”, *República*, 11-8-1923, p. 1.

⁵³⁶ Cf., *Diário do Congresso*, 06-08-1923, pp. 4-5.

⁵³⁷ Entrevista a Cunha Leal:

- “Mas no primeiro escrutínio os votos a favor de Bernardino Machado. Não o foram... De lá vieram apenas 4 ou 5 [democráticos].

- E no segundo...

- Dois!

- No terceiro...

- Já não tinha viabilidade a candidatura de Bernardino Machado. Já tínhamos demonstrado a nossa consideração pelo antigo presidente da República... Se persistíssemos no seu nome seria um presidente partidário... Isso não! Nunca!

- As listas brancas...

- Se o Partido Nacionalista em «branco» suicidar-se-ia politicamente... Afirmamos, por consequência que não estávamos dispostos a receber as ordens do partido democrático votando, como votamos.

- ...

- Não... Não. Quem lhe diz isso, mente! Não o fizemos por hostilidade pessoal a Teixeira Gomes. Se o candidato do partido democrático fosse outro, teríamos votado da mesma forma. De resto, quando o Sr. Moura Pinto procurou o Sr. Presidente do Ministério num intuito conciliatório, este respondeu que as conversas tinham terminado”, entrevista a Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 8-8-1923, pp. 5 e 8.

⁵³⁸ Os nacionalistas não tinham receio de hostilizar Teixeira Gomes. Álvaro de Castro disse que o PRN “não precisa de cumprimentar a presidência para subir ao governo”, *República*, 14-8-1923, p. 2. Constâncio de Oliveira mais moderado disse que “os parlamentares nacionalistas quiseram tão-somente com esse acto, que não tinham candidato à presidência da República. Assim o haviam resolvido previamente e assim o pretenderam provar votando em lista branca, no terceiro escrutínio”, Constâncio de Oliveira, *República*, 12-8-1923, p. 1.

⁵³⁹ Os democráticos analisaram a atitude dos democráticos no *Rebate*:

“Também o procedimento nacionalista, não foi correcto no acto de eleição presidencial. Se a sua primeira votação, e segunda, se justificavam, a terceira, em listas brancas manifestada, revelava uma hostilidade contra o novo presidente eleito, como que desejando fazer acreditar não ser ele o chefe do Estado da República, mas simplesmente o chefe de um partido, eleito pelo anti-democrático direito da força. Se as intenções não eram precisamente essas, as consequências eram-no prestando-se imediatamente às críticas e comentários da imprensa monárquica, que logo procurou tirar vantagens de tal atitude estapafúrdia”, *O Rebate*, 11-8-1923, p. 1.

⁵⁴⁰ Cf., entrevista de Álvaro de Castro, *A Tarde*, 7-8-1923, p. 1.

⁵⁴¹ Entrevista a Alberto Xavier, *Diário de Lisboa*, 17-8-1923, p. 8:

“- Porque não foi ao Parlamento assistir à eleição do presidente da República?

- Não estava em Lisboa.

- E porque não estava em Lisboa...

- Porque não queria votar!

- E porque não queria votar? (...)

- Desde que o partido nacionalista...

Bernardino Machado ficou muito desiludido com a facção dos democráticos próxima de Afonso Costa⁵⁴², aquela que segundo ele inviabilizou a ressarcimento pela sua deposição em Dezembro de 1917 pela revolução sidonista⁵⁴³ e que colocou na Presidência da República um mero «funcionário», quando o cargo exigia um político experiente e prestigiado⁵⁴⁴.

5. Oposição dos nacionalistas ao Ministério António Maria da Silva

O PRN alterou a sua estratégia colaborativa com o governo no Verão de 1923. O PRN iniciou um ataque cerrado ao executivo, que era um dos mais estáveis na Europa desse tempo⁵⁴⁵, procurando a sua queda de forma a poder ser chamado para o Executivo, não recusando alguns nacionalistas participar nas conjuras conspirativas contra o Governo⁵⁴⁶. O PRN procuraria posteriormente o adiamento dos trabalhos parlamentares⁵⁴⁷ ou a dissolução parlamentar, que lhes possibilitasse obter uma vitória eleitoral que o consolidasse no poder⁵⁴⁸. Os nacionalistas desejam ardentemente a dissolução do parlamento, pois achavam que o Partido Democrático estava a perder apoios na província o que reforçaria a representação parlamentar dos nacionalistas

- O seu partido...

-... Abandonou a Câmara, retirei-me da actividade política. Não quero dizer nada... Estou estudando o P.R.N. (...)

- Em Outubro reaparecerei...

- Na Câmara...

- Claro! Não deixei de ser deputado e de ser nacionalista...

- Dizem-no amuado...

- Amuado? Talvez! Desde que o meu partido abandonou a política que presidiu à sua formação, eu entendi que me devia afastar... Daqui até à abertura das Câmaras estudá-lo-ei, depois tomarei uma atitude...

- Tem tão pouco tempo...

- Há muito tempo! O PRN tem feito coisas boas e coisas más...”.

⁵⁴² “Não acusa o P.R.P. que, em grande parte – as comissões por exemplo – viam com simpatia a sua candidatura. Acusa, sim, uma facção do P.R.P. – a que respeita todas as indicações do Dr. Afonso Costa”. [...] Ao princípio da República tivemos emigrados monárquicos e as incursões de Couceiro. Hoje temos emigrados republicanos e incursões de Afonso Costa”, Bernardino Machado, *Diário de Lisboa*, 7-8-1923, p. 4.

⁵⁴³ “Têm-me falado muito em reparações. Mas nisto, os democráticos têm sido como os alemães...”, Bernardino Machado, *Diário de Lisboa*, 7-8-1923, p. 4.

⁵⁴⁴ “Quando a política anda agitada e os políticos não conseguem chegar a um acordo recorre-se, por vezes a um ministério de directores gerais, de funcionários. Mas esse gabinete é sempre *interino*. Dura apenas o tempo necessário para os políticos retomarem o seu lugar... Neste caso, não se trata dum ministério. Mas...”, Bernardino Machado, *Diário de Lisboa*, 7-8-1923, p. 4.

⁵⁴⁵ Nos tempos conturbados do pós-Guerra os governos tiveram duração limitada, tendo o Presidente da República, Teixeira Gomes, dito a António Maria da Silva o seguinte: “Orgulhe-se, sr. Presidente do Ministério por, em toda a Europa, apenas o sr. Poincaré - e esse mesmo em poucos dias – o excede em durabilidade ministerial...”, *Diário de Lisboa*, 10-10-1923, p. 1.

⁵⁴⁶ Cf., Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, pp. 367-368.

⁵⁴⁷ O senador nacionalista, Lima Alves, afirmou que “os nacionalistas podiam governar, caso o Congresso adiasse os seus trabalhos”, *Diário de Lisboa*, 25-10-1923, p. 8.

⁵⁴⁸ Raul Lelo Portela, membro do Directório do PRN, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, deixou claro qual seria a estratégia do seu partido para ascender ao Poder: “Arrombando a porta a bem ou a mal” e clarificou o que significava “a mal – conseguindo a dissolução parlamentar”, Raul Lelo Portela, *Diário de Lisboa*, 10-10-1923, p. 3.

numas futuras eleições. Por outro lado, esperam que os radicais, dentro do PRP, tomassem o poder para que os elementos mais conservadores ingressassem no PRN⁵⁴⁹.

António Maria da Silva viu-se obrigado a fazer mais uma remodelação no seu governo. Velhinho Correia substituiu Vitorino Guimarães que abandonou “a pasta das Finanças [...] pelo facto de a Câmara lhe não ter discutido e aprovado certas medidas que ele tinha pendentes nesta Câmara”⁵⁵⁰. Velhinho Correia pretendia “continuar [...] a política do [seu] ilustre antecessor”, não aumentando “a circulação fiduciária”. Atingir-se-ia “o equilíbrio do Orçamento e o saneamento das finanças públicas, reduzindo as despesas e recorrendo ao imposto de maneira a, curto prazo, se chegar ao referido equilíbrio”⁵⁵¹. No entanto, a conjuntura tinha-se alterado. A Câmara dos Deputados reuniu numa sessão extraordinária, em 26 de Setembro de 1923, para debater a situação económica do país que se tinha agravado durante a interrupção parlamentar. O défice chegava nesse momento aos 300 mil contos, havia falta de escudos em circulação e os preços tinham subido vertiginosamente, sendo necessário tomar medidas urgentes⁵⁵², uma vez que o Parlamento não tinha dado ao governo “uma única autorização legal para poder fazer face à situação deficitária”. Por isso, o governo solicitou ao chefe de Estado a convocação extraordinária do Congresso “para lhe pedir os meios indispensáveis e necessários para fazer face à situação”. Velhinho Correia propunha a “redução das despesas”⁵⁵³ como via para resolver o problema orçamental. O governo solicitava anuência do Parlamento para baixar o salário dos funcionários públicos entre 5 a 10% e dos ministros em 20%. Pretendia-se ainda reduzir os quadros da função pública e remodelar os serviços do Estado. Seria criada uma repartição com os funcionários disponíveis que ocupariam as vagas que entretanto fossem surgindo, não sendo nomeados novos funcionários. Os empregados do Estado a contratos seriam dispensados e o regime vitalício que abrangia os funcionários públicos só abarcaria os actuais, e os futuros seriam apenas admitidos por contrato temporário. Por outro lado, pretendia aumentar as receitas através da concessão de exclusivos na produção e comércio da pólvora física e pelo aumento dos encargos fiscais, nomeadamente a comparticipação nos lucros de bancos e seguradoras, o aumento para o dobro da contribuição predial, pela tributação extraordinária sobre os lucros das sociedades industriais, comerciais e civis e particularmente pelo estabelecimento de um imposto transitório e excepcional, para atender ao aumento de despesas do Estado com a carestia da vida, no total de 24 000 contos nos próximos três anos⁵⁵⁴.

O primeira grande discordância entre o governo e a oposição parlamentar relacionava-se com o tempo necessário para analisar as propostas e o modo de votar. O governo queria discutir rapidamente as questões, mas os nacionalistas por intermédio de Cunha Leal, defenderam que as propostas deviam ser estudadas com mais tempo⁵⁵⁵. Barros Queiroz argumentou que a comissão parlamentar das finanças ainda não tinha elaborado o parecer sobre as propostas do ministro das finanças, Velhinho Correia, por ainda não ter tido número e porque “ninguém concorda com as ditas propostas”. Quanto às propostas apresentadas por ele, para além do natural apelo à “diminuição das despesas e aumento das receitas”, advogava em termos imediatos “um empréstimo

⁵⁴⁹ Cf., *Diário de Lisboa*, 15-10-1923, p. 8.

⁵⁵⁰ António Maria da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-9-1923, p. 10.

⁵⁵¹ Velhinho Correia, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-9-1923, p. 20.

⁵⁵² Cf., Velhinho Correia, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-9-1923, pp. 20-22; *A Tarde*, 27-9-1923, p. 1.

⁵⁵³ Velhinho Correia, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-9-1923, pp. 22-23.

⁵⁵⁴ *Diário de Lisboa*, 26-9-1923, p. 8; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político...* *op. cit.*, pp. 273-274.

⁵⁵⁵ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 27-9-1923, p. 11.

externo [...] e a par dele, moralização absoluta na administração pública. Era um meio de se captar a confiança, de valorizarmos a nossa enfraquecida moeda”⁵⁵⁶.

O debate sobre as propostas do Ministro das Finanças iniciou-se só a partir de 17 de Outubro e viria a terminar com a demissão do Ministro das Finanças a 24 desse mês. O PRN, por intermédio de Cunha Leal, iniciou um ataque à política económica de Velinho Correia, pondo em causa a sua credibilidade, no tocante à circulação fiduciária. Segundo Cunha Leal havia rumores na opinião pública que indicavam que “a circulação fiduciária” estava “excedida”. Por isso, solicitou esclarecimentos ao Ministro das Finanças para “sossegar o país, tranquilizando-o acerca do cumprimento da palavra dos homens da República”. Cunha Leal recordou que o Sr. Ministro das Finanças tinha afirmado “que seria criminoso todo o homem público que aumentasse a circulação fiduciária”. E por isso questionou. “E como classificar o homem público que, sem um diploma legal, a tivesse, porventura, aumentado? Esse homem estaria abaixo de toda a consideração, porque teria praticado um crime de lesa-Pátria. O Ministro que fizesse semelhante coisa nesta hora seria duplamente criminoso, porque, a par do seu crime, teria a agravante, de ter cometido usando duma arma não permitida pela lei. Nestas condições, é preciso tranquilizar a nação”. Propõe por isso, a constituição de uma “comissão, representada por todos os partidos, para ir junto do Ministério das Finanças e do Banco de Portugal examinar o que há sobre este assunto e dar conta do que houver”⁵⁵⁷. O Ministro das Finanças não respondeu claramente às questões levantadas por Cunha Leal, o que motivou um novo ataque do líder do PRN, desta vez questionando-o sobre o empréstimo de 3 milhões de libras e sobre a aplicação de parte desse dinheiro na província de Angola. O PRN não desistiu do tema do aumento da circulação fiduciária e outros deputados reforçaram as interpelações de Cunha Leal nas sessões seguintes. Jorge Nunes dirigiu-se a Velinho Correia na sessão do dia 22 de Outubro nestes termos: “O Sr. Ministro das Finanças entendeu que não devia autorizar o aumento da circulação fiduciária, no que, a meu ver, fez muito bem; porém o que não entendo, nem se pode entender, é que S. Ex.^a depois das declarações que fez na Comissão política do seu partido, se tenha metido num quadrado de ferro, não respondendo à pergunta que lhe foi feita nesta casa”. Será que o ministro das Finanças não respondendo a uma “pergunta concreta que aqui lhe foi feita sobre o aumento da circulação fiduciária [pode] continuar a ocupar aquele lugar”? Perante este acosso do PRN o Ministro das Finanças finalmente respondeu garantindo que “a circulação fiduciária não foi aumentada. Não se fez uma nota fora dos limites legais”⁵⁵⁸. No entanto, esta declaração não foi suficiente para acalmar a oposição. Cunha Leal garantia que o PRP tinha de facto aumentado a circulação fiduciária em cem mil contos, de Março a Agosto, sem a devida autorização parlamentar, com base na leitura do Boletim do Banco de Portugal⁵⁵⁹. No dia 23 Cunha Leal informou a Câmara dos Deputados que se tinha dirigido ao Ministério das Finanças para pedir autorização a Velinho Correia para se dirigir à Direcção Geral da Fazenda Pública a fim de consultar a documentação necessária para saber a verdade sobre a questão da circulação fiduciária, tendo o ministro colocado vários entraves a essa pretensão. Esta decisão ainda descredibilizou mais o ministro, que viu rebentar nessa mesma sessão da Câmara dos Deputados mais outra polémica, desta vez com um correligionário seu, deputado e Director da Casa da Moeda, Aníbal Lúcio de Azevedo. Este declarou que a decisão de comprar *flans* no estrangeiro para cunhar moedas, tinha sido uma decisão do Ministro das Finanças. O

⁵⁵⁶ Barros Queiroz, *Diário de Lisboa*, 9-10-1923, p. 4.

⁵⁵⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 17-10-1923, p. 6.

⁵⁵⁸ Velinho Correia, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-10-1923, p. 8.

⁵⁵⁹ Cf., Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-10-1923, pp. 12-13.

Ministro reagiu a quente declarando que o deputado mentia e explicou a sua versão dos acontecimentos. Perante esta situação foram os próprios deputados do PRP que perderam a confiança em Velhinho Correia, tendo este solicitado a sua demissão em plena sessão da Câmara dos Deputados⁵⁶⁰.

Com a saída de cena de Velhinho Correia, Cunha Leal lançou o seu ponto de mira para o chefe do Executivo, António Maria da Silva, uma vez que era ele “que respondia pela política geral do Gabinete”. Por isso voltou a solicitar a realização das consultas já solicitadas a Velhinho Correia. O Presidente do Ministério não respondeu directamente às questões levantadas por Cunha Leal, mas referiu que embora tenha a responsabilidade pela política geral do governo, não pode “assumir a responsabilidade de cada uma das pastas de per si”⁵⁶¹. Esta resposta levou Cunha Leal a cercar ainda mais o governo, questionando se seria aceitável que perante as inúmeras dúvidas que se levantavam “o Presidente do Ministério não tenha imediatamente convocado o Conselho de Ministros para se pôr ao facto de tudo, para informar o Parlamento?”⁵⁶². Álvaro de Castro insistiu no ataque ao Chefe do Executivo, questionando o facto de o governo atribuir as culpas ao Parlamento pela insuficiência de meios financeiros e pelo aumento das despesas⁵⁶³, “esquecendo-se que no parlamento apenas estava a maioria constituída pelos seus correligionários”⁵⁶⁴. Álvaro de Castro terminou o seu discurso apresentando uma moção de desconfiança ao governo, sendo reforçada de seguida, por outra apresentada por Cunha Leal⁵⁶⁵. O PRN era da opinião de que só restava uma alternativa ao governo. Demitir-se⁵⁶⁶.

O ataque ao governo continuou no dia 29 com a apresentação de mais uma moção de ordem por parte de Cunha Leal⁵⁶⁷. A maioria debilitada ainda teve forças para apresentar uma moção de confiança ao governo, por intermédio de Jaime de Sousa⁵⁶⁸. As moções de desconfiança apresentadas anteriormente pelos membros do PRN foram prejudicadas pela moção de Jaime de Sousa, que acabaria por ser votada. A votação demonstrou que a maioria que suportava o governo estava cada vez mais débil, tendo a moção sido aprovada pela escassa margem de um voto, com 43 a favor e 42 contra. A moção de ordem de Cunha Leal, também foi votada, tendo sido rejeitada pela mesma

⁵⁶⁰ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 23-10-1923; *A Tarde*, 24-10-1923, pp. 1 e 4. Velhinho Correia enviou uma carta ao *Diário de Lisboa* onde explicou a sua versão sobre o concurso para a cunhagem das 60 milhões de moedas, ao qual se opunha o deputado, Lúcio de Azevedo (PRP), Director da Casa da Moeda. Explicou também as consequências da moção de Almeida Ribeiro (PRP), que levou à sua demissão, cf., *Diário de Lisboa*, 27-10-1923, p. 3.

⁵⁶¹ António Maria da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 24-10-1923, p. 7.

⁵⁶² Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 24-10-1923, p. 8.

⁵⁶³ “Como declarou o sr. Presidente do Ministério, que o Parlamento lhe tivesse recusado os meios financeiros de governar, tinha o Parlamento, duma maneira clara, manifestado ao Sr. Presidente do Ministério a sua desconfiança ao Governo e que só um caminho S. Ex.^a tinha a seguir: pedir a demissão colectiva do Governo”, Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 25-10-1923, p. 16.

⁵⁶⁴ Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 25-10-1923, p. 17.

⁵⁶⁵ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 25-10-1923 e 26-10-1923.

⁵⁶⁶ Veja-se também as moções aprovadas pelo grupo parlamentar do PRN no sentido do governo ser responsabilizado pelo aumento da circulação fiduciária sem a devida autorização do Parlamento. O PRN iria manter uma franca oposição ao ministério de António Maria da Silva, cf., *O Figueirense*, 28-10-1923, p. 3.

⁵⁶⁷ “Moção. Considerando que a circulação fiduciária permitida pelas leis foi excedida, a Câmara reconhece a urgência impreterível de regularizar a situação actual independentemente das sanções que hajam de ser aplicadas a todas as entidades culpadas desse aumento ilegal”, Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 29-10-1923, p. 17.

⁵⁶⁸ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 29-10-1923, pp. 20-21.

margem, 40 votos a favor e 41 contra⁵⁶⁹. António Maria da Silva agradeceu o voto de confiança ao Governo, mas disse que iria “expor ao Sr. Presidente da República a situação que derivou do debate”⁵⁷⁰. O governo tinha um débil apoio parlamentar, mesmo por parte dos seus correligionários. Alguns deputados não compareceram à sessão parlamentar, com destaque para o grupo do norte liderado por José Domingues dos Santos⁵⁷¹. O governo de António Maria da Silva conseguiu «meio voto» de confiança no parlamento, com o voto (com declaração) do deputado independente, Pinto dos Santos Barriga. A maioria ainda ficou mais limitada devido à retirada da sala, durante a votação, dos deputados democráticos, Sá Pereira e Carlos Pereira. Sá Pereira explicou ao *Diário de Lisboa*, porque tinha procedido assim: “Desde o dia em que o chefe do governo trouxe ao Parlamento na sua declaração ministerial, a promessa do ensino religioso nas escolas, reclamei a sua substituição”⁵⁷².

A falta de coesão do PRP não se manifestava apenas no seu grupo parlamentar. O governo também começou a mostrar fissuras. Os ministros Joaquim Ribeiro⁵⁷³ e Vaz Guedes apresentaram-se como demissionários na manhã do dia 30 de Outubro de 1923, tendo António Maria da Silva apresentado a demissão colectiva do governo ao Presidente da República nessa tarde⁵⁷⁴. O Presidente da República ouviu os representantes dos partidos políticos e os Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados sobre a resolução da crise governativa, motivada pela demissão do governo. Pelo Partido Republicano Nacionalista foram ouvidos Augusto de Vasconcelos e Álvaro de Castro. Os nacionalistas queriam ficar com parte dos louros da queda do governo e sentiam-se preparados para assumir a chefia do executivo, se possível com a dissolução do Congresso⁵⁷⁵. Artur Brandão em declarações ao repórter do *Diário de Lisboa* mostrou a sua visão dos acontecimentos: “Não foi o partido nacionalista, com os seus discursos inflamados e patrióticos dos seus marechais que derrubou o Governo? Se lhe cabe essa glória, deve caber-lhe também a respectiva responsabilidade”⁵⁷⁶. E o facto de não possuírem maioria no Parlamento não os assustava, uma vez que como Cunha Leal rememorou “também os democráticos a não tinham em absoluto tendo, por isso, de se associar aos independentes e de meter em linha de conta a boa vontade da oposição nacionalista”⁵⁷⁷.

⁵⁶⁹ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 29-10-1923; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 273-276.

⁵⁷⁰ António Maria da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 29-10-1923, p. 49.

⁵⁷¹ Cf., *A Tarde*, 29-10-1923, p. 3; *idem*, 30-10-1923, p. 3.

⁵⁷² Sá Pereira, *Diário de Lisboa*, 31-10-1923, p. 5.

⁵⁷³ Joaquim Castro Ribeiro, o Ministro da agricultura demissionário foi muito claro quanto à causa da queda do governo: “Vejo que o grande partido da República esta esfacelado, tendo sido ele quem deitou o governo abaixo e não as oposições que apenas cumpriram a seu dever. O partido democrático está, actualmente repleto de neo-republicanos que o têm comprometido ao máximo”. Por isso é da opinião que o regime devia caminhar para o presidencialismo com um “governo que posso trabalhar à vontade, embora com normas estabelecidas pelo Parlamento e as correlativas responsabilidades”, *Diário de Lisboa*, 31-10-1923, p. 5.

⁵⁷⁴ *Diário de Lisboa*, 30-10-1923, p. 8; *A Tarde*, 30-10-1923, p. 3.

⁵⁷⁵ *Diário de Lisboa*, 31-10-1923, p. 1; *A Tarde*, 1-11-1923, p. 1.

⁵⁷⁶ Artur Brandão, *Diário de Lisboa*, 31-10-1923, p. 5.

⁵⁷⁷ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 31-10-1923, p. 5.

6. Afonso Costa e a formação de um «Governo Nacional»

O grupo parlamentar do partido democrático reuniu-se a partir das 14 horas do dia 31 de Outubro de 1923 para apreciar a crise governativa. Depois de longa discussão decidiu-se indicar o nome de Afonso Costa para formar um governo de salvação nacional. Os deputados Vitorino Guimarães, Catanho de Menezes e Alberto Vidal saíram da reunião para dar conta da posição do PRP ao Presidente da República⁵⁷⁸. Teixeira Gomes terá manifestado desejo que primeiramente o Partido Democrático perscrutasse da disponibilidade de Afonso Costa para regressar a Portugal para assumir a chefia do Governo, dado que uma recusa deste seria um desaire para o Chefe de Estado. De regresso ao palácio do Congresso os parlamentares deram conta aos seus colegas da posição do Presidente da República. Depois de longa discussão, decidiram seguir as indicações do Chefe de Estado, para não agravar mais a crise, tendo sido enviado um telegrama a Afonso Costa pedindo-lhe que regressasse imediatamente a Lisboa. Germano Martins, amigo e colaborador pessoal de Afonso Costa, foi encarregue de enviar a missiva para Paris⁵⁷⁹.

No dia seguinte a maioria parlamentar do PRP reuniu-se novamente para analisar a situação política. Nesse dia surgiram boatos dando conta que o convite a Afonso Costa tinha sido precipitado e não tinha sido oficial, Pelo que abriram novas possibilidades para formar governo, desde a presidência ser entregue a Domingos Pereira, num governo do PRP ou a António José de Almeida, num governo de união dos dois maiores partidos na República. Os nacionalistas apresentaram a seu ponto de vista ao Presidente da República, mostrando-se prontos para governar sozinhos⁵⁸⁰, mas na eventualidade de Teixeira Gomes chamar um executivo democrático disseram que “teriam para com esse governo, a mesma «expectativa benévola»” que tiveram “para com o do Sr. António Maria da Silva”. Uma vez que o PRN “não combate sistematicamente nenhum governo...”⁵⁸¹. As conversações entre o PRP e o Presidente da República prosseguiram e “só pelos jornais o Partido Nacionalista teve conhecimento de que o Partido Republicano Português indicara ao Chefe de Estado o nome do Sr. Dr. Afonso Costa; de que este eminente republicano fora encarregado de organizar gabinete, e de que para esse gabinete, com as características de «governo nacional ou de união sagrada», contava com a colaboração dos Nacionalistas, que sobre as possibilidades de semelhante hipótese não tinham sido ouvidos”⁵⁸².

Na madrugada de 1 para 2 de Novembro o destino do PRP e do país parecia que estava dependente da chegada de um telegrama. Germano Martins refugiou-se em casa na esperança que o telegrama chegasse nessa madrugada. O telefone não parava de tocar! Já chegou o telegrama? Perguntava Vasco Borges do *Grémio Literário*. Já temos resposta? Indagava Urbano Rodrigues do *Mundo*. Depois de uma longa noite o carteiro

⁵⁷⁸ *Diário de Lisboa*, 31-10-1923, p. 5.

⁵⁷⁹ *Diário de Lisboa*, 1-11-1923, p. 8; Urbano Rodrigues, *A Vida Romanesca de Teixeira Gomes. Notas para o estudo da sua personalidade e da sua obra*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1946, p. 234.

⁵⁸⁰ *Diário de Lisboa*, 1-11-1923, p. 1;

⁵⁸¹ Carlos Vasconcelos, *Diário de Lisboa*, 5-11-1923, p. 5. Cf., “O Partido Nacionalista explica ao país a sua atitude”, [Manifesto a explicar a atitude perante o Governo Nacional de Afonso Costa], *República*, 14-11-1923, p. 2. Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, pp. 219-224.

⁵⁸² “O Partido Nacionalista explica ao país a sua atitude”, [Manifesto a explicar a atitude perante o Governo Nacional de Afonso Costa], *República*, 14-11-1923, p. 2. Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, pp. 219-224.

trouxe às cinco e meia a tão desejada mensagem. Até o próprio carteiro ficou em suspenso em frente de Germano Martins:

“- Então, ele vem...

- Parece que sim, homem”⁵⁸³.

Na manhã do dia 2 de Novembro, Germano Martins deu a conhecer ao Directório do PRP o conteúdo do telegrama, tendo sido decidido enviar uma representação ao Presidente da República, informando-o das novidades e da posição do PRP. Teixeira Gomes recebeu Vitorino Guimarães e Catanho de Menezes e depois de ouvir a orientação do partido democrático decidiu enviar um telegrama a Afonso Costa comunicando-lhe a sua resolução de convidá-lo a formar governo. Neste telegrama o Chefe de Estado apelou aos sentimentos patrióticos de Afonso Costa, “lembrando-lhe a hora delicada que o país” atravessava nesse momento, o que “tornava indispensável a sua cooperação”⁵⁸⁴. No dia seguinte, Afonso Costa respondeu ao Chefe de Estado, informando-o que chegaria a Lisboa no dia 6 de Novembro e que iria de imediato conferenciar com ele. No entanto, preveniu-o desde logo sobre as condições que achava necessárias para a formação do governo: “Conservando-me fora das lutas partidárias faço votos como português e republicano pela organização dum governo nacional ou de união sagrada que dentro da Constituição e das leis e firmemente apoiado no actual Parlamento preste ao país os excepcionais serviços que se impõem e a cuja obra de administração eu possa dar o meu modesto concurso”⁵⁸⁵.

No dia 3 de Novembro começaram os boatos na imprensa sobre a constituição do Governo. Seria um governo partidário do PRP ou um “governo de competências” com a representação de outras forças, nomeadamente dos nacionalistas? Afonso Costa iria rodear-se de velhos republicanos ou dos neo-democráticos? A única certeza que a imprensa veiculava era que Afonso Costa tinha respondido ao Presidente da República aceitando o convite para formar Governo⁵⁸⁶.

Os nacionalistas rapidamente deram a conhecer a sua posição. Estavam prontos para governar sozinhos e indisponíveis para fornecer ministros ao governo de Afonso Costa, que consideravam puramente democrático, uma vez que o Presidente da República não perguntou ao PRN sobre a sua disponibilidade de participar no Governo. Segundo António Ginestal Machado o Presidente da República teria perguntado ao Directório do PRN sobre a “atitude que tomaria perante um ministério constituído pelas mais altas individualidades democráticas”⁵⁸⁷. Por outro lado, a tática do PRN passava por não se deixar «queimar» junto aos democráticos, uma vez que achavam que estes estavam a “empregar o seu último cartucho”⁵⁸⁸, ficando os nacionalistas prontos para assumir o Poder, logo que o governo de Afonso Costa caísse em desgraça. Por outro lado, consideravam que “a união dos dois grandes partidos, constituiria” nesse “momento, um grave perigo para a República”, uma vez que a grande massa de descontentes que este governo criaria, “se não tivesse um partido republicano para ingressar, fugiria toda para o partido monárquico”⁵⁸⁹. Se um governo deste tipo fracassasse, “fracassava a República. Esgotavam-se e quebravam-se os dois partidos,

⁵⁸³ *Diário de Lisboa*, 2-11-1923, p. 5.

⁵⁸⁴ *Diário de Lisboa*, 2-11-1923, p. 5. Cf., A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*, 2.^a edição, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 222.

⁵⁸⁵ Telegrama enviado por Afonso Costa para o Presidente da República, Teixeira Gomes, datado em Paris a 3 de Novembro de 1923 [*A Tarde*, 9-11-1923, p. 1].

⁵⁸⁶ *Diário de Lisboa*, 3-11-1923, p. 8; *A Tarde*, 7-11-1923, pp. 1 e 3.

⁵⁸⁷ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 9-11-1923, p. 8.

⁵⁸⁸ Carlos Vasconcelos, *Diário de Lisboa*, 5-11-1923, p. 5.

⁵⁸⁹ Carlos Vasconcelos, *Diário de Lisboa*, 5-11-1923, p. 5.

não havendo outro para os substituir no poder”⁵⁹⁰. Os nacionalistas estavam também conscientes que esta estratégia tinha os seus perigos, pois a recusa em colaborar com os democráticos provocaria uma tempestade contra os nacionalistas, permitindo que Afonso Costa regressasse “a Paris, atirando para cima do Partido Nacionalista a responsabilidade de não ter formado um governo nacional”⁵⁹¹.

Afonso Costa queria contar com elementos do PRN no seu executivo, pelo que estabeleceu contactos com os nacionalistas através de um velho republicano independente⁵⁹² e reuniu-se com Álvaro de Castro, em casa deste⁵⁹³. No entanto, os nacionalistas continuaram irredutíveis, apoiam um governo de Afonso Costa, mas não indicam nenhum ministro para um governo de concentração. Os nacionalistas afixaram por escrito ao Presidente da República que garantiam ao novo “governo o seu apoio parlamentar, sincero e antipolítico”⁵⁹⁴. Ao mesmo tempo, questionaram o facto de o executivo desenhado por Afonso Costa ser considerado um *governo nacional*, dando mostras daquilo que os separava em termos ideológicos dos outros republicanos. Lelo Portela foi muito claro quanto a este aspecto: “O que o sr. Afonso Costa quis formar foi um governo de concentração republicana, ainda que fora dos partidos, pois não contou com elementos católicos ou supostamente não republicanos”⁵⁹⁵. Para António Ginestal Machado um ministério nacional só se justificava “num estado de guerra, ou num grave trânsito do país”⁵⁹⁶. O PRN tinha a sua individualidade e queria mantê-la⁵⁹⁷.

No dia 7 de Novembro Afonso Costa desdobrou-se em contactos políticos, tendo conferenciado com o Presidente da República, em Belém, com António Maria da Silva no Ministério do Interior, com o Ministro das Colónias no Ministério⁵⁹⁸ e com Álvaro de Castro na casa deste. Afonso Costa não queria fazer um “ministério de concentração, mas sim um governo extra-partidário” em que entrariam “oficiosamente e não oficialmente representantes de todos os partidos”⁵⁹⁹. Por isso, a estratégia foi começar por não se encontrar com os directórios dos partidos políticos, nem sequer do seu. Mas teve de inverter rapidamente a estratégia. Acabou por reunir-se com o Directório do PRN, dada a sua intransigência em mudar de posição. Seguindo o relato do *Diário de Lisboa*, Afonso Costa teria alegado que queria formar um governo nacional e que não representava o partido democrático no Governo. Por fim “afirmou peremptoriamente que, desde que o PRN não compartilhasse oficialmente do poder, desistiria da união de que o incumbira o Sr. Presidente da República”. Os membros do Directório do PRN retorquiram, fazendo notar que se aceitassem o critério de Afonso Costa seria um suicídio político. Sugeriram como plataforma de entendimento “a formação de um governo francamente extra-partidário, que poderia contar com um largo período de expectativa parlamentar benévola”⁶⁰⁰. Afonso Costa insistiu que queria seguir uma política francamente nacional contando, para isso, com o concurso do PRN⁶⁰¹. Não

⁵⁹⁰ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 9-11-1923, p. 8.

⁵⁹¹ Ribeiro de Carvalho, *República*, 3-11-1923, p. 1.

⁵⁹² *Diário de Lisboa*, 7-11-1923, p. 5; *A Tarde*, 7-11-1923, pp. 1 e 3.

⁵⁹³ Segundo Cunha Leal foi desde a chegada de Afonso Costa a Lisboa que as divergências políticas com Álvaro de Castro se acentuaram. Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-1-1924, p. 11.

⁵⁹⁴ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 9-11-1923, p. 8.

⁵⁹⁵ Lelo Portela, *Diário de Lisboa*, 8-11-1923, p. 5.

⁵⁹⁶ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 9-11-1923, p. 8.

⁵⁹⁷ “O Partido Nacionalista explica ao país a sua atitude”, *República*, 14-11-1923, p. 2.

⁵⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 8-11-1923, p. 1.

⁵⁹⁹ *Diário de Lisboa*, 7-11-1923, p. 8; *A Tarde*, 7-11-1923, pp. 1 e 3; *idem*, 8-11-1923, p. 1.

⁶⁰⁰ *Diário de Lisboa*, 8-11-1923, p. 8. Cf., *A Tarde*, 8-11-1923, pp. 1 e 3.

⁶⁰¹ Alguns dias depois quando os nacionalistas pretenderam justificar-se perante o país pelo fracasso da formação do governo de Afonso Costa, alegaram que este político teria afirmado na reunião com o

querendo nenhuma das partes tomar uma decisão definitiva nessa reunião, os nacionalistas pediram mais um dia para poderem reunir com todos os membros categorizados do partido, para assim tomarem uma decisão final. Nesta reunião notou-se que Álvaro de Castro tinha uma posição diferente dos restantes membros do PRN, não tendo tomado parte activamente na discussão, embora se inclinasse para a participação do PRN no governo liderado por Afonso Costa. Por outro lado, os jornais começaram a especular sobre a sua eventual saída do PRN, conjuntamente com Sá Cardoso, velhos amigos e aliados de Afonso Costa⁶⁰².

A estratégia usada por Afonso Costa começou a ser questionada também do lado dos republicanos históricos, sendo Bernardino Machado o seu porta-voz inicial: Criticou em primeiro lugar o facto de Afonso Costa não ter um plano: “Anunciar o propósito da constituição de um ministério nacional não basta. Não basta, apenas, pretender unir os republicanos de dentro e fora dos partidos da sua constituição. E nem parece que o caminho melhor para isso fosse começar por pôr de parte o directório do próprio partido que indicou o seu nome para chefe do governo consultando primeiro o directório de um dos partidos adversos”. Por outro lado, afirmou que é necessário apresentar um “programa em volta do qual, então, forme conscientemente essa união nacional [...]. E de programa governativo só sabemos até agora este absurdo: - O Dr. Afonso Costa quer governar sem política”⁶⁰³. Do lado dos socialistas, Amâncio de Alpoim também enviou algumas farpas: “Afonso Costa não representa um programa ou qualquer ponto de vista. Limitou-se a dizer: vou governar. Os políticos compreenderam que ele quer governar sem as oposições do parlamento, ou seja em ditadura constitucional, e mais nada...”⁶⁰⁴.

O Directório do PRN não querendo tomar sobre si próprio toda a responsabilidade de uma resolução definitiva, reuniu com o grupo parlamentar, onde o assunto foi discutido e convocou o órgão consultivo do PRN⁶⁰⁵. No dia 8 de Novembro pelas 16 horas reuniu-se no Palácio do Calhariz a Junta Consultiva do PRN, que reunia todos os membros relevantes do partido, com destaque para os actuais deputados e senadores e para os antigos parlamentares e ministros dos partidos que deram origem ao PRN⁶⁰⁶. Afonso Costa sabendo da primordial importância desta reunião reuniu-se em casa de António José de Almeida, patriarca do republicanismo conservador, no sentido dele poder influenciar alguns dos seus amigos e enviou dois emissários ao Palácio do Calhariz, para tentarem convencer alguns nacionalistas a adoptarem o seu ponto de vista. Álvaro Poppe (antigo reconstituente) e Hélder Ribeiro (membro substituto do Directório do PRN) desdobraram-se em contactos antes da reunião dar início, tentando convencer os seus camaradas da bondade da proposta de Afonso Costa. Germano Martins também efectuou alguns contactos antes do início da Junta Consultiva. Deslocou-se a casa de Caetano Gonçalves para o influenciar a defender a constituição

directório do PRN o seguinte: “ou o Partido Nacionalista me dá os ministros que eu quiser, para as pastas que eu quiser, para executar o programa de que não lhes dou conhecimento, ou declino o encargo de formar governo”. “Ao País. O Partido Republicano Nacionalista explica porque não quis participar do governo Afonso Costa”, *O Torreense*, 18-11-1923, p. 2.

⁶⁰² *Diário de Lisboa*, 8-11-1923, p. 8; *A Tarde*, 8-11-1923, pp. 1 e 3.

⁶⁰³ Bernardino Machado, *Diário de Lisboa*, 8-11-1923, p. 5.

⁶⁰⁴ Amâncio de Alpoim, *Diário de Lisboa*, 9-11-1923, p. 4.

⁶⁰⁵ *República*, 8-11-1923, p. 1.

⁶⁰⁶ Antes da reunião podia ler-se num placard do Palácio do Calhariz a seguinte mensagem, que depois foi retirada: “Se ele [Afonso Costa] for feliz, que colha sozinho os louros do seu trabalho. Basta de confusões! Basta! Basta!”. Outra mensagem convidava “todos os parlamentares a assistirem à reunião da Junta Consultiva, para não se permitir que Afonso Costa organizasse governo” [*A Tarde*, 8-11-1923, p. 8].

do *Governo Nacional*⁶⁰⁷. A reunião da Junta Consultiva foi presidida por Augusto de Vasconcelos, tendo o debate prolongando-se por várias horas. A maioria dos membros da Junta Consultiva adoptou a proposta do Directório, liderado pela eloquência de Cunha Leal⁶⁰⁸, tendo decidido dar apenas o apoio parlamentar ao governo de Afonso Costa⁶⁰⁹. Foi votada a moção de Carvalho dos Santos⁶¹⁰, que obteve 50 votos a favor e apenas dois votos contra, tendo Álvaro de Castro votado favoravelmente e Sá Cardoso e Hélder Ribeiro contra⁶¹¹. Na sequência desta decisão algumas importantes figuras decidiram abandonar o Partido Republicano Nacionalista, como Artur Cohen, coronel Miguel Garcia⁶¹² e o major Hélder Ribeiro⁶¹³, tendo enviado cartas ao Directório, que posteriormente foram divulgadas na imprensa. O tenente-coronel Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro, que não tinha ingressado no PRN, mas tinha-se mantido sócio de um antigo centro político reconstituente transformado em nacionalista, também o abandonou, alegando que “o Partido Nacionalista não permitindo a constituição de um governo nacional sob a presidência da grande figura da República, cujo passado era a mais segura garantia de êxito para vencer as dificuldades da hora presente, pouco consentâneas com as flutuações políticas, que um partido sem maioria parlamentar necessariamente produziria para se manter no âmbito constitucional, demonstra que se colocaram os interesses partidários acima da República”⁶¹⁴.

Depois de conhecida a decisão da Junta Consultiva do PRN, Afonso Costa decidiu prescindir de formar governo⁶¹⁵ e tencionava regressar à sua casa na Serra da

⁶⁰⁷ Caetano Gonçalves, *Coroa de Saudades (sobre a campa de minha mulher). Efemérides e notas autobiográficas*, Vila Nova de Famalicão, Grandes Oficinas Gráficas “Minerva”, 1945, p. 79.

⁶⁰⁸ Cf., *Diário de Lisboa*, 12-11-1923, p. 8.

⁶⁰⁹ *Diário de Lisboa*, 8-11-1923, p. 8.

⁶¹⁰ “A Junta Consultiva e o Grupo Parlamentar do Partido Republicano Nacionalista, reconhecendo as altas qualidades de estadista do Sr. Dr. Afonso Costa, que é incontestavelmente a figura de maior destaque do Partido Democrático; mas considerando o Partido Republicano Nacionalista inibido por afirmações anteriores e pelo reconhecimento da sua capacidade governativa ainda não experimentada, de colaborar na organização de um governo cujo programa de acção nem sequer lhe foi exposto e cujo fracasso, a dar-se deixaria a República privada da assistência dum Partido sem responsabilidades nos erros do passado; e considerando ainda que o Sr. Presidente da República não pensa ser necessário a constituição de um governo nacional na hora presente, pois aos próprios líderes do partido apenas foi apresentado como solução um novo governo do Partido Democrático; resolve, apesar de tudo, dar ao Parlamento o mais firme, leal e patriótico apoio a qualquer governo da presidência do Sr. Dr. Afonso Costa e afirma a fé do Partido Republicano Nacionalista nos destinos do país e no seu destino considerando-o apto a governar por si só, conforme foi expresso ao Sr. Presidente da República”, *República*, 9-11-1923, p. 1.

⁶¹¹ *Diário de Lisboa*, 9-11-1923, p. 8; *O Debate*, 23-12-1923, p. 1; *Correio da Manhã*, 9-11-1923, p. 1.

⁶¹² Cf., *O Combate*, 25-11-1923, p. 2.

⁶¹³ “Exmo. Sr. Presidente do Directório do Partido Republicano Nacionalista – A convite do ilustre Directório pronunciou-se ontem a Junta Consultiva sobre a atitude a tomar pelo partido perante as solicitações feitas pelo Exmo. Sr. Dr. Afonso Costa para o Partido Republicano Nacionalista comparticipar no governo que o mesmo senhor estava procurando organizar. Como vossa Ex.^a sabe, a minha opinião foi em absoluto discordante da quase unanimidade da assembleia e dos discursos pronunciados ressaltou para mim a absoluta convicção de a divergência de critérios – o do partido e o meu – era tão funda que impossível me era adaptar o meu ao da assembleia. Nesta situação só um caminho tenho a seguir, o que me traça o respeito que devo a v. Ex.^a e a mim próprio – o de me afastar do partido, com o qual me encontro em tão estrutural divergência sobre uma questão que por todas foi julgada como a mais grave sobre que o partido tem sido chamado a pronunciar-se”, *O Combate*, 25-11-1923, p. 2.

⁶¹⁴ *O Combate*, 25-11-1923, p. 2.

⁶¹⁵ “Exmo. Snr. Presidente da República

Tendo-me Vossa Excelência encarregado de constituir Ministério, e julgando eu que só o devia formar se me fosse permitido escolher dentro dos partidos republicanos alguns dos meus colaboradores, sucedeu

Estrela no dia 9 de Novembro. No entanto, o Presidente da República solicitou-lhe uma nova conferência, pelo que Afonso Costa adiou a sua partida. Durante esse encontro Teixeira Gomes tentou convencê-lo a formar governo, dada a atitude dos nacionalistas em proporcionar-lhe um “largo período de benévola expectativa parlamentar”⁶¹⁶. No entanto, nada demoveu Afonso Costa da sua posição⁶¹⁷. O Presidente da República perante a negativa de Afonso Costa reuniu-se com o Directório do PRP. Teixeira Gomes seguiu o conselho dos dirigentes do PRP e encarregou Catanho de Meneses para iniciar diligências para formar Governo⁶¹⁸. Os democráticos decidiram continuar com a mesma estratégia no executivo que vinham tendo até esse momento, formando um governo democrático-independente, tendo Catanho de Meneses reunido com os parlamentares independentes no dia 10 de Novembro. No entanto, começaram a circular vários boatos dando conta da dificuldade de Catanho de Meneses em formar governo e da possibilidade de ser chamado José Relvas, Magalhães Lima, António José de Almeida, ou mesmo João Chagas para a chefia do executivo, contando aí, os quatro, com Afonso Costa para a pasta das finanças⁶¹⁹.

Entre 9 e 13 de Novembro Catanho de Meneses procurou formar um governo com elementos do PRP, com o apoio dos independentes, e se possível, com Afonso Costa nas Finanças, mas fracassou. O incapacidade do PRP formar governo devia-se à extrema pulverização interna em que se encontrava e ao facto de muitos dos convidados para assumirem algumas pastas sentirem que o executivo em formação seria apenas transitório e sem a força necessária para resolver os mais importantes problemas que assolavam o país⁶²⁰. O Partido Democrático estava dividido por inúmeros grupos como reconhecia o repórter do *Diário de Lisboa*: “O PRP já hoje não representa um partido,

que o Partido Nacionalista, que tem larga representação no Congresso da República, se recusou a facilitar-me essa espécie de cooperação, o que me leva a declinar a missão com que V. Ex.^a me honrou. Saúde e Fraternidade

Lisboa, 8 de Novembro de 1923

Afonso Costa”, A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*, 2.^a edição, Lisboa, Arcádia, 1975, p. 223.

⁶¹⁶ *Diário de Lisboa*, 9-11-1923, p. 8.

⁶¹⁷ Afonso Costa explicou a um jornalista d’*A Tarde* porque não tinha formado governo: “A razão?! Mas a razão é bem simples e os senhores já a conhecem em todo o seu desenvolvimento, causas e efeitos. Tendo o Partido Nacionalista recusado cooperar comigo no governo de salvação nacional que pensava constituir, fiquei implicitamente desobrigado do meu compromisso”. Por outro lado, não formou um governo extrapartidário, sem o concurso dos nacionalistas, uma vez que na sua opinião “o governo que se impõe [...] é de colaboração estreita entre todos os republicanos. O contrário será um simples paliativo” [Afonso Costa, *A Tarde*, 9-11-1923, p. 1]. Já em Março de 1923 Afonso Costa tinha manifestado o desejo de regressar ao governo de Portugal, mas desde que fosse de forma consensual: “Se não volto já para Portugal, é que motivos patrióticos e poderosos m’o impedem. Sei as simpatias com que conto, mas não ignoro os inimigos que me não perdoam. Estes não os temo. Não tenho é intenções de os provocar. A obra que eu pretendo realizar exige, pelo menos, um grande esforço. Não me sinto inclinado a queimar-me num estéril conflito de ambições mesquinhas. Vivo qualquer coisa de mais alto – o bem da minha Pátria. É justo portanto, que eu escolha um momento que sendo uma garantia para a produtividade da minha acção parlamentar ou governativa me dispensa de polémicas inúteis. Estou numa idade em que não me interessam triunfos brilhantes, só para satisfazer a vaidade. Aguardo a hora em que modestamente possa entrar no meu país sem aclamações mas também sem protestos” [Afonso Costa, *Diário de Lisboa*, 24-3-1923, p. 1].

⁶¹⁸ *Diário de Lisboa*, 9-11-1923, p. 8; *A Tarde*, 9-11-1923, pp. 1 e 3.

⁶¹⁹ *Diário de Lisboa*, 10-11-1923, p. 8; *idem*, 12-11-1923, p. 8; *idem*, 13-11-1923, pp. 5 e 8; *idem*, 14-11-1923, p. 8; *A Tarde*, 9-11-1923, pp. 1 e 3.

⁶²⁰ Catanho de Menezes sentiu-se melindrado com a recusa de alguns democráticos em participarem no seu governo, pelo que declarou que «se algum democrático for convidado a constituir governo após mim, considerar-me-hei agravado pessoal e politicamente», *Diário de Lisboa*, 14-11-1923, p. 1. Cf., *A Tarde*, 13-11-1923, p. 3.

mas sim uma série de correntes pessoais”⁶²¹. Bernardino Machado, na mesma linha, pensava que o fracasso do governo de Afonso Costa devia-se essencialmente aos problemas internos no próprio PRP⁶²². O falhanço do governo de Afonso Costa levou muita gente a descreer na possibilidade de o PRP formar um governo sem o seu «D. Sebastião das finanças», que para muitos era a única figura que poderia ainda unir o partido. E até os seus críticos internos tinham chegado a essa conclusão. José Domingues dos Santos reconheceu que “a ideia de levar ao governo, Afonso Costa alastrou-se. Já não é no Partido Democrático. É em toda a parte. Qualquer governo que não tenha o seu nome será efémero, episódico...”⁶²³. Os democráticos ao desistirem de formar governo forçavam os nacionalistas a aceitar a proposta de Afonso Costa de formar um governo nacional, dado não acreditarem que os nacionalistas se abalançariam para o executivo, estando em minoria no Congresso.

Entretanto, o directório do PRN sentiu necessidade de divulgar um manifesto ao país, explicando as razões que o tinham levado a não participar no governo presidido por Afonso Costa e que essa decisão não teria inviabilizado a formação do referido governo. O PRN não lhe “daria ministros para o seu governo”, mas oferecia-lhe, “sincera e lealmente, toda a sua colaboração parlamentar”. Nestas condições o Sr. Afonso Costa poderia afoitar-se a formar gabinete, pois “estava na posse dos instrumentos indispensáveis para governar. Disponha completamente do Partido Democrático [...]; tinha a cooperação incondicional dos independentes, o sorriso inefável dos católicos; e além destes elementos, que lhe asseguravam uma maioria parlamentar de 108 votos numa Câmara de 163 membros, contava ainda com o apoio sincero, franco, leal, completo, do Partido Nacionalista”. Por isso perguntavam: “Porque não formou governo o Sr. Dr. Afonso Costa?” A resposta a esta questão era clara na perspectiva dos nacionalistas: Uma vez que Afonso Costa tinha o apoio da maioria da Câmara dos Deputados os nacionalistas concluíam que Afonso Costa não formou governo “porque não quis. O único culpado do se ter malogrado o governo do Sr. Afonso Costa, não foi o Partido Nacionalista - foi o próprio Sr. Dr. Afonso Costa”. Os nacionalistas consideravam que não tinham sido consultados sobre a chamada de Afonso Costa e foram alheados de todas as negociações prévias à constituição do novo gabinete pelo Partido Democrático. Não tendo havido “um entendimento prévio entre os dois Directórios a formação do novo executivo foi colocada em termos rígidos e fechados, e com carácter de coação e de exigência com que o Sr. Dr. Afonso Costa a colocou perante o Directório Nacionalista - «ou me dão a liberdade de escolher no seu partido os ministros que eu quiser, ou declino o encargo de formar governo»”. Perante esta situação inflexível o PRN não podia integrar o executivo, pois para além de ter sido votado ao esquecimento durante as negociações para a solução da crise, não conhecia as características, nem os planos administrativos do novo governo. O PRN também não podia integrar o novo executivo por pura tática política. Era necessário estar afastado da governação para ser uma verdadeira alternativa ao PRP, mantendo assim a sua individualidade política: “Se o Partido Nacionalista ligasse as suas responsabilidades ao governo do antigo líder democrático, se ambos os partidos constitucionais se queimassem em holocausto à sua obra – onde estaria a reserva republicana organizada capaz de garantir amanhã, em seguida à queda do Sr. Dr. Afonso Costa a sucessão legítima do poder?”⁶²⁴.

⁶²¹ *Diário de Lisboa*, 14-11-1923, p. 5.

⁶²² *A Tarde*, 5-11-1923, p. 1.

⁶²³ *Diário de Lisboa*, 14-11-1923, p. 5.

⁶²⁴ “O Partido Nacionalista explica ao país a sua atitude”, *República*, 14-11-1923, p. 2. Neste manifesto o PRN tentou explicar a sua atitude perante o Governo Nacional de Afonso Costa. Álvaro de Castro não

7. O ministério do Partido Republicano Nacionalista

O Presidente da República ficou com uma difícil resolução. O primeiro partido do regime, que possuía quase a maioria absoluta no Congresso, devido aos seus particularismos, não conseguiu formar governo pela segunda vez consecutivamente. A solução da crise governativa que durava há 16 dias não podia passar pelo PRP. Teixeira Gomes, no dia 14 de Novembro, depois de ouvir novamente os representantes dos diferentes partidos com presença no Congresso, decidiu entregar a formação do governo ao segundo partido do regime – o Partido Republicano Nacionalista⁶²⁵. Este partido já tinha assegurado na primeira reunião com o Chefe de Estado que estava preparado para assumir o executivo *sem condições* e mesmo numa situação minoritária. No entanto, a sua situação não era fácil, podendo, desta vez apresentar a condição da dissolução parlamentar a curto prazo⁶²⁶. Não possuía uma maioria no Congresso que lhe possibilitasse obter as autorizações parlamentares e contava com a hostilidade dos democráticos depois dos nacionalistas terem inviabilizado o «governo nacional» de Afonso Costa. Por outro lado, a formação de um governo monocolor do PRN contava com a oposição de Álvaro de Castro e de alguns dos seus amigos⁶²⁷. No entanto, os nacionalistas esperavam ter uma acção governativa que os catapultasse na opinião pública, surgindo como um partido de governo, capaz de distribuir favores pela província e de destronar o partido do regime, numas futuras eleições. Este governo nacionalista iria por à prova não só a capacidade do partido que o sustentava, como iria por à prova a “futura viabilidade da própria República”⁶²⁸ na construção de soluções governativas estáveis e credíveis. A recusa em participar no governo de Afonso Costa e a aceitação de formar governo em minoria, também pode ser vista como uma estratégia de afirmação, tendo por sustentação a conspiração revolucionária conservadora que alastrava na sociedade portuguesa. É sabido que os dirigentes máximos do PRN, como Álvaro de Castro, Cunha Leal e António Ginestal Machado mantinham contactos

assinou este manifesto, pois o mesmo estava em desacordo com a opinião que tinha manifestado na reunião do grupo parlamentar e da junta consultiva [A *Tarde*, 14-11-1923, p. 3]. Podemos encontrar este manifesto em outros jornais e arquivos: Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, pp. 219-224; *O Figueirense*, 15-10-1923, p. 2; *O Torreense*, 18-11-1923, p. 2; *Gazeta de Viana*, 22-11-1923, pp. 3-4.

⁶²⁵ Nota Oficiosa da Presidência da República: “Tendo-se declarado o Partido Nacionalista apto a assumir o poder, o Sr. Presidente da República pediu aos representantes do mesmo partido para indicarem o nome que deve presidir ao novo Governo. Em virtude d’este convite, o Partido Nacionalista indicou para aquele fim o nome do Sr. Dr. Ginestal Machado, que foi aceite. O Sr. Dr. Ginestal Machado deve ainda esta noite ir ao Palácio de Belém a fim de ser convidado pelo Sr. Presidente da República a presidir ao novo governo”, *Correio da Manhã*, 15-11-1923, p. 1. Cf., *A Tarde*, 14-11-1923, p. 3.

⁶²⁶ Embora nacionalistas tivessem começado a pressionar o Presidente da República para lhes dar a dissolução antecipada do Congresso e a marcação de eleições, essa não era uma resolução fácil. Esta decisão não dependia unicamente do Presidente da República, mas também da aprovação pelo conselho parlamentar, onde os democráticos tinham maioria. Cf., *Diário de Lisboa*, 14-11-1923, p. 8.

⁶²⁷ Álvaro de Castro assumiu publicamente a sua posição: “Julgo impolítico que o PRN assumia sozinho o poder, não tendo, como creio não tem a benévola expectativa da opinião pública e não poder contar, por parte do PRP, com um apoio parlamentar equivalente àquele que o partido nacionalista deu durante mais de um ano ao governo democrático do Sr. António Maria da Silva”. Na sua opinião, o PRN poderia constituir um ministério, mas desde que este representasse “uma conjugação de esforços, resultantes da união de homens de vários partidos políticos”. Ele poderia chefiar esse executivo, embora a pessoa que reunia melhores condições para formar um “governo forte” fosse Afonso Costa [A *Tarde*, 14-11-1923, p. 3].

⁶²⁸ *Diário de Lisboa*, 14-11-1923, p. 8.

frequentes com revolucionários, como Raul Esteves. Segundo o relato de Cunha Leal, António Ginestal Machado assegurou aos restantes membros do Directório do PRN que tinha sido contactado por “altas individualidades do exército”⁶²⁹ que o incentivaram a formar governo, pois uma parte das forças armadas estava do lado nacionalista. O PRN tinha a segurança de que se fosse derrubado no Parlamento e o Presidente da República não dissolvesse as Câmaras e marcasse novas eleições, o exército interviria para colocar as forças conservadoras no Poder, “desde que as Pastas do Exército e da Marinha viessem a ser preenchidas por pessoas indicadas por esses conjurados”⁶³⁰.

António Ginestal Machado foi chamado à Presidência da República pelas 10 horas da noite e foi formalmente convidado a constituir governo. Ainda na noite de 14 de Novembro começou os contactos e ao alvorecer do dia 15 já tinha o seu governo quase constituído⁶³¹. Ainda antes da formação do governo foram enviadas cartas para os líderes regionais do PRN no sentido destes indicarem o nome dos correligionários que no seu entender deveriam exercer o cargo de governador civil⁶³². Pelas 10 horas da manhã, do dia 15 de Novembro, reuniram-se no Palácio do Calhariz o grupo parlamentar e o Directório do PRN para analisarem os nomes escolhidos por António Ginestal Machado para fazerem parte do governo. Parece não ter havido muita discussão sobre a composição do executivo, embora tenha havido algumas mudanças de última hora. Júdice Biker transitou da pasta das Colónias para a Marinha e Vicente Ferreira transitou da pasta do Comércio para as Colónias⁶³³. Lelo Portela, que estava indicado para o ministério do Trabalho, não foi secundado, por até há hora de terminar a reunião não ter sido possível contactá-lo telefonicamente, por se encontrar fora de Lisboa. Sabe-se ainda que houve algumas recusas em participar no governo, nomeadamente Afonso de Melo Pinto Veloso⁶³⁴ e do tenente-coronel Raul Esteves, convidado para ministro da Guerra por António Ginestal Machado. Este militar declinou o convite, mas sugeriu que se convidasse o general Óscar Carmona, que teria a confiança de uma parte das forças armadas⁶³⁵. Carmona mostrou-se hesitante, tendo António Ginestal Machado necessidade de lhe dizer que a sua presença no governo era

⁶²⁹ Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, pp. 369.

⁶³⁰ Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, p. 369. Cf., António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 1.º Volume, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 261.

⁶³¹ *A Tarde*, 15-11-1923, p. 1; *Diário de Lisboa*, 16-11-1923, p. 8.

⁶³² “Podendo dar-se o caso do Partido ser chamado a governar dum momento para o outro, torna-se necessário que o Governo que se constitua faça desde logo, para seu prestígio e da República, a nomeação dos governadores civis de todos os distritos. Nestas condições, o Directório roga a V. Exa. o favor de lhe indicar com a maior brevidade possível, o nome do nosso correligionário que deve ser nomeado para exercer o cargo no distrito”. Carta enviada por Pedro Pita, secretário do Directório do PRN, para Francisco Manuel Pereira Coelho, líder do PRN no distrito de Beja, datada em Lisboa a 14-11-1923. Espólio Francisco Manuel Pereira Coelho – Coimbra (em posse do seu filho Francisco Pereira Coelho).

⁶³³ Vicente Ferreira transitou da pasta do Comércio para as Colónias, uma vez que poderia haver alguma incompatibilidade com o lugar de engenheiro que ocupava na Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro, cf., *A Tarde*, 15-11-1923, p. 1.

⁶³⁴ Cf., *Notícias de Viseu*, 28-1-1928, p. 4.

⁶³⁵ “Eu mesmo, e com muita honra, convidei-o [Raul Esteves] para ministro da Guerra. Não aceitou – e foi, então, nomeado ministro da Guerra o ilustre promotor deste tribunal, sr. general Carmona”, António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 22-9-1925, p. 8. Raul Esteves disse que foi convidado para aceitar a pasta da Guerra, por António Ginestal Machado. No entanto, não aceitou. Posteriormente, numa reunião de oficiais foi indicado o nome do general Carmona. Cf., *Diário de Lisboa*, 2-9-1925, p. 8; António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 1.º Volume, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp. 261-262.

indispensável para evitar uma revolta militar⁶³⁶. O general acabou por aceitar, tendo colocado como única condição, “expurgar a política do exército”⁶³⁷. Às 14 horas António Ginestal Machado dirigiu-se ao Palácio de Belém para dar a conhecer ao Chefe de Estado a composição do governo nacionalista e às 17 horas o novo executivo foi empossado por Teixeira Gomes. Durante a posse voltaram-se a viver alguns momentos de tensão, que demonstravam que a animosidade entre o PRN e o PRP tinha subido de tom. António Ginestal Machado fez o elogio dos seus “colaboradores, afirmando que o seu passado republicano, era a melhor garantia para poder dar ao país uma administração zelosa e honesta”. Para terminar afiançou que o governo “manterá a ordem, custe o que custar, e sem a menor hesitação”⁶³⁸. Facto que mereceu um coro de “*Vivas* ao Partido Republicano Nacionalista”, ao qual outros assistentes responderam com “*Vivas* a Afonso Costa” e “abaixo os traidores”. Restabeleceu-se a ordem na sala apenas com o discurso do chefe do governo cessante, António Maria da Silva, que saudou o novo executivo⁶³⁹.

A mudança de última hora, de Júdice Bicker, da pasta das colónias para a pasta da Marinha, acentuou o afastamento de Álvaro de Castro do PRN, uma vez que tinha defendido a entrega da pasta das colónias àquele militar. Álvaro de Castro já se tinha mostrado indisponível para integrar o governo do PRN e depois deste incidente abandonou a liderança da bancada nacionalista na Câmara dos Deputados, tendo informado António Ginestal Machado da sua resolução⁶⁴⁰.

O governo nacionalista liderado por António Ginestal Machado reunia a elite e as várias sensibilidades políticas do partido. A composição do governo reflectia ainda os vínculos aos antigos partidos e o seu peso político: cinco ministros tinham militado no Partido Republicano Liberal, três ministros tinham integrado o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, um ministro provinha do Partido Reformista/Federação Nacional Republicana e um ministro, o general Óscar Carmona, era independente. Ao

⁶³⁶ Cf., Leopoldo Nunes, *A Ditadura Militar. (Dois anos de história política contemporânea)*, 2.ª edição, Lisboa, 1928; *idem*, *Carmona (Estudo Biográfico)*, Lisboa, 1942, pp. 67-74; António José Telo, *Decadência e Queda... op. cit.*, pp. 261-262.

⁶³⁷ António Ginestal Machado, *Diário da Câmara dos Deputados*, 13-12-1923, p. 13.

⁶³⁸ *Diário de Lisboa*, 15-11-1923, p. 16.

⁶³⁹ *República*, 16-11-1923, p. 1.

⁶⁴⁰ Veja-se a seguinte carta enviada por Álvaro Xavier de Castro, datada em Coimbra, em 17-11-1923, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/742:

“Na noite de 14 do corrente fui ao Directório depois de V. Ex.ª me ter manifestado o desejo de eu aparecer. No decorrer dos trabalhos de organização do Ministério, na qual só intervim por solicitação de V. Ex.ª tive ocasião de manifestar a minha discordância quanto à pessoa estáo indicada para a pasta das Colónias. Fundamentei essa discordância em argumentos irrespondíveis. E tão fortes eles eram que foram aceites. Ficou estabelecido que iria para a pasta das colónias o Sr. Júdice Biker, com quem mantenho unicamente cordiais relações de amizade. No dia 15 de manhã pouco depois de ter cumprimentado V. Ex.ª falei com o Sr. Júdice Biker acerca das dificuldades da sua pasta. Fui para o meu escritório e grande foi a minha surpresa quando, pouco antes do acto de posse, alguém me comunicou que o Sr. J. Biker tinha sido retirado da pasta das Colónias depois de *demarches* de V. Ex.ª e determinadas pessoas. Não quis V. Ex.ª comunicar-me as razões de tão estranha e súbita modificação e apesar de a V. Ex.ª ter falado várias vezes depois da posse, não se dispôs V. Ex.ª dizer-me algumas palavras sobre tal assunto.

Assisti ao acto de posse, cumprindo aquilo a que me tinha obrigado e na segunda-feira irei à Câmara fazer a declaração de apoio em meu nome pessoal.

Desde segunda-feira deixo de desempenhar na Câmara as funções de líder conservando-me dentro do partido, mas inteiramente fora do escrutínio daquela e doutra qualquer função de Direcção.

V. Ex.ª providenciará para que alguém na Câmara dos Deputados assuma as funções de líder. Esta minha resolução é tão definitiva como a substituição do Sr. Júdice Biker na pasta das Colónias.

Terminando afirmando a V. Ex.ª que tenho a maior consideração pelo Sr. Vicente Ferreira, supondo-o inteiramente estranho às razões que determinaram a substituição do Sr. Júdice Biker [...]. Álvaro de Castro”.

nível profissional era notório a presença dos militares, uma vez que dos nove ministros, seis tinham seguido a carreira das armas, conforme se pode verificar no Quadro III. Ao nível da formação, a área militar continuava a ser maioritária, uma vez que cinco ministros tinham frequentado as escolas superiores militares. A média de idade dos ministros do governo nacionalista situava-se nos 46,3 anos, pelo que se encontrava dentro da média de idades dos ministros na I República. Já em relação ao perfil ocupacional e académico salientava-se uma maior presença de militares face à média da I República, ainda que os militares fossem o grupo dominante⁶⁴¹. Apenas Manuel Soares de Melo e Simas, Pedro Góis Pita e António Óscar Fragoso Carmona não tinham experiência governamental até aquele momento.

Quadro III - Governo do Partido Republicano Nacionalista
(15-11-1923 a 18-12-1923)

Ministério	Nome	Profissão	Formação	Idade	Partidos
Presidência e Interior	António Ginestal Machado	Professor do Liceu	Curso Superior de Letras	49	PRP; UR; PRL; PRN
Justiça	Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso	Juiz	Direito - 1907 (Universidade de Coimbra)	42	Monárquico; PRP; PRRN; PRN
Finanças	Francisco Pinto da Cunha Leal	Engenheiro	Engenheiro militar e engenheiro civil e de minas: Escola Politécnica e Escola do Exército	35	Partido Centrista Republicano; PNR; Partido Republicano Popular; Governamental; PRL; PRN; ULR
Guerra	António Óscar Fragoso Carmona	Oficial do Exército - General	Escola do Exército (Cavalaria)	50	Independente
Marinha	Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker	Oficial da Marinha - capitão de fragata	Escola da Marinha	56	PRL; PRN
Negócios Estrangeiros	Júlio Dantas	Professor do Conservatório	Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa	47	Partido Progressista; PRRN; PRN
Comércio e Comunicações e interino do Trabalho	Pedro Góis Pita	Advogado	Direito (Universidade de Coimbra)	32	PRP; PRRN; PRN
Colónias	António Vicente Ferreira	Oficial do Exército - Coronel	Engenheiro Civil e Minas da Escola do Exército	49	UR; PRL; PRN; Independente
Instrução Pública	Manuel Soares de Melo e Simas	Oficial do Exército - Coronel	Escola Militar (Artilharia) e Escola Politécnica de Lisboa	53	UR; Partido Reformista; Federação Nacional Republicana; PRN
Agricultura	Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá	Oficial da armada (capitão de mar-e-guerra) e médico	Medicina -Escola Médico-Cirúrgica do Porto	50	PRE; Partido Centrista Republicano; Partido Nacional Republicano; PRL; PRN; ULR

⁶⁴¹ Pedro Tavares de Almeida; António Costa Pinto, “Os ministros portugueses, 1891-1999. Perfil e carreira política” in Pedro Tavares de Almeida; António Costa Pinto; Nacy Bermeo (Org.), *Quem Governa a Europa do Sul?*, Lisboa, ICS, 2006, pp. 19-58.

No dia 16 de Novembro, o Presidente do Ministério e Ministro do Interior, António Ginestal Machado, exonerou os governadores civis⁶⁴². A nomeação dos novos governadores civis realizou-se através de uma delicada operação para não ferir as diversas sensibilidades políticas que compunham o Partido Republicano Nacionalista.

Quadro IV - Governadores Civis nomeados durante o governo do Partido Republicano Nacionalista

Distrito	Nome	Antigo Partido	Profissão	Data nomeação	Data exoneração
Aveiro	Júlio Augusto da Cruz	Evolucionista	Dr., Capitão	20-11-1923	09-08-1924
Beja	Francisco Manuel Pereira Coelho	Unionista	Dr., Conservador do Registo Predial	20-11-1923	17-12-1923
Braga	Artur Brandão	Evolucionista	Dr., Editor	20-11-1923	17-12-1923
Bragança	Álvaro da Cunha Ferreira Leite	Reconstituente	Dr., Médico	20-11-1923	17-12-1923
Castelo Branco	António Trindade	Reconstituente	Dr., Professor do Liceu	20-11-1923	26-12-1923
Coimbra	Domingos António de Lara	Evolucionista	Dr., Médico	20-11-1923	09-08-1923
Évora	Domingos Vítor Cordeiro Rosado	Evolucionista	Dr., Advogado	20-11-1923	09-08-1924
Faro	João Mendes Cabeçadas Júnior	Unionista	Capitão-de-fragata	20-11-1923	17-12-1923
Guarda	Avelino Henriques da Costa Cunhal	Unionista	Dr., Advogado	20-11-1923	17-12-1923
Leiria	José Pereira Barata	Evolucionista	Dr., Inspector escolar de Ansião	20-11-1923	14-06-1924
Portalegre	Luís Alves de Sousa Lemos	Evolucionista		20-11-1923	20-09-1924
Porto	Belchior de Figueiredo	Unionista	Director de Finanças	20-11-1923	17-12-1923
Santarém	Joaquim da Silva Pereira	Unionista	Dr., Professor de Liceu	20-11-1923	17-12-1923
Viana do Castelo	António Carlos Ribeiro da Silva	Evolucionista	Dr., Conservador do Registo Civil	20-11-1923	17-12-1923
Vila Real	Henrique Ferreira Botelho	Centrista	Dr., Médico	20-11-1923	17-12-1923
Viseu	Manuel Rebelo Moniz	Partido Nacional Republicano	Dr., Proprietário	20-11-1923	17-12-1923
Angra do Heroísmo	Sebastião Ávila de Vasconcelos	Liberal	Funcionário das Alfândegas	20-11-1923	26-12-1923
Funchal	Daniel Telo Simões Soares	Reconstituente	General reformado	20-11-1923	05-01-1924
Horta	Manuel Francisco Neves Júnior	Unionista	Dr., guarda-mor de saúde	20-11-1923	17-12-1923
Ponta Delgada	Francisco Luís Tavares	Unionista	Dr., conservador do registo civil	20-11-1923	05-01-1924
Lisboa	António Gonçalves Videira	Sem filiação partidária anterior	Advogado	16-11-1923	17-12-1923

Fontes: Espólio de António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/41; *Diário do Governo*, II Série, 23 de Novembro de 1923; 26 de Novembro de 1923; Albino Lapa, *Governadores Civis de Portugal*, Lisboa, 1962.

A nomeação das autoridades administrativas era tão importante e complexa que o Presidente do Ministério e Presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado, preocupou-se em escrever num documento pessoal a antiga proveniência política dos novos governadores civis que ia nomear. Assim os nomes indicados

⁶⁴² *Diário do Governo*, II Série, 23-11-1923, pp. 4051-4052.

representaram um equilíbrio entre as diversas forças políticas que integraram o PRN. Foram nomeados 7 evolucionistas, 7 unionistas, 3 reconstituintes, 1 centrista, 1 liberal, 1 elemento sem filiação partidária anterior, mas que era membro do PRN e 1 elemento que tinha pertencido ao Partido Nacional Republicano⁶⁴³ (ver Quadro IV). Não obstante, não foi fácil chegar a este equilíbrio. Dentro dos órgãos políticos do PRN houve discussões tumultuosas para a nomeação das autoridades administrativas, como por exemplo na escolha do governador civil de Lisboa⁶⁴⁴ e do governador civil do Porto. Os antigos evolucionistas e unionistas portuenses movimentaram-se para colocarem neste apetecível cargo um homem da sua confiança. A escolha do Directório do PRN recaiu em Belchior de Figueiredo, um antigo unionista, que tinha aderido ao Sidonismo, facto que levantou celeumas entre antigos evolucionistas e reconstituintes⁶⁴⁵. Em Braga havia dez candidatos para o lugar de governador civil e, para não desgostar a nenhum, nomeou-se o deputado Artur Brandão, ainda que esta decisão custasse perder um voto ao PRN na Câmara dos Deputados⁶⁴⁶. Já em Beja a nomeação foi mais pacífica, tendo o Directório do PRN telegrafado para a Comissão Distrital do PRN, no sentido desta indicar um nome para ser nomeado o governador civil de Beja. A Comissão Distrital do PRN reuniu-se e votou no seu presidente, o Dr. Francisco Manuel Pereira Coelho, antigo unionista, tendo o governo confirmado esta escolha⁶⁴⁷. Em Portalegre o processo de nomeação do Governador Civil ocorreu de forma semelhante a Beja⁶⁴⁸. Após estas nomeações, seguir-se-ia a nomeação dos administradores do concelho e regedores, que foram sendo substituídos até à queda do governo. Também aqui houve grupos que se sentiram injustiçados, em particular os antigos reconstituintes e machadistas, que acusavam o governo de só nomear velhos unionistas⁶⁴⁹.

Os novos representantes do poder central foram indicados pelas estruturas locais do PRN⁶⁵⁰ ou por indicação de alguns notáveis, que viviam em Lisboa, mas que

⁶⁴³ *Espólio António Ginestal Machado* - Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/41.

⁶⁴⁴ Para Lisboa foi nomeado António Gonçalves Videira. Cf., *República*, 17-11-1923, pp. 1-2; *A Tarde*, 22-11-1923, p. 2.

⁶⁴⁵ *República*, 20-11-1923, p. 1; *idem*, 20-11-1923, p. 1; *idem*, 21-11-1923, p. 1; *A Tarde*, 21-11-1923, p. 3.

⁶⁴⁶ *A Tarde*, 21-11-1923, p. 3; *idem*, 3-12-1923, p. 3.

⁶⁴⁷ António Ginestal Machado escreveu a Francisco Manuel Pereira Coelho, dando-lhe conta de já ter lavrado o “decreto nomeando-o governador civil”. Tinha, no entanto um pedido a fazer-lhe: “Tinha empenho, podendo ser, escolhendo para administrador de Almodôvar Sr. Louro Portela [...], que é o portador desta. O Sr. Portela está disposto a filiar-se no partido”. Carta enviada por António Ginestal Machado para Francisco Manuel Pereira Coelho, datada em Lisboa a 22-11-1923. Espólio Francisco Manuel Pereira Coelho – Coimbra (em posse do seu filho Francisco Pereira Coelho). Cf., *O Bejense*, 22-11-1923, p. 1.

⁶⁴⁸ Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1709.

⁶⁴⁹ Veja-se a II série do *Diário do Governo* desde 27-11-1923 a 15-12-1923. Cf., *Diário de Lisboa*, 20-11-1923, p. 8. *República*, 20-11-1923, p. 1; *idem*, 25-11-1923, p. 1; *idem*, 5-12-1923, p. 1; *idem*, 5-12-1923, p. 2; *A Tarde*, 3-12-1923, p. 1.

⁶⁵⁰ Vejam-se a carta enviada pelo funcionário do Gabinete do Governador Civil do Distrito de Castelo Branco para o deputado Bernardo Ferreira de Matos, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família):

“Meu caro Dr.

Venho informá-lo [...].

Estão já nomeados os administradores da Sertão e Proença-a-Nova.

Sobre o Governador Civil, como as comissões reúnem hoje, só amanhã poderei dizer-lhe alguma coisa na certeza porém de que, como o meu caro Dr., todos servem desde que representem a opinião e sentir do partido, que deve manter-se mais do que nunca manter-se firme e unido. [...]

Sobre os administradores: Já devem ter tomado posse os que me indicou.

19-11-1923

Jaime Dias”.

continuavam a controlar a periferia⁶⁵¹. Outros correligionários ofereceram-se rapidamente para exercerem qualquer cargo, uma vez que eram republicanos e nacionalistas⁶⁵². Nalguns locais os administradores do concelho não foram bem recebidos pelas estruturas locais do PRN, quase sempre por não serem membros do partido⁶⁵³. Os novos administradores do concelho, enquanto representantes do partido no aparelho do estado, procuraram de imediato começar a controlar a distribuição de empregos e lugares públicos, como forma de reforçar o poder do partido e favorecer aqueles que tinham estado ao lado do Partido Republicano Nacionalista. Por outro lado, procuraram limitar a acção dos democráticos que desde o «5 de Outubro» tinham controlado a administração pública. Veja-se a carta que o administrador do concelho de Vila de Rei enviou para Bernardo Ferreira de Matos, deputado nacionalista e notável da Beira Baixa a residir em Lisboa:

“Vila de Rei, 25 de Novembro de 1923

Meu Pr. Dr.

Acabo de tomar posse do lugar de administrador deste concelho, no desempenho no qual procurarei dirigir a política do concelho no sentido de robustecer o nosso partido. Aproveito esta ocasião para lhe falar num assunto em que eu e os correligionários temos o maior empenho. Está vago o lugar de secretário das finanças deste concelho e no desempenho em comissão está um senhor Artur de Almeida aspirante das finanças da Covilhã. Suponho que este indivíduo, democrático dos quatro costados e funcionário sem escrúpulos trabalha para ser promovido e aqui colocado. Por este e vários motivos de ordem política não convém que este indivíduo aqui fique. O remédio para este mal consiste simplesmente em fazer prover imediatamente o lugar antes que ele consiga os seus fins. Rogo pois ao meu caro Exmo. o favor de falar ao Exmo. Ministro afim de que este lugar seja provido imediatamente por outro funcionário [...].

António Francisco Parreira⁶⁵⁴”

A situação do governo nacionalista era delicada. Mesmo que contasse com a neutralidade ou o apoio dos independentes e católicos, continuava nas mãos dos

⁶⁵¹ Veja-se a carta enviada pelo administrador do Concelho de Proença-a-Nova para o deputado Bernardo Ferreira de Matos, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família):

“Meu Exmo. Amigo

Recebo o seu estimado cartão e venho agradecer-lhe, sinceramente reconhecido a indicação do meu nome para administrador deste concelho de cujo cargo tomei ontem posse.

Cumpr-me dizer-lhe que envidarei todos os esforços ao meu alcance para chamar ao nosso partido novos elementos, esperando também do meu Exmo. amigo o favor do seu valioso auxílio. [...]

21-11-1923, José Marques”

⁶⁵² Agostinho Diogo Horta escreveu a António Ginestal Machado para o felicitar pela chefia do novo Governo e a dado momento escreveu o seguinte: “Eu, republicano de antes de 1910, e nacionalista registado, ofereço os meus serviços a V. Exa. para qualquer cargo de confiança política, de que haja necessidade, ou outro compatível com os meus conhecimentos de contabilidade”. Carta de Agostinho Diogo Horta para António Ginestal Machado, datada em Lisboa em 17-11-1923, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/887.

⁶⁵³ Vejam-se os telegramas enviados para António Ginestal Machado, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1876-1877:

“Saldoal, 26-11-1923. Tomou posse administrador este concelho monárquico confirme seus correligionários protestam Abílio Matos Silva”.

“Elvas, 30-11-1923. População republicana e C. M. indignada lavra protesto por nomeação administrador estranho ao partido e desrespeitando lei orgânica o que provocará esfacelamento partido este concelho – presidente Júlio Gato”.

⁶⁵⁴ Carta de António Francisco Parreira, datada em Vila de Rei em 25-11-1923 e enviada para Bernardo Ferreira de Matos, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

democráticos. O PRN contava apenas com uma minoria de apoio no Congresso⁶⁵⁵ e a sua atitude na crise governativa anterior, tinha deixado os ânimos exasperados aos democráticos, pelo que muitos dos seus deputados defenderam que o governo nacionalista devia ser recebido com uma moção de desconfiança⁶⁵⁶. António Ginestal Machado reuniu-se com directório do PRP no dia 16 de Novembro para tentar chegar a uma plataforma de entendimento. Porém, dentro do grupo parlamentar democrático, alguns deputados, como Sá Pereira e João Camoesas, continuavam a defender uma oposição sem tréguas ao governo nacionalista. Contudo, a linha moderada do grupo parlamentar do PRP, protagonizada por Domingos Pereira, Vasco Borges e José António da Costa Júnior, conseguiu aprovar uma moção no sentido de receber o novo governo com uma «expectativa fiscalizadora» e «benévola»⁶⁵⁷. No entanto, a apresentação de uma moção de desconfiança, por parte de um deputado democrático, era um cenário plausível. Durante o primeiro Conselho de Ministros foi equacionada a reacção do governo a uma previsível aprovação de uma moção de desconfiança no Congresso. Seguindo o relato de Cunha Leal, o general Óscar Carmona manifestou desconhecer, por completo, as intenções dos seus camaradas militares que o tinham indicado para Ministro da Guerra e “declarou-se absolutamente inconciliável com os mais ligeiros desvios duma atitude constitucional”. Óscar Carmona apenas aceitava solicitar a dissolução das Câmaras ao Presidente da República se fosse aprovada uma “moção de desconfiança contra o governo”. Por isso, o presidente do conselho de ministros, António Ginestal Machado, teve de continuar a jogar “uma partida de bluff”⁶⁵⁸ declarando publicamente esperar “governar com o Parlamento” e não equacionava exigir ainda a dissolução do Congresso ao Presidente da República. A obra que os nacionalistas se comprometiam a realizar resumia-se nas palavras do chefe do executivo a “administração e ordem – para que possa haver Liberdade e Justiça”⁶⁵⁹.

Ferreira do Amaral foi incumbido pelo governo de António Ginestal Machado de lutar contra o poder subversivo da Legião Vermelha. O PRN foi buscar fora do seu partido os homens da segurança interna, possivelmente como forma de defesa face aos ataques políticos do PRP e da esquerda radical. Óscar Carmona foi escolhido para Ministro da Guerra, o Comandante Ferreira do Amaral foi nomeado Comandante da Polícia Cívica de Lisboa e o Major Oliveira Tavares foi nomeado Director da Polícia de Segurança do Estado⁶⁶⁰.

Dentro dos republicanos conservadores, nem todos estavam com o novo governo nacionalista. Álvaro de Castro não fez parte do governo nacionalista, uma vez que defendia a formação de um governo de concentração, em que ele poderia ser o presidente do conselho de ministros. Brito Camacho, o antigo líder unionista, e os seus numerosos amigos não morriam de amores por Cunha Leal.

Contra o governo nacionalista encontravam-se também os homens da moagem, dado que Vasconcelos e Sá, ministro da agricultura, tinha prometido acabar com o regime de liberdade do preço do pão⁶⁶¹. Para atingir esse objectivo, começou por chegar a acordo com a Associação dos Industriais de Padarias Independentes para fornecer à cidade de Lisboa e na produção total das suas padarias independentes dois tipos únicos

⁶⁵⁵ Em Novembro de 1923 o PRN tinha cerca de 48 deputados dos 160 que formavam a Câmara dos Deputados e 15 senadores dos 70 que compunham o Senado. Cf., *A Tarde*, 15-11-1923, p. 3; *República*, 14-12-1923, pp. 1-2; *Espólio de António Ginestal Machado*, Biblioteca Nacional de Portugal, E55/1493.

⁶⁵⁶ Veja-se a título de exemplo a entrevista de Sá Pereira, *Diário de Lisboa*, 16-11-1923, p. 8.

⁶⁵⁷ Cf., *Diário de Lisboa*, 16-11-1923, p. 1; *A Tarde*, 17-11-1923, pp. 1 e 3; *idem*, 19-11-1923, p. 3.

⁶⁵⁸ Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, p. 375.

⁶⁵⁹ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 17-11-1923, p. 8.

⁶⁶⁰ *República*, 4-12-1923, p. 1.

⁶⁶¹ *Correio da Manhã*, 16-12-1923, p. 2.

de pão, o «pão de luxo», que seria vendido a 2\$70 o quilograma e o «pão de família» vendido a 1\$50 o quilograma. Estes pães seriam fabricados apenas com a farinha que para esse destino lhe seria fornecido pela Manutenção Militar, a um preço de 3\$00 por quilograma da chamada farinha «extra» e de 1\$80 por quilograma da chamada farinha «de primeira». Como medida de auto-regulação do preço estabeleceu-se que quando “os preços destas farinhas aumentem ou diminuam na Manutenção Militar, aumentará ou diminuirá na mesma proporção pré-estabelecida o preço do pão”⁶⁶². Para além desta medida o governo avançou com resoluções contra a importação de cereais estrangeiros e contra o açambarcamento de cereal e no sentido de favorecer a venda dos produtos nacionais. Para isso avançou com medidas no sentido de obrigar os detentores de trigo a declarar a sua existência e a regulamentar a sua venda⁶⁶³.

A estratégia dos nacionalistas foi apresentar rapidamente um relatório sobre a situação financeira do país de uma forma calamitosa, que lhe permitisse secundar uma série de medidas racionalizadoras do Estado, que levasse à superação do deficit das finanças públicas que os nacionalistas há muito vinham defendendo na oposição⁶⁶⁴. Cunha Leal, no discurso de tomada de posse como ministro das finanças deu o mote⁶⁶⁵. As intenções do ministro das finanças tiveram desenvolvimento na declaração ministerial (isto é, o programa do governo) que foi apresentada no Parlamento no dia 19 de Novembro pelo chefe do governo, António Ginestal Machado. Os nacionalistas concentraram-se no problema financeiro do país, tendo declarado que o deficit já excedia os 400.000 contos, em vez dos 157.693 contos anunciados no último orçamento de 1923-1924 e a circulação fiduciária “que não deveria ultrapassar 1.2000.000 contos, números redondos, já a 7 do corrente atingiu, e sem justificação legal, 1374.516 contos. Nestas condições a primeira obrigação do governo agora chamado ao exercício do Poder é por a ordem onde está a desordem, legalizar o que é ilegal, trazendo imediatamente ao Parlamento uma proposta de lei conducente á regularização das contas do Estado com o Banco de Portugal”. O governo comprometia-se ainda a comprimir “as despesas inúteis ou supérfluas” e a criar “receitas fáceis de cobrar”. Pretendia ainda alcançar a estabilidade dos câmbios e obter o “desejado e necessário equilíbrio do Orçamento”. Os nacionalistas também pretendiam sanear todas as irregularidades existentes em Portugal, nomeadamente a questão dos Transportes Marítimos do Estado, Bairros Sociais, Exposição do Rio de Janeiro, “aplicando inexoravelmente as sanções da lei”. Em relação às medidas preconizadas para os vários ministérios, elas tinham em comum procurar “promover o aumento de riqueza [...] dentro da maior economia e da máxima eficiência dos serviços públicos”. Na pasta do comércio procurar-se-ia resolver os problemas de construção e reparação das estradas, da liquidação rápida e completa dos Transportes Marítimos, da melhor utilização pelo

⁶⁶² *Diário do Governo*, I Série, 18-12-1923, p. 1466.

⁶⁶³ *Diário do Governo*, Decreto n.º 9318, I Série, 18-2-1923.

⁶⁶⁴ Cf., declarações de Cunha Leal, *A Tarde*, 17-11-1923, p. 1; *República*, 18-11-1923, p. 1.

⁶⁶⁵ O governo “procurará subordinar sempre os seus actos [...], das suas afirmações de oposição, estabelecendo apenas as naturais correcções que o conhecimento exacto de todos os factos obriguem a introduzir; Que em obediência a esta circunstância logo que termine a apresentação ministerial ao Congresso, na primeira sessão nos Deputados, que se lhes seguir dará conhecimento ao país de toda a verdade da situação financeira; Que, logo após, proporá ao Congresso as medidas que reputar necessárias à regularização da situação do Estado e do Banco de Portugal, no tocante à circulação fiduciária, comprometendo-se a não fazer nenhum aumento que não esteja legalizado por diploma publicado no Diário do Governo; Que procurará ganhar, por uma tentativa honesta de redução implacável das despesas a confiança necessária do país para novos sacrifícios tributários que são inevitáveis; Que com esta política de compressão de despesas e aumento de receitas espera ter equilibrado o orçamento dentro de seis a nove meses, comprometendo-se no caso de nada conseguir a abandonar voluntariamente o ministério das finanças”. Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 16-11-1923, p. 4.

Estado dos seus caminhos de Ferro, e mais prático e rendoso aproveitamento dos combustíveis nacionais e da energia hidráulica”. No Ministério da Agricultura iria apostar-se em desenvolver e “aperfeiçoar os sistemas de crédito agrícola”, o aproveitamento hidráulico, abrangendo a energia transformada, irrigação, drenagem, colmatagem, regularização e desassoreamento de rios, [...] dar feição prática ao ensino agrícola; intensificar a arborização [...]; fomentar o fabrico de adubos com as matérias-primas nacionais, e favorecer a criação da nova indústria da extracção e fixação de azoto atmosférico, dar incremento à pomologia-horticultura, bem como às indústrias de lacticínios; ampliar e completar os laboratórios de patologia veterinária existentes; estimular devidamente a cultura de cereais”. Em relação à política colonial mantinha-se a posição expressa por Cunha Leal no diferendo com Norton de Matos: Nas relações entre a metrópole e as colónias iria estimular-se “o livre desenvolvimento dos territórios do ultramar português, tendo sempre em vista que esse desenvolvimento não se pode fazer à custa da ruína da metrópole”, e comprometia-se a supervisionar e fiscalizar “o regime de autonomia administrativa concedida às províncias do ultramar”. Na política externa aprofundar-se-ia a nossa antiga aliança com a Inglaterra e o Governo comprometia-se em fazer “uma política internacional caracterizadamente económica, prosseguindo nas negociações dos acordos comerciais pendentes e promovendo a negociação de outros”, no intuito de expandir o nosso comércio externo. No ministério da Guerra iria fazer-se uma profunda reorganização dos serviços, tendo em vista maximizar e rentabilizar o material disponível, baixando assim os custos de funcionamento dos serviços afectos a este ministério. Na Justiça também iria fazer-se uma reorganização dos serviços, tornando-os mais eficientes. Outro objectivo prioritário do novo governo era assegurar a “ordem nas ruas, mantendo-a também nos serviços públicos”⁶⁶⁶. A seguir à leitura da declaração ministerial o governo apresentou um relatório sobre a situação financeira do país, que era uma inovação na vida parlamentar republicana, onde se demonstrava que a arrecadação de impostos estavam abaixo e as despesas acima do orçamentado, o que tinha provocado um aumento substancial do deficit⁶⁶⁷. O PRP, pela voz de José Domingues dos Santos, manifestou que não poderia “dar um apoio decidido” ao Governo e iria manter-se numa “situação de expectativa, aguardando os [seus] actos”⁶⁶⁸. Já os monárquicos mostraram-se mais próximos do governo do que era frequente⁶⁶⁹. A minoria católica, por intermédio de Lino Neto, manteve a sua atitude habitual: “Espera, serenamente e sem reserva, os seus actos, e por esses actos pautará o seu procedimento”⁶⁷⁰. Abranches Ferrão, representando os deputados independentes, manifestou que se mantinham numa atitude de expectativa e que iriam apreciar “os actos do novo Governo com inteira imparcialidade”. No entanto, não deixaram de estranhar a forma como tinha sido constituído o executivo: “num sistema parlamentarista não se explica, na verdade, que um Governo, tome conta das rédeas do Poder, sem ter previamente assegurada uma maioria parlamentar que o apoie...”⁶⁷¹. Outros deputados, não se coibiram de manifestar logo a sua oposição ao

⁶⁶⁶ Declaração Ministerial do Governo de António Ginestal Machado, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-11-1923, pp. 7-9. Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, pp. 225-228. No Espólio de António Ginestal Machado existe uma versão manuscrita. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Esp. E55/1. Cf., *Diário de Lisboa*, 19-11-1923, p. 8; *A Tarde*, 20-11-1923, p. 1.

⁶⁶⁷ Cf., «Relatório», *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-11-1923, pp. 9-13.

⁶⁶⁸ José Domingues dos Santos, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-11-1923, p. 15.

⁶⁶⁹ “A respeito da ordem social e da rua estamos incondicionalmente ao lado do Governo”, Aires de Ornelas, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-11-1923, p. 16.

⁶⁷⁰ Lino Neto, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-11-1923, p. 19.

⁶⁷¹ Abranches Ferrão, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-11-1923, p. 9.

novo governo. O anterior Ministro da Agricultura, Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro, que naquele momento integrava os independentes manifestou a sua discordância por o governo ter alguns ex-Sidonistas, com Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá: “o Sr. Ginestal Machado não tinha o direito de nos trazer um ex-secretário de Estado, dirigido pelo Sr. Tamagnini Barbosa”⁶⁷². Sá Pereira, da ala esquerdista do PRP, desalinhado com a posição do seu líder afirmou que “se a vida deste Governo dependesse do meu voto, hoje mesmo ele abandonaria as cadeiras do Poder”⁶⁷³. O anterior ministro das finanças do PRP, Vitorino Guimarães, criticou o facto de o relatório apresentado por Cunha Leal criar o pânico, uma vez que havia “muita maneira de dizer a verdade, sem causar alarmes, nem descréditos”. Reconheceu, por sua vez, que o aumento da circulação fiduciária foi justificado, “podendo ser legalizado, visto que lhe faltavam apenas umas formalidades burocráticas”⁶⁷⁴.

A situação do país era tal que se o Parlamento não aceitasse as medidas propostas pelos nacionalistas o Ministro das Finanças responsabilizaria os deputados pelo não pagamento dos vencimentos aos funcionários públicos⁶⁷⁵ e pela suspensão das despesas do Estado⁶⁷⁶.

No dia 20 de Novembro, Cunha Leal apresentou no Parlamento uma proposta de lei draconiana, com o objectivo de reduzir as despesas públicas no sentido de no prazo de dois anos atingir o equilíbrio orçamental e a melhoria cambial. Todos os sectores do Estado seriam duramente afectados. O objectivo prioritário do governo era reduzir funcionários públicos, estando prevista a desligação do serviço de todos os adidos e dos integrados nos “quadros especiais criados pelos artigos 9.º, 10.º e 11.º da lei 882 de 17 de Setembro de 1919”. Estes funcionários receberiam uma subvenção de cinquenta por cento do seu vencimento durante seis meses, prazo no qual poderiam ser chamados a integrar outros serviços do Estado, onde existisse vaga. Findo este período os funcionários que tivesse direito à reforma seriam aposentados e os restantes receberiam durante dezoito meses “30 por cento dos vencimentos e melhorias”. Os assalariados e contratados seriam dispensados logo que os seus contratos terminassem. Para acentuar a redução de funcionários públicos determinava-se também que todos aqueles que nos últimos dois anos tivessem faltado em média mais de 90 dias por ano, justificadamente ou não, seriam “reformados se tivessem direito à reforma, sendo demitidos em caso contrário”. A proposta de lei determinava que os funcionários nomeados a partir de 1918 e cuja nomeação por disposição expressa da lei “devesse ter sido feita por concurso e o não foi, serão submetidos a um exame para prova da sua capacidade, devendo ser demitidos no caso de serem reprovados”. Os funcionários que tivessem ingressado na função pública antes de 1918 seriam reformados, no caso de terem direito à reforma. De futuro, nenhuma promoção de funcionários se poderia “fazer sem prévia prestação de provas de aptidão profissional” e seriam “constituídos conselhos em cada

⁶⁷² Joaquim Ribeiro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-11-1923, pp. 18-19. António Ginestal Machado defendeu o seu ministro declarando o seguinte: S. Ex. é muito novo, por isso seria conveniente lembrar que o Sr. Ministro da Agricultura foi um dos oito oficiais que em 5 de Outubro ficaram no seu posto e que com a sua acção permitiram que eu me encontrasse neste lugar, que S. Ex.^a esteja onde está e a República seja o regime da Nação”, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-11-1923, p. 17.

⁶⁷³ Sá Pereira, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-11-1923, p. 21.

⁶⁷⁴ Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 21-11-1923, pp. 14 e 17.

⁶⁷⁵ Veja-se a entrevista de Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 22-11-1923, pp. 5 e 8. Esta ameaça de suspensão dos pagamentos dos funcionários públicos estimulou o aparecimento nos dias seguintes de diversos boatos de efectivamente terem sido suspensos os pagamentos aos funcionários públicos, cf., *Diário de Lisboa*, 27-11-1923, p. 8.

⁶⁷⁶ Cf., declarações de Cunha Leal (*Diário da Câmara dos Deputados*, 20-11-1923, p. 10) e a sua entrevista ao *Diário de Lisboa*, 22-11-1923, p. 8.

Ministério no sentido de examinar no prazo de três meses, o cadastro de todos os funcionários do Estado, devendo ser demitidos aqueles cuja incapacidade moral afecte o bom nome dos serviços públicos”⁶⁷⁷.

Seriam extintos os lugares de administradores do concelho, sendo o pessoal afecto a este serviço transferido para as câmaras municipais. Seriam também suprimidos os lugares de oficiais do registo civil, passando as suas funções a ser exercidas por comissários de polícia. Estava previsto abolir a relação de Coimbra, os tribunais privativos para o crime das comarcas de Braga, Setúbal, Coimbra e Barcelos e 50 comarcas de 3.º classe.

Na educação a redução das despesas passava pela extinção das Faculdades de Farmácia do Porto e Coimbra, Faculdade de Letras do Porto, Escolas Primárias Superiores, Biblioteca Popular de Lisboa e pela atribuição do ensino primário às Juntas Gerais do Distrito, que passariam a contar com um orçamento reforçado pelo lançamento de novos impostos, nomeadamente “lançamento de adicionais sobre as contribuições, impostos directos do Estado e impostos sobre o valor das transacções”. Ao nível do ensino liceal a redução de custos passava pela transformação dos liceus centrais em nacionais, de todos aqueles que tivessem um “número de alunos matriculados em 1922-1923 [...] inferior a 250, sendo extinto o Liceu Nacional de Póvoa de Varzim”⁶⁷⁸.

Nas forças armadas o objectivo central continuava a ser a redução dos efectivos. No exército o quadro permanente seria o que ficou estabelecido na reorganização de 27 de Maio de 1911, acrescido dos serviços de aviação fixados até esse momento. Na Armada o quadro permanente seria o da reorganização de 1916. Face a estas decisões todos aqueles oficiais que excedessem o quadro seriam considerados supranumerários e seriam proibidas as matrículas na Escola do Exército e da Armada até que os supranumerários ocupassem as vagas.

A proposta de Lei também previa uma série de medidas específicas tendentes a reduzir a despesa do Estado. Desde a redução da utilização do automóvel, passando pela verificação da utilização do telefone indevidamente, até ao controlo das ajudas de custo nas deslocações e comissões de serviço dos funcionários públicos, tudo apontava para uma supervisão apertada dos gastos públicos⁶⁷⁹.

Previa-se também moralizar o pagamento dos funcionários públicos, proibindo a acumulação de mais de dois cargos, empregos ou comissões de serviço, e esta acumulação seria apenas permitida quando o exercício em simultâneo fosse compatível. Estabelecia-se como teto salarial para a função pública o montante de três mil escudos por mês a título de vencimentos, emolumentos e percentagens⁶⁸⁰. Para os parlamentares também se previa uma lei de incompatibilidades mais restrita, impedindo a acumulação do lugar de deputado com o “exercício de qualquer lugar ou emprego público” e “com a efectividade ou qualquer comissão do serviço dos oficiais do exército ou da armada”⁶⁸¹. Os deputados e senadores teriam de optar pelo vencimento que lhe competia nestes cargos, renunciando aos restantes e os funcionários que fossem ocupar a sua vaga não ocupariam o lugar de quadro.

⁶⁷⁷ Proposta de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, II Série, 23-11-1923, pp. 4060-4061.

⁶⁷⁸ Proposta de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, II Série, 23-11-1923, pp. 4060-4061. Cf., *Diário de Lisboa*, 21-11-1923, p. 8; *República*, 22-11-1923, p. 1.

⁶⁷⁹ Proposta de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, II Série, 23-11-1923, pp. 4060-4061. Cf., *Diário de Lisboa*, 21-11-1923, p. 8; *República*, 22-11-1923, p. 1.

⁶⁸⁰ Proposta de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, 3-12-1923, pp. 4182-4183. Cf., *Diário de Lisboa*, 13-12-1923, p. 5.

⁶⁸¹ Proposta de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, 3-12-1923, pp. 4182-4183.

Cunha Leal também apresentou algumas propostas para atenuar o problema financeiro nacional a curto prazo. No quadro da disciplina orçamental os diferentes serviços do Estado só poderiam efectuar despesas que estivessem efectivamente previstas no orçamento e com regras inflexíveis⁶⁸². Outras medidas de curto prazo passavam por legalizar alguns aumentos de circulação fiduciária feitos por governos anteriores e reforçar a circulação fiduciária no montante necessário para saldar as despesas do Estado nos meses seguintes, até as medidas de médio prazo começarem a surtir efeito⁶⁸³. Este aumento da circulação fiduciária mereceu a oposição veemente do anterior ministro das finanças do PRP, Velinho Correia⁶⁸⁴.

Pedro Pitta, Ministro do Comércio e interino do Trabalho, acompanhando as medidas de austeridade do seu colega Cunha Leal, apresentou propostas de Lei para a extinção dos Tribunais de Desastres no Trabalho, venda com urgência dos navios dos Transportes Marítimos do Estado e dos Bairros Sociais, pelo que pediu a dispensa do regimento⁶⁸⁵.

O governo nacionalista queria enfrentar as várias dificuldades que assolavam o país, mas concentrou-se primeiramente no problema do funcionalismo⁶⁸⁶, avançando com propostas de redução dos quadros e aposentação dos que “não ficarem fazendo parte dos novos quadros”. Para os que permanecessem nos quadros haveria uma redução dos vencimentos que oscilariam entre uma redução de 3 por cento para os funcionários que tivessem uma salário mensal até 500\$00 e os “10 por cento sobre os vencimentos dos Ministros”⁶⁸⁷.

A proposta de redução do funcionalismo público e de redução do salário provocou uma reacção imediata dos servidores do Estado, que se desdobraram em reuniões. Um grupo de funcionários públicos apresentou o seu protesto num manifesto distribuído no Congresso, onde transcreveram uma entrevista de António Ginestal Machado, onde o presidente do ministério declarava não haver excesso de funcionários, mas sim mal distribuição dos mesmos⁶⁸⁸.

⁶⁸² Cf., Proposta de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, 3-12-1923, pp. 4183-4184.

⁶⁸³ Cf., Entrevista de Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 22-11-1923, pp. 5 e 8.

⁶⁸⁴ *Diário de Lisboa*, 22-11-1923, p. 8.

⁶⁸⁵ Cf., Propostas de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, II Série, 28-11-1923, pp. 4111-4112. Uma das primeiras medidas apresentadas pelo Ministro do Comércio e Comunicações e interino do Trabalho, Pedro Pitta, foi uma proposta de lei para liquidação dos Transportes Marítimos do Estado, devido ao constante prejuízo que causava aos cofres do Estado (*Diário da Câmara dos Deputados*, 26 e 27-11-1923, pp. 5 e 62; *Diário de Lisboa*, 22-11-1923, p. 8; *A Tarde*, 26-11-1923, p. 3). De seguida avançou para a liquidação dos bairros sociais apresentando uma proposta de Lei (cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 28-11-1923, pp. 5 e 26).

⁶⁸⁶ Entre os problemas do país avultava “o de um funcionalismo de número exagerado para as necessidades dos serviços e demasiado caro para as possibilidades do tesouro Público, porque, durante a guerra foi necessário rever apressadamente os quadros por urgência de serviço de momento. Impõe-se, pois, uma reorganização dos serviços públicos, tendo em atenção essas circunstâncias. O país sabe que não é da maior quantidade que resulta a maior eficiência e por isso exige o número estritamente necessário de funcionários dentro dos quadros [...] O Governo perfilha inteiramente a opinião do país, entendendo que os serviços do Estado têm de ser modelares, pois que, interessando à colectividade, neles assentam o bem e a ordem pública no seu mais alto significado; e se é requisito fundamental que sejam remunerados o melhor possível, só o é sob condição de serem reconhecidamente úteis e proveitosos. Os serviços do Estado não podem continuar a aparecer perante o país sob o aspecto de logradouro de quantos, por incompetência, se não puderam adaptar às exigências das actividades, e antes têm de ser desempenhados por aqueles cidadãos que demonstrem publicamente aptidão moral e profissional para o provimento dos cargos públicos, qualidades que devem conservar durante o seu exercício”, Proposta de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, II Série, 3-12-1923, pp. 4181-4182.

⁶⁸⁷ Proposta de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, II Série, 3-12-1923, p. 4185.

⁶⁸⁸ *Diário de Lisboa*, 30-11-1923, p. 1.

O equilíbrio orçamental seria conseguido do lado da despesa mas também do lado da receita, com o aumento de alguns impostos. Cunha Leal estimava que se fossem aprovadas as medidas apresentadas no Parlamento, haveria um acréscimo de 224.000 contos, o que combinado com a compressão de despesa já anunciada “seria um passo gigantesco no sentido da extinção do deficit orçamental”. Passo que era “forçoso dá-lo para a salvação da nação”⁶⁸⁹. O aumento da receita seria conseguido pelo crescimento de diversos impostos, entre os quais devemos salientar os seguintes: a contribuição predial rústica cresceria estabelecendo uma nova forma de apurar o imposto por meio da constituição de uma comissão concelhia; aumento do imposto de selo; adicional ao imposto sobre o valor das transacções; as “sociedades anónimas ou em comanditas por acções, que se constituírem a partir da data da publicação desta lei, deverão entregar, gratuitamente, ao Estado 3 por cento das acções ou das obrigações que vierem a ser emitidas, aplicando-se o mesmo princípio aos aumentos de capital das sociedades existentes”; imposto especial sobre a produção de vinhos comuns, vinhos generosos, aguardentes e álcoois, óleos vegetais não comestíveis com aplicação às indústrias (excluindo o azeite) e cerveja; por fim, estabelecia-se um imposto sobre a propriedade urbana com uma “contribuição proporcional ao número de janelas e de portas exteriores da cada habitação”⁶⁹⁰, com base num valor variável segundo a importância das localidades.

O novo imposto chamado das *portas e janelas* mereceu fortes críticas de Plínio Silva, uma vez que se pretendia taxar *a luz e o ar que cada habitação recebia....*⁶⁹¹. Para o democrático, Velhinho Correia, o ambiente político não estava ainda preparado para aprovar as medidas financeiras apresentadas por Cunha Leal, à semelhança do que tinha sucedido com as suas. Segundo este antigo Ministro das Finanças, Cunha Leal “não soube preparar o meio político em que poderia e deveria actuar. E se foi impossível ao partido democrático realizar só esse conjunto de medidas, maior será essa impossibilidade para o actual governo que nem sequer, tem maioria parlamentar”. Portanto, o problema não era o objectivo da política financeira de Cunha Leal - equilíbrio orçamental, à custa da diminuição das despesas do estado e do aumento dos impostos - mas sim as condições políticas em que essa política deveria ser executada. Para este líder democrático a solução passava por um “entendimento entre os dois partidos constitucionais da República – para a formação dum governo nacional”⁶⁹².

As negociações entre o PRN e o PRP prosseguiram no sentido de serem discutidas as propostas de Cunha Leal. António Ginestal Machado reuniu-se com os deputados democráticos, Almeida Ribeiro, Vitorino Guimarães e José Domingues dos Santos, tendo estes apresentado algumas emendas nas referidas propostas⁶⁹³. No entanto, no parlamento os deputados democráticos continuaram a arranjar entraves à política empreendida pelos nacionalistas. Luís António da Silva Tavares de Carvalho criticou duramente o executivo nacionalista por haver *sidonistas* no seu governo. José Domingues dos Santos colocou-se contra a proposta de Cunha Leal no sentido de ser aumentada a circulação fiduciária⁶⁹⁴ e Plínio da Silva chegou a apresentar uma moção de desconfiança ao governo na Câmara dos Deputados, que acabaria por não ser aceite pela presidência por ser contra o regimento⁶⁹⁵.

⁶⁸⁹ Proposta de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, II Série, 3-12-1923, p. 4184.

⁶⁹⁰ Proposta de Lei da Câmara dos Deputados, *Diário do Governo*, II Série, 3-12-1923, p.4185. Cf., *A Tarde*, 29-11-1923, p. 3.

⁶⁹¹ *Diário de Lisboa*, 30-11-1923, p. 8. Cf., entrevista a Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 3-12-1923, p. 5.

⁶⁹² Velhinho Correia, *Diário de Lisboa*, 10-12-1923, p. 4.

⁶⁹³ *Diário de Lisboa*, 27-11-1923, p. 1; *idem*, 28-11-1923, p. 1.

⁶⁹⁴ *Diário de Lisboa*, 2-11-1923, p. 5.

⁶⁹⁵ *Diário de Lisboa*, 27-11-1923, p. 8.

Cunha Leal ainda anunciou uma proposta para apressar a aprovação das leis apresentadas pelos nacionalistas. Assim, defendeu que estas começassem a ser discutidas, com ou sem pareceres na terça-feira, dia 11 de Dezembro, começando se possível, pelas “propostas de compressão das despesas”, uma vez que não podia “ver desperdiçar o tempo e ver o deficit a agravar-se”⁶⁹⁶. Outra das propostas apresentadas prendia-se com a incompatibilidade entre as funções parlamentares e os empregos públicos⁶⁹⁷.

Quando as propostas de Cunha Leal se preparavam para serem debatidas deu-se o movimento revolucionário de 10 de Dezembro de 1923, pelo que ficaram apenas no papel.

8. O Golpe Militar de 10 de Dezembro de 1923 e a demissão do governo nacionalista

O anúncio de que um movimento revolucionário estava em formação já andava no ar há alguns dias. O chefe de governo, António Ginestal Machado, ministro da guerra, general Óscar Carmona e o coronel Raul Esteves conferenciaram durante quatro horas no dia 29 de Novembro, tendo saído a público vários boatos da preparação de uma revolução, de uma contra-revolução e da possibilidade de demissão de Óscar Carmona⁶⁹⁸. Uma das conjuras decidiu avançar no dia 10 de Dezembro. Os militares revoltosos reuniram-se às 6 da tarde numa casa da rua Gomes Freire. Depois de alguma excitação e incerteza quanto à saída do movimento revolucionário, decidiu-se avançar tendo sido dado o sinal às 8 horas e cinco minutos com o lançamento de três foguetões de terra secundados por duas granadas lançadas do Tejo pelo «destroyer» Douro. Os revolucionários, liderados pelo antigo ministro da Marinha, capitão-de-fragata, João Manuel de Carvalho, contavam com algumas companhias da GNR, alguns homens do Arsenal da Marinha e grupos de civis. O governo refugiou-se no quartel das metralhadoras de Campolide, onde contava com a fidelidade da Artilharia 1, Caçadores 5, Sapadores Mineiros, Telegrafistas de Praça, Lanceiros 2 e do Batalhão de Sapadores de Caminho-de-ferro, comandado por Raul Esteves. Nesse quartel reuniu com os generais comandantes da 1.^a Divisão e da GNR, com o comandante da PSE, com Raul Esteves e com o Governador Civil. O general Sá Cardoso que residia no Dafundo dirigiu-se para o forte de Caxias. Um grupo de civis armados dirigiu-se para as instalações do jornal *República*, para defender o baluarte dos nacionalistas na capital de um eventual ataque. O assalto não ocorreu, mas não foi possível impedir que os tipógrafos fugissem, o que inviabilizou a publicação deste diário⁶⁹⁹.

O governo estava informado da preparação do movimento revolucionário liderado pelos radicais⁷⁰⁰, sabia mesmo que um dos sinais da deflagração eminente da revolta seria a afixação pelas ruas da capital de um suplemento do jornal a *Laterna*,

⁶⁹⁶ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 7-12-1923, p. 7. Cf., *Diário de Lisboa*, 7-12-1923, p. 1.

⁶⁹⁷ *Diário de Lisboa*, 29-11-1923, p. 1.

⁶⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 30-11-1923, p. 8; Aniceto Afonso, *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 62-64.

⁶⁹⁹ Cf., *República*, 12-12-1923, pp. 1-2; *A Tarde*, 11-12-1923, pp. 1-2.

⁷⁰⁰ Cf., entrevista ao Presidente do Conselho de Ministros, António Ginestal Machado (*Diário de Lisboa*, 11-12-1923, p. 4) e declarações do Ministro da Guerra, Óscar Carmona, na Câmara dos Deputados, (*Diário da Câmara dos Deputados*, 13-12-1923, p. 12).

órgão dos radicais, como de resto acabou por suceder no dia 9. No entanto, paradoxalmente, não tomou nenhuma iniciativa relevante para o sufocar. O ministro da Guerra, general Óscar Carmona e o comandante da 1.^a divisão, general Roberto Batista, limitaram-se a visitar os principais quartéis de Lisboa e recolheram a casa, após verificarem que não havia indícios da deflagração de um movimento revolucionário. Será que o Governo desejava que rebentasse um movimento revolucionário? Houve mesmo alguns boatos, que deram conta da participação de alguns nacionalistas na conspiração, como o próprio governador civil de Lisboa, António Videira, cunhado de Cunha Leal⁷⁰¹. Podemos descortinar alguma lógica nesta atitude acompanhando a reunião do governo com o Presidente da República.

O chefe do executivo, António Ginestal Machado, informou por telefone o Presidente da República, Teixeira Gomes, de uma eventual marcha de 800 marinheiros sobre o palácio presidencial e solicitou que o mesmo se dirigisse ao quartel de Campolide, onde se encontrava reunido o Governo. Perante a gravidade da situação, Teixeira Gomes decidiu dirigir-se às 23h 30m de automóvel com o seu secretário ao Quartel da Marinha, sem informar o Governo e correndo alguns riscos. No Arsenal da Marinha pretendeu embarcar para bordo do Douro, que chefiava a revolta, mas não conseguiu⁷⁰². Como tudo parecia calmo, tanto no quartel, como nas ruas, o Presidente contactou o Chefe de Governo para o tranquilizar. No entanto, como o governo estava ansioso por se avistar com o Chefe de Estado, foram enviados os ministros, Júdice Bicker e Júlio Dantas na sua direcção, com o objectivo de o acompanharem o mais rapidamente possível ao Quartel de Metralhadoras⁷⁰³. O Presidente da República decidiu ainda dar uma volta pelos quartéis de Lisboa e depois de ter constatado a relativa acalmia regressou à sua residência. Só após nova insistência do António Ginestal Machado é que decidiu dirigiu-se às cinco horas e meia da madrugada do dia 11 ao quartel de Campolide onde conferenciou com o governo. O ambiente estava tenso e segundo Raul Esteves, “o presidente que estava em manifesta hostilidade com o governo”, não cumprimentou “dois ministros”⁷⁰⁴. Segundo Cunha Leal, apenas se esqueceu de cumprimentar Vicente Ferreira⁷⁰⁵. Já outros relatos dizem que Teixeira Gomes apresentou-se com o seu melhor sorriso e dirigindo-se a Cunha Leal terá dito: “Venho sossegá-lo, Sr. Ministro das Finanças, não há revolução nenhuma, está tudo tranquilo”⁷⁰⁶. Teixeira Gomes informou o governo que não se confirmavam as informações que lhe tinham dado de se encontrarem “duzentos e tantos homens no *Quartel dos Marinheiros*, quando afinal de contas, só lá” tinha encontrado “uns oitenta”. Iniciou-se, então, um conselho de Ministros presidido pelo Chefe de Estado. Os nacionalistas dramatizaram a situação e solicitaram, por intermédio de Cunha Leal, o

⁷⁰¹ César Procópio de Freitas, líder dos radicais no Senado, afirmou que o movimento revolucionário tinha sido planeado pelo governo para atingir objectivos políticos e que o Governador Civil de Lisboa tinha assistido às reuniões do comité revolucionário (cf., *Diário de Lisboa*, 12-12-1923, p. 8). O capitão-de-mar-e-guerra, Pereira Leite, encarregue das investigações sobre esta revolução, concluiu que o Dr. António Videira tinha conhecimento da mesma e que embora o Partido Republicano Radical não estivesse envolvido directamente, esta tinha um carácter radical (cf., *Diário de Lisboa*, 13-2-1924, p. 5; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 280-283).

⁷⁰² Cf., Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-1-1924, pp. 10-16; Norberto Lopes, *O exilado do Bougie. Perfil de Teixeira Gomes*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942, pp. 148-151; Urbano Rodrigues, *A Vida Romanesca de Teixeira Gomes. Notas para o estudo da sua personalidade e da sua obra*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1946, pp. 260-264.

⁷⁰³ Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, p. 378.

⁷⁰⁴ Raul Esteves, *Diário de Lisboa*, 2-9-1925, p. 8.

⁷⁰⁵ Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, p. 379.

⁷⁰⁶ Teixeira Gomes citado por Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962)*, Lisboa, Dom Quixote, 2005, p. 421.

levantamento imediato das garantias constitucionais e a consequente declaração do estado de sítio, bem como a atribuição dos meios constitucionais necessários para resolver o problema da governabilidade do país. O PRN estava disposto a jogar todas as suas cartas, no sentido de convencer o Presidente a dissolver o Congresso e a marcar novas eleições que permitissem ao PRN conseguir uma maioria confortável para sustentar as suas políticas no Governo⁷⁰⁷. Para isso, pressionou o Presidente dizendo-lhe que verificando a inutilidade de colaborar com o Parlamento, que apenas tem para o governo uma atitude de permanente hostilidade, em particular por parte da maioria democrática, a partir desse dia não compareceriam mais no Congresso, considerando-se incompatibilizado com ele. O Presidente manifestou a sua discordância quanto à declaração do estado de sítio, uma vez que a revolta estava controlada, e quanto à dissolução parlamentar declarou ter de consultar os diversos partidos antes de tomar uma decisão⁷⁰⁸. A estratégia dos nacionalistas parecia fracassar, pelo que o coronel Raul Esteves ainda propôs que se destituísse o general Óscar Carmona, que se mostrava um intransigente defensor da legalidade constitucional⁷⁰⁹, nomeando Cunha Leal para a chefia do ministério da Guerra, onde podia liderar um golpe para finalmente atingir os objectivos das forças conservadoras. Porém, Cunha Leal considerou que tendo sido o exército a indicar o nome de Óscar Carmona teria de ser este a destituí-lo⁷¹⁰.

Da consulta efectuada pelo Presidente da República aos diversos partidos resultou a oposição maioritária à dissolução do Parlamento. Ouvido pelo *Diário de Lisboa* o senador do PRP, Catanho de Meneses, afirmou que não estavam reunidas as “circunstâncias que exigem semelhante previdência, que só em casos excepcionais pode ser aconselhada num regime democrático”. Por outro lado, constatou que o Parlamento e o próprio PRP têm apoiado o governo nas questões financeiras e de ordem pública. Por isso, “a revolução abortada não pode servir de pretexto à dissolução”⁷¹¹. No Parlamento o governo foi duramente interpelado. Vasco Borges questionou o Presidente do Ministério, António Ginestal Machado, pelo facto dos jornais relatarem que os nacionalistas queriam “suspender as garantias e dissolver o Parlamento, e dissolvê-lo

⁷⁰⁷ As declarações de Cunha Leal ao *Diário de Lisboa* (11-12-1923, pp. 4-5) são bem elucidativas para compreendermos a estratégia do PRN: “Nós não podemos continuar a viver comprimidos entre uma conspiração parlamentar e uma conspiração de ruas. É evidente o propósito do Parlamento em moer e diluir a nossa acção. Prepara, assim o momento em que desacreditado o governo por uma inacção que não provem de si próprio, mas da situação que outros lhe estabelecem, possa ser votada a moção de desconfiança, com que o pretenderá derrubar. [...] Assim, o problema da dissolução põe-se neste momento com evidente clareza, como condição essencial para que a ordem se possa manter, não só momentaneamente, mas por um larguíssimo período. Exige-o o país, exigem-no todas as classes sociais – porque a nenhuma delas convém a prolongação indefinida deste regime de convulsões revolucionárias periódicas”. Cf., Entrevista de Cunha Leal ao vespertino *A Tarde*, 11-12-1923, p. 3; Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, pp. 380-381.

⁷⁰⁸ *Diário de Lisboa*, 11-12-1923, p. 4. Segundo Norberto Lopes António Ginestal Machado expôs a situação política, considerando que era péssima, pelo que era de todo conveniente que o Presidente da República decretasse a dissolução do Parlamento. Teixeira Gomes depois de ouvir com atenção terá respondido: “Quanto à dissolução, é de facto das atribuições do Presidente da República concedê-la, mas quando houver razão para isso e eu não a vejo neste momento”, Norberto Lopes, *O Exilado de Bougie*, Lisboa, Ed. Parceria António Maria Pereira, 1942, p. 153.

⁷⁰⁹ O Ministro da Guerra, Óscar Carmona, terá defendido uma posição, que era contrária à apresentada pelo PRN e pelo chefe de Governo: “O Exército, pelo que em minha mão está poder afirmá-lo, não pensa em imiscuir-se, nem defende qualquer ideia de dissolução”, S.A., “A Situação Política”, *Diário de Notícias*, 14-12-1923. Cf., Entrevista a Óscar Carmona, *A Tarde*, 3-12-1923, p. 2; António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 1.º Volume, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 264.

⁷¹⁰ Cf., Cunha Leal, *As minhas memórias*, volume II, Lisboa, edição do autor, 1967, pp. 378-381; António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 1.º Volume, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 264; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 280-283.

⁷¹¹ Catanho de Meneses, *Diário de Lisboa*, 12-12-1923, p. 5.

até saltando por cima dos trâmites constitucionais”. O chefe do executivo apenas deu pormenores gerais sobre a contenção da revolução e recusou esclarecer essa pergunta dizendo: “O Sr. Vasco Borges, quer que eu venha à Câmara desmentir jornais, quando eu, por não ter tempo, até não os leio”⁷¹². No entanto, os deputados queriam explorar melhor esta questão, pelo que o deputado Torres Garcia propôs a generalização do debate, contra o desejo do Governo e dos nacionalistas. Esta proposta foi aprovada, pelo que os deputados voltaram à carga tentando levar o governo para “as cordas”. Voltou-se a questionar a legitimidade do governo pedir a dissolução do Parlamento e João Camoesas (PRP) trouxe a questão já levantada por César Procópio de Freitas (PRR) no Senado. Tinham surgido boatos que ligavam os revolucionários ao governador civil de Lisboa, António Videira, o que a ser verdade, demonstravam que o governo estava implicado no «Golpe de Estado»⁷¹³. O deputado independente, Carlos Olavo, foi mais longe na análise dos acontecimentos, dizendo que aquilo que o governo queria era o mesmo que os revolucionários queriam: “fazer governo livremente, dissolvendo o Parlamento”⁷¹⁴.

Dentro do PRN começou, porém, a acentuar-se as divergências entre o grupo maioritário presente no governo e o grupo minoritário próximo de Álvaro de Castro. Desde a tentativa de formação do governo de Afonso Costa que as discordâncias eram evidentes⁷¹⁵. Após o golpe de 10 de Dezembro, Álvaro de Castro colocou-se contra a posição oficial do partido defendendo que o pedido de dissolução parlamentar ao Presidente da República era inconveniente e inoportuno, levando um seu correligionário categorizado a defini-lo como sendo nesse momento “o líder... da oposição partidária!”⁷¹⁶.

A estratégia do PRN poderia ter passado por sufocar primeiramente o golpe de estado, dando garantias de controlar a ordem pública para poder iniciar a discussão e aprovação no Parlamento das medidas para controlar deficit público. Se houvesse, de facto, obstrucionismo da oposição colocar-se-ia nas mãos do Presidente, para este dissolver o Congresso. Caso o Presidente indeferisse a sua pretensão teria uma justificação forte para pedir a demissão e para esperar calmamente uma nova oportunidade. Não foi essa a estratégia seguida pela elite maioritária dos nacionalistas, jogando tudo durante o golpe de 10 de Dezembro⁷¹⁷. A partir desse momento as relações entre o PRN com o Presidente da República, já de si bastante tensas, tornaram-se incompatíveis⁷¹⁸.

⁷¹² António Ginestal Machado, *Diário da Câmara dos Deputados*, 12-12-1923, p. 13.

⁷¹³ Cf., João Camoesas, *Diário da Câmara dos Deputados*, 12-12-1923, pp. 19-23. António Videira rejeitou o envolvimento na tentativa revolucionária, embora tivesse confessado ter tido contacto com alguns radicais. Porém estes contactos visavam unicamente conseguir que eles não se unissem aos democráticos numa possível revolução (cf., *Diário de Lisboa*, 26-12-1923, pp. 5 e 8; *Diário de Lisboa*, 4-1-1924, pp. 5 e 8).

⁷¹⁴ Carlos Olavo, *Diário de Lisboa*, 12-12-1923, p. 5.

⁷¹⁵ Álvaro de Castro defendia a formação de um Ministério Nacional, com o concurso de personalidades de vários partidos, opinião que manifestou publicamente durante a apresentação do governo de António Ginestal Machado no Parlamento e que o levou a não participar no governo nacionalista. Álvaro de Castro achava que “era mais útil à República, dadas as desinteligências levantadas entre os republicanos, a constituição de um governo que, em vez de se confinar dentro dos quadros partidários, pudesse contar com a acção no Poder Executivo de homens de vários partidos”, Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-11-1923, p. 14.

⁷¹⁶ *Diário de Lisboa*, 12-12-1923, p. 4.

⁷¹⁷ Cf., *Diário de Lisboa*, 14-10-1923, p. 1.

⁷¹⁸ Durante o julgamento dos implicados no movimento de 18 de Abril, António Ginestal Machado fez as seguintes afirmações sobre o Presidente da República: “em 10 de Dezembro, espontaneamente sem lhe ter sido solicitado pelos revoltosos, o chefe de Estado, procurou ir ao contacto com eles. Com certeza, pois,

No parlamento a oposição ao PRN começou a questionar a atitude do governo perante o Golpe de Estado e principalmente perante o Presidente da República. Agatão Lança dirigiu-se ao governo neste termos: “Pedi ou não, o Sr. Presidente do Ministério a dissolução do Parlamento ao Chefe de Estado? Pediu, ou não, conjuntamente a suspensão das garantias? Pensou, ou não, em dissolver a marinha de Guerra?”⁷¹⁹. António Maria da Silva também foi bastante incisivo. Perguntou se era ou não verdade que o governo tinha pedido no quartel de metralhadoras “a dissolução do Parlamento e a suspensão de garantias”. Considerava que embora o pedido de dissolução fosse legítimo e estivesse “inscrito no estatuto basilar do nosso País, [...] só seria legítimo perante um conflito entre os Poderes Executivo e Legislativo, o que se não dá, e então aquele pedido, após um movimento sedioso e com as razões que se dizem ter sido apresentadas, era ilegítimo e até criminoso”. O presidente do executivo, António Ginestal Machado, respondeu dizendo que considerava “inoportuno entrar em minúcias sobre o movimento revolucionário que acaba de dar-se e que foi dominado, felizmente no seu início, estando-se ainda nos trabalhos que classifiquei de rescaldo”. Quanto às perguntas sobre o pedido de dissolução do Congresso limitou-se a dizer “que o Governo a que presido nunca saiu da constituição”⁷²⁰. António Maria da Silva insatisfeito com as respostas reafirmou que o presidente do governo não tinha respondido às suas questões e que sabia perfeitamente que não violava a constituição solicitar aquelas medidas ao Presidente, “porém, isto é diferente de as ter pedido logo após o movimento e no local onde foi feito”⁷²¹. O líder parlamentar do PRN, Álvaro de Castro, sentindo que o governo estava a ficar encurralado, embora não tivesse praticado “nenhum acto atentatório da constituição”, apresentou uma moção de confiança ao governo⁷²², caindo assim na armadilha lançada pelo PRP, uma vez que este ainda não tinha tido a coragem de apresentar uma moção de desconfiança ao governo que tinha acabado de dominar um golpe de Estado. A moção compreendia duas partes. Na primeira a Câmara reafirmava a confiança no governo⁷²³ e na segunda saudava as forças armadas que tinham sufocado o golpe de estado. O PRP, por intermédio de Vasco Borges, solicitou que a moção fosse dividida em duas partes, sendo a primeira parte votada nominalmente em último lugar. António Maria da Silva explicou a posição do PRP: o “parlamento não pode dar um voto de confiança a um Governo que quis sacudir os parlamentares, querendo colocá-los na situação, que não temos de criminosos responsáveis do movimento sedicioso”⁷²⁴. Assim, a moção de confiança ao governo foi rejeitada por 53 votos contra e 42 a favor. O PRP, em bloco votou contra, tendo tido o contributo de alguns independentes⁷²⁵ e do

Sua Ex.^a não deve concordar que seja, castigado o Sr. General Sinel de Cordes, que apenas procurou estabelecer esse contacto. E pergunta:

- O que aconteceu ao governo que dominou essa revolta?

- Fomos corridos. Por onde se vê que há revoltas simpáticas aos altos poderes do Estado, e outras que lhe são antipáticas...”, António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 22-9-1925, p. 8.

⁷¹⁹ Agatão Lança, *Diário da Câmara dos Deputados*, 13-12-1923, p. 17.

⁷²⁰ António Ginestal Machado, *Diário da Câmara dos Deputados*, 13-12-1923, p. 20.

⁷²¹ António Maria da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 13-12-1923, p. 21.

⁷²² Alguns nacionalistas questionaram posteriormente se Álvaro de Castro não queria mesmo derrubar o Governo ao apresentar esta moção de confiança, cf., *O Jornal*, 14-1-1924, p. 2

⁷²³ Moção - “A Câmara, ouvidas as explicações do Governo, reconhece que ele tem precedido dentro da constituição, de molde a prestigiar as instituições e dando-lhe o seu inteiro aplauso pela sua acção perante o movimento revolucionário que prontamente sufocou,...”, *Diário da Câmara dos Deputados*, 13-12-1923, p. 27.

⁷²⁴ António Maria da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 13-12-1923, p. 24.

⁷²⁵ António Abranches Ferrão; António Pinto de Meireles Barriga; António de Sousa Maia; Armando Agatão Lança; Henrique Pires Monteiro; José Prazeres da Costa (cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 13-12-1923, pp. 27-29).

deputado Joaquim Ribeiro de Carvalho, director do *República* que entrou em rota de colisão com o seu partido e com a estratégia de apresentar uma moção de confiança⁷²⁶. Votaram favoravelmente os deputados nacionalistas, os católicos, alguns independentes⁷²⁷ e o deputado do PRP, Joaquim Serafim de Barros. Saíram da sala alguns deputados para não participarem na votação, nomeadamente todo o grupo parlamentar monárquico e alguns democráticos e independentes⁷²⁸. Ainda no dia 13 de Dezembro, António Ginestal Machado dirigiu-se ao Presidente da República para apresentar a demissão do Governo. O breve governo do PRN chegava ao fim e alguma imprensa passou a ridicularizá-lo, chamando-lhe “os vinte e oito dias da Clarinha”, nome de uma famosa opereta da época⁷²⁹.

António Ginestal Machado, na sua última entrevista enquanto presidente do ministério, fez a avaliação sobre a acção do seu governo, tendo assumido como grande sucesso do mesmo, ter vencido “uma revolução. Uma revolução que pelo seu carácter, se anunciava sangrenta”. O governo conseguiu ter ao seu lado as forças armadas e graças à sua acção e à do seu Governo, “o movimento não se alastrou”. Porém, continuava a não compreender porque motivo o governo foi derrubado. É a primeira vez que me lembre, que um governo cai, quando acaba de vencer rapidamente uma revolução...”. Mesmo assim o governo nacionalista ainda conseguiu, no pouco tempo que esteve em funções, “simplificar os serviços públicos, tornando-os mais eficientes. Reduzir as despesas a apresentar ao País - um orçamento decente, que era certamente o primeiro passo para a nossa reconstrução económica”. Já quanto à dissidência António Ginestal Machado achava que tinha tornado o partido mais “homogéneo”, tendo a “quase totalidade do partido ficado com o Directório”, nomeadamente cerca de “quarenta deputados” e todos os senadores, à excepção de dois, uma vez que Roberto Batista, embora tenha saído do PRN, se declarou independente. A província também estava com o PRN, uma vez que tinha recebido inúmeros telegramas a dar-lhe o seu apoio e os governadores civis tinha-lhe apresentado a sua demissão, o que demonstrava que estavam ao lado do Directório e não queriam «servir o novo governo». Alguns dias depois António Ginestal Machado apresentou uma outra razão para a queda do governo nacionalista. O ministro da agricultura tinha fechado contrato com padarias independentes para o fornecimento de pão mais barato, mas a moagem não tinha permitido a “diminuição dos seus lucros gananciosos”⁷³⁰.

⁷²⁶ Ribeiro de Carvalho assinou um editorial no *República* (14-12-1923, p. 1) intitulado “E Agora Sr. Ginestal Machado?”, onde atacava duramente o chefe do executivo pela sua estratégia ao longo da governação e em particular última sessão da Câmara dos Deputados, terminando desta forma: “A política é para os políticos. Não é para aqueles simples amadores, que só servem para comprometer os partidos que têm a ingenuidade de os elevar a situações para que não têm competência nem qualidades”. No dia seguinte afirmou que a moção apresentada pelos nacionalistas parecia propositadamente redigida... para ser rejeitada” (*República*, 15-12-1923, p. 1).

⁷²⁷ Alberto da Rocha Saraiva; Américo Olavo de Azevedo; Carlos Olavo de Azevedo; Manuel de Brito Camacho, cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 13-12-1923, pp. 27-29.

⁷²⁸ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 13-12-1923, pp. 1-29; *República*, 14-12-1923, p. 2.

⁷²⁹ Olga Maria Vasco Ribeiro, *Álvaro Xavier de Castro: esperanças e fracasso de um republicano demoliberal: 1878-1928*, Tese de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, p. 101.

⁷³⁰ *O Jornal*, 31-12-1923, p. 1. Veja-se o acordo entre as padarias independentes e o Ministério da Agricultura em: *Diário do Governo*, I Série, 18-12-1923, p. 1466.

9. A cisão no PRN e a formação da “Acção Republicana”

Após a demissão do governo do PRN o Presidente da República deveria encontrar uma solução governativa estável para o país depois de ouvir todas as forças políticas com assento no Congresso. José Domingues dos Santos defendeu a formação de um «Governo Nacional», que ele distinguiu de um governo de concentração, pelo facto de poder contar com figuras nacionais que estivessem fora e dentro do parlamento, com o intuito de resolver os graves problemas nacionais⁷³¹. Outros altos dirigentes democráticos, como Correia Barreto e Domingos Pereira deram entrevistas à imprensa seguindo a mesma linha de raciocínio de José Domingues dos Santos e defenderam essa tese junto do Presidente da República.

Álvaro de Castro começou a aparecer na imprensa como o possível líder de um executivo de concentração, que os democráticos chamavam *Nacional*. O líder nacionalista defendeu precisamente a formação de um governo nacional onde os nacionalistas deveriam colaborar com os democráticos. A tese defendida por Álvaro de Castro era a continuação da já anteriormente defendida por Afonso Costa, aquando da sua malograda tentativa de formar governo. Esta tese foi apresentada na reunião do grupo parlamentar nacionalista efectuada na tarde de 14 de Dezembro⁷³². Nesta reunião enfrentaram-se duas correntes: a minoritária protagonizada por Álvaro de Castro e a maioritária liderada por Moura Pinto e Pedro Pitta. Álvaro de Castro defendeu que o PRN deveria ser mais transigente e flexível, apoiando a formação de um governo nacional que concentrasse as principais correntes republicanas na resolução dos problemas nacionais mais urgentes. Por sua vez, Moura Pinto e Pedro Pitta defenderam que o PRN não podia ter uma atitude de subserviência em relação ao PRP, uma vez que tendo apoiado os governos de António Maria da Silva no passado, apenas receberam ingratidão por parte dos democráticos durante o curto mês que estiveram no poder. Álvaro de Castro não sentiu apoio na assembleia em relação à sua tese, pelo que apenas Moura Pinto e Pedro Pitta apresentaram moções semelhantes, tendo as mesmas sido aprovadas apenas com os votos contrários de Álvaro de Castro, Ferreira da Rocha e Sá Cardoso. Estas moções realçavam o facto de o governo nacionalista ter sido deposto pelos democráticos, pelo que deveriam ser estes a assumir as rédeas do Poder. Discordavam da formação de um governo de concentração, independentemente da sua designação e da liderança do mesmo e continuavam a achar-se aptos a exercer o Poder “desde que o Presidente da República lhes facilitasse os indispensáveis meios constitucionais”⁷³³, isto é, dissolvesse o Congresso e marcasse eleições gerais. Foram precisamente estas ideias que os representantes do PRN, Afonso de Melo e Ferreira de Mira, transmitiram ao Presidente da República⁷³⁴.

A unidade interna dentro do PRN estava a desintegrar-se. As divergências internas no PRN já eram antigas, em particular as protagonizadas por Álvaro de Castro e Sá Cardoso⁷³⁵. António Videira, governador civil de Lisboa, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, constatou o clima insurreccional que se vivia na capital em Dezembro de 1923, tendo declarado que “ou nos salva uma ditadura firmada na força da opinião pública e na força do exército, ou... estamos perdidos!” Distancia-se desse clima insurreccional declarando que “quanto a mim, posso gabar-me de não ter fornecido uma

⁷³¹ *Diário de Lisboa*, 14-10-1923, p. 1.

⁷³² Cf., entrevista de Álvaro de Castro, *Diário de Lisboa*, 14-10-1923, p. 5.

⁷³³ *Diário de Lisboa*, 14-10-1923, p. 8.

⁷³⁴ *Diário de Lisboa*, 14-10-1923, p. 8.

⁷³⁵ Cf., *República*, 21-7-1923, p. 1.

pistola sequer, a nenhuma das inúmeras pessoas que me solicitaram armamento; E mais ainda, de não ter feito um só revolucionário civil.” E quando o jornalista lhe disse que esse facto lhe “deve ter causado dissabores” respondeu: “Não me importo: quero cá saber da política... quero cá saber do meu partido...”⁷³⁶.

O PRN reuniu a Junta Consultiva no Palácio do Calhariz na noite de 15 de Dezembro para se pronunciar em relação à possibilidade de participar em governos de concentração. Após acalorada discussão na qual interveio Álvaro de Castro e Cunha Leal, foram apresentadas duas moções. A primeira subscrita por Carlos Frederico de Castro Pereira Lopes, amigo pessoal de Ribeiro de Carvalho, defendia a participação do PRN em governos de concentração. A segunda da autoria de Pedro Navarro advogava a não participação do PRN em governos de concentração ou nacionais⁷³⁷. Esta moção seguia a linha maioritária do directório, a orientação do último Congresso e a posição do grupo parlamentar e acabaria por vencer a votação por 57 votos contra 18. Após a reunião alguns membros do PRN, como Alberto Xavier, anunciaram a cisão dentro do partido, uma vez que iriam seguir a decisão de Álvaro de Castro, no sentido de formar um governo de concentração⁷³⁸ e não aceitaram a forma como alguns membros da reunião se dirigiram a Álvaro de Castro, tendo o cunhado de Cunha Leal, António Videira, por exemplo, chamado «traidor» ao antigo líder parlamentar do PRN, facto que motivou a preparação de um duelo entre os dois, mas que não haveria de consumar-se⁷³⁹. A imprensa nacionalista foi bastante hostil em relação à atitude de Álvaro de Castro, especialmente por andar sempre a mudar de partido e à procura de poder⁷⁴⁰.

⁷³⁶ António Videira, *Diário de Lisboa*, 15-12-1923, p. 5.

⁷³⁷ “A Junta Consultiva do Partido Nacionalista, solidariza-se coma a energia, a ebriedade e a nobre atitude dos seus correligionários que compuseram o ministério demissionário, e persistindo em todas as resoluções tomadas e aprovadas nas suas anteriores reuniões, entende que na actual conjuntura, o seu Directório, zelando o brio e a dignidade do Partido, deve continuar a orientar a sua política partidária com lógica dos factos que provocaram a sua saída do poder, repudiando ministérios de concentração e pseudo ministérios nacionais ou permitindo partidários sem que seja ele a indicar os membros que o devem compor, rectificando assim as resoluções tomadas pelo grupo parlamentar”, *O Debate*, 16-12-1923, p. 1.

⁷³⁸ *Diário de Lisboa*, 15-12-1923, p. 8; *República*, 16-12-1923, p. 1; *idem*, 23-1-1924, p. 1; *Correio da Extremadura*, 22-12-1923, p. 1.

⁷³⁹ Cf., entrevista ao senador Lima Alves, *Diário de Lisboa*, 17-12-1923, p. 5; *Correio da Manhã*, 16-12-1923, p. 2.

⁷⁴⁰ “D. Álvaro

D. Álvaro faz-me lembrar,
Um acrobata afamado,
Dando saltos, cabriolas!
Tomando ares de engraçado,
De partido, p’ra partido
Com seus saltos, de pantera,
É tal qual como no conto
Que diz: - «O era e não era...»
... Veio depois a notícia
- Oh! Gente, vós não pasmais?!...
Democrático... depois chefe
Se juntou aos liberais!!!...
Foi seu gran representante
Mostrou-se, com todos, terno
Mas deixou-os. Porque queria,
Ser chefe do governo!!!
E, por fim realizou
Esta sua aspiração.
A uns a outros mentiu
«Água benta e presunção...»
«Cada qual toma a que quer»

Os apoiantes de Álvaro de Castro reuniram-se à uma da tarde do dia 16 de Dezembro no *Centro Republicano 10 de Janeiro* para tomar decisões face ao que tinha sucedido na reunião da noite anterior⁷⁴¹. Estes políticos sentiam que representavam o verdadeiro PRN e por isso recusaram-se a abandonar a sigla e os pergaminhos deste partido conservador⁷⁴². Nessa reunião foi decidido demitir o antigo directório do PRN e nomear um *novo* directório⁷⁴³. Foram ainda marcadas as eleições para eleger o Directório definitivo, tendo sido escolhido o dia 14 de Janeiro de 1924, data do Congresso partidário. Iniciaram imediatamente contactos para aliciarem o maior número possível de estruturas partidárias para participarem neste Congresso. O antigo PRN continuava instalado na Rua da Bica e o novo PRN de Álvaro de Castro e dos seus amigos ficou instalado na Rua do Mundo, 17, 2.º, na sede do *Centro Republicano 10 de Janeiro*. O jornal *República* tornou-se o porta-voz desta facção, tendo como director Ribeiro de Carvalho, passando a ter como sub-título desde 18 de Dezembro: «órgão do Partido Republicano Nacionalista». Álvaro de Castro enviou uma carta ao Directório do PRN desligando-se desse agrupamento político e como forma de manter uma certa equidistância não integrou o directório do *novo PRN*, assim como Sá Cardoso, uma vez que se tinham comprometido com o Chefe de Estado em formar governo como independentes⁷⁴⁴.

Iniciou-se então, uma luta interna pelo domínio de um maior número de deputados, senadores, centros políticos, comissões políticas, jornais do PRN e

Também já diz o ditado
Com franqueza, este D. Álvaro
É um acrobata, afamado!!!
... Mas um dia, por descuido,
No jogo de equilibrar...
Se cair... Uh! Nem a alma
«Se lhe pode aproveitar!!!»
Depois de tal trambolhão
Que o há-de escangalhar
D. Álvaro – o intrujão
Não se deve acreditar
E muito embora ele volte
Muito humilde, submisso,
Nós devemos retrucar:
- São os ossos dom ofício
Vai D. Álvaro, «bugiar»
Não temos nada com isso!!!”

O Penafidense, 25-12-1923, p. 1

⁷⁴¹ *República*, 16-12-1923, p. 1.

⁷⁴² Os nacionalistas do Calhariz achavam que eram os “detentores dos *papyrus*, que é como quem diz, das suas tradições, da sua força política, da sua importância nacional”, Fernando Reis, *República*, 28-12-1923, p. 2.

⁷⁴³ O novo directório ficou constituído desta forma. Efectivos: Pereira Nunes (Presidente); Dr. Caetano Gonçalves; Ribeiro de Carvalho; Dr. Lima Duque; Dr. Sampaio e Maia; Dr. Maurício Costa; Dr. Pedro Fazenda. Substitutos: Dr. Xavier da Silva; Dr. António Correia; Dr. Lima Alves; Dr. Castro Lopes; Dr. João Ornelas; Dr. Carlos Vasconcelos; Dr. Alexandrino de Albuquerque (*República*, 18-12-1923, p. 1). O Partido Republicano Nacionalista escreveu a todos os que figuravam nesta Lista, para confirmar se foi com o seu pleno assentimento que o seu nome apareceu no *República* como membros do Directório (*República*, 3-1-1924, p. 1). João de Ornelas e Silva respondeu ao Directório declarando que não tinha autorizado a utilização do seu nome, pelo que continuava fiel ao Calhariz (cf., *O Jornal*, 2-1-1924, p. 1).

⁷⁴⁴ Cf., *República*, 16-12-1923, p. 1; *idem*, 18-12-1923, p. 1; *idem*, 23-12-1923, p. 1; *idem*, 29-12-1923, p. 1. Veja-se a carta de Álvaro de Castro para Ribeiro de Carvalho, em que o chefe do executivo declina o convite para participar no Congresso do *novo PRN*: “Como sabe, aceitei o encargo de formar governo como independente – e rigorosamente independente me quero conservar enquanto estiver no poder, para corresponder aos patrióticos desejos do Chefe de Estado”, *República*, 10-1-1924, p. 1.

correligionários. A luta mais renhida era pelo controlo dos influentes locais, como João Cardoso Moniz Bacelar. Este político coimbrão em meados de Dezembro de 1923 ainda não tinha decidido para que lado haveria de tombar, tendo decidido “consultar primeiro os seus eleitores”⁷⁴⁵, para depois tomar uma resolução. O *novo PRN* tinha esperança que uma parte do antigo Directório integrasse na nova organização, bem como as estruturas intermédias: centros políticos, comissões distritais, concelhias e de freguesia e jornais. Por isso, marcaram imediatamente reuniões destas estruturas para os aliciar a ingressarem no *novo PRN* para acabarem com o «marasmo» e a «estagnação» que grassava no *antigo PRN*⁷⁴⁶. Uma parte da comissão municipal de Lisboa e alguns membros das comissões de freguesia da capital aderiram à cisão, tendo sido formada uma nova comissão municipal de Lisboa do *novo PRN* a 19 de Dezembro⁷⁴⁷. A luta pelo controle do PRN passava até por influenciar os serviços dos correios para remeter para a nova sede, na Rua do Mundo, toda a correspondência remetida ao Directório do PRN⁷⁴⁸, conhecido também já em Lisboa por “Directório dos cismas”, “PRN de Avinhão”⁷⁴⁹ ou “O Avinhão da Rua do Mundo”⁷⁵⁰.

Os nacionalistas que avançaram para a cisão culpavam os camachistas dos problemas que o PRN teve, à semelhança do que tinha sucedido noutras experiências partidárias e por isso, António Pinto Figueiras, da Comissão Nacionalista da freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, apelou para que ingressassem “na Rua do Mundo [sede do novo Directório do PRN] todos os antigos reconstituintes e todos os antigos partidários de António José de Almeida”, pois se isso sucedesse tinha “a certeza absoluta de que dias melhores e prósperos, terá o povo português”⁷⁵¹.

No parlamento, os deputados e senadores que saíram do PRN tiveram de adoptar outra estratégia, uma vez que já existia um grupo parlamentar do PRN. Passaram a denominar-se independentes dos partidos, estando associados a um núcleo, intitulado *Grupo Parlamentar de Acção Republicana*, sendo Carlos Olavo o seu líder na Câmara dos Deputados, onde passaram a contar com o apoio inicial de 15 deputados⁷⁵² a partir do dia 17 de Dezembro quando se apresentaram na Câmara dos Deputados⁷⁵³. No Senado o *Grupo Parlamentar de Acção Republicana* passou a contar com o apoio de

⁷⁴⁵ *Diário de Lisboa*, 18-12-1923, p. 1.

⁷⁴⁶ Cf., *República*, 18-12-1923, pp. 1-2.

⁷⁴⁷ Cf., *República*, 19-12-1923, pp. 1-2.

⁷⁴⁸ Cf., *República*, 20-12-1923, p. 1.

⁷⁴⁹ *O Jornal*, 5-1-1924, p. 1

⁷⁵⁰ *O Jornal*, 28-12-1923, p. 2

⁷⁵¹ António Pinto Figueiras, *República*, 4-1-1924, p. 3.

⁷⁵² Faziam parte inicialmente do Grupo Parlamentar de Acção Republicana os seguintes deputados: Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, Amaro Garcia Loureiro, Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia, António Correia, Carlos Eugénio de Vasconcelos, Carlos Olavo Correia de Azevedo, Custódio Maldonado de Freitas, João Pereira Bastos, Joaquim José de Oliveira, Joaquim Ribeiro de Carvalho, Manuel Alegre, Américo Olavo Correia de Azevedo, Henrique Pires Monteiro e José Pedro Ferreira (cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 17-12-1923, pp. 5-6; *Diário de Lisboa*, 17-12-1923, p. 8). Abandonaram ainda o PRN, embora nesse momento não integrassem o Grupo Parlamentar de Acção Republicana os seguintes deputados: Álvaro Xavier de Castro; Viriato Gomes da Fonseca; Jaime Pires Cansado (cf., *República*, 21-12-1923, p. 1).

⁷⁵³ Alberto Xavier fez a apresentação do novo grupo parlamentar tendo destacado que “o grupo que acaba de se constituir não tem — é preciso frisá-lo — nenhum intuito partidário. A sua acção é restrita, exclusiva a exercer a sua função dentro desta Câmara. Para que fim? Para um fim muito nítido e claro. O nosso pensamento é engrandecer e reivindicar o império da lei e da Constituição, combatendo sem tréguas todas as tentativas, ou todos os actos que tenham por fim diminuir ou deslustrar a pureza e lógica das instituições parlamentares republicanas, mas colaborando em todos os actos e em todas as atitudes que vierem a estabelecer o método e a lógica nos trabalhos desta Câmara, para que se tornem eficazes e fecundos”, *Diário da Câmara dos Deputados*, 17-12-1923, p. 5.

quatro senadores⁷⁵⁴. No entanto, o jornal *República* continuou a designar este grupo como pertencendo ao verdadeiro Partido Republicano Nacionalista. No primeiro momento Álvaro de Castro não aparece integrado neste núcleo, possivelmente como forma de reforçar a independência do grupo face ao governo em preparação e permitindo que a estratégia de absorção dos recursos do PRN tivesse maior sucesso.

Nas primeiras semanas houve vários deputados que vacilaram quanto a acompanharem Álvaro de Castro ou a manterem-se no PRN. Custódio Maldonado de Freitas acabaria por ficar com os nacionalistas do Calhariz⁷⁵⁵, enquanto Júlio Ernesto de Lima Duque se tornou independente, vindo posteriormente a juntar-se a Álvaro de Castro⁷⁵⁶. Noutros casos a imprensa partidária de um dos lados colocava os notáveis numa das trincheiras sem a sua autorização. Foi o caso do *República* que colocou João de Ornelas e Silva no novo directório do PRN⁷⁵⁷. Porém, este deputado escreveu ao Directório do PRN do Calhariz declarando que não tinha autorizado a utilização do seu nome, pelo que continuava no verdadeiro PRN⁷⁵⁸.

Os amigos de Álvaro de Castro conseguiram angariar uma série de estruturas partidárias logo nas primeiras semanas da dissidência. Ao nível da imprensa passaram, a ter o apoio do *República*, antigo órgão do PRL de Lisboa, d' *O Torreense*, antigo órgão do PRL de Torres Vedras, d' *A Norma*, antigo órgão do PRN da Póvoa do Varzim, *A República* de Vila do Conde e d' *A Concórdia* de Arcos de Valdevez. N' *O Marão* houve uma luta pelo poder, acabando Sebastião Augusto Ribeiro por abandonar a direcção do jornal por apoiar Álvaro de Castro, sendo substituído por José Augusto Fernandes⁷⁵⁹. O PRN passou a contar em Março de 1924 com apenas 20 jornais officiosos e oficiais, quando em Maio de 1923 contava com 24 (ver o Mapa IV). Os Centros Políticos que se colocaram ao lado dos dissidentes foram o Centro 10 de Janeiro (Lisboa); o Centro Ribeiro de Carvalho (Lisboa); o Centro Ribeiro de Carvalho (Alvaiázere); o Núcleo Nacionalista Ribeiro de Carvalho (Almada)⁷⁶⁰ e o Centro Republicano Nacionalista de Portalegre⁷⁶¹. Ao nível das comissões políticas uma parte das estruturas antigas do PRN vão apoiar a ruptura. Merecem destaque a Comissão Distrital de Lisboa, Coimbra e Portalegre. Ao nível concelhio avançaram para a dissidência as comissões de Torres Vedras⁷⁶², Niza, Sabugal⁷⁶³; Pedrógão Grande, Valongo⁷⁶⁴, Mealhada⁷⁶⁵, Arcos de Valdevez⁷⁶⁶, Póvoa do Varzim e Coimbra⁷⁶⁷. Nas freguesias formaram-se rapidamente

⁷⁵⁴ No Senado o Grupo Parlamentar de Acção Republicana contou com o apoio dos seguintes senadores: Júlio Ernesto de Lima Duque; César Justino de Lima Alves; Rodolfo Xavier da Silva; José Mendes dos Reis. O senador Roberto da Cunha Baptista abandonou o PRN em 18 de Dezembro de 1923 tornando-se independente, embora com alguma proximidade ao Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Cf., *Diário do Senado*, 18-12-1923, p. 5; *idem*, 7-7-1925, p. 27. O órgão nacionalista da Figueira da Foz indica que inicialmente “abandonaram o PRN 15 deputados e parece-nos dois senadores” (*O Figueirense*, 20-12-1923, p. 2).

⁷⁵⁵ *República*, 23-12-1923, p. 1.

⁷⁵⁶ *República*, 19-12-1923, p. 1.

⁷⁵⁷ *República*, 18-12-1923, p. 1.

⁷⁵⁸ *O Figueirense*, 20-12-1923, p. 2; *O Jornal*, 2-1-1924, p. 1.

⁷⁵⁹ *O Povo do Norte*, 23-12-1923, p. 2.

⁷⁶⁰ *República*, 28-12-1923, p. 1.

⁷⁶¹ *República*, 4-1-1924, p. 1.

⁷⁶² Cf., *República*, 20-12-1923, pp. 1-2; *idem*, 3-1-1924, p. 1.

⁷⁶³ *República*, 27-12-1923, p. 1.

⁷⁶⁴ *República*, 4-1-1924, p. 1.

⁷⁶⁵ *República*, 5-1-1924, p. 2.

⁷⁶⁶ *A Concórdia*, 06-01-1924, p. 1; *O Jornal*, 15-1-1924, p. 2.

⁷⁶⁷ *O Jornal*, 18-1-1924, p. 4.

comissões políticas na Póvoa do Varzim⁷⁶⁸, e nas seguintes freguesias de Lisboa: Pena, Encarnação⁷⁶⁹, Santa Isabel⁷⁷⁰, Camões⁷⁷¹ e Encarnação⁷⁷².

A luta política entre as duas facções centrou-se nas estruturas políticas e nas páginas dos jornais. Na reunião no Centro Ribeiro de Carvalho o Dr. Castro Lopes lembrou que logo que se formou o Partido Republicano Liberal os unionistas amesquinharam correligionários dos outros grupos, facto que tinha continuado no PRN. No final da reunião foi aprovada uma moção por aclamação onde solicitam que o novo directório “convide o directório deposto a não perturbar mais a Nação e a integrar-se abnegadamente no novo pensamento que dirige e movimenta o Partido”⁷⁷³. Do lado dos nacionalistas históricos Raul Lelo Portela enquadrava a cisão desta forma: “Quando a maioria parlamentar, tendo derrubado um governo nosso em especialíssimas condições – após o julgamento de uma rebelião, facto inédito na vida parlamentar de qualquer país – claramente nos empurrava para a oposição. E para mais, quando o partido, ao fim de dois anos de benévola expectativa para com governos adversos que nada fizeram, que deixaram agravar todos os problemas, vinha de abandonar o poder, caindo de pé, após a afirmação corajosa e inteligente dos seus pontos de vista em relação à crise nacional. Foi nesse momento, em que todo o partido vibrava de entusiasmo, ao reconhecer que estava representando toda a grande aspiração de um país, que algumas pessoas entenderam que deviam ir-se embora”. Raul Lelo Portela tem uma explicação crua para este facto. Segundo ele o grupo apoiante de Álvaro de Castro “não queria ir para a oposição verdadeira, para a autentica defesa dos interesses do país, porque lhes convinha mais receber as benesses e os favores de um governo feito de retalhos, coados através de uma oposição complacente, benévola, cúmplice em tudo do partido democrático. Esta é a verdade – dura de dizer, mas a verdadeira...”⁷⁷⁴. Os nacionalistas não compreendiam que Álvaro de Castro tivesse apresentado a moção de confiança ao governo e depois de esta ser rejeitada aceitasse formar governo de concentração contra as decisões do Congresso e do Directório⁷⁷⁵.

O Congresso do *novo PRN* inicialmente previsto para 14 de Janeiro não se realizou por decisão da Junta Consultiva, dos parlamentares e do Directório que se reuniram no Centro 10 de Janeiro. As razões invocadas prenderam-se com a recusa de Álvaro de Castro e Sá Cardoso em participar em actividades partidárias, uma vez que o chefe do executivo tinha-se comprometido com o Presidente da República em liderar o ministério na condição de independente⁷⁷⁶. Carlos Vasconcelos, na mesma linha de pensamento, referiu que ao “nacionalistas da rua de S. Roque” não vão realizar o congresso partidário inicialmente previsto porque “o momento não é oportuno, porque as principais figuras do partido que fazem parte do governo e que haviam de constituir possivelmente o Directório, não podem nele tomar parte - em virtude da sua situação. O governo quer manter o seu carácter de extra-partidário e não se podia ocupar neste momento, da realização de um Congresso partidário”. Carlos Vasconcelos, à semelhança de outros correligionários, tinha sentido o desejo de participar no

⁷⁶⁸ *A Norma*, 20-12-1923, p. 2.

⁷⁶⁹ *República*, 22-12-1923, p. 2.

⁷⁷⁰ *República*, 29-12-1923, p. 2.

⁷⁷¹ *República*, 9-1-1924, p. 1.

⁷⁷² *República*, 13-1-1924, p. 1.

⁷⁷³ Cf., *República*, 18-12-1923, pp. 1-2.

⁷⁷⁴ Raul Lelo Portela, *Diário de Lisboa*, 28-12-1923, p. 5.

⁷⁷⁵ Veja-se os argumentos utilizados numa reunião do Centro do Partido Republicano Nacionalista do Porto (cf., *O Jornal*, 29-12-1923, p. 4).

⁷⁷⁶ Cf., Carta de Álvaro de Castro a explicar a sua recusa em participar no Congresso do *novo PRN*, *República*, 10-1-1924, p. 1.

“Congresso do PRN do Calhariz”, porque sabia que estariam em maioria, mas os ortodoxos “tiveram o cuidado de nos afastar do Partido para não sentirem no Congresso o peso da nossa força política”⁷⁷⁷. No entanto, outras vezes manifestaram outras razões para o adiamento da realização do Congresso. O *novo PRN* não estava a conseguir mobilizar um grande número de elementos e seria um fracasso, quando comparado com o que iria realizar o PRN do Calhariz na semana seguinte⁷⁷⁸. Em contrapartida ao Congresso Nacional, os *novos nacionalistas* iniciaram os preparativos para Congressos Regionais, embora também não viessem a realizar-se⁷⁷⁹.

Os membros do *novo PRN* não realizaram o Congresso, mas deram a conhecer à opinião pública, num longo texto, publicado no *República*, as razões que os tinham levado a abandonar o antigo PRN e a apoiar a situação Álvaro de Castro. Para estes republicanos a decisão de formar governo liderado por António Ginestal Machado tinha sido um erro, uma vez que o mesmo não tinha viabilidade, por não ter o apoio necessário do Poder Legislativo. As circunstâncias difíceis do país impunham um governo de concentração. Por isso, achavam que o convite feito pelo Presidente da República a Álvaro de Castro para liderar um governo de concentração deveria ter sido acolhido com entusiasmo pelo PRN. Como um sector do PRN escorraçou Álvaro de Castro e alguns dos mais valiosos parlamentares era necessário não deixar que o partido descambasse para o “extremismo, revolucionário ou subversivo”, mas manter a sua linha responsável “conservadora e moderada”⁷⁸⁰.

A estratégia de manter o nome do Partido Republicano Nacionalista e de conseguir a adesão de um maior número de estruturas do partido terminou a 25 de Janeiro de 1924 quando o jornal *República* passou a intitular-se «Diário Independente». A pujança do PRN do Calhariz que fez o seu Congresso a 19 e 20 de Janeiro e que criou um jornal diário na capital⁷⁸¹ e a recusa de Álvaro de Castro e Sá Cardoso a integrar-se na sua estrutura, ditaram que este grupo se tornasse independente dos partidos, mas que mantivesse uma estrutura no Congresso denominada *Grupo Parlamentar de Acção Republicana*, de apoio ao governo de Álvaro de Castro e que equacionassem a possibilidade de formar um novo partido⁷⁸².

Os nacionalistas do Calhariz instauraram processos de irradiação contra o jornal *República* e contra todos os correligionários que praticaram “actos contrários à boa disciplina partidária”⁷⁸³. Assim, em Janeiro de 1924 o Directório do PRN decidiu expulsar todos os indivíduos que tomaram parte na dissidência, assim como os centros 10 de Janeiro e Ribeiro de Carvalho de Lisboa⁷⁸⁴.

O PRN do Calhariz deu a conhecer através do seu novo órgão de imprensa, *O Jornal*, um vasto conjunto de comissões políticas distritais, concelhias e paroquiais, bem como jornais, câmaras municipais e juntas de freguesia que estavam ao lado Directório liderado por António Ginestal Machado⁷⁸⁵. No entanto, em alguns locais os

⁷⁷⁷ Carlos Eugénio de Vasconcelos, *Diário de Lisboa*, 11-1-1924, p. 8.

⁷⁷⁸ Cf., *República*, 10-1-1923, p. 1.

⁷⁷⁹ Cf., *República*, 15-1-1924, p. 1.

⁷⁸⁰ O Directório, “O Partido Republicano Nacionalista dá conta ao país da sua atitude política, expondo os motivos porque apoiou a situação Álvaro de Castro”, *República*, 11-1-1924, p. 1.

⁷⁸¹ *O Jornal*, Lisboa, publicou-se de 24-12-1923 a 20-08-1924.

⁷⁸² Cf., *República*, 25-1-1924, p. 1; *idem*, 29-1-1924, p. 1.

⁷⁸³ “Moção do Directório”, *O Jornal*, 24-12-1923, p. 1; cf., *O Marão*, 20-12-1923, p. 1.

⁷⁸⁴ *O Jornal*, 10-1-1924, p. 1.

⁷⁸⁵ O Directório do PRN escreveu a seguinte carta para as estruturas locais do PRN: “Sendo da maior conveniência que o nosso jornal dê publicidade à organização partidária a exemplo do que pratica hoje com relação à organização da Madeira, para assim melhor se esmagarem duas dúzias de indisciplinados que há duas semanas proclamam a desordem com a eleição de um *pseudo* Directório, tomo a liberdade de rogar a V. Exa. a subida fineza de providenciar para que dentro da mais curto prazo de tempo, se possível

nacionalistas sentiram dificuldade na competição com os seus antigos correligionários. Em Coimbra realizou-se uma reunião em que participaram António Ginestal Machado e Lima Duque, entre outros destacados membros do PRN. Depois de várias intervenções Lima Duque juntamente com “cinquenta influentes eleitorais”⁷⁸⁶ abandonaram a sala, por discordarem da estratégia seguida no Calhariz e por a sua moção ter sido derrotada. Outros notáveis locais, como Paulo Menano, Moura Pinto e João Bacelar, ficaram ao lado do Directório. Estava consumada a cisão também em Coimbra⁷⁸⁷, tendo o *Directório do Calhariz* necessidade de nomear uma comissão organizadora para este distrito⁷⁸⁸.

O triunfo da dissidência era medido pelo número de influentes locais que conseguia mobilizar. Quando se começou a verificar que a vitória estava do lado dos nacionalistas históricos, alguns dissidentes menos prestigiados começaram a regressar à sua antiga casa, uma vez que verificaram que tinham ficado no Calhariz os influentes eleitorais mais poderosos. Houve ainda quem especulasse sobre a hipótese de Álvaro de Castro avançar com a ressuscitação do antigo Partido Evolucionista⁷⁸⁹.

Esta cisão acabaria por debilitar o PRN, retirando-lhe força no Congresso e na província, mas continuou a ser a segunda força política do país.

10. A Conferência de Cunha Leal na Sociedade de Geografia

Na sequência da revolta de 10 de Dezembro que contribuiu para a queda do governo nacionalista e para a posterior cisão deste partido, Cunha Leal apresentou na Sociedade de Geografia uma muito esperada e concorrida conferência. A sala estava repleta de republicanos ordeiros e de centenas de oficiais, desejosos de escutar uma mensagem de esperança para uma República descrente. Esta aparição do antigo ministro das finanças, ocorreu num ambiente ainda bastante tenso, a 17 de Dezembro, três dias após a queda do governo nacionalista, no mesmo dia da apresentação na Câmara dos Deputados do Grupo Parlamentar de Acção Republicana e na véspera da apresentação do XXXIX ministério presidido por Álvaro de Castro.

Cunha Leal, foi apresentado pelo seu antigo chefe de Governo, António Ginestal Machado, que o acompanhava na mesa, onde estavam outros companheiros desse executivo, Júlio Dantas e Óscar Carmona. O início da conferência foi atribulado uma vez que “a um canto da sala algumas dezenas de assistentes” recrutados na brasileira “ergueram gritos de hostilidade”, aos quais a maioria “reclamou ordem”. Cunha Leal não se intimidando bradou: “São assim tantas vezes as vozes da liberdade! A liberdade para alguns portugueses, consiste em abafar as vozes que querem falar livremente!”. Com a sala já mais calma pôde iniciar a sua conferência. Cunha Leal assentou a sua argumentação em três ideias centrais.

for ainda antes do Congresso, seja enviada ao Directório nota das Comissões nomeadas ou eleitas desse Distrito”. Carta enviada por António Alves de Oliveira Júnior, vogal do Directório do PRN, para Francisco Manuel Pereira Coelho, líder do PRN no Distrito de Beja, datada em Lisboa a 27-12-1923. Espólio Francisco Manuel Pereira Coelho – Coimbra (em posse do seu filho Francisco Pereira Coelho). Cf., *O Jornal*, nos últimos dias do mês de Dezembro de 1923; *Distrito da Guarda*, 6-1-1924, p. 2.

⁷⁸⁶ *República*, 25-12-1923, p. 1.

⁷⁸⁷ Cf., *O Jornal*, 24-12-1923, p. 2; *idem*, 26-12-1923, p. 2; *O Figueirense*, 30-12-1923, p. 1.

⁷⁸⁸ *O Jornal*, 18-1-1924, p. 4.

⁷⁸⁹ *A Tarde*, 23-1-1924, p. 3.

Cunha Leal depois de contextualizar a crise portuguesa no âmbito nacional e internacional, concluiu da necessidade de Portugal ter um governo forte e um Parlamento responsável que colocasse o país em «ordem». No entanto, a situação política portuguesa inviabilizava esse caminho, uma vez que até esse momento tinha sido inviável constituir dois partidos republicanos coesos e responsáveis que se revezassem no Poder. Aquilo que tinha sucedido no início da conferência era um exemplo claro da situação política portuguesa. Um grupo minoritário, radical, intolerante e por vezes violento e revolucionário inviabilizava constantemente a formação de uma corrente ordeira dentro do republicanismo. Cunha Leal lembrava o seguinte: “Parece, pois, ser desejo desses bons republicanos a existência apenas dum partido entalado entre os dois eufemismos de monárquicos e radicais... Oscilando, assim a República, entre a possibilidade de um desvio para a Monarquia e a de um radicalismo inconsciente que a tudo possa lavar”. No entanto, estes republicanos moderados sentiam que representavam a maioria da sociedade portuguesa conservadora e queriam participar na vida política, com um programa alternativo ao PRP e á reacção monárquica, mas eram constantemente afastados por meios «legais» ou revolucionários.

Perante este quadro político e perante um país com uma grave situação económica e financeira era necessário iniciar uma política de austeridade e de corte nas despesas públicas, que Cunha Leal tentou iniciar enquanto Ministro da Finanças. Porém, a situação política atrás referida inviabilizava qualquer acção reformadora do executivo ou do Parlamento. Perante a inacção dos governos e a irresponsabilidade do Parlamento Cunha Leal era levado a concluir que “a ditadura impõe-se, nesta hora, como uma necessidade inadiável”. Para salvar o país só restava o apoio “da única força organizada que existe entre nós – o Exército”. Estas afirmações levaram o público a saltar com vivas ao Exército e a Cunha Leal. Para estes republicanos ordeiros, parecia claro que a Ditadura, embora transitória para grande parte deles, era uma inevitabilidade e que só esta poderia conduzir o país no caminho do progresso e da ordem. Embora, Cunha Leal e outros liberais se contentassem com uma ditadura transitória, outros, como Óscar Carmona, haveriam de ajudar a construir uma Ditadura prolongada e consolidada em Portugal.

Mas a Conferência também serviu para criticar Álvaro de Castro e os seus amigos que acabavam de sair do PRN. Cunha Leal constatava que foram os “constitucionalistas que quiseram ver um ataque à Constituição no facto de um governo ter reprimido a desordem e mantido a ordem, armaram em paladino do legalismo o Sr. Álvaro de Castro que tinha estado a conspirar contra a constituição antes da chegada do Sr. Afonso Costa”⁷⁹⁰. Raul Esteves também publicitou uma carta onde indirectamente envolvia Álvaro de Castro em actos revolucionários: “Cumpre-me, portanto, declarar que fui efectivamente solicitado n’estes últimos tempos para apoiar certas manifestações ou movimentos contra a Constituição, mas tais solicitações não provieram de nenhum dos membros do último governo”⁷⁹¹.

Cunha Leal ao defender uma intervenção da única força disciplinada da Nação e a necessidade de uma solução transitória de Ditadura Militar para o País provocou inúmeras reacções adversas, como a de João de Sacadura Freire Cabral, que criticou

⁷⁹⁰ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 20-12-1923, pp. 1-3. Veja-se também *O Jornal*, 24-12-1923, pp. 1-4; Francisco Cunha Leal, *Eu os políticos e a Nação*, Lisboa, Imprensa de Portugal e Brasil, s.d., [1926], pp. 177-218.

⁷⁹¹ Raul Esteves, *O Debate*, 23-12-1923, p. 1.

Cunha Leal, por defender a Ditadura assente no exército⁷⁹², ou a de Amâncio de Alpoim⁷⁹³.

11. O Ministério Álvaro de Castro

O Presidente da República depois de ouvir todas as forças políticas decidiu encarregar Álvaro de Castro para formar governo. Álvaro de Castro pretendia formar um governo nacional que integrasse nacionalistas, democráticos e independentes, mas tinha a oposição da maioria dos nacionalistas⁷⁹⁴. Novamente o Parlamento dividido, não conseguia assegurar um apoio seguro a uma única força partidária. A estratégia do PRP passava pela entrega da chefia do novo executivo a um elemento não democrático que pudesse congregiar apoios para construir um governo com apoio maioritário no Congresso⁷⁹⁵.

O governo de Álvaro de Castro tomou posse no Ministério do Interior no dia 18 de Dezembro de 1923, tendo o apoio dos democráticos, do grupo Seara Nova⁷⁹⁶ e dos dissidentes do PRN, que continuavam a intitular-se os verdadeiros membros do PRN⁷⁹⁷. Durante a formação do novo governo houve algumas mudanças de última hora, o general Pereira Bastos foi substituído pelo major Ribeiro de Carvalho na pasta da Guerra e Jaime Cortesão foi substituído por António Sérgio na pasta da educação⁷⁹⁸.

António Ginestal Machado referiu-se publicamente sobre a atitude que o PRN iria tomar na recepção ao governo de Álvaro de Castro: sabendo “a maneira como se organizou o actual governo compreende-se que a nossa atitude não pode ser amistosa, temos de apreciar os seus actos, sem favor. Só com Justiça”. Em relação ao impacto que a cisão tinha tido no PRN, achava que tinha sido “insignificante, pois a grande massa eleitoral partidária ficou connosco. Apenas no círculo de Leiria, perdemos terreno”⁷⁹⁹.

No dia 21 de Dezembro Álvaro de Castro apresentou a declaração ministerial na Câmara dos Deputados, tendo defendido, “o princípio da autoridade”, a “política de respeito das leis”, a colaboração com o parlamento e a defesa do “equilíbrio orçamental”⁸⁰⁰. O debate sobre a apresentação do governo só se realizou no dia 8 de Janeiro de 1924, tendo tido o apoio do PRP, pois segundo Almeida Ribeiro (PRP) o governo de Álvaro de Castro pretendia “manter a sua autoridade como base da estabilidade das instituições republicanas” e da Constituição. E por isso, “este lado da Câmara dará ao Governo a cooperação que for indispensável para que ele consiga realizar a obra de restauração económica que na sua declaração julga indispensável e urgente”⁸⁰¹. Carlos Olavo, do Grupo Parlamentar de Acção Republicana, demonstrou o

⁷⁹² João de Sacadura Freire Cabral, *Diário de Lisboa*, 21-12-1923, p. 2.

⁷⁹³ Amâncio de Alpoim, *Diário de Lisboa*, 26-12-1923, p. 2-3; *Diário de Lisboa*, 2-1-1924, pp. 2-3.

⁷⁹⁴ *República*, 15-12-1923, p. 1.

⁷⁹⁵ Cf., entrevista ao deputado democrático, Jaime de Sousa, *Diário de Lisboa*, 15-12-1923, p. 8.

⁷⁹⁶ Jaime Cortesão foi convidado por Álvaro de Castro para Ministro da Instrução, mas declinou o convite por motivos pessoais. Porém, a Seara Nova indicou o nome de António Sérgio para esse lugar e outros dois homens próximos da revista, Ribeiro de Carvalho e Ezequiel de Campos ocuparam as pastas da Guerra e da Agricultura. Cf., entrevista a Jaime Cortesão, *Diário de Lisboa*, 19-12-1923, p. 5.

⁷⁹⁷ *Diário de Lisboa*, 18-12-1923, p. 8.

⁷⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 18-12-1923, p. 8.

⁷⁹⁹ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 10-1-1924, p. 5.

⁸⁰⁰ Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 21-12-1923, pp. 7-8. Cf., *Diário de Lisboa*, 21-12-1923, p. 8.

⁸⁰¹ Almeida Ribeiro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-1-1924, pp. 7-9.

apoio ao governo na medida em que este se tinha comprometido a defender a “constituição e o prestígio do Parlamento”. Realçou ainda mais a valia deste governo, que se relacionava com o facto de “ser um Governo que se formou fora de combinações de partidos, isto é fora das conveniências e interesses estritamente partidários. É um Governo Nacional, entendendo-se por esta expressão que a sua mais profunda aspiração ‘e resolver a grave crise que nos asfixia e mata’”. Não deixou também de apresentar uma crítica velada ao PRN, uma vez que faziam parte do governo várias figuras de diversos partidos republicanos, “mas, se estes não estão mais representados no Governo, a culpa não é do Sr. Álvaro de Castro”⁸⁰². Cunha Leal, o líder parlamentar do PRN iniciou a sua intervenção lembrando que fora “um dos mais íntimos confidentes do Sr. Álvaro de Castro” até ao “dia preciso da chegada do Sr. Afonso Costa” a Lisboa para formar governo. Acusou Álvaro de Castro de ter tomado várias iniciativas golpistas contra o governo de António Maria da Silva e contra a Constituição, “entidades que depois se veio a constituir no mais feroz defensor”. Virou a sua espada também na direcção do Presidente da República, acusando-o de ter aliciado oficiais contra o Governo de António Maria da Silva e de não ter apoiado o governo de António Ginestal Machado na noite da revolta. Segundo Cunha Leal o governo nacionalista “estava condenado a morrer por uma de duas forças: ou por uma revolta, ou pelo Parlamento. E, assim, não tendo sido derrubado pela revolta, foi-o naturalmente pelo Parlamento”. Criticou também a forma como Álvaro de Castro tinha sido indicado para formar governo. Perguntando à Câmara quem o tinha indicado. Teria sido “pelo Partido a que S. Ex.^a pertencia, como era natural? Não, Sr. Presidente, mas sim indicado pelo Partido adverso àquele a que S. Ex.^a pertencia – o que mostra bem os entendimentos que havia entre o Sr. Álvaro de Castro e aquele partido”. Culpou o Presidente da República de ser o causador da queda do governo e da cisão do PRN. Quanto às propostas financeiras já apresentadas pelo governo de Álvaro de Castro, considerou que muitas delas já existiam no trabalho do Ministro das Finanças que o precedeu”⁸⁰³. Nos dias seguintes, os deputados nacionalistas continuaram a atacar duramente a constituição do ministério Álvaro de Castro, chegando Jorge Nunes a classificá-lo de “cabala”. Álvaro de Castro defendeu-se sem deitar mais achas para a fogueira: “quanto àquelas palavras que directamente pretendem atingir-me, eu cinjo-me ao silêncio absoluto que costumo usar quando entendo que a minha defesa para ser a minha defesa pode ser um ataque à República”⁸⁰⁴.

Para culminar, o debate sobre a apresentação do Governo foram apresentadas duas moções de ordem. Jorge Nunes, do Partido Republicano Nacionalista, apresentou uma moção de desconfiança⁸⁰⁵ e Carlos Olavo, do Grupo Parlamentar de Acção Republicana, apresentou uma moção de confiança⁸⁰⁶. Esta última acabou por ter prioridade de votação, sendo a moção nacionalista prejudicada. A moção de Carlos Olavo foi aprovada por 56 votos a favor e 27 votos contra. Apenas votaram desfavoravelmente os deputados nacionalistas, monárquicos e alguns independentes. Os deputados democráticos, accionistas, católicos e alguns independentes votaram

⁸⁰² Carlos Olavo, *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-1-1924, pp. 9-10.

⁸⁰³ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-1-1924, pp. 10-16.

⁸⁰⁴ Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-1-1924, p. 16.

⁸⁰⁵ “A Câmara considerando que a crise não foi resolvida segundo os melhores preceitos constitucionais, faz votos para que se forme um governo que possa merecer verdadeira confiança ao País, único modo de terem solução os graves problemas de administração que estão pendentes, e passa à ordem do dia. – Jorge Nunes”, *Diário da Câmara dos Deputados*, 9-1-1924, p. 18.

⁸⁰⁶ “A Câmara dos Deputados, reconhecendo que o Governo foi constituído segundo os preceitos constitucionais e corresponde às necessidades e aspirações da Nação continua na ordem do dia. – Carlos Olavo”, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-1-1924, pp. 17.

favoravelmente⁸⁰⁷, embora alguns deputados democráticos tivessem abandonado a sala das sessões aquando da votação⁸⁰⁸. O PRN, como era de esperar, mostrava-se inflexível perante este governo, ainda que defendesse muitas medidas propostas pelo novo governo⁸⁰⁹. Durante a apresentação do governo no Senado, o líder do PRN disse que já há algum tempo previa que Álvaro de Castro iria presidir a um “ministério que se chamaria «Nacional» com a colaboração do Partido Democrático. Não mudou o Partido Democrático a sua orientação, que vem marcando nos 13 anos da constituição da República: ou governa ele, ou se governa com ele. Sem ele não”⁸¹⁰.

O governo tentou munir-se de autorizações parlamentares latas que lhe permitissem não estar sempre dependente da bonomia do Parlamento.

O deputado Almeida Ribeiro apresentou uma proposta de Lei autorizando o Governo a regulamentar os câmbios. O Partido Republicano Nacionalista concordava com a atribuição de maiores poderes ao executivo para controlar a desvalorização do escudo, mas não podia “votar estas medidas porque elas envolvem uma autorização tão lata ao Governo, que, se houvesse lógica na nossa atitude, havia apenas uma coisa a fazer: cumprimentar muito afectuosamente os seus membros e sair por aquela porta”. Jorge Nunes foi muito claro ao perguntar o seguinte: “Para que conservar o Parlamento aberto? Porque não acabar com esta ficção? Então se vamos dizer ao Governo que é sua exclusiva atribuição tratar dos problemas financeiros, para que conservamos aberta esta casa e nos arrogamos direitos que a todo o momento alienamos”⁸¹¹. Barros Queirós esclareceu a posição do PRN dizendo que defendiam a tomada de medidas para melhorar os câmbios e reprimir as especulações, mas não iriam deixar que a Câmara adoptasse providências “inconvenientes e inconstitucionais”, permitindo a “mais larga ditadura, o que se não fará com o nosso aplauso”⁸¹².

Álvaro de Castro pediu autorização ao parlamento para suspender as leis aprovadas pelo Poder Legislativo de que resulte aumento de despesa ou eliminar qualquer dotação inscrita no Orçamento⁸¹³. Cunha Leal defendeu que a “proposta aqui apresentada é de tal forma lata, que se transforma na abdicação completa do Poder Legislativo”. E concluiu que o Governo queria implantar “uma ditadura, mas uma ditadura com o Parlamento aberto!”⁸¹⁴. Tomé de Barros Queiroz disse que este pedido era inconstitucional⁸¹⁵, à semelhança do que opinou o deputado monárquico Carvalho da Silva⁸¹⁶. O deputado nacionalista, Paulo Menano era da mesma opinião, na medida em que “dispondo o artigo 26.º, n.º 1.º, da Constituição, que só ao Parlamento compete privativamente fazer leis, interpretá-las e suspendê-las, a verdade é que, com a autorização” o governo quer “que o Poder Legislativo delegue no Executivo essas funções...”. Diferençou ainda as autorizações anteriormente concedidas do Poder

⁸⁰⁷ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 11-1-1924, pp. 21-22.

⁸⁰⁸ *O Rebate*, 15-1-1924, p. 1.

⁸⁰⁹ O Conselho de Ministros tomou várias resoluções ao abrigo das autorizações parlamentares (Lei 1433), no sentido de diminuir as despesas de vários ministérios e aumentar as receitas (*Diário de Lisboa*, 3-1-1924, p. 8; *idem*, 10-1-1924, p. 8). O novo governo apresentou uma proposta orçamental no Parlamento, onde o deficit era reduzido à custa do corte nas despesas e na actualização de alguns impostos. Previa-se que deficit ficasse extinto no final do ano pela estabilização da despesa e pela criação de novas fontes de receita. Cf., Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 15-1-1924, pp. 5-8; *Diário de Lisboa*, 15-1-1924, p. 8.

⁸¹⁰ Augusto de Vasconcelos, *O Jornal*, 16-1-1924, p. 1.

⁸¹¹ Jorge Nunes, *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-1-1924, pp. 12-13.

⁸¹² Barros Queirós, *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-1-1924, p. 17.

⁸¹³ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 25-1-1924.

⁸¹⁴ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 7-2-1924, p. 14.

⁸¹⁵ *Diário de Lisboa*, 25-1-1924, p. 5.

⁸¹⁶ *Diário de Lisboa*, 26-1-1924, p. 8.

Legislativo ao Poder Executivo, uma vez que estas estavam restringidas “a certas leis e períodos de tempo. Portanto o Poder Legislativo, dentro da sua própria função, nos termos do n.º 1.º do artigo 26.º da Constituição é que suspendeu aquelas atribuições que indicava ao Executivo”. Paulo Menano considerava que “o País dirá de que lado está a razão, se do lado do fervoroso constitucionalista que, uma vez no Poder, tão depressa procura atropelar a Constituição, se do lado do Partido Nacionalista que, embora acimado de anti-constitucionalista, se mantém isolado, mas firme na defesa dos bons princípios constitucionais”⁸¹⁷. Depois das várias partes terem esgrimido os seus argumentos, passou-se à votação da proposta na generalidade. Votaram apenas 51 deputados, 28 a favor e 23 contra, pelo que a votação não foi válida. A maioria dos democráticos saiu da sala na hora da votação. Votaram a favor os deputados do Grupo Parlamentar de Acção Republicana e diversos democráticos e independentes. Votaram contra os nacionalistas e alguns independentes e democráticos⁸¹⁸. Na sessão seguinte procedeu-se a nova votação, sendo desta vez aprovado o pedido de autorização parlamentar com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar de Acção Republicana e de diversos deputados democráticos, católicos e independentes. Saíram da sala alguns deputados democráticos que não votaram, entre os quais, Vitorino Guimarães e António Maria da Silva. Alguns democráticos votaram contra, nomeadamente Alfredo Pinto de Sousa, António Tavares Ferreira, Custódio de Paiva, José Nunes Loureiro, Lourenço Correia Gomes e Pedro Sá Pereira. Os nacionalistas votaram novamente contra, mas o pedido foi aprovado por 52 votos a favor e 25 contra⁸¹⁹. A imprensa nacionalista começou a acusar Álvaro de Castro de querer instalar uma ditadura, “saltando [...] por cima da constituição”, procurando obter as “mais latas autorizações para governar”⁸²⁰.

Outro tema de discórdia foi o pedido de alteração das cláusulas do empréstimo interno efectuado em 1923, pelo facto de se deixar de pagar os juros em ouro, com o objectivo de baixar o deficit. Vitorino Guimarães, do PRP, criticou esta medida uma vez que se estava a faltar a um compromisso assumido pelo governo português⁸²¹. Pelos nacionalistas intervieram Barros Queirós, António Ginestal Machado⁸²² e Cunha Leal⁸²³. Com a aprovação desta medida o Estado perdia credibilidade para lançar novos créditos, pelo que era como que declarar a bancarrota. Barros Queiroz referiu-se a este decreto dizendo o seguinte: “O Estado no momento paga menos uns tantos escudos do que pagava antes, é verdade, mas o decreto provoca a fuga de todos os capitais portugueses para o estrangeiro”. Além disso, “provoca o agravamento do câmbio, e consequentemente, o agravamento de todas as despesas do Estado”⁸²⁴.

O governo negociava antes com a maioria democrática e só depois levava os diplomas ao Parlamento, o que levava um deputado independente a clamar o seguinte: “Mas isto é imoral! É escandaloso! O governo, depois de mutilar o Parlamento, liquidou definitivamente com estes conchavos. Essas reuniões equivalem a um segundo Parlamento – sem oposições”. Outro deputado nacionalista indignado dizia: “E a função das oposições fica reduzida à mais completa inutilidade. Não há possibilidade de qualquer fiscalização a sério”. No entanto, dentro do PRP a unidade não era tão sólida. “Quando da votação na generalidade das autorizações saíram da sala os Srs. António

⁸¹⁷ Paulo Menano, *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-2-1924, p. 10.

⁸¹⁸ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-2-1924; *Diário de Lisboa*, 9-2-1924, p. 5.

⁸¹⁹ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 11-2-1924; *Diário de Lisboa*, 11-2-1924, p. 8.

⁸²⁰ *O Jornal*, 4-2-1924, p. 1.

⁸²¹ Cf., Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 11-2-1924, p. 27.

⁸²² *Diário de Lisboa*, 12-2-1924, p. 4.

⁸²³ *Diário de Lisboa*, 13-2-1924, p. 5.

⁸²⁴ Barros Queiroz, *Diário de Lisboa*, 12-6-1924, p. 8.

Maria da Silva e o Sr. Vitorino Guimarães «líderes partidários» e rejeito-as o Sr. Nunes Loureiro pessoa preeminente nos organismos democráticos”⁸²⁵.

As medidas tomadas pelo governo provocaram a reacção das forças radicais de esquerda que se manifestaram no Terreiro do Paço contra a carestia de vida no dia 22 de Fevereiro. A manifestação, que contou com mais de cem mil pessoas, foi organizada pelo conselho geral das juntas de freguesia, tendo os manifestantes deslocando-se posteriormente para o Parlamento. Durante o percurso houve várias agressões e gritos de “morras ao Parlamento e vivas à Revolução Social”⁸²⁶ e avisos aos moageiros, banqueiros e exploradores para arriarem caminho⁸²⁷. O funcionalismo público também reagiu à obra legislativa do governo, tendo o executivo de Álvaro de Castro mandado prender alguns líderes que estavam a incitar os colegas a insubordinarem-se e a fazer greve de zelo, o chamado movimento de “braços caídos”⁸²⁸. Reagindo a esta situação o deputado Carlos Olavo apresentou uma moção de apoio ao governo. Esta moção acabaria por ter o voto favorável de quase toda a câmara, incluindo os nacionalistas⁸²⁹. Jorge Nunes disse que embora o executivo não merecesse a confiança política dos nacionalistas “em questões de ordem pública, o partido nacionalista não regateará o seu apoio ao governo”⁸³⁰.

Cumprindo a tradição foi aprovada a prorrogação dos trabalhos parlamentares até ao dia 30 de Junho com os votos dos democráticos e dos nacionalistas, embora estes, pela voz do deputado Jorge Nunes tivessem dito que o atraso nos trabalhos era responsabilidade dos democráticos⁸³¹.

12. O II Congresso do Partido Republicano Nacionalista e o reatamento da propaganda política

Com a cisão protagonizada por Álvaro de Castro o PRN foi obrigado a acelerar os seus planos de propaganda para não ser ultrapassado pela nova força política. O órgão de imprensa diária há muito anunciado e sempre adiado saiu finalmente a público. No dia 24 de Dezembro de 1923 foi publicado o primeiro número d’*O Jornal*, o órgão do Partido Republicano Nacionalista, editado em Lisboa, mas com vocação nacional. Foi necessário apressar a sua publicação pois o jornal *República* passou a apoiar a facção de Álvaro de Castro e o PRN ficou sem nenhum órgão de informação em Lisboa.

Os primeiros meses de publicação deste novo título ficaram também marcados por uma intensa actividade política dos dirigentes máximos do PRN na província, com o intuito de consolidar o partido em todo o país. Para preparar a propaganda e a reestruturação do partido foi realizado o II Congresso do PRN. O Congresso voltou a realizar-se no ginásio do Liceu Camões, em Lisboa, nos dias 19 e 20 de Janeiro de 1924.

⁸²⁵ *Diário de Lisboa*, 12-2-1924, p. 8. Cf., *Diário de Lisboa*, 20-2-1924, p. 1.

⁸²⁶ *Diário de Lisboa*, 22-2-1924, p. 8. Veja-se entrevista a Carlos Rates sobre esta manifestação, *Diário de Lisboa*, 23-2-1924, p. 8.

⁸²⁷ António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 1.º Volume, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp. 22-263.

⁸²⁸ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 25-2-1924, p. 9.

⁸²⁹ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 25-2-1924, pp. 10-11.

⁸³⁰ Jorge Nunes, *Diário de Lisboa*, 25-2-1924, p. 8.

⁸³¹ *Diário de Lisboa*, 28-3-1924, p. 8.

Estando já aprovada a Lei Orgânica do PRN, foi com base neste estatuto que foi convocado o Congresso. Era no Congresso que residia a “soberania partidária”, sendo constituído “pelos legítimos representantes e delegados do Partido”⁸³². O estatuto do PRN previa congressos ordinários anuais e extraordinários quando “as circunstâncias exigirem, bem como congressos regionais”⁸³³. Estes dois últimos géneros de congressos nunca tiveram lugar, uma vez que apenas ocorrem 4 congressos ordinários, que eram os únicos que tinham poderes constituintes e legislativos⁸³⁴. O Congresso ordinário era convocado pelo Directório, tendo lugar no primeiro trimestre de cada ano⁸³⁵. Os quatro congressos realizados pelo PRN tiveram lugar sempre em Lisboa, o que pode demonstrar uma franca implantação do partido na província, que inviabilizava a realização dum evento deste tipo fora da capital. É claro que a organização de um congresso em Lisboa era facilitada pelos melhores meios de comunicação que lhe davam acesso⁸³⁶, pela facilidade de alojar algumas centenas de delegados e pela atracção que um congresso transmitia aos participantes, dado que quase todos tinham assuntos a tratar na capital ou primos e amigos que visitar.

O Congresso era constituído por: “a) pelos vogais efectivos, ou em exercício do Directório; b) Pelos vogais efectivos, ou em exercício da comissão administrativa; c) Pelos membros da Junta Consultiva; d) Por um delegado ou representante de cada comissão distrital, municipal e paroquial; Por um delegado da representação partidária em cada corpo administrativo, distrital, municipal ou paroquial; f) Por dois representantes de cada jornal diário, e por um de cada jornal não diário ou qualquer publicação regular que estejam reconhecidos pelo Directório; g) Por um representante de cada centro, escola ou associação, que estejam filiados no partido”⁸³⁷. Os lugares por inerência relativo a cargos desempenhados tinham um peso elevado face aos cargos electivos. Havia assim, uma maioria de congressistas não sufragados pelas estruturas partidárias de base.

O Congresso deveria ser o lugar por excelência onde os militantes deveriam exprimir a sua opinião sobre as orientações políticas. O Congresso podia “eleger, recompor e destituir o Directório e a comissão administrativa, e aceitar o pedido de demissão de qualquer dos seus vogais”. Outra atribuição importante era “interpretar, modificar ou substituir o programa do partido e o seu estatuto” e “apreciar e votar qualquer proposta”⁸³⁸ que dê entrada no Congresso. Durante o decurso dos congressos eram discutidos e votados “os relatórios anuais do Directório, da comissão administrativa e dos parlamentares”⁸³⁹. Era também atribuição do Congresso “conhecer

⁸³² Art. 7.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 4.

⁸³³ Art. 8.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 4.

⁸³⁴ Art. 10.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 5.

⁸³⁵ Art. 9.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 4.

⁸³⁶ Os partidos conseguiam normalmente obter um desconto de 50% de muitas companhias de caminho de ferro para os congressistas, Cf., *República*, 23-2-1923, p. 1.

⁸³⁷ Art.14.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 5.

⁸³⁸ Art. 15.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, pp. 5-6.

⁸³⁹ Alínea 4.ª do Art.15.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 6.

e julgar definitivamente os conflitos partidários e a expulsão do partido de qualquer organismo ou cidadão nele filiado”⁸⁴⁰.

No II Congresso do PRN eram esperados cerca de 1900 congressistas. No ginásio do Liceu Camões foram colocadas 800 cadeiras, mas com os lugares de pé e as galerias, a sala devia comportar mais de 2000 pessoas. António Ginestal Machado chegou cerca das 14 horas, estando já ocupadas cerca de dois terços das cadeiras. Estão presentes os antigos ministros Pedro Pita, Judice Bicker, Lopes Cardoso, Júlio Dantas, coronel Simas Machado e Cunha Leal. Este último recebeu uma grande ovação na entrada no Congresso⁸⁴¹.

A sala do ginásio do Liceu Camões em Lisboa foi organizada no sentido da mesa da presidência estar situada num dos lados da sala, junto à parede, em cima de um estrado, e em frente, organizadas em filas, foram colocadas algumas centenas de cadeiras. Sob a presidência do histórico republicano, Jacinto Nunes, iniciou-se a primeira sessão. O presidente deu a palavra ao secretário do directório, Pedro Pita. Cumprindo o disposto no n.º 9 do artigo 27.º da Lei orgânica do PRN o directório apresentou, por intermédio de Pedro Pita, o relatório anual da sua actividade. Pedro Pita começou por relatar os trabalhos organizativos nos primeiros meses de vida do PRN, tendo reconhecido que o PRN era mais do que a mera fusão de dois partidos, mas sim “de muitos partidos”, pelo que houve algumas dificuldades iniciais na sua constituição. Foi necessário “despender cuidadosa transigência” para “reduzir incompatibilidades ou conciliar atitudes, opostas umas, divergentes outras”. Confirmou também que “algumas vezes, houve necessidade de deslocarem-se os membros do Directório para, directamente, nesta ou naquela terra, intervir junto das facções em litígio e tentar aproximações julgadas impossíveis e que todavia, na maioria dos casos foram conseguidas. O directório admitiu que o partido podia ter feito mais acções de propaganda, sendo necessário uma maior articulação entre “as comissões políticas locais e do Directório”. Quanto à acção dos parlamentares nacionalistas, o Directório salientou a sua combatividade “tão formidável que, a oito meses” da sua constituição do PRN, “e tendo na Câmara dos Deputados menos de um terço dos membros que o compõem, conseguiu impor-se por tal modo que era encarregado de formar governo, enfraquecido os seus adversários a ponto de serem obrigados a reconhecer a sua inferioridade e a decretar a sua própria falência”. A entrada do PRN no governo, que levantou algumas dúvidas a alguns correligionários, foi sancionada pelo directório e por pareceres da junta consultiva e do grupo parlamentar. O directório entendia que tinha tomado a altitude correcta naquelas circunstâncias. No entanto, “não era lícito, na verdade, supor que um Governo partidário, constituído por correligionários dedicados, fossem encontrar a maior guerra nos próprios correligionários, que afinal, foram os principais responsáveis pela sua queda”⁸⁴². Pedro Pita concluiu afirmando que a cisão tinha provocado o afastamento do partido de alguns elementos, mas o partido ganhou em coesão.

Um dos temas centrais do Congresso foi a questão da ditadura, levantada no mês anterior na Sociedade de Geografia por Cunha Leal. Alberto Jordão Marques da Costa, deputado do PRN por Évora, advogou que o partido não devia defender a ditadura, sendo um partido constitucional, legalista e conservador. Quanto ao voto do Congresso anterior contra os governos de concentração achava não era imperativo absoluto. Pelo que em determinadas circunstâncias o PRN poderia participar neles. Este último ponto

⁸⁴⁰ Alínea 5.ª do Art.15.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 6.

⁸⁴¹ *A Tarde*, 19-1-1924, p. 3.

⁸⁴² “Relatório do Directório do PRN”, *O Jornal*, 19-1-1924, pp. 1-2.

levantou uma série de réplicas, tendo os congressistas defendido que o voto tinha sido inequívoco, pelo que o PRN não poderia participar em governos de concentração⁸⁴³. Ferreira de Mira disse que “não os quer [governos de concentração] e, não terá neles participação, a não ser em circunstâncias que o seu Directório entenda obrigantes para combater qualquer grave perigo que ameace o regímen ou a nacionalidade”⁸⁴⁴. Quanto ao primeiro ponto coube Cunha Leal responder. O líder nacionalista afirmou que não defendia a ditadura, mas que “ela há-de vir inexoravelmente, fatalmente”. E de forma peremptória afirmou: “o chefe do actual governo andou conspirando, disse-o e repito-o, tentando arrastar-me e levar-me para o seu lado”. Depois desta acusação concluiu: “todos os dias a Constituição é esfrangalhada. Rasga-a o Governo do Sr. Álvaro de Castro, rasga-a o Sr. Presidente da República, rasga-a o Parlamento”⁸⁴⁵. Este tema não era consensual na família nacionalista⁸⁴⁶. No entanto, a ditadura passou a ser equacionada por muitos nacionalistas, que viam nessa via, a única forma de regeneração da Pátria e de acesso ao poder por parte do PRN.

Quadro V - Directório do PRN após o II Congresso

Efectivos	Partidos	Votos	Cargos
António Ginestal Machado	PRP; UR; PRL; PRN	1487	Presidente do Directório
Francisco Pinto Cunha Leal	Partido Centrista; PNR; Partido Popular; Governamental; Independente; PRL; PRN; ULR	1487	
Júlio Dantas	Partido Progressista, PRRN; PRN	1489	
Pedro Góis Pita	PRP; PRRN; PRN	1489	Secretário do Directório
Raul Lelo Portela	PRE; PRL; PRN; ULR; ARS	1489	
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso	PRP; PRRN; PRN	1486	
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá	PRE; Partido Centrista; PNR; PRL; PRN; ULR	1483	
Substitutos	Partidos	Votos	Cargos
Alberto Jordão Marques da Costa	PRP; PRRN; PRN	1486	
António Alves de Oliveira Júnior	UR; PRL; PRN	1489	
Belchior de Figueiredo	PRP; UR; PNR; PRL; PRN	1499	
João Fiel Stockler	PRP; PRN	1490	
José Marques Loureiro	Partido Progressista; PRL; PRN	1490	
Manuel Soares de Melo e Simas	Partido Reformista, Federação Nacional Republicana; PRN	1490	
Paulo da Costa Menano	PRE; PRL; PRN	1490	

Fontes: *O Jornal*, 21-1-1924, p. 2; *Correio da Extremadura*, 26-1-1924, p. 1; *Democracia do Sul*, 6-3-1925, pp. 1-2.

⁸⁴³ *O Jornal*, 21-1-1924, p. 1.

⁸⁴⁴ Ferreira de Mira, *O Jornal*, 24-1-1924, p. 1.

⁸⁴⁵ *O Jornal*, 21-1-1924, p. 1.

⁸⁴⁶ Veja-se a forma com o órgão do PRN, *O Regionalista*, das Caldas da Rainha, apresentou esta questão: “A questão das ditaduras foi abordada com decisão. Ficou bem expresso que o Partido é completamente alheio às opiniões anti-constitucional, que um ou outro dos seus membros tenha manifestado ou venha a manifestar. As ditaduras, principalmente as ditaduras militares, em vez de resolver – complicam”, *O Regionalista*, 24-1-1924, p. 2.

Este congresso também serviu para apresentar a linha programática do PRN. O PRN, por intermédio de António Ginestal Machado, não apresentou um tradicional programa político, mas um *Programa de realizações imediatas*. Neste documento o PRN defendia a representação de determinadas classes no Senado⁸⁴⁷ e o estabelecimento da prerrogativa presidencial da dissolução do Congresso. Ao nível da política financeira e orçamental defendia a redução das despesas públicas através de uma reorganização dos serviços públicos e o aumento das receitas fiscais com uma alteração do sistema de impostos, tornando-o mais equitativo. O Estado apenas deveria ter uma função reguladora da economia e deveria ultrapassar-se o regime proteccionista para um sistema mais liberal. Em termos sociais defendia um reforço da assistência pública e das leis do trabalho protectoras do operariado. Na política internacional reafirmava a aliança com a Inglaterra e um estreitamento de relações com o Brasil e na política colonial defendia um regime de maior autonomia administrativa. Na política pedagógica pretendia reforçar a obra da República, em especial no ensino infantil, não esquecendo o ensino médio e uma maior autonomia universitária⁸⁴⁸. Este documento elaborado por Júlio Dantas acabaria por ser aprovado pelo Congresso depois de uma breve discussão⁸⁴⁹.

Para a eleição do novo directório e comissão administrativa apenas apareceu uma lista. Barros Queirós fez uma proposta de que o Directório fosse reeleito por aclamação. Após vibrantes palmas e apoios o Presidente do Directório, António Ginestal Machado teve de dizer o seguinte: “Elegem-nos amanhã, se assim o entenderem, Mas elegem-nos regularmente”⁸⁵⁰. Esta eleição por aclamação era típica nas comissões locais e era um sintoma da escassa democraticidade interna do partido. As eleições realizaram-se no dia 20 de Janeiro de 1924, tendo entrado 1490 listas para o Directório e 1403 listas para a Comissão administrativa. Conforme se pode observar no Quadro V, Raul Lelo Portela, Pedro Pita e Júlio Dantas foram os mais votados, com 1489 votos logo seguidos por Francisco Pinto Cunha Leal e António Ginestal Machado com 1487 votos. O novo elemento do directório Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso obteve 1486. Novamente o membro do directório menos votado foi Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá, que obteve 1483 votos. No entanto, a diferença em relação aos mais votados diminuiu significativamente face ao 1.º Congresso. Pedro Pita realçou este facto dizendo “que a unidade do partido é bem visível dado que na votação para o directório os membros efectivos tiveram uma diferença mínima (2 a 3 votos), ao contrário do 1.º congresso onde houve diferenças de mais de cem votos”⁸⁵¹. Em relação aos efectivos apenas houve uma alteração face ao directório eleito em 1923: Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso substituiu Álvaro Xavier de Castro. Com esta substituição manteve-se a hierarquia de forças dentro do PRN de quatro antigos membros do PRL e três do PRRN, pois Lopes Cardoso também provinha do PRRN. Já em relação aos substitutos, Hélder Armando dos Santos Ribeiro, Júlio Ernesto de Lima Duque e César Justino de Lima Alves foram substituídos por João Fiel Stockler, José Marques Loureiro e Manuel Soares de Melo e Simas. Os elementos substituídos acompanharam a cisão protagonizada por Álvaro de Castro, sendo que os que os substituíram provinham das principais famílias políticas que deram origem ao PRN.

⁸⁴⁷ Veja-se sobre a representação de classes no Senado o artigo de António Ginestal Machado n’ *O Jornal*, 19-1-1924, p. 4.

⁸⁴⁸ *Programma de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Typ. de A Lucta, 1924, 8 pp; *O Jornal*, 19 e 21-1-1924, p. 4; *O Regionalista*, 7-2-1924, p. 2; *idem*, 17-2-1924, p. 2; *idem*, 24-2-1924, p. 2.

⁸⁴⁹ *O Regionalista*, 24-1-1924, p. 2.

⁸⁵⁰ António Ginestal Machado, *O Jornal*, 21-1-1924, p. 1.

⁸⁵¹ *A Tarde*, 21-1-1924, p. 3.

João Fiel Stockler representava a linha histórica republicana, uma vez que tinha pertencido ao PRP e tinha sido um dos deputados da constituinte. José Marques Loureiro provinha do PRL e Manuel Soares de Melo e Simas provinha do Partido Reformista e da Federação Nacional Republicana, família política que tinha ingressado no PRN depois do primeiro Congresso do PRN e que colocava agora um dos seus representantes como membro substituto do directório⁸⁵².

Quadro VI - Comissão Administrativa do PRN após o II Congresso

Efectivos	Partidos	Votos	Cargos
Benjamim Fernandes Neves Tavares	PRN	1402	
Jaime Pinto Serra	PRL; PRN	1401	
João Rodrigues ⁸⁵³	PRN	1396	Secretário
José Pais de Vasconcelos Abranches (Dr.)	Partido Progressista; PRP; PRL; PRN	1395	Tesoureiro
Manuel Martins Cardoso ⁸⁵⁴	PRP; UR; PRL; PRN	1401	Presidente
Substitutos	Partidos	Votos	Cargos
Alfredo Soares	PRL; PRN	1402	
Alípio Teixeira (Dr.)	PRN	1403	
Agostinho Pires (Dr.)	PRN	1396	
António Augusto da Costa Mota Sobrinho	PRN	1402	
Eugénio Neves Lima	PRN	1402	

Fontes: *O Jornal*, 21-1-1924, p. 2; *Correio da Extremadura*, 26-1-1924, p. 1; *Democracia do Sul*, 6-3-1925, pp. 1-2.

Durante o congresso foram apresentadas uma série de propostas e moções: Belchior de Figueiredo apresentou uma série de propostas, entre as quais merecem destaque uma sobre o inquilinato, na qual defendeu a posição dos proprietários. Apresentou ainda propostas sobre a indisciplina social e sobre o aumentar do horário de trabalho diário para 10 horas⁸⁵⁵. Vitorino Vieira apresentou uma moção sobre a reestruturação das associações de Socorros Mútuos⁸⁵⁶. Jaime de Figueiredo defendeu que o PRN deveria seguir uma política conservadora. Luís Arruda Pereira notabilizou-se na defesa da lavoura nacional⁸⁵⁷. Já Eduardo de Faria propôs que o PRN criasse um conselho económico para apoiar o Directório nos assuntos económicos⁸⁵⁸.

No final do Congresso António Ginestal Machado apresentou as principais conclusões. Para o presidente do Directório do PRN “o congresso pronunciou-se abertamente e por aclamação pela liberdade do ensino religioso nas escolas particulares reservando, porém ao Estado o direito de exercer hierarquia sobre aquelas escolas e ensino”. O congresso tinha também defendido a “reorganização do Senado de forma a haver nele representação de determinadas classes, do que resultará o fortalecimento do poder. Pronunciou o seu voto no sentido da passagem dos serviços industriais do Estado

⁸⁵² *O Jornal*, 21-1-1924, p. 2; *Correio da Extremadura*, 26-1-1924, p. 1.

⁸⁵³ Secretário do 3.º Congresso do PRN; Chefe de Gabinete de António Ginestal Machado, quando este foi ministro. Começou a sua actividade profissional como ferroviário, desempenhado em 1925 o cargo de chefe de repartição do Ministério do Trabalho. Cf., *Diário de Notícias*, 8-3-1925, p. 3.

⁸⁵⁴ Eleitos na reunião realizada a 16-5-1924, *O Jornal*, 17-5-1924, p. 1.

⁸⁵⁵ *O Jornal*, 5-2-1924, p. 2.

⁸⁵⁶ *O Jornal*, 6-2-1924, p. 2.

⁸⁵⁷ *O Jornal*, 7-2-1924, p. 2.

⁸⁵⁸ *O Jornal*, 8-2-1924, p. 2; *idem*, *O Jornal*, 11-2-1924, p. 2.

para a indústria particular, excepto os que se relacionem muito intimamente com a segurança da nação”⁸⁵⁹.

O congresso também serviu de rampa de lançamento para uma nova fase de propaganda e de afirmação do PRN com uma acção mais aguerrida no Parlamento e com a realização de uma série de conferências e comícios pela província onde a sua maior estrela foi cabeça de cartaz.

No final de Janeiro de 1924 Cunha Leal empreendeu uma viagem de propaganda à Beira, tendo arrastado multidões às estações de caminho-de-ferro do Bussaco, Mortágua, Santa Comba e Tondela. A população conservadora portuguesa queria ver um homem que lhe transmitia palavras de esperança para a nação portuguesa. Os nacionalistas beirões prepararam com esmero a deslocação do novo paladino do seu partido. No dia 26 de Janeiro o órgão local dos nacionalistas, o *Notícias de Viseu*, editou um suplemento com um artigo de Afonso de Melo com a apresentação de Cunha Leal⁸⁶⁰. Já em Viseu, Cunha Leal deu uma conferência no Teatro Avenida para mais de 3000 pessoas no dia 27 de Janeiro de 1924. Cunha Leal foi acompanhado pelos deputados nacionalistas do distrito, Afonso de Melo, Marques Loureiro e Carvalho Santos. O entusiasmo para ouvir falar Cunha Leal era tal, que a população não se importou de pagar \$50 centavos, revertendo a receita para o Asilo dos Velhos da cidade. Na conferência, Cunha Leal criticou a desnacionalização provocada pela Revolução Liberal, propondo um regresso à “tradição portuguesa. Ao critério do individualismo é preciso substituir” pelo critério da “de sociedade colectiva”. No meio desta crise colectiva, apenas resiste “uma grande força espiritual – a fé religiosa, que tem resistido soberanamente a todos os ataques”. Criticou ainda o edifício político levantado pelo liberalismo, propondo o regresso a uma espécie de Cortes Gerais, que teriam a incumbência de eleger o “Supremo Magistrado da República e a indicação sumária na marcha a seguir na administração dos negócios públicos”⁸⁶¹. Estas Cortes Gerais teriam uma composição eminentemente corporativa⁸⁶². As ideias proferidas por Cunha Leal nas conferências da Sociedade de Geografia e em Viseu levaram alguns conservadores portugueses, como Filomeno na Câmara, a pensar que Cunha Leal se tinha “convertido às ideias do nacionalismo”⁸⁶³.

O PRN aproveitando a popularidade granjeada por Cunha Leal preparou mais uma conferência, desta vez no Algarve. No dia 10 de Fevereiro de 1924 Cunha Leal viajou de Lisboa para Faro, sendo novamente profundamente saudado em todas as estações em que o comboio parou, como Messines e Loulé. Cunha Leal foi acompanhado por Pedro Pita, Marques Loureiro, José Mendes Cabeçadas Júnior e Ludovico de Meneses. À chegada à estação de Faro novo banho de multidão esperava a comitiva nacionalista. Depois de muitas *Vivas* a Cunha Leal e ao Partido Republicano Nacionalista dirigiram-se todos para Grande Hotel, onde ficaram instalados os dirigentes nacionalistas, que aproveitaram para descansar um pouco antes da sessão pública. A conferência realizou-se no Cine-Teatro de Faro, estando presentes cerca de 3500 pessoas vindas de todo o Algarve. As primeiras palavras foram para os deputados João Vitorino Mealha, natural de Silves e Marques Loureiro, eleito por Silves. Pedro Pita, secretário do Directório fez um historial da obra do governo nacionalista. Cunha Leal, a nova estrela nacionalista, ficou para o fim, tendo feito um ataque cerrado ao Partido Democrático. Estas palavras do dirigente nacionalista motivaram uma ruidosa

⁸⁵⁹ António Ginestal Machado, *O Jornal*, 25-1-1924, p. 1.

⁸⁶⁰ *Notícias de Viseu*, 26-1-1924, p. 1.

⁸⁶¹ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 28-1-1924, p. 3.

⁸⁶² *O Jornal*, 28-1-1924, pp. 1 e 4; *idem*, 29-1-1924, p. 1.

⁸⁶³ Filomeno da Câmara, *Diário de Lisboa*, 4-2-1924, p. 9.

pateada de uma parte da assistência democrática. Cunha Leal insurgiu-se contra esta atitude e afirmou que estava preparado para reagir a qualquer agressão estando munido de uma pistola. No entanto, os ânimos ficaram rapidamente serenados, pelo que Cunha Leal continuou com a análise do grave problema financeiro português propondo a redução das despesas públicas⁸⁶⁴. Posteriormente houve um banquete no Grande Hotel, com uma série de brindes e discursos. No dia seguinte a comitiva nacionalista dirigiu-se a Portimão, e depois de almoçarem no Hotel Viola houve uma sessão de propaganda no Cinema da cidade⁸⁶⁵.

No Parlamento a acção do PRN tornou-se mais destemida. Um exemplo paradigmático desta nova atitude foi a interpelação feita à governação de Norton de Matos em Angola em Fevereiro de 1924, numa altura em que o governo de Álvaro de Castro se esforçava por reduzir o deficit público e em cortar despesas inúteis⁸⁶⁶. No diário do PRN, José Manuel da Costa, antigo governador da província de Mossamedes acusou Norton de Matos de ter transformado “Angola num pântano infecto sob o ponto de vista moral e sob o ponto de vista material foi uma espécie de ciclone devastador que caiu sobre a infeliz colónia reduzindo-a a uma ruína que é preciso reconstruir”⁸⁶⁷. Mas o ataque maior foi protagonizado por Cunha Leal, que no dia 12 na Câmara dos Deputados começou por criticar o facto de terem sido pagos artigos de imprensa “exclusivamente para louvar a alta personalidade do Sr. Alto Comissário de Angola – exclusivamente para isso”⁸⁶⁸ e prestou-se a trazer à Câmara dos Deputados as provas do que tinha afirmado. Nos dias 20 e 21 de Fevereiro interpelou o Ministro das Colónias ao longo de cinco horas sobre o desgoverno que grassava em Angola e apresentou alguns documentos⁸⁶⁹. As críticas feitas por Cunha Leal foram variadas, tocando em diversos aspectos da acção de Norton de Matos, embora o centro do seu ataque tenha sido o facto de ter contribuído para a ruína da nossa mais valiosa colónia “com loucos e escandalosos esbanjamentos e sem contra-partida de quaisquer realizações”. Esta situação levou Cunha Leal a considerar Norton de Matos “um esbanjador de dinheiros... alheios”⁸⁷⁰. Na análise do orçamento de Angola, Cunha Leal pretendeu demonstrar que a obra colonizadora de Norton de Matos era um “bluff” e que o orçamento era uma completa burla, pelo que a situação financeira de Angola era pavorosa⁸⁷¹. Outro eixo do ataque centrou-se em apresentar Norton de Matos como réu confesso de corrupção, de peculato, de ilegalidades e de despotismo⁸⁷². A interpelação continuou durante vários dias, tendo respondido à mesma o Ministro das Colónias, Mariano Martins e o deputado Norton de Matos⁸⁷³. Por fim, a 10 de Março, submeteu-se à Câmara dos Deputados uma moção de Cunha Leal, criticando a administração efectuada em Angola por Norton de Matos e instando o governo a fazer uma rigorosa investigação e fiscalização. A moção acabaria por ser rejeitada por 45 votos contra e 26 votos favoráveis⁸⁷⁴. Este tema lançado pelo PRN contribuiu para a descredibilização do governo e da administração de

⁸⁶⁴ *O Jornal*, 11-2-1924, p. 1.

⁸⁶⁵ *O Jornal*, 13-2-1924, p. 1.

⁸⁶⁶ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 12-2-1924 a 10-3-1924; *Diário de Lisboa*, 20-2-1924, p. 8; *idem*, 21-2-1924, p. 8.

⁸⁶⁷ José Manuel da Costa, *O Jornal*, 2-2-1924 p. 1

⁸⁶⁸ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 12-2-1924, p. 11.

⁸⁶⁹ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-2-1924; *idem*, 21-2-1924.

⁸⁷⁰ *O Jornal*, 21-2-1924, pp. 3-6.

⁸⁷¹ *O Jornal*, 22-2-1924, p. 1-4.

⁸⁷² *O Jornal*, 27-2-1924, pp.1-4.

⁸⁷³ Veja-se o litígio entre Cunha Leal e Norton de Matos com um maior desenvolvimento em: Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, pp. 298-304.

⁸⁷⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-3-1924, p. 13.

Norton de Matos em Angola, que acabaria por abandonar o cargo de Alto-Comissário em Junho de 1924. No entanto, seria a «revolta da aviação» que deitaria por terra o governo.

13. A Revolta da Aviação e a queda do Ministério Álvaro de Castro

A estratégia do PRN passava por ir minando a acção do governo, no sentido de o derrubar a todo o custo, uma vez que os ressentimentos contra Álvaro de Castro e os seus seguidores continuavam bem acesos.

Um dos assuntos usados para descredibilizar o governo foi o convite para Cunha Leal substituir Norton de Matos no cargo de Alto Comissário de Angola. Começaram a surgir boatos na imprensa indicando que o ministro das colónias, Mariano Martins, tinha convidado Cunha Leal para ocupar esse cargo⁸⁷⁵. O tema saltou das páginas dos jornais para o Parlamento. Os esclarecimentos do ministro das colónias não foram conclusivos, mas Cunha Leal acabaria por revelar toda a história. O ministro Mariano Martins tinha feito um convite condicional ao líder nacionalista para ocupar o cargo de Alto Comissário de Angola, uma vez que tinha de consultar primeiro o seu partido. Cunha Leal respondeu que não aceitava convites condicionais, pelo que o convite ficou sem efeito. O ministro acabou por ter de corroborar as afirmações de Cunha Leal⁸⁷⁶.

Outro tema explorado para contestar o governo foi o decreto governamental de redução dos juros do empréstimo interno do Estado. Na opinião dos deputados nacionalistas o Estado ao não honrar os seus compromissos estava a agravar a confiança da dívida portuguesa, a provocar a fuga dos capitais portugueses para o estrangeiro e a dificultar futuras operações de crédito⁸⁷⁷. O governo argumentava que a economia e o mercado tinham-se alterado, pelo que era necessário reduzir os juros. Na sequência deste decreto o PRN apresentou várias moções de desconfiança ao governo que não passaram. Por fim, Barros Queiroz colocou à votação um projecto de lei que anulava o decreto sobre a redução dos juros sobre a dívida. Este projecto de lei não foi aprovado, uma vez que teve 28 votos favoráveis e 40 desfavoráveis. “Em seguida à votação, o Sr. Barros Queiroz despediu-se da presidência e abandonou a Câmara, não contando regressar aos trabalhos parlamentares”. Nos “passos perdidos” vários parlamentares pediram-lhe que desistisse da sua resolução, mas Barros Queiroz disse que “não podia continuar cúmplice de uma obra perniciosa”. Alguns deputados estavam dispostos a segui-lo abandonando o Parlamento. Contudo, Barros Queiroz disse que não “renunciou ao lugar de deputado, abandonei unicamente os trabalhos parlamentares”⁸⁷⁸. A mesa da Câmara dos Deputados e depois, um grupo de deputados, tentaram demover o parlamentar da sua atitude, mas não obtiveram êxito⁸⁷⁹.

A intolerância do governo em matéria religiosa foi outro dos assuntos explorados pelos nacionalistas para atacar o executivo de Álvaro de Castro. Na sequência de o ministro da Instrução Pública, Hélder Ribeiro, ter anulado por portaria, uma tese de doutoramento na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra,

⁸⁷⁵ *Diário de Lisboa*, 3-6-1924, p. 5.

⁸⁷⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 17-6-1924, p. 24.

⁸⁷⁷ Vejam-se as declarações dos deputados nacionalistas Manuel Ferreira da Rocha (*Diário de Lisboa*, 11-6-1924, p. 8) e Barros Queiroz (*Diário de Lisboa*, 12-6-1924, p. 8).

⁸⁷⁸ *Diário de Lisboa*, 14-6-1924, p. 8.

⁸⁷⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-6-1924, p. 3; *idem*, 27-6-1924, pp. 20-23.

intitulada “Lurdes e a Medicina”, uma vez que a tese versava assuntos de carácter confessional e não matéria médica. O PRN embora levantando algumas dúvidas sobre o conteúdo da tese, mostrou-se um acérrimo defensor da tolerância religiosa e da autonomia universitária, que o governo parecia não respeitar publicando uma portaria arbitrária⁸⁸⁰. Os nacionalistas mostraram ainda sérias dúvidas sobre a revisão da Lei da Separação que o ministro da Justiça e dos Cultos, José Domingues dos Santos, queria iniciar, pelo que enviaram uma nota oficiosa para a imprensa esclarecendo a sua posição⁸⁸¹.

Embora estes temas tenham tido alguma importância na descredibilização do governo, o conflito latente entre a Aeronáutica Militar e o executivo de Álvaro de Castro revelou-se o decisivo. Os oficiais afectos à aviação militar vinham desde há alguns anos defendendo a necessidade de um maior investimento e de uma reorganização no sentido de tornar esta *Arma* autónoma. Pretendia-se, assim, diminuir os numerosos acidentes e melhorar a sua eficácia. No entanto, pressões corporativas e restrições orçamentais tinham atrasado a reorganização da Aeronáutica Militar que tinha ganho, entretanto, um grande prestígio na opinião pública pelas travessias transatlânticas que se assemelhavam à gesta dos nossos navegadores quinhentistas. A polémica rebentou no meio da viagem de Portugal a Macau, empreendida por Sarmento Beires e Brito Pais. O governo foi acusado no Parlamento pela oposição de não apoiar, nem prestar a devida atenção a este empreendimento⁸⁸². Os ataques mais impetuosos vieram de parte dos deputados António Maia (independente) e de Lelo Portela (PRN). António Maia acusou o governo de desinteressar-se do raid Lisboa-Macau, dado

⁸⁸⁰ Vejam-se as declarações do secretário do Directório do PRN, Pedro Pita:

“A portaria do Sr. Ministro da Instrução anulando um Doutoramento e a proposta de lei do Sr. Ministro da Justiça, fazendo regressar à sua intangibilidade e pureza a lei da separação, obrigavam a uma clara definição de atitude por parte do corpo dirigente do meu Partido.

A portaria do Sr. Ministro da Instrução é na verdade simplesmente inconcebível; e eu não estranharei se amanhã – pelo mesmo critério – o Sr. Ministro da Justiça, por uma simples portaria também anular um acórdão do Supremo Tribunal.

Que a tese é uma coisa sem vislumbres de ciência amontoado de afirmações sem base e sem interesse, chocha, oca, feita talvez com o fim único de ostentar religiosidade e provocar reclamo – creio que sim ao menos pelo que tenho lido nos jornais, porque a tese nunca a li; e que aos mestres que a receberam e aprovaram deveriam ser-lhes pedida responsabilidade – também concebo. Mas que se proceda por simples portaria ao desdoutoramento de alguém, quando a mais a mais gozam de autonomia universitária, é que não pode passar sem receio e sem protesto”. [...]

No último Congresso realizado nos princípios deste ano o PRN definiu bem claramente, na verdade, a sua situação perante o problema religioso: - com o reconhecimento da supremacia do Poder Civil, a maior neutralidade e o maior respeito pela crença de cada um”. [...]

“Cabem, na verdade dentro das fileiras do PRN os católicos e os não católicos. Eu pertenço a um partido político, e não tenho nenhuma crença religiosa; mas tenho por correligionários e até por colegas no Directório pessoas que muito preso e que são religiosas.

Todos cabemos dentro deste Partido que nada tem que ver – repito – com as confissões religiosas de qualquer dos seus membros que para todas as religiões mantêm uma posição de neutralidade, dando a cada um o direito de pensar e de crer com entender que é melhor”, Pedro Pitta, *O Jornal*, 23-6-1924, p. 4.

⁸⁸¹ Nota Oficiosa do PRN:

“1.º - Definir a sua atitude de intransigente oposição à proposta do Sr. Ministro da Justiça sobre as relações do Estado com as Igrejas, atentatória da liberdade de consciência, afirmando mais uma vez a posição do Partido em matéria religiosa, que é e absoluta neutralidade com respeito a todas as crenças, embora reconhecendo sempre a supremacia do poder civil;

2.º - Afirmar publicamente a sua discordância com o procedimento do sr. Ministro da Instrução; anulando por simples portaria uma tese de doutoramento aprovada por uma das Faculdades do país, precedente que põe em grave risco direitos legalmente adquiridos e que é um formidável atentado à autonomia universitária;”, *O Jornal*, 24-6-1924, p. 1.

⁸⁸² Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 29-4-1924, pp. 6-10; *idem*, 30-4-1924, pp. 4-9; *idem*, 16-5-1924, pp. 4-10; *Diário de Lisboa*, 16-5-1924, p. 8.

nenhum ministro ter assistido à sua partida e se recusar a pagar o subsídio de 25 escudos dia aos aviadores Sarmento Beires e Brito Pais, concedido a qualquer oficial em serviço fora da sua unidade⁸⁸³. O deputado nacionalista, por sua vez, fez uma crítica cerrada à acção do Ministro da Guerra, Américo Olavo, principalmente na sua relação com a aeronáutica militar. Para Lelo Portela esta *Arma* “não tem podido desempenhar cabalmente a sua missão, pois a verdade é que os aviadores do nosso exército estão impossibilitados de voar”, sendo-lhe “recusados os meios indispensáveis para poderem comprar gasolina e os óleos necessários”. E terminou o seu discurso dizendo que “para a disciplina do exército é inconveniente a permanência do Sr. Ministro da Guerra nessa pasta”⁸⁸⁴.

O conflito intensificou-se no dia 2 de Junho, quando se soube que o Ministro da Guerra, Américo Olavo, tinha nomeado um coronel da infantaria, Morais Sarmento, sem qualquer experiência na aviação, para dirigir os serviços da aeronáutica, tendo demitido o anterior comandante, major Cifka Duarte. António Maia criticou de forma impetuosa o Ministro da Guerra, tendo declarado que essa nomeação era “absolutamente anticonstitucional” e “representava uma provocação à 5.^a arma”. E por fim para grande escândalo dos presentes rematou: “Esse decreto atira à 5.^o arma com um punhado de... [merda]”. Mais tarde, por insistência do Presidente da Câmara dos Deputados, substituiu a última palavra por “lama”⁸⁸⁵. Os nacionalistas pela voz de Lopes Cardoso questionaram a posição do Ministro da Guerra, que quando o país demonstrava um verdadeiro culto pelos aviadores nacionais, iniciou uma guerra contra estes. Lamentou ainda o facto de o decreto de nomeação do Coronel Morais Sarmento, não tivesse sido analisado no Parlamento, para que fosse apreciada a sua constitucionalidade⁸⁸⁶. O deputado nacionalista, Lelo Portela, que também pertencia à aeronáutica, considerou que a atitude do Ministro representava “uma provocação e uma ofensa a uma corporação inteira”⁸⁸⁷. O ambiente escaldante do Parlamento contagiou os grupos da aeronáutica militar sedeados na Amadora e na Quinta da Granja e mobilizou-os para a amotinação e para o aliciamento de outras unidades militares de Lisboa para a revolta. No dia 3 de Junho o presidente do ministério, Álvaro de Castro, informou a Câmara dos Deputados de que os aviadores se recusaram a obedecer ao coronel Morais Sarmento, obedecendo às ordens de major Cifka Duarte⁸⁸⁸, pelo que o governo tinha mandado o comandante da 1.^a divisão, general Roberto Batista, a reduzir “à obediência aquelas duas unidades”, pelo que vários contingentes da guarnição de Lisboa estavam já a cercar os revoltosos. O governo não podia admitir que “oficiais que devem ser disciplinados discutam e considerem inconstitucionais quaisquer diplomas emanados do Poder Executivo”⁸⁸⁹. O PRN encontrava-se numa situação difícil. Por um lado, queria continuar a ser conotado como o partido da ordem e da disciplina, mas por outro lado, queria desgastar o governo, sublinhando os seus erros e fragilidades no conflito com os aviadores. Cunha Leal entrou na discussão na Câmara dos Deputados no dia 4 de Junho quando os revoltosos estavam cercados pelas tropas governamentais, dirigiu-se ao Presidente do Ministério nestes termos: “V. Ex.^a não tem em nome da humanidade, o direito de atirar 3000 homens armados contra 17 oficiais que são, nesta época de desmoronamento moral, dos poucos que ainda simbolizam com galhardia as qualidades

⁸⁸³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 16-5-1924, pp. 4-10; *Diário de Lisboa*, 16-5-1924, p. 8.

⁸⁸⁴ Lelo Portela, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-5-1924, p. 9.

⁸⁸⁵ António Maia, *Diário da Câmara dos Deputados*, 2-6-1924, p. 7; cf., *Diário de Lisboa*, 2-6-1924, p. 8.

⁸⁸⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 2-6-1924, pp. 8-11; *Diário de Lisboa*, 2-6-1924, p. 8.

⁸⁸⁷ Lelo Portela, *Diário da Câmara dos Deputados*, 2-6-1924, p. 11.

⁸⁸⁸ *Diário de Lisboa*, 2-6-1924, p. 8.

⁸⁸⁹ Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 3-6-1924, pp. 5-6.

heróicas da Raça! Sarmiento Beires e Brito Pais, quando souberem do que a esta hora se passa em Portugal hão de ter pena enorme de se verem longe da Pátria”, impedidos de se juntarem “aos seus camaradas, para morrer com eles se preciso fosse. Nem eu nem o Partido Nacionalista queremos ser réus do crime de haver deixado fuzilar 17 bons portugueses, em nome da inabilidade do Sr. Ministro da Guerra”⁸⁹⁰. Propunha, por isso, que o governo com o auxílio, se necessário do PRN, encontrasse “uma solução honrosa”⁸⁹¹ para as partes em conflito. No entanto, o governo queria impor a legalidade e a disciplina o mais rapidamente possível, tendo instigado o Parlamento a pronunciar-se sobre se a acção do governo era a correcta. O Parlamento apoiou a posição do governo em duas moções apresentadas por António Maia e Paiva Gomes. Nesta última moção os deputados do PRN já se posicionaram contra o governo, apostando claramente na queda deste⁸⁹².

Na Amadora, o conflito permaneceu num impasse, uma vez que os aviadores não se rendiam, nem as tropas da 1.ª divisão se decidiam a atacar. Durante estes dias vários intermediários tentaram estabelecer negociações com os 17 aviadores que continuavam amotinados. O deputado nacionalista Alberto Lelo Portela, foi um dos mediadores que entrou no quartel para participar nas conversações, mas acabou por aí permanecer, colocando-se ao lado dos seus camaradas⁸⁹³. A dificuldade para encontrar uma rápida solução para o conflito, por parte do comandante da 1.ª divisão, general Roberto Batista, levou o governo a substituí-lo pelo general Bernardo de Faria. No auge do conflito, o chefe do ministério fez algumas afirmações que humilharam os militares e cavaram mais fundo a separação entre o governo e as forças armadas⁸⁹⁴, em particular quando Álvaro de Castro se dirigiu ao general sitiante através do *Diário de Lisboa*: “Se eu fosse o general Bernardo de Faria ia prender os aviadores com vinte alunos do Colégio Militar, e dos mais pequeninos”⁸⁹⁵. Os oficiais aviadores acabaram por render-se na manhã do dia 7 de Junho de 1924 ao general Bernardo de Faria, que entrou no campo da Amadora com 45 oficiais desarmados⁸⁹⁶. Os oficiais revoltosos, entre os quais se encontrava o deputado nacionalista Alberto Lelo Portela, foram presos em S. Julião da Barra, mas lançaram apelos pelos jornais para os seus apoiantes afrontarem o governo, auxiliando uma subscrição para ajuda dos seus colegas em viagem para Macau. Alberto Lelo Portela manteve-se detido com os seus camaradas, mas o Ministério da Guerra teve de formular um pedido à Câmara dos Deputados cumprindo o preceito consignado no artigo 17.º da Constituição da República Portuguesa. Os nacionalistas criticaram duramente o facto de o pedido só ter dado entrada uma semana depois da detenção do referido deputado e questionou-se a legalidade da manutenção da mesma⁸⁹⁷. A questão da aeronáutica feriu de morte o ministro da guerra, Américo Olavo, e o governo perdeu o apoio de vastos sectores do PRP, pelo que foi com naturalidade que o deputado democrático, Vasco Borges, apresentou uma moção não autorizando a manutenção da prisão do deputado Lelo Portela. Esta moção teve um

⁸⁹⁰ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 4-6-1924, p. 8.

⁸⁹¹ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 4-6-1924, p. 9.

⁸⁹² A moção de Paiva Gomes foi aprovada por 51 deputados e reprovada por 24 deputados, cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 4-6-1924, pp. 21-31.

⁸⁹³ *Diário de Lisboa*, 3-6-1924, p. 8; *idem*, 4-6-1924, p. 5.

⁸⁹⁴ A raiva dos aviadores para o chefe do governo chegou ao ponto de Ribeiro da Fonseca ter solicitado um duelo a Álvaro de Castro quando este se encontrava com a sua esposa no S. Carlos. O combate de sabre do presidente do governo demissionário e do oficial aviador foi no dia 2 de Julho de 1924, com direito a foto de primeira página, cf., *Diário de Lisboa*, 30-6-1924, p. 5; *idem*; 2-7-1924, p. 1 e 5.

⁸⁹⁵ Álvaro de Castro, *Diário de Lisboa*, 7-6-1924, p. 5.

⁸⁹⁶ *Diário de Lisboa*, 7-6-1924, p. 8; *idem*, 9-6-1924, p. 3.

⁸⁹⁷ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 16-6-1924, pp. 8-11; *idem*; 17-6-1924, pp. 17-23.

apoio generalizado na Câmara dos Deputados, tendo sido aprovada por cinquenta e sete votos favoráveis contra sete desfavoráveis⁸⁹⁸. Ficava ainda por resolver a situação dos outros aviadores presos em S. Julião da Barra. O deputado Jaime de Sousa apresentou um Projecto de Lei que defendia a amnistia para oficiais implicados na insurreição, sendo secundado por António Maria da Silva do PRP⁸⁹⁹. Cunha Leal e os nacionalistas contrapuseram à amnistia, a liberdade condicional e uma homenagem pública aos aviadores, uma vez que os mesmos queriam ir a julgamento⁹⁰⁰, o que continuaria a desgastar o governo e o PRP. A proposta de Cunha Leal ficou prejudicada, indo a votos a proposta de amnistia de Jaime de Sousa, que saiu vencedora por trinta e um votos favoráveis contra trinta desfavoráveis⁹⁰¹. Era evidente que o governo já não tinha a confiança de uma parte significativa dos democráticos, que votaram ao lado dos nacionalistas, pelo que Cunha Leal avançou com uma moção de desconfiança ao governo⁹⁰². Entretanto, a substituição do ministro do comércio, Nuno Simões, por razões políticas, foi a escusa que o PRP encontrou para deixar de apoiar o executivo de Álvaro de Castro, tendo Vitorino Guimarães apresentado outra moção de desconfiança ao governo sobre a composição do governo. Os membros do grupo parlamentar de Acção Republicana, apoiantes do governo, apresentaram uma moção de confiança à política do governo por intermédio de Carlos Olavo, sendo a mesma rejeitada por 33 votos contra 31. A moção de desconfiança de Vitorino Guimarães acabou por ter prioridade sobre a de Cunha Leal e foi aprovada por 41 votos favoráveis contra 23 desfavoráveis⁹⁰³. A Câmara dos Deputados declarava claramente que perdera a confiança no Governo, pelo que Álvaro de Castro apenas lhe restava a tarefa de “comunicar ao Sr. Presidente da República o que se passou na sessão [...], bem como os resultados das votações”⁹⁰⁴. Monárquicos, nacionalistas e alguns independentes e democráticos em coligação, deitaram por terra o governo de Álvaro de Castro, mas não apresentavam uma solução estável e clara de governo.

Álvaro de Castro dirigiu-se de imediato por carta ao Presidente da República, tendo declarado que durante “o debate político que teve lugar hoje na Câmara e do qual resultou a rejeição da moção de confiança à obra financeira e económica do governo, apresentada e defendida pelo líder do grupo de Acção Republicana”, pelo que apresentava a demissão do executivo. Não se coibiu ainda de apresentar uma solução para a crise política. Uma vez que a Câmara tinha rejeitado a sua política económica, mas tinha aprovado a moção de Vitorino Guimarães, havia uma “larga maioria parlamentar apta a governar. A esta maioria, pois, parece caber a obrigação de constituir ministério. [...] Julgo unicamente viável um governo cuja presidência seja atribuída a uma personalidade do Partido Democrático”. E na sua opinião apenas Afonso Costa estava à altura de liderar esse executivo, uma vez que só ele podia reunir a família democrática, que tinha revelado durante o debate uma grande “dispersão de ideias”⁹⁰⁵.

⁸⁹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, 17-6-1924, pp. 20-23.

⁸⁹⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 23-6-1924, p. 20-31

⁹⁰⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, 23-6-1924, p. 5. Depois da aprovação da lei da amnistia na Câmara dos Deputados, os aviadores presos em S. Julião da Barra solicitaram ao Senado para não aprovar a mesma, cf., *Diário de Lisboa*, 26-6-1924, p. 5.

⁹⁰¹ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 24-6-1924, pp. 17-19; *O Jornal*, 25-6-1924, p. 4. O Chefe de Estado assinou um diploma ordenando a libertação dos aviadores presos em S. Julião da Barra no dia 28 de Junho de 1924, cf., *Diário de Lisboa*, 28-6-1924, p. 8; Lei n.º 1613 de 1 de Julho de 1924.

⁹⁰² *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-6-1924, p. 18.

⁹⁰³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-6-1924, pp. 30-34.

⁹⁰⁴ Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-6-1924, p. 34.

⁹⁰⁵ Carta de Álvaro de Castro entregue ao Chefe de Estado no dia 26 de Junho de 1924 e publicada no *Diário de Lisboa*, 27-6-1924, p. 8.

O Presidente da República, seguindo a sugestão de Álvaro de Castro, contactou Afonso Costa para o convidar a formar governo e ouviu os líderes partidários com assento no Parlamento. O PRN continuava a recusar participar em governos nacionais de concentração, pelo que o presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado, considerava que “competia à maioria constituir governo” era ela quem devia “assumir todas as responsabilidades”⁹⁰⁶. Afonso Costa declinou o convite para organizar governo, pelo que o Presidente da República convidou novamente Álvaro de Castro para constituir um executivo, desde que tivesse o apoio do Bloco. Porém, as exigências que Álvaro de Castro fez ao PRP não foram totalmente satisfeitas, pelo que a chefia do governo teve de ser entregue a um democrático⁹⁰⁷. O directório, a junta consultiva e o grupo parlamentar do PRP votaram em Rodrigues Gaspar, em detrimento de José Domingos dos Santos, para chefiar o executivo, sendo de imediato o Chefe de Estado informado desta decisão. Álvaro de Castro e o Grupo Parlamentar de Acção Republicana ponderaram não apoiar esta escolha, uma vez que preferiam que a chefia do executivo fosse entregue a Afonso Costa ou que fosse novamente indigitado Álvaro de Castro. No entanto, depois de longas reuniões no Congresso acabaram por apoiar o governo, embora alguns deputados da Acção Republicana tivessem saído da sala da Câmara dos Deputados durante a apresentação do novo Executivo. O sector esquerdista do Partido Democrático também ficou desagradado com a escolha⁹⁰⁸, tendo José Domingos dos Santos avisado, em entrevista ao *Diário de Lisboa*, que estaria atento ao desempenho do Governo⁹⁰⁹.

14. O Ministério Rodrigues Gaspar

O governo de Rodrigues Gaspar formou-se com base no bloco parlamentar que deu origem ao governo anterior, tendo o apoio determinado do sector conservador e o apoio condicional do sector radical do PRP, do Grupo Parlamentar de Acção Republicana⁹¹⁰ e dos independentes, pelo que a sua formação acabou por ser bastante demorada e difícil⁹¹¹. Os católicos, à semelhança do que vinha sendo a sua prática, apoiariam o governo sempre que a sua acção fosse ao encontro dos interesses dos católicos⁹¹². O executivo só tomou posse a seis de Julho de 1924, ainda com alguns ministros a ocupar os cargos interinamente. Para o anterior ministro da Agricultura, Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro, este novo ministério era “um governo de

⁹⁰⁶ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 1-7-1924, p. 8.

⁹⁰⁷ *Diário de Lisboa*, 1-7-1924, p. 5; Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-7-1924, pp. 17-21; *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7-1925, p. 49.

⁹⁰⁸ *Diário de Lisboa*, 2-7-1924, p. 8; *idem*, 9-7-1924, p. 8.

⁹⁰⁹ Cf., entrevista a José Domingos dos Santos, *Diário de Lisboa*, 15-7-1924, p. 5.

⁹¹⁰ O apoio incondicional do grupo de Acção Republicana ao novo executivo não foi fácil de conseguir. O deputado Joaquim Ribeiro de Carvalho e o senador José Augusto Ribeiro de Melo mostraram não confiar no governo de Rodrigues Gaspar, tendo o primeiro ponderado apresentar uma moção de desconfiança. Contudo, depois da reunião do grupo de Acção Republicana com Álvaro de Castro, acabou por desistir da sua intenção, cf., *Diário de Lisboa*, 9-7-1924, p. 8; *idem*, 9-7-1924, p. 8.

⁹¹¹ O governo Rodrigues Gaspar formou-se contando com a representação das várias facções do Bloco. O PRP ficava com a maioria dos ministérios, sendo os restantes entregues a: António Abranches Ferrão, Instrução, Independente; Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro, Comércio, Grupo Parlamentar de Acção Republicana; Rodolfo Xavier da Silva, Trabalho, Grupo Parlamentar de Acção Republicana, cf., *Diário de Lisboa*, 5-7-1924, p. 8.

⁹¹² Sobre a posição dos católicos face ao novo governo veja-se: Lino Neto, *Diário da Câmara dos Deputados*, 9-7-1924, pp. 15-16.

verão, com o espírito financeiro de Álvaro de Castro, até que se afirme o gabinete Afonso Costa”⁹¹³. Vaticinou que haveria “governo para dois meses”, já Sá Pereira mais pessimista disse que o gabinete podia “não ter mais do que oito dias de vida...”⁹¹⁴.

O governo fez a sua apresentação na Câmara dos Deputados a nove de Julho. Durante a leitura da declaração ministerial, Rodrigues Gaspar confirmou que o governo se alicerçava no “bloco que vinha constituindo a maioria parlamentar”⁹¹⁵ e que iria seguir, no essencial, a política do anterior governo no sentido de atingir o equilíbrio orçamental e a valorização do escudo⁹¹⁶. Pretendia assim, reduzir as despesas e desenvolver novas fontes de riqueza, para criar matéria colectável, produtiva e duradoura⁹¹⁷.

O deputado Vitorino Guimarães encarregou-se, em nome do PRP, de declarar o apoio ao novo governo, sem esquecer de saudar Álvaro de Castro e os seus ministros pelo serviço público que tinham prestado ao país⁹¹⁸. Cunha Leal, em nome da minoria nacionalista, começou por declarar que o novo ministério tinha nascido com “maus agoiros” e estranhou as palavras de Vitorino Guimarães que tinha elaborado a “moção que tinha derrubado o gabinete de Álvaro de Castro”, condenando-o pela sua acção e pela “falta de homogeneidade e organização dos seus membros”. Era enfim, a “própria condenação do bloco parlamentar”. Contudo, nesse momento, Vitorino Guimarães não se coibiu de louvar o exercício do anterior governo. A manutenção do bloco parlamentar levantava sérias dúvidas a Cunha Leal, levando-o a colocar a seguinte questão: “Mas então como é possível constituir blocos políticos com pessoas que tão fundamentalmente desconfiam umas das outras e que até contestam” os grupos com os quais se vão ligar? Este bloco terá a homogeneidade suficiente para poder “garantir a vida de qualquer entidade que esteja na Presidência do Ministério?” E concluiu que o apoio que o Sr. Álvaro de Castro está dando a este Governo é um apoio de vingança, dizendo [...]: «Vocês hão-de morrer da mesma forma por que eu morri». Quanto à necessidade de se recorrer sistematicamente a Afonso Costa era sintomático de que o PRP não tinha coesão, nem disciplina, e assim nenhum governo formado por este partido teria a certeza de poder governar com estabilidade. Assim, “a chegada do Sr. Afonso Costa era necessária para resolver a crise de um partido e não a crise de uma Nação!”. Cunha Leal terminou a sua intervenção apresentando uma moção, em nome do PRN, na qual reconhecia que o novo governo não satisfazia “as legítimas exigências do país”⁹¹⁹. O Bloco, desta vez em uníssono, defendeu o novo governo rejeitando a moção por 50 votos contra 21, bem como a apresentada pela minoria monárquica⁹²⁰.

O PRN considerava que o novo governo de Rodrigues Gaspar tinha sido arrancado a ferros do seio do Partido Democrático. No executivo estava representada a corrente de uma das facções em que esse partido se acha estilhaçado, tendo contra si a manifesta má vontade das outras facções. Considerava que o governo apenas contava com o apoio do grupo que dentro do democratismo constituía a facção António Maria da Silva. O apoio que Álvaro de Castro prometeu ao Governo Rodrigues Gaspar, não invalida o facto de o novo ministério estar “sujeito como qualquer outro, neste momento ao grande embate político”⁹²¹. O Partido Republicano Nacionalista prosseguiu

⁹¹³ Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro, *Diário de Lisboa*, 7-7-1924, p. 4.

⁹¹⁴ *Diário de Lisboa*, 10-7-1924, p. 8.

⁹¹⁵ Rodrigues Gaspar, *Diário da Câmara dos Deputados*, 9-7-1924, pp. 5-6.

⁹¹⁶ Cf., Rodrigues Gaspar, *Diário da Câmara dos Deputados*, 16-7-1924, pp. 8-11.

⁹¹⁷ *O Jornal*, 2-7-1924, p. 1.

⁹¹⁸ Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 9-7-1924, pp. 6-8.

⁹¹⁹ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 9-7-1924, pp. 9-15.

⁹²⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, 16-7-1924, p. 22.

⁹²¹ *O Jornal*, 7-7-1924, p. 1.

nos meses seguintes na ideia de que o governo “deve cair fatalmente mais dia, menos dia”. Por isso, persistiu na sua estratégia de negar-lhe “todas as autorizações que, por ventura venham a pedir às Câmaras”. Os nacionalistas continuavam determinados a “governar, mas a governar sozinhos”⁹²².

Os sucessivos adiamentos dos trabalhos parlamentares não foram suficientes para se aprovar orçamento. Na Câmara dos Deputados a discussão do orçamento foi-se eternizando, em parte por culpa do obstrucionismo dos nacionalistas, dos monárquicos e de alguns deputados democráticos. O governo sentiu, então, necessidade de apresentar uma proposta de duodécimos e autorizações parlamentares para se cumprir a legalidade. A proposta ao ser apresentada na Câmara dos Deputados no dia 6 de Agosto de 1924 foi preterida na discussão, por estar-se nesse momento a analisar-se a questão do inquilinato. José Domingues dos Santos, deputado da maioria e líder da facção radical apresentou os seus argumentos: “eu sei que o Governo precisa da votação dos duodécimos; sei que são indispensáveis para o Governo viver, mas a oportunidade é que não foi boa. Estamos a discutir a proposta do inquilinato, e o Sr. Presidente do Ministério não desconhece a responsabilidade que o Parlamento assume em preterir um assunto de tamanha gravidade”⁹²³. A proposta de duodécimos e as autorizações parlamentares acabaram por ser aprovadas na generalidade na Câmara dos Deputados, embora os nacionalistas, por intermédio de Pedro Pita e Lelo Portela, tenham levantado dúvidas sobre a extensão do regime de duodécimos até 31 de Dezembro e sobre a autorização de remodelação dos serviços públicos⁹²⁴. A proposta de duodécimos e as autorizações parlamentares foram negociadas no Parlamento entre o PRP e o PRN⁹²⁵ e acabariam por ser aprovadas na especialidade com algumas modificações, numa longa sessão, que começou na tarde do dia 13 de Agosto e que acabou às 4 horas da madrugada do dia seguinte⁹²⁶.

No dia 21 de Agosto de 1924 o Parlamento interrompeu os seus trabalhos para férias. Nos dias anteriores o governo teve de enfrentar uma série de moções de confiança e desconfiança, devido a um acordo com a Companhia de Tabacos, que o bloco foi conseguindo superar⁹²⁷. O PRN também participou no chorrilho de moções através do deputado Ferreira da Rocha⁹²⁸.

Mesmo com o Parlamento encerrado, a oposição ao governo, e em especial do ministro das finanças, Daniel Rodrigues, tendeu a agravar-se por parte oposição minoritária e perante o Bloco que suportava o executivo. O directório do PRP reuniu na noite de 3 de Setembro na sua sede, na Travessa da Água da Flor, para apreciar a questão dos tabacos e a situação do ministro das finanças, Daniel Rodrigues. Decidiram enviar uma delegação no dia seguinte para se avistarem com o presidente do ministério, Rodrigues Gaspar e para lhe entregarem uma moção aprovada na noite anterior sobre a questão dos tabacos⁹²⁹. O governo, mesmo tendo a oposição de uma parte do PRP

⁹²² António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 26-7-1924, p. 5.

⁹²³ José Domingues dos Santos, *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-8-1924, p. 15.

⁹²⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 7-8-1924, pp. 9-18; *Diário de Lisboa*, 7-8-1924, p. 8.

⁹²⁵ *Diário de Lisboa*, 9-8-1924, p. 8.

⁹²⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 13-8-1924. Cf., Ana Bela Nunes, “Os Debates Orçamentais durante a Primeira República” in Nuno Valério (Coord.), *Os Orçamentos no Parlamento Português*, Lisboa, Dom Quixote / Assembleia da República, 2006, pp. 121-159.

⁹²⁷ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-8-1924; *idem*, 19 e 20-8-1924; *idem*, 21-8-1924; *Diário de Lisboa*, 20-8-1924, p. 8; *idem*, 22-8-1924, p. 8.

⁹²⁸ Veja-se a Moção de Ferreira da Rocha: *Diário da Câmara dos Deputados*, 19 e 20-8-1924, p. 46.

⁹²⁹ *Diário de Lisboa*, 4-9-1924, p. 8.

decidiu manter-se em funções, pois só o Parlamento o poderia destituir e este estava encerrado. O PRP teria pois de convocar as Câmaras para deixar cair o executivo⁹³⁰.

Do lado do Grupo Parlamentar de Acção Republicana a insatisfação perante o governo também era crescente. Os deputados Carlos de Vasconcelos e Xavier da Silva deslocaram-se à Beira para se encontrarem com Álvaro de Castro, para lhe dar a conhecer a moção do PRP. Os líderes da Acção Republicana estavam descontentes por o governo não ter seguido a orientação política do anterior e por terem ocorrido algumas substituições de algumas figuras administrativas da Acção Republicana, sem prévia auscultação dos seus máximos dirigentes. Por outro lado, consideravam a moção do directório do PRP, uma espécie de moção de desconfiança ao governo. Por isso, a liderança da Acção Republicana ponderava a demissão dos seus ministros – Xavier da Silva e Pires Monteiro⁹³¹. No entanto, o caso foi debatido numa reunião entre os parlamentares e ministros do Grupo Parlamentar de Acção Republicana. Desta reunião onde as divergências internas foram evidentes, resultou a elaboração de uma moção que foi entregue ao presidente do conselho de ministros defendendo a convocação antecipada do Congresso. No entanto o chefe do executivo decidiu não acatar esta indicação, defendendo que o Congresso só deveria reunir no período regimental em finais de Novembro⁹³².

Entretanto, as posições entre o directório do PRP e o chefe do executivo radicalizaram-se. O directório do PRP entendia que o chefe de governo deveria convocar o Congresso em Outubro, enquanto Rodrigues Gaspar julgava que só devia convocá-lo em meados de Novembro e que se os parlamentares queressem reunir, então que angariassem as 60 assinaturas necessárias⁹³³. O Directório acabou por aprovar uma moção mais radical, no dia 10 de Outubro, apelando aos correligionários, para que cumprissem os seus deveres partidários, retirando o apoio ao governo⁹³⁴. O presidente do ministério, Rodrigues Gaspar, respondeu, dizendo que não tinha “receio algum dela”⁹³⁵.

O PRN não se queria envolver nesta questão, nem na possível queda do governo, uma vez que, segundo António Ginestal Machado, tudo dependia “das combinações da maioria”. Em termos políticos o PRN encontrava-se “firme no seu propósito de intervir quando chegar o seu tempo”⁹³⁶.

O Governo também enfrentava dificuldades na rua, tanto à direita como à esquerda. Várias organizações económicas protestaram contra o aumento dos impostos nas bebidas engarrafadas e nos perfumes e pelas dificuldades na obtenção de crédito e de divisas estrangeiras. Por isso, publicaram um manifesto “Ao País” elaborado pela comissão instaladora da União dos Interesses Económicos⁹³⁷. O comércio de Lisboa organizou uma greve no dia 14 de Outubro de 1924, fechando as portas dos estabelecimentos comerciais em sinal de protesto contra o decreto da selagem⁹³⁸. Algumas fábricas fecharam também no dia seguinte e o presidente da associação comercial de Lisboa, João Pereira Rosa, chegou a ser detido⁹³⁹. Durante estes dias a

⁹³⁰ *Diário de Lisboa*, 6-9-1924, p. 8.

⁹³¹ *Diário de Lisboa*, 9-9-1924, p. 8.

⁹³² *Diário de Lisboa*, 10-9-1924, p. 8.

⁹³³ *Diário de Lisboa*, 20-9-1924, p. 8.

⁹³⁴ *Diário de Lisboa*, 10-10-1924, p. 8. António Maria da Silva e Vitorino Guimarães votaram contra a moção, *Diário de Lisboa*, 13-10-1924, p. 8.

⁹³⁵ Rodrigues Gaspar, *Diário de Lisboa*, 11-10-1924, p. 1.

⁹³⁶ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 24-9-1924, p. 8.

⁹³⁷ *Diário de Lisboa*, 14-10-1924, p. 3.

⁹³⁸ *Diário de Lisboa*, 14-10-1924, p. 8.

⁹³⁹ *Diário de Lisboa*, 15-10-1924, p. 8.

Câmara dos Deputados recebeu dezenas de telegramas de múltiplas associações económicas protestando contra a selagem e solidarizando-se com a Associação Comercial de Lisboa⁹⁴⁰. Os nacionalistas solidarizando-se com os agentes económicos, que rejeitavam a rápida valorização do escudo, defenderam a estabilidade cambial, uma vez que, como afirmava António Ginestal Machado: “A descida rápida da libra traria enormes, espantosos prejuízos”⁹⁴¹. A esquerda radical também se movimentava e no dia 16 de Outubro de 1924 foram presos vários elementos do Partido Republicano Radical que estavam reunidos na Rua Nova do Carmo. A P.S.E., comandada por Barbosa Viana, recebeu uma denúncia que indicava que estes elementos estavam preparando uma revolução. Entre eles estavam o Senador Procópio de Freitas, que saiu de imediato em liberdade em virtude da imunidade que goza⁹⁴². A direita também conspirava, tendo o nacionalista Filomeno da Câmara aliciado muitos políticos e militares para uma intentona revolucionária que apenas se concretizou alguns meses mais tarde, pois Filomeno da Câmara acabaria por ser preso e transferido para Caminha⁹⁴³.

Com a aproximação da abertura dos trabalhos parlamentares os rumores adensaram-se sobre o futuro do governo. Uma fonte do PRP disse a um repórter do *Diário de Lisboa* que estava em preparação um rompimento do actual Bloco para a formação de um outro, que permitisse a formação de um governo de concentração ou mesmo nacional. Estavam empenhados nessa estratégia “do lado do PRP os Srs. António Maria da Silva e Vitorino Guimarães. E do PRN os Srs. Tomé de Barros Queirós, Moura Pinto e Ferreira da Rocha”. No entanto, opunham-se “terminantemente a esta ideia os Srs. Cunha Leal, Pedro Pita e Lelo Portela”⁹⁴⁴. Pedro Pita explicou claramente a sua posição sobre a possibilidade de o seu partido integrar governos de concentrações: “Confesso que não gosto e que com o meu voto, o meu partido só irá para eles em caso de perigo evidente para a Pátria ou para a República”⁹⁴⁵.

O Parlamento voltou a abrir as portas a 4 de Novembro de 1924, tendo o chefe do executivo apresentado um relatório dos trabalhos do governo durante o interregno parlamentar⁹⁴⁶. A falta de coesão no Bloco começou a ser evidente, intensificando-se as críticas à acção do governo. Os parlamentares democráticos reuniram nesse dia e houve um primeiro duelo entre os bonzos e os esquerdistas para a eleição do líder do PRP na Câmara dos Deputados. José Domingues dos Santos foi o vencedor obtendo 28 votos, contra António Maria da Silva, que obteve 24 votos e Vitorino Guimarães que obteve 19 votos⁹⁴⁷. O clima político só acalmou um pouco nos dias seguintes porque o chefe do executivo adoeceu e não compareceu no Parlamento. No dia 18 de Novembro já com o presidente do ministério a participar nos trabalhos da Câmara dos Deputados a oposição ao governo do sector esquerdista do PRP veio ao de cima. Rodrigues Gaspar lembrou que quando foi escolhido pelo seu partido para formar governo, outro membro do seu partido já tinha o ministério constituído e que desde o início do seu mandato que um jornal próximo do PRP fazia uma perseguição cerrada ao seu governo. Mas, o facto que mais o magoara tinha sido o directório do PRP, de que ele também fazia parte ter elaborado uma moção crítica ao seu governo, sem antes lhe ter comunicado quais os

⁹⁴⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, 5-11-1924, p. 15.

⁹⁴¹ *Diário de Lisboa*, 31-10-1924, p. 4.

⁹⁴² *Diário de Lisboa*, 17-10-1924, p. 8.

⁹⁴³ Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, pp. 408-413; Aniceto Afonso, *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 75-82.

⁹⁴⁴ *Diário de Lisboa*, 20-10-1924, p. 8.

⁹⁴⁵ Pedro Pitta, *Diário de Lisboa*, 8-11-1924, p. 5.

⁹⁴⁶ Rodrigues Gaspar, *Diário da Câmara dos Deputados*, 4-11-1924, pp. 8-17.

⁹⁴⁷ *Diário de Lisboa*, 4-11-1924, p. 8; *idem*, 5-11-1924, p. 8.

assuntos com os quais discordava da acção do governo⁹⁴⁸. Quanto à Acção Republicana, depois de Sá Cardoso ter dito que tinham “dado liberdade aos seus membros para votarem como entendessem” a moção sobre as dívidas de Angola, o presidente do ministério, Rodrigues Gaspar, concluiu o seguinte: “o «bloco» é feito de pedra solta”⁹⁴⁹. No PRP a coesão do grupo parlamentar também estava a desagregar-se. O deputado Júlio Gonçalves ao proclamar que o partido tinha dado “liberdade a todos os seus membros para manifestarem a sua opinião”⁹⁵⁰, foi imediatamente interrompido por Vitorino Guimarães e António Maria da Silva questionando-o sobre “quem deu essa liberdade”⁹⁵¹. A moção de confiança apresentada por António Maria da Silva acabaria por ser rejeitada por 46 votos desfavoráveis, contra 43 votos favoráveis⁹⁵². Os monárquicos, os nacionalistas, os católicos e as «pedras soltas do bloco», de que falava Rodrigues Gaspar, foram os principais responsáveis pela queda do governo. As «pedras» vieram maioritariamente do lado esquerdista do PRP, liderado por José Domingues dos Santos.

O governo apresentou a demissão na manhã do dia 19 de Novembro ao Presidente da República, tendo então iniciado as consultas da praxe. Do PRN deslocaram-se a Belém os Drs. Augusto de Vasconcelos e António Ginestal Machado. Voltaram a defender que estando o bloco desfeito, o executivo devia ser entregue ao PRN, mas só desde que lhe fossem dados os meios constitucionais necessários ao exercício do poder, ou seja, a dissolução parlamentar⁹⁵³. O Grupo Parlamentar de Acção Republicana (AR) reuniu-se na Câmara dos Deputados e resolveu aconselhar ao Presidente da República “a formação de um governo saído do Bloco presidido por uma alta figura do PRP ou da AR e, sendo possível pelo Dr. Afonso Costa”⁹⁵⁴. Os representantes do directório e do grupo parlamentar do PRP depois de uma longa discussão decidiram apresentar ao Chefe de Estado a manutenção do Bloco, mas com a formação de um governo das esquerdas, presidindo por José Domingues dos Santos. A eleição não foi pacífica dentro do PRP, uma vez que alguns bonzos faltaram à reunião, o que retirava legitimidade à escolha. Porém, as negociações com Álvaro de Castro permitiram manter o bloco, pelo que Teixeira Gomes, respeitador escrupuloso da Constituição e dos poderes parlamentares, encarregou José Domingues dos Santos pela formação do ministério⁹⁵⁵.

⁹⁴⁸ Rodrigues Gaspar, *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-11-1924, pp. 31-38.

⁹⁴⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-11-1924, p. 41.

⁹⁵⁰ Júlio Gonçalves, *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-11-1924, p. 47.

⁹⁵¹ Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-11-1924, p. 47.

⁹⁵² *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-11-1924, pp. 49-50.

⁹⁵³ Cunha Leal chegou a Lisboa no dia 19 de Novembro de 1924, às 14.30h, proveniente de Angola. Ainda dentro do barco e sabendo da crise ministerial voltou-se para os seus amigos políticos que o tinham vindo receber e disse:

“- Temos Afonso, ou não temos Afonso?...

Não lhe respondem. E nos perguntámos:

Em que condições vai o seu partido ao Poder?

- Ou nos dão os meios constitucionais para podermos governar sozinhos ou então governem os outros...”.

Diário de Lisboa, 19-11-1924, p. 5.

⁹⁵⁴ *Diário de Lisboa*, 19-11-1924, p. 8.

⁹⁵⁵ *Diário de Lisboa*, 20-11-1924, p. 8. Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 96-109.

15. O Ministério José Domingos dos Santos

A formação do governo de José Domingues dos Santos afigurou-se bastante difícil devido à influência negativa dos membros da facção conservadora do PRP e à necessidade de conciliar a entrada de dois ministros *accionistas*, um *seareiro* e dois independentes⁹⁵⁶. O governo ficou constituído no dia 22 de Novembro, embora só tenha ficado completo no dia 25, com a tomada de posse de Ezequiel de Campos na pasta da Agricultura.

A apresentação do ministério no Parlamento foi no dia 27 de Novembro. A declaração ministerial lida por José Domingues dos Santos pretendeu acalmar o ambiente, centrando o seu discurso na necessidade da República “estabelecer o equilíbrio” na sociedade portuguesa, tendo como divisa “pão, liberdade e educação”⁹⁵⁷. No entanto, os ânimos ainda estavam muito tensos e Vasco Borges, da linha conservadora do PRP, embora considerasse tratar-se de um governo republicano, não era “o governo de que a Nação e a República precisavam neste momento”, uma vez que tinha sido formado “apenas pela vulgar satisfação de ambições pessoais”. Quanto a ser o governo do bloco, questionava: “qual bloco?” Este governo saiu do “bloco que desapareceu na noite em que se derrubou o governo do Sr. Rodrigues Gaspar ou antes saiu” de “outro bloco que se formou nessa noite, constituído por aqueles que derrubaram o governo transacto”⁹⁵⁸? Pelo que Cunha Leal começou a sua intervenção dizendo que tinha julgado que o Sr. Vasco Borges “era o líder do Partido Nacionalista”, pela forma eloquente e sincera como falou. Assim sendo, perguntou se Vasco Borges desejava que lhe fosse atribuído “pelo meu partido, o título de nacionalista honorário de primeiro plano”. Cunha Leal voltou a atribuir a culpa do que se estava a passar ao Presidente da República, por ignorar “sistematicamente a existência de um dos partidos políticos do regime e que fantasia governos que não correspondem a uma necessidade colectiva”, isto porque o Presidente da República era, “de facto, o presidente do Partido Democrático”. Este novo governo, mais não era do que “a terceira encarnação do Sr. Álvaro de Castro”. Cunha Leal achava que tendo o Parlamento, por duas vezes, retirado a confiança a estes governos e estando o bloco desfeito, o Presidente da República deveria ter entregue o poder ao Partido Republicano Nacionalista⁹⁵⁹. Terminou o seu discurso apresentando uma moção de desconfiança ao governo, por este não corresponder “aos interesses do país e às indicações constitucionais”⁹⁶⁰. A defesa mais sensata do ministério, partiu de Álvaro de Castro, que depois de apresentar uma moção de confiança ao governo, respondeu a Cunha Leal dizendo que o Presidente da República cumpriu todas as praxes constitucionais, pois “seria inconstitucional; além de ser absurdo, que havendo no Parlamento uma maioria que se dispunha a governar, o Sr. Presidente da República chamasse ao Poder uma minoria”⁹⁶¹. O PRN, por intermédio de António Ginestal Machado, Pedro Pita e Cunha Leal continuaram a ampliar as

⁹⁵⁶ Sobre a formação do governo de José Domingues dos Santos veja-se: António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 96-102.

⁹⁵⁷ José Domingues dos Santos, *Diário da Câmara dos Deputados*, 27-11-1924, pp. 12-16.

⁹⁵⁸ Vasco Borges, *Diário da Câmara dos Deputados*, 27-11-1924, p. 21.

⁹⁵⁹ Cunha Leal criticou a decisão do Presidente da República, tendo afirmado que “desfeito o bloco, que todos os dias, por actos, prova a sua inexistência, o Partido Nacionalista era naturalmente indicado para governar”. Por isso considerava que “este governo é um erro constitucional”, Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 4-12-1924, p. 5.

⁹⁶⁰ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 27-11-1924, pp. 24-28.

⁹⁶¹ Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 04-12-1924, p. 11.

dissensões dentro do bloco e principalmente dentro do PRP, chegando Pedro Pita a afirmar que não era “preciso uma grande habilidade de observação para ver que o Sr. António Maria da Silva odeia o Sr. José Domingues dos Santos”⁹⁶². Antes da votação das moções e devido a um problema sobre o modo de votar, Pedro Pita (PRN) e Mariano Martins (PRP) desentenderam-se, tendo o primeiro abandonado a sua carteira e agarrado o segundo. Os outros deputados tiveram de separar os contendores, enquanto os espectadores das galerias se manifestavam ruidosamente⁹⁶³. O Presidente da Câmara dos Deputados viu-se obrigado a suspender a sessão por uma hora e meia e evacuar as galerias. Retomados os trabalhos às 2 horas e vinte minutos da madrugada e resolvido o incidente foram colocadas as moções à votação. A moção de confiança ao governo apresentada por Álvaro de Castro foi aprovada por sessenta e três votos a favor e vinte e sete contra. Já a moção de desconfiança de Cunha Leal foi rejeitada com vinte sete votos a favor e sessenta contra⁹⁶⁴. Apenas votaram contra o governo os deputados nacionalistas e os monárquicos. Este aparente apoio ao governo, escondia o facto de vinte e sete deputados (bonzos e católicos) terem abandonado a sala no momento das votações, encontrando-se entre eles os antigos chefes de governo do PRP, António Maria da Silva e Rodrigues Gaspar⁹⁶⁵.

A oposição ao ministério de José Domingues dos Santos foi subindo de tom à medida que se foi conhecendo a verdadeira dimensão do seu programa político. O controlo mais apertado da actividade bancária (portaria n.º 4298, de 9 de Dezembro de 1925), a proposta de lei que punha termo aos monopólios do tabaco e dos fósforos, a acção enérgica contra os açambarcadores, as limitações à propriedade privada, o reconhecimento do regime soviético e a proposta de lei de utilização dos terrenos incultos foram algumas das propostas que mereceram um ataque cerrado da oposição, e algumas mesmo de deputados do seu grupo parlamentar⁹⁶⁶. Contudo, foi o decreto-lei n.º 10474 de 17 de Janeiro de 1925 que levantou o maior coro de protestos. O governo pretendia fazer uma reorganização da actividade bancária e escorou-se numa autorização parlamentar dada ao governo de Álvaro de Castro (artigo 1.º do decreto n.º 1545 de 7 de Fevereiro de 1924). No entendimento de Cunha Leal, o decreto-lei em questão era “inconstitucional e [...] prejudicial aos interesses do País”⁹⁶⁷, uma vez que a autorização parlamentar aprovada não permitia alterar a legislação bancária, aumentar os impostos ou alterar o Código Comercial. Assim sendo, apresentou uma moção onde exigia que o governo submetesse “o seu plano, em proposta de lei à aprovação do Congresso da República”⁹⁶⁸. Tendo em conta que o decreto-lei era ilegal e inconstitucional, Cunha Leal foi categórico: “o Partido Nacionalista usará de todas as armas. Faz disto uma questão de honra para a República. A uma brutalidade responde-se com outra brutalidade”. Se o decreto-lei não fosse revogado ameaçava com a dissolução parlamentar “ou não se discute coisa alguma nesta Câmara...”⁹⁶⁹. António Ginestal Machado era da mesma opinião. O decreto era “inadmissível” e voltava a

⁹⁶² Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 05-12-1924, p. 35.

⁹⁶³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 05-12-1924, p. 44.

⁹⁶⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 05-12-1924, pp. 46-48.

⁹⁶⁵ Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 100-110.

⁹⁶⁶ Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 110-116.

⁹⁶⁷ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-01-1925, p. 5.

⁹⁶⁸ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-01-1925, pp. 11-12.

⁹⁶⁹ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 19-1-1925, p. 8.

referir que “o PRN estava preparado para assumir o Poder, mas apenas quando a opinião pública o indicar, duma maneira categórica e clara”⁹⁷⁰. Pedro Pita amparou-se noutra linha de argumentação, defendendo que ao abrigo do artigo 27.º da Constituição a autorização concedida pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo apenas podia ser usada uma vez⁹⁷¹. Estas críticas da bancada nacionalista tiveram eco nas bancadas monárquico⁹⁷², *democrático-conservadora* (bonzos)⁹⁷³ e católica⁹⁷⁴, que também apresentaram moções contra o decreto-lei governamental. Pelo contrário, as bancadas *democrático-esquerdista*⁹⁷⁵ e *accionistas*⁹⁷⁶ apoiaram a política governamental para o sector bancário. António Maria da Silva, líder da facção *democrático-conservadora* apresentou uma moção que poderia conciliar as partes e adiar a aplicação do decreto. Defendia a necessidade da modificação da legislação bancária, mas também a necessidade de alterar algumas das disposições do decreto n.º 10474, pelo que este deveria ser sujeito ao estudo das respectivas comissões do Parlamento⁹⁷⁷. José Domingues dos Santos defendeu o seu ministro das Finanças (Pestana Júnior) dizendo que a responsabilidade do decreto da reorganização bancárias “era de todo o governo” e “se o Parlamento negar, a sua aprovação a esse diploma legal não cairá o Sr. Ministro das Finanças, cairá todo o Governo”⁹⁷⁸. Depois de uma longa discussão apenas seriam votadas as moções de António Maria da Silva e de Amadeu de Vasconcelos. A primeira seria rejeitada por 56 votos contra 51 e a segunda foi aprovada por 57 votos a favor e 8 contra. Na primeira votação houve uma conjugação de nacionalistas, monárquicos e de alguns bonzos e independentes contra o governo. Na segunda votação verificando a inutilidade de persistir no combate a maioria dos deputados oposicionistas optou por sair da sala⁹⁷⁹. O governo conseguiu uma importante vitória, mas ficou claro que os deputados democrático-conservadores estavam à espreita da primeira oportunidade para se vingarem do governo esquerdista⁹⁸⁰.

Nos dias seguintes o Partido Republicano Nacionalista insatisfeito com a “subserviência [da Câmara dos Deputados] perante o governo, declarando constitucional aquilo que é absolutamente inconstitucional”⁹⁸¹ usou todos os meios ao seu alcance para dificultar a acção do governo e para impedir a aplicação daquela lei, com destaque para o obstrucionismo⁹⁸². Os deputados nacionalistas fizeram imensos

⁹⁷⁰ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 15-1-1925, p. 8.

⁹⁷¹ Moção de Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-01-1925, p. 20.

⁹⁷² Moção de Artur Carvalho da Silva (*Diário da Câmara dos Deputados*, 19-01-1925, p. 12) e moção de Morais Carvalho (*Diário da Câmara dos Deputados*, 21-01-1925, p. 8).

⁹⁷³ Moção de Vasco Borges, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-01-1925, p. 22.

⁹⁷⁴ Moção de Lino Neto, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-01-1925, p. 29.

⁹⁷⁵ Moção de Amadeu de Vasconcelos *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-01-1925, p. 35.

⁹⁷⁶ Moção de Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-01-1925, p. 20.

⁹⁷⁷ Moção de Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-01-1925, p. 27.

⁹⁷⁸ José Domingues dos Santos, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-01-1925, p. 45.

⁹⁷⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-01-1925, pp. 47-51; *Diário de Lisboa*, 23-1-1925, p. 8.

⁹⁸⁰ Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 110-126.

⁹⁸¹ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 23-01-1925, p. 7.

⁹⁸² Cunha Leal referiu-se ao obstrucionismo nestes termos: “Não se trata de uma atitude individual. Eu procedi com esta violência de obstrucionismo para obedecer ao voto do grupo do meu partido. [...] É, pois um gesto colectivo dos deputados nacionalistas para responder à violência do governo”. Cunha Leal reafirmou que o grupo estava disposto a fazer oposição serena às propostas do governo mas a maioria respondeu à nossa atitude republicana, aos nossos propósitos leais com a violência do número, sempre odioso, tornando a questão fechada, e não deixando o meu partido, que representa o interesse da Nação neste caso, expor, ainda que dura e desassombadamente os seus pontos de vista. E a esta atitude do partido nacionalista responde com o seu obstrucionismo violento, último recurso, mas recurso legítimo a

requerimentos à mesa da Câmara, considerados nalguns casos improcedentes e fora de tempo, dando origem a longas discussões sobre a aplicação do regimento da Câmara dos Deputados. Era a chamada “guerra dos negócios urgentes [...] e das interpelações”⁹⁸³, “procurando assim esmagar o Poder Executivo”⁹⁸⁴. Nalguns casos estas discussões desembocaram em berraria e em fortes batidas nas carteiras, tendo o Presidente da Câmara dos Deputados, Domingos Pereira, de colocar o chapéu e dar por encerrada a sessão no meio de um tumulto que se disseminava às galerias⁹⁸⁵. Neste período os ânimos estavam muito exaltados, havendo relatos que indicam que alguns deputados, entre os quais Cunha Leal, levavam a pistola para as sessões do parlamento com receio de serem atacados das galerias por sindicalistas revolucionários, amigos do governo⁹⁸⁶. No início de Fevereiro circulavam por Lisboa manifestos insultuosos contra monárquicos e nacionalistas, apelando ao operariado a unir-se pela defesa do governo e contra as “forças vivas”.

O Partido Republicano Nacionalista estava disposto a esticar a corda ao máximo para deixar cair um governo que contava com apoios limitados⁹⁸⁷. A oportunidade surgiu na sequência do encerramento, por ordem governamental, da Associação Comercial de Lisboa no dia 6 de Fevereiro. Os ânimos das forças vivas contra o governo ficaram ainda mais incendiados, pelo que diversas organizações esquerdistas decidiram organizar uma manifestação de apoio ao governo nesse mesmo dia. Durante o cortejo dos manifestantes houve alguns incidentes junto ao Banco de Portugal. Ao rebentar um morteiro a GNR teve de disparar alguns tiros. Os manifestantes dirigiram-se, então, para o Terreiro do Paço, onde da varanda do Ministério do Interior, José Domingues dos Santos fez um discurso que teria grande repercussão no futuro. Começou por dizer que “o povo tem sido explorado pelo alto comércio e pela alta finança” e por isso o governo da República estava “ao lado dos explorados contra os exploradores”. Sobre o incidente que acabara de ocorrer, disse que iria ordenar um rigoroso inquérito, pois “não consinto que a força pública sirva para fuzilar o povo”⁹⁸⁸. Na primeira sessão da Câmara dos Deputados após estas declarações, o deputado nacionalista David Rodrigues requereu um negócio urgente para analisar este incidente. David Rodrigues lamentou o episódio enquanto cidadão português e enquanto militar, uma vez que “das próprias janelas do Ministério do Interior” se deram “«vivas» a várias corporações, fizeram-se referências a várias classes, umas agradáveis para certas classes, outras desagradáveis para outras classes”. Concluía, pois, que “do próprio

que as oposições têm de recorrer quando se sentem afrontadas” (Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 24-1-1925, p. 5). Esta estratégia era apoiada por outros líderes nacionalistas. Raul Lelo Portela concordava com o obstrucionismo, pois a aprovação do decreto da reforma bancária “representa um atentado à constituição, visto que a matéria nele consignada só podia ser de origem do Poder Legislativo” (Raul Lelo Portela, *Diário de Lisboa*, 28-2-1923, p. 5). Luís Costa Santos, director d’*Acção Nacionalista*, enalteceu a acção de Cunha Leal, que na última secção da Câmara dos Deputados iniciou “uma oposição violenta que impediu a continuação dos trabalhos” (25-1-1925, p. 1).

⁹⁸³ Júlio Gonçalves, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-2-1925, p. 35.

⁹⁸⁴ José Domingues dos Santos, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-2-1925, p. 20.

⁹⁸⁵ Veja-se, por exemplo, a sessão da Câmara dos Deputados de 23 de Janeiro: *Diário da Câmara dos Deputados*, 23-01-1925.

⁹⁸⁶ Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 324-326.

⁹⁸⁷ Cunha Leal clamava na Câmara dos Deputados: “o governo, com a maioria de 5 votos, julga-se forte e abusa”, *Diário da Câmara dos Deputados*, 23-1-1925, p. 10.

⁹⁸⁸ José Domingues dos Santos citado por António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 122.

Ministério do Interior se” fomentava “a luta de classes” e se defendia o comunismo que “é um regime que destrói o Estado e que destrói o regime democrático e parlamentar”, pelo que não podia “deixar de considerar essas palavras como absolutamente subversivas”. Estranhava também que por a GNR “disparar as suas armas para o ar”, após ter sido “atacada à bomba”, se tivesse nomeado “um militar de patente inferior à daquele comandante, para proceder a um inquérito àqueles actos”. Assim sendo, achava que o incidente justificava a seguinte moção: “A Câmara, reconhecendo que a política do Ministério conduz ao desprestígio da força pública, e consequentemente do regime”⁹⁸⁹. Cunha Leal reforçou as críticas à actuação do presidente do ministério⁹⁹⁰, tendo apresentado outra moção de conteúdo semelhante⁹⁹¹. Por parte do bloco, há um silêncio comprometedor da maioria das suas figuras centrais. Para defender o governo praticamente apenas se ouviu a voz de Sá Pereira⁹⁹² e de Júlio Gonçalves. Este deputado criticou Agatão Lança por recentemente ter chegado ao PRP e já estar a censurar um governo deste partido⁹⁹³. Durante a intervenção de Júlio Gonçalves, houve uma troca de palavras rudes com Moura Pinto. Entretanto, Júlio Gonçalves lançou um copo e um livro contra Moura Pinto, mas acabou ser o nacionalista Afonso de Melo, vice-presidente da Câmara dos Deputados, a ser involuntariamente atingido. Para serenar os ânimos o presidente da mesa teve de encerrar a sessão por três quartos de hora⁹⁹⁴. No recomeço dos trabalhos o deputado democrático Agatão Lança apresentou uma moção de desconfiança ao governo⁹⁹⁵, que acabou por ter prioridade na votação, face às restantes moções apresentadas. A moção acabaria por ser aprovada por 65 contra 45 votos⁹⁹⁶, tendo o apoio total dos nacionalistas, dos monárquicos, dos católicos e dos independentes⁹⁹⁷ e um apoio parcial dos accionistas⁹⁹⁸ e dos democráticos⁹⁹⁹, as chamadas «pedras soltas do bloco», com predomínio para os militares. Estiveram ao lado do governo a maioria dos deputados accionistas, liderados por Álvaro de Castro, os esquerdistas do PRP e alguns moderados deste partido, que não alinharam com os «bonzos», casos de Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães e Vitorino Henriques Godinho, que viriam a ter um papel importante no governo seguinte. José Domingues dos Santos despediu-se dos deputados com as seguintes palavras: “Ficamos entendidos: a Câmara quer um governo que esteja ao lado dos exploradores contra os explorados, a Câmara quer um governo que espingardeie o povo”¹⁰⁰⁰.

No dia 13 de Fevereiro os apoiantes do governo ainda lançaram mão de uma última cartada. Entre 40 a 80 mil manifestantes desfilarão do Terreiro do Paço até ao

⁹⁸⁹ David Rodrigues, *Diário da Câmara dos Deputados*, 9-2-1925, pp. 14-17.

⁹⁹⁰ “O Dr. José Domingues dos Santos esta a provocar novos morticínios, sendo possível que venha a afogar-se no sangue que correr”, Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 9-2-1925, p. 8.

⁹⁹¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-2-1925, pp. 12-13.

⁹⁹² *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-2-1925, pp. 9-12.

⁹⁹³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-2-1925, pp. 28-34.

⁹⁹⁴ António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 123-127.

⁹⁹⁵ Moção de Agatão Lança, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-02-1925, p. 35.

⁹⁹⁶ A moção de desconfiança de Armando Agatão Lança teve 65 votos favoráveis (26 nacionalistas, 23 democráticos, 6 independentes, 4 monárquicos, 3 accionistas e 3 católicos) e 45 votos desfavoráveis (37 democráticos e 8 accionistas), cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-2-1925, pp. 43-45; *Notícias de Viseu*, 15-2-1925, p. 2.

⁹⁹⁷ Casos de António Abranches Ferrão e José Miguel Lamartine Prazeres da Costa.

⁹⁹⁸ Casos de Américo Olavo Correia de Azevedo, Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro e Carlos Olavo Correia de Azevedo.

⁹⁹⁹ Casos de Albano Augusto de Portugal Durão, Alberto Ferreira Vidal, Alfredo Rodrigues Gaspar, António Albino Marques de Azevedo, António Maria da Silva, Armando Pereira de Castro Agatão Lança, Francisco da Cunha Rego Chaves, Mariano Martins e Vasco Borges.

¹⁰⁰⁰ José Domingues dos Santos, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-2-1925, p. 45.

Palácio de Belém para entregarem uma mensagem ao Presidente da República. Estes manifestantes representavam as agremiações republicanas, o Partido Socialista, o Partido Comunista e as organizações operárias (USO e JSV) e pretendiam representar o «Povo de Lisboa». A mensagem entregue protestava contra a queda do governo de José Domingues dos Santos e acalentava a esperança de o governo se manter em funções até às eleições, pressupondo que haveria a dissolução das Câmaras. Uma comissão foi recebida pelo Chefe de Estado que saiu à varanda e lançou uma mensagem à multidão reafirmando o seu respeito pelo Parlamento: “Como Chefe de Estado, fiz juramentos que cumprirei até ao fim. Não há nenhum poder no mundo que me obrigue a faltar a eles. Pela letra da Constituição, sigo as indicações que me dá o Parlamento”¹⁰⁰¹.

16. O Ministério Vitorino Guimarães e o abandono do Parlamento pelos nacionalistas

O Presidente da República iniciou as tradicionais consultas prévias a várias personalidades políticas antes de indicar o nome do novo presidente do ministério. Após a queda do governo de José Domingues dos Santos havia duas possibilidades de formação de governo. A primeira era a constituição de um gabinete formado por elementos nacionalistas e democráticos, do grupo de António Maria da Silva, e alguns independentes. A segunda era a formação de um gabinete do bloco (democráticos, accionistas e independentes). Colocava-se como hipótese para chefiar o primeiro, António Ginestal Machado ou Tomé de Barros Queirós, tendo António Maria da Silva como ministro das finanças e o segundo, chefiado por Vitorino Guimarães, apoiado pelo bloco (democráticos, accionistas e independentes). A primeira hipótese era mais difícil de se concretizar¹⁰⁰², pois os nacionalistas, aparentemente, davam mostras de não querer fazer parte de um governo de concentração¹⁰⁰³, embora algumas fontes jornalistas tenham dado informações de que esta possibilidade foi bem acolhida por alguns nacionalistas e por homens próximos de António Maria da Silva, e que se iniciaram contactos¹⁰⁰⁴. O grupo parlamentar do PRP, muito dividido, debateu intensamente as várias possibilidades, acabando por indicar ao Presidente da República, o nome de Vitorino Guimarães para a chefia do ministério¹⁰⁰⁵. Os accionistas pela voz de Carlos Olavo e Álvaro de Castro declararam o seu apoio ao governo de Vitorino Guimarães desde que continuasse a obra financeira iniciada pelo governo de Álvaro de Castro e

¹⁰⁰¹ Teixeira Gomes, *Diário de Lisboa*, 13-2-1925, p. 8. Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 126-129.

¹⁰⁰² Questionado sobre se a sucessão do governo de José Domingues dos Santos recairia nos nacionalistas, Pina de Morais (ala esquerdista do PRP) disse o seguinte:

“- Custa-me a acreditar. Os nacionalistas têm cometido grandes erros. É um partido pouco robusto...

- Uma situação nacionalista-democrática...

- Talvez” Embora tivesse reiterado que nesse caso teriam a oposição de uma parte dos democráticos. Pina de Morais, *Diário de Lisboa*, 11-2-1925, p. 5.

¹⁰⁰³ Os nacionalistas pela voz de Pedro Pitta defenderam que o poder lhe devia ser atribuído. Mas apenas “por inteiro. Nada de governos de concentração” [*Diário de Lisboa*, 11-2-1925, p. 8]. Facto reafirmado por António Ginestal Machado, que no dia em que decorriam as negociações para a formação do governo, afirmou o seguinte: estamos “prontos para tomar conta do poder”, mas “sozinhos” [*idem*, 12-2-1925, p. 8].

¹⁰⁰⁴ Cf., *Diário de Lisboa*, 12-2-1925, p. 8; *idem*, 19-2-1925, p. 8.

¹⁰⁰⁵ Cf., *Diário de Lisboa*, 12-2-1925, p. 8.

concedesse como era habitual, duas pastas aos accionistas. Assim poderia continuar a obra do “bloco”¹⁰⁰⁶.

A constituição do novo governo foi demorada e difícil, especialmente no tocante a garantir o apoio dos «bonzos» do PRP¹⁰⁰⁷. Chegou-se a temer que Vitorino Guimarães não conseguisse formar governo, mas no dia 15 de Fevereiro, depois de cinco dias de crise ministerial, constituiu-se o quarto «governo do bloco», agora numa versão intermédia entre o governo «bonzo» de Rodrigues Gaspar e o governo «esquerdista» de José Domingues dos Santos. A distribuição de forças mantinha-se, ficando os accionistas com duas pastas¹⁰⁰⁸, os independentes com uma¹⁰⁰⁹ e os democráticos com as restantes. O governo de Vitorino Guimarães pretendia “aproveitar os materiais que os seus antecessores com energia, êxito e fé laboriosamente prepararam e lhe legaram”¹⁰¹⁰. Este facto deixava desesperados os nacionalistas, em particular no tocante às opções políticas do último governo, que tinha considerado os nacionalistas como estando ao lado dos exploradores. Cunha Leal esclareceu que os nacionalistas não podem ser acusados de estarem vendidos às forças económicas: “Nós não queremos predomínio de uma classe sobre as outras. O que o partido nacionalista defende e defenderá, [...] [consciente] dos seus deveres e da justa interpretação da palavra democrática [...] é o equilíbrio social. [...] Defendemos no Parlamento o país contra os processos violentos e ilegais por que um governo se julgou ligado à causa da República e do Povo. Somos contra qualquer predomínio, e folgo em o dizer em público: contra o predomínio das forças económicas, contra o predomínio das forças exaltadas do operariado”. E realçou o facto de quando o PRN saiu em defesa das forças económicas estava a defender a própria democracia, uma vez que estava a defender os direitos que as leis e os contratos consagram. O PRN defendeu os seus direitos “que são os direitos dos portugueses”. Quanto à opção do Presidente da República entregar novamente a chefia do ministério a um democrático, Cunha Leal não podia ser mais claro: “Até aqui Teixeira Gomes era presidente do partido democrático. Agora é presidente de uma facção deste partido. [...] O Chefe de Estado segue servilmente as indicações do grupo do jornal *O Mundo*”¹⁰¹¹. Os nacionalistas sentiam-se especialmente ofendidos por ao fim de três reveses da política do «bloco», materializada em três claras posições da Câmara dos Deputados contra essa política, o Presidente da República voltasse a insistir na mesma solução, não incluindo nela os nacionalistas. Sentiam-se, por isso, traídos pelo Presidente da República, uma vez que a minoria vencida pela moção do deputado «democrático independente», Agatão Lança, foi chamada novamente ao Poder. Um membro do Directório do PRN, não identificado, disse o seguinte a um jornal da capital: “Estamos em presença de uma ditadura do Parlamento, favorecida e defendida publicamente pelo Presidente da República”. O grupo parlamentar do PRN sentia-se esmagado pela “força do número” do Parlamento e “pela força das tendências expressas pelo Sr. Teixeira Gomes”¹⁰¹². Os nacionalistas consideravam que lhe tinham sido “vedados os meios

¹⁰⁰⁶ Carlos Olavo, *Diário de Lisboa*, 13-2-1925, p. 8; Álvaro de Castro, *Diário de Lisboa*, 14-2-1925, p. 5.

¹⁰⁰⁷ Cf., *Diário de Lisboa*, 13-2-1925, p. 5; *idem*, 14-2-1925, p. 8.

¹⁰⁰⁸ Ministros do Grupo Parlamentar de Acção Republicana: Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia, Ministro do Trabalho e Rodolfo Xavier da Silva, Ministro da Instrução. Vejam-se as declarações de Carlos Olavo e de Álvaro de Castro sobre a participação do Grupo Parlamentar de Acção Republicana no governo Vitorino Guimarães: *Diário de Lisboa*, 13-2-1925, p. 5 *idem*, 14-2-1925, p. 5.

¹⁰⁰⁹ Fernando Augusto Pereira da Silva assumiu a pasta da Marinha, enquanto ministro independente.

¹⁰¹⁰ Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-2-1925, p. 5. Vejam-se as declarações de Vitorino Guimarães na tomada de posse como Ministro das Finanças, reafirmando que iria continuar a obra do ministro anterior: *Diário de Lisboa*, 16-2-1925, p. 4.

¹⁰¹¹ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 13-2-1925, p. 4.

¹⁰¹² *Diário de Lisboa*, 17-2-1925, p. 5.

constitucionais, não só de governo, como de intervir com isenção e elevado espírito republicano na vida do parlamento”¹⁰¹³.

A estratégia a seguir foi intensamente debatida pelo grupo parlamentar e pelo directório nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 1925¹⁰¹⁴. Os nacionalistas reuniram no edifício da *Lucta* para decidir o que fazer. Em cima da mesa estava a continuação da política de oposição violenta, sistematicamente obstrucionista, que tinha contribuído para a queda do anterior governo, ou o abandono do Parlamento pelos deputados e senadores nacionalistas. Alguns parlamentares chegaram a lançar a ideia de o PRN convidar o Chefe de Estado a resignar, mas esta moção não foi aprovada¹⁰¹⁵. Os nacionalistas acusaram também o Presidente da República por não ter cumprido todos os preceitos constitucionais, pois segundo eles, Vitorino Guimarães teria sido convidado a formar governo antes de serem ouvidos todos os grupos parlamentares¹⁰¹⁶. A posição de abandonar o Parlamento foi defendida numa moção apresentada por Cunha Leal que acabaria por sair vencedora¹⁰¹⁷. A decisão tomada pelas mais altas instâncias do PRN foi colocada em prática durante a apresentação do governo Vitorino Guimarães na Câmara dos Deputados. Cunha Leal foi o porta-voz da indignação dos nacionalistas. Para o líder parlamentar do PRN não havia justificação para a constituição daquele governo, tanto mais que se sustentava na política do governo anterior, que tinha merecido a censura do Parlamento, pelo que apresentou nova moção de desconfiança. O outro enfoque da crítica nacionalista dirigia-se ao Presidente da República, por este não ter indagado “se da maioria, que triunfara contra o governo, poderia sair um novo Ministério” e se o Partido Republicano Nacionalista “queria ir para uma concentração”. Por isso, considerava que a chamada deste governo era uma bofetada do Presidente da República ao PRN, por este partido ter votado o seu nome com listas brancas, durante a última eleição presidencial. Teixeira Gomes estava a empurrar o PRN para a arruaça ou até para uma revolução. Mas o PRN, enquanto partido de ordem, iria “manter-se dentro do critério estrito da legalidade”, ainda que isso levasse ao “seu próprio achincalhamento”¹⁰¹⁸. Por último, informou os deputados que os nacionalistas iriam abandonar os trabalhos parlamentares, uma vez que “não queremos intervir na vida dum parlamento, cujos votos são superiormente desrespeitados. Está-se a viver numa ditadura disfarçada”¹⁰¹⁹. Às dezoito horas do dia 18 de Fevereiro de 1925 os deputados nacionalistas abandonam a sala da Câmara dos Deputados, enquanto o deputado democrático, Almeida Ribeiro apresentava uma moção de confiança ao governo. Os

¹⁰¹³ *Diário de Lisboa*, 17-2-1925, p. 5.

¹⁰¹⁴ Cf., *Diário de Lisboa*, 16-2-1925, p. 8; *idem*, *Diário de Lisboa*, 17-2-1925, p. 5 e 8.

¹⁰¹⁵ *Diário de Lisboa*, 16-2-1925, p. 5; *idem*, 17-2-1925, p. 5.

¹⁰¹⁶ Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães escreveu a António Ginestal Machado para esclarecer esta acusação e para lamentar o abandono do Parlamento por parte do PRN. Veja-se a versão dos factos apresentada pelo Presidente do Ministério: “Quando com o Sr. Dr. Catanho de Meneses estive na Presidência da República, pelas 17 horas no dia 13 do corrente, fizemo-lo num simples dever de cortesia, informando o Sr. Presidente da República que aguardávamos o fim da reunião do agrupamento político que representávamos para formularmos a opinião a apresentar de harmonia com o que resolvido fosse. Quando pelas dez horas daquele mesmo dia, ouvidas já os Srs. Presidentes das duas Câmaras do Congresso e os representantes de todos os agrupamentos políticos republicanos com uma representação parlamentar, de novo voltamos à Presidência da República, então e só então é que o Exmo. Sr. Presidente da República manifestou o desejo de me encarregar de presidir ao novo Ministério, o que seguidamente vim declarar ao grupo político a que pertença” [...] Gostaria de esclarecer o mal entendido para diminuir as razões que presidiram às resoluções tomadas pelo PRN. Vitorino Guimarães”. Carta de Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães para António Ginestal Machado, datada em Lisboa em 24-2-1925, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/884

¹⁰¹⁷ *Diário de Lisboa*, 17-2-1925, p. 8.

¹⁰¹⁸ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-2-1925, pp. 5-12.

¹⁰¹⁹ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 18-2-1925, p. 8. Cf., *Acção Nacionalista*, 5-4-1925, p. 4.

senadores nacionalistas seguiram a mesma estratégia, abandonando o Senado no dia 3 de Março, após a apresentação da declaração ministerial de Vitorino Guimarães. Coube a Augusto de Vasconcelos, líder nacionalista no Senado, a defesa da posição do seu partido¹⁰²⁰.

Os nacionalistas preocuparam-se em explicar ao país as razões da sua saída do Congresso, publicando um manifesto em vários jornais da sua confiança política, datado no dia em que os senadores abandonaram o Parlamento¹⁰²¹. Em primeiro lugar sublinharam o rol de queixas face à atitude do chefe de Estado na formação dos governos desde o 10 de Dezembro de 1923¹⁰²². O Partido Republicano Nacionalista tinha dado um contributo decisivo para a queda dos últimos três governos, mas não tinha conseguido derrotar a política que os movia, uma vez que o Chefe de Estado chamava sempre a mesma linha política para o governo, esquecendo-se sistematicamente dos republicanos conservadores. Estando banido da governação e limitado na sua acção no Parlamento, ao PRN apenas lhe restava abandonar o Congresso: “Contra esta ditadura de facções – a pior das ditaduras! – apoiada na rua por toda a espécie de agitadores, favorecida em Belém pela condescendência do primeiro magistrado na Nação, não há – pelo menos nesta hora – maneira de lutar no campo constitucional. Por isso os deputados e senadores nacionalistas abandonaram o Parlamento. Porque verificaram, finalmente, que o seu partido tinha sido posto à margem do regime”. O país encontrava-se numa encruzilhada, tendo de decidir se era “pela desordem, ou pela ordem”. A Nação podia esperar dos nacionalistas uma política que defendia a legalidade, a justiça, “a boa e sã política republicana, que não especula com os ódios e com as paixões populares”. Fora do Parlamento o PRN aguardava “serenamente a sua hora!”¹⁰²³. Na semana seguinte, durante a apresentação do relatório do Directório ao Congresso do PRN, a saída dos deputados e senadores nacionalistas do Parlamento teve uma explicação ainda mais crua: “Os parlamentares do nosso partido abandonaram os trabalhos das suas Câmaras” devido à “ditadura parlamentar, a pior de todas as ditaduras, que há tempo vem sendo feita; e por outro lado, o afastamento do Poder, continuado e sistemático, do PRN – tornavam absolutamente inútil, na verdade, a acção dos nossos parlamentares. Com efeito, arrancada ao Parlamento uma autorização ao Poder Executivo para legislar sobre câmbios, dessa autorização têm usado e, abusado os governos que ultimamente se têm sucedido no Poder. Absolutamente esgotada, nos termos expressos da Constituição, essa autorização que o primeiro uso inutilizou; ela tem servido para legislar sobre câmbios e até sobre matéria que, com os câmbios, nada têm que ver. Sempre a voz dos representantes nacionalistas se ergueu a protestar contra os abusos praticados; mas sempre também o número vence a nossa razão”. O directório considerava que a luta que os deputados e senadores nacionalistas tinham travado era a maior luta parlamentar desde a implantação da República, uma vez que “os nossos parlamentares conseguiram derrubar sucessivamente três governos”. Assim sendo, consideravam que tinham o direito de governar quando derrubaram o primeiro; mas só

¹⁰²⁰ *Diário de Lisboa*, 3-3-1925, p. 8.

¹⁰²¹ “Manifesto do Partido Nacionalista ao País”, *O Figueirense*, 5-3-1925, p. 2; *Notícias de Viseu*, 7-3-1925, p. 1; *O Marão*, 8-3-1925, p. 1-2; *O Debate*, 8-3-1925, p. 1; *Gazeta de Viana*, 12-3-1925, p. 3. Este Manifesto foi datado a 3 de Março de 1925, na Sala das Sessões.

¹⁰²² “Desde 10 de Dezembro de 1923, dir-se-á que o Sr. Presidente da República tem tido a preocupação de resolver todas as crises ministeriais, ou «contra o Partido Nacionalista», ou – o que equivale – como se este partido não existisse”, “Manifesto do Partido Nacionalista ao País”, *O Figueirense*, 5-3-1925, p. 2; *Notícias de Viseu*, 7-3-1925, p. 1; *O Marão*, 8-3-1925, p. 1-2; *O Debate*, 8-3-1925, p. 1; *Gazeta de Viana*, 12-3-1925, p. 3.

¹⁰²³ “Manifesto do Partido Nacionalista ao País”, *O Figueirense*, 5-3-1925, p. 2; *Notícias de Viseu*, 7-3-1925, p. 1; *O Marão*, 8-3-1925, p. 1-2; *O Debate*, 8-3-1925, p. 1; *Gazeta de Viana*, 12-3-1925, p. 3.

viram “formar-se outro, para fazer a política que tinha sido condenada e derrubada! Sucedeu o mesmo com o segundo, e não foi diversa a situação quando” derrubaram o terceiro. Face ao exposto concluíam o seguinte: “a paciência esgotou-se. Os nossos esforços eram inúteis, a nossa acção era, pelo menos sem finalidade”¹⁰²⁴.

17. O ingresso dos presidencialistas no Partido Republicano Nacionalista

Durante a suspensão da participação dos parlamentares nacionalistas no Congresso deu-se a integração dos presidencialistas (membros do Partido Nacional Republicano Presidencialista) no PRN. O Partido Nacional Republicano Presidencialista foi um projecto partidário que mobilizou alguns antigos *Sidonistas*, adeptos do presidencialismo e do corporativismo. Este partido formou-se em Julho de 1920, no Centro Republicano Dr. Sidónio Pais, com a organização de uma comissão instaladora, depois designada Junta Central. Em 1921, com a aprovação dos estatutos, formou-se uma Comissão Executiva, presidida por João Tamagnini de Sousa Barbosa, tendo por vogais, Vicente de Freitas, Eurico Cameira e Teófilo Duarte. Os mais altos dirigentes deste partido provinham essencialmente do Partido Nacional Republicano e do Partido Republicano Conservador, sendo constituídos maioritariamente por oficiais de média patente. A sua área de implantação cingia-se especialmente a Lisboa, onde participaram nas eleições legislativas de 10 de Julho de 1921 e de 29 de Janeiro de 1922 e nas eleições municipais de 12 de Novembro de 1922¹⁰²⁵. O insucesso nestes actos eleitorais e a dificuldade em expandir a sua influência para outras regiões, poderá ter sido determinante para o seu pedido de integração num partido conservador mais moderado. Esta integração permitiria a alguns dos seus membros ter uma maior influência na área do poder, do que se continuassem isolados. O ingresso dos presidencialistas no PRN começou a ser equacionado no final de 1924 pela sua comissão política. A Assembleia-Geral do Partido Republicano Presidencialista aprovou no dia 3 de Dezembro de 1924 as bases gerais para essa integração. Para o efeito, foi nomeada uma comissão composta pelos seguintes militares: João Tamagnini de Sousa Barbosa, Eurico Cameira, Mendes do Amaral, Feliciano da Costa e Teófilo Duarte. Como acabou por não haver desenvolvimentos nas duas semanas seguintes, foi aprovada uma moção por unanimidade, no dia 13 de Dezembro, apresentada por Augusto Matta e Silva Oliveira e reformulada por João Tamagnini de Sousa Barbosa atribuindo àquela comissão poderes reforçados “para ultimar as negociações de integração do P. R. Presidencialista no P. Nacionalista desde que os presidencialistas entrem de cabeça levantada”¹⁰²⁶.

As negociações entre as duas estruturas partidárias prosseguiram nas semanas seguintes, tendo o acordo final sido alcançado no final de Fevereiro de 1925, numa altura em que os deputados nacionalistas já tinham abandonado a Câmara dos Deputados e em que o PRN reforçava o seu repúdio sobre o sistema político que mantinha sistematicamente o PRP e o «bloco» no poder. O directório nacionalista deu a

¹⁰²⁴ “Relatório apresentado ao Congresso pelo Directório do PRN”, *Acção Nacionalista*, 8-3-1925, pp. 2-3.

¹⁰²⁵ Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 73-78.

¹⁰²⁶ “Moção e aditamentos aprovados por unanimidade em Assembleia Magna [do Partido Republicano Presidencialista] de 13 de Dezembro de 1924”, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1711.

conhecer o acordo que previa o ingresso dos presidencialistas no PRN através de uma nota oficiosa. O acordo previa que o Partido Nacional Republicano Presidencialista publicaria um manifesto, previamente lido e aceite pelo directório do PRN, e que os representantes dos presidencialistas seriam recebidos pelas estruturas nacionalistas no dia 4 de Março¹⁰²⁷. O manifesto dos presidencialistas foi publicado na imprensa nos primeiros dias de Março. Neste manifesto, os presidencialistas reforçavam a necessidade da congregar as forças da direita republicana numa organização única, com o objectivo de equilibrar o regime e enfrentar a corrente esquerdista, no sentido de afirmar os ideais conservadores, como a “Ordem como condição essencial do Progresso e o Progresso como a melhor garantia da Ordem”. Esta aproximação ao PRN também foi motivada por uma aproximação constitucional e tradicional entre os dois partidos, uma vez que no último Congresso do Partido Republicano Nacionalista “foi proclamado e votado quanto às primeiras a necessidade de fortalecimento do Poder Executivo e da representação de classes no Senado da República, e quanto às últimas a dentro da observância do princípio da separação da Igreja do Estado, que é o último assegurador da igualdade política e civil de todos os cultos, a intenção de se pugnar pela alteração do n.º 10 do art. 3.º da Constituição, de forma a ser assegurada a todos os portugueses a mais completa liberdade de consciência”¹⁰²⁸.

¹⁰²⁷ Cf., *O Liberal*, Mafra, 1-3-1925, p. 1.

¹⁰²⁸ Manifesto do Partido Nacional Republicano Presidencialista:

“O reconhecimento da necessidade da congregação das forças da direita da República numa organização única, não só com o intuito de realizar o equilíbrio político, enfrentando a oposição que a esquerda, quando seriamente organizada, representa como elemento útil para a estabilidade do regime, mas também com o propósito de combater abertamente as propagandas nocivas tendentes à subversão das normas de disciplina social, pela convicção inabalável de que só do respeito por estas depende a ordenação e intensificação de todo o trabalho nacional, conduziu alguns dos dirigentes dos partidos republicanos Nacionalista e Presidencialista à realização de negociações para a definição de uma plataforma de entendimento visando o fim acima referido.

Para esta aproximação influíram: por um lado a intenção patriótica, determinada pela actual situação do país, de se dar maior valimento à importante corrente política que «pretende filiar na tradição nacional as reformas fecundas e estáveis da República, considerando a Ordem como condição essencial do Progresso e o Progresso como a melhor garantia da Ordem» e que só assim julga possível ir lentamente aniquilando as dificuldades que até hoje se têm oposto à tranquilidade, ao bem estar e ao desenvolvimento económico do país; e por outro lado, o dever republicano que manda cessar a disseminação de energias com afinidades políticas e doutrinárias, congregando-as sob uma base de objectivos comuns, a fim de ficarem dotados, em conjunto, da força indispensável para poderem assumir as responsabilidades da governação pública.

Foi assim obedecendo a tão altos intuitos patrióticos, que se iniciaram as primeiras negociações. Realizou-se então o último Congresso do Partido Republicano Nacionalista e porque nele relativamente ao plano de doutrina referentes às matérias fundamentais de natureza constitucional e tradicional foi proclamado e votado quanto às primeiras a necessidade de fortalecimento do Poder Executivo e da representação de classes no Senado da República, e quanto às últimas a dentro da observância do princípio da separação da Igreja do Estado, que é o último assegurador da igualdade política e civil de todos os cultos, a intenção de se pugnar pela alteração do n.º 10 do art. 3.º da Constituição, de forma a ser assegurada a todos os portugueses a mais completa liberdade de consciência, o Partido Republicano Presidencialista reconheceu desde esse momento no Partido Republicano Nacionalista um organismo político cujo programa passava em pontos de tão capital importância, disposições que com as daquele se confundiam e que, no respeitante à forma constitucional da República, poderiam ser perfilhadas, com transigências admissíveis, à face da importância do objectivo a que visavam as negociações em marcha [...].

Dissolve-se o Partido Nacional Republicano Presidencialista e os seus filiados, colectividades e indivíduos integram-se no Partido Republicano Nacionalista acatando a lei orgânica por que este se rege com o compromisso de serem escrupulosamente respeitadores dos deveres nela estabelecidos e declarando que, em obediência às indicações dos dirigentes, se empenharão pelo seu engrandecimento como convém aos interesses nacionais e do Regime [...].

(a) João Tamagnini Barbosa

Na noite de 4 de Março, os presidencialistas concentraram-se no Centro Sidónio Pais, no Chiado e dirigiram-se em direcção ao principal centro político nacionalista no Largo do Calhariz. Por volta das 21.45 horas, um grupo numeroso de presidencialistas, liderados pelo major João Tamagnini de Sousa Barbosa, chegou à sede do PRN, onde se realizaria a cerimónia de ingresso no Partido. À entrada do centro nacionalistas os presidencialistas foram recebidos com palmas e vivas. No entanto, “elementos esquerdistas” que se encontravam na zona “procuraram estabelecer confusão e discórdia” entre os presidencialistas e nacionalistas. Os novos aliados tiveram de reagir contra essas provocações. Os canhotos acabaram por ser “vivamente corrigidos e postos em fuga, depois de castigados pela sua audácia”¹⁰²⁹. Já dentro do centro nacionalista o major João Tamagnini de Sousa Barbosa fez o discurso de abertura tendo declarado que abandonavam os seus princípios constitucionais e que ao ingressarem no PRN estavam a “cumprir um dever bem patriótico e bem republicano, contribuindo para o engrandecimento do partido das direitas da República, indispensável à consolidação do Regime”¹⁰³⁰. Por sua vez o líder do PRN, António Ginestal Machado, deu as boas vindas aos novos nacionalistas e congratulou-se pela sua decisão que mostrava nobreza de carácter, uma vez que tinham permanecido sempre dentro da República “resistindo às solicitações dos monárquicos durante este longo período, em que têm sido vexados e perseguidos por republicanos”¹⁰³¹. Nas semanas seguintes realizaram-se sessões semelhantes em alguns pontos do país, integrando-se os presidencialistas nas estruturas políticas dos nacionalistas¹⁰³².

O ingresso dos presidencialistas no PRN causou algum desconforto, nalguns correligionários por a decisão ter sido tomada pelo directório nacionalista, sem consultar outras estruturas partidárias e por fazerem parte dos presidencialistas alguns políticos que foram inimigos de alguns «velhos» republicanos em 1918. O directório do PRN justificou a sua decisão com base na lei orgânica que “é bem expressa quando, ao Directório, dá a faculdade de aceitar filiações”. Em relação às divergências históricas com alguns elementos do Partido Nacional Republicano Presidencialista, o directório não atenuava essas diferenças, e sabia que o tempo decorrido não era ainda “suficiente para esquecer completamente uma luta que foi demasiado rija e violenta”, mas estava ciente que os membros do PRN iriam esquecer “os seus despeitos, para só ver o interesse da colectividade”. Para o directório do PRN os presidencialistas era verdadeiros republicanos uma vez que “há quase 7 anos que, constantemente escorraçados da República, nela se têm conservado sempre; há quase 7 anos que, chamados pelos monárquicos, nunca acudiram ao seu apelo”¹⁰³³.

(a) Eurico Cameira

(a) Joaquim Mendes do Amaral

(a) Feliciano da Costa

(a) Teófilo Duarte”.

Fontes: Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1355; *Diário de Lisboa*, 3-3-1925, p. 1; *Alma Portuguesa*, Jornal Republicano Presidencialista, 4-3-1925, p. 1 [Porta-voz do Centro Republicano Dr. Sidónio Pais]; *O Figueirense*, 5-3-1925, p. 2.

¹⁰²⁹ *Notícias de Viseu*, 7-3-1925, p. 2.

¹⁰³⁰ João Tamagnini de Sousa Barbosa, *Acção Nacionalista*, 8-3-1925, p. 4.

¹⁰³¹ António Ginestal Machado, *Acção Nacionalista*, 8-3-1925, p. 4.

¹⁰³² Veja-se o caso de Santarém, onde os presidencialistas participaram numa reunião no centro político nacionalista, cf., *Correio da Extremadura*, 14-03-1925, p. 2.

¹⁰³³ “Relatório apresentado ao Congresso pelo Directório do PRN”, *Acção Nacionalista*, 8-3-1925, pp. 2-3. O relatório também foi publicado no *Notícias de Viseu*, 16-3-1925, p. 1.

18. O III Congresso do Partido Republicano Nacionalista

O terceiro congresso ordinário do Partido Republicano Nacionalista realizou-se novamente no ginásio do Liceu Camões, em Lisboa, nos dias 7 e 8 de Março de 1925. Eram esperados cerca de 2000 congressistas, uma vez que foram emitidos um número equivalente de bilhetes.

O congresso devia começar às 13 horas, mas iniciou-se com hora e meia de atraso devido à demora na chegada de muitos congressistas. António Ginestal Machado convidou Jacinto Nunes para presidir à 1.^a Sessão, mas este recusou, por estar de luto pela morte de uma neta, pelo que a presidência foi confiada a Afonso Lemos¹⁰³⁴.

Pedro Pita, enquanto secretário do directório, apresentou o relatório deste órgão, referente à actividade do último ano. O relatório dava conta que neste período tinha sido dado “especial cuidado à propaganda partidária”. No entanto, era crítico no respeitante à colaboração prestada por parte de alguns correligionários. Neste aspecto o partido no seu todo “não cumpriu inteiramente o seu dever”. Outro dos problemas enunciados foi a falta de “um diário, seu órgão, que difunda os seus pontos de vista”. No ano transacto foi possível durante alguns meses manter um jornal, órgão diário do PRN – “O Jornal”. Porém, “o sacrificio que tal empreendimento acarretou, de penoso que era, transformou-se em insuportável, e para avaliar, basta que vos digamos ter sido necessário suspender abruptamente a sua publicação, com deficit de dezenas de contos, quase totalmente suportado pelos membros do Directório e do Grupo Parlamentar”. Este jornal podia ser mantido com “um pequeno sacrificio de todos os nossos correligionários”. Assim sendo, o directório solicitava o apoio de todos os presentes. E ia mais longe: “agora mesmo, dentro desta sala do Congresso, não seria difícil angariar os meios para iniciar a publicação”. Outros dos temas abordados foi o ingresso dos presidencialistas. O directório defendia as virtudes destes perseverantes republicanos, uma vez que têm sido, desde há sete anos, “constantemente escoraçados da República”, mas “nela se têm conservado sempre. Mesmo após o chamamento dos “monárquicos, nunca acudiram ao seu apelo”. Em relação ao abandono do parlamento o directório justificava essa atitude devido à “ditadura parlamentar, a pior de todas as ditaduras”. Os nacionalistas sentiam que estando afastados dos órgãos do poder, a sua acção no Congresso era “absolutamente inútil”. Este sentimento tinha raízes no governo de Álvaro de Castro, dado que após o parlamento ter dado “uma autorização ao Poder Executivo para legislar sobre câmbios, dessa autorização têm usado e, abusado os governos que ultimamente se têm sucedido no Poder”. Os nacionalistas consideravam que essa autorização estava “absolutamente esgotada, nos termos expressos da Constituição”. No entanto, tem sido usada “para legislar sobre câmbios e até sobre matéria que, com os câmbios, nada têm que ver”. Os representantes dos nacionalistas tinham erguido a sua voz para “protestar contra os abusos praticados”, mas “o número vence [sempre] a nossa razão”. Ainda assim, o directório nacionalista considerava que a actividade praticada no último ano “pelos parlamentares nacionalistas” era “a maior luta parlamentar travada depois da implantação da República”, dado que, com um número exíguo de parlamentares foi possível “derrubar sucessivamente três governos”. Os nacionalistas achavam que tinham o direito de governar quando derrubaram o primeiro executivo, mas só viram “formar-se outro, para fazer a política que tinha sido condenada e derrubada! Sucedeu o mesmo com o segundo, e não foi diversa a situação quando” derrubaram o terceiro. Por isso, “a paciência esgotou-se”. Consideravam que os seus “esforços eram inúteis” e a sua “acção

¹⁰³⁴ *Diário de Lisboa*, 7-3-1925, p. 8; *idem*, 9-3-1925, p. 8.

era, pelo menos sem finalidade”¹⁰³⁵. No entanto, os nacionalistas tinham esperança num futuro promissor para o PRN e para a República, e pediam apoio para o novo directório que seria entretanto eleito. De seguida, Martins Cardoso leu o relatório da Comissão Administrativa, que atestava que a situação financeira do Partido era desafogada.

João Tamagnini Barbosa dirigiu-se pela primeira vez aos congressistas nacionalistas, tendo salientado a plena integração dos presidencialistas no PRN. Foi saudado e abraçado por vários correligionários enquanto se dirigia para o palco e principalmente após terminar o seu discurso, que foi vibrantemente aplaudido. No entanto, o orador por todos esperado era Cunha Leal. Como político hábil e consciente da sua popularidade optava sempre por entrar na sala do Congresso com a sessão a decorrer, para assim receber uma vibrante salva de palmas. Quando Cunha Leal se dirigiu para o palco, todo o congresso de pé lançou sonoras vivas e palmas, que duraram vários minutos. Cunha Leal centrou o seu discurso num ataque cerrado ao Presidente da República. Por um lado, explorou o ateísmo de Teixeira Gomes, considerando que se “Lino Neto é um homem que tem fé em Deus” e “Sá Pereira é um homem que tem fé no Diabo”, o “Sr. Teixeira Gomes não tem fé nem em Deus, nem no Diabo. É um homem que escreve discursos com a mesma pena com que escreveu «Cartas sem moral nenhuma»”. A assistência não conteve o riso e apoiou fortemente estas afirmações. Outro aspecto explorado foi a falta de imparcialidade do Presidente da República. Para Cunha Leal conquistava-se o poder quando se tinha “as boas graças do Sr. Teixeira Gomes”. O PRN não tinha essa dádiva, por ser o partido das «listas brancas». Por isso Cunha Leal propunha que o congresso definisse uma orientação clara e determinada: é preciso sair daqui de maneira que cheguemos ao ponto que “o país tenha que se definir ou por nós ou pelo Sr. Teixeira Gomes”. Em relação à decisão de regressar ao Parlamento e de participar nas eleições, achava que devia ser o congresso a decidir essas duas questões. Pelo contrário, achava que o congresso não devia definir a sua atitude em relação ao facto de aos nacionalistas serem “ou não revolucionários”. Propunha sim que a elite nacionalista tomasse “as atitudes que as circunstâncias impuserem, e o partido depois que nos classifique”¹⁰³⁶. Outras vezes se levantaram acompanhando este tom revolucionário de Cunha Leal, como Eurico Cameira e Filomeno da Câmara. Muitos congressistas viam a via revolucionária como a única resposta aos últimos governos e à acção do Presidente da República, pelos que no mês seguinte alguns dos ali presentes estariam envolvidos no golpe de 18 de Abril¹⁰³⁷. A possibilidade de regressarem ao Parlamento e de participarem nas eleições foi intensamente debatida, tendo Joaquim Lança, de Beja, defendido a ida às eleições. João Tamagnini Barbosa apresentou inicialmente uma moção apelando à participação nas eleições, mas retirou-a posteriormente. Pedro Pita defendeu que fosse o Directório a decidir a ida (ou não) às eleições, com base nas circunstâncias futuras. Cunha Leal defendeu, em princípio, a não ida às urnas como medida radical. Mas, acabou por defender a moção apresentada por Ribeiro Lopes, que dava ao Directório a última palavra nesta decisão. Esta moção acabaria por ser aprovada. Ficou ainda decidido manter os deputados e senadores nacionalistas longe do Parlamento até decisão contrária do Directório¹⁰³⁸. Outra das moções aprovadas, foi apresentada por Mota e Silva, em nome da comissão de imprensa

¹⁰³⁵ “Relatório apresentado ao Congresso pelo Directório do PRN”, *Acção Nacionalista*, 8-3-1925, pp. 2-3.

¹⁰³⁶ *Diário de Lisboa*, 7-3-1925, p. 8; cf., *A Tarde*, 7-3-1925, p. 3.

¹⁰³⁷ Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 327-328.

¹⁰³⁸ Cf., António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 12-3-1925, p. 5.

do PRN. Esta moção propunha a fundação de um jornal diário dirigido por Pedro Pita¹⁰³⁹.

Quadro VII - Directório do PRN após o III Congresso

Efectivos	Partidos	Votos	Cargos
António Ginestal Machado (Dr.)	PRP; UR; PRL; PRN	1550	Presidente do Directório
Francisco Pinto Cunha Leal	Partido Centrista; PNR; Partido Popular; Governamental; Independente; PRL; PRN; ULR	1549 ¹⁰⁴⁰	
Júlio Dantas (Dr.)	Partido Progressista, PRRN; PRN	1548	
Pedro Góis Pita (Dr.)	PRP; PRRN; PRN	1546	Secretário do Directório
Raul Lelo Portela (Dr.)	PRE; PRL; PRN; ULR; ARS	1543	
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso (Dr.)	PRP; PRRN; PRN	1547	
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá (Dr.)	PRE; Partido Centrista; PNR; PRL; PRN; ULR	1542	
Substitutos	Partidos	Votos	Cargos
Alberto Jordão Marques da Costa (Dr.)	PRP; PRRN; PRN	1551	
António Alves de Oliveira Júnior (Dr.)	UR; PRL; PRN	1550	
Belchior de Figueiredo	PRP; UR; PNR; PRL; PRN	1548	
João Fiel Stockler	PRP; PRN	1551	
José Marques Loureiro (Dr.)	Partido Progressista; PRL; PRN	1551	
Manuel Soares de Melo e Simas	Partido Reformista, Federação Nacional Republicana; PRN	1553	
José da Silva Ramos (Dr.)	PRP; UR; PRL; PRN; ULR	1547	

Fontes: *O Jornal*, 21-1-1924, p. 2; *Correio da Extremadura*, 26-1-1924, p. 1; *Democracia do Sul*, 6-3-1925, pp. 1-2.

Apenas se apresentou uma lista às eleições para o Directório e para a Comissão Administrativa. Esta lista era praticamente igual à do ano anterior. Apenas houve uma alteração, tendo saído Paulo da Costa Menano e entrado José da Silva Ramos como substituto do Directório. A Comissão Administrativa manteve-se sem qualquer modificação. As eleições ocorreram no último dia do Congresso, a 8 de Março, tendo entrado 1553 listas para o Directório e 1551 listas para a Comissão administrativa (ver Quadro VII e VIII). António Ginestal Machado foi o elemento efectivo do Directório mais votado com 1550 votos, e o elemento menos votado foi novamente Alexandre José Botelho Vasconcelos e Sá com 1542 votos. Nos substitutos o elemento mais votado foi Manuel Soares de Melo e Simas com 1553 votos e José da Silva Ramos, o novo

¹⁰³⁹ *Diário de Notícias*, 9-3-1925, p. 1.

¹⁰⁴⁰ 1547 votos segundo o *Correio da Extremadura*, 14-03-1925, p. 1.

elemento que entrou na lista, foi o menos votado com 1547 votos. Na comissão administrativa os votos distribuíram-se entre, Benjamim Fernandes Neves Tavares, que recebeu 1550 votos, e João Rodrigues, que obteve 1544 votos. Como se pode verificar a diferença entre os mais votados e os menos votados foi diminuta, à semelhança do que tinha sucedido no 2.º Congresso do PRN, o que denota uma certa unanimidade na lista apresentada. A hierarquia de forças dentro do PRN manteve-se quase inalterada, uma vez que apenas houve a substituição de Paulo da Costa Menano, que tinha militado no Partido Republicano Evolucionista e no Partido Republicano Liberal, por José da Silva Ramos, que começou a sua vida política no PRP, passando progressivamente pela União Republicana e pelo Partido Republicano Liberal.

Quadro VIII - Comissão Administrativa do PRN após o III Congresso

Efectivos	Partidos	Votos	Cargos
Benjamim Fernandes Neves Tavares	PRN	1550	
Jaime Pinto Serra	PRL; PRN	1548	
João Rodrigues ¹⁰⁴¹	PRN	1544	Secretário
José Pais de Vasconcelos Abranches (Dr.)	Partido Progressista; PRP; PRL; PRN	1545	Tesoureiro
Manuel Martins Cardoso ¹⁰⁴²	PRP; UR; PRL; PRN	1547	Presidente
Substitutos	Partidos	Votos	Cargos
Alfredo Soares	PRL; PRN	1549	
Alípio Teixeira (Dr.)	PRN	1550	
Agostinho Pires (Dr.)	PRN	1548	
António Augusto da Costa Mota Sobrinho	PRN	1549	
Eugénio Neves Lima	PRN	1551	

Fontes: *O Jornal*, 21-1-1924, p. 2; *Correio da Extremadura*, 26-1-1924, p. 1; *Democracia do Sul*, 6-3-1925, pp. 1-2.

Os presidencialistas, recentemente integrados no PRN, ainda não mereceram a confiança para integrarem os quadros superiores do partido. Necessitavam certamente de passar por um período experimental, para se comprovar a sua lealdade ao PRN¹⁰⁴³. Mesmo assim, alguns nacionalistas não confiavam nos presidencialistas. Moura Pinto, Ferreira da Rocha e Ferreira de Mira não consideram nem vantajosa, nem aceitável a integração dos presidencialistas, no PRN, pelo que não quiseram assistir ao congresso do PRN. À porta de entrada do Congresso ocorreu uma cena de pugilato entre João Rodrigues, da Comissão Administrativa e um dos presidencialistas recentemente integrados no PRN – João Rocha Júnior (Rocha Corticeiro) - em virtude daquele se opor à entrada deste no PRN¹⁰⁴⁴. Os democráticos exploraram estes factos defendendo que com esta fusão o PRN em vez de se robustecer, tinha acentuado a sua fragilização¹⁰⁴⁵, levando, por exemplo, Tomé José de Barros Queirós a não assistir ao

¹⁰⁴¹ Secretário do 3.º Congresso do PRN; Chefe de Gabinete de António Ginestal Machado, quando este foi ministro. Começou a sua actividade profissional como ferroviário, desempenhado em 1925 o cargo de chefe de repartição do Ministério do Trabalho. Cf., *Diário de Notícias*, 8-3-1925, p. 3.

¹⁰⁴² Eleitos na reunião realizada a 16-5-1924, *O Jornal*, 17-5-1924, p. 1.

¹⁰⁴³ *Diário de Notícias*, 9-3-1925, p. 2; *Correio da Extremadura*, 14-03-1925, p. 1.

¹⁰⁴⁴ Cf., *A Tarde*, 7-3-1925, p. 3; Carta de João Rocha Júnior, *Diário de Notícias*, 8-3-1925, p. 3;

¹⁰⁴⁵ *O Rebate*, 7-3-1925, p. 1.

congresso, contrariado pela adesão dos Sidonistas¹⁰⁴⁶. Na opinião do histórico democrático, José do Vale, o novo PRN estava mais próximos da alta finança e do clericalismo do que do povo, sendo um partido claramente conservador¹⁰⁴⁷.

A manutenção dos nacionalistas fora do Parlamento não ficou totalmente pacificada após o Congresso, acentuando-se algumas divergências. Alguns nacionalistas chegaram a equacionar abandonar mesmo a luta política e a ida às urnas¹⁰⁴⁸ e outros passaram a defender o regresso dos parlamentares ao Congresso¹⁰⁴⁹. Uma parte dos nacionalistas defendia a não participação nas futuras eleições legislativas, enquanto o directório queria deixar essa decisão para si e para mais tarde¹⁰⁵⁰. No dia 25 de Março reuniu-se o directório do PRN para analisar o possível regresso ao Parlamento. Esta decisão não era consensual, uma vez que Pedro Pita, Afonso de Melo, Augusto de Vasconcelos e Júlio Dantas defendiam o retorno ao Congresso, mas António Ginestal Machado, Lelo Portela e Francisco Cruz defendiam que os nacionalistas deveriam manter-se afastados dessa casa. No dia seguinte reuniram-se os parlamentares nacionalistas para analisarem o mesmo assunto, tendo decidido manter o afastamento do Parlamento¹⁰⁵¹. No entanto, para esclarecerem melhor a opinião pública sobre as razões desta decisão publicaram um manifesto em vários órgãos de informação. Este manifesto foi assinado pelo directório, em Lisboa, a 2 de Abril de 1925. O manifesto começava por refutar a ideia de que a atitude tomada pelo Partido Republicano Nacionalista estava a criar dificuldades à República: “Se com a nossa atitude, criamos embaraços a alguém, não é ao regime; é ao Partido que tem sido, e continua a ser, o detentor exclusivo do poder, em Portugal. De tal modo esse partido julga consubstanciado em si o Estado Republicano, que quando as oposições intensificam a sua acção ou esboçam uma atitude de protesto, logo se levantam vozes indignadas: - «Não criem dificuldades à República!» - Singular confusão é esta! Como se a República coubesse dentro de um só partido político, por maior que ele fosse!”. A segunda ideia refutada prendia-se com o facto de algumas pessoas pensarem que o PRN “abandonando as Câmaras, só” podia “ter como finalidade a Revolução”. Os nacionalistas confirmaram que pretendiam uma revolução, mas apenas “nos processos políticos”. Em relação a estas mudanças destacaram as seguintes: “É preciso que numa República caracterizadamente parlamentarista as crises políticas não continuem a ser resolvidas contra as indicações do parlamento. É preciso que o poder não seja monopólio dum partido em ditadura permanente. É preciso que os governos se apoiem nos instrumentos constitucionais da autoridade e da ordem, e não nos elementos de agitação e de desordem das ruas. É preciso que no nosso País se governe construindo, e não demolindo. É preciso que o poder se exerça, não contra a lei, mas com a lei; não contra as classes produtoras da riqueza nacional, mas com essas classes, harmonizando os seus interesses e coordenando a sua acção; é preciso que desapareça das cadeiras do poder o ódio

¹⁰⁴⁶ *O Rebate*, 8-3-1925, p. 1; *Diário de Lisboa*, 9-3-1925, p. 8.

¹⁰⁴⁷ José do Vale, *O Rebate*, 10-3-1925, p. 1

¹⁰⁴⁸ *Diário de Lisboa*, 21-2-1925, p. 5.

¹⁰⁴⁹ Hermano de Medeiros declarou que os nacionalistas deviam regressar ao parlamento:

“- O abandono dos trabalhos não foi definitivo. Depois – olhe que situação esta? Que fazemos nós? A revolução? Não. Se não fazemos, não sei para que mantemos o isolamento.

- Pensa então que...

- Que é preciso acabar com este *in pace*. A resolução de deixar o Parlamento foi mais que justificada. Mas as circunstâncias são um pouco outras. Sabe o que lhe digo? Se estivéssemos em S. Bento já tínhamos deitado este governo a terra e o chefe do Estado já nos tinha entregue o poder”, Hermano de Medeiros, *Diário de Lisboa*, 26-3-1925, p. 5.

¹⁰⁵⁰ Cf., “Para onde vamos?”, *Acção Nacionalista*, 22-3-1925, p. 4.

¹⁰⁵¹ *Diário de Lisboa*, 26-3-1925, p. 5.

sectário, o pessimismo negativista, o espírito de violência, de intolerância, de hostilidade sistemática contra tudo e contra todos, - porque governar não é criar conflitos, é evitá-los, não é agredir, é conciliar. [...] Há sem dúvida, uma revolução a fazer - e o Partido Nacionalista não esconde que pretende ser o instrumento dessa revolução ordeira. Ela esta em marcha. Há forças morais que estão actuando, criando as correntes de opinião que hão-de levar o partido ao governo. [...] Para conquistar legitimamente o poder, o Partido Nacionalista não aceita complacências, nem pensa em violências. Conquistá-lo-á pelo seu justo valor, pela sua capacidade de governo, pelas possibilidades da sua organização, pelo mérito dos seus homens. Será sempre o que tem sido até hoje: uma grande força constitucional ao serviço das instituições republicanas - força de ordem, serena, disciplinada, tolerante e construtiva”. O Partido Republicano Nacionalista sentia que a nação reclamava uma nova orientação governativa que assentava nas ideias que eles vinham há alguns anos defendendo, nomeadamente os valores morais: “O Partido Nacionalista pretende impor o respeito da lei; garantir o direito de propriedade individual; estreitar os laços de família, base de toda a harmonia social; tranquilizar a consciência religiosa; exaltar o culto das virtudes nacionais; manter consciente e viva, a unidade moral da nação; estimular o civismo, indispensável à renovação da nossa moral política; restabelecer a confiança; prestigiar a justiça; criar a disciplina e a ordem; construir «sobre a solidariedade das classes», na expressão do sr. Millerand, aquela paz civil que não se obtém pela força das baionetas e que é condição necessária para o progresso e do trabalho”. Só o PRN estava em condições de «nacionalizar a República» através da “moralização administrativa do Estado, da restauração do crédito, da reconstituição da capacidade económica e financeira da nação”. O PRN pretendia a reconciliação de toda a nação e não iria governar contra ninguém: “Tendo tomado posição na direita republicana, nem por isso deseja menos vivamente que as classes operárias colaborem na vida do Estado; nem por isso deixará de efectivar as suas aspirações legítimas, contribuindo para que seja remodelado em bases modernas e justas a legislação do trabalho. Aproveitará a oportunidade de se encontrarem as futuras Câmaras investidas de poderes constituintes, para introduzir no estatuto fundamental da República alterações tendentes a fortalecer o poder civil, a assegurar a representação de classes no Senado, a tornar efectiva a liberdade das religiões especialmente da religião católica, que é a da maioria dos portugueses. Conhecendo as condições do tesouro público, o Partido nacionalista fará uma política de boas contas e de boa administração, arrumando a casa que a ditadura permanente dum partido desarrumou; reduzindo as despesas; equilibrando o orçamento; dotando a República com uma lei de contabilidade, pedra angular da moralidade administrativa. Remediará os inconvenientes do regime tributário, exaustivo e complexo, tornando equitativos os impostos, facilitando as cobranças, simplificando e esclarecendo a legislação fiscal, de forma que ninguém pague ao Estado nem mais nem menos do que lhe deve pagar; saneará a moeda, procurando estabilizar o valor do escudo numa divisa de que não resulte o estiolamento da agricultura nem a paralisação da indústria nacional; restaurará o crédito interno e externo, fortemente abalado pelas medidas respectivas ao empréstimo ouro de 1923 e aos títulos da dívida externa, pela alienação da prata e pela inconsequente afirmação de que o Estado não é obrigado à lei moral, restabelecendo a confiança e procurando atrair ao País, não só os capitais emigrados, mas o ouro estrangeiro, indispensável para condicionar o desenvolvimento económico da nação e a obra de fomento que o país reclama - rede ferroviária, estradas, arsenais, portos, engenharia sanitária, maquinaria, agrícola. É preciso que o país, impellido por novas energias morais saia do torpor em que tem vivido, abandone os hábitos estéreis da política de intriga e adopte definitivamente uma larga política de ideias e realizações”.

Por último, o Partido Republicano Nacionalista tinha a consciência de que para recuperar a nação portuguesa, que se encontrava doente há largos anos, só a direita republicana tinha a receita correcta para ultrapassar o pessimismo, a “indiferença e a desordem” e para se “integrar nas modernas correntes de interesses da Europa”. No entanto, os nacionalistas voltaram a afirmar que iriam “esperar serenamente a hora em que, pela força das circunstâncias”, seriam, chamados “a cumprir a sua missão”¹⁰⁵². Não obstante, alguns nacionalistas decidiram não esperar mais e passado duas semanas estavam nas ruas a lutar num golpe de estado contra o governo.

19. A Revolta de 18 de Abril de 1925 e o regresso dos nacionalistas ao Parlamento

O Partido Republicano Nacionalista ao abandonar o Parlamento e ao falar abertamente da necessidade de se fazer uma revolução política em Portugal, tinha levado a inúmeras especulações quanto à possibilidade de estar envolvido numa conspiração para preparar um golpe de Estado. Como vimos anteriormente vários ilustres nacionalistas, entre os quais se destacava Cunha Leal, fizeram insinuações sobre a inevitabilidade de uma revolução para instaurar em Portugal uma Ditadura transitória que preparasse a regeneração da pátria.

Uma das conspirações em preparação desde há largos meses, chefiada por alguns oficiais superiores da direita conservadora, saiu à rua no dia 18 de Abril de 1925. Os militares implicados pretendiam a instauração de uma ditadura transitória, com a dissolução do Parlamento e uma reorganização dos partidos políticos, no sentido de criar um regime político alternativo ao vigente. A comandar as forças revoltadas encontrava-se o capitão-de-fragata, Filomeno da Câmara, membro do PRN. Acompanhavam-no na liderança as forças revolucionárias, o tenente-coronel de engenharia Raul Esteves (comandante do batalhão de sapadores de caminho-de-ferro) e o capitão de Infantaria Jaime Baptista (comandante interino do 1.º grupo de metralhadoras pesadas). A concentração de tropas e material militar no Parque Eduardo VII não foram suficientes para levar a bom porto os objectivos da revolta. As negociações entre o general Sinel de Cordes, o ministério de Vitorino Guimarães e o Presidente da República, no sentido de este nomear um governo extra partidário, sob a presidência de Filomeno da Câmara saíram goradas¹⁰⁵³, tendo sido detido o general Sinel de Cordes, por se considerar que este também estava implicado no golpe de Estado¹⁰⁵⁴. Não foi possível colocar na rua algumas unidades militares importantes, dado que apenas o grupo de metralhadoras de Estremoz se juntou aos revoltosos fora de Lisboa¹⁰⁵⁵. Segundo a versão de um órgão de imprensa nacionalista, a guarnição militar

¹⁰⁵² “Ao País”, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de António Ginestal Machado E55/1499; “Um Manifesto Nacionalista”, *O Figueirense*, 9-4-1925, pp. 1-2; “O Partido Nacionalista ao País”, *A Opinião*, 3-5-1925, p. 1; *O Partido Nacionalista ao País*, Lisboa, Tipografia Pires, 2 de Abril de 1925, 7 páginas. Cada fonte tem um título ligeiramente diferente. O Manifesto foi assinado pelo Directório e datado em Lisboa a 2 de Abril de 1925.

¹⁰⁵³ Cf., entrevista a Filomeno da Câmara, *A Entrevista*, n.º 2, 16-5-1925, pp. 26-28; *Diário da Câmara dos Deputados*, 21-4-1925, pp. 9-12.

¹⁰⁵⁴ Cf., Álvaro de Castro, *Diário do Congresso*, 24-4-1925, pp. 4-5; *A Entrevista*, n.º 2, 16-5-1925, pp. 19-32; Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962)*, Lisboa, Dom Quixote, 2005, p. 424.

¹⁰⁵⁵ Cf., Arquivo Histórico Militar, Movimento Revolucionário de 18-19 de Abril de 1925, 1.ª Divisão, 36.ª secção, cx. 11; Jorge Botelho Moniz, *O 18 de Abril. Elementos para a História d'uma Revolução*

de Lisboa teria pressionado o Presidente da República para nomear um governo de competências que, apoiado pelo exército, “limpasse a sociedade portuguesa e colocasse os partidos em igualdade para uma luta eleitoral”¹⁰⁵⁶. O Presidente da República e o Presidente do Ministério teriam concordado num primeiro momento, mas este último teria mudado de opinião, pelo que a guarnição de Lisboa teria pensado em impô-la pela força.

É complexa a delimitação do grau de envolvimento do Partido Republicano Nacionalista neste golpe militar. No entanto, é claro que uma parte dos nacionalistas enveredou por soluções anti-constitucionais para tentar chegar ao poder¹⁰⁵⁷. Os jornais anunciaram a presença de inúmeros civis nacionalistas e presidencialistas na Rotunda. Filomeno da Câmara, destacado membro do PRN, comandou as forças revoltadas. Cunha Leal foi preso depois de sair da sua residência, acusado de participar do golpe militar, de ter recebido os revoltosos em sua casa e de ter estado na Rotunda junto das forças revoltosas¹⁰⁵⁸. Cunha Leal sempre negaria o envolvimento no golpe militar, embora não pudesse desmentir o conhecimento que tinha deste¹⁰⁵⁹. Foram ainda presos mais dois oficiais nacionalistas: Amaro Garcia Loureiro, deputado nacionalista, acusado de participar no golpe militar e o capitão Joaquim Aureliano Soares da Silva¹⁰⁶⁰. Foram ainda presos outros civis e militares do Partido Republicano Nacionalista que não foi possível identificar. Em Santarém alguns nacionalistas foram detidos e o Centro Republicano Nacionalista foi objecto de buscas sem a presença de qualquer membro da direcção, o que originou enérgicos protestos por parte da direcção deste Centro. Os presos acabariam por ser libertados sem qualquer acusação¹⁰⁶¹. A quase totalidade da imprensa do PRN apoiou o golpe militar¹⁰⁶², ou pelo menos foi condescendente e compreensiva quanto à necessidade da mudança do processo político. O directório do PRN encarregou o jornal *Acção Nacionalista* de organizar uma campanha de angariação de fundos para os nacionalistas presos e para os foragidos¹⁰⁶³. O apoio da imprensa

vencida, Lisboa, edição do autor, 1925; Joaquim C. de Vasconcelos, *O Movimento Nacional de 18 de Abril. Comentários e Revelações*, Porto, Editor Manuel Guedes Cardoso, 1925; Alberto Ilharco, *Memórias. Alguns apontamentos sobre a influência da política no exército*, Porto, Livraria Chardron, 1926. (1926); *A Entrevista*, Porto, n.º 2, 16 de Maio de 1925, pp. 19-32; Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 182-185; Aniceto Afonso, *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 104-118.

¹⁰⁵⁶ *Acção Nacionalista*, 1-5-1925, p. 1.

¹⁰⁵⁷ Aniceto Afonso, *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 37-51.

¹⁰⁵⁸ Cf., *Diário de Lisboa*, 18-4-1925, pp. 4-5.

¹⁰⁵⁹ Veja-se a posição de Cunha Leal perante esta revolução em: Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, pp. 408-417; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 329-335;

¹⁰⁶⁰ Arquivo Histórico Militar (Lisboa). DIV/1/36/08/02 - Presos Políticos Movimento de 18 de Abril de 1925; Jorge Botelho Moniz, *O 18 de Abril. Elementos para a História d'uma Revolução vencida*, Lisboa, edição do autor, 1925, pp. 331-341.

¹⁰⁶¹ Cf., *Correio da Extremadura*, 25-4-1925, p. 2; Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 19-6-1925, pp. 25-26.

¹⁰⁶² A “Acção Nacionalista compreendendo bem o alto espírito patriótico que animou os revoltosos de 18 do corrente, saúda-os efusivamente e sinceramente, e faz votos para que o seu esforço generoso e heróico, alguma coisa de bom resulte para a Pátria Portuguesa. VIVA PORTUGAL! VIVA A REPÚBLICA”, *Acção Nacionalista*, 1-5-1925, p. 1.

¹⁰⁶³ Uma circular enviada aos membros do Partido Republicano Nacionalista pelo jornal *Acção Nacionalista* é elucidativa sobre o grau de envolvimento deste partido no movimento revolucionário de 18 de Abril de 1925:

“Exmo. amigo e correligionário

nacionalista a esta causa estendeu-se à província, defendendo-se ardentemente a amnistia dos implicados¹⁰⁶⁴. O general Sinel de Cordes preocupou-se no mês seguinte em refutar a ideia de que os revolucionários estivessem às ordens do “Partido Nacionalista contra os defensores do Partido Democrático”. Segundo este general o movimento do 18 de Abril queria impor “um governo nacional”¹⁰⁶⁵.

A prisão dos deputados nacionalistas Cunha Leal e Garcia Loureiro não foi consensual entre os democráticos. O presidente da Câmara dos Deputados, Domingos Pereira, escreveu ao Presidente do Ministério, Vitorino Guimarães no dia 20 de Abril a solicitar a libertação dos dois deputados, uma vez que os mesmos “só «poderiam» ser presos em flagrante delito”¹⁰⁶⁶, conforme determinava a constituição no artigo 17.º. Não se verificando este pressuposto, as prisões efectuadas eram, portanto inconstitucionais. O presidente do Ministério, Vitorino Guimarães, respondeu no dia seguinte ao presidente da Câmara dos Deputados defendendo a constitucionalidade das prisões, na medida em que Cunha Leal através dos seus “escritos e discursos” colaborou “intensamente na formação do ambiente para a eclosão do movimento revolucionário”. Por outro lado, tinham chegado ao governo informações dando conta que Cunha Leal “acompanhou pessoalmente essa revolução, comparecendo no quartel-general das tropas rebeldes”¹⁰⁶⁷ e recebeu em sua casa alguns revolucionários, entre os quais se contava o deputado Garcia Loureiro, onde de resto tinha sido preso. O chefe do governo compareceu na Câmara dos Deputados no dia 21 de Abril, tendo explicado os contornos da revolução e a acção do governo para a debelar e solicitou autorização ao Parlamento para manter o estado de sítio no distrito de Lisboa por quinze dias¹⁰⁶⁸. No dia seguinte as comissões de guerra e legislação civil e criminal da Câmara dos Deputados, seguindo a posição do governo, manifestam-se no sentido não ser necessário o pedido formulado pelo comandante da 1.ª divisão de suspensão das imunidades parlamentares, por as prisões de Cunha Leal e Garcia Loureiro terem sido efectuadas em flagrante delito¹⁰⁶⁹. Após ser conhecida esta decisão foi lida uma carta de Cunha Leal dirigida ao presidente da Câmara dos Deputados. Nesta carta, Cunha Leal refutou ter conspirado e ter estado na Rotunda, mas confirmou ter recebido alguns revolucionários. No entanto, não aceitava que este acto fosse considerado criminoso. Considerava que a sua prisão era uma “cabala, organizada por políticos” que ele tinha prejudicado. No caso de Câmara dos Deputados, não aceitar como verdade as suas palavras pedia “imediatamente a [...]

Encontrando-se os oficiais e civis presos e outros elementos que andam fugidos por motivo do movimento revolucionário de 18 de Abril a maior parte dos quais nossos correligionários, abraços com as maiores dificuldades encarregou-nos o Directório do nosso partido de apelar, para todos os nossos correligionários de Lisboa e da Província, para que contribuam, na medida das suas posses para atenuar as dificuldades dos nossos amigos que se sacrificaram, mais uma vez pela Pátria e pela República.

Nesta circunstância enviamos uma lista de subscrição, esperando que envidará todos os seus esforços no sentido de obter os melhores resultados, consciente de que praticará assim um acto de solidariedade que muito o dignificará.

Saúde e fraternidade
Pela Acção Nacionalista
Luís Costa Santos”.

Circular datada em 17-7-1925, em Lisboa. Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁰⁶⁴ Cf., *O Bejense*, 6-8-1925, p. 1.

¹⁰⁶⁵ Sinel de Cordes, *A Entrevista*, n.º 2, 16-5-1925, p. 21.

¹⁰⁶⁶ Domingos Pereira, *Diário da Câmara dos Deputados*, 21-4-1925, p. 5.

¹⁰⁶⁷ Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 21-4-1925, pp. 8-9.

¹⁰⁶⁸ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 21-4-1925, pp. 9-17. Posteriormente o governo prorrogou o estado de sítio no distrito de Lisboa até 30 de Maio de 1925, mantendo-se a censura aos jornais, cf., *Diário de Lisboa*, 16-5-1925, p. 8.

¹⁰⁶⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-4-1925, p. 19.

renúncia”¹⁰⁷⁰ como deputado. Após a leitura desta carta entraram no Parlamento alguns deputados nacionalistas. A ausência dos deputados do PRN tinha-se prolongado durante dois meses, entre 18 de Fevereiro e 22 de Abril de 1925¹⁰⁷¹. A primeira intervenção dos nacionalistas na Câmara dos Deputados coube a Pedro Pita. Nesta intervenção defendeu a honra de Cunha Leal e de Garcia Loureiro e advogou a sua inocência em relação à acusação que os tinha levado á prisão¹⁰⁷². Nos dias seguintes a maioria dos deputados defendeu a fragilidade das provas contra os deputados nacionalistas e o facto de a prisão não ter sido efectuada em flagrante delicto, pelo que seria uma prisão ilegal¹⁰⁷³. No dia 28 de Abril o comandante da 1.^a divisão do exército, general Adriano de Sá colocou em liberdade os dois deputados por não constarem “do auto do corpo de delicto, quaisquer provas ou indícios de culpabilidade contra os dois presumidos delinquentes”¹⁰⁷⁴. Cunha Leal libertando às 5 horas da tarde, regressou de imediato ao Congresso, onde começou por lançar um ataque ao governo pelas prisões ilegais que tinha efectuado e criticou a proposta de interrupção dos trabalhos parlamentares que estava em discussão¹⁰⁷⁵. No entanto, a proposta de adiamento dos trabalhos parlamentares durante o mês de Maio acabaria por ser aprovada pelo Congresso¹⁰⁷⁶.

A revolta de 18 de Abril de 1925 acabaria por acentuar as discrepâncias entre os diferentes grupos políticos portugueses. A libertação dos deputados nacionalistas não amainou as dúvidas sobre a participação do PRN na conjura revolucionária e sobre a sua responsabilidade directa ou indirecta no «18 de Abril». Para Raul Proença “o PRN em vez de aceitar ser oposição construtiva foi [para] a revolta inevitável e, enfraquecendo-se como força política de ordem, enfraqueceu e comprometeu o regime”¹⁰⁷⁷. Álvaro de Castro lembrou na Câmara dos Deputados “as responsabilidades revolucionárias do Partido Nacionalista”, que derivavam da “propaganda e” da “atmosfera de que se rodeou que levaram toda a gente a convencer-se de que esse partido estava dentro da conjura”. Acusou ainda o PRN de não ter feito no Parlamento “declarações categóricas sobre a sua não participação no movimento”¹⁰⁷⁸. Já José Domingues dos Santos considerava que o regresso dos nacionalistas ao Parlamento não foi “para discutir os problemas de ordem nacional, mas problemas de ordem pessoal”. Não tendo nenhum membro do PRN pronunciado “qualquer palavra de condenação para o movimento revolucionário”¹⁰⁷⁹. O Presidente da República desiludido com a política portuguesa, particularmente com as divisões que assolavam os republicanos e em particular com a hostilidade da direita, apresentaria um pedido de renúncia ao Congresso da República. Este pedido foi analisado no dia 24 de Abril, já com a presença dos parlamentares nacionalistas. A maioria do Congresso pronunciou-se contra o pedido de renúncia, tendo sido aprovadas várias moções a apelar à continuidade do Presidente. Os parlamentares nacionalistas, desde sempre críticos de Teixeira Gomes, votaram maioritariamente contra as moções, tendo alguns optado por sair da sala durante as votações. O Congresso enviou uma comissão composta por parlamentares de todas as

¹⁰⁷⁰ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-4-1925, p. 19.

¹⁰⁷¹ No dia 23 de Abril de 1925 regressaram os senadores nacionalistas aos trabalhos parlamentares, cf., *Diário do Senado*, 23-4-1925.

¹⁰⁷² Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-4-1925, pp. 19-21

¹⁰⁷³ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 22, 23 e 24-4-1925.

¹⁰⁷⁴ Adriano de Sá, *Diário da Câmara dos Deputados*, 27 e 28-4-1925, p. 29. Cf., Arquivo Histórico Militar (Lisboa). DIV/1/36/08/02 - Presos Políticos Movimento de 18 de Abril de 1925.

¹⁰⁷⁵ Cunha Leal, *Diário do Congresso*, 28-4-1925, pp. 18-21; *Diário de Lisboa*, 28-4-1925, p. 8.

¹⁰⁷⁶ *Diário do Congresso*, 29-4-1925, pp. 38-40.

¹⁰⁷⁷ Raul Proença, *Seara Nova*, n.º 45/46, Maio, 1925.

¹⁰⁷⁸ Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 27 e 28-4-1925, p. 26

¹⁰⁷⁹ José Domingues dos Santos, *Diário do Congresso*, 29-4-1925, p. 5.

forças políticas, com exceção dos monárquicos e dos nacionalistas, para dar conta da resolução tomada ao Presidente da República¹⁰⁸⁰. Este, pressionado pela corrente democrática e sensibilizado pelo apoio maioritário do Congresso e pela promessa de reconciliação entre António Maria da Silva e José Domingues dos Santos, acabaria por desistir da renúncia¹⁰⁸¹. Dentro do governo, também se fizeram sentir algumas divergências. O ministro da Guerra, general Vieira da Rocha, foi acusado de não ter tomado as medidas necessárias para evitar a revolta e de ter conduzido as negociações com os revoltosos de forma displicente, pelo que apresentou a demissão.

20. A queda do ministério Vitorino Guimarães e a constituição do ministério António Maria da Silva

Com o Parlamento encerrado no mês de Maio, os dirigentes do PRN concentraram-se na propaganda pela província. Uma comitiva nacionalista visitou o Douro, tendo passado pela Vila de Penaguião, por Santa Marta e por Mesão Frio. Nestas localidades houve discursos de Cunha Leal e de Raul Lelo Portela, um político de dimensão nacional, mas com raízes nesta região. A elite nacionalista foi recebida em casa de Eduardo Frias, um importante político duriense, que lhes ofereceu um almoço¹⁰⁸².

Com a reabertura do Parlamento no dia 1 de Junho, os nacionalistas concentram as suas energias na oposição ao governo. Cunha Leal apresentou no dia 2 de Junho um negócio urgente para discutir o uso que o governo fez, durante o interregno parlamentar, das autorizações que lhe haviam sido dadas pela Lei n.º 1773. Cunha Leal apresentou uma moção de desconfiança ao governo e convidou o mesmo a revogar todos os decretos publicados à sombra das autorizações, dado os considerar inconstitucionais¹⁰⁸³. Cunha Leal foi extremamente agressivo contra o presidente do ministério e contra os democráticos, os principais responsáveis pela sua prisão¹⁰⁸⁴. Para reforçar este ataque ao governo apresentou outro negócio urgente, desta vez sobre o desfalque e a falsificação de um cheque perpetuado em Paris em 1922 pelo capitão Almeida Pinheiro, auxiliar de muita confiança de Vitorino Godinho, que era presentemente o Ministro do Interior. O cheque tinha a assinatura de Vitorino Godinho, pelo que a mesma poderia ter sido forjada, ou então, Vitorino Godinho teria assinado o cheque em branco¹⁰⁸⁵. A discussão deste assunto prolongou-se por várias sessões, ao mesmo tempo que o governo suscitava a urgência de se discutir e aprovar o orçamento, uma vez que apenas estava autorizado a usar os duodécimos até ao dia 15 de Junho¹⁰⁸⁶. Nos dias seguintes a

¹⁰⁸⁰ *Diário do Congresso*, 24-5-1925, pp. 1-11.

¹⁰⁸¹ *Diário do Congresso*, 25-4-1925, pp. 1-4; *Diário de Lisboa*, 25-4-1925, p. 4; *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7-1925, pp. 16-17.

¹⁰⁸² *Diário de Lisboa*, 16-5-1925, p. 8.

¹⁰⁸³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 2-6-1925, pp. 4-23; *Diário de Lisboa*, 2-6-1925, p. 8.

¹⁰⁸⁴ Vejam-se algumas das suas afirmações: “Pensarão, por acaso, V. Ex.^{as} que a nação é uma roça do partido Democrático”; “Sr. Presidente do Ministério, [...] Portugal, que os republicanos prometeram fazer feliz, não pode ser a roça do Partido Democrático”; “Uma Nação não pode permanecer afrontada constantemente [...]. Isto é demais! Existe uma República assim? Não existe! Existe apenas uma oligarquia condenável. É esta a única verdade que podemos dizer aos nossos filhos! Somos escravos do Sr. Vitorino Guimarães e dos vários Vitorinos Guimarães que enxameiam pelo partido Democrático”, Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 2-6-1925, pp. 17-18.

¹⁰⁸⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, 12-6-1925, pp. 6-8.

¹⁰⁸⁶ Cf., Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 11-6-1925, pp. 12-13.

discussão foi subindo de tom entre os nacionalistas e o governo, tendo Pedro Pita iniciado uma das suas intervenções nestes termos: “Antes de mais nada, acentuarei que nem o Sr. Presidente do Ministério, nem uma dúzia de Presidentes do Ministério é capaz de nos meter medo, embora se apresentem com ares de pimpão”¹⁰⁸⁷.

O governo teve de apresentar uma proposta de duodécimos, pois ainda nem se tinha iniciado a discussão do orçamento. Para surpresa de alguns deputados, o governo apresentou uma proposta que cobria os meses de Julho a Dezembro de 1925. O PRN colocou-se contra esta solução, mostrando-se apenas disponível para aprovar os duodécimos até final do mês¹⁰⁸⁸. O governo não acreditava que fosse possível discutir e aprovar o orçamento num mês, ainda que o mesmo tivesse sido apresentado já há muito tempo. Por isso, Sá Cardoso, representando a Acção Republicana, defendeu a posição do Governo, propondo a aprovação dos duodécimos por um semestre, para assim haver tempo para aprovar o orçamento. Sugeriu ainda que a discussão do orçamento fosse discutida por capítulos, suprimindo a discussão na generalidade, para agilizar a aprovação dos mesmos, uma vez que faltavam apenas duas semanas para o encerramento dos trabalhos parlamentares¹⁰⁸⁹. A oposição liderada pelos nacionalistas colocou-se contra esta solução, mas defendeu que ela deveria ser discutida antes da proposta de duodécimos apresentada pelo governo. Através desta estratégia, que incluía várias questões prévias, obstruíam o desenrolar da sessão e colocavam em causa a rápida aprovação da proposta governamental. O presidente do ministério, Vitorino Guimarães, chamou à atenção dos deputados para o facto de faltarem “apenas cinco dias para terminar o ano económico e para que as autorizações concedidas ao Governo” caducassem também. Por isso, não podia aceitar o adiamento da discussão da proposta governamental, fazendo disso “questão política”¹⁰⁹⁰. Na sua opinião, o governo tinha feito a sua obrigação, apresentando os orçamentos “em devido tempo”. Como ainda nem se tinha iniciado a discussão dos mesmos, o governo teve necessidade de apresentar uma proposta de duodécimos. Assim sendo, a Câmara dos Deputados, “tendo a nítida compreensão dos seus deveres, não deveria protelar a discussão dos orçamentos”¹⁰⁹¹. Os nacionalistas, através de Cunha Leal, atiraram a responsabilidade pelo adiamento da discussão dos orçamentos para a maioria, pois os nacionalistas estiveram ausentes do Parlamento desde a tomada de posse do governo “até à revolução de 18 de Abril”¹⁰⁹². A proposta para agilizar a discussão dos orçamentos foi votada em primeiro lugar, tendo a aprovação de 57 deputados e a rejeição de 26 deputados. A proposta de duodécimos apresentada pelo governo também foi aprovada na generalidade, mas quando se iniciou a discussão na especialidade, o democrático António Maria da Silva apresentou uma proposta de alteração. Sugeriu que a proposta de duodécimos fosse apenas referente ao mês de Julho e não aos meses de Julho a Dezembro. António Maria da Silva considerava que tendo sido aprovada a proposta de Sá Cardoso, que iria agilizar a discussão dos orçamentos, não havia necessidade de aprovar seis duodécimos, uma vez que se iria discutir desde já o orçamento. A proposta foi aprovada por 52 votos favoráveis contra 24¹⁰⁹³. A proposta de emenda de António Maria da Silva ia ao encontro das posições defendidas pelos nacionalistas, pelo que o PRN votou favoravelmente esta proposta. A emenda teve ainda o apoio da maioria do

¹⁰⁸⁷ Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 17-6-1925, p. 13.

¹⁰⁸⁸ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 25-6-1925, p. 17.

¹⁰⁸⁹ Sá Cardoso, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-6-1925, p. 22-29.

¹⁰⁹⁰ Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 25-6-1925, p. 25.

¹⁰⁹¹ Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-6-1925, pp. 21-22.

¹⁰⁹² Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-6-1925, pp. 22.

¹⁰⁹³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 29-6-1925, p. 29. Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7-1925, p. 21.

PRP e de alguns accionistas e independentes. Votaram contra a maioria dos deputados da Acção Republicana e alguns deputados do PRP que estavam ao lado do governo, casos de Domingos Leite Pereira, Francisco Velinho Correia, João Camoesas, e José Domingues dos Santos. Após a votação, o presidente do ministério, Vitorino Guimarães, declarou que tendo colocado a votação dos seis duodécimos como uma “questão política” da máxima importância, a mesma ao ser emendada, alterava “o sentido da proposta”, pelo que dava por “finda a sua missão”, dirigindo-se “ao Chefe do Estado para lhe expor o resultado desta votação”. Porém, antes de partir chamou à atenção dos deputados para o facto de estes terem apenas “a sessão de hoje para ultimar a discussão dos duodécimos. Caso contrário, este ou outro governo entra no próximo mês de Julho sem ter meios de vida”¹⁰⁹⁴. O governo viu na aprovação do duodécimo de Julho como uma falta de confiança do Parlamento na sua acção política, pelo que apresentou a sua demissão ao Presidente da República.

A abertura de uma nova crise política descobria ainda mais as feridas dentro do PRP, uma vez que pela quarta vez consecutiva, ministérios apoiados pelo PRP caíam devido aos votos de alguns deputados democráticos. Das negociações que então se estabeleceram entre os partidos republicanos e o Presidente da República para a constituição de um novo ministério transpareceu na imprensa a ideia de haver a possibilidade de o PRN entrar num governo de concentração republicana. No dia 26 de Junho o sector conservador liderado por António Maria da Silva e Domingos Pereira fizeram várias conferências com elementos do directório do PRN, nomeadamente, Cunha Leal, Pedro Pita e Ginestal Machado. Algumas destas reuniões ocorreram antes da queda do governo, uma vez que se sentia que o mesmo não se ia aguentar muito tempo¹⁰⁹⁵. No entanto, o PRN já tinha difundido uma *Nota Oficiosa* uns dias antes, negando a autoridade a quem quer que seja para entrar em combinações de governos de concentração. Esta nota surgiu na sequência de notícias que davam conta de um acordo entre o PRN e o Bloco (democráticos, accionistas e independentes) para a constituição de um governo de concentração presidido por Rodrigues Gaspar¹⁰⁹⁶. António Ginestal Machado no próprio dia da queda do governo recusou publicamente a participação em governos de concentração: “somos um partido disciplinado. Esperamos que chegue a nossa vez. Com muletas nunca”¹⁰⁹⁷. No dia vinte e sete de Junho, os delegados do PRN que se reuniram com o Presidente da República disseram-lhe que estavam preparados para assumir o poder sozinhos, ou então permaneceriam na oposição¹⁰⁹⁸. No entanto, Cunha Leal lembrou que os nacionalistas necessitavam da dissolução do Congresso para ir para o Governo. O partido democrático continuaria com a maioria no Senado na próxima legislatura, o que inviabilizaria qualquer governo nacionalista, mesmo se o PRN obtivesse maioria na Câmara dos Deputados nas próximas eleições “cairia fatalmente no Senado”¹⁰⁹⁹. Do lado democrático, Domingos Pereira não se mostrou disponível para liderar um governo exclusivamente do PRP. Apenas estava disponível se fosse de concentração¹¹⁰⁰. António Maria da Silva e José Domingos dos Santos apostavam inicialmente na constituição de um governo nacional, liderado por Afonso Costa, conforme tinha ficado decidido no Congresso do PRP¹¹⁰¹. Como Afonso Costa

¹⁰⁹⁴ Vitorino Guimarães, *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-6-1925, p. 29.

¹⁰⁹⁵ *Diário de Lisboa*, 26-6-1925, p. 8.

¹⁰⁹⁶ *Diário de Lisboa*, 17-6-1925, p. 8. Cf., Nota Oficiosa do Directório do PRN, *Gazeta de Viana*, 2-7-1925, p. 1.

¹⁰⁹⁷ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 26-6-1925, p. 8.

¹⁰⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 27-6-1925, p. 1.

¹⁰⁹⁹ *Diário de Lisboa*, 28-6-1925, p. 8.

¹¹⁰⁰ *Diário de Lisboa*, 27-6-1925, p. 5.

¹¹⁰¹ *Diário de Lisboa*, 27-6-1925, p. 8.

recusou formar governo e como Domingos Pereira defendia um governo de concentração que se mostrava inviável, a solução passava pela formação de um governo dos bonzos, os vencedores do último Congresso do PRP¹¹⁰². António Maria da Silva, o causador da queda do último governo, foi convidado a formar novo executivo. Os jornais deram logo conta da pouca viabilidade do governo presidido por António Maria da Silva, uma vez que o *Bloco* que tinha associado democráticos, accionistas e independentes nos últimos quatro executivos estava desfeito, sendo o novo ministério apenas constituído pela ala conservadora do PRP. A formação deste governo foi tão problemática que António Maria da Silva não conseguiu arranjar nenhum militar para presidir à pasta da Guerra, tendo ele de a assumir. Os accionistas estavam numa atitude de hostilidade ao governo e os nacionalistas, depois de reunirem o seu directório, decidiram não apoiá-lo¹¹⁰³. Mais problemática era a posição dos “canhotos”. Tendo sido derrotados no Congresso do PRP tinham de aceitar a formação de um governo dos «bonzos», mas não esqueciam que estes tinham colaborado na queda do governo de José Domingues dos Santos e por isso os esquerdistas recusaram-se a participar em todas as reuniões preparatórias da formação deste governo¹¹⁰⁴. Uma corrente do PRN, liderada por Alberto de Moura Pinto, defendia que o PRN deveria coligar-se com o PRP chefiado por António Maria da Silva, uma vez que este tinha anulado a corrente esquerdista e accionista. Voltando o PRN ao governo, estaria mais bem posicionado para preparar as próximas eleições e era ao mesmo tempo uma medida patriótica, uma vez que o “governo Silva não podia viver sem o P.R.N.”¹¹⁰⁵. No entanto, esta corrente acabaria por sair perdedora.

Após a leitura da declaração ministerial por António Maria da Silva¹¹⁰⁶, Cunha Leal declarou que o PRN não podia apoiar o novo governo, uma vez que o PRP continuava a concentrar todos os poderes do Estado, incluindo o poder moderador do Presidente da República. Onde, iria rejeitar todas as moções de confiança que fossem apresentadas e apelou, caso este governo caísse brevemente como esperava, que o Partido Republicano Nacionalista fosse “chamado ao poder”, para assim defender os “legítimos interesses da ordem”¹¹⁰⁷. A Acção Republicana, por intermédio de Sá Cardoso, declarou que o PRP tinha rompido com o Bloco sem dar qualquer justificação. Por isso, os elementos da Acção Republicana, que tinham ajudado a formar os últimos quatro governos, apoiando “as três correntes do Partido Democrático”, achavam-se desiludidos com partido hegemónico da República e não tinham “confiança no actual governo”. Assim sendo, apresentaram uma moção de desconfiança por o “governo não corresponder aos interesses do País”¹¹⁰⁸. Os monárquicos, como era tradição, declararam que iriam aprovar todas as moções de desconfiança que fossem apresentadas contra o governo¹¹⁰⁹. Os independentes, embora estivessem arredados do governo pela

¹¹⁰² *Diário de Lisboa*, 29-6-1925, p. 8.

¹¹⁰³ António Ginestal Machado invocou o facto dos militares implicados no 18 de Abril estarem afastados do serviço sem poderem “envergar a farda nem usarem condecorações” como umas das razões para os nacionalistas não apoiarem o novo governo, *Diário de Lisboa*, 2-7-1925, p. 5.

¹¹⁰⁴ *Diário de Lisboa*, 30-6-1925, p. 8. Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 161-166.

¹¹⁰⁵ Alberto de Moura Pinto, “Aos eleitores do círculo de Arganil. Narrando factos e explicando atitudes”, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹¹⁰⁶ Declaração ministerial apresentada por António Maria da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7-1925, pp. 9-11.

¹¹⁰⁷ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7-1925, p. 19. Cf., *Diário de Lisboa*, 6-7-1925, p. 8.

¹¹⁰⁸ Sá Cardoso, *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7-1925, pp. 19-24.

¹¹⁰⁹ Carvalho da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7-1925, pp. 24-27.

primeira vez em ano e meio, confessaram o seu apoio ao novo executivo por intermédio de Abranches Ferrão, uma vez que este apoio era do “interesse nacional”¹¹¹⁰. Os católicos mantiveram na sua habitual posição de expectativa face à acção política concreta do executivo¹¹¹¹. A ala esquerdista do PRP não mostrou qualquer complacência face a este executivo. Sá Pereira declarou que o governo “tal como foi constituído, não só não satisfaz as exigências legítimas do meu partido, mas até não satisfaz as exigências do povo republicano do País inteiro”. Este ministério era “puramente de facção” e tinha sido constituído para “hostilizar a grande maioria do Partido Republicano Português”¹¹¹². José Domingues dos Santos manifestou-se na mesma linha, demonstrando o fraccionamento do PRP, uma vez que o grupo parlamentar não tinha sido ouvido “nem antes nem depois da formação do actual governo”, pelo que qualquer posicionamento face ao novo governo seria sempre pessoal. Na hora da votação da moção de desconfiança apresentada por Sá Cardoso o governo passou à tangente, uma vez que a moção foi rejeitada por cinquenta e dois votos e aprovada por cinquenta e um votos. Votaram a favor da moção vinte e cinco deputados do PRN, oito deputados da Acção Republicana, três deputados do Partido Monárquico e quinze deputados da ala esquerdista do PRP. Rejeitaram a moção quarenta deputados do PRP, dez deputados independentes e dois deputados católicos. Este resultado foi condicionado por diversos deputados do PRP terem abandonado a sala antes das votações e por os ministros não poderem votar a moção. No entanto, também houve deputados do PRN que abandonaram a sala antes das votações, o que levantou celeuma em várias instâncias do partido. A comissão distrital de Lisboa do PRN colocou-se ao lado do directório e do grupo parlamentar do PRN, na oposição intransigente ao governo e contra qualquer tentativa de acordo com o PRP para a formação de um governo de concentração, pelo que criticaram a posição assumida por Moura Pinto¹¹¹³, Joaquim Brandão e Constâncio de Oliveira¹¹¹⁴. A Comissão Municipal de Lisboa foi mais longe e solicitou a sua irradiação, uma vez que o “Sr. Moura Pinto, que tendo estado no edifício da Câmara, nem sequer entrou na sala das sessões para votar e os Srs. Joaquim Brandão e Constâncio de Oliveira que... foram para casa, antes da votação”¹¹¹⁵. Alguns nacionalistas não votaram a moção de Sá Cardoso, pois esta deitaria por terra o novo governo¹¹¹⁶. Cunha Leal explicou este comportamento pelo facto de se ter criado uma aliança negativa contra o governo, protagonizada por accionistas, canhotos e nacionalistas, que nada tinham em comum. Por isso, “alguns nacionalistas começaram a pensar que a queda do governo poderia redundar em benefício dos seus adversários e que portanto, poderia «no momento» ser um mau acto político a sua acidental cooperação com determinados inimigos seus”¹¹¹⁷. No entanto,

¹¹¹⁰ Abranches Ferrão, *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7-1925, p. 27.

¹¹¹¹ Lino Neto, *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7-1925, pp. 40-41.

¹¹¹² Sá Pereira, *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-7-1925, pp. 27-35

¹¹¹³ Alberto de Moura Pinto justificou alguns meses mais tarde aos eleitores do círculo de Arganil, a quando da sua candidatura a deputado independente por esse círculo, o seu abandono do grupo parlamentar do PRN. Neste manifesto Alberto de Moura Pinto explicou as razões do abandono prendiam-se com o fracasso do governo do PRN, a descrença no rumo político do partido e a recusa do PRN em fazer entendimentos com o governo de António Maria da Silva: Alberto de Moura Pinto, “Aos eleitores do círculo de Arganil. Narrando factos e explicando atitudes”, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹¹¹⁴ Cf., *Diário de Lisboa*, 11-7-1925, p. 8; *Acção Nacionalista*, 14-7-1925, p. 1.

¹¹¹⁵ *Acção Nacionalista*, 14-7-1925, p. 1

¹¹¹⁶ “Todos julgaram ir assistir ao enterro do governo, naquela mesma hora. Mas, faz-se a chamada, e verifica-se que alguns nacionalistas até há pouco presentes, tinham desaparecido misteriosamente...”, *Acção Nacionalista*, 14-7-1925, p. 1.

¹¹¹⁷ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 8-7-1925, p. 8.

Cunha Leal voltou a afirmar a intenção do PRN assumir o poder. No dia 7 de Julho de 1925 reuniu o grupo parlamentar do PRN, tendo deliberado proceder por modo a não derrubar o governo. Esta decisão era contrária à resolução tomada pelo Directório e não foi consensual, dado que era uma atitude favorável ao PRP e prejudicial aos interesses do PRN, pelo que Pedro Pita e Raul Lelo Portela renunciaram ao seu lugar no Directório¹¹¹⁸.

O governo iniciava a sua acção bastante fragilizado pelo forte antagonismo dos partidos da oposição e pela falta de coesão do seu grupo parlamentar. Donde, era de esperar que novas moções de censura fossem apresentadas a qualquer momento. No dia 16 de Junho, Cunha Leal apresentou várias emendas ao orçamento do Ministério da Instrução e tratou de um negócio urgente referente aos decretos n.ºs 10734 e 10761. O primeiro determinava que a acção disciplinar sobre os magistrados, funcionários e empregados civis ou militares por apreciação ou julgamento das infracções disciplinares de carácter político caibam exclusivamente ao Poder Executivo, o que na opinião de Cunha Leal estabelecia a “retroactividade em matéria processual”. O segundo regulava a forma do julgamento dos arguidos do movimento revolucionário de 1925, pelo que “modificava o regulamento disciplinar do exército em relação a oficiais envolvidos em crimes políticos, permitindo que o Governo separe do serviço determinados oficiais, o que representa uma pena que é infame no exército”, pelo que apresentou uma proposta de lei declarando nulos os referidos decretos. Em seguida Pedro Pita apresentou uma moção de censura ao governo criticando a sucessiva constituição de governos do PRP que não se aguentavam no poder, pelo que era aconselhável entregar a constituição do executivo ao partido “que àquele se segue em representação parlamentar”. Pedro Pita reafirmava que o PRN estava “em condições de governar” e que essa situação seria benéfica para o País, uma vez que um regime não podia “viver com um partido apenas”¹¹¹⁹. Pedro Pita ao verificar que a sua moção tinha hipóteses de vingar, requereu que a sessão continuasse sem interrupção até ao final do debate. Os bonzos do PRP, pelo contrário, vendo-se em menor número defenderam que o debate continuasse no dia seguinte, dado o adiantado da hora. O requerimento de Pedro Pita acabaria por ser aprovado por 61 votos favoráveis contra 48 desfavoráveis¹¹²⁰. Estando apenas mais cinco oradores inscritos antes da votação da moção, os deputados bonzos do PRP tiveram de prolongar os seus discursos até ao limite das suas forças, para que fossem chamados ao Parlamento todos os deputados democráticos em falta, em particular os que estavam no Porto, que só podiam chegar no comboio das duas horas da tarde do dia seguinte, para acudir ao governo. O primeiro a tomar a palavra foi João Camoesas que, durante o seu longo discurso de quase nove horas, dissertou sobre os mais variados assuntos¹¹²¹. Tendo iniciado a sua intervenção por volta da meia-noite e meia, com uma análise da moção de Pedro Pita, rapidamente passou para a «História do PRP» e dos diversos organismos políticos republicanos. Seguiu-se a sua visão da História de Portugal e a análise da situação política de diversos países. Após ser interrompido por alguns deputados, quando já tinha falado algumas horas, retorquiu, “ainda tenho de falar mais sete horas”¹¹²². João Camoesas prosseguiu ainda mais algumas horas, caindo exausto por volta das nove horas e meia da manhã. A essa hora, tomou a palavra Agatão Lança, que analisou as anteriores intervenções dos deputados Vasco Borges e Sampaio

¹¹¹⁸ Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/995 e 1001.

¹¹¹⁹ Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 e 17-7-1925, pp. 22-23.

¹¹²⁰ *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 e 17-7-1925, p. 40.

¹¹²¹ Veja-se o longo discurso de João Camoesas no *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 e 17-7-1925, pp. 41-77.

¹¹²² João Camoesas, *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 e 17-7-1925, p. 65.

Maia e elucidou a Câmara sobre a sua intervenção política durante a República, estando a falar até à uma e meia da tarde¹¹²³. Cunha Leal tomou então a palavra e perguntou se após esta longa madrugada o Parlamento não se encontraria ainda mais desprestigiado, mas mesmo assim perguntou à maioria, se queriam “aguardar a chegada do comboio das 2.40”¹¹²⁴, pois os nacionalistas estavam na disposição de esperar mais umas horas. Álvaro de Castro denunciou ainda em plena Câmara dos Deputados outra estratégia de última hora dos democráticos. Mantendo a sessão da Câmara dos Deputados até à abertura do Senado, este podia aprovar uma moção de confiança ao governo, o que poderia criar um imbróglio constitucional, com a aprovação de duas moções de sentido oposto, facto que se veio a verificar verdadeiro¹¹²⁵. António Maria da Silva ainda tentou trazer à razão nacionalistas, accionistas e esquerdistas sobre a incoerência do acto que iam praticar. O «conluio» entre estas forças políticas não fazia o menor sentido, uma vez que os nacionalistas não tinha a maioria no Congresso, e embora estas forças se associassem para derrubar o seu governo, não tinham “meios parlamentares” para constituir um ministério duradouro, nem um programa comum. Por outro lado, considerava a moção apresentada por Pedro Pita inconstitucional, por condicionar o Presidente da República a designar o Partido Republicano Nacionalista a constituir governo¹¹²⁶. Finalmente, a meio da tarde do dia 17 de Julho, a moção apresentada por Pedro Pita foi votada¹¹²⁷. A mesma foi aprovada por cinquenta e oito votos favoráveis e rejeitada por quarenta e nove votos¹¹²⁸. Os votos favoráveis vieram do Grupo Parlamentar da Acção Republicana (dez votos), do PRP (vinte votos) e do PRN (vinte e oito votos). Já os votos desfavoráveis vieram do PRP (trinta e nove votos), dos independentes (oito votos) e dos católicos (dois votos). Os monárquicos recusaram-se a votar a moção por ser uma disputa entre republicanos. Os deputados do PRP e da Acção Republicana que votaram favoravelmente a moção apresentaram declarações de voto, declarando que apenas manifestavam “a sua desconfiança ao governo”¹¹²⁹, não

¹¹²³ Agatão Lança, *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 e 17-7-1925, pp. 77-85; *Diário de Lisboa*, 17-7-1925, pp. 5 e 8.

¹¹²⁴ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 e 17-7-1925, p. 86.

¹¹²⁵ O senador Júlio Ribeiro apresentou uma moção de confiança ao governo onde se defendia a inconstitucionalidade da moção aprovada na Câmara dos Deputados, por “restringir o bom exercício do Presidente da República”. O accionista Mendes dos Reis e o nacionalista Afonso de Lemos defenderam a inconstitucionalidade desta última moção, pois o Senado só podia tomar conhecimento de resoluções da Câmara dos Deputados quando lhe fossem comunicadas pela Mesa e por outro lado, a constituição estabelecia que os poderes eram harmónicos e independentes, não podendo o Senado censurar a Câmara dos Deputados. Devido às dúvidas levantadas, acabou por ser apresentada outra moção, desta vez apresentada pelo democrático Vicente Ramos, onde as referências à Câmara dos Deputados foram retiradas: “Considerando que pertence exclusivamente ao Sr. Presidente da República nomear e demitir livremente os ministros segundo reza o artigo 47.º da Constituição; Considerando que assim nenhuma indicação lhe pode ser dada a respeito da pessoa que tem de organizar o Ministério e seus colaboradores: O Senado exprime mais uma vez a sua confiança ao Governo”. Esta moção acabaria por ser votada, ainda que com os protestos da oposição. A moção foi dividida em duas partes, sendo a primeira aprovada por trinta e cinco votos a favor e seis contra, e a segunda aprovada por vinte e oito votos a favor e dez contra (*Diário do Senado*, 17-7-1925, pp. 5-18).

¹¹²⁶ António Maria da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 e 17-7-1925, pp. 89-95.

¹¹²⁷ “Moção de ordem. A Câmara dos Deputados, reconhecendo que o Poder não pode constituir-se exclusivo dum partido, e verificando que as sucessivas crises de Governos formados pelo Partido Democrático, só ou com auxílio doutros políticos aconselham como conveniente para a República a entrega do Poder ao partido que àquele se segue em representação parlamentar, manifesta ao Governo a sua discordância, e passa à ordem do dia. Sala das Sessões, 16 de Julho de 1925. O Deputado, Pedro Pita”, *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 e 17-7-1925, p. 96.

¹¹²⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 e 17-7-1925, pp. 96-97.

¹¹²⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 e 17-7-1925, p. 99.

perfilhando o resto da moção que defendia a entrega do poder ao PRN¹¹³⁰. Os desentendimentos dentro do PRP levaram à queda de um governo apoiado por si pela quinta vez consecutiva¹¹³¹.

Dentro do PRN, nem todos concordaram com a estratégia que levou à queda do governo de António Maria da Silva e que os poderia levar a constituir ministério¹¹³². Na sequência destes acontecimentos Manuel Ferreira da Rocha, Matias Boleto Ferreira de Mira e Alberto de Moura Pinto afastaram-se definitivamente do PRN¹¹³³. Cunha Leal pensava que as “declarações de voto não alteraram o espírito da moção Pedro Pita”, e uma vez que a Câmara dos deputados se pronunciou “pela subida dos nacionalistas ao Poder”, devia seguir-se as “praxes constitucionais”¹¹³⁴ para substituir o governo de António Maria da Silva, uma vez que estava numa situação irregular.

O Presidente da República tinha em mãos uma situação muito difícil de resolver. A moção de Pedro Pita, aprovada na Câmara dos Deputados, levava à necessidade de nomear novo governo. No entanto, o facto de o PRP estar a viver um processo de cisão interno com o aparecimento da corrente da esquerda democrática, conduzia a que não fosse fácil constituir um governo que tivesse uma maioria de apoio na Câmara dos Deputados. Já pelo contrário, no Senado o PRP tinha uma maioria confortável, facto que lhe permitiu fazer aprovar uma moção de apoio ao governo no mesmo dia em que foi aprovada a moção de censura na Câmara dos Deputados. O PRN, fortalecido com a aprovação da moção de Pedro Pita, acalentou o desejo de ser nomeado para o executivo. Defendia ainda que o Chefe de Estado devia dissolver o Congresso e marcar eleições legislativas, situação a que Teixeira Gomes sempre tinha resistido¹¹³⁵. António Maria da Silva não se demitiu, pois alimentava a esperança de o Presidente da República

¹¹³⁰ *Diário de Lisboa*, 17-7-1925, p. 8.

¹¹³¹ Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 333-337; António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 173-176.

¹¹³² A corrente mais moderada do PRN (Manuel Ferreira da Rocha, Matias Boleto Ferreira de Mira e Alberto de Moura Pinto) não concordavam com a queda do Governo de António Maria da Silva, pois pensavam que isso só iria dar trunfos à Esquerda Democrática e à Acção Republicana, uma vez que o PRN não tinha apoios suficientes para se manter no governo. Todavia, concordaram com a apresentação da moção de censura confiantes que os esquerdistas e os accionistas votassem contra, cf., *Diário de Lisboa*, 22-7-1925, p. 4. N^o *A Lucta*, O jornal dirigido por Brito Camacho, foi publicado um artigo onde os nacionalistas foram duramente criticados por terem contribuído para a queda do governo: “os nacionalistas praticaram um erro grave, dos mais graves da política republicana nos últimos tempos, longe de se entenderem com os democráticos, tomaram a iniciativa de derrubar o governo do Sr. António Mareia da Silva, somando os seus votos aos votos dos canhotos e accionistas. Deslumbrou-os uma falsa miragem do Poder, como no deserto sucede aos sequiosos [...]. E agora? Seria a máxima baixaza um conchavo de nacionalistas, canhotos e accionistas para formarem governo”, *A Lucta*, 25-7-1925, p. 1. Júlio Dantas discordava da forma como o PRN estava a tratar o Presidente da República: “Já é tempo de acabar com os ataques pessoais e sistemáticos ao Presidente da República. [...] essa insistência só serve para nos afastar do poder”. Quanto ao possível apoio ao governo de António Maria da Silva era da opinião “que o partido não o quer e não o compreende. E o partido tem razão”. Carta enviada por Júlio Dantas, Porto, 8-7-1925, Espólio de António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, E55/767.

¹¹³³ Os dirigentes do PRN ainda tentaram que estes três prestigiados políticos regressassem ao PRN, mas todas as tentativas se mostraram infrutíferas. Matias Boleto Ferreira de Mira agradeceu o pedido directório para reingressar no PRN, mas “as divergências políticas que motivaram a sua saída” ainda se mantinham, pelo que “regressar seria uma «conversão» e ele” não estava “convertido às políticas do PRN”. Carta de Boleto Ferreira de Mira para António Ginestal Machado, datada em V[endas?] Novas em 14-9-1925, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/947.

¹¹³⁴ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 20-7-1925, p. 5.

¹¹³⁵ Cf., *Diário de Lisboa*, 17-7-1925, p. 8.

dissolver as Câmaras, mas mantendo-o no poder até às próximas eleições, pois no seu juízo, o partido democrático e a opinião pública estavam com o governo, dado que este dava “todas as garantias de ordem, de administração, de tolerância [e] de respeito por todos os poderes constituídos”¹¹³⁶. Contudo, Teixeira Gomes, mantendo a coerência do seu mandato, não deu a dissolução pretendida por António Maria da Silva, como antes não tinha dado aos nacionalistas¹¹³⁷.

21. O Movimento Revolucionário de 19 de Julho de 1925

No meio dum impasse governativo rebentou um novo movimento revolucionário. No dia 19 de Julho de 1925, alguns dos oficiais implicados no 18 de Abril de 1925, chefiados pelo capitão Jaime Batista evadiram-se do Forte de S. Julião da Barra e revoltaram o Forte do Bom Sucesso, enquanto o Capitão-de-fragata José Mendes Cabeçadas chefiou uma revolta no navio Vasco da Gama¹¹³⁸. O movimento acabaria por ser facilmente neutralizado pelas forças fiéis ao governo. Novamente um destacado membro do PRN estava implicado num golpe militar¹¹³⁹. Em termos ideológicos, a revolta aproximava-se da de 18 de Abril¹¹⁴⁰, e estava marcada pelas ideias de José Eugénio Dias Ferreira¹¹⁴¹, que propunha um interregno ditatorial com a dissolução do Parlamento para preparar uma viragem conservadora do regime, com um regresso ao rotativismo procurado desde 1919 pelo Partido Republicano Liberal, uma redução das despesas públicas e o restabelecimento da ordem pública interna¹¹⁴².

Os jornais nacionalistas apresentaram o comandante Mendes Cabeçadas como o “chefe revolucionário que pela sua valentia, pela sua nobreza e pelo seu patriotismo, incarnava bem as aspirações dos que se bateram, que eram e são ainda as mesmas que um Povo inteiro acarinha e alimenta: a da salvação da Pátria e do prestígio da República”¹¹⁴³. E colocaram como hipótese muito provável o surgimento, com brevidade, de um novo movimento revolucionário¹¹⁴⁴. As comissões e os centros políticos do Algarve do PRN colocaram-se claramente ao lado do comandante Mendes Cabeçadas, tendo enviado várias missivas a diversos organismos, reiterando o seu passado glorioso no 5 de Outubro e a nobreza do seu gesto no 19 de Julho¹¹⁴⁵. Já os órgãos centrais do PRN tentaram manter um certo distanciamento face ao movimento revolucionário. Contudo, a Junta Consultiva do PRN aprovou uma saudação aos “seus ilustres correligionários, comandante Filomeno da Câmara e Mendes Cabeçadas”¹¹⁴⁶.

¹¹³⁶ António Maria da Silva, *Diário de Lisboa*, 18-7-1925, p. 5.

¹¹³⁷ *Diário de Lisboa*, 18-7-1925, p. 8.

¹¹³⁸ *Diário de Lisboa*, 19-7-1925, pp. 1, 5.

¹¹³⁹ Cf., Entrevista a José Mendes Cabeçadas Júnior, *Diário de Lisboa*, 28-7-1925, pp. 5 e 8.

¹¹⁴⁰ Cf., *Diário de Lisboa*, 19-7-1925, pp. 1 e 5.

¹¹⁴¹ Cf., Dias Ferreira, *Diário de Lisboa*, 27-7-1925, pp. 5. José Eugénio Dias Ferreira seria detido, acusado de envolvimento no movimento revolucionário, cf., *Diário de Lisboa*, 3-8-1925, pp. 8.

¹¹⁴² Veja-se a proclamação do Comité Revolucionário (*Diário de Lisboa*, 24-7-1925, pp. 5, 8) e as declarações do comandante Mendes Cabeçadas (*Diário de Lisboa*, 28-7-1925, pp. 5, 8).

¹¹⁴³ *Acção Nacionalista*, 30-7-1925, p. 4.

¹¹⁴⁴ “O Sr. Domingos Pereira terá que fazer as eleições, se porventura não for surpreendido por um movimento republicano de salvação pública, porque o País anseia, e que os fracassos de 18 de Abril e 19 de Julho têm evitado”, Luís Costa Santos, *Acção Nacionalista*, 7-8-1925, p. 1.

¹¹⁴⁵ *Acção Nacionalista*, 30-7-1925, p. 4.

¹¹⁴⁶ *O Imparcial*, Lisboa, 28-8-1925, p. 4.

22. A formação do Ministério Domingos Pereira

Depois da demissão do gabinete de António Maria da Silva, o Presidente da República ouviu as mais altas individualidades políticas, tendo conferenciado com o chefe de Estado, pelos nacionalistas, Augusto de Vasconcelos e Artur Lopes Cardoso, que lhe transmitiram a posição habitual do PRN:

“Cumprindo a praxe constitucional de responder à consulta do Chefe de Estado sobre a solução da crise ministerial os representantes do P.R.N. tem de fazer notar, que os factos e as circunstâncias ocorridas desde a anterior crise, justificam plenamente a atitude e as previsões do seu partido, exaradas nas suas anteriores consultas. Nestes termos, apesar de reconhecerem a inutilidade política dos seus conselhos, que não conseguiram até agora suscitar outra solução para as crises ministeriais, que não seja a atribuição ao P. D. do poder, que exerce quase sem interrupção desde 1912, com os resultados que o País condena: O P.R.N. matem a sua anterior atitude de só aceitar o Governo, quando lhe permitam que o exerça por si só, com a sanção do país e as correspondentes garantias constitucionais e entende que deve ser esta a solução da actual crise.
a) Augusto de Vasconcelos; Lopes Cardoso”¹¹⁴⁷.

O Parlamento tinha esgotado aparentemente todas as soluções políticas. Contudo, os nacionalistas continuavam a manifesta-se aptos a formar governo, mesmo sem um apoio maioritário do Parlamento, chegando a aparecer notícias com o elenco provável de um governo nacionalista¹¹⁴⁸. Os nacionalistas sentiam-se legitimados nesse desejo pela aprovação da «moção Pedro Pita», que poderia também levar à dissolução do Parlamento¹¹⁴⁹. O Presidente da República teve muita dificuldade em encontrar uma personalidade no Parlamento que conseguisse formar governo. Perante a irredutibilidade das forças políticas em encontrar uma solução governativa com apoio parlamentar, o Chefe de Estado equacionou dissolver o Congresso e entregar a chefia do governo ao general Bernardo Faria¹¹⁵⁰ ou a Pedro Martins¹¹⁵¹, mas não conseguiram reunir os apoios necessários. Foi por fim chamado Domingos Pereira para formar um “Governo de conciliação”¹¹⁵². Este político era membro do directório do PRP, mas reunia apoios diversificados à esquerda e à direita, uma vez que era o Presidente da Câmara dos Deputados, tendo sido na altura, eleito por todos os partidos, inclusive com os votos dos nacionalistas. Não obstante, os nacionalistas mantiveram a sua posição, achavam-se preparados para assumir o governo e recusavam-se a participar em gabinetes de concentração¹¹⁵³.

Este executivo de Domingos Pereira contava com o apoio dos democráticos conservadores, também conhecidos por «bonzos», dos independentes e elementos extra-partidários¹¹⁵⁴. Era um governo de mero expediente, tendo por objectivo preparar as eleições, e se possível, fazer aprovar o orçamento ou o sistema de duodécimos¹¹⁵⁵. No

¹¹⁴⁷ Texto manuscrito, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1710.

¹¹⁴⁸ *Diário de Lisboa*, 22-7-1925, p. 8.

¹¹⁴⁹ Vejam-se as declarações de Cunha Leal: *Diário de Lisboa*, 25-7-1925, p. 8.

¹¹⁵⁰ *Diário de Lisboa*, 23-7-1925, p. 1.

¹¹⁵¹ *Diário de Lisboa*, 24-7-1925, p. 8; *idem*, 25-7-1925, p. 5.

¹¹⁵² Era esse o desejo do Presidente da República, segundo palavras de Domingos Pereira, *Diário da Câmara dos Deputados*, 5-8-1925, p. 23.

¹¹⁵³ Cf., entrevista de António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 28-7-1925, p. 8.

¹¹⁵⁴ Cf., entrevista a Domingos Pereira, *Diário de Lisboa*, 31-7-1925, p. 5.

¹¹⁵⁵ *Diário de Lisboa*, 29-7-1925, p. 8.

entanto, alguns ministros do PRP manifestaram a intenção de continuar a política do gabinete António Maria da Silva¹¹⁵⁶. Porém, para os nacionalistas este governo era apenas mais um governo democrático formado contra si. Cunha Leal pensava que “que Domingos Pereira recebeu de Belém a seguinte senha: Concilie todos contra os nacionalistas”¹¹⁵⁷.

O governo apresentou uma curta declaração ministerial na Câmara dos Deputados no dia 6 de Agosto de 1925. Domingos Pereira contextualizou a formação do seu executivo no quadro de uma grave situação política, circunscreveu a acção do governo a um programa mínimo de acção e garantiu que se viesse a presidir às eleições garantiria “a maior liberdade ao exercício da soberania da Nação”¹¹⁵⁸. Rodrigues Gaspar, da corrente conservadora do PRP manifestou o seu apoio ao governo. Pelo contrário, Cunha Leal, do PRN, disse que o novo governo era uma “segunda edição do Governo António Maria da Silva”, pelo que ficava mais uma vez confirmado que “só o Partido Democrático pode governar” em Portugal. Atribuiu toda a responsabilidade desta situação ao Presidente da República que se limitava a atender às “instruções do Directório da Travessa da Água de Flor” [directório do PRP]. Donde, o PRN iria “cortar as suas relações com o candidato instalado em Belém”, não acudiria mais “ao chamamento daquele cidadão, quando ele nos quiser ouvir sobre crises ministeriais” e iria centrar a sua propaganda eleitoral sobre “a base da destituição do Sr. Presidente da República”¹¹⁵⁹. A Acção Republicana, afastada novamente do governo, manifestou pela voz de Sá Cardoso a sua insatisfação, mas aguardava os actos do governo com “expectativa benévola”¹¹⁶⁰. O Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática, constituído nesse dia, não levantou “nenhuma espécie de obstáculo”¹¹⁶¹ à formação do governo. Seguindo a tradição, os independentes manifestaram o seu apoio ao governo¹¹⁶² e os católicos apoiariam o executivo de Domingos Pereira, sempre que isso fosse do interesse dos católicos¹¹⁶³. O PRN acabaria por apresentar uma moção de desconfiança ao governo no dia 6 de Agosto que contou apenas com o apoio dos nacionalistas e dos monárquicos, pelo que a mesma não foi aprovada¹¹⁶⁴.

O PRN reuniu-se com o chefe do governo, tendo este garantido a António Ginestal Machado e a Artur Brandão que as eleições seriam livres e no mais estrito respeito pela Lei¹¹⁶⁵. Segundo Cunha Leal, o Presidente da República, fez saber que se o sr. Dr. Domingos Pereira, “caísse no acto da sua apresentação ao Parlamento, ele, Presidente da Republica, renunciaria”. Os nacionalistas, mantendo a sua estratégia e “convencidos de que a continuação do Sr. Teixeira Gomes no seu alto cargo, não serve os interesses da República e da Pátria resolvemos fazer tudo quanto fosse possível para cair o Sr. Domingos Pereira, porque a sua queda arrastaria a do Sr. Presidente da República”. No entanto, uma vez que não foi possível derrubar o governo naquele momento, havia, de futuro, um perigo maior. A queda do governo nas próximas semanas, poderia levar a ala esquerdista do PRP para o executivo. E face a este risco os

¹¹⁵⁶ Vejam-se as declarações de Gaspar de Lemos e Torres Garcia, *Diário de Lisboa*, 4-8-1925, p. 8.

¹¹⁵⁷ Cunha Leal, *O Bejense*, 6-8-1925, p. 1.

¹¹⁵⁸ Domingos Pereira, *Diário da Câmara dos Deputados*, 5-8-1925, pp. 7-8.

¹¹⁵⁹ Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 5-8-1925, pp. 10-17.

¹¹⁶⁰ Sá Cardoso, *Diário da Câmara dos Deputados*, 5-8-1925, pp. 18-20.

¹¹⁶¹ José Domingues dos Santos, *Diário da Câmara dos Deputados*, 5-8-1925, p. 21.

¹¹⁶² Cf., Abranches Ferrão, *Diário da Câmara dos Deputados*, 5-8-1925, pp.24-25.

¹¹⁶³ Cf., Lino Neto, *Diário da Câmara dos Deputados*, 5-8-1925, p. 25.

¹¹⁶⁴ “Moção. A Câmara dos Deputados, considerando que o actual Governo não satisfaz as aspirações do País, passa à ordem do dia. Pedro Pita”. Esta moção foi aprovada por 29 deputados e rejeitada por 64 deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*, 6-8-1925, pp. 15 e 26-27.

¹¹⁶⁵ *Diário de Lisboa*, 7-8-1925, p. 8.

nacionalistas preferiam “mil vezes o Sr. Dr. Domingos Pereira ao Dr. José Domingos dos Santos”¹¹⁶⁶. Cunha Leal vaticinava que “depurado cada vez mais o partido democrático de certos elementos indesejáveis, a política pode entrar numa fase de conciliação...”, que poderia resultar numa união do PRP e do PRN para “esmagarem os aventureiros políticos”¹¹⁶⁷.

23. Os julgamentos dos implicados na revolta de 18 de Abril e de 19 de Julho de 1925

O julgamento dos implicados no movimento de 18 de Abril iniciou-se a 1 de Setembro e prolongou-se até ao dia 27 de Setembro de 1925. Na Sala do Risco do Arsenal da Armada, apresentaram-se 164 acusados e desfilaram mais de 300 testemunhas. Assistiram ao julgamento centenas de pessoas, onde intervieram algumas das figurais cimeiras das forças armadas portuguesas e alguns dos principais políticos portugueses, em especial os ligados ao PRN, pelo que o julgamento acabou por ganhar um cunho eminentemente político. Presidiu ao julgamento o general Alberto da Costa Ilharco; Almeida Ribeiro foi o juiz auditor; o general Óscar Carmona foi o promotor de justiça; os generais Simas Machado, Alves Pedrosa, Luís Domingues, Chagas Parreira, Sousa Peres e Sousa Dias desempenharam o cargo de juízes, sendo o primeiro o presidente. Como advogados dos revoltosos mais importantes surgiram duas das figuras mais influentes do Partido Republicano Nacionalista: Cunha Leal e João Tamagnini Barbosa.

O Partido Republicano Nacionalista envolveu-se profundamente na defesa dos acusados do «movimento do 18 de Abril». Os advogados dos revoltosos, Cunha Leal e João Tamagnini Barbosa, procuraram demonstrar na sua contestação à acusação, que os implicados no movimento tinham um grande amor ao país, tinham prestado inúmeros serviços à Nação e que o seu objectivo era a regeneração da Pátria. Por outro lado, demonstraram que o movimento era vasto, “estando comprometidas no movimento” as “unidades mais fiéis ao regime”¹¹⁶⁸ e altas patentes do Exército e da Marinha¹¹⁶⁹. A condução dos interrogatórios aos acusados e às testemunhas foram preparados no sentido de confirmar esta tese. Filomeno da Câmara explicou, por exemplo, que “O 18 de Abril não era um movimento nosso, mas sim provocado pelo clamor da Nação!”¹¹⁷⁰. O presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado foi testemunha do tenente-coronel Raul Esteves e do seu correligionário, capitão Joaquim Aureliano Soares da Silva. Elogiou as suas altas qualidades profissionais e morais e demonstrou um certo apoio à revolta: “Os oficiais que entraram no 18 de Abril foram levados por um alto ideal patriótico. Podem as suas ideais ser discutidas. Ninguém, tem porem, o direito de duvidar das nobres abnegadas e patrióticas intenções dos que entraram nesse movimento. Tinham todos em vista a salvação da Pátria e o engrandecimento da Grei” e repetiu aquilo que já tinha dito no Parlamento, “para se prenderem todos os portugueses que estavam de alma e coração com as aspirações desse movimento, teriam que se transformar Portugal numa grande cadeia”. Quanto ao decreto de separação dos oficiais

¹¹⁶⁶ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 8-8-1925, p. 8.

¹¹⁶⁷ Cunha Leal, *Acção Nacionalista*, 7-8-1925, p. 4.

¹¹⁶⁸ João Tamagnini Barbosa, *Diário de Lisboa*, 3-9-1925, p. 8.

¹¹⁶⁹ *Diário de Lisboa*, 23-9-1925, p. 8; *idem*, 25-9-1925, p. 8.

¹¹⁷⁰ Filomeno da Câmara, *Diário de Lisboa*, 2-9-1925, p. 8.

implicados no golpe, classifica-o de “abusivo, inconstitucional e violento. [...] A separação equivale a uma nota de infâmia na farda dum oficial. Pergunte-se: algum desses oficiais merece essa nota? Ou mesmo algum dele tem a menor falta de dignidade? O país inteiro responde: Não”. Terminou confirmando, após pergunta de Cunha Leal, a solidariedade e o apoio dos nacionalistas ao comandante Filomeno da Câmara, também membro do PRN: “Sim senhor. Mesmo antes da junta consultiva, o directório o saudou. E, amanhã, num congresso, essa saudação ao Sr. Filomeno da Câmara e a outros oficiais que estão a responder, será partilhada por todo o partido, como por todos os bons portugueses”¹¹⁷¹. O decano do Partido Republicano Nacionalista, Jacinto Nunes, declarou que “os homens do 18 de Abril devem ser todos absolvidos. A situação a que isto parecia chegar é que os levou para o Parque. Os criminosos não são eles. São os do Terreiro do Paço”. Criticou o Parlamentarismo e o sistema eleitoral vigente, que na sua opinião era “uma mentira”, e propôs Cunha Leal para ditador, como meio de regeneração da República¹¹⁷².

No dia 27 de Setembro o tribunal deu como não provados os crimes em relação a todos os réus, pelo que todos os militares que tinham sido afastados dos serviços foram integrados. O governo ficou altamente debilitado face à hierarquia militar e face aos revoltosos que virão legitimada a sua acção¹¹⁷³. A imprensa do PRN exaltou com a sentença do 18 de Abril, tendo a *Acção Nacionalista* considerado que o “Tribunal Militar, com o seu *verdictum* da madrugada de domingo, dignificou o Exército, dignificou a Nação e afirmou ao mesmo tempo a todos os Portugueses, que deviam confiar na Salvação nacional”¹¹⁷⁴. Os centros políticos do PRN também elaboraram moções saudando os militares revoltosos e a posição dos líderes nacionalistas durante o julgamento¹¹⁷⁵. Pedro Pita, secretário do directório do PRN, advogou a sentença do tribunal, uma vez que “para condenar era necessário considerar criminosos aqueles que respondiam. [...] É a verdade é que não pode ser considerado crime o procurar-se que tudo entre por um caminho que, infelizmente, não tem sido seguido”¹¹⁷⁶.

Os sectores da esquerda republicana (esquerdistas, radicais, accionistas e democráticos) reuniram-se num «Comité de defesa da República», para protestarem contra a decisão do tribunal da sala do risco e para defenderem a República que consideravam estar em perigo¹¹⁷⁷.

O governo humilhado pelo desenlace do julgamento, exonerou o Chanceler da Ordem de Avis, general Ilharco, que presidiu ao tribunal que julgou os oficiais implicados no 18 de Abril e o comandante da 4.^a divisão o Sr. general Carmona, promotor de justiça, no mesmo tribunal¹¹⁷⁸. O Partido Republicano Nacionalista colocou-se ao lado dos generais que foram afastados dos seus cargos¹¹⁷⁹. Segundo António Ginestal Machado “todo o partido sentiu profundamente o que acaba de se fazer a dois generais e a um juiz, a quem tiraram os lugares que exerciam. Mas a nossa

¹¹⁷¹ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 22-9-1925, p. 8.

¹¹⁷² Jacinto Nunes, *Diário de Lisboa*, 21-9-1925, p. 1.

¹¹⁷³ Cf., A. Ilharco, *Memórias. Alguns apontamentos sobre a influência da política no exército*, Porto, Livraria Chardron, 1926; Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, 2.^a edição, Porto, Sextante Editora, 2010, pp. 66-90.

¹¹⁷⁴ *Acção Nacionalista*, 4-10-1925, p. 1.

¹¹⁷⁵ Cf., Moção do Centro Nacionalista - Dr. Ginestal Machado de Santarém, *Acção Nacionalista*, 11-10-1925, p. 2. -9-1925, p. 4.

¹¹⁷⁶ Pedro Pita, *Diário de Lisboa*, 28-9-1925, p. 8.

¹¹⁷⁷ *Diário de Lisboa*, 1-10-1925, p. 5; *idem*, 2-10-1925, p. 8.

¹¹⁷⁸ *Diário de Lisboa*, 30-9-1925, p. 8.

¹¹⁷⁹ *Diário de Lisboa*, 10-10-1925, p. 8.

simpatia vai, sobretudo, para o general Carmona, que, embora não seja um correligionário, é pessoa por quem temos a mais viva admiração”¹¹⁸⁰.

No dia seguinte às eleições, a 9 de Novembro, começou o julgamento dos implicados no 19 de Julho. O Tribunal da Marinha ficou instalado na Cordoaria Nacional, tendo presidido à audiência o vice-almirante Francisco de Paula Cid. O principal acusado era o Capitão-de-mar-e-guerra José Mendes Cabeçadas Júnior, do PRN, sendo o defensor, o seu correligionário, major, João Tamagnini Barbosa. Foram ainda julgados mais 11 oficiais e 7 sargentos implicados¹¹⁸¹. O advogado da defesa argumentou que “o movimento de 19 de Julho só visava altos fins patrióticos e republicanos tão compreensíveis perante o descalabro da vida nacional e o desprestígio do Regime, tal-qualmente havia sucedido e provado, ficou no 1.º Tribunal Militar Territorial, para que o precedeu, de 18 de Abril último”¹¹⁸². José Mendes Cabeçadas Júnior puxou dos galões por ter participado no 5 de Outubro e enquadrou a sua intervenção no descrédito da política republicana e do Parlamento, dominados pelo caciquismo e por interesses pessoais e estabeleceu as similitudes entre o 19 de Julho e 18 de Abril¹¹⁸³. António Ginestal Machado apresentou-se novamente como testemunha de defesa, tendo declarado que “o comandante Cabeçadas continua a ser meu correligionário, procedendo sempre como um verdadeiro republicano, pondo sempre acima de tudo – até dos seus interesses pessoais – os interesses da Pátria”. Por isso, “quando ele desembainhou a sua espada foi porque viu a República caminhar mal, foi para nos dar a nós, republicanos, um aviso que não devemos esquecer”¹¹⁸⁴. Outro nacionalista, o general Alberto da Silveira declarou no tribunal que entendia que “o Exército pode e deve intervir sempre na política, quando no poder estiver a desordem, desde que a sua intervenção não resulte em mal maior”. Entendia ainda que essa intervenção se tornava “precisa quando o Poder se mantenha fora da Constituição”¹¹⁸⁵. O júri acabaria por declarar inocentes todos os implicados na revolta, à semelhança do que tinha sucedido no julgamento do «18 de Abril». Perante esta situação política, muitas personalidades sentiam o que o general Gomes da Costa acabou por verbalizar: não havia uma solução clara para a crise do país, mas “ela há-de vir através do exército. Fatal”¹¹⁸⁶.

¹¹⁸⁰ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 12-10-1925, p. 8.

¹¹⁸¹ *Diário de Lisboa*, 8-10-1925, p. 4; *idem*, 9-11-1925, p. 8.

¹¹⁸² João Tamagnini Barbosa, *Diário de Lisboa*, 9-11-1925, p. 8.

¹¹⁸³ “Foi pois, com o maior entusiasmo e animado do mais puro patriotismo que em Outubro de 1910, tomei parte na revolução que implantou a República. [...] Passaram-se 15 anos e que triste desilusão! Isto, sob o ponto de vista moral desceu muito. [...] O caciquismo domina a política, tornando impossível que mesmo os mais honestos e cheios de boa vontade façam alguma coisa de útil [...]. No Parlamento trava-se uma luta em que os diferentes grupos parlamentares se digladiam, na única intenção de assegurarem a sua posição política, com desprezo da grave crise económica e financeira da Nação, não se votando, ao menos os orçamentos da receita e despesa do Estado”. [...] D’este Estado de coisas resultou o movimento de 18 de Abril, sendo os seus autores absolvidos pelo tribunal que dessa forma interpretou o sentir do Exército e da Nação. Perecia que o 18 de Abril devia servir de lição aos governantes, mas tal não sucedeu. As lutas agravaram-se, a imoralidade tornou-se mais manifesta [...]. Compreendem vossas excelências com as minhas responsabilidades no 5 de Outubro a dor que me amargurava ao sentir a República despenhar-se por um abismo, a que não se via fim. Foi neste estado de espírito que me encontrava quando me vieram convidar a entrar neste movimento que se propunha salvar a Pátria, introduzindo a moralidade nos costumes políticos e iniciando em Portugal uma obra de construção, tendo por base a garantia da Ordem e do Direito”. José Mendes Cabeçadas Júnior, *Diário de Lisboa*, 9-11-1925, p. 8.

¹¹⁸⁴ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 12-10-1925, p. 8.

¹¹⁸⁵ Alberto da Silveira, *Diário de Lisboa*, 12-10-1925, p. 8.

¹¹⁸⁶ Gomes da Costa, *Diário de Lisboa*, 10-10-1925, p. 8.

24. As Eleições de 1925

No final de 1925 realizaram-se as últimas eleições da I República. A 8 de Novembro tiveram lugar as eleições legislativas para a Câmara dos Deputados e para o Senado. Estiveram em disputa 163 lugares para a Câmara dos Deputados repartidos pelos 51 círculos eleitorais. Estiveram ainda em disputa 36 lugares para o Senado, eleitos pelos distritos de Angra do Heroísmo, Aveiro, Braga, Coimbra, Funchal, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém e Vila Real e pelas províncias ultramarinas de Timor, Moçambique e S. Tomé e Príncipe¹¹⁸⁷. A 22 de Novembro realizaram-se as eleições para as Juntas Gerais de Distrito e para as Câmaras Municipais no continente e ilhas adjacentes e no dia 6 de Dezembro tiveram lugar as eleições para as Juntas de Freguesia no continente e ilhas adjacentes.

O PRN enquanto segundo maior partido do regime e com pretensões a torna-se o partido liderante da República, tentou disputar todas as eleições com uma participação em quase todos os círculos eleitorais.

24.1. Legislação Eleitoral

O acto eleitoral de 1925 estava regulado essencialmente pelo Código Eleitoral de 1913¹¹⁸⁸. Este código sofreu ligeiras alterações, com a aprovação de leis posteriores¹¹⁸⁹, em particular as efectuadas em 1915¹¹⁹⁰.

Os republicanos, ao contrário do que tinham prometido antes do 5 de Outubro de 1910, atribuíram capacidade eleitoral activa a partir de 1913, apenas aos eleitores masculinos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever¹¹⁹¹. Foram excluídos ainda os militares (que readquirem o direito de voto em 1915¹¹⁹²), os alienados, indigentes, vadios, falidos, condenados e naturalizados há menos de dois anos. O corpo eleitoral era o mesmo nas eleições administrativas e nas eleições legislativas. Esta lei limitava o direito de voto da maior parte da população portuguesa, uma vez que discriminava as mulheres e, ao exigir a alfabetização num país com elevadas taxas de analfabetismo, afastava do sufrágio largas massas de eleitorado, predominantemente do proletariado

¹¹⁸⁷ Continuaram em funções 35 senadores. Cf., Artigos 9.º e 24.º da Constituição de 1911; Diário do Senado, 11-02-1925, pp. 5-13; Decreto, n.º 11095, de 22 de Setembro de 1925; *Diário de Notícias*, 8-11-1925, p. 7.

¹¹⁸⁸ Lei n.º 3 de 3 de Julho de 1913.

¹¹⁸⁹ Decreto n.º 5184, de 1 de Março de 1919; Decreto n.º 5376, de 11 de Abril de 1919; Lei n.º 941, de 14 de Fevereiro de 1920; Decreto n.º 7543, de 13 de Junho de 1921; Portaria n.º 2788, de 16 de Junho de 1921; Portaria n.º 2800, de 25 de Junho de 1921; Portaria n.º 3150, de 11 de Abril de 1922; Lei n.º 1328, de 26 de Agosto de 1922; Decreto n.º 8457 de 31 de Outubro de 1922; Decreto 11094, de 22 de Setembro de 1925; Decreto 11096, de 31 de Outubro de 1925.

¹¹⁹⁰ Lei n.º 294 de 20 de Janeiro de 1915; Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915. Para o enquadramento e compilação da legislação eleitoral dispersa vejam-se: António Luís da Costa Rodrigues, *Código Eleitoral Actualizado*, Coimbra, Coimbra Editores, 1921; *Código Eleitoral*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925; Pedro Tavares de Almeida, (org. e introdução de), *Legislação eleitoral portuguesa: 1820-1926*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

¹¹⁹¹ Cap. I, Lei n.º 3 de 3 de Julho de 1913. Sobre este recuo no sufrágio universal dos republicanos veja-se, Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa 1994, pp. 74-76.

¹¹⁹² Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915.

industrial e agrícola¹¹⁹³. Esta legislação eleitoral tinha um carácter restritivo em relação às propostas iniciais dos republicanos favoráveis ao sufrágio universal e mesmo em relação à lei eleitoral de 1911 que permitia o voto aos chefes de família analfabetos¹¹⁹⁴. O sistema de sufrágio capacitário manteve-se durante toda a I República, com excepção do período *Sidonista*, onde pela primeira vez se instituiu o sufrágio universal masculino, alargando-se o sufrágio a todos os homens maiores de 21 anos¹¹⁹⁵.

Para se ser eleitor, não bastava possuir os requisitos apresentados anteriormente. Era necessário proceder-se ao recenseamento. O recenseamento ao não ser obrigatório e ao ser extremamente burocrático, levava grande número de eleitores a não se inscreverem nos cadernos eleitorais, e consequentemente a não participarem nos actos eleitorais. A organização do cadastro do recenseamento ficava a cargo dos chefes da secretaria das Câmaras Municipais, que ficavam com toda a responsabilidade do processo. Os interessados em recensear-se tinham de comprovar a sua capacidade eleitoral através da apresentação de certidão, diploma especial, ou fazer um requerimento, onde comprovavam a idade e a capacidade de ler e escrever. Este requerimento tinha de ser feito perante o Presidente da Junta de Freguesia e mais duas testemunhas que o assinavam também. O requerente podia ainda optar por reconhecer a letra e assinatura pelo notário. O Presidente da Junta de Freguesia ou o Regedor tinham ainda de atestar que o requerente residia há mais de seis meses na freguesia onde requeria a inscrição no recenseamento¹¹⁹⁶. Estas circunstâncias levavam muitas vezes, pura e simplesmente, à desistência dos cidadãos a recensear-se. Mesmo depois de recenseados os eleitores demonstravam normalmente pouca motivação para participarem nos actos eleitorais. Daí a importância da mobilização efectuada pelos caciques locais e pelos partidos políticos para estimularem os seus correligionários a inscreverem-se no recenseamento. Esta mobilização continuava nos dias anteriores ao acto eleitoral, pois para além da campanha eleitoral, era necessário distribuir as listas por todos os potenciais votantes, o que implicava uma logística e um trabalho sistemático para não deixar ninguém sem listas.

Quanto aos elegíveis para os diferentes cargos políticos, o art. n.º 4 da lei eleitoral estabelecia que “só os eleitores são hábeis para serem eleitos”¹¹⁹⁷. Eram ainda “elegíveis todos os cidadãos que, embora não inscritos no recenseamento, reúnam as restantes condições legais de elegibilidade”¹¹⁹⁸. As restantes condições eram as previstas no art. 7.º da constituição de 1911, que estabelecia que apenas podiam ser deputados os maiores de 25 anos e senadores os maiores de 35 anos. Para além desta limitação, os artigos 4.º, 5.º, 6.º e 7.º da lei eleitoral de 1913, que sofreram ligeiras

¹¹⁹³ Maria Cândida Proença, *Eleições Municipais em Sintra. 1910-1926*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1987, p. 55; João B. Serra, “Os poderes locais: Administração e política no 1.º quartel do século XX.”, in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 272.

¹¹⁹⁴ Cf., João B. Serra, “Os poderes locais: Administração e política no 1.º quartel do século XX.”, in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 273-274; Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa 1994, pp. 73-84.

¹¹⁹⁵ Decreto n.º 3907, de 11 de Março de 1918.

¹¹⁹⁶ Art. n.º 18.º, da Lei n.º 3, de 3 de Julho de 1913 e art. n.º 1.º e n.º 3.º, da Lei n.º 294, de 20 de Janeiro de 1915. Cf., Maria Ana Bernardo, “A Dinâmica dos Recenseamentos Eleitorais no Final da Monarquia e na I República”, *Penélope*, Lisboa, Celta, n.º 27, 2002, pp. 93-124; Maria Antonieta Cruz, “Notas em torno dos efeitos da legislação eleitoral na formação do corpo eleitoral português (no final da Monarquia Constitucional e na I República)” in André Freire (Coor.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 125-134.

¹¹⁹⁷ Art. n.º 4.º, da Lei n.º 3, de 3 de Julho de 1913.

¹¹⁹⁸ Art. n.º 5.º e 6.º, da Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915.

alterações em 1915¹¹⁹⁹, estabeleciam que era inelegível para os cargos de Deputado e Senador qualquer cidadão que mantivesse com o Estado uma relação económica estreita¹²⁰⁰. Eram ainda inelegíveis estrangeiros naturalizados, altos funcionários do Estado na sua área de jurisdição e ministros de qualquer religião¹²⁰¹. Para os cargos administrativos eram inelegíveis: membros do poder executivo; militares no exercício; magistrados; conservadores; polícias; funcionários remunerados do serviço de contribuições do estado; empregados do Corpo Diplomático; empregados dos correios e telégrafos; funcionários de sanidade marítima; professores de instrução primária excepto para as juntas de paróquia; membros dos conselhos de administração ou fiscais de quaisquer empresas, sociedades ou companhias que tenham contrato de qualquer natureza com os mesmos corpos administrativos; e os ministros de qualquer religião para as juntas de freguesia¹²⁰². Há uma preocupação nítida na legislação no sentido de evitar “formas de corrupção política, por abuso do poder, como a defesa de determinados princípios ideológicos, pela diferenciação e incompatibilidade da função religiosa e política”¹²⁰³.

O sufrágio era directo, secreto e não obrigatório. O sistema eleitoral previa a existência de 45 círculos eleitorais plurinominais e 6 círculos eleitorais uninominais nas eleições para a Câmara dos Deputados¹²⁰⁴. O escrutínio fazia-se por *lista incompleta*, com excepção dos círculos que elegiam apenas um ou dois deputados. Assim, nos círculos que elegiam três, quatro ou oito deputados, cada eleitor não podia votar em mais de dois, três ou seis nomes, respectivamente, num sistema também conhecido por *voto limitado*. Portanto, este sistema eleitoral fixava previamente o número de mandatos da «maioria» (70,5%) e da «minoria» (29,5%)¹²⁰⁵. O Senado era constituído por três indivíduos por cada distrito e ilhas adjacentes e de um indivíduo por cada província ultramarina. Nos círculos que elegiam três senadores as listas apenas podiam conter dois nomes¹²⁰⁶. Este sistema eleitoral dava ainda “a possibilidade de os eleitores riscarem ou acrescentarem nomes nos boletins de voto, como forma de abrir o processo representativo às escolhas individuais, ditadas por factores de consideração e apreço por esta ou aquela personalidade”¹²⁰⁷, o que em princípio, aproximaria mais os eleitores aos eleitos¹²⁰⁸.

¹¹⁹⁹ Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915.

¹²⁰⁰ Nomeadamente, “os concessionários; contratadores ou sócios de firmas contratadas de concessões, arrematações ou empreitadas de obras públicas e operações financeiras com o Estado, directores, administradores, membros gerentes ou fiscais de sociedades por ele subsidiadas, ou que, por conta dele, administrarem alguns dos seus rendimentos, excepto os que por delegação do Governo, representarem nelas os interesses do mesmo Estado”, Art. n.º 5.º, da Lei n.º 3, de 3 de Julho de 1913.

¹²⁰¹ Cf., Artigos n.º 4 e n.º 6.º, da Lei n.º 3, de 3 de Julho de 1913.

¹²⁰² Cf., Art. 7.º, da Lei n.º 3, de 3 de Julho de 1913 e art.º 8.º, da Lei 88, de 7 de Agosto de 1913.

¹²⁰³ Luís Manuel Machado Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., Secretaria regional da educação e cultura/Direcção regional dos assuntos culturais, 1992, p. 85.

¹²⁰⁴ Cf., Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915.

¹²⁰⁵ Pedro Tavares de Almeida, “O sistema eleitoral e as eleições em Portugal (1895-1910): Uma perspectiva comparada” e Fernando farelo Lopes, “Direito de voto, regime de escrutínio e “eleições feitas” na I República Portuguesa” in André Freire (Coor.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 85-99 e 101-123.

¹²⁰⁶ Cf., art. n.º 16.º, da Lei n.º 314, de 1 de Junho de 1915.

¹²⁰⁷ João B. Serra, “Os poderes locais: Administração e política no 1.º quartel do século XX.”, in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 277.

¹²⁰⁸ O nacionalista João Raimundo Alves sugeriu o seguinte no panfleto que fez distribuir antes das eleições legislativas de 1925 no círculo eleitoral de Vila Franca de Xira: “Os eleitores que queiram incluir o meu nome, em substituição de outro de que discordem em qualquer lista, deverão ter o cuidado, depois de feita a respectiva supressão de escrever precisamente estas palavras: João Raimundo Alves,

As eleições para os corpos administrativos (Junta Geral do Distrito, Câmara Municipal e Junta de Freguesia) estavam enquadradas, para além das leis gerais apresentadas anteriormente, pela Lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, que organizava o funcionamento destes órgãos políticos locais. Nas eleições para os corpos administrativos também vigorava o sistema de lista incompleta ou voto limitado, que permitia a representação das minorias¹²⁰⁹ e era possível um candidato aparecer em várias listas, embora não pudesse pertencer a mais de um corpo administrativo. A lei estabelecia que as Câmaras Municipais (também designadas por Senado Municipal) seriam constituídas por vinte vereadores para os concelhos de 1.ª ordem, dezasseis vereadores nos concelhos de 2.ª ordem e doze vereadores nos concelhos de 3.ª ordem¹²¹⁰. Os concelhos de Lisboa e do Porto, por terem uma população bastante mais elevada do que os restantes concelhos do país, tinham um enquadramento diferente. O concelho de Lisboa elegia vinte e oito vereadores e o concelho do Porto elegia vinte e quatro vereadores¹²¹¹. As listas apresentadas em Lisboa apenas poderiam ter vinte e um nomes e no Porto dezoito nomes. Nos concelhos de 1.º ordem as listas apresentadas apenas podiam ostentar quinze nomes, os de 2.ª ordem doze nomes e os de 3.ª ordem nove nomes¹²¹². Nas eleições para as Juntas de Freguesia as listas tinham quatro candidatos efectivos e quatro substitutos, para que fosse eleito pelo menos um candidato pela minoria, uma vez que cada Junta de Freguesia era constituída por cinco elementos. As Juntas Gerais dos Distritos eram compostas por um a três procuradores eleitos nos concelhos ou bairros dos Distritos. Nas eleições para as Juntas Gerais dos Distritos a relação entre a representação da maioria e da minoria era de três para um, “desprezadas as fracções, para a representação das minorias nos concelhos que elegem três ou mais”¹²¹³.

Os círculos eleitorais estavam divididos em assembleias eleitorais, “compostas de 150 a 600 eleitores, agrupando-se na razão, directa da sua proximidade às freguesias que por si não possam formar uma assembleia,”¹²¹⁴.

As listas para as eleições de Senadores e Deputados, Juntas Gerais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia teriam de ter “forma rectangular”, sendo “impressas, manuscritas ou latigrafadas em papel almaço branco liso, não transparentes e sem qualquer marca, sinal, designação ou numeração externa”, deviam medir as de “Deputados e as das Câmaras Municipais 0,20x0,15, e as dos Senadores, Juntas Gerais e Juntas de Freguesia 0,15x0,10”¹²¹⁵. Estas listas eram elaboradas pelas candidaturas e

proprietário e funcionário público” (João Raimundo Alves, “Aos Eleitores do Círculo de Vila Franca de Xira”, Arquivo Particular de António Ventura - Portalegre e Lisboa.

¹²⁰⁹ O princípio da representação das minorias consagrado na Constituição de 1911 foi objecto de um decreto em 1913 que consagrava no acto eleitoral a lista incompleta (Decreto n.º 158, de 6 de Outubro 1913). Este decreto permitia que as minorias tivessem uma representação com uma proporção de um para quatro em relação à maioria. Cf., João B. Serra, “Os poderes locais: Administração e política no 1.º quartel do século XX.”, in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 275.

¹²¹⁰ Os concelhos eram organizados segundo uma “lista incerta no Diário do Governo n.º 152, 2.ª série de 10 de Novembro de 1920, dos concelhos dos distritos do Continente e Ilhas, organizado nos termos do artigo 16.º da lei de 23 de Junho de 1916, tendo por base o censo da população de 1920 e as alterações posteriores à data daquela publicação”, *Diário do Governo*, 2.ª série, 11 de Junho de 1925.

¹²¹¹ Cf., Lei n.º 1328, de 26 de Agosto de 1922.

¹²¹² Cada lista poderia apresentar o mesmo número de candidatos efectivo e candidatos substitutos. Cf., Decreto n.º 8457, de 31 de Outubro de 1922; Decreto n.º 11094, de 22 de Setembro de 1925.

¹²¹³ *Código Administrativo. Leis n.º 88 e 621 de 7 de Agosto de 1913 e 23 de Junho de 1916*, anotadas por Carlos d’Oliveira, Porto, Livraria Chardron de Lélo & Irmão Editores, 1917, p. 9.

¹²¹⁴ Art.º n.º 47.º, da Lei n.º 3, de 3 de Julho de 1913.

¹²¹⁵ Art.º n.º 4.º, do Decreto n.º 11094, de 22 de Setembro de 1925.

distribuídas pelos pretensos simpatizantes dessas candidaturas que as levariam e depositariam nas urnas no dia das eleições. O contacto directo entre os candidatos, elementos das candidaturas e os votantes era muito estreito, o que potenciava situações de pressão e caciquismo sobre os cidadãos que tinham possibilidade de votar.

24.2. As Eleições Legislativas

24.2.1. A formação das listas, a escolha dos candidatos e os acordos eleitorais lícitos

A selecção dos candidatos a deputado e a senador era um momento de alguma pressão entre os órgãos directivos centrais e os órgãos locais dos partidos. O Partido Republicano Nacionalista também sofreu alguns momentos de tensão na preparação das eleições de 1925.

O Estatuto ou Lei Orgânica do PRN atribuía ao Directório o poder de “indicar às comissões políticas os nomes dos candidatos a parlamentares, que julgue conveniente fazer eleger pelo partido”¹²¹⁶. Contudo, as comissões políticas locais tinham o poder de “sancionar a escolha de deputados e de senadores”¹²¹⁷ efectuada pelo Directório. Em caso de diferendo, cabia a última palavra ao Directório, pois embora as comissões políticas locais pudessem apresentar candidaturas ao Senado e à Câmara dos Deputados, o Directório podia rejeitá-las, fundamentando a sua decisão num parecer¹²¹⁸. Esta tensão, tinha sido atenuada pela tradição que atribuía às comissões políticas locais o direito a escolher um dos candidatos a deputados por cada círculo eleitoral. No entanto, nem sempre a tradição foi suficiente para atenuar os conflitos entre o centro e a periferia.

Várias candidaturas foram impostas pela força pessoal dos candidatos e não pela imposição dos directórios¹²¹⁹. Francisco Cruz era tradicionalmente o candidato das forças republicanas conservadoras no círculo de Tomar, mas decidiu ceder o lugar a João Tamagnini Barbosa que lhe ficou muito agradecido: “Logo que ingressei no nacionalismo, ele [Francisco Cruz] disse que desejava ceder-me o círculo. Que desejava ver-me na Câmara. Aceitei. Creio que tenho o meu lugar assegurado”¹²²⁰. Em Aljustrel, Brito Camacho tinha sempre a sua eleição assegurada, mas decidiu abandonar o Parlamento em 1925, pelo que “deu os seus votos”¹²²¹ a Aboim Inglês, que recebeu a sanção do PRN. Em Angra do Heroísmo o PRN teve de aceitar a coligação de João Ornelas da Silva, que era o grande influente local nacionalista¹²²², com o democrático José Carlos Trilho, que por sua vez, não teve a sua candidatura sancionada pelo Directório do PRP¹²²³. Em Ponta Delgada, Filomeno da Câmara que viria a integrar o Directório do PRN em Março de 1926 não quis aparecer na imprensa como membro do

¹²¹⁶ Alínea 5.º do art. 27.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 8.

¹²¹⁷ Alínea 9.º do art. 41.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 13.

¹²¹⁸ Alínea 6.º do art. 27.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 8.

¹²¹⁹ *Diário de Lisboa*, 9-10-1925, p. 8.

¹²²⁰ João Tamagnini de Sousa Barbosa, *Diário de Lisboa*, 21-10-1925, p. 8.

¹²²¹ *Diário de Lisboa*, 7-11-1925, p. 5.

¹²²² *Diário de Lisboa*, 7-11-1925, p. 5.

¹²²³ Luís Manuel Machado Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., Secretaria regional da educação e cultura/Direcção regional dos assuntos culturais, 1992, pp. 160-161.

PRN, pois a sua candidatura era regionalista e plural, sendo “apoiada por nacionalistas, católicos e por alguns monárquicos e democráticos”¹²²⁴. Filomeno da Câmara apareceu na lista ao lado do independente e regionalista, Herculano Amorim Ferreira, pelo que contrariou a decisão do Directório nacionalista que sancionou a candidatura de Hermano José de Medeiros¹²²⁵, que era o tradicional candidato do republicanismo conservador neste círculo. Filomeno da Câmara justificou a sua integração no «Bloco Regional», dado que “uma candidatura exclusivamente nacionalista não teria a força necessária”¹²²⁶.

Contudo, noutros casos, foi a posição do directório que venceu. Em Castelo Branco era habitualmente apresentado Bernardo Ferreira de Matos, mas desta vez, foi imposto à última da hora Pedro Pita, tendo Bernardo Ferreira de Matos desistido da sua candidatura¹²²⁷, embora Pedro Pita ainda tenha tentado chegar a acordo com este notável da Beira Baixa¹²²⁸.

No final de Setembro iniciaram-se os preparativos para a escolha do candidato do distrito de Beja entre as várias comissões concelhias do PRN. No entanto, não se chegou a acordo, tendo havido duas reuniões com sinais opostos. Os dirigentes da comissão política municipal de Beja, do centro político do PRN, do jornal *O Bejense* e alguns membros da comissão distrital reuniram, e decidiram apoiar as candidaturas de António Aresta Branco e Joaquim Lança a deputados por Beja. Porém, os outros membros da comissão distrital e as outras comissões concelhias do Distrito fizeram outra reunião onde decidiram apoiar as candidaturas de Jaime António Palma Mira e José do Vale de Matos Cid. Como o Directório acabou por apoiar estes últimos candidatos, as estruturas políticas que não viram vingar a sua pretensão, dissolveram-se em protesto e recusaram-se a apoiar os candidatos indicados pelo Directório¹²²⁹. Muitas individualidades da capital do Baixo Alentejo abandonado o PRN e decidiram adoptar António Aresta Branco, como o novo patrono do Centro Republicano de Beja quando faltavam apenas cinco dias para as eleições legislativas¹²³⁰.

¹²²⁴ *Diário de Lisboa*, 27-11-1925, p. 5.

¹²²⁵ Luís Manuel Machado Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., Secretaria regional da educação e cultura/Direcção regional dos assuntos culturais, 1992, pp. 158-159.

¹²²⁶ Carta enviada por Filomeno da Câmara, Lisboa, 19-06-1926, Espólio de António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, E55/696.

¹²²⁷ A oposição entre Bernardo Ferreira de Matos, apoiante de Cunha Leal, e o grupo do directório liderado por Pedro Pitta era já notório há alguns meses. Veja-se a seguinte carta enviada para Bernardo Ferreira de Matos. Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família):

“Governo Civil do Distrito de Castelo Branco

2.ª Secção

Meu prezado amigo

A sua retirada precipitada desta cidade não consentiu que nos avistássemos, para o informar das manobras que os acólitos de o Dr. Pita desenvolveram no intuito de prejudicarem os objectivos da viagem que acabou de fazer aqui com o Cunha Leal [...].

Castelo Branco, 12-2-1925

Guilherme”.

¹²²⁸ Veja-se o seguinte telegrama enviado por Pedro Pitta a Bernardo Ferreira de Matos. Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família):

“2-11-1925

Dr. Bernardo de Matos, Sertã.

Circunstâncias que esperei sejam ir eu substituir Vicente Ferreira. Peço que diga Castelo Branco onde chego Quinta-Feira onde poderei falar-lhe pois desejo sinceramente tenhamos bom entendimento [...].

Pitta”.

¹²²⁹ Cf., *O Bejense*, 15-10-1925, p. 1; *idem*, 29-10-1925, p. 1; *Acção Nacionalista*, 18-10-1925, p. 1.

¹²³⁰ Cf., *O Bejense*, 5-11-1925, pp. 1-2; *Acção Nacionalista*, 15-11-1925, pp. 1-2.

Alguns membros do PRN de Viana do Castelo não concordaram com o candidato indicado pelo Directório, Rafael Augusto de Sousa Ribeiro¹²³¹. Face a esta discordância, o presidente do directório do PRN fez uma visita a esta cidade para tentar chegar a um entendimento. António Ginestal Machado fez uma proposta conciliadora. O directório indicaria um nome e as estruturas do PRN outro nome. O PRN de Viana do Castelo não aceitou, defendendo que se cumprisse o estipulado na Lei Orgânica do PRN, que determina que o directório indicava os nomes dos candidatos e as estruturas locais sancionavam a referida escolha. Uma vez que não foi possível chegar a um acordo, uma parte dos membros do PRN abandonaram a militância no PRN, a *Gazeta de Viana* passou a ser um «Semanário Republicano Independente» e apresentaram a sufrágio um outro candidato, Francisco Aires de Abreu. Em vez de se apresentarem para as maiorias, com uma lista com dois nomes, tiveram de apresentar-se para as minorias, apresentando uma lista com apenas um nome. Por sua vez, o PRN que seguia a facção do directório apresentou uma lista com dois candidatos: Rafael Augusto de Sousa Ribeiro e Abílio Carlos da Fonseca e Silva¹²³².

A escolha dos candidatos a deputados por Setúbal também levantou várias discordâncias. Joaquim Brandão era questionado por faltar constantemente às sessões da Câmara dos Deputados e por ter vários empregos que o impossibilitavam de concentrar-se nos trabalhos parlamentares¹²³³. Luís Costa Santos, director do semanário do PRN do distrito de Lisboa, *Acção Nacionalista*, tentou ser o candidato do PRN pelo círculo de Setúbal, brigando pelo lugar que era ocupado desde 1910 por Joaquim Brandão. Luís Costa Santos conseguiu o apoio de algumas concelhias do PRN no círculo de Setúbal¹²³⁴. Porém, outras concelhias do PRN continuaram a apoiar o candidato

¹²³¹ Veja-se a seguinte carta enviada por Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso para António Ginestal Machado, datada em Lisboa em 16-10-1925: “Dois assuntos: 1.º Importância capital para o resultado da eleição de Bragança. Depende o seu deferimento do Comandante Nunes Ribeiro, nosso corr.^a e por isso venho pedir o favor de recomendar com todo o empenho [...]. O segundo diz respeito à justa pretensão de Rafael Ribeiro que quer ser proposto por Viana do Castelo. É um rapaz simpático e de valor, tendo condições de triunfar no círculo. Com esta candidatura concordam e apoiam-na no Directório o Júlio Dantas, o Pedro Pita, V. e Sá, Cunha Leal e Portela e eu ponho o maior interesse em que seja sancionada”. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/726.

¹²³² Cf., *Gazeta de Viana*, 10-9-1925, p. 1; *idem*, 29-10-1925, p. 1; *idem*, 5-11-1925, p. 1; *Acção Nacionalista*, 15-11-1925, pp. 1-2.

¹²³³ “A sua energia está na coragem que revela, desaparecendo das Câmaras ou a elas não comparecendo quando é necessário lutar pelo Partido. [...] Sua Ex.^a tem três ou quatro empregos, imagine-se o que não seria se não fosse a sua isenção e o seu sacrifício...”, C. S. “Política de Setúbal”, *Acção Nacionalista*, 11-10-1925, p. 1.

¹²³⁴ Luís Costa Santos escreveu ao Directório do PRN no sentido de defender a sua candidatura por Setúbal e mostrar as debilidades dos tradicionais candidatos nacionalistas: “Não é meu hábito pedir favores porque foi sempre hábito meu pedir exclusivamente justiça”. Segundo as suas informações nove dos doze concelhos que compunham o círculo de Setúbal pretendiam que fosse ele o candidato do partido nas próximas eleições. “E se nem todos o fizeram directamente ao Directório é porque não estão devidamente reconhecidos pelo directório, por culpa dos parlamentares do distrito que não cuidam da sua organização. De resto os organismos existentes também não apoiaram os antigos parlamentares (Nunes e Brandão) devido ao seu desinteresse pelo círculo. A *Opinião* de Setúbal, órgão do Brandão, contava com a votação nacionalista de 4 concelhos e que iriam a votos mesmo sem a sanção do Directório. Por isso, perderam o apoio do círculo e ameaçam o directório. O Sr. Nunes mesmo quando era menos comodista não conseguia ser eleito por Setúbal, tendo de ser eleito por Cabo Verde e Timor. Brandão é eleito pelo peso do partido e não pela sua acção. Resumindo. Dos doze concelhos do círculo conta o Sr. Nunes com a votação de Grândola, que dá o máximo de 500 votos (se for possível, desta vez, repetir a costumada chapelada) e o Sr. Brandão com a votação da sua terra, Sesimbra que dá o máximo de 200 votos. No resto do círculo não são suas Exas. Quem têm probabilidades de obter a maioria da votação dos nossos correligionários”. O Sr. Nunes renunciou ao parlamento por falência do Banco industrial, foi pouco assíduo e incitou alguns correligionários a votarem contra o partido. “O Sr. Brandão é pouco assíduo e tem pouco brilho. O Sr. Brandão pretende ser parlamentar para manter dois lugares públicos

histórico do círculo, casos de Aldeia-Galega, Seixal, Setúbal e Sesimbra. Contudo, o que fez desequilibrar a disputa foi o apoio incondicional do outro candidato do PRN, Jorge Nunes, ao seu colega Joaquim Brandão. A extrema juventude de Luís Costa Santos (26 anos) também deverá ter contribuído para a desistência da sua candidatura a deputado por Setúbal, junto do directório do PRN¹²³⁵. No entanto, esta desistência deixou-o bastante amargo em relação ao directório e à sua estratégia política, pelo que a *Acção Nacionalista* tornou-se, desde esse momento, num foco de crítica constante do Directório do PRN. Num dos muitos editoriais escritos no semanário do PRN do distrito de Lisboa, Luís Costa Santos considerou que “a política eleitoral do Directório foi desastrosa” e revelou pouca ambição, uma vez que a estratégia foi tentar “conservar o mesmo número de parlamentares”¹²³⁶ que já possuía, quando o PRN necessitava de aumentar consideravelmente a sua representação parlamentar, para poder ser uma verdadeira alternativa de poder ao PRP.

No círculo de Torres Vedras as comissões municipais do PRN de Cascais, Oeiras e Sintra apoiaram a candidatura de Mariano de Melo Vieira e as comissões municipais de Mafra, Torres Vedras e Lourinha a candidatura de Constâncio de Oliveira, que era o candidato tradicional deste círculo. No entanto, como a comissão da Lourinha não esteve presente e não se fez representar na reunião conjunta para escolher o candidato do PRN, o directório do PRN deliberou escolher Mariano de Melo Vieira para candidato do PRN, por considerar que a comissão da Lourinha ao não comparecer à reunião delegou nas restantes a decisão. Esta resolução levou ao afastamento de Constâncio de Oliveira do PRN, que acusou o Directório de apoiar a facção unionista contra os históricos do evolucionismo a que ele pertencia¹²³⁷.

Em Santarém a reunião realizada no Centro Nacionalista Dr. Ginestal Machado também levantou problemas, a começar pelo facto de dever ser a comissão concelhia a convocar a reunião, e não o Centro, que não tinha competência para indicar os candidatos a deputado¹²³⁸.

Os nacionalistas do círculo eleitoral da Horta equacionaram apresentar o farmacêutico João Paulino de Azevedo e Castro, que se enfrentaria ao candidato independente apoiado pela moagem e pelo PRP, Manuel José da Silva. No entanto, várias irregularidades nos cadernos eleitorais levaram à desistência do candidato nacionalista¹²³⁹.

Em alguns círculos eleitorais não havia condições para concorrer às maiorias, pelo que a estratégia passou por disputar apenas as minorias, fazendo acordos eleitorais com outros partidos. No entanto, por vezes, os dirigentes nacionais forçaram a disputa das maiorias. João Martins de Azevedo, Presidente da Comissão Executiva de Câmara Municipal de Torres Novas, escreveu a António Ginestal Machado dando-lhe conta do inconveniente de concorrer com três candidatos nacionalistas para alcançar a maioria no círculo de Tomar:

incompatíveis e razoavelmente remunerados. Ps. Sines, Santiago do Cacém e Moita indicaram-me como seu candidato”. Carta de Luís Costa Santos dirigida ao Directório do PRN, datada em Lisboa, 21-10-1925, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1030.

¹²³⁵ Cf., *Diário de Lisboa*, 24-10-1925, p. 9; *Acção Nacionalista*, 25-10-1925, p. 1.

¹²³⁶ Luís Costa Santos, *Acção Nacionalista*, 1-11-1925, p. 1.

¹²³⁷ Cf., *Diário da Tarde*, 24-10-1925, p. 8; *O Debate*, 25-3-1925, p. 1.

¹²³⁸ *Acção Nacionalista*, 18-10-1925, p. 2.

¹²³⁹ *Acção Nacionalista*, 25-10-1925, p. 1; Luís Manuel Machado Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., Secretaria regional da educação e cultura/Direcção regional dos assuntos culturais, 1992, pp. 160-161.

“[Recebi] informação de que Cunha Leal quer disputar neste círculo a maioria, incluindo só correligionários nossos, elegendo também o seu protegido Ribeiro Lopes. Depois dos trabalhos já feitos é impraticável. Não temos forças tão disciplinadas que aceitem de bom grado a substituição do candidato católico pelo nacionalista. E os católicos deixariam de votar no candidato nacionalista. Acresce ainda que há já acordos firmados em alguns concelhos e [...] outros preparados [...]. Perderíamos muitos votos para outros candidatos, pondo em risco não só a maioria mas até a minoria. Lamarosa, 23-10-1925. João Martins de Azevedo”¹²⁴⁰.

O pedido surtiu efeito, tendo o PRN concorrido às eleições nesse círculo integrado numa lista com o candidato católico Alberto Dinis da Fonseca, sendo os candidatos nacionalistas João Tamagnini de Sousa Barbosa e Rafael da Silva Neves Duque. No entanto, esta decisão não foi pacífica para os candidatos e para os notáveis locais, pelo que estes últimos enviaram vários telegramas para o Directório do PRN¹²⁴¹.

Alfredo Vitorino Vieira, membro da Comissão Municipal de Lisboa do PRN, também escreveu a António Ginestal Machado porque não concordava com a candidatura de Ribeiro Lopes, protegido de Cunha Leal, no círculo de Tomar e perguntava: “o que fez Ribeiro Lopes pelo PRN, Conhece o Partido?” Alfredo Vitorino Vieira achava que o PRN devia escolher os melhores candidatos e ele tinha um percurso no partido que lhe permitia ser candidato por Tomar ou por Santarém. Por isso, recomendava que o PRN devia fazer o seguinte: “Aconselhando-se ao Sr. Ribeiro Lopes que em política se começa por soldado e declarando ao Sr. Cunha Leal que o Partido Nacionalista não é tabuleta para benesses a amigos pessoais”. Quanto a Rafael da Silva Neves Duque, candidato por Santarém, juntamente com António Ginestal Machado, considerava que “devia ter sido irradiado por ter aceite o lugar de chefe de gabinete do governo de Álvaro de Castro após a cisão”¹²⁴². Avisava ainda António Ginestal Machado para o perigo de ir acompanhado por Rafael da Silva Neves Duque, uma vez que podia ficar fora do Parlamento, porque os seus amigos iriam riscar o nome de António Ginestal Machado, dado que a minoria apenas elegia um deputado.

Para além destes problemas, que a escolha dos candidatos levantava, havia ainda as complicações surgidas pelos acordos e coligações em diversos círculos eleitorais. A Junta Consultiva do PRN aprovou o ponto de vista do Directório exposto por António Ginestal Machado, segundo o qual os candidatos a deputados nas próximas eleições podiam “estabelecer acordos com qualquer organismo político” sem que isso significasse, “a mínima quebra na orientação seguida até agora, pelo qual o Partido Nacionalista se tem recusado a entendimentos governativos com quem quer que

¹²⁴⁰ Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/671.

¹²⁴¹ Telegrama para Directório enviado de Abrantes – 29-10-1925:

“Preparação círculo para eleições candidatos nacionalistas Tamagnini e Rafael fica prejudicada substituição agora qualquer estes nomes. Lembramos outro candidato seja apresentado Santarém em lugar Rafael mantendo - se este Tomar – Ramiro Guedes representante Abrantes João Martins Azevedo representante Torres Novas Cândido Madureira Representante Tomar”.

Telegrama para Directório enviado de Abrantes – 29-10-1925:

“Apesar deliberação Directório Duque e Tamagnini percorrem círculo dizendo-se únicos candidatos. Hoje telegrafaram directório dizendo concelhos do norte do círculo manifestam vontade votar especialmente duque e Tamagnini esta informação é redondamente falsa votação partido acata candidatos directório dando eu pessoalmente mais cerca mil votos a lista partidária. Protesto perante vos contra semelhante processo entre correligionários reservando-me direito documentar directório verdade minha afirmação. Ramiro Lopes”. Telegramas enviados para o Directório do PRN, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1530-1531.

¹²⁴² Carta enviada por Alfredo Vitorino Vieira para António Ginestal Machado, datada em Lisboa em 18-11-1925, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1056-1084.

seja”¹²⁴³. Esta decisão abria a porta a acordos com o PRP em muitos círculos, facto que era muito criticado por alguns sectores nacionalistas. O PRN embora, pretendesse ir para o governo sozinho aceitava fazer alguns acordos eleitorais. António Ginestal Machado explicitou a estratégia do PRN nestes termos: “Aceitaremos todos os acordos que forem reputados necessários ou convenientes aos altos interesses do partido”. Nomeadamente, com “republicanos que nos dêem garantias de republicanismo e de seriedade. Não nos repugnava, sob esse ponto de vista, entendimentos com os chamados bonzos, com os católicos ou com a gente da UIE. Escuso de lhe dizer que nada queremos com os esquerdistas do democratismo”¹²⁴⁴. O líder do PRP, António Maria da Silva, também explicou as razões do acordo: a “conjunção do partido democrático com os nacionalistas, em certos círculos, obedece à defesa da República. Isto, é que importa, embora desagrade aos adversários do regime”¹²⁴⁵.

O directório do Partido Republicano Nacionalista apresentou às comissões políticas locais a proposta de se coligarem com o Partido Republicano Português e com o Partido Socialista numa *Frente Republicana* nos círculos de Lisboa e do Porto. Pedro Pita, representando o Directório do PRN, na reunião em que foi apresentada esta proposta às comissões políticas de Lisboa, argumentou que o PRN devia associar-se a esta frente, uma vez que “acima de nacionalista somos republicanos”¹²⁴⁶. Esta opção devia-se ao facto de existir um perigo real dos monárquicos vencerem as eleições nos dois círculos da capital e no círculo do Porto, se os republicanos se dispersassem em várias candidaturas. Havia ainda outra razão não invocada: a forte possibilidade de os nacionalistas não elegendem nenhum deputado nas duas principais cidades do país se avançassem com uma candidatura própria, uma vez que apenas duas listas teriam direito a eleger deputados (a lista maioritária e a lista da minoritária). Por outro lado, a participação da Esquerda Democrática nestes círculos também criara dificuldades ao PRP, pelo que a coligação também era vantajosa para o partido hegemónico da República. A inclusão dos nacionalistas na *Lista Republicana* permitia eleger Tomé José de Barros Queiroz no Círculo Oriental de Lisboa, Alberto Carlos da Silveira no Círculo Ocidental de Lisboa e António Alves Cálem Júnior no círculo do Porto. De facto, avançando sozinhos, os nacionalistas corriam o risco de não eleger nenhum deputado nestes círculos, uma vez que tanto os democráticos, os monárquicos e os esquerdistas se mostravam, à partida, mais fortes¹²⁴⁷. Esta proposta não foi bem recebida por alguns sectores mais mobilizados do PRN, representados por Luís Costa Santos, director da *Acção Nacionalista*. Este jovem nacionalista respondeu a Pedro Pita argumentando que “acima de republicanos, somos portugueses” e os maiores inimigos do país e dos nacionalistas não eram os monárquicos, mas os democráticos. Luís Costa Santos chamou à atenção que o directório do PRN ao avançar com esta opção “praticará um erro grave que o inutilizará para sempre como partido de governo, porque o partido se desacreditará perante os seus filiados e perante a própria Nação”¹²⁴⁸. Era

¹²⁴³ *O Imparcial*, Lisboa, 28-8-1925, p. 4. Nesta reunião da junta consultiva foi também analisado o afastamento do PRN de Ferreira de Mira, Ferreira da Rocha e Moura Pinto, na sequência do apoio ao governo de António Maria da Silva. A junta consultiva saudou ainda “os seus ilustres correligionários, comandante Filomeno da Câmara e Mendes Cabeçadas”, que se encontravam nesse momento detidos (*O Imparcial*, Lisboa, 28-8-1925, p. 4).

¹²⁴⁴ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 12-10-1925, p. 8.

¹²⁴⁵ António Maria da Silva, *Diário de Lisboa*, 31-10-1925, p. 8.

¹²⁴⁶ *A Opinião*, 30-8-1925, p. 1.

¹²⁴⁷ *Diário da Tarde*, 24-10-1925, p. 8. Segundo Carvalho da Silva, do Partido Monárquico, os nacionalistas não iam concorrer na cidade invicta, pois “não têm duzentos votos no Porto”, *Diário de Lisboa*, 7-11-1925, p. 4.

¹²⁴⁸ Luís Costa Santos, *Acção Nacionalista*, 22-8-1925, p. 1; *A Opinião*, 30-8-1925, pp. 1-2.

inconveniente e prejudicial haver “acordos eleitorais entre o nosso partido e o partido democrático”¹²⁴⁹. O leitorado do PRN não iria compreender que depois de uma política intransigente contra o PRP, que o tinha levado a abandonar duas vezes o Parlamento, viesse agora o PRN a estabelecer um acordo com o PRP. Para Luís Costa Santos “homens de partidos antagónicos e de programas diferentes não podem fazer com honra e nobreza, é entenderem-se para a partilha do «bolo eleitoral». Os acordos eleitorais são uma burla à expressão legítima do voto”¹²⁵⁰. No entanto, os portugueses e os nacionalistas não podiam confiar nas eleições, uma vez que todos sabiam que havia uma burla generalizada, que se traduzia “na confecção dos cadernos eleitorais e, ainda, dos processos ignominiosos de que os democráticos usam sempre em todos os actos eleitorais”, nomeadamente a “falsificando o apuramento dos resultados das urnas e, como se tudo isto ainda não bastasse por todo esse País além, desordeiros acamaradados com as autoridades, provocam, das urnas o afastamento dos cidadãos”¹²⁵¹. Não sendo, pois, possível alcançar para o poder pela via eleitoral, restava apenas “um movimento de força” para libertar o País. O PRN devia “abdicar da sua estrutura constitucional para fazer a revolução”¹²⁵². Luís Costa Santos era contra a construção de uma República que emparceira “nacionalistas honestos com quaisquer dos Norton de Matos que abundam no PRP”¹²⁵³. O PRN não podia assumir-se como uma verdadeira alternativa de poder ao PRP, quando se coligava com ele na capital e noutros círculos. Como podia o PRN estar constantemente a atribuir ao Partido Democrático a “responsabilidade dos males de que a Nação enferma, todo o desprestígio que envolve a República”¹²⁵⁴ e depois associar-se sem qualquer pudor a este partido. Outro dos críticos do acordo era o comandante Mendes Cabeçadas, que ao referir-se à aliança feita na capital disse o seguinte: “Não tenho dúvida nenhuma em declarar que não concordo. Não vejo mesmo vantagens nessa coligação. E vejo até o inconveniente de, sob o ponto de vista moral essa coligação trazer o desprestígio para o meu partido. Os nacionalistas têm atacado sempre a política democrática. Os democráticos têm feito o que se sabe aos nacionalistas. Sendo assim - a coligação não me parece muito honrosa para o brio e dignidade do Partido Nacionalista”¹²⁵⁵. Esta incongruência era patente no círculo vizinho de Torres Vedras. Aí os nacionalistas de Oeiras podiam proclamar o seguinte no seu jornal: “Acordos com os democráticos? Nunca”¹²⁵⁶. Porém, no círculo ao lado, em Lisboa, foi celebrado um acordo entre nacionalistas, socialistas e democráticos. João Tamagnini de Sousa Barbosa foi mais analítico ao examinar os riscos das coligações. Não fazendo coligações nalguns círculos o PRN corria o risco de não eleger ninguém, estabelecendo acordos, nos termos em que os estava a admitir, limitava-se a aceitar ser a segunda força do regime: “veja o caso sintomático de Lisboa e conclua dele todos os perigos e inconvenientes que esta divisão pode acarretar. E ao mesmo tempo considere como podemos nós, os nacionalistas, aceitar uma lista de concentração, em que apenas nos entregam uma candidatura, tendo o Partido Democrático seis ou sete”¹²⁵⁷. Com os acordos estabelecidos em vários círculos não era difícil calcular quantos deputados ia o

¹²⁴⁹ Luís Costa Santos, *A Opinião*, 6-9-1925, p. 1.

¹²⁵⁰ Luís Costa Santos, *Acção Nacionalista*, 6-9-1925, p. 1; *A Opinião*, 13-9-1925, p. 1.

¹²⁵¹ Luís Costa Santos, *A Opinião*, 27-9-1925, p. 1.

¹²⁵² Luís Costa Santos, *Acção Nacionalista*, 11-10-1925, p. 1; *A Opinião*, 18-10-1925, p. 1.

¹²⁵³ Luís Costa Santos, *Acção Nacionalista*, 22-8-1925, p. 1.

¹²⁵⁴ Luís Costa Santos, *Acção Nacionalista*, 1-11-1925, p. 1.

¹²⁵⁵ *Correio da Manhã*, 22-10-1925, p. 1. Vejam-se também as declarações de Mendes Cabeçadas sobre este assunto no *Diário de Lisboa* (2-11-1925, p. 8).

¹²⁵⁶ *O Debate*, 25-10-1925, p. 1.

¹²⁵⁷ João Tamagnini de Sousa Barbosa, *Diário de Lisboa*, 21-10-1925, p. 8.

PRN eleger. Raul Lelo Portela acertou em cheio na sua previsão. Calculou que o PRN ia conseguir eleger “trinta a trinta e cinco deputados”¹²⁵⁸.

Tomé José de Barros Queiroz foi o primeiro nacionalista a integrar a *Conjunção Republicano-Socialista*, devido ao seu prestígio na cidade, mesmo junto dos sectores democráticos que indicaram o seu nome ao PRN¹²⁵⁹. A composição final das listas a apresentar nos dois círculos de Lisboa apenas ficou concluída no final de Outubro. O directório do PRP na sua sessão de 23 de Outubro de 1925 fixou os candidatos a apresentar pelos círculos de Lisboa. Apenas ficou por preencher uma vaga pelo círculo de Lisboa Ocidental, tendo sido enviado um ofício “ao Directório do Partido Nacionalista, pedindo para indicar um nome para essa vaga”¹²⁶⁰.

Os monárquicos e os esquerdistas eram os grandes prejudicados com esta *Frente Republicana* efectuada nas duas principais cidades do país. Donde, os monárquicos contestaram fortemente a constituição da *Conjunção Republicana* em Lisboa e no Porto, considerando-a como sendo “um bloco contra o país”¹²⁶¹, que unia “bonzos silvistas, aero-nacionalistas e até os próprios sidonistas”¹²⁶². Os nacionalistas, pretensamente conservadores, foram especialmente criticados por se terem unido à esquerda radical, e assim sendo, os monárquicos apelaram a “todos os verdadeiros conservadores - monárquicos e republicanos”¹²⁶³ - para votarem na Listas monárquicas, as únicas que representavam o país ordeiro que saberão defender a propriedade, a instituição da família e o interesse da Pátria”¹²⁶⁴. Os esquerdistas, por intermédio de Pestana Júnior também foram muito críticos desta coligação, uma vez que a Esquerda Democrática “fazia propaganda junto do povo, enquanto que os outros fazem acordos sem se importem com as massas”. E previa que “os nacionalistas hão-de cortar os democráticos e só votar no Barros Queiroz; os democráticos pagam-lhes com a mesma moeda e com juros dobrados”¹²⁶⁵.

No Funchal, o candidato a deputado do PRN, Domingos Augusto Reis Costa, fez um acordo com os irmãos Olavo (Américo Olavo Correia de Azevedo e Carlos Olavo Correia de Azevedo) que representavam o PRP e com Juvenal Henriques de Araújo representante do CCP. Esta lista, denominada *Conjunção Republicana*, era constituída por quatro candidatos, embora as listas eleitorais apenas pudessem conter três nomes, pelo que um dos nomes deveria ser retirado, de forma rotativa, a quando da entrega das listas aos pretensos apoiantes. Esta estratégia visava conseguir eleger os quatro deputados reservados ao Funchal. Assim, três candidatos entrariam pela maioria e um pela minoria¹²⁶⁶. Como *Lista Oposicionista*, surgiu Manuel da Costa Dias e Adolfo de

¹²⁵⁸ Raul Lelo Portela, *Diário de Lisboa*, 17-10-1925, p. 8.

¹²⁵⁹ *Diário de Lisboa*, 13-10-1925, p. 5.

¹²⁶⁰ *Diário de Lisboa*, 24-10-1925, p. 9.

¹²⁶¹ *Correio da Manhã*, 14-10-1925, p. 1.

¹²⁶² *Correio da Manhã*, 15-10-1925, p. 1.

¹²⁶³ *Correio da Manhã*, 18-10-1925, p. 1.

¹²⁶⁴ *Correio da Manhã*, 15-10-1925, p. 1.

¹²⁶⁵ *Diário de Lisboa*, 7-11-1925, p. 8.

¹²⁶⁶ Carlos Olavo explicou a estratégia eleitoral alguns dias após as eleições. O seu irmão, Américo Olavo tinha cedido o seu círculo (Viseu) a José Maria Alvarez, pelo que acabou por concorrer pelo Funchal. Os dois irmãos concorreram coligados com o candidato do PRN (Domingos Augusto Reis Costa) e com o candidato do CCP (Juvenal Henriques de Araújo). O representante da candidatura, Vasco Marques (PRN), errou na estratégia, dado que “julgo que devíamos disputar as maiorias que dão 3 deputados e as minorias que dá 1. Resultado: roubamos aos primeiros perto de mil votos. Se tivéssemos disputado só as maiorias teríamos obtido uma votação maior do que os adversários”. O seu objectivo “ao disputarmos as maiorias e as minorias era combater os monárquicos que numa folha do Funchal atacavam violentamente a República”. Carlos e Américo Olavo concorreram com a sanção do Directório do PRP, enquanto os outros dois concorrentes do PRP (Manuel da Costa Dias e Adolfo de Sousa Brazão), concorreram sem a

Sousa Brazão apoiados pelas estruturas locais do PRP e Luís Lopes Vieira de Castro do Partido Monárquico. O directório do PRP não concordou com esta candidatura e não a sancionou¹²⁶⁷, pelo que apoiou os irmãos Olavo. O directório do PRP não podia aceitar que candidatos seus estivessem ao lado de Luís Lopes Vieira de Castro, que tinha feito uma intensa campanha contra as instituições republicanas enquanto director do *Jornal da Madeira*. No entanto, as estruturas locais do PRP decidiram continuar a apoiar Manuel da Costa Dias e Adolfo de Sousa Brazão. Nas eleições para o Senado, o PRN também entabulou um acordo com outras forças políticas. À semelhança do que tinha sucedido nas eleições para a Câmara dos Deputados, formou-se uma *Conjunção Republicana* constituída por Vasco Marques do PRN, César Procópio de Freitas do PRR e Vasco Crispiniano da Silva do PRP. Estes candidatos teriam de aparecer rotativamente nos boletins de voto, pois cada um apenas podia conter dois nomes. As estruturas locais do PRP apresentaram uma *Lista Opositora*, constituída por José Varela e João Augusto de Freitas que não foi sancionada pelo directório do PRP¹²⁶⁸.

Em Évora e Estremoz foram estabelecidos acordos eleitorais entre os candidatos do PRP, do PRN e da UIE para impedirem os esquerdistas de elegerem deputados nestes círculos¹²⁶⁹. Estas combinações com o PRP, que temos vindo a assinalar contrariam aparentemente a “tese” defendida pela historiografia portuguesa de que as alianças a nível local eram feitas contra o PRP¹²⁷⁰. Contudo, a Esquerda Democrática converteu-se na “herdeira natural” do PRP em Évora e Estremoz, já que parte da direcção distrital e concelhia do Partido Democrático aderiu à dissidência da Esquerda Democrática¹²⁷¹ e o órgão de informação do PRP no concelho de Évora *O Democrático*, passou a defender as teses dos “canhotos”¹²⁷². A Esquerda Democrática transformou-se assim, no principal adversário político das forças conservadoras¹²⁷³. As «direitas»

devida sanção. Carlos Olavo acusava-os de serem “esquerdistas”. Para além disso, assinalava que “o mais curioso ainda é que esses democráticos nas listas, puseram à cabeça o nome do deputado monárquico Luís Vieira de Castro, sem ser por ordem alfabética!”. Nesta entrevista, Carlos Olavo demonstrava que o PRP podia governar sozinho com o resultado eleitoral conseguido nas eleições legislativas, pois pode contar não só com os seus representantes, “mas ainda com os independentes simpatizantes e os católicos que quase sempre votam com os governos que não tenham carácter sectarista” (Carlos Olavo, *Diário de Lisboa*, 12-11-1925, p. 5).

¹²⁶⁷ “O Directório do Partido Republicano Português não sancionou as candidaturas dos Srs. Drs. José Varela e João Augusto de Freitas para senadores, Dr. Adolfo de Sousa Brazão e major Manuel da Costa Dias para deputados, que haviam sido propostos pelas comissões políticas do mesmo partido neste distrito”, *Jornal da Madeira*, 6-11-1925, p. 1.

¹²⁶⁸ *Ibidem*. Cf., *Jornal da Madeira*, 10-11-1925, p. 2.

¹²⁶⁹ *Diário de Lisboa*, 9-10-1925, p. 4.

¹²⁷⁰ Cf., João B. Serra, “Os poderes locais: Administração e política no 1.º quartel do século XX.”, in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 272-280; Manuel Baiôa, “Elites políticas locais na transição da I República para a Ditadura Militar” in AA.VV., *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, Volume 6, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 263-285; Manuel Baiôa, “Elites Políticas Locais Face ao «28 de Maio». O caso de Portalegre”, *IBN MÁRWAM*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, N.º 7, Dezembro, 1997, pp. 205-217.

¹²⁷¹ Cf., “A posse da nova comissão municipal democrática”, *Democracia do Sul*, 21-8-1925, p. 4.

¹²⁷² Cf., *O Democrático*, de Agosto a Novembro de 1925. *O Democrático* desde 4 de Abril de 1926 passou a ter como subtítulo “Semanário Republicano. Direcção política: Comissão Municipal da Esquerda Democrática”.

¹²⁷³ O órgão dos canhotos em Évora denunciou esta comunhão entre o candidato nacionalista Alberto Jordão e o candidato «bonzo» do P.R.P. Manuel Fragoso. Segundo este bi-semanário estava “fechado um acordo entre os deputados Jordão e Fragoso, para a disputa das eleições políticas, dentro do concelho de Évora. Compreendemos esse acordo. Querem, um e outro, por esta forma arrebatar mais alguns votos. O candidato nacionalista - fiel ao princípio estabelecido pelo seu partido de que, os votos que os seus candidatos obtenham, são votos que eles contam como contra o Presidente da República, procura aliar-se

uniram-se contra este novo adversário que tinha propostas muito mais radicais contra os seus interesses do que o PRP, que tinha um programa mais moderado. A imprensa nacionalista divulgou pequenos artigos sobre a propaganda política dos democráticos, realçando os ataques aos canhotos¹²⁷⁴. Vários dirigentes do PRN assinaram a proposta de candidatura de Manuel Fragoso (PRP) e alguns dirigentes do PRP, em contrapartida, assinaram a candidatura de Alberto Jordão Marques da Costa (PRN)¹²⁷⁵. Os dois partidos publicaram em conjunto um alerta aos eleitores para o facto de poderem existir tentativas de irregularidades no acto eleitoral contra as suas candidaturas¹²⁷⁶, escolheram os mesmos representantes como vogais nas mesas eleitorais e concorreram nas eleições inseridos no mesmo boletim de voto. Aliás, o candidato nacionalista Alberto Jordão Marques da Costa concorreu também numa lista com o candidato da UIE, Joaquim Nunes Mexia, e este surgiu igualmente numa lista com o candidato do PRP, Manuel da Costa Fragoso¹²⁷⁷. Estes partidos, como concorreram apenas com um candidato, utilizaram uma estratégia de “congregação”, já que nos boletins de voto

com toda a gente, de forma a dar a impressão ao país, que no Distrito de Évora, o ilustre Chefe do Estado, não merece a estima e consideração que lhe são devidas pelas suas excelsas virtudes, e pelas altas funções que exerce. É uma orientação anti-republicana. Mas é a orientação do nacionalismo. Quanto ao candidato *bonzo*. Sabemos que não logrará obter senão um reduzidíssimo número de sufrágios, faz acordo com toda a gente. Até com monárquicos! É humano pretender salvar-se. Mas ocorre-nos perguntar. Então o deputado Fragoso, também conta, como contra S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, todos os votos que obtenha nas listas nacionalistas e das forças vivas? Parece que sim. Ó então a lógica. é uma batata. Que alguns bem intencionados republicanos, que acompanham o reduzidíssimo número dos *Moiras* do deputado Fragoso, senão deixem ludibriar, sob pena de colaborarem na campanha miserável contra o Sr. Teixeira Gomes. Aí fica o aviso.” (*O Democrático*, 22-10-1925, p. 1). A nível nacional os esquerdistas denunciaram situações semelhantes às vividas em Évora. Segundo eles os monárquicos e os reaccionários onde não tinha força suficiente para vencerem isolados votavam na lista da direita democrática, o que demonstrava o seu carácter conservador. Pelo contrário, o povo acorria “em massa a apoiar os esquerdistas” (“Os candidatos do Povo”, *O Democrático*, 8-11-1925, p. 2). Os canhotos defendiam que a questão política estava dividida “entre dois programas ou, talvez, entre duas situações morais: a conservação de todos os cancro financeiros, económicos e agrários, e a transformação nacional pela conveniente libertação dos Tabacos, dos Fósforos e de uma parte da terra latifundiária, pelos correctivos à Moagem, pela sanificação da moeda e por toda a restante administração produtiva, educadora e militar, compatível com os recursos obtidos nesse caminho. A sustentar o primeiro podem encontrar-se de algum modo na *política prática*, não só os monárquicos, os nacionalistas, os católicos, e o seu abrilismo pretoriano, mas também os direitos do Partido Republicano Português, irmanados fartamente com todos os grandes exploradores da economia pública e particular - uns por sistema, outros por simpleza, e quase todos mais ou menos ocultamente sindicalizados. A defender o segundo consciente dos prejuízos políticos ocasionais, está na avançada a Esquerda Democrática.” (“A Nação! Um vibrante manifesto da Esquerda Democrática”, *O Democrático*, 22-10-1925, p. 2).

¹²⁷⁴ Num comício democrático em Montemor-o-Novo, foi realçado o facto de os participantes terem reduzido “às proporções devidas as catilinárias que na passada semana ali foram proferidas pelos propagandistas do *canhotismo*, cujo valor é nulo naquela localidade.” Informa ainda o mesmo artigo, que havia muito interesse em que o líder nacionalista de Évora, Alberto Jordão Marques da Costa realizasse nessa localidade uma conferência (*Democracia do Sul*, 5-11-1925, p. 4).

¹²⁷⁵ Cf., *Democracia do Sul*, 1-11-1925, p. 5; *idem*, 6-11-1925, p. 4.

¹²⁷⁶ Texto do Comunicado: “Aos Eleitores. A comissão encarregada da distribuição das listas para a eleição dos deputados Srs. Dr. Alberto Jordão Marques da Costa e Manuel Fragoso, previnem os eleitores que os quiserem honrar com o seu voto, do seguinte: Inimigos políticos daqueles republicanos, pretendem, por qualquer forma, inclusivamente com manchas de tinta ou qualquer outro ingrediente, inutilizar, no dia da eleição ou quando a ocasião se lhes proporcione, as listas distribuídas com os seus nomes. Portanto, que nenhum dos eleitores a quem tais listas sejam entregues, as confie à observação seja de quem for. Desconfiar de todos é neste momento o dever daqueles que desejem votar nos Srs. Dr. Alberto Jordão e Manuel Fragoso.” (*Democracia do Sul*, 5-11-1925, p. 4).

¹²⁷⁷ Cf., boletins de voto inutilizados e os alvarás de nomeação dos vogais dos candidatos Marques da Costa e Manuel Fragoso. Arquivo Histórico Parlamentar. Eleições Legislativas de 1925. Círculo n.º 34 (Évora), secção IX, Caixa n.º 448.

podiam aparecer dois candidatos¹²⁷⁸, independentemente do partido a que pertenciam. Assim, a comissão nacionalista encarregue de distribuir as listas (boletins de voto) podia entregar as mesmas, de uma forma diferenciada a elementos conotados com o PRP e com a UIE, o que possibilitava que estes também votassem no candidato Alberto Jordão Marques da Costa (era apenas necessário que ao votarem não riscassem o nome deste candidato). Obviamente, o PRP e a UIE utilizaram a mesma estratégia. Os partidos de “esquerda” (PRED e PRR) que concorreram com dois candidatos foram os grandes prejudicados com esta concertação.

Nos círculos de Lamego e Penafiel houve um acordo entre nacionalistas e democráticos, no sentido de o PRP eleger três deputados e o PRN eleger um deputado. Pretendia-se assim afastar os esquerdistas da possibilidade de elegerem algum deputado nestes círculos¹²⁷⁹.

No círculo de Arganil o candidato do PRN, José Maria Cardoso, procurou obter alguns votos dos eleitores do seu antigo correligionário, mas que desta feita se apresentava como independente, Alberto de Moura Pinto. Procurou ainda alguns entendimentos com o esquerdista Abel Augusto Lopes de Almeida. Assim, para além dos boletins de votos que continham apenas o seu nome, apareciam ainda boletins de votos com os nomes de José Maria Cardoso e de Alberto de Moura Pinto ou com os nomes de José Maria Cardoso e de Abel Augusto Lopes de Almeida¹²⁸⁰.

Em Tomar, os candidatos do PRN, Rafael da Silva Neves Duque e João Tamagnini de Sousa Barbosa, estabeleceram um acordo eleitoral com o candidato do Centro Católico Português, Alberto Dinis da Fonseca, concorrendo inseridos na mesma lista eleitoral, para assim enfrentarem com maiores garantias de êxito, os candidatos do PRP¹²⁸¹.

Em Castelo Branco, Pedro Pita concorreu ao lado do independente, António Pinto de Meireles Barriga, procurando assim maximizar as hipóteses de serem eleitos¹²⁸².

No círculo de Vila Franca de Xira, o candidato nacionalista, João Raimundo Alves, estabeleceu acordos muito diversificados. As listas podiam conter dois nomes, uma vez que o círculo elegia três deputados. Assim, João Raimundo Alves, apresentou-se aos eleitores em cinco listas diferentes. Na primeira aparecia em solitário e nas restantes quatro aparecia na companhia dos seguintes candidatos independentes: Manuel Serras; Francisco Dinis de Carvalho; José Vaz de Azevedo e Silva; Julião de Sena Sarmiento. Esta estratégia pretendia cativar um eleitorado o mais diversificado possível. João Raimundo Alves fez ainda um apelo aos eleitores dos partidos da oposição, mas que quisessem votar no seu nome:

“Os eleitores que queiram incluir o meu nome, em substituição de outro de que discordem em qualquer lista, deverão ter o cuidado, depois de feita a respectiva supressão

¹²⁷⁸ A votação fazia-se por lista incompleta de forma que as minorias tivessem sempre representação. No círculo de Évora que elegia três deputados, cada eleitor apenas podia votar numa lista com dois nomes. Cf., António Luiz da Costa Rodrigues, *Código Eleitoral Atualizado*, Coimbra, Coimbra Editora, 1921, pp. 45, 101.

¹²⁷⁹ *Diário de Lisboa*, 7-11-1925, p. 4; António José Queirós, “As eleições Legislativas de 1925 no Concelho de Amarante”, *Revista da Faculdade de Letras*, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, I Série, Vol. 2, 2003, pp. 95-105.

¹²⁸⁰ Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixas 429 e 430; Alberto de Moura Pinto, “Aos eleitores do círculo de Arganil. Narrando factos e explicando atitudes”, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹²⁸¹ Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa. 437.

¹²⁸² Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa. 431.

de escrever precisamente estas palavras: João Raimundo Alves, proprietário e funcionário público”¹²⁸³.

A junta consultiva do PRN sancionou os acordos estabelecidos com outras forças republicanas, em particular com o PRP, embora o director da *Acção Nacionalista*, Luís Costa Gomes, tivesse votado contra. Luís Costa Santos questionava a estratégia defendida pelo directório do PRN de aliar-se ao PRP em Lisboa e no Porto e estabelecer acordos eleitorais noutros círculos eleitorais¹²⁸⁴. Nessa reunião foi aprovada uma moção solicitando que o directório recusasse “sancionar as candidaturas daqueles correligionários que não possam ou não queiram dar aos trabalhos parlamentares aquela assiduidade necessária ao prestígio do partido e do próprio parlamento”¹²⁸⁵.

Embora os nacionalistas tivessem feito diversos acordos eleitorais, não deixaram de criticar outros acordos eleitorais executados por outras forças políticas. Na Guarda acusaram os católicos centristas de terem um pacto com os democráticos nas eleições legislativas e nas eleições administrativas. Este acordo permitia que o PRP elegeassem dois deputados e o CCP elegeasse um deputado no círculo da Guarda e que os democráticos tivessem a maioria na Câmara Municipal da Guarda. Para os nacionalistas este acordo era muito simples: “A Câmara para os democráticos e a minoria parlamentar por este círculo para os católicos”¹²⁸⁶. No círculo de Braga o acordo entre democráticos e católicos ia no mesmo sentido, permitindo que os primeiros elegeassem três deputados e os segundos, um deputado¹²⁸⁷.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados o PRN acabaria por apresentar candidaturas em todos os círculos eleitorais do continente e ilhas adjacentes, com excepção dos círculos n.º 2 - Ponte de Lima, n.º 13 - Aveiro e n.º 41 - Horta. Pelo contrário nos círculos das colónias apenas apresentaria um candidato no círculo n.º 45 - Angola. Logo, não apresentou candidaturas no círculo n.º 44 - Cabo Verde; n.º 46 - Moçambique; n.º 47 - Guiné; n.º 48 - S. Tomé e Príncipe; n.º 49 - Índia; n.º 50 - Macau; n.º 51 - Timor. Em resumo, o Partido Republicano Nacionalista concorreu a 41 círculos e absteve-se de participar em 10 círculos. Tendo em atenção os 51 círculos do todo nacional, o PRN participou em 80,4% dos círculos, o que o deixava ainda distante do PRP, que participou em 94,1% dos círculos¹²⁸⁸, mas muito à frente da Esquerda Democrática que apenas participou em 49% dos círculos¹²⁸⁹.

Na maioria dos círculos eleitorais o PRN apresentou-se apenas a disputar as minorias. Apenas disputou as maiorias nos seguintes círculos: n.º 1 - Viana do Castelo; n.º 7 - Moncorvo; n.º 11 - Vila Nova de Gaia; n.º 19 - Coimbra; n.º 24 - Alcobaça; n.º 29 - Setúbal; n.º 33 - Elvas; n.º 36 - Beja; n.º 39 - Silves. Em 27 círculos apresentou-se em solitário e em 14 círculos em coligação. Nos dois círculos de Lisboa e no do Porto a coligação foi efectuada com o Partido Republicano Português e com o Partido Socialista. No Funchal a aliança foi estabelecida com o PRP e com o CCP. Em Angra do Heroísmo, Lamego e Penafiel o acordo estabeleceu-se com o PRP. Em Évora e

¹²⁸³ João Raimundo Alves, “Aos Eleitores do Círculo de Vila Franca de Xira”, Arquivo Particular de António Ventura - Portalegre e Lisboa.

¹²⁸⁴ *Acção Nacionalista*, 13-9-1925, p. 4.

¹²⁸⁵ *Acção Nacionalista*, 13-9-1925, p. 1.

¹²⁸⁶ *Distrito da Guarda*, 29-11-1925, p. 1.

¹²⁸⁷ Membro do PRP, *Diário de Lisboa*, 7-11-1925, p. 4.

¹²⁸⁸ O PRP apenas não apresentou candidaturas nos círculos da Horta, S. Tomé e Príncipe e Macau. Cf., Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa 402 a 465.

¹²⁸⁹ Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 228-233.

Estremoz a coligação foi feita com o PRP e com a UIE. Em Arganil efectuou-se uma coligação com os independentes e com a Esquerda Democrática, o que contrariou as indicações do Directório. Em Tomar a coligação foi assinada com o CCP. Em Vila Franca de Xira e em Castelo Branco estabeleceu-se um acordo com os independentes e em Ponta Delgada com os regionalistas. Em resumo, estabeleceram-se 9 acordos com o PRP, 3 com os independentes, 2 com o PS, CCP e UIE e 1 com os regionalistas.

O PRN participou nas eleições para o Senado em 8 círculos eleitorais: Vila Real; Porto; Coimbra; Leiria; Santarém; Portalegre; Angra do Heroísmo; Funchal. Não apresentou candidaturas em 6 círculos eleitorais: Braga; Aveiro; Lisboa; Moçambique; S. Tomé e Príncipe; Timor. Portanto, o PRN participou apenas em 57,1% dos círculos eleitorais do Senado. O PRN apresentou-se a disputar as maiorias em Coimbra e em Angra do Heroísmo e as minorias nos restantes círculos. Foi efectuada apenas uma coligação no Funchal com o Partido Republicano Radical e com o Partido Republicano Português. O facto de os círculos terem uma maior dimensão e não ter sido possível efectuar tantas coligações limitou a participação do PRN nas eleições para o Senado. Nestas eleições eram eleitos três indivíduos por cada distrito e ilhas adjacentes e um indivíduo por cada província ultramarina. Atendendo a que se disputaram eleições em 11 distritos e 3 províncias ultramarinas, estavam em disputa 36 lugares. Em harmonia com a 1.ª alínea artigo 24 da Constituição e com o projecto n.º 810 de carácter regimental aprovado no Senado não se realizam eleições nos distritos de Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Ponta Delgada, Viana do Castelo e Viseu e nas províncias ultramarinas de Angola, Cabo Verde, Guiné, Índia e Macau. Para um total de 71 senadores, houve renovação em cerca de metade, continuando em funções 35 senadores¹²⁹⁰.

24.2.2. O perfil dos candidatos do PRN

O Partido Republicano Nacionalista apresentou 54 candidatos a deputado e 10 candidatos a senador nas eleições legislativas de 8 de Novembro de 1925.

Os candidatos do PRN eram maioritariamente políticos experientes, uma vez que 37 (68,5%) dos candidatos a deputados e 7 (70%) dos candidatos a senador tinham experiência parlamentar anterior. A maioria destes políticos também tinha tido prática na política local, dado que 30 (55,6%) dos candidatos a deputado e 5 (50%) dos candidatos a senador tinham experiência em funções como governador civil, administrador do concelho, membro da Câmara Municipal ou da Junta Geral do Distrito.

Analisando a actividade partidária anterior dos candidatos a deputado do PRN, verificamos que 6 tinham tido actividade em organizações monárquicas durante o regime anterior, 2 no Partido Regenerador (Artur Brandão e José Júlio César) e 2 no Partido Progressista (Afonso de Melo Pinto Veloso e José Marques Loureiro). No entanto, 22 tinham iniciado a sua carreira partidária no Partido Republicano Português. Com a instauração da República uma parte significativa encaminhou-se para os partidos republicanos conservadores, União Republicana (13) e Partido Republicano Evolucionista (7), mais tarde fundidos no Partido Republicano Liberal (34). No entanto, temos candidatos a deputados do Partido Republicano Nacionalista provenientes de outras organizações partidárias: Partido Republicano Radical, 1910-11 (1); Partido Centrista Republicano (3); Partido Republicano Popular (1); Partido Nacional

¹²⁹⁰ Cf., Artigos 9.º e 24.º da Constituição de 1911; Decreto, n.º 11095, de 22 de Setembro de 1925; Diário de Notícias, 8-11-1925, p. 7.

Republicano (6); Partido Republicano de Reconstituição Nacional (4); Conjunção Republicana da Beira (1); Governamental (2); Partido Nacional Republicano Presidencialista (1); Grupo Parlamentar de Acção Republicana (1). Ao acompanhar a carreira partidária posterior dos candidatos a deputado pelo PRN verificamos que 19 encaminharam-se para a União Liberal Republicana e 3 para a União Nacional. Dos 53 candidatos a deputado do PRN, 10 viriam a apoiar e a integrar-se nas estruturas políticas do Estado Novo: Artur Brandão, David Augusto Rodrigues, Salvador Nunes Teixeira Albino Soares dos Reis Júnior José Carvalho dos Santos, Afonso de Melo Pinto Veloso, José Júlio César, José de Vasconcelos de Sousa Nápoles, João Cardoso Moniz Bacelar, Rafael da Silva Neves Duque. Pelo contrário, 9 enveredaram pela oposição activa e revolucionária: Rafael Augusto de Sousa Ribeiro, Francisco Pinto Cunha Leal, Custódio Maldonado de Freitas, João Tamagnini de Sousa Barbosa, Mariano de Melo Vieira, Amaro Garcia Loureiro, Alberto Jordão Marques da Costa, Jaime António Palma Mira, José Mendes Cabeçadas Júnior. Por fim, 4 enveredaram pela oposição legalista: Raul Lelo Portela, Pedro Góis Pita; António Ginestal Machado e José de Vale Matos Cid.

Olhando agora para os candidatos a senador do PRN identificamos que 1 candidato iniciou a sua carreira partidária durante a Monarquia, no Partido Progressista (Júlio Dantas) e 3 no Partido Republicano Português. No entanto, uma parte significativa dos candidatos a senador passou pelas fileiras da União Republicana (3), do Partido Republicano Evolucionista (2), do Partido Republicano Liberal (6) e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (2). Posteriormente, 2 candidatos enveredaram pela União Liberal Republicana. Quanto ao seu posicionamento face ao Estado Novo, 3 candidatos apoiaram o novo regime (Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia, António Vicente Ferreira e Júlio Dantas) e um 1 candidato enveredou pela oposição (Vasco Gonçalves Marques).

Quadro IX - Grupos etários dos candidatos a Deputado do Partido Republicano Nacionalista às eleições de 8 de Novembro de 1925

Grupos etários	Nº de Candidatos	%
60-69	4	7,4
50-59	12	22,2
40-49	15	27,8
30-39	16	29,6
Desconhecidos	7	13,0
Total	54	100

Quadro X - Grupos etários dos candidatos a Senador do Partido Republicano Nacionalista às eleições de 8 de Novembro de 1925

Grupos etários	Nº de Candidatos	%
60-69	1	10
50-59	4	40
40-49	3	30
30-39	0	0
Desconhecidos	2	20
Total	10	100

Os candidatos a deputado tinham uma média de idade de 44,8 anos, estando 4 na faixa etária entre os 60-69 anos, 12 na faixa etária entre os 50-59 anos, 15 na faixa etária entre os 40-49 anos e 16 na faixa etária entre os 30-39 anos (ver Quadro IX). Os candidatos a deputados do PRN tinham uma média de idade ligeiramente superior à média de idade dos deputados eleitos em todas as legislaturas da I República¹²⁹¹ e da média de idade dos candidatos a deputado da Esquerda Democrática¹²⁹². O candidato mais velho era o general Alberto Carlos da Silveira com 66 anos e o candidato mais novo era o comerciante José Carvalho dos Santos com 31 anos. Os candidatos a senadores tinham uma média de idade de 52,1 anos, estando 1 na faixa etária entre os 60-69 anos, 4 na faixa etária entre os 50-59 anos e 3 na faixa etária entre os 40-49 anos (ver Quadro X). Os mais velhos pertenciam à geração do *Ultimatum* e da Revolução de 31 de Janeiro, embora a maioria pertencesse à geração que tinha implantado a República em 1910.

Relativamente ao estatuto profissional dos 54 candidatos a deputados do PRN, constatamos que predominavam os oficiais (11 - 20,4%) divididos entre o exército (6 - 11,1%) e a armada (5 - 9,3%) e os advogados/conservadores do registo civil/notários (10 - 18,5%). As actividades económicas (Comerciante / Negociante / Administrador de Empresas / Industrial) também tinham um peso importante (6 - 11,1%), assim como, a categoria de outros funcionários públicos (5 - 9,3%). Os médicos/farmacêuticos (5 - 9,3%) continuavam a ter um papel relevante, ainda que três médicos militares tenham entrado nesta última categoria. Merecem ainda algum destaque os professores do ensino secundário (4 - 7,4%), os juizes (3 - 5,6%), os proprietários rurais (3 - 5,6%) e os professores universitários (2 - 3,7%). O peso do Estado era muito significativo, uma vez que o total dos funcionários públicos ascende a 46,3%. Em relação aos candidatos a senador predominavam os médicos (3 - 30%) e os proprietários (2 - 20%), ficando as restantes categorias apenas com um elemento (professor universitário; professor do conservatório, advogado, funcionário público e oficial do exército). O elevado peso dos militares e das profissões jurídicas nos candidatos a deputados do PRN, com particular destaque para os advogados, enquadram-se na média das profissões encontradas para os deputados do Parlamento Republicano e para os candidatos da Esquerda Democrática nas eleições de 1925. O mesmo sucede em relação ao peso dos médicos e dos professores¹²⁹³. Já em relação à categoria de Comerciante / Negociante / Administrador de empresas / Industrial, existe um maior peso dos candidatos do PRN, o que demonstra algum esforço deste partido de ir ao encontro deste grupo sócio-profissional e de se afastar um pouco do recrutamento habitual dos partidos republicanos (ver Quadro XI).

¹²⁹¹ A idade média dos deputados situou-se entre os 36,9 na 3.ª legislatura e os 43,3 na 5.ª legislatura. Na 7.ª e última legislatura a idade média foi de 42,8, cf., Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417.

¹²⁹² A média de idade dos candidatos da Esquerda Democrática foi de 40,9 anos, cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 233-235.

¹²⁹³ Cf., Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417; António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 233-235.

Quadro XI - Estrutura sócio-profissional dos candidatos a deputado do Partido Republicano Nacionalista às eleições de 8 de Novembro de 1925

Profissão	N.º de Candidatos	%
Advogado / Conservador do Registo Civil / Notário	10	18,5
Exército	6	11,1
Comerciante / Negociante / Administrador de Empresas / Industrial	6	11,1
Outros Funcionários Públicos	5	9,3
Armada	5	9,3
Médico / Farmacêutico	5	9,3
Professor do ensino secundário	4	7,4
Juiz	3	5,6
Proprietário Rural	3	5,6
Professor Universitário	2	3,7
Escritor/ jornalista	1	1,9
Sem informação	4	7,4
Total	54	100

Quanto à formação escolar, 39 (72,2%) dos candidatos a deputado do PRN e 7 (70%) dos candidatos a senador do PRN tinham frequentado cursos superiores nas universidades e nas escolas militares, o que representa um número mais elevado face aos candidatos a deputado da Esquerda Democrática, onde apenas 54% tinham este tipo de formação¹²⁹⁴. Em relação aos candidatos a deputados destacavam-se os formados em direito (15 - 28,8%) e os militares (12 - 22,2%). De seguida sobressaem os formados nas humanidades (4 - 7,5%) e em medicina (4 - 7,5%), pese o facto de terem sido contabilizados 3 candidatos formados em medicina na categoria de militar. Do lado dos candidatos a senadores sobressaíam os formados em medicina (5 - 50%), em direito (1 - 10%) e os militares (1 - 10%). Se tomarmos em consideração apenas as habilitações académicas conhecidas constatamos que 95,1% dos candidatos a deputado tinha frequentado a universidade e /ou outros estabelecimentos de ensino superior, número ligeiramente superior à média dos deputados eleitos no Parlamento Republicano - 90% com frequência de ensino superior. Quanto à especialização académica dos candidatos a deputados do PRN, enquadram-se nas três principais áreas dos deputados da I República: formação jurídica, militar e medicina¹²⁹⁵. As listas do Partido Republicano Nacionalista representavam a classe média alta e a classe alta da sociedade portuguesa, não se distinguindo muito dos outros partidos republicanos portugueses, ainda que aqui se notasse um perfil mais elitista e conservador¹²⁹⁶.

¹²⁹⁴ António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 233-235.

¹²⁹⁵ Cf., Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417.

¹²⁹⁶ António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 233-235.

Quadro XII - Qualificação Académica dos candidatos a deputado do Partido Republicano Nacionalista às eleições de 8 de Novembro de 1925

Qualificação Académica	N.º de Candidatos	%
Direito	15	27,8
Militar	12	22,2
Humanidades	4	7,4
Medicina	4	7,4
Agronomia /veterinária	2	3,7
Outra formação não superior	2	3,7
Engenharia	1	1,9
Farmácia	1	1,9
Sem informação	13	24,1
Total	54	100

24.2.3. A Campanha Eleitoral

No período do pós-guerra a campanha eleitoral começou a modernizar-se em vários países, embora continuassem a persistir elementos tradicionais.

A propaganda eleitoral tradicional assentava predominantemente na difusão de manifestos, entrevistas e mensagens políticas na imprensa do partido, em comícios e na visita dos candidatos aos notáveis do círculo eleitoral que lhe asseguravam os votos. A adopção do sufrágio universal e do sistema proporcional em alguns países também teve reflexos na campanha eleitoral. No entanto, os partidos de notáveis moderados ou conservadores continuaram durante algum tempo a procurar essencialmente o apoio dos grandes eleitores e a utilizar as cartas pessoais, como elemento preferencial no contacto com os mediadores locais. Manteve-se o discurso do candidato num banquete e raramente se faziam grandes comícios ao ar livre. Os candidatos financiavam a campanha eleitoral quase exclusivamente com o seu dinheiro pessoal e com o dos seus amigos políticos.

A propaganda eleitoral moderna começou a utilizar outros instrumentos, como o percurso dos candidatos pelas principais localidades do círculo eleitoral em automóvel e em camiões e na transmissão da mensagem política por formas mais apelativas, como os cartazes e o cinematógrafo. A campanha eleitoral de rua também se transformou, passando alguns partidos a entregar as listas à saída da missa, com a presença de senhoras bonitas, que levavam na roupa os símbolos do partido, que podiam ser flores, como o cravo. O giro pelas principais ruas das cidades fazia-se já não só com a presença da elite partidária, mas com a presença de uma grande massa humana, vestida com as cores do partido e com uma bandeira na mão. Neste percurso entoava-se os cânticos partidários, acompanhados por bandas de música e por salvas de morteiros. Nos partidos de massas, populares e progressistas há uma importância cada vez maior dos políticos das profissões liberais, advogados e médicos. O candidato ocupa-se preferencialmente de temas nacionais e já não só de temas locais. Esta transformação acarretou a necessidade de um maior envolvimento dos membros dos partidos e uma maior necessidade de financiamento para a campanha eleitoral, que já não podia ser

financiada apenas com os recursos pessoais da elite, pelo que passou a haver uma subscrição por todos os correligionários para financiar a campanha eleitoral¹²⁹⁷.

Na campanha eleitoral do Partido Republicano Nacionalista encontramos alguns laivos modernos, mas surgem essencialmente elementos tradicionais, como a utilização das cartas pessoais, os banquetes, os comícios em recintos fechados, as reuniões nos centros nacionalistas e a difusão de notícias e manifestos na imprensa partidária.

O mais importante manifesto publicado pelo Partido Republicano Nacionalista durante esta campanha eleitoral foi lançado pelo Directório, em Lisboa, a 31 de Outubro de 1925. Este manifesto foi distribuído em papel¹²⁹⁸ e foi publicado nos principais órgãos de imprensa do PRN no país¹²⁹⁹. O manifesto começava por identificar os problemas que, na opinião dos dirigentes nacionalistas, afectavam Portugal. Para os nacionalistas, Portugal vivia numa crise moral “que se caracteriza pela descoordenação de todas as energias nacionais, pela carência dum ideal colectivo e pela falta de unidade moral da Nação”. Esta crise tinha uma dimensão económica e política. A primeira “resultante da Guerra e agravada por uma política financeira sem continuidade, sem previsão e sem plano”. A segunda «crise» era fruto da “anarquia do poder, que é a consequência das longas ditaduras de facções, o *gâchis* partidário e parlamentar proveniente do sistemático favor concedido às dissidências em prejuízo da unidade e da integridade dos grandes partidos da República, as perturbações de toda a ordem que naturalmente derivaram da declarada incompatibilidade do Chefe do Estado com um dos partidos constitucionais, aquele que, no quadro das forças políticas do regime, representa as correntes de opinião republicana conservadora.”. O PRN achava que tinha sido condenado nos últimos tempos ao ostracismo pelo Presidente da República e pelo PRP, pelo que não era “responsável na crise que o País atravessa”. Assim sendo, o PRN “pelo prestígio dos seus homens, pela sua indestrutível unidade, pelas suas possibilidades de governo” constituía nesse momento “a mais sólida garantia da República”. O novo Congresso estava investido com poderes para alterar a constituição, pelo que o Partido Republicano Nacionalista se comprometia a “fortalecer o poder civil; a assegurar a representação de classes no Senado; a tornar efectiva a liberdade das religiões, especialmente da religião católica, que é a da maioria dos portugueses, de forma que, mantendo-se rigorosamente a neutralidade do Estado laico, seja livremente permitido o ensino religioso nas escolas particulares”. Os representantes do PRN iriam defender sob todas “as formas, o direito à propriedade individual” e auxiliar a “agricultura, a indústria e o comércio”, reduzindo os seus encargos fiscais com uma “revisão de toda a legislação fiscal, afim de que se torne mais justa e mais equitativa a distribuição dos impostos, de que se facilitem as cobranças, de que, se assegure ao contribuinte o direito de reclamação, e de que ninguém seja obrigado a pagar ao Estado mais do que legitimamente deva pagar-lhe”. Os nacionalistas distanciando-se do PRP e de todos os republicanos de esquerda asseguravam que “votar nos candidatos

¹²⁹⁷ Serge Noiret, “La introducción del sufragio universal y de la representación proporcional en Italia en 1918-1919: una frágil modernización democrática” in Salvador Forner (Coor.), *Democracia, elecciones y modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1997, pp. 73-95; Serge Noiret, “Le campagne Elettorali dell’Italia Liberale: dai Comitati al Partiti” in BALLINI, Pier Luigi (a cura di), *Idee di Rappresentanza e Sistemi Elettorali in Italia tra Otto e Novecento*, Venezia, Instituto Veneto di Scienze Lettere ed Arti, 1997, pp. 383-454.

¹²⁹⁸ Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de António Ginestal Machado E55/1440; Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2010, pp. 229-232.

¹²⁹⁹ “Manifesto Eleitoral”, *O Penafidense*, 03-11-1925, suplemento n.º 40; “Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3-11-1925, p. 1; *O Figueirense*, 5-11-1925, p. 2; *Notícias de Viseu*, 7-11-1925, p. 1; *O Debate*, 8-11-1925, p. 2.

nacionalistas” era “votar pela ordem, contra a desordem; pela legalidade contra o arbítrio; pela paz civil contra a ameaça revolucionária; pelo princípio da autoridade contra a anarquia do poder”¹³⁰⁰. O Partido Republicano Nacionalista defendia intransigentemente a República e encontrava-se “entre duas reacções”¹³⁰¹: a reacção monárquica e a reacção jacobina. Esta imagem de *centrismo* que o PRN quer deixar passar está bem patente em toda a campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1925¹³⁰². Pedro Pita ao discursar em Arraiolos afirmou que trabalhadores eram “todas as classes - mas todas - as que de algum modo contribuem para a prosperidade nacional, não podendo o operário dispensar o industrial, ou o lavrador, nem estes aquele, sendo por isso indispensável que todas as classes vivam unidas para que a nacionalidade não soçobre”¹³⁰³.

Para além deste manifesto de carácter nacional, os candidatos nos vários círculos publicitaram, por vezes, manifestos individuais. Foi o caso do manifesto distribuído pelo candidato nacionalista no círculo de Vila Franca de Xira – João Raimundo Alves¹³⁰⁴. Este candidato defendia um vasto programa de moralização da República¹³⁰⁵ e de alargamento dos apoios sociais¹³⁰⁶. Ao nível do sistema de impostos previa o aumento de impostos das propriedades rústicas improdutivas e ao nível das despesas públicas a supressão de todas as despesas supérfluas para as canalizar “para obras de

¹³⁰⁰ Espólio de António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, E55/1440; Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2010, pp. 229-232; “Manifesto Eleitoral”, *O Penafidense*, 03-11-1925, suplemento n.º 40; “Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3-11-1925, p. 1; *O Figueirense*, 5-11-1925, p. 2; *Notícias de Viseu*, 7-11-1925, p. 1; *O Debate*, 8-11-1925, p. 2.

¹³⁰¹ “Entre duas reacções”, *Democracia do Sul*, 15-10-1925, p. 1-2.

¹³⁰² No seu manifesto ao país os nacionalistas pretendiam seduzir as «forças vivas» através da questão dos impostos. O PRN “reconhecendo que a agricultura, a indústria e o comércio suportam dificilmente os encargos fiscais que os oneram, e que o actual regime tributário, complexo e exaustivo, constitui um embaraço grave ao desenvolvimento da riqueza nacional, [...] promoverá no parlamento a imediata revisão de toda a legislação fiscal, a fim de que se torne mais justa e mais equitativa a distribuição dos impostos, de que se facilitem as cobranças, de que se assegure ao contribuinte o direito de reclamação, e de que ninguém seja obrigado a pagar ao Estado mais do que legitimamente deva pagar-lhe”. Porém, também pretendiam cativar o operariado. O Partido Republicano Nacionalista tinha uma grande consideração pelo operariado português, enquanto “produtor de riqueza”, e por isso, desejava “sinceramente que as classes operárias” colaborassem “na vida do Estado” e iria contribuir, para que fosse “remodelada em bases modernas e justas a legislação do trabalho”, (“Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, p. 1). Após as eleições legislativas os nacionalistas eram da opinião que a República tinha saído triunfante. O número dos seus inimigos eleitos, “se não é para desprezar, não tem aquela importância que os inimigos das instituições se atribuem”. Por outro lado, tinha ficado demonstrado que “o país, na sua quase totalidade, se não vai para a extrema-esquerda, também repele a extrema-direita, preferindo os que lhe dão garantias de ordem e legalidade”, (*Democracia do Sul*, 10 de Novembro de 1925, p. 1).

¹³⁰³ *Democracia do Sul*, 13 de Outubro de 1925, p. 2. Sobre esta temática veja-se o ponto 4.3.2. Propaganda Eleitoral.

¹³⁰⁴ João Raimundo Alves, “Aos Eleitores do Círculo de Vila Franca de Xira”, Arquivo Particular de António Ventura.

¹³⁰⁵ “A proibição de todas as acumulações que possam prejudicar os serviços do Estado. A punição severa e imediata de todo os que têm comprometido as instituições republicanas com práticas de roubos e outros desmandos ainda não julgados. A reforma completa do orçamento geral do Estado, de modo que este seja um documento de clareza, de precisão e de verdade e possa ser lido e compreendido por todos, como convém a uma democracia” (João Raimundo Alves, “Aos Eleitores do Círculo de Vila Franca de Xira”, Arquivo Particular de António Ventura).

¹³⁰⁶ “A instituição dum seguro social obrigatório contra a doença, invalidez e velhice” (João Raimundo Alves, “Aos Eleitores do Círculo de Vila Franca de Xira”, Arquivo Particular de António Ventura).

fomento e criação de riqueza pública”¹³⁰⁷, mas mantendo sempre o equilíbrio orçamental. Outro tema incontornável da campanha nacionalista, que também teve eco neste manifesto era a necessidade de ordem¹³⁰⁸. Este panfleto demonstrava uma certa modernização da campanha eleitoral, uma vez que os temas nacionais começavam a ter mais importância que os temas locais, que ocupavam apenas o último parágrafo, com destaque para o tema habitual dos traçados ferroviários e das estradas. O candidato do PRN por Arganil, José Maria Cardoso, também lançou um manifesto, mas apenas obtivemos informações indirectas através do manifesto publicado, pelo então candidato independente, Alberto de Moura Pinto¹³⁰⁹.

A principal forma dos candidatos chegarem com a sua mensagem aos correligionários e aos eleitores continuava a ser a imprensa. Jorge Vasconcelos Nunes, candidato a deputado do PRN pelo círculo de Setúbal, sintetizou as suas ideias na *Acção Nacionalista*, enquadrado na política partidária nacionalista¹³¹⁰, mas com ideias claras no referente à política regional¹³¹¹ e à política social, financeira e económica do país¹³¹².

Outra forma de propaganda eleitoral utilizada em Lisboa neste período foi a difusão de cartazes, embora não tenha sido possível identificar nenhum do PRN¹³¹³.

O Partido Republicano Nacionalista realizou variadas iniciativas nos círculos eleitorais onde participou. Tomando como exemplo o círculo de Évora, verificamos que o Partido Republicano Nacionalista preparou com bastante antecedência a propaganda eleitoral. Em reunião realizada no dia 20 de Agosto de 1925 no Centro Republicano Nacionalista de Évora foi discutida a vinda dos membros do directório do PRN a Évora, a propaganda política a realizar e foram nomeadas três comissões de trabalho para preparar as várias iniciativas agendadas¹³¹⁴. No dia 10 de Outubro de 1925 pelas 12 horas e 30 minutos chegaram a Évora os membros do directório, António Ginestal Machado, Pedro Pita e Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá, acompanhados pelo director da *Acção Nacionalista*, Luís Costa Santos. Na estação dos caminhos-de-ferro estava uma multidão “de todas as classes” à sua espera. Foram entusiasticamente saudados pelos seus correligionários e ouviram-se vários *Vivas* à República. No entanto, também se ouviu um coro de apupos e vaias por parte dos funcionários e pelo inspector

¹³⁰⁷ João Raimundo Alves, “Aos Eleitores do Círculo de Vila Franca de Xira”, Arquivo Particular de António Ventura.

¹³⁰⁸ “A ordem é uma condição indispensável de liberdade e de progresso. A sociedade portuguesa está indisciplinada pela acção de algumas criaturas, que são muitas. Pois, urge manter a ordem pública, não pela brutalidade dos sabres, mas pelo respeito à lei, imposto por tribunais incorruptíveis e por uma justiça libré de todas a pressão” [João Raimundo Alves, “Aos Eleitores do Círculo de Vila Franca de Xira”, Arquivo Particular de António Ventura].

¹³⁰⁹ Alberto de Moura Pinto, “Aos eleitores do círculo de Arganil. Narrando factos e explicando atitudes”, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹³¹⁰ “Como filiado que sou do PRN procurarei, sempre inspirar-me no seu programa”, *Acção Nacionalista*, 18-10-1925, p. 4.

¹³¹¹ “Proponho-me fazer a todo o círculo um inquérito consciencioso para conhecer perfeitamente das suas aspirações e necessidades, empenhando-me, num esforço dedicado e persistente, pela realização daquilo que a cada localidade interessar e for de justiça conceder”, *Acção Nacionalista*, 18-10-1925, p. 4.

¹³¹² A sua principal ideia política podia resumir-se à “valorização do trabalho”. Onde, “o industrial, o comerciante e o agricultor têm que ser apreciados como os propulsores do trabalho e da riqueza nacional e não como quaisquer elementos daninhos, que convenha exterminar”, *Acção Nacionalista*, 18-10-1925, p. 4.

¹³¹³ *Diário de Lisboa*, 7-11-1925, p. 8.

¹³¹⁴ Foram nomeados nessa reunião as seguintes comissões. *Representação e recepção*: Dr. Alberto Jordão; Dr. Domingos Rosado; António Gomes Namorado; Jorge Nunes de Moura; António Manuel Pascoal. *Propaganda*: Cipriano de Campos; Eduardo Geraldo; Serafim Tavares da Silva. *Banquete*: Manuel Duarte de Almeida; Celestino Costa; Francisco José da Silva. (*Democracia do Sul*, 22-08-1925, p. 4).

da estação de caminhos-de-ferro¹³¹⁵. Da estação dirigiram-se em vários automóveis e alguns trens “para o Teatro Garcia de Resende onde se realizou uma sessão de boas vindas”. Domingos Vítor Cordeiro Rosado saudou os “ilustres democratas” em nome do Partido Republicano Nacionalista de Évora. De seguida usou da palavra o presidente do directório, António Ginestal Machado “que se espraçou em considerações largas acerca dos nobres intuitos do Partido Republicano Nacionalista, que apesar de chamado conservador, tem a animá-lo o espírito do progresso obtido pela única via por que pode obter-se: dentro da ordem e do trabalho, que não são exclusivos desta ou daquela classe, mas de todas as classes unidas pelo pensamento de dar a Portugal dias de maior grandeza”. A sessão terminou “com uma carinhosa manifestação de aplausos”¹³¹⁶.

Da parte da tarde os dirigentes nacionalistas deslocaram-se à vila da Azaruja em propaganda eleitoral. A sessão decorreu na sala da escola João José Perdigão e foi presidida por António Ginestal Machado. Segundo o jornal nacionalista que relatou a sessão “a sala mal comportava o grande número de pessoas que ali acorreram e guardaram a mais louvável compostura, a maior das correcções, escutando atentamente os oradores e demonstrando-lhes o seu assentimento às palavras de paz e de ordem proferidas”. O dirigente político eborense Alberto Jordão Marques da Costa apresentou os “oradores que o acompanhavam, discursando a seguir os Srs. Drs. Pedro Pita, Vasconcelos e Sá, Domingos Rosado e Ginestal Machado que largamente expuseram o programa partidário, o qual, na campanha do momento, tem por base o entendimento mútuo de todas as classes e a junção de esforços de todos os portugueses”. O povo da Azaruja ali reunido “aclamou com delírio as afirmações de republicanismo e patriotismo que se fizeram” naquela tarde. Terminada a sessão efectuou-se um jantar que “decorreu animadíssimo e em que, aos brindes, se fizeram afirmações da mais alta importância”¹³¹⁷.

No dia seguinte, os líderes políticos nacionalistas foram a Arraiolos. “No largo do Padrão, centro da vila, uma grande multidão aguardava os visitantes, fazendo-lhes uma grandiosa e entusiástica manifestação, enquanto uma filarmónica do Vimieiro, que espontaneamente ali foi associar-se ao júbilo da população arraiolense, executava o Hino Nacional”. Raul Esteves dos Santos e Cunha Leal que entretanto tinham chegado de Lisboa, juntaram-se aos dirigentes nacionalistas que estiveram na Azaruja. Os convidados dirigiram-se primeiramente para a Sociedade Recreativa Arraiolense, “cujas salas se encontravam artisticamente ornamentadas com tapetes da indústria local, tão belos e tão típicos na policromia das suas cores”. Nesta Sociedade realizou-se uma sessão, na qual, o dirigente local Augusto Simões apresentou as saudações dos nacionalistas arraiolenses aos membros do Directório e aos líderes eborenses, tendo António Ginestal Machado agradecido a sua gentileza. Pouco depois dirigiram-se para o “vasto quintalão anexo ao Sindicato Agrícola, que se encontrava apinhado de pessoas de todas as classes sociais”. Nesse local decorreu o comício sob a presidência de alguns dirigentes locais do PRN. O primeiro orador a usar a palavra foi Alberto Jordão Marques da Costa que fez a apresentação dos dirigentes nacionais do Partido Republicano Nacionalista ali presentes e refutou a “distinção que muitos querem estabelecer entre exploradores e explorados, afirmando que o partido nacionalista” se encontrava “no meio de dois excessos, o excesso das direitas e o excesso das esquerdas”¹³¹⁸. De seguida, tomou a palavra Cunha Leal que agradeceu a recepção que tinham sido alvo e iniciou a análise da situação do país. Fustigou “com justeza a

¹³¹⁵ *Diário de Lisboa*, 14-10-1925, p. 8.

¹³¹⁶ *Democracia do Sul*, 11-10-1925, p. 5.

¹³¹⁷ *Democracia do Sul*, 13-10-1925, p. 1.

¹³¹⁸ *O Século*, 12-10-1925, p. 3.

deslavada audácia dos que andam enganando o povo acobertados com a divisa oca de sentido - *pelos explorados contra os exploradores.*” Na sua visão o Partido Republicano Nacionalista vivia “entre duas reacções: a da extrema-direita e a da extrema-esquerda. Esta, impondo-se pelo terror, aquela auxiliando a segunda e esperando alcançar a cada vez mais distanciada restauração monárquica. Ser nacionalista é, por isso mesmo, ser teimosamente republicano e teimosamente honesto;” é ser inimigo da esquerda e igualmente inimigo da direita. Discursaram depois vários dirigentes nacionais, tendo o nacionalista arraiolense José de Mira Amaral terminado a sessão com uma ideia que percorreu todo o comício nacionalista: “a República não é exclusivo duma classe, não é dos ricos nem dos pobres, mas de todos e para todos os portugueses”¹³¹⁹. Terminada a sessão foi oferecida a todos os visitantes um almoço volante na sala de baile da Sociedade Recreativa Arraiolense.

No dia 11 de Outubro de 1925, às 21 horas e 45 minutos, no Teatro Garcia de Resende em Évora, realizou-se o último comício destes dois dias de intensa actividade política nacionalista. O teatro encontrava-se literalmente cheio “de pessoas de todas as classes e de ambos os sexos”¹³²⁰. A *Batalha* referiu que “as entradas no teatro eram só consentidas mediante a apresentação de um cartão-convite o que deu lugar a que muita gente se indignasse”. Porém, muitos operários conseguiram “depois entrar para a plateia”¹³²¹. Nessa noite estiveram presentes os líderes nacionais do partido, António Ginestal Machado, Cunha Leal, Pedro Pita, Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá, para além dos líderes locais, Alberto Jordão Marques da Costa e Domingos Vítor Cordeiro Rosado. Iniciou a sessão de propaganda Alberto Jordão Marques da Costa, tendo apresentado os oradores e apelado à correcção e à civilidade de todos os participantes no comício, à semelhança do que tinha sucedido em comícios anteriores. Quando apresentou Cunha Leal, ouviram-se “protestos dum pequeno número de indivíduos que entre a assistência se haviam espalhado”. Porém, “o auditório em peso” aclamou “Cunha Leal calorosamente”. Restabelecido o silêncio Alberto Jordão Marques da Costa lamentou o sucedido. No entanto, ouviu-se “*um sussurro e uma voz: viva José Domingues dos Santos! Centenas de vozes: abaixo! Bandidos! Canalhas!*”. Alberto Jordão Marques da Costa continuou afirmando que o Partido Republicano Nacionalista era acusado por uns de estar “ao lado dos exploradores contra os explorados;” esses “pelo contrário, dizem-se ao lado dos explorados contra os exploradores”. Alberto Jordão Marques da Costa estava-se a referir à Esquerda Democrática que segundo ele pretendia “atear a guerra entre operários e patrões”¹³²², prestando assim, um mau serviço à República. A *Batalha* relatou o início da sessão política nacionalista, com algumas *nuances* em relação ao órgão local do PRN. Para o «porta voz da organização operária portuguesa» os “primeiros gritos de *abaixo a pena de morte, fora e morra* ecoaram por todo o esplendoroso teatro, após a afirmação de um orador, de que os operários eram exploradores dos patrões, quando não cumpriam o seu dever, como se o seu dever não fosse cumprido com um horário de 8 horas e um salário tão insignificante que mal chega para comer. O orador apresentou os conferentes e ao pronunciar o nome de Cunha Leal a indignação foi ainda maior”¹³²³. Posteriormente tomou a palavra Pedro Pita que viu o seu discurso ser várias “vezes interrompido com apartes violentos que vinham de alguns camarotes de 2.^a e 3.^a ordem e geral”¹³²⁴. Este dirigente nacionalista

¹³¹⁹ *Democracia do Sul*, 13-10-1925, pp. 1-2.

¹³²⁰ *Democracia do Sul*, 13-10-1925, p. 2.

¹³²¹ *A Batalha*, 15-10-1925, p. 3.

¹³²² *Democracia do Sul*, 13-10-1925, p. 2.

¹³²³ *A Batalha*, 15-10-1925, p. 3.

¹³²⁴ *Notícias de Évora*, 13-10-1925, p. 1.

disse estar há muito habituado à ideia de liberdade “e por esse facto não se” transtornava “pelo ruído de dois pés batendo no chão”. Na sua opinião “explorados são os que se deixam arrastar pelas promessas dos exploradores (aplausos). Ser republicano não é fazer uso de gravata encarnada e verde, nem simplesmente encher a boca com essa palavra: é ter respeito pela liberdade dos outros”. Pedro Pita continuou a sustentar algumas ideias defendidas pelo PRN e condenadas pelos seus inimigos: “A pena de morte só assusta os que dela têm medo; os que não tencionam ser criminosos não a receiam (aplausos vibrantes)”. E acrescentou ainda, “a especulação exercida em volta da decisão do tribunal da sala do Risco é monstruosa”. Ouviu-se então uma voz: “*e os deportados?*” O orador respondeu: “Mas fomos nós que os mandamos para a África? (*aplausos entusiásticos*). Ouviu-se então outra voz: “*o que querem é votos*”. Domingos Vítor Cordeiro Rosado levantou-se indignado e dirigindo-se ao interpelante disse: “*O seu não o quero!*”. Pedro Pita prosseguiu e declarou “ter-se oposto, no parlamento e em nome do PRN, às deportações, e se elas se deram vão os protestantes pedir responsabilidades aos seus irmãos em crenças (*apoiados e pateada*)”. O orador agradeceu as manifestações e disse que se sentia bem ao ouvi-las, pois dispensava “aplausos de semelhante gente”¹³²⁵. Cunha Leal, o próximo orador, foi “recebido com uma grande ovação, palmas e vivas, e *pateadas* dos tais indivíduos que ali foram desempenhar o *frete* de perturbar a ordem”. Foram ainda lançados “alguns manifestos da União do Sindicato Único Metalúrgico em que se salientavam o seu desagrado pelos republicanos”¹³²⁶. Cunha Leal pediu em primeiro lugar aos seus correligionários para não amplificarem “com aplausos as *manifestações* dos que lhe querem desagradar: deixem manifestar-se os que o não querem. Se os aplausos dos primeiros lhe agradam, embora lhe não dêem as energias de que o seu coração precisa, igualmente lhe agradam os ódios dos inimigos, porque os despreza profundamente (vibrantíssimos aplausos cobrem estas palavras)”. Na opinião de Cunha Leal, os indivíduos que estavam fazendo a *pateada* não queriam que ele viesse a Évora e divulgaram o rumor de que ele não se deslocaria a esta cidade alentejana. Esta “dúzia de díscolos pretendia amordaçar a liberdade que uma população honrada lhes concedera ainda há pouco. Pois hão-de ouvir-me. Atacam-me porque defendo a pena de morte num país onde se deixam bombas ao abandono para vitimar crianças inocentes!”. Cunha Leal afirmou ainda que os nacionalistas não vinham pedir votos. Pediam sim “respeito pelos políticos de hoje”; os votos “dêem-nos a quem quiserem”. Para terminar afirmou que havia “pessoas que, achando pouco escabrosos os problemas políticos da nação, pretendem nesta terra pôr as classes em guerra mútua! Esses são os *esquerdistas*, que querem o terror para dominarem pelo terror a sociedade portuguesa”. Os nacionalistas pelo contrário, para colocarem em prática a sua política necessitavam “do apoio da nação”. Cunha Leal ainda acreditava “nas virtudes da raça, e em melhores dias para a nacionalidade. Viva a Pátria! Viva a República!” A assistência manifestou a sua concordância às afirmações de Cunha Leal com aplausos, “não faltando a contra manifestação dos *pés... esquerdistas*”¹³²⁷. O Capitão-de-mar-e-guerra, Alexandre Vasconcelos e Sá, salientou que quando ele “ajudou a implantar a República, argumentava-se com baionetas e canhões para afirmar os princípios republicanos, mas nunca se argumentava com os pés, porque isso é indigno e impróprio de republicanos”¹³²⁸. António Ginestal Machado defendeu que “à desordem se opunha o sentimento da ordem. O PRN não foge de Évora com receio dos protestos duma dúzia de rapazolas inconscientes. Não!”. Era necessário

¹³²⁵ *Democracia do Sul*, 13-10-1925, p. 2.

¹³²⁶ *Notícias de Évora*, 13-10-1925, p. 1.

¹³²⁷ *Democracia do Sul*, 13-10-1925, p. 2.

¹³²⁸ *Ibidem*.

afirmar “os princípios ordeiros para que em Portugal se possa viver. A ordem é a condição essencial da vida dum povo”. O PRN sabia o que queria: “a ordem, o bem da nação e a harmonia entre as classes”. Lamentava ter havido quem não quisesse permitir a sessão. “Então Cunha Leal, o homem que defendeu o seu inimigo político, haveria de calar-se? E Vasconcelos e Sá, que combateu contra os alemães, que ajudou a República, não haveria de falar? E isto porque uma dúzia de díscolos se lhes opunham? Isto ficaria mal muito mal. Mas não é a esses senhores, é a quem cá os mandou... (aplausos vibrantes)”. Domingos Vítor Cordeiro Rosado usou da palavra para deixar bem “vincada a sua mágoa pelo que ali se passou enquanto falavam dos oradores antecedentes”. Salientou que “esses ignorantes que aí vieram protestar contra as deportações deviam tê-lo feito há duas semanas, quando outros homens ali se apresentaram [o Dr. Domingos Rosado estava-se a referir aos esquerdistas], porque foi o governo democrático do Sr. Vitorino Guimarães quem mandou para África os bombistas e quejandos”¹³²⁹. Quase no fim da sessão Felício Caeiro¹³³⁰ “que se encontrava na plateia, pediu a palavra e subindo ao palco manifestou a sua concordância com o programa do Partido Nacionalista, pondo-se incondicionalmente ao seu lado, pronto a servir a causa como simples soldado disciplinado”¹³³¹. As suas declarações foram muito aplaudidas. Encerrou a sessão Francisco Cardoso de Lemos no meio de muito entusiasmo e *vivas* que se prolongaram ao Largo de S. Domingos.

Depois de terminar a sessão houve um jantar de homenagem aos nacionalistas vindos de Lisboa na Escola Primária Superior presidido por António Ginestal Machado. Durante o jantar António Manuel Pascoal “leu vários telegramas e cartas de correligionários em que justificavam a sua ausência”. Ao champanhe usaram da palavra vários oradores, tendo-se destacado Domingos Vítor Cordeiro Rosado, que com palavras cheias de sentimento evocou os nomes de António Granjo e Machado Santos, pedindo a todos os presentes que se associassem ao seu voto de pesar. Propôs ainda que fosse “enviada por meio de telegrama, uma saudação ao ilustre general que foi comandante desta divisão Sr. Frago Carmona no que todos concordaram erguendo-se vivas a este General”. Encerrou a sessão António Ginestal Machado com “um calmo discurso, que deixou a assistência bem impressionada”¹³³². Por último, deram-se vivas a vários vultos da República com destaque para António José de Almeida e Jacinto Nunes.

Os jornalistas nacionalistas que acompanharam estas sessões sublinharam sempre que elas tiveram a presença de *todas as classes*. Os dirigentes nacionalistas acentuaram sempre a ideia que o PRN e a própria República eram *de todos os portugueses e para todos os portugueses*. Se o Partido Republicano Nacionalista tinha aspirações de tornar-se o partido mais importante da República, tinha de ser um partido de massas e não de facções, tinha de ter uma composição social heterogénea¹³³³ e um discurso abrangente. Só assim poderia lutar contra o predomínio do PRP, que após a dissidência da Esquerda Democrática tinha também feito uma viragem ao centro¹³³⁴.

¹³²⁹ *Ibidem*.

¹³³⁰ O Dr. Agostinho Felício Pereira Caeiro era médico e ingressou no Centro Republicano Nacionalista de Évora em Novembro de 1925 (cf., Livro dos Sócios Inscritos - Centro Republicano Nacionalista, Arquivo Particular de Cláudio Percheiro, Évora).

¹³³¹ *Notícias de Évora*, 13 de Outubro de 1925, p. 2.

¹³³² *Notícias de Évora*, 13-10-1925, pp. 1-2. Cf., *Democracia do Sul*, 13-10-1925, pp. 1, 2, 4.

¹³³³ O PRN procurava ter nos próprios órgãos directivos locais personalidades de vários quadrantes sociais, cf., Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 305-309.

¹³³⁴ Em termos ideológicos os esquerdistas tornaram-se os principais os adversários políticos dos nacionalistas. Para o Dr. Alberto Jordão líder nacionalista eborense o problema social, ou como então era

No dia 25 de Outubro realizou-se em Coimbra outra sessão de propaganda eleitoral com contornos semelhantes aos ocorridos em Évora. Os membros do Directório chegaram à estação dos caminhos-de-ferro às 11.30, sendo esperados por numerosos correligionários. No entanto, alguns “discolos pretenderam perturbar a manifestação ordeira que os nacionalistas iam realizar”. Segundo foi possível apurar à frente desta iniciativa encontrava-se o grupo «Os libertadores» – que segundo os nacionalistas devia “ser constituído por foragidos da penitenciária”. Este grupo espalhou “uns manifestos com o fim de alterar a ordem”. Contudo, a polícia marcou presença e o forte apoio dos nacionalistas aos membros do directório fez com que os desordeiros tivessem de “meter a viola no saco”. Os líderes nacionalistas foram acompanhados pela multidão até ao Hotel Avenida. E daí dirigiram-se para no Teatro Avenida onde decorreu a Sessão de Propaganda. Fizeram intervenções alguns líderes locais do PRN e os membros do directório, Pedro Pita e Cunha Leal. O primeiro explicou a actividade parlamentar do PRN, entre uma direita conservadora imobilista e uma esquerda radical extremista. Já o segundo concentrou-se no ataque à Esquerda Democrática bolchevista de José Domingues dos Santos. Em último lugar falou o presidente do Directório, António Ginestal Machado, que explanou a necessidade do PRN e da própria República serem ordeiros, uma vez que “a gente portuguesa, pelas suas tradições e pelo seu temperamento é profundamente conservadora”. Em relação às propostas concretas do programa político do PRN defendeu que quando este partido chegar ao governo irá “diminuir as despesas, dispensando grande número de funcionários públicos que para nada servem, porque nada fazem”¹³³⁵. Findo o comício realizou-se uma sessão no Centro Nacionalista de Coimbra onde foi descerrado um retrato do velho republicano Sr. Francisco Vilaça da Fonseca e escolhidos os candidatos a apresentar às eleições. Posteriormente realizou-se um banquete no Palácio Ameal para 200 convivas, onde os líderes locais e os líderes nacionais do PRN puderam novamente discursar e mobilizar os seus correligionários para o acto eleitoral.

No final da campanha eleitoral havia que distribuir as listas partidárias pelos supostos votantes, o que representava um trabalho árduo e requeria uma grande mobilização dos membros do partido¹³³⁶. As listas estavam disponíveis nos centros políticos, em mercearias, em farmácias e noutros estabelecimentos de alguns correligionários. Nos locais onde fosse possível, as listas seriam distribuídas porta a porta¹³³⁷. Na maior parte dos casos os candidatos continuaram a financiar as candidaturas com o seu dinheiro pessoal¹³³⁸.

usual dizer *entre exploradores e explorados* era equacionado pelo seu partido de uma forma “simples mas diferente daquele que o *canhotismo* apregoa aos quatro ventos, na mira de fomentar a luta de classes. Disso afastamo-nos nós. Na nossa maneira de ver [...] há exploradores entre os homens do capital, da indústria, do comércio, do professorado, do funcionalismo público e também entre o operariado.” (A. J. “Exploradores e explorados”, *Democracia do Sul*, 16-10-1925, p. 1).

¹³³⁵ *O Figueirense*, 29-10-1925, pp. 1-2.

¹³³⁶ Em 1922 a *Lista de Conjunção Republicana*, que incluía membros do PRL, do PRRN, do PS e do Partido Nacional Republicano Presidencialista, teve uma deficiente distribuição em algumas regiões de Lisboa, o que contribuiu para que muitos apoiantes não votassem nesta lista (*República*, 2-2-1922, p. 2).

¹³³⁷ Cf., *República*, 28-1-1922, p. 2.

¹³³⁸ *República*, 31-1-1922, p. 1.

24.2.4. Os actos eleitorais: Violência política, manipulação e acordos eleitorais ilícitos.

As eleições para o Senado e para a Câmara dos Deputados tiveram uma participação díspar. Nos locais onde houve acordos eleitorais, a mobilização foi escassa, havendo, por vezes, apenas uma simulação de eleição. Pelo contrário, nos círculos e nas assembleias de votos onde houve muitas candidaturas activas a participação foi mais significativa¹³³⁹. Na Figueira da Foz os democráticos chegaram a percorrer várias freguesias com uma camioneta para “arrebatar eleitores”¹³⁴⁰.

Em quase todos os círculos houve reclamações por parte de candidatos de todas as forças políticas devido a irregularidades, arbitrariedades, ameaças, fraudes, subornos e roubos. Estas reclamações e protestos foram analisados na Comissão de Verificação de Poderes, que lhe deram provimento nalguns casos, o que alterou os resultados trazidos das Assembleias de Apuramento, chegando mesmo a mandar repetir o acto eleitoral em Portel. Houve também círculos onde não houve reclamações, o que pode indicar um acordo generalizado entre todas as forças políticas, casos de Vila Real e Guimarães.

Em Celorico de Basto não houve luta eleitoral devido ao acordo entre os políticos locais. Esta prática vinha desde o período da Monarquia e também era comum noutros países. Na prática desvirtuava o sistema representativo, uma vez que significava uma partilha de votos entre os caciques, pelo que não havia *eleição* de deputados mas *nomeação* de deputados. Em Celorico de Basto o acordo dava aos democráticos 900 votos, aos nacionalistas 650 votos, aos católicos 500 votos e aos interesses económicos 300 votos. O *Diário do Minho* comentou ironicamente este acordo congratulando-se com o mesmo, “pois que chove torrencialmente e molhavam-se os dirigentes e os eleitores se a luta fosse renhida”¹³⁴¹. A imprensa foi pródiga neste tipo de notícias¹³⁴². No entanto, é difícil ter fontes mais consistentes sobre os contornos destes acordos. Nestes casos o recurso a arquivos pessoais torna-se fundamental. No espólio do democrático Mariano Felgueiras encontramos um precioso documento que nos relata o acordo estabelecido a cinco dias das eleições em Guimarães:

“Os abaixo assinados representantes do Partido Republicano Português, do Partido Nacionalista, do Partido Radical, da União dos Interesses Económicos, do Centro Católico e do Partido Monárquico comprometem-se pela sua honra a cumprir e fazer cumprir aos seus correligionários deste concelho o seguinte acordo eleitoral para as eleições de Deputados e senadores a realizar no próximo dia 8:

1.º Os candidatos a Deputados Maximino de Matos, Mariano Felgueiras e Luís da Costa Amorim terão dois mil e seiscentos votos cada um; 2.º O candidato a Deputado Gaspar do Couto Ribeiro Vilas terá setecentos votos; 3.º O candidato Artur Brandão terá setecentos votos; 4.º O candidato Sousa Guerra terá, digo, Sousa Guerra, setecentos votos; 5.º Os candidatos César da Silva Azevedo, Pacheco Amorim, Gonçalo Meira e José Sebastião de Meneses terão mil e duzentos votos cada um; 6.º Os candidatos a Senadores

¹³³⁹ Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 252-262; Luís Manuel Machado Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., Secretaria regional da educação e cultura/Direcção regional dos assuntos culturais, 1992, pp. 169-171 e 208-212.

¹³⁴⁰ *O Figueirense*, 12-11-1925, p. 1.

¹³⁴¹ *Diário do Minho*, 10-11-1925, p. 1.

¹³⁴² Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 249-251.

Augusto Casimiro Monteiro e Simões d'Almeida terão três mil votos cada um; 7º Os candidatos Conde de Azevedo, Cunha Barbosa, Duarte Carrilho terão novecentos votos cada um; 8º O candidato João Machado da Silva terá quatrocentos votos. Guimarães, três de Novembro de mil novecentos e vinte e cinco”¹³⁴³.

Seguiam-se as assinaturas dos representantes do Partido Republicano Português, do Partido Nacionalista, do Partido Radical, da União dos Interesses Económicos, do Centro Católico e do Partido Monárquico. O «compromisso de honra» foi respeitado quase na íntegra, uma vez que Maximino de Matos, Mariano Felgueiras e Luís da Costa Amorim obtiveram 2615 votos e Artur Brandão 707 votos no concelho de Guimarães, vindo a ser proclamados deputados pelos resultados obtidos no círculo eleitoral de Guimarães, que englobava outros concelhos como o de Celorico de Basto, onde previsivelmente se efectuaram outros acordos semelhantes¹³⁴⁴.

Em alguns círculos os acordos podiam ser estabelecidos em determinados concelhos, avançando-se para a luta aberta nos restantes concelhos. Jaime Dias, afilhado de Bernardo Ferreira de Matos, deputado do PRN por Castelo Branco, deu-lhe conta do estado das negociações em vários concelhos do círculo de Castelo Branco em Setembro de 1925:

“Meu Caro Dr.

Lá por cima a luta vai renhida: o mais renhida que é possível. Temos trabalhado bem, mas encontramos pela frente monárquicos e democráticos absolutamente identificados para nos derrotarem. [...]. Contamos com uma grande maioria aqui na cidade e no concelho, perderemos pelos meus cálculos por uma centena de votos.

De Vila Velha propõem acordo com 50 votos de maioria para eles. Vamos aceitar mas creio que este número será ainda reduzido.

De Vila de Rei? Creio que aquilo está mal para nós. Vejam lá se podem apertar o Tavares.

De Idanha perdemos ali por 50 votos. A luta lá é como aqui renhida. Vai ser uma vitória nossa porque morreu de uma vez para sempre o papão do Marquez. Entreguei as listas às pessoas que indicava.

Jaime Dias”¹³⁴⁵

Os resultados eleitorais eram mais os reflexos das negociações de poder entre os notáveis do que a soma das vontades individuais¹³⁴⁶. José Marques, mediador de Bernardo Ferreira de Matos em Proença-a-Nova, prestou contas ao seu patrono sobre o

¹³⁴³ Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães), Espólio de Mariano Felgueiras, Pasta 1, n.º 17117.

Agradeço ao Prof. Dr. António José Queirós pelo envio deste documento.

¹³⁴⁴ Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa 406.

¹³⁴⁵ Carta enviada por Jaime Dias, funcionário do Governo Civil de Castelo Branco, para o seu padrinho, Bernardo Ferreira de Matos, deputado do PRN. Carta datada em 4-9-1925, em Castelo Branco. Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família). Neste espólio existem outras cartas semelhantes provenientes de outros amigos e familiares de Bernardo Ferreira de Matos que negociavam em seu nome o estabelecimento de acordos em diversas freguesias e concelhos do círculo de Castelo Branco.

¹³⁴⁶ Veja-se a seguinte carta enviada por Abílio Fernandes Tomé, médico na Sobreira (Formosa), para o seu tio, Bernardo Ferreira de Matos, datada em 18-10-1925: [...] Sobre a sua carta de ontem farei tudo quanto possa para que daqui leve o maior número de votos possível. [...] Os monárquicos estão rebeldes por aqui. Querem eleições, mas estou convencido que levam menos que julgam. Sobre o acordo a que se refere, estive ontem na Sertã, numa autópsia, e quer-me parecer, pelo que ouvi, que os nacionalistas de lá, fazem acordo com os democráticos, votando porém num filho do Eduardo Barata que também se propõe. Não tenho a certeza se o acordo será nesse sentido, mas quer-me parecer que sim. Que ele se propõe é verdade, pois foi o Eduardo que me disse [...]. Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

estado das negociações para o estabelecimento de um acordo eleitoral em 26 de Outubro de 1925:

“Meu Exmo. amigo e Sr. Dr. Bernardo

Confirmo a minha última carta e para dever de lealdade venho informá-lo do acordo com o Sr. Farinha Tavares.

1.º Maioria de 20 a 30 votos aos candidatos católico e independente (Dr. Pinto Barriga);

2.º Dar igual votação ao filho do Eduardo Barata e candidato monárquico e na hipótese daquele retirar a candidatura a votação ser para o am.º.

3.º A votação do amigo ser igual à do candidato democrático. Havendo uma diferença de 20 a 30 votos do Barata e monárquico para o católico e independente, o mesmo número do am.º para aqueles.

Anui que o amigo tivesse mais votos do que o monárquico, mas não houve forma de o conseguir e como eu era o único que advogava a sua causa tive de ceder, conseguindo apenas que, se o filho do Barata desistir, a votação deste ser dada ao amigo.

Também se resolveu aqui se o amigo ceder a sua candidatura a favor do Dr. Pedro Pitta, alcance este uma maioria de dez votos sobre os outros candidatos.

Fiquei magoado por o amigo não ter cá vindo, porque podia muito bem influir no ânimo desta gente e certamente obteria maior número de votos. [...]

P.S. O acordo foi feito ontem”¹³⁴⁷.

No círculo de Braga era Domingos Leite Pereira que controlava os resultados eleitorais. Sem a anuência deste democrático dificilmente o PRN conseguiria eleger algum candidato. Assim sendo, Artur Brandão, encarregado de organizar a lista nacionalista nesse círculo, verificando a sua incapacidade para negociar directamente com Domingos Leite Pereira, solicitou a intervenção de António Ginestal Machado e de Cunha Leal, notáveis da mesma ordem de grandeza, para o estabelecimento de um acordo com o PRP. Artur Brandão deu conta da sua pretensão em carta enviada a António Ginestal Machado:

“A luta eleitoral neste distrito está complicadíssima empenhando-se nela os económicos apoiados pelos monárquicos que tem grande força eleitoral. Em Guimarães iremos isoladamente [...]. Por Braga irá um nome dos melhores do círculo que poderia ser eleito se o Domingos Pereira quisesse. Bastava uma permuta de votos aqui no concelho de Braga. Para senador ainda não resolvi as dificuldades. Só preciso que não haja descontentes para que todos trabalhem unidos. Demais, tem de ser um bom nome, conhecido na região e que saiba e tenha unhas para lutar contra importantes adversários. Se conseguíssemos aqui que o Dr. Domingos Pereira mandasse os seus amigos conversar comigo ou me mandasse conversar com eles todas as minorias seriam nossas e sem grande esforço” [...]. E se V. Ex. e o C. Leal fossem falar ao Domingos Pereira”¹³⁴⁸.

No círculo de Viseu também houve algumas denúncias de um acordo eleitoral entre os monárquicos, os democráticos e os nacionalistas. Este acordo poderia passar por actos ilegais, com descargas nos cadernos eleitorais ou sem reunir sequer as assembleias de voto¹³⁴⁹.

¹³⁴⁷ Carta datada em 26-10-1925 em Proença-a-Nova, enviada por José Marques para Bernardo Ferreira de Matos. Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹³⁴⁸ Carta enviada por Artur Brandão, Quinta da Maia, Braga, 14-10-1925, Espólio de António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, E55/690.

¹³⁴⁹ *O Século*, 10-11-1925, p. 2; *O Mundo*, 20-11-1925, p. 2; *O Rebate*, 12-3-1926, p. 2. Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 249-252.

Os actos de manipulação eleitoral foram intensamente publicitados. O poder dos caciques permanecia intacto, levando o comandante José Mendes Cabeçadas Júnior a declarar que “o eleitorado ainda vota às cegas, levado pelos caciques. O caciquismo está tendo, em República, uma força muito maior que na Monarquia. Na Monarquia os caciques ainda se subordinavam ao critério de escolha do governador civil. Agora não. Agora as verdadeiras autoridades administrativas são os caciques. São eles que fazem toda a política local. O Partido Democrático tem isso muito bem organizado. E é cada um...”¹³⁵⁰. Em cada círculo havia uma série de notáveis que dominavam os recursos eleitorais. No círculo de Castelo Branco a principal influência política estava nas mãos da família do candidato independente António Pinto Barriga¹³⁵¹. Neste círculo estabeleceram-se negociações com todas as listas para a concretização de um pacto, mas o mesmo foi alterado em cima das eleições por o PRN ter retirado o seu habitual candidato, Bernardo Ferreira de Matos para apresentar Pedro Pita¹³⁵². Esta situação acentuou as divergências internas dentro do PRN¹³⁵³, levando a que a facção de Cunha Leal intercedesse pela candidatura do independente, António Pinto Barriga¹³⁵⁴ e que os familiares e amigos de Bernardo Ferreira de Matos equacionassem novas estratégias de

¹³⁵⁰ José Mendes Cabeçadas Júnior, *Correio da Manhã*, 22-10-1925, p. 1.

¹³⁵¹ *Diário de Lisboa*, 7-11-1925, p. 4.

¹³⁵² Vejam-se os seguintes telegramas recebidos por Bernardo Ferreira de Matos na Sertã, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família):

“2-11-1925

Circunstâncias que esporei forçam ir eu substituir Vicente Ferreira. Peço que diga Castelo Branco onde chego Quinta-Feira onde poderei falar-lhe pois desejo sinceramente tenhamos bom entendimento [...].

Pitta”;

“4-11-1925

Dr. Cardoso passou aqui aconselhando irmão a não fazerem acordo portanto tudo estragado diga que fazer

Daniel”;

“4-11-1925

Vicente desistiu favor Pitta. Vem hoje Lisboa é urgente falarmos.

Pinheiro”;

“7-11-1925

Rogo informe já João Manso esta via seu interesse candidatura Pitta bem como ilegalidade mesmo candidato.

Lino”;

“7-11-1925

João Pinheiro dá boas notícias e pede que aguente Cunha Leal

Telefonou indagando

Pires Marques”;

“7-11-1925

Acordo não esta feito Pita propõe-se segundo Século. Diga o que se lhe oferece.

Abílio Tomé”;

“9-11-1925

Última hora devido atitude Alberto mantenho acordo Idanha. Dá notícias.

Pinheiro”.

¹³⁵³ Veja-se o seguinte rascunho, incompleto, depositado no Espólio Bernardo Ferreira de Matos (em posse da família): “Tendo chegado ao meu conhecimento por várias vias que no círculo de Castelo Branco, por onde foi sancionada a minha candidatura como deputado nacionalista, andam correligionários meus pedindo votos para outro candidato nacionalista, que na sombra trabalha e ligando eu tão estranho facto com propósitos manifestados em uma célebre entrevista há dias publicada no *Diário de Lisboa* e com várias afirmações feitas em conversas particulares, também do meu conhecimento, venho devolver ao Directório do meu partido”.

¹³⁵⁴ Veja-se o seguinte telegrama enviado por Cunha Leal em 6-11-1925, para Bernardo Ferreira de Matos, nesses dias a residir na Sertã: “Peço faça vingar candidatura Pinto Barriga. Cunha Leal”, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

actuação política, pelo que solicitaram que o clã familiar se reunisse de imediato¹³⁵⁵. Cunha Leal, grande amigo de Bernardo Ferreira de Matos, equacionou sair do PRN. Contudo, apenas abandonou os cargos dirigentes nesse momento¹³⁵⁶.

Em algumas assembleias de voto, os mortos e ausentes votavam “por procuração”, pelo que alguns eleitores votavam duas e três vezes, por si e em nome dos outros. Esta situação era mais grave onde não havia comissões políticas dos vários partidos para fiscalizarem o acto eleitoral¹³⁵⁷. Outras práticas que persistiam eram a chapelada e a eliminação dos opositores do recenseamento¹³⁵⁸. Em relação à primeira prática o órgão nacionalista de Santarém, *Correio da Extremadura*, acusou os democráticos de terem usado este estratagema em favor dos seus candidatos¹³⁵⁹. Quanto ao segundo costume, o caso mais grave que identificamos ocorreu na Horta, onde terão sido eliminados 800 eleitores nacionalistas. Face ao ocorrido, João Paulino de Azevedo e Castro, candidato nacionalista pela Horta, enviou uma carta ao Ministro do Interior protestando contra as arbitrariedades que as autoridades daquele círculo tinham praticado contra a sua eleição, nomeadamente o facto de terem cortado cerca de 800 recenseamentos eleitorais dos seus partidários com a escusa de não saberem ler, nem escrever, quando é certo que muitos tinham a instrução primária, o curso dos liceus, sendo alguns funcionários públicos¹³⁶⁰. O candidato e os nacionalistas da Horta solicitaram o empenho do directório nacionalista nesta questão, mas acabaram por ficar ressentidos por este organismo não ter dado a devida atenção a este assunto, pelo que o candidato nacionalista acabaria por desistir da sua candidatura¹³⁶¹. A prática fraudulenta

¹³⁵⁵ Numa carta enviada em 14 de Outubro de 1925 por Daniel, sobrinho de Bernardo Ferreira de Matos, é solicitada a marcação de uma reunião urgente entre o tio e os familiares para analisarem a exclusão de Bernardo Ferreira de Matos das listas do PRN no círculo de Castelo Branco. Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹³⁵⁶ Veja-se a seguinte carta enviada por Júlio Dantas para António Ginestal Machado, datada em 7-11-1923: “Meu caro amigo: Ao regressar a Leiria, foi-me entregue uma carta aberta dirigida ao Presidente do Directório, em que o Cunha Leal declara desligar-se, senão do partido, pelo menos do seu alto cargo dirigente, acrescentando que a tornará pública na próxima 2.ª feira a deliberação que tomou. Imediatamente lhe telegrafei pedindo que aguardasse, para o fazer, que os restantes membros do Directório, ausentes em propaganda eleitoral, regressassem a Lisboa. Mandou-me depois, pelo Carvalho Santos um recado atencioso, dizendo que lamentava não poder aceder ao meu pedido e que a sua deliberação tinha sido motivada, especialmente, pela solução dada ao caso de Castelo Branco. Insisti ainda, pedindo-lhe, como favor pessoal, que aguardasse, para tomar essa deliberação definitiva, o regresso do Dr. Ginestal Machado. Não sei o que ele fará. Aqui estou sozinho procurando resolver os incidentes que surgem a cada hora. Da minha eleição não falo: vim convencido de que está perdida [...]. Júlio Dantas”. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/770.

¹³⁵⁷ *A Província*, 13-4-1923, p. 1.

¹³⁵⁸ Em Penafiel foram excluídos 900 correligionários do PRN do recenseamento pelas autoridades democráticas, cf., *República*, 14-6-1923, p. 1.

¹³⁵⁹ Cf., *Correio da Extremadura*, 14-11-1925, p. 1.

¹³⁶⁰ Cf., *Diário de Lisboa*, 2-11-1925, p. 8; *idem*, 6-11-1925, p. 8; Luís Manuel Machado Menezes, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., Secretaria regional da educação e cultura/Direcção regional dos assuntos culturais, 1992, pp. 161-162.

¹³⁶¹ Manuel Soares de Melo e Simas informou António Ginestal Machado da preparação das eleições na Horta no dia 30-9-1925: “O portador da carta é nosso correligionário, Sr. Fernando Costa, gerente da *Fayal Goal*, que a um carácter digno e muito influente em termos eleitorais. A situação política: Falhou o acordo com os católicos. O recurso sobre a eliminação de 700 (cerca) votantes amigos ainda não subiu à relação, pelo que não há tempo antes das eleições. O ministro do comércio impõe e o chefe de gabinete do Ministério defende a candidatura de Manuel José da Silva, e, portanto a continuação do governador. Em presença destas contrariedades o nosso candidato João Paulino Azevedo e Castro retirou-se para Lisboa desistindo da sua eleição. Só um facto extraordinário poderá salvar o grupo regionalista do Sr. Neves”. No dia 16-10-1925 enviou nova informação ainda mais comprometedora para os interesses nacionalistas: “A eleição está perdida, pelo que falando com o sr. Neves a única solução passa por adiar a eleição na Horta até o tribunal decidir a questão”. Cartas enviadas por Manuel Soares de Melo e Simas para António

de supressão dos opositores do recenseamento por parte das autoridades administrativas foi tema corrente na imprensa ao longo de várias décadas. No entanto, à semelhança da prática dos acordos ilícitos, não era fácil documentá-la noutras fontes. Um documento depositado no espólio do presidente do directório do Partido Republicano Nacionalista, António Ginestal Machado, é elucidativo quanto às práticas usadas. Esta circular não está datada, mas pelo contexto deverá tratar-se de um documento da década de 20 ou de 30:

“Circular do M. do Interior para os Governadores Civis

É preciso mandar chamar os amigos de mais confiança, das freguesias, mostrar-lhes a lista do recenseamento que de lá tenha vindo e da fazenda, para eles indicarem e esclarecerem as tendências de cada inscrito, procedendo depois do seguinte modo: freguesias onde se tenha maioria certa, poucos ou nenhuns devemos cortar aos nossos adversários, aumentando sempre, contudo, os nossos, mas sem escândalo, isto relativo às eleições para a junta. Para as eleições da Câmara ou deputados cortar-se-á todos os adversários que não tenham cumprido o menor preceito da lei e mesmo alguns mais, sendo preciso.

Os nossos amigos, mesmo sem diploma, etc. que a lei pede serão inscritos. O mesmo se deve fazer em freguesias de forças iguais, cortando então 20% a mais.

Para a eleição da câmara e deputados se procederá como acima foi dito: - freguesias em que eles tenham maioria absoluta, devemos cumprir a Lei na votação, para a junta tirar-lhes o mais possível, para a eleição da Câmara e deputados, dando votos para estas últimas eleições só aos nossos ou maior número possível n'estas instruções.

Se algum administrador de concelho ou secretário da Câmara vacilar na aplicação, convida-se a descansar o tempo preciso, para com pessoa de confiança procedermos a este trabalho.

Peço para V. Ex.^a falar a sós, mas claro, a todos aqueles que preciso seja para obter o fim desejado”¹³⁶².

No círculo de Leiria verificaram-se várias irregularidades nas eleições de 1925. Nas assembleias de Ortigosa e Vieira falsificaram-se as actas eleitorais com o intuito de favorecer o cónego Dias de Andrade em detrimento do nacionalista Júlio Dantas¹³⁶³. Virgílio Guerra Pedrosa, candidato regionalista pelo círculo de Leiria relatou os ilícitos praticados, tendo declarado que o Sr. Cónego Dias de Andrade já a estas horas tem “feito certamente penitência para que a sua consciência política seja aquele santuário religioso que é lícito esperar, de todo católico”¹³⁶⁴.

Durante estas eleições também houve diversos actos de violência. Em Matosinhos foram atirados tiros contra os eleitores monárquicos. Um grupo de monárquicos que estavam reunidos no Porto a preparar as eleições foi preso por um grupo de pessoas próximo do jornal *Vitória*, dos «canhotos»¹³⁶⁵. Esta hostilidade em relação aos monárquicos era manifestada até pelos altos dignitários republicanos.

Ginestal Machado, datadas na Horta, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1056-1057. Cf., *Diário de Lisboa*, 18-11-1925, p. 8. O candidato nacionalista por Tomar, Ribeiro Lopes, também expôs ao directório as várias manobras que estavam a ser feitas para prejudicar a sua candidatura, *Diário de Lisboa*, 30-10-1925, p. 8.

¹³⁶² Espólio António Ginestal Machado - Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1723.

¹³⁶³ Júlio Dantas em carta dirigida a Cunha Leal queixou-se de ter sido “vergonhosamente roubado”, uma vez que “falsificaram, à última hora, as actas das assembleias de Vieira de Leiria e Ortigosa”. Tinha intenção de reclamar, mas não confiava “na comissão de verificação de poderes”. Carta de Júlio Dantas a Cunha Leal, datada a 16-11-1925, Arquivo Particular de António Ventura – Portalegre e Lisboa.

¹³⁶⁴ Virgílio Guerra Pedrosa, *Acção Nacionalista*, 6-12-1925, p. 1.

¹³⁶⁵ Carvalho da Silva, *Diário de Lisboa*, 9-10-1925, p. 4.

Bernardino Machado questionado quanto à possibilidade dos monárquicos ganharem as eleições em Lisboa respondeu: “Mas se ganhassem, Ah, se por quaisquer circunstâncias, as ganhassem, o povo, no dia seguinte, responder-lhe-ia com a revolução!”. E acrescentou: “Bem vê que os monárquicos não se atrevem sequer a fazer aqui um comício”¹³⁶⁶.

Em Lisboa, na 2.^a e 3.^a secção de Arroios quando se procedia ao apuramento entraram uns indivíduos na sala e por meio de violência roubaram as urnas. Na secção 10.^a e 11.^a dos Anjos deram-se tumultos semelhantes, tendo sido quebrada a urna e perdidas as listas. Nesta última secção esteve envolvido um agente da polícia que acabou por ser suspenso. Nas três secções de voto de Santa Isabel, quando se fazia o apuramento, entraram uns indivíduos com pistolas e bengalas. Estes indivíduos provocaram alguns ferimentos, dispararam alguns tiros para o ar e apoderam-se dos votos. Em S. Mamede sucedeu algo parecido. No Conservatório alguns indivíduos munidos de um cavalo-marinho apoderam-se da urna, tendo também havido tiros. Na Charneca, não foi possível começar a votação pois a urna e os cadernos eleitorais foram roubados. A maioria dos assaltos às urnas deram-se onde era previsível os monárquicos ganharem as eleições¹³⁶⁷. A repetição das eleições nessas mesas permitia, sabendo já o resultado das outras secções, concentrar os votos nos candidatos republicanos. O *Diário de Lisboa* concluía que “foram estas trapalhices e vergas usadas de caciquismo que tornaram possível e necessária a República”¹³⁶⁸, mas era agora a mesma República que persistia nas mesmas práticas.

Santiago Prezado, candidato independente por Coimbra, apresentou o protesto através de dois telegramas ao Ministro do Interior por violências contra a sua candidatura e por terem desaparecido os cadernos eleitorais de Maiorca¹³⁶⁹.

Adriano António Crispiniano da Fonseca reclamou para a Comissão de Poderes solicitando que fossem considerados os votos atribuídos ao seu nome incompleto (Adriano Augusto). Apresentou ainda outras irregularidades e violências como a transferência de votos de Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro para Francisco da Fonseca Pinheiro Guimarães. A 3.^o Comissão de Verificação de Poderes acabou por dar provimento á sua reclamação proclamando-o o candidato esquerdista¹³⁷⁰.

No círculo eleitoral de Oliveira de Azeméis houve vários protestos e contra-protestos dos candidatos por burlas e falsificações. O nacionalista Albino Soares dos Reis elaborou um contra-protesto pelo facto dos apoiantes de Vitorino de Sousa Magalhães terem falsificado diversas actas eleitorais¹³⁷¹.

No círculo eleitoral de Viseu os candidatos elaboraram várias reclamações. Virgílio Ferreira Marques, protestou por não se terem realizado as eleições nalgumas freguesias e por alguns eleitores terem sido impedidos de votar¹³⁷². Neste mesmo círculo os democráticos gabavam-se de terem dado cerca de mil votos ao nacionalista José Marques Loureiro para este conseguir a eleição em Viseu¹³⁷³.

No círculo eleitoral de Coimbra foram apresentados diversas reclamações face aos resultados encontrados na Assembleia de Apuramento. A Comissão de Verificação de Poderes acabou por eleger o democrático Alberto Álvaro Dias Pereira em detrimento de João Cardoso Moniz Bacelar. Não foram contabilizados os votos de uma assembleia

¹³⁶⁶ Bernardino Machado, *Diário de Lisboa*, 27-10-1925, p. 8.

¹³⁶⁷ Cf., *Diário de Lisboa*, 8-11-1925, p. 8; *idem*, 10-11-1925, p. 5.

¹³⁶⁸ *Diário de Lisboa*, 12-11-1925, p. 1

¹³⁶⁹ Cf., *O Figueirense*, 12-11-1925, p. 1.

¹³⁷⁰ Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa 416.

¹³⁷¹ Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa 420 e 421.

¹³⁷² Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa 422 e 424.

¹³⁷³ *O Debate*, 12-3-1926, p. 2

onde João Cardoso Moniz Bacelar tinha uma grande vantagem face a Alberto Álvaro Dias Pereira. Os membros do PRN presentes nesta comissão abandonaram a mesma em protesto¹³⁷⁴.

No círculo eleitoral de Alcobaça os dois candidatos nacionalistas, Custódio Maldonado de Freitas e José de Moura Neves transformaram-se em rivais, uma vez que o círculo eleitoral apenas elegia 3 deputados e a lista democrática tinha boas perspectivas de eleger os dois deputados. Assim sendo, os candidatos nacionalistas utilizaram todos os meios ao seu alcance, legais e ilegais, para que o seu camarada nacionalista tivesse menos votos, chegando mesmo a apelar a que os eleitores riscassem o nome do seu correligionário da Lista¹³⁷⁵. Há registos de várias irregularidades e falsificação de assinaturas. Na assembleia de Louriçal, concelho Pombal, o número de listas entradas foi superior ao número de eleitores dessa assembleia. A Assembleia de Apuramento apresentou um resultado que proclamaria deputado Custódio Maldonado de Freitas, mas a 3.º Comissão de Verificação de Poderes acabaria por aceitar algumas reclamações, tendo proclamado deputado José de Moura Neves¹³⁷⁶. Nas eleições para o

¹³⁷⁴ Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa 428; Contra-protesto de João Cardoso Moniz Bacelar, Espólio João Cardoso Moniz Bacelar – Coimbra (em posse da família); *Diário de Lisboa*, 9-12-1925, p. 8; *Ação Nacionalista*, 12-12-1925, p. 2.

¹³⁷⁵ Esta prática era comum e conhecida. Quando os membros de uma Lista intuía que iam ficar com as minorias, os candidatos deixavam de ser correligionários para se tornarem muitas vezes adversários, pois só o mais votado seria eleito, pelo que muitas vezes estimulavam que se cortasse o nome do seu colega de Lista. Em Beja os candidatos democráticos também se tornaram inimigos políticos: “O Sr. Dr. Paulo de Lacerda está sendo asperamente atacado por parte dos seus correligionários pelo motivo de ter guilhotinado o seu companheiro de lista, correligionário e amigo sr. Dr. Henrique Silva, dando a milagrosa votação de Santo Aleixo ao adversário político Sr. Dr. Palma Mira. Concordamos que o Sr. Dr. Paulo Lacerda andou com falta de lealdade e de coerência política, mas admitindo que ele sabia que os seus amigos o queriam derrotar é natural que ele tratasse de se segurar... É o caso: *amor com amor se paga...*”, *O Bejense*, 12-11-1925.

¹³⁷⁶ Custódio Maldonado de Freitas queixou-se amargamente do sucedido numa carta dirigida a Cunha Leal: “Já deve saber das vilanias que se praticaram para me afastarem do Parlamento. O companheiro que não tinha sem o meu amparo político 500 votos em todo o círculo de Alcobaça – conseguiu da minha lealdade ser votado em mais de 2800 votos. Porém, ele, feito com os nossos adversários apareceu eleito e eu derrotado”. Custódio Maldonado de Freitas atribuía a validação dos resultados eleitorais e a “proclamação do outro [nacionalista] à mercê das influências de António Maria da Silva”, mesmos com as inúmeras irregularidades comprovadas. Custódio Maldonado de Freitas não aceitava ainda que num caso semelhante ocorrido com o “nosso ilustre correligionário Dr. Júlio Dantas o critério foi outro - mandar repetir duas eleições”. Concluía, por fim, que o ocorrido foi a paga pela “ousadia (!) de ter contribuído declaradamente para a queda do Governo do Dr. António Maria da Silva em Agosto último”. Carta enviada por Custódio Maldonado de Freitas para Cunha Leal, datada a 27-12-1925, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família). Cf., Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa 434. José de Moura Neves apresentou uma versão diferente dos acontecimentos numa carta dirigida ao Directório do PRN: apresentou reclamações contra “factos que não só amesquinham e envergonham o partido, como a boa fé dos que como V. Exa. honradamente têm procurado servir e dignificar a República”. Declarou que tinha sido convidado por Maldonado de Freitas para disputarem as maiorias no círculo de Alcobaça. Tinham trabalhado juntos, embora tivesse dificuldade em convencer os seus amigos para que “o nome dele [Maldonado de Freitas] não fosse riscado”. Considerava que pela análise do mapa das votações isso teria acontecido em poucas situações. Na sua opinião tinha trabalhado bem nas Caldas da Rainha, em Peniche e na Nazaré. Os nomes fornecidos por Maldonado Freitas não trabalharam em Alcobaça e alguns até apoiaram o PRP. Por isso “ainda hoje estão por distribuir 5000 listas para senador que o mesmo Sr. mandou distribuir por um amigo dele”. Maldonado de Freitas acusava-o de ter influenciado os seus amigos a cortar o seu nome, mas era falso. Os elementos republicanos que defendiam a candidatura do general Sinel de Cordes acordaram em votar “no meu nome em 200 listas, mas que não votariam no Sr. Maldonado; avisei-o d’isso lealmente e assim na Vila de Alcobaça temos: Sinal de Cordes 65; Freitas 74; Neves 136. Como vêm V. Exas. o pacto foi lealmente cumprido. Para se compensar combinou o Sr. Maldonado que eu não trabalhasse Óbidos e Bombarral, onde o seu nome acompanharia Sinel de Cordes e o mesmo na freguesia Chão da Parada, compensando

Senado no distrito de Coimbra ocorreu um caso semelhante. O nacionalista Joaquim Correia de Almeida Leitão fez um pacto com os candidatos democráticos, para que o outro candidato nacionalista, António Vicente Ferreira, não conseguisse ser eleito, uma vez que apenas eram eleitos três senadores¹³⁷⁷.

No círculo eleitoral do Funchal todos os candidatos apresentaram reclamações. O candidato nacionalista Domingos Augusto Reis Costa protestou contra a validade da eleição do candidato monárquico Luís Lopes Vieira de Castro, dada a campanha contra as instituições republicanas que vinha fazendo no *Jornal da Madeira*. Outros candidatos apresentaram declarações indicando que alguns funcionários públicos tinham pedido votos para o referido candidato monárquico. Luís Lopes Vieira de Castro também apresentou uma reclamação por não terem sido consideradas as listas com o nome “Luís Vieira de Castro”. A Assembleia de Apuramento realizada a 15 de Novembro proclamou deputados Manuel da Costa Dias (PRP), Adolfo de Sousa Brazão (PRP), Luís Lopes Vieira de Castro (PM) e Domingos Augusto Reis Costa (PRN). Contudo, a 1.ª Comissão de Verificação de Poderes que se reuniu em Lisboa a 10 de Dezembro ao analisar as diversas reclamações, considerou infundados os protestos sobre a elegibilidade de Manuel da Costa Dias e de Adolfo de Sousa Brazão, dado que o primeiro não era magistrado nem funcionário da Justiça e o segundo não era comissário de Estado. Os protestos contra Luís Lopes Vieira de Castro foram analisados, e a sua eleição não foi validada, alegadamente por terem entrado listas com o seu nome incompleto, situação semelhante à que ocorreu com os candidatos eleitos Manuel Alegre (Aveiro) e Crispiniano da Fonseca (Santo Tirso). Por isso, deixaram para posterior resolução a proclamação do candidato que faltava. Contudo, o nome de Luís Lopes Vieira de Castro surgiu repetidamente (até 24 de Março de 1926) no *Diário da Câmara dos Deputados* como faltoso. Os verdadeiros motivos desta decisão centravam-se na campanha contra as instituições republicanas que Luís Lopes Vieira de Castro fez no *Jornal da Madeira* (e que esteve na origem de um protesto do nacionalista Domingos Augusto Reis Costa) e, sobretudo, a tentativa de o PRP levar para o Parlamento o seu candidato (derrotado nas urnas) Américo Olavo Correia de Azevedo, como denunciariam, em várias intervenções, os deputados monárquicos António Cabral¹³⁷⁸ e Carvalho da Silva¹³⁷⁹ ao longo de vários meses¹³⁸⁰.

assim de Alcobça, por este acordo obtive 5 votos na assembleia de Bombarral, não fui votado no Carvalhal e em Óbidos obtive 40 votos (nacionalistas da vila) tendo eu abandonado à sua única influência dois concelhos sabendo que em Óbidos o P.N. tem ganho sempre as maiorias; foi ridícula a votação ali e só falta dizer que foi por minha culpa”. O facto de Maldonado de Freitas ter perdido as eleições é que despontou toda a história. “Na segunda-feira pela manhã (9 Novembro) fui procurado por Casemiro d’Oliveira dizendo-me que Maldonado queria que eu desistisse. Vim para Lisboa e fui avisado que haveria irregularidades. “Como era preciso vencer, rouba-se o companheiro de Lista”. [...] Acabo de apresentar a verdade dos factos e apresento testemunhas se necessário. Espero incidente resolvido até à abertura do Parlamento”. Carta de José de Moura Neves para António Ginestal Machado, datado em Lisboa em 18-11-1925, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/959. Viriato Sertório dos Santos Lobo (PRP), Adolfo Teixeira Leitão (PRP) e José de Moura Neves (PRN) escreveram uma carta publicada no *Século* (18-11-1925) a confirmar a versão de José de Moura Neves. Segundo o *Rebate* (18-11-1925) Maldonado de Freitas ao saber dos resultados enviou telegramas aos amigos pedindo votos, e conseguiu. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/961-962.

¹³⁷⁷ Cf., carta de Francisco F. Rosa Falcão para António Ginestal Machado, datada em Avelar em 26-11-1925, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/823.

¹³⁷⁸ “Permita-me V. Exa. que mais uma vez reclame a deliberação sobre a eleição do Funchal, relativa ao Sr. Luís Vieira de Castro. Há dois meses que uns poucos de milhares de eleitores que votaram em S. Exa. se vêem privados do seu representante. A maioria está praticando um verdadeiro abuso de Poder, não realizando aquilo que esses eleitores estão exigindo. Peço, portanto, a V. Exa., Sr. Presidente, o favor de

No rescaldo deste acto eleitoral, António Maria da Silva considerou que “os partidos não têm responsabilidades” nos actos de violência eleitoral ocorridos. “São exageros individuais. Mas eles não alteram esta verdade: triunfo da Republica e do PRP”¹³⁸¹.

24.2.5. Os resultados eleitorais

Os nacionalistas ao apresentarem-se em 41 dos 51 círculos nas eleições para a Câmara dos Deputados e em 8 dos 14 círculos em disputa nas eleições para o Senado, aspiravam apenas, para desespero de alguns correligionários, a manter-se como segundo partido do regime, tanto mais que apenas concorreram para as maiorias em 10 círculos nas eleições para a Câmara dos Deputados e em 2 círculos nas eleições para o Senado.

Após a proclamação dos deputados e senadores pela comissão de verificação de poderes, constatou-se que o PRN elegeu 33 deputados e 7 senadores, o que representa respectivamente 20,2% e 19,4% dos lugares em disputa. Se aceitarmos que votaram 407960 eleitores¹³⁸², os candidatos nacionalistas obtiveram 133691 votos, o que corresponde a uma percentagem de 32,77%¹³⁸³. Este número poderá estar um pouco sobrevalorizado, uma vez que os candidatos nacionalistas participaram em várias coligações, permitindo-lhe assim somar mais votos. Utilizando a mesma metodologia António José Queirós obteve 10,69% de votantes nos candidatos da Esquerda Democrática¹³⁸⁴. Com estes resultados, o Partido Republicano Nacionalista mantinha-se como segunda força da República, mas perdeu algum terreno face ao Partido Republicano Português, que reforçou a sua votação face às últimas eleições, conseguindo uma nova maioria absoluta, fruto da sua aliança com alguns candidatos independentes. A nível nacional, os democráticos ortodoxos ou silvistas¹³⁸⁵ elegeram 80 dos 161 deputados proclamados, a que se devem somar mais 8 deputados independentes que foram eleitos nas suas listas e que apoiavam este partido na Câmara dos Deputados. Foram ainda eleitos 14 deputados independentes, também designados de amarelos¹³⁸⁶ (alguns deles também apoiavam o PRP¹³⁸⁷), 7 deputados monárquicos, 6 deputados

chamar a atenção da maioria para o assunto. Actos destes acabarão por roubar por completo o prestígio dos Srs. Deputados da maioria...”, António Cabral, *Diário da Câmara dos Deputados*, 28-01-1926, p. 7.

¹³⁷⁹ “É lamentável que essa comissão não tenha dado o seu parecer sobre a eleição do Funchal, acerca dos Deputados mais votados, o especialmente do que obteve mais votação o Sr. Luís Vieira de Castro”, Carvalho da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-12-1925, p. 10.

¹³⁸⁰ Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa 457; *Jornal da Madeira*, 6-11-1925, p. 1; *Diário de Notícias*, 8-11-1925, p. 1.

¹³⁸¹ António Maria da Silva, *Diário de Lisboa*, 9-11-1925, p. 5.

¹³⁸² *Anuário Estatístico de Portugal*, Lisboa, Impr. Nacional, 1931; A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., [1972-1979], p. 610.

¹³⁸³ Este número resulta da soma das melhores votações dos candidatos nacionalistas em cada círculo eleitoral.

¹³⁸⁴ António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 269.

¹³⁸⁵ *Diário de Lisboa*, 11-11-1925, p. 4.

¹³⁸⁶ *Diário de Lisboa*, 9-11-1925, p. 5.

¹³⁸⁷ Alguns dos independentes provinham de “Grupo Parlamentar de Acção Republicana”. Uma parte acabou por apoiar o PRP e outra parte manteve-se no grupo dos independentes conforme se deprende das declarações de Ribeiro de Carvalho: o “Grupo Parlamentar de Acção Republicana morreu. Nada, ninguém o fará ressuscitar. É quase certo que ingressarão nos independentes agrupados”, Ribeiro de Carvalho, *Diário de Lisboa*, 3-12-1925, p. 8.

esquerdistas, 6 deputados da União dos Interesses Económicos¹³⁸⁸, 4 deputados católicos, 2 deputados socialistas, 2 deputados independentes apoiados pela UIE e 1 deputado regionalista. No Senado estiveram em disputa nas eleições 36 lugares, continuando em funções 35 senadores¹³⁸⁹. O PRP elegeu 18 senadores nestas eleições, pelo que passou a contar com 39 representantes no Senado, o que lhe dava uma confortável maioria neste órgão. Já o PRN apenas elegeu 7 senadores, passando a contar com um grupo parlamentar de 11 senadores. Os restantes partidos/grupos parlamentares contavam com uma representação reduzida tendo em atenção a configuração do Senado após as eleições: 8 senadores independentes; 6 senadores do Partido Monárquico; 3 senadores independentes que apoiavam o PRP; 2 senadores da Esquerda Democrática; 1 senador católico; 1 senador cuja orientação política não foi identificada. No Congresso o PRP detinha a maioria absoluta, contando com o apoio de 119 parlamentares, contra os 44 do PRN. As restantes forças políticas contavam com um apoio limitado (ver Quadro XIII).

Quadro XIII - Distribuição partidária no Congresso após as eleições de 8 de Novembro de 1925¹³⁹⁰

Partido	Câmara dos Deputados	Senadores (eleitos em 8 de Novembro)	Senado	Congresso
Partido Republicano Português	80	18	39	119
Partido Republicano Nacionalista	33	7	11	44
Independentes	14	1	8	22
Independentes / PRP	8	3	3	11
Partido Monárquico	7	5	6	13
Esquerda Democrática	6	-	2	8
União dos Interesses Económicos	4	-	-	4
Centro Católico Português	4	1	1	5
Partido Socialista Português	2	-	-	2
Independentes / UIE	2	-	-	2
Regionalista	1	-	-	1
Não identificado	-	1	1	1
Total	161 ¹³⁹¹	36	71	232

¹³⁸⁸ No Congresso os parlamentares da UIE passaram a indicar que estavam integrados no grupo parlamentar da “União Agrária”. Cf., Munes Mexia, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-4-1926, p. 10.

¹³⁸⁹ Cf., Artigos 9.º e 24.º da Constituição de 1911; Decreto, n.º 11095, de 22 de Setembro de 1925; *Diário de Notícias*, 8-11-1925, p. 7.

¹³⁹⁰ Estes dados tem ligeiras alterações face aos propostos por A. H. de Oliveira Marques. A identificação do apoio partidário dos parlamentares revela-se muito complexa, dada a instabilidade política e a fraca coesão partidária. É necessário fazer uma leitura atenta da imprensa da época, do Diário da Câmara dos Deputados, Diário do Senado e do Diário do Congresso para ir acompanhando as mudanças de filiação partidária de alguns parlamentares. Cf., A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., [1972-1979], p. 643; A. H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 3.ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 128; Fernando Farelo Lopes, *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa 1994, p. 33.

¹³⁹¹ Faltam dois deputados para os 163 que compunham a Câmara. Luís da Costa Amorim (PRP) foi eleito simultaneamente pelos círculos de Chaves e Guimarães, pelo que havia necessidade de abrir nova vaga. A eleição Luís Lopes Vieira de Castro (Partido Monárquico) não foi validada pela 1.ª Comissão de Verificação de Poderes. O seu nome ainda apareceu no *Diário da Câmara dos Deputados* entre a sessão do dia 2-12-1925 e o dia 24-03-1926, com a indicação de que não tinha participado na sessão. Cf., Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixas 406, 409 e 457; *Diário de Lisboa*, 15-12-1925, p. 8.

Quadro XIV - Distribuição partidária que serviu de base à constituição do Conselho Parlamentar em 11 de Dezembro de 1925¹³⁹²

Partido	Câmara dos Deputados	Senado	Congresso	Conselho Parlamentar
Partido Republicano Português	80	39	119	5
Partido Republicano Nacionalista	31	8	39	3
Independentes	18	8	26	3
Monárquicos	6	5	11	2
Esquerda Democrática	6	1	7	2
União dos Interesses Económicos	4	0	4	1
Católicos	4	1	5	2
Socialistas	2	0	2	0
Total	151	62	213	18

O Partido Republicano Nacionalista elegeu 33 deputados nas eleições legislativas de 1925. No círculo eleitoral de Viana do Castelo elegeu o deputado Rafael Augusto de Sousa Ribeiro pelas minorias, tendo o PRP eleito dois deputados pelas maiorias. Neste círculo apresentou-se Francisco Aires de Abreu como candidato das estruturas locais do PRN, mas que não teve a sanção do Directório. Assim sendo, os votos nacionalistas dispersaram-se, não conseguindo alcançar as maiorias¹³⁹³. No círculo eleitoral de Braga o PRN não conseguiu eleger o seu único candidato, uma vez que tanto o Partido Republicano Português como o Centro Católico Português e o Partido Monárquico tinha um maior peso eleitoral. No círculo eleitoral de Guimarães o PRN elegeu o deputado Artur Brandão, alcançando o PRP a maioria. No círculo eleitoral n.º 5 de Vila Real não houve praticamente luta eleitoral, havendo indícios de um acordo eleitoral. Os nacionalistas elegeram Raul Lelo Portela e o PRP ficou novamente com as maiorias. O mesmo sucedeu no círculo eleitoral de Chaves, onde Cunha Leal foi eleito. Nos círculos eleitorais de Bragança e Moncorvo houve maior disputa eleitoral, embora o resultado fosse o mesmo: maioria para o PRP e minoria para o PRN, sendo eleitos respectivamente Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso e Álvaro da Cunha Ferreira Leite. No círculo eleitoral do Porto houve um acordo pré-eleitoral entre o PRP, o PRN e o PSP, pelo que a lista da Conjunção Republicano-Socialista obteve as maiorias e a Esquerda Democrática as minorias, tendo sido eleito António Alves Cálem Júnior por parte do PRN. Nos círculos eleitorais de Penafiel e Vila Nova de Gaia o PRP alcançou as maiorias e o PRN as minorias, sendo eleitos respectivamente José Novais de Carvalho Soares de Medeiros e Custódio Lopes de Castro. No círculo eleitoral de Santo Tirso o PRN não conseguiu eleger Alfredo Guilherme Howell devido à grande disputa eleitoral travada entre diversas listas. Nos círculos eleitorais de Oliveira de Azeméis, Viseu e Lamego os nacionalistas conquistaram as minorias, tendo elegido respectivamente, Albino Soares dos Reis Júnior, José Marques Loureiro e Afonso de Melo Pinto Veloso. Nos círculos eleitorais da Guarda e de Gouveia os candidatos do PRN não conseguiram ser eleitos. Nos círculos eleitorais de Gouveia e da Guarda as maiorias foram para o PRP e as minorias para os independentes e para os

¹³⁹² *Diário do Congresso*, 11-12-1925, p. 4. Na composição dos grupos parlamentares faltavam ainda vários deputados e senadores que ainda não tinham sido proclamados pela Comissão de Verificação de Poderes.

¹³⁹³ Cf., *Gazeta de Viana*, 29-10-1925, p. 1.

católicos. José Júlio César, candidato pelo PRN a Gouveia, analisando estes resultados eleitorais concluiu o seguinte: “Foi este o resultado da falta de senso dos elementos conservadores que em vez de se unirem as suas forças, as dispersaram por uma forma que representou um desastre e uma vergonha. Não tem o Partido Nacionalista organização em vários concelhos. Tarde apresentou os seus candidatos, tanto por Gouveia como pela Guarda, e muito tarde começou os trabalhos eleitorais. Não procurou os entendimentos que podia e devia procurar, e encontrou pela frente um partido com sólida organização, disciplinado e aguerrido, com a vantagem de estar no poder, o que desde há 14 anos acontece quase ininterruptamente”¹³⁹⁴. No círculo eleitoral de Coimbra o PRN elegeu José de Vasconcelos de Sousa Nápoles, ficando João Cardoso Moniz Bacelar à beira da eleição. Houve um confronto na Comissão de Verificação de Poderes entre os membros do Partido Democrático e do PRN. Os primeiros defendiam a eleição do seu correligionário, Alberto Álvaro Dias Pereira e os segundos a eleição do nacionalista João Cardoso Moniz Bacelar. Tendo os democráticos três membros e os nacionalistas dois membros nesta comissão, venceu a posição dos democráticos, levando os nacionalistas a abandonar esta comissão, bem como todas as outras por discordâncias semelhantes em Lisboa e noutros círculos. A Comissão de Verificação de Poderes acabou por eleger Alberto Álvaro Dias Pereira em detrimento de João Cardoso Moniz Bacelar. Não foram contabilizados os votos de uma assembleia onde João Cardoso Moniz Bacelar tinha uma grande vantagem para Alberto Álvaro Dias Pereira¹³⁹⁵. Esta situação provocou o corte de relações entre o PRN e o PRP e o fim das negociações para a eleição do novo Presidente da República¹³⁹⁶. Nos círculos eleitorais de Arganil, Covilhã e Leiria o PRN não conseguiu estabelecer acordos profícuos, pelo que não conseguiu eleger nenhum dos seus candidatos. No círculo eleitoral de Castelo Branco o acordo com o candidato independente António Pinto de Meireles Barriga foi eficaz, tendo sido eleito o candidato nacionalista Pedro Góis Pita. No círculo eleitoral de Alcobaça os dois candidatos nacionalistas, Custódio Maldonado de Freitas e José de Moura Neves transformaram-se em rivais, uma vez que o círculo eleitoral apenas elegia 3 deputados e a lista democrática tinha boas perspectivas de sair

¹³⁹⁴ José Júlio César, *Distrito da Guarda*, 29-11-1925, p. 1.

¹³⁹⁵ Cf., Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa. 428; *Diário de Lisboa*, 9-12-1925, p. 8; *Diário da Tarde*, 10-12-1925, p. 4.

¹³⁹⁶ O Directório do PRN enviou para a imprensa a seguinte nota oficiosa: “Ao Directório do PRN hoje reunido, foi dado conhecimento pelos seus correligionários, membros das comissões de verificação de poderes, na Câmara dos Deputados, dos factos ocorridos naquelas comissões e que originaram o seu afastamento daqueles trabalhos; e, considerando que este afastamento resultou do modo como os membros democráticos das comissões pretendem julgar os processos eleitorais ainda pendentes na preocupação apenas de aumentar uma representação parlamentar, eivada já de todos vícios, e sem respeito pelos direitos daqueles que foram na verdade eleitos; considerando que a exclusão do candidato nacionalista Dr. João Bacelar, que foi eleito, e sua substituição pelo candidato democrático Dr. Dias Pereira, que o não foi, representa uma violência inqualificável; considerando que para atingir o seu objectivo nesta parte, a representação democrática na respectiva comissão não hesitou em anular uma assembleia eleitoral que se fez, sem ao menos aceitar a sua repetição; considerando que assim, ficou bem evidente o propósito daquele partido de fazer deputados, que não foram eleitos, com prejuízo de outros candidatos que o foram; considerando que tal facto impunha aos membros nacionalistas daquelas comissões o procedimento que tiveram, e outro não podiam ter, desde que, em número estavam em situação de não poderem impedir que a representação democrática realizasse as violências que pretende e que assim ficariam de sua exclusiva responsabilidade: - O Directório dá o seu inteiro aplauso e a mais completa solidariedade àqueles seus correligionários, saúda o seu dedicado correligionário Dr. João Bacelar, vítima desta violência, declara cortadas, absolutamente as relações e desmente que continuem conversas entre um e outro, seja do que for, porque até mesmo, ao que respeita à eleição presidencial, resolveu propor ao Grupo Parlamentar a apresentação de um candidato seu”. *Acção Nacionalista*, 12-12-1925, p. 2.

vencedora. Assim sendo, os candidatos nacionalistas utilizaram todos os meios ao seu alcance, legais e ilegais, para que o seu camarada nacionalista tivesse menos votos. A Assembleia de Apuramento declarou eleito Custódio Maldonado de Freitas, mas a terceira Comissão de Verificação de Poderes acabou por proclamar eleito José de Moura Neves. Em Santarém e Tomar concorreram duas figuras importantes do nacionalismo. António Ginestal Machado e João Tamagnini de Sousa Barbosa conseguiram ser eleitos pela minoria ao contrário do seu camarada de lista, Rafael da Silva Neves Duque¹³⁹⁷. Nos círculos eleitorais de Lisboa Oriental e Lisboa Ocidental houve um acordo pré-eleitoral entre o PRP, o PRN e o PSP, pelo que a lista da Conjunção Republicano-Socialista obteve as maiorias, tendo sido eleitos Tomé José de Barros Queiroz e Alberto Carlos da Silveira por parte do PRN. Este acordo eleitoral não apagava os ódios em relação a alguns políticos. Muitos nacionalistas acabaram por riscar o nome de Afonso Costa, acabando por ser o menos votado da Lista¹³⁹⁸. No círculo eleitoral de Setúbal o PRN conseguiu ganhar as maiorias, pelo que elegeu Joaquim Brandão e Jorge de Vasconcelos Nunes. No entanto, os resultados eleitorais foram mais fracos do que nas eleições anteriores. Jorge de Vasconcelos Nunes foi eleito por uma margem de apenas vinte votos para o candidato do PRP. Este facto estará relacionado com discordância na escolha dos candidatos nacionalistas por Setúbal. O director da *Acção Nacionalista*, Luís Costa Santos, queria ser candidato por Setúbal, mas teve de abandonar essa pretensão, para os dois históricos candidatos por Setúbal, Jorge de Vasconcelos Nunes e Joaquim Brandão, mas não deixou de os criticar e exercer pressões¹³⁹⁹. Nos círculos eleitorais de Vila Franca de Xira, Torres Vedras e Elvas o PRN ganhou as minorias, tendo sido eleitos João Raimundo Alves, Mariano de Melo Vieira e Francisco Cruz. Nos círculos eleitorais de Portalegre e Faro os candidatos do PRN foram impotentes face à Lista do PRP e à Lista dos conservadores (UIE e PM). No círculo eleitoral de Évora e Estremoz, o acordo eleitoral com o PRP e com a UIE deu frutos, tendo sido eleitos Alberto Jordão Marques da Costa e Manuel de Sousa da Câmara. Em Beja, a divergências entre as estruturas locais e nacionais do PRN não impediram que se alcançassem as maiorias, tendo sido eleitos Jaime António Palma Mira e José do Vale de Matos Cid. Nos círculos eleitorais de Aljustrel e Silves o PRN conquistou as minorias, tendo eleito António Lobo de Aboim Inglês e Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá. Este último deputado substituiu José Mendes Cabeçadas Júnior que desistiu em favor do seu correligionário¹⁴⁰⁰. Nos círculos eleitorais de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada os acordos eleitorais com o PRP e com os Regionalistas permitiram que o PRN elegeisse João de Ornelas e Silva e Filomeno da Câmara Melo Cabral. No círculo eleitoral do Funchal o acordo com o PRP e o CCP permitiu eleger Domingos Augusto Reis Costa.

Nas eleições legislativas de 1925 o Partido Republicano Nacionalista elegeu 7 senadores. No distrito de Vila Real foi eleito o nacionalista José Joaquim Fernandes de Almeida, tendo o PRP ganho as maiorias. No distrito do Porto Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia conseguiu suplantar os candidatos esquerdistas, mas os candidatos democráticos ficaram novamente com as maiorias. No distrito de Coimbra o nacionalista Joaquim Correia de Almeida Leitão foi o mais votado, mas os dois

¹³⁹⁷ Rafael da Silva Neves Duque foi simultaneamente candidato nacionalista nos círculos de Santarém e Tomar, cf., Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixas 435 a 437.

¹³⁹⁸ *Diário de Lisboa*, 8-11-1925, p. 8; *idem*, 10-10-1925, p. 8.

¹³⁹⁹ Cf., *Acção Nacionalista*, 15-11-1925, p. 1.

¹⁴⁰⁰ “A Primeira comissão de verificação de poderes (...) tendo em vista o disposto nos artigos 1.º e 3.º número três em contraponto com os artigos quatro e setenta e sete do código eleitoral, em relação ao candidato proclamado José Mendes Cabeçadas Júnior resolve não proclamar e, consequentemente, proclamar o candidato imediatamente votado”, Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa. 453.

candidatos democráticos acabariam por ser eleitos, uma vez que obtiveram um resultado superior ao outro candidato nacionalista, António Vicente Ferreira¹⁴⁰¹. No distrito de Leiria a luta foi muito renhida entre o nacionalista Júlio Dantas e o católico José Duarte Dias de Andrade. Os candidatos apresentaram diversos protestos por inúmeras incorrecções. A acta da Assembleia de Pataias foi apresentada depois de encerrado o Apuramento Geral e nas assembleias de Ortigosa, Vieira e Pedrógão houve várias irregularidades com as actas. A Assembleia Geral de Apuramento reunida a 15 de Novembro decidiu proclamar senadores José António da Costa Júnior (PRP), António Maria da Silva Barreto (PRP) e José Duarte Dias de Andrade (CCP). No entanto, a comissão de verificação de poderes deu provimento a algumas reclamações apresentadas por Júlio Dantas e mandou repetir as eleições nas assembleias de Pedrógão e Ortigosa. Após a repetição das eleições, a Comissão de Verificação de Poderes proclamou Júlio Dantas como senador no dia 3 de Fevereiro de 1926. No distrito de Angra do Heroísmo a lista do PRN conseguiu as maiorias, tendo sido eleitos Henrique Ferreira de Oliveira Brás e António Martins Ferreira. No Funchal, a coligação com o PRR e uma parte do PRP permitiu eleger Vasco Gonçalves Marques¹⁴⁰².

Quando começaram a ser conhecidos os resultados eleitorais António Ginestal Machado disse que “mentiria se me não confessasse satisfeito”, estando nessa altura “já apurados 32 deputados”. Analisando mais ao pormenor o resultados disse o seguinte: “perdemos as maiorias em Bragança e isso surpreendeu-me. Foi por poucos votos. Perdemos também e eu contava com elas, as maiorias em Viseu. Mas ganhámo-las em Beja, onde as coisas estiveram tremidas e alcançamos, por exemplo, um deputado em Torres. Ela por ela”. Quanto à sua eleição em Santarém, que foi mais renhida que o habitual, o presidente do Directório do PRN tinha a seguinte explicação: “distanciei-me pouco dos candidatos monárquicos e da UIE. Nem admira que assim haja sido. Caçávamos todos um pouco no mesmo terreno”¹⁴⁰³. Não era só o presidente do Directório do PRN que se sentia satisfeito com o desfecho das eleições. Nunes da Silva considerou que os resultados eleitorais deram uma vitória clara “a favor dos candidatos republicanos da corrente de opinião moderada, tanto do P.R.P. como do P.R.N.”¹⁴⁰⁴. Desmoronaram-se as lendas que corriam como “verdades reveladas acerca dos extremos - que sempre se tocam - esquerdistas e monárquicos. Uns e outros tiveram a confirmação plena de que a Nação não está disposta a experimentar novas aventuras e que, republicana de alma e coração, por igual repele as truculentas da esquerda e direita.” Por outro lado, embora o Partido Democrático tivesse o maior número de representantes em S. Bento duvidavam “que esse número fosse o bastante para poder arcar, sozinho, com as responsabilidades do poder”¹⁴⁰⁵. Os nacionalistas justificavam “a votação das direitas democráticas” às “clientelas conquistadas por um partido que tem sido quase ininterruptamente governo desde a implantação da República, clientelas mantidas e originadas por benesses e empregos ou outros favores feitos à custa do depauperado tesouro público”. Pelo contrário, o PRN embora contasse “em toda a extensão do país, com elementos eleitorais de grande valor, [...] não conseguem em

¹⁴⁰¹ Segundo informação de Francisco F. Rosa Falcão, Joaquim Correia de Almeida Leitão teria feito um pacto com os candidatos democráticos, para que o outro candidato nacionalista, António Vicente Ferreira, não conseguisse ser eleito. Cf., carta de Francisco F. Rosa Falcão para António Ginestal Machado, datada em Avelar em 26-11-1925, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/823.

¹⁴⁰² Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixas 712 a 741; *Acção Nacionalista*, 19-11-1925, p. 1; *idem*, 12-12-1925, p. 21.

¹⁴⁰³ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 11-11-1925, p. 4.

¹⁴⁰⁴ Nunes da Silva, “Resposta eloquente!”, *Democracia do Sul*, 12 de Novembro de 1925, p. 1.

¹⁴⁰⁵ “Xadrez Parlamentar”, *Democracia do Sul*, 11 de Novembro de 1925, p. 1.

muitos círculos fazer vingar as suas candidaturas por se lhes anteporem os tais votos inconvenientes que acompanham sempre o governo, e que na sua maioria, são representados pelos assalariados do Estado e por muitos funcionários”. Por outro lado, nas eleições de 1925 grande parte dos seus “eleitores votaram em candidatos da U.I.E., por afinidades várias, fazendo dividir as votações e prejudicando algumas candidaturas nacionalistas”¹⁴⁰⁶. Porém, aqueles que criticaram a linha seguida pelo directório do PRN nestas eleições consideraram que o partido democrático tinha sido o único partido que tinha ganho alguma coisa com as últimas eleições, “pois trouxe um número maior de deputados à Câmara do que tinha”. Atribuíram este mau resultado à “má política eleitoral do Directório do nosso partido”. Pois, não se compreendia que o “segundo partido da República se limitasse à sua acção à disputa dos lugares já considerados certos” e que por isso “não disputasse as maiorias em toda a parte”, quando o PRP se encontrava debilitado pelas cisões que tinha sofrido. Ainda se compreendia menos que o PRN em vez de ir à luta, procurasse “acordos com os adversários”¹⁴⁰⁷.

Cunha Leal era outro dos descontentes com o processo e com os resultados eleitorais. Donde, por intermédio do Júlio Dantas, enviou uma carta ao directório onde apontava as suas críticas. Cunha Leal equacionava abandonar o PRN, uma vez que discordava da estratégia que o partido tinha seguido em vários círculos, nomeadamente em Lisboa, Porto, Castelo Branco e Tomar¹⁴⁰⁸. António Ginestal Machado prometeu “liquidar o incidente”¹⁴⁰⁹, tendo para isso encarregue Júlio Dantas de manter alguns encontros com Cunha Leal¹⁴¹⁰, no «Marques» do Chiado, acabando este por decidir permanecer no PRN, mas “sem funções de comando”, pelo que abandonou o Directório. A explicação era simples: “visto que nada mando no partido, porque havia de andar a fingir que mando?” No entanto, ainda lhe restavam energias para continuar a lutar: “os votos lançados na urna a favor dos nossos candidatos foram votos concedidos aos que combatem o actual estado de coisas, aos que se manifestam ostensivamente contra a

¹⁴⁰⁶ Nunes da Silva, “As forças parlamentares”, *Democracia do Sul*, 17 de Novembro de 1925, p. 1-2.

¹⁴⁰⁷ Luís Costa Santos, *Acção Nacionalista*, 19-11-1925, p. 1.

¹⁴⁰⁸ Segundo a *Acção Nacionalista*, periódico próximo de Cunha Leal, este teria abandonado “o Directório porque de acordo com este, tendo convencido o Sr. Dr. Bernardo de Matos a desistir da sua candidatura a deputado por Castelo Branco, a favor do Sr. Vicente Ferreira, o Sr. Dr. Pedro Pita, sem qualquer prévias explicações, apareceu candidato por Castelo Branco”. Cunha Leal também ficou insatisfeito com o processo de escolha dos candidatos pelo Círculo de Tomar: “Aquando da sua viagem a África, no ano passado, o seu companheiro de bordo, sr. Dr. Francisco Cruz ofereceu ao Sr. Cunha Leal a sua candidatura por Tomar. Há cerca de 4 meses sem que ao Sr. Cunha Leal fossem dadas quaisquer explicações, teve aquele nosso querido amigo conhecimento de que o Sr. Tamagnini seria o candidato por aquele círculo, bem como o Sr. Vicente Ferreira. Nada disse, então, o Sr. Cunha Leal. Passado tempo, o Sr. Ribeiro Lopes pediu ao Sr. Cunha Leal para recomendar ao Directório a sua candidatura por Tomar. O Sr. Cunha Leal, porém, verificando que tal não deveria fazer sem prévia desistência de qualquer dos dois anunciados candidatos solicitou, então, do Sr. Ginestal Machado que no caso de desistência de qualquer dos candidatos referidos o Directório recomendasse o Sr. Dr. Ribeiro Lopes. Assim o prometeu o Sr. Dr. Ginestal Machado. Estava a questão neste pé. Mais tarde, o Sr. Vicente Ferreira era anunciado como candidato por Santarém e, por Tomar aparecia o Sr. Dr. Rafael Duque. O Sr. Cunha Leal sentiu-se ofendido com o desprezo que o Directório tivera tido para com o seu único recomendado e pôs ao Directório a questão: ou o Sr. Ribeiro Lopes seria candidato ou ele deixaria o Directório. [...] Num dia em que isto se debatia apareceram no Directório os Srs. Drs. Tamagnini Barbosa e Francisco Cruz, e o primeiro destes dois nossos ilustres correligionários, vendo assim posta a questão, pretendeu desistir. O Sr. Cunha Leal opôs-se a isso, afirmando que a candidatura do Sr. Tamagnini era indiscutível, como indiscutível seria a do Sr. Vicente Ferreira. Então, o Sr. Tamagnini Barbosa foi de opinião que fossem três os candidatos, o que foi por todos foi ali aceite, embora depois surgissem no círculo factos que desmentiram formalmente a aceitação desse acordo, o que motivou a desistência do Sr. Ribeiro Lopes”, *Acção Nacionalista*, 15-11-1925, p. 1.

¹⁴⁰⁹ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 11-11-1925, p. 6.

¹⁴¹⁰ *Diário de Lisboa*, 12-11-1925, p. 5.

permanência em Belém do Sr. Teixeira Gomes”. Os nacionalistas foram prejudicados nas eleições pela “oposição presidencial”, pelo “afastamento do poder” e pela “guerra das autoridades locais”. Os nacionalistas deviam agora “concentrar-se na fiscalização parlamentar, intensa, enérgica, vibrante, enquanto na presidência estiver o Sr. Teixeira Gomes”. Por isso, na sua opinião os nacionalistas “nenhuma espécie de colaboração podem, portanto, emprestar para governos”¹⁴¹¹. Júlio Dantas, que viu a sua eleição “vergonhosamente roubada”, uma vez que falsificaram, “à última hora, as actas de duas assembleias: Vieira de Leiria e Ortigosa”, também queria abandonar a política e os trabalhos do Directório. Júlio Dantas sentia que devia dar o exemplo, uma vez que a sua não eleição devia ter “como consequência o afastamento das posições de comando”¹⁴¹². Contudo, após a repetição das eleições nestas assembleias e após ter sido eleito como senador, reconsiderou e manteve-se na política activa e no Directório do PRN.

Uma parte do PRN começou a sentir que a estratégia seguida pelo Directório não era a melhor, pelo que reunida em torno de Cunha Leal e do jornal *Acção Nacionalista*, começou a desenhar um novo rumo para o PRN. Esta estratégia passava por uma maior mobilização interna e por uma nova liderança carismática, ou mesmo por o PRN integrar uma frente anti-PRP que criasse um novo quadro constitucional para a República¹⁴¹³.

24.3. As Eleições Administrativas de 1925: Junta Gerais do Distrito, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia

As eleições para as Câmaras Municipais e para as Juntas Gerais do Distrito realizam-se no dia 22 de Novembro e as eleições para as Juntas de Freguesia realizam-se no dia 6 de Dezembro de 1925¹⁴¹⁴.

Nestas eleições, à semelhança do que tinha sucedido em eleições administrativas anteriores¹⁴¹⁵, também há inúmeras informações de fraudes e de acordos eleitorais¹⁴¹⁶.

¹⁴¹¹ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 12-11-1925, p. 8.

¹⁴¹² Carta de Júlio Dantas a Cunha Leal, datada a 16-11-1925, Arquivo Particular de António Ventura – Portalegre e Lisboa.

¹⁴¹³ Cf., *Acção Nacionalista*, 12-12-1925, p. 1; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 340-345.

¹⁴¹⁴ Cf., Decreto n.º 11094 de 22 de Setembro de 1925.

¹⁴¹⁵ O acto eleitoral em Vila Franco do Rosário teve de ser repetido três vezes devido a várias irregularidades e fraudes. Na última repetição o Ministro do Interior, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, enviou o capitão da Guarda Nacional Republicana, Raul de Carvalho, como seu delegado no acto eleitoral que se iria realizar em 27 de Janeiro de 1924. O delegado do governo procurou um entendimento entre os elementos da lista nacionalista e da lista democrática, no sentido de restringir a eleição de elementos monárquicos que fazia parte da lista nacionalista. Esta pretensão do ministro foi parcialmente conseguida, uma vez que apenas foram eleitos dois elementos monárquicos para a Câmara Municipal de Mafra. Antes das eleições foram enviadas várias cartas para as esposas e filhas de eleitores conservadores, por parte de um «Comité de Execução da Legião Vermelha», informando-as que os seus familiares “tinham sido condenados à morte e que seria executados a tiro e à bomba, caso fossem votar”. Devido à forte presença policial e do exército não houve incidentes nesta última eleição (Relatório confidencial de Raul de Carvalho, Lisboa, 29-01-1924, ANTT, Arquivo Geral do Ministério do Interior, Direcção Geral Administração Política e Civil. Correspondência Recebida, Maço 129).

¹⁴¹⁶ Veja-se o relato de algumas irregularidades ocorridas na Assembleia Eleitoral do Castelo (Lisboa) nas eleições para a Junta de Freguesia. A carta foi enviada no dia 11 de Dezembro de 1925 por António Maria, com base nas informações recolhidas por Alberto Ribeiro, delegado da autoridade civil da assembleia eleitoral do Castelo, para o antigo deputado do Partido Republicano Nacionalista, Bernardo Ferreira de Matos:

Em Lisboa a fraude terá ocorrido durante a contagem dos votos¹⁴¹⁷. O nacionalista Raul Lelo Portela referindo-se à viciação das eleições referiu que no seu concelho, Alijó, só um terço dos eleitores votavam e “eram quase todos democráticos”. A oposição tem muita dificuldade em mobilizar os seus apoiantes para as eleições pois, “basta que uma autoridade proteste para que se arranje um complicado processo, que passa de tribunal em tribunal...” Assim sendo, concluiu “não é das maiorias que saem os governos; é dos governos que saem as maiorias...”¹⁴¹⁸.

Nas eleições legislativas, onde o peso ideológico é maior, o PRN fez várias coligações e acordos consoante a estratégia eleitoral para cada círculo. Por isso, nas eleições administrativas, onde a componente ideológica é menor, os acordos eleitorais foram ainda mais extremos, diversificados e complexos, dado o carácter pragmático que revestiam estas eleições.

Nalgumas localidades onde o PRN tinha forte implantação apresentou listas mono partidárias, ou com o apoio de alguma personalidade influente da região. Uma das vitórias mais expressivas ocorreu em Pombal, onde os nacionalistas alcançaram o «pleno», uma vez que venceram as maiorias e as minorias na Câmara Municipal¹⁴¹⁹. Em Câmara de Lobos e Porto Moniz os nacionalistas conseguiram as maiorias para a Câmara Municipal, tendo neste último caso defrontado uma lista liderada pelos católicos¹⁴²⁰. Em Mértola o PRN encabeçou uma Lista Conservadora liderada por Pedro Palma, presidente da concelhia do PRN e director d’ *A Voz do Guadiana*. Esta lista saiu vencedora face à apresentada pelo PRP, tendo tido uma vantagem de 120 votos¹⁴²¹. Na Aldeia Galega ganhou a lista do PRN que defrontou a Lista do PRP. O anterior Presidente da Câmara Municipal, Francisco Freire Carla Júnior e o PRN mantiveram-se no poder, tendo o candidato mais votado da lista nacionalista obtido 463 votos, contra 339 votos do candidato mais votado do PRP. Para a Junta Geral do Distrito a Lista do

“Meu compadre e Doutor

[...] Comunico ao meu compadre que o Alberto Ribeiro procurador que foi na Assembleia Eleitoral, da autoridade administrativa participou-lhe ontem o seguinte: tendo sido seu delegado para assistir ao acto eleitoral que se realizou ontem na sede da freguesia do Castelo, para eleição da Junta de Freguesia cumpre-nos informar V. Ex.^a de que no desempenho das minhas funções observei que os trabalhos eleitorais correrem irregularmente tendo intervindo na assembleia durante o seu funcionamento pessoas estranhas à assembleia e sem estarem recenseadas pela dita freguesia.

Até o chefe da repartição de finanças de Pedrógão Grande, Braulio M. Belmonte de Lemos, tomando demasiado interesse distribuindo listas eleitorais dentro da casa da Assembleia contra disposição legal. Assim, não decorrendo o acto eleitoral dentro das formalidades legais, este não representa a validade manifestada nas actas da eleição que foram lavradas também sem observância da lei; e nas actas se diz que estando presente J. Distrital encarregado do registo civil deu começo aos trabalhos eleitorais quando estas funções pertence simples e unicamente ao Presidente da Assembleia. Uma das actas encontra-se com emendas na altura do apuramento dos votos e nomes há ali que não se encontram recenseados como por exemplo Jaime Raul da Silva. [...]

O número de descargas indicadas nas actas, não condiz com as descargas nos respectivos cadernos, pois um tem 116 e outro 117, havendo ainda a considerar a das descargas dos eleitores Presidente da Assembleia e do Delegado da autoridade civil que foram assinados nos respectivos cadernos. Por tudo isto e o mais que a autoridade competente averiguar perante o processo eleitoral que vai ser apreciado, não podem ser proclamados eleitos os cidadãos a quem se atribui o maior número de votos, pois a eleição não corresponde à verdade nem mesmo pode ter sanção legal por falta de observância da lei [...]”. Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁴¹⁷ *Diário da Tarde*, 24-11-1925, p. 1.

¹⁴¹⁸ Raul Lelo Portela, *Diário de Lisboa*, 18-1-1924, p. 5.

¹⁴¹⁹ Cf. *Diário da Tarde*, 23-11-1925, p. 5; *Acção Nacionalista*, 6-12-1925, p. 4.

¹⁴²⁰ Cf., *Jornal da Madeira*, 24-11-1925, p. 1; *idem*, 25-11-1925, p. 2. *Diário da Madeira*, 24-11-1925, p.

2.

¹⁴²¹ *A Voz do Guadiana*, 1-12-1925, p. 1

PRN também saiu vencedora¹⁴²². Em Serpa, onde os nacionalistas já lideravam a Câmara Municipal, voltaram a ganhar as maiorias ao PRP, ainda que estes tivessem ido “buscar em camioneta à serra de Serpa, os pobres papalvos a quem prometeram uma escola e um cemitério em Vale de Mortos”¹⁴²³. Noutras localidades não foi possível alcançar as maiorias, embora o PRN se tivesse apresentado em Listas próprias com o objectivo de vencer as eleições. Na Ponta do Sol e em São Vicente os nacionalistas conseguiram vencer as minorias, tendo nesta última localidade vencido os democráticos¹⁴²⁴. Em Vila Flor os nacionalistas enfrentaram uma Lista de conjugação democrático-monárquico-católica. Esta conjugação obteve as maiorias à custa da anulação de onze listas que surgiram manchadas, tendo os nacionalistas atribuído a responsabilidade aos democráticos¹⁴²⁵. Nas eleições administrativas de 1925 para Câmara Municipal de Braga e para a Junta Geral do Distrito de Braga o PRP ganhou as maiorias e o PRN as minorias¹⁴²⁶. No distrito da Guarda os democráticos vencem em todos os concelhos, com excepção de Fornos de Algodres e Manteigas, onde venceram respectivamente os monárquicos e os católicos. Neste distrito os nacionalistas apenas conseguiram alcançar as minorias em Pinhel e em Foz Côa¹⁴²⁷. Houve ainda localidades onde tendo-se apresentado apenas uma Lista a sufrágio, os nacionalistas ocuparam as minorias na Câmara Municipal sem terem participado nas eleições, como aconteceu em Viseu¹⁴²⁸. Em Vila Real a Lista do PRP venceu a Lista do PRN com uma vantagem considerável¹⁴²⁹.

Noutras localidades os notáveis do PRN optaram por integrar Listas conjuntas com outros partidos. Estas listas, normalmente designadas por «Lista do Concelho», «Conjunção Republicana», «Lista Conservadora» ou «Lista Regionalista» agrupavam vários partidos que faziam frente à Lista maioritária, normalmente encabeçada pelo PRP, mas podendo também ser encabeçada por outro partido. No Porto alguns membros do PRN integraram a «Conjunção Republicana», que era composta maioritariamente por elementos do PRP. Esta Lista viria a ser a vencedora face à Lista Esquerdista (que alcançou a minorias) e face à «Lista da Cidade»¹⁴³⁰. Na Ribeira Brava os nacionalistas fizeram coligação com os democráticos e venceram as maiorias¹⁴³¹. Nas eleições para a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis a Lista conservadora liderada por Albino dos Reis (PRN) venceu¹⁴³². Em Torres Vedras, formou-se uma “Lista do Concelho”, que coligava democráticos, nacionalistas e monárquicos moderados em oposição à “Lista Monárquica” que presidia à Câmara Municipal. A “Lista do Concelho” venceu as eleições, mas não chegou a tomar posse devido a várias irregularidades no acto eleitoral¹⁴³³. Nas Velas a Conjunção Republicana que integrava alguns nacionalistas

¹⁴²² *Acção Nacionalista*, 6-12-1925, p. 1.

¹⁴²³ *Acção Nacionalista*, 6-12-1925, p. 2.

¹⁴²⁴ Cf., *Jornal da Madeira*, 24-11-1925, p. 1; *idem*, 25-11-1925, p. 2. *Diário da Madeira*, 24-11-1925, p. 2.

¹⁴²⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, 11-1-1926, p. 4.

¹⁴²⁶ Cf., *Diário do Minho*, 25-11-1925, p. 1.

¹⁴²⁷ *O Combate, Guarda*, 29-11-1925, p. 1

¹⁴²⁸ *Notícias de Viseu*, 21-11-1925, p. 1.

¹⁴²⁹ *O Povo do Norte*, 29-11-1925, p. 1.

¹⁴³⁰ António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 277-281.

¹⁴³¹ Cf., *Jornal da Madeira*, 24-11-1925, p. 1; *idem*, 25-11-1925, p. 2. *Diário da Madeira*, 24-11-1925, p. 2.

¹⁴³² *A Opinião*, 28-11-1925, p. 1.

¹⁴³³ Venerando António Aspra de Matos, *Republicanos de Torres Vedras, Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Edições Colibri, Lisboa, 2003, pp. 250-254.

venceu a Lista Democrática¹⁴³⁴. Em Ourém venceram os nacionalistas coligados com católicos e independentes, liderados por Joaquim de Sousa Leitão, e os democráticos ficaram com as minorias¹⁴³⁵. Em Angra do Heroísmo os nacionalistas lideraram a Lista Conservadora que saiu vencedora face à Lista do Partido Democrático¹⁴³⁶. Em Condeixa e em Matosinhos os nacionalistas integraram as listas vencedoras. A primeira Lista agrupava nacionalistas, monárquicos, esquerdistas e independentes e a segunda Lista reunia esquerdistas, democráticos, radicais, nacionalistas e socialistas¹⁴³⁷. Em alguns concelhos formaram-se listas unitárias que agrupavam quase todos os partidos organizados do concelho, o que pode denotar a existência de um acordo eleitoral, evitando assim a maçada da campanha eleitoral e gastos desnecessários. Em Aljezur venceu a coligação/conjunção de democráticos, nacionalistas e independentes. Em Almeida e Trancoso venceu a lista única que reunia elementos de todos os partidos¹⁴³⁸. Em Cantanhede houve um acordo eleitoral no sentido de apresentar uma lista única, composta por seis nacionalistas, cinco democráticos, quatro monárquicos e um independente. Por isso a *Gazeta de Cantanhede* constatou que estas eleições “decorreram na... santa paz do senhor. Votou quem quis e não sabemos se mais alguém. Os acordos têm estas vantagens. Há menos trabalho e despesa e o mesmo proveito”¹⁴³⁹.

Em algumas povoações as coligações efectuadas pelos elementos do PRN permitiram-lhes apenas ganhar as minorias. No Funchal a Lista de «Conjunção Republicana», que incluía nacionalistas e independentes foi derrotada pela «Lista Monárquico-Democrata», que coligava democráticos e monárquicos. Para a Junta Geral do Distrito do Funchal os nacionalistas fizeram coligações com alguns independentes, tendo conseguido as minorias¹⁴⁴⁰. Nas eleições para a Câmara Municipal de Santarém a «Lista do Concelho», que contava com o apoio do PRN, esteve à beira de ganhar as maiorias (faltaram-lhe 77 votos para atingir as maiorias)¹⁴⁴¹. Na Praia da Vitória os democráticos venceram a Lista liderada pelo Partido Republicano Nacionalista¹⁴⁴². Em Sintra a «Lista Regionalista» que integrava nacionalistas, independentes e monárquicos apenas conseguiu alcançar as minorias, tendo a «Lista Esquerdista» vencido as eleições¹⁴⁴³. Em Oeiras a Lista nacionalista conseguiu as minorias nas eleições para a Câmara Municipal face à Conjunção Republicana¹⁴⁴⁴.

Em algumas localidades não se realizaram eleições devido a acordos eleitorais entre diversos partidos. Em Ansião um acordo eleitoral entre os democráticos e os nacionalistas permitiu formar um executivo com membros dos dois partidos, ficando o

¹⁴³⁴ *A Defesa*, 2-1-1926, p. 2.

¹⁴³⁵ José Manuel Dias Poças das Neves, *Vila Nova de Ourém na Primeira República. O Conflito político-religioso*, Mestrado em História Regional e Local, Faculdades de Letras da Universidade Lisboa, 2003, pp. 147-148.

¹⁴³⁶ *A Defesa*, 28-11-1925, p. 1.

¹⁴³⁷ António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 287-289.

¹⁴³⁸ *O Combate, Guarda*, 29-11-1925, p. 1

¹⁴³⁹ *Gazeta de Cantanhede*, 28-11-1925, p. 1.

¹⁴⁴⁰ Cf., *Jornal da Madeira*, 24-11-1925, p. 1; *idem*, 25-11-1925, p. 2. *Diário da Madeira*, 24-11-1925, p. 2.

¹⁴⁴¹ *Correio da Extremadura*, 21-11-1925, p. 1; *idem*, 28-11-1925, p. 1.

¹⁴⁴² *A Defesa*, 5-12-1925, p. 2.

¹⁴⁴³ Maria Cândida Proença, *Eleições Municipais em Sintra. 1910-1926*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1987.

¹⁴⁴⁴ *O Debate*, 29-11-1925, p. 1; Ana Paula Teixeira, *As elites políticas de Oeiras (1908-1926) um contributo para o seu estudo*, Tese Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1999, pp. 177-181.

PRN com a presidência do Senado e o PRP com a presidência da Comissão Executiva da Câmara Municipal¹⁴⁴⁵.

As eleições municipais foram muito disputadas em Lisboa, tendo surgido cinco listas: a Conjunção Democrática-Socialista que juntava o PRP com o PSP; a Conjunção Esquerdista-Radical que associava a Esquerda Democrática com o PRR; a Lista Monárquica; a «Lista da Cidade» que associava a UIE com o PRN e por último a Lista dos «Homens Livres». Nas eleições legislativas o PRN tinha feito uma coligação à sua esquerda com o PRP e com o PSP, porém desta vez coligação foi feita à sua direita com a UIE. Nas eleições para a Junta Geral do Distrito surgiram as mesmas listas, com excepção da última. A Lista da Conjunção Democrática-Socialista conquistou as maiorias nas eleições para a Câmara Municipal de Lisboa e a Lista da Conjunção Esquerdista-Radical as minorias. A «Lista da Cidade» que agregava elementos da UIE e do PRN teve resultados fracos. Nas eleições para a Junta Geral do Distrito a Lista da Conjunção Democrática-Socialista venceu no 1.º, 2.º e 4.º bairros de Lisboa e a Conjunção Esquerdista-Radical venceu no 3.º bairro de Lisboa¹⁴⁴⁶.

As eleições para a Câmara Municipal Évora e para a Junta Geral do Distrito Évora foram bastante disputadas em 1925, já que concorreram três listas: a «Lista do Concelho», que era liderada por elementos do PRN; a «Lista Esquerdista», que era dirigida por membros da Esquerda Democrática e do Partido Comunista Português; a «Lista Monárquica» que era liderada pelos membros da Juventude Monárquica de Évora.

A *Lista do Concelho* foi elaborada sob proposta do Partido Republicano Nacionalista, embora não fosse “uma lista partidária”. Era composta por “elementos capazes de agirem, portas a dentro da Câmara Municipal, tendo unicamente em vista os interesses morais e materiais do Concelho”. Por outro lado, procurou-se que esta *Lista* fosse “uma solução de continuidade” em relação à “vereeção actual”. Para que assim assegurasse “a conclusão dos melhoramentos iniciados e a realização de outros de evidente interesse geral”¹⁴⁴⁷. Nesta Lista predominavam personalidades dos meios industriais, da lavoura e do comércio. Advogados, funcionários públicos e professores tinham um peso médio. Nela se destacavam o reitor do liceu, Alberto Jordão Marques da Costa, o secretário, vice-presidente e presidente da Associação Comercial e Industrial de Évora, bem como o director do Sindicado Agrícola e o director da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Eborense. Era uma lista com ligações estreitas aos sectores mais influentes da cidade de Évora. A *Lista do Concelho* foi organizada pelo Partido Republicano Nacionalista, mas agrupava elementos de várias orientações maioritariamente conservadoras. Participaram nesta Lista nove dirigentes partidários do PRN, bem como, sete da União dos Interesses Económicos, dois do PRP, um do PRR e um do Centro Católico Português. A maioria destes indivíduos tinha passado pelo PRP, tendo integrado posteriormente os partidos republicanos conservadores. Um elemento desta Lista tinha iniciado ao seu percurso partidário no Partido Progressista no final da Monarquia¹⁴⁴⁸.

¹⁴⁴⁵ Manuel Augusto Dias, *Município de Ansião na Primeira República*, Prefácio de Vitorino Magalhães Godinho, Edição da Câmara Municipal de Ansião, 1998; *idem*, *A Republicanização no Concelho de Ansião*, Ansião, Editora Serras de Ansião, 1999.

¹⁴⁴⁶ *Diário de Lisboa*, 23-11-1925, pp. 5 e 8; António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 281-287.

¹⁴⁴⁷ “Administração Municipal”, *Democracia do Sul*, 19 de Novembro de 1925, p. 1.

¹⁴⁴⁸ Manuel Baião, *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 61-68 e 250-276.

Os organismos do Partido Republicano Nacionalista de Évora decidiram unanimemente que “a política partidária era inconveniente na administração municipal”. Por esse motivo, decidiram “empenhar-se na elaboração duma lista de nomes que à cidade e ao concelho ofereçam garantias duma boa e proveitosa gerência nos negócios municipais”¹⁴⁴⁹. As eleições administrativas, como então se chamavam, eram diferentes das legislativas, na visão da *Democracia do Sul* (jornal afecto aos nacionalistas). Estas tinham um “cunho mais acentuadamente político do que aquelas. E enquanto na escolha das pessoas que vão gerir os órgãos municipais é possível um certo número de transigências, na indicação dos representantes do povo em cortês não é fácil decorosamente transigir”. Nas listas administrativas devia-se apresentar ao eleitorado os melhores e mais competentes cidadãos de cada concelho. As qualidades exigidas eram a “honestidade”, a “isenção”, o “zelo” e a “probidade na administração e emprego dos dinheiros municipais”. Devia-se evitar “ligações irregulares, aproximações inconvenientes”. Na sua opinião havia uma conexão íntima entre a vida particular e a acção política. “Quem não segue caminho digno na primeira, de igual modo usa proceder na segunda”¹⁴⁵⁰. O órgão do Partido Nacionalista estava a tentar explicar aos eleitores o motivo pelo qual na *Lista do Concelho* figuravam candidatos que participavam nas outras duas listas. Para os nacionalistas a sua lista não obedeceu ao critério do facciosismo político, “não se subordinou aos interesses deste ou daquele partido. As várias correntes de opinião estão ali representadas, as diversas classes sociais encontram nessa lista individualidades do seu meio. Houve uma preocupação: pôr de lado a política e ir buscar simplesmente quem, pelo seu passado, seja julgado possuidor de qualidades administrativas”¹⁴⁵¹. Um eclectismo que consideravam “inatingível” para os monárquicos. A *Lista do Concelho* reivindicava uma “orientação moderada e absolutamente irreduzível com o esquerdismo, (...) [e] com os pregadores da doutrina da divisão da propriedade”. Segundo os nacionalistas os ideais da *Lista Esquerdista* deveriam ser a oposta da *Lista das Juventudes Monárquicas*. Por esse motivo referiram: “A impressão que nos dá a lista monárquica é a de que os monárquicos locais, entendem que é possível ser eclético sem restrições, é possível misturar o bom com o mau sem que a repulsa lógica se manifeste”¹⁴⁵². Esta lista é considerada “uma manta de retalhos demonstrativa duma tão grande falta de fé, duma tão grande dose de incoerência, que nos leva a duvidar das faculdades mentais seus organizadores (...). Dela fazem parte sete nomes da chamada *Juventude Monárquica*. Os restantes oito foram pescados nas outras duas listas”¹⁴⁵³. Para os nacionalistas a “Lista Esquerdista, ou antes canhoto-comunista”, era composta de elementos pouco competentes¹⁴⁵⁴. Esta *Lista* era formada por “políticos, em que os esquerdistas republicanos aparecem conluiados com comunistas e demais que na política andam... por ver andar os outros, aqueles preconizando o estatismo e outros combatendo-o”¹⁴⁵⁵.

Nas eleições administrativas em Évora a propaganda política limitou-se, aparentemente, à divulgação dos candidatos na imprensa local, declarações políticas nos jornais apoiantes das candidaturas (*A Democracia do Sul* apoiava a Lista do Concelho e *O Democrático* apoiava a Lista da Esquerda Democrática) e seguramente sessões de «esclarecimento» nos Centros apoiantes de cada Lista. Não houve sessões públicas de

¹⁴⁴⁹ *Democracia do Sul*, 14 de Novembro de 1925, p. 1.

¹⁴⁵⁰ *Democracia do Sul*, 15 de Novembro de 1925, p. 1.

¹⁴⁵¹ *Democracia do Sul*, 18 de Novembro de 1925, p. 1.

¹⁴⁵² *Democracia do Sul*, 21 de Novembro de 1925, p. 4.

¹⁴⁵³ Ege, “Os meus juízos”, *Democracia do Sul*, 22 de Novembro de 1925, p. 4.

¹⁴⁵⁴ *Democracia do Sul*, 22 de Novembro de 1925, p. 1.

¹⁴⁵⁵ Ege, “Os meus juízos”, *Democracia do Sul*, 22 de Novembro de 1925, p. 4.

apresentação das Listas, certamente porque todos os eleitores conheciam bem os candidatos e porque eram Listas com um carácter marcadamente pessoal e pouco ideológico, o que não favorecia apresentações formais de candidaturas.

A batalha eleitoral para a Câmara Municipal de Évora foi ganha pela *Lista do Concelho*, conseguindo os Esquerdistas a minoria no Senado Municipal. Os elementos da *Lista do Concelho* conseguiram uma votação média de 923 votos por cada candidato, os elementos da *Lista da Esquerda Democrática* obtiveram uma votação média de 884 votos e os candidatos das *Juventudes Monárquicas* conseguiram totalizar uma votação média de 606 votos. Nas eleições para a Junta Geral do Distrito de Évora a «Lista Esquerdista» saiu vencedora, conseguindo os elementos da «Lista do Concelho» a minoria¹⁴⁵⁶.

A 6 de Dezembro realizaram-se a eleições para as Juntas de Freguesia. Estas eleições eram muito importantes, conforme reconhecia a direcção do Centro Latino Coelho do Partido Republicano Nacionalista, pois a “Junta de Freguesia é a chave da elaboração dos cadernos eleitorais”¹⁴⁵⁷, que eram fundamentais na preparação das futuras eleições. Daí a necessidade de proceder a uma grande mobilização de todos os correligionários, enviando as listas pelo correio, deixando-as em locais pré-determinados ou entregando-as de porta em porta.

Não dispomos de informações suficientes para tirar quaisquer conclusões fidedignas sobre a participação dos nacionalistas nestas eleições. No entanto, os dados disponíveis apontam para a manutenção do domínio do PRP nestas eleições, a começar pelas Juntas de Freguesia de Lisboa, onde os nacionalistas em coligação com os democráticos apenas conseguiram as maiorias no Marquês de Pombal¹⁴⁵⁸. Em Alcanhões (Junta de Freguesia do concelho de Santarém) os nacionalistas conseguiram as maiorias¹⁴⁵⁹. No concelho de Évora a Lista do PRN obteve a maioria em todas as freguesias urbanas. Na freguesia de S. Pedro não teve oposição e por isso a abstenção eleitoral chegou aos 90.1%, nas freguesias da Sé e Santo Antão a Lista do PRN venceu com facilidade, porém na freguesia de S. Mamede (normalmente a freguesia que votava mais à esquerda) a sua vitória foi obtida por uma diferença mínima¹⁴⁶⁰.

Com base nos dados disponíveis podemos concluir que o PRP continuou a dominar a maioria dos órgãos políticos locais. Nas localidades onde o PRN tinha uma forte implantação foi para as eleições administrativas em solitário. Porém, na maioria das localidades os nacionalistas apareceram agrupados em coligações, normalmente designadas por «Lista do Concelho», «Lista Republicana», «Lista Independente» ou «Lista Regionalista». Os acordos estabelecidos por estas listas tinham por objectivo derrotar o partido maioritário nessas localidades, normalmente o PRP, mas podendo também ser outro partido, uma vez que o PRN também se coligou nalgumas localidades com o PRP. Neste tipo de listas imperava o pragmatismo, podendo os nacionalistas coligar-se com quase todos os partidos, desde a Esquerda Democrática ao Partido Monárquico. Futuras investigações poderão traçar um quadro mais preciso sobre estas eleições e sobre o papel do PRN nas múltiplas coligações onde participou.

¹⁴⁵⁶ Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 61-68 e 250-276.

¹⁴⁵⁷ Carta enviada em 3-12-1925 pela Direcção do Centro Latino Coelho de Lisboa para Bernardo Ferreira de Matos, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁴⁵⁸ *Diário de Lisboa*, 7-12-1925, p. 4.

¹⁴⁵⁹ *Acção Nacionalista*, 6-12-1925, p. 4.

¹⁴⁶⁰ Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 61-68 e 250-276.

25. O período pós eleitoral: discrepâncias dentro do PRN e a eleição do Presidente da República, Bernardino Machado

As eleições acentuaram algumas divisões dentro do PRN. Todavia, estas discordâncias ficaram temporariamente sanadas com a manutenção de Cunha Leal no PRN. O PRN continuava a contar com Cunha Leal, que foi eleito líder parlamentar na Câmara dos Deputados, sendo acompanhado por Augusto de Vasconcelos no Senado e por Pedro Pita e Lopes Cardoso, que foram eleitos sub-líderes parlamentares na Câmara dos Deputados (1925-26). Cunha Leal, também foi designado, conjuntamente com Barros Queirós e Augusto Vasconcelos, para representante do PRN no Conselho Parlamentar¹⁴⁶¹. No entanto, Cunha Leal que se encontrava em Paris quando foi eleito, declarou que não iria aceitar o cargo, pois “entendo que quem tiver de desempenhar essas funções tão honrosas como graves, deve estar metido dentro do próprio espírito do directório”¹⁴⁶². Este facto começou a causar mal-estar dentro do PRN e começou a perspectivar-se um confronto no Congresso do PRN entre os restantes membros do Directório e Cunha Leal¹⁴⁶³. A tensão entre Pedro Pitta e Cunha Leal aumentou nas semanas seguintes, tendo Pedro Pitta feito algumas insinuações contra Cunha Leal numa sessão no Centro Sidónio Pais, a que o jornal *Acção Nacionalista*, apoiante de Cunha Leal, respondeu¹⁴⁶⁴. Cunha Leal começou a defender uma estratégia alternativa de oposição ao PRP e uma nova orientação mobilizadora dentro do PRN. Por exemplo, Cunha Leal era da opinião que nesse momento não devia haver dissolução do Parlamento, como alguns estavam a pedir, dado que “enquanto o parlamento não demonstrar a sua incapacidade não pode ser dissolvido”. Quanto às divergências dentro dos nacionalistas, disse que “haverá, quanto muito, diferenças de orientação”. Sendo no Congresso do PRN que elas devem ser postas à consideração dos delegados, “triunfando a orientação que maior número de votos colher. Aos que houverem de ficar vencidos, se a luta viesse a estabelecer-se ninguém poderá exigir que assumam funções ou desempenhem papéis de destaque”¹⁴⁶⁵. Outros elementos do PRN enveredaram por uma via radical de alteração do quadro constitucional da República, que podia passar por uma intervenção revolucionária. A encabeçar esta linha encontrava-se Filomeno da Câmara. No dia 9 de Fevereiro de 1926 ocorreu uma Sessão da Cruzada Nuno Álvares Pereira, na Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo discursado Filomeno da Câmara e Martinho Nobre de Melo. Na assistência estava parte da sociedade tradicional de Lisboa, mas também alguns elementos da Seara Nova. Filomeno da Câmara defendeu a necessidade de regressar a ordem ao país “para o ressurgimento da Nação”, uma vez que a pátria estava em crise. Algumas passagens do seu discurso foram atacadas por uma parte da assistência, em particular quando lançou um aparte contra Jaime Cortesão, que estava presente na sala: “os intelectuais [...] não protestaram contra o facto de na Rússia terem sido fuzilados intelectuais...”¹⁴⁶⁶. Já Martinho Nobre de Melo defendeu a reconstrução da Nação através das corporações, com especial relevo para as famílias e as profissões.

Após a renúncia de Teixeira Gomes o PRP e o PRN reuniram elementos dos seus directórios para tentarem chegar a um consenso sobre o nome a apresentar para a

¹⁴⁶¹ *Diário do Congresso*, 11-12-1926, p. 4; *Diário de Lisboa*, 11-12-1925, p. 8.

¹⁴⁶² Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 11-12-1925, p. 8.

¹⁴⁶³ *Diário de Lisboa*, 30-12-1925, p. 5.

¹⁴⁶⁴ *Acção Nacionalista*, 24-1-1926, pp. 1 e 4; *idem*, 31-1-1926, p. 1.

¹⁴⁶⁵ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 25-1-1926, p. 5.

¹⁴⁶⁶ *Diário de Lisboa*, 5-2-1926, p. 1.

Presidência da República. Chegou-se inicialmente ao nome de Duarte Leite, que também teve a sanção do Governo, tendo sido enviado um convite formal ao então Embaixador de Portugal no Brasil¹⁴⁶⁷. No entanto, não foi possível chegar a um entendimento devido a dois factores. Duarte Leite recusou o convite invocando que os partidos políticos tinham uma visão minimalista dos poderes dados pela constituição ao do Presidente da República, enquanto ele defendia uma visão maximalista desses poderes. Esta interpretação da constituição tinha levado a um enfraquecimento do Poder Executivo e a uma constante instabilidade governativa¹⁴⁶⁸. Por outro lado, as relações entre o PRN e o PRP voltaram a deteriorar-se após a não validação da eleição do deputado João Cardoso Moniz Bacelar, por Coimbra. A Comissão de Verificação de Poderes acabou por eleger Alberto Álvaro Dias Pereira em detrimento de João Cardoso Moniz Bacelar. Não foram contabilizados os votos de uma assembleia onde João Cardoso Moniz Bacelar tinha uma grande vantagem para Alberto Álvaro Dias Pereira. Os nacionalistas argumentavam ainda que os votos para o Senado dessa assembleia foram contabilizados, inviabilizando dessa vez a eleição do seu candidato, António Vicente Ferreira¹⁴⁶⁹. Após a ruptura das negociações, o PRN equacionou votar em Brito Camacho para a Presidência da República, mas a candidatura de Bernardino Machado esvaziou essa intenção, uma vez que este político republicano independente tinha sido o candidato apresentado pelo PRN para a chefia do Estado a 6 de Agosto de 1923 e tinha um bom relacionamento com vários líderes do PRN. Por isso, a 11 de Dezembro de 1925 muitos parlamentares nacionalistas votaram em Bernardino Machado, que foi eleito no segundo escrutínio com 148 votos¹⁴⁷⁰.

O novo governo liderado por António Maria da Silva tomou posse no dia 17 de Dezembro e apresentou a sua declaração ministerial na Câmara dos Deputados no dia 21 de Dezembro de 1925. O novo executivo era pela primeira desde há alguns anos “um governo saído do Partido Republicano Português” em exclusividade, embora “as pastas da Guerra e da Marinha” fossem ocupadas “por duas individualidades libertas de compromissos partidários”. Este executivo iria seguir uma orientação pautada “pelos princípios enunciados no programa do seu partido como um corpo de doutrinas e de

¹⁴⁶⁷ “Directórios democrático e nacionalista tendo por unanimidade escolhido V. Ex. como candidato dois partidos Presidência Republica solicitam empenhamento em nome superiores interesses República e Pais. Meus cumprimentos”, transcrição manuscrita de telegrama enviado para Duarte Leite, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/37. António Ginestal Machado questionado sobre o nome de Duarte Leite para Presidente da República respondeu: “Porque não? Trata-se de alguém que se impõe aos homens e aos partidos”, António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 3-12-1925, p. 8.

¹⁴⁶⁸ “N.º 24 - 4 Dezembro. Muito grato aos Directórios de democráticos e nacionalistas pelo propósito ao qual governo se quis associa, de me eleger para Presidência República em seguida à renúncia anunciada do actual titular apresso-me a significar a V. Ex. meu pesar de não poder aceitar a candidatura. A) Duarte Leite”. “N.º 30 - 4 de Dezembro. Acrescento ao meu telegrama n.º 29 esclarecimento é talvez conveniente levar publicidade razão principal da minha recusa está na interpretação que dou à constituição, diversa da adaptada correntemente pelos nossos políticos, à qual enfraquecendo Poder Executivo criou deplorável instabilidade governativa e teve incitado partidos à divisão. Discordando semelhante modo de ser que não resulta do texto fundamental podendo acontecer que a tentativa de introduzir novas práticas ainda venha a agravar dificuldades já consideráveis do actual momento, prefiro declinar honroso oferecimento. A) Duarte Leite”, transcrição manuscrita de telegramas enviados por Duarte Leite, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/37. Cf., *Acção Nacionalista*, 12-12-1925, p. 1.

¹⁴⁶⁹ Cf., Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa. 428; *Diário de Lisboa*, 9-12-1925, p. 8; *idem*, 10-12-1925, p. 4.

¹⁴⁷⁰ *Diário do Congresso*, 11-12-1926, p. 17; *Diário de Lisboa*, 10-12-1925, p. 8; *Diário da Tarde*, 10-12-1925, p. 4; *Acção Nacionalista*, 12-12-1925, p. 2-4.

soluções dos problemas da vida nacional”¹⁴⁷¹. O governo contou com o apoio parlamentar do PRP e com o amparo condicional dos socialistas, dos católicos e dos independentes. O resto dos grupos parlamentares mostraram claramente a sua oposição ao novo governo, tendo nacionalistas e monárquicos apresentado moções de desconfiança. Na ausência de Cunha Leal, foi o sub-líder, Pedro Pita, que coube apresentar os argumentos do Partido Republicano Nacionalista. Pedro Pita concentrou a sua análise no facto de o novo governo ser unicolor, formado por elementos de um partido que tinha magoado e desrespeitado profundamente o PRN no apuramento dos resultados eleitorais¹⁴⁷². A outra orientação crítica centrava-se nas palavras vãs que as declarações ministeriais traziam constantemente, como “a lei do inquilinato e o código administrativo”, mas que não passavam de retórica. Nessa declaração ministerial existiam omissões sobre a modernização das indústrias portuguesas, sobre a resolução do desemprego e sobre a imposição da ordem e disciplina social. E nenhuma palavra surgia sobre “os decretos ditatoriais do seu antecessor”, parecendo assim, que o novo governo concorda com eles¹⁴⁷³. Pedro Pita terminou a sua intervenção apresentando uma moção de desconfiança ao governo¹⁴⁷⁴. Esta moção acabaria por ser prejudicada face à moção de confiança apresentada por Vitorino Guimarães, que acabou por ser aprovada por 63 deputados e rejeitada por 23 deputados¹⁴⁷⁵.

O PRN encontrava-se numa situação intrincada, uma vez que não tinha força no Congresso para fazer ouvir a sua voz. Poderia assumir uma oposição intransigente ao governo do PRP, como sugeria a Acção Nacionalista¹⁴⁷⁶, ou optar por uma posição moderada, defendida então por Cunha Leal, para não dar força aos grupos extremistas que poderiam desagregar a República e enfraquecer também o segundo partido do regime¹⁴⁷⁷. O IV Congresso do PRN seria o momento de redesenhar uma nova estratégia para o PRN.

26. O IV Congresso do Partido Republicano Nacionalista e a formação da União Liberal Republicana

O enfrentamento entre Cunha Leal e os restantes membros do Directório do PRN começou a desenhar-se desde o desfecho das eleições legislativas. Cunha Leal ensaiou uma aproximação ao governo de António Maria da Silva, depositando

¹⁴⁷¹ António Maria da Silva, “Declaração Ministerial”, *Diário da Câmara dos Deputados*, 21-12-1925, p. 12.

¹⁴⁷² Nos Passos Perdidos António Ginestal Machado declarou aos jornalistas que as relações com o PRP tinham piorado nos últimos tempos, pois “o que fizeram ao partido nacionalista nas comissões de verificação de poderes, o fizeram, sobretudo no tocante à eleição de Coimbra, exige uma reparação que é devida à nossa própria qualidade de partido organizado da República”, António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 21-12-1925, p. 1.

¹⁴⁷³ Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 21-12-1925, pp. 17- 20.

¹⁴⁷⁴ “Moção. A Câmara reconhecendo que o Governo não foi constituído em termos de poder dar garantias de respeito pela constituição, e que os seus propósitos, manifestados na declaração ministerial, denotam claramente que ela não corresponde à gravidade do momento que passa – manifesta-lhe a sua desconfiança e passa à ordem do dia”, Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 21-12-1925, p. 20.

¹⁴⁷⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-12-1925, p. 60.

¹⁴⁷⁶ *Acção Nacionalista*, 27-12-1925, p. 4.

¹⁴⁷⁷ Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 345-348.

confiança na sua capacidade para reprimir as revoltas e a instabilidade social. Esta nova atitude moderada seria um ajustamento ao facto ter aceite o cargo de Vice-Governador do BNU por parte do Estado, em representação do PRN? Uma parte da opinião pública e alguns nacionalistas acreditavam nesta tese¹⁴⁷⁸.

Para muitos nacionalistas chegara o momento da clarificação dentro do Partido Republicano Nacionalista, não sendo possível reconduzir o actual Directório. Este organismo político dava a “impressão dum partido de muitos chefes, que muitas vezes dão também uma impressão ainda pior, a de não se entenderem”. O Partido Republicano Nacionalista tinha “homens categorizados em excesso, tendo em flagrante contraste, massa eleitoral de menos”. Era necessário enveredar por um novo rumo que consolidasse o partido: “se nós nem na oposição somos ou parecemos unidos, como poderemos nós unirmo-nos num objectivo desinteressado e patriótico para desempenharmos a difícil missão de salvar o país. Não haja dúvidas. Temos que nos unir. Para tal temos de reformar o estatuto partidário. Temos de ter um chefe capaz de encarnar bem as aspirações do país”¹⁴⁷⁹. Portanto, uma das alterações estratégica passava por escolher inequivocamente o líder do PRN, matizando ou eliminado o Directório¹⁴⁸⁰. Este foi um dos temas centrais do debate antes do Congresso.

Alguns órgãos da imprensa do PRN manifestaram-se contrários à eleição directa do Presidente do Directório pelo Congresso: “para ser um chefe à moda antiga dos partidos monárquicos é preciso eliminar o Directório. Mas ficar um homem com poderes absolutos num partido, não será os partidários abdicarem dos seus direitos?”¹⁴⁸¹.

Os apoiantes de António Ginestal Machado não concordavam que o líder do partido escolhesse livremente os restantes membros do Directório. Uma vez que isso “seria a negação completa da verdadeira democracia”¹⁴⁸². Os apoiantes de Cunha Leal contrapunham que apenas pretendiam escolher no Congresso o Presidente do Partido Republicano Nacionalista, continuando-se a eleger os membros do Directório. Mas, para ser viável esta solução teria de ser votada uma alteração do artigo 27.º da Lei Orgânica do PRN que regulamentava a constituição do Directório.

Para Cunha Leal o PRN tinha vivido até esse momento da “justaposição de correntes que trabalham em sentido oposto. De aí, neutralizarem-se os esforços. Uns orientam em determinado sentido; outros orientam em sentido oposto. Resultado: o partido não marcha, o partido não caminha, o partido não triunfa”¹⁴⁸³. Tendo em conta as “divergências então tornadas do domínio público abandonei o meu lugar no Directório e depois as funções de líder. Era levado a tomar essa resolução, entre outras razões, porque entendia que a política do Directório e do Grupo Parlamentar deviam ser harmónicas. Afastado voluntariamente do primeiro daqueles organismos, não desejava dirigir o segundo”¹⁴⁸⁴.

Primo de Rivera e Mussolini começaram a ser apresentados como referências para alguns dos homens que apoiavam Cunha Leal. O regime espanhol era apresentado

¹⁴⁷⁸ Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 344-349.

¹⁴⁷⁹ *Distrito da Guarda*, 31-1-1926, p. 1.

¹⁴⁸⁰ Já há algum tempo que alguns sectores do PRN vinham solicitando que se alterasse os estatutos para acabar com o órgão do Directório e criar um chefe do partido que fosse “acatado e respeitado”, *Distrito da Guarda*, 31-1-1926, p. 1.

¹⁴⁸¹ *O Penafidense*, 23-2-1926, p. 1.

¹⁴⁸² M. Carrilho, *Correio da Extremadura*, 20-2-1926, p. 1.

¹⁴⁸³ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 5-2-1926, p. 5.

¹⁴⁸⁴ Cunha Leal, *Distrito da Guarda*, 28-2-1926, p. 2.

por Alberto Tomé Vieira como um movimento anti-democrata, autoritário e ditatorial, mas necessário para acabar com a desordem que alastrava em Espanha: “O Riverismo começou por arrumar a casa” e conseqüentemente a Espanha atravessava “um período de notável progresso”. Por isso olhando para Portugal concluía que “uma vez que o Partido Democrático e todos os grupelhos e facções já deram provas da sua capacidade governativa, existe o Partido Nacionalista, cheio de prestígio e valor, sem ter dado ainda, ao país, a prova da sua competência e da sua acção. Por isso a Nação espera ansiosa, o momento deste partido chamado a governar. Por isso nós não defendemos entre nós, um movimento tal-qualmente ao 13 de Setembro em Espanha. Acentuemos: - em Espanha só o exército podia fazer o movimento que tão bons resultados está dando; em Portugal o poder civil tem uma força organizada pela qual pode resgatar a Nação. É, todavia, necessário afirmar que, não é respeitando, da primeira à última linha, o programa do Partido Nacionalista que o resgate é possível. Para se operar esse acontecimento temos de fugir do princípio parlamentarista. Se está verificando que constitucionalmente, ou o que é nos negam o Poder, só temos um caminho; é conquistá-lo sem olhar a meios. É uma violência? É sem dúvida! Mas, bendita a violência que salva uma Nação. Bendita a violência de Rivera – gritam os Espanhóis; bendita a violência de Mussolini – brandam os italianos. É uma violência, sim, é uma violência contra aqueles que tantas têm praticado em nome dum direito que não lhe assiste, porque, ao fazê-lo invocam um princípio falso – o sufrágio – que, tal como é praticado entre nós, pode representar tudo (e representa infelizmente) menos a expressão, a vontade da Nação”¹⁴⁸⁵.

Os notáveis e as comissões políticas começaram a movimentar-se, apoiando uma ou outra hoste, embora Júlio Dantas tenha afirmado que não pretendia entrar em nenhuma lista em disputa¹⁴⁸⁶. António Vicente Ferreira escreveu a António Ginestal Machado para informá-lo que tinha aceitado integrar a Lista de Cunha Leal, mas reafirmou a amizade pelo ainda presidente do Directório do PRN¹⁴⁸⁷. A preparação da luta eleitoral entre *Lealistas* e *Directoristas* estendeu-se à província. Os membros das duas listas trabalharam intensamente para conseguir mais apoiantes. Os congressistas do norte eram afectos maioritariamente à lista de Cunha Leal que contava com Artur Brandão e Lelo Portela, os do Sul estavam com a lista do Directório. Em Viseu havia alguma divisão, uma vez que Afonso de Melo estava com os Lealistas e os outros dirigentes com o directório¹⁴⁸⁸. A Comissão Municipal de Lisboa tinha uma proposta de reforma da Lei Orgânica do PRN. Esta proposta provinha dos amigos de Cunha Leal reunidos em torno do semanário *Acção Nacionalista*. Para este grupo, o princípio de alteração da Lei Orgânica do PRN era prioritária e a sua não-aceitação inviabilizava que apresentassem uma Lista à eleição do Directório.

Cunha Leal procurou desvalorizar as actividades de mobilização de tropas para a decisiva batalha: “As manobras preparatórias da minha acção no congresso partidário estão bem patentes. Constam de afirmações feitas em sessões públicas e de entrevistas publicadas nos jornais. Ainda não realizei um «demarche» de carácter particular, ainda não escrevi uma carta. Limito-me a explicar o meu procedimento àqueles que me procuram. [...] Calculo que os meus opositores me levem, portanto, decidida vantagem. Eu irei ao Congresso expor o que penso. O partido concorda e muito bem. O partido não concorda e muito melhor. No segundo caso, a pequena dor do amor-próprio ferido é

¹⁴⁸⁵ Alberto Tomé Vieira, “O Riverismo”, *Acção Nacionalista*, 6-3-1926, p. 4.

¹⁴⁸⁶ *Diário de Lisboa*, 5-2-1926, p. 5.

¹⁴⁸⁷ Cf., carta de António Vicente Ferreira para António Ginestal Machado, datada em Lisboa em 4-3-1926, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/837.

¹⁴⁸⁸ *Diário do Minho*, 9-3-1926, p. 3.

fartamente compensada pelo repouso a que então terei direito. Desertar, evidentemente, não deserto. Mas se quiserem tirar-me da situação de combatente na primeira linha, colocando lá outros melhores, eu pessoalmente, só tenho a lucrar com isso”¹⁴⁸⁹. Luís Costa Santos director da *Acção Nacionalista* e apoiante de Cunha Leal, defendeu no seu jornal a necessidade de alterar a Lei orgânica do PRN, permitindo a “eleição directa do presidente do Directório”. A existência de demasiados marechais no PRN estremava a “necessidade da existência dum chefe”, que seria “eleito anualmente pelo Congresso do Partido, obedecendo fielmente às regras da nossa lei orgânica e responsável perante o Congresso pela política do partido no Parlamento e cá fora”¹⁴⁹⁰. A imprensa partidária também não pôde ficar alheia à contenda que se adivinhava. A *Acção Nacionalista* atacou o *Debate* e o seu director, Melo Vieira, por estar ao lado de Pedro Pitta e da recondução do Directório¹⁴⁹¹. A *Acção Nacionalista* defendia a eleição do directório com a designação clara do seu líder e a candidatura de Cunha Leal para esse cargo.

A Comissão Distrital de Santarém fez circular um documento pelos nacionalistas onde apelava ao voto na posição do Directório e a rejeição da eleição de Cunha Leal para líder do PRN¹⁴⁹². João Tamagnini de Sousa Barbosa foi bastante claro quanto às divergências que o opunham a Cunha Leal. Em primeiro lugar a lista do Directório discordava “da eleição directa do presidente do Directório”, como pretendia Cunha Leal, pois o PRN queria “manter a sua estrutura parlamentarista” e não queria “enveredar pelo caminho do presidencialismo”¹⁴⁹³. Posição algo estranha para quem provinha do Sidonismo e dirigiu durante vários anos o Partido Nacional Republicano Presidencialista.

Os almoços de homenagem também serviram para delimitar os territórios. O primeiro, de homenagem à *Acção Nacionalista*, realizou-se no restaurante Tavares no dia 20 de Dezembro de 1925. Contou com a presença de Filomeno da Câmara, que presidiu, mas com a ausência do Directório do PRN¹⁴⁹⁴. O segundo almoço realizou-se no Club Mayer, no dia 28 de Fevereiro de 1926 e homenageou o Dr. António Ginestal Machado. Este almoço foi promovido pelo Centro Dr. Sidónio Pais e serviu para

¹⁴⁸⁹ Cunha Leal, *Acção Nacionalista*, 28-2-1926, p. 4.

¹⁴⁹⁰ Luís Costa Santos, *Acção Nacionalista*, 10-2-1926, p. 1.

¹⁴⁹¹ “Como se pode, conscientemente, em nome da unidade partidária, defender a recondução do Dr. Pedro Pitta, que ambicioso, em demasia, não procurou nunca fazer outra coisa, que não fosse enredar, intrigar a família nacionalista com outros marechais do Partido? Como se pode conscientemente, em nome da unidade partidária defender a recondução do Dr. Ginestal Machado que, publicamente, confessando-se amigo e irmão mais velho do Dr. Pedro Pitta lhe tem dado assim toda a sua solidariedade na política de ódio e de veneno que aquele vem tecendo adentro do Directório?”, Luís Costa Santos, *Acção Nacionalista*, 21-2-1926, p. 1.

¹⁴⁹² “Exmo. Correligionário

Como Presidente da Comissão Distrital do partido Republicano Nacionalista, cumpre-me chamar a atenção de V. Ex.^a para o facto de haver dentro do Partido quem queira, por ocasião do próximo Congresso, propor que seja alterada a sua lei orgânica no sentido do Congresso poder eleger só o Presidente do Directório, em vez de eleger um Directório completo. Como estou convencido de que este propósito é absolutamente inoportuno e prejudicial à unidade partidária, uso pedir a V. Ex.^a e demais correligionários desse concelho que vão ao Congresso, que não apoiem esse propósito e caprichem em manter no Directório a eleger o seu actual Presidente ilustre chefe do nosso Partido no Distrito de Santarém o Exmo. Dr. Ginestal Machado. Que os nossos dignos correligionários desse concelho, compareçam em grande número no próximo Congresso e não olvidem o nome do Dr. Ginestal Machado, é o desejo que ousou exprimir a V. Exa., pedindo-lhe que ele seja intérprete junto dos nossos correligionários.

Santarém, 15 de Fevereiro de 1926

O Presidente da Comissão Distrital

(a) J. Silva Pereira”, *Acção Nacionalista*, 28-2-1926, p. 1.

¹⁴⁹³ João Tamagnini de Sousa Barbosa, *Diário de Lisboa*, 5-2-1926, p. 5.

¹⁴⁹⁴ *Acção Nacionalista*, 27-12-1925, pp. 1-2.

agradecer o apoio dado pelo presidente do Directório do PRN à entrada dos presidencialistas no PRN. No entanto, também serviu para lançar a estratégia do Directório para vencer o próximo Congresso e demarcar este grupo face ao liderado por Cunha Leal, que, como era de esperar não compareceu no referido almoço¹⁴⁹⁵.

Os membros da lista oficial (a patrocinada pelo Directório) ainda fizeram uma última tentativa de conciliação, integrando Cunha Leal na sua lista. No entanto, Cunha Leal escreveu a António Ginestal Machado para esclarecer a situação. Cunha Leal tinha recebido informações, segundo as quais, o seu nome integrava a lista oficial, pelo que se dirigiu aos correligionários Pedro Pita e João Tamagnini Barbosa solicitando que retirassem o seu nome, pois sendo “o organizador duma outra lista [...] tinha o dever moral de não aceitar e ideia tão gentil, que tinham tido até porque faltaria à obrigação de ser leal e correcto para com as pessoas que me tinham por sua vez honrado, aceder ao meu convite para consentirem a inclusão dos seus nomes na lista que eu organizei”. Persistindo dúvidas por parte de Pedro Pita, considerou que seria “um abuso de confiança” se o seu nome continuasse na lista oficial. Continuava, no entanto, amigo e leal a António Ginestal Machado, sejam quais forem “as contingências em que a política nos coloque”¹⁴⁹⁶.

Os preparativos para a organização do Congresso decorreram no Palácio do Calhariz, tendo a comissão organizadora reunido durante várias noites. A mobilização por parte dos correligionários foi intensa, tendo sido passados 2400 bilhetes até à véspera do congresso¹⁴⁹⁷, custando cada um 5\$00. Conforme era tradição o *IV Congresso do PRN* realizou em Lisboa, no ginásio do Liceu Camões, nos dias 6, 7 e 8 de Março de 1926.

A sessão de abertura estava marcada para as 13 horas, embora apenas se tenha iniciado às 15 horas. Nesse momento já estavam inscritos 2700 congressistas, embora na sala apenas estivessem cerca de 1500 nacionalistas. Houve alguns protestos pela falta de credenciais para os adeptos de Cunha Leal. A mesa da presidência do congresso estava decorada com “flores lindíssimas” e havia uma mesa para a imprensa. António Ginestal Machado convocou Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos para presidir à 1.ª sessão. Para os secretariarem foram chamados o senador António Alves de Oliveira Júnior, os deputados Joaquim Brandão e Artur Brandão, os antigos deputados Abílio Mourão e João Bacelar e o coronel Mendes Paço. Cunha Leal esteve durante algum tempo no átrio, “à espera da manifestação”¹⁴⁹⁸. Cunha Leal, como era costume, entrou no Congresso enquanto a sessão decorria, para assim receber um vasto apoio da assistência. Após o fim da aclamação, o presidente da sessão, Afonso Castro e de Lemos disse que ao findar os nossos trabalhos o país dirá: “com estes podemos contar”¹⁴⁹⁹.

Conforme era da praxe, Pedro Pita procedeu à leitura do relatório do Directório que resumia as suas actividades durante o último ano. De entre os vários temas abordados, mereceram destaque os seguintes assuntos: evocou o facto de o partido não poder comunicar directamente com os seus correligionários e com o público, por falta dum órgão seu na imprensa; lembrou a necessidade absoluta de se fazer alguns sacrifícios para o partido obter um jornal de âmbito nacional; recordou o protesto contra prisão de Cunha Leal e de outro parlamentar no 18 de Abril; condenou a atitude do

¹⁴⁹⁵ *Acção Nacionalista*, 28-2-1926, p. 4.

¹⁴⁹⁶ Carta de Francisco Pinto da Cunha Leal para António Ginestal Machado, datada em Lisboa em 3-3-1926, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/909.

¹⁴⁹⁷ *A Tarde*, 5-3-1926, p. 3.

¹⁴⁹⁸ Segundo a opinião de um correligionário antagónico, *A Tarde*, 6-3-1926, p. 1.

¹⁴⁹⁹ *A Tarde*, 6-3-1926, p. 3.

penúltimo Chefe de Estado que não soube ser o Presidente da República, mas o advogado permanente de um partido; registou com pesar a saída de alguns valiosos elementos do partido Republicano nacionalista; sublinhou as *demarches* do Directório para que os políticos Moura Pinto, Ferreira da Rocha e Ferreira de Mira regressassem ao PRN; lembrou a saída de Cunha Leal do directório em Novembro e manifestou o pesar deste órgão por este facto; sublinhou que o Directório nada teve a ver com os movimentos de 18 de Abril e 19 de Julho, mas compreende-os e justifica-os. No meio da leitura do relatório surgiram João Tamagnini de Sousa Barbosa, José Mendes Cabeçadas Júnior e Filomeno da Câmara Melo Cabral que foram delirantemente aclamados¹⁵⁰⁰.

Seguindo a estratégia dos Lealistas, Vitorino Vieira, da Comissão Municipal de Lisboa, enviou para a mesa um projecto de reforma da Lei Orgânica do partido e posteriormente seria apresentada uma lista, onde Cunha Leal figurava como presidente¹⁵⁰¹. Entretanto, o jornalista Adelino Lopes da Cunha Mendes (antigo Sidonista e presidencialista) perguntou porque não havia no relatório alguma referência à nomeação de um correligionário para vice-governador do Banco Nacional Ultramarino¹⁵⁰². A pergunta provocou apartes hostis ao orador e o início de uma grande confusão na sala. Esta questão era um sintoma de alguma insatisfação de uma parte do PRN, por Cunha Leal defender uma posição moderada face ao Partido Democrático e por estar a preparar a conquista da presidência do Partido Republicano Nacionalista. Cunha Leal sentindo-se atingido respondeu prontamente: “Eu já sabia que o assunto vinha aqui ser levantado. Eu sabia até que um marechal do meu partido colecionava os artigos da «Seara Nova» e os arranjava para constituir um «dossier». [...] Convidou-me o antigo ministro das finanças sr. Pestana Júnior, para exercer o lugar de vice-governador do B.N.U. Pus duas condições; primeira, que o Banco aceitasse a nomeação de vice-governadores que devia ser imposta pelo Estado; segunda, que o meu nome fosse escolhido pelo directório do meu partido. [...] Foi o sr. Domingos Pereira, quando presidente do ministério, quem indicou ao meu partido a necessidade de que este, por uma vez, indicasse o nome de um correligionário nosso para o exercício desse lugar. [...] Foi o meu partido, foi o directório do meu partido quem, por unanimidade, indicou o meu nome”¹⁵⁰³. Facto confirmado por António Ginestal Machado que afirmou ser ele e o próprio directório que estava a ser posto em causa pelas afirmações de Adelino Mendes, uma vez que “fui eu que indiquei o nome de Cunha Leal. Era o primeiro pela competência e pelo carácter”. Custódio Maldonado de Freitas também interveio para apoiar Cunha Leal. No entanto, nada demoveu Cunha Leal que mais uma vez se deixou

¹⁵⁰⁰ *Diário de Lisboa*, 6-3-1926, p. 8; *O Penafidense*, 16-3-1926, p. 1.

¹⁵⁰¹ Esta Lista era constituída por Francisco Pinto da Cunha Leal, como presidente, Alexandre Botelho de Vasconcelos e Sá, António Vicente Ferreira, José da Silva Ramos, José Mendes Cabeçadas Júnior, Raul Lelo Portela, Teófilo Duarte e Vasco Gonçalves Marques, como vogais. A Lista contava ainda com os seguintes vogais substitutos: António Marques Neves Mantas; João Ornelas da Silva; Eurico Máximo Cameira e Sousa; Abílio Mourão; Zacarias Gomes de Lima; Fernando Ultra Machado; Pedro Sanches Navarro, cf., *Ação Nacionalista*, 6-3-1926, p. 4; *Diário da Tarde*, 5-3-1926, p. 8. Cunha Leal alguns anos mais tarde indicou alguns nomes desta Lista que não coincidem com a anterior: “Comecei, por isso, a organizar a minha lista, que compreendia, com o meu, nomes respeitáveis e respeitados, como os de Vasconcelos e Sá, Mendes Cabeçadas, Vicente Ferreira, Bissaia Barreto, Comandante Carlos Pereira, João Pinheiro e outros”. Cunha Leal teria também convidado Filomeno da Câmara para fazer parte da sua lista, mas este teria recusado para “situar-se fora e acima de divisionismos, negando, por isso, o seu concurso a qualquer dos dois sectores nacionalistas”. No entanto, para surpresa de Cunha Leal, viria a integrar a Lista do Directório. Cunha Leal, *As minhas memórias*, vol. II, Lisboa, Edição do autor, 1967, p. 449.

¹⁵⁰² *O Rebate*, 7-3-1926, p. 2 e 9-3-1926, p. 1

¹⁵⁰³ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 6-3-1926, p. 8.

levar pela emotividade e por alguma precipitação. Do estrado declarou: “Pode estar satisfeito o sr. Adelino Mendes. A sua tarefa está cumprida. Eu a partir deste momento, deixo de ser nacionalista. Deixo ao Partido Nacionalista todos os lugares que conquistei”. Antes de sair da sala virou-se para a mesa onde estavam os mais importantes dirigentes nacionalistas e declarou: “Pedro Pita e Tamagnini Barbosa: vocês conheciam-me bem! Venceram! Os meus parabéns!”¹⁵⁰⁴ Cunha Leal apesar de agarrado por vários congressistas saiu da sala no meio de uma grande aclamação a alguma confusão, sendo acompanhado por alguns dos seus amigos. Pedro Pita, em desespero, ainda subiu para cima de uma mesa e gritou: “Cunha Leal, não saia. Você não tem razão. Não é possível, não é possível”¹⁵⁰⁵. Mas, nada nem ninguém conseguiu demover o beirão de abandonar os trabalhos do Congresso, que prosseguiram no meio de uma grande gritaria, protestos, cadeiras partidas e alguns esboços de conflito corpo a corpo¹⁵⁰⁶. Nesse momento João Tamagnini Barbosa subiu para cima da mesa e pediu para ser ouvido, pois “a sua honra esta em causa!”. Pediu então para que Adelino Mendes declarasse se ele tinha tido com ele “algum entendimento sobre o incidente que acaba de perturbar a harmonia do partido”. Adelino Mendes declarou então que não tinha havido qualquer entendimento e que as suas relações eram “geladas. Hoje são quase nulas”¹⁵⁰⁷. Cunha Leal saiu do congresso e enviou posteriormente o pedido de demissão ao Ministro das Finanças do cargo de vice-governador do Banco Nacional Ultramarino enquanto representante do Estado¹⁵⁰⁸.

Durante a sessão nocturna houve intervenções dos apoiantes do Directório, como a do deputado Francisco Cruz que declarou que “o Sr. Cunha Leal apoia o PRP no Parlamento”¹⁵⁰⁹ e dos *lealistas* que ainda fizeram algumas tentativas de conciliação das posições. Jorge Botelho Moniz tentou apresentar uma moção, onde se constituiria uma comissão com poderes de Directório até realizar-se um novo Congresso no ano seguinte, onde seria escolhido o novo Directório. No entanto, esta moção foi mal recebida pelo Congresso, não chegando a ser votada. João Tamagnini de Sousa Barbosa propôs a constituição de uma comissão que se avistasse com Cunha Leal para negociar um entendimento que permitisse a sua manutenção no PRN. Esta comissão avistou-se com Cunha Leal, mas este mostrou-se irredutível na sua resolução de abandonar o PRN. António Ginestal Machado informou o Congresso das diligências estabelecidas e da resolução inabalável tomada por Cunha Leal, pelo que achava que não era possível continuar a insistir no seu regresso. Alguns apoiantes de Cunha Leal, como Mendes Cabeçadas e Lelo Portela, ainda propuseram que se enviasse uma nova comissão para falar com Cunha Leal. Vasconcelos e Sá chegou a propor que o Congresso fosse em peso a casa de Cunha Leal, a suplicar-lhe que regressasse. Contudo os seus adversários mostraram-se irredutíveis, não voltariam a pedir a Cunha Leal para retornar. Então um grande número de congressistas abandonou a sala do Liceu Camões entre apupos e aplausos. Os que ficaram acenam-lhe com lenços e exclamaram: “Vão lá! Não fazem cá falta! E erguem vivas a Ginestal Machado, ao PRN e à República”¹⁵¹⁰. Com a desordem generalizada, iniciaram-se algumas cenas de violência, pelo que os jornalistas tiveram de abandonar os seus lugares com receio de serem agredidos. A pancadaria foi de tal ordem que o Sr. Albano de Carvalho, de Lamego, foi atingido por uma cadeira na perna,

¹⁵⁰⁴ *Diário de Lisboa*, 6-3-1926, p. 8.

¹⁵⁰⁵ Pedro Pita, *Diário de Lisboa*, 6-3-1926, p. 8.

¹⁵⁰⁶ *O Penafidense*, 16-3-1926, p. 1. Cf., *O Rebate*, 7-3-1926, p. 2; *idem*, 9-3-1926, p. 1.

¹⁵⁰⁷ *O Penafidense*, 16-3-1926, pp. 1-2.

¹⁵⁰⁸ *O Rebate*, 7-3-1926, p. 2 e 9-3-1926, p. 1

¹⁵⁰⁹ *O Penafidense*, 16-3-1926, p. 2.

¹⁵¹⁰ Cf., *O Penafidense*, 23-3-1926, p. 1.

pelo que teve de ser enviado para o Hospital e alguns jornalistas acabaram por ser também agredidos¹⁵¹¹.

O Congresso continuou com discursos inflamados, mas sem que se tomassem decisões estratégicas para o partido. Vitorino Vieira, da Comissão Municipal de Lisboa, requereu que o tempo antes da ordem do dia fosse de apenas meia hora e que cada orador não pudesse falar mais do que 5 minutos. Maldonado de Freitas insurgiu-se contra este requerimento. Aquele retirou o seu requerimento e disse: “Assisto com mágoa a este espectáculo: chega-se à 5.^a sessão e nada de trabalhos práticos. Vai ser uma nova sessão só de discursos inúteis (Não apoiados)”¹⁵¹². Na última sessão do Congresso, Maldonado de Freitas, que tinha defendido inicialmente Cunha Leal, disse compreender que Adelino Mendes colocasse a sua dúvida uma vez que “era uma questão partidária. O Sr. Cunha Leal, porém, acrescenta – já sabia que seria vencido e que não poderia por isso ficar no partido; tendo-se aproveitado habilidosamente do ensejo, para fazer do seu caso uma questão pessoal¹⁵¹³”.

Mesmo com a saída de Cunha Leal e dos seus amigos do Congresso, as eleições para o Directório contaram pela primeira vez com a participação de duas listas, a chamada *Lista Oficial*, patrocinada pelo Directório e a chamada *Lista Neutra*, liderada por Afonso de Melo Pinto Veloso. Não conseguimos ainda perceber se foi de facto, uma eleição, ou um simulacro de eleição, para criar uma imagem de competitividade e de algum pluralismo dentro do partido. Seja como for, a *Lista Neutra* representava uma tentativa de ligação entre a linha do Directório e os elementos afectos a Cunha Leal que tinham abandonado o Congresso. Alguns elementos da *Lista Neutra* estavam incluídos na Lista que Cunha Leal iria apresentar na disputa pelo Directório, casos de António Vicente Ferreira, José Mendes Cabeçadas Júnior, José da Silva Ramos, Vasco Gonçalves Marques e Abílio Marques Mourão. Faziam parte da *Lista Neutra* alguns elementos que viriam a aderir à União Liberal Republicana: José Mendes Cabeçadas Júnior; José da Silva Ramos; Vasco Gonçalves Marques; Abílio Marques Mourão; Artur Brandão. A *Lista Oficial* venceu as eleições para o Directório do PRN com votações que oscilaram entre os 872 votos atribuídos a Júlio Dantas e 956 votos atribuídos a António Ginestal Machado (ver Quadro XV). A Lista Neutra teve votações que flutuaram entre os 424 votos atribuídos a Vasco Gonçalves Marques e os 522 votos atribuídos a José Mendes Cabeçadas Júnior. Saíram do Directório do PRN para ingressarem na ULR Francisco Pinto da Cunha Leal, Raul Lelo Portela e Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá, tendo entrado António Lobo de Aboim Inglês, Filomeno da Câmara Melo Cabral e João Tamagnini de Sousa Barbosa. Manteve-se um certo equilíbrio entre os membros que provinham do PRL e do PRRN, uma vez cada um destes antigos partidos colocou três elementos no Directório do PRN. Houve, no entanto, uma diminuição da componente que procedia do Partido Republicano Evolucionista, dado que apenas João Tamagnini de Sousa Barbosa teve uma passagem discreta neste partido. Pelo contrário, reforçou-se o peso daqueles que tinham militado na União Republicana (António Ginestal Machado, António Lobo de Aboim Inglês e Filomeno da Câmara Melo Cabral). Com a integração de João Tamagnini de Sousa Barbosa no Directório do PRN, entrava no órgão máximo do PRN uma personalidade que tinha tido um papel importante durante todo o período Sidonista e depois tinha liderado o Partido Nacional Republicano Presidencialista. A entrada de Filomeno da Câmara Melo Cabral para o Directório do PRN possibilitava convergências com o CCP, com a UIE, com a Causa Monárquica, com a Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e com

¹⁵¹¹ Cf., *O Rebate*, 10-3-1926, p. 2; *O Penafidense*, 23-3-1926, p. 1.

¹⁵¹² *A Tarde*, 8-3-1926, p. 3. Cf., *Diário de Lisboa*, 8-3-1926, p. 5.

¹⁵¹³ Custódio Maldonado de Freitas, *Diário de Lisboa*, 8-3-1926, p. 5.

elementos do nacionalismo militar golpista¹⁵¹⁴. Em termos profissionais, o Directório contava com três professores (dois do ensino superior e um do liceu), dois oficiais das forças armadas (um da marinha e um do exército), um juiz e um advogado. Em relação aos elementos substitutos saíram João Fiel Stockler (faleceu) e José da Silva Ramos (ingressou na ULR), tendo entrado José Feliciano da Costa Júnior e Joaquim Mendes do Amaral. Houve neste caso um claro reforço da linha «Sidonista» e dos elementos que tinham passado pelo Partido Nacional Republicano Presidencialista. Na Comissão Administrativa manteve-se a mesma equipa que vinha desde o 2.º Congresso do PRN realizado em 1924, conforme se pode verificar no Quadro XVI. Pelos dados disponíveis votaram cerca de 1500 congressistas, pelo que é plausível que tenham abandonado o Congresso mais de 500 delegados, devido à «questão Cunha Leal»¹⁵¹⁵. A imprensa especulou que incidente entre Cunha Leal e Adelino Mendes teria sido previamente preparado para neutralizar este líder, chegando mesmo a afirmar que seria uma cabala. Por outro lado, acentuaram que o PRN sofreu uma dolorosa amputação, perdendo alguns dos seus vultos mais importantes. Filomeno da Câmara, que se manteve no PRN, ascendendo ao Directório, acham mesmo que seria impossível chegar ao poder por via constitucional após o incidente “Cunha Leal”¹⁵¹⁶. Passados alguns dias, já com os ânimos mais calmos, outros nacionalistas criticaram o Directório e principalmente a ambição pessoal de Cunha Leal e de Pedro Pita pelo enfraquecimento do PRN¹⁵¹⁷.

Cunha Leal ao abandonar o Congresso nacionalista no dia 6 de Março levou consigo alguns dos seus amigos e colaboradores, mas foi apenas no dia 8 de Março, último dia do Congresso, quando a reconciliação parecia impossível, que algumas dezenas de congressistas abandonaram o ginásio do Liceu Camões e se dirigiram à Avenida da República, n.º 36, onde se situava a casa de Cunha Leal. Inicialmente pretendiam formar uma espécie de “Tribunal de Honra”, formado por personalidades “neutras” e prestigiadas, como António José de Almeida, para tentar ainda a reconciliação da família nacionalista¹⁵¹⁸. Por isso, cerca de meia centena de automóveis, conduzidos por antigos evolucionistas, dirigiram-se em caravana à casa do seu antigo líder. António José de Almeida ainda discursou de uma janela da sua casa dando-lhe ânimos, mas sua condição física impedia-o de tomar parte nesta nova etapa da República¹⁵¹⁹.

Os seguidores de Cunha Leal agendaram uma reunião no Teatro Nacional às duas da tarde do dia 8 de Março. Cunha Leal entrou na sala com trinta minutos de atraso, sendo esperado por uma assistência entusiasmada de cerca de 900 pessoas. João Estrela, representante de Olhão, que esperava o seu novo líder, ofereceu-lhe um ramo de

¹⁵¹⁴ Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 181-182.

¹⁵¹⁵ *A Época*, 8-3-1926, p. 1; *Democracia do Sul*, 9-3-1926, p. 1; *O Penafidense*, 23-3-1926, p. 1.

¹⁵¹⁶ *A Tarde*, 8-3-1926, p. 1.

¹⁵¹⁷ “O resultado final de termos consentido que nacionalistas de fresca data, como o são os Srs. Cunha Leal e Pedro Pitta, os promovessem logo à chegada, a dirigentes do Partido é o que se está vendo e o que se verá. Amor ao Partido, desejo do seu engrandecimento não têm e não tiveram nunca”. Na última cisão não se encontram razões de ordem política “ e as questões pessoais costumam resolver-se nos tribunais, em duelo ou até ao soco. Se contudo alguém entendesse apreciar ou acusar actos políticos e os acusados entendessem defender-se, ainda se compreende que o Congresso fizesse o papel de tribunal e resolvesse por meio de votação dar razão a uma das partes litigantes. Ora nada disto se fez; inclusivamente fugiu-se das votações. Provou-se que o partido tem sido monstruosamente mal dirigido, provou-se que a responsabilidades pertence ao Directório cujo mandato findou”, *O Penafidense*, 16-3-1926, p. 1.

¹⁵¹⁸ Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 348-354.

¹⁵¹⁹ Cunha Leal, *As minhas memórias*, vol. II, Lisboa, Edição do autor, 1967, pp. 452-453.

rosas. Cunha Leal começou a sua intervenção saudando várias personalidades, sendo de destacar o Presidente da República, Bernardino Machado, o anterior Presidente da República, António José de Almeida e dois históricos do republicanismo conservador, Brito Camacho e Jacinto Nunes. Este último estava ao lado de Cunha Leal e estaria na reunião se estivesse em Lisboa¹⁵²⁰. Desta reunião sairia a fundação de um novo organismo político denominado - União Liberal Republicana.

Quadro XV – Eleições para o Directório do PRN no IV Congresso

Lista Oficial		Lista Neutra	
<i>Candidatos Efectivos</i>	<i>Votos</i>	<i>Candidatos Efectivos</i>	<i>Votos</i>
António Ginestal Machado (<i>Presidente</i>)	946	Afonso de Melo Pinto Veloso	480
António Lobo de Aboim Inglês	898	Ladislau Pereira	474
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso	885	António Vicente Ferreira	506
Filomeno da Câmara Melo Cabral	928	José Mendes Cabeçadas Júnior	522
João Tamagnini de Sousa Barbosa	926	José da Silva Ramos	454
Júlio Dantas	872	Tomé José de Barros Queirós	489
Pedro Gois Pita (<i>Secretário</i>)	879	Vasco Gonçalves Marques	424
<i>Candidatos Substitutos</i>		<i>Candidatos Substitutos</i>	
Alberto Jordão Marques da Costa	911	Abílio Mourão	488
António Alves de Oliveira Júnior	918	Afonso Henriques do Prado Castro Lemos	495
Belchior de Figueiredo	915	Alfeu da Cruz	489
Joaquim Mendes do Amaral	910	António Pires Leitão	492
José Feliciano da Costa Júnior	898	Artur Brandão	487
José Marques Loureiro	912	Jaime Palma Mira	487
Manuel Soares de Melo e Simas	908	João Augusto Ferreira da Costa	487

Fontes: Espólio António Ginestal Machado, Agenda 1927, E55/1088; *A Época*, 8-3-1926, p. 1; *O Penafidense*, 23-3-1926, p. 1.

Quadro XVI - Comissão Administrativa do PRN após o IV Congresso

Nome	Efec./Subs.	Partidos
Benjamim Fernandes Neves Tavares	Efectivo	PRN
Jaime Pinto Serra	Efectivo	PRL; PRN
João Rodrigues	Efectivo	PRN
José Pais de Vasconcelos Abranches	Efectivo	Partido Progressista; PRP; PRL; PRN
Manuel Martins Cardoso	Efectivo	PRP; UR; PRL; PRN
Alfredo Soares	Substituto	PRL; PRN
Alípio Teixeira	Substituto	PRN

Fontes: Espólio António Ginestal Machado, Agenda 1927, E55/1088; *A Época*, 8-3-1926, p. 1; *O Penafidense*, 23-3-1926, p. 1.

Cunha Leal apresentou o programa do novo partido, que seria em muitos aspectos, um aperfeiçoamento do programa do PRN¹⁵²¹, com uma orientação

¹⁵²⁰ *A Tarde*, 8-3-1926, p. 1; *Diário de Lisboa*, 8-3-1926, p. 8.

¹⁵²¹ António Ginestal Machado tinha uma opinião contrária. António Ginestal Machado defendia que nada justificava esta cisão, uma vez que não havia uma nova doutrina, como houve aquando da formação da Esquerda Democrática, agora houve apenas “uma questão de personalidade”, *Diário de Lisboa*, 10-3-1926, p. 5.

conservadora¹⁵²², mas com uma prática política mais activa¹⁵²³. A União Liberal Republicana seguiria uma linha de oposição responsável, sem obstrucionismo e não enveredaria por derrubar governos levemente¹⁵²⁴. Posteriormente fez várias acusações contra alguns políticos que permaneceram no PRN. Os dois primeiros visados foram Filomeno da Câmara e Francisco Cruz que eram directores de companhias que foram subsidiadas pelo Banco Angola e Metrópole¹⁵²⁵. De seguida voltou-se para outros dois nacionalistas: “Eu acuso o sr. Pedro Pita de se haver conluiado com os esquerdistas. Fez isso de parceria com o sr. Maldonado de Freitas. Acuso-o disso. E o resultado viu-se: em vez de trazermos cinquenta deputados trouxemos trinta. Praticamente é assim¹⁵²⁶”. Outro dos oradores da tarde foi Jorge Augusto Botelho Moniz, que confidenciou ter sido sondado por amigos de João Tamagnini de Sousa Barbosa para dar a sua adesão à *Lista do Directório*, mas não quis avançar com uma atitude de cisão. No entanto, a atitude que alguns nacionalistas demonstraram contra Cunha Leal fê-lo tomar uma posição. Na sua opinião havia uma estratégia para afastar Cunha Leal do PRN. João Tamagnini de Sousa Barbosa e Pedro Pita terão mesmo afirmado que se Cunha Leal ficasse no partido sairiam eles. Jorge Augusto Botelho Moniz não compreendia por que motivo “homens que se dizem de direita não querem aceitar chefes”. Todos os organismos precisam “de uma cabeça e é por não haver chefes que o PRN nada tem feito”. Menos compreensível para Jorge Augusto Botelho Moniz era ainda a atitude do João Tamagnini de Sousa Barbosa, “antigo presidencialista, no seu combate à chefia do partido. E no entanto o PRN tem o chefe, mas um chefe que não manda, o sr. Ginestal Machado”¹⁵²⁷.

Depois desta sessão baptismal da União Liberal Republicana, era necessário reunir recursos e amigos políticos por todo país, a começar pelos deputados e senadores. O Partido Republicano Nacionalista perdeu cerca de um terço dos seus parlamentares, uma vez que aderiram onze deputados¹⁵²⁸ e três senadores¹⁵²⁹ nacionalistas à União

¹⁵²² Segundo Jorge Botelho Moniz a União Liberal Republicana iria promover a União Nacional e seria “norteada por princípios extremamente conservadores, afirmando corajosamente a necessidade de chefes capazes, e responsáveis, estabelecendo como dogma a hierarquia, - o novo partido marca da República um partido que bem alto apregoa um programa de ordem, de progresso e autoridade”¹⁵²². Há também uma clara defesa de maior reforço do poder e autoridade para o executivo e dos princípios corporativos. Jorge Botelho Moniz, “A Derrocada ...”, *A Noite*, 30-3-1926, p. 1.

¹⁵²³ Alguns anos mais tarde Cunha Leal analisou assim a fundação da União Liberal Republicana: “A «União Liberal Republicana» que se desprende do «Partido Republicano Nacionalista» por um fenómeno de cissiparidade”. [...] Dos adversários políticos do «Partido Democrático», o «Partido Nacionalista» estava carecido de vibração e entusiasmo e tudo indicava que deveria estar condenado, em futuro mais ou menos próximo, se não ao desaparecimento, ao menos a um definhamento considerável. A «Esquerda Democrática» e a «União Liberal Republicana» pretendiam entalar entre si, na escala ideológica, O «Partido Democrático» e engrandecer-se a si e diminuir o volume do seu concorrente à custa da doutrinação e arregimentação, respectivamente, dos elementos avançados e conservadores do país. [...] A reacção espontânea do País contra a impotência governativa do «Partido Democrático» e contra a sua situação privilegiada de partido único de facto, acabou por descambar na instauração de um regime político que instituiu como princípios fundamentais, a existência, *de jure* dum Partido Único, a União Nacional”, Cunha Leal, *Vida Mundial*, 20-09-1947, cit in Cunha Leal, *Textos Antológicos de Cunha Leal*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p. 170.

¹⁵²⁴ Ver o desenvolvimento desta temática na apresentação da União Liberal Republicana na Câmara dos Deputados, Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-03-1926, pp. 12-15.

¹⁵²⁵ *O Rebate*, 9-3-1926, p. 2.

¹⁵²⁶ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 8-3-1926, p. 8.

¹⁵²⁷ *A Tarde*, 8-3-1926, p. 3.

¹⁵²⁸ Antigos deputados nacionalistas que aderiram à ULR: Albino Soares Pinto dos Reis Júnior; Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá; Artur Brandão; Custódio Lopes de Castro; Domingos Augusto Reis Costa; Jorge de Vasconcelos Nunes; Francisco Pinto da Cunha Leal; João de Ornelas e Silva; José de Vasconcelos de Sousa e Nápoles; José Novais de Carvalho Soares de Medeiros; Raul Lelo

Liberal Republicana. O grupo parlamentar da ULR ficou ainda reforçado com o deputado independente, António Pinto dos Santos de Meireles Coutinho Barriga, que se juntou a este novo partido. Alguns parlamentares ainda ponderaram durante algum tempo para que lado deviam cair. O deputado João Raimundo Alves acabou por ficar no PRN depois de ouvir as comissões políticas do círculo de Vila Franca de Xira¹⁵³⁰. Augusto Vasconcelos Correia, líder do PRN no Senado, abandonou este cargo a 7 de Abril de 1926 para estabelecer negociações entre o PRN e a ULR no sentido de uma futura reconciliação, uma vez que reconhecia como prejudicial o extremo fraccionamento nos partidos políticos portugueses¹⁵³¹.

Aderiram à União Liberal Republicana outros influentes membros do Partido Republicano Nacionalista de todo o país¹⁵³². Alguns republicanos conservadores que tinham estado afastados da política durante algum tempo também passaram a apoiar o partido liderado por Cunha Leal¹⁵³³, bem como algumas individualidades que não militavam na política partidária nesse período¹⁵³⁴. Em relação aos antigos presidencialistas que tinham ingressado no Partido Republicano Nacionalista, houve, aparentemente, uma divisão no seu percurso. Jorge Augusto Botelho Moniz¹⁵³⁵, Teófilo Duarte, Eurico Máximo Cameira Coelho e Sousa¹⁵³⁶, Bernardino Ferreira, João Henriques Pinheiro e José de Lagrange e Silva aderiram à União Liberal Republicana, enquanto João Tamagnini de Sousa Barbosa, José Feliciano da Costa Júnior, Joaquim Mendes [da Costa] do Amaral, João Baptista de Araújo, José Alberto da Silva Basto, Manuel Pires Vaz Bravo Júnior, António Luís da Costa Metelo Júnior, Eduardo Fialho da Silva Sarmiento, Albano Augusto Nogueira de Sousa e António Martins de Andrade Velez permaneceram no PRN¹⁵³⁷.

Portela. Jorge de Vasconcelos Nunes e José Novais de Carvalho Soares de Medeiros não integraram imediatamente o Grupo Parlamentar da União Liberal Republicana, uma vez que “estão consultando os seus eleitores para lhes pedirem os aconselhem sobre o impulso do seu coração”, Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 10-03-1926, p. 13. Jorge de Vasconcelos Nunes viria a integrar o grupo parlamentar da União Liberal Republicana a partir do dia 26 de Março, cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-3-1926, p. 10.

¹⁵²⁹ Antigos senadores nacionalistas que aderiram à ULR: Alfredo Narciso Marçal Martins Portugal; José Joaquim Fernandes de Almeida; Vasco Gonçalves Marques.

¹⁵³⁰ *Diário de Lisboa*, 18-3-1926, p. 8.

¹⁵³¹ *Diário do Senado*, 7-4-1926, pp. 5-8; Cf., *A Noite*, 21-3-1926, p. 1. Em Coimbra ainda se constituiu uma comissão para tentar unir as duas facções desavindas, *O Figueirense*, 18-3-1926, p. 2.

¹⁵³² Destacados membros do PRN que aderiram à ULR: José Jacinto Nunes; José Mendes Cabeçadas Júnior, Constâncio de Oliveira; António Marques das Neves Mantas; João de Sousa Uva; José da Silva Ramos; João Cardoso Moniz Bacelar; Abílio Marques Mourão; José Carvalho dos Santos; Mário de Magalhães Infante; Lúcio de Campos Martins; João Vitorino Mealha; Hermano José de Medeiros; David Augusto Rodrigues; Leão Magno Azedo; António Aresta Branco; Zacarias Gomes de Lima; Fernando Pais Teles de Ultra Machado; Pedro Sanches Navarro; João Henriques Pinheiro; António Carlos Ribeiro da Silva.

¹⁵³³ Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa e Estêvão da Cunha Pimentel.

¹⁵³⁴ Alberto da Rocha Saraiva, José Miguel Lamartine Prazeres da Costa, Alberto David Branquinho e João Joaquim André de Freitas.

¹⁵³⁵ Vários antigos presidencialistas, como Eurico Máximo Cameira Coelho e Sousa e Jorge Augusto Botelho Moniz, que tinham ingressado no PRN e que acompanharam Cunha Leal, foram eliminados de sócios do Centro Sidónio Pais, que se manteve ao lado do directório nacionalistas, Cf., *O Figueirense*, 11-3-1926, p. 2.

¹⁵³⁶ Veja-se a carta enviada por Eurico Máximo Cameira Coelho e Sousa a António Ginestal Machado, *A Tarde*, 8-3-1926, p. 1.

¹⁵³⁷ Sobre a adesão destes políticos à União Liberal Republicana veja-se: *A Noite*, entre Março e Maio de 1926; *Diário de Lisboa*, 8-3-1926, p. 8; *idem*, 9-3-1926, pp. 1 e 8; *idem*, 10-3-1926, pp. 5 e 8; *idem*, 18-3-1926, p. 8; *idem*, 30-3-1926, p. 8; *O Rebate*, 11-3-1926, p. 2; *idem*, 13-3-1926, p. 2; *Diário do Senado*, 10-3-1926, pp. 5-8; Ricardo Leite Pinto, “União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. (Um partido político na transição da I República para o salazarismo)”, *Polis*, Revista de Estudos Jurídicos-Políticos,

A nível local houve imediatamente uma intensa luta política pelo controlo do maior número possível de estruturas partidárias e de notáveis¹⁵³⁸. Seguiram imediatamente Cunha Leal as comissões políticas de Chaves¹⁵³⁹, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Cabeceiras de Basto¹⁵⁴⁰, Vila Real, Vila Nova de Gaia, Coimbra¹⁵⁴¹, Castelo Branco, Guarda¹⁵⁴². Nos Açores, Madeira e Algarve uma boa parte das estruturas do PRN aderiram à União Liberal Republicana¹⁵⁴³. Nalguns locais ocorreu uma disputa enérgica, tendo havido uma divisão, casos de Penafiel¹⁵⁴⁴ e de Braga. Neste último concelho a comissão concelhia do PRN ramificou-se, tendo uma parte acompanhado Cunha Leal e outra parte continuado com o PRN¹⁵⁴⁵. Em Braga a luta por conseguir o maior número de correligionários e de comissões políticas foi muito dura, tendo-se deslocado à região por parte do PRN, Melo Vieira e Freitas Monteiro e posteriormente António Ginestal Machado e Filomeno da Câmara¹⁵⁴⁶. Pela União

N.º 4/5, Julho - Dezembro, 1995, pp. 131-260; Luís Farinha, Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970), tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 353- 372.

¹⁵³⁸ No Espólio de Bernardo Ferreira de Matos (em posse da família) existem inúmeras cartas dando conta dos contactos estabelecidos para angariar o maior número possível de influentes locais para a União Liberal Republicana.

¹⁵³⁹ *A Tarde*, 8-3-1926, p. 1.

¹⁵⁴⁰ *Distrito de Braga*, 17-4-1926, p. 1.

¹⁵⁴¹ A rotura liderada por Cunha Leal provocou uma perda de influência do PRN em Coimbra. Veja-se uma carta enviada por um nacionalista para o presidente do PRN, António Ginestal Machado: “Eu tinha pressentido a cisão há muito tempo. A atitude do João Bacelar, deixando de se interessar pela sua candidatura, as conversas havidas entre ele e o Cunha Leal, o entusiasmo entre os dois e o Cunha Matos, [...] e numa reunião realizada antes do congresso, em que ele pretendeu que nós fixássemos, desde logo, a nossa posição. [...] A cisão teve o grave inconveniente de dividir as forças conservadoras desmoralizando a estabilidade política dentro da República: Os democráticos continuarão a viver mais algum tempo da falta de coesão dos conservadores, que são a grande maioria, mas cuja inércia é apavorante”. Em Coimbra ficamos “sem vantagem para nós, nem para eles. [...] eles terão um deputado apoiando-se em outros grupos [...]. O Rocha Manso ficou connosco. Connosco ficaram também alguns valores eleitorais de importância neste concelho [enumeração dos que aderiram à cisão e os que ficaram no PRN]. Aqui na cidade foram com a cisão alguns elementos de valor. Coimbra, 3-5-1926. Francisco Fernando [?]”. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/642.

¹⁵⁴² *Distrito da Guarda*, 21-3-1926, p. 1.

¹⁵⁴³ Luís Farinha identificou as cinco principais regiões onde a ULR se implantou: “o Minho e a cidade de Braga à cabeça, logo seguido pelo Algarve (de Sotavento a Barlavento), o Baixo Alentejo (Beja, Moura...), Lisboa e zona Oeste (Torres Vedras, Azambuja, Alenquer...) Coimbra (Condeixa, Tábua, Soure...). Com menor implantação assinalem-se Santarém, Guarda e Nova Goa”, Luís Farinha, Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970), tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 354. Cf. Ricardo Leite Pinto, “União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. (Um partido político na transição da I República para o salazarismo)”, *Polis*, Revista de Estudos Jurídicos-Políticos, N.º 4/5, Julho - Dezembro, 1995, p. 191.

¹⁵⁴⁴ Cf., *O Penafidense*, 23-3-1926, p. 1.

¹⁵⁴⁵ *A Noite*, 23-3-1926, p. 3; *Diário do Minho*, 23-3-1926, p. 1.

¹⁵⁴⁶ Segundo Afonso de Miranda, Freitas Monteiro e Melo Vieira foram encarregues de virem a Braga para reunirem com as estruturas locais do PRN. No entanto, entendia “que aquela missão nada dá de proveito para o partido, pois julgo indispensável e urgente a vinda de alguém do Directório, e a pessoa de V. Ex.^a é a mais indicada para o efeito. Tenho a maior consideração por aqueles amigos mas a sua influência aqui não é bastante para tais démarches”. Do lado da União Liberal Republicana, Artur Brandão já tinha chegado a Braga e começou a reunir com algumas pessoas em sua casa e em Abril estava previsto a visita de Cunha Leal. “Impõe-se, pois, a vinda de alguém antes, pois seria ocasião para algumas adesões com que contamos”. Poderia vir Filomeno da Câmara ou outro membro do Directório a acompanhar António Ginestal Machado. O Dr. Belchior de Figueiredo também queria vir, mas se aparecer por cá “não adianta nem atrasa”. E se “viesse só, atrasaria...”. Carta de Afonso de Miranda para António Ginestal Machado, datada em Braga em 18-3-1926, Espólio António Ginestal Machado,

Liberal Republicana apresentou-se Artur Brandão, tendo feito várias visitas a cafés e almoçado com diversos políticos locais para estabelecimento de contactos¹⁵⁴⁷. A União Liberal Republicana passou a contar em Braga com o apoio do *Diário do Minho*, pelo que os nacionalistas responderam com a fundação do jornal *A Justiça* e com a adesão de alguns influentes eleitorais, como o Dr. Joaquim de Oliveira¹⁵⁴⁸.

Alguns centros políticos afectos ao partido Republicano Nacionalista aderiram à cisão empreendida por Cunha Leal, casos do Centro Republicano Cunha Leal de Olhão¹⁵⁴⁹, Centro Republicano Jacinto Nunes de Lisboa, Centro Dr. Lopes Coelho de Penafiel¹⁵⁵⁰ e Centro Republicano Dr. Aresta Branco de Beja. Neste último centro, após um escrutínio, a maioria votou pela saída do PRN e pela adesão do centro à ULR. Elegeu-se ainda uma nova direcção do Centro Republicano Dr. Aresta Branco, agora afecto à ULR¹⁵⁵¹.

Na imprensa também houve alguns periódicos nacionalistas que passaram para as cores da União Liberal Republicana, como o *Distrito da Guarda*¹⁵⁵², *O Bejense*¹⁵⁵³, *A Opinião*¹⁵⁵⁴ (Oliveira de Azeméis), *A Verdade* (Barcelos) e a *Gazeta de Cantanhede*¹⁵⁵⁵. A União Liberal Republicana passou a contar com outros periódicos, como o *Diário do Minho* (Braga), *A Folha do Sul* (Montemor-o-Novo), *Notícias de Luanda* e conseguiu fundar um novo jornal de âmbito nacional, *A Noite*, estabelecido nas antigas instalações d'*A Lucta*, iniciativa que o Partido Republicano Nacionalista andava a tentar há vários anos sem sucesso. Em Maio de 1926 o PRN já só contava com o apoio de 9 jornais oficiais e oficiosos, quando em Dezembro de 1925 ainda contava com o apoio de 14 (ver Mapa VI). A partilha do edifício d'*A Lucta*, criou alguns problemas entre as duas facções. Os democráticos relataram com alguma graça que os membros do PRN procuram o Dr. Brito Camacho para saberem se podiam continuar no edifício d'*A Lucta* e este terá respondido que “as salas da frente eram para os Lealistas e as da retaguarda que ficam perto do W.C. eram para os nacionalistas”¹⁵⁵⁶. Alguns dos serviços do PRN acabaram por ser transferidos para o Centro Sidónio Pais¹⁵⁵⁷.

Cunha Leal e outros dirigentes da União Liberal Republicana iniciaram, então, uma longa campanha partidária de norte a sul do país¹⁵⁵⁸, tendo havido incidentes nalguns locais¹⁵⁵⁹.

Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/948. Num telegrama enviado posteriormente confirma-se a deslocação de António Ginestal Machado a Braga. Quanto ao embate com as forças locais da União Liberal Republicana informava o seguinte: “Um telegrama da Comissão Municipal de Terras de Bouro a desligar-se do Partido não tem importância nenhuma e eu, secretamente anui, pois se trata de gente que estando na dependência pessoal do Brandão e não sendo capaz de se manifestar contra mim, combinou-se esse expediente para satisfazer o homem e ele assim não tirar vinganças. De resto, afirmo, ninguém daquele concelho seguirá a cisão”. Telegrama de Afonso de Miranda para António Ginestal Machado, datado em Braga em 26-3-1926, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/949.

¹⁵⁴⁷ *Diário do Minho*, 23-3-1926, p. 1.

¹⁵⁴⁸ *O Debate*, 18-4-1926, p. 1

¹⁵⁴⁹ *A Noite*, 24-4-1926, p. 1.

¹⁵⁵⁰ Cf., *O Penafidense*, 23-3-1926, p. 1.

¹⁵⁵¹ *A Noite*, 18-3-1926, p. 4; *idem*, 23-3-1926, p. 3.

¹⁵⁵² *Distrito da Guarda*, 21-3-1926, p. 1.

¹⁵⁵³ *O Bejense*, 11-3-1925, p. 1.

¹⁵⁵⁴ *A Opinião*, 13-3-1926, p. 1.

¹⁵⁵⁵ *Gazeta de Cantanhede*, 24-4-1926, p. 1.

¹⁵⁵⁶ *O Rebate*, 13, 3, 1926, p. 2.

¹⁵⁵⁷ *O Rebate*, 11-3-1926, p. 1.

¹⁵⁵⁸ Pode-se seguir esta campanha nas páginas d'*A Noite* entre Março e Maio de 1926. Cf., Ricardo Leite Pinto, “União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. (Um partido político na transição da I República para o salazarismo)”, *Polis*, Revista de Estudos Jurídicos-Políticos, N.º 4/5, Julho - Dezembro, 1995, pp.

A elite nacionalista de Évora criticou Cunha Leal por querer transformar-se no chefe incontestado do Partido, não querendo repartir o poder com outros elementos do Directório. A *Democracia do Sul* criticou esta pretensão¹⁵⁶⁰ e reafirmou a unidade do Partido Republicano Nacionalista de Évora no apoio ao Directório¹⁵⁶¹.

O Directório do PRN tentou reagir à criação da ULR, planeando criar um jornal com projecção nacional, tendo escolhido Heitor Passos para redactor principal do mesmo. Equacionou ainda substituir Tomé de Barros Queirós da liderança da Câmara

131-260; Luís Farinha, Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970), tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 353- 372.

¹⁵⁵⁹ No dia 29 de Abril de 1926, a cidade alentejana de Moura, preparava-se para receber, com “pompa e circunstância”, o dirigente da União Liberal Republicana, Francisco Pinto Cunha Leal. Porém, dois músicos da Sociedade Filarmónica União Mourense recusaram-se tocar na recepção e o regente Joel Carraça, com alguma complacência, dispensou-os do acto. Porém, a direcção da filarmónica criticou duramente o regente e os dois músicos ausentes. A direcção não contava que a maioria dos restantes músicos se solidarizasse com os seus colegas. Assim sendo, o regente Joel Carraça e 27 executantes abandonaram esta banda para formar o Centro Recreativo Amadores de Música, conhecidos a partir de aí pelos “leões”, devido ao seu acto de bravura. A Sociedade Filarmónica União Mourense teve de reorganizar a sua actividade a partir dos cinco músicos restantes e a 1 de Maio de 1927 a Banda saiu à rua, recebendo da população a alcunha de “Amarelos”. Ainda hoje a relação destas bandas é pautada por uma certa rivalidade, embora esteja mais atenuada. Cf., Maria do Carmo Piçarra, “Guerra das bandas”, <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/domingo/a-guerra-das-bandas>

¹⁵⁶⁰ “O desgraçado incidente que ocorreu no congresso deixou-nos a mais desolada impressão; mas, em boa verdade, ele foi como que a resultante lógica da louca se não insultuosa pretensão de reduzir o Partido à condição dum rebanho que cegamente obedecesse ao cajado do maioral. Tal como as rãs da fábula, havia quem pedisse um chefe. Ora, admitindo como republicano um tal desejo, um chefe não se decreta: impõe-se por si mesmo e para que tenha o direito de julgar-se como tal, há de ser bastante talentoso para exercer tais funções sem que nunca invoque a sua qualidade de chefe, não sobrepondo nunca a sua inteligência à inteligência daqueles que conduz pelos caminhos ínvios da política. Antes de mais e acima de tudo, terá que atender os correligionários, sacrificar-lhes tempo e comodidades e até situações, realizando assim a conquista das almas. Mas um Partido Republicano com a estrutura do nosso não pode, não deve ter um chefe ostensivo, decretado por um congresso, mas tão somente a chefia dum núcleo de homens, dos mais competentes e dos mais inteligentes, que entre si consertem e assentem na orientação a seguir. Esta a boa doutrina republicana que não deixaremos de afirmar e defender, afirmando e defendendo o velho e consagrado princípio de que mais vêem dois olhos do que um só. O contrário seria reconhecer como bom o sistema monárquico, ou seja a sujeição de muitas almas e de muitas vontades, à vontade suprema do rei, que só o é por ter sido gerado no ventre duma mulher que de rainha se inculca. A condição de ilota não nos sorri nem tenta a nossa inteligência, de cuja independência não estamos dispostos a abdicar. Se há quem, com ares superiores pense o contrário, farejando em tal sistema a satisfação fácil de ambições desmedidas, que bom proveito lhe faça. Não contará, porém, com a nossa convivência ou com o assentimento do nosso silêncio.” (Roma Pinto, “Nunca!”, *Democracia do Sul*, 9 de Março de 1926, p. 1-2). Cf., *Democracia do Sul*, 10-03-1926, p. 1; *idem*, 12-03-1926, p. 1; *idem*, 13-03-1926, p. 1; *idem*, 14-03-1926, pp. 1-2.

¹⁵⁶¹ A *Democracia do Sul* publicou em destaque na primeira página a seguinte afirmação: “Os Republicanos de Évora permanecem fiéis ao seu partido e alheios à dissidência”. O Partido Republicano Nacionalista de Évora reunido em Assembleia Geral decidiu continuar firme no seu posto, “fiel aos princípios do seu programa”. Foi referido que em Évora a cisão “apenas conseguiu desgostar alguns dedicados servidores do partido, mas não deu lugar a defecções. Antes pelo contrário veio radicar no ânimo dos nacionalistas de Évora a convicção de que é preciso trabalhar afincadamente, congregando esforços e vontades no sentido de se alcançar o almejado fim: a dignificação da República pela adopção de processos absolutamente honestos na administração do Estado. Da assembleia de Sábado resultou o conhecimento de que a disciplina é perfeita entre os nacionalistas de Évora, que não estão dispostos a prestar culto ao personalismo nem a deixar-se arrebatar por atitudes que terão muito de teatral mas pouco ou nada de razoável. Assim pois, unidos se contam e unidos continuaram a servir o País e a República”. (*Democracia do Sul*, 16-03-1926, p. 1). Nessa Assembleia Geral foi enviado um telegrama dirigido ao Directório do Partido Nacionalista, com a seguinte mensagem: “Assembleia Geral Centro Nacionalista Évora aprovou unanimidade saudação Ex.º Directório fazendo votos engrandecimento partido. - Rosado”. (*Democracia do Sul*, 16-03-1926, p. 4).

dos Deputados, devido ao agravamento do seu estado de saúde¹⁵⁶². No entanto, nenhum dos projectos foi concretizado a curto prazo. Um órgão de informação nacionalista concluiu que a cisão tinha produzido efeitos diminutos, pois constatava que “a grande maioria dos influentes eleitorais da província estão ao lado do Directório do Partido”¹⁵⁶³. O PRN continuava com preponderância em Tomar, Bragança, Santarém, Viseu, Lamego, Alcobaça e Évora¹⁵⁶⁴, mas perdeu apoio noutras regiões, conforme referimos anteriormente. Para tentar superar este enfraquecimento os nacionalistas fizeram várias sessões de propaganda na província durante o mês de Abril, como forma de reacção à intensa acção de Cunha Leal e da ULR. António Ginestal Machado, Filomeno da Câmara, Aboim Inglês, João Tamagnini de Sousa Barbosa e Pedro Pita realizaram uma secção de propaganda no Teatro Sá da Bandeira em Santarém. No Ateneu Comercial do Porto estiveram Filomeno da Câmara e Aboim Inglês. Em Braga estiveram António Ginestal Machado e Filomeno da Câmara e em Leiria Júlio Dantas¹⁵⁶⁵. Estiveram agendadas outras sessões para Maio em Évora e Beja. Durante o início do mês de Maio Júlio Dantas fez uma conferência no Centro Nacionalista do Calhariz sobre “A Dívida da Guerra e o Plano Dawes”¹⁵⁶⁶. Na Madeira a maioria dos nacionalistas passou-se com o líder regional, Vasco Marques, para a União Liberal Republicana¹⁵⁶⁷, ficando assim o PRN, sem qualquer organização no arquipélago¹⁵⁶⁸. Por isso, Pedro Pita deslocou-se no mês de Abril à Madeira para liderar o recobro dos nacionalistas e para dar duas conferências no Teatro Dr. Manuel de Arriaga. Pedro Pita teve de angariar gente nova, sem experiência política para fazerem parte dos novos quadros locais do PRN, uma vez que todos os políticos activos já tinham partido. No dia 18 de Abril realizou-se uma reunião no Funchal para angariar novos correligionários e para reorganizar o PRN no Distrito¹⁵⁶⁹ e no dia 20 de Abril realizou-se um jantar de homenagem e de despedido a Pedro Pita no Monte Palace Hotel, a que compareceram cerca de 60 convivas¹⁵⁷⁰. Pedro Pita conseguiu criar uma nova organização minimalista, composta por uma comissão distrital, concelhia e paroquial no Funchal e com a criação das comissões municipais da Calheta, S. Vicente, Ponta do Sol, Santa Cruz e Câmara de Lobos¹⁵⁷¹.

A cisão provocada pelo aparecimento da União Liberal Republicana foi um rude golpe para o Partido Republicano Nacionalista. Os nacionalistas perderam cerca de um terço dos parlamentares e um número ainda não contabilizado, mas significativo, de influentes, apoiantes e comissões políticas. A estratégia convergente do republicanismo conservador perdia fulgor face ao fraccionalismo, característica fundamental dos partidos políticos portugueses nos anos vinte.

¹⁵⁶² *Diário de Lisboa*, 19-3-1926, p. 8.

¹⁵⁶³ *O Figueirense*, 14-3-1926, p. 1.

¹⁵⁶⁴ *Diário de Lisboa*, 9-3-1926, p. 8.

¹⁵⁶⁵ Cf., *Correio da Extremadura*, 3-4-1926, p. 1.

¹⁵⁶⁶ Cf., *Correio da Extremadura*, 8-5-1926, p. 2.

¹⁵⁶⁷ “Passaram-se quase todos, ou quase todos aqueles que na Madeira se acolhiam sob a bandeira do Partido nacionalista, em virtude do seu chefe nesta ilha, Sr. Dr. Vasco Marques, não abandonar aquele político [Cunha Leal], ingressando assim na facção partidária organizada por esse prestigioso parlamentar”, *Diário da Madeira*, 18-4-1926, p. 1.

¹⁵⁶⁸ “Parecia a toda a gente ser impossível encontrar na Madeira elementos para a formação de mais um agrupamento político, porque de facto o Partido Nacionalista havia desaparecido entre nós”, *Diário da Madeira*, 18-4-1926, p. 1.

¹⁵⁶⁹ A reunião decorreu na travessa do forno, n.º 18, cf., *Diário da Madeira*, 17-4-1926, p. 2.

¹⁵⁷⁰ *Diário da Madeira*, 18-4-1926, p. 1.

¹⁵⁷¹ *Diário da Madeira*, 20-4-1926, p. 1.

27. A fase final da I República: os presos sociais e a «questão dos tabacos»

O aparecimento da União Liberal Republicana deixou o Partido Republicano Nacionalista mais limitado na sua acção no Congresso. No debate sobre os presos sociais, da iniciativa de José Domingues dos Santos, o líder da Esquerda Democrática defendia alguma compreensão para estes criminosos e acentuava as ilicitudes mantidas pelas autoridades que fizeram deportações para as colónias sem julgamento e prisões sem culpa formada. Foi Cunha Leal que acabou por fazer a defesa mais veemente da perspectiva conservadora, defendendo a necessidade de serem efectuados julgamentos céleres e justos, mas sem contemplos face aos bombistas e assassinos¹⁵⁷². Pedro Pita também interveio neste debate. A sua perspectiva dual, de crítica ao governo pela sua ineficácia no combate ao crime, e alguma compreensão pelas prisões e deportações não vingou no Parlamento¹⁵⁷³, sendo a moção do Partido Republicano Nacionalista rejeitada¹⁵⁷⁴.

O grande debate durante estes meses centrou-se na discussão do novo regime dos tabacos, para além da discussão dos orçamentos, que novamente se eternizou¹⁵⁷⁵. O contrato exclusivo de importação, de fabrico e comercialização de tabaco pertencia à «Companhia dos Tabacos de Portugal» e terminava a 30 de Abril de 1926. Como a Câmara transacta não tinha tomado qualquer resolução sobre o assunto era necessário que o Congresso definisse as condições de importação, fabrico e comercialização de tabaco, das suas relações com o Estado e as modalidades fundamentais do seu funcionamento. Esta actividade económica representava uma receita fundamental para o Estado, num período de grande aperto orçamental. O debate principal iniciou-se com a leitura do parecer sobre o regime dos tabacos apresentado pela comissão de comércio e indústria. Tinha sido enviada a esta comissão para estudo a proposta de Lei n.º 38-A da autoria do Ministro das Finanças, Armando Marques Guedes, regulando o novo regime de fabrico e comércio de tabacos no continente da República a partir de 1 de Maio de 1926. Foi também analisada a proposta de Lei n.º 842-A, da iniciativa do então Ministro das Finanças, Pestana Júnior, cuja iniciativa foi renovada nesta sessão legislativa pelo grupo parlamentar da Esquerda Democrática¹⁵⁷⁶. Fundamentalmente havia quatro possibilidades: manter um contrato monopolista nas mãos de um grupo económico (até aí tinha sido o grupo Burnay); passar para o regime de liberdade, no qual vários grupos económicos tinham interesse, como por exemplo Alfredo a Silva; exploração dos tabacos em co-régie; monopólio do Estado ou régie, cujas vantagens económicas para o país muitos defendiam (Armando Marques Guedes, Ministro das Finanças e Quirino de Jesus, entre outros). A régie traria uma vantagem ao PRP pela influência e a

¹⁵⁷² *Diário da Câmara dos Deputados*, 17-3-1926 a 26-3-1926. Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 362-365; António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 292-294.

¹⁵⁷³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-3-1926, pp. 10-11.

¹⁵⁷⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 26-3-1926, p. 23.

¹⁵⁷⁵ Cf., Ana Bela Nunes, “Os Debates Orçamentais durante a Primeira República” in Nuno Valério (Coord.), *Os Orçamentos no Parlamento Português*, Lisboa, Dom Quixote / Assembleia da República, 2006, pp. 121-159.

¹⁵⁷⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-4-1926, pp. 11-82.

possibilidades de distribuir empregos e subcontratos e potenciava as oportunidades de corrupção e fraude, pelo que a oposição estava maioritariamente contra esta possibilidade. A comissão de comércio e indústria da Câmara dos Deputados, dominada por membros do PRP, defendeu a proposta do Ministro das Finanças Armando Marques Guedes que previa a constituição de uma régie. Os nacionalistas Francisco Cruz e António Aboim Inglês votaram contra o relatório exposto, tendo António Aboim Inglês apresentado uma declaração de voto, onde expunha os argumentos de uma proposta alternativa. Esta proposta passava pela liberdade de comércio do tabaco e pelo fabrico condicionado a duas empresas arrendatárias¹⁵⁷⁷.

Armando Marques Guedes, Ministro das Finanças, manifestou o repúdio pela renovação do monopólio privado e defendeu a adopção da régie, pois desde 1905 que o PRP vinha defendendo que a “liberdade de indústria dos tabacos e dos fósforos era inviável, porque, decretada ela, ficavam as companhias exploradoras senhoras do mercado”¹⁵⁷⁸. Porém, vários membros do PRP manifestaram ser favoráveis ao regime livre, como Domingos Pereira, Manuel Serras, Paiva Gomes, Amaral Reis e Joaquim Ribeiro, contrariando a posição do governo e do Directório do PRP que defendia a régie. Não foi possível chegar a entendimento absoluto no grupo parlamentar democrático sobre esta matéria, embora este tivesse decidido defender a régie¹⁵⁷⁹. O presidente do ministério, António Maria da Silva, sintetizou a posição do PRP e do governo: “teoricamente eu sou pelo regime livre. Mas, em presença de circunstâncias e do que a prática está patenteando, inclino-me para a Régie”¹⁵⁸⁰. Ramada Curto, socialista, defendia a régie, uma vez que “o Estado é, ainda o melhor patrão”¹⁵⁸¹. Já Álvaro de Castro considerava que a régie era “a exploração do Estado e do monopólio em favor do partido político dominante. [...] Em regime livre as receitas aumentam progressivamente. [...] A régie que já dera as suas provas e fora repudiada em 1864, foi mais uma vez posta de parte. Mas então enveredamos pelo regime de exclusivo, nas condições deploráveis que todos conhecem e que a Monarquia nos legou. [...] O regime livre impõe-se, em nome da defesa dos interesses colectivos e em nome da opinião pública que reclamam a prática e a execução dos sãos princípios democráticos”¹⁵⁸². José Domingues dos Santos defendeu a liberdade na questão dos tabacos, uma vez que “a administração do Estado tem sido sempre ruínosa. Não há dentro dos serviços públicos qualquer exemplo que permita confiar na «Régie»”¹⁵⁸³. A União dos Interesses Económicos, por intermédio de Nunes Mexia, repudiou a régie e defendeu a liberdade de comércio¹⁵⁸⁴. Cunha Leal criticava a «régie» e o monopólio, defendendo o sistema de liberdade. No entanto, não concordava com os sistemas já apresentados por Pestana Júnior e Aboim Inglês. Em relação ao primeiro discordava porque embora estabelecesse a liberdade de fabrico, implicava o monopólio da venda do tabaco nacional. O segundo

¹⁵⁷⁷ António Lobo de Aboim Inglês, *Diário da Câmara dos Deputados*, 8-4-1926, pp. 30-33. Cf., *Diário de Lisboa*, 30-3-1927, p. 5; *idem*, 3-5-1926, p. 8; *Diário da Câmara dos Deputados*, 12-4-1926, pp. 19-32.

¹⁵⁷⁸ Armando Marques Guedes, *Diário de Lisboa*, 9-2-1926, p. 1. Cf., Armando Marques Guedes, *Cinco meses no governo*, Porto, Livraria Chardron, 1926, pp. 151-251; Armando Marques Guedes, *Páginas do meu diário*, Lisboa, Enciclopédia, 1957, pp. 228-237.

¹⁵⁷⁹ *Diário de Lisboa*, 10-2-1926, p. 1; *idem*, 12-2-1926, p. 1; *idem*, 13-2-1926, p. 8; *idem*, 18-2-1926, p. 5; *idem*, 10-4-1926, p. 5.

¹⁵⁸⁰ António Maria da Silva, *Diário de Lisboa*, 20-2-1926, p. 1. Cf., declarações de António Maria da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-4-1926, pp. 12-14; *O Rebate*, 11-5-1923, p. 1.

¹⁵⁸¹ Ramada Curto, *Diário de Lisboa*, 17-5-1926, p. 5.

¹⁵⁸² Álvaro de Castro, *Diário de Lisboa*, 23-2-1926, p. 5. Cf., declarações de Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-4-1926, pp. 16-17.

¹⁵⁸³ José Domingues dos Santos, *Diário de Lisboa*, 7-5-1926, p. 8.

¹⁵⁸⁴ Nunes Mexia, *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-4-1926, pp. 10-12.

estabelecia exactamente o contrário¹⁵⁸⁵. Porém, outro deputado do seu grupo parlamentar tinha uma opinião diferente. Jorge Nunes defendia o monopólio dos tabacos, uma vez que “é o mais prático” e o que “produz o máximo de rendimentos e beneficios”. Já a régie “é o pior de todos os sistemas. O estatismo falhou por toda a parte”¹⁵⁸⁶.

Com posições tão divergentes a discussão prolongou-se por várias semanas, pelo que o fim do contrato aproximava-se sem que o Parlamento tivesse votado uma alternativa. O Ministro das Finanças teve de apresentar no dia 20 de Abril uma proposta de lei provisória sobre a indústria e comércio de tabaco, que estaria em vigor até que fosse votado o novo regimento pelo Parlamento. Esta proposta era, na prática, a transição para o sistema de régie, nomeando o governo uma comissão administrativa provisória. Apenas o grupo parlamentar democrático e os socialistas acompanharam a proposta, colocando-se as restantes bancadas contra, pela rapidez com que tinham de decidir e por não concordarem com o regime transitório em régie¹⁵⁸⁷. Os democráticos utilizaram todos os procedimentos regimentais para apressar a votação, tendo a oposição respondido com uma vasta bateria de técnicas para obstaculizar o fim do debate e a votação final. Esta situação de tensão culminaria nas sessões de 28, 29 e 30 de Abril, em que a oposição com os protestos, batuques e consequentes tumultos, impediu que as sessões prosseguissem, tendo o presidente da Câmara dos Deputados, Alfredo Rodrigues Gaspar de “colocar o seu chapéu na cabeça” e encerrar as sessões¹⁵⁸⁸. O obstrucionismo foi de tal ordem que chegou-se a cantar o «Hino da Maria da Fonte» e foram destruídas várias carteiras no hemiciclo¹⁵⁸⁹. As galerias estavam cheias de populares inimigos da “Régie”. Alguns deles invadiram os «Passos Perdidos», por não terem lugar nas galerias e por alguns deputados lhe terem abertos as portas¹⁵⁹⁰. O prazo de concessão do monopólio privado terminou sem que o Parlamento tivesse votado um regime definitivo ou alternativo, pelo que o Estado teve de tomar conta das fábricas desde o dia 1 de Maio, mas sem um enquadramento jurídico claro¹⁵⁹¹, pelo que a oposição teve mais um argumento para atacar o governo pelo “ilegal funcionamento das fábricas de tabacos”¹⁵⁹². Nos dias seguintes o debate continuou, mas não foi possível votar as propostas e as moções apresentadas, pois quando o Presidente da Câmara dos Deputados, Alfredo Rodrigues Gaspar, anunciava que ia proceder-se às votações começava um tumulto no Parlamento, com os deputados oposicionistas a baterem fortemente nos tampos das mesas, impedindo qualquer deliberação¹⁵⁹³. Era o chamado “«jazz-band» oposicionista”¹⁵⁹⁴. Os tumultos estenderam-se às galerias, tendo havido pancadaria, feridos e presos entre os opositores e os defensores da régie¹⁵⁹⁵. Esta situação manteve-se durante alguns dias, pelo que Presidente da Câmara dos Deputados apresentou a sua demissão e a minoria socialista abandonou os trabalhos na Câmara dos

¹⁵⁸⁵ *Diário de Lisboa*, 15-4-1926, p. 8.

¹⁵⁸⁶ Jorge Nunes, *Diário de Lisboa*, 4-3-1926, p. 4.

¹⁵⁸⁷ Veja-se as intervenções dos deputados nacionalistas José Marques Loureiro (*Diário da Câmara dos Deputados*, 20-4-1926, pp. 18-20), Aboim Inglês (*Diário da Câmara dos Deputados*, 23-4-1926, pp. 21-23; idem, 28, 29 e 30-4-1926, pp. 13-17) e António Ginestal Machado (*Diário da Câmara dos Deputados*, 27-4-1926, pp. 13-19).

¹⁵⁸⁸ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 22-4-1926.

¹⁵⁸⁹ *Diário de Lisboa*, 29-4-1926, p. 8.

¹⁵⁹⁰ *Diário de Lisboa*, 30-4-1926, pp. 5 e 8.

¹⁵⁹¹ Veja-se declarações do Ministro das Finanças, Armando Marques Guedes, *Diário da Câmara dos Deputados*, 4-5-1926, pp. 6-8.

¹⁵⁹² Cunha Leal, *Diário da Câmara dos Deputados*, 4-5-1926, p. 8.

¹⁵⁹³ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 e 12-05-1926; *Diário de Lisboa*, 12-5-1926, p. 8.

¹⁵⁹⁴ *Diário de Lisboa*, 13-5-1926, p. 8.

¹⁵⁹⁵ *Diário de Lisboa*, 17-5-1926, p. 8.

Deputados, por não estarem “dispostos a colaborar no desprestígio da instituição parlamentar”¹⁵⁹⁶. No dia 18 de Maio o «batuque» já não se cingiu apenas ao debate sobre a produção e comércio de tabaco, sendo também impeditivo da discussão do orçamento do comércio¹⁵⁹⁷.

Os dias passavam e aproximava-se o dia 31 de Maio, data limite para o funcionamento das Câmaras, sem que se tivesse tomado qualquer resolução sobre o regime do tabaco e sobre os orçamentos, pelo que Pedro Pita apresentou uma proposta de prorrogação dos trabalhos parlamentares¹⁵⁹⁸. Esta proposta foi muito criticada pela maioria democrática, pois a prorrogação dos trabalhos nos mesmos termos que tinham sucedido nos últimos dias, seria “darmos ao País ainda mais alguns espectáculos deploráveis, depreciativos e vexatórios?”¹⁵⁹⁹. Para os democráticos não fazia sentido a apresentação desta proposta pela minoria que tinha impedido o normal funcionamento dos trabalhos parlamentares. Pedro Pita, em resposta, declarou que o governo pretendia “entrar em franca ditadura”¹⁶⁰⁰ e que por isso iria ter a oposição total do PRN. A proposta de Pedro Pita foi derrotada por 61 votos contra 51. Finda a votação Pedro Pita declarou que só o Partido Democrático é que rejeitou a sua proposta, “para continuar no mesmo regime que tem estado até aqui na questão dos tabacos, pois não é em cinco ou seis sessões que se aprovam tabacos, orçamentos, estradas e, tanta outra coisa indispensável”¹⁶⁰¹. Para Pedro Pita o resultado desta votação era a prova de que o Parlamento era um pesadelo para o Partido democrático¹⁶⁰². O grupo parlamentar democrático fez uma declaração de voto dizendo que votaria qualquer “prorrogação desde que os referidos grupos [parlamentares] se comprometam a não embaraçar o livre funcionamento da Câmara a fim de se poder votar o Orçamento Geral do Estado, a proposta relativa à greve académica, a proposta do regime dos tabaco, a proposta sobre estradas e outras de inquestionável e urgente utilidade pública”¹⁶⁰³. No entanto, não foi possível chegar a um entendimento, manifestando-se as minorias ruidosamente em todas as sessões seguintes, pelo que não foi possível tratar de nenhum desses temas¹⁶⁰⁴.

Chegou-se às últimas sessões da Câmara dos Deputados nos dias 28 e 31 de Maio de 1926 com uma sensação de vazio, provocado pela incapacidade do sistema parlamentar republicano de chegar a entendimentos mínimos, de se auto-regular e de cumprir as mais básicas regras de funcionamento democrático e liberal¹⁶⁰⁵.

¹⁵⁹⁶ Amâncio de Alpoim, *Diário da Câmara dos Deputados*, 17-5-1926, p. 13.

¹⁵⁹⁷ *Diário da Câmara dos Deputados*, 18-5-1926, pp. 10-11; *Diário de Lisboa*, 18-5-1926, p. 8.

¹⁵⁹⁸ Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-5-1926, p. 6.

¹⁵⁹⁹ Paiva Gomes, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-5-1926, p. 6.

¹⁶⁰⁰ Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-5-1926, p. 7.

¹⁶⁰¹ Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-5-1926, p. 10.

¹⁶⁰² Pedro Pitta, *Diário de Lisboa*, 20-5-1926, p. 8.

¹⁶⁰³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-5-1926, p. 13.

¹⁶⁰⁴ Cf., *Diário da Câmara dos Deputados*, 21-5-1926 a 28-5-1926.

¹⁶⁰⁵ Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 365-369.

28. O Partido Republicano Nacionalista e a preparação do «28 de Maio»

A historiografia tem acentuado o carácter plural e transversal do «28 de Maio». Para além dos militares, estiveram envolvidos políticos de quase todos os partidos¹⁶⁰⁶. O «28 de Maio» derivou de uma convergência de várias revoluções em preparação simultânea da esquerda à direita. O êxito desta revolução deveu-se, em grande parte, à plataforma de entendimento mínimo conseguida entre a ala conservadora (parcialmente monárquica) e a ala republicana em torno da destituição do Partido Republicano Português do poder. Para que a revolução vingasse a ala conservadora apareceu inicialmente algo mitigada e teve de abdicar da liderança formal da revolução para esta ser atribuída a Gomes da Costa no Norte e a Mendes Cabeçadas no Sul¹⁶⁰⁷.

Muitos dos membros do Partido Republicano Nacionalista que estiveram envolvidos no «18 de Abril» e no «19 de Julho de 1925» voltaram a enrolar-se na conspiração que desembocaria no «28 de Maio», como Filomeno da Câmara Melo Cabral, então membro do Directório do PRN. No entanto, alguns destes revolucionários nacionalistas acabaram por aderir em Março de 1926 à União Liberal Republicana, pelo que já não pertenciam ao PRN quando a revolução eclodiu. O exemplo mais emblemático foi o do comandante José Mendes Cabeçadas Júnior, que iniciou a preparação do movimento quando ainda pertencia ao PRN. Por outro lado, é sabido que o general que estaria destinado a comandar a revolta era Alves Roçadas, mas a morte inesperada deste antigo nacionalista¹⁶⁰⁸ a 28 de Abril, fez alterar os planos. Por indicação de Sinel de Cordes, ainda se equacionou convidar o general Alberto Carlos da Silveira, velho republicano e senador do Partido Republicano Nacionalista, mas foi posteriormente afastada essa possibilidade, por este militar apenas defender o afastamento do PRP do «Terreiro do Paço», pelo que poderia entregar o executivo aos restantes partidos republicanos. Um conjunto alargado de circunstâncias levaria a que fosse convidado, no último momento, Gomes da Costa para liderar o movimento revolucionário no Norte do país¹⁶⁰⁹.

O governo liderado por António Maria da Silva e o Presidente da República, Bernardino Machado, estavam a par da conspiração, mas não tiveram meios e engenho

¹⁶⁰⁶ Cunha Leal, *As minhas memórias*, vol. II, Lisboa, Edição do autor, 1967, pp. 458-466; Aniceto Afonso, *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000; António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, volume I, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 374-375.

¹⁶⁰⁷ Manuel Joaquim de Sousa – *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*, Lisboa, Antígona, 1989, p. 25; Armando D'Aguiar, *A ditadura e os políticos*, Lisboa, Editorial Hércules, s/d., p. 129; Óscar Paxeco, *Os que arrancaram em 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Império, 1937, p. 157

¹⁶⁰⁸ Alves Roçadas abandonou o PRN a 10 de Março de 1926, tendo enviado uma carta ao Presidente do Directório do PRN. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1019.

¹⁶⁰⁹ *Diário de Lisboa*, 21-11-1932, p. 4; Armando Marques Guedes, *Cinco meses no governo*, Porto, Livraria Chardron, 1926, pp. 354-393; Gomes da Costa, *Memórias*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1930, p. 237; David Neto, *Dôa a quem doer*, Porto, Liv., Tavares Martins, 1933, p. 110; Óscar Paxeco, *A arrancada de 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Vanguarda, 1957, p. 26; Armando Marques Guedes, *Páginas do meu diário*, Lisboa, Enciclopédia, 1957, pp. 237-238; Cunha Leal, *As minhas memórias*, vol. III, Lisboa, Edição do autor, 1968, pp. 18-19; Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, 2.ª edição, Porto, Sextante Editora, 2010, pp. 103-105.

para a parar¹⁶¹⁰. O último ministro da agricultura, António Alberto Torres Garcia explicou alguns anos depois do «28 de Maio» como os adversários do PRP se tinham organizado para o destruir e para se assenhorearem do poder. Após a recusa da prorrogação do funcionamento das Câmaras o deputado da Esquerda Democrática Pestana Júnior tinha sido bastante claro no Parlamento: “saltando para cima de uns restos de carteira que ainda tinha diante de si, bradou apoplético: - Agora só a revolução!”. Posteriormente reuniram-se “os «líderes» das oposições no Centro 10 de Janeiro, onde foi decretada a revolução. Gomes da Costa vai para Braga, outros delegados saem para as diferentes guarnições do país e assim se faz o movimento 28 de Maio, em cuja eclosão o Sr. Ministro da Guerra até à última hora não acreditava...”. Na noite de 27 de Maio, após uma reunião do conselho de ministros destinada a analisar a possibilidade de estar em preparação um movimento revolucionário, António Alberto Torres Garcia, foi enviado a Coimbra com a missão de encontrar-se com o comandante da 5.^a Divisão a fim de solicitar o seu apoio. Quando chegou à estação de Alfarelos, pelas 3 da madrugada do dia 28 encontrou os antigos deputados e líderes políticos regionais, José de Sousa e Nápoles, da União Liberal Republicana e Custódio Maldonado de Freitas, do Partido Republicano Nacionalista que o informaram do levantamento da guarnição de Coimbra e o persuadiram para não se deslocar a Coimbra, tendo o primeiro trocado com António Alberto Torres Garcia o seguinte diálogo:

- “Para onde vai V.?
- Para Coimbra, respondi.
- Não vai nada. V. vai ali para a Quinta do Ulmeiro, onde há muito que comer e beber...
- Não posso, tenho de ir a Coimbra.
- O menino não vai lá fazer nada. Já saímos para a rua à meia-noite e está tudo nas nossas mãos.
- Seja como for tenho de ir”¹⁶¹¹.

António Alberto Torres Garcia acabou por chegar a Coimbra, mas já pouco pode fazer. A guarnição da Figueira da Foz juntou-se à de Coimbra no apoio à revolta. Segundo as suas informações, a tropa de Coimbra tinha a orientação do antigo deputado do Partido Republicano Nacionalista, João Cardoso Moniz Bacelar, então a militar na União Liberal Republicana. O antigo ministro da agricultura continuava em 1933 a atribuir a quase totalidade das responsabilidades do «28 de Maio» às oposições parlamentares, “sendo elas ainda que ditaram as primeiras ordens e impuseram a destituição do presidente da República”¹⁶¹². Esta visão é um pouco redutora, mas demonstra a implicação de políticos de vários quadrantes na preparação e execução do golpe militar. Outro nacionalista envolvido no movimento revolucionário foi Jaime Palma Mira. Este deputado do Partido Republicano Nacionalista recebeu uma licença do comité revolucionário, pela mão do Comandante José Mendes Cabeçadas Júnior, para se apresentar ao major Brito Pais para desempenhar funções médicas na concentração das forças revolucionárias da Amadora na noite de 27 para 28 de Maio¹⁶¹³.

¹⁶¹⁰ Cunha Leal, *Coisas do tempo presente. Cântaro que vai à Fonte...*, Lisboa, Edição do Autor. 1963, pp. 138-143; Armando Marques Guedes, *Cinco meses no governo*, Porto, Livraria Chardron. 1926, pp. 354-393.

¹⁶¹¹ António Alberto Torres Garcia, *Diário de Coimbra*, 23-2-1933, pp. 1-2

¹⁶¹² António Alberto Torres Garcia, *Diário de Coimbra*, 23-2-1933, pp. 1-2. Cf., *idem*, 20-11-1932, pp. 1 e 4; *Diário de Lisboa*, 25-2-1933, pp. 5 e 8.

¹⁶¹³ Bilhete do Comandante José Mendes Cabeçadas Júnior datado a 27/28 de Maio de 1926, Espólio Jaime António Palma Mira – Lisboa (em posse da família).

O Partido Republicano Nacionalista participou na preparação do ambiente propício à instauração de um golpe militar, através de uma política de oposição no parlamento severa e destrutiva dos governos do PRP e através da intervenção directa de algumas das suas figuras cimeiras na conspiração.

Capítulo III – O Partido Republicano Nacionalista (1923-1935): A Organização Interna, os Membros, a Elite e a Ideologia

1. A Organização Interna

1.1. O Estatuto ou Lei Orgânica

Após a constituição do PRN foi nomeada uma comissão encarregue da elaboração da lei orgânica do partido. Esta comissão era constituída por um antigo membro do PRN, Rodolfo Xavier da Silva e por um antigo membro do PRL, Paulo da Costa Menano¹⁶¹⁴. Esta comissão entregou uma primeira versão do «Estatuto ou Lei Orgânica» do partido para ser apreciada pelo Directório e por uma comissão parlamentar do PRN. Estes organismos efectuaram algumas alterações à proposta inicial¹⁶¹⁵. Uma última versão foi apresentada durante o I Congresso do PRN, que decorreu no ginásio do Liceu Camões, em Lisboa, nos dias 17, 18 e 19 de Março de 1923. Esta proposta sofreu algumas críticas por parte de alguns congressistas que discordavam do poder do Directório na nomeação dos candidatos a deputados¹⁶¹⁶, conforme relatamos no capítulo II. Estas, como outras apreciações, não foram atendidas, sendo o «Estatuto ou Lei Orgânica»¹⁶¹⁷ aprovado quase sem alterações e com pouca discussão, uma vez que foram distribuídos poucos exemplares¹⁶¹⁸. O «Estatuto ou Lei Orgânica» do Partido Republicano Nacionalista estava mais próximo do Estatuto do Partido Republicano Liberal¹⁶¹⁹ do que da Lei Orgânica do Partido Republicano de Reconstituição Nacional¹⁶²⁰.

Segundo o estatuto, o Partido Republicano Nacionalista era um agrupamento político que reunia “todos os republicanos portugueses que aceitam, cumprem e defendem o programa e a sua lei orgânica” e tinha por objectivo “contribuir para o benefício da Pátria e prestígio da República”¹⁶²¹. Para além das estruturas nacionais, distritais, concelhias e de freguesias do PRN, faziam parte deste partido “os centros

¹⁶¹⁴ *República*, 20-2-1923, p. 2; *O Século*, 22-2-1923, p. 2

¹⁶¹⁵ O «Estatuto ou Lei Orgânica» do partido foi aprovado na reunião do directório do dia 1-3-1923, cf., *O Século*, 2-3-1923, p. 2.

¹⁶¹⁶ Troncho de Melo, *O Século*, 18-3-1923, p. 2.

¹⁶¹⁷ *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e Papelaria Pires & CT.^a, 1923.

¹⁶¹⁸ *República*, 18-3-1923, p. 2; *idem*, 20-3-1923, p. 2; *O Século*, 20-3-1923, p. 1.

¹⁶¹⁹ *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1919.

¹⁶²⁰ *O Regionalista*, 22-10-1921, p. 3; *idem*, 29-10-1921, pp. 2-3; *idem*, 26-11-1921, p. 3; *idem*, 11-12-1921, p. 2; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 66-68.

¹⁶²¹ Art. 1.º e art. 2.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.^a, 1923, p. 3.

políticos e outras colectividades de propaganda e instrução e beneficência filiadas no Partido, bem como jornais reconhecidos pelo directório”¹⁶²².

A filiação e inscrição no PRN era altamente descentralizada, podendo ser feita “perante qualquer das comissões, desde as paroquiais até ao Directório ou perante os centros devidamente reconhecidos, ouvidas as comissões paroquias”¹⁶²³. As comissões hierarquicamente mais baixas apenas tinham de comunicar todas as filiações que recebiam às comissões hierarquicamente mais altas, até chegar ao Directório¹⁶²⁴. Portanto, o Directório recebia a informação da filiação, mas não controlava este processo. Outro aspecto relevante era não haver propriamente uma lista unificada dos membros do PRN, mas um somatório dos nacionalistas inscritos nas diferentes comissões de freguesias, concelhias, distritais e centros partidários, podendo um indivíduo estar inscrito ao mesmo tempo em diferentes estruturas. Portanto, o PRN era mais um conglomerado de membros e de notáveis associados em diversas estruturas, do que um corpo organizado com uma estrutura hierárquica bem definida, como acontecia com os partidos de massas daquela época.

1.2. Os Órgãos Directivos Centrais

O Directório, composto por sete membros efectivos, era o órgão executivo supremo do PRN. Era eleito anualmente pelo Congresso¹⁶²⁵, órgão onde residia a soberania partidária. O Directório era ainda composto por sete membros substitutos¹⁶²⁶, “os quais entrarão em exercício quando faltem os efectivos, por ordem numérica de votos”¹⁶²⁷. A opção por um órgão colegial ia ao encontro do republicanismo clássico que considerava esta via mais democrática¹⁶²⁸ e foi a seguida pela maioria dos partidos republicanos portugueses. No entanto, dentro do Directório era eleito um presidente e um secretário¹⁶²⁹. António Ginestal Machado assumiu a presidência do Directório do

¹⁶²² Art. 4.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 4.

¹⁶²³ Art. 6.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 4.

¹⁶²⁴ Eram enviadas as adesões dos novos membros do PRN ao directório, cf., *República*, 24-5-1923, p. 2.

¹⁶²⁵ O Directório do PRP era eleito bienalmente, cf., capítulo VII, art. 26.º da *Lei Orgânica do Partido Republicano Português*, Lisboa, Tip. da Sociedade Editorial Democrática, 1921, p. 9.

¹⁶²⁶ No PRP e no PRL o Directório era composto por nove efectivos e nove suplentes. O Directório do Partido Republicano da Esquerda Democrática era constituído por onze efectivos e onze suplentes, cf., capítulo IV, art.º 18.º, *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1919, p. 7; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 204 e 285.

¹⁶²⁷ Art. 25.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 6.

¹⁶²⁸ Entrevista a Barroz Queiroz, *Diário de Lisboa*, 1-2-1923, p. 8: “- O novo partido não terá um chefe... - Não! Será uma junta directiva, com uma junta parlamentar... Organização democrática...”

¹⁶²⁹ No PRL o Directório escolhia um presidente e um secretário. No PRP o Presidente do Directório tinha como principal função presidir às reuniões e era designado em cada uma das sessões. Na primeira sessão o Presidente escolhia o secretário e o tesoureiro. O Directório do Partido Republicano de Reconstituição Nacional era constituído por sete membros efectivos e sete membros substitutos. Estes membros elegiam um presidente e um secretário-geral. O Directório do Partido Republicano da Esquerda Democrática escolhia uma Comissão Executiva composta por três membros: Presidente, Secretário e Tesoureiro. Na União Liberal Republicana o órgão supremo designava-se Comissão Executiva. Era composta por um presidente, cinco vogais efectivos e cinco vogais substitutos. O Presidente era eleito isoladamente em Congresso, por escrutínio secreto. Esta organização era semelhante à do Partido Republicano Conservador (1919). Cf., capítulo IV, art.º 19.º, *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1919, p. 7; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final*

PRN desde a fundação até 23 de Março de 1927, substituído então, por Júlio Dantas, que se manteve no cargo até à dissolução do PRN em 7 de Fevereiro de 1935. António Ginestal Machado abandonou a presidência do Directório do PRN a 23 de Março de 1927 “por importantes motivos da sua vida particular”¹⁶³⁰, possivelmente relacionados com a doença do seu filho que viria a falecer no mês seguinte¹⁶³¹. Pedro Pita foi o secretário durante todo este período. O PRN teve ao longo da sua vida 12 membros efectivos e 13 membros substitutos, num total de 24 membros (Belchior de Figueiredo substituiu Filomeno da Câmara Melo Cabral como membro efectivo em Junho de 1926, após este último ter abandonado o PRN). Apenas Belchior de Figueiredo passou da condição de substituto para a condição de efectivo, concluindo-se que os membros substitutos eram líderes partidários de segunda linha. Quando houve renovação dos membros efectivos do Directório procuraram-se outros líderes, conforme se pode verificar no Quadro XVII.

O Directório tinha uma vasta área de competências, que passavam pela direcção da propaganda do partido e pela organização e desenvolvimento de comissões, centros e outros núcleos do PRN em todo o país. Ao Directório cabia a responsabilidade de resolver os conflitos internos entre as diversas estruturas do partido. Um dos principais motivos de conflitos entre as estruturas locais e o Directório do PRN prendia-se com a designação dos candidatos a deputados pelo PRN. O Estatuto ou Lei Orgânica do PRN atribuía ao Directório o poder de “indicar às comissões políticas os nomes dos candidatos a parlamentares, que julgue conveniente fazer eleger pelo partido”¹⁶³². Contudo, as comissões políticas locais tinham o poder de “sancionar a escolha de deputados e de senadores”¹⁶³³ efectuada pelo Directório. Em caso de diferendo, cabia a última palavra ao Directório, pois embora as comissões políticas locais pudessem apresentar candidaturas ao Senado e à Câmara dos Deputados, o Directório podia rejeitá-las, fundamentando a sua decisão num parecer¹⁶³⁴. Esta tensão tinha sido atenuada pela tradição que atribuía às comissões políticas locais o direito a escolher um dos candidatos a deputados por cada círculo eleitoral. No entanto, nem sempre a tradição foi suficiente para atenuar os conflitos entre o centro e a periferia (ver capítulo II).

O Directório podia ainda “irradiar do Partido por sua iniciativa, mediante processo, os membros que lhe sejam nocivos, resolver sobre os processos de irradiação que lhes sejam apresentados pelas comissões municipais”¹⁶³⁵.

da *Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 204 e 285; capítulo VII, art. 26.º da *Lei Orgânica do Partido Republicano Português*, Lisboa, Tip. da Sociedade Editorial Democrática, 1921, p. 9; *O Regionalista*, 22-10-1921, p. 3; *idem*, 29-10-1921, pp. 2-3; *idem*, 26-11-1921, p. 3; *idem*, 11-12-1921, p. 2; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 66-68; *A Noite*, 21-4-1926, p. 3; “Estatutos da União Liberal Republicana”, *Polis*, Revista de Estudos Jurídico-Políticos, n.º 4-5, Julho-Dezembro de 1995, pp. 199-207; “Lei Orgânica Partido Republicano Conservador”, *O Jornal*, 4-8-1919, p. 3.

¹⁶³⁰ “Nota Oficiosa”, *Correio da Extremadura*, 26-3-1927, p. 2.

¹⁶³¹ *Correio da Extremadura*, 9-4-1927, p. 2.

¹⁶³² Alínea 5.º do art. 27.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 8.

¹⁶³³ Alínea 9.º do art. 41.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 13.

¹⁶³⁴ Alínea 6.º do art. 27.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 8.

¹⁶³⁵ Alínea 10.º do art. 27.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 9.

Quadro XVII - Directório do PRN (1923-1935)

Nome	I Congresso 1923	II Congresso 1924	III Congresso 1925	IV Congresso 1926	1927-1935
António Ginestal Machado					
Francisco Pinto Cunha Leal					
Júlio Dantas					
Pedro Góis Pita					
Raul Lelo Portela					
Álvaro Xavier de Castro					
Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá					
Alberto Jordão Marques da Costa					
António Alves de Oliveira Júnior					
Belchior de Figueiredo ¹⁶³⁶					
Hélder Armando dos Santos Ribeiro					
Júlio Ernesto de Lima Duque					
César Justino de Lima Alves					
Paulo da Costa Menano					
Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso					
João Fiel Stockler					
José Marques Loureiro					
Manuel Soares de Melo e Simas					
José da Silva Ramos					
António Lobo de Aboim Inglês					
Filomeno da Câmara Melo Cabral					
João Tamagnini de Sousa Barbosa					
José Feliciano da Costa Júnior					
Joaquim Mendes do Amaral					
Efectivo					
Substituto					

O Directório reunia ordinariamente uma vez por semana¹⁶³⁷, embora pudesse reunir extraordinariamente, sempre que a situação política o exigisse. Durante a Ditadura Militar as reuniões começaram a ser mais espaçadas e algumas vezes não houve reunião por falta quórum¹⁶³⁸. O dia da semana em que se reunia o Directório foi

¹⁶³⁶ Filomeno da Câmara Melo Cabral abandonou o PRN em 19 de Junho de 1926, sendo então substituído por Belchior de Figueiredo. Belchior de Figueiredo manteve-se no Directório até Novembro de 1930, data em que se desligou do PRN.

¹⁶³⁷ *República*, 24-5-1923, p. 2; *Distrito da Guarda*, 26-10-1924, p. 1. O Directório do PRN reunia apenas uma vez por mês, embora a Comissão Executiva do Directório reunisse semanalmente. O Directório do PRP reunia quinzenalmente. Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 66-68; capítulo VII, art. 26.º da *Lei Orgânica do Partido Republicano Português*, Lisboa, Tip. da Sociedade Editorial Democrática, 1921, p. 9.

¹⁶³⁸ Júlio Dantas escreveu a António Ginestal Machado em 18 de Maio de 1927 dando-lhe conta que a reunião do Directório não se realizou, pois apenas estiveram presentes, ele próprio, Pedro Pita e Aboim Inglês. A manutenção desta situação estava a provocar algumas discussões e a acentuar a desintegração do PRN, pelo que Júlio Dantas se mostrava muito aborrecido. Noutra carta datada em Lisboa, em 9 de Fevereiro de 1928, Júlio Dantas informou o seu correligionário do seguinte: “Há três semanas que não temos número para reunir o Directório”. A justificação prendia-se com o facto de alguns estarem doentes e Belchior de Figueiredo não poder vir às reuniões a Lisboa, por viver no Porto. Em 1930 o problema mantinha-se, mas agravou-se no final do ano, após Belchior de Figueiredo ter-se desligado do PRN em

variando ao longo do tempo. Em Março de 1926 era às terças-feiras¹⁶³⁹, mas em Agosto de 1930 era às sextas-feiras¹⁶⁴⁰. Sempre que um membro efectivo não podia comparecer às reuniões podia ser trocado temporariamente pelos membros substitutos¹⁶⁴¹, ou definitivamente, no caso do membro efectivo abandonar o cargo, como sucedeu com Filomeno da Câmara Melo Cabral em 19 de Junho de 1926, sendo então substituído por Belchior de Figueiredo.

O Directório reunia frequentemente no Centro Nacionalista do Calhariz, também conhecido por edifício da *Lucta*, onde funcionava a sede do Directório. No entanto, também reuniu algumas vezes no Parlamento. Após o início da Ditadura Militar passou a reunir frequentemente na casa de alguns dos seus membros, em particular na casa do presidente Júlio Dantas¹⁶⁴².

O Directório reunia, por vezes, em conjunto com o Grupo Parlamentar para tratar de questões importantes da política nacional. Nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 1925 as duas estruturas reuniram para analisarem a atitude a tomar após a formação do governo de Vitorino Guimarães, tendo sido analisadas duas possibilidades: obstrucionismo ou abandono do Parlamento¹⁶⁴³. Nas reuniões semanais ordinárias era feita a gestão quotidiana do PRN, sendo tratados assuntos muito variados¹⁶⁴⁴, conforme relato no capítulo II. Por vezes, no final destas reuniões era divulgada uma nota oficiosa à imprensa¹⁶⁴⁵. Não temos muitas informações sobre o processo de deliberações. Por vezes, surgem informações que indiciam votações, como na eleição de António Ginestal

Novembro de 1930. A partir desta data as reuniões do Directório passaram a ser muito irregulares. Cf., cartas de Júlio Dantas para António Ginestal Machado, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/784, 790, 809, 810.

¹⁶³⁹ “Escolheu as terças-feiras para as suas reuniões semanais e as quintas-feiras para as conferências, que resolveu iniciar na sua sede, sendo a primeira já no dia 17, sobre a questão dos tabacos, pelo professor Sr. Aboim Inglês”, *O Figueirense*, 11-3-1926, p. 2.

¹⁶⁴⁰ *O Debate*, 17-8-1930, p. 1.

¹⁶⁴¹ Como Júlio Dantas foi ao Brasil em viagem Alberto Jordão Marques da Costa substituiu-o no Directório por ser o substituto mais votado, *Democracia do Sul*, 12-6-1923, p. 2.

¹⁶⁴² “O Directório reuniu-se na casa do Dr. Júlio Dantas. Estiveram presentes todos os membros, sendo discutido a posição do PRN perante as eleições presidenciais”, *Democracia do Sul*, 15-3-1928, p. 1.

¹⁶⁴³ *Diário de Lisboa*, 16-2-1925, p. 5; *idem*, 17-2-1925, p. 5.

¹⁶⁴⁴ Após uma reunião do Directório do PRN foi enviado a seguinte circular assinada pelo secretário Pedro Pita aos membros da representação parlamentar:

“Exmo. Senhor e meu prezado Correligionário

O Directório na sua reunião de ontem, considerando que não há condições de vida e de governo a um partido que nem consegue manter assídua aos trabalhos do Congresso a sua representação parlamentar – deliberou pedir aos nossos correligionários a maior assiduidade e o maior interesse pelo trabalho das suas câmaras. [...] Lisboa, 23 de Outubro de 1923”, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família). A temática da falta dos parlamentares ao Congresso surgiu periodicamente em vários órgãos do PRN. Augusto Barreto afirmou no I Congresso do PRN ter sido uma das pessoas que mais tinha lutado para se formar uma força política que se opusesse ao despotismo dos democráticos. Relembrou a apatia dos liberais e as faltas dos parlamentares em 1921 no Senado. O PRN devia obrigar os parlamentares a comparecerem no Parlamento. Caso isso não ocorresse as suas candidaturas futuras não deviam ser sancionadas pelo partido, Augusto Barreto, *República*, 18-3-1923, p. 2.

Lisboa, 23 de Outubro de 1923”, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁶⁴⁵ Na reunião realizada no dia 16 de Junho de 1925 saiu a seguinte Nota Oficiosa do Directório do PRN: “A reunião ordinária de ontem do Directório do PRN foi, principalmente ocupada na resolução de assuntos de natureza partidária. Foi, todavia, deliberado, no intuito de desfazer uma vez para sempre as cabalas ardidas manifestamente por inimigos do partido afirmar peremptoriamente que não delegou, nem delegará em qualquer pessoa que do Directório não faça parte, poderes para, em nome dele, falar, e menos ainda para negociar acordos que só o Directório poderá fazer, visto que, por força do disposto na lei orgânica é o único representante do partido”. Comissão Distrital de Beja do PRN apoiou a decisão do directório (*O Bejense*, 25-06-1925, p.1).

Machado e Júlio Dantas para Presidente do Directório¹⁶⁴⁶. No entanto, não sabemos como eram dirimidas internamente as divergências e como se processava o processo de decisão, uma vez que não foi possível identificar as actas destas reuniões e as informações recolhidas nos arquivos pessoais e na imprensa são escassas.

O Directório procurou ter um conhecimento e controlo das actividades das comissões distritais, concelhias e paroquiais do PRN¹⁶⁴⁷. No entanto, estas estruturas tinham uma grande autonomia, tendo o Directório muita dificuldades em controlar todas as estruturas e todos os notáveis locais, uma vez que o partido era mais um conglomerado do que um corpo articulado e disciplinado. Nunca foi possível ter um cadastro actualizado das diferentes comissões políticas e dos filiados. Os membros do Directório, enquanto principais líderes PRN, também desempenhavam um papel fundamental enquanto intermediários no acesso ao poder central e na resolução dos problemas dos correligionários. José Troncho de Melo queria institucionalizar esta apelação aos membros do Directório, e por isso, propôs a abertura de uma secretária junto do Directório que atendesse as reclamações dos correligionários da Província¹⁶⁴⁸.

A *Representação Parlamentar* do PRN era “uma entidade independente, com função política própria, mas harmónica com a acção geral política do directório”¹⁶⁴⁹. Estava dividida em duas secções autónomas, mas que podiam reunir em conjunto – Câmara dos Deputados e Senado. Cada uma das secções elegia por escrutínio secreto, no princípio de cada sessão parlamentar ordinária, por um ano, um líder, dois sub-líder e dois secretários. No acto fundacional do PRN, em 1923, procurou-se distribuir os lugares de maior visibilidade e influência pelas várias tendências partidárias. Álvaro de Castro (antigo líder reconstituente) tornou-se o líder dos deputados, Cunha Leal e Ferreira de Mira (antigos liberais) sub-líderes e Sampaio Maia (antigo liberal) e Carlos de Vasconcelos (antigo reconstituente) secretários¹⁶⁵⁰. No ano seguinte Cunha Leal foi eleito líder do grupo parlamentar, mantendo-se nesse cargo até 1926¹⁶⁵¹. Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos liderou o "Bloco" constituído pelo PRRN e pelo PRL no Senado em Dezembro de 1922. Após a formação do PRN ainda dirigiu transitoriamente o grupo parlamentar no Senado¹⁶⁵². Posteriormente, seria Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia que lideraria o PRN no Senado, entre Fevereiro 1923 a Abril 1926.

¹⁶⁴⁶ *Diário de Lisboa*, 24-03-1927, p. 8.

¹⁶⁴⁷ Circular enviada em Julho de 1923 pela comissão organizadora do PRN para as comissões distritais e municipais, solicitando informações sobre a organização do partido (Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1705):

“A República pode dizer-se, não teve, até agora, mais do que um partido a governar. De facto só o partido democrático tem sido detentor dos selos do Estado, só ele tem mandado, e das várias emergências e vicissitudes suportadas pelas instituições republicanas, outra coisa não resultou ainda, que não fosse a entrega do governo da nação aos democráticos, sem utilidade que tal justificasse”.

È necessário uma maior organização do PRN, “cujo Directório precisa saber com quem e com que pode contar” [...].

“Solicitamos a fineza de nos informar do seguinte:

Estão já organizados nesse concelho as comissões políticas do PRN?

Em caso negativo, pode V. Ex.^a, promover de acordo com as pessoas que saiba terem aceitado a orientação nacionalista, a organização das comissões políticas?” [...]

Respostas para Dr. de Sousa da Câmara, Largo do Calhariz, 17, Lisboa”.

¹⁶⁴⁸ *Diário de Lisboa*, 17-3-1923, p. 3; *República*, 18-3-1923, p. 2.

¹⁶⁴⁹ Art. 35.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.^a, 1923, p. 11.

¹⁶⁵⁰ *República*, 24-3-1923, p. 1.

¹⁶⁵¹ *Diário de Lisboa*, 6-7-1925, p. 8.

¹⁶⁵² *Diário do Senado*, 27-2-1923, p. 4.

O representação parlamentar inicial do PRN rondava os 65 membros, fruto da fusão do grupo parlamentar do PRL e do PRRN¹⁶⁵³. Ao longo da legislatura (1922-1925) o número de parlamentares do PRN desceu fruto de alguns conflitos e dissidências, como a protagonizada por Álvaro de Castro. Na última legislatura (1925-1926) o PRN passou a contar com 44 membros no seu grupo parlamentar, embora também este ficasse reduzido a 31 membros após a cisão da ULR em Março de 1926. Conforme demonstramos no capítulo II, a coesão do grupo parlamentar era fraca, sendo frequente alguns deputados e senadores contrariarem a posição do Directório e do grupo parlamentar, o que potenciava conflitos, cisões e o abandono do partido por parte de alguns parlamentares. Ribeiro de Carvalho defendia que a coesão do Grupo Parlamentar do PRN e a sua relação com o Directório deveria ter o seguinte enquadramento:

“Como parlamentares só do «líder», seja ele qual for, temos que receber indicações. Os parlamentares entendem-se com o «líder». O «líder entende-se com o directório, quando julga necessário. Isto é que é disciplina. Isto é que são normas a seguir, dentro de qualquer partido. Porque desde que um indivíduo ou um organismo invada as atribuições de outro, o resultado não pode deixar de ser este: confusão”¹⁶⁵⁴.

Por vezes, também havia conflitos entre a Representação Parlamentar e o Directório devido a decisões com sinal contrário em cada um destes órgãos. No dia 7 de Julho de 1925 reuniu o grupo parlamentar do PRN, tendo deliberado proceder por modo a não derrubar o governo de António Maria da Silva. Esta deliberação era contrária à resolução tomada pelo Directório e não foi consensual, dado que segundo alguns nacionalistas era uma atitude favorável ao PRP e prejudicial aos interesses do PRN, pelo que Pedro Pita e Raul Lelo Portela renunciaram aos seus lugares no Directório¹⁶⁵⁵. Contudo, acabariam por permanecer nos seus lugares.

O Grupo Parlamentar reunia ordinariamente uma vez por semana, embora pudesse reunir extraordinariamente com outra periodicidade para tratar qualquer assunto urgente. O dia da semana em que ocorria a reunião foi variando, ainda que em Outubro de 1923 acontecessem às quintas-feiras¹⁶⁵⁶. O Grupo Parlamentar era administrado por um regimento, que não foi possível identificar¹⁶⁵⁷. Os vogais do directório que não

¹⁶⁵³ Cf., António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 10-5-1923, p. 1; *Diário de Lisboa*, 25-5-1923, p. 8.

¹⁶⁵⁴ Ribeiro de Carvalho, *República*, 15-5-1923, p. 1.

¹⁶⁵⁵ Carta enviada por Pedro Pita ao Presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado:

“PRN. Directório

Lisboa, 7-7-1925

Largo Calhariz, 17

A resolução hoje tomada pelo Conselho Parlamentar de proceder por modo a não derrubar o governo, coloca-me na obrigação que cumpro – independentemente da circunstância de ser por esta revogada a deliberação anteriormente tomada pelo Directório – de depor nas mãos de V. Ex.^a a minha renúncia ao lugar de vogal – Directório do nosso Partido!”

Carta enviada por Raul Lelo Portela ao Presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado:

“Raul Lelo Portela

Rua de entre Campos, 11

Lisboa

8-7-1925

[...] Soube que ontem o G. P. N. resolvesse tomar uma atitude de... não embaraçar a vida do actual governo”. Esta atitude é contrária à resolução tomada pelo Directório. Esta atitude é um favor ao P. D. e vem prejudicar os interesses do P.R.N. e mais os interesses da República. Por isso venho “resignar ao meu lugar no Directório e a depô-lo nas mãos de V. Ex.^a”

Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/995 e 1001.

¹⁶⁵⁶ *República*, 18-10-1923, p. 2.

¹⁶⁵⁷ Foi nomeada uma comissão para elaborar o regimento do Grupo Parlamentar, cf., *República*, 18-10-1923, p. 2

fossem parlamentares podiam participar, assistir e intervir nas reuniões da Representação Parlamentar, mas não tinham direito a voto. A Representação Parlamentar devia estar organizada em tantas comissões quantos os ministérios existentes¹⁶⁵⁸. Estas comissões deveriam ser um grupo especializado para analisar e propor resoluções sobre diversas temáticas. No entanto, segundo Cunha Leal a sua acção foi quase nula. Cunha Leal enquanto era líder parlamentar aconselhou a “nomeação de comissões, espécie de organismos técnicos do grupo, encarregados de estudar e resolver sobre esses problemas”. Contudo, “o grupo só muito tarde nomeou as comissões que eu lhe havia sugerido. E, até agora, nenhuma dessas comissões deu parecer sobre qualquer das questões cujo estudo lhe foi cometido. Tive assim, nestas condições de falar em nome do partido sobre vários problemas”¹⁶⁵⁹. Portanto, os parlamentares intervinham no Congresso quase sempre com base na sua intuição e nos seus conhecimentos prévios e não com uma estratégia concertada e preparada antecipadamente.

A representação Parlamentar reunia habitualmente no Parlamento. No entanto, também reuniu algumas vezes no Centro Nacionalista do Calhariz, sede do Directório. Nalgumas ocasiões os parlamentares do PRN reuniram em função dos distritos onde tinham sido eleitos. Procuravam concertar as reivindicações para a sua região¹⁶⁶⁰. Por vezes, quando a situação o exigia, as reuniões realizavam-se em conjunto com o Directório. Após o abandono do Parlamento pelos senadores e deputados nacionalistas em Maio de 1923, o Directório do PRN reunido na noite de 23 de Maio de 1923 decidiu convocar os parlamentares para uma reunião no dia seguinte pelas 21 horas¹⁶⁶¹ para equacionar continuar com a mesma atitude ou renunciar aos cargos. A reunião foi bastante concorrida e houve discussão agitada até às três da madrugada. O grupo parlamentar resolveu prolongar a sua ausência na Parlamento, rectificando o seu voto de confiança no Directório, tendo apenas sete dos 65 parlamentares nacionalistas votado contra a renúncia¹⁶⁶². Noutra ocasião, no dia 27 de Junho 1925 as duas estruturas reuniram para analisarem a atitude a tomar após a queda do governo liderado por Vitorino Guimarães. O Directório e o Grupo Parlamentar do PRN decidiram transmitir ao Presidente da República a sua disponibilidade para assumir o poder sozinhos, ou então permaneceriam na oposição¹⁶⁶³. Nas reuniões semanais ordinárias era feita a gestão política da intervenção dos deputados e senadores no Congresso, sendo tratados temas muito variados, conforme exponho no capítulo II. Por vezes, no final destas reuniões era difundida uma nota à imprensa¹⁶⁶⁴. O processo de deliberações passava pela votação de moções e pela eleição dos seus líderes.

O Congresso também elegia a *Comissão Administrativa*, órgão encarregue das finanças do partido, que era composto por cinco membros efectivos e cinco membros substitutos¹⁶⁶⁵. Após o II Congresso do PRN a Comissão Administrativa manteve-se

¹⁶⁵⁸ Art. 36.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 12.

¹⁶⁵⁹ Cunha Leal, *Acção Nacionalista*, 28-2-1926, p. 4.

¹⁶⁶⁰ *República*, 27-2-1923, p. 1.

¹⁶⁶¹ Cf., *República*, 24-5-1923, p. 2.

¹⁶⁶² Cf., *República*, 25-05-1923, p. 2; *Diário de Lisboa*, 25-05-1923, p. 8.

¹⁶⁶³ *Diário de Lisboa*, 27-5-1925, p. 5

¹⁶⁶⁴ Veja-se a nota de imprensa divulgada após a reunião realizada no dia 24 de Maio: “O Grupo parlamentar nacionalista tomou conhecimento da intransigência do partido democrático em face da plataforma apresentada pelos independentes e aceite integralmente pelo Partido Nacionalista, e resolveu manter a sua actual atitude rectificando o seu voto de confiança no Directório”. *República*, 25-05-1923, p. 2.

¹⁶⁶⁵ Art. 15.º e 28.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, pp. 5 e 10. No PRL a Comissão Administrativa tinha a mesma

quase inalterada, conforme se pode verificar no Quadro XVIII. Os elementos que compunham este órgão eram normalmente membros das estruturas intermédias do PRN. Não conseguimos obter muitas informações sobre a regularidade das suas reuniões¹⁶⁶⁶, nem sobre as actividades administrativas realizadas por esta comissão, embora elas estivessem relacionadas com questões burocráticas, financeiras e contabilísticas do partido. Não sabemos se havia algum cargo remunerado ou se havia funcionários do partido. Numa reunião da Comissão Administrativa ficou “assente a impressão e distribuição dum questionário estatística aprovado pelo Directório do Partido”¹⁶⁶⁷.

Quadro XVIII - Comissão Administrativa do PRN (1923-1926)

Nome	I Congresso 1923	II Congresso 1924	III Congresso 1925	III Congresso 1926
Inácio Pimentel				
João Rodrigues				
Júlio Maria de Sousa				
Manuel Martins Cardoso				
Raul de Carvalho				
Benjamim Fernandes Neves Tavares				
Elias Garcia				
João Lúcio Escorcio				
João Simões de Almeida				
José Pais de Vasconcelos Abranches				
Jaime Pinto Serra				
Alfredo Soares				
Alípio Teixeira				
Agostinho Pires				
António Augusto da Costa Mota Sobrinho				
Eugénio Neves Lima				

Efectivo	
Substituto	

O PRN tinha ainda como órgão directivo nacional a *Junta Consultiva*. A Junta Consultiva estava incumbida de dar pareceres e de pedir esclarecimentos ao Directório e era composta por um número alargado de actuais e antigos membros da elite do PRN e dos seus partidos predecessores¹⁶⁶⁸, nomeadamente: “a) Pelos vogais substitutos do Directório que não estejam em exercício; b) Pelos vogais efectivos e substitutos da comissão administrativa; c) Pelos ex-vogais efectivos do Directório; d) Pelos Ministros e ex-ministros; e) Pelos deputados e senadores, e pelos antigos deputados e senadores; f) Pelos governadores e ex-governadores de província ou distritos ultramarinos; g) pelos

composição, cf., capítulo V, art.º 24.º, *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1919, p. 9.

¹⁶⁶⁶ *República*, 11-4-1923

¹⁶⁶⁷ *O Jornal*, 17-5-1924, p. 1.

¹⁶⁶⁸ No PRP a Junta Consultiva era constituída por quinze membros eleitos bienalmente, Em Congresso e por dez deputados e cinco senadores eleitos pelo Grupo Parlamentar, capítulo VIII, art. 28.º da *Lei Orgânica do Partido Republicano Português*, Lisboa, Tip. da Sociedade Editorial Democrática, 1921, p. 10.

governadores civis e ex-governadores civis; h) Pelos presidentes das comissões distrital e municipal de Lisboa e por quatro delegados eleitos pelas comissões paroquiais de cada um dos quatro bairros da mesma cidade”¹⁶⁶⁹. Portanto, a maioria dos membros deste órgão eram delegados de direitos (ocupação de um cargo) e uma minoria eram delegados eleitos. Era um órgão que reunia a elite alargada do PRN, com os seus históricos notáveis, alguns ligados aos partidos antecessores do PRN, mas já sem actividade política activa nesse momento.

A Junta Consultiva reunia quando convocada pelo Directório ou por iniciativa própria. Registamos dez reuniões deste órgão político¹⁶⁷⁰, sendo a primeira reunião a 7 de Maio de 1923 e a última em 9 de Outubro de 1930, conforme relatamos nos capítulos II e VI. Os temas tratados nestas reuniões eram normalmente de grande transcendência para vida interna do partido ou relacionados com a situação política nacional. Na reunião de 7 de Maio de 1923 foi analisado o abandono do Congresso por parte dos parlamentares nacionalistas¹⁶⁷¹, na reunião de 8 de Novembro desse ano foi estudada a possibilidade de constituir um governo extra-partidário presidido por Afonso Costa¹⁶⁷² e na reunião de 15 de Dezembro de 1923 a Junta Consultiva pronunciou-se sobre a possibilidade de participar em governos de concentração. Nas reuniões de 27 de Agosto e de 3 de Setembro de 1925 tomaram-se essencialmente decisões sobre as candidaturas a apresentar nas eleições legislativas desse ano¹⁶⁷³. Após o início da Ditadura Militar a Junta Consultiva ganhou uma relevância maior, dada a impossibilidade de convocar o Congresso do PRN. Na reunião de 3 de Novembro de 1926 apoiou-se a posição assumida pelo Directório face à Ditadura Militar¹⁶⁷⁴. Nas reuniões de 28 de Outubro e 4 de Novembro de 1927 foi analisado e rectificado o projecto constitucional apresentado por António Ginestal Machado¹⁶⁷⁵. Por fim, nas reuniões de 6 de Setembro e 9 de Outubro de 1930 foi analisado o problema do lançamento da União Nacional e a atitude que o partido deveria tomar face à situação política vigente¹⁶⁷⁶. A partir desta data não foi possível reunir este órgão devido às limitações impostas pelo Governo. Nestas reuniões participavam geralmente 50 a 80 membros e as deliberações eram normalmente tomadas após discussão e votação de moções.

1.3. Os Órgãos Directivos Locais

A nível regional, o PRN estava organizado em moldes tradicionais, seguindo a estrutura administrativa (comissões distritais, municipais e paroquiais). Álvaro de Castro ainda tentou que a organização estivesse centrada nos círculos eleitorais,

¹⁶⁶⁹ Art. 31.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, pp. 10-11.

¹⁶⁷⁰ Datas das reuniões da Junta Consultiva do PRN: 07-05-1923; 08-11-1923; 15-12-1923; 27-8-1925; 03-09-1925; 03-11-1926; 28-10-1927; 04-11-1927; 06-09-1930; 09-10-1930.

¹⁶⁷¹ *República*, 3-5-1923, p. 1; *Diário de Lisboa*, 10-5-1923, p. 1; *República*, 5-5-1923, p. 1; *República*, 9-5-1923, p. 2; Carta enviada Álvaro Xavier de Castro, datada em Lisboa, em 9-5-1923, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/741.

¹⁶⁷² *Diário de Lisboa*, 8-11-1923, p. 8; *República*, 9-11-1923, p. 1; *República*, 8-11-1923, p. 1. *Diário de Lisboa*, 12-11-1923, p. 8; *O Combate*, 25-11-1923, p. 2.

¹⁶⁷³ *O Imparcial*, 28-8-1925, p. 4; *Gazeta de Viana*, 10-9-1925, p. 1; *Acção Nacionalista*, 13-9-1925, p. 4.

¹⁶⁷⁴ *Notícias de Viseu*, 6-11-1926, p. 1; *O Debate*, 7-11-1926, p. 1.

¹⁶⁷⁵ *Diário de Lisboa*, 29-10-1927, p. 8; *Diário de Lisboa*, 5-11-1927, p. 8.

¹⁶⁷⁶ *Diário de Lisboa*, 30-8-1930, p. 12; *Diário de Lisboa*, 9-10-1930; *Correio da Extremadura*, 13-9-1930, p. 1.

conforme estava organizado no Partido Republicano de Reconstituição Nacional¹⁶⁷⁷, de forma a tentar obter maior êxito eleitoral¹⁶⁷⁸. No entanto, acabou-se por manter a estrutura clássica dos partidos portugueses que tinha sido seguida pelo PRL¹⁶⁷⁹. O PRP, o PRED e a ULR optaram neste período por constituir «Comissões de Círculo Eleitoral» ou «Federações Municipais» nas sedes dos círculos eleitorais¹⁶⁸⁰.

As comissões distritais eram constituídas por cinco vogais efectivos e cinco vogais substitutos¹⁶⁸¹. As comissões municipais tinham uma dimensão flexível em função da grandeza do concelho e da força do PRN. As comissões municipais de Lisboa e do Porto eram constituídas respectivamente, por doze e nove membros efectivos e igual número de substitutos. Os restantes concelhos podiam constituir comissões de sete, cinco ou três membros efectivos. Nos concelhos onde não fosse possível constituir uma comissão o Directório nomearia um cidadão que representaria os interesses do PRN no concelho¹⁶⁸². As comissões de paroquiais (ou de freguesia) eram constituídas por três vogais efectivos e igual número de vogais substitutos, com excepção das comissões de freguesia de Lisboa e Porto que eram compostas por sete e cinco membros, respectivamente¹⁶⁸³. Cada uma das comissões elegia um presidente e um secretário. As comissões distritais, concelhias e paroquiais estavam subordinadas aos órgãos hierarquicamente superiores, nomeadamente o Directório. As principais funções destas comissões eram a organização partidária e a expansão do partido na sua área de influência. As comissões paroquiais (ou de freguesia) não serão objecto de análise aprofundada neste estudo.

Ao nível das comissões distritais identificamos quinze órgãos políticos com actividade: Comissão Distrital de Beja¹⁶⁸⁴; Comissão Distrital de Braga¹⁶⁸⁵; Comissão Distrital de Castelo Branco¹⁶⁸⁶; Comissão Distrital de Coimbra¹⁶⁸⁷; Comissão Distrital de Évora¹⁶⁸⁸; Comissão Distrital da Guarda¹⁶⁸⁹; Comissão Distrital de Lisboa¹⁶⁹⁰; Comissão Distrital de Portalegre¹⁶⁹¹; Comissão Distrital do Porto¹⁶⁹²; Comissão Distrital

¹⁶⁷⁷ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 66-68.

¹⁶⁷⁸ Álvaro de Castro defendia que a organização do PRN deveria ser “diversa do que tem sido. A base das comissões e núcleos não está nos distritos, nem nos concelhos. Mas sim nos círculos”, Álvaro de Castro, *Diário de Lisboa*, 27-1-1923, p. 8.

¹⁶⁷⁹ Cf., capítulo VIII, art.º 33.º, *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1919, p. 11.

¹⁶⁸⁰ Capítulo VI, art. 21.º a art. 25.º da *Lei Orgânica do Partido Republicano Português*, Lisboa, Tip. da Sociedade Editorial Democrática, 1921, pp. 8-9; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 204-205; *A Noite*, 21-4-1926, p. 3.

¹⁶⁸¹ Art. 37.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 12.

¹⁶⁸² Art. 38.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 12.

¹⁶⁸³ Art. 39.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 12.

¹⁶⁸⁴ *O Bejense*, 29-10-1925, p. 1.

¹⁶⁸⁵ *Diário do Minho*, 23-3-1926, p. 1.

¹⁶⁸⁶ *O Jornal*, 29-12-1923, p. 1.

¹⁶⁸⁷ *República*, 19-4-1923, p. 2; 22-11-1923, p. 1. *O Figueirense*, 19-4-1923, p. 1.

¹⁶⁸⁸ *O Jornal*, 29-12-1923, p. 1; *Acção Nacionalista*, 6-9-1925, p. 2.

¹⁶⁸⁹ *Distrito da Guarda*, 18-2-1923, p. 1; *idem*, 21-10-1923, p. 1.

¹⁶⁹⁰ *O Jornal*, 1-7-1924, p. 1; *O Debate*, 20-4-1924, p. 1.

¹⁶⁹¹ *Acção Nacionalista*, 6-7-1925, p. 4.

¹⁶⁹² *A Norma*, 25-1-1923, p. 2; *República*, 14-4-1923, p. 2; *idem*, 1-12-1923, p. 1.

de Santarém¹⁶⁹³; Comissão Distrital de Viana do Castelo¹⁶⁹⁴; Comissão Distrital de Vila Real¹⁶⁹⁵; Comissão Distrital de Viseu¹⁶⁹⁶; Comissão Distrital do Funchal¹⁶⁹⁷; Comissão Distrital de Ponta Delgada¹⁶⁹⁸. Não foram identificados comissões distritais do PRN em Aveiro, Bragança, Faro, Leiria, Angra do Heroísmo e Horta. No entanto, é possível que tenham existido, pois as actividades das comissões distritais eram reduzidas e tinham pouca repercussão na imprensa. A acção política no terreno estava principalmente nas mãos das comissões municipais, cabendo às comissões distritais um papel activo na negociação com o Directório dos candidatos a deputado e senador pelos seus distritos. Esta escolha provocou, por vezes, algumas tensões com o Directório e com as comissões municipais, conforme relatamos no capítulo II. Nos casos em que não havia acordo, cabia ao Directório o parecer definitivo¹⁶⁹⁹. A escolha dos candidatos às eleições administrativas era normalmente mais pacífica.

Quadro XIX - Comissões Municipais do PRN por Distrito

Distrito	N.º de Concelhos no Distrito	Comissões Municipais do PRN	% de comissões face ao total
Coimbra	17	16	94,1%
Braga	13	12	92,3%
Vila Real	14	11	78,6%
Faro	16	12	75,0%
Santarém	20	15	75,0%
Lisboa	14	10	71,4%
Porto	17	12	70,6%
Castelo Branco	11	7	63,6%
Viana do Castelo	10	6	60,0%
Beja	14	8	57,1%
Portalegre	15	8	53,3%
Leiria	15	7	46,7%
Évora	13	6	46,2%
Bragança	12	5	41,7%
Setúbal ¹⁷⁰⁰	12	5	41,7%
Viseu	24	10	41,7%
Guarda	14	5	35,7%
Aveiro	17	6	35,3%
Total Continente	268	161	60,1%
Angra do Heroísmo; Horta; Ponta Delgada	18	1	5,5%
Funchal	11	9	81,8%
Total Continente e ilhas adjacentes	297	171	57,6%

O Partido Republicano Nacionalista tinha 161 Comissões Municipais no continente, o que representava 60,1% do total dos concelhos de Portugal continental. Se

¹⁶⁹³ *Correio da Estremadura*, 12-05-1923, p. 2.

¹⁶⁹⁴ *O Jornal*, 24-12-1923, p. 4.

¹⁶⁹⁵ *República*, 13-3-1923, p. 1; *O Século*, 13-01-1923, p. 2.

¹⁶⁹⁶ *O Jornal*, 24-12-1923, p. 4.

¹⁶⁹⁷ *O Jornal*, 27-12-1923, p. 2.

¹⁶⁹⁸ Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1063.

¹⁶⁹⁹ Art. 27.º e 41.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, pp. 9 e 13.

¹⁷⁰⁰ O Distrito de Setúbal autonomizou-se do Distrito de Lisboa em 22 de Dezembro de 1926.

tomarmos em consideração o continente e as ilhas adjacentes, o PRN estava organizado em 171 concelhos, o que representava 57,6% do total dos concelhos de Portugal continental e insular. Os distritos com uma malha mais densa de comissões municipais do PRN eram os de Coimbra, Braga, Funchal, Vila Real, Faro, Santarém Lisboa e Porto. Pelo contrário, os distritos de Aveiro e da Guarda eram onde a rede de comissões municipais era mais escassa no continente (ver Quadro XIX). Nas ilhas adjacentes ressalta a fraca rede de comissões municipais nos Açores, com apenas uma comissão municipal identificada. No entanto, é provável que tenham existido mais algumas comissões, que poderão surgir noutras fontes não consultadas. Nas colónias não foi identificada nenhuma estrutura organizativa do PRN.

Estes dados revelam uma presença forte e relativamente homogénea do PRN nas várias regiões da metrópole, mas também demonstram que era o segundo partido do país ao nível da organização partidária. Segundo Oliveira Marques o PRP possuía 19 comissões distritais e 256 comissões municipais na metrópole em 1914¹⁷⁰¹. Não existem dados seguros para o período de 1923 a 1926, mas o PRP continuava, por certo, com uma rede partidária mais consistente do que o PRN. No entanto, o PRN estava bastante à frente do Partido Republicano da Esquerda Democrática, uma vez que este apenas estava organizado em duas federações municipais (situadas nas sedes dos círculos eleitorais) e em 46 comissões municipais¹⁷⁰². O PRN também tinha uma rede política mais densa do que os seus partidos predecessores, como o Partido Republicano Evolucionista, que apenas conseguiu ter comissões políticas em 6 distritos e em 89 concelhos em 1915¹⁷⁰³ ou o Partido Republicano de Reconstituição Nacional que dispunha apenas de 90 comissões (entre distritais e municipais) entre 1920 e 1923¹⁷⁰⁴.

Algumas das comissões distritais e municipais do PRN tiveram vida efémera e houve uma redução do seu número com as cisões lideradas por Álvaro de Castro e Cunha Leal, que foi impossível contabilizar com rigor. Esta falta de consistência das comissões locais poderia ser ultrapassada, segundo alguns nacionalistas, pela dinâmica dos órgãos centrais do PRN. José O'Neill Pedrosa, presidente do Centro Republicano Nacionalista - Dr. Jacinto Nunes, defendia que era “absolutamente necessário admitir-se e dar seguimento à proposta tantas vezes alvitrada nos Congressos, na qual se pediu que cada círculo eleitoral tivesse uma comissão política central nomeada pelo Directório composta de cinquenta vogais que tenham provado prestígio no círculo”. Esta solução de recurso apresentada por José O'Neill Pedrosa pretendia ultrapassar o problema de “em muitos círculos, e não muito longe de nós, nem comissões políticas do nosso partido existem nos diversos concelhos”¹⁷⁰⁵.

As comissões municipais e distritais reuniam geralmente nos centros políticos nacionalistas. Nos locais onde não existiam centros, as reuniões realizavam-se

¹⁷⁰¹ A. H. de Oliveira Marques (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 409.

¹⁷⁰² António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 204-206.

¹⁷⁰³ A. H. de Oliveira Marques (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 412.

¹⁷⁰⁴ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 61-62.

¹⁷⁰⁵ José O'Neill Pedrosa, *Acção Nacionalista*, 15-2-1925, p. 1.

frequentemente nas casas dos notáveis locais¹⁷⁰⁶. Algumas comissões municipais tinham reuniões semanais, como a Comissão Municipal do PRN do Porto, que reunia aos Sábado¹⁷⁰⁷. Contudo, a maioria das comissões municipais apenas reunia nos períodos eleitorais, tendo uma actividade pouco consistente e duradoira. A eleição destas comissões era um puro acto administrativo, uma vez que nunca havia concorrentes, sendo as listas «cozinhas» pelos notáveis locais.

Esta falta de transparência, pluralismo e democracia nas eleições internas também era evidente nas reuniões partidárias locais. Durante estas reuniões havia o que se pode chamar “decisão por interpretação”. As reuniões eram mais para dar conhecimento do que para debater. As propostas eram normalmente aprovadas por ovação e não por votação¹⁷⁰⁸. Veja-se como exemplo a reunião realizada em Fevereiro de 1923 em Évora, entre liberais e reconstituintes, para decidir da fusão dos dois partidos. Foram dadas várias informações, mas não houve nenhum debate. A reunião terminou enviando-se um telegrama a saudar o novo partido¹⁷⁰⁹. O mesmo sucedeu na reunião para analisar a decisão do Directório do Partido Republicano Nacionalista de não viabilizar um governo presidido pelo Dr. Afonso Costa¹⁷¹⁰, ou na indicação de um correligionário para o cargo de Governador Civil de Évora¹⁷¹¹. As comissões serviam quase só para idolatrar e aclamar os líderes – “para dar vivas”. Imperava uma cultura de dependência e de submissão aos líderes, estando os elementos de base numa posição passiva¹⁷¹². As moções e decisões eram tomadas habitualmente por aclamação para criar uma impressão de unanimidade e unidade do partido¹⁷¹³. No entanto, revelavam, acima de tudo que era uma pequena elite que dominava o partido, tomava as decisões importantes e distribuía os recursos disponíveis¹⁷¹⁴.

¹⁷⁰⁶ No dia 13 de Junho de 1923 reuniram-se os membros do PRN do concelho de Alenquer no consultório do Dr. Duarte Rosa Ramos a fim de serem eleitas a comissão concelhia e as comissões de freguesia do concelho de Alenquer, cf., *A Razão*, 20-6-1923, p. 1.

¹⁷⁰⁷ *O Jornal*, 5-1-1924, p. 1.

¹⁷⁰⁸ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 66-67.

¹⁷⁰⁹ *Democracia do Sul*, 29 de Fevereiro de 1923, p. 2.

¹⁷¹⁰ *Democracia do Sul*, 14 de Novembro de 1923, p. 2.

¹⁷¹¹ *Democracia do Sul*, 20 de Novembro de 1923, p. 2.

¹⁷¹² João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p. 72.

¹⁷¹³ Cf., Moção aprovada por aclamação no Centro Político Nacionalista de Portalegre, *República*, 4-1-1924, p. 1.

¹⁷¹⁴ Veja-se a seguinte carta enviada por Jaime Dias, funcionário no Governo Civil de Castelo Branco, para o deputado do PRN, Bernardo Ferreira de Matos, que era o seu patrono em Lisboa:

“Gabinete do Governador Civil do Distrito de Castelo Branco

Meu caro Dr.

Venho informá-lo.

Meu irmão António Lopes Dias concorreu a toda a série de escolas que constam da Lista da Junta.

Tenho o maior empenho em que ele seja colocado em qualquer delas e como não me é possível ir agora a Lisboa muito lhe agradeço de tomar o caso à sua conta e protecção. Não faz questão de localidade, a questão é ser nomeado e como ele tem classificação regular, creio que poderá conseguir-se.

Estão já nomeados os administradores da Sertão e Proença-a-Nova.

Sobre o Governador Civil, como as comissões reúnem hoje, só amanhã poderei dizer-lhe alguma coisa na certeza porém de que, como o meu caro Dr., todos servem desde que representem a opinião e sentir do partido, que deve manter-se mais do que nunca manter-se firme e unido. [...]

Sobre os administradores: Já devem ter tomado posse os que me indicou.

19-11-1923

Os líderes nacionais do PRN raramente sentiam necessidade de ouvir as bases do partido. Alberto Xavier entrevistado por um jornalista do *Diário de Lisboa* sobre a possibilidade de serem consultados os eleitores do PRN em todos os círculos sobre a possibilidade dos parlamentares do PRN regressarem ao Parlamento disse o seguinte:

- “- Não. Não vale a pena. Por exemplo, eu não consulto o meu.
- Porquê?
- Porque já sei que a resposta não pode deixar de ser afirmativa”¹⁷¹⁵.

A comissão distrital e municipal de Lisboa procurou organizar um cadastro das comissões políticas e dos seus associados¹⁷¹⁶ e estreitar os laços entre as várias estruturas do partido¹⁷¹⁷. No entanto, no resto do país a maioria das estruturas funcionavam desligadas umas das outras, com pouca articulação.

Esta realidade não era muito diferente do que se passava em alguns partidos da Europa da mesma época. No Partido Radical Francês as comissões políticas urbanas eram bastante mais activas do que as rurais. Reuniam habitualmente uma vez por mês, com um interregno nos meses de Verão, e tinham uma maior actividade antes dos actos eleitorais. A frequência das reuniões revelava que muitos membros eram passivos e que os cargos dirigentes pertenciam quase sempre aos mesmos cidadãos. As temáticas das reuniões centravam-se em questões internas, como os novos aderentes ao partido, problemas eleitorais locais e questões de política geral. As discussões sobre as decisões dos órgãos centrais não eram centrais, dado que geralmente os aderentes confiavam nos chefes nacionais¹⁷¹⁸. No entanto, os partidos de massas emergentes começaram a operar uma transformação na organização interna. Por exemplo, no Partido Socialista Italiano o referendo interno passou a ser a base das decisões mais importantes¹⁷¹⁹.

1.4. Os Centros Políticos

Os primeiros centros republicanos surgiram em Lisboa em meados do século XIX, tendo por objectivo a instrução dos grupos sociais desfavorecidos e a propaganda dos ideais republicanos. Estes centros proliferaram na capital e nas principais cidades portuguesas contribuindo decisivamente para a edificação da República. Após a criação do sistema de partidos da República multiplicaram-se os centros políticos ou clubes associados aos vários partidos que foram surgindo¹⁷²⁰.

Jaime Dias”. Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁷¹⁵ Entrevista a Alberto Xavier, *Diário de Lisboa*, 28-5-1923, p. 5.

¹⁷¹⁶ Comissão Distrital de Lisboa: “Foi deliberado organizar com toda a brevidade o cadastro partidário do distrito e nessa ordem de ideias vai ser enviada circular a todas as comissões municipais para fornecerem os elementos necessários para tal fim”, *O Jornal*, 5-6-1924, p. 1.

¹⁷¹⁷ Em Abril de 1924 os secretários da Comissão Municipal de Lisboa apresentaram os documentos para elaborar o cadastro do PRN em Lisboa, constituído por dois boletins que ficam arquivados em duplicado: um na comissão política de freguesia e outro na comissão municipal. Nesse momento encontravam-se organizadas 42 comissões do PRN em Lisboa. Resolveu-se que um ou dois membros da Comissão Municipal participassem nas comissões de freguesia para estreitar laços para uma maior coesão partidária, cf., *O Jornal*, 4-4-1924, p. 1.

¹⁷¹⁸ Cf., Serge Berstein, *Histoire du Parti Radical. La Recherche de L'Age D'Or (1919-1926)*, Paris, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1980, pp. 180-181.

¹⁷¹⁹ Cf., Maurizio Ridolfi, *Il PSI e la nascita del partito di massa, 1892-1922*, Roma, Laterza, 1992, p. 41.

¹⁷²⁰ António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 206-209; Lia Ribeiro, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

Os centros políticos promoviam a propaganda e o crescimento dos partidos na sua região. No entanto, também eram um importante agente na sociabilidade, coesão e educação dos sócios. Alguns destes centros tinham um centro escolar e uma biblioteca, promoviam a circulação e a leitura de jornais e organizavam palestras, festas, passeios e comícios.

Mapa I - Centros políticos do PRN (1923-1930)

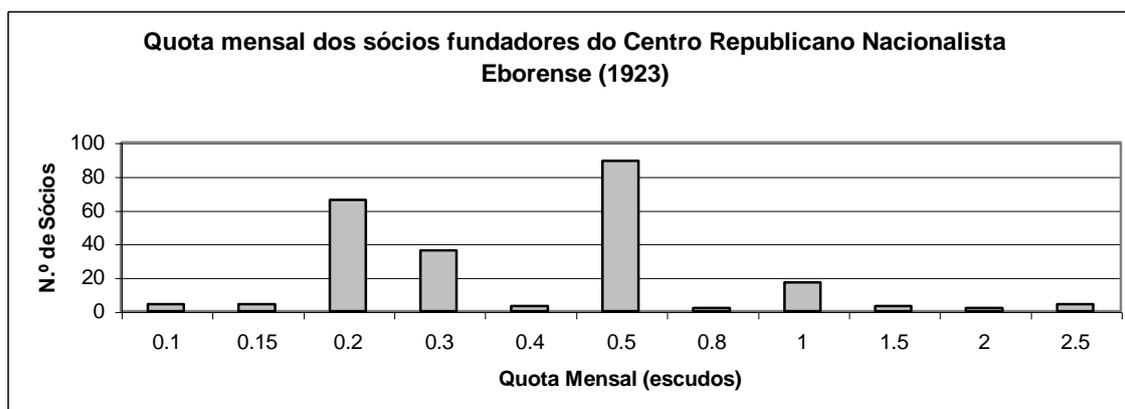


Ao longo da I República o Partido Democrático continuou a ter a hegemonia destes centros. Em 1914 tinha 339 centros ou associações na metrópole¹⁷²¹. Não temos dados seguros para o período de 1923 a 1926, mas o seu número deverá ter descido ligeiramente. O Partido Republicano Nacionalista contava com uma rede de centros mais modesta, reunindo 28 centros no continente, conforme se pode verificar no Anexo 2. A maioria dos centros estava concentrada em Lisboa, que contava com 9 centros do PRN e no Porto, que tinha 2 centros. Os restantes centros estavam espalhados pelo território continental, principalmente em algumas capitais de distrito, como Beja, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Santarém e Vila Real. Havia ainda centros em algumas localidades onde o Partido Republicano Nacionalista tinha forte

¹⁷²¹ A. H. de Oliveira Marques (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 409.

implantação, como Algés, Aljustrel, Barreiro, Figueira da Foz, Loulé, Olhão, Penafiel, Sesimbra e Vila Nova de Gaia. Portanto, conforme se pode ver no Mapa I, o PRN contava com uma rede dispersa de centros políticos, mas com uma fraca densidade, quando comparada com o partido hegemónico da República, pelo que muitos distritos não tinham qualquer centro do PRN, como Castelo Branco, Leiria, Braga, Viseu, Aveiro, Viana do Castelo, Bragança, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta e Funchal. Se a comparação for feita com o Partido Republicano da Esquerda Democrática há uma certa paridade, embora este partido levasse vantagem no Porto e o PRN em Lisboa¹⁷²². Após a instauração da Ditadura Militar os diversos centros políticos do Partido Republicano Nacionalista foram encerrando, principalmente entre 1928 e 1931, em datas difíceis de circunscrever. Alguns destes centros, como o de Aljustrel, adaptaram-se às condições da Ditadura Militar e do Estado Novo, transformando-se em centros republicanos. Estes centros abandonaram a acção puramente política para se dedicarem a actividades lúdicas e culturais.

Gráfico I -



Fonte: Centro Republicano Nacionalista - Livro de Sócios Inscritos, Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Évora (em posse da família).

Era prática comum atribuir aos centros políticos nomes de figuras prestigiadas da República e do partido ou datas marcantes da afirmação republicana. Dentro do PRN tínhamos o Centro Republicano Nacionalista do Barreiro - Dr. António Granjo¹⁷²³, o Centro Republicano - José Falcão, da Figueira da Foz¹⁷²⁴, o Centro Dr. António Granjo de Lisboa¹⁷²⁵, o Centro Republicano 10 de Janeiro de 1919 de Lisboa¹⁷²⁶, o Centro Republicano Ribeiro de Carvalho de Lisboa¹⁷²⁷, o Centro Republicano Nacionalista de Alcântara (Lisboa), Dr. Jacinto Nunes¹⁷²⁸, o Centro Escolar Republicano Dr. António José de Almeida¹⁷²⁹, o Centro Republicano Latino Coelho¹⁷³⁰, o Centro Sidónio Pais de Lisboa¹⁷³¹, o Centro Republicano Nacionalista Dr. Manuel de Arriaga¹⁷³², o Centro

¹⁷²² António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 206-209.

¹⁷²³ *Acção Nacionalista*, 8-3-1925, pp. 4.

¹⁷²⁴ *O Figueirense*, 12-4-1923, p. 1

¹⁷²⁵ *República*, 7-3-1923

¹⁷²⁶ *A Tarde*, 18-1-1924, p. 3

¹⁷²⁷ *República*, 14-3-1923, p. 2.

¹⁷²⁸ *República*, 22-5-1923; *idem*, 18-10-1923, p. 1.

¹⁷²⁹ *República*, 15-6-1923, p. 2.

¹⁷³⁰ *República*, 16-6-1923, p. 2.

¹⁷³¹ *O Rebate*, 11-3-1926, p. 1.

¹⁷³² *República*, 7-3-1923.

Nacionalista de Loulé - Mendes Cabeçadas¹⁷³³, o Centro Nacionalista Cunha Leal, de Olhão¹⁷³⁴, o Centro Político Nacionalista «Dr. Lopes Coelho», de Penafiel¹⁷³⁵.

Em Évora, parte do sucesso do PRN deveu-se ao papel dinamizador do seu centro político que se formou no dia 1 de Março de 1923. O *Centro Republicano Nacionalista Eborense* era um dos principais pólos de sociabilidade política da cidade (existiam mais três centros políticos: Radical, Esquerdista e Democrático). O centro iniciou a sua actividade com 230 sócios fundadores e até 31 de Agosto de 1926 inscreveram-se 330 sócios. Tendo em conta o número de recenseados no concelho de Évora em 1925, podemos afirmar que o centro dispunha de cerca de 9% dos potenciais votantes¹⁷³⁶. A quota mensal que os sócios fundadores pagavam no centro nacionalista em 1923 oscilava entre 0,1 e 2,5 escudos (ver Gráfico I). Chegando a quota máxima aos 5 escudos em 1926. A quota média e a moda situavam-se nos 0,5 escudos. Aqueles que pagavam uma quota mais elevada eram aqueles que tinham um estatuto sócio-profissional mais elevado e que tinham uma participação política mais activa, tendo uma posição de destaque na hierarquia do partido e disputavam os lugares políticos mais prestigiados: deputado, presidente e vereador da câmara municipal, governador civil e administrador do concelho. Os valores pagos pela elite eborense eram inferiores aos praticados nos centros políticos nacionalistas de Lisboa, que em 1923 já cobravam 5 escudos aos membros mais categorizados, chegando aos 7\$50 em 1925¹⁷³⁷.

Os centros políticos desempenhavam um papel fundamental na educação moral e cívica dos sócios e na afirmação dos partidos. Os centros nacionalistas realizavam várias actividades políticas e culturais, embora não tenhamos registado nenhuma ligada à formação e educação formal dos seus sócios e familiares. No entanto, houve outras de estímulo à educação das crianças e dos jovens. Para além das reuniões ordinárias de gestão política do centro, de dinamização política na região e da sociabilidade política no seu espaço, os centros desempenhavam outras quatro importantes actividades.

A primeira actividade a destacar era o recenseamento. Os centros promoviam o recenseamento dos seus sócios e dos seus «amigos». No Centro Ribeiro de Carvalho, de Lisboa, apelava-se frequentemente ao recenseamento eleitoral e dava-se esclarecimentos sobre o processo. Os dirigentes deste centro tinham consciência de que “sem bons recenseamentos não há possibilidade de ganharem eleições, por maior que seja a dedicação partidária”¹⁷³⁸.

A segunda actividade era menos frequente e estava associada a alguns dos centros políticos conservadores do PRN. Estes centros promoviam algumas cerimónias religiosas. O Centro Republicano Dr. Sidónio Pais realizava periodicamente missas e exéquias ao patrono na Igreja de S. Domingos¹⁷³⁹. Eram também usuais as missas de

¹⁷³³ *O Imparcial*, 21-8-1925, p. 1.

¹⁷³⁴ *Acção Nacionalista*, 30-7-1925, p. 4

¹⁷³⁵ Os sócios do «Centro Dr. Lopes Cardoso» do Partido Republicano Nacionalista de Penafiel eram 84, *O Penafidelense*, 6-4-1926, p. 1.

¹⁷³⁶ Desconhecemos o número de sócios que se foram desligando do centro nacionalista entre 1923 e 1925. No entanto, até Dezembro de 1925 tinham-se inscrito 308 sócios. Em 1925 encontravam-se recenseados 3226 indivíduos no concelho de Évora. Manuel Baiôa, *Elites políticas em Évora...*, ob. cit., p. 43.

¹⁷³⁷ Cf., quotas pagas pelo Dr. Bernardo Ferreira de Matos no Centro Republicano Nacionalista do Calhariz e no Centro Republicano Latino Coelho, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família)

¹⁷³⁸ *República*, 20-2-1923, p. 2.

¹⁷³⁹ Cf., convite para participar com a família nas exéquias do patrono na Igreja de S. Domingos, enviado pelo Centro Republicano Dr. Sidónio Pais, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

sufrágio mandada rezar por amigos de António Granjo e pelas vítimas do 19 de Outubro¹⁷⁴⁰.

A terceira actividade prendia-se com a visita dos máximos dirigentes do PRN à localidade e ao centro. Este tipo de evento trazia grande visibilidade aos centros, principalmente aos da província, pelo que constituía uma verdadeira «festa». No dia 25 de Outubro de 1925 deslocaram-se a Coimbra alguns membros do Directório. Foram recebidos na estação dos caminhos-de-ferro por numerosos correligionários, mas também por alguns adversários que tentaram perturbar a manifestação ordeira que os nacionalistas iam realizar. Houve ainda alguns confrontos verbais, mas a chegada da polícia acalmou os ânimos. Posteriormente, houve uma sessão de propaganda, onde intervieram Pedro Pita, Cunha Leal e António Ginestal Machado. Ao terminar o comício os convidados deslocaram-se ao Centro Nacionalista de Coimbra onde decorreu uma cerimónia clássica neste tipo de eventos: foi descerrado o retrato do velho republicano Sr. Francisco Vilaça da Fonseca¹⁷⁴¹. De seguida houve uma reunião para analisar e escolher os candidatos a apresentar às eleições pelo círculo de Coimbra. Por fim para terminar a jornada de propaganda decorreu um banquete no Palácio Ameal para 200 convivas, onde os líderes locais e os membros do Directório puderam novamente discursar e mobilizar os seus correligionários para o acto eleitoral¹⁷⁴². Noutra ocasião, realizou-se uma sessão em memória Dr. António Granjo na sede do Centro Dr. Manuel de Arriaga de Lisboa. A sessão decorreu no do dia 19 de Outubro de 1923, tendo início às 21 horas e 30 minutos. A sala estava repleta de republicanos de todas as camadas sociais e inclusivamente com muitas senhoras e crianças das escolas, o que não era muito comum neste tipo de eventos. A sala estava decorada com o retrato do Dr. António José de Almeida e o retrato do venerado Dr. Manuel de Arriaga. Na mesa da presidência encontrava-se o busto da República e o retrato do malogrado Dr. António Granjo. À esquerda deste, ainda coberto com a bandeira nacional, encontrava-se o retrato do almirante Machado Santos que ia em breve ser descerrado. A sessão decorreu com uma série de discursos dos principais políticos do PRN, sendo o de Cunha Leal o mais saudado e aplaudido. No fim dos discursos uma menina chamada Alice Soares de Oliveira descerrou “no meio do maior silêncio, o retrato do Almirante Machado Santos”. A assistência estava de pé em silêncio e com grande emoção. De repente, irrompem vibrantes palmas e vivas a Machado dos Santos e ao Dr. António José de Almeida. Foram ainda contemplados com o prémio Dr. António Granjo alguns alunos das escolas da freguesia do Sacramento. Este prémio consistiu num “diploma e 25\$00 escudos”¹⁷⁴³ entregues a alguns meninos e livros a outros. Outra actividade habitual dos centros em dias festivos era distribuir um bodo pelos *pobres republicanos*¹⁷⁴⁴. O Centro Nacionalista de Loulé - «Mendes Cabeçadas» tinha uma

¹⁷⁴⁰ *República*, 19-10-1923, p. 2.

¹⁷⁴¹ Os retratos colocados nas paredes dos centros podiam ser de políticos de primeira ordem (republicanos históricos e membros do directório) ou de políticos locais. No Centro Nacionalista de Algés descerram-se os retratos dos mortos do 19 de Outubro (*Acção Nacionalista*, 23-11-1924, p. 3). No Centro Republicano Dr. Sidónio Pais realizou-se uma sessão solene para inaugurar dos retratos de António Ginestal Machado e João Tamagnini Barbosa (*Acção Nacionalista*, 17-1-1926, pp. 1 e 4). No Centro Nacionalista Eborense foram inaugurados no dia 9 de Fevereiro de 1926 os retratos de Alberto Jordão Marques da Costa, Manuel Moniz e Domingos Rosado (*Acção Nacionalista*, 21-6-1926, p. 4).

¹⁷⁴² *O Figueirense*, 29-10-1925, pp. 1-2.

¹⁷⁴³ *República*, 20-10-1923, p. 1.

¹⁷⁴⁴ Cf., *Democracia do Sul*, 7-10-1928, p. 4; *idem*, 8-10-1929, pp. 1-2; *idem*, 5-1-1930, p. 1; *idem*, 12-1-1930, p. 5; *idem*, 7-10-1930, pp. 1-2; *idem*, 7-10-1931, p. 1.

filarmónica. Numa visita do seu protector, a filarmónica recebeu Mendes Cabeçadas com o hino nacional, seguido de «vivas», «palmas» e de um copo de água¹⁷⁴⁵.

Outra actividade periódica levada a cabo pelos centros era a romagem ao cemitério junto à campa de um eminente republicano. Uma das romagens mais famosas era ao túmulo de Machado Santos. Os «bons republicanos» e alguns antigos revolucionários do 28 de Janeiro, 5 de Outubro, 27 de Abril e escalada de Monsanto reuniram-se junto ao monumento de D. Pedro IV no Rossio para iniciarem o cortejo. Na frente da romagem iam estes antigos revolucionários, seguidos de uma carreta dos bombeiros municipais coberta de flores, tendo na frente o retrato do fundador da República e uma bandeira que esteve hasteada na Rotunda no 5 de Outubro. No fim do cortejo seguiam os representantes dos centros políticos republicanos conservadores de Lisboa e dos partidos políticos. O cortejo dirigiu-se ao largo do Intendente, onde foi assassinado Machado Santos, tendo-se feito dois minutos de silêncio. No cemitério do alto de S. João falaram várias personalidades realçando as qualidades de Machado Santos. Este tipo de cerimónias permaneceu durante largas décadas. Por exemplo, durante a Ditadura era comum os republicanos bejenses visitarem a campa de Jaime António da Palma Mira, antigo membro do Partido Republicano Nacionalista.

1.5. A Imprensa

A imprensa era fundamental para a divulgação e afirmação dos partidos políticos. Os dirigentes do PRN estavam conscientes desta necessidade e procuraram dotar o PRN de uma densa rede de jornais cobrindo todo o território nacional. Entre 1923 e 1932 o PRN teve 35 jornais, 26 oficiais¹⁷⁴⁶ e 9 oficiosos¹⁷⁴⁷, em 29 localidades. Chaves e Torres Vedras tiveram dois jornais e Lisboa teve cinco jornais apoiantes do PRN. Dos órgãos de imprensa não oficiais, 3 eram diários e 6 não diários. O PRN teve dois diários e vinte e quatro não diários entre os órgãos oficiais de imprensa (ver Anexo 5). O PRN nunca conseguiu ter jornais nas colónias, nas ilhas adjacentes e nos distritos de Faro, Portalegre e Bragança, conforme se pode verificar no Mapa II. A sua rede de imprensa ficava atrás do PRP e ligeiramente à frente do Partido Republicano da Esquerda Democrática, que chegou a contar com onze jornais oficiais (dois diários) e dez jornais oficiosos (um diário) entre 1925 e 1926¹⁷⁴⁸.

A rede de jornais do PRN foi-se deteriorando com o passar dos anos. Na fase de formação do partido contou com a adesão de numerosos órgãos de imprensa do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, contando

¹⁷⁴⁵ *Acção Nacionalista*, 6-7-1925, p. 4

¹⁷⁴⁶ Eram considerados jornais oficiais do PRN as publicações regulares que defendessem as doutrinas do programa do PRN, adoptassem a sua orientação política e fossem reconhecidos pelo Directório (Art. 44.º do *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, p. 12). Como não identifiquei nenhuma lista oficial da imprensa do PRN (havia um cadastro da imprensa do PRN centralizado no directório, cf., *Acção Nacionalista*, 23-11-1924, p. 3), considerei todas as publicações que indicassem no subtítulo pertencer a algum organismo do PRN ou que declarassem expressamente o apoio ao PRN.

¹⁷⁴⁷ Os jornais oficiosos não indicam no subtítulo qualquer ligação ao PRN, nem declaram expressamente o seu apoio. No entanto, publicam sucessivos editoriais defendendo as posições do PRN, identificam novas adesões ao PRN e listas com os seus corpos dirigentes. Noticiam ainda várias actividades levadas a cabo pelos órgãos do partido.

¹⁷⁴⁸ António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 313.

vinte e quatro jornais em Maio de 1923¹⁷⁴⁹. A dissidência levada a cabo por Álvaro de Castro em Dezembro de 1923 abalou as estruturas do PRN, passando o partido a contar com vinte jornais em Março de 1924¹⁷⁵⁰. O afastamento do poder e os problemas internos contribuíram para que em Dezembro de 1925 já só contasse com catorze jornais¹⁷⁵¹. O enfraquecimento continuou com a cisão de Cunha Leal, uma vez que o PRN passou a ter apenas nove jornais a defender os seus ideais nas vésperas do «Movimento do 28 de Maio de 1926»¹⁷⁵². A Ditadura acentuou a decadência do PRN e da sua rede de imprensa. Em Agosto de 1927 já só contava com seis jornais¹⁷⁵³ e em Agosto de 1930 com três¹⁷⁵⁴. Em 1923 os jornais do PRN cobriam quase todo o território nacional, faltando chegar aos distritos de Faro, Portalegre e Bragança, às ilhas adjacentes e às colónias. No entanto, nos anos seguintes a presença de jornais do PRN no território nacional foi diminuindo, havendo vastas áreas sem qualquer jornal nacionalistas, conforme se pode verificar na evolução dos Mapas III a VIII. Durante a Ditadura Militar houve o encerramento compulsivo de alguns jornais, mas a maioria dos jornais do PRN cessou a publicação por razões financeiras¹⁷⁵⁵, tendo as autoridades governamentais responsabilidades nesta situação, uma vez que aos jornais da oposição estava vedada a publicidade de organismos estatais¹⁷⁵⁶.

Um dos pontos negros na estratégia organizacional do PRN foi não conseguir sustentar com continuidade um jornal diário em Lisboa de dimensão nacional e não ter nenhum jornal no Porto e em Coimbra. Nos primeiros tempos a *República*, de Lisboa, ocupou parcialmente as funções de jornal de referência do partido. Durante o I

¹⁷⁴⁹ *O Debate; O Torreense; Notícias de Viseu; O Penafidense; República; O Correio da Extremadura; O Bejense; A Província; Democracia do Sul; O Figueirense; O Liberal; O Liberal de Basto; Gazeta de Cantanhede; A Concórdia; O Imparcial; O Regionalista; A Verdade; A Razão; Distrito da Guarda; A Opinião; A Voz do Guadiana; O Marão; A Folha de Setúbal; A Norma.*

¹⁷⁵⁰ *O Debate; Notícias de Viseu; O Penafidense; O Correio da Extremadura; O Bejense; Democracia do Sul; O Figueirense; O Liberal; O Liberal de Basto; Gazeta de Cantanhede; O Imparcial; O Regionalista; A Razão; Distrito da Guarda; A Opinião; A Voz do Guadiana; O Marão; Gazeta de Viana; O Correio de Chaves; O Jornal.*

¹⁷⁵¹ *O Debate; Notícias de Viseu; O Penafidense; O Correio da Extremadura; Democracia do Sul; O Figueirense; O Liberal de Basto; Gazeta de Cantanhede; O Imparcial; Distrito da Guarda; A Opinião; A Voz do Guadiana; Acção Nacionalista; O Povo de Gaya.*

¹⁷⁵² *O Debate; Notícias de Viseu; O Penafidense; O Correio da Extremadura; Democracia do Sul; O Figueirense; O Imparcial; A Voz do Guadiana; A Justiça.*

¹⁷⁵³ *O Debate; Notícias de Viseu; O Correio da Extremadura; Democracia do Sul; A Voz do Guadiana; Republica Portuguesa.*

¹⁷⁵⁴ *O Debate; O Correio da Extremadura; Democracia do Sul.*

¹⁷⁵⁵ *A Voz do Guadiana* suspende a sua publicação desde 1-1-1926 até 15-4-1926. Apresentou as seguintes causas para o sucedido:

“Ausência indeterminada do director e proprietário do jornal; doença continuada de quase todo o corpo redactorial; défice apreciável nos nossos rendimentos.”, *A Voz do Guadiana*, 15-4-1926, p. 1.

¹⁷⁵⁶ Veja-se a seguinte circular enviada pelo chefe de gabinete do Ministro do Interior para os governadores Civis:

“Exmo. Senhor Governador Civil de _____
Confidencial 100-A

Encarrega-me sua Exa. o Ministro do Interior de comunicar a V. Exa. que os anúncios das Câmaras Municipais desse distrito devem ser concedidos apenas aos jornais locais situacionistas; e só em caso de extrema necessidade, poderão ser dados a outros jornais, preferindo d’entre estes, aqueles que, ao menos, se limitem, com exclusão de orientação política, a ser de simples informação.

A Bem da Nação

27-1-1934

O Chefe de Gabinete

António Leite Cruz”

ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registo de Correspondência Expedida, Livro 100.

Congresso do PRN surgiu a ideia de se criar um jornal afecto ao PRN¹⁷⁵⁷, dado que embora o *República* defendesse o partido, não era um órgão oficial, uma vez que nunca se quis “sujeitar a pensar pela cabeça dos outros”¹⁷⁵⁸, como já antes tinha feito a *Lucta*. Álvaro de Castro concordou com a fundação de um diário, órgão do PRN, porque “actualmente não há nenhum órgão do Partido Nacionalista mas apenas jornais que defendem a política dele”¹⁷⁵⁹. No entanto, a fundação deste jornal tardou¹⁷⁶⁰ e a *República* nunca chegou a ser órgão oficial do PRN e a autonomia do seu director, Ribeiro de Carvalho, levava constantemente a diferendos com a hierarquia do PRN, tendo culminado com o afastamento deste jornal do PRN e a sua adesão à cauda da Acção Republicana em Dezembro de 1923. Nesse mês, constituiu-se um jornal que ocupou um lugar central na difusão e afirmação do PRN. *O Jornal* iniciou a sua publicação no dia 24 de Dezembro de 1923 e pretendia tornar-se no periódico de referência dos republicanos conservadores. *O Jornal*, era em parte, um continuador d’ *A Lucta*, uma vez que era feito nas mesmas oficinas (Largo do Calhariz, 17) e vários colaboradores e correspondentes deste antigo jornal republicano continuaram a dar o seu contributo ao novo jornal dos nacionalistas¹⁷⁶¹. No entanto, *O Jornal* durou poucos meses. As dificuldades económicas eram muitas tendo o Directório enviado várias missivas aos correligionários e às comissões políticas solicitando um maior contributo para a manutenção do órgão oficial do PRN. *O Jornal* tinha uma “despesa diária de 1000 escudos e a receita de 500 escudos”¹⁷⁶², pelo que era necessário cobrir o deficit de 500 escudos. A estratégia passou primeiramente por solicitar o aumento da assinatura aos correligionários que pudessem pagar mais. No entanto, esta estratégia não deu os frutos necessários pelo que o Directório teve de enveredar por pedir aos membros do PRN que conseguissem “um ou mais assinante, a fim de que «O Jornal» possa viver sem deficit”¹⁷⁶³. Os problemas financeiros mantiveram-se e ditaram que a 20 de Agosto de 1924 cessasse a sua publicação. Dificuldades na gestão¹⁷⁶⁴ e na distribuição¹⁷⁶⁵ e

¹⁷⁵⁷ “Quando na segunda sessão do Congresso Nacionalista, que em Lisboa se realizou no Mês de Março levamos para aquela assembleia a nossa proposta de criação dum jornal, órgão officioso do partido, não tivemos senão em vista contribuir para uma eficiência maior dos esforços partidários, por meio da unidade dos trabalhos da imprensa. O partido tem vários jornais pela província e até em Lisboa “*A República*”, de honrosas tradições republicanas e de uma intensa e brilhante combatividade. No entanto, cada um destes jornais representa mais ou menos o modo de ver individual dos jornalistas, que os escrevem, e, por mais que todos eles queiram aproximar-se e convergir para uma acção harmónica, não há possibilidade de alcançar plenamente esse *desideratum*, visto que a orientação dos dirigentes só muito vagamente é conhecida, através da imprecisa concisão das notas officiosas”, Firmino Martins, “O Novo Jornal Nacionalista”, *O Bejense*, 9-7-1923, p. 1.

¹⁷⁵⁸ *República*, 22-3-1923, p. 1.

¹⁷⁵⁹ Álvaro de Castro, *O Século*, 18-3-1923, p. 2.

¹⁷⁶⁰ Em Setembro de 1923 surgiram algumas notícias anunciando a publicação de um diário do Partido Republicano Nacionalista a partir de 5 de Outubro, denominado «O Nacionalista». Porém, não iniciou a publicação. Cf., *A Tarde*, 19-9-1923, p. 1.

¹⁷⁶¹ *Diário de Lisboa*, 13-11-1923, p. 1; *O Jornal*, 3-1-1924, p. 2.

¹⁷⁶² Carta datada em Março de 1924 em Lisboa e assinada pelo Presidente do Directório, António Ginestal Machado e reproduzida em a *Acção Nacionalista*, 1-2-1925, p. 2.

¹⁷⁶³ Carta datada em Maio de 1924 em Lisboa e assinada pelo Presidente do Directório, António Ginestal Machado e reproduzida em a *Acção Nacionalista*, 1-2-1925, p. 2.

¹⁷⁶⁴ Alguns nacionalistas colaboradores da *Acção Nacionalista* explicaram o fracasso d’ *O Jornal*, por ser mal dirigido e haver muitos colaboradores com ordenados elevados, quando outros não ganhavam nada (*Acção Nacionalista*, 25-1-1925, p. 4).

¹⁷⁶⁵ *O Jornal* e a *Acção Nacionalista* custavam 30 cêntimos e vendiam-se apenas em tabacarias de Lisboa, Porto e Coimbra (*O Jornal*, 27-3-1924, p. 1; *Acção Nacionalista*, 22-8-1925, p. 4). Em Janeiro de 1924 surgiram alguns problemas na recepção d’ *O Jornal* pelos assinantes, uma vez que não receberam alguns números. A administração deste órgão de imprensa do PRN estranhava o sucedido, uma vez que alguns destes assinantes receberam o jornal *A Batalha*. Concluía que deveria haver uma mão oculta

escassez de assinantes e publicidade ditaram problemas de liquidez, que iam sendo ultrapassadas com alguns donativos da elite do PRN¹⁷⁶⁶. No entanto, teve de suspender abruptamente a publicação com um deficit de dezenas de contos, que foi liquidado com o capital dos parlamentares e dos membros do directório do PRN¹⁷⁶⁷.

Mapa II – Localidades com jornais oficiais e officiosos do PRN (1923-1932)



responsável pelo sucedido (*O Jornal*, 14-1-1924, p. 1). Foi elaborado um protesto à administração geral dos correios e telégrafos reclamando por os assinantes não receberam os exemplares do jornal. A administração concluía que havia um propósito de “não só prejudicar o jornal, mas também os assinantes” (*O Jornal*, 18-1-1924, p. 1).

¹⁷⁶⁶ Em Novembro de 1924 Bernardo Ferreira de Matos entregou 300 escudos para “pagar o défice da administração de *O Jornal*”, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁷⁶⁷ “O PRN ressentia-se da falta de um diário, seu órgão, que difundia os seus pontos de vista. [...] Durante alguns meses foi possível manter um jornal, órgão diário do PRN. “Mas o sacrifício que tal empreendimento acarretou, de penoso que era, transformou-se em insuportável, e para avaliar, basta que vos digamos ter sido necessário suspender abruptamente a sua publicação, com deficit de dezenas de contos, quase totalmente suportado pelos membros do Directório e do Grupo Parlamentar. E no entanto, porque não dizê-lo - um pequeno sacrifício de todos os nossos correligionários seria bastante para manter esse indispensável órgão de propaganda partidária. É esse pequeno sacrifício que a todos vimos pedir. Agora mesmo, dentro desta sala do Congresso, não seria difícil angariar os meios para iniciar a publicação”, Relatório apresentado ao Congresso pelo Directório do PRN”, *Acção Nacionalista*, 8-3-1925, pp. 2-3.

Ainda surgiram outras tentativas na capital, como a *Acção Nacionalista*, *O Imparcial* e a *Republica Portuguesa*. No entanto, foram experiências sem grande continuidade e com pouca divulgação. Em Lisboa e na província os jornais iam sobrevivendo com a contribuição dos notáveis locais, uma vez que as empresas não conseguiam criar receitas suficientes para o seu funcionamento¹⁷⁶⁸. Em Viseu, Afonso de Melo, José Júlio César e José Marques Loureiro foram os mentores do *Notícias de Viseu*. Estes membros do PRN assumiram “a totalidade dos encargos financeiros e a quase totalidade dos seus trabalhos de redacção”. Afonso de Melo justificava esta opção, uma vez que o partido precisava de “ter na capital do distrito de Viseu, voz na imprensa”¹⁷⁶⁹. Alguns nacionalistas nunca aceitaram o facto de o partido não ter um órgão de imprensa forte na capital e criticavam os banquetes pagos a preços elevados, quando essas receitas podiam ser canalizadas para a constituição de um jornal¹⁷⁷⁰.

Com o início da Ditadura Militar agravaram-se os problemas dos jornais afectos ao PRN. A *República Portuguesa* sofreu a pressão das autoridades e da censura, e acentuaram-se os problemas financeiros¹⁷⁷¹, que acabariam por ditar a cessação da publicação a 13 de Dezembro de 1927¹⁷⁷². A desmobilização em torno do partido e a acção da censura contribuíram decisivamente para a suspensão da publicação dos jornais afectos aos nacionalistas. Em Agosto de 1930 o PRN já só contava com três jornais que continuavam a defender as suas ideias: *O Debate* de Algés (Oeiras); *O Correio da Extremadura* de Santarém e o *Democracia do Sul* de Évora. O primeiro deixou de ser editado em Abril de 1932; o segundo aproximar-se-ia da Ditadura a partir de 1932; o último converter-se-ia no jornal de referência da oposição no Sul do país até à sua extinção nos anos sessenta, embora sem uma ligação directa ao PRN a partir de 1932. Portanto, a partir de 1932 o PRN deixou de ter uma voz presente na imprensa nacional.

¹⁷⁶⁸ “Se formos verificar as tiragens dos diferentes diários políticos de Lisboa, de qualquer campo ou «nuance», reconhecer-se-á que elas são verdadeiramente irrisórias em relação ao número dos correligionários”, *O Figueirense*, 16-9-1923, p. 3.

¹⁷⁶⁹ Afonso de Melo, *Notícias de Viseu*, 4-3-1923, p. 1.

¹⁷⁷⁰ No dia 11 de Janeiro de 1925 realiza-se um almoço oferecido ao Directório da PRN, custando cada inscrição sessenta escudos, estando inscritos 200 pessoas dez dias antes do almoço. No jornal *A Lucta* questionava-se o seguinte: “Se for de trezentos o número de convivas, custará o banquete dezoito contos. Não é quantia suficiente para fundar um jornal: mas é bem a quarta parte do que será necessário para que o jornal reaparecendo, tivesse garantido a existência por um ano”, *A Lucta*, 1-1-1925, p. 1. Critica ao facto de o PRN ir fazer um jantar de homenagem ao Directório no S. Carlos, custando 60\$00 por cabeça, quando o partido não tem nenhum órgão de informação. Não seria mais útil reactivar o Jornal?, *Diário de Lisboa*, 2-1-1925, p. 1.

¹⁷⁷¹ Veja-se o seguinte extracto de uma carta enviada por Cunha Leal a António Ginestal Machado: “Lisboa, 2-10-1927. [...] situação aflitiva do jornal [...] apesar dos sacrifícios de todos. A situação política não é menos aflitiva”. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/788.

¹⁷⁷² “Ao Suspende”, artigo num jornal não identificado. Neste artigo foram apresentados alguns dos motivos para a suspensão da *República Portuguesa*: A acção da censura não deixando publicar o que o Directório queria; o jornal foi uma vez suspenso por ter enviado à comissão uma notícia que já tinha sido cortada; não foi autorizada uma sessão partidária em Algés; foi mandado encerrar pela polícia uma sessão comemorativa da revolução de 5 de Dezembro que estava a acontecer no Centro Sidónio Pais; a conferência de António Ginestal Machado marcada para o dia 13 de Dezembro de 1927 não foi autorizada, recebendo o Directório essa informação duas horas antes do seu início. Perante este quadro político e tendo em conta as dificuldades financeiras, o Directório ordenou a suspensão do jornal. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1304.

**Mapa III – Imprensa oficial e
oficiosa do PRN (Maio de 1923)**



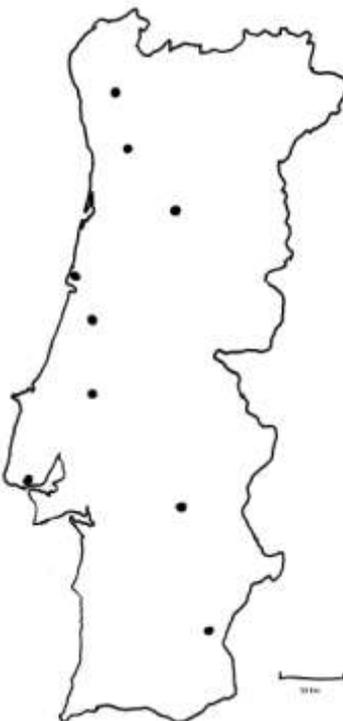
**Mapa IV – Imprensa oficial e
oficiosa do PRN (Março de 1924)**



**Mapa V – Imprensa oficial e oficiosa
do PRN (Dezembro de 1925)**



**Mapa VI – Imprensa oficial e
oficiosa do PRN (Maio de 1926)**



**Mapa VII – Imprensa oficial e
oficiosa do PRN (Agosto de 1927)**



**Mapa VIII – Imprensa oficial e
oficiosa do PRN (Agosto de 1930)**



1.6. O Financiamento

O financiamento clássico dos partidos de notáveis era feito por contactos e laços pessoais, não existindo uma colecta generalizada e regular de fundos. Por isso, não existia uma verdadeira filiação, uma vez que a maioria dos membros de um partido ou de um centro não pagava regularmente a quota ou pagava uma quota muito baixa. Com o aumento da burocratização e com a necessidade de contratar funcionários, a necessidade de financiamento aumentou. Como as quotas não eram suficientes para o desenvolvimento das actividades dos partidos, era necessário recorrer às dádivas pessoais dos seus notáveis e a alguns fundos públicos, que eram dilapidados¹⁷⁷³. O financiamento dos partidos de massas que começavam a emergir na Europa era conseguido de outra forma. No SPD alemão a quota paga pelos membros (masculinos e femininos) tinha um importante peso no financiamento do partido, dado o elevado número de membros. O Partido Trabalhista inglês era financiado principalmente pelos sindicatos, através da quota dos seus associados¹⁷⁷⁴.

No PRN as comissões políticas e os centros tinham grande autonomia financeira. Cada comissão ou centro canalizava as suas receitas para os seus gastos. O financiamento era feito pela quota associativa dos centros e pela assinatura do jornal partidário nacional ou regional. Por vezes, era solicitada uma subscrição pontual para acudir a dificuldades de um jornal ou para a campanha eleitoral, onde se pedia o empenho e o esforço dos membros do partido, em particular dos mais ricos. Havia uma quota mínima, mas cada membro contribuía conforme o seu estatuto sócio-profissional e posição dentro do partido. Assim, no Centro Republicano Nacionalista Eborense Sebastião Batista, trabalhador, e Artur da Conceição Reis, barbeiro, pagavam uma quota de 0,1 escudos, enquanto Alberto Jordão Marques da Costa, reitor do liceu e deputado, e Florival Sanches de Miranda, proprietário, pagavam 2,5 escudos em 1923¹⁷⁷⁵. A publicidade nos jornais nacionalistas também era conseguida através da intervenção dos notáveis¹⁷⁷⁶. Cada organismo era autónomo financeiramente e muitas vezes politicamente, conforme vimos no capítulo II, pelo que não havia uma centralização dos recursos económicos. Este sistema organizativo, com uma grande autonomia financeira dos vários núcleos do partido, marcava a diferença face aos partidos de massas existentes na Europa nos anos vinte. Os novos partidos de integração social eram bastante mais organizados e hierarquizados, com uma preponderância dos órgãos nacionais no controlo do dinheiro do partido¹⁷⁷⁷.

Qualquer despesa extraordinária, como a fundação de um jornal ou uma campanha eleitoral, tinha de ser financiada através da fortuna pessoal da elite do PRN¹⁷⁷⁸. Em Viseu, Afonso de Melo, José Júlio César e José Marques Loureiro foram

¹⁷⁷³ Fernando Farelo Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp. 29-49.

¹⁷⁷⁴ Stefan Berger, *The British Labour Party and the German Social Democrats, 1900-1931. A Comparative Study*, Oxford, Oxford University Press, 1994, pp. 98-102.

¹⁷⁷⁵ Centro Republicano Nacionalista - Livro de Sócios Inscritos, Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Évora (em posse da família).

¹⁷⁷⁶ A Mutualidade Geral de Seguros era uma das principais empresas a colocar publicidade na *Acção Nacionalista*. Dois dos administradores desta empresa eram membros do PRN: Joaquim dos Prazeres Lança (comerciante e antigo presidente das Associações Comerciais e Industriais de Beja e Setúbal) e Luís Costa Santos (técnico de Seguros e director da *Acção Nacionalista*), cf., *Acção Nacionalista*, 6-7-1925, p. 3.

¹⁷⁷⁷ Cf., Maurizio Ridolfi, *Il PSI e la nascita del partito di massa, 1892-1922*, Roma, Laterza, 1992, pp. 8-14.

¹⁷⁷⁸ No espólio de António Ginestal Machado existe um documento com uma listagem da subscrição para as despesas a fazer com as eleições camarárias e das juntas gerais do distrito, que deviam realizar-se a 4 e

os mentores e financiadores do *Notícias de Viseu*, órgão local do PRN¹⁷⁷⁹. Bernardo Ferreira de Matos, deputado do PRN, acudiu com os seus recursos pessoais a várias necessidades dos jornais nacionalistas da capital e pagava uma quota elevada nos centros onde era sócio¹⁷⁸⁰.

Não sabemos se o PRN tinha algum funcionário remunerado, ou se era a Comissão Administrativa que tratava de todos os assuntos burocráticos e financeiros. No entanto, parece-nos que não devia ter nenhum funcionário a tempo inteiro, uma vez que o PRP, no mesmo período, apenas tinha um funcionário na secretaria e um funcionário a meio tempo na tesouraria¹⁷⁸¹, tendo o Directório um orçamento relativamente exíguo¹⁷⁸². Desta forma quase todas as tarefas administrativas e financeiras dos partidos portugueses continuavam a ser executadas pela sua elite.

18 de Dezembro de 1917. Nesta listagem constam diversos nomes e donativos, sendo iniciada por António Ginestal Machado que deu 30\$00. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1909. No Partido Republicano de Reconstituição Nacional também tinham de recorrer à fortuna dos membros da elite para superar as dificuldades financeiras do partido: João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 61-62.

¹⁷⁷⁹ Afonso de Melo, José Júlio César e José Marques Loureiro foram os mentores do *Notícias de Viseu*, “assumindo a totalidade dos encargos financeiros e a quase totalidade dos seus trabalhos de redacção”. O nosso partido “precisa ter na capital do distrito de Viseu, voz na imprensa” Afonso de Melo, *Notícias de Viseu*, 4-3-1923, p. 1.

¹⁷⁸⁰ Em Novembro de 1924 pagou 300 escudos para pagar o défice da administração de “O Jornal” e pagava 7\$50 de quota no Centro Republicano Latino Coelho, cf., Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁷⁸¹ *O Rebate*, 21-4-1923, pp. 3-4; *idem*, 23-4-1923, p. 3.

¹⁷⁸² Orçamento do PRP para o ano de 1922/1923: receita de 9196\$08 escudos e despesa de 7348\$73, cf., *O Rebate*, 21-4-1923, pp. 3-4; *idem*, 23-4-1923, p. 3.

2. Os Membros e a Elite

Neste subcapítulo pretendemos identificar o perfil social dos membros e da elite do PRN e a sua distribuição geográfica. Analisaremos ainda a sociabilidade política e a inserção no sistema clientelar dos membros e da elite do PRN.

2.1. Os Membros

Não foi possível identificar nos arquivos consultados o cadastro completo dos cidadãos que se filiaram no PRN. O desaparecimento dos arquivos centrais do PRN e a dispersão da documentação pelas casas particulares da sua elite torna inviável obter uma imagem rigorosa dos membros deste partido.

**Quadro XX – Distribuição distrital dos membros do PRN, 1923-1926
(amostra)**

Distrito	N.º de membros do PRN	%
Lisboa	98	23,8
Portalegre	45	10,9
Coimbra	40	9,7
Santarém	31	7,5
Porto	31	7,5
Faro	22	5,3
Vila Real	19	4,6
Beja	17	4,1
Funchal	13	3,2
Castelo Branco	8	1,9
Évora	8	1,9
Braga	6	1,5
Setúbal ¹⁷⁸³	6	1,5
Leiria	5	1,2
Aveiro	5	1,2
Angra do Heroísmo; Horta; Ponta Delgada	4	1,0
Bragança	1	0,2
Viseu	1	0,2
Guarda	1	0,2
Viana do Castelo	0	0,0
Não identificado	51	12,4
Total	412	100,0

Fontes: *República*, (17-02-1923 a 16-12-1923); *O Jornal* (24-12-1923 a 20-08-1924); *Acção Nacionalista* (09-11-1924 a 06-03-1926).

No entanto, para obtermos um retrato parcial dos membros do PRN compulsamos dados dos principais jornais do partido em Lisboa e analisamos os dados dos sócios do Centro Republicano Nacionalista de Évora¹⁷⁸⁴. Os jornais consultados foram a *República* (17-02-1923 a 16-12-1923), *O Jornal* (24-12-1923 a 20-08-1924) e a

¹⁷⁸³ O Distrito de Setúbal autonomizou-se do Distrito de Lisboa em 22 de Dezembro de 1926.

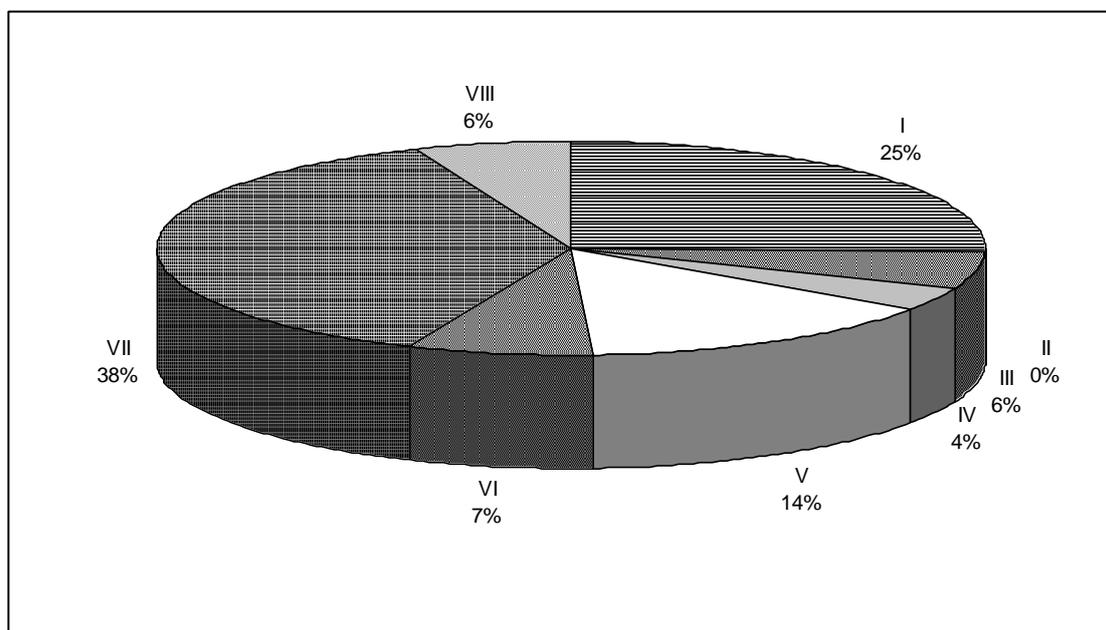
¹⁷⁸⁴ Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista - Livro de Sócios Inscritos.

Acção Nacionalista (09-11-1924 a 06-03-1926). Estes jornais publicavam listagens com as adesões ao PRN de todo o país, indicando frequentemente a localidade e a profissão. Não se tornou viável pela dimensão, um estudo sistemático de todos os membros do PRN, referenciados nos 35 jornais identificados como associados ao partido, como foi feito para o Partido Republicano da Esquerda Democrática¹⁷⁸⁵. Assim, de um universo de pouco mais de 2000 associados, recolheu-se uma amostra de 412 membros do PRN (um em cada cinco), de que se identificaram a profissão e/ou residência (ver tabela 1 e 2 no anexo 6), dois indicadores que permitem uma aproximação a dois aspectos do perfil social dos membros do partido: a composição social e a distribuição geográfica.

Em relação à distribuição geográfica foi possível obter dados para 361 membros, que sugerem uma certa concentração, já que 23,8% dos membros residiam no distrito de Lisboa, 10,9 % no distrito de Portalegre, 9,7% no distrito de Coimbra, 7,5% no distrito de Santarém e Porto. Não foi identificado nenhum membro no distrito de Viana do Castelo e nos distritos de Bragança, Viseu e Guarda apenas foi compulsado um membro, o que representa 0,2% do total, conforme se pode comprovar no Quadro XX.

Em relação à profissão apenas foram identificados 216 membros. Uma generosa maioria era constituída por funcionários públicos (38%) e por proprietários e lavradores (25%). Mas o partido era socialmente mais aberto, compreendendo comerciantes (14%) e industriais (4%); elementos das profissões liberais (7%); das artes e ofícios (6%); e elementos de outras profissões (6%), incluídos na categoria VIII. Era, no entanto, mais fechado aos grupos sociais mais baixos da sociedade: não identificamos elementos dos trabalhadores rurais, conforme se pode verificar no Gráfico II.

Gráfico II- Composição sócio-profissional dos membros do PRN, 1923-1926 (amostra)



I - Proprietários e Lavradores	II - Trabalhadores Rurais	III - Artes e Ofícios	IV - Industriais
V - Comerciantes	VI - Profissões Liberais	VII - Funcionários Públicos	VIII - Outros

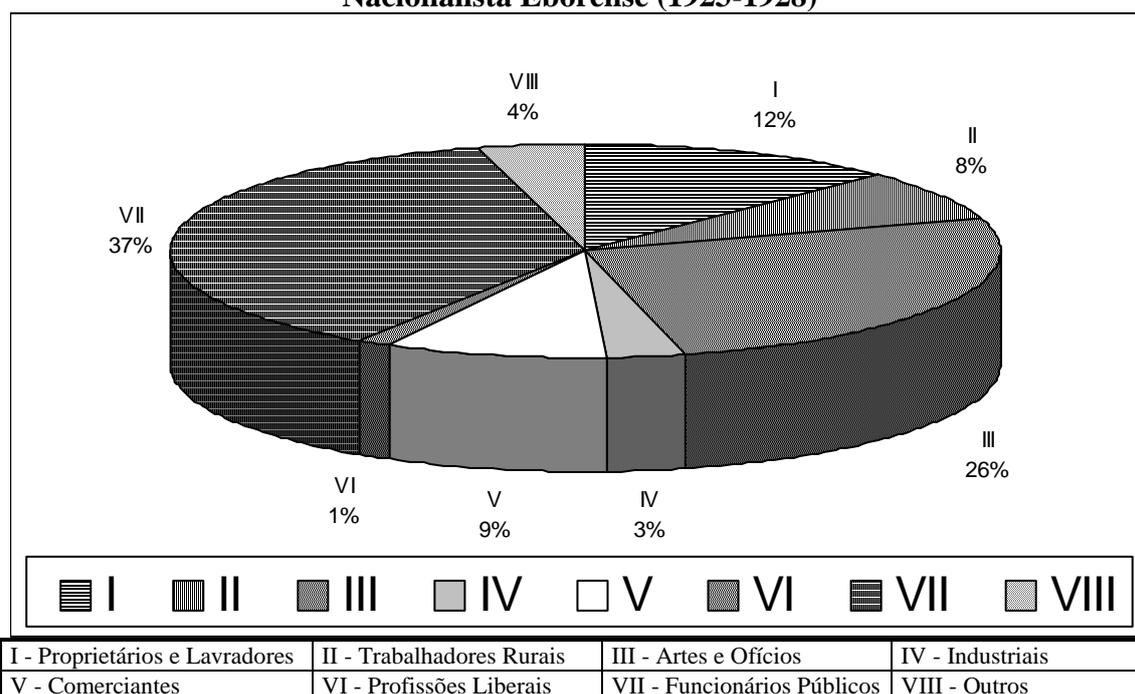
Fontes: *República*, (17-02-1923 a 16-12-1923); *O Jornal* (24-12-1923 a 20-08-1924); *Acção Nacionalista* (09-11-1924 a 06-03-1926).

¹⁷⁸⁵ António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

A qualidade desta amostra não é muito elevada, uma vez que há alguns grupos sócio-profissionais sobrerrepresentados, como os proprietários, os comerciantes e as profissões liberais. Pelo contrário, os trabalhadores rurais e as artes e ofícios estão subavaliados. Sabemos que a classe trabalhadora estava afastada da política por ser maioritariamente analfabeta. Contudo, conforme podemos verificar no Gráfico III referente ao Centro Republicano Nacionalista de Évora, estas classes estavam presentes com um peso bastante superior ao apresentado na amostra, sugerindo uma eventual diversidade regional. Pensamos que a amostra representava mais a elite regional do PRN, do que os elementos de base do PRN. Os elementos do PRN que surgiam nos jornais da capital representavam certamente a pequena elite local e eram uma forma de notabilidade e de prestígio para esta.

A amostra também revela alguns problemas em relação à distribuição geográfica. A concentração de militantes em Lisboa é inquestionável, mas a segunda posição de Portalegre já é duvidosa, bem como a posição de Viana do Castelo. Cruzando estes dados com o número de comissões municipais, centros políticos e jornais do PRN, podemos constatar que os distritos com uma presença mais forte do PRN eram por ordem descendente Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Vila Real, Faro, Santarém, Portalegre, Beja e Évora. Os distritos com uma presença mais ténue eram claramente os dos Açores, Guarda e Aveiro.

Gráfico III - Composição sócio-profissional dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1923-1928)



Fonte: Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista - Livro de Sócios Inscritos.

Em 1925 o Centro Republicano Nacionalista de Évora tinha cerca de 300 associados e havia 3226 recenseados no Concelho de Évora. Portanto, os nacionalistas do concelho de Évora representavam cerca de 9% dos recenseados¹⁷⁸⁶. Com base neste

¹⁷⁸⁶ Desconhecemos o número de sócios que se foram desligando do centro nacionalista entre 1923 e 1925. No entanto, até Dezembro de 1925 tinham-se inscrito 308 sócios. Em 1925 encontravam-se recenseados 3226 indivíduos no concelho de Évora, cf., Manuel Baiôa, *Elites políticas em Évora ...*, ob. cit., p. 43.

indicador podemos estimar que a nível nacional os nacionalistas deveriam representar 3% a 5% dos recenseados, uma vez que os nacionalistas do concelho de Évora tinham uma força muito superior à média nacional. Assim, sabendo que em 1925 havia 574 260 recenseados a nível nacional¹⁷⁸⁷, podemos estimar que os nacionalistas teriam entre 17 a 30 mil associados¹⁷⁸⁸.

A outra fonte analisada foi o *Livro de Sócios Inscritos no Centro Republicano Nacionalista de Évora*. Este centro formou-se no dia 1 de Março de 1923, fruto da fusão das antigas estruturas do PRL e do PRRN. O Centro Republicano Nacionalista de Évora era um dos principais pólos de sociabilidade política da cidade (existiam mais três centros políticos: Radical, Esquerdista e Democrático). O centro iniciou a sua actividade com 230 sócios fundadores e até 31 de Agosto de 1926 alcançou 330 sócios. Estes números são reveladores da importância deste centro e explicam parcialmente as vitórias eleitorais deste partido em Évora¹⁷⁸⁹. A composição sócio profissional desta associação era heterogénea e interclassista, indo ao encontro do seu discurso ideológico de largura social, como se pode verificar no *Gráfico III*. Predominavam funcionários públicos (37%) e trabalhadores das artes e ofícios (26%). No entanto, proprietários e lavradores (12%), comerciantes (9%) e trabalhadores rurais (8%) também tinham uma presença assinalável. As categorias com uma presença mais reduzida eram as profissões liberais (1%), os industriais (3%) e outras profissões inseridas na categoria VIII (4%).

As duas fontes confirmam que a principal área sócio-profissional de recrutamento dos nacionalistas eram os funcionários públicos, como de resto acontecia nos restantes partidos políticos republicanos¹⁷⁹⁰. Os proprietários e lavradores também tinham uma presença significativa, bem como os comerciantes. No entanto, também é notória uma certa estrutura social ampla, ainda que o peso relativo dos trabalhadores rurais e das artes e ofícios fosse limitado. Estes grupos sócio profissionais estavam maioritariamente excluídos do sufrágio, e por isso, também não participavam nos partidos políticos.

2.2. A Elite

Entre os membros do partido destacava-se o grupo dos dirigentes. A elite política do Partido Republicano Nacionalista era constituída pelos membros do directório e do governo do Partido Republicano Nacionalista (15-11-1923 a 18-12-1923), bem como pelos deputados e senadores do PRN nas duas últimas legislaturas da I República (1922-25; 1925-1926). Ao todo, foram identificados 91 membros da elite do PRN (ver Anexo 1) e deles podemos traçar um perfil social mais detalhado.

¹⁷⁸⁷ *Anuário Estatístico de Portugal*, Lisboa, Impr. Nacional, 1931; A. H. de Oliveira Marques (Dir.), *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., [1972-1979], p. 610.

¹⁷⁸⁸ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva estimou que o Partido Republicano de Reconstituição Nacional teria tido 6 mil membros, cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p. 57.

¹⁷⁸⁹ Cf., Manuel Baiða, *Elites políticas em Évora...*, *ob. cit.*, p. 43.

¹⁷⁹⁰ Manuel Baiða, *Elites políticas em Évora...*, *ob. cit.*, pp. 71-90; António José Queirós, *A Esquerda Democrática...*, *ob. cit.*, pp. 210-211; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo...*, *ob. cit.*, p. 60.

A idade média dos membros da elite do PRN era 47,2 anos¹⁷⁹¹. Este número encontrava-se dentro do padrão médio dos partidos republicanos portugueses e ligeiramente inferior quando comparado com os partidos europeus¹⁷⁹². A geração de 1880-1889 e 1870-1879 era a que apresentava mais elementos, conforme se pode ver no Quadro XXI. Era a geração do «5 de Outubro», que estava em 1925 entre os 35 e os 55 anos. No entanto, havia alguns elementos mais idosos pertencentes à geração do «31 de Janeiro de 1891». O notável mais velho, com 66 anos, era Alberto Carlos da Silveira, e o mais novo, com 32 anos, era José Carvalho dos Santos.

Quadro XXI - Estrutura etária da elite do PRN

Década de nascimento	N.º	%
1850-1859	2	2,2
1860-1869	17	18,7
1870-1879	30	33,0
1880-1889	32	35,2
1890-1899	9	9,9
Não identificado	1	1,1
Total	91	100

Quadro XXII - Estrutura sócio-profissional da elite do PRN

Profissão	N.º	%
Oficial do Exército	18	19,8
Outros Funcionários Públicos	14	15,4
Advogado / Conservador do Registo Civil / Notário	12	13,2
Médico / Farmacêutico	10	11,0
Juiz / Magistrado	8	8,8
Professor Universitário	7	7,7
Comerciante / Negociante / Administrador de Empresas / Industrial	6	6,6
Proprietário	6	6,6
Oficial da Armada	4	4,4
Professor do ensino secundário	4	4,4
Jornalista / Editor	2	2,2
Total	91	100

Relativamente à pertença sócio-profissional, os funcionários públicos tinham uma presença esmagadora, aproximando-se dos dois terços, destacando-se particularmente os militares (ver Quadro XXII). Os oficiais do exército e da armada somavam 24,2%, outros funcionários públicos 15,4%, juiz/magistrado 11%, professor universitário 7,7% e professor do ensino secundário 4,4%. Os juristas, em particular os

¹⁷⁹¹ Para o cálculo da idade foi tomada como referência a data das eleições legislativas: 8 de Novembro de 1925.

¹⁷⁹² Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 211-213.

advogados (13,2%) e os médicos (11%) também tinham um peso importante na elite do PRN, à semelhança do que sucedia nos outros partidos republicanos¹⁷⁹³. Os homens dos «negócios» e os proprietários tinham um peso reduzido na cúpula de poder do PRN. No entanto, muitos destes políticos acumulavam algumas actividades económicas com a profissão principal.

Podemos dividir a intervenção económica da elite do PRN em três áreas: a primeira prendia-se com a gestão das propriedades privadas, em particular das agrícolas; a segunda relacionava-se com a gestão de empresas controladas pelo estado, ou onde o estado nomeava alguns administradores; a terceira cingia-se aos comerciantes e administradores de empresas privadas.

No primeiro grupo destacavam-se alguns grandes proprietários. Ângelo de Sá Couto da Cunha Sampaio Maia fez carreira profissional na advocacia, embora fosse um grande proprietário em Santa Maria da Feira. Foi ainda director-geral do Hospital-Asilo de Nossa Senhora da Saúde, de São Paio de Oleiros, fundada pela sua família. António Correia era bacharel em Direito, mas era ao mesmo tempo proprietário em Abrantes. António Gomes de Sousa Varela era um grande proprietário e comerciante na zona de Rio Maior. Bernardo Ferreira de Matos era conservador do registo predial em Lisboa, mas continuava a gerir a sua «influência» e as suas propriedades na Beira Baixa. Carlos Eugénio de Vasconcelos era proprietário e comerciante em Cabo Verde. João Raimundo Alves era viticultor e proprietário abastado da região de Loures, ao mesmo tempo que chefiava a repartição do Governo Civil de Lisboa. Joaquim José de Oliveira era conservador do Registo Civil, mas mantinha a gestão das suas vastas propriedades na sua região de origem (Marrancos, Geraz do Lima, etc.). José de Vasconcelos de Sousa e Nápoles era um grande proprietário em Soure. Mário de Magalhães Infante era funcionário público, mas simultaneamente geria as suas propriedades rústicas em Vila Franca de Xira.

No segundo grupo temos alguns membros do PRN que foram nomeados para administração de algumas empresas pelo poder político. Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá era médico na armada e comissário do governo junto da Companhia de Moçambique. António Ginestal Machado era professor do Liceu de Santarém e foi nomeado em 1911 comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, cargo que exercerá até ao seu falecimento em 1940. António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier era secretário-geral do Ministério das Finanças e Director-Geral da Fazenda Pública (1919-1933). Em 1924 exerceu o cargo de Administrador Geral da Casa da Moeda e da Caixa Geral de Depósitos. Já durante o Estado Novo foi comissário-adjunto do governo na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1940 e 1947). Desempenhou também as funções de presidente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, administrador-geral das Lotarias da Misericórdia de Lisboa. António Vicente Ferreira era oficial do exército, mas desempenhou funções como chefe das oficinas de Luanda (1902-1903), director das Obras Públicas de São Tomé (1903-1904), e engenheiro das Obras Públicas (1909-1910) e da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (1910-1914). Francisco Pinto Cunha Leal foi vice-governador do Banco Nacional Ultramarino (1925-1926) e engenheiro consultor da C.P.. Filomeno da Câmara Melo Cabral era oficial da armada, desempenhou o cargo de governador de Angola (1918-1919) e foi administrador da

¹⁷⁹³ Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 211-213.

Companhia de Moçambique (1920 -1925). João Tamagnini de Sousa Barbosa era oficial do exército, embora também tenha desempenhado os cargos de administrador geral dos C.T.T. Jorge Vasconcelos Nunes administrava as suas propriedades agrícolas em Grândola e pertenceu ao Conselho de Administração da Companhia de Caminhos-de-Ferro Portugueses, em representação do Estado. Tomé José de Barros Queiroz era comerciante, mas foi vogal, vice-presidente e presidente do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (de Dezembro de 1910 a Maio de 1926).

O terceiro grupo compreendia comerciantes e administradores de empresas privadas. António Alves Cálem Júnior foi um importante comerciante na área dos vinhos do Porto. Expandiu a empresa A. A. Cálem & filho, fundada por seu pai. Secretariou a representação portuguesa na Grande Exposição Internacional de Paris em 1900. Foi Presidente da Associação Industrial Portuense entre 1901 e 1903. Presidiu à direcção Comercial do Porto em diversas ocasiões. António Lobo de Aboim Inglês foi sub-director da empresa alemã concessionária das minas de S. Miguel de Huelva (Espanha) entre 1897 e 1912. Com a implantação da República regressou a Portugal vindo a manter-se na mesma actividade económica, colaborando em diversos projectos mineiros e industriais. Simultaneamente seguiu a carreira docente no Instituto Superior Técnico até ao limite de idade (1912-1939). Foi ainda presidente da Associação Industrial Portuguesa em dois mandatos consecutivos nos anos vinte e trinta. Artur Brandão esteve ao longo da sua vida ligado à actividade editorial, ao jornalismo e à indústria hoteleira e da construção. Na sequência da implantação da República partiu para o Brasil onde permaneceu durante sete anos, tendo dirigido o *Jornal do Brasil* e fundado juntamente com Carlos Malheiro Dias a *Companhia Editora Americana* que lançou a *Revista da Semana* e *Eu Sei Tudo*. De regresso a Portugal em 1918 fundou a Sociedade Editora Portugal-Brasil. Em 1931, com os sócios desta sociedade (Júlio Dantas; Samuel Maia Loureiro; Salvador Costa; José Caeiro da Matta; Augusto Monjardinho) assumiu a gerência da Livraria Bertrand. Em 1939 assumiu o cargo de administrador delegado da Companhia de Seguros Sagres, da Livraria Bertrand, da Sociedade Artur Brandão & C.^a e da Companhia de Moçambique que possuía o Grande Hotel da Beira. Foi director da *Revista da Semana* e Cônsul da Grécia. Em 1940 criou a *Sociedade Nova Oeiras Limitada* com o objectivo de urbanizar a “Nova Oeiras” na Quinta de Cima, a qual fazia parte da Quinta do Marquez de Pombal em Oeiras, de que foi proprietário. Esta sociedade tinha como sócios José Espírito Santo, José Maria Pedroso, José Caeiro da Matta e José Marques Sousa. Viveu durante alguns anos no Palácio do Marques de Pombal, em Oeiras, que posteriormente doou para ai se estabelecer a Câmara Municipal de Oeiras. Custódio Maldonado de Freitas era farmacêutico, mas simultaneamente foi presidente da primeira comissão administrativa do Hospital de Dona Leonor (1919), nas Caldas da Rainha e foi sócio da empresa de Limas União Tomé Feteira nos anos vinte, sendo gerente administrativo juntamente com Raul Tomé Feteira. Filomeno da Câmara Melo Cabral era oficial da armada, mas foi administrador da Companhia do Amboim em Angola. (1926-1927). Francisco Cruz era advogado, mas também foi industrial, administrando a firma familiar, serração Thomaz da Cruz & Filhos na Praia do Ribatejo. João Tamagnini de Sousa Barbosa era oficial do exército, mas esteve na administração de algumas empresas privadas durante o Estado Novo, nomeadamente na Parceria dos Vapores Lisbonenses, da Empresa Geral de Transportes, das Companhias Reunidas Gás e Electricidade e na Companhia de Carris de Ferro de Lisboa (1944-1948). Jorge de Vasconcelos Nunes mantinha a gestão das suas propriedades em Grândola e a direcção do Banco Industrial Português (até 1925). Manuel Ferreira da Rocha era funcionário público, mas dedicou-se à

administração da Companhia de Seguros «Tagus», onde era sócio durante o Estado Novo. Paulo da Costa Menano era magistrado, mas presidiu à direcção da Companhia Eléctrica da Beira, que ajudou a fundar. Raul Lelo Portela era advogado, mas dedicou-se também ao comércio com as colónias. Tomé José de Barros Queiroz era comerciante, tendo sido presidente da Associação Comercial de Lisboa em 1913. Desempenhou os cargos de director da Companhia do Boror, de director e co-fundador da Companhia de Seguros «Mutualidade Portuguesa».

O domínio das misericórdias era um alvo prioritário por parte das elites políticas pela rede de «influências» que possibilitava. O PRN controlava a Misericórdia de Lisboa e algumas Misericórdias no resto do país. José da Silva Ramos foi durante vários anos adjunto do provedor da Misericórdia de Lisboa e provedor de 1922 a 1939. José de Matos Sobral Cid e Joaquim Brandão foram dirigentes da Misericórdia de Lisboa no final da I República. António Alves Cálem Júnior presidiu à comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto depois do 5 de Outubro, mantendo-se no cargo até 1929. Nesta instituição desenvolveu diversas iniciativas como o 2.º Congresso das Misericórdias em Março de 1924¹⁷⁹⁴. José Marques Loureiro foi provedor da Misericórdia de Viseu no final da I República. António Ginestal Machado foi provedor da Misericórdia de Santarém entre Novembro de 1919 e Junho de 1933. Alberto Jordão Marques da Costa foi provedor da Misericórdia de Évora entre 1920 e 1923¹⁷⁹⁵.

Quadro XXIII - Qualificações Académicas da elite do PRN

Qualificação Académica	N.º de membros	%
Direito	29	31,9
Militar	20	22,0
Medicina	15	16,5
Humanidades	4	4,4
Outra formação não superior	4	4,4
Agronomia	3	3,3
Engenharia	2	2,2
Farmácia	1	1,1
Sem informação	13	14,3
Total	91	100,0

Uma larga maioria da elite do PRN tinha uma elevada formação académica, fruto de estudos em institutos superiores, universidades e escolas superiores militares. Tomando em consideração o nosso universo, pelo menos 81,3% dos membros da elite do PRN tinham estudos superiores. A formação jurídica (31,9%) era a preponderante, seguida da formação militar (22%) e da medicina (16,5). Estas eram as três qualificações estruturais dos políticos da I República e o PRN seguia o padrão dos partidos republicanos da época. As outras qualificações superiores eram bastante mais reduzidas conforme se pode verificar no Quadro XXIII. A percentagem de membros da elite do PRN que não tinham frequentado escolas superiores era reduzida (4,4%). Contudo, o número real devia ser algo superior, uma vez que os membros que estão incluídos na categoria – sem informação (14,3%), deverão encaixar-se certamente, quando se obtenham mais dados, na categoria - outra formação não superior. Este

¹⁷⁹⁴ *O Jornal*, 18-3-1924, p. 1.

¹⁷⁹⁵ Cf., *O Democrático*, 11-07-1920, p. 2; *idem*, 5-06-1920, p. 2; *idem*, 17-07-1921, p. 1; *idem*, 5-02-1922, p. 2; *Democracia do Sul*, 18-08-1920, p. 1; *idem*, 22-03-1925, p. 2.

quadro não se afasta do paradigma conhecido dos partidos republicanos, embora a elite do PRN tivesse uma qualificação média superior à elite do PRED. Se a comparação for feita com os partidos europeus da época, e particularmente com os do Norte da Europa, o nível de qualificação superior da elite partidária era mais elevado nos partidos portugueses, bem como o peso da qualificação militar¹⁷⁹⁶.

O recrutamento político partidário da elite do PRN fez-se maioritariamente nos partidos progenitores, nomeadamente no Partido Republicano Liberal de onde provinham 61 dos 91 membros da elite do PRN em análise e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional que contava com 18 membros. No entanto, o Partido Republicano Nacionalista também era herdeiro do Partido Republicano Português, uma vez que 42 membros da sua elite passaram pelo partido hegemónico da República. Uma parte importante destes membros acompanhou o PRP na fase da propaganda durante a Monarquia, como Alberto Carlos da Silveira, António Alves Cálem Júnior, António Gomes de Sousa Varela, Constâncio de Oliveira, Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, João Pereira Bastos e Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos, entre outros. Com o início da República alguns membros do PRP enveredaram pelo republicanismo conservador. A PRN recrutou alguns dos seus máximos dirigentes nesta corrente política. O PRN angariou 24 membros da sua elite na União Republicana e 19 no Partido Republicano Evolucionista. Alguns nacionalistas apenas abandonaram o PRP em 1920, quando se deu a cisão que resultaria na formação do Partido Republicano de Reconstituição Nacional, casos de Alberto Jordão Marques da Costa, Álvaro Xavier de Castro, Custódio Maldonado de Freitas, Pedro Góis Pita, entre outros. Estes partidos que acabamos de referir marcaram o passado político da maioria da elite do PRN. Esta elite está inscrita num republicanismo histórico, mas rejeitou o radicalismo do PRP. Contudo, o PRN absorveu outras correntes e elites menos importantes para a sua matriz. A corrente republicana presidencialista materializada no Sidonismo também foi integrada parcialmente no PRN. O PRN acolheu no seu seio 6 membros provenientes do Partido Nacional Republicano (como por exemplo, Belchior de Figueiredo e José Novais de Carvalho Soares de Medeiros) e 1 do Partido Nacional Republicano Presidencialista (João Tamagnini de Sousa Barbosa). Alguns antigos monárquicos que aderiram à República também receberam abrigo no PRN. Na elite do PRN figuravam 9 membros com um passado político monárquico, casos de Afonso de Melo Pinto Veloso, Artur Brandão, Augusto Joaquim Alves dos Santos, Júlio Dantas, Júlio Ernesto de Lima Duque e Roberto da Cunha Baptista. Outras correntes políticas menos importantes que integraram o PRN através dos seus dirigentes foram o Partido Centrista Republicano com 3 elementos, o Partido Republicano Radical com 2, e com apenas 1 representante, o Partido Reformista, a Federação Nacional Republicana, a Conjunção Republicano da Beira e o Partido Republicano Popular.

¹⁷⁹⁶ Serge Bernstein, *Histoire du Parti Radical. La Recherche de L'Age D'Or (1919-1926)*, Paris, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1980; Fabio Grassi Orsini; Gaetano Quagliariello (a cura di), *Il partito politico dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, Bologna, Il Mulino, 1996; Gregory M. Luebbert, *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia. Clases Sociales y orígenes políticos de los regímenes de la Europa de entreguerras*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 1997; Fernando Farello Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004; Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, "Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico", *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417; António José Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 211-213.

Esta elite do PRN quando abandonou este partido encaminhou-se maioritariamente para os partidos de cisão formados no seu seio, casos do Grupo Parlamentar de Acção Republicana que recebeu 19 membros, encabeçados por Álvaro Xavier de Castro e a União Liberal Republicana que recebeu 25 membros, liderados por Cunha Leal. Alguns membros da elite do PRN abandonaram o PRN para a independência política, casos de Alberto de Moura Pinto, Manuel Ferreira da Rocha e Matias Boleto Ferreira de Mira. Por fim, dois elementos da elite do PRN integraram-se nas estruturas da União Nacional. João Cardoso Moniz Bacelar participou na União Nacional em Coimbra, vindo a desempenhar alguns cargos na década de trinta. Albino Soares dos Reis Júnior chegou ao topo da hierarquia da União Nacional. Foi vice-presidente da Comissão Central da União Nacional (1932-1970) e presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1932-1934 e 1938-1945).

A elite política do PRN considerada neste estudo era essencialmente uma elite parlamentar, uma vez que apenas Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker não teve experiência no Congresso da República. Ao nível da experiência governamental, 35 elementos (38,5%) ocuparam pastas ministeriais, principalmente em governos de coligação. Quanto aos cargos políticos locais (governo civil, junta geral do distrito, câmara municipal, junta de freguesia e regedoria) 45 membros da elite do PRN tiveram experiência nestas funções, o que representa 49,5%. Até ao momento a maioria dos estudos defendiam a pouca importância dos cargos locais no recrutamento da elite republicana¹⁷⁹⁷. Contudo, é provável que seja necessário realizar estudos mais detalhados sobre o percurso destes políticos, uma vez que a actividade política local é mais difícil de detetar. A matriz republicana histórica do PRN também estava presente através da Maçonaria, uma vez que 25 membros (27,5%) participaram nesta organização, conforme se pode comprovar no Anexo 1.

A elite do PRN confluiu a este partido pela negação da hegemonia do PRP. Por isso, faltava-lhe alguma homogeneidade, que é patente no passado político que acabamos de retratar. No entanto, uma parte significativa dos membros do PRN estava unida por uma afinidade geracional e por um percurso escolar e militar comum. O estatuto sócio profissional também era um importante elo de união entre os militares, os advogados, os médicos e os funcionários públicos. Alguns destes dirigentes políticos partilhavam uma amizade profunda que mantiveram ao longo das suas vidas¹⁷⁹⁸.

2.3. A Sociabilidade

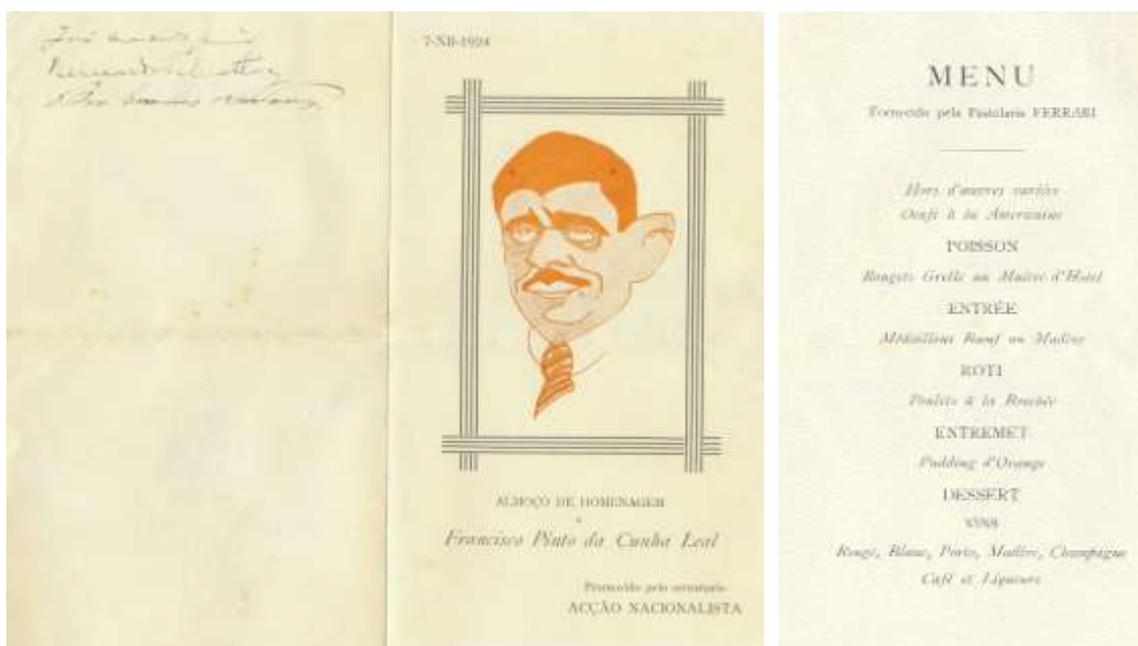
A sociabilidade dos membros do PRN ocorria principalmente nos seus centros políticos. Muitos destes centros funcionavam como um local de convívio, semelhantes às sociedades. Podia-se ter algumas práticas de sociabilidade, como ler jornais e livros, jogar vários tipos de jogos de salão e pontualmente, realizavam-se algumas sessões culturais e musicais. No Centro Republicano Nacionalista do Calhariz os membros do Directório passavam muitas noites a falar de política, a jogar bridge¹⁷⁹⁹ e a fumar¹⁸⁰⁰.

¹⁷⁹⁷ Pedro Tavares de Almeida; Paulo Jorge Fernandes; Marta Carvalho dos Santos, “Os Deputados da 1.^a República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417.

¹⁷⁹⁸ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 39-43.

¹⁷⁹⁹ *O Penafidense*, 17-4-1923, p. 1; *Diário de Lisboa*, 16-11-1923, p. 8.

Imagem I - Menu do almoço de Homenagem a Cunha Leal (7-XX-1924)



Fonte: Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

Imagem II - «Almoço de Homenagem» a António Ginestal Machado realizado no «Club Mayer» (28-II-1926)



Fonte: ABC,
4-3-1926, p. 3

¹⁸⁰⁰ O repórter do *Diário de Lisboa* fez o seguinte retrato de uma reunião do Directório do PRN no Palácio do Calhariz: “Terceiro salão. Mais Fumo. Um retrato grave de Manuel de Arriaga. Nos sofás vermelhos o Directório do Partido Nacionalista”, *Diário de Lisboa*, 13-6-1923, p. 5.

Não detectamos práticas educativas e formativas nos centros do PRN, que eram bastante comuns nos centros do PRP durante a Monarquia e no início da I República. No entanto, houve algumas acções de estímulo à educação das crianças e dos jovens. Os centros estavam vocacionados principalmente para serem locais de reunião e de discussão política. Uma prática recorrente era as romagens ao cemitério para enaltecer os vultos republicanos e a distribuição de um bodo pelos pobres republicanos. As bandas filarmónicas acompanhavam habitualmente as festas, havendo alguns centros que dispunham de banda própria. Estes centros realizavam várias sessões políticas e comemorativas ao longo do ano, principalmente quando eram visitados pela elite política da capital¹⁸⁰¹.

Numa visita a Beja da elite lisboeta do PRN podemos contemplar o ritual habitual destas visitas. Os membros do PRN local de várias localidades do distrito de Beja esperaram pelos dirigentes do PRN nacional na estação dos caminhos-de-ferro no dia 18 de Junho de 1923. O comboio chegou com duas horas de atraso (às 16 horas), mas ninguém arredou pé da estação. À frente saiu António Ginestal Machado, tendo a multidão gritado «vivas» à República. Os convidados dirigiram-se para casa de Francisco Manuel Pereira Coelho, líder local do PRN, onde foi servido uma taça de champanhe, seguido de um discurso de boas vindas por parte do dirigente bejense. Posteriormente todos os nacionalistas se dirigiram para a Quinta do Estação (a 6 km de Beja), onde houve uma confraternização e foi servida uma merenda. Esta quinta era um local de convívio habitual da família republicana, onde já em 1909 se costumava reunir para realizar merendas. Novamente foi o champanhe que marcou presença, com um brinde inicial por parte de Manuel Pereira Coelho, seguido de diversos e vibrantes discursos. Posteriormente, os nacionalistas dirigiram-se para a sede do Centro Republicano Nacionalista de Beja, onde se realizou uma sessão solene, que se iniciou com a inauguração dos retratos de Jacinto Nunes e Jorge Vasconcelos Nunes, que estavam cobertos com a bandeira nacional. Seguidamente diferentes oradores tomaram a palavra, tendo feito diversos elogios a estes dois políticos alentejanos. Perante estes discursos Jorge Vasconcelos Nunes, antigo presidente da Câmara dos Deputados, ficou “verdadeiramente comovido, as lágrimas bailaram-lhe nos olhos, bem como no de muitos assistentes”. A sessão terminou com as palavras do presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado, a que se seguiram, as palavras entusiastas da assistência: “Viva Portugal! Viva a República! Viva o Partido Nacionalista!”¹⁸⁰². A visita dos líderes regionais às aldeias seguia o mesmo padrão e ritual, embora com outra ordem de grandeza. Os membros da Comissão Distrital de Beja do PRN quando visitaram a Cabeça Gorda, a fim de ser eleita a comissão de Freguesia do PRN foram “fidalgamente recebidos em casa do velho republicano e importante lavrador Sr. José Vaz Montes Palma, onde teve lugar, um fino copo de água”. Quando os trabalhos políticos terminaram foi oferecido um “lauto jantar na residência do nosso prestante correligionário Sr. João Thomaz Palma, importante proprietário naquela freguesia, jantar que decorreu na maior animação e entusiasmo. Ao *toast*, fizeram-se brindes de afecto pessoal e político e as mais entusiastas afirmações de fé republicana”¹⁸⁰³.

Nalgumas visitas da elite nacionalista à província começou a usar-se os automóveis. Estas deslocações implicavam uma longa preparação e logística sobre os percursos, assistência aos automóveis, contratação de *chauffeur* e marcação das refeições e dormidas. Nalgumas terras a elite nacional era recebida em casa dos notáveis locais. Era também imprescindível encher as salas de correligionários e simpatizantes

¹⁸⁰¹ Manuel Baiôa, *Elites políticas em Évora...*, ob. cit., pp. 106-111.

¹⁸⁰² *O Bejense*, 24-6-1923, p. 2.

¹⁸⁰³ *O Bejense*, 22-11-1923, p. 1.

para ouvir os discursos dos dirigentes nacionalistas vindos de Lisboa. Para isso, os notáveis regionais e nacionais utilizavam toda a sua influência para atrair o maior número de público. O antigo deputado nacionalista, Bernardo Ferreira de Matos enviou uma carta para um discípulo amigo, no sentido de o cativar a participar numa conferência pública que Cunha Leal ia fazer à Sertã no dia 17 de Janeiro de 1926:

“Como o meu amigo nunca o ouviu, e vale a pena ouvi-lo porque é, sem dúvida, o maior parlamentar dos tempos modernos [...]. Haverá um banquete, com mais de 100 talheres, para a qual está já aberta a inscrição na Sertã”¹⁸⁰⁴.

Os «Banquetes de Homenagem» eram outra importante actividade de sociabilidade política efectuada pelos partidos. No dia 7 de Dezembro de 1924 realizou-se um «Almoço de Homenagem» a Cunha Leal no salão nobre do Teatro de S. Carlos. O menu era português, mas foi traduzido para o francês como era norma na época (ver Imagem I). O almoço foi servido pela pastelaria Ferrari. Cada comensal pagou 60\$00, pelo que apenas participaram membros da elite social do PRN¹⁸⁰⁵. Assistiram ao almoço “cerca de 160 convivas, entre eles pessoas gradas da política das letras, do jornalismo, do Exército e da Armada”. Na mesa de honra em redor de Cunha Leal sentaram-se os membros de elite do PRN a alguns amigos de Cunha Leal. O almoço iniciou-se com a leitura de inúmeros telegramas e cartas de personalidades que não puderam estar presentes, mas não quiseram deixar de homenagear Cunha Leal. Mereceram especial destaque as cartas de António José de Almeida e Bernardino Machado. Terminada a leitura dos telegramas, iniciou-se uma série de brindes. Levantou-se primeiramente o presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado, tendo declarado que estávamos perante não apenas “uma das maiores figuras do meu partido, mas como uma das mais prestigiosas figuras da República”¹⁸⁰⁶. De seguida, outras personalidades do PRN, como Júlio Dantas, Afonso de Melo, Filomeno da Câmara, entre outras, propuseram brindes em honra de Cunha Leal. O anfitrião fez um duro ataque ao partido hegemónico do regime. Para Cunha Leal ali não estavam apenas os seus amigos, mas “os expulsos, os expostos à margem da República, porque meus senhores, quem não é democrático não é republicano, não é sequer português”¹⁸⁰⁷.

Noutro banquete, neste caso de homenagem ao Directório do PRN, realizado no dia 11 de Janeiro de 1925 no salão nobre do teatro de S. Carlos assistiram cerca de 300 pessoas. O salão estava decorado e as mesas adornadas com cravos vermelhos. O serviço foi do Garrett, incluindo o seu sexteto que tocou diversas músicas. Na mesa de honra sentaram-se os membros do Directório e o presidente da comissão organizadora, coronel Mendes Passo. Depois da leitura de telegramas e cartas, passou-se para os brindes. O primeiro a cumprimentar o Directório foi o coronel Mendes Passo, seguido de uma dezena de intervenções de nacionalistas a elogiar a acção dos seus máximos dirigentes do PRN. Representando o Directório, falou o seu presidente, António Ginestal Machado. Começou por defender os pontos essenciais do programa do PRN, que passavam pela “defesa da propriedade privada, garantia da liberdade de consciência e o respeito pela Igreja”¹⁸⁰⁸. De seguida, Júlio Dantas criticou a intenção do Governo

¹⁸⁰⁴ Carta de Bernardo Ferreira de Matos para Teotónio Pedro Barata dos Reis, 6-1-1926, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁰⁵ Convite para participar no Almoço, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁰⁶ António Ginestal Machado, *Acção Nacionalista*, 14-12-1924, p. 2.

¹⁸⁰⁷ Cunha Leal, *Acção Nacionalista*, 14-12-1924, p. 2.

¹⁸⁰⁸ António Ginestal Machado, *Acção Nacionalista*, 18-1-1925, p. 1.

“de extinguir a legação da Santa Sé e de reconhecer a República dos Sovietes”¹⁸⁰⁹. Quando o Directório e Cunha Leal preparavam o confronto das suas «tropas» e das suas ideias no IV Congresso do PRN também realizaram almoços para «delimitar os territórios». O primeiro, de homenagem à *Acção Nacionalista* e de apoio à facção de Cunha Leal, realizou-se no restaurante Tavares no dia 20 de Dezembro de 1925. Contou com a presidência de Filomeno da Câmara e com a ausência do Directório do PRN¹⁸¹⁰. O segundo almoço realizou-se no «Club Mayer», no dia 28 de Fevereiro de 1926 e homenageou o presidente do Directório do PRN, António Ginestal Machado (ver Imagem II). Este banquete foi promovido pelo Centro Dr. Sidónio Pais e serviu para agradecer o apoio dado pelo presidente do Directório do PRN à entrada dos presidencialistas no PRN. No entanto, também serviu para lançar a estratégia do Directório para vencer o próximo Congresso e balizar o grupo de oposição a Cunha Leal, que, como era de esperar não assistiu no referido almoço¹⁸¹¹.

O custo destes banquetes levou alguns nacionalistas a equacionar se seria mais vantajoso reunir fundos para a fundação de um jornal de cariz nacional, de que o PRN estava tão necessitado, do que continuar a realizar este tipo eventos. No dia 11 de Janeiro de 1925 realizou-se um almoço oferecido ao Directório da PRN, custando cada inscrição sessenta escudos. Dez dias antes da sua realização já estavam inscritos 200 pessoas. N’*A Lucta* surgiu uma reflexão sobre este facto: “Se for de trezentos o número de convivas, custará o banquete dezoito contos. Não é quantia suficiente para fundar um jornal: mas é bem a quarta parte do que será necessário para que o jornal reaparecendo, tivesse garantido a existência por um ano”¹⁸¹². Nalguns destes banquetes destinava-se uma mesa para os jornalistas que estavam a cobrir o acontecimento¹⁸¹³. Os longos discursos eram uma das marcas principais destes jantares e almoços. António Ginestal Machado falou mais de uma hora no almoço realizado na Figueira da Foz em sua homenagem¹⁸¹⁴. Era comum realizarem-se almoços com grandes grupos durante os Congressos do PRN. Durante o primeiro Congresso do PRN realizou-se um almoço no restaurante do Coliseu dos Recreios com os delegados ao Congresso e os parlamentares do PRN¹⁸¹⁵. Por vezes, também se realizavam almoços regionais. Em 1923 os representantes do distrito de Beja no Congresso do PRN realizaram um almoço¹⁸¹⁶.

Outros lugares de sociabilidade eram os cafés e restaurantes. Os membros de cada partido tinham os seus preferidos. Um monárquico era facilmente encontrável no Martinho, já um radical, tinha poiso certo na Brasileira¹⁸¹⁷. O Tavares era um dos restaurantes mais distintos de Lisboa e era utilizado para realizar diferentes reuniões políticas da principal elite do PRN. Por exemplo, Cunha Leal reuniu-se com Filomeno da Câmara numa das salas reservadas do restaurante Tavares para conspirarem contra o governo¹⁸¹⁸. Foi também neste restaurante que o pessoal do gabinete do ministro da Guerra cessante, Óscar Carmona, lhe ofereceu um almoço no dia 20 de Dezembro de 1923¹⁸¹⁹. António Ginestal Machado tendo residência em Santarém, mas vivendo vários dias da semana em Lisboa, era um grande frequentador de hotéis, restaurantes e cafés,

¹⁸⁰⁹ Júlio Dantas, *Acção Nacionalista*, 18-1-1925, p. 1.

¹⁸¹⁰ *Acção Nacionalista*, 27-12-1925, pp. 1-2.

¹⁸¹¹ *Acção Nacionalista*, 28-2-1926, p. 4.

¹⁸¹² *A Lucta*, 1-1-1925, p. 1.

¹⁸¹³ Cf., *Correio da Manhã*, 19-3-1926, p. 1.

¹⁸¹⁴ *O Figueirense*, 16-10-1924, p. 1.

¹⁸¹⁵ Cf., *O Século*, 18-3-1923, p. 2.

¹⁸¹⁶ *O Bejense*, 25-3-1923, p. 2.

¹⁸¹⁷ *Diário de Lisboa*, 28-8-1923, p. 5.

¹⁸¹⁸ Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. II, edição do autor, 1967, pp. 308-309.

¹⁸¹⁹ *Diário de Lisboa*, 19-12-1923, p. 1; *idem*, 20-12-1923, p. 1.

onde fumava um “cigarrito feito neste tabaco agora raro que se chama francês, cujo fumo é como o fio de *Ariane* buscando encontrar ideias”¹⁸²⁰. Um dos seus lugares de eleição era o «Hotel Francford», onde dormia e tomava as refeições¹⁸²¹. Neste hotel reunia-se muitas vezes a principal elite do PRN. Um repórter do *Diário de Lisboa* retratou desta forma uma das muitas reuniões realizadas nesse local:

“O Partido Nacionalista vai-se preocupando com as próximas eleições. Há mais de oito dias que no Hotel Francfort (Santa Justa) se reúnem diariamente os marechais nacionalistas srs. Ginestal Machado, Vasconcelos e Sá, Eurico Cameira e José de Nápoles, tendo sido largamente versado a política eleitoral no distrito de Coimbra onde o novel nacionalista Sr. José de Nápoles é grande influente político”¹⁸²².

Portanto, os centros políticos eram o principal local de sociabilidades da classe política, ainda que os cafés e restaurantes continuassem a desempenhar um papel fundamental como ponto de encontro e de discussão de ideias. No entanto, era nas visitas da elite política lisboeta à província que a sociabilidade política ganhava maior visibilidade, pelo ambiente festivo e de confraternização que era criado.

2.4. O Clientelismo

O relacionamento entre os membros/simpatizantes e os líderes do PRN estava marcado muitas vezes pelo clientelismo e por uma cultura de dependência. Estas relações informais, paralelas às relações oficiais, estavam marcadas pela desigualdade de poder e de posição social entre o elemento preponderante, muitas vezes designado por «cacique», «padrinho» ou «patrono» e o seu «cliente», «protegido» ou «afilhado». Muitas vezes os dois tratavam-se simplesmente por «amigo». Havia um intercâmbio recíproco de bens e serviços de variada espécie através de uma relação pessoal e directa. O patrono proporcionava normalmente protecção, bens materiais e acesso a diferentes recursos privados, mas principalmente públicos. O protegido oferecia serviços pessoais, lealdade e apoio, que no período eleitoral se traduzia em votos¹⁸²³.

O clientelismo tradicional surgiu em sociedades tradicionais com um baixo nível de mobilização social, onde os partidos de notáveis enquadravam os escassos elementos politicamente activos. Os «poderosos» participavam na política como corolário da sua posição social. O Parlamento cumpria um lugar central no sistema político e a

¹⁸²⁰ *Diário de Lisboa*, 26-1-1923, p. 5.

¹⁸²¹ *Diário de Lisboa*, 10-5-1923, p. 5; *Diário de Lisboa*, 8-6-1923, p. 8.

¹⁸²² *Diário de Lisboa*, 3-4-1925, p. 1.

¹⁸²³ José Varela Ortega, *Los Amigos Políticos. Partidos, Elecciones y Caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Alianza Universidad, 1977; Ernest Gellner, *Patronos y Clientes*, Barcelona, Jucar Univ., 1986; Javier Moreno Luzon, “Teoria del clientelismo y estudio de la política caciquil”, *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, N.º 89, Julio-Septiembre, 1995, pp. 191-224; Javier Moreno Luzon, “El clientelismo político: Historia de un concepto multidisciplinar”, *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 105, Julio-Septiembre, 1999, pp. 73-95; José Varela Ortega, (Director), *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons, 2001; Javier Moreno Luzón, “A historiografia sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas”, *Análise Social*, N.º 178, ICS, 2006, pp. 9-29. Cf., Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difer, 1991; Fernando Farello Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp. 29-49; Pedro Tavares de Almeida, “O sistema eleitoral e as eleições em Portugal (1895-1910): Uma perspectiva comparada” e Fernando Farello Lopes, “Direito de voto, regime de escrutínio e “eleições feitas” na I República Portuguesa” in André Freire (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, pp. 85-99 e 101-123.

organização burocrática dos partidos estava reduzida ao mínimo. Na Europa do Sul a sociedade estava marcada pela debilidade dos grupos organizados, na qual só uma minoria era capaz de aceder aos bens que a maioria necessitava. Por isso, amplos sectores da população buscavam protecção contra a insegurança. Por outro lado, existe um sistema de valores que enaltece o particularismo nas relações sociais em detrimento dos critérios universalistas de repartição pública. Neste sentido o particularismo é inimigo da equidade. O particularismo dá preferência à consecução de fins privados sobre a satisfação dos interesses colectivos extensos e gerais. A ideia generalizada de que a família e os amigos estão em primeiro impõe-se à ideia de um Estado moderno equitativo. Os partidos de notáveis nas sociedades do sul da Europa adoptaram frequentemente a forma de facções, tentando atrair o apoio de eleitores preferencialmente por meio do «favor» e não pelo programa reformista que defendiam¹⁸²⁴.

Os «patronos» e os «clientes» estabeleciam relações variadas, formando extensas conexões com múltiplos indivíduos. Muitas vezes, o patrono convertia-se em cliente de outro patrono e em intermediário entre os seus clientes e este. Transformava-se desta forma num mediador entre pessoas, que estavam unidas por laços de interesses, «amigos de amigos». Neste período qualquer político com aspirações era obrigado a receber muita gente e a falar cara a cara com eles. Contudo o principal elo de união entre o patrono e o cliente eram as cartas. O notável recebia um número de missivas com pedidos de favores e recomendações proporcional à sua grandeza. O notável era obrigado normalmente a responder estes pedidos se queria continuar a contar com o «afilhado». Portanto, os pedidos e as promessas alimentavam a máquina clientelar. O notável que possuía riqueza e poder económico tinha maior poder de influência e de angariar clientes. Mas não se pode fazer uma associação directa entre poder económico e poder de influência. O notável que possuía aptidões para influenciar o aparelho de Estado e o governo, era aquele que estava melhor colocado para ser um cacique exemplar e para ser tornar no «amigo» mais desejado.

O clientelismo foi um factor de atraso do processo de modernização, secularização, racionalização e democratização da sociedade contemporânea, embora não deixe de cumprir uma função estabilizadora da vida política e integradora do poder estabelecido, ainda que por vias que confinam a legalidade e que provoquem disfunções no sistema liberal. No entanto, o clientelismo teve um papel importante na integração social e evitou muitos conflitos sociais e políticos. O notável era muitas vezes um benemérito local, canalizando ao mesmo tempo verbas para a compra de votos e para obras sociais¹⁸²⁵. O Estado central necessitava também dos caciques para penetrar no meio rural. Os antigos caciques proprietários foram ultrapassados progressivamente pelos novos notáveis (advogados, funcionários municipais, juízes, professores, médicos, farmacêuticos, veterinários, notários, funcionários do registo civil) que entendiam as leis do Estado e podiam servir de intermediários com a administração central. Nos anos vinte a «recomendação» e o «favor» eram um salvo-conduto imprescindível para mover-se na sociedade portuguesa e na sociedade mediterrânica. Qualquer indivíduo da

¹⁸²⁴ Javier Tusell, “El sistema caciquil andaluz comparado con el de otras regiones”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, C.I.S., N.º 2, Abril-Junio, 1978, pp. 7-19; Javier Moreno Luzon, “Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil”, *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, N.º 89, Julio-Septiembre, 1995, pp. 191-224; Javier Moreno Luzon, “El clientelismo político: Historia de un concepto multidisciplinar”, *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 105, Julio-Septiembre, 1999, pp. 73-95; José Varela Ortega, (Director), *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

¹⁸²⁵ João Tamagnini de Sousa Barbosa distribuiu 3 mil escudos pelas escolas do concelho de Abrantes, local por onde tinha sido eleito deputado. *Correio da Extremadura*, 5-6-1926, p. 2.

província que necessitasse de resolver um «problema» em Lisboa, precisava primeiro de ter um «amigo». O cacique era o único intermediário que ligava o campo com a cidade e o povo com o Estado¹⁸²⁶. Por isso, nas sociedades menos desenvolvidas os partidos políticos tinham o poder inferior ao cacique. Manuel Gregório Pestana Júnior, destacado membro do Partido Republicano Português, explicou o que representava pertencer a um partido entre o final do século XIX e o início do século XX:

Nessa altura pouco importava “ser-se republicano, regenerador ou progressista, tinha apenas de ser-se dedicado ao Sr. A, B, ou C e se perguntasse aos políticos de então o que era ser republicano, regenerador ou progressista, a maior parte admirar-se-ia da pergunta e limitar-se-ia a dizer: eu sou do Sr. B, ou do Sr. C”¹⁸²⁷.

No entanto, nas sociedades mais desenvolvidas e nos meios urbanos, o clientelismo tradicional baseado nos notáveis começou a perder importância para o clientelismo de partido, baseado nos políticos profissionais que actuavam como delegados dos partidos de massas. Estes partidos tinham uma complexa rede burocrática e distribuían empregos e favores¹⁸²⁸. O Partido Republicano Nacionalista deu um pequeno passo nesse sentido ao criar uma sessão no jornal *República*, com alguns empregados dedicados em exclusivo a atender os pedidos dos correligionários para resolver assuntos nos ministérios, repartições públicas e tribunais¹⁸²⁹. José Troncho de Melo propôs no I Congresso do PRN que fosse aberta de uma secção junto do Directório que atendessem as reclamações dos correligionários da Província¹⁸³⁰.

O Partido Republicano Nacionalista, à semelhança dos restantes partidos, tinha comissões políticas bastante amplas, mas esta circunstância não pode iludir o facto de apenas um número muito reduzido de personalidades dominarem as estruturas do partido a nível local, ao mesmo tempo que conseguiam relacionar-se facilmente com a elite nacional. Analisando especificamente o caso de Évora, constatamos que o Partido Republicano Nacionalista dispunha nos seus quadros de personalidades com formação universitária que podiam desempenhar as funções de «patrono burocrata». No início do século XX o patrocínio tradicional específico de sociedades fortemente ruralizadas tendeu a transformar-se. O clientelismo tradicional, embora não desapareça, tendeu a diluir-se para dar lugar ao patrocínio de Estado ou burocrático. Com o «cacique proprietário» passaram a competir novos patronos e intermediários que controlavam e proporcionavam certos recursos, bens e serviços específicos, particularmente a mediação com o Estado, daí a importância do «cacique burocrata» na articulação entre o centro e a periferia. Este clientelismo geralmente designado de transição (entre o clientelismo tradicional e o clientelismo burocrático) surgiu em vilas e cidades da província onde se assistia à afirmação do mundo urbano e do Estado Central, como era

¹⁸²⁶ Aurora Garrido Martín, “Historiografía sobre el caciquismo: Balance y perspectivas”, *Hispania*, L/3, N.º 176, 1990, pp. 1349-1360; Antonio Robles Egea, (Comp.), *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1996.

¹⁸²⁷ “Razão de ser do nosso centro”, *O Radical*, 6-8-1911.

¹⁸²⁸ Javier Moreno Luzon, “Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil”, *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, N.º 89, Julio-Septiembre, 1995, pp. 191-224; Javier Moreno Luzon, “El clientelismo político: Historia de un concepto multidisciplinar”, *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 105, Julio-Septiembre, 1999, pp. 73-95; José Varela Ortega, (Director), *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

¹⁸²⁹ *República*, 3-2-1922, p. 2.

¹⁸³⁰ *Diário de Lisboa*, 17-3-1923, p. 3; *República*, 18-3-1923, p. 2.

o caso de Évora¹⁸³¹. O PRN de Évora dispunha nos seus quadros de alguns políticos com o perfil de «notável burocrata». Esta elite tinha a possibilidade de estabelecer uma intercessão entre algumas necessidades dos membros do partido e o Estado. O Dr. Alberto Jordão Marques da Costa membro da comissão distrital e director do centro do PRN (1923-1928) representava este novo tipo de mediador. Era advogado, professor e reitor do Liceu André de Gouveia. Foi ainda Governador Civil de Évora em duas ocasiões (de 27/12/1914 a 05/02/1915 e de 24/05/1915 a 23/10/1917) e deputado entre 1919 e 1921 e entre 1922 e 1926. Presidiu à Comissão Executiva (1923-1925) e ao Senado (1926) da Câmara Municipal de Évora e foi Provedor da Misericórdia (1920-1923). Dirigiu o diário *Democracia do Sul* (1917-1932), órgão oficioso nacionalista, foi membro substituto do directório do PRN (1923-1935) e chefe de Gabinete do Ministro Pedro Pita (Novembro/Dezembro de 1923). O Dr. Domingos Vítor Cordeiro Rosado era outro dos membros destacados que o PRN contava nas suas fileiras. Era advogado e professor da Escola Primária Superior e da Escola Comercial e Industrial de Évora, foi deputado em 1919, Governador Civil em 1921 e 1923-1924, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora em 1919 e 1926 e director da Casa Pia de Évora¹⁸³².

A influência destes dois notáveis nas Escolas e na Câmara Municipal de Évora é visível no recrutamento partidário, dado o elevado número de contínuos das escolas, de polícias municipais e funcionários da Câmara Municipal de Évora que ingressaram no Centro Republicano Nacionalista¹⁸³³. O poder que o Dr. Alberto Jordão Marques da Costa contava em Évora pode-se comprovar também pelo facto de ter conseguido levar por diante a sua candidatura a deputado pelo círculo de Évora em 1922, contrariando a posição do directório do PRN que queria candidatá-lo pelo círculo de Santo Tirso.

Para além da dinâmica clientelar relacionada com as eleições, que foi abordada no capítulo II, a elite e os membros do PRN estabeleciam um tipo de relação baseada nos favores e nas recomendações. Estes vínculos foram identificados na correspondência privada depositada nos espólios de alguns dirigentes do PRN. Nestas cartas podemos distinguir os favores individuais dos favores colectivos e dentro dos favores individuais podemos diferenciar as recomendações. Temos ainda toda a dinâmica das eleições, que não será aqui abordada. Em relação aos favores individuais centravam-se maioritariamente em pedidos de empregos públicos, acesso a postos mais elevados na administração pública, mudança no local de emprego e resolução de problemas burocráticos com o Estado, como a isenção do serviço militar. Por vezes também aparecem alguns pedidos para negócios particulares. As recomendações centravam-se na procura de emprego ou na obtenção de boas classificações nos exames. Os pedidos colectivos são mais escassos. Concentravam-se normalmente no arranjo de alguma estrada ou pequena obra pública. Esta situação denota algum atraso na sociedade portuguesa e nos partidos portugueses, uma vez que os pedidos colectivos eram já muito comuns na Europa dos anos vinte¹⁸³⁴.

¹⁸³¹ Fernando Farelo Lopes, *Poder Político...*, ob. cit., pp. 11-50; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, “O Clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido constituinte (1920-1923)”, *Análise Social*, Vol. XXXII, n.º 140, 1997, pp. 31-74.

¹⁸³² Veja-se uma análise mais alargada da elite nacionalista em Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora* ..., ob. cit., pp. 81-85, 96-105.

¹⁸³³ O *Centro Republicano Nacionalista Eborense* teve como sócios 21 polícias, 5 funcionários das escolas e 10 funcionários da Câmara Municipal. Cf., Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista - Livro de Sócios Inscritos.

¹⁸³⁴ Javier Moreno Luzon, “Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil”, *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, N.º 89, Julio-Septiembre, 1995, pp. 191-224; Antonio Robles Egea, (Comp.), *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*, Madrid, Siglo Veintiuno

A solicitação de favores colectivos para a comunidade ocorria com menor frequência. Quase sempre relacionava-se com pedidos para a realização de obras públicas. Abílio Fernandes, habitante da Sobreira, concelho de concelho de Proença-a-Nova, escreveu a Bernardo Ferreira de Matos para este interceder junto do Ministro para a construção da estrada Ródão-Oleiros, tendo esta pretensão tido já o apoio do Governador Civil de Castelo Branco¹⁸³⁵. O Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Torres Novas, João Martins de Azevedo, escreveu a António Ginestal Machado para que este falasse com o engenheiro das obras públicas, António Pinto e Mendonça Ribeiro:

“V. Ex.a está em boas relações com o engenheiro das obras públicas António Pinto e Mendonça Ribeiro? Tendo nele essa confiança e n'estas condições desejava que V. Ex.^a lhes pedisse para que não contrariasse as pretensões da Câmara. [...] 1.º - Os lances das estradas arrematadas ultimamente fossem aplicados no calçamento duma rua de Torres Novas. 2.º - Reparação da Estrada n.º 124”¹⁸³⁶.

Algumas vezes havia uma mescla de favores colectivos com individuais, nunca perdendo de vistas as eleições. Atente-se à seguinte carta enviada por António Abreu Freire para Egas Moniz:

“Escrevo hoje ao Dr. Bernardo Marques a agradecer-lhe tudo e renovo o pedido sobre a criação da escola em Água Lavada que, se pudesse ser publicado o despacho ou o decreto a que apenas falta a assinatura do Presidente, antes das eleições, nos daria uma óptima situação. Fale também do assunto ao Dr. Bernardo. Passadas as eleições vou mandar-lhe um memorial sobre a estrada de Aldeia a Alumieira a ver se se consegue do ministro respectivo a ordem de serviço para a mandar estudar. Falo-lhe também na troca de duas professoras de Valega que não será coisa difícil, se for tratada urgentemente. [...] Na eleição que pode perder-se, a diferença é pequena e é necessário recorrer a tudo”¹⁸³⁷.

Os favores individuais eram os mais frequentes e centravam-se principalmente no pedido de empregos. Os notáveis, depois de receberem o pedido tinham de o encaminhar para a pessoa que podia interceder pelo seu «amigo». Júlio Dantas escreveu ao Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, António Cândido de Figueiredo, para satisfazer um pedido de um «amigo» do seu correligionário Vicente Ferreira:

Exmo. Senhor Presidente e amigo

O meu amigo e correligionário Vicente Ferreira, julgando-me ainda Presidente Academia, enviou-me uma carta recomendando um candidato à vaga de contínuo existente no quadro de funcionários. [No final da carta solicitou que o pedido fosse levado em conta]”¹⁸³⁸.

Editores, 1996; Javier Moreno Luzon, “El clientelismo político: Historia de un concepto multidisciplinar”, *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 105, Julio-Septiembre, 1999, pp. 73-95; José Varela Ortega, (Director), *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

¹⁸³⁵ Carta enviada por Abílio Fernandes para Bernardo Ferreira de Matos, Liceu José Falcão, Sobreira, 4-8-1927, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸³⁶ Carta de João Martins de Azevedo para António Ginestal Machado, Lamarosa (Torres Novas), 20-3-1926, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/672.

¹⁸³⁷ Carta enviada por António Abreu Freire para Egas Moniz, 3-11-1923, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸³⁸ Carta de Júlio Dantas para António Cândido de Figueiredo, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, 29-7-1924, processos individuais dos académicos, Júlio Dantas, Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa.

Bernardo Ferreira de Matos, antigo deputado nacionalista, nesse momento a militar na União Liberal Republicana, desempenhava um papel fundamental na ligação dos seus conterrâneos e correligionários a Lisboa e à administração pública. Veja-se a seguinte carta enviada por João Crisóstomo:

Exmo. Sr. Dr. Bernardo de Matos [...]

Agradeço a indicação do meu nome para o cargo de inspector [...]. Era um grande favor indicar também o nome do meu cunhado Manuel Domingos proprietário e industrial [...].
João Crisóstomo¹⁸³⁹.

Outra pretensão habitual relacionava-se com livrar os mancebos da tropa. O pai de Cunha Leal enviou a seguinte carta ao seu filho:

A portadora desta é agora minha criada e tem servido razoavelmente. Vai ver se livra o noivo de ir para a Índia como militar; se lhe puderes valer nesta aflição muito te agradeço [...]. José Pinto da Cunha¹⁸⁴⁰.

As recomendações para auxílio nos exames também surgem com alguma frequência. Atente-se à seguinte carta enviada por Bravo Sena para Bernardo Ferreira de Matos:

“Temos um correligionário em Pombal de nome Severino Silva [...] que tem um primo de nome Álvaro Silva de Pombal, aluno na Faculdade de Direito, que tendo feito um exame no dia 22 do corrente e tendo como professor e examinador o Doutor Rocha Saraiva para o qual me pediu uma recomendação; mas eu conheço de simples relação de cortesia o Doutor Rocha Saraiva. Quer o meu amigo fazer-me um favor de o recomendar com insistência? Era um grande favor; sendo certo que ao nosso correligionário direi que foi o meu amigo quem o recomendou¹⁸⁴¹.

Outra pretensão comum era conseguir a transferência do local de trabalho dentro da administração pública. A. de Almeida Garret escreveu a Bernardo Ferreira de Matos para fazer o seguinte pedido:

“Agora um pedido. É capaz de arranjar a transferência do 1.º sargento Joaquim Bernardo da infantaria 19 de Lamego para o 12 da Guarda? Ou ao menos para a 21 da Covilhã¹⁸⁴².

Egas Moniz escreveu ao chefe de gabinete do Ministro da Instrução, Simão Raposo, a solicitar uma permuta de professores. Esta carta foi entregue em mão por Bernardo Ferreira de Matos, que lhe explicou em detalhe as protecções de Egas Moniz.

¹⁸³⁹ Carta enviada por João Crisóstomo para Bernardo Ferreira de Matos, Vila de Rei, 22-3-1927, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁴⁰ Carta de José Pinto da Cunha para Francisco Pinto da Cunha Leal, Alcaide, 3-1-1925, Arquivo Particular de António Ventura – Portalegre e Lisboa, Correspondência vária de e para Cunha Leal.

¹⁸⁴¹ Carta enviada por Manuel Fernandes de Carvalho para Bernardo Ferreira de Matos, Figueiró dos Vinhos, 14-1-1927, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁴² Carta enviada por A. de Almeida Garret para Bernardo Ferreira de Matos, Castelo Branco, 24-7-1922, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

“Peço-lhe o favor de recomendar com maior interesse ao seu Ministro uma permuta de professores em que muito me empenho. O Sr. Dr. Bernardo de Matos meu prezadíssimo amigo e ilustre deputado lhe exporá o assunto em pormenor”¹⁸⁴³.

Com a chegada do PRN ao governo a 15 de Novembro de 1923 as oportunidades abriram-se para os nacionalistas. Assim, passados dois dias, Agostinho Diogo Horta escreveu a António Ginestal Machado para lhe dar os parabéns pela chefia do executivo e para lhe fazer um pedido:

“Eu, republicano de antes de 1910, e nacionalista registado, ofereço os meus serviços a V. Exa. para qualquer cargo de confiança política, de que haja necessidade, ou outro compatível com os meus conhecimentos de contabilidade”¹⁸⁴⁴.

Na mesma ocasião chegou um novo pedido, desta vez era para as vagas na repartição de finanças do concelho de Portalegre. Boaventura Rodrigues Grincho Pinela escreveu a António Ginestal Machado para informá-lo da sua pretensão, que poderia também beneficiar o PRN:

“Tem esta o fim de vir junto de V. Ex.^a pedir o seguinte. Estando para sair por estes dias as promoções dos fiscais a aspirantes de finanças, e encontrando-se duas vagas na repartição de finanças do concelho de Portalegre a que me consta estão prometidas a dois democráticos, mas como a situação mudou, venho pedir a V. Ex.^a para que eu seja colocado na dita repartição.

Espero mais este obséquio de V. Ex.^a”¹⁸⁴⁵.

As elites regionais do Partido Republicano Nacionalista procuravam influenciar a ocupação das vagas mais importantes da administração pública portuguesa. O deputado Custódio Maldonado de Freitas escreveu a António Ginestal Machado encaminhando as pretensões dos nacionalistas de Leiria:

“Os amigos de Leiria recomendam para a próxima vaga de Juiz de Santarém vá o Juiz de Leiria, Alfredo Augusto da Fonseca Vaz se os Srs. Drs. Ginestal Machado e Lopes Cardoso assim o entenderem”¹⁸⁴⁶.

A defesa dos interesses dos nacionalistas face aos democráticos era uma «batalha» que os nacionalistas não podiam perder se queriam afirmar-se como um importante partido do regime. Daí a necessidade dos notáveis estarem atentos às pretensões dos seus «soldados». Veja-se a seguinte carta enviada por Bruno Serra a Bernardo Ferreira de Matos:

“Meu Pr. Amigo [...]

O professor oficial de Orgais, concelho da Covilhã, é nacionalista desde há muito e pretendia o seguinte: É casado com uma professora que está desempenhando as mesmas funções naquela localidade, mas como interina, pois a efectiva, mulher de 70 anos

¹⁸⁴³ Carta enviada por Egas Moniz para o Chefe de Gabinete do Ministro da Instrução, Simão Raposo, Lisboa, 28-5-1924, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁴⁴ Carta de Agostinho Diogo Horta para António Ginestal Machado, Lisboa, 17-11-1923, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/887.

¹⁸⁴⁵ Carta de Boaventura Rodrigues Grincho Pinela para António Ginestal Machado, Portalegre, 17-11-1923, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/859.

¹⁸⁴⁶ Carta de Custódio Maldonado de Freitas para António Ginestal Machado, carta não datada, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/859.

completamente inutilizada e com 40 anos de serviço requereu a respectiva aposentação há seis meses. Ora o interesse da professora é ficar efectiva e nisso é contrariada pelos democráticos do concelho por virtude do marido ser nacionalista, mas está nas condições legais para ser provida. [...] Poderá meu amigo ter a bondade de manobrar isto?”¹⁸⁴⁷.

Noutra ocasião, António de Abreu Freire escreveu a Bernardo Ferreira de Matos para lhe agradecer os favores obtidos e para pedir mais alguns:

“Exmo. Sr. Dr. Bernardo Matos e muito meu prezado amigo
Beijo-lhe as mãos, cheio de gratidão pelos obséquios recebidos. Já foi criada a escola em Água Lavada e o 4.º lugar na escola de Avança. Muito e muito Obrigado. Veja agora se me consegue com a possível urgência, a permuta entre as duas professoras D. Adelaide Duarte Pereira, de Valega e D. Emília da Conceição Valente Martins de Azagães de Carregosa. [...] Veja também o visto no contrato do professor Alfredo José Pereira com a escola prática de Santo Tirso. Também me interessa imenso porque seja resolvido este caso com urgência.

Agora outro assunto que chamo a atenção de V. Exa. que é absolutamente confidencial. O Dr. Artur Marques Figueira, amanuense ou coisa parecida no Tribunal da Relação do Porto, está actualmente em Salreu, sua terra natal, deste concelho a trabalhar contra nós nas eleições da Câmara. Peço a V. Exa. que vá ter com o Ministro da Justiça para por intermédio do Tribunal da Relação o chamar imediatamente ao seu posto e retirá-lo daqui. É um favor que muito e muito me penhora”¹⁸⁴⁸.

Os vínculos que os protegidos tinham com o protector eram mais fortes do que com o partido. A. Guilhermino Lopes informou Bernardo Ferreira de Matos que estava incondicionalmente com ele:

“Se houver qualquer novidade em que tenha de tomar qualquer atitude pode ter em consideração que o acompanharei, pois muito desejo demonstrar-lhe que não esqueço o bem que tem feito. Completamente à margem dos partidos, e reconhecendo que, se não fosse a sua intervenção junto do conselho disciplinar teria sido perseguido à *outrance* pelos meus ex-correligionários”¹⁸⁴⁹.

A atracção dos notáveis regionais para o seio dos nacionalistas era fundamental pela rede de influência que dispunham na sua região e pelos votos que conseguiam. Paul Joaquim Gonçalves informou António Ginestal Machado do esforço para atrair um cacique:

“O Ribeiro da Silva está teimosíssimo. Até agora não consegui demovê-lo da resolução em que se firmou de não querer nada com o Directório. E é pena, porque lhes faz falta lá no partido, em razão dos votitos de que dispõe!”¹⁸⁵⁰.

Era essencial possuir um protector para viver num mundo cheio de incertezas e dificuldades. Por vezes, havia «dádivas» ou «trocas» de protegidos entre os notáveis. Veja-se a seguinte carta enviada por Egas Moniz para Bernardo Ferreira de Matos:

¹⁸⁴⁷ Carta enviada por Bruno Serra para Bernardo Ferreira de Matos, Figueiró, 19-1-1926, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁴⁸ Carta enviada por António de Abreu Freire para Bernardo Ferreira de Matos, Avança, 9-12-1923, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁴⁹ Carta enviada por A. Guilhermino Lopes para Bernardo Ferreira de Matos, Castelo Branco, 30-5-1923, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁵⁰ Carta de Paúl Joaquim Gonçalves para António Ginestal Machado, Viana do Castelo, 17-1-1926, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/983.

“Meu caro Bernardo

Apresento-lhe o meu amigo Sr. Miguel Neves que deseja a sua protecção.
Em tudo o que lhe seja possível favoreça-o, pois bem merece por ser um excelente rapaz.
Seu amigo muito obrigado”¹⁸⁵¹.

Os vínculos e amizades entre os membros do PRN permaneceram ao longo de muitos anos, ainda que a Ditadura Militar tenha dificultado a acção destes políticos. No entanto, alguns membros da elite do PRN continuaram a ser pessoas influentes, fruto dos lugares que continuavam a ocupar na administração pública e na gestão de empresas. O antigo deputado do PRN, Eugénio Aresta, encontrava-se com residência fixa no Norte de Portugal, mas escreveu a António Ginestal Machado (comissário do governo junto da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses) a pedido de um «amigo» que trabalhava nos Caminhos de Ferro:

“Exmo. Sr. Dr. Ginestal Machado, meu muito amigo prezado amigo.

Desde o tempo em que tive o prazer e a honra de conviver com V. Ex.^a, nas lides políticas do falecido Parlamento, não quis o acaso que mais nos encontrássemos. Deportado para S. Tomé e ainda hoje com residência fixa aqui no norte, não mais se proporcionou ensejo de tornar a ver a meia dúzia de pessoas que tive ensejo de conhecer e cujas relações constituíram o único benefício e não pequeno que tirei da política partidária.

Hoje venho importuná-lo com um pedido. Vai Junto a esta carta o memorial respeitante a um meu amigo, funcionário dos C. de Ferro com uma pretensão que se me afigura de todo o ponto justa e razoável e por conseguinte susceptível de ser recomendada a V. Ex.^a.

Em nome da modesta mas lealíssima cooperação que prestei à sua acção de homem político, isto é, que prestei ao país que V. Ex.^a sempre tão bem serviu quando investido em funções de governo e da amizade com que sempre procurou distinguir-me rogo-lhe ponha o seu valimento na consecução do que o meu recomendado deseja.

Desculpe-me a impertinência e disponha sempre de que é com muita estima. [...]

Capitão Eugénio Aresta

Amarante, 26. Agosto. 1931”¹⁸⁵².

Durante a Ditadura Militar os pedidos permaneceram, continuando muitos notáveis republicanos a manobrar as suas influências. Numa carta enviada para um destinatário não identificado, Bernardo Ferreira de Matos, antigo deputado nacionalista, então a militar na União Liberal Republicana, solicitou um pedido que tinha chegado até ele pelo «chefe», que se deduz ser Cunha Leal:

“Meu prezado amigo

Pede-me o Chefe para eu obter do meu amigo a nomeação de Agostinho Figueira para Tesoureiro da Delegação da Caixa Geral de Depósitos do Fundão.

Segundo me diz, o homem é competente e sério, pondo nesta nomeação o seu maior interesse, por dizer respeito aos seus domínios e ele ser recomendado por pessoa de família, a quem muito deseja ser agradável.

Veja lá se pode conseguir isto.

E assim prestaria mais um grande favor, que muito lhe agradeceria [...].

Bernardo de Matos”¹⁸⁵³.

¹⁸⁵¹ Carta enviada por Egas Moniz para Bernardo Ferreira de Matos, Avança15-6-1926, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁵² Carta de Eugénio Aresta para António Ginestal Machado, Amarante, 26-8-1931, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/669.

Durante a Ditadura Militar a luta pelos lugares na administração entre as várias facções republicanas continuou, pois esperava-se que um dia o «revirinho» podia tomar conta da situação. No Liceu José Falcão, em Coimbra, a disputa entre a facção democrática e da União Liberal Republicana era por uma vaga de professor:

Exmo. Sr. Doutor

Tendo-me oferecido várias vezes os seus valiosos préstimos quando estive professor do Liceu Camões, aproveito agora a ocasião de o incomodar.

Desejava que o Exmo. amigo envidasse todos os esforços junto do António Mantas, no sentido de se manter o aviso que pôs a concurso uma vaga do 8.º grupo do Liceu José Falcão de Coimbra, pois o Dias Pereira¹⁸⁵⁴, deputado democrático pretende a todo o transe evitar que ela surja preenchida, para quando vier o «revirinho» lá colocar um correligionário. Ele pretende fazer do Liceu de Coimbra um centro democrático.

É com o máximo interesse que lhe faço este pedido, pois a manter-se a vaga será nomeado um amigo nosso, Menezes Torres, muito prestável para qualquer ocasião.

É favor logo que este receba instar com o António Mantas, nosso correligionário, para pelo menos se manter neutral, e participar-me para Coimbra do que há [...].

Manuel Fernandes de Carvalho¹⁸⁵⁵.

Alguns anos mais tarde, Cunha Leal solicitou o apoio de António Ginestal Machado para a filha de um republicano perseguido pelas autoridades que ia fazer exame no Liceu de Santarém¹⁸⁵⁶. Noutra ocasião surgiu outro pedido para uma filha de um republicano que necessitava de ajuda. Desta vez o pedido vinha pela mão do advogado Lino Gameiro. As dificuldades que os republicanos estavam a passar eram grandes e por isso esta advogado considerava que:

“A hora é má e muitos deixaram de acreditar na liberdade. [...] Não assim para mim nem para V. Ex.^a para quem a liberdade e o direito continuam a ser divinas aspirações”¹⁸⁵⁷.

A elite e os membros do PRN envolveram-se na dinâmica clientelar, alimentando os favores e as promessas de apoio aos «amigos». Para além dos favores individuais, mais comuns, começaram a surgir alguns favores colectivos. A elite do PRN continuou enredada na teia clientelar durante o Estado Novo, uma vez que muitos antigos membros do PRN continuaram a ser personalidades influentes.

¹⁸⁵³ Carta enviada por Bernardo Ferreira de Matos para um destinatário não identificado, Lisboa, 10-12-1929, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁵⁴ Alberto Álvaro Dias Pereira, membro do PRP, deputado em 1919 e 1925. Reitor do Liceu José Falcão de Coimbra entre 1919-1927.

¹⁸⁵⁵ Carta enviada por Manuel Fernandes de Carvalho para Bernardo Ferreira de Matos, Liceu José Falcão, Coimbra, 22-2-1928, Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família).

¹⁸⁵⁶ Carta de Francisco Pinto da Cunha Leal para António Ginestal Machado, carta não datada, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/910.

¹⁸⁵⁷ Carta de Lino Gameiro para António Ginestal Machado, Lisboa, 13-3-1939, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/862.

3. A Ideologia

O PRN defendia valores predominantemente conservadores, o primeiro dos quais, *a ordem*, ao qual ficará sempre identificado. Tinha uma ideologia moderada, aberta aos consensos, no sentido de nacionalizar a República, abrindo-a finalmente a todos os portugueses¹⁸⁵⁸. Pretendia ainda o fortalecimento do princípio da autoridade e do poder civil, a valorização do Império colonial, bem como a moralização administrativa do Estado. Fazia ainda parte do seu programa a exaltação do culto das virtudes nacionais, a manutenção da unidade moral da Nação, o civismo, a disciplina, a coesão da família, e o direito da propriedade privada. Advogava também uma aproximação e um novo relacionamento com os católicos. Contudo, devido ao facto de ser um partido de notáveis e agregador de várias sensibilidades políticas, tinha uma ideologia plural¹⁸⁵⁹ e pragmática¹⁸⁶⁰. O PRN, à semelhança de outros partidos de notáveis, nunca apostou numa doutrina e num programa extenso, preciso e apaixonante¹⁸⁶¹. Os partidos de notáveis “não se caracterizam por um corpo de doutrina”, pelo que os partidos rivais parecem “dois irmãos gémeos”, sem “vida própria que os distinga”. Na maior parte “das vezes, quando esses partidos se encontram em discordância sob determinado assunto, isso não resulta dum critério filosófico, político ou económico especial, mas meramente duma tática política, um expediente da oposição, para diminuir a obra de tal ou tal estadista”¹⁸⁶². O motivo principal desta situação era o carácter personalista dos partidos, não se conseguindo distinguir claramente o partido radical do partido conservador:

“Os partidos, é certo, organizaram-se um pouco artificialmente. Formaram-se em volta de homens, em vez de se formarem em volta de princípios. Dai a confusão e a desordem que os caracterizam. Há em todos os partidos homens que se repelem indistintamente porque não têm afinidades políticas nem afinidades pessoais. Por exemplo: há em partidos conservadores homens que são profundamente radicais. Há em partidos radicais homens que são profundamente conservadores”¹⁸⁶³.

¹⁸⁵⁸ “Os adversários da República têm posto perante a consciência na nação este dilema: ou democráticos ou Monarquia. Não pode ser assim, e estou certo que não será. República é sempre República, é o objectivo final de toda a nossa acção política, demonstrando que ela não pode ser o feudo dum partido, duma casta ou duma facção e tem de ser, e há-de ser, um regime verdadeiramente nacional, onde todos os portugueses à sombra da lei, gozem de iguais direitos e se submetam às mesmas obrigações”, António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14-5-1925, p. 8.

¹⁸⁵⁹ Segundo Cunha Leal “a miscelânea ideológica dentro deste agrupamento raiava pelos limites do inverosímil, por isso que os homens, juntando-se por questões de tática política, não curavam de se interrogarem uns aos outros acerca dos seus princípios e da sua conformação espiritual. Os nacionalistas consideravam-se, no íntimo, como aliados de ocasião para a conquista da cidadela democrática”, Cunha Leal, *Os partidos políticos na República Portuguesa*, «os meus cadernos - n.º 2», Corunha, Imprensa Moret, 1932, p. 103.

¹⁸⁶⁰ Manuel Baião, *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 82; A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 389-391.

¹⁸⁶¹ Fernando Farello Lopes, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004, pp. 29-49.

¹⁸⁶² João Evangelista Campos Lima, *A Revolução em Portugal*, Lisboa, 1925, pp. 23-27.

¹⁸⁶³ Ribeiro de Carvalho, *República*, 12-4-1922, p. 1.

Os principais textos doutrinários do PRN foram os seus manifestos¹⁸⁶⁴, os relatórios do Directório apresentados aos Congressos do PRN¹⁸⁶⁵, o seu estatuto publicado em 1923¹⁸⁶⁶ e o “Programa de Realizações Imediatas”¹⁸⁶⁷ aprovado em Janeiro de 1924 durante o II Congresso. No entanto, as entrevistas da elite do PRN e as suas intervenções no Congresso são, por vezes, mais reveladoras sobre as características da ideologia do Partido Republicano Nacionalista.

3.1. Conservadorismo Republicano

O PRN reclamava a herança do histórico Partido Republicano Português¹⁸⁶⁸ e dos seus descendentes conservadores, como o PRE¹⁸⁶⁹. Enquanto partido ordeiro

¹⁸⁶⁴ Primeiro Manifesto: Os Directórios, “Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País”, *República*, 17-2-1923, p. 1. O Manifesto foi também publicado n’ *O Século* (17-2-1923, p. 1), e noutros jornais de província, órgãos oficiais do PRN, como *A Beira* (Santa Comba Dão, 24-2-1923, p. 1) e *A Concorrência*, (Arcos de Valdevez, 25-2-1923, p. 1; 4-3-1923, p. 1). Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 295-299. O Manifesto foi aprovado pelos directórios do PRRN e do PRL na sala das sessões em 7 de Fevereiro de 1923. Segundo Manifesto: “Ao País. Manifesto do Partido Republicano Nacionalista”, composto e impresso nas Oficinas *A Lucta*, Largo Calhariz, [assinado pelo Directório], Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1437; “O Partido Nacionalista explica ao país a sua atitude”, *República*, 14-11-1923, p. 2; Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, pp. 219-224 [Manifesto a explicar a atitude perante o Governo Nacional de Afonso Costa]. Terceiro Manifesto: “Manifesto do Partido Nacionalista ao País”, *O Figueirense*, 5-3-1925, p. 2; *Notícias de Viseu*, 7-3-1925, p. 1; *O Marão*, 8-3-1925, p. 1-2; *O Debate*, 8-3-1925, p. 1; *Gazeta de Viana*, 12-3-1925, p. 3. Este Manifesto foi datado a 3 de Março de 1925, na Sala das Sessões. Quarto Manifesto: “Ao País”, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de António Ginestal Machado E55/1499; “Um Manifesto Nacionalista”, *O Figueirense*, 9-4-1925, pp. 1-2; “O Partido Nacionalista ao País”, *A Opinião*, 3-5-1925, p. 1; *O Partido Nacionalista ao País*, Lisboa, Tipografia Pires, 2 de Abril de 1925, 7 páginas. Cada fonte tem um título ligeiramente diferente. O Manifesto foi assinado pelo Directório e datado em Lisboa a 2 de Abril de 1925. Quinto Manifesto: *O Partido Nacionalista ao País*, folheto assinado pelo Directório, Lisboa, 31 de Outubro de 1925, Tip. Pires Ct.ª, Póiares de S. Bento, 48, 1 página; “Manifesto Eleitoral”, *O Penafidense*, 03-11-1925, suplemento n.º 40; “Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3-11-1925, p. 1; *O Figueirense*, 5-11-1925, p. 2; *Notícias de Viseu*, 7-11-1925, p. 1; *O Debate*, 8-11-1925, p. 2.

¹⁸⁶⁵ “Relatório do Directório do PRN”, *O Jornal*, 19-1-1924, pp. 1-2; “Relatório apresentado ao Congresso pelo Directório do PRN”, *Ação Nacionalista*, 8-3-1925, pp. 2-3; O relatório de 1925 também foi publicado no *Notícias de Viseu*, 16-3-1925, p. 1.

¹⁸⁶⁶ *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.ª, 1923, 16 pp.

¹⁸⁶⁷ *Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Typ. de A Lucta, 1924, 8 pp; *O Jornal*, 19 e 21-1-1924, p. 4; *O Regionalista*, 7-2-1924, p. 2; *idem*, 17-2-1924, p. 2; *idem*, 24-2-1924, p. 2; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 301-306. Em Fevereiro de 1923 foi encarregada uma comissão para elaborar o programa partidário constituída por José Barbosa, Moura Pinto, Vasconcelos e Sá, Raul Portela e Júlio Dantas. No entanto, o «Programa de Realizações Imediatas» só foi apresentado e aprovado no II Congresso do PRN (*República*, 20-2-1923, p. 2); *O Século*, 22-2-1923, p. 2).

¹⁸⁶⁸ O programa base que o Partido Republicano Nacionalista pretendia seguir era “o do antigo partido republicano, do partido histórico – que, infelizmente, em grande parte não foi ainda efectivado. Teremos, porém, de o modernizar”, António Ginestal Machado, *República*, 10-12-1922, p. 1. “Fundamentalmente o programa será o do antigo Partido Republicano Português, mas actualizado”, António Ginestal Machado, *O Figueirense*, 21-12-1922, p. 1.

¹⁸⁶⁹ “O país anseia por uma política de ordem, de trabalho, de tolerância e de boa e inteligência administração. Essa mesma aspiração o país tinha quando existia o Partido Republicano Evolucionista cujo programa era idêntico ao que vai hastear o Partido Republicano Nacionalista”, Constâncio de

representava uma alternativa moderada de Governo face aos «radicais» democráticos¹⁸⁷⁰. O PRN pretendia com o seu discurso cativar um eleitorado republicano conservador, tão alargado quanto possível, que estivesse aberto a consensos com a sociedade civil rural e católica portuguesa da época e que se afastasse do radicalismo jacobino do PRP¹⁸⁷¹. O PRN foi formado com o objectivo de unificar as direitas republicanas, no sentido de exercer o poder com eficiência e trazer ordem à República¹⁸⁷².

O PRN defendia o valor da *ordem*¹⁸⁷³, como uma marca distintiva face ao PRP¹⁸⁷⁴. Os nacionalistas argumentavam que só o seu partido, “não tendo nunca pactuado com a desordem, poderá restabelecer definitivamente em Portugal a disciplina social e a ordem indispensável, - ordem nas ruas, ordem nos espíritos, ordem no trabalho”¹⁸⁷⁵. Esta corrente de pensamento inscrevia-se numa linha que trespassava muitos partidos conservadores da Europa do Pós Guerra, como reconhecia António

Oliveira, *Republica*, 18-3-1923, p. 1. Barroz Queiroz, entrevistado pelo *Diário de Lisboa* sobre o programa do novo partido referiu o seguinte: “É claro. Ideias moderadas... defesa do direito de propriedade... princípios basilares...” (1-2-1923, p. 8).

¹⁸⁷⁰ “O novo partido terá em vista a tradição nacional. Sendo assim, nunca poderá ser um partido radical. Os radicais têm a mania de uniformizar tudo, indo buscar lá fora moldes que adaptam, mas os fatos sem medida, não se ajustando bem aos corpos... O seu finalismo confunde-se com internacionalismo. O partido em formação deve pertencer a outra parte, a que eu chamarei conservador, que tem por base as forças morais que nos dá a tradição [...]. Conservador quer dizer que conserva a individualidade própria da nação, mantendo-lhe o carácter progressivo. Desenvolve sem deformar”. António Ginestal Machado, *Primeiro de Janeiro*, 4-2-1923, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1282.

¹⁸⁷¹ “A nossa missão principal, de momento, é o moderar quanto possível excessos e radicalismos”, António Ginestal Machado, *República*, 10-12-1922, p. 1.

¹⁸⁷² Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/54 – Vida partidária, [1925], 5 f.

¹⁸⁷³ Os nacionalistas referindo-se ao governo de José Domingues dos Santos afirmaram que “teve, ao menos, o mérito de simplificar as situações e de extremar os campos. Dum lado está a desordem, do outro está a ordem. Dum lado, está a política do arbítrio, do sectarismo e da violência, a anarquia do Poder servida e defendida por todos os inimigos da sociedade e do Estado; do outro, a política da ordem, da legalidade e da justiça, a boa e sã política republicana, que não especula com os ódios e com as paixões populares, que não precisa de pactuar com desordeiros para defenderas liberdades do povo, que não diminuí a dignidade do Poder, que não ameaça o direito de propriedade que não afronta a liberdade religiosa - a única política, enfim, que ainda hoje em Portugal pode fazer a nacionalização da República e que é aquela que o Partido Republicano Nacionalista tem, intransigentemente, defendido. Que o País se decida - por uma, ou outra. Ou pela desordem, ou pela ordem”. “Ao País”, *Democracia do Sul*, 6-3-1925, p. 2.

¹⁸⁷⁴ “É preciso que os governos se apoiem nos instrumentos constitucionais da autoridade e da ordem, e não nos elementos de agitação e de desordem das ruas. É preciso que no nosso País se governe construindo, e não demolindo. É preciso que o poder se exerça, não contra a lei, mas com a lei; não contra as classes produtoras da riqueza nacional, mas com essas classes, harmonizando os seus interesses e coordenando a sua acção; é preciso que desapareça das cadeiras do poder o ódio sectário, o pessimismo negativista, o espírito de violência, de intolerância, de hostilidade sistemática contra tudo e contra todos, - porque governar não é criar conflitos, é evitá-los, não é agredir, é conciliar; é preciso, enfim, que os governos deixem de ser agentes de agitação, de incerteza e de alarme público, e que se governe criando no espírito nacional, não a desconfiança, germe da anarquia. [...] Há sem dúvida, uma revolução a fazer - e o Partido Nacionalista não esconde que pretende ser o instrumento dessa revolução ordeira. [...] Para conquistar legitimamente o poder, o Partido Nacionalista não aceita complacências, nem pensa em violências. Conquistá-lo-á pelo seu justo valor, pela sua capacidade de governo, pelas possibilidades da sua organização, pelo mérito dos seus homens. Será sempre o que tem sido até hoje: uma grande força constitucional ao serviço das instituições republicanas - força de ordem, serena, disciplinada, tolerante e construtiva. [...] Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório”. “O Partido Nacionalista ao País”, *A Opinião*, 3-5-1925, p. 1.

¹⁸⁷⁵ Os Directório, “Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País”, *República*, 17-3-1923, p. 1.

Ginestal Machado: o PRN pretendia “manter a ordem neste país. Procurará sobretudo, como se está fazendo em toda a parte estabelecer o princípio da hierarquia social”¹⁸⁷⁶, ao mesmo tempo que tranquilizava a província mostrando ser um “partido respeitador das crenças dos outros, disciplinado e de ordem”¹⁸⁷⁷. O PRN tinha consciência de que sem ordem não era possível haver um crescimento da economia nacional, mas essa organização e disciplina tinha de começar no próprio Estado¹⁸⁷⁸.

Os nacionalistas consideravam-se conservadores, na medida em que pensavam que existia uma “continuidade histórica nos acontecimentos”¹⁸⁷⁹. Este conservadorismo, era, no entanto, dinâmico e não estava cristalizado no passado: “conservador, não quer dizer reaccionário”, nem imóvel¹⁸⁸⁰, pelo que “conservar não é estacionar”¹⁸⁸¹. António Ginestal Machado defendia certos princípios considerados imutáveis. Mas defendia também abertamente a «marcha para a frente». Queria “assentar em bases sólidas, por exemplo, o princípio da propriedade” e queria igualmente a “melhor atenção para os serviços de assistência, a protecção aos trabalhadores e tantos outros problemas tão humanos como justos”¹⁸⁸². O PRN era um partido conservador “no sentido de manter o equilíbrio social, de evitar os rompimentos bruscos que só podem trazer a anarquia e a destruição”¹⁸⁸³. Augusto de Vasconcelos aceitava a designação de conservador e de moderado, atribuída ao PRN. Contudo, em tudo o que se referisse “ao progresso do nosso País, quer político, quer económico, quer intelectual, não seremos conservadores, mas iremos com aqueles que mais longe queiram ir. De resto é sabido que são sempre os partidos denominados conservadores os que vêm a por em prática as ideias no que elas têm de realizável, que preconizam aqueles que dizem avançados”¹⁸⁸⁴. O PRN representava “a direita da República”¹⁸⁸⁵ e queria afirmar-se como uma alternativa ao partido hegemónico do regime através da moderação e do conservadorismo republicano¹⁸⁸⁶.

¹⁸⁷⁶ António Ginestal Machado, *O Regionalista*, 17-12-1922, p. 2.

¹⁸⁷⁷ *República*, 20-4-1923, p. 2.

¹⁸⁷⁸ “Será a mais viva preocupação de um governo do nosso partido. Sem ordem, sem a tranquilidade assegurada, serão inúteis todos os esforços para o aproveitamento, metódico pleno, de todas as vastas riquezas do país. A ordem política e social estabelece-se menos pela prática de violência que pelo exemplo de uma administração regrada, que a todos inspire confiança e respeito, e pela obediência constante às disposições da lei”. António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14-5-1925, p. 8.

¹⁸⁷⁹ António Ginestal Machado, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-11-1923, p. 17.

¹⁸⁸⁰ “Ser conservador não quer dizer partidário da imobilidade ou estagnação das sociedades. Enquanto os radicais partem do critério errado de querer transformar em fenómenos físicos os fenómenos sociais, uniformizando e materializando tudo, os conservadores pretendem estabelecer nas sociedades a harmonia entre unidades diversas”, António Ginestal Machado, *O Figueirense*, 21-12-1922, p. 1.

¹⁸⁸¹ António Ginestal Machado, *O Jornal*, 23-7-1924, p. 1

¹⁸⁸² António Ginestal Machado, *República*, 10-12-1922, p. 1.

¹⁸⁸³ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14-5-1925, p. 8

¹⁸⁸⁴ Augusto de Vasconcelos, *Diário do Senado*, 20 de Fevereiro de 1923, p. 4.

¹⁸⁸⁵ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 12-1-1925, p. 5.

¹⁸⁸⁶ O Partido Republicano Nacionalista era “aquele organismo político que, dentro da República,” seguia “a orientação conservantista. Mas o que é ser conservador dentro da República? De forma alguma é ser partidária da rotina, da estagnação política, do retrocesso moral do povo. Não ser conservador é ser progressivo pela evolução natural das leis que regem o desenvolvimento político gradual dos povos, conciliando as tradições integradas na alma nacional com todos os elementos do progresso humano, inteligentemente introduzidos, com suavidade e critério e não impostos com ódios e violência ou fragor das bombas. Ser conservador é ser partidário da mais ampla liberdade a todos prodigalizada por igual; é respeitar as crenças políticas ou religiosas a todos que as professem; é reprimir vigorosamente todos os excessos ou violências de seita, partam donde partirem; é ser moderado, partidário da ordem; é propagandar as ideias pela palavra e pelo exemplo e não pelo terror do atentado; é ser tolerante repudiando o apupo ou a violência. Ser conservador é, pois, numa única palavra, ser autenticamente democrata, na verdadeira e ampla acepção do termo. O conservador terá por vezes que empregar medidas

Na área da educação e da política externa o PRN não apresentava grandes marcas distintivas face à política seguida pelo PRP. Júlio Dantas elaborou a parte do programa do PRN referente ao problema pedagógico e às relações com o estrangeiro, tendo apresentado uma síntese sobre estes dois temas no I Congresso do PRN. Em relação ao primeiro defendeu a “criação em bases modernas da instrução primária, secundária e superior, a autonomia universitária, a criação de museus pedagógicos, a necessidade de elevar o nível de cultura das camadas populares, o desenvolvimento do ensino técnico, agrícola e artístico, a protecção dos monumentos nacionais, o inventário do nosso património artístico, e enfim a entrega da direcção do ensino a um único ministério, com excepção das Escolas da Guerra e da Marinha”. Em relação à política externa preconizou “a permanência da aliança com a Inglaterra e o estreitamento de relações com o Brasil e com as nações da Europa Latina”. O país deve quebrar o “isolamento em que tem vivido integrando-se nas correntes de interesse da Europa”. O PRN uma vez no poder propunha-se encetar “uma política internacional caracteristicamente económica” e aproveitar a fatalidade da emigração para aprofundar a “nossa expansão comercial”¹⁸⁸⁷. Em relação à política colonial defendia um regime de maior autonomia administrativa, conjugado com uma efectiva fiscalização “sobre os actos administrativos das autoridades locais”¹⁸⁸⁸.

O Partido Republicano Nacionalista propunha a constituição do Senado com “a representação de determinadas classes”¹⁸⁸⁹, seguindo uma antiga reivindicação do republicanismo conservador¹⁸⁹⁰ e o “estabelecimento do princípio da dissolução do Congresso, como livre prerrogativa do Presidente da República”¹⁸⁹¹.

Em termos de política social, o PRN prometia resolver os problemas da assistência e da previdência com um reforço da assistência pública e de novas leis do trabalho protectoras do operariado¹⁸⁹². Donde, António Ginestal Machado assegurava

radicais e o P.R.N. ao ser governo, terá de agir radicalmente na solução dos vários problemas que assoberbam a vida da Nação, sobretudo o financeiro e o económico, principais inimigos da República e que medidas radicais de fomento e de economia terão de resolver. Com efeito, finanças equilibradas, vida mais fácil para o povo, a desordem sufocada e a República caminhará avante aureolada de glória, ainda que pese aos sectários da acção política adversa, quer da extrema direita, quer das várias *nuanças* do bolchevismo. É, pois, bem flagrante a diferença entre o conservador republicano e o radical bolchevista. Nós somos partidários da liberdade, da democracia e da tolerância e da tolerância política e religiosa, combatendo com argumentos e com exemplo, pedindo o mútuo respeito e fazendo da opinião e da vida de cada qual um conceito sagrado de invulnerável realidade. [...] Somos pois conservadores, sinónimo de moderados, tolerantes, honestos e progressivos, honrando-nos muito com tal designação, pois antes disso do que pregar apenas a igualdade investivando os outros ou proclamar a fraternidade dos companheiros da luta ou irmãos do pensamento, arremessando bombas a quem não pensa como nós. Conservadores, sim, mas verdadeiramente republicanos e liberais, fazendo do ideal o seu forte escudo, da honestidade a sua flamante divisa e do argumento a sua principal defesa!” (Nunes da Silva, “Conservadores”, *Democracia do Sul*, 21 de Outubro de 1925, p. 1-2.

¹⁸⁸⁷ Júlio Dantas, *República*, 20-3-1923, p. 2.

¹⁸⁸⁸ “Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista”, *O Jornal*, 21-1-1924, p. 4.

¹⁸⁸⁹ “Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista”, *O Jornal*, 19-1-1924, p. 4.

¹⁸⁹⁰ “Sou partidário da existência de duas Câmaras. No Senado quero a representação das classes. Defendemo-la há muito tempo”, António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 3-12-1925, p. 8. “Aproveitará a oportunidade de se encontrarem as futuras Câmaras investidas de poderes constituintes, para introduzir no estatuto fundamental da República alterações tendentes a fortalecer o poder civil, a assegurar a representação de classes no Senado, [...] Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório”, “O Partido Nacionalista ao País”, *A Opinião*, 3-5-1925, p. 1.

¹⁸⁹¹ “Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista”, *O Jornal*, 19-1-1924, p. 4.

¹⁸⁹² *O Jornal*, 19 e 21-1-1924, p. 4

que “com o sacrifício de dotações orçamentais menos urgentes, com a eliminação de despesas que só representam desperdícios, deve realizar-se em Portugal uma larga, uma generosa protecção aos humildes, aos deserdados”. Em relação às áreas prioritárias indicava que Lisboa era a “capital da Europa onde é maior a percentagem da mortalidade infantil. Não há maternidade, não há creches, não há lactarios. Mães desgraçadas inteiramente ao abandono apertando nos braços filhos esqueléticos. Espectáculo confrangedor, que nunca mereceu um minuto de atenção aos políticos republicanos que se dizem defensores de princípios radicais. A assistência hospitalar é deficientíssima, pela exiguidade de verbas”¹⁸⁹³.

Os nacionalistas constatavam que Portugal vivia uma crise económica e política. A primeira “resultante da Guerra e agravada por uma política financeira sem continuidade, sem previsão e sem plano”. A segunda «crise» era fruto da “anarquia do poder, que é a consequência das longas ditaduras de facções, o «gachis» partidário e parlamentar proveniente do sistemático favor concedido às dissidências em prejuízo da unidade e integridade dos grandes partidos da República”¹⁸⁹⁴.

Em termos económicos, as ideias defendidas pelo PRN enquadravam-se num liberalismo conservador. Ao nível da política financeira e orçamental defendia o equilíbrio orçamental através da redução das despesas, de uma reorganização dos serviços públicos e do aumento das receitas fiscais com uma alteração do sistema de impostos, tornando-o mais equitativo, aliviando o imposto sobre os rendimentos do trabalho. Defendia o aperfeiçoamento dos serviços de cobrança de impostos, o lançamento de empréstimos internos, a conversão da dívida e a obtenção de empréstimos externos a longo prazo¹⁸⁹⁵.

O Estado apenas deveria ter uma função organizadora e reguladora da economia e deveria ultrapassar-se o regime proteccionista para um sistema mais liberal. Assim sendo, António Ginestal Machado defendia que o novo partido iria adoptar “os velhos princípios estabelecidos, que continuam a ser os verdadeiros, porque, como se tem visto e verificado, as regras económicas não dependem da fantasia dos homens, mas das necessidades e dos fenómenos que a regulam. A liberdade de comércio, a liberdade de criação de riquezas continua a ser indispensável ao bem-estar geral. Todas as disposições legislativas contrárias e esses princípios têm tido como consequência tornar a vida cada vez mais cara”¹⁸⁹⁶. Nesse sentido o PRN não tinha “a fobia da riqueza legítima”. Pretendia que a riqueza nacional se desenvolvesse e esse desenvolvimento não podia “ser feito pelo Estado, o pior dos administradores, mas pela iniciativa privada”. Um exemplo paradigmático, que bem conhecia era os “caminhos-de-ferro, sempre em permanente deficit, com linhas avariadas e impossibilitadas de servir na viação acelerada”¹⁸⁹⁷.

O Partido Republicano Nacionalista defendia a propriedade privada¹⁸⁹⁸, mas não a plutocracia. No entanto, entendia que se devia “estimular a riqueza individual, que é a

¹⁸⁹³ António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14-5-1925, p. 8

¹⁸⁹⁴ “Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, p. 1.

¹⁸⁹⁵ “Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista”, *O Jornal*, 19 e 21-1-1924, p. 4

¹⁸⁹⁶ António Ginestal Machado, *O Regionalista*, 17-12-1922, p. 2.

¹⁸⁹⁷ António Ginestal Machado, *O Jornal*, 23-7-1924, p. 1.

¹⁸⁹⁸ “Manter-se-á o direito da propriedade individual, porque, sem ela, como o demonstra a experiência da Rússia, o progresso transforma-se em retrocesso”, António Ginestal Machado, *O Figueirense*, 21-12-1922, p. 1. “O Partido Nacionalista pretende impor o respeito da lei; garantir o direito de propriedade individual; [...] Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório”. “O Partido Nacionalista ao País”, *A Opinião*, 3-5-1925, p. 1.

base da riqueza colectiva”¹⁸⁹⁹. Neste sentido um dos órgãos de imprensa nacionalista na província defendia o seguinte: “ser Nacionalista é defender o direito de propriedade individual, como conquista definitiva do progresso das sociedades humanas, como fundamento insubstituível da liberdade, da independência dos cidadãos, como condição e fonte das regras da moral superior que a humanidade atingiu; é combater intransigentemente todos os bolchevismos claros ou disfarçados, e todos os movimentos que a eles possam conduzir”¹⁹⁰⁰. O PRN continuava “a reconhecer como legítima a existência da propriedade particular, indispensável a estimular actividades, e sem a qual não é possível um Estado livre, nem riqueza pública”¹⁹⁰¹. Assim, afastavam-se do PRP e principalmente da Esquerda Democrática, que começou a prever algumas expropriações da propriedade privada. Pelo contrário os dirigentes do PRN achavam que o respeito pela propriedade particular era a “única garantia da riqueza da Nação”¹⁹⁰².

O PRN pretendia agrupar à sua volta os republicanos conservadores desgostosos com a acção do PRP no Poder. Este partido tinha permanecido quase ininterruptamente na chefia do governo, alternando ministérios dominados pela corrente esquerdista com ministérios liderados pela corrente direitista. O PRN queria acabar com esta «Ditadura do Partido Democrático»¹⁹⁰³ e recusava-se a participar em governos de concentração. Os nacionalistas mostravam-se ainda desgostosos com o Presidente da República, Teixeira Gomes, na medida em que existia uma “declarada incompatibilidade do Chefe do Estado com um dos partidos constitucionais, aquele que, representa as correntes de opinião republicana conservadora”¹⁹⁰⁴. Sentiam que podiam ser uma alternativa ao PRP no Governo¹⁹⁰⁵. Porém, o Chefe de Estado apoiava a “ditadura partidária” do PRP, acolhendo “determinados políticos como filhos” e repelindo “os demais como enteados”¹⁹⁰⁶. Esta dificuldade de acesso ao Poder levou alguns dos seus dirigentes a

¹⁸⁹⁹ António Ginestal Machado, *O Jornal*, 25-7-1924, p. 2.

¹⁹⁰⁰ *A Opinião*, Oliveira de Azeméis, 29-3-1925, p. 1.

¹⁹⁰¹ Nota Oficiosa do PRN, *O Jornal*, 30-4-1924, p. 1.

¹⁹⁰² António Ginestal Machado, *O Jornal*, 23-7-1924, p. 1

¹⁹⁰³ “Perante uma ditadura partidária, apoiada pela acção já sem reboço do Chefe do Estado; em face dum cambalacho a que se convencionou chamar *bloco*, cuja finalidade se reduz a manter no governo, sempre e através de tudo, o partido democrático, ora o da suposta esquerda, ora o da presumida direita; diante de uns tantos sujeitos que esfrangalharam e tornaram a esfrangalhar a constituição, com um descaro sem precedentes aliado a uma hipocrisia inigualável; [...] em presença de tudo isso e porque no desarmar de feira de qualquer organização social sempre alguém fica a desempenhar as funções de sentinela vigilante dos princípios que a outra gente esqueceu; o Partido Republicano Nacionalista só tinha que seguir pelo caminho até agora trilhado, lutando contra todas as prepotências, protestando contra todas as ilegalidades, reagindo contra a série já imensa de actos que traduzem um acentuado desejo de subversão do existente”. (“O Partido Nacionalista”, *Democracia do Sul*, 18-2-1925, p. 1).

¹⁹⁰⁴ “Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3-11-1925, p. 1.

¹⁹⁰⁵ “O governo da República de há muito deveria ter sido entregue ao Partido Republicano Nacionalista [...]. O Partido Republicano Nacionalista é a segunda força parlamentar e popular da República. Ora, se as provas governativas do partido democrático, que se apelida da maior força, apesar da sua irremediável divisão, redundaram nos desastres que o país está sofrendo e lamentando, manda o bom-senso que os destinos da República sejam entregues à salvaguarda do partido político que lhe é imediato em força parlamentar e popular. Ainda se o partido democrático não estivesse gasto e desconjuntado, mercê de largos anos de exercício do poder e pelo sem número de arbitrariedade cometidas pelos seus governos, podia compreender-se a sua conservação nas cadeiras da governação pública. Mas dando-se as imoralidades observadas, que pouco a pouco têm tornado o país um feudo partidário, insistindo-se na prática de erros tremendos que abalam os alicerces das instituições alienando-lhes simpatias; sendo um facto consumado a desagregação democrática, ou seja da maior força da República, a insistência em confiar-lhe os selos do Estado é de molde a fundamentar as mais negras apreensões a todos quantos à República querem com um afecto que está longe de ter base em fins interesseiros.” (“O Partido Nacionalista”, *Democracia do Sul*, 16-7-1925, p. 1).

¹⁹⁰⁶ “O Partido Nacionalista”, *Democracia do Sul*, 18-2-1925, p. 1.

tomar uma atitude extremista, pouco condizente com o estatuto de partido conservador e ordeiro, abandonando o Parlamento¹⁹⁰⁷ e participando em golpes militares anti-constitucionais¹⁹⁰⁸.

3.2. Laicismo do Estado, não da Sociedade

O Partido Republicano Nacionalista advogava uma aproximação e um novo relacionamento com a Igreja Católica¹⁹⁰⁹ baseado na tolerância¹⁹¹⁰ e na “efectiva

¹⁹⁰⁷ O PRN abandonou o Parlamento entre 2 de Maio e 22 de Junho de 1923 e entre 18 de Fevereiro e 22 de Abril de 1925, seguindo a tática já utilizada por outros partidos. Neste último abandono o PRN apresentou um Manifesto ao País, no qual explicou os motivos pelos quais os seus parlamentares abandonaram o Parlamento na apresentação do Governo Vitorino Guimarães. Apresentamos aqui apenas uma das razões invocadas: “O Partido Nacionalista, auxiliado por outros valores da oposição, conseguiu derrubar sucessivamente três Governos [Ministérios liderados por Álvaro de Castro, Alfredo Rodrigues Gaspar e José Domingues dos Santos], cuja política era funesta para o país; mas não conseguiu destruir essa política. O esforço das oposições foi, portanto, reconhecidamente inútil. Para quê, mantê-lo? De que serviria agora derrubar mais um Governo? Se este caísse, viria outro, e outro ainda, e tantos governos mais, quantos grupos de onze homens prontos a abdicar da própria personalidade, se declararem dispostos a fazer, nas cadeiras do poder, a política do Sr. José Domingues dos Santos. O que nunca viria é um Governo nacionalista - ou, ao menos, um Governo representativo das correntes da opinião conservadora. Contra esta ditadura de facções - a pior das ditaduras! - apoiada na rua por toda a espécie de agitadores, favorecida pela condescendência do primeiro magistrado da Nação, não há - pelo menos nesta hora - maneira de lutar no campo constitucional. Por isso os deputados e senadores nacionalistas abandonaram o Parlamento. Porque verificaram, finalmente que o seu partido tinha sido posto à margem do regime. Porque reconheceram, perante os factos, que desde que o seu esforço era inútil, a sua presença era uma cumplicidade”. Neste documento fazem-se também outras críticas ferozes à acção do Presidente da República. “Ao País”, *Democracia do Sul*, 6-3-1925, pp. 1-2. Veja-se o desenvolvimento deste tema no capítulo II.

¹⁹⁰⁸ Uma facção do PRN participou nas frustradas revoltas de 18 de Abril e 19 de Julho de 1925 e na vitoriosa em 28 de Maio de 1926, conforme analisamos no capítulo II (cf., António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, vol. II, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984, pp. 85-100; José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal*, Lisboa, Ed. Estampa, pp. 89-124). No órgão nacionalista de Évora foi longamente analisado o golpe militar de 18 de Abril de 1925. A *Democracia do Sul* questionava se seria “de aplaudir o gesto dos revoltados?” Embora não dando ainda uma resposta conclusiva, referiram que este golpe “se não merece aplausos incondicionais do país, o que com certeza tem é uma lógica e natural explicação, senão justificação. [...] Uns após outros foram surgindo elencos ministeriais de composição aparentemente diversa, mas que no fundo eram sempre a mesma coisa: o partido democrático mandando contra toda a gente que o não aplaudisse, contra a própria nação. Ainda se pôs em prática a medida violenta da saída da oposição republicana parlamentar. Mas isso mesmo foi olhado zombeteiramente, como de somenos. Entretanto os desvarios iam-se acumulando. O partido democrático, de braço dado com comunistas e bolchevistas, pôe-se ao serviço da C.G.T. As proezas da legião vermelha sucedem-se e os seus autores riam na perfeita impunidade. A tudo isto assistem impávidos, mas confrangidos, os homens do exército de Portugal. Perturba-os a ideia da revolta, que é por via de regra, sinal de desordem. Pois se eles representam e são a ordem! A série de façanhas vai ainda mais além: atinge o máximo; e eles, militares que não políticos, convencem-se de que os governos são impotentes para sustar os desarmados. Intervêm então. O resto... não o conhecemos nós bem. Apenas sabemos que a sua acção não foi, por agora, completa. Foram vencidos nos protestos contra a desordem? O amanhã di-lo há.” (“Hora de Luto”, *Democracia do Sul*, 21-4-1925, p. 2).

¹⁹⁰⁹ “O Partido Nacionalista, fiel às suas afirmações compromete-se a tomar a iniciativa da introdução, no estatuto fundamental do Estado, de alterações tendentes a fortalecer o poder civil; [...] a tornar efectiva a liberdade das religiões, especialmente da religião católica, que é a da maioria dos portugueses, de forma que, mantendo-se rigorosamente a neutralidade do Estado laico, seja livremente permitido o ensino religioso nas escolas particulares. Afirma, mais uma vez, o seu propósito de garantir, por todas as formas, o direito de propriedade individual, expresso na Constituição da República.” (“Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, p. 1). Numa sessão comemorativa do

liberdade das religiões”¹⁹¹¹. Professava um laicismo moderado, uma vez que não desejava arrancar a religiosidade da sociedade, mas tão só limitá-la, respeitando a tradição e a história¹⁹¹². Para os nacionalistas não havia qualquer incompatibilidade entre República e Religião¹⁹¹³ e não aceitavam que o *Regime de Separação*, “ignorasse que quase todos os portugueses são católicos”. Por isso à “República assiste o dever de não contrariar as naturais e dominantes tendências do povo, sobretudo quando, como no caso, essas inclinações não vissem o mal, mas antes vissem o bem...”¹⁹¹⁴. António Ginestal Machado advogava que o “Estado não pode ser anti-religioso, nem mesmo faz sentido, nos tempos de hoje, um Estado sectário. Sendo a maioria dos portugueses católicos e estando o catolicismo ligado aos feitos mais gloriosos da nossa História o Estado não pode deixar de olhar com simpatia para a Igreja, que por sua vez com a última pastoral colectiva dos bispos, mostrou também que não olha com hostilidade para a República. Cada um tem a sua esfera de acção e dentro dela poder-se-á viver sem colisões”¹⁹¹⁵.

Os nacionalistas consideravam que “manter uma política de violência e de intolerância religiosa n’um país onde é profundamente religiosa a quase totalidade da população, não é apenas um erro crasso. Mais do que isso: é uma provocação”¹⁹¹⁶. A República e o Partido Democrático continuavam afastados da Igreja Católica¹⁹¹⁷, embora nos últimos anos tivesse havido alguns sinais de aproximação, como a

“Nove de Abril” realizada em 1925, o presidente do Senado da Câmara Municipal de Évora, Dr. Domingos Rosado (membro destacado do PRN) cedeu a cadeira da cidade ao representante da Igreja o que provocou o protesto imediato do Governador Civil, Dr. Jorge Capinha (dirigente do PRP). O mais alto magistrado do distrito recusou-se a tomar parte na mesa da sessão, assistindo ao acto num camarote. Este incidente teve um grande destaque no órgão de informação do PRP (“Um incidente”, *O Democrático*, 12 de Abril de 1925, p. 1).

¹⁹¹⁰ “O novo partido será rigorosamente constitucionalista: dentro do respeito devido às tradições nacionais, alma da própria Pátria” [...]. Todos nos devemos reconhecer que a acção radical se prolongou, aqui e em toda a parte, além do limite em que era útil e necessária; demais se tem demolido, em Portugal, as tradições, os monumentos e os homens; demais se tem perseverado no culto, sempre perigoso, da intolerância religiosa e da intransigência política”, Os Directórios, “Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País”, *República*, 17-2-1923, p. 1.

¹⁹¹¹ “Programa de Realizações Imediatas do Partido Republicano Nacionalista”, *O Jornal*, 19-1-1924, p. 4.

¹⁹¹² “Ser nacionalista é sentir e defender que, sendo a religião uma força de disciplina social insubstituível, uma força de solidariedade humana inigualável, a única forma de idealismo acessível à alma das multidões e de que elas não podem prescindir, e sendo o povo português profundamente religioso, a República não só não deve agredir a consciência religiosa da nação, mas deve assegurar a todos a mais ampla liberdade religiosa; e reconhecendo os serviços que através da história a Igreja Católica prestou à nação portuguesa, ter para ela a atitude de respeito e especial deferência a que tem direito”, *A Opinião*, 28-3-1923, p. 1. Cf., Luis Íñigo Fernández, *La derecha liberal en la Segunda República Española*, Madrid, UNED, 2000.

¹⁹¹³ Segundo as palavras de António Ginestal Machado o programa do Partido Republicano Nacionalista queria ordem e queria “dar a cada um o lugar que lhe compete”. Donde, a República no nosso país “só pode ser conservadora porque é tradicionalista. Foi dos que combateu intransigentemente o clericalismo nos tempos do saudoso Dr. Miguel Bombarda, mas respeita e acata o catolicismo que é a religião professada pela maioria do países e porque não vê incompatibilidade entre República e Religião”, *Correio da Extremadura*, 12-5-1923, p. 1.

¹⁹¹⁴ Cunha Leal, *Distrito da Guarda*, 21-02-1926, p. 2.

¹⁹¹⁵ António Ginestal Machado, *O Regionalista*, 17-12-1922, p. 2.

¹⁹¹⁶ Ribeiro de Carvalho, “Tolerância”, *República*, 5-1-1923, p. 1.

¹⁹¹⁷ Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004.

imposição do barrete cardinalício ao Núncio Apostólico, Monsenhor Aquille Locatelli, pelo Presidente da República, António José de Almeida no dia 4 de Janeiro de 1923¹⁹¹⁸.

Os nacionalistas apadrinhavam uma aproximação às reivindicações dos católicos. Em primeiro lugar defendiam que fosse permitido o ensino religioso nas escolas particulares, ao contrário do que advogava e lei e a ala esquerdista do PRP¹⁹¹⁹. Os republicanos conservadores defendiam que sem a permissão do ensino religioso nas escolas particulares não havia a “verdadeira liberdade de consciência”¹⁹²⁰, que a Constituição garantia, no seu n.º 4.º do artigo 3.º, por estas palavras: «a liberdade de crença e consciência é inviolável». Contudo, a Constituição também preceituava no artigo 10.º que «o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares, fiscalizado pelo Estado, será neutro em matéria religiosa». Onde, em 1911 o que prevaleceu foi o princípio laico no ensino público e particular. Por isso, a constituição deveria ser alterada para reforçar a liberdade de consciência¹⁹²¹. O PRN advogava o respeito por todas as “crenças e o seu propósito de defender por todos os meios legítimos a liberdade de consciência, condição da existência dum regime republicano”¹⁹²².

O segundo ponto de aproximação às posições dos católicos prendia-se com a revisão da Lei da Separação das Igrejas do Estado. Na sequência de uma eventual alteração desta Lei, a Câmara dos Deputados recebeu centenas de cartas e telegramas de protestos de republicanos e liberais de todas as partes do país. Deslocou-se ainda ao Parlamento uma comissão que entregou ao presidente do mesmo uma declaração contra a alteração da Lei da Separação das Igrejas do Estado. Os democráticos, por intermédio do deputado Manuel Fragoso, manifestaram-se logo contra qualquer alteração da referida Lei, pois consideravam-na a “Lei basilar da República”¹⁹²³. Já o PRN, pela voz do deputado Pedro Pita, esclareceu a posição do seu partido. Considerava que não existiam “leis imutáveis”. Portanto, considerava que eram possíveis “emendas à Lei da Separação”¹⁹²⁴.

O terceiro sinal de reconciliação com os católicos e de afastamento das posições dos democráticos prendia-se com a prática política quotidiana. Os nacionalistas, no seu curto governo, deram mostras de reconciliação com os católicos, entregando, por exemplo, “a título precário e gratuito, para o exercício do culto público da religião católica, à irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Rio de Mouro, concelho de Sintra, distrito de Lisboa, a Igreja paroquial da mesma freguesia, seus anexos, adro e demais objectos do culto na mesma igreja contidos”¹⁹²⁵. Outro exemplo do distanciamento entre as posições do PRN e do PRP em matéria religiosa, prendia-se com as procissões. Em Torres Vedras a Irmandade de Santa Cruz dos Passos pretendia

¹⁹¹⁸ “A República praticou agora um acto que a pode conduzir definitivamente a essa política de conciliação com a Igreja. Acto de enorme vantagem para o regime. Acto diplomático habilíssimo. Referimo-nos à cerimónia da imposição do barrete cardinalício ao Núncio do Papa”, Ribeiro de Carvalho, “Tolerância”, *República*, 5-1-1923, p. 1.

¹⁹¹⁹ Ribeiro de Carvalho, *República*, 12-12-1922, p. 1. “Somos partidários de que se faça ensino religioso nas escolas particulares”, António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 3-12-1925, p. 8.

¹⁹²⁰ Manuel António das Neves, *Correio da Extremadura*, 30-12-1922, p. 1.

¹⁹²¹ “Aproveitará a oportunidade de se encontrarem as futuras Câmaras investidas de poderes constituintes, para introduzir no estatuto fundamental da República alterações tendentes a fortalecer o poder civil, a assegurar a representação de classes no Senado, a tornar efectiva a liberdade das religiões especialmente da religião católica, que é a da maioria dos portugueses. [...] Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório”, “O Partido Nacionalista ao País”, *A Opinião*, 3-5-1925, p. 1.

¹⁹²² Nota Oficiosa do PRN, *O Jornal*, 30-4-1924, p. 1.

¹⁹²³ Manuel Fragoso, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-4-1923, p. 24.

¹⁹²⁴ Pedro Pita, *Diário da Câmara dos Deputados*, 20-4-1923, p. 25

¹⁹²⁵ Portaria n.º 3837, *Diário do Governo*, I Série, número 261, 8-12-1923.

realizar a procissão dos Passos, tendo enviado um abaixo-assinado com 225 assinaturas para o delegado do governo. Esta procissão apenas tinha sido realizada em 1918, durante a República, uma vez que noutros anos não tinha sido dada autorização para a sua realização. Porém, desta vez o delegado do governo em Torres Vedras consultou as estruturas políticas locais pedindo-lhe o seu parecer. Os representantes do Partido Republicano Nacionalista¹⁹²⁶ e dos republicanos independentes deram um parecer positivo, ao contrário do PRP, da Associação de Registo Civil, da Associação Livre Pensamento. A procissão realizou-se no dia 14 de Março de 1924 sem qualquer incidente. No entanto, a presença de alguns membros da Associação de Registo Civil e da Associação Livre Pensamento no dia da procissão motivou uma cena de pancadaria entre a população local e os forasteiros¹⁹²⁷. Por fim, outro exemplo da tolerância religiosa dos nacionalistas prendeu-se com a anulação de um doutoramento. O ministro da Instrução Pública, Hélder Ribeiro, anulou por portaria, uma tese de doutoramento na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, intitulada “Lurdes e a Medicina”. Segundo o ministro a tese versava assuntos de carácter confessional e não matéria médica. O PRN apesar de ter levantado algumas interrogações sobre o conteúdo da tese, mostrou-se um intransigente defensor da tolerância religiosa e da autonomia universitária, que o governo parecia não prezar publicando uma portaria arbitrária¹⁹²⁸.

¹⁹²⁶ “Partido Republicano Nacionalista – Torres Vedras

Ex.mo Sr. Administrador do Concelho de Torres Vedras

Ex.mo Sr. a Comissão Municipal Política do Partido Republicano Nacionalista Tomou conhecimento, em sessão de hoje, da consulta que lhe foi dirigida por V. Ex. acerca da procissão do Senhor dos Passos e considerando que vivemos sob o regime republicano; considerando que nenhuma República é estável sem que seja abertamente democrática; considerando que dentro de uma democracia todos os cidadãos podem pensar e proceder como quiserem, sempre que se não afastem dos preceitos da sua legislação; considerando que as manifestações de culto externas estão previstas pela lei da Separação da Igreja do Estado; considerando que os cidadãos desafectos àquelas manifestações devem respeitar os seus crenes, não só para prova de boa educação cívica mas também para poderem impor o respeito devido à sua forma diversa de pensar; considerando que, no caso de não prevalecer a boa doutrina. V. Ex.a tem ao seu dispor força bastante para manter a ordem, entende esta comissão política poder V. Ex.^a autorizar a referida procissão, de harmonia com o estabelecido na nossa legislação sobre matéria religiosa.

Saúde e Fraternidade

Torres Vedras, 10 de Março de 1924

João Ferreira Guimarães

Rafael Salinas Calado

Honorato Lima Lopes

Jacinto Custódio Rodrigues”, ANTT, Arquivo Geral do Ministério do Interior, Direcção Geral Administração Política e Civil. Correspondência Recebida, Maço 130.

¹⁹²⁷ Relatório referente à procissão dos Passos em Torres Vedras, ANTT, Arquivo Geral do Ministério do Interior, Direcção Geral Administração Política e Civil. Correspondência Recebida, Maço 130.

¹⁹²⁸ Vejam-se as declarações do secretário do Directório do PRN, Pedro Pita:

“A portaria do Sr. Ministro da Instrução anulando um Doutoramento e a proposta de lei do Sr. Ministro da Justiça, fazendo regressar à sua intangibilidade e pureza a lei da separação, obrigavam a uma clara definição de atitude por parte do corpo dirigente do meu Partido.

A portaria do Sr. Ministro da Instrução é na verdade simplesmente inconcebível; e eu não estranharei se amanhã – pelo mesmo critério – o Sr. Ministro da Justiça, por uma simples portaria também anular um acórdão do Supremo Tribunal.

Que a tese é uma coisa sem vislumbres de ciência amontoado de afirmações sem base e sem interesse, chocha, oca, feita talvez com o fim único de ostentar religiosidade e provocar reclamo – creio que sim ao menos pelo que tenho lido nos jornais, porque a tese nunca a li; e que aos mestres que a receberam e aprovaram deveriam ser-lhes pedida responsabilidade – também concebo. Mas que se proceda por simples portaria ao desdoutoramento de alguém, quando a mais a mais gozam de autonomia universitária, é que não pode passar sem receio e sem protesto”. [...]

Os nacionalistas mostraram ainda sérias dúvidas sobre a revisão da Lei da Separação que o ministro da Justiça e dos Cultos, José Domingues dos Santos, queria iniciar, pelo que enviaram uma nota oficiosa para a imprensa esclarecendo a sua posição¹⁹²⁹.

Esta aproximação às reivindicações católicas, encobria algumas nuances e divergências de posições dentro do PRN face à questão religiosa. Durante o I Congresso do PRN Carlos Castro Pereira Lopes e António Correia advogaram “a maior e mais clara tolerância em matéria religiosa” e uma efectiva “aproximação às justas e legítimas aspirações dos católicos portugueses”. A ala esquerdista do partido, que conviveu durante alguns anos com o radicalismo do Partido Democrático em matéria religiosa, não queria ir tão longe e pela voz de Álvaro de Castro defendeu que o poder civil não podia nunca submeter-se ao poder religioso¹⁹³⁰. Esta questão nunca ficará totalmente resolvida entre estes grupos com percursos políticos diferentes e marcará de futuro novas tensões internas. Os primeiros defendiam uma Igreja livre dentro do Estado livre, uma Igreja livre dentro das leis da República e em obediência às leis do poder civil. Os segundos continuavam a rezear o fanatismo religioso. Alguns nacionalistas evoluíram no seu pensamento, para posições mais extremistas. Pedro Pita, secretário do Directório do PRN, referiu em entrevista ao jornal *O Povo*, do Funchal, o seguinte: “em tempos também fui dos que se deixaram encantar com o canto da sereia da liberdade religiosa, hoje entendo que a Igreja precisa de ser amachucada”. Disse ainda “que foi em tempos conservador dentro do regime; hoje as lições da experiência modificaram bastante o seu ponto de vista, sendo actualmente um radical. Pertença a um partido cuja ideologia conservadora respeito, mas a sua doutrina já não se coaduna com a modificação que se operou no meu espírito”¹⁹³¹.

As posições conservadoras e próximas dos interesses dos católicos contribuíram para um estreitar das relações com a hierarquia católica¹⁹³², tendo inclusive alguns padres aderido ao PRN, caso de Ansião, onde os sacerdotes locais eram as principais figuras nacionalistas na Câmara Municipal¹⁹³³.

No último Congresso realizado nos princípios deste ano o PRN definiu bem claramente, na verdade, a sua situação perante o problema religioso: - com o reconhecimento da supremacia do Poder Civil, a maior neutralidade e o maior respeito pela crença de cada um”. [...]

“Cabem, na verdade dentro das fileiras do PRN os católicos e os não católicos. Eu pertenço a um partido político, e não tenho nenhuma crença religiosa; mas tenho por correligionários e até por colegas no Directório pessoas que muito preso e que são religiosas.

Todos cabemos dentro deste Partido que nada tem que ver – repito – com as confissões religiosas de qualquer dos seus membros que para todas as religiões mantêm uma posição de neutralidade, dando a cada um o direito de pensar e de crer com entender que é melhor”, Pedro Pitta, *O Jornal*, 23-6-1924, p. 4.

¹⁹²⁹ Nota Oficiosa do PRN:

“1.º - Definir a sua atitude de intransigente oposição à proposta do Sr. Ministro da Justiça sobre as relações do Estado com as Igrejas, atentatória da liberdade de consciência, afirmando mais uma vez a posição do Partido em matéria religiosa, que é e absoluta neutralidade com respeito a todas as crenças, embora reconhecendo sempre a supremacia do poder civil;

2.º - Afirmar publicamente a sua discordância com o procedimento do sr. Ministro da Instrução; anulando por simples portaria uma tese de doutoramento aprovada por uma das Faculdades do país, precedente que põe em grave risco direitos legalmente adquiridos e que é um formidável atentado à autonomia universitária;”, *O Jornal*, 24-6-1924, p. 1.

¹⁹³⁰ *República*, 21-3-1923, p. 1.

¹⁹³¹ *O Povo*, Funchal, 19-10-1932, p. 1.

¹⁹³² *O Novidades* ficou agradado com as afirmações proferidas sobre a Igreja no II Congresso do PRN, cf., *Notícias de Viseu*, 26-1-1924, p. 2.

¹⁹³³ Manuel Augusto Dias, *A Republicanização no Concelho de Ansião*, Ansião, Editora Serras de Ansião, 1999.

3.3. Compatibilização do Tradicionalismo e Nacionalismo Moderado com o Republicanismo Histórico: a construção de uma «República para todos os portugueses»

Um dos desafios mais difíceis do Partido Republicano Nacionalista era conseguir agregar as correntes republicanas nacionalistas e moderadas, sem abandonar o republicanismo histórico e clássico proveniente do velho Partido Republicano Português. Opondo-se ao radicalismo e esquerdismo do Partido Democrático¹⁹³⁴, o Partido Republicano Nacionalista assentava numa corrente mais moderada¹⁹³⁵, no sentido de trazer maior ordem e disciplina à República e uma maior atenção às tradições portuguesas¹⁹³⁶, em particular no tocante à religião católica¹⁹³⁷. António Ginestal Machado defendia que a República no nosso país “só pode ser conservadora porque é tradicionalista”¹⁹³⁸. Para os nacionalistas a República só teria condições de perdurar moldando-se às tradições nacionais. Isto é, se fosse “uma República moderada e conservadora, onde livremente possam expandir-se, dentro das leis, todas as crenças religiosas e todos os ideais políticos compatíveis com o espírito nacional. Enfim: uma República de liberdade e de tolerância”¹⁹³⁹.

O Partido Republicano Nacionalista era um partido com uma ideologia conservadora, mas com alguma fluidez e pluralidade. Alguns dos seus dirigentes

¹⁹³⁴ “Ir para a esquerda é caminhar para a ditadura, onde a violência e a intolerância preponderem, onde o arbítrio seja lei, onde a liberdade não passe de uma palavra vã, onde a força estrangule a razão e a Justiça. (...) Se ir para a esquerda é, pois, caminhar para um regime de violências, de intolerâncias, não pode ser. Não foi para isso que se implantou a República”, Constâncio de Oliveira, “Para a esquerda”, *República*, 27-4-1923, p. 1.

¹⁹³⁵ “Se com a nossa atitude, criamos embaraços a alguém, não é ao regime; é ao Partido que tem sido, e continua a ser, o detentor exclusivo do poder, em Portugal. De tal modo esse partido julga consubstanciado em si o Estado Republicano, que quando as oposições intensificam a sua acção ou esboçam uma atitude de protesto, logo se levantam vozes indignadas: - «Não criem dificuldades á República!» - Singular confusão é esta! Como se a República coubesse dentro de um só partido político, por maior que ele fosse! [...] É preciso que o poder não seja monopólio dum partido em ditadura permanente”. É preciso que os governos se apoiem nos instrumentos constitucionais da autoridade e da ordem, e não nos elementos de agitação e de desordem das ruas. É preciso que no nosso País se governe construindo, e não demolindo. É preciso que o poder se exerça, não contra a lei, mas com a lei; não contra as classes produtoras da riqueza nacional, mas com essas classes, harmonizando os seus interesses e coordenando a sua acção; é preciso que desapareça das cadeiras do poder o ódio sectário, o pessimismo negativista, o espírito de violência, de intolerância, de hostilidade sistemática contra tudo e contra todos, - porque governar não é criar conflitos, é evitá-los, não é agredir, é conciliar; é preciso, enfim, que os governos deixem de ser agentes de agitação, de incerteza e de alarme público, e que se governe criando no espírito nacional, não a desconfiança, germe da anarquia. [...] Há sem dúvida, uma revolução a fazer - e o Partido Nacionalista não esconde que pretende ser o instrumento dessa revolução ordeira. [...] Para conquistar legitimamente o poder, o Partido Nacionalista não aceita complacências, nem pensa em violências. Conquistá-lo-á pelo seu justo valor, pela sua capacidade de governo, pelas possibilidades da sua organização, pelo mérito dos seus homens. Será sempre o que tem sido até hoje: uma grande força constitucional ao serviço das instituições republicanas - força de ordem, serena, disciplinada, tolerante e construtiva. [...]”. Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório”, “O Partido Nacionalista ao País”, *A Opinião*, 3-5-1925, p. 1.

¹⁹³⁶ “O novo partido será profundamente nacionalista, porque tenderá a manter e a desenvolver todas as características próprias da nação, especialmente as que se baseiam na tradição”, António Ginestal Machado, *O Figueirense*, 21-12-1922, p. 1.

¹⁹³⁷ Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 73.

¹⁹³⁸ *Correio da Extremadura*, 12-5-1923, p. 1.

¹⁹³⁹ Ribeiro de Carvalho, “Tolerância”, *República*, 5-1-1923, p. 1.

provinham da área republicano tradicionalista e nacionalista, tendo participado activamente na Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira¹⁹⁴⁰, no Sidonismo, no Partido Nacional Republicano e nos seus sucedâneos, Partido Republicano Conservador e Partido Nacional Republicano Presidencialista. Dentro desta corrente merecem destaque João Tamagnini Barbosa, José Feliciano da Costa Júnior, Eurico Cameira, Joaquim Mendes do Amaral, Teófilo Duarte e principalmente Filomeno da Câmara. Temos depois no PRN um grupo republicano mais moderado, mas que participou na Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e que fazia a ponte com o grupo nacionalista e tradicionalista, casos de António Ginestal Machado, Hermano José de Medeiros, José Jacinto Nunes e Constâncio de Oliveira. Por fim, tínhamos o grupo republicano ortodoxo, quase todo ele proveniente do PRP, via Partido Republicano de Reconstituição Nacional, liderado por Álvaro de Castro, que representava o republicanismo clássico.

Dentro do PRN coexistiam dirigentes políticos que defendiam a via gradualista, apostando na moderação e na alternância no poder por via eleitoral e aqueles que defendiam a via revolucionária, casos de José Alves Roçadas, Filomeno da Câmara e José Mendes Cabeçadas. A defesa de uma ditadura transitória também passou a fazer parte do discurso político de alguns membros do PRN. Cunha Leal apresentou na Sociedade de Geografia uma conferência no dia 17 de Dezembro de 1923. O PRN sentia que representava a maioria da sociedade portuguesa conservadora, com um programa alternativo ao PRP e à reacção monárquica, mas era constantemente afastado do poder por meios «legais» ou revolucionários. Perante este quadro político e perante um país com uma grave situação económica e financeira era necessário iniciar uma política de austeridade e de corte nas despesas públicas que só as forças armadas poderiam liderar, no sentido de construir uma solução transitória de Ditadura Militar para o País¹⁹⁴¹. Adriano Augusto Pimenta discursando no Centro Político Nacionalista do Porto disse que Portugal deveria seguir a “orientação política que se está seguindo por toda a parte”. Por isso, “aplauiu a ideia duma ditadura, que não sendo realizada por um homem o fosse por um partido disciplinado e disciplinador”¹⁹⁴² como o Partido Republicano Nacionalista.

O Partido Republicano Nacionalista era defensor de uma certa disciplina social¹⁹⁴³. Nesse sentido o programa do Partido Republicano Nacionalista “quer ordem” e “quer dar a cada um o lugar que lhe compete”¹⁹⁴⁴. Cunha Leal achava que o PRN era “uma espécie de tampão que amortece os choques vindo da direita e da esquerda; tem uma função social: estabelecer o equilíbrio político e de estabelecer o equilíbrio social à custa da sua acção”¹⁹⁴⁵. Uma das ideias centrais que o PRN queria transmitir era a sua capacidade de conciliar e de fomentar a harmonia entre interesses aparentemente

¹⁹⁴⁰ A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira foi uma importante organização tradicionalista e nacionalista, de que fizeram parte vários dirigentes do PRN, com destaque para Filomeno da Câmara. Esta organização pretendeu formar uma aliança nacional formando um governo de competências no início de 1923, cf., Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, pp. 158-161.

¹⁹⁴¹ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 20-12-1923, pp. 1-3. Veja-se também *O Jornal*, 24-12-1923, pp. 1-4; Francisco Cunha Leal, *Eu os políticos e a Nação*, Lisboa, Imprensa de Portugal e Brasil, s.d., [1926], pp. 177-218.

¹⁹⁴² Adriano Augusto Pimenta, *O Jornal*, 2-1-1924, p. 1.

¹⁹⁴³ “Punam-se todos os abusos, partam-se de onde partirem, das classes possuidoras ou das menos favorecidas, e esse alto exemplo de justiça serão esteio mais seguro da tranquilidade pública”, António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14-5-1925, p. 8.

¹⁹⁴⁴ *Correio da Extremadura*, 12-5-1923, p. 1.

¹⁹⁴⁵ Cunha Leal, *Diário do Congresso*, 28-4-1925, p. 20.

contraditórios¹⁹⁴⁶. O Partido Republicano Nacionalista defendia intransigentemente a República e encontrava-se “entre duas reacções”¹⁹⁴⁷: a reacção monárquica e a reacção jacobina¹⁹⁴⁸. Opunha-se também ao liberalismo radical e ao sindicalismo revolucionário¹⁹⁴⁹. Esta imagem de *centrismo* que o PRN quis deixar passar está bem patente na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1925¹⁹⁵⁰. Pedro Pita ao discursar em Arraiolos afirmou que trabalhadoras eram “todas as classes - mas todas - as que de algum modo contribuem para a prosperidade nacional, não podendo o operário dispensar o industrial, ou o lavrador, nem estes aquele, sendo por isso indispensável que todas as classes vivam unidas para que a nacionalidade não soçobre”¹⁹⁵¹. Cunha Leal numa sessão de propaganda no Centro Jacinto Nunes, na noite de 24 de Julho de 1924, em Lisboa, afirmou que “o Partido Republicano Nacionalista é um partido republicano burguês e que por sê-lo toda a sua acção converge no sentido de fortalecer a classe média, única maneira de dar ao Povo a maior soma de benefícios possíveis. É necessário aburguesar o Povo, porque o Povo, possuidor dum relativo bem-estar, tem de ser e há-de ser a garantia sólida das instituições republicanas de Portugal”¹⁹⁵². O líder nacionalista eborense Alberto Jordão Marques da Costa num artigo dirigido aos organismos operários de Évora explicou a posição do seu partido face à questão social.

Em matéria de *exploradores* e *explorados* o PRN tinha um critério “simples, mas diferente daquele que o canhotismo apregoa aos quatro ventos, na mira de fomentar a luta de classes. Disso afastamo-nos nós. A nossa maneira de ver [...] resume-se na afirmação de que há exploradores

¹⁹⁴⁶ “É preciso que os governos se apoiem nos instrumentos constitucionais da autoridade e da ordem, e não nos elementos de agitação e de desordem das ruas. É preciso que no nosso País se governe construindo, e não demolindo. É preciso que o poder se exerça, não contra a lei, mas com a lei; não contra as classes produtoras da riqueza nacional, mas com essas classes, harmonizando os seus interesses e coordenando a sua acção; é preciso que desapareça das cadeiras do poder o ódio sectário, o pessimismo negativista, o espírito de violência, de intolerância, de hostilidade sistemática contra tudo e contra todos, - porque governar não é criar conflitos, é evitá-los, não é agredir, é conciliar; é preciso, enfim, que os governos deixem de ser agentes de agitação, de incerteza e de alarme público, e que se governe criando no espírito nacional, não a desconfiança, germe da anarquia. [...] Lisboa, 2 de Abril de 1925. O Directório”, “O Partido Nacionalista ao País”, *A Opinião*, 3-5-1925, p. 1.

¹⁹⁴⁷ “Entre duas reacções”, *Democracia do Sul*, 15-10-1925, p. 1-2.

¹⁹⁴⁸ “Estamos entre dois fogos de acusações. Os monárquicos consideram-nos umas pobres pessoas inofensivas, sem pensamento político e sem acção. [...] Certos elementos avançados julgam que a nossa orientação enferma dum estreito reacionarismo, inteiramente desintegrados do espírito progressivo da Democracia”, António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 14-5-1925, p. 8.

¹⁹⁴⁹ “O liberalismo extreme deu o que tinha a dar e o sindicalismo puro nunca poderá dar coisa que valha a pena ver”, António Ginestal Machado, “O parlamento”, *O Jornal*, 19-1-1924, p. 1.

¹⁹⁵⁰ No seu manifesto ao país os nacionalistas pretendiam seduzir as «forças vivas» através da questão dos impostos. O PRN “reconhecendo que a agricultura, a indústria e o comércio suportam dificilmente os encargos fiscais que os oneram, e que o actual regime tributário, complexo e exaustivo, constitui um embaraço grave ao desenvolvimento da riqueza nacional, (...) promoverá no parlamento a imediata revisão de toda a legislação fiscal, a fim de que se torne mais justa e mais equitativa a distribuição dos impostos, de que se facilitem as cobranças, de que se assegure ao contribuinte o direito de reclamação, e de que ninguém seja obrigado a pagar ao Estado mais do que legitimamente deva pagar-lhe.” Porém, também pretendiam cativar o operariado. Este grupo social enquanto “produtor de riqueza” tinha a consideração que lhe era devida. O PRN desejava “sinceramente que as classes operárias” colaborassem “na vida do Estado”. Iria contribuir para que fosse “remodelada em bases modernas e justas a legislação do trabalho”. (“Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3-11-1925, p. 1). Após as eleições legislativas de 1925 para os nacionalistas tinha ficado demonstrado que “o país, na sua quase totalidade, se não vai para a extrema esquerda, também repele a extrema direita, preferindo os que lhe dão garantias de ordem e legalidade.” (*Democracia do Sul*, 10-11-1925, p. 1).

¹⁹⁵¹ *Democracia do Sul*, 13-10-1925, p. 2.

¹⁹⁵² Cunha Leal, *O Jornal*, 25-7-1924, p. 1.

entre os homens do capital, da indústria, do comércio, do professorado, do funcionalismo público e também entre o operariado. Para nós é explorador o capitalista que leva ao exagero o seu desejo de lucro, que vem a traduzir-se em ganância. Há vários. É explorador o industrial que procura tirar a pele ao operário, sem respeito pelos elementares princípios de humanidade e pelos legítimos direitos adquiridos, consignados na lei e garantidos pelo costume. Há bastantes. É explorador o comerciante que, com lucros excessivos, arranca ao consumidor mais do que deve, locupletando-se com muito mais do que é legítimo. Tem havido muitos. Mas a par destes entram também na categoria de exploradores os que não cumprem a sua obrigação, trabalhando como devem; aqueles que não produzem o que está naturalmente indicado que devem produzir; os que encostando-se aos próprios camaradas, deixam, indolentemente, que estes realizem uma maior soma de trabalho, vindo depois a receber tanto, usando da preguiça, como os outros que foram diligentes. No primeiro caso a exploração é do operário relativamente ao que lhe paga; no segundo é de camarada para camarada. Há pois, quanto a nós, em todos os campos, bom e mau. O operário consciente e cumpridor dos seus deveres merece-nos a maior das considerações, bem como os homens de qualquer outras classes que em idênticas condições conheçamos; mas os que tiverem o culto da mandria, da embriaguez e do vício, tendo ganhos sem a eles fazerem bom direito, sejam capitalistas, comerciantes ou sejam operários, incluímo-los no número dos exploradores, que nos não valem atenção alguma, e a quem não prestamos solidariedade. São exploradores, que mais não seja, da colectividade. Somos contra eles, exploradores, e estamos ao lado dos outros, dos explorados, pertençam a que classe pertencerem”¹⁹⁵³.

Na mesma linha, Cunha Leal esclareceu que os nacionalistas não podiam ser acusados de estarem vendidos às forças económicas: “Nós não queremos predomínio de uma classe sobre as outras. O que o partido nacionalista defende e defenderá, [...] [consciente] dos seus deveres e da justa interpretação da palavra democrática [...] é o equilíbrio social. [...] Defendemos no Parlamento o país contra os processos violentos e ilegais por que um governo se julgou ligado à causa da República e do Povo. Somos contra qualquer predomínio, e folgo em o dizer em público: contra o predomínio das forças económicas, contra o predomínio das forças exaltadas do operariado” E destacou o facto de quando o PRN saiu em defesa das forças económicas estava a defender a própria democracia, uma vez que estava a defender os direitos que as leis e os contratos consagram. O PRN defendeu os seus direitos “que são os direitos dos portugueses”. E realçou o perigo que esta situação trás, uma vez que em toda a Europa e em todo o mundo se estava a repelir “o bolchevismo claro ou disfarçado”¹⁹⁵⁴.

O Partido Republicano Nacionalista queria conciliar todas as classes e queria integrar todos os portugueses na República¹⁹⁵⁵ e no Estado, mesmo os opositores do regime¹⁹⁵⁶. Neste sentido afastava-se da prática política levada a cabo pelos democráticos. Os membros do PRP estavam apostados em sanear todos os funcionários públicos que fossem monárquicos e contrários ao regime, seguindo um “princípio enunciado por João Chagas: A República é para todos os portugueses mas o Estado deve ser para os republicanos”. No entanto, os democráticos achavam que este princípio não estava a ser respeitado, uma vez que “dentro das repartições públicas há elementos

¹⁹⁵³ A. J., “Exploradores e explorados”, *Democracia do Sul*, 16-10-1925, pp. 1-2.

¹⁹⁵⁴ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 13-2-1925, p. 4.

¹⁹⁵⁵ “O Dr. Ginestal Machado traduziu o sentir do Partido Nacionalista nesta frase lapidar: - A República é para todos os portugueses”, *O Bejense*, 22-11-1923, p. 1. Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa explicou o abandono da União Liberal Republicana e a adesão à Ditadura desta forma: “Ao deixar os nossos companheiros de ontem (...) o mesmo ideal nos orienta, a mesma ânsia nos domina: conseguir uma República para todos os portugueses”, Bissaia Barreto, *Diário de Lisboa*, 21-12-1931, p. 8.

¹⁹⁵⁶ Após a entrada dos presidencialistas no PRN um jornalista questionou o presidente do Directório se aceitariam o ingresso de outros partidos. António Ginestal Machado respondeu desta forma: “Recebe-lo-íamos de braços abertos. O Partido nacionalista não é uma seita. Venham monárquicos, republicanos – mas venham com sinceridade. É o único certificado que lhes pedimos, o certificado de sinceridade”, António Ginestal Machado, *Diário de Lisboa*, 13-2-1925, p. 4.

que conspiram contra o regime, começando mesmo a desmoraliza-lo”¹⁹⁵⁷. Os nacionalistas também se distinguiam dos democráticos na vontade de abrir o Parlamento a outros partidos. A integração de novos partidos políticos no Parlamento poderia contribuir para absorver as tensões e as aspirações da sociedade. Onde, António Ginestal Machado defendia a integração de todas as correntes de opinião no Parlamento como forma de dirimir os conflitos que estavam latentes na sociedade: “Quando foi do governo do Sr. Barros Queirós, coadjuvei a representação dos católicos no Parlamento, e agora desejaria lá ver também representantes de todas as correntes, os socialistas, por exemplo. Evitar-se-ia assim uma contínua fermentação política nas ruas, o que na Câmara dos Deputados é fácil resolver”¹⁹⁵⁸.

O Partido Republicano Nacionalista defendia que a República tinha de “nacionalizar-se para n’ela caberem todos os bons portugueses”¹⁹⁵⁹. Este partido pretendia “completar a obra de nacionalização da República”, integrando os elementos monárquicos e adversários do regime, dado que a República “não era apenas um regime para os republicanos, mas um regime para todos os portugueses”¹⁹⁶⁰. Só o Partido Republicano Nacionalista governando com a nação, poderia encontrar ambiente necessário para solucionar os grandes problemas nacionais. Assim, o Partido Republicano Nacionalista não correspondia apenas a uma necessidade da República, correspondia a uma necessidade da Nação¹⁹⁶¹.

¹⁹⁵⁷ *O Rebate*, 17-11-1922, p. 2.

¹⁹⁵⁸ António Ginestal Machado, *Notícias de Viseu*, 16-3-1925, p. 1.

¹⁹⁵⁹ “Não concordo com a afirmação aqui feita de quem ainda não veio para a República já não virá mais. A verdade é que se todos os que estão fora do regime, odiassem a República esta não existiria já (aplausos). Esperemos que eles confiarão em nós, republicanos, e virão coadjuvar-nos. Mal de nós se a República fosse um regime retrógrado! A missão do Directório é realizar o progresso das ideias através do campo belo da democracia. É preciso que os republicanos deixem de afirmar desde quando são republicanos, preferível será que afirmem como são partidários da República.

É indispensável trazer a Nação sadia até à República. Isso é o que o Directório quer. A República tem de nacionalizar-se para n’ela caberem todos os bons portugueses. Não queremos uma República de importação; ambicionamos uma República nossa. Com o Congresso faço votos por que a República seja digna do passado da auréola sagrada que santificou a Nação e nos bendiz a todos”, António Ginestal Machado, *O Século*, 20-3-1923, p. 2.

¹⁹⁶⁰ O Directório, “Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País”, *República*, 17-3-1923, p.1.

¹⁹⁶¹ O Directório, “Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País”, *República*, 17-3-1923, p.1.

Capítulo IV – Decadência e dissolução do Partido Republicano Nacionalista (1926-1935)

1. O «Movimento do 28 de Maio» e a luta pelo controle da Ditadura em 1926

O «movimento do 28 de Maio de 1926» contou com o contributo de membros de quase toda a oposição ao Partido Democrático. A união em torno do golpe tinha um objectivo concreto e aglutinador de interesses heterogéneos - derrubar o partido de António Maria da Silva (líder do PRP) do Poder. Após a consecução deste objectivo a diversidade dentro do golpe militar é realçada, dado que este golpe de Estado teve apoios desde a esquerda republicana à direita radical¹⁹⁶².

A imprensa do Partido Republicano Nacionalista saudou efusivamente a intervenção dos militares e a formação de um novo governo com a exclusão dos democráticos. Contudo, a direcção central do partido, por intermédio dos Drs. Pedro Pita e Júlio Dantas transmitiram ao Presidente da República, Bernardino Machado, uma posição mais reservada e prudente no dia 29 de Maio, quando o êxito do movimento ainda era incerto:

“O Partido Nacionalista, estranho ao movimento em marcha, desconhece a sua natureza, a sua extensão e os seus objectivos políticos. Se porventura, se tratar de um movimento contra as instituições republicanas, cumprirá o seu dever: combatê-lo-á. Aguarda, para definir a sua atitude, as informações oficiais sobre a situação”¹⁹⁶³.

No entanto, nos dias seguintes, com o êxito do movimento, esta posição foi atenuada. Júlio Dantas escreveu a Bernardino Machado no dia 1 de Junho para lhe explicar “quanto senti os motivos que determinaram a sua renúncia”¹⁹⁶⁴. Posteriormente, numa nota oficiosa publicada na imprensa, declararam que PRN “não se considera perante a situação, nem vencido, nem vencedor”¹⁹⁶⁵, a que se seguiu uma segunda nota oficiosa onde o directório nacionalista aconselhava “os seus correligionários a não oporem embaraços à efectivação”¹⁹⁶⁶ da obra do Governo. A

¹⁹⁶² Aniceto Afonso, *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

¹⁹⁶³ Diário de Notícias, 29-05-1926, p. 2.

¹⁹⁶⁴ Carta de Júlio Dantas para Bernardino Machado, datada a 1-6-1926, Museu Bernardino Machado (Vila Nova de Famalicão), Arquivo de Bernardino Machado.

¹⁹⁶⁵ “O Partido Republicano Nacionalista não se considera perante a situação, nem vencido, nem vencedor. O seu silêncio tem sido apenas determinado pela necessidade de se esclarecer devidamente. Nunca deixou, nem deixa agora de definir a sua atitude. Vê com simpatia todos os movimentos renovadores do espírito e dos processos administrativos da República; continua a orientar-se exclusivamente, como até aqui pelo desinteressado propósito de bem servir o país e as instituições; sinceramente deseja que a República e a força armada saiam deste movimento dignificadas e engrandecidas; e aguarda com serenidade os acontecimentos, fazendo votos para que deles resulte, para o País, a normalidade indispensável ao seu progresso interno e ao seu prestígio exterior”, *Democracia do Sul*, 3-6-1926, p. 1.

¹⁹⁶⁶ *O Debate*, 20-6-1926, p. 1. Nota Oficiosa do Directório do PRN: “Considerando que o Governo saído do movimento militar, tendo-se colocado ao serviço da República, afirma o propósito de realizar a obra de restauração administrativa, de disciplina social e de renovação nacional de que o país carece: O

Junta Consultiva do PRN reunida no dia 3 de Novembro apoiou as posições assumidas pelo Directório¹⁹⁶⁷. Nos meses seguintes sempre que os nacionalistas queriam reivindicar um papel mais activo na Ditadura Militar traziam para a opinião pública o facto de eles terem tido um papel importante na preparação e execução do “28 de Maio” no sentido de “predispôr os seus componentes a favor de tal movimento”, e “fazendo com que eles colaborassem nele a tal ponto que, se esse movimento” fosse “sufocado o Partido Nacionalista podia considerar-se aniquilado”¹⁹⁶⁸.

Pela documentação disponível é difícil saber qual o nível de envolvimento e conhecimento da direcção do Partido Republicano Nacionalista na preparação e execução do «Movimento do 28 de Maio de 1926». No entanto, dada a participação de altos dirigentes do PRN, como Jaime António da Palma Mira¹⁹⁶⁹, Custódio Maldonado de Freitas e Filomeno da Câmara Melo Cabral na organização do «28 de Maio»¹⁹⁷⁰, consideramos que houve uma conivência e concordância no sentido de aceitar uma ditadura transitória, que sem adular completamente as regras fundamentais do Estado Liberal, modificasse o quadro de forças que impossibilitava a alternância no poder. Todavia, nem todos os intervenientes na revolta tinham essa opinião. Desde o primeiro dia começou a operar-se uma forte luta interna pela liderança do processo político e pelo controle do Poder. Cada grupo jogou os «trunfos» disponíveis.

Após o golpe de Estado de 17 de Junho de 1926 que afastou o capitão de mar- guerra Mendes Cabeçadas (dirigente da União Liberal Republicana), a via reformista republicana conservadora teve a primeira derrota dentro da Ditadura Militar¹⁹⁷¹. Contudo, o PRN ganhou aparentemente novo protagonismo. O general Gomes da Costa (líder inicial do movimento) contava com o conselho de dois influentes membros desse Partido, Filomeno da Câmara Melo Cabral¹⁹⁷² e Albano de Sousa¹⁹⁷³. Porém o primeiro destes afastou-se do PRN em carta enviada ao Directório, após ter sido nomeado Ministro das Finanças a 19 de Junho e o segundo tornou-se seu chefe de gabinete. O ritual de abandono do PRN era necessário para sacralizar o novo governo, que se queria afastado dos antigos partidos¹⁹⁷⁴.

Directório do Partido Republicano Nacionalista aconselha os seus correligionários a não oporem embaraçosa efectivação dessa obra, embora reservando-se o direito de, imparcialmente a apreciar, e faz votos para que a acção do Governo, inspirada nos bons princípios republicanos e na salutar intenção de acalmar todas as paixões políticas, conduza a uma situação de prosperidade para o País e de prestígio para a República”.

¹⁹⁶⁷ Cf., *Notícias de Viseu*, 6-11-1926, p. 1; *O Debate*, 7-11-1926, p. 1

¹⁹⁶⁸ M. Carrilho, “Os nacionalistas foram os maiores cooperadores no movimento de 28 de Maio”, *Correio da Extremadura*, 1-1-1927, p. 1.

¹⁹⁶⁹ Cf., Bilhete do Comandante José Mendes Cabeçadas Júnior datado a 27/28 de Maio de 1926, Espólio Jaime António Palma Mira – Lisboa (em posse da família).

¹⁹⁷⁰ Cf., António Alberto Torres Garcia, *Diário de Coimbra*, 23-2-1933, pp. 1-2. Cf., *idem*, 20-11-1932, pp. 1 e 4; *Diário de Lisboa*, 25-2-1933, pp. 5 e 8.

¹⁹⁷¹ Cunha Leal, *Coisas do tempo presente. Cântaro que vai à Fonte...*, Lisboa, Edição do Autor. 1963, pp. 151-155.

¹⁹⁷² Cunha Leal, na carta que escreveu ao Comandante Mendes Cabeçadas a pedir-lhe que resistisse para defender a República, acusou “os esbirros do Sr. Filomeno da Câmara” como sendo um dos principais opositores do Comandante Mendes Cabeçadas e de sí próprio (*A Noite*, 17-6-1926, p. 1).

¹⁹⁷³ Cf., *Diário de Lisboa*, 18-6-1926, p. 4.

¹⁹⁷⁴ Carta enviada por Filomeno da Câmara, Lisboa, 16-10-1925, Espólio de António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, E55/695; *Diário de Lisboa*, 19-6-1926, p. 8; *Correio da Extremadura*, 26-6-1926, p. 1. Cf., Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira as Origens do Estado Novo, (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 213.

A heterogeneidade era a marca principal dos apoios de Gomes da Costa, que iam desde radicais de direita a radicais de esquerda¹⁹⁷⁵. Esta situação inviabilizou uma linha de rumo segura para a Ditadura Militar e uma coabitação pacífica, que culminaria com o seu afastamento em 8 de Julho num novo golpe de Estado.

Os membros do PRN mostraram-se discordantes com a forma como tinha sido afastado Gomes da Costa¹⁹⁷⁶ e o seu anterior correligionário Filomeno da Câmara. Todavia, a ascensão de Óscar Carmona à presidência do conselho de ministros da Ditadura em 9 de Julho de 1926, também foi vista com esperança, dado este militar ter sido o ministro da Guerra do Governo do PRN em 1923. No entanto, os primeiros contactos entre o novo governo e a direcção política dos nacionalistas revelaram que o executivo não atribuía ao PRN o papel que este julgava merecer e colocava-o junto aos outros partidos republicanos, enquanto causadores do atraso nacional, pelo que se acentuou o afastamento dos nacionalistas do governo¹⁹⁷⁷. Este facto teve também relevância a nível regional, dado que em algumas localidades a elite nacionalista que presidia às Câmaras Municipais não foi reconduzida nos cargos¹⁹⁷⁸, o que provocou o seu afastamento imediato da Ditadura, vindo a engrossar a oposição à mesma¹⁹⁷⁹. Porém, noutras localidades, a elite nacionalista foi nomeada para os cargos administrativos locais¹⁹⁸⁰, tendo a autorização do directório do PRN para assumir esses cargos¹⁹⁸¹.

¹⁹⁷⁵ Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, Tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 373-381.

¹⁹⁷⁶ Veja-se a cordial carta com o timbre do Partido Republicano Nacionalista enviada por António Ginestal Machado a Gomes da Costa após este ter sido afastado do poder (Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa. Espólio de Gomes da Costa (N4), Carta de António Ginestal Machado para Gomes da Costa, 21-7-1926).

¹⁹⁷⁷ Veja-se a nota oficiosa do Directório do PRN publicitada na imprensa que denota um maior afastamento face ao governo: “O Directório do Partido Republicano Nacionalista reconhecendo que os actos do actual governo, nos quais nenhuma responsabilidade lhe assiste, não têm correspondido à forma como foi acolhido o movimento de 28 de Maio considerado como renovador do espírito e dos processos da República, manifesta a sua discordância de tais actos, discordância que se tem acentuado sobretudo em relação às deliberações respeitantes ao exercício da censura à imprensa, à realização dos recentes contratos com dois Bancos emissores e ao critério que está presidindo à execução da reorganização do Exército”, *Notícias de Viseu*, 28-8-1926, p. 1. Esta nota oficiosa foi impedida de ser publicada em Lisboa pelos serviços de censura, mas acabaria por ser publicada na província. Veja-se uma explicação mais alargada dos motivos e do teor da nota oficiosa em: *Notícias de Viseu*, 4-9-1926, p. 1; Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1706.

¹⁹⁷⁸ O Governo da Ditadura pretendia afastar a elite partidária dos cargos dirigentes da administração local. Veja-se a seguinte passagem de uma circular enviada pelo Ministro do Interior, José Ribeiro Castanho, para os Governadores Civis, datada em Lisboa a 16-7-1926: “Muito desejaria que todos os indicados fossem pessoas de categoria reconhecida e competência, e o mais possível alheios à política partidária”. ANTT (Lisboa), Arquivo Geral do Ministério do Interior, Direcção Geral da Administração Política e Civil, Maço 492.

¹⁹⁷⁹ Veja-se os exemplos de Évora, Pombal e Mértola. Cf., Manuel Baiôa, *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000; *Notícias de Viseu*, 4-9-1926, p. 1; *O Imparcial*, 1-8-1926, p. 1; *A Voz do Guadiana*, 20-4-1927, p. 1.

¹⁹⁸⁰ Os nacionalistas de Oeiras estavam plenamente satisfeitos, uma vez que foi nomeada uma nova Comissão Administrativa para a Câmara Municipal liderada novamente pelos seus correligionários, cf., *O Debate*, 8-8-1926, p. 1. Em Torres Vedras alguns nacionalistas passaram a fazer parte dos corpos administrativos da autarquia após o “28 de Maio”, Venerando António Aspra de Matos, *Republicanos de Torres Vedras, Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Edições Colibri, Lisboa, 2003, pp. 263-269.

¹⁹⁸¹ Um dos órgãos de imprensa do PRN justificava a aceitação de cargos administrativos locais por parte dos nacionalistas uma vez que se tivessem mostrado intransigentes “os dirigentes do Movimento Militar

O desencontro entre o governo e o PRN agravou-se após o major João Tamagnini de Sousa Barbosa (membro do directório do PRN) ter recusado o convite para desempenhar o cargo de Alto-comissário nos Açores, após o sismo dos Açores em Setembro de 1926¹⁹⁸². No entanto, outros dirigentes do PRN optaram por dar a sua colaboração activa à política da Ditadura, caso de Júlio Dantas¹⁹⁸³ que presidiu, juntamente Mário de Figueiredo e Armindo Monteiro, uma missão diplomática em Londres, no sentido de negociar a liquidação das nossas dívidas de guerra à Grã-Bretanha. Esta missão, duramente criticada pelos sectores da esquerda republicana, iniciou-se a 10 de Julho de 1926 e foi concluída a 11 de Janeiro de 1927¹⁹⁸⁴.

Logo após as primeiras semanas da Ditadura Militar os partidos republicanos dividiram-se na forma de a enfrentar. A esquerda republicana, protagonizada pelo Partido Republicano Radical, Partido Republicano da Esquerda Democrática, Partido Republicano Português e Acção Republicana, enveredou claramente pela conspiração revolucionária apoiada pelos socialistas, comunistas e movimento operário¹⁹⁸⁵. A direita republicana, representada pelo Partido Republicano Nacionalista e principalmente pela União Liberal Republicana¹⁹⁸⁶, procurou preferencialmente um entendimento com os militares conservadores, mas sem nunca esquecer os seus antigos companheiros, que podiam tomar novamente o poder a qualquer momento para instalarem uma II República.

teriam de lançar mão dos monárquicos, como já fizera o General Pimenta de Castro”, *O Penafidense*, 26-10-1926, p. 1. Cf., *O Figueirense*, 12-9-1926, p. 1.

¹⁹⁸² *O Século*, 16-9-1926, p. 1; *Diário de Lisboa*, 21-9-1926, p. 5.

¹⁹⁸³ Quando o General Carmona convocou Júlio Dantas para convidá-lo a chefiar esta missão diplomática, Júlio Dantas terá respondido que “se considerava um «vencido do 28 de Maio»”. No entanto, “como se tratava, não de uma missão política, mas de uma missão patriótica, entendia não dever escusá-la”, Luís de Oliveira Guimarães, Júlio Dantas. Uma vida, uma obra, uma época, Lisboa, Romano Torres, 1963, p. 252.

¹⁹⁸⁴ Cf., cartas enviadas por Júlio Dantas para António Ginestal Machado desde Londres, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/772-778; *Diário de Lisboa*, 8-7-1926, p. 8; *idem*, 10-7-1926, p. 5; *O Pelourinho*, Lisboa, 9-12-1926, p. 1.

¹⁹⁸⁵ Esta aliança táctica entre os partidos republicanos esquerdistas não anulou as enormes diferenças que existiam entre eles. A dissidência do PRED e a sua posterior participação no movimento do 28 de Maio de 1926 provocaram profundas diferenças entre os membros deste partido e o PRP que se manifestaram, durante largos anos nos vários projectos de aliança contra a Ditadura. Cf., A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Unidade de Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1973, p. 20-23 e 49; *idem*, (organização prefácio e notas de), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928). A Questão do Empréstimo Externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, p. 27.

¹⁹⁸⁶ João Cardoso Moniz Bacelar, membro da União Liberal Republicana em 1926, explicou a posição do seu partido face ao «28 de Maio» durante a tomada de posse como Presidente da Câmara Municipal de Condeixa em Setembro de 1932: “Ninguém ignora que a revolução de 28 de Maio foi acolhida pelos antigos elementos do partido que teve por chefe a venerada figura de António José de Almeida, como um clarão de esperança na agitada vida da República. A falência notória da política então dominante fez que esses elementos educados na fé romanesca do seu antigo chefe, aceitassem a revolução e fossem os primeiros a acaudilhá-la. Para todos nós tinha, de facto, chegado o momento de reagir contra a absorção dum partido que se assenhorava dos destinos do regime. A revolução vinha por termo a essa situação, cuja apatia administrativa e turbulência política pesavam demasiadamente sobre o País. Todos os nossos esforços convergiram, portanto, para fortalecer e auxiliar o novo estado de coisas. E não falho à verdade dizendo que foi esta a ordem que recebemos de quem então superiormente dirigia [Cunha Leal]”. *Diário de Lisboa*, 25-9-1932, p. 3.

2. A Revolução de Fevereiro de 1927

No início de Janeiro de 1927 soube-se que o governo da Ditadura estava a envidar esforços para contrair um ou mais empréstimos no estrangeiro para conseguir atingir o equilíbrio orçamental. Os grupos políticos da oposição aproveitaram o facto de a Constituição de 1911 ainda continuar em vigor, pelo menos em teoria, e exploraram politicamente o facto de a contracção de empréstimos depender da aprovação parlamentar. Em 12 de Janeiro de 1927 foi tornado público que representantes do Partido Republicano Português, do Partido Republicano da Esquerda Democrática, do Partido Republicano Radical, do Grupo de Acção Republicana, do Partido Socialista Português e do grupo “Seara Nova” tinham entregue na embaixada da Grã-Bretanha e nas legações de França e dos Estados Unidos da América uma declaração, não reconhecendo a validade do empréstimo que estava em preparação, assinada por representantes dos respectivos directórios¹⁹⁸⁷. No dia seguinte o Partido Republicano Nacionalista fez uma declaração semelhante, assinada pelo major João Tamagnini de Sousa Barbosa com a intenção de a publicitar na imprensa, mas não a entregou nas representações diplomáticas¹⁹⁸⁸. A União Liberal Republicana recusou-se a participar

¹⁹⁸⁷ “Em nome dos Directórios dos partidos e grupos políticos abaixo designados, temos a honra de informar V. Ex.a que estes Directórios e grupos entendem ser de seu dever comunicar a V. Ex.a que não reconhecerão validade a qualquer acordo ou operação financeira externa contratada ou efectuada em nome do Estado Português, sem prévia autorização do Congresso da Republica, conforme preceitua o n.º 4 do artigo 26.º da Constituição Política da República Portuguesa. Aproveitamos esta oportunidade para apresentar a V. Ex.a os protestos da mais alta consideração”, Diário de Lisboa, 14-1-1927, p. 8. A. H. de Oliveira Marques referiu que assinaram a declaração pelo Partido Republicano Português - António Maria da Silva e Vitorino Guimarães; pelo Partido Republicano da Esquerda Democrática - José Cortês dos Santos; pelo Partido Republicano Radical - Lopes de Oliveira; pela Acção Republicana - Sá Cardoso e Helder Ribeiro; pelo grupo «Seara Nova» - António Sérgio. Desconhece-se quem assinou pelo Partido Socialista Português (A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928). A Questão do Empréstimo Externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, pp. 48-49).

¹⁹⁸⁸ “O Directório do Partido Republicano Nacionalista, considerando o facto, sobre que há intensos rumores públicos, de se pretender envolver o rendimento dos tabacos numa operação financeira externa, e tendo presente a disposição constitucional que, em matéria de empréstimos e para que envolvam um compromisso da Nação, reclama a intervenção do Poder Legislativo, reputa tal operação criminosa e altamente comprometedora para qualquer possibilidade de restauração das finanças do País. Lisboa, 13 de Janeiro de 1927”, *Portugal*, 18-1-1927, p. 1. O jornal *A Informação* (18-1-1927, p. 1) publicou a mesma declaração com ligeiras diferenças linguísticas. A. H. de Oliveira Marques no seu estudo sobre a Liga de Paris referiu que o coronel David Augusto Rodrigues também assinou a declaração do Partido Republicano Nacionalista. No entanto, pensamos que deve ter sido um lapso, dado que em nenhuma fonte confirmamos essa informação e por outro lado, este militar aderiu à União Liberal Republicana em Março de 1926. Cf., A. H. de Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar... op. cit.*, pp. 49-50. O Directório do PRN em nota oficiosa esclareceu a situação nestes termos: “Abstendo-se de apreciar neste momento, porque o não pode fazer livremente, a nota colectiva subscrita, em nome de determinados partidos e grupos políticos, por algumas individualidades que tem prestado assinalados serviços ao país e cujo patriotismo não pode ser posto em dúvida, o Directório do partido Republicano Nacionalista, que nunca deixou de assumir a inteira responsabilidade dos seus actos e das suas atitudes, julga dever declarar, com o simples propósito de restabelecer a verdade dos factos: 1.º - Que não assinou o aludido documento; 2.º - Que se limitou, no uso dum direito a redigir uma moção destinada à imprensa diária, em que, como partido constitucional da República, definia os seus pontos de vista constitucionais acerca de uma anunciada operação de crédito externo, garantida pelo rendimento dos Tabacos; 3.º - Que não enviou esse documento ou qualquer outro documento às embaixadas e legações estrangeiras, nem autorizou fosse, quem fosse a fazê-lo em seu nome”, *O Figueirense*, 20-1-1927, p. 1. António Ginestal Machado referindo-se à entrega da declaração nas legações disse o seguinte: “Quanto ao caso da nota às legações hoje toda a gente sabe que o Partido Nacionalista nada tem com ela. Mas desejo também que toda a gente

nestas iniciativas¹⁹⁸⁹, tendo por isso, recebido o elogio do governo¹⁹⁹⁰. O PRN foi duramente criticado pela imprensa próxima do governo “por andar ora pela esquerda ora pela direita”¹⁹⁹¹ e mesmo por parte de alguma imprensa que tinha estado sempre ao seu lado¹⁹⁹².

No dia 13 de Janeiro o Governo decidiu prender e deportar, sem prejuízo de ulterior julgamento, todos os signatários da referida declaração. João Tamagnini de Sousa Barbosa foi preso nesse dia depois de ter respondido a um inquérito do Ministério da Guerra¹⁹⁹³. António Maria da Silva ausentou-se da sua casa durante alguns dias e depois de ser detido, conseguiu evadir-se do forte da Trafaria no dia 18 de Janeiro de 1927¹⁹⁹⁴. António Sérgio, também procurado pelas autoridades, conseguiu fugir para o estrangeiro¹⁹⁹⁵. Os restantes signatários da declaração foram detidos e posteriormente enviados para a cidade da Praia, em Cabo Verde. Esta acção dos partidos republicanos

saiba que eu por não ter assinado a nota, não me julgo mais patriota do que aqueles que a subscreveram, nem mais patriota, nem mais digno. Pode discutir-se a nota, julgá-la menos conveniente, considerá-la mesmo manifesto erro, mas meu amigo, entre erro e traição a diferença é tão grande, tamanha é que mesmo os mais cegos não podem deixar de a vir a reconhecer”, *A Informação*, 21-1-1927, p. 1.

¹⁹⁸⁹ *O Bejense*, 13-1-1927, p.1. Cf., A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina em Portugal (1926-1932)*, vol. I, Lisboa, Editorial Fragmentos 1990, p. 149; *idem*, vol. II, p. 106.

¹⁹⁹⁰ “Nota oficiosa. O conselho de ministros examinou largamente as informações que lhe foram presentes sobre a atitude que os directórios de alguns partidos assumiram junto de representantes das nações estrangeiras acreditadas no nosso país e que é do conhecimento da Nação. O governo tendo quase concluídas as averiguações tendentes a apurar todas as responsabilidades tomou as providências de ocasião aconselhadas, sem prejuízo de ulterior procedimento judicial. O conselho de Ministros apreciou ainda a patriótica atitude assumida nesta questão pela União Liberal Republicana”, *Portugal*, 15-1-1927, p. 4.

¹⁹⁹¹ *Portugal*, 16-1-1927, p. 4.

¹⁹⁹² Cf., *O Figueirense*, 27-1-1927, p. 1.

¹⁹⁹³ No dia 13 de Janeiro de 1927, o Ministério da Guerra, por intermédio do general António Teixeira de Aguiar, enviou uma carta ao major João Tamagnini de Sousa Barbosa, interrogando-o sobre o seu eventual envolvimento na entrega da declaração nas legações estrangeiras. Transcreve-se, de seguida as questões e a resposta obtida: “Ao Ex. mo. Sr. Major Tamagnini Barbosa. Tendo os directórios dos partidos políticos assinado um documento comprometendo-se a não reconhecer qualquer acordo financeiro negociado pelo actual Governo da República Portuguesa no estrangeiro, sem a sanção do Parlamento, e sendo encarregado de ouvir vários oficiais sobre o assunto, entre eles V. Ex.ª, dignar-se-á responder por escrito. 1.º Assinou o documento referido? 2.º No caso de não ter assinado, declara-se solidário com os mesmos partidos na parte referente ao compromisso tomado?

Lisboa, 13 de Janeiro de 1927.

(a) António Teixeira de Aguiar, general”.

Resposta:

“Devendo considerar englobado na declaração genérica de «directórios dos partidos políticos», que se contém no preâmbulo das perguntas acima expressas, o partido Republicano Nacionalista, de cujo directório faço parte, declaro que em nenhum documento do teor citado apus a minha assinatura.

Querendo, porém definir a altivez que me caracteriza, a responsabilidade, que porventura me possa assacada, nas resoluções do directório do Partido a que pertenço, sobre o respeito que por todos julgo devido aos preceitos constitucionais relativos a empréstimos externos, quando realizados, seja por quem for, sem a observância desses preceitos, tenho a declarar que: no respeitante a esta doutrina, o directório do PRN deliberou aprovar uma nota oficiosa, cuja redacção é da minha autoria e foi feita sem qualquer concerto prévio com os demais partidos políticos, nota que só destinava a ser publicada nos jornais quando o referido directório do PRN se certificasse de que à sua divulgação por tal meio se não oporia a censura a que a imprensa está sujeita.

E, para nada ocultar daquilo a que, sobre o mesmo assunto, consciente e patrioticamente liguei o meu voto na aludida declaração, passo a transcrever, como remate destas declarações, a nota oficiosa a que acabo de me referir.” Transcreve depois a declaração do PRN reproduzida em nota anterior (A. H. de Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar... op. cit.*, pp. 56-57).

¹⁹⁹⁴ Cf., *Diário de Lisboa*, 17-1-1927, p. 1; 20-1-1927, p. 1.

¹⁹⁹⁵ Cf., A. H. De Oliveira Marques, *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1988, p. 288.

foi denominada como uma «Traição à Pátria» pela imprensa próxima da Ditadura¹⁹⁹⁶, principalmente pelo facto de terem entregado a declaração junto das representações diplomáticas de Inglaterra, França e Estados Unidos da América. Este expediente não foi consensual, dentro dos partidos signatários, tendo diversos dirigentes publicitado a sua demarcação face a esta iniciativa¹⁹⁹⁷.

O major João Tamagnini de Sousa Barbosa foi restituído à liberdade a 16 de Janeiro de 1927, tendo-lhe sido comunicado no Ministério da Guerra o seguinte despacho, assinado por Óscar Carmona, que foi posteriormente publicitado na imprensa: “O conselho de ministros, em face das averiguações a que procedeu, verificou que o Directório do Partido Nacionalista não fez nenhuma diligência junto das nações estrangeiras sobre a acção governativa, pelo que resolveu que cessem quaisquer medidas preventivas que tenham sido tomadas contra qualquer membro do referido Directório”¹⁹⁹⁸.

Neste processo verificou-se que houve três posições diferentes dentro dos partidos republicanos. Por um lado, os que assinaram a declaração mais dura (não reconheciam a validade dum eventual acordo) e a entregaram nas representações diplomáticas; o Partido Republicano Nacionalista que apenas publicitou uma declaração onde criticava duramente a operação financeira que se estava a preparar; e por último, a União Liberal Republicana que se recusou a participar nesta iniciativa.

O Partido Republicano Nacionalista continuava a situar-se numa posição crítica, mas moderada face à Ditadura, o que o afastava da maioria dos partidos republicanos¹⁹⁹⁹. Pelo contrário, a União Liberal Republicana continuava nessa altura ainda muito próxima das posições do Governo, embora tivesse já iniciado uma descolagem da Ditadura, como demonstra a posição assumida por Cunha Leal na carta enviada ao Ministro da Guerra, Passos e Sousa, em 27 de Janeiro de 1927²⁰⁰⁰.

Este posicionamento dos partidos políticos republicanos manteve-se durante a revolta mais sangrenta contra a Ditadura de 3 a 9 de Fevereiro de 1927, com particular destaque no Porto e em Lisboa. Aparentemente os membros mais influentes do Partido

¹⁹⁹⁶ Cf., jornal *Portugal* no mês de Janeiro de 1927.

¹⁹⁹⁷ Cf., A. H. De Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928). A Questão do Empréstimo Externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, pp. 50-62.

¹⁹⁹⁸ *Democracia do Sul*, 14-1-1927, p. 1.

¹⁹⁹⁹ António Ginestal Machado, numa entrevista posterior aos acontecimentos, declarou o seguinte: “Quanto ao caso da nota às legações hoje toda a gente sabe que o Partido Nacionalista nada tem com ela. Mas deseja também que toda a gente saiba que eu, por não ter assinado a nota, não me julgo mais patriota do que aqueles que a subscreveram, nem mais patriota nem mais digno. Pode discutir-se a nota, julgá-la menos conveniente, considerá-la mesmo manifesto erro, mas, meu amigo entre erro e traição, a diferença é tão grande, tamanha ela é, que mesmo os mais cegos não podem deixar de a vir a reconhecer”, *Correio da Extremadura*, 29-1-1927, p. 2.

²⁰⁰⁰ Cunha Leal manifestava nesta ocasião, mais uma vez, a lealdade ao Ministro e à forma correcta como tinha decorrido as negociações entre ambos: “V. Exa. tem trabalhado num sentido concordante com o nosso, e os seus esforços têm sido norteados pelo mais acentuado patriotismo, pelo mais extremado patriotismo”. Mas as conversações entre a ULR e o Governo, por intermédio do Ministro Passos e Sousa, estavam a ficar num impasse: “ Pouco a pouco, formou-se dentro da ULR a convicção de que V. Exa. é impotente para remar contra a maré e que as suas diligências só podem servir para diminuir a posição de V. Exa. junto do governo, senão junto da Situação”. A ULR encontrava-se numa posição delicada, situada entre uma “trama revolucionária” em formação e um Governo Ditatorial que continuava a prescindir dos seus préstimos. A ULR seguiu pois uma terceira via intermédia, situada entre os revolucionários e os apoiantes incondicionais da Ditadura. “Siga pois o governo o seu caminho, que nós seguiremos o nosso”. *A Situação*, 20-6-1927. Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, Tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 394-397.

Republicano Nacionalista não participaram directamente na revolta, embora o jornal clandestino *Ávante*, publicado no decurso da revolta do Porto, tenha indicado que este partido fazia parte do grupo conspirador²⁰⁰¹. João Tamagnini de Sousa Barbosa reconheceria posteriormente o seguinte: “Não colaborei com o movimento e tudo quanto fiz antes da sua eclosão, não foi além do que era permitido em face das leis, com o único fim de obter um entendimento entre os políticos honestos e de preconizar o regresso a uma situação constitucional. Fi-lo sempre às claras e sempre com o prévio assentimento do directório”²⁰⁰². Francisco da Rocha Martins defendeu o não envolvimento de João Tamagnini Barbosa na conspiração²⁰⁰³. Já David Ferreira, muitos anos depois, confirmou que Mariano de Melo Vieira, João Tamagnini de Sousa Barbosa e os seus amigos estiveram envolvidos na conjura²⁰⁰⁴. De resto, João Tamagnini de Sousa Barbosa e o advogado José do Vale de Matos Cid, outro membro do Partido Republicano Nacionalista, faziam parte do elenco governativo inserido no *Manifesto dos Revoltosos* do Porto²⁰⁰⁵, de que faziam parte membros do Partido Republicano Português (Norton de Matos, Jaime de Moraes, Afonso Costa, Carvalho Crato, Sousa Dias), da Acção Republicana (Álvaro de Castro), do Partido Republicano da Esquerda Democrática (Pina de Moraes) e da Seara Nova (Jaime Cortesão). Este executivo mostrava a combinação de forças da oposição à Ditadura. Embora não se pretendesse um regresso puro ao sistema anterior dominado pelos «bonzos» do PRP, estes continuariam a ter um papel essencial num futuro regime purificado. Os monárquicos, por intermédio do jornal *A Voz*, colocaram todos os partidos republicanos no mesmo nível de responsabilidade na revolução: “Democráticos, sidonistas, nacionalistas, esquerdistas, radicais, searistas, socialistas, anarquistas, bolchevistas – tudo fez corpo, tudo entrou na luta no mesmo lado da barricada”²⁰⁰⁶.

O tenente Eugénio Rodrigues Aresta, antigo deputado do Partido Republicano Nacionalista, participou directamente na revolta do Porto de 3 a 8 de Fevereiro de 1927²⁰⁰⁷, tendo sido deportado juntamente com o general Sousa Dias para S. Tomé, onde permaneceu mais de um ano²⁰⁰⁸. O major José Augusto de Melo Vieira também esteve envolvido no movimento revolucionário de Fevereiro de 1927, pelo que acabaria

²⁰⁰¹ “Quem quer a revolução?”

Os republicanos dos Partidos Democrático, Nacionalista, Radical, Esquerda Democrática, Socialista e grupos de «Acção Republicana» e «Seara Nova» além de todos os republicanos não filiados, além da vastíssima massa do proletariado. Querem-na, enfim, todos os homens que querem ser livres em Portugal”. *Ávante*, Lisboa, 04-02-1926, p. 1, jornal reproduzido por A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, vol. I, p. 152.

²⁰⁰² Carta de João Tamagnini de Sousa Barbosa para a sua esposa, datada em S. Tomé a 31 de Maio de 1927, Espólio João Tamagnini de Sousa Barbosa - Cascais (em posse da família).

²⁰⁰³ Francisco da Rocha Martins, *Vermelhos, Brancos e Azuis, Portugal dos Nossos Dias. Homens de Estado, Homens de Armas, Homens de Letras*, 3 Volume, Lisboa, Vida Mundial Editora e Organização Crisalis, 1951, pp. 152-155.

²⁰⁰⁴ Cf., depoimento de David Ferreira no *Diário Popular*, 7-2-1976, pp. 12, 13 e 17.

²⁰⁰⁵ *Novidades e Portugal*, 7-2-1927; *O Bejense*, 13-1-1927, p. 1; cf., Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 54.

²⁰⁰⁶ Alfredo Pimenta, *A Voz*, 28-2-1927, p. 1.

²⁰⁰⁷ Tribunal Militar Especial. Nota de Culpa do réu Eugénio Rodrigues Aresta, Porto, 10 de Setembro de 1927, Espólio Eugénio Rodrigues Aresta, Porto - (em posse da família).

²⁰⁰⁸ Cf., Eugénio Aresta, *Diário da Deportação (S. Tomé e Príncipe)*, manuscrito inédito e incompleto; carta de Eugénio Rodrigues Aresta para o Tio Manuel, datada em S. Tomé a 30 de ? de 1927?, Espólio Eugénio Rodrigues Aresta, Porto - (em posse da família); Roberto de Sampaio e Mello, *O Cerco do Porto, 3 a 7 de Fevereiro de 1927 (Memórias d’um Sitiado), 5 dias e 5 noite sob a metralha*, 2.^a edição, Porto. J. Ferreira dos Santos, 1927, p. 42.

por ser deportado para Angola, sendo temporariamente afastado do Exército²⁰⁰⁹. Em Évora, o antigo deputado e líder local do PRN, Alberto Jordão Marques da Costa, esteve preso entre 8 e 14 de Fevereiro de 1927, acusado de envolvimento na revolução de Fevereiro de 1927²⁰¹⁰. João Tamagnini de Sousa Barbosa foi deportado para S. Tomé a 21 de Fevereiro e posteriormente transferido para a Madeira a 22 de Junho. Regressou ao continente a 10 de Julho de 1927, sendo recebido pelos membros do Directório do PRN²⁰¹¹.

Após o movimento revolucionário de Fevereiro de 1927 foram expulsos ou separados dos seus serviços centenas de funcionários públicos. Foram ainda presos e deportados milhares de homens, dissolvidas várias unidades do exército e da G.N.R. e encerrados alguns centros e associações políticas que estiveram envolvidos na insurreição, sendo arrolados os seus bens pela polícia. Passava a estar dependente da autorização do Governo Civil o arrendamento de propriedades destinadas a sede de associações ou centros de qualquer natureza, estando previstas pesadas punições para os proprietários e arrendatários incumpridores²⁰¹². O centro político do PRN de Algés foi encerrado por ordem do administrador do concelho, após este ter recebido denúncias que indicavam que este centro tinha praticado actos contra o governo. As autoridades entraram no centro e retiraram todos os retratos dos vultos nacionalistas das paredes e arrombaram armários. Os dirigentes do centro queixaram-se desta arbitrariedade junto do Governador civil e do governo, argumentando que não tinham praticado qualquer acto ofensivo à situação. As queixas acabaram por ser atendidas e o centro foi reaberto no início de Março²⁰¹³. Os outros centros políticos do Partido Republicano Nacionalista pelo país continuaram a funcionar, dado que o governo da Ditadura considerou que estes não tinham colaborado na revolução²⁰¹⁴. A imprensa nacionalista defendeu a tese de que os nacionalistas que tinham participado na revolução o tinham feito a título individual²⁰¹⁵. Já a União Liberal Republicana não só não colaborou com a revolta, como apoiou a posição do governo²⁰¹⁶.

Óscar Carmona, em entrevista ao *Le Journal*, deu o mote sobre a nova relação que a Ditadura ia estabelecer com os partidos: “desde o começo da minha Ditadura fui sempre tolerante; ensaiei realizar uma trégua dos partidos em prol da maior prosperidade de Portugal. Mas os partidos não quiseram abandonar os seus interesses pessoais. A impossibilidade de tratar com essa gente, que não vive senão de cambalachos, fez aparecer a necessidade da intransigência. Será pois intransigente para com todos os revolucionários da última insurreição”²⁰¹⁷.

²⁰⁰⁹ ANTT, Arquivo da Arquivo da PIDE/DGS Processos individuais, p. 503/sr.; *Diário Popular*, 7-2-1976, pp. 12, 13 e 17.

²⁰¹⁰ Cf., *Democracia do Sul*, 9-2-1927, p. 1; idem, 15-2-1927, p. 1.

²⁰¹¹ Cf., *Diário de Lisboa*, 11-7-1927, p. 8.

²⁰¹² Cf., Decreto-Lei n.º 13137 de 15-2-1927; Decreto-Lei n.º 13138 de 16-2-1927; *Democracia do Sul*, 15 de Fevereiro de 1927, p. 2; Luís Farinha, *O Revirvalho... op. cit.*, pp. 60-63; António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, Vol I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 643-644; Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, 2.ª edição, Porto, Sextante Editora, 2010, pp. 341-344.

²⁰¹³ *O Debate*, 13-3-1927, p. 1

²⁰¹⁴ Cf., *Democracia do Sul*, 26 de Fevereiro de 1927, p. 4; *Correio da Extremadura*, 2-4-1927, p. 1.

²⁰¹⁵ “São inúmeros os nacionalistas que colaboram na administração pública e, como militares, intervieram no combate aos revolucionários, tendo havido, porventura, outros actuando em sentido diverso”, *Notícias de Viseu*, 26-2-1927, p. 1.

²⁰¹⁶ José Jacinto Nunes enviou uma carta a Carmona a felicitá-lo pela vitória do governo contra a anarquia, cf., *O Figueirense*, 18-02-1927, p. 1.

²⁰¹⁷ Óscar Carmona em entrevista ao *Le Journal* citado pelo *Diário de Lisboa*, 23-2-1927, p. 8.

3. Os contactos do Partido Republicano Nacionalista com a Ditadura Militar e com o «Revirvalho» (1927-1930)

A maioria dos republicanos conservadores recusava no início de 1927 um regresso à situação política da I República. Por exemplo, Brito Camacho criticou a revolução de 1927 e a “normalidade constitucional” anterior a 28 de Maio de 1926, na qual “as eleições eram uma burla; a representação nacional era uma mentira. Nenhum respeito havia pela constituição”. Por isso, defendeu a necessidade de reformar a constituição de 1911 e a lei eleitoral que era “a negação do sufrágio”²⁰¹⁸. António Sérgio, exilado em Paris, confessou a Raul Proença, na Primavera de 1927, o seguinte: “Para a propaganda em Portugal, parece-me indispensável convencer os compatriotas de que o que faremos suceder à ditadura não será *de maneira nenhuma* a volta ao *Parlamentarismo* anterior e ao antónio-maria-da-silvismo. Reformar profundamente o Parlamento, e dar-lhe um regime severíssimo. Acabar com o Parlamento tourada. Fazer dele, sobretudo, um conjunto de comissões de trabalho fecundo, pacato e sério. Berrar e berrar isto mil vezes: creio que nada nos poderia formar tão favorável ambiente para uma nova tentativa; porque muitos pensam que para voltar à antiga não vale a pena nenhum esforço. Ora, os políticos não pensam senão em voltar à antiga, e *o público sabe muito bem que eles não pensam senão nisso*. É, pois indispensável que alguma coisa que *não sejam os partidos políticos, e bastante forte para se impor*, dê garantias de uma reforma”²⁰¹⁹. Se a este respeito havia uma certa unanimidade, em relação às negociações com os militares que dominavam a Ditadura e à fórmula de transição para um regime constitucional as divergências imperavam entre os republicanos ordeiros.

Muitos membros do PRN não concordavam com a posição pouco colaborante deste partido com a Ditadura, que os distinguia dos seus anteriores correligionários afectos a Cunha Leal²⁰²⁰. A corrente unionista, personificado por Augusto Vasconcelos Correia, antigo líder do PRN no Senado, encetou no início de 1927 negociações com alguns membros do Partido Republicano Nacionalista e da União Liberal Republicana (ULR), entre os quais se destacavam Júlio Dantas e Cunha Leal, para estabelecer um pacto entre os dois partidos no sentido de colaborarem entre si e com a Ditadura²⁰²¹. A dissolução do PRN e a integração dos seus elementos na ULR chegou a ser anunciada por alguma imprensa²⁰²². Esta resolução pode ter sido equacionada e era certamente uma solução exequível para alguns antigos colaboradores de Brito Camacho, no entanto, para outros sectores do PRN, com destaque para a linha de João Tamagnini de Sousa Barbosa, seria certamente um desfecho irrealizável, dadas as diferenças ideológicas e pessoais que os afastavam de Cunha Leal. Estas conversações entre os dois partidos conservadores eram, convém lembrar, tripartidas, sendo a posição do governo fulcral, numa eventual união dos dois partidos para a construção de um *Novo Regime Republicano*. A eleição de Júlio Dantas para presidente do directório do Partido

²⁰¹⁸ *A Lucta*, 10-7-1927, p. 1. Esta posição de Brito Camacho foi duramente criticada pelos republicanos «ortodoxos», cf., A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, Vol. II, p. 233.

²⁰¹⁹ António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença*, ed. de José Carlos González, Lisboa, Dom Quixote, 1987, p. 184.

²⁰²⁰ Cf., *Diário de Lisboa*, 16-3-1927, p. 8.

²⁰²¹ *Diário de Lisboa*, 12-3-1927, p. 4; *O Bejense*, 17-3-1927, p. 1.

²⁰²² *Portugal*, 9, 10, 11, 14 e 17 de Março de 1927; *Ideia Nacional*, 5, 16 e 21 de Abril de 1927. Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 399-400.

Republicano Nacionalista, a 23 de Março de 1927, deixava indiciar uma aproximação face à ULR e à Ditadura²⁰²³.

A primeira reunião do Directório do PRN, após a revolta de Fevereiro, ficou marcada pela resignação de António Ginestal Machado como presidente e pela eleição de Júlio Dantas para o mesmo cargo. António Ginestal Machado invocou razões de ordem pessoal para abandonar a presidência do Directório. Em primeiro lugar a doença do seu filho²⁰²⁴ e em segundo lugar o trabalho como reitor no liceu de Santarém. No entanto, outros jornais salientaram outros motivos. A mudança na direcção do partido não podia desligar-se da deportação de João Tamagnini de Sousa Barbosa e de um certo envolvimento do PRN na «questão do empréstimo externo» e na revolta de Fevereiro²⁰²⁵. Por outro lado, o novo presidente do directório, Júlio Dantas, possuía um “alto grau de maleabilidade indispensável para trabalhar e dirigir nos momentos agitados” que viviam então os partidos republicanos. O seu “apurado instinto de conciliação que tem constituído a razão principal dos seus triunfos na política” deverá ter sido levado em conta pelos seus correligionários a indicá-lo para desempenhar as funções de chefe²⁰²⁶. O *Diário de Lisboa* referia-se concretamente às negociações entre o PRN e a ULR e os contactos com a Ditadura e o passado político de Júlio Dantas ligado sucessivamente ao Partido Progressista na Monarquia e ao Partido Republicano de Reconstituição Nacional e ao Partido Republicano Nacionalista durante a República.

Porém, as divergências públicas entre o PRN e a ULR não tardaram muito em aparecer. O decreto n.º 13351 de 28 de Março de 1927 sobre o regime de fabrico e venda de tabacos, levantou algumas críticas na imprensa, com especial destaque para as moções aprovadas pela União Liberal Republicana. Este organismo político considerava que este decreto continha “tantas restrições à livre concorrência, que o monopólio se viria a estabelecer de facto no regime de aparente liberdade de direito”²⁰²⁷. Pelo contrário, o directório do Partido Republicano Nacionalista numa primeira apreciação considerou o diploma muito próximo “da doutrina do projecto Aboim Inglês, perfilhado pelo partido”²⁰²⁸. No entanto, indicou que iria apreciá-lo em detalhe numa próxima reunião, sendo então divulgadas algumas críticas e sugestões²⁰²⁹. Cunha Leal numa entrevista referiu que achava “muito bem a atitude assumida pelo Partido Republicano

²⁰²³ “O Partido Nacionalista, sendo um partido de características conservadoras, não quer contribuir para o fraccionamento e para a dispersão das forças republicanas conservadoras, que têm nesta hora, um grande papel a desempenhar”. Os dirigentes do Partido Republicano Nacionalista “pensam que se impõem uma aglutinação de inteligências, de tendências e de vontades encaminhadas todas num sentido de apoio a qualquer situação que satisfaça as aspirações de grande massa de republicanos conservadores. A situação militar criada por virtude do movimento de 28 de Maio encontra-se nesse caso. Se à volta dela se levantaram algumas atitudes perigosas entendem mais os nacionalistas que essas atitudes devem ser neutralizadas pela cooperação de republicanos conscientes e dignos. Pusemos já em tempo nos seus devidos termos, o problema da ligação de nacionalistas com unionistas liberais. Dissemos o significado verdadeiro das «demárches» a que o Sr. Dr. Augusto de Vasconcelos, nessa altura ausente de Portugal, procedeu. A solução deste problema, que se apresenta ainda muito cheio de nebulosidades e de arestas, pode ser singularmente facilitada pela eleição do Sr. Dr. Júlio Dantas. Os nacionalistas acabam de dar, para isso, um grande passo apresentando, ao mesmo tempo, um nobre gesto de isenção política. Sabermos que eles esperam ver essa atitude compreendida e correspondida. Para isso não desejam sacrifícios inúteis e contraproducentes. A sua sinceridade, posta ao serviço da causa da união dos republicanos conservadores aguarda apenas que os acontecimentos a exaltem e os homens a saibam fazer singrar” (*Diário de Lisboa*, 24-3-1927, p. 5).

²⁰²⁴ O seu filho viria a falecer duas semanas depois, cf., *Correio da Extremadura*, 9-4-1927, p. 2.

²⁰²⁵ *O Bejense*, 17-3-1927, p. 1; idem, 7-4-1927, p. 1.

²⁰²⁶ *Diário de Lisboa*, 24-3-1927, p. 5.

²⁰²⁷ *Diário de Lisboa*, 1-4-1927, p. 8.

²⁰²⁸ *Diário de Lisboa*, 6-4-1927, p. 5.

²⁰²⁹ Cf., *Diário de Lisboa*, 21-4-1927, p. 8.

Nacionalista, tendente a aproximar-se da situação. Por mim, mesmo como chefe político, me parece bem, porque não temo a concorrência, nem quero nada do governo. Podia-se fazer um reparo à semelhança que o Partido Nacionalista encontrou agora do decreto dos tabacos com o projecto Aboim Inglês... Mas isto é apenas um detalhe, um processo, que não nos impede de reconhecer útil ao país a atitude do Partido Nacionalista”²⁰³⁰.

Cunha Leal defendia desde há algum tempo a necessidade de “uma ditadura que, dentro do regime republicano e respeitando-o ciosamente, permitisse a formação de um grande partido conservador, que pudesse, num regime constitucional futuro, opor-se ao partido democrático”²⁰³¹. As negociações do seu partido com o PRN e com o governo, através do Ministro da Guerra, Passos e Sousa, para a formação desse partido ordeiro prosseguiram durante mais alguns meses²⁰³², mas esbarraram no “meio de dificuldades de carácter pessoal”²⁰³³, dadas as desconfianças que muitos militares colocavam no regresso dos «políticos» e a sua preferência pela formação de um único partido de Unidade Nacional²⁰³⁴, a que Cunha Leal se opunha²⁰³⁵ e devido às cicatrizes ainda fundas que a cisão da ULR tinha produzido²⁰³⁶. As revelações do deportado João Tamagnini de Sousa Barbosa à sua esposa são também elucidativas a este respeito: foi “criada pelo bandido do Cunha Leal e seus áulicos uma atmosfera de má vontade contra mim só porque altivamente repudiei as várias propostas, que veladamente chegavam ao meu conhecimento, para um entendimento entre essa gente e os nacionalistas”²⁰³⁷.

Após a revolta de Fevereiro de 1927, contrariando a posição da «Liga de Paris»²⁰³⁸ e do «revirvalho», alguns democráticos de tendência conservadora liderados por António Maria da Silva²⁰³⁹ defenderam a necessidade de estabelecer um «pacto»

²⁰³⁰ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 8-4-1927, p. 8.

²⁰³¹ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 8-4-1927, p. 8.

²⁰³² Cf., Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. III, Lisboa, Edição do autor, 1968, p. 90; A. H. de Oliveira Marques, (Organização de), *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, (com a colaboração de A. de Sousa Dias), Lisboa, Dom Quixote, 1975, p. 76; *idem*, (organização prefácio e notas de), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928). A Questão do Empréstimo Externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, pp. 14-15; Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 168-169.

²⁰³³ *Diário de Lisboa*, 6-5-1927, p. 8.

²⁰³⁴ Cf., *Diário de Lisboa*, 24-6-1927, p. 11.

²⁰³⁵ Carta enviada por Cunha Leal ao tenente-coronel Passos e Sousa em 27-01-1927: “Detentor do poder há um Governo em Ditadura, conforme o programa da revolução do 28 de Maio. Qual a sua finalidade política? Organização duma nova força partidária, com exclusão absoluta de todas as outras? Impossível! Os partidos políticos não se improvisam, nem se decretam. Os partidos têm uma génese, como todas as forças vivas; não há «criadores» de partidos, há representativos o que é bem diferente. Além deste princípio fundamental, a opinião política portuguesa já está pulverizada e, assim, para a organização de outros agrupamentos políticos, pode dizer-se, resumida e simplesmente, que não há número”, *O Bejense*, 30-7-1927, p. 1.

²⁰³⁶ Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 399-400.

²⁰³⁷ Carta de João Tamagnini de Sousa Barbosa para a sua esposa, datada em S. Tomé, a 3 de Maio de 1927, Espólio João Tamagnini de Sousa Barbosa - Cascais (em posse da família).

²⁰³⁸ A Liga de Defesa da República, mais conhecida por Liga de Paris foi formada após a revolta de Fevereiro de 1927 por alguns dos principais exilados portugueses, entre os quais se destacavam Afonso Costa (Partido Republicano Português), José Domingues dos Santos (Partido Republicano da Esquerda Democrática) e Álvaro de Castro (Acção Republicana), Cf., A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928). A Questão do Empréstimo Externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976.

²⁰³⁹ Muitos dos emigrados em Paris não suportavam António Maria da Silva e a situação agravou-se após o seu regresso a Portugal. António Sérgio numa carta dirigida a Sarmento Pimentel descreveu assim os

com a Ditadura dado o elevado número de presos e deportados republicanos, o desespero das suas famílias, os inconvenientes de uma nova revolta e a necessidade de defesa comum contra os integralistas²⁰⁴⁰. Por isso, mostraram-se dispostos a proceder a uma reforma da Constituição que atribuísse mais força ao Poder Executivo²⁰⁴¹. Nesta atitude eram acompanhados, como vimos, pelo PRN e pela ULR apostados na acção reformadora da Ditadura. O ministro Passos e Sousa chegou a manifestar ao jornal espanhol *ABC* a necessidade de formar “um grande partido conservador utilizando elementos do Partido Nacionalista e atraindo aqueles que se encontram actualmente num ou outro grupo monárquico”²⁰⁴². A ULR e o PRN pretendiam chegar a um entendimento com a Ditadura para representarem a corrente conservadora do republicanismo que iria, por ventura, enfrentar a corrente ordeira do PRP num futuro regime bipartidário. No entanto, não ficaram fechadas as portas a entendimentos com os partidos republicanos de esquerda e inclusivamente com o «revirinho» por parte de alguns altos dirigentes do PRN, dada a possibilidade sempre presente de um regresso a uma II República jacobina²⁰⁴³.

Os emigrados reunidos em torno da Liga de Defesa da República procuraram elaborar um Manifesto no mês de Julho de 1927, com o qual queriam contar com o apoio do Directório do PRP. No entanto, certos membros da Liga tinham algumas dúvidas sobre se os máximos dirigentes do PRP os acompanhavam nas suas intenções. Filipe Mendes chegou a alvitrar numa Assembleia-geral da Liga de Defesa da República que “o Directório do P.R.P. resolveu afastar-se de nós e até mesmo combater a formação da Liga e seu desenvolvimento”. Outros membros da Liga, como Afonso Costa, discordaram desta opinião, remetendo o atraso na resposta do PRP à dificuldade em reunir o Directório em tempo útil. Para resolver este impasse Jaime Cortesão propôs que se mandasse “um ofício ao Directório do P.R.P. pedindo uma resposta rápida sobre esta questão, pois sem ela devidamente esclarecida, apesar da urgência que todos nós reconhecemos, não se deve publicar o manifesto”. O Presidente da Assembleia-geral,

seus sentimentos face ao líder do directório democrático: “O António Maria da Silva escreveu uma carta ao governo, dando garantias de bom comportamento político. O governo, visto ele prometer ser menino bonito, deu-lhe licença para regressar a Portugal e aí viver feliz – apesar de ter assinado a declaração dos Directórios às legações, em virtude da qual outros continuam deportados. Que miséria de homem! Ficará ele completamente morto para a opinião republicana, depois disto?”, Carta de António Sérgio para Sarmiento Pimentel, datada em Paris a 18-1-1928, Biblioteca Municipal Sarmiento Pimentel (Mirandela), Espólio Sarmiento Pimentel.

²⁰⁴⁰ Cf., A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Liga de Paris... op. cit.*, pp. 6, 14, 15 e 31. Acta número três, Paris, 22-6-1927, Actas das Assembleias Gerais da Liga de Defesa da República, Arquivo Particular Dr. José Vahia (Amarante), reproduzida em António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, vol. II., Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 630-632.

²⁰⁴¹ No verão de 1927 o *Diário de Lisboa* já dividiu as forças republicanas de esquerda em dois grupos: “Os campos estremaram-se. De um lado ficaram os elementos que perante a marcha da política portuguesa, assumiram uma posição de intransigente combatividade, senão de agressividade constante. São os que se encontram ao lado dos Srs. Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos e da «Seara Nova». Do outro os fieis do democratismo, com o Sr. António Maria da Silva à frente defendendo o critério de que tudo se deve fazer para evitar novas efusões de sangue. Este critério é serenamente partilhado por muitas pessoas que, dentro do país, se têm manifestado adversárias da actual situação política, sem que de aí resulte o seu aplauso a quaisquer soluções violentas, sempre de recear e de condenar [...]. O PRP deseja uma situação de alheamento que é, pelo menos, coerente. Reputam os seus dirigentes inviável uma ligação com outros agrupamentos republicanos. Entendem que a oposição só pode trazer-lhes vantagens de toda a ordem, quando as condições de harmonia que uma larguíssima permanência no poder havia feito desaparecer quase inteiramente”, *Diário de Lisboa*, 6-8-1927, p. 5.

²⁰⁴² Entrevista do Ministro Passos e Sousa ao jornal *ABC*, citada pel’ *O Imparcial* 19-7-1927, p. 3.

²⁰⁴³ Cf., Carta de Álvaro de Castro ao General Sousa Dias datada em Paris a 1-4-1927, A. H. de Oliveira Marques, *O General Sousa Dias... op. cit.*, pp. 75-76.

Álvaro Poppe, discordou desta proposta, pois “enviar uma nota ao P.R.P. era tomar para com este partido uma atitude diferente da que tivemos com os outros”. E deu um exemplo concreto: “da Liga faz parte o Sr. Tamagnini Barbosa e no entanto nada se oficiou ao partido nacionalista do qual aquele Sr. é filiado”. Jaime Cortesão ripostou desvendando a opinião que muitos emigrados tinham sobre o PRN: “Diz que os nacionalistas nada se tem que consultar pois toda a gente sabe que esse partido tem estado com a ditadura e até o presidente do seu directório [Júlio Dantas] se prestou a serventuário ignóbil dos ditadores indo a Londres tratar de um empréstimo”. Disse ainda que “seria ridículo até um entendimento com o directório actual do Part[ido] Nac[ionalista] pois toda a gente sabe que a substituição do Sr. Ginestal Machado do directório daquele partido pelo Sr. Júlio Dantas obedeceu ao facto do Partido Nacionalista querer favorecer a política de aproximação daquele partido, [que] tem sido até um serventuário miserável da ditadura. Lembra a sua ida a Londres e a acção deste mesmo Sr. na Biblioteca Nacional”. Aquilino Ribeiro, pelo contrário, tinha algumas dúvidas sobre a posição do PRN: “Diz que as razões expostas não o convencem pois que nada há de onde se possa concluir que o Part[ido] Nac[ionalista] está com a ditadura”. Dr. Álvaro de Castro acrescentou que: “Uma vez que não houve declaração alguma do Partido Nacionalista reprovando a acção do seu directório, é evidente que o partido acata a orientação do Sr. Júlio Dantas, da presidência do directório daquele partido”. O Presidente da Assembleia Geral, Álvaro Poppe, disse “que há até factos que são do domínio público como a substituição do directório, que provam aquela atitude do Part.[ido] Nacionalista”. Dada a discórdia sobre a forma como os membros da Liga viam a posição do PRN, Álvaro de Castro disse para Aquilino Ribeiro “apresentar à Assembleia uma moção na qual pergunte se esta entende que se deve fazer entendimentos com o Part[ido] Nac[ionalista]”²⁰⁴⁴. A posição do Directório do PRN face à Ditadura não era de facto muito transparente. O presidente do Directório, Júlio Dantas, dava mostras de colaborar com a Ditadura, mas pelo contrário, João Tamagnini de Sousa Barbosa fazia parte da Liga e conjuntamente com outros nacionalistas estavam numa posição claramente contrária à Ditadura.

Durante o Verão de 1927 verificou-se um recrudescimento da actividade dos partidos políticos. A ULR mostrou publicamente o seu afastamento da Ditadura²⁰⁴⁵, embora continuasse à espera da sua oportunidade na transformação da Ditadura Militar em Ditadura Civil e o seu líder, Cunha Leal, continuasse a colaborar com o governo enquanto representante de Portugal na Conferência Económica Internacional, organizada pela Sociedade das Nações em Maio de 1927 e enquanto Governador do Banco de Angola²⁰⁴⁶. O directório do PRP profundamente renovado após as deportações e fugas do país, viu-se confrontado com a pressão dos emigrados políticos para a acção revolucionária e pela possibilidade de estabelecer um pacto com a Ditadura, o que

²⁰⁴⁴ Acta número dois, Paris, 15-6-1927, Actas das Assembleias Gerais da Liga de Defesa da República, Arquivo Particular Dr. José Vahia (Amarante), reproduzida em António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, vol. II., Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 620-629.

²⁰⁴⁵ Veja-se o Manifesto da ULR: Diário de Lisboa, 20 de Junho de 1927. Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 407-408.

²⁰⁴⁶ Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, Tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 410.

provocou um desentendimento entre os dirigentes do PRP residentes em Portugal e os membros da Liga de Paris²⁰⁴⁷.

O PRN também mostrou nova vitalidade política, conseguindo editar novamente um diário na capital – *República Portuguesa*. Este diário iniciou a publicação a 14 de Julho de 1927, quatro dias após o regresso do deportado João Tamagnini de Sousa Barbosa, membro do Directório. Através deste periódico o presidente do directório, Júlio Dantas, em entrevista no segundo número, lançou as bases sobre como as correntes republicanas conservadoras deviam relacionar-se com as forças militares durante a Ditadura. Defendeu que após a instauração de um novo regime constitucional o sistema de partidos deveria sofrer uma alteração, no sentido da redução do número de forças partidárias, o que favoreceria a alternância no poder. Em relação ao primeiro tema, depois de reafirmar que o PRN não se considerava nem vencedor nem vencido após o 28 de Maio, disse que era “preciso que nenhum mal-entendido subsista entre o exército e os partidos republicanos. Seja qual for a duração e o futuro da ditadura dêem-se os acontecimentos que se derem, o Partido Republicano Nacionalista julga indispensável que o exército, instrumento da ordem interna e da defesa territorial, depositário das mais gloriosas tradições nacionais mantenha, depois de entregar o poder ao elemento civil, toda a força e todo o seu prestígio”. Em relação ao segundo tema começou por se distanciar da visão veiculada por alguns membros da Ditadura que colocavam todos os políticos e partidos da I República no mesmo patamar de responsabilidades face ao estado a que chegou o país²⁰⁴⁸. Saliou “que a solução do problema político português está na constituição de dois fortes partidos republicanos que se equilibrem e se revezem no poder. [...] É a tradição inglesa, que caracterizou a política do liberalismo. Já com esse objectivo se constituiu o Partido Nacionalista”, embora sem êxito imediato. “Houve, talvez, uma oportunidade para nova tentativa de formação de um grande partido das direitas: o movimento de 28 de Maio. Mas essa oportunidade perdeu-se porque o movimento converteu-se num movimento contra todos os partidos. O Partido Nacionalista continua, como até aqui, a considerar indispensável a estabilização das forças políticas do regime; faria pela República todos os sacrifícios, incluindo, se isso fosse necessário, o da sua própria existência política”. Contudo, naquele momento achava que o partido poderia servir melhor a República fortalecendo-se. Defendia a necessidade de um entendimento entre todos os republicanos que propiciasse um “regresso a uma situação moldada em formas jurídicas regulares”. Mas realçava que “o Partido Nacionalista também não deseja que se volte a uma situação anterior ao 28 de Maio. Regresso à normalidade constitucional não quer dizer para nós o regresso ao *status quo ante*, que consideramos impossível e funesto às instituições republicanas”. Os nacionalistas preconizavam um novo estatuto constitucional com “uma lei eleitoral que assegure a genuinidade do sufrágio” e com “um poder executivo fortalecido e prestigiado”²⁰⁴⁹.

²⁰⁴⁷ Cf., *Diário de Lisboa*, 21-6-1927, p. 8; A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Liga de Paris... op. cit.*, p. 15; A. H. de Oliveira Marques, *O General Sousa Dias... op. cit.*

²⁰⁴⁸ “Fizeram-se, a respeito dos partidos, afirmações talvez precipitadas. Lamento que se tivesse generalizado tanto. Há – todos nós o sabemos – políticos e partidos que permaneceram excessivo tempo no poder, e que, como é natural, cometeram erros. Mas será porventura justo envolver nas mesmas responsabilidades e confundir nas mesmas severas apreciações partidos que não praticaram esses erros, que publicamente os verberaram, que têm vivido quase permanente afastadas do poder, e que, em cinco anos de existência, governaram vinte dias? Creio que não. Que vantagens pode ter a situação em aumentar o número dos seus inimigos? Não estaria indicado que fossem esses partidos os seus aliados naturais? Para quê, confundir-nos com os nossos adversários de ontem, alimentando um equívoco que só pode aproveitar aos inimigos comuns?”, Júlio Dantas, *República Portuguesa*, 15-7-1927, p. 1.

²⁰⁴⁹ Júlio Dantas, *República Portuguesa*, 15-7-1927, pp. 1 e 4.

Na mesma linha, outros nacionalistas, já tinham recusado o facto do 28 de Maio ter sido feito “contra todos os partidos políticos”, dado que essa asserção envolvia “um anátema contra o Partido Republicano Nacionalista que governando apenas 28 dias no transcurso de dezassete anos” não podia ser culpabilizado por levar o país à ruína. Muitos nacionalistas reconheciam a “necessidade de manter por alguns anos a Ditadura Militar, como medida de salvação pública”. Por isso, não compreendiam o facto da situação “combater o Partido Nacionalista, que foi o agrupamento político que mais dedicadamente colaborou no movimento de 28 de Maio, com os seus agentes de ligação e com a sua [...] simpatia, [...] só porque alguns dos seus componentes, [...] se manifestaram em desacordo com a situação”. Consideravam que o Partido Nacionalista podia divergir dalguns actos governativos, mas não podia ser “arguido de combater ostensivamente o governo militar”, quando este tinha o “propósito, muito patriótico, de defender a Ordem, sanear as Finanças, desenvolver o Trabalho e fazer desta terra acabrunhada pela ditadura democrática – com d minúsculo – um Portugal progressivo e glorioso”²⁰⁵⁰.

Como vimos, desde o verão de 1927, o Partido Republicano Nacionalista, à semelhança de outros partidos, apostou numa posição moderada²⁰⁵¹ que levasse o governo da Ditadura a solicitar a sua colaboração na edificação do novo regime republicano que se projectava, facto que motivou uma reacção dos sectores mais conservadores da Ditadura no frustado “Golpe dos Fifis” a 12 de Agosto de 1927²⁰⁵². O PRN criou um diário partidário em Lisboa²⁰⁵³, por onde as suas ideias eram veiculadas para todo o país e tentou influenciar a marcha da Ditadura, criticando a possibilidade de esta criar uma organização civil de apoio à Ditadura²⁰⁵⁴, dado que o próprio PRN podia desempenhar esse papel e preparou um projecto para uma nova constituição, da autoria de António Ginestal Machado, em antecipação ao próprio Governo²⁰⁵⁵. A reforma projectada para a constituição voltava a introduzir no debate político algumas teses que a direita republicana tinha defendido em 1911 e em 1918 e novas ideias em voga no

²⁰⁵⁰ João Arruda, “Os nacionalistas perante a situação”, *Correio da Extremadura*, 2-4-1927, p. 1.

²⁰⁵¹ “O Partido Nacionalista, pela voz de quem tinha autoridade para o fazer, já definiu claramente a sua atitude. Condenamos todas as violências, porque entendemos que não é pelo caminho da violência que se chegara a uma solução positiva na política portuguesa. Confiamos ainda em que a boa vontade de todos e o espírito de isenção e concórdia de que, em tantas horas difíceis, os republicanos têm dado provas, torne possível uma era de tranquilidade e de paz, pelo regresso a uma situação moldada em formas jurídicas regulares. Não podemos continuar a viver nesta constante inquietação, perseguindo-nos, prendendo-nos e deportando-nos uns aos outros. Condenamos todas as violências – venham donde vierem – porque são mais um sintoma de fraqueza do que uma expressão de força. Entendemos que nesta hora, todos devem ser prudentes, e que o melhor amigo do seu país é aquele que pronunciar, não palavras que dividam. Mas palavras que congreguem”. *Diário de Lisboa*, 20-9-1927, p. 1.

²⁰⁵² Cf., Assis Gonçalves, *Intimidades de Salazar. O Homem e a sua Época. (Memórias do seu Secretário nos primeiros sete anos da Vida Pública)*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1971, pp. 69-75.

²⁰⁵³ A República Portuguesa teve algum êxito no início, daí as palavras de Júlio Dantas: “As coisas nestes últimos três dias, tem corrido bem para a República e para o partido. Devemos felicitar-nos todos. O nosso jornal, que eu acompanho muito de perto, vai marcando triunfalmente”. Carta enviada por Júlio Dantas para António Ginestal Machado, Lisboa, 14-8-1927, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/786.

²⁰⁵⁴ Os nacionalistas utilizavam a imprensa para criticar a existência de inúmeros partidos em Portugal e ao mesmo tempo valorizar a possibilidade de se preparar um novo regime assente em dois partidos: um partido republicano conservador com base no PRN, que mereceria o apoio da Ditadura e um outro, republicano radical com base no PRP e nos outros partidos de esquerda. Por isso, a possibilidade do governo preparar a organização de um partido de apoio à situação mereceu rasgadas críticas: “parece-nos que a formação de mais um partido, a fim de que esse Partido goze os favores e as benesses duma situação que se criou para viver fora e acima dos partidos, é complicar cada vez mais o problema político português”, Rafael Ribeiro, *Correio da Extremadura*, 19-11-1927, p. 1.

²⁰⁵⁵ Cf., Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/22-23.

final dos anos vinte²⁰⁵⁶. Entre as propostas apresentadas são de destacar: o fortalecimento do poder executivo, dando ao Chefe de Estado uma função coordenadora que ele não tinha; a dotação dos outros poderes de Estado com uma autoridade que sempre lhes tinha faltado, de modo a proporcionar acção ao executivo, prestígio ao legislativo e independência ao judicial; a criação de um eleitorado para a Câmara dos Deputados diverso do Senado tendo este, uma maior representação das classes organizadas²⁰⁵⁷; a redução dos conflitos entre a Câmara dos Deputados e o Senado; a concessão de liberdade para nas escolas particulares se ensinar qualquer religião; o cerco de garantias às liberdades individuais; a modificação da forma de eleição de Chefe de Estado dando-lhe, com amplitude, a faculdade de dissolução do Parlamento e a eleição por um corpo eleitoral mais amplo; a votação anualmente do orçamento geral do Estado simplificando a sua discussão e aprovação²⁰⁵⁸; a ampliação do corpo eleitoral das autarquias locais, concedendo o voto aos contribuintes acima de uma determinada quantia, “aos chefes de família e até às mulheres em determinadas condições”; [...] a eliminação do artigo da constituição que considera lei o projecto aprovado por uma das câmaras, quando a outra se não pronuncie até à sessão legislativa imediata”²⁰⁵⁹. Este projecto constitucional foi apresentado para discussão na reunião do directório a 27 de Setembro de 1927²⁰⁶⁰. Após uma discussão serena, acabou por ser aprovado na generalidade, com poucas emendas e decidiu-se submete-lo à Junta Consultiva. Ainda se equacionou a possibilidade de convocar um congresso extraordinário, dada a magnitude do assunto. No entanto, “ponderando as dificuldades que semelhante reunião acarretaria e desejando ouvir o maior número possível de correligionários, assentou-se, por fim, em submeter o projecto à Junta Consultiva”²⁰⁶¹. Na reunião do directório que antecedeu a Junta Consultiva no dia 25 de Outubro de 1927 foi novamente analisado o documento. Os dirigentes do PRN centraram-se em alguns pontos que suscitavam ainda algumas dúvidas, em particular a constituição de um Conselho Superior da República, “organismo que com esta ou outra designação apropriada, possa assistir o Chefe de Estado nas questões graves que por vezes se suscitam: dissolução parlamentar e conflitos entre o executivo e o legislativo quando este último houver de reconsiderar sobre qualquer projecto de lei”. A eleição presidencial também foi objecto de discussão, tendo alguns defendido a eleição livre e outros a eleição através do legislativo (consignada na constituição de 1911). Surgiu ainda uma terceira via intermédia: “o legislativo apresentaria uma lista com três nomes a fim de dar representação às minorias e de entre esses nomes o eleitorado escolheria depois aquele que mais convinha aos interesses na Nação. Assim se evitaria o perigo de presidentes partidários, ou quase partidários”²⁰⁶².

A reunião da junta consultiva do PRN congregou cerca de sessenta políticos, de entre antigos ministros, parlamentares, governadores coloniais e governadores civis. A reunião teve lugar na antiga redacção do jornal a *Lucta*, sede do principal centro político

²⁰⁵⁶ Armando B. Malheiro da Silva, “A República e o Reformismo democrático autoritário (1890-1926). Uma proposta interpretativa” in AA.VV., *Portugal – Brasil. Uma Visão Interdisciplinar do Século XX*, Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 21-62.

²⁰⁵⁷ A eleição de uma Câmara com representação corporativa começou a ter uma aceitação generalizada em quase todos os quadrantes políticos. Em Julho de 1927 a Liga de Defesa da República (Liga de Paris) defendeu esta reforma constitucional no seu manifesto. Cf., A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Liga de Paris... op. cit.*, p. 67.

²⁰⁵⁸ *Diário de Lisboa*, 18-8-1927, p. 8; idem, 29-9-1927, p. 8; *Correio da Extremadura*, 20-8-1927, p. 2.

²⁰⁵⁹ António Ginestal Machado, *Correio da Extremadura*, 20-8-1927, p. 2.

²⁰⁶⁰ *Democracia do Sul*, 28-10-1927, p. 1.

²⁰⁶¹ *Diário de Lisboa*, 29-9-1927, p. 8.

²⁰⁶² *Diário de Lisboa*, 26-10-1927, p. 4.

do PRN, situado no Largo do Calhariz, em Lisboa, na noite de 28 de Outubro de 1927. A sessão foi presidida por Júlio Dantas, tendo como secretários Afonso de Lemos e Afonso de Melo. O primeiro orador foi António Ginestal Machado, tendo apresentado algumas emendas a introduzir na Constituição. Usaram ainda da palavra Francisco Cruz, José Maria Cardoso, Pedro Pita, João Tamagnini de Sousa Barbosa e Luís de Brito Monteiro Guimarães. A discussão foi “serena e elevada”, segundo o *Diário de Lisboa*, tendo os presentes concentrado a sua análise nos pontos que motivavam algumas dúvidas, como a eleição do Chefe de Estado e a representação parlamentar das Colónias. Em relação à primeira optou-se pela fórmula referida anteriormente: o Parlamento escolhia três nomes que seriam posteriormente sujeitos à eleição directa. Na segunda equacionou-se suprimir a representação parlamentar das colónias, dada a organização do Conselho Colonial. No entanto, dada a importância das colónias para o nosso país decidiu-se manter a representação parlamentar²⁰⁶³. Foi ainda analisada a questão da pena de morte²⁰⁶⁴, a fixação do número de deputados²⁰⁶⁵, o direito de propriedade, a assistência pública e o problema da manutenção do jornal do PRN, *República Portuguesa*. No dia 4 de Novembro de 1927 voltou a reunir-se no mesmo local a junta consultiva do PRN para continuar a analisar o projecto constitucional. Em relação à pena de morte, que alguns quiseram eliminar do projecto, decidiu-se que “o seu restabelecimento só poderá ser considerado excepcionalmente e para vigorar apenas em caso de guerra” e depois da aprovação no Congresso. Em relação à eleição do Chefe de Estado continuou a discussão, embora a tendência predominante tenha sido a da “eleição directa por sufrágio universal com a prévia apresentação dos candidatos por votação em Listas incompletas, no Congresso da República”. Defendeu-se também a simplificação do regimento das Câmaras, garantido a aprovação do orçamento anual do Estado. Rafael Duque equacionou a hipótese de se suprimir o Senado e constituir um “*Conselho Técnico-profissional* e um *Conselho Jurídico*, o primeiro por eleição sancionada pelo Presidente da República e o segundo por nomeação deste”, que dariam apoio à Câmara dos Deputados. Esta proposta foi rejeitada, tendo-se mantido o princípio da dupla Câmara, atribuindo-se ao Senado a “função da Câmara de revisão e havendo nela uma larga representação das classes e municípios”. O pragmatismo e a diminuição do conflito político na Câmara dos Deputados seriam conseguidos com base na redução do número de deputados e na atenuação do debate político-partidário, que seria confinado apenas às sessões plenárias (medida já utilizada no Senado). A reunião terminou com a aprovação de uma moção da autoria de Eloy do Amaral, na qual a junta consultiva manifestava o seu “acordo com as bases fundamentais do trabalho elaborado pelo Directório, confia à mesa, assistida pelo ilustre relator desse trabalho a sua redacção definitiva, tendo em atenção as sugestões feitas durante a discussão, que mereceram o favorável acolhimento da assembleia”²⁰⁶⁶.

Os nacionalistas fizeram publicitar a intenção de intensificar a propaganda partidária através de conferências, sobre várias temáticas, em diversos pontos do país e

²⁰⁶³ *Diário de Lisboa*, 29-10-1927, p. 8.

²⁰⁶⁴ “A questão da pena de morte. Em princípio não se consignou a sua abolição. Mas ficou resolvido que, quando ela houver de ser usada, e é por exemplo o caso de guerra se tratará do seu restabelecimento, ficando este, porém sujeito a deliberação parlamentar”. *Diário de Lisboa*, 29-10-1927, p. 8.

²⁰⁶⁵ “A Junta Consultiva encarou o problema da fixação do número de deputados. Estabeleceram-se à volta desse problema duas correntes. Uma defendendo o princípio de que o número de deputados deve estar em harmonia com a densidade de população e a área dos Círculos, outra defendendo o princípio de que esse número deve ser em função do número de eleitores. Foi esta última corrente que predominou”, *Diário de Lisboa*, 29-10-1927, p. 8.

²⁰⁶⁶ *Diário de Lisboa*, 05-11-1927, p. 8. Cf., Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, 2.ª edição, Porto, Sextante Editora, 2010, pp. 549-550.

começaram os preparativos do seu Congresso, que deveria reunir-se em Janeiro de 1928²⁰⁶⁷. A apresentação pública do projecto de reforma da Constituição foi marcada para o dia 13 de Dezembro de 1927 no Centro Republicano Nacionalista do Calhariz, em Lisboa. No entanto, esta conferência a cargo António Ginestal Machado não se realizou por o Governo Militar de Lisboa não a autorizar. Este facto marcou também o fim do diário lisboeta do PRN, *República Portuguesa*, que terminou a sua edição nesse dia por decisão do directório²⁰⁶⁸. A reunião comemorativa do 5 de Dezembro, no Centro Nacionalista - Dr. Sidónio País, já tinha sido interrompida e proibida pelo governo por um dos oradores ter proferido palavras depreciativas para o Presidente das República e membros do governo²⁰⁶⁹. O Partido Republicano Nacionalista continuava a não conseguir influenciar a marcha da Ditadura, levando-o novamente a balançar entre um entendimento com o «revirvalho» e os partidos da esquerda republicana ou a continuar a persistir no sentido de chegar a um pacto com a Ditadura para uma normalização constitucional.

O general Sousa Dias, deportado em S. Tomé, enviou por intermédio do coronel Fernando Freiria, uma circular datada de 5 de Outubro de 1927, a todos os directórios dos partidos republicanos e à Liga de Paris apelando à “união de todos os republicanos e considerando-a necessária à salvação do regime”²⁰⁷⁰ e superação das “divergências levantadas entre os republicanos residentes em Portugal (alguns dos quais continuam servindo submissamente a Ditadura, vergonhosamente cooperando com ela, ou mesmo mantendo amistosas relações sociais com os nossos caluniadores) e os homiziados no estrangeiro”²⁰⁷¹. Desconhecemos se o directório do PRN enviou alguma resposta, embora a sua posição fosse favorável a uma política de colaboração que respeitasse as organizações existentes²⁰⁷². No entanto, o teor das cartas conhecidas e os lamentos posteriores do general leva-nos a concluir que as divergências entre os republicanos continuavam muito profundas, tanto nas relações com a Ditadura como na decisão sobre o tipo de governo a proclamar após uma possível vitória num golpe militar: regresso à

²⁰⁶⁷ Cf., *Diário de Lisboa*, 10-11-1927, p. 8.

²⁰⁶⁸ O Directório do PRN depois de analisar um conjunto de situações decidir suspender a República Portuguesa. Em primeiro lugar, a situação económica do jornal era precária. Em segundo lugar, a acção da censura não deixava publicar o que o Directório queria. O jornal já tinha sido suspenso uma vez por ter enviado à comissão de censura uma notícia que já tinha sido cortada. Em terceiro lugar, a acção das autoridades limitava as actividades partidárias do PRN: não houve autorização para uma sessão partidária em Algés; uma sessão comemorativa da revolução de 5 de Dezembro no Centro Sidónio Pais foi mandada encerrar a meio; a conferência de António Ginestal Machado marcada para o dia 13 de Dezembro de 1927 foi cancelada por se ter recebido, a não autorização, duas horas antes do seu início. Por este conjunto de razões o Directório do PRN ordenou a suspensão do jornal. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1304; *República Portuguesa*, 13-12-1927, p. 1; *Diário de Lisboa*, 13-12-1927, p. 8.

²⁰⁶⁹ Cf., *Diário de Lisboa*, 7-12-1927, p. 8. A ULR também começou a ver a sua acção limitada pelo governo, tendo a conferência de Cunha Leal sobre o Nacionalismo sido impedida à última hora pela polícia. A projectada conferência seria mais tarde publicada: Nacionalismo – Conferência que se devia realizar na Sociedade de Geografia, em 1 de Dezembro de 1927 e que foi proibida pelo Governo, Lisboa, 1927. Neste texto Cunha Leal apresenta uma proposta de transição para um futuro regime constitucional marcadamente conservador e próximo de algumas teses dos integralistas e nacionalistas, embora defendesse a manutenção do “princípio da representação nacional e a existência de um Poder Legislativo autónomo, bem como a elaboração de uma Constituição por uma emanção da Nação”, Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 414.

²⁰⁷⁰ *Diário de Lisboa*, 21-6-1927, p. 8.

²⁰⁷¹ Transcrição de uma frase da carta de Sousa Dias na resposta à carta enviada ao mesmo pela Liga de Paris, A. H. de Oliveira Marques, (Organização de), *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, (com a colaboração de A. de Sousa Dias), Lisboa, Dom Quixote, 1975, p. 77.

²⁰⁷² Cf., *Diário de Lisboa*, 21-10-1927, p. 8.

situação anterior ao 28 de Maio ou nomeação de um governo provisório e preparação de futuras eleições²⁰⁷³. Os emigrados em França continuavam também com sérias divergências face ao Directório do PRP que permanecia em Portugal. António Sérgio em carta dirigida a Sarmento Pimentel pediu-lhe que elogiasse no Brasil “a massa do partido democrático”, mas que desprestigiasse “quanto possível o António Maria da Silva e o Directório”, bem como outros democráticos, como o Vasco Borges que “vai frequentes vezes ao Palácio do Congresso lambe as botas ao Carmona”²⁰⁷⁴.

A Ditadura Militar pretendeu desde os primeiros meses da sua implantação criar uma estrutura de apoio à sua acção. Não obstante, nem todos os membros da Ditadura tinham o mesmo tipo de entendimento sobre o papel que se reservava a esse organismo nem sobre o tipo de sociedade que pretendiam construir. Temos visto que parte da Ditadura equacionava, em conjunto com alguns elementos dos partidos republicanos (PRP; PRN e ULR), converter o sistema multipartidário de partido dominante da I República num sistema bipartidário, no qual as forças à esquerda do espectro político se agrupariam em torno do Partido Democrático e as da direita em torno de um novo partido, criado a partir da União Liberal Republicana ou do Partido Republicano Nacionalista, que seria capaz de enfrentar o antigo partido dominante. No entanto, outras correntes internas à Ditadura, de cariz nacionalista e antiliberal, seduzidos pela experiência italiana, pretendiam criar um partido de massas que cortasse com os políticos e os partidos da I República e controlasse o Estado. Um terceiro projecto propunha a criação de um compromisso em torno de uma «associação cívica» que unisse todos os portugueses, caminhando-se lentamente para uma nova organização do Estado. A primeira tentativa de criar um partido de apoio à Ditadura surgiu logo em Junho de 1926, em torno do jornal *Revolução Nacional* e inseria-se no segundo projecto apresentado anteriormente. A *União Nacional* projectada não passou de uma experiência efémera, dado o afastamento de Gomes da Costa e seus apoiantes em 8 de Julho de 1926. Entre Novembro de 1926 e Março de 1927 surgiram diversas tentativas de formar uma estrutura civil de apoio à Ditadura. A primeira foi dinamizada pelo jornal *Portugal*. Numa primeira fase, entre Novembro de 1926 e Fevereiro de 1927, o tenente-coronel Pestana Vasconcelos, director do jornal e o jornalista António Cértima procuraram influenciar a Ditadura Militar para organizarem uma força civil de enquadramento e apoio à Situação. Óscar Carmona anunciou em 1 de Fevereiro de 1927, no *Portugal*, a formação de uma força civil disciplinada (então ainda sem uma designação oficial), no qual se pudesse confiar os destinos da Nação²⁰⁷⁵. A revolta de Fevereiro interrompeu este processo, que seria retomado no mês seguinte, ganhando o projecto um nome: *Organização Nacional* e posteriormente *União Nacional*. No entanto, a falta de um líder mobilizador e a oposição dos partidos republicanos conservadores fizeram abortar esta tentativa, publicando o jornal *Portugal* o seu último número a 26 de Março de 1927. A mesma sorte teve outro organismo, denominado *Milícia Lusitana*, surgido após a revolta de Fevereiro de 1927 em torno de personalidades do Porto, entre as quais se destacava o tenente Morais Sarmento. Estes projectos não tiveram êxito, dado que o governo continuava bastante indeciso sobre o

²⁰⁷³ Vejam-se as respostas da Liga de Paris, União Liberal Republicana e Partido Republicano Português, e a carta do General Sousa Dias a Norton de Matos descrevendo o insucesso da sua iniciativa, A. H. de Oliveira Marques, *O General Sousa Dias... op. cit.* pp. 77-81 e 99. Cf., A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Liga de Paris... op. cit.*, pp. 35-36; *Diário de Lisboa*, 25-11-1927, p. 8.

²⁰⁷⁴ Carta de António Sérgio para Sarmento Pimentel, datada em Paris a 19-8-1928, Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel (Mirandela), Espólio Sarmento Pimentel.

²⁰⁷⁵ Cf., Carlos Alberto Homem de Figueiredo Lunet, *O Estado Novo nos Congressos da União Nacional*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1998, p. 35.

rumo a tomar, embora na primavera de 1927 parecesse eminente um acordo com alguns partidos republicanos. Como aludimos anteriormente, a Ditadura Militar equacionou, entre Março e Setembro de 1927, uma evolução para um sistema bi-partidário que acabaria também por sair frustado. Em Outubro de 1927 surgiu um novo projecto, desta vez com o envolvimento directo do próprio governo, sendo encarregados os ministros Sinel de Cordes, Manuel Rodrigues e Vicente de Freitas da organização de uma estrutura civil de apoio à Ditadura, denominada *União Nacional Republicana*. Esta iniciativa governamental estava muito colada aos organismos administrativos, tinha um conteúdo ideológico muito vago, faltava-lhe um líder e um apelo à mobilização²⁰⁷⁶. Pretendia essencialmente angariar uma elite técnica e preparar futuros actos eleitorais²⁰⁷⁷. O partido de Cunha Leal, a União Liberal Republicana, sentiu-se ameaçado no seu estatuto. Este partido ao apoiar o governo aspirava transformar-se na sua estrutura civil de suporte. Houve mesmo quem dentro deste partido equacionasse logo a hipótese de se integrar na nova organização política²⁰⁷⁸. Contudo, os dirigentes da ULR continuaram com a sua estratégia de separação das águas: “os dirigentes da futura União Nacional ignoram-nos tanto a nós como nós ignoramos a própria organização em marcha”²⁰⁷⁹. No entanto, a União Nacional Republicana, organizada no contexto da preparação da eleição presidencial de Óscar Carmona (25 de Março de 1928) acabou por ser abandonada pelo governo, bem como a perspectiva de se realizarem eleições administrativas. O Partido Republicano Nacionalista podia assim continuar com a sua estratégia: “Os Nacionalistas não têm pressa do poder; não o solicitam, nem o aceitariam como favor de ninguém. Mas não criam embaraços a qualquer entendimento honroso de que possa resultar a paz política, e, com ela, o bem da Nação e o prestígio da Republica”²⁰⁸⁰.

A indefinição dentro da Ditadura foi patente também na via seguida para obter uma maior legitimidade e regressar à “normalidade constitucional”. A opção de realizar eleições presidenciais, legislativas e administrativas sofreu inúmeros avanços e recuos entre 1927 e 1934. Em 28 de Maio de 1927, o governo anunciou a realização de eleições legislativas e posteriormente de autárquicas. Em Dezembro de 1927 voltaram a prometer-se eleições presidenciais e municipais para breve²⁰⁸¹. No entanto apenas foram convocadas eleições para a presidência da República, onde o governo não esperava ter

²⁰⁷⁶ Veja-se uma circular enviada pelo Gabinete do Ministro do Interior para os Governadores Civis, datada em Lisboa em 26-11-1927, que solicitava o seguinte: “Encarrega-me o S. Ex.^a, o Sr. Ministro de enviar a V. Ex.^a os inclusos boletins de inscrição da União Nacional Republicana a fim de que se digne mandar imprimir e distribuir pelos diferentes concelhos a seu cargo e colher adesões dos indivíduos que queiram colaborar com o Governo da Ditadura”. ANTT (Lisboa), Arquivo Geral do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência Expedida, Livro 93 (1926-1927).

²⁰⁷⁷ Sobre estes projectos partidários vejam-se: Arlindo Manuel Caldeira, «O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)», *Análise Social*, vol. XXII, n.º 94, 1986, pp. 943-954; Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988; Carlos Alberto Homem de Figueiredo Lunet, *O Estado Novo nos Congressos da União Nacional...* op. cit, pp. 31-36; Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

²⁰⁷⁸ Veja-se a entrevista de Artur Brandão, líder da União Liberal Republicana em Braga, que perante as pressões do Governador Civil se mostrava disponível para ingressar com os seus correligionários na União Nacional Republicana, embora esperasse instruções do chefe partidário. Contudo, Cunha Leal deu determinações claras no sentido de nenhum membro da ULR ingressar na nova estrutura do governo: *Diário de Lisboa*, 18-12-1927, p. 4. Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 411.

²⁰⁷⁹ Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 17-11-1927, p. 5.

²⁰⁸⁰ Júlio Dantas, *Diário de Lisboa*, 5-4-1928, p. 8.

²⁰⁸¹ Cf., entrevista do Ministro da Justiça, Dr. Manuel Rodrigues, *Diário de Lisboa*, 29-12-1927, p. 10.

competidores²⁰⁸², iniciando-se em Janeiro de 1928 o recenseamento eleitoral²⁰⁸³ e em Fevereiro a publicação de uma nova lei eleitoral que previa a eleição directa do Chefe da Nação²⁰⁸⁴, uma espécie de plebiscito à semelhança do que tinha sucedido durante o Sidonismo. As várias correntes monárquicas deram liberdade de voto aos seus correligionários, embora o lugar-tenente de D. Manuel, Aires de Ornelas, tivesse apelado ao voto no general Carmona²⁰⁸⁵. O PRP depois de reunir o directório a 4 de Janeiro de 1928 deliberou informar todas as comissões políticas municipais da decisão de não participar na referida eleição, dado que não estavam asseguradas “pelos poderes públicos a perfeita manifestação da vontade popular”²⁰⁸⁶. A ULR mostrou-se inicialmente favorável a participar na eleição do Presidente da República, indicando, em tempo oportuno, o seu candidato, facto que nunca veio a suceder²⁰⁸⁷. Os outros partidos republicanos, sem liberdade de acção, reagiram a estas eleições abstendo-se de participar e o Partido Republicano Nacionalista declarou a sua neutralidade²⁰⁸⁸. Óscar Carmona seria eleito sem concorrência em 25 de Março de 1928. Esta preocupação de ganhar legitimidade pelas urnas e eventualmente em disputa com a oposição manteve-se em equação até à revolta de Agosto de 1931. Só a partir desta data foi afastada qualquer base de entendimento entre a situação e os opositores para umas futuras eleições controladas, mas com concorrência.

Em Março de 1928 o governo da Ditadura desistiu de obter um avultado empréstimo externo devido às condições impostas pela Sociedade das Nações. Este processo marcou o fim da política financeira do Ministro das Finanças, Sinel de Cordes e a persistência de um enorme desequilíbrio orçamental. Os militares tiveram de virar-se para a Universidade de Coimbra, onde há já longos meses um professor vinha apontando um caminho alternativo para a resolução do problema das contas públicas. O governo teve de ceder às «condições técnicas» que Oliveira Salazar impôs para aceitar o cargo de Ministro das Finanças. Mas desde o primeiro momento se percebeu que a sua vinda para Lisboa não era a de um mero «mago das Finanças», mas também a de um político. Com a chegada deste antigo deputado do Centro Católico ao governo em Abril de 1928 começaram progressivamente a desenhar-se dois grupos dentro da Ditadura Militar que vão lutar pela liderança do processo político. O constituído pelos militares conservadores de formação republicana e maçónica, que pretendiam preferencialmente um entendimento com os políticos moderados da República: em particular o Ministro da Guerra Passos e Sousa (29-11-1926 a 18-4-1928) e os presidentes do conselho de

²⁰⁸² Cf., entrevista do Ministro do Interior, Coronel Vicente de Freitas, *Diário de Lisboa*, 27-12-1927, p. 8.

²⁰⁸³ Cf., Decreto 14802 de 30 de Dezembro de 1927 e rectificação do mesmo foi publicada em 1 de Fevereiro de 1928; *Diário de Lisboa*, 30-12-1927, p. 8. O Partido Republicano Nacionalista recomendou a inscrição e fiscalização dos recenseamentos eleitorais aos seus correligionários, *Democracia do Sul*, 21-1-1928, p. 2.

²⁰⁸⁴ Cf., Decreto n.º 15063 de 25 de Fevereiro; Decreto n.º 15095 de 3 de Março; Portaria n.º 5249 de 16 de Março de 1928.

²⁰⁸⁵ Cf., *Diário de Lisboa*, 5-1-1928, p. 8 e 24-3-1928, p. 5; “Monarchicos a’s urnas!” [Panfleto monárquico apelando ao voto no general Carmona, Lisboa, 15 de Março de 1928], Arquivo Particular de António Ventura – Portalegre e Lisboa.

²⁰⁸⁶ Circular do Directório do PRP às Comissões Políticas Municipais, A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, Vol. I, p. 249.

²⁰⁸⁷ Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 423.

²⁰⁸⁸ “Na reunião do Directório foi resolvido que o PRN se mantenha neutral perante as eleições”, *Correio da Extremadura*, 24-3-1928, p. 1. Cf., *Democracia do Sul*, 16-3-1928, p. 4.

ministros José Vicente de Freitas²⁰⁸⁹ (18-4-1926 a 8-7-1929) e Artur Ivens Ferraz (8-7-1929 a 21-1-1930). Do lado oposto encontravam-se aqueles que não aceitavam um regresso ao modelo republicano-liberal, ainda que regenerado, liderados a partir de 1928 por Oliveira Salazar e constituído por monárquicos, católicos, integralistas, e jovens oficiais, entre outros. Os primeiros não conseguiram encontrar uma via clara e consensual para a resolução do problema político²⁰⁹⁰. Os segundos contaram com Oliveira Salazar que afirmou logo na tomada de posse como ministro das finanças: “Sei o que quero e para onde vou”²⁰⁹¹.

Dentro da oposição continuaram os preparativos para um novo golpe militar que teria como eventual chefe, o general Norton de Matos²⁰⁹². A revolução avançou sem o apoio directo deste oficial, dada a sua condição de deportado, e sem o apoio explícito dos partidos políticos, embora participassem membros de quase todos os partidos republicanos, em especial do Partido Republicano da Esquerda Democrática e do Partido Republicano Português. A Liga de Paris, embora não concordasse com os líderes e com todo o processo que levou a esta revolução, deu a sua aprovação, embora apenas por uma questão táctica²⁰⁹³. A União Liberal Republicana continuava a não dar o seu apoio às insurreições armadas contra a Ditadura²⁰⁹⁴. O Partido Republicano Nacionalista estava a preparar um pacto com os outros partidos e participou no grupo conspirador por intermédio do capitão José Feliciano da Costa Júnior²⁰⁹⁵. Este membro do Directório (substituto) e da Junta Consultiva do PRN viria a ser preso no dia 1 de

²⁰⁸⁹ José Vicente de Freitas teve um percurso político durante algum tempo coincidente com João Tamagnini de Sousa Barbosa, membro do Directório do PRN. José Vicente de Freitas chegou à política por intermédio de Pimenta de Castro, tendo sido governador civil do Funchal de Fevereiro a Maio de 1915. Com o Sidonismo tornou-se deputado pela Madeira (1918-19) e vice-presidente da respectiva Câmara dos Deputados. Após o Sidonismo esteve ligado aos partidos que defendiam esse modelo político. Primeiramente no Partido Republicano Conservador (1919) e posteriormente como membro da primeira Comissão Executiva do Centro Republicano Dr. Sidónio Pais (1921) e como presidente da Comissão encarregue de elaborar a Carta Orgânica do Partido Nacional Republicano Presidencialista (1921). Foi ainda membro da Comissão Política do Partido Nacional Republicano Presidencialista em 1922 e substituto do Directório em 1924. Cf., A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, pp. 224-225; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 63-78.

²⁰⁹⁰ Cf., Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 164-193.

²⁰⁹¹ Oliveira Salazar, *Diário de Lisboa*, 27-4-1928, p. 8.

²⁰⁹² Cf., A. H. de Oliveira Marques, *O General Sousa Dias... op. cit.*, pp. 90-103. *Idem*, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, Vol. I, p. 189.

²⁰⁹³ Cf., A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Unidade de Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Mem Martins, Publicações Europa América. 1973, pp. 52-63.

²⁰⁹⁴ “Não preconizamos soluções violentas. Não nos associamos a elas. Primeiro porque não queremos o regresso ao passado”. Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 17-11-1927, p. 8. Numa carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença, datada de 6 de Setembro de 1929, o primeiro informa o segundo sobre um projecto de trabalhos conspirativo que estava em preparação e que tinha sido “enviado directa e creio que oficialmente a todos ou quase todos os Directórios. Excluiu-se como era natural o partido do C.[unha] L.[eal] e creio que o radical”. Carta de José Domingues dos Santos a Raul Proença, datada de 6 de Setembro de 1929, Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão, reproduzida em: António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República, Dissertação de Doutoramento*, vol. II., Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 501-502.

²⁰⁹⁵ Numa reunião realizada em casa de Bernardino Machado, a 10 de Maio de 1928 em Paris, entre representantes da Liga de Defesa da República e do PRP, Jaime Cortesão informou os presentes que “numa reunião revolucionária havida em Lisboa e a que assistiram o Dr. Paiva Gomes ter declarado que se estava a caminho de celebrar um pacto com os nacionalistas, ali representados pelo Sr. Feliciano Costa, com o fim de tomarem o poder”, A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Unidade de Oposição à Ditadura... op. cit.*, pp. 20-21.

Maio de 1928 em Lisboa, quando participava com outros revolucionários numa reunião liderada pelo comandante Jaime de Morais, na casa do capitalista João Lúcio Escórcio²⁰⁹⁶. A revolução eclodiu em Lisboa a 20 de Julho de 1928 já bastante debilitada pela prisão e deportação de vários líderes do movimento. A “*Proclamação da Revolta do Castelo*” defendia um programa mínimo de reposição das liberdades fundamentais e de criação de um “Governo Nacional” independente dos partidos que preparasse futuras eleições para uma Assembleia Constituinte. O fracasso desta revolta levou a uma nova purga nas forças armadas e na administração pública. Foram demitidos e deportados centenas de participantes na insurreição²⁰⁹⁷.

Este fracasso não impediu os partidos republicanos de continuarem a preparar um novo movimento revolucionário com o envolvimento de Manuel Gregório Pestana Júnior (PRED), António Maria da Silva (PRP), João Tamagnini Barbosa (PRN) e provavelmente de Cunha Leal (ULR). Em simultâneo continuaram a negociar um pacto para preparar o regime que sucederia à Ditadura Militar. As negociações conduzidas por António Maria da Silva tiveram finalmente o acordo dos nacionalistas. Assim, os membros dos Directórios do PRP e do PRN residentes em Portugal assinaram *um acordo político entre republicanos* em Novembro de 1928²⁰⁹⁸. Esta plataforma de entendimento pretendia também envolver outros partidos e grupos políticos republicanos. Há alguns indícios que apontam para que a ULR também tenha assinado este acordo²⁰⁹⁹. Porém, o pacto com o PRED foi mais difícil de concretizar. As negociações foram estabelecidas entre António Maria da Silva e Manuel Gregório Pestana Júnior, à revelia dos outros colegas do Directório residentes em Portugal (Pedro Januário de Sá Pereira, Manuel Paulino Gomes e Joaquim Pereira Osório). No dia 17 de Novembro de 1928, em casa de Raul Henriques Pinheiro de Azevedo, ocorreu o último encontro entre os dois membros dos Directório do PRP e do PRED. Nesta reunião Manuel Gregório Pestana Júnior comprometer-se-ia a assinar o acordo. Todavia, Pestana Júnior foi preso no dia seguinte, pelo que António Maria da Silva entregou o documento a Raul Henriques Pinheiro de Azevedo para ser subscrito pelos restantes membros do Directório do PRED. Porém, estes recusaram assinar o acordo²¹⁰⁰. As suas discordâncias centravam-se principalmente no facto de o acordo prever aquando do regresso à normalidade constitucional da “*formação de um Governo partidário da direita Republicana*”²¹⁰¹.

²⁰⁹⁶ Cf., Diário de Lisboa, 2-5-1928, p. 8; A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, Vol. I, p. 303; Luís Farinha, *O Revivalho ... op. cit.*, p. 75-106.

²⁰⁹⁷ Decreto-lei n.º 15790 de 27-7-1928. Cf., Luís Farinha, *O Revivalho... op. cit.*, pp. 102-104; A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Unidade de Oposição à Ditadura... op. cit.*

²⁰⁹⁸ O texto conhecido do acordo pertence ao Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1508; Pedro Tavares de Almeida, Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2010, pp. 233-234. No entanto, existem referências parciais em outros arquivos, cf. António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, vol. I., Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 651-653.

²⁰⁹⁹ A Polícia Internacional Portuguesa documentou um encontro entre Cunha Leal, João Tamagnini Barbosa, Coronel Dias Antunes, António Ginestal Machado e Emídio Mendes em 3 de Setembro de 1928, ANTT, Arquivo da Arquivo da PIDE/DGS: Proc.503/SR NT – 2330.

²¹⁰⁰ António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, vol. I., Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 651-653; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 428-429

²¹⁰¹ Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1508; Pedro Tavares de Almeida, Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2010, p. 234.

A assinatura de um pacto entre todos os partidos republicanos seria uma forma de aliciar um maior número de oficiais para um novo movimento revolucionário. O facto de o acordo prever entregar transitoriamente o poder à direita republicana e de o PRP prescindir de fazer parte desse governo, era uma forma de não se regressar directamente ao período anterior ao «28 de Maio», uma das ideias centrais que unia grande parte da oficialidade, e uma forma de sublinhar que a II República, a construir, seria, de facto, diferente da anterior.

O acordo assinado entre os membros dos directórios do PRP e do PRN²¹⁰² em Novembro de 1928 era em muitos aspectos uma cedência à direita republicana. Previa em primeiro lugar uma revisão da constituição no sentido há muito defendido pelos nacionalistas. A harmonia entre os diversos poderes seria feita à custa “de um fortalecimento do Poder Executivo” e da “independência do Poder Judicial”. O Poder Legislativo seria amainado “reduzindo-se a representação parlamentar”, sem ferir a “perfeita expressão da soberania nacional”. Introduzir-se-ia “na organização política o princípio da representação de classes”, garantindo-se “eficazmente o exercício das liberdades civis e políticas que são património da República”. Para atrair os funcionários públicos e as forças armadas para este acordo previa-se a “adopção de medidas que aperfeiçoem todos os serviços do Estado e dignificando o seu funcionamento; procurando especialmente manter o prestígio do Exército e da marinha como instrumentos indispensáveis da defesa nacional e da ordem social”. O acordo previa uma alteração da estrutura político-partidária republicana com a “concentração das forças partidárias no sentido da organização de grandes partidos de governo correspondentes às predominantes correntes de opinião”. O novo executivo de transição que seria formado, “logo que as circunstâncias o permitam”, seria constituído por “individualidades republicanas de superior competência e prestígio”, formando um “Governo partidário da direita republicana”. Após a fixação deste acordo essencial as partes comprometiam-se a continuar a trabalhar “para a elaboração do instrumento definitivo deste acordo, que compreenderá a definição do programa mínimo que os partidos se comprometem a executar e a fazer executar e no qual serão considerados os problemas económicos e financeiros, o problema da valorização da nossa política internacional, os problemas da defesa nacional, da educação, da organização do trabalho, da assistência social, e, especialmente o problema colonial”. Previa-se ainda preparar as bases para uma alteração legislativa da lei eleitoral, do código administrativo, da lei da contabilidade e fiscalização das despesas públicas, da lei de responsabilidade do poder executivo e seus agentes e do estatuto legal dos funcionários do Estado republicano. Este programa de trabalho, seria uma verdadeira «convenção republicana», tendo “por garantia a honra das organizações partidárias pelos signatários representados”. Este programa deveria corresponder ainda ao “propósito, que anima os partidos, de concorrer, quanto em suas forças caiba, para o definitivo encerramento do ciclo revolucionário, inaugurando uma era de estabilidade constitucional e de paz política, condições necessárias ao prestígio da República e ao progresso moral e material da Nação”²¹⁰³.

²¹⁰² Pelos nacionalistas assinaram todos os membros do Directório, nomeadamente: Júlio Dantas; António Ginestal Machado; A. L. Aboim Inglês; Artur Camacho Lopes Cardoso; Belchior de Figueiredo; João Tamagnini; Pedro Pita. Cf., Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1508; Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2010, pp. 233-234.

²¹⁰³ Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1508; Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2010, pp. 233-234.

Não temos informações sobre a concretização e ampliação deste acordo entre os diferentes partidos republicanos. No entanto, as conversações continuaram e mantiveram-se os contactos com alguns elementos da Ditadura Militar no sentido de criar caminhos para uma transição pactuada²¹⁰⁴. Já em relação aos emigrados em França, o acordo era visto com muitas desconfianças. António Sérgio em carta enviada a Sarmento Pimentel afirmou o seguinte:

“[...] Os finórios dos partidos (democrático, esquerdista, nacionalista, cunha-lealista) fizeram um pacto para suceder à ditadura. Parece que conseguirão apoio militar, por isso mesmo que dão esperanças de poder continuar o regabofe antigo, sobretudo pelo que respeita à tropa. Não querem nada com a Liga, emigrados e deportados, nem nós queremos misturas-nos com Cunhas-leais. O pacto escolheu para porta-bandeiras... o Júlio Dantas! Assinaram esse pacto: António Maria da Silva pelos democráticos; Júlio Dantas pelos nacionalistas; um senhor Silva Ramos, que foi ou é provedor da Assistência, pelos lealistas; e o Pestana Júnior pelos esquerdistas. Este último procedeu sem consultar o José Domingues e contra as ideias dele [...]”²¹⁰⁵.

No final de 1928 e em 1929 a Ditadura parecia ter resolvido os seus dois problemas mais prementes: desorganizou a oposição revolucionária republicana restabelecendo a ordem e conseguiu o equilíbrio orçamental²¹⁰⁶. O Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, começou a ganhar um prestígio interno e externo inquestionável que o levou a poder divulgar na imprensa um rumo alternativo para a Ditadura e a enfrentar os colegas do executivo que preconizavam um entendimento com os líderes dos partidos políticos. De facto, o governo de Ivens Ferraz representava ainda uma oportunidade de regeneração interna da República por intermédio de soluções conservadoras não autoritárias. Ivens Ferraz continuou a dar esperanças de um retorno à legalidade constitucional, dado que a Ditadura seria um regime transitório como ele reconheceu nas suas memórias: “Preconizei, sempre, uma política de franca evolução para a normalidade constitucional, num ambiente de calma e de tolerância que facilitasse a constituição de novas forças políticas com os elementos de maior valia dos antigos partidos que se quisessem agrupar em torno das suas figuras mais preponderantes”²¹⁰⁷. Por outro lado, as comemorações do 5 de Outubro revelaram-se as mais liberais e concorridas desde a implantação do regime autoritário e foram dados passos significativos para a melhoria das condições de vida dos deportados, transferindo muitos para as ilhas atlânticas e alguns para o continente. Avançou-se ainda, mediante certas condições, para a reintegração dos militares e civis mais moderados que tinham sido demitidos ou reformados compulsivamente²¹⁰⁸. Contudo a política aparentemente apaziguadora de Vicente de Freitas e de Ivens Ferraz manteve a maior parte dos líderes da oposição no exílio, a vaga de prisões continuou em 1928 e 1929 e foram transferidos muitos militares suspeitos.

²¹⁰⁴ Luís Farinha, “«Cavaleiros da Pátria». Os liberais e a transição pactuada (125-1929)” in Luís Reis Torgal; Luís Bigotte Chorão, (Coor.), *O 28 de Maio – oitenta anos depois: Contributos para uma Reflexão*, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX da Universidade de Coimbra, 2007, pp. 51-70.

²¹⁰⁵ Carta de António Sérgio para Sarmento Pimentel, datada em Paris a 30-10-1928, Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel (Mirandela), Espólio Sarmento Pimentel.

²¹⁰⁶ Luís Farinha, *O Revivalho... op. cit.*, p. 107.

²¹⁰⁷ Artur Ivens Ferraz, *A ascensão de Salazar. Memórias de seis meses de Governo – 1929*, prefácio e anotações de César Oliveira, Lisboa, Edições «o Jornal», 1988, p. 105. Cf., Luís Farinha, *O Revivalho... op. cit.*, p. 108.

²¹⁰⁸ Decreto-Lei n.º 16002 de 4-10-1928. Cf., Luís Farinha, *O Revivalho... op. cit.*, p. 109.

O impasse que vivia a Ditadura alterou-se a partir do Verão de 1929 e principalmente no início de 1930. O prestigiado ministro das Finanças, Oliveira Salazar, foi sucessivamente o vencedor junto do Presidente da República de duas crises internas do governo que motivaram a demissão do executivo de José Vicente de Freitas, em Julho de 1929, e Artur Ivens Ferraz, em Janeiro de 1930. Nesta última crise ministerial o coronel Passos e Sousa viu a sua indignação para chefe de governo ser bloqueada por Oliveira Salazar, por suspeitas de entendimentos com os partidos políticos. O governo do general Domingos de Oliveira (21-1-1930 a 5-7-1932) marcou a vitória da política do ministro das Finanças dentro do regime. O regresso à normalidade constitucional liberal ansiada pelos republicanos conservadores ficou fortemente comprometido desde esse momento²¹⁰⁹.

No início da primavera de 1930 foi desencadeada uma ampla campanha jornalística em diversos jornais do PRP no sentido da unidade dos republicanos. No começo do verão um grupo de deportados no Funchal enviou uma exposição a vários membros dos directórios dos principais partidos republicanos, no sentido de estes se dissolverem para darem lugar a um único partido que fizesse frente à Ditadura e à União Nacional (partido de apoio à Ditadura) que entretanto estava dando os seus primeiros passos. Esta possibilidade, pese embora tenha tido alguma aceitação²¹¹⁰, foi rejeitada pela maioria dos partidos. Continuavam a persistir inúmeras divergências entre os principais líderes dos partidos republicanos²¹¹¹. No entanto, alguns membros da União Liberal Republicana e independentes, aproximaram-se finalmente do «revivalho». Na sequência da crise em torno de Angola, em Janeiro de 1930, que enfrentou Cunha Leal a Oliveira Salazar²¹¹², alguns amigos do primeiro, como Ribeiro de Carvalho, Ultra Machado e Jaime Baptista, abraçaram a linha revolucionária. Outros porém, engrossaram os apoiantes da Ditadura a partir de finais de 1931, casos de Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa, João Cardoso Moniz Bacelar e Albino Soares Pinto dos Reis Júnior²¹¹³. Já o nacionalista João Tamagnini de Sousa Barbosa voltou a ser preso em Julho de 1930, acusado de estar envolvido num movimento revolucionário²¹¹⁴.

O anúncio da preparação de um novo projecto constitucional e o lançamento da União Nacional em 1930, com especial destaque para a apresentação do seu *Manifesto* (30 de Julho) e para os discursos de Salazar em 28 de Maio e 30 de Julho criaram sérias dificuldades à formação da unidade republicana, e à própria existência dos partidos políticos²¹¹⁵. Pese embora as dificuldades iniciais de implantação, a União Nacional

²¹⁰⁹ Cf., Maurício de Oliveira, *Diário de um Jornalista, 1926-1930*, Lisboa, 1973, pp. 225-240; Cunha Leal, *As minhas memórias*, Vol. III, Lisboa, edição do autor, 1968, pp. 70-90; Artur Ivens Ferraz, *A ascensão de Salazar. Memórias de seis meses de Governo – 1929*, prefácio e anotações de César Oliveira, Lisboa, Edições «o Jornal», 1988; Fernando Rosas, *O Estado Novo... op. cit.*, pp. 164-193; Luís Farinha, *O Revivalho... op. cit.*, p. 117; Telmo Faria, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional, 2000, pp. 29-30.

²¹¹⁰ O directório da Acção Republicana mostrou-se disponível para avançar com a ideia. Cf., A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina em Portugal (1926-1932)*, Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990, p. 179.

²¹¹¹ Luís Farinha, *O Revivalho... op. cit.*, pp. 118-119.

²¹¹² Sobre a crise de Angola veja-se: Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 426-439.

²¹¹³ Cf., Luís Farinha, *O Revivalho... op. cit.*, pp. 120-125 e os capítulos seguintes.

²¹¹⁴ Carta de João Tamagnini de Sousa Barbosa para o seu filho, Luís Artur, datada na fragata D. Fernando a 19 de Julho de 1930, Espólio João Tamagnini de Sousa Barbosa - Cascais (em posse da família).

²¹¹⁵ Cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, vol. I., Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 645-646.

conseguiu angariar nos anos seguintes o apoio de uma significativa parte da elite republicana conservadora²¹¹⁶. Em 1930 começaram a ser nomeadas pelo governo as comissões directivas nacionais e regionais da União Nacional, embora só no ano seguinte tenha sido dado um verdadeiro impulso a esta nova organização política. A União Nacional foi lançada com uma estrutura organizativa muito próxima das estruturas do Estado, com uma comissão central e comissões distritais e concelhias²¹¹⁷. Surgia assim “um típico partido criado a partir de cima, visando monopolizar a representação política e para ele canalizar e neutralizar o amplo e contraditório bloco de apoio à ditadura”²¹¹⁸. A *Causa Monárquica* reagiu com alguma prudência ao anúncio desta estrutura política de apoio à Ditadura, tendo o conselheiro João de Azevedo Coutinho referido que “os monárquicos não podem e não devem ingressar na nova organização em projecto. Não podem porque isso equivaleria a uma abdicação; não devem, porque isso equivaleria a uma deslealdade”. No entanto, reconheceu que a causa monárquica continua a apoiar “a Ditadura naquilo que representa o supremo interesse nacional, único que lhe merece atenção permanente e vigilante”²¹¹⁹. Em nota oficiosa publicada na imprensa a comissão executiva da *Causa Monárquica* revelou uma maior proximidade em relação ao projecto governamental²¹²⁰, à semelhança do *Integralismo Lusitano*, que através de um comunicado da sua Junta Central mostrou uma grande empatia com o Governo e em particular com o Ministro das Finanças²¹²¹. O Centro Católico por intermédio do Dr. Lino Neto referiu que via com simpatia a União Nacional e fazia votos para que realizasse a sua finalidade²¹²².

Os partidos republicanos mostraram-se descrentes sobre a nova iniciativa da Ditadura e começaram a ponderar seriamente a possibilidade de estabelecerem um acordo mais amplo para enfrentarem a União Nacional²¹²³. O directório do Partido

²¹¹⁶ Cf., Arlindo Manuel Caldeira, «O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)», *Análise Social*, vol. XXII, n.º 94, 1986, pp. 943-954.

²¹¹⁷ Cf., Entrevista do Ministro do Interior, Coronel Lopes Mateus, *Diário de Lisboa*, 6-6-1930, p. 8.

²¹¹⁸ António Costa Pinto, “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: O Nacional Sindicalismo e a União Nacional”, *Análise Social*, Vol. XXVII, n.º 116-117, 1992, p. 586.

²¹¹⁹ João de Azevedo Coutinho, *Diário de Lisboa*, 20-6-1930, p. 8.

²¹²⁰ “A Ditadura militar definiu, há pouco, num manifesto político, por forma solene e clara, a sua orientação acerca da orientação do Estado. A comissão executiva da Causa Monárquica apreciou detidamente o referido Manifesto e ouviu sobre ele o lugar-tenente de el-rei, Sr. Conselheiro Aires de Ornelas. A Causa Monárquica aplaude a patriótica iniciativa do Governo e aceita lealmente, e de um modo geral sem quebra das suas opiniões políticas, a doutrina do Manifesto. Oportunamente serão dadas instruções aos seus correligionários políticos para a entrada na União Nacional, quando esta se constituir e definir os lineamentos da sua organização e as regras do seu funcionamento. Não há no Manifesto do Governo afirmações que impeçam a cooperação leal dos homens de são patriotismo, embora em divergência na questão do regime”. Citado por Carlos Alberto Homem de Figueiredo Lunet, *O Estado Novo nos Congressos da União Nacional*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1998, p. 42-43.

²¹²¹ Cf., *Diário de Lisboa*, 28-8-1930, p. 8; *idem*, 29-8-1930, p. 5.

²¹²² *Diário de Lisboa*, 3-9-1930, p. 4.

²¹²³ Veja-se a seguinte carta enviada por Júlio Dantas para António Ginestal Machado, s.l. [Melgaço], 12-8-1930, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/807: “Tenho seguido d’aqui, com desgosto mas sem surpresa, a marcha dos acontecimentos políticos. Parece-me, com efeito, oportuno lançar um manifesto em que, segundo a sua expressão perfeita, «se afirmem sóbria e claramente os princípios basilares da República», manifesto que deverá ser assinado, não pelos organismos dirigentes dos partidos ou grupos, mas por todos os republicanos de categoria que tiveram responsabilidade na política e na administração pública, antes da ditadura, e queiram subscrevê-lo com o seu nome. O Partido Nacionalista marcaria a sua posição como propulsor e orientador d’essa iniciativa. Convirá – penso eu – que as operações preparatórias da subscrição e publicação de semelhante documento não tenham carácter reservado ou equivoco, antes sejam ostensivas e claras, revestindo o aspecto de um acto legítimo, para que se não atribua aos signatários propósito diferente d’aquele que os

Republicano Nacionalista reuniu no dia 12²¹²⁴ e no dia 30 de Agosto para apreciar as intenções do governo e o lançamento da União Nacional. Expressaram o desejo de lançar um manifesto onde fosse promovida a união de todos os republicanos, sem dissolução dos partidos, tendo para isso defendido a realização de um Congresso Republicano²¹²⁵ e solicitaram a autorização do governo para reunir a junta consultiva no dia 6 de Setembro²¹²⁶. A comissão executiva da União Liberal Republicana reuniu no dia 19 de Agosto, já sem a presença do seu líder, Cunha Leal, que se encontrava deportado em S. Miguel, tendo declarado o seu apoio ao projecto dos nacionalistas e a sua “inquebrável fé nos destinos da Pátria e da República dentro dos princípios constitucionais da Liberdade e da Democracia”²¹²⁷. O directório do antigo grupo parlamentar de Acção Republicana reuniu no final de Agosto tendo, em nota enviada a vários jornais, dado “a sua inteira solidariedade à campanha para a formação imediata de um bloco ou de uma frente única de todos os partidos políticos do regime”. Delegava “num vogal do seu Directório os poderes necessários para se entender com os outros partidos republicanos constitucionais em tudo o que, dentro da legalidade, possa concorrer para prestigiar, dignificar e engrandecer as instituições republicanas, segundo os princípios da Liberdade e da Democracia”²¹²⁸. O Partido Socialista, na mesma linha, defendeu a necessidade de “união e entendimento de todos os republicanos”²¹²⁹. O

anima. Parece-me também que alguém deverá entender-se previamente com o governo, de forma a assegurar a publicidade livre do manifesto na imprensa e em folha volante, porque a dignidade d’esse documento não se compadece com uma publicação clandestina. O facto, por mim verificado hoje, de se haver permitido a notícia da convocação do Directório, leva-me a crer que isso não será difícil. O general N. de M., que está aqui, com quem tenho conversado, e a quem falei do assunto concorda com esse acto político, que julga oportuno e necessário, parecendo-lhe que o manifesto deverá ser assinado, sem limitações aos directórios e sem precedências de carácter hierárquico, por todos os republicanos de categoria, partidários ou não, indistintamente”.

²¹²⁴ Nota do Directório divulgada pela imprensa: “O Directório do Partido Republicano Nacionalista, reunido em sessão extraordinária, verificando não haver qualquer motivo para que seja modificada a posição do Partido e muito menos para que este se não mantenha como força organizada ao serviço da Pátria e da República, afirma a sua solidariedade com todos aqueles que sinceramente desejam o prestígio das instituições republicanas e reconhece a necessidade de serem definidos com clareza perante o País, os verdadeiros princípios da Democracia e liberdade”, *O Debate*, 17-8-1930, p. 1.

²¹²⁵ “Na reunião do Directório do Partido Republicano Nacionalista, a que nos referimos, foi apreciada a publicação dum manifesto político, sem carácter partidário, a dirigir ao país e visando a possibilidade de um entendimento entre todos os republicanos, sem dissolução dos partidos. Esse entendimento teria por base: a afirmação solene do conceito democrático da soberania nacional e sua concretização em medidas susceptíveis de adaptar à orgânica e à mecânica do Estado o regime republicano expresso na Constituição; o reconhecimento da liberdade de cultos, no regime de separação, impedindo-se a intromissão de qualquer Igreja na vida do Estado ou na vida pública ou particular dos cidadãos, e a preconização do sistema parlamentar, não do tipo adoptado em 1911, mas modificado de maneira a evitar-se o abuso da introdução do Poder Legislativo na esfera de acção do Executivo e a obter maior rendimento do trabalho parlamentar dividindo-se, possivelmente, a sessão em duas partes, uma das quais seria exclusivamente dedicada ao orçamento. O Partido Nacionalista, julgando inoportuna a dissolução dos partidos políticos, entende que se deve realizar um congresso, no qual se aprecie a maneira da melhor arrumação dessas forças, congresso a que concorreriam todos os republicanos, filiados ou não”. *Diário de Notícias*, 18-8-1930, p. 1. Cf., *O Debate*, 24-8-1930, p. 1. Veja-se a entrevista a um vulto nacionalista, não identificado, onde estas ideias são desenvolvidas: “Partido R. Nacionalista”, Distrito de Viseu, 23-8-1930, p. 1. As decisões tomadas pelos nacionalistas nestas reuniões tiveram repercussão na imprensa estrangeira, nomeadamente no *El Sol* de Madrid, 19-9-1930. A nível interno sofreram, por exemplo, a crítica dos monárquicos da *Voz*. Cf., Montanha, 14-8-1930; Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, E55/1302.

²¹²⁶ Cf., *Diário de Lisboa*, 12-8-1930, p. 8; idem, 30-8-1930, p. 12.

²¹²⁷ *Diário de Lisboa*, 20-8-1930, p. 8. Cf., *Diário de Notícias*, 21-8-1930, p. 1.

²¹²⁸ *Diário de Notícias*, 28-8-1930, p. 1.

²¹²⁹ *Diário de Notícias*, 31-8-1930, p. 1.

directório do Partido Republicano da Esquerda Democrática considerou não haver condições para “apreciar a actual situação política, em condições de plena liberdade de imprensa e de reunião, abstém-se de tomar resolução sem prejuízo contudo, da atenção que lhe merecem, como sempre lhe mereceram todos os problemas que respeitam à vida da República: do desejo, que sempre tem manifestado da união de todos os elementos republicanos e do regresso à normalidade constitucional”²¹³⁰. O Partido Republicano Português demonstrou continuar ainda preso ao seu passado, enquanto partido hegemónico da I República, ao revelar alguma resistência ao esbatimento dos partidos republicanos para estabelecer uma frente contra a Ditadura: “entende que não é necessária, nem oportuna, qualquer alteração na existência e organização dos partidos constitucionais da República, considerando o «statu quo», dentro da ideologia liberal, parlamentar, democrática e patriótica que a todos orienta, o melhor serviço que neste momento se pode prestar ao Regime e à Nação”²¹³¹.

O caminho que então se iniciou para a normalidade constitucional e institucionalização de uma Ditadura civil não era o esperado pelos partidos republicanos. Porém, alguns republicanos, como António Maria da Silva, Norton de Matos²¹³² e os líderes do Partido Republicano Nacionalista continuaram abertos a um entendimento com o governo da Ditadura no sentido de se realizar um «Pacto» que permitisse uma transição pacífica para a normalidade constitucional com a existência de dois “Partidos Frente”. Na preparação de uma reunião da junta consultiva do PRN marcada inicialmente para 6 de Setembro de 1930²¹³³, o jornal *Correio da Extremadura*, filiado no PRN, afirmava: “não sabemos quais as resoluções que a Junta Consultiva tomará, mas deve ter-se bem em conta que o Partido Nacionalista é o natural sucedâneo da situação que, de resto, tem sido auxiliada por valiosos elementos deste partido”. Todavia alguns dirigentes do PRN não concordaram com esta estratégia, tendo alguns optado por abandonar o PRN, como Belchior de Figueiredo²¹³⁴. Outros enveredaram por uma aproximação à Ditadura, como João Martins de Azevedo, líder do PRN em Torres Novas, que optou por apoiar a União Nacional, tendo comunicado a sua resolução a António Ginestal Machado:

²¹³⁰ *Diário de Lisboa*, 30-8-1930, p. 12.

²¹³¹ *Diário de Lisboa*, 4-9-1930, p. 8.

²¹³² Cf., A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, Vol. II, p. 184.

²¹³³ A reunião aguardava autorização por parte do governo e só se realizou no dia 9 de Outubro de 1930, tendo os principais elementos do directório discursado e nela foi apresentado um manifesto ao país elaborado por António Ginestal Machado. No entanto, tanto este manifesto como os discursos realizados não tiveram grande divulgação na pela imprensa, devido a não ter sido permitido a presença de jornalistas na reunião e possivelmente pela acção da censura. No entanto, a maioria dos presentes apelou à união dos republicanos, mas mantendo o PRN a sua individualidade. Cf., Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, E55/1303; República, 25-9-1930, p. 8; *Correio da Extremadura*, 18-10-1930, p. 1.

²¹³⁴ Belchior de Figueiredo era membro do Directório do PRN e decidiu abandonar o partido em Novembro de 1930, tendo comunicado a sua decisão ao Presidente do Directório. Júlio Dantas deu conhecimento desta resolução a António Ginestal Machado nestes termos: “O motivo do seu afastamento é a «reconsideração» (palavra que ele emprega) de alguns membros do Directório quanto à triste questão do manifesto Camacho, aprovada pelas minhas declarações sobre o caso na sessão da Junta Consultiva. Já lhe escrevi, dizendo-lhe o que é costume dizer-se nestas ocasiões”. Carta datada em Lisboa em 22-11-1930, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/809. Belchior de Figueiredo voltou a escreveu a Júlio Dantas mostrando-se irredutível na sua decisão e não aceitou receber os membros do Directório do PRN. Carta enviada por Júlio Dantas a António Ginestal Machado, datada em Lisboa em 6-12-1930, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/809.

“Meu Exmo. prezado amigo

Discordo absolutamente da orientação que o Directório do nosso partido está seguindo na presente conjuntura e julgando um dever consciência e de bom cidadão prestar à Ditadura todo o apoio e cooperação, resolvi aceitar encarregar-me da organização da União Nacional n’este concelho. Pelo que devo afastar-me do partido [...]. Lamento ter de abandonar politicamente correligionários e amigos [...]. Lamarosa, 23-11-1930. João Martins de Azevedo²¹³⁵.

Todavia, o Directório do PRN continuou a apostar numa transição pactuada duma Ditadura Militar para um regime constitucional, onde o PRN receberia o poder por parte do governo. Não era esse o caso do «revirvalho» e da Liga de Paris que continuavam a elaborar planos de acção revolucionária²¹³⁶. Estes planos esbarraram com dificuldades materiais e humanas que inviabilizaram uma acção revolucionária suficientemente forte para derrubar a Ditadura. A discussão à volta de questões particulares e partidárias e da repartição de lugares da futura II República continuavam, muitas vezes, a ter prioridade face a uma verdadeira unidade dos vários grupos contra a Ditadura²¹³⁷.

4. A oposição à Ditadura Militar: Revoltas e a Aliança Republicano-Socialista (1931)

A via pactuada com a Ditadura, procurada pelos políticos conservadores da oposição, perdeu fulgor com o progressivo afastamento dos sectores da Ditadura que preconizavam essa solução, particularmente Vicente de Freitas e Ivens Ferraz. Em Janeiro de 1931 o governo de Domingos de Oliveira sentiu necessidade de clarificar a sua posição, em nota oficiosa publicada em numerosos jornais, rejeitando qualquer entendimento que possibilitasse um regresso ao regime anterior ao 28 de Maio; reafirmando o seu compromisso com o programa do “28 de Maio” que o levaria a preparar a nova ordem constitucional; declarando o apoio que possuía das forças armadas e da maioria da população, estando por isso preparados para reprimir qualquer tentativa revolucionária²¹³⁸.

²¹³⁵ Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, E55/673.

²¹³⁶ As palavras de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado são bastante expressivas sobre a orientação da Liga de Paris: “O povo republicano tem mais necessidade de armas do que de manifestos”, Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado, Paris 7 de Setembro [1929], Museu Bernardino Machado, (Vila Nova de Famalicão), citado por António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, Vol II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 473.

²¹³⁷ Cf., A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Unidade de Oposição à Ditadura... op. cit.*; A. H. de Oliveira Marques, *A Liga de Paris e a Ditadura Militar... op. cit.*, pp. 28-29, 40-41; Luís Farinha, *O Revirvalho... op. cit.*, pp. 119-120; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, p. 446-452.

²¹³⁸ “1.^a - A ditadura repele, absolutamente, qualquer ideia de entendimento para a formação de ministérios chamados de transição, ou para o regresso ao sistema removido pelo Exército e pela Armada, em 28 de Maio de 1926;

2.^a - A ditadura continuará a obedecer, exclusivamente, ao programa do movimento de 28 de Maio e aos princípios que foram firmados nas bases da «União Nacional», tendo em vista concluir os alicerces da reconstrução necessária e preparar a nova ordem constitucional prometida e devendo reunir-se, em breve, uma assembleia geral da «União», para os fins que serão indicados;

Em 1930 Cunha Leal e os seus amigos engrossaram as fileiras da oposição. No entanto, não tinha sido ainda possível criar uma organização golpista forte, dado que a Ditadura reforçou-se internamente e criou a ilusão de uma transição constitucional (com a perspectivar de eleições municipais) que dividiu a oposição entre os que desejavam esperar a oportunidade de uma via pacífica e eleitoral e os que continuavam a defender a via revolucionária. No primeiro grupo destacavam-se os políticos que integraram a Aliança Republicano-Socialista formada por membros de quase todos os partidos republicanos que permaneciam em Portugal, chefiados por Norton de Matos. Os que continuaram a defender a via golpista estavam quase todos no estrangeiro ou deportados nas ilhas atlânticas e nas colónias e pertenciam aos vários partidos e grupos da esquerda republicana, engrossados naquele momento por alguns membros da União Liberal Republicana que tinham seguido Cunha Leal.

A via golpista teve mais um episódio em Abril de 1931, desta vez centrado na ilha da Madeira, com ramificações nos Açores, S. Tomé e Guiné. A revolta da Madeira contou com o apoio popular das massas urbanas e a solidariedade dos caciques partidários locais do Partido Republicano Radical, Partido Republicano da Esquerda Democrática, Partido Republicano Português e da União Liberal Republicana. O Partido Republicano Nacionalista também apoiou a revolta pela mão do seu líder regional, o médico António Felix Pita que foi nomeado presidente da Junta Geral do Funchal e membro da Comissão Administrativa da Junta Autónoma dos Portos do Funchal, pelo que seria posteriormente acusado pelo ministério público, após o fracasso da sublevação²¹³⁹.

Para além dos golpes militares ensaiados pelos revirralhistas, uma parte da oposição também ensaiou uma tática de resistência legal, parecendo acreditar numa transição de regime através de um processo eleitoral como tinha sucedido em Espanha. A transição pacífica tinha o apoio dos sectores conservadores do republicanismo e de uma parte do revirvalho desde 1930. Um grupo liderado por Norton de Matos pretendia criar um consenso dentro da situação no sentido da nomeação de um republicano prestigiado para as pastas da Presidência e do Interior capaz de garantir a transição para um regime democrático que restabelecesse as liberdades fundamentais e a eleição de uma Câmara Constituinte²¹⁴⁰. Ramada Curto, um dos mais importantes dirigentes do Partido Socialista, foi o primeiro político da oposição a publicitar seriamente a possibilidade de entendimento entre o seu partido e os outros os partidos republicanos para enfrentarem a União Nacional em futuros actos eleitorais. Ainda que não fosse possível consultar os respectivos congressos propunha “constituir uma direcção única para a massa republicana, tomando os líderes a responsabilidade de abater bandeiras partidárias”²¹⁴¹. Enquanto o governo acelerava a organização da União Nacional e a

3.^a - O Governo conta com a força armada e com toda a população pacífica e laboriosa, para o apoio da ditadura e dominará severamente, pelas armas, qualquer tentativa revolucionária, resolvido a impor a todos a sujeição ao dever de concorrer para a paz, reorganização e progresso da Pátria e da República”, *O Século*, 21-1-1931, p. 1. Cf., Norton de Matos, “Mensagem à GR. Dieta” in A. H. de Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 2.^a edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983, p. 194.

²¹³⁹ João Soares, (Recolha e organização), *A revolta da Madeira, Açores e Guiné. 4 de Abril a 2 de Maio de 1931*, Documentos, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1979, pp. 24-25; A. H. de Oliveira Marques, *O General Sousa Dias... op. cit.*, pp. 114 e 118; Maria Elisa de Franca Brazão; Maria Manuela Abreu, *A Revolta da Madeira – 1931*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1994; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 452-456.

²¹⁴⁰ A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, Vol. II, p. 184; *O Bejense*, 11-6-1931, p. 1.

²¹⁴¹ Ramada Curto, *Diário de Lisboa*, 11-5-1931, p. 4.

preparação do recenseamento eleitoral obrigatório em Maio de 1931 com vista “a proceder a eleições administrativas e políticas no mais curto prazo de tempo”²¹⁴², os partidos republicanos responderam no início de Junho com a formação de uma «frente única» representando o Partido Republicano Português, o Partido Republicano Nacionalista, a União Liberal Republicana, o Partido Republicana da Esquerda Democrática, o Partido Republicano Radical, a Acção Republicana, a Seara Nova, o Partido Socialista e elementos independentes. Para a preparação desta organização os partidos nomearam delegados para o directório, sendo o representante do PRN o Almirante Tito Augusto de Moraes²¹⁴³. Foi ainda escolhida uma «Comissão Administrativa» e uma «Comissão Eleitoral» e iniciaram-se os preparativos para promover a inscrição dos seus correligionários nos cadernos eleitorais²¹⁴⁴, a angariação de donativos, a redacção de um manifesto e a criação de comissões políticas da «Aliança Republicana» em diversas cidades e vilas do país. O general Norton de Matos, representante do PRP, tornou-se o líder desta organização e a sua sede ficou instalada no «Centro 10 de Janeiro», Rua do Mundo, 17-2.º, antigo centro político do PRRN, do PRN e nos últimos anos da I República da Acção Republicana²¹⁴⁵.

Esta frente republicana seria denominada *Aliança Republicano-Socialista* e transformou-se na mais importante organização criada durante a Ditadura Militar para a combater dentro da legalidade. O início de um processo de recenseamento eleitoral e a promessa de eleições municipais estimularam a oposição a mobilizar-se em torno desta organização esperçada na transição pacífica do regime por via eleitoral. Formaram-se núcleos da ULR em quase todas as cidades do país, contando com elementos independentes, jovens democratas e membros dos vários partidos que tinham aderido inicialmente a este projecto. Estes grupos mobilizaram a oposição através dos poucos jornais que continuavam a manter-se na antítese da Ditadura para a importância do

²¹⁴² Decreto-Lei n.º 19694 de 5-5-1931, alterado em 7-5-1931.

²¹⁴³ Inicialmente os jornais ainda alvitaram que o representante do PRN seria Afonso de Lemos, mas acabaria por ser o Almirante Tito Augusto de Moraes a integrar a cúpula da ARS. O Directório do PRN divulgou a seguinte Nota Oficiosa: “O Directório do PRN resolveu promover a inscrição dos seus correligionários no recenseamento eleitoral e conferir plenos poderes ao seu correligionário Sr. Almirante Tito de Moraes, para representar o seu partido na comissão central da concentração partidária”, *Correio da Extremadura*, 6-6-1931, p. 1. No directório da ARS havia delegados de diferentes partidos e organizações políticas: Partido Republicano Português, general J. M. R. Norton de Matos; da União Liberal Republicana, Almirante José Mendes Cabeçadas Júnior; do Partido Republicano Nacionalista, Almirante Tito Augusto de Moraes; do Partido Republicana da Esquerda Democrática, Dr. Adriano António Crispiniano da Fonseca; do Partido Republicano Radical, Dr. António de Almeida Arez; da Acção Republicana, Dr. Maurício Costa; da Seara Nova, Eng. Mário d’Azevedo Gomes; do Partido Socialista, Dr. Amílcar Ramada Curto. Faziam ainda parte do Directório da ARS Carlos Bello de Moraes, José Francisco de Azevedo e Silva e Mário de Castro. Cf., *República* 3-6-1931, p. 1; *Diário de Lisboa*, 3-6-1931, p. 8; *Gazeta de Torres*, 7-6-1931, p. 5; António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, Vol I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 660; Armando B. Malheiro da Silva, “A Candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos e o Boletim Eleições Livres no Distrito de Braga (1949)” in Heloísa Paulo; Helena Pinto Janeiro, (Coordenação de), *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 60 anos depois*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 60.

²¹⁴⁴ “Nota Oficiosa. O Directório do PRN resolveu promover a inscrição dos seus correligionários no recenseamento eleitoral e conferir plenos poderes ao seu correligionário Sr. Almirante Tito de Moraes, para representar o seu partido na comissão central da concentração partidária”, *Correio da Extremadura*, 6-6-1931, p. 1.

²¹⁴⁵ Cf., *Diário de Lisboa*, 11-6-1931, p. 8; *idem*, 20-6-1931, p. 5; *idem*, 23-6-1931, p. 5; *idem*, 7-7-1931, p. 5.

recenseamento e do voto²¹⁴⁶. O Presidente Óscar Carmona e o Ministro do Interior Coronel Lopes Mateus receberam uma comissão da Aliança Republicano-Socialista, composta pelo general Norton de Matos (PRP), e pelos contra-almirantes Mendes Cabeçadas (ULR) e Tito de Morais (PRN) no dia 2 de Julho, onde acordaram os termos da campanha oposicionista autorizada²¹⁴⁷. No dia seguinte foi possível divulgar o *Manifesto ao País* da ARS, datado a 22 de Junho de 1931, em panfletos e em vários jornais. Esta «força política» contou “com [a] plena delegação de todos os partidos e grupos republicanos e do partido socialista, e a colaboração de individualidades que, embora independentes, podem considerar-se representativas de certas modalidades da opinião republicana, [...] para que, finalmente, tivesse forma o pensamento, tantas vezes expresso como necessidade premente, da união dos democratas portugueses em volta da sua ideologia comum, e para a defesa, no estrito campo da legalidade, das pretensões a que tal ideologia conduz. O aparecimento desta força, de sincera conjunção, pareceu a todos extremamente oportuno, no momento em que se anuncia que vai a Nação ser chamada a pronunciar-se perante as urnas”²¹⁴⁸. Este manifesto, em contraponto com as intenções do governo, defendia as liberdades individuais, o sufrágio universal, o liberalismo, o parlamentarismo, o sindicalismo e a democracia²¹⁴⁹. Contudo, a Aliança Republicano-Socialista nunca conseguiu divulgar convenientemente os seus ideais, nem ser uma alternativa à União Nacional, dadas as limitações que a censura e as autoridades colocavam às suas iniciativas. Numa circular a Aliança Republicano-Socialista informou os seus membros dos vários constrangimentos que a organização estava a sentir: não foi permitido a apresentação do Directório às comissões políticas, numa sessão preparada para o Centro Republicano Dr. Magalhães Lima; o manifesto da Aliança Republicano-Socialista foi apreendido pela polícia, tendo sido queimados cerca de 8000 exemplares, quando antes tinha sido dado ordem para ser impresso; o Ministro do Interior impediu que fossem publicadas na imprensa as adesões e as comissões políticas, chegando o seu chefe de gabinete a afirmar o seguinte: “o governo não podia dar facilidades a propagandas nocivas aos seus objectivos políticos!”²¹⁵⁰. Os sectores da Ditadura colaram imediatamente esta organização ao anarquismo, ao comunismo internacional e à Espanha revolucionária, sendo comandada pelo Partido Democrático e à distância pela Liga de Paris: “Frente Única republicana, socialista, anarquista, comunista. Frente Única revolucionária, sectária, bombista, sanguinária. Frente Única portuguesa, espanhola, russa”²¹⁵¹.

²¹⁴⁶ No antigo Centro do Partido Republicano Nacionalista de Évora decorreram reuniões com uma comissão para esclarecerem os «republicanos» dos procedimentos necessários para completar o recenseamento eleitoral, *Democracia do Sul*, 15-7-1931, p. 1.

²¹⁴⁷ Cf., *República*, 3-7-1931, p. 4; *Diário da Manhã*, 3-7-1931, p. 1.

²¹⁴⁸ *Diário de Lisboa*, 3-7-1931, pp. 5 e 8; *República*, 3-7-1931, pp. 4 e 8; *Gazeta de Torres*, 12-7-1931, pp. 5-6; “Manifesto ao País da Aliança Republicano-Socialista” in A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, Vol. II, p. 245.

²¹⁴⁹ Num rascunho incompleto depositado no Espólio António Ginestal Machado, datado nos anos trinta, verifica-se que foi constituída uma Aliança Republicana que pretendia “dar todo o apoio à constituição dum governo extrapartidário mas manifestamente republicano”. Esta Aliança Republicana pretendia acima de tudo: o “restabelecimento das liberdades de imprensa e reunião” que permitam a “reorganização das forças políticas da República”; a convocação de colégios eleitorais que permitam a eleição de uma Câmara Constituinte; a elaboração de uma nova lei eleitoral que garanta a “validade do sufrágio”; admitir todas as listas de correntes políticas; restituir ao uso da plena liberdade todos os cidadãos que por matéria de ordem política dela estejam privados. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/29.

²¹⁵⁰ Circular da Aliança Republicano-Socialista, Lisboa, 28-7-1931, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1361.

²¹⁵¹ *Diário da Manhã*, 6-6-1931, p. 1.

A Aliança Republicano-Socialista começou a constituir núcleos por todo o país a partir do mês de Junho.

Em Beja formou-se a Comissão Distrital da Aliança Republicano-Socialista que teve a sua primeira reunião no Centro Republicano Dr. Aresta Branco²¹⁵² no dia 7 de Junho de 1931. Esta comissão contava com o apoio do jornal *O Bejense* e teve a participação de diversos políticos, sendo o representante do PRN Jaime António da Palma Mira. A comissão começou nesse momento os preparativos para o recenseamento dos eleitores e para a organização de diversas actividades políticas, como por exemplo a formação de comissões concelhias e de freguesia da Aliança Republicano-Socialista no Distrito de Beja²¹⁵³.

No dia 15 de Junho constituiu-se o núcleo do Porto da ARS, numa reunião presidida por Alberto Gonçalves do PRP. Faziam parte da comissão da ARS do Porto elementos de todos os partidos associados e alguns independentes. O representante do PRN era Fernando Azeredo Antas, filho de um histórico do republicanismo conservador na cidade do Porto, António Firmo de Azeredo Antas²¹⁵⁴.

Em Lisboa constituiu-se uma numerosa comissão municipal da ARS no dia 19 de Agosto. Foi necessário eleger uma comissão executiva, tendo como presidente Manuel Pires Vaz Bravo Júnior²¹⁵⁵, membro do PRN. Como vice-presidentes ficaram Ramon Nonato de La Féria do PRN e Evaristo Luís das Neves Ferreira de Carvalho do PRP²¹⁵⁶.

No dia 18 de Junho de 1931 realizou-se em Torres Vedras uma concorrida sessão da Aliança Republicano-Socialista no Teatro-Cine Ferreira da Silva, presidida por Manuel Coelho Cláudio Graça, representante do Partido Republicano Nacionalista. Nesta sessão foi eleita por 326 votos a comissão municipal da Aliança Republicano-Socialista, tendo um representante de cada organismo político, sendo José Inácio da Silva o delegado do PRN²¹⁵⁷.

No dia 18 de Junho de 1931 constituiu-se Vila Nova de Famalicão uma comissão da Aliança Republicano-Socialista com representantes do Partido Republicano Português, do partido Republicano Liberal, do Partido Republicano da

²¹⁵² Este centro político esteve ligado sucessivamente aos seguintes partidos: Partido Republicano Liberal; Partido Republicano Nacionalista; União Liberal Republicana.

²¹⁵³ Cf., *O Bejense*, 11-6-1931, pp. 1-2.

²¹⁵⁴ António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, Vol I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 660.

²¹⁵⁵ Manuel Pires Vaz Bravo Júnior nasceu a 29 de Janeiro de 1880 em Nogueira (Vila Real). Era filho de Manuel Pires Vaz Bravo e Maria Clementina Azevedo Pinto Vaz Bravo. Estudou na Faculdade de Medicina de Lisboa, tendo sido posteriormente tenente-médico miliciano. Foi redactor e proprietário do jornal *A República Portuguesa*. Republicano desde o tempo da Monarquia, teve papel activo no 5 de Outubro. Foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo PRP, pelo círculo da Covilhã em 1911 e, em 1918, pelo de Lisboa Ocidental, inserido nas listas do Partido Nacional Republicano. Foi membro da comissão política do Partido Republicano Conservador (1919) e membro da comissão política do Partido Nacional Republicano Presidencialista (1922). Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista em 1925, pertencendo à junta consultiva do PRN. Aderiu à Aliança Republicano-Socialista em 1931, presidindo à comissão executiva de Lisboa. Morreu em Lisboa a 1 de Junho de 1955. Cf., *Diário de Lisboa*, 4-7-1931, p. 8; A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, pp. 128-129.

²¹⁵⁶ *República*, 20-8-1931, pp. 1 e 2; António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, Vol I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 660.

²¹⁵⁷ Cf., *Gazeta de Torres*, 21-6-1931, p. 5; Venerando António Aspra de Matos, *Republicanos de Torres Vedras, Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Edições Colibri, Lisboa, 2003, pp. 278-279.

Esquerda Democrática, do Partido Republicano Nacionalista e da União Liberal Republicana²¹⁵⁸.

Em Celorico da Beira os membros da Aliança Republicano-Socialista reuniram-se no Teatro Lourenço da Silva sob a presidência do republicano e democrático, Dr. Luís Ramires. Os nacionalistas ficaram representados na frente única do concelho por António Augusto Monteiro Ósorio²¹⁵⁹.

António Ginestal Machado, membro do directório do PRN, foi um dos promotores de uma reunião realizada a 26 de Julho de 1931 em Santarém onde foram eleitos os órgãos dirigentes da Aliança Republicano-Socialista da cidade escalabitana²¹⁶⁰.

Qualquer actividade da Aliança Republicano-Socialista tinha de ter a autorização do Ministério do Interior e devia respeitar o governo, os poderes constituídos e abster-se de fazer propaganda subversiva. As delegações da censura em todo o país receberam várias determinações nos meses de Julho, Agosto e Setembro no sentido de limitarem a publicação de notícias sobre o novo organismo político e de especulações sobre a formação de agrupamentos de apoio à Ditadura²¹⁶¹. Na circular enviada aos oficiais censores pelo Director-Geral dos Serviços de Censura a 7 de Julho de 1931 sublinha-se que a Ditadura Militar “continua interessada na organização das forças políticas que a apoiam”, mas considera “de iniludível inconveniente para a situação militar [...] qualquer boato ou notícia de dispersão de forças que é indispensável manter unidas em bloco, pelos efeitos graves que a simples ventilação do assunto poderia acarretar”, pelo que não são permitidas “notícias referentes à organização de quaisquer grupos políticos, dentro da Situação Militar, sejam quais forem as individualidades apontadas para os constituírem”. No dia 28 de Julho nova circular alerta para que a actividade da Aliança Republicano-Socialista “ou de qualquer organização política contrária à Ditadura Militar” passe a ser objecto de apertada vigilância passando as provas a ser submentidas à apreciação da Direcção-Geral, “enquanto não forem dadas novas indicações sobre propaganda eleitoral”. Cinco dias após a tentativa revolucionária de 26 de Agosto de 1931 a Direcção Geral dos Serviços de Censura enviou uma nova circular bastante clara para as suas delegações: era proibida qualquer referência “à chamada Aliança Republicana Socialista, cuja organização está sendo apreciada pelas instâncias superiores”²¹⁶². O Governo não autorizou a publicação duma entrevista de Ivens Ferraz, onde a dado momento, comentando a Aliança Republicano-Socialista dizia o seguinte: “Concordo com as ideias essenciais que encerra o movimento que esse agrupamento dirigiu à Nação. Elas são de resto as que eu sempre preconizei e defendi em matéria política: O prestígio das instituições republicanas e o fortalecimento da fé nos princípios da liberdade e da Democracia”²¹⁶³.

²¹⁵⁸ Filipa Sousa Lopes, *Momentos da Oposição em Famalicão (Dos finais da década de vinte aos anos cinquenta)*, Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 2004, p. 37.

²¹⁵⁹ *Distrito da Guarda*, 5-7-1931, p. 1.

²¹⁶⁰ Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, Lisboa, 2010, p. 22.

²¹⁶¹ Cf., Arnaldo Madureira, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932). O quadro político em que se estruturou o Salazarismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 63.

²¹⁶² Circulares de 7-7-1931, 28-7-1931 e 31-8-1931 da Direcção Geral dos Serviços de Censura, Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura – Secção dos Reservados da Biblioteca Nacional, Lisboa - citado por Joaquim António Cardoso Fialho Gomes, *A Censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): estrutura e pessoal político*, Vol. I, dissertação de mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1997, pp. 40-41.

²¹⁶³ Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1475-1476.

A transição da Ditadura para outro regime republicano conservador tinha sido defendida por vários elementos dentro da Ditadura, em particular pelos ex-presidentes do conselho de ministros da Ditadura, generais Vicente de Freitas e Ivens Ferraz. Este último, defendeu que a transição para a normalidade constitucional devia favorecer a renovação das elites políticas e não permitir o regresso à situação anterior ao “28 de Maio”. Considerou inoportuna a constituição de um partido de apoio à Ditadura (União Nacional), preferindo que as forças políticas se organizassem livremente e declarou o apoio às ideias expostas pela Aliança Republicano-Socialista. No entanto, a sua posição mostrou-se minoritária dentro dos vários sectores que dominavam a Ditadura, e foi inclusivamente impedido de divulgar as suas ideias através da imprensa à opinião pública pela censura²¹⁶⁴. Pelo contrário o general Vicente Freitas pode enunciar as suas ideias, defendendo “a transição do regime ditatorial para o regime constitucional, por meio de eleições livres, onde o direito de voto esteja completamente assegurado e a liberdade de votar completamente garantida”²¹⁶⁵. Estas palavras valeram-lhe o distanciamento dos jornais conservadores próximos da Ditadura. José Fernando de Sousa, director de *A Voz*, confessou a sua “profunda desilusão perante as ilusões optimistas do Sr. General” e salientou a omissão de referências ao papel da União Nacional na entrevista. O *Diário da Manhã* concluiu que “quem não está com o pensamento do *Estado Novo*, para onde tem de ir a Ditadura, está na via do *revirvalho* e da Revolução, ainda quando sejam outras as intenções”²¹⁶⁶. Face à onda de protestos da ala conservadora da situação, os censores foram sensibilizados, em circular da Direcção-Geral dos Serviços de Censura do dia 30 de Setembro, para tomarem muita atenção nas repercussões que a entrevista do general podia ter na imprensa, dado que seria “inconveniente [...] uma apreciação apaixonada e destrutiva das forças da Ditadura cuja união mais do que nunca convém manter. As divergências nos pontos de vista políticos, que por vezes vêm a lume [...] não devem ser encaradas na sua crítica por maneira a que beneficiem terceiros, que para o caso são os adversários da Ditadura”²¹⁶⁷.

O repúdio das revoluções que atrasavam o país começara há muito a ser o lema de alguma imprensa republicana²¹⁶⁸. Norton de Matos começara também a defender insistentemente as suas propostas de transição pacífica mesmo junto do «revirvalho» e da Liga de Paris. Numa nota confidencial enviada a Bernardino Machado, no âmbito da preparação da reunião de Beyris de 22 e 23 de Novembro de 1931, onde esteve presente parte da oposição, Norton de Matos mostrou-se “convencido que no tempo presente e nos anos próximos, será impossível, a não ser por mero acaso, fazer triunfar um movimento revolucionário de carácter militar (...) contra a maioria do Exército Português, que continua resolvido a manter a Ditadura (...). Só resta, portanto, lançar mão da revolução política, exclusivamente política”. E propôs que a elite republicana emigrada apresentasse uma resolução pública a repudiar “tudo o que seja revolução armada ou violência de qualquer espécie”²¹⁶⁹. Porém, em Beyris venceu a linha revolucionária liderada por um *Comité Supremo*. Os líderes da Aliança Republicano-

²¹⁶⁴ A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, Vol. II, p. 248.

²¹⁶⁵ *Diário de Lisboa*, 25-9-1931, p. 5.

²¹⁶⁶ *Diário da Manhã*, 26-9-1931, p. 5.

²¹⁶⁷ Circular de 30-9-1931 da Direcção Geral dos Serviços de Censura, Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura – Secção dos Reservados da Biblioteca Nacional, Lisboa - citado por Joaquim António Cardoso Fialho Gomes, *A Censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): estrutura e pessoal político*, Vol. I, dissertação de mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1997, p. 41.

²¹⁶⁸ Cf., *O Bejense* em 1931.

²¹⁶⁹ Norton de Matos - “A minha opinião acerca da actuação dos Republicanos em Portugal – Confidencial – 25-10-1931”, Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão, Pasta 133.

Socialista, ainda que ausentes da reunião, também poderiam ter assento neste organismo, embora a sua função principal fosse a luta legal, que poderia continuar dentro do país sob a chefia da «conjunção partidária»²¹⁷⁰. Esta estratégia ainda que tentasse harmonizar as diferentes opiniões dos diversos grupos oposicionistas, continuava a desunir o campo republicano e inviabilizou os dois caminhos possíveis para um regresso a uma «II República»²¹⁷¹.

Outra agremiação republicana denominada «Grupo de Estudos Democráticos e Económicos», liderada pelo antigo ministro das Finanças, Armando Marques Guedes, foi formada em Maio de 1931, tendo tido alguma projecção até ao Verão do mesmo ano. Com objectivos diferentes da «Frente Única» e afastado dos partidos políticos, o «Grupo de Estudos Democráticos e Económicos» procurou “organizar e realizar um plano de conferências e de sessões públicas definindo o que há a fazer dentro da República para que ela de forte realidade social, que é, se transforme numa realidade política, na expressão jurídica de uma verdadeira democracia”²¹⁷² afastada tanto do Bolchevismo como do Fascismo²¹⁷³. Este grupo contou com a colaboração de Albano Augusto Nogueira de Sousa, membro do PRN, embora afastado das actividades partidárias desde 1928 e colaborador da Ditadura na sua área profissional. Albano Augusto Nogueira de Sousa era um dos membros do grupo que pretendia apresentar conferências sobre assuntos económicos e financeiros. No entanto, esta e outras conferências agendadas nunca viriam a realizar-se dado o endurecimento das medidas repressivas do Governo sobre este tipo de organizações após a revolta de 26 de Agosto de 1931²¹⁷⁴. Em Fevereiro do ano seguinte ainda surgiu uma nova organização de oposição legal, o “Grupo de Renovação Democrática”, mas também teve vida efémera²¹⁷⁵.

Ainda que o Presidente da República, Óscar Carmona, tivesse publicitado em Maio de 1931 a futura realização de eleições livres em diversas entrevistas a jornais estrangeiros²¹⁷⁶, a larga maioria dos republicanos não tinham ilusões quanto à aparente abertura que o regime estava a ensaiar, dado que vários sinais apontavam apenas para uma constitucionalização da Ditadura, sem qualquer papel para a oposição²¹⁷⁷. O Ministro do Interior, coronel Lopes Mateus, foi claro a este respeito: “Se a gente das frentes únicas julga que procuramos uma normalidade com receio deles, enganam-se. Procuramos uma normalidade dentro da ditadura. Não procuramos ir às eleições para lhes entregarmos o governo. (...) Nós não caminhamos ao acaso. Se não tivéssemos

²¹⁷⁰ Afonso Costa em Beyris defendeu que a Aliança Republicano-Socialista e o Comité Supremo eram “dois organismos completamente diferentes e que, por assim dizer, se complementam: um, vivendo em Portugal à luz do dia e tentando a luta legal; outro, vivendo sobretudo no estrangeiro, embora exercendo a sua acção também em Portugal e cujo objectivo é essencialmente a revolução. Aquele pode contribuir para os trabalhos deste, fazendo propaganda e obrigando até a Ditadura a desmascarar-se”. A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Unidade de Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Mem Martins, Publicações Europa América. 1973, p. 125.

²¹⁷¹ Luís Farinha, *O Revirvalho... op. cit.*, pp. 200-206; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, p. 465-469.

²¹⁷² *Diário de Lisboa*, 6-6-1931, p. 8.

²¹⁷³ *Diário de Lisboa*, 13-6-1931, p. 11.

²¹⁷⁴ Cf., Norberto Cunha, “O Grupo de Estudos Democráticos (1931-1932)” in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 439-469.

²¹⁷⁵ Severino Augusto Mendes Polónia, *O Grupo de Renovação Democrática 1932-1933*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1999.

²¹⁷⁶ Cf., Norberto Cunha, “O Grupo de Estudos Democráticos... op. cit.”, p. 449; Arnaldo Madureira, *A Formação Histórica... op. cit.*, p. 61.

²¹⁷⁷ Cf., Luís Farinha, *O Revirvalho... op. cit.*, p. 172.

certo o triunfo, não faríamos as eleições”²¹⁷⁸. No entanto, a nível privado os homens da ditadura não revelavam tanta confiança na vitória numas futuras eleições. A carta da Comissão Distrital de Braga da União Nacional, datada a 3 de Julho de 1931, ao Ministro do Interior é bem esclarecedora sobre os “medos” e hesitações que assolavam os apoiantes da situação: considerava “inoportunas as [futuras] eleições” uma vez que “os partidos políticos mantêm a sua organização intacta, apta a funcionar, dispendo de manifestas influências para obter e distribuir favores” e “o funcionalismo, na generalidade adverso”, ocupa ainda “as mais vantajosas posições para sustentar, beneficiar, os seus partidários e atrair as massas hesitantes”²¹⁷⁹. Contudo, mesmo se tivesse havido eleições a Ditadura partia com clara vantagem. Detinham os meios do Estado para “controlar” as eleições, para distribuir favores e para desenvolver uma ampla propaganda, com uma articulação cada vez mais intensa entre os governadores civis e as estruturas da União Nacional e uma rede de imprensa a nível nacional controlada. A oposição, pelo contrário, teria de pedir autorização expressa aos governadores civis para realizar qualquer actividade, estava condicionada pelos serviços de censura e não possuía uma rede de jornais tão densa, dado que a maioria dos jornais republicanos asfixiados pela censura já tinha suspenso a edição. Esta situação levava a que numerosos republicanos, em particular os que estavam exilados, continuassem a apostar na via revolucionária e a descrerem na “via legal”²¹⁸⁰.

As revoltas das «Ilhas» em Abril, mas principalmente a revolta do 26 de Agosto de 1931 aceleraram a modificação da conjuntura política²¹⁸¹. A continuação das insurreições armadas contra a Ditadura e a participação de alguns elementos da Aliança Republicano-Socialista nesta última intentona²¹⁸² descredibilizaram a proposta de transição pacífica e eleitoral desta organização e deram um pretexto para o adiamento das eleições municipais²¹⁸³ e para a afirmação da elite dirigente da Ditadura que passou a contar com o apoio de quase toda a direita portuguesa, assustada com um regresso a uma II República jacobina. Num primeiro momento o governo concentrou-se novamente no problema da ordem interna e na linha de rumo a tomar pela Ditadura e num segundo momento reestruturou e reavivou a União Nacional, que no final no ano já mostrava grande vigor e actividade, juntamente com a Liga Nacional 28 de Maio²¹⁸⁴.

²¹⁷⁸ *Diário de Lisboa*, 23-6-1931, p. 5.

²¹⁷⁹ Carta da Comissão Distrital de Braga da União Nacional para o Ministro do Interior, datada a 3 de Julho de 1931, ANTT - Arquivo Geral do Ministério do Interior, Maço 477.

²¹⁸⁰ Cf., Luís Farinha, *O Revirralho... op. cit.*, pp. 172-173.

²¹⁸¹ Cf., João Soares, *A revolta da Madeira... op. cit.*; Célia Reis, *A Revolta da Madeira e Açores*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990; Luís Farinha, *O Revirralho... op. cit.*, pp. 145-208; Francisco Ribeiro da Silva (coordenação e estudo introdutório de), *Coronel Hélder Ribeiro: Correspondência Recebida (1902-1931) e Notas Autobiográficas*, Porto, Universidade Portucalense e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997, pp. 333-336.

²¹⁸² Num documento apreendido a Ultra Machado na sequência da revolta de 26 de Agosto de 1931, Norton de Matos aparecia como futuro primeiro-ministro. O professor Simões Raposo Júnior, secretário da Aliança Republicano-Socialista, foi um dos elementos organizadores desta intentona revolucionária, tendo sido preso e deportado para Timor. No entanto, segundo Luís Farinha, que realizou até hoje o trabalho mais profundo sobre as revoltas contra a Ditadura, não se pode concluir que a ARS, enquanto organização, tivesse participado na preparação desta revolução. Contudo, a implicação de alguns elementos da ARS na conjura serviu de mote para que o Executivo cancelasse as eleições e acentuasse a repressão. Cf., Luís Farinha, *O Revirralho... op. cit.*, pp. 178-195; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político... op. cit.*, p. 463-465.

²¹⁸³ O resultado das eleições municipais espanholas de 14 de Abril de 1931, que provocou a queda da Monarquia, também deve ter contribuído para a protelação das eleições portuguesas e servido de aviso à Ditadura sobre a forma como deviam gerir a transição para o regime desejado.

²¹⁸⁴ António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*, Ed. Estampa, Lisboa, 1994, pp. 82-91.

Houve um endurecimento das medidas repressivas contra os revolucionários, deportando-os no dia 2 de Setembro para as colónias mais inóspitas onde se criaram os primeiros «campos de concentração». O conselho de ministros reunido a 28 de Agosto determinou que fossem afastados do serviço todos os funcionários do Estado que estivessem contra a Ditadura, ficando nos lugares de Direcção apenas aqueles que manifestassem plena adesão aos ideais da situação. Foram também reforçados os poderes da censura, aumentando significativamente a intervenção do «lápiz azul», suspendendo alguns jornais contrários à Ditadura, como por exemplo *O Raio* da Covilhã, e avançou-se para uma reorganização da polícia de informação e para uma reactivação da Polícia Internacional Portuguesa. A possibilidade de estabelecer um pacto com os antigos partidos terminou com a revolução de 26 de Agosto de 1931 e Salazar e os seus apoiantes ficaram com via aberta para ensaiarem a sua solução²¹⁸⁵. A informação difundida na imprensa reforçou o sentimento da opinião pública no sentido de desejar a paz e se afastar das revoluções. Os revolucionários não tiveram oportunidade de esclarecer os motivos da insurreição e as consequências sobre as populações civis reforçavam a ideia de que o seu acto tinha sido irreflectido²¹⁸⁶. A Aliança Republicano-Socialista e as outras organizações oposicionistas legalistas ficaram numa posição difícil, uma vez que eram conotadas, como organizações contra a paz social e que apenas queriam implantar uma falsa democracia, dominada pela demagogia dos partidos²¹⁸⁷.

5. A afirmação da União Nacional e do Estado Novo e a dissolução do Partido Republicano Nacionalista (1932-1935)

A partir de 26 de Agosto de 1931 a Aliança Republicano-Socialista, à semelhança de outras organizações políticas de oposição à Ditadura, ficou completamente paralisada pela acção da polícia e da censura, não podendo realizar as tarefas a que se propuseram: combate à Ditadura dentro do quadro legal e participação no acto eleitoral, que entretanto foi adiado. Em Novembro de 1931 a ARS sentia sérias dificuldades organizativas e de difusão das suas ideias²¹⁸⁸ e no ano seguinte foi inviável discutir o projecto constitucional apresentado por Salazar a 28 de Maio²¹⁸⁹. No final de 1932 era já evidente a falta de unidade desta organização, tendo o Partido Socialista publicitado o seu afastamento e os seus líderes atribuído as culpas do fracasso da Aliança Republicano-Socialista aos velhos partidos republicanos²¹⁹⁰ que “continuavam

²¹⁸⁵ Veja-se a Nota Oficiosa que saiu do Conselho de Ministros de 28 de Agosto: *Distrito de Viseu*, 5-9-1931, p. 4. Cf., *Diário da Manhã*, 29-8-1931, pp. 1 e 15; A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, Vol. II, p. 254; Luís Farinha, *O Revivalho... op. cit.*, pp. 149-200; Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo... op. cit.*, pp. 243-245.

²¹⁸⁶ Luís Farinha, *O Revivalho... op. cit.*, p. 199; Joaquim António Cardoso Fialho Gomes, *A Censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): estrutura e pessoal político*, Vol. I, dissertação de mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1997, pp. 40-46.

²¹⁸⁷ Cf., *Diário da Manhã*, 28-8-1931, p. 1; idem, 29-8-1931, p. 1-15.

²¹⁸⁸ A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina... op. cit.*, Vol. II, p. 253; *Diário de Lisboa*, 28-5-1932, pp. 8-16.

²¹⁸⁹ Cf., A. H. de Oliveira Marques, *O General Sousa Dias... op. cit.*, p. 221.

²¹⁹⁰ Assis Gonçalves nos seus relatórios para Oliveira Salazar dá conta das intrigas lideradas pelo Tenente-Coronel e membro do directório do PRN, João Tamagnini Barbosa, para afastar os membros do Partido Socialista da Aliança Republicano-Socialista e do seu projecto de reactivação do antigo grupo presidencialista, cf., Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*, Lisboa, Presidência

fechados, irredutíveis, imobilizados, na sua impotência e na sua teima, com os seus directórios, os seus pró-homens, as suas aspirações próprias. (...) Os Nacionalistas não concordavam com a fórmula. Os democratas que havia já tempos que não tinham representantes pareciam concordarem com os nacionalistas”. Por isso “não abandonamos um organismo vivo, abandonamos um cadáver”²¹⁹¹. Uma nova geração de políticos adversários da Ditadura não se revia nos processos e na ideologia dos antiquados partidos republicanos. O jovem socialista Bourbon e Meneses responsabilizou os partidos republicanos “no advento da actual situação governativa” e considerou-os “inteiramente esgotados sob o ponto de vista ideológico e por completo divorciados do espírito e dos sentimentos populares”. Considerava que nestes sete anos, que o País tem vivido em regime de férias constitucionais, o espírito democrático evoluiu à margem dessas organizações parasitárias cuja responsabilidade no advento - e na perduração - do *statu quo* ressaltam da evidência dos factos”²¹⁹².

No final de 1931 alguns republicanos descontentes com o rumo que seguia a oposição ao regime decidiram aderir à União Nacional e ao Estado Novo, dado que não concordavam com a posição de oposição ou abstenção política que mantinham os partidos republicanos, quando no fundamental eles concordavam com a política seguida pelo governo da Ditadura Militar²¹⁹³. Entre estes destacaram-se alguns maçons da região de Coimbra que tinham pertencido a diversos partidos republicanos, entre os quais o Partido Republicano Nacionalista e nos últimos tempos tinham militado na União Liberal Republicana, chefiada por Cunha Leal. A liderar este grupo encontrava-se o amigo e médico pessoal de Salazar, Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa, prestigiado professor da Universidade de Coimbra e antigo deputado da Assembleia Nacional Constituinte (1911) e seguidor de António José de Almeida no Partido Republicano Evolucionista. Merecem ainda destaque as adesões ao Estado Novo de Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, antigo deputado por Oliveira de Azeméis do Partido Republicano Liberal, do Partido Republicano Nacionalista e da União Liberal Republicana, bem como João Cardoso Moniz Bacelar, antigo deputado de Coimbra e membro dos mesmos partidos²¹⁹⁴. A adesão de valiosos republicanos históricos ao novo regime trouxe alguns problemas a Salazar, em particular durante a formação do seu primeiro governo²¹⁹⁵, dada a hostilidade com que foram recebidos pelos sectores da direita radical, que os denominavam de «penetralhistas» e os acusavam de manter as suas antigas amizades políticas²¹⁹⁶. A desconfiança face a estes republicanos maçónicos manteve-se durante

do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981, p. 47; Constantino de Oliveira Gonçalves, O Partido Socialista nos primeiros anos da Ditadura, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 1999, p. 111.

²¹⁹¹ Ramada Curto, *A República Social*, 14-1-1933, p. 1, citado por Arnaldo Madureira, *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932). O quadro político em que se estruturou o Salazarismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 67.

²¹⁹² Bourbon e Meneses, *A República Social*, 4-2-1933, p. 1, citado por Arnaldo Madureira, *A Formação Histórica do Salazarismo... op. cit.*, p. 67.

²¹⁹³ O Ministro do Interior, Coronel Lopes Mateus referiu-se a este processo desta forma: “Todos sabem que essa frente é feita de retalhos variados e «muito mal cerzidos»; e longe de inutilizarem os nossos esforços têm contribuído até para engrossar as fileiras da União com os elementos de valor, que, pertencendo aos antigos partidos conservadores da República, energicamente repelem as alianças do presente, ante as recordações das lições vergonhosas do passado”, *Diário da Manhã*, 8-7-1931, p. 1.

²¹⁹⁴ Cf., Carta enviada por Francisco da Cunha Matos, Vice-Presidente da Comissão Concelhia de Coimbra da União Nacional, datada em Coimbra, em 20-07-1938, Espólio João Cardoso Moniz Bacelar – Coimbra (em posse da família).

²¹⁹⁵ Cf., Fátima Patriarca, “«Diário» de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar”, *Análise Social*, Vol. XLI, N.º 178, pp. 169-222.

²¹⁹⁶ O Dr. Jaime Ferreira, chefe de gabinete do Ministro do Interior, Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, ao percorrer o distrito de Bragança em automóvel a fazer um inquérito, entrou em contacto com o

largos anos, tendo a polícia política mantido, sob vigilância, o Dr. Bissaia Barreto que representava nos anos quarenta, segundo informadores, uma facção política denominada «Partido do Centro»²¹⁹⁷. No entanto, a adesão desse grupo permitiu esbater a influencia dos sectores mais extremistas e abrir caminho à adesão de outros republicanos ao Estado Novo, uma vez que a «República não estava em perigo», como afirmavam os revilharistas e permitir fazer da União Nacional uma grande federação política, com elementos de várias sensibilidades interessados na conciliação da família portuguesa e no progresso da Nação²¹⁹⁸. Veja-se a este respeito as palavras de Assis Gonçalves para Oliveira Salazar: “Aproveitar tudo o que dignamente se possa de velhos partidos e seus filiados, modernizando-lhes os métodos e os costumes, sem agravar ou espancar os nossos, antes os corrigindo nos seus defeitos, pacientemente, para os trazer na mão seria o melhor serviço que pelo Sector do Interior se poderia prestar à causa da Ditadura, do país e de V. Ex.^a. Aproveite-se o «Grupo Cunha Leal», mas não se espanque a gente da situação”²¹⁹⁹.

Embora a maioria dos republicanos ordeiros defendesse a necessidade de se reformular a Constituição de 1911 que consideravam desfasada já dos tempos modernos²²⁰⁰, não foi possível fazer uma verdadeira discussão do projecto na imprensa. António Ginestal Machado recusou o convite d’ *O Século* para participar na discussão do projecto constitucional²²⁰¹. Cunha Leal defendeu que a Constituição devia ser modificada de acordo “com as modernas concepções da democracia, os direitos e deveres do cidadão, modificar o critério da propriedade e dignificar o trabalho”²²⁰². O Directório da Aliança Republicano-Socialista apenas equacionava participar na discussão sobre o projecto constitucional de Salazar “perante o insofismável reconhecimento das liberdades inerentes à expressão do pensamento”. No entanto, “factos inequívocos provam, porém, que essas liberdades, embora prometidas, não existem: a censura não consentiu a publicação de simples reclamações para a discussão livre do projectado diploma”. Por isso, aconselhou aos seus correligionários a não participarem na discussão do documento, dado que “o exercício das liberdades continua sendo, entre nós, infelizmente, mera ficção”²²⁰³. Alguns republicanos, não filiados nos partidos políticos ainda esboçaram algumas críticas ao projecto constitucional. António Pinto Barriga, amigo de alguns políticos nacionalistas, como Pedro Pita, defendeu que “em caso algum, nós republicanos devemos votar ou colaborar num plebiscito. Nem o sufrágio tal qual se apresenta dá garantias, nem desapareceu ainda a carência de liberdade indispensável à preparação das consciências inteligências. Mas principalmente entendo que uma Constituição teria que ser votada por umas Constituintes, a menos que se observasse o caso da iniciativa popular o que está longe de ser um facto”. Em relação ao texto constitucional concentrou as suas críticas na restrição das liberdades públicas e

Presidente da Câmara Municipal de Vinhais e chefe local da União Nacional, padre Firmino Martins. Este líder local ficou mal impressionado com o Dr. Jaime Ferreira, tendo feito o seguinte relato a Assis Gonçalves: “Parece-me fazer o jogo dos nacionalistas do Júlio Dantas, partido a que pertencia”, Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981, p. 41.

²¹⁹⁷ Douglas Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, Mem Martins, 1986, pp. 87-88.

²¹⁹⁸ Cf., Jorge Pais de Sousa, *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*, Coimbra, Minerva, 1999, pp. 142-158; Arnaldo Madureira, *A Formação Histórica do Salazarismo...* op. cit., pp. 69-71.

²¹⁹⁹ Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar...* op. cit., p. 61.

²²⁰⁰ Cf., entrevista a João Tamagnini Barbosa, Armando Aguiar, *A ditadura e os políticos*, Lisboa, Hércules, 1932, pp. 65-66.

²²⁰¹ Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1024.

²²⁰² Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 7-1-1933, p. 5.

²²⁰³ Carta do Directório da Aliança Republicano-Socialista ao General Sousa Dias, datada em Lisboa a 28 de Maio de 1932, A. H. de Oliveira Marques, *O General Sousa Dias...*, op. cit., pp. 221.

privadas e na inversão democrática, tendo realçado a «ditadura do executivo» que se projectava²²⁰⁴.

No entanto, o debate essencial e a mais forte oposição pública ao projecto constitucional centrou-se dentro da Ditadura. As várias facções em que se dividia a situação desde os liberais conservadores à direita radical criticaram o projecto do Governo, embora cada um com argumentos e por razões diferentes²²⁰⁵. Do lado republicano-conservador a última tentativa para alterar o projecto surgiu por intermédio do antigo presidente do Conselho de Ministros, general Vicente de Freitas. Este militar tinha formado, conjuntamente com outros oficiais, uma Liga Republicana em Dezembro de 1932, no sentido de enfrentarem a «corrente nacionalista» da Ditadura que tinha formado a União Nacional e que tinha apresentado o projecto constitucional anti-liberal²²⁰⁶. Vicente de Freitas foi o encarregado de tentar influenciar o Presidente da República entregando-lhe directamente um documento com as suas reivindicações²²⁰⁷, que considerava não apenas pessoais, mas traduziam e concretizam “uma forte corrente de opinião que começou a desenhar-se quando foi apresentado à discussão o projecto da nova Constituição e tem hoje fundas raízes nos mais opostos sectores da família portuguesa”²²⁰⁸. Oliveira Salazar conseguiu convencer o Presidente da República a não receber o general, dado que estaria supostamente «doente», tendo sido o chefe de governo a receber a proposta no dia 8 de Fevereiro de 1933. Vicente de Freitas exigiu que a mesma fosse publicada integralmente na imprensa. O governo ainda tentou contrariar esta reivindicação, mas acabou por ceder, tendo o texto sido publicado no dia 12 de Fevereiro no jornal *O Século*²²⁰⁹. Vicente de Freitas questionou a intenção de o governo formar um partido que iria ser o único a poder agir dentro do regime, quando a Ditadura se tinha feito precisamente para combater a existência de um partido dominante. Esta situação poderia levar a que “os seus aderentes constituíam uma casta privilegiada, que pretenderiam confundir-se com o próprio Estado”. Considerava-se um representante da corrente republicana, liberal e democrática da Ditadura que sem defender o regresso à constituição de 1911 deseja que “se respeitasse o princípio democrático do Governo da Nação pela Nação e sem sacrificar quaisquer liberdades individuais ou de pensamento organize um Estado dentro do qual todas as forças e interesses nacionais tenham representação e cuja força e estabilidade tornem impossível a desordem tanto nas ruas como na administração e não permitam nunca mais que o interesse colectivo, mal representado e defendido seja sacrificado aos interesses de grupos ou de facções”. As alterações principais que advogava para o projecto constitucional do governo passavam pela separação mais vincada entre o poder

²²⁰⁴ Pinto Barriga, *Diário de Lisboa*, 7-8-1932, p. 7.

²²⁰⁵ Sobre o debate em torno do projecto constitucional veja-se Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994. pp. 202-206.

²²⁰⁶ Cf., Maria Carrilho, “A Projectada Liga Republicana e as últimas tentativas dos liberais contra a institucionalização do Estado Novo” in AAVV, *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Vol. I, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1987, pp. 179-188; Maria Conceição Ribeiro, “Projecto de Constituição de Salazar, Grandes Opções do Estado Novo”, in *História*, nº 44, Ano XXIV (III Série), Abril de 2002, pp. 42-49.

²²⁰⁷ Oliveira Salazar foi informado das intenções do general Vicente de Freitas pelo tenente Horácio Assis Gonçalves no dia 30 de Novembro de 1932. De entre os militares republicanos que apoiavam as pretensões do general Vicente de Freitas encontrava-se o Tenente-Coronel Tamagnini Barbosa, membro do Directório do PRN, cf., Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981, pp. 12-13.

²²⁰⁸ *Diário de Lisboa*, 12-2-1933, p. 1.

²²⁰⁹ Cf., *O Século*, 12-2-1933, pp. 1-2.

legislativo e executivo, sendo o primeiro reforçado em legitimidade com a formação de duas Câmaras. A primeira denominada «Câmara Política» seria eleita por sufrágio directo (o projecto inicial previa que apenas metade da Câmara fosse eleita desta forma) e “representaria o interesse político geral da Nação e reflectiria naturalmente, as diferentes correntes dentro dela”²²¹⁰. A segunda Câmara, denominada corporativa viria os seus poderes reforçados, deixando de ser um órgão meramente consultivo. A segunda grande mudança preconizada passava pelo reforço dos poderes do Presidente da República, que seria eleito por sufrágio directo e reelegível (o projecto inicial não previa a reeleição do chefe de Estado), podendo não só nomear os ministros, como dirigir a política do governo, dado que, se assim o entendesse, poderia presidir ao conselho de ministros²²¹¹.

O governo reagiu dois dias após a publicação da reivindicação de Vicente de Freitas demitindo-o da presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa. Contudo, as críticas ao projecto constitucional não foram totalmente ignoradas, tendo o governo aceitado a eleição directa da totalidade dos deputados da Assembleia Nacional, o princípio da reeleição do Presidente da República e um reforço tímido dos poderes do Parlamento. Estas concessões demonstraram que o sector militar republicano-liberal continuava a ter uma certa influencia dentro da Ditadura e junto do Presidente da República²²¹². No entanto ficou mais clara a natureza do Estado que se queria implantar. O artigo 6.º dizia inicialmente que “o Estado português adopta como forma de governo a República organicamente democrática e representativa”²²¹³ e passou a ter a seguinte redacção: “art. 5.º O Estado é uma República unitária e corporativa”. Os direitos e liberdades individuais foram consagrados na lei fundamental. Contudo, a alínea 2.ª do art.º 20 estabelecia que “leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão, do pensamento, de ensino, de reunião e de associação”²²¹⁴.

A 19 de Março de 1933 realizou-se um plebiscito à futura constituição, tendo os partidos republicanos e a Aliança Republicana se absterido de participar²²¹⁵. A

²²¹⁰ José Vicente de Freitas, *O Século*, 12-2-1932, p. 2.

²²¹¹ Cf., *O Século*, 12-2-1933, pp. 1-2; Fernando Rosas, *O Estado Novo... op. cit.*, pp. 203-206.

²²¹² Cf., Fernando Rosas, *O Estado Novo... op. cit.*, pp. 204-206. Alguns jornais tentaram relatar a existência de conflitos e de várias correntes dentro da Ditadura, mas foram impedidos pela censura. Veja-se o relatório elaborado pelos Serviços de Censura da Zona Norte resumindo algumas notícias censuradas ao *Jornal de Notícias* no dia 17 de Fevereiro de 1933:

- Nota em que o articulista, baseando-se nos dois acontecimentos da semana – caso Vicente de Freitas e Livro de António Ferro -, diz que a situação se vai esclarecendo e que há portanto três correntes distintas dentro da Ditadura: Salazarista, Vicentista e uma terceira contrária a estas duas. À margem das três correntes estão os homens dos antigos partidos. Corte total.

- Que importância tem a exposição Vicente de Freitas? Muita diz o articulista, visto que apesar do Sr. Dr. Oliveira Salazar ter atrás de si o *Diário de Notícias*, *A Voz*, e o *Diário da Manhã*, o primeiro é apoiado por um núcleo importante, com o *Século*. Apesar da balança pender para o actual Presidente do Ministério, as últimas 48 horas podem trazer-nos muitos imprevistos, com que ninguém conta. Corte total.

- Diz que se afirmava hoje que o Governo autorizou a publicação da exposição Vicente de Freitas porque isso lhe convinha para arranjar dois partidos dentro da Ditadura, um neo-nacionalista de carácter ditatorial e outro republicano-democrata-constitucionalista, o primeiro chefiado pelo sr. Dr. O. Salazar, o segundo por Vicente de Freitas. Corte Total.” Citado por Cândido de Azevedo, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa, Editorial Caminho, 1999, p. 402.

²²¹³ *Diário de Lisboa*, 23-2-1933, p. 1.

²²¹⁴ Constituição Política da República Portuguesa aprovada no Conselho de Ministros de 22 de Fevereiro de 1933 e que entrou em vigor em 11 de Abril de 1933.

²²¹⁵ “[No timbre da carta foi cortada a palavra Socialista, ficando apenas Aliança Republicano. Este facto deveu-se à saída do Partido Socialista da Aliança].

Lisboa, 6 de Março de 1933

Exmo. Sr.

Constituição de 1933 marcava assim uma recusa ao parlamentarismo e ao liberalismo (embora formalmente continuem presentes algumas fórmulas da tradição liberal), uma defesa do nacionalismo corporativo, do Estado forte e de um intervencionismo económico-social²²¹⁶. A formação do novo regime passava pela elaboração de uma constituição, já que o grupo apoiante de Salazar era contrário ao poder absoluto e ilimitado. Este grupo provinha essencialmente do Centro Católico, mas ingressaram nele outros elementos provenientes das mais diversas origens, desde Nacionais Sindicalistas até a republicanos moderados. A constituição surgiu assim como uma *via intermédia, eclética*²²¹⁷, *híbrida*²²¹⁸ fruto de um *compromisso*²²¹⁹ entre várias sensibilidades. Recusam por um lado o caos da República e por outro a violência dos projectos totalitários. A constituição de 1933 é um elemento essencial para compreendermos o pragmatismo político salazarista²²²⁰ (para conseguir *durar*). A Constituição de 1933 reforçou o poder do governo e combinava normas e princípios democrático-liberais (embora estes fossem ultrapassados pelo poder legislativo do governo) com elementos autoritários²²²¹. O Estado Novo é contra o individualismo,

O Directório da Aliança Republicana entende que a única atitude a seguir pelos adversários da Ditadura quanto ao acto plebiscitário anunciado para 19 do corrente é a abstenção do voto e é isto que faz saber para os devidos afeitos aos seus correligionários.

Impõe-se a abstenção porque nos foi vedada a livre discussão do diploma a votar, porque a propaganda dos nossos ideais continua sendo proibida, porque estão em situação inteiramente diversa sob este aspecto os adversários da Ditadura e os partidários d'esta.

Impõe-se ainda essa abstenção porque não se compreende seja votada conscientemente em forma de plebiscito um diploma de tamanha complexidade como é da constituição política do país. Só em câmaras constituintes, depois de um estudo sério, essa votação se podia fazer.

Impõe-se finalmente a abstenção porque há no diploma apresentado ao plebiscito manifesta doutrina anti-democrática que não pode ser aceite por nós. Basta lembrar os princípios do manifesto d'este Directório para o comprovar.

Não ir a votar é pois o nosso dever; mas também é dever nosso procurar conhecer como se realizou o acto da votação em todo o país, de maneira a que se possa fazer uma ideia do número efectivo dos votantes, ou seja do número efectivo dos partidários da Ditadura. Por esta razão o Directório recomenda a todas as Comissões que procurem em cada assembleia de voto obter da provada dedicação dos correligionários que, com a maior serenidade e sem levantar suspeitas, se apure o número das listas entradas na votação do dia 19.

Saúde e Fraternidade

O Chefe da Secretaria

M. Ferreira?», Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1512.

²²¹⁶ Fernando Rosas, *O Estado Novo... op. cit.*, pp. 197-202.

²²¹⁷ Cf., Marcello Caetano, *As constituições Portuguesas*, 6.ª Edição, Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo, 1986, p. 107.

²²¹⁸ Cf. Manuel Braga da Cruz, «Notas para a caracterização política do Salazarismo», *Análise Social*, Vol. XVIII, nº 72-73-74, 1982, pp. 777-778.

²²¹⁹ Salazar uns anos antes já tinha explicado como é que se conseguia a «paz política»: «... por compromissos e mútuas concessões através das quais se divisam irredutíveis as mesmas incompatibilidades», António de Oliveira Salazar, «A Paz de Cristo na Classe Operária pela Santíssima Eucaristia», (Discurso no Congresso Eucarístico Nacional em Braga, 1924), *Inéditos e Dispersos I. Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Organização e prefácio de Manuel Braga da Cruz, Venda Nova, Bertrand Editora, 1997, p. 329.

²²²⁰ Salazar já tinha dado indicações de um pragmatismo em relação às normas jurídicas, «as leis verdadeiramente, fazem-nas os homens que as executam e acabam por ser na prática, por debaixo do véu da pureza abstracta, o espelho dos nossos defeitos de entendimento e dos nossos desvios de vontade», (30/07/1930), António de Oliveira Salazar, *Discursos*, Vol. I, 3.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1939, p. 93.

²²²¹ Cf. Jorge Miranda (organização e introdução de), «Introdução», in *As Constituições Portuguesas*, Lisboa, Livraria Petrony, 1981, pp. XVI; Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, 3.ª ed., Tomo I, Coimbra, Coimbra Ed., 1985, pp. 268-299; Fernando Rosas (Coordenação de), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, «Nova História de Portugal», Vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992, pp. 86-143.

defende a «estrutura orgânica da representação dos interesses, (...) [mas] reconhece o sufrágio directo»²²²²; é contra o parlamentarismo mas surge uma assembleia de tipo parlamentar; defende o corporativismo, mas a câmara corporativa tem apenas carácter consultivo; é um regime aparentemente de *presidencialismo bicéfalo*, mas é o Presidente do Conselho que reúne quase todo o Poder²²²³. É nesta aparente contradição e ambiguidade²²²⁴ que o Estado Novo nasceu e tomou forma.

Júlio Dantas, presidente do Directório do Partido Republicano Nacionalista, publicou um artigo no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro onde apresentou a sua opinião sobre a nova constituição e sobre a situação política do país. Em relação a este último tema argumentava que havia “três pontos em que – julgo poder afirmá-lo a grande maioria dos republicanos está de acordo: a inconveniência do regresso à situação anterior a 28 de Maio de 1926; a necessidade de reformular os costumes e a moral política do passado; a impossibilidade de viver com a Constituição de 1911”. Apresentou, por isso, algumas sugestões defendidas anteriormente dentro do Partido Republicano Nacionalista para a reformulação da constituição republicana, como por exemplo no projecto de constituição elaborado por António Ginestal Machado em 1927 que nunca chegou a ser apresentado publicamente. Em sua opinião “o estatuto fundamental vigente até à implantação da ditadura carecia de extensas modificações tendentes à criação de um executivo forte; à maior permanência no poder, necessária à continuidade da acção governativa; à representação corporativa numa das Câmaras; à redução dos quadros parlamentares; ao mais harmónico funcionamento dos poderes do Estado”. Mas para decepção de alguns republicanos conservadores e de toda a massa esquerdista defendeu que eram “estes também – devo acentuá-lo - os objectivos essenciais a que visa o novo estatuto”. Contudo reconheceu que “outros princípios de direito político, que informam esse diploma, desagradem aos partidários sinceros do Liberalismo individualista, hoje considerado «romântico»”. E conclui informando que tanto à esquerda como à direita há discordância em relação ao texto constitucional, o que reforçava o seu carácter moderado, sendo o novo preferível ao velho: “grande parte da doutrina da nova constituição pode ser aceite pelos velhos republicanos constitucionalistas e parlamentaristas; embora outra parte não tenha conquistado a simpatia e a conformidade geral, contando-se entre os discordantes os próprios integralistas, que segundo as deliberações de um dos seus *lideres* teriam preferido a revisão do estatuto de 1911, com ligeiras modificações, tendentes ao fortalecimento do poder executivo e à representação gremial. Entretanto a opinião desapassionada entende que mais vale existir uma Constituição imperfeita, susceptível de alterações futuras, do que não existir nenhuma”²²²⁵.

Esta posição de Júlio Dantas foi duramente criticada pelos Republicanos liberais e esquerdistas. O *Diário Liberal* escreveu que “a República não deve ao Sr. Júlio Dantas o menor serviço. O Sr. Dantas é que deve à República favores, homenagens e honrarias, que ele, nos tempos em que militava nos partidos monárquicos e servia o rei, não julgou nunca merecer”²²²⁶. O *Distrito de Viseu* dirigido por José Marques Loureiro,

²²²² Fernando Rosas, *As primeiras eleições sob o Estado Novo. As eleições de Dezembro de 1934*, Lisboa, ed. «O Jornal», 1985, p. 28.

²²²³ Cf. Jorge Campinos, *O Presidencialismo do Estado Novo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1978.

²²²⁴ Não estranha à sua matriz democrata cristã, Cf. Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1980, p. 377. Sobre a ambiguidade organizativa da U. N. veja-se, António Costa Pinto, “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: O Nacional Sindicalismo e a União Nacional”, *Análise Social*, Vol. XXVII, n.º 116-117, 1992, pp. 575-613.

²²²⁵ Júlio Dantas, *Diário da Manhã*, Rio de Janeiro, citado pelo *Diário Liberal*, 13-5-1933, p. 1.

²²²⁶ *Diário Liberal*, 13-5-1933, p. 1.

um destacado membro do PRN, defendeu o líder do seu partido e propôs uma doutrina semelhante²²²⁷. No mesmo número deste jornal, Afonso de Melo, antigo deputado do Partido Republicano Nacionalista, depois de elogiar Júlio Dantas enquanto homem da cultura, defende-o das inúmeras críticas que o seu artigo provocou²²²⁸. No entanto, demonstrou um certo distanciamento de Júlio Dantas, e particularmente do Partido Republicano Nacionalista e da política em geral²²²⁹, tendo declarado: “E por que já estamos velhos, para mudar de uniforme e cansados para novas caminhadas, só temos uma coisa a fazer: sentarmo-nos à beira da estrada, a ver quem passa. E longe da poeira, se puder ser! Isto não é o abandono duma posição, diante do inimigo. É simplesmente o reconhecimento de que passou o nosso tempo e que se torna mister que outros, mais novos e mais integrados ao espírito da época venham tomar o lugar que voluntariamente lhes deixamos!”²²³⁰ Contudo, à semelhança de Júlio Dantas, e como se depreende do seu texto, manifestou uma certa aproximação ao Estado Novo em oposição à esquerda republicana, percurso que o levou ainda a ser procurador à Câmara Corporativa, na secção de Justiça, entre 1935 e 1968. O directório do Partido Republicano Nacionalista continuou a reunir-se e aparentemente não se manifestou publicamente, em relação à posição do seu presidente face à constituição de 1933. Contudo, congratulou-se pelo

²²²⁷ Depois de transcrever o texto que Júlio Dantas escreveu para o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, referiu que “até aqui devemos reconhecê-lo não há afirmação que repugne à consciência dos sinceros republicanos que o facciosismo não cegue; e, descontado o primor da forma, nestas colunas se propugnou a mesma doutrina, com a natural e legítima independência de que o Sr. Júlio Dantas agora entendeu dever usar”. *Distrito de Viseu*, 20-05-1933, p. 6.

²²²⁸ “Estranha contradição é esta de homens que se julgam e dizem democratas e liberais, verberarem, com razão, o espírito caserheiro e autónomo da disciplina prussiana, agora personificado em Hitler e pretenderem, por outro lado, que todos os republicanos marchem *au pas de l’oie* enquadrados nas formaturas que eles imaginam poder impor, sem sequer curarem de saber se não há o direito de lhes perguntar de onde lhes vem a autoridade com que se arvoram em ditadores do espírito republicano, em papas da nova igreja revelada, cujos dogmas serão a única verdade?”, Afonso de Melo, “Lugar aos novos!”, *Distrito de Viseu*, 20-05-1933, p. 6.

²²²⁹ “O Sr. Dr. Júlio Dantas é o presidente do Directório de um partido - o Partido Republicano Nacionalista - que foi, em número, a segunda força parlamentar da Republica, e não nos consta que tivesse sido dissolvido por qualquer decreto, quer emanado da ditadura patente e responsável, que nos governa, quer saído de qualquer outra ditadura encoberta e irresponsável cuja existência aliás ignoramos. Como mais alta figura desse Partido, tem evidentemente o direito e mais que o direito, o dever, de expor como, quando e onde isso lhe é permitido fazer, o que pensa dos factos políticos ocorrentes, sem ter que subordinar a independência do seu conceito mais que ao programa aprovado pelo seu próprio Partido e às necessidades incontroversas de assegurar a existência da própria República, nesta última parte - mas só nesta - havendo, é claro, de proceder de harmonia com todos os sinceros republicanos. Se assim não fosse, nem o Partido, a que preside, teria razão de existir. Se a mentalidade, os gostos, as tendências, os temperamentos, de todos os republicanos, hão-de medir-se pelo mesmo alqueire e com uma só rasoira, diga-se então, sem papas na língua, que a era dos velhos partidos já passou, faça-se uma liquidação geral da existência ainda em armazém, como se diz em linguagem de administrador de falências, e encomende-se para todos os que gostam de marchar, o mesmo uniforme, desenhado e cortado por um só modelo... Para os que gostam de marchar, à ordem e a ritmo forçado e inalterável. Para nós, não. Porque muito prezamos a nossa independência, em quase permanente oposição nos temos mantido aos governos dominantes, vai já em vinte anos (...). Era-nos mais cómodo ter seguido outro caminho, que nos conduziria a todas as honras e ao desfrute constante de uma influência efectiva e decisiva. E só nos não era mais proveitoso, porque da política nunca quisemos tirar quaisquer proveitos pessoais. (...) De resto, do próprio Partido Nacionalista nos temos intensivamente distanciado. De um lado, porque dele, ou do seu organismo directivo, não tem vindo indicações que signifiquem um sinal de vida ou mesmo uma atenção para os seus os seus obscuros correligionários; de outro lado, porque na última reunião, realizada vai já em dois anos, da sua Junta Consultiva, verificamos que havia uma marcada divergência entre a maneira por que encarávamos o problema e o momento político e a maneira porque a maioria dos outros os encaravam e estavam procedendo”. Afonso de Melo, “Lugar aos novos!”, *Distrito de Viseu*, 20-05-1933, p. 6.

²²³⁰ Afonso de Melo, “Lugar aos novos!”, *Distrito de Viseu*, 20-5-1933, p. 6.

êxito da missão do Dr. Júlio Dantas a Madrid, para a qual foi convidado pela Sociedade das Nações²²³¹.

Alguns sectores republicanos continuaram a reflectir sobre a forma mais eficaz de fazer frente à Ditadura e o papel que estava reservado aos partidos políticos. Para alguns republicanos residentes em Portugal, os partidos políticos representavam nesse momento, um entrave para derrubarem a Ditadura. No verão de 1932 Domingos Pereira endereçou uma carta a Afonso Costa advogando a necessidade de dissolver os partidos existentes, cujo poder de direcção, em seu entender, era nulo, “propondo substituí-los por grupos de acção violenta, já devidamente organizados e que se [procurariam] impor à massa republicana não pelas ideias que [defendiam], mas pela força de que [diziam] dispor”. Esta tese, como assegurava José Domingos dos Santos a Bernardino Machado era contrária “à que foi aprovada, por unanimidade, na reunião da fronteira, a qual, por sua vez, não fez mais do que consagrar os princípios fundamentais aprovados, também por unanimidade, na reunião de Beyris”. Nessas reuniões tinha sido reconhecido “utilidade e a necessidade dos partidos constitucionais da República como órgãos da Democracia”. Por isso, o líder do Partido Republicano da Esquerda Democrática declarou que a tese proposta “pela sua origem e pelos processos de que se serve, [era] nitidamente anti-democrática”. Recusando-se, por isso a aceitá-la. Entendia que “bem ou mal organizados (há alguma coisa bem organizada em Portugal?) os partidos são necessários à vida da Democracia portuguesa e que eles – melhor do que qualquer vago grupo, de valor e consistência mais ou menos problemáticos, poderão traduzir e representar a vontade dos democratas portugueses, canalizando os esforços de todos quantos desejam servir a Revolução fora e acima de qualquer ambição personalista. Aos partidos, aos seus representantes munidos de plenos poderes, cumpre organizar e disciplinar a acção revolucionária, até hoje dispersa, sem coesão, sem ideologia definida e – iríamos dizer – quase sem finalidade, debatendo-se numa luta estéril de competências pessoais, sem grandeza nem elegância de qualquer espécie”²²³².

A discussão sobre a utilidade de manter os antigos partidos políticos continuou de uma forma mais visível à opinião pública no *Diário Liberal*. Com as limitações impostas pelo regime de censura, este jornal realizou um inquérito a partir de Setembro de 1932 a algumas individualidades. Os entrevistados foram confrontados com três questões: sobre a necessidade de dissolver os partidos republicanos; sobre a possibilidade de regressar à situação partidária anterior a 1910; e, por último, sobre o sistema partidário que melhor poderia servir o país²²³³.

Os mais importantes dirigentes dos partidos republicanos ignoraram o inquérito, mas houve diversas intervenções individuais²²³⁴. O antigo deputado do Partido Republicano Nacionalista, Francisco Cruz, considerava uma “necessidade, para um verdadeiro equilíbrio das forças republicanas a dissolução dos partidos para darem lugar a novas organizações radicais ou conservadoras, mais verdadeiras, mais de harmonia com as ideias da época e com a orientação dos diversos dirigentes”. Dado que “nos diversos partidos da República houve sempre radicais em agrupamentos conservadores e conservadores em agrupamentos radicais. Tudo isto confuso e prejudicial ao prestígio

²²³¹ Cf., *Diário de Lisboa*, 21-5-1933, p. 3; *Distrito de Viseu*, 27-5-1933, p. 6.

²²³² Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado, Paris 7 de Novembro de 1932, Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão, reproduzida em: António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, vol. II., Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 475-478.

²²³³ *Diário Liberal*, 4-9-1932, p. 1.

²²³⁴ António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, vol. II., Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 663.

da República e à sua marcha progressiva”²²³⁵. Manuel Martins Cardoso, membro da junta consultiva do PRN, defendeu a necessidade de se “regressar a um partido republicano único como existia antes de 1910”. No entanto, alertava para o facto de “a dissolução dos partidos não poder ser apenas objecto da deliberação de alguns dos filiados, por maior que seja a sua categoria e o seu mérito, mas sim atribuição dos seus Congressos”²²³⁶. Vitorino Nemésio, num longo artigo, concluiu que os partidos se encontravam dissolvidos uma vez que tinham perdido os liames do poder: “representação no Parlamento e nas autarquias locais, participação nos postos dirigentes e (última e débil brecha política), voz desassombrada nos lugares e sob as formas normais de opinião”. Os partidos da República “podem conservar, e parece que alguns conservam, os róis de filiação; podem manter os letreiros e as sedes”. Mas “como organismos vivos estão paralisados, o que equivale a dissolvidos”. Demonstrava uma certa descrença nos antigos partidos diferenciados “entre si meramente em procedimentos tácticos e não num ideário diferenciado com nitidez e arranco. Eram pendões erguidos ao sabor das vicissitudes parlamentares, formados sobre um fundo mais de emoção do que de ideias”. Mostrava-se mais optimista em relação à juventude que estava nesse momento a chegar à política, dado que sabia que “não há República democrática onde não houver níveis mínimos de poder social efectivo: - educação antes de tudo, e, com ela e por ela, direito garantido economicamente à vida”²²³⁷. Herculano Nunes, noutro artigo na mesma linha, defendeu a necessidade de se “substituir os dirigentes [partidários] que a sonolência entorpeceu, chamando os novos, sem responsabilidades no passado, a posições de comando e direcção”²²³⁸.

Em suma, a maioria dos entrevistados defendeu de facto a dissolução dos antigos partidos, dado que já não correspondiam às necessidades daquele tempo e muitos deles já praticamente estavam dissolvidos. A segunda pergunta recebeu respostas mais díspares, embora a maioria considerasse difícil voltar à situação anterior ao «28 de Maio» com um único e forte partido republicano. Na última questão muitos defenderam a necessidade de formar dois partidos republicanos: um formado pelos republicanos moderados (direita republicana) e outro formado pela esquerda avançada ou radical (esquerda republicana). Alguns políticos expressaram ainda a necessidade de existir um partido socialista²²³⁹.

Foram publicadas várias respostas dos republicanos inquiridos, embora quase todos de segunda linha, dado que, como fizeram notar logo alguns dos que deram a cara “o silêncio de certos nomes de prestígio, nomes consagrados na ciência, no jornalismo e na política, nomes de velhos e considerados republicanos cujo valimento decisivamente poderia contribuir para nortear o rumo da escabrosa tese posta à discussão”²²⁴⁰. A direcção do *Diário Liberal* considerou encerrado o inquérito sobre os partidos a 12 de Outubro de 1932, tendo manifestado a sua insatisfação pela fraca aceitação que o mesmo teve entre os líderes dos partidos republicanos e pelo seu deliberado silêncio, mostrando que se estavam a desligar da sociedade liberal portuguesa e do moderno debate sobre o desenvolvimento social, o que colocava em perigo de sobrevivência as suas próprias agremiações²²⁴¹. No entanto voltaram ainda ao tema para reagir a uma

²²³⁵ *Diário Liberal*, 15-9-1932, p. 1.

²²³⁶ *Diário Liberal*, 16-9-1932, p. 1.

²²³⁷ Vitorino Nemésio, “O problema dos partidos”, *Diário Liberal*, 15-9-1932, p. 1.

²²³⁸ Herculano Nunes, “Os partidos”, *Diário Liberal*, 29-9-1932, p. 1.

²²³⁹ Cf., *Diário Liberal*, entre Setembro e Novembro de 1932.

²²⁴⁰ Fernando de Carvalho Araújo, *Diário Liberal*, 29-9-1932, p. 1.

²²⁴¹ Segundo o *Diário Liberal* era de esperar que as “indicações da opinião republicana fossem tomadas por quem de direito na devida conta. Se não há nas camadas populares ambiente favorável à existência dos actuais partidos, se os seus programas exigem uma inteligente adaptação às realidades políticas e

entrevista de Pedro Pita, membro do Directório do Partido Republicano Nacionalista. Este político afirmou que embora o *Diário Liberal* fosse um “jornal bem feito, de espírito acentuadamente republicano”, o seu inquérito tinha sido “inoportuno e impolítico” visto que “só tem servido para a imprensa monárquica especular com as afirmações feitas”²²⁴². A direcção do *Diário Liberal* voltou a afirmar a oportunidade do seu inquérito visto que a verdade insofismável “que ninguém se atreve a combater, é que os partidos não correspondem tal como se encontram organizados, nem aos anseios da massa republicana, nem às realidades políticas e sociais do momento presente. Dentro das suas fileiras agremia-se uma parcela mínima dos republicanos. Isolados do contacto com a opinião, correm o risco de ver, dia a dia ainda mais diminuídas as suas forças”²²⁴³.

Após o impulso organizador da União Nacional em 1931 e 1932 ficou claro qual seria o papel que estava reservado aos outros partidos. O Ministro do Interior, Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, antigo membro do Partido Republicano Nacionalista, foi bastante sintético: “Fora da União Nacional não reconhecemos partidos, dentro dela não admitimos grupos”²²⁴⁴. O presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, na tomada de posse da Comissão Central e da Junta Consultiva da União Nacional no dia 23 de Novembro de 1932 aconselhou os monárquicos a não ficarem “amarrados a cadáveres”, dado que as suas ideias teriam “perdido, não se sabe por quanto tempo, a sua força actuante”, sendo preferível rever a sua posição para colaborar com a Ditadura. Em relação ao Centro Católico, cujo grupo parlamentar tinha feito parte, reconheceu que a sua acção em prol dos interesses católicos perdeu a sua razão de ser e estaria “naturalmente indicado que a sua actividade se dirigisse à acção social”. No referente aos partidos republicanos considerou que a Ditadura Nacional os tinha declarado “dissolvidos” (embora, como temos verificado, ainda não tinha sido consumado). No entanto, os seus antigos membros que “concordam com o nosso programa fazem um acto patriótico declarando a sua concordância e trabalhando abertamente a nosso lado; os que não concordam podem ser igualmente sinceros e dignos confessando a sua discordância, são mesmo livres de proclamá-la; mas, no que respeita a uma actuação política efectiva, levá-los-emos pelo melhor modo possível a que não nos incomodem demasiadamente”. Em relação ao Partido Socialista que tinha “a feição [e] a forma de

sociais que dominam a vida contemporânea, cumpria aos directórios intervir no debate, esclarecer a opinião” pública. Não o fizeram, convencidos de que o silêncio é ainda uma forma de servir a República. Pela nossa parte discordamos. É na oposição que as organizações partidárias se depuram e fortalecem, mas não através de estéreis atitudes contemplativas, sem afirmações de energia, sem exteriorizações de pensamento e acção”. Por outro lado, “reconhece-se geralmente a incapacidade dos antigos programas partidários para satisfazer as exigências das correntes de opinião liberal. Os aspectos sociais da questão política absorvem em todo o mundo as atenções dos homens de governo. Ensaia-se e debatem-se soluções extremistas, procura-se o equilíbrio em pontos intermédios na transigência oportuna dos interesses do passado com as aspirações do futuro. A vaga socialista espraia-se sobre as mais opostas doutrinas políticas. Partidários do conceito de autoridade, defensores de restrições de liberdades e garantias individuais, proclamam a guerra às oligarquias dominantes, aconselham limitações ao exercício de propriedade, defendem a intervenção do Estado em todas as esferas da actividade económica. Que pensam os partidos acerca desses e de tantos outros problemas que constituem no terreno político e na acção sociológica as preocupações palpitantes da hora presente? Eis o que o nosso inquérito permitiria” se os dirigentes partidários estivessem empenhados em sair do seu silêncio (*Diário Liberal*, 12-10-1932, p. 1).

²²⁴² *O Povo*, 19-10-1932, p. 1.

²²⁴³ *Diário Liberal*, 25-10-1932, p. 1.

²²⁴⁴ Albino Soares Pinto dos Reis, *Diário da Manhã*, 15-7-1932, p. 1.

actuar dos outros partidos republicanos”, não tinha “como eles, o seu lugar (...) na projectada organização do Estado”²²⁴⁵.

Na sequência desta posição de Oliveira Salazar, a Direcção Geral dos Serviços de Censura deu determinações no dia 30 de Novembro de 1932 a todas as delegações para que “de futuro, não devem ser permitidas referências a partidos ou agrupamentos políticos, como consequência imediata da doutrina expressa no discurso do Exmo. Sr. Presidente do Ministério”. Reconhecia, ainda “as dificuldades com que vão deparar as delegações perante determinadas correntes que se vêm manifestando dentro da Situação Militar”²²⁴⁶. Portanto, o maior problema já não eram os antigos partidos republicanos, mas os movimentos republicano-conservadores e os movimentos da direita radical, que embora apoiando a Ditadura a queriam moldar num registo diferente de Oliveira Salazar. Portanto, os partidos políticos ficaram, na prática, sem condições de funcionamento dentro de um quadro normal e legal. Um dos últimos elementos do cerco aos partidos políticos foi a publicação do Decreto-lei n.º 22468, de 11 de Abril de 1933, que regulava o direito de reunião e que determinava que as reuniões destinadas a fim de propaganda política ou social só podiam ter lugar depois de obtida autorização do governador civil do respectivo distrito. Os promotores da reunião tinham de estar no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos e o pedido tinha de ser entregue no governo civil com 48 horas de antecedência. Contudo, permaneceu sempre uma certa dúvida sobre a efectiva exclusão dos partidos políticos, uma vez que a Constituição de 1933 garantia no artigo 8.º, n.º 14 “a liberdade de reunião e associação”²²⁴⁷ e no artigo 22.º, admitia subsistência dos partidos políticos, ao considerar que os funcionários públicos estavam “ao serviço da colectividade e não de qualquer partido ou organização de interesses particulares”²²⁴⁸. O Estado Novo embora não proibisse taxativamente os partidos políticos, criou um conjunto de mecanismos que impossibilitavam a sua existência²²⁴⁹.

Os emigrados políticos profundamente desgastados em termos físicos, psicológicos e financeiros começaram a regressar a Portugal após amnistia de 5 de Dezembro de 1932²²⁵⁰. Apenas 50 exilados foram excluídos do processo de amnistia,

²²⁴⁵ António de Oliveira Salazar, *Discursos*, Vol. I, 3.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1939, pp. 169-177. Cf., *Diário de Lisboa*, 23-11-1932, pp. 1, 4, 5, 8. Uma parte significativa dos monárquicos e católicos seguiu o conselho do chefe de Governo: a Junta Central do Integralismo Lusitano dissolveu-se e o Centro Católico transformou-se na Acção Católica. Cf., Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 193-197; Manuel Braga da Cruz, *As origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1980, pp. 359-371.

²²⁴⁶ Circular de 30-11-1932 da Direcção Geral dos Serviços de Censura, Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura – Secção dos Reservados da Biblioteca Nacional, Lisboa - citado por Joaquim António Cardoso Fialho Gomes, *A Censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): estrutura e pessoal político*, Vol. I, dissertação de mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1997, p. 54.

²²⁴⁷ Art. 8, n.º 14 do Decreto n.º 22241 de 22 de Fevereiro de 1933 (Constituição Política da República Portuguesa de 1933). A constituição de 1933 embora garantisse o direito de reunião e associação estabelecia também que “leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e de associação”, Art. 20, n.º 2 do Decreto n.º 22241 de 22 de Fevereiro de 1933.

²²⁴⁸ Art. 22.º do Decreto n.º 22241 de 22 de Fevereiro de 1933 (*Constituição Política da República Portuguesa de 1933*).

²²⁴⁹ António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, Vol I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 647; Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, 3.ª ed., Tomo I, Coimbra, Coimbra Ed., 1985, pp. 277-278.

²²⁵⁰ Decreto n.º 21942 de 5 de Dezembro de 1932.

por serem considerados muito perigosos para o Regime²²⁵¹. Entre os regressados, Cunha Leal, reconheceu imediatamente os graves problemas porque estavam a passar as organizações políticas. Na sua opinião os partidos estavam praticamente mortos devido à “suspensão das liberdades públicas. As circunstâncias não permitem que os seus homens se reunam... Como manter assim, dentro de cada organismo político um pensamento comum? Se os partidos subsistem ainda é como células da defesa da República. Eis o caso da Aliança Republicana. Mais tarde outros partidos nascerão”²²⁵². Já em Novembro de 1932, Cunha Leal tinha editado na Corunha, um livro sobre os partidos políticos da I República, onde numa análise crua e realista, os responsabilizava pela descredibilização do sistema político²²⁵³.

A subsistência dos antigos partidos ou a formação de novos agrupamentos políticos estava gravemente dificultada pela Ditadura e por incompatibilidades pessoais e ideológicas dos seus membros. A Aliança Republicano-Socialista começou a dar mostras de falta de coesão interna em 1932, tendo o Partido Socialista Português saído daquela organização no início de 1933²²⁵⁴ e o Partido Republicano Nacionalista deu sinais de algum afastamento²²⁵⁵. Em Abril de 1934 a Aliança Republicana (designação após a saída do Partido Socialista) continuava a tentar formar comissões distritais e concelhias em paralelo com os partidos tradicionais, mas encontrava-se já em clara decadência²²⁵⁶.

²²⁵¹ Decreto nº 21943 de 5 de Dezembro de 1932. Cf., Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, Tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 477-481.

²²⁵² Cunha Leal, *Diário de Lisboa*, 7-1-1933, p. 5.

²²⁵³ Cunha Leal, *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, Os Meus Cadernos, 2, Corunha, Imprensa Moret, 1932.

²²⁵⁴ Cf., *Diário de Lisboa*, 29-1-1933, p. 5; idem, 12-3-1933, p. 1. Ramada Curto numa conferência do Partido Republicano Socialista em Coimbra criticou os partidos portugueses e a Aliança Republicana Socialista, tendo referido que “havia terras, com duas Alianças e outras em que não se conseguiu arranjar ninguém para as constituir”. *Diário de Lisboa*, 12-3-1933, p. 8. Bernardino Machado, em carta a Luísa Sérgio, datada em 27 de Fevereiro de 1933, lamentou a ruptura entre os Partidos Republicanos e o Partido Socialista, cf., António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 620.

²²⁵⁵ “O Directório da Aliança Republicana em sessão conjunta com os representantes dos partidos e grupos filiados que têm assistido às últimas reuniões aprovou a seguinte proposta apresentada pelo Exm.º Sr. Dr. Raul Lelo Portela, depois das declarações prestadas pelo Exm.º Sr. António Maria da Silva acerca das diligências realizadas junto do Directório do Partido Republicano Nacionalista:

Proponho que a Aliança Republicana, em obediência à necessidade de manter a união dos republicanos, democratas e liberais subsista e continue;

Que a Aliança tenha um Directório constituído por um representante de cada um dos partidos e grupos filiados;

Que esses delegados ou representantes sejam os Presidentes dos respectivos Directórios ou as figuras escolhidas por tais organismos, representativos e com responsabilidades partidárias;

Que ao Directório assim constituído se dê um voto de confiança para que estude a melhor forma de organização e acção que deve ter e tomar;

Que o actual Directório da Aliança Republicana continue no exercício das suas funções até ser substituído pelo novo Directório.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1933

(Ass) – Drs. Azevedo e Silva; Almeida Ribeiro, Câmara Reis; Maurício Costa; Crispiniano da Fonseca; Raul Lelo Portela; Lopes de Oliveira; A. Carlos de Lemos e Sr. António Maria da Silva”. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1511.

²²⁵⁶ Numa circular da Aliança Republicana é solicitado que as comissões distritais entrem em actividade e procedam à organização das comissões concelhias. Informa que as comissões distritais ainda não estão todas completas, faltando-lhe membros de alguns partidos. Por isso é solicitado que devem integrar essas pessoas e independentes. A seguir relembra o seguinte: “Permitimo-nos lembrar a V. Ex.ª que a Aliança Republicana trabalha sempre dentro da estrita legalidade, e que não é um partido político e não visa de

Os elementos reunidos em torno do jornal *Diário Liberal*, após uma suspensão de três meses (entre Fevereiro e Maio de 1933), procuraram reunir os democratas que se encontravam espalhados, dada a incapacidade reconhecida dos velhos partidos se adaptarem às novas ideias e à nova geração que estava a chegar à política. O jornal procurava um entendimento para criar agrupamentos que fizessem frente à União Nacional. Reconhecia que uma “acção violenta que não pretendesse alcançar um ideal previamente bem sentido, bem meditado, inteiramente definido no nosso íntimo (...) só teria um futuro de falência com as nefastas consequências de uma derrota”. Não pretendiam enveredar pelos erros do passado. “O passado está conhecido, o regresso a ele seria uma nova calamidade! Preparemo-nos para o futuro, dando tempo ao tempo, com esperança e força de vontade”²²⁵⁷.

De facto, os partidos republicanos estavam a sofrer uma grande crise. O PRN à semelhança dos outros partidos republicanos teve dificuldade em adaptar-se às condições da Ditadura²²⁵⁸. O discurso e a acção anti-partidária do novo regime e o esvaziamento do papel dos antigos partidos, enquanto mediadores do clientelismo, contribuíram decisivamente para o fim inglório destas organizações políticas²²⁵⁹. Sem Parlamento, sem liberdades civis e sem acesso ao poder, os partidos afrontaram uma difícil travessia debaixo do novo regime autoritário. As suas magras estruturas humanas e financeiras ligadas à repartição dos recursos políticos deixaram de funcionar na maior parte das regiões, ainda que muitos vínculos pessoais permanecessem vivos ao longo de muitos anos. A capacidade de manobra das formações que tinham governado Portugal desvaneceu-se e a acção dos principais notáveis de cada grupo ficou muito limitada devido à hostilização a que estavam submetidos pela Ditadura²²⁶⁰. A capacidade de

maneira nenhuma alguma a diminuir no quer que seja a independência dos partidos; significa tão só um fraterno entendimento para o bem de todos e para a determinação das reformas políticas e sociais que possam ser preconizadas por todos os partidos e grupos que nela entram.

Pelo Directório da Aliança Republicana”.

Circular da Aliança Republicana, Lisboa, 16 de Abril de 1934, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1513.

²²⁵⁷ “De Novo”, *Diário Liberal*, 13-5-1933, p. 1.

²²⁵⁸ António Ginestal Machado deu uma entrevista ao *Diário Português*, do Rio de Janeiro, em Março de 1934, onde analisou a situação dos partidos constitucionais da República: “... que posso eu dizer-lhe que não tenha já adivinhado?! Vão durando o que já é alguma coisa. Vivem fundamentalmente como devem viver todos os seus congéneres dos países em que os regimes de oposição – novos mouros encantados – aguardam que se lhes quebre o encanto...”

Em Portugal a vida dos partidos não é um caso particular; representa antes e exemplifica aspectos políticos manifestos após a guerra, aspectos derivados de causas de ordem geral. [...] Mesmo nos países onde os partidos continuam a ter interferência na vida política, contra eles se move campanha persistente. Todos os inimigos das liberdades individuais os combatem. [...] Partido, parlamento, política, hoje em dia estão formando trilogia não bem afamada”. António Ginestal Machado, “Os partidos políticos perante a actual situação portuguesa”, *Diário Português*, Rio de Janeiro, 27-3-1934. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/645.

²²⁵⁹ Veja-se a agonia do Partido Socialista no estudo de Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005, pp. 25-36.

²²⁶⁰ A partir de Maio de 1931, o Ministério do Interior enviou diversas circulares para os governadores civis e para outros organismos públicos, apelando para que os funcionários públicos que se mostrassem contrários à Ditadura fossem punidos. Para os funcionários «inimigos da situação» sugeria o preceituado no decreto n.º 19141 de 19 de Dezembro de 1930, publicado no Diário do Governo n.º 1 – I Série de 2 de Janeiro de 1931. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registo de Correspondência Expedida, Livro 97. Numa circular confidencial (1682) enviada pelo Ministro do Interior, datada em Lisboa, em 17-12-1934, solicitava-se que os Governadores Civis deviam enviar uma lista com os funcionários públicos que não votaram para a Assembleia Nacional, indicando aqueles que tinham justificação, dado que era necessário saber “com os quais podemos contar”, ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registo de Correspondência Expedida, Livro 100.

mediação passou para outros notáveis, e os clientes rapidamente mudaram de patrono²²⁶¹.

A situação política dos partidos republicanos viu-se agravada, em parte, pela forte resistência armada que alguns políticos do PRP e de outros partidos esquerdistas enveredaram logo que verificaram que a Ditadura não ia ao encontro dos seus interesses. O fortalecimento das medidas repressivas e autoritárias por parte da Ditadura portuguesa contra os políticos e contra os partidos foi, em parte, um reflexo do radicalismo do «revirvalho». As águas estavam separadas! Este facto levou a direita conservadora e parte do centro/direita republicana a esquecer momentaneamente as divergências internas e a aceitar o modelo autoritário imposto pelos militares e por Salazar face ao perigo da Ditadura jacobina que os «revirvalhistas» propunham, com um projecto revolucionário de republicanização do país e de saneamentos²²⁶². Alguns emigrados desanimados de lutas infrutíferas e muitos políticos republicanos ordeiros recusaram o regresso ao passado e a esta futura II República, conformando-se com o regime que a Ditadura lhes proporcionava²²⁶³. As palavras escritas pelo antigo líder do

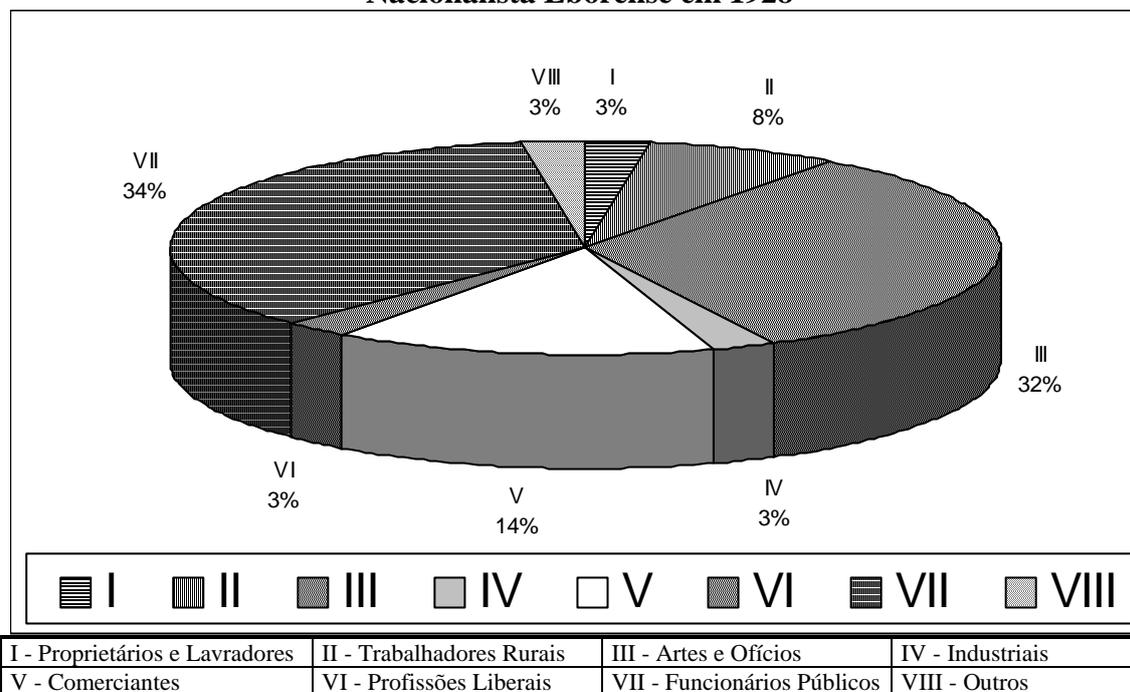
²²⁶¹ João Cabral de Castro enviou uma carta a António Ginestal Machado relatando-lhe o motivo do abandono do PRN, que era, segundo ele, “simples e pouco de admirar nos tempos que vão correndo”. Foi-lhe instaurado um processo disciplinar pelo Instituto de Seguros, onde era consultor jurídico. O relator deste processo foi um destacado membro do PRN, mas o procedimento não correu como João Cabral de Castro esperava: “Foi relator nesse processo o Sr. Mariano de Melo Vieira que me fulminou de excomunhão e não sei que mais, segundo se vê no processo pendente no Supremo Conselho de Administração Pública [...]. Supunha eu que ninguém e muito menos um correligionário poderia, no caso que exponho, ser-me desagradável, mas enganei-me! [...] Ora eu não quero continuar num partido em que mesmo na presente ocasião há gente desta e em que em vez de auxílio se encontra aversão”. Carta enviada por João Cabral de Castro, datada em Lisboa em 18-11-1932, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/743.

²²⁶² Jaime de Morais da reunião de Beyris de 23 de Novembro de 1931 declarou que sentia um “enfraquecimento dos republicanos, que estão na iminência de sucumbir. As coisas chegaram ultimamente ao ponto de ter um grupo de oficiais ameaçado de entregar-se à Ditadura, entrando para isso em Portugal, se não vissem imediatamente realizada a união dos republicanos. E aceitariam em Portugal, a situação que lhes criasse a Ditadura!” José Domingues dos Santos fez uma proposta de reorganização revolucionária, na mesma reunião, com a aprovação de Afonso Costa, nos seguintes termos: “Sem pôr de parte a organização militar de Lisboa, devemos mudar o eixo da nossa acção procurando colocar a organização civil como base de ataque e organizando a província, civil e militarmente, com o mesmo cuidado com que se organizou Lisboa. A guerra civil que pode resultar desta organização é uma solução aborrecida. Mas bem aborrecida é a própria revolução e nós temos de a aceitar como um mal necessário”. A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Unidade de Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Mem Martins, Publicações Europa América. 1973, pp. 125-126 e 144.

²²⁶³ João Cardoso Moniz Bacelar que tinha militado no partido evolucionista, liberal, nacionalista e «lealista», aderiu ao Estado Novo por intermédio do seu amigo Fernando Baeta Bissaia Barreto Rosa. Em 1932, no dia da tomada de posse como Presidente da Câmara Municipal de Condeixa, declarou lamentar afastar-se de alguns dos seus amigos políticos e esclareceu a sua posição: “Ao formar-se a frente única republicano-socialista, afirmou-se como condição fundamental, que os partidos se não dissolvessem: e isso significa que, triunfante essa política voltássemos ao estado anterior a 28 de Maio. Teríamos novamente a ditadura do partido democrático e, conseqüentemente a reunião dos outros republicanos até a derrubar revolucionariamente. Continuaríamos assim, sem dúvida, a série sangrenta das revoluções que tantos sacrifícios nos têm custado, consumindo o tempo e as energias indispensáveis para que o trabalho nacional decorra numa atmosfera propícia. (...) E eu pergunto à consciência e ao patriotismo de quem me ouve se é honesto guerrear a actual situação política, para voltarmos à lastimável ditadura numérica de esse partido; se os republicanos anti-democráticos, como eu, têm algum motivo de ordem política que os force a contribuir para nova vitória do Partido Republicano Português. A questão do regime é indiscutível, e as afirmações do governo são a este respeito claras e insofismáveis. Podem os republicanos dormir descansados, que a defesa das instituições está em boas mãos. E desde que a segurança da situação permita por de parte certos processos de defesa que motivaram a minha discordância, porque não havia de aproximar-me se são só os processos, e não as ideias que dela me separavam?”, João Cardoso Moniz

PRP de Amarante, Lago Cerqueira, a Bernardino Machado são esclarecedoras sobre o ajustamento da sociedade portuguesa ao Salazarismo em 1934: “É grande tristeza para os que, como eu, têm ido a Portugal ultimamente, ver como todos, ou quase todos, se vão acomodando ao novo estado de coisas”²²⁶⁴.

Gráfico IV - Composição sócio-profissional dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense em 1928



Fonte: Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista - Livro de Sócios Inscritos.

Os diversos centros políticos do Partido Republicano Nacionalista foram encerrando entre 1928 e 1931, em datas difíceis de delimitar. O Centro Republicano Nacionalista Eborense entrou em decadência após o «28 de Maio de 1926», mas principalmente após e a revolução de Fevereiro de 1927. Continuou a funcionar até 1929, apesar da maioria dos sócios ter abandonado este espaço político, uns por não pagarem a quota, outros por *MEDO*²²⁶⁵ da Ditadura. Em 1928 só restavam 40 sócios dos 330 que ao longo dos anos tinham ingressado neste espaço de *sociabilidade*. Os lavradores e proprietários abandonaram maciçamente o centro nacionalista (como se pode verificar pela comparação do Gráfico III, na página 308, com o Gráfico IV, na página 399) possivelmente por encontrarem no novo regime resposta às suas antigas reivindicações. Os membros da polícia e os funcionários das escolas e da Câmara Municipal de Évora que tinham sido tão expeditos a ingressar no centro saíram também

Bacelar, Diário de Lisboa, 25-9-1932, p. 3. Cf., A. H. de Oliveira Marques, (organização prefácio e notas de), *A Unidade de Oposição à Ditadura... op. cit.*, pp. 87-102.

²²⁶⁴ Carta de Lago Cerqueira a Bernardino Machado, Paris, 6 de Junho de 1934, Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão, cx. 132.

²²⁶⁵ Algumas fichas de inscrição de associados foram inutilizadas com a palavra «MEDO», possivelmente escritas pelo presidente do centro Alberto Jordão Marques da Costa. Cf., *Centro Republicano Nacionalista (Évora), Livro de Sócios Inscritos*, Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Évora.

em grande número²²⁶⁶, certamente com receio da repressão das suas novas chefias e pelo facto de verem o seu antigo patrono e antigo Reitor do Liceu e presidente da Câmara Municipal de Évora, Alberto Jordão Marques da Costa, estar a ser punido pelas novas autoridades. Houve uma clara desmobilização dentro do partido dado que as benesses que os partidários podiam receber desapareceram e, pelo contrário, as contrariedades podiam ser muitas.

O *Centro Republicano Nacionalista Eborense* acabaria por se extinguir em 1929 devido à falta de mobilização. No entanto, continuou a funcionar como *Grémio Republicano* até 1930²²⁶⁷, desenvolvendo os seus membros algumas actividades de «conjunção» com as restantes forças republicanas da cidade, como a *Junta de Defesa Republicana* em 1928²²⁶⁸, a *Liga da Mocidade Republicana Eborense* em 1930²²⁶⁹ e a participação a nível nacional, em 1931, na *Aliança Republicano-Socialista*²²⁷⁰. Durante as comemorações do 5 de Outubro realizavam-se reuniões no *Centro*, bem como romagens ao cemitério para enaltecer as figuras republicanas eborenses já desaparecidas e distribuía-se um budo pelos *pobres republicanos*²²⁷¹. Estas actividades entraram em decadência a partir do 5 de Outubro de 1930 dada a desmobilização de grande parte das forças republicanas devido à pressão repressiva do Governo e à maior actividade da União Nacional.

Os líderes do Partido Republicano Nacionalista de Évora ao colocarem-se numa posição de oposição à Ditadura sofreram várias punições por parte da «situação». Alberto Jordão Marques da Costa foi demitido do cargo de Reitor do Liceu André de Gouveia de Évora do Julho de 1926 e foi preso entre 8 e 14 de Fevereiro de 1927, acusado de envolvimento na revolução de Fevereiro de 1927. Em Dezembro de 1930 voltou a ser preso em Évora, sendo transferido para a esquadra da Lapa, em Lisboa²²⁷². A 16 de Dezembro de 1931 os postos fronteiriços receberam ordens para o prenderem, caso tentasse sair do país e foi transferido entre Abril de 1932 e Outubro de 1933 para o Liceu de Santarém. Conseguiu regressar ao Liceu de Évora em Outubro de 1933 com o empenhamento de António Ginestal Machado e de Júlio Dantas. Voltou a ser preso em meados da década de trinta quando se encontrava na propriedade (Quinta das Casas Altas, Boa Fé) do seu sogro Manuel da Silva Salgueiro. Ao logo da sua vida foi atentamente vigiado pela polícia política, que o classificava como pertencendo à “oposição crónica”. De facto, Alberto Jordão Marques da Costa participou em inúmeras iniciativas de oposição ao Estado Novo ao longo da sua vida, com destaque para o Movimento de Unidade Democrática em 1945, as campanhas eleitorais de Norton de Matos em 1949, de Arlindo Vicente e Humberto Delgado em 1958 e pertenceu ao

²²⁶⁶ Dos 21 polícias, 5 funcionários das escolas e 10 funcionários da Câmara Municipal que se tinham inscrito no Centro só permaneceram 2 funcionários desta última instituição até 1928. Cf., *Centro Republicano Nacionalista (Évora), Livro de Sócios Inscritos*, Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Évora.

²²⁶⁷ Cf., *Democracia do Sul*, 3-1-1930, p. 1. Em Viseu, na Covilhã e noutras localidades também se formaram Centros que procuravam reunir toda a família republicana. Cf., *Democracia do Sul*, 26-10-1929, p. 1 e 31-10-1929, p. 1.

²²⁶⁸ Cf., *Democracia do Sul*, 27-11-1928, p. 1.

²²⁶⁹ Cf., *Democracia do Sul*, 25-3-1930, p. 1.

²²⁷⁰ Cf., *Democracia do Sul*, 5-7-1931, p. 1; *idem*, 12-7-1931, p. 4.

²²⁷¹ Cf., *Democracia do Sul*, 7-10-1928, p. 4; *idem*, 8-10-1929, pp. 1-2; *idem*, 5-1-1930, p. 1; *idem*, 12-1-1930, p. 5; *idem*, 7-10-1930, pp. 1-2; *idem*, 7-10-1931, p. 1.

²²⁷² Veja-se a Carta enviada por Júlio Dantas a António Ginestal Machado, datada em Lisboa em 24-12-1930, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/812: “Cá tive agora que tratar da situação do Dr. Alberto Jordão, preso em Évora e agora incomunicável na esquadra da Lapa. Procurei ontem, por causa disto, o ministro do Interior, que me pareceu uma pessoa delicada e tratável. Tive as melhores promessas de que o Dr. Jordão seria restituído à liberdade”.

directório da Acção Democrato-Social na década de sessenta²²⁷³. António Manuel Pascoal, outro dirigente do PRN de Évora, foi multado em 3 contos na sequência de ter dado um «Abaixo a Ditadura» durante um almoço em 1930 e foi-lhe fixada residência fora de Évora até Agosto de 1932²²⁷⁴. Domingos Vítor Cordeiro Rosado teve uma multa de 3 contos por ter presidido a sessão comemorativa do 31 de Janeiro no Teatro Garcia de Resende em 1930 e foi preso entre 18 de Dezembro de 1931 e 19 de Janeiro de 1932 para averiguações de carácter político. Foi aposentado compulsivamente durante o Estado Novo da Escola Comercial e Industrial de Évora pelas suas actividades e pensamentos subversivos²²⁷⁵. Em Setembro de 1950 um relatório da PIDE considerava que Alberto Jordão Marques da Costa e Domingos Vítor Cordeiro Rosado eram “inimigos da ordem social estabelecida e ainda não modificaram a sua atitude”²²⁷⁶.

Os jornais que apoiavam o Partido Republicano Nacionalista também entraram, a partir de 1926, numa clara decadência. A acção da censura e a desmobilização em torno do partido marcaram a morte da maior parte dos jornais ligados aos nacionalistas. Em Maio de 1926 contava com o apoio de nove jornais²²⁷⁷, em Agosto de 1927, de seis²²⁷⁸, e em Agosto de 1930, apenas de três: *O Debate* de Algés (Oeiras); *O Correio da Extremadura* de Santarém e o *Democracia do Sul* de Évora (ver Mapas VI a VIII na página 302). O primeiro deixaria de ser editado em Abril de 1932; o segundo aproximar-se-ia da Ditadura a partir de 1932; o último converter-se-ia no jornal de referência da oposição no Sul do país até à sua extinção nos anos sessenta, embora sem uma ligação directa ao PRN a partir de 1932.

O Partido Republicano Nacionalista ficou profundamente desgastado ao canalizar as suas débeis energias para o frustado projecto da Aliança Republicano-Socialista em 1931 e 1932. As estruturas nacionais do partido deixaram de reunir a partir de 1931, embora a elite dirigente lisboeta continuasse a encontrar-se regularmente durante longos anos, mesmo em contexto familiar²²⁷⁹.

²²⁷³ *Democracia do Sul*, 9-2-1927, p. 1; *idem*, 10-4-1932; 20-10-1933, p. 1. *O Bejense*, 19-4-1932, p. 1; ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Alberto Jordão Marques da Costa – Del. do Porto, PI 10635, NT 3620; Del. Coimbra - PI 22738, NI 4708, SC PC 79B/31, NT 4195. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 464, [pt. 31/10]. Carta do Ministro do Interior para o Ministro da Instrução Pública, datada em Lisboa, em 9-10-1933, ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registo de Correspondência Expedida, Livro 99.

²²⁷⁴ Cf., Carta do Ministro do Interior para o Director da Polícia Internacional Portuguesa, datada em Lisboa, em 31-8-1932, ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registo de Correspondência Expedida, Livro 98.

²²⁷⁵ Domingos Vítor Cordeiro Rosado, ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Cadastro n.º 184; Carta do Governador Civil de Évora, José Maria Durão Paias, para o Ministro do Interior, datada em Évora a 15-7-1930, ANTT, Arquivo Geral do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 451, Caixa 4.

²²⁷⁶ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Proc. 585.

²²⁷⁷ *Notícias de Viseu*, Viseu; *O Debate*, Oeiras; *O Penafidense*, Penafiel; *O Correio da Extremadura*, Santarém; *Democracia do Sul*, Évora; *O Figueirense*, Figueira da Foz; *O Imparcial*, Pombal; *A Voz do Guadiana*, Mértola; *A Justiça*, Braga.

²²⁷⁸ *Notícias de Viseu*, Viseu; *O Debate*, Oeiras; *O Correio da Extremadura*, Santarém; *Democracia do Sul*, Évora; *A Voz do Guadiana*, Mértola; *República Portuguesa*, Lisboa.

²²⁷⁹ Veja-se o cartão de Júlio Dantas para João Tamagnini de Sousa Barbosa confirmando a sua presença, na casa deste último, para tomarem uma xícara de chá no dia 27 de Novembro de 1934. Estariam ainda presentes nessa reunião António Lobo de Aboim Inglês, António Ginestal Machado e Pedro Pita. Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso não estaria presente por se encontrar em Valença. Cartão datado em Lisboa no dia 24 de Novembro de 1934, Espólio João Tamagnini de Sousa Barbosa - Cascais (em posse da família). O filho de Alberto Jordão Marques da Costa foi o encarregado de levar as alianças no casamento de Maria Amélia Pita e Cunha (filha de Pedro Pita) com Paulo Arsénio Veríssimo Cunha. Informação recolhida em entrevista não gravada ao Dr. Alberto Jordão Marques da Costa (filho do dirigente eborense do PRN com o mesmo nome), Évora, 23 de Fevereiro de 2003. António Ginestal Machado também recebeu um convite para este casamento, cf., Espólio António Ginestal Machado,

Quando se realizaram as primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo a 16 de Dezembro de 1934 o PRN já estava moribundo. A oposição profundamente desgastada não conseguiu apresentar uma lista oposicionista, nem realizar uma campanha que desacreditasse aquele simulacro eleitoral²²⁸⁰.

A afirmação da União Nacional enquanto partido da Ditadura e a abertura da Assembleia Nacional em Janeiro de 1935 com a presença de alguns altos dirigentes do Partido Republicano Nacionalista na Câmara Corporativa levou a profundas discordâncias dentro do directório deste partido²²⁸¹. A solução encontrada foi a dissolução do PRN em 7 de Fevereiro de 1935, tendo o Directório elaborado o seguinte texto explicativo para difundir na imprensa:

“O Directório do Partido Republicano Nacionalista, manteve-se até esta data em exercício, procurando desempenhar-se tanto quanto as circunstâncias o permitiam, do mandato que lhe foi confiado, há dez anos, pelo congresso que o elegeu. Reconhecendo que, nas condições actuais, o partido carece de função, e que no domínio das realidades políticas, não se justifica já a sua existência, o Directório, na impossibilidade de reunir o congresso, vê-se compelido a resolver, por si só, os destinos do organismo a que preside, e, em obediência à deliberação que tomou, exonera os seus correligionários de todos os compromissos e obrigações resultantes da filiação partidária. Esta resolução inspira-se no propósito, que decerto será compreendido, de evitar que a permanência de uma formação política, tornada precária e ineficiente pela força das circunstâncias, obste porventura à criação de outra organização republicana, estabelecida em novas bases, dirigida por homens novos e animada de uma nova fé que constitua depositária, na vida política portuguesa dos métodos de liberdade e dos princípios de democracia que o Partido Republicano Nacionalista sempre preconizou e defendeu.

Lisboa, 7 de Fevereiro de 1935

O Directório:²²⁸²,

Esta informação nunca chegaria à opinião pública portuguesa, dado que as notícias foram inteiramente cortadas pelos serviços de censura. Mesmo a intenção de solicitar autorização ao governo para convocar a Junta Consultiva do PRN, a fim de analisar a dissolução do partido, foi cortada pela censura²²⁸³. O fim do Partido

Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/362. Embora Júlio Dantas tivesse integrado a Câmara Corporativa continuou a manter excelentes relações com António Ginestal Machado e Pedro Pita, cf., Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/823.

²²⁸⁰ Cf., Fernando Rosas, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, O Jornal, 1985.

²²⁸¹ As divergências dentro do directório do PRN estavam a acentuar-se desde há alguns anos. O Dr. Pedro Pita, em entrevista, referiu que “foi em tempos conservador, dentro do regime, hoje as lições da experiência modificaram bastante o seu ponto de vista, sendo actualmente um radical... - Pertença a um partido cuja ideologia conservadora respeito, mas a sua doutrina já não se coaduna no meu espírito (...). Em tempos (...) também fui dos que se deixaram embalar com o canto da sereia da liberdade religiosa, hoje entendo que a Igreja precisa de ser amachucada”. Diário de Lisboa, 23-10-1932, p. 3. Veja-se a carta enviada por Júlio Dantas a António Ginestal Machado, datada em Lisboa em 2-7-1935, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/816: “Dos nossos amigos, só tenho visto o Pita, mais ninguém se tem lembrado de mim. O partido não precisava de ter sido dissolvido, porque já, de facto, não existia. Nem o nosso, nem os outros”.

²²⁸² Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1708.

²²⁸³ Veja-se a notícia cortada pelos serviços de censura sobre a dissolução do PRN que deveria ter sido publicada no Primeiro de Janeiro em 14-3-1935, Direcção Geral dos Serviços de Censura à Imprensa Comissão de Censura do Porto – Zona Norte – relatório n.º 115 (Cortes registados na semana de 11 a 17 de Março de 1935), ANTT, Arquivo Geral do Ministério do Interior - Gabinete do Ministro, Correspondência Recebida, Maço 460, caixa 13.

Republicano Nacionalista permaneceu um enigma até há poucos anos atrás, uma vez que o partido não teve oportunidade de esclarecer os seus apoiantes e a população portuguesa em geral, sobre os motivos da dissolução²²⁸⁴. Já no estrangeiro, a notícia circulou nos foros diplomáticos. O encarregado de negócios da Embaixada de Espanha em Lisboa, enviou para o seu Ministro de Estado a seguinte informação no dia 14 de Fevereiro de 1935:

“El Directorio del Partido Republicano Nacionalista ha hecho publica la decisión de exonerar a sus correligionarios de todos los compromisos y obligaciones resultantes de la filiación partidaria, lo que prácticamente equivale a la disolución del Partido, cuya existencia en el dominio de las rivalidades políticas actuales, considera inútil”²²⁸⁵.

O posicionamento volúvel do PRN durante toda a Ditadura Militar, entre um possível entendimento com esta e um apoio discreto às revoltas lideradas pelo «revirvalho», desfez-se com a afirmação do projecto nacionalista de Salazar e com o colapso da oposição violenta. O PRN dissolveu-se, uma vez que o seu projecto não tinha condições de continuidade, e a sua dissolução poderia abrir caminho à criação de um novo partido republicano, defensor das liberdades e da democracia. Contudo, o Estado Novo e a União Nacional aceitavam integrar alguns nacionalistas, mas sem que estes tivessem um papel de liderança do processo político e depois de abandonarem o seu partido²²⁸⁶.

Dos 91 membros da elite do PRN (directório, governo, deputados e senadores) analisados no subcapítulo III.2., já só 38 membros faziam parte do PRN quando se iniciou a Ditadura Militar. Destes 38 membros apenas Manuel de Sousa da Câmara, Afonso de Melo Pinto Veloso e Júlio Dantas se integraram nas estruturas políticas e técnicas da Ditadura Militar e do Estado Novo. Temos ainda o caso de Filomeno da Câmara Melo Cabral que teve um percurso sinuoso durante a Ditadura Militar. Alguns nacionalistas optaram por adoptar uma atitude de oposição legal e moderada à Ditadura. Foi o caso de 5 membros da elite do PRN: António Ginestal Machado, José do Vale de Matos Cid, Mariano de Melo Vieira, Pedro Góis Pita e Belchior de Figueiredo. Porém, outros 7 membros da elite do PRN avançaram para a oposição revolucionária, tendo estado envolvidos em diversas conjuras e revoltas: Alberto Jordão Marques da Costa; Custódio Maldonado de Freitas; Eugénio Rodrigues Aresta; Jaime António Palma Mira; João Tamagnini de Sousa Barbosa; Rafael Augusto de Sousa Ribeiro; Amaro Garcia Loureiro. No entanto, a maioria dos membros da elite do PRN deve ter optado por abandonar a política activa, dedicando-se à sua vida familiar e profissional, uma vez que não conseguimos obter dados sobre o posicionamento político face à Ditadura de 22 membros da elite do PRN, conforme se pode verificar no Anexo 1.

²²⁸⁴ Manuel Baiôa, “O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites”, *Análise Social*, Vol. XVI, N.º 178, 2006, pp. 99-123.

²²⁸⁵ Carta do encarregado de negócios da Embaixada de Espanha F. Ramírez Montesinos para o Ministro de Estado em 14-2-1935, Arquivo do Ministério de Assuntos Exteriores, Madrid, LEG. R847, N.128 Europa. Agradeço ao Filipe Ribeiro de Meneses por ter-me facultado este documento.

²²⁸⁶ O Ministro do Interior, Pais de Sousa declarou ao Diário de Lisboa que “não seriam de sustentar (...) as ideias daqueles que estando ao lado da Ditadura são contrários de algum modo a que a União Nacional receba no seu seio, elementos que pertenciam aos partidos” e por outro lado, “se não recuse a colaboração de homens que sendo monárquicos pelos seus princípios queiram todavia prestar serviços à ditadura e à União Nacional”. *Diário de Lisboa*, 26-2-1932, p. 5.

Se tomarmos em consideração os 87²²⁸⁷ elementos da elite do PRN que estavam vivos no início da Ditadura Militar, incluindo aqueles que já militavam noutros partidos políticos nessa data, concluímos o seguinte: 11²²⁸⁸ membros da antiga elite do PRN integraram-se nas estruturas políticas da Ditadura Militar e do Estado Novo, 3²²⁸⁹ tiveram um percurso sinuoso, com momentos de apoio e de oposição, 10²²⁹⁰ enveredaram pela oposição legal e moderada e 12²²⁹¹ pela oposição revolucionária. No entanto, não temos dados conclusivos para 50 membros. Esta «maioria silenciosa» deve ter abandonado a política e dedicando-se à sua vida privada.

Alguns membros da elite do PRN integraram as estruturas do novo Regime. Desde logo destaca-se o líder do partido à data da sua dissolução, Júlio Dantas, que foi procurador à Câmara Corporativa nas sete primeiras legislaturas do Estado Novo (20-1-1935 a 18-11-1960) na qualidade de representante das Academias e Institutos de Alta Cultura. Júlio Dantas participou em inúmeras missões diplomáticas e foi membro de diversos organismos nacionais e internacionais. Foi incumbido de presidir a uma missão diplomática a Londres, entre o final de 1926 e o início de 1927, acompanhado de Mário de Figueiredo e Armindo Monteiro, para a liquidação das dívidas de guerra à Grã-Bretanha, tendo o acordo sido assinado a 11 de Janeiro de 1927. Em 1941 outra missão o levariam ao Brasil como embaixador extraordinário, em agradecimento pela participação do país irmão nas Comemorações Centenárias de 1940. Regressou ainda como Embaixador extraordinário à Terra de Vera Cruz, a S. Salvador da Baía, em 1949 nas comemorações do seu IV Centenário. Foi o chefe da delegação portuguesa na Conferência Diplomática de Bruxelas (1948). Foi membro da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações entre 1933 e 1943. Foi Presidente da Comissão Executiva dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal (1940), da Conferência Inter-académica Luso-brasileira para a unidade da Língua Escrita (1945), da delegação à Conferência Diplomática de Bruxelas (1948), e da 1.^a e 2.^a reunião da Comissão Permanente da União de Berna em Neuchatel (1949) e Lisboa (1950). Presidiu às Comissões Executivas do Centenário de Guerra Junqueiro em 1950 e de Almeida Garrett em 1954. Júlio Dantas estabeleceu pontes de contacto entre a Monarquia, a I República (incluindo o Sidonismo) e o Estado Novo e entre os adversários e os apoiantes da Ditadura. Os seus críticos destacavam o facto de ser “dotado de grande maleabilidade política”²²⁹² Por isso, no seu funeral participaram diversas figuras da situação, como Oliveira Salazar e membros da oposição, como Hernâni Cidade²²⁹³.

²²⁸⁷ Dos 91 membros da elite do PRN identificados no subcapítulo 3.2. Os membros e a elite do PRN, faleceram 4 membros antes do «28 de Maio de 1926»: Tomé José de Barros Queiroz; Augusto Joaquim Alves dos Santos; Joaquim Pedro Vieira Júdice Bicker; Hermano José de Medeiros.

²²⁸⁸ Manuel de Sousa da Câmara; Afonso de Melo Pinto Veloso; Júlio Dantas; Albino Soares dos Reis Júnior; António Vicente Ferreira; Artur Brandão; David Augusto Rodrigues; João Cardoso Moniz Bacelar; José de Vasconcelos de Sousa Nápoles; Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia; António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier.

²²⁸⁹ Filomeno da Câmara Melo Cabral; Francisco Pinto da Cunha Leal; José Carvalho dos Santos.

²²⁹⁰ António Ginestal Machado; José do Vale de Matos Cid; Mariano de Melo Vieira; Pedro Góis Pita; Belchior de Figueiredo; Raul Lelo Portela; Vasco Gonçalves Marques; Roberto da Cunha Baptista; Rodolfo Xavier da Silva; Joaquim Ribeiro de Carvalho.

²²⁹¹ Alberto Lelo Portela; Alberto Jordão Marques da Costa; Custódio Maldonado de Freitas; Eugénio Rodrigues Aresta; Jaime António Palma Mira; João Tamagnini de Sousa Barbosa; Rafael Augusto de Sousa Ribeiro; Alberto de Moura Pinto; Alfredo Ernesto de Sá Cardoso; Álvaro Xavier de Castro; José Mendes dos Reis; Amaro Garcia Loureiro.

²²⁹² *República*, 25-5-1962, p. 1.

²²⁹³ *República*, 25-5-1962, p. 1; Espólio Dr. Júlio Dantas, Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas, Lagos; Rute Saraiva, “Dantas, Júlio (1876-1962)” in Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (Dir.),

Manuel de Sousa da Câmara, (1871-1955), militou no Partido Republicano Português, na União Republicana, no Partido Republicano Liberal e no Partido Republicano Nacionalista. Com o início da Ditadura Militar abandonou a actividade política activa, tendo-se dedicado à sua carreira de investigador e docente no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa até à sua morte em 1955. No entanto, durante esse período integrou a comissão de revisão do regime cerealífero, de 1927, foi vice-presidente da Junta Geral da Campanha do Trigo (1929) e da Campanha de Produção Agrícola (1930). Algumas destas iniciativas tiveram a liderança do seu filho, António Pereira de Sousa da Câmara, que tinha fortes ligações ao Estado Novo²²⁹⁴.

Afonso de Melo Pinto Veloso, (1878-1968), iniciou-se na política durante a Monarquia, pela mão do Partido Progressista. Com a implantação da República converteu-se ao republicanismo conservador. Primeiro numa aproximação à linha «Pimentista» e logo depois, na adesão ao «Sidonismo» (Partido Nacional Republicano). Posteriormente passou pela Conjunção Republicana da Beira (1919), pelo Partido Republicano Liberal (1919-1923) e pelo Partido Republicano Nacionalista (1923-1935). Foi Governador Civil do Funchal durante a Monarquia (nomeado em 24-02-1910) e Senador pelos sindicatos agrícolas (1918) durante o Sidonismo. Integrou o executivo, como ministro da Justiça (23-12-1918 a 07-01-1919), no governo presidido pelo Tenente-Coronel João Tamagnini Barbosa, que se constituiu após o assassinato de Sidónio Pais. Voltou ao governo, na pasta da Instrução Pública (15-01-1920 a 21-01-1920). Recusou participar no governo do PRN, liderado por António Ginestal Machado em Novembro de 1923. Foi eleito deputado por Viseu em 1919 e 1921, e por Lamego em 1922 e 1925. Ascendeu à vice-presidência da respectiva Câmara entre Fevereiro de 1922 e Dezembro de 1925. Prosseguiu a actividade pública sob o Estado Novo, vindo a ser procurador à Câmara Corporativa da I à IX legislatura (1935-1968), primeiro na secção de Justiça até à IV legislatura (1945-1949). Nessa legislatura transitou para a secção de Política e Administração Geral, onde se manteve até à sua morte em 1968. Foi ainda 1.º vice-presidente da Câmara Corporativa na IV (1945-1949) e na V (1949-1953) legislatura. Em termos profissionais, atingiu o topo na sua carreira durante a Ditadura. Em 1927 tornou-se juiz desembargador do Tribunal da Relação; em 1933 ocupou o lugar de juiz do Supremo Tribunal de Justiça; e por fim, em 1947-1948, tornou-se presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Foi ainda relator do Supremo Tribunal Militar²²⁹⁵.

Filomeno da Câmara Melo Cabral, (1873-1934), iniciou-se na política na União Republicana (1912-1919), onde transitou para o Partido Republicano Liberal (1919-1923) e para o Partido Republicano Nacionalista (1923-1926)²²⁹⁶. Após a dissidência de

Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974, Vol I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004, pp. 529-535; Luís de Oliveira Guimarães, *Júlio Dantas. Uma vida. Uma obra. Uma época*, Lisboa, Romano Torres, 1963; Nuno Estêvão Figueiredo Miranda Ferreira, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*, Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Política, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2009, pp. 201, 278, 291, 299, 364, 366, 367, 373, 375, 376, 377, 401, 402, 408, 412, 416, 419, 420, 452, 470 e 490.

²²⁹⁴ A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, pp. 140-141.

²²⁹⁵ A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, p. 300; Nuno Estêvão Figueiredo Miranda Ferreira, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*, Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Política, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2009.

²²⁹⁶ Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 57, 62 e 105.

Cunha Leal permaneceu no PRN²²⁹⁷, tendo sido eleito para o directório durante o IV congresso, em Março de 1926²²⁹⁸. Porém, afastou-se do PRN em carta enviada ao directório, após ter sido nomeado Ministro das Finanças a 19 de Junho de 1926²²⁹⁹. Era um republicano heterodoxo, defensor do presidencialismo e da Ditadura. Próximo de várias individualidades monárquicas e contrárias do regime republicano vigente. Foi um dos impulsionadores da Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, sendo presidente da Direcção-Geral até Abril de 1926. Ganhou protagonismo político pelo envolvimento em diversas acções conspirativas durante a I República. Em Agosto de 1924 foi absolvido pelo Tribunal da Marinha (defendido por Cunha Leal), por ter aliciado diversos comandantes para um movimento revolucionário. Em conjunto com Raul Esteves e Sinel de Cordes, chefiou o movimento de 18 de Abril de 1925 contra o governo. Preso e julgado, acabaria absolvido pelo Tribunal instalado na Sala do Risco do Arsenal da Armada em Setembro de 1925. Em Novembro de 1925 foi eleito deputado pelo círculo de Ponta Delgada nas Listas do Partido Republicano Nacionalista, com o apoio dos grupos Regionalistas²³⁰⁰. Em finais de Março de 1926 pediu a demissão de presidente da direcção geral da Cruzada Nuno Álvares Pereira por ter passado a pertencer ao Directório do PRN e por ter iniciado os preparativos de um novo movimento revolucionário²³⁰¹. Foi um dos organizadores do golpe militar de 28 de Maio de 1926, alinhado com a facção conservadora do general Sinel de Cordes, no seguimento do qual vem a integrar o governo do general Gomes da Costa, à frente da pasta das Finanças, que exerce entre 19 de Junho e 9 de Julho de 1926. Neste dia foi afastado do governo pela acção da facção liderada por Óscar Carmona. Em 12 de Agosto de 1927 esteve envolvido com Fidelino de Figueiredo num golpe revolucionário da direita radical, conhecido por «golpe dos fifis». Esta revolução pretendia fortalecer o autoritarismo da Ditadura Militar, aproximando o novo regime dos ideais da direita europeia que tinham sido difundidos pela Cruzada Nun'Alvares e eventualmente seleccioná-lo como ditador carismático. Foi preso e enviado a 15 de Agosto de 1927 para São Tomé e depois para Angola. Por determinação do governo regressou à metrópole em Junho de 1928. Em 24 de Novembro de 1928 foi nomeado alto-comissário de Angola, tendo partido para esta colónia em 19 de Janeiro de 1929. Foi destituído do cargo em Março de 1930 após uma revolta contra a sua administração, que causou a morte ao seu chefe de Gabinete, Morais Sarmento. Regressou a Lisboa a 25 de Abril de 1930. Falecer a 27 de Janeiro de 1934. No seu funeral participam algumas individualidades da Ditadura Militar (Ivens Ferraz e Domingos de Oliveira), representantes do governo e ninguém da oposição.

Houve ainda alguns membros da elite intermédia do PRN que se integraram na Ditadura Militar e no Estado Novo.

João Baptista de Araújo, (1891-1974), foi procurador à Câmara Corporativa. Nas legislaturas de 1949-1953 e 1953-1957 representou os estabelecimentos de crédito e em 1965-1969 representou o Banco de Portugal. Foi um dos relatores do I Plano de Fomento apresentado na Câmara Corporativa em 1952. Durante o Estado Novo, ocupou ainda vários cargos ligados ao comércio e à banca. A sua carreira política iniciou-se na Nova República, em 1918, quando foi eleito deputado pelo círculo de Vila Real. Após o Sidonismo foi membro da comissão política do Partido Nacional Republicano Presidencialista em 1921, tendo sido encarregue de elaborar a Carta Orgânica deste partido em 1922. Em 1924 tornou-se membro efectivo do directório do Partido Nacional

²²⁹⁷ *O Rebate*, 11-3-1926, p. 1.

²²⁹⁸ *Democracia do Sul*, 9-3-1926, p. 1.

²²⁹⁹ *Diário de Lisboa*, 19-6-1926, p. 8; *Correio da Estremadura*, 26-6-1926, p. 1.

²³⁰⁰ *Diário de Lisboa*, 10-11-1925, p. 1.

²³⁰¹ *Diário de Lisboa*, 23-3-1926, p. 8.

Republicano Presidencialista. Em 1925 aderiu com os seus correligionários ao Partido Republicano Nacionalista, tendo feito parte da junta consultiva do PRN até ao início dos anos trinta²³⁰².

Albano Augusto Nogueira de Sousa, (1877-1954), iniciou-se na política durante o «Sidonismo», tendo sido eleito deputado pelo círculo de Santo Tirso em 1918 e ocupou o cargo de chefe de gabinete do Ministério das Finanças no mesmo ano. Com o fim do «Sidonismo» e do Partido Nacionalista Republicano em 1919, aderiu ao Partido Nacional Republicano Presidencialista, tendo chegado a membro efectivo do Directório deste partido em 1924. Aderiu, com os seus correligionários presidencialistas, ao Partido Republicano Nacionalista em Março de 1925. Quando se deu o «28 de Maio de 1926» estava em preparação a sua candidatura a deputado pelo PRN, às eleições suplementares (preenchimento de vaga) pelo círculo de Santarém que teriam lugar a 20 de Junho de 1926²³⁰³. Pertenceu à Junta Consultiva do PRN até ao final dos anos vinte²³⁰⁴. Albano Augusto Nogueira de Sousa pertenceu ao grupo que apoiou o general Gomes da Costa após o afastamento de Mendes Cabeçadas²³⁰⁵. Foi chefe de gabinete do Ministro das Finanças, Filomeno da Câmara, de 19 de Junho a 9 de Julho de 1926²³⁰⁶. Continuou a colaborar com o governo da Ditadura, tendo sido nomeado para o Conselho Superior Técnico Aduaneiro em 1926²³⁰⁷, foi director das Associações Industriais de Lisboa e Porto, participou, como vogal, no Conselho Técnico das Indústrias, no Conselho Superior do Comércio Agrícola, no Conselho do Comércio Externo e na Junta Nacional de Exportação de Fruta. Foi colaborador da imprensa, em particular do *Diário de Notícias* entre 1925 e 1934 e, em 1927, do órgão do PRN em Lisboa, *República Portuguesa*²³⁰⁸. Em 1931 esteve inserido como conferencista e colaborador do «Grupo de Estudos Democráticos», liderado pelo Dr. Marques Guedes. Participou no 1.º Congresso da Indústria Portuguesa, em 1933. Albano de Sousa era um dos principais porta-vozes das associações industriais na imprensa. Defendeu o protecçãoismo²³⁰⁹ e contrariando as teses mais tradicionalistas, procurou incentivar reformas mais promissoras para a indústria, advogando, por exemplo, a cartelização da indústria. Durante o Estado Novo foi procurador à Câmara Corporativa da I à V legislatura (1935-1953), representando a Indústria de Moagem e estando integrado na secção de Cereais e Pecuária²³¹⁰.

O médico Domingos José Soares foi presidente da Câmara Municipal de Braga em 1918-1919, durante o Sidonismo. Em 1921 foi eleito deputado pelo círculo de

²³⁰² Nuno Estêvão Figueiredo Miranda Ferreira, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*, Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Política, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2009, pp. 401, 402, 420; A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, p. 94.

²³⁰³ *Correio da Extremadura*, 29-5-1926, p. 2.

²³⁰⁴ *República Portuguesa*, 29-10-1927, p. 1.

²³⁰⁵ Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 213.

²³⁰⁶ *Correio da Extremadura*, 26-6-1926, p. 1.

²³⁰⁷ *A Informação*, 27-11-1926, p. 2.

²³⁰⁸ Vejam-se os artigos de política económica de Albano de Sousa n' *República Portuguesa*, 23-7-1927, p. 1; *idem*, 6-8-1927, p. 1.

²³⁰⁹ *A Informação*, 7-1-1927, p. 1.

²³¹⁰ Nuno Estêvão Figueiredo Miranda Ferreira, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*, Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Política, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2009; A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, pp. 414-415.

Guimarães nas listas do Partido Republicano Liberal. No ano seguinte voltou a candidatar-se à Câmara dos Deputados pelo mesmo partido, desta vez por Braga, não sendo eleito²³¹¹. Em 1923 aderiu ao Partido Republicano Nacionalista, tendo participado no 2.º e no 3.º Congresso deste partido, realizados em 1924 e 1925²³¹². Após a revolução do 28 de Maio de 1926, assumiu novamente a presidência da Câmara Municipal de Braga entre 1926 e 1929. Em 1931 tornou-se membro da Comissão Distrital de Braga da União Nacional e Governador Civil de Braga (01-08-1931 a 01-11-1932)²³¹³.

Joaquim Mendes do Amaral, (1889-1961), iniciou-se na política com o «Sidonismo». Filiou-se posteriormente no Partido Republicano Conservador (1919), no Partido Nacional Republicano Presidencialista (1921-1925), pelo qual foi candidato ao município de Lisboa e a deputado por esta cidade, nas eleições de 1922. Em 1924 tornou-se membro substituto do Directório do Partido Nacional Republicano Presidencialista. Aderiu ao Partido Republicano Nacionalista em Março de 1925 com os presidencialistas²³¹⁴, tendo sido eleito para o cargo de substituto do directório no IV Congresso do PRN, realizado em Lisboa nos dias 6, 7 e 8 de Março de 1926²³¹⁵. Pertenceu à junta consultiva do PRN até ao final dos anos vinte²³¹⁶. Aderiu à União Nacional, tendo feito parte sua Comissão Executiva, desde 1932, como vogal. Em 1945-1947 tornou-se presidente da VII Comissão Executiva da União Nacional. Foi eleito deputado da Assembleia Nacional na III, IV, V, VI e VII legislatura (1942-1961). Na IV e VII legislatura foi eleito por Setúbal e na V e VI legislatura foi eleito por Santarém, tendo presidido à comissão de Finanças na IV, V e VI legislatura. Foi presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal (1945-1961). Ocupou cargos ministeriais em períodos distintos, durante o Sidonismo e durante a Ditadura Militar: Secretário de Estado do Comércio (15-05-1918 a 08-10-1918); Secretário de Estado das Finanças (01-06-1918 a 08-10-1918); Ministro da Agricultura (07-07-1928 a 10-11-1928)²³¹⁷.

Salvador Nunes Teixeira (1892-?) foi candidato a deputado pelo Partido Republicano Nacionalista por Moncorvo, nas eleições de Novembro de 1925, não tendo sido eleito. Foi vice-presidente da Comissão Distrital de Bragança da União Nacional, presidente da Câmara Municipal de Bragança, Governador Civil de Bragança (1933-1940) e deputado da Assembleia Nacional na III, IV e V legislatura (1942-1953). Obteve a medalha de prata de dedicação da Legião Portuguesa²³¹⁸.

José Júlio César (1883-1951) dirigiu o jornal, *O Comércio de Viseu*, órgão do Partido Regenerador, de Julho de 1910 a Abril de 1915. Foi governador substituto de Viseu em 1910. Foi presidente da Câmara Municipal de Viseu em 1918 e Senador pela Beira Central em 1918 pelo Partido Nacional Republicano. Foi director d' *Notícias de Viseu* (órgão do Partido Republicano Liberal) entre 1919 e 1923. Foi candidato a deputado pelo círculo de Gouveia pelo PRN em 1925, não tendo sido eleito. Foi director

²³¹¹ *República*, 24-1-1922, p. 1.

²³¹² *O Jornal*, 14-1-1924, p. 2.

²³¹³ Cf., ANTT, Ministério do Interior, Maço 452.

²³¹⁴ *Diário de Lisboa*, 3-3-1925, p. 1.

²³¹⁵ *Democracia do Sul*, 9-3-1926, p. 1.

²³¹⁶ *República Portuguesa*, 29-10-1927, p. 1.

²³¹⁷ A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, pp. 140-141; José Manuel Tavares Castilho, *A Assembleia Nacional (1934-1974)*, Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2007.

²³¹⁸ Arquivo Histórico Parlamentar, Secção IX, Caixa. 411; José Manuel Tavares Castilho, *A Assembleia Nacional (1934-1974)*, Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2007.

do Asilo Oficinas de Santo António e provedor da Misericórdia de Viseu. Com o início da Ditadura tornou-se um apoiante da política do Estado Novo, escrevendo, por exemplo, cartas particulares a Oliveira Salazar tratando-o por “Chefe Eminente, Prezado amigo”²³¹⁹.

Rafael da Silva Neves Duque (1893-1969) iniciou a sua actividade política como chefe de gabinete do Ministro do Trabalho, Júlio Ernesto de Lima Duque, seu primo, nos períodos de: 19 de Junho a 20 de Novembro de 1920; 24 de Maio a 30 de Agosto de 1921; 17 de Setembro a 30 de Outubro do mesmo ano, 18 de Dezembro a 6 de Julho de 1924. Foi Governador Civil de Leiria (21-06-1924 a 26-07-1924) e candidato a deputado pelo Partido Republicano Nacionalista em 1925, nos círculos de Santarém e Tomar, não sendo eleito. Abandonou o PRN em Julho de 1933²³²⁰, passando a apoiar plenamente a Ditadura Militar. Foi presidente da Câmara Municipal da Chamusca (1926-1929), tendo nesse período um papel importante no primeiro plano de urbanização desta vila. De 23 de Outubro de 1934 a 28 de Agosto de 1940 foi ministro da Agricultura e entre esta última data e 6 de Setembro de 1944 Ministro da Economia. Foi ainda entre 1 de Agosto de 1935 e 9 de Setembro de 1935 ministro interino do Comércio e Indústria. Enquanto ministro implementou um conjunto de medidas, tendo em vista a modernização da economia portuguesa. Tem um papel significativo no desenvolvimento do plano florestal do país estando na génese do Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa. Foi deputado da Assembleia Nacional na II, III e IV legislatura, 1938-1949 (nesta última legislatura não ocupou o lugar, por incompatibilidade com as funções de Administrador da CGD). Foi procurador à Câmara Corporativa na IV, V, VI, VII, VIII e IX legislatura, 1945-1969. Em Janeiro de 1936 é distinguido com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo. Exerceu a advocacia em Torres Novas, Golegã, Tomar e Santarém. Era proprietário de uma das mais importantes casas agrícolas do concelho da Chamusca. Exerceu o cargo de director da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, de 27 de Novembro de 1933 a 23 de Outubro de 1934. Despenhou importantes cargos junto do sector financeiro: foi membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos (1945-1946); delegado do governo junto do Banco Nacional Ultramarino (1950-1955); governador do Banco de Portugal (1957-1963); presidente do Conselho Geral do Banco Fonecas & Burnay (1967-1968)²³²¹.

Se tomarmos em consideração os antigos membros do Partido Republicano Nacionalista que aderiram à dissidência protagonizada por Cunha Leal, que culminou com a criação da União Liberal Republicana em Março de 1926, temos um grupo alargado de personalidades que aderiram à política da Ditadura Militar e do Estado Novo. Estes políticos tiveram um papel relevante durante o Salazarismo. De entre os membros da União Liberal Republicana que aderiram à «situação» merecem destaque: Joaquim dos Prazeres Louzeiro e Lança, Artur Brandão, David Augusto Rodrigues, Albino Soares dos Reis Júnior, José Carvalho dos Santos, José de Vasconcelos de Sousa

²³¹⁹ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência Particular, n.º 62.

²³²⁰ Veja-se a cópia da carta enviada por Rafael Duque para Júlio Dantas, datada na Chamusca em 17-7-1933: “Fui soldado raso no Partido Republicano Nacionalista. Não contando especiais responsabilidades e, por isso mesmo, neste momento de consciência, não tenho que pensar em penitenciar-me” [...] “Pela crise de doutrina que está na base dos próprios organismos partidários, eu perdi a esperança de o partido vir a ser esse instrumento útil de reconstrução. Por isso me afasto”. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/830.

²³²¹ José Manuel Tavares Castilho, *A Assembleia Nacional (1934-1974)*, Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2007; Nuno Estêvão Figueiredo Miranda Ferreira, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*, Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Política, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2009.

Nápoles, João Cardoso Moniz Bacelar, Fernando Bissaya Barreto, Artur Ribeiro Lopes, Jorge Botelho Moniz, Teófilo Duarte e Eurico Cameira. No entanto, outros enveredaram pela oposição activa, casos de Cunha Leal, José Mendes Cabeçadas Júnior, Alberto Lelo Portela, Raul Lelo Portela e Fernando Pais Teles de Ultra Machado²³²².

Houve ainda alguns membros da elite do PRN que abandonaram este partido na sequência da cisão de Cunha Leal, mas que não aderiram à União Liberal Republicana que viriam a ter actividade política durante o Estado Novo. Dentro deste grupo merecem destaque Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia e António Vicente Ferreira. Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia abandonou a actividade partidária no PRN em 7 de Abril de 1926. Porém, ainda tentou uma aproximação entre a ULR e o PRN e um diálogo com a Ditadura Militar durante os anos de 1926 e 1927, não tendo obtido sucesso²³²³. Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia manteve-se na delegação nacional junto da Sociedade das Nações até 1937²³²⁴, na qual presidiu a várias comissões (como a do ópio, do trânsito e das finanças²³²⁵) e projectos políticos. Foi, por exemplo, graças à sua mediação que se resolveram alguns conflitos regionais, como o do Chaco (região pantanosa) entre Bolívia e Paraguai (1932-1935) ou a questão entre a Jugoslávia e a Hungria (1935), entre outras. Era também o director da secção da SDN no ministério dos Negócios Estrangeiros português. Ocupou a presidência da Assembleia da Sociedade das Nações entre Maio de 1935 e Maio de 1936. Em 1936 foi nomeado delegado permanente e presidente da "Comissão dos Dezoito", grupo de pressão constituído por alguns dos mais decisivos países da Sociedade das Nações. Em 9 de Outubro de 1937 abandonou a SDN por ter atingido o limite de idade²³²⁶. António Vicente Ferreira abandonou a actividade partidária após o último Congresso do PRN, realizado em Março de 1926, no qual participou na lista liderada por Cunha Leal²³²⁷. António Vicente Ferreira foi convidado para Alto-Comissário em Angola pelo governo de António Maria da Silva em Abril de 1926. Com a instauração da Ditadura Militar o convite manteve-se em pé, tendo desempenhado efectivamente o cargo entre 16 de Setembro de 1926 e 2 de Novembro de 1928). Durante o Estado Novo foi procurador à Câmara Corporativa até à V legislatura (1935-1953). Foi 2.º Vice-presidente da Câmara Corporativa na 1.ª e na 2.ª legislatura²³²⁸.

Outros membros da elite do Partido Republicano Nacionalista enveredaram pela oposição à Ditadura Militar e ao Salazarismo. Para além de Alberto Jordão Marques da Costa e de outros membros da elite do PRN de Évora já referidos anteriormente,

²³²² A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, Tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003; José Manuel Tavares Castilho, *A Assembleia Nacional (1934-1974)*, Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2007; Nuno Estêvão Figueiredo Miranda Ferreira, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*, Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Política, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2009; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 109-110.

²³²³ *Diário do Senado*, 7-4-1926; *Diário de Lisboa*, 12-3-1927, p. 4.

²³²⁴ *República Portuguesa*, 18-10-1927, p. 1.

²³²⁵ *Diário de Lisboa*, 8-9-1928, p. 8.

²³²⁶ A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, pp. 434-435.

²³²⁷ *Acção Nacionalista*, 6-3-1926, p. 4

²³²⁸ Nuno Estêvão Figueiredo Miranda Ferreira, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*, Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Política, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2009.

merecem destaque alguns nacionalistas que participaram em algumas conspirações e revoltas.

O capitão e antigo deputado do PRN, Eugénio Rodrigues Aresta, participou activamente na preparação e execução da revolta de 3 de Fevereiro no Porto. O fracasso da revolta valeu-lhe a exoneração de oficial do exército e a deportação por mais de um ano em S. Tomé, em conjunto com os outros líderes do 3 de Fevereiro. Em 1927 foi redactor do jornal clandestino «O Constitucional». Até ao início dos anos trinta esteve com residência fixa no norte de Portugal²³²⁹. Participou no Movimento de Unidade Democrática (MUD), na campanha do presidencial de Norton de Matos e no I Congresso Colonial Português (1934), tendo feito parte da sua Comissão Executiva. Entre 1928 e 1932 passou a exercer a docência no ensino secundário até que, em 1933 foi reintegrado no Exército como capitão do Quartel-General da 1.ª Região Militar. Em 1937 passou voluntariamente à reserva e dedicou-se exclusivamente à docência nos Colégios Almeida Garrett e João de Deus, dado que lhe estava vedado o acesso à docência universitária e ao ensino secundário oficial. Foi um dos maiores discípulos da chamada Escola Filosófica Portuense, liderada por Leonardo Coimbra²³³⁰.

Custódio Maldonado de Freitas, (1886-1964), participou na conspiração do movimento do 28 de Maio de 1926, mas rapidamente passou para a oposição à Ditadura. Esteve envolvido na revolta de Abril de 1931. No início deste mês o tenente-coronel Ultra Machado passou pela sua farmácia em direcção a Coimbra. Vinha com o intuito de preparar a revolta em Coimbra, simultaneamente à revolta das Ilhas. Custódio Maldonado de Freitas ajudou-o a sair das Caldas da Rainha, mas a polícia descobriu o seu envolvimento, pelo que foi preso passado uns dias. Custódio Maldonado de Freitas foi enviado para Lisboa, mas conseguiu fugir à polícia no dia 19 de Abril de 1931. Conseguiu estar escondido durante cerca de um ano em diversas casas em Lisboa com a ajuda de diversos amigos, entre os quais se contava João Lopes Soares. Acabaria por ser novamente preso em Abril de 1932, sendo-lhe fixada residência obrigatória em Castro de Aire, após estar envolvido em diversas conspirações revolucionárias. Manteve-se sempre na oposição ao regime vigente e com intensa actividade política até à sua morte, pelo que foi constantemente vigiado pelas autoridades e preso mais algumas vezes. Num dos relatórios da PIDE é lembrado que “o famigerado Maldonado de Freitas” é um “antigo bombista, tendo por especialidade atacar as procissões religiosas”²³³¹. Noutro relatório é dito que a 7 de Agosto de 1945 lançou foguetes e fez um discurso pela vitória das Nações Aliadas nas Caldas da Rainha. A sua farmácia tornou-se no centro da oposição nas Caldas da Rainha durante várias décadas. Ainda se envolveu a 10 de Outubro de 1946 no frustrado «golpe da Mealhada», vindo a ser preso pela última vez em 1947 no Aljube. Apoiou as candidaturas de Norton de Matos, Quintão Meireles, Cunha Leal e Humberto Delgado nas eleições para a presidência da República. Durante o funeral de Custódio Maldonado de Freitas, a 16 de Abril de 1964, nas Caldas da Rainha, Pedro Pita, antigo secretário do Directório do PRN, fez um discurso emotivo,

²³²⁹ Veja-se a seguinte carta enviada por Eugénio Aresta para António Ginestal Machado: “Desde o tempo em que tive o prazer e a honra de conviver com V. Ex.^a, nas lides políticas do falecido Parlamento, não quis o acaso que mais nos encontrássemos. Deportado para S. Tomé e ainda hoje com residência fixa aqui no norte, não mais se proporcionou ensejo de tornar a ver a meia dúzia de pessoas que tive ensejo de conhecer e cujas relações constituíram o único benefício e não pequeno que tirei da política partidária. [...] Capitão Eugénio Aresta. Amarante, 26. Agosto. 1931”. Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/669.

²³³⁰ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Del. Porto, Processo Individual 16938, n.º 3718; A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, p. 95;

²³³¹ ANTT, Arquivo da PIDE/DGS: Proc. 1726.

sublinhando o carácter desassombrado e as convicções republicanas e democráticas do antigo político nacionalista²³³².

O major José Augusto de Melo Vieira, (1883-1963), esteve envolvido no movimento revolucionário de 7 de Fevereiro de 1927, pelo que acabaria por ser deportado para Angola e afastado do Exército, embora mais tarde fosse reintegrado. Assinou a proposta de candidatura do almirante Quintão Meireles conjuntamente com o almirante Mendes Cabeçadas e Cunha Leal²³³³. Dois dias depois da sua morte o *República* escreveu estas palavras: “Preservou os ideais democráticos até ao fim da sua vida”²³³⁴.

A oposição de João Tamagnini de Sousa Barbosa, (1883-1948), à Ditadura Militar iniciar-se-ia logo nos primeiros meses, tendo-lhe valido duas detenções e uma deportação, conforme foi relatado nas páginas anteriores. A partir de Setembro de 1927 foi defensor no Tribunal de Santa Clara de alguns militares que participaram no movimento de Fevereiro de 1927, como o general Sousa Dias. Enquanto governador militar da Terceira (1943-1944), solicitou a libertação dos presos políticos e encetou uma aproximação aos ingleses, levando Oliveira Salazar a solicitar o seu regresso a Lisboa em 1944. Os serviços prestados à coroa britânica levaram a Rainha a conceder-lhe a ordem do Banho e a administração da Carris (1944-1948), então nas mãos dos ingleses. De regresso a Lisboa foi acompanhado de perto pela PIDE, que o identificou como um dos líderes dos “revilharistas” e um dos futuros dirigentes do Partido Liberal (conjuntamente com Mendes Cabeçadas e Cunha Leal), após a reformulação dos partidos oposicionistas que compreenderiam também um Partido Republicano, um Partido Trabalhista e um Partido Comunista. A PIDE acompanhava de perto as movimentações de João Tamagnini Barbosa, tendo feito, por exemplo, um relatório sobre a sua presença num almoço em casa do Dr. Alves Jana, em Maio de 1944, em Vila Franca de Xira, na companhia de numerosos oposicionistas, como o antigo nacionalista Custódio Maldonado de Freitas. Segundo este relatório João Tamagnini Barbosa “fazia-se acompanhar da sua esposa e filha, para melhor disfarçar os seus intuitos de activo conspirador”²³³⁵. João Tamagnini de Sousa Barbosa a partir de 1946 participou na *Junta Militar de Libertação Nacional*. Para além deste antigo membro do PRN faziam parte desta Junta Militar o almirante Mendes Cabeçadas, o brigadeiro Miguel Santos e o capitão Queiroga. Estes militares oposicionistas entraram em contacto com outros colegas descontentes com o regime, entre outros, Vicente de Freitas, Ivens Ferraz e Norton de Matos e mantiveram contactos com Óscar Carmona no sentido de haver alterações profundas no Estado Novo. Ao mesmo tempo prepararam uma conspiração putchista contra o regime, de que resultaria o frustrado «golpe da Mealhada» em 10 de Outubro de 1946, comandada pelo capitão Queiroga. João Tamagnini de Sousa Barbosa foi advogado de defesa de vários revolucionários, como Joaquim Correia Santos, acusado no processo referente ao movimento revolucionário de 10 de Abril de 1947. João Tamagnini de Sousa Barbosa falecer em Lisboa a 15 de

²³³² ANTT, Arquivo PIDE/DGS, SC SPS 4881 UI 4271; SC SPC 4999 – C UI 4273; SC SPS 325 UI 4285; SC PC N.º 737/47; SC P inf N.º 1294 – A; SC REG N.º 293/47; SC PC 231/47 UI 4917; SC SR 1726 UI 2350; SC CI (1) 295/32 UI 4285; SCSPS 385 UI 4285; Proc. 231/47 UI 4917; *República*, 16-4-1964, p. 9; idem, 17-4-1964, p. 7; Recortes de jornais não identificados e notas biográficas, Espólio Custódio Maldonado de Freitas – Caldas da Rainha (em posse da família); A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000, p. 223.

²³³³ ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Processos individuais, p. 503/sr.; *Diário Popular*, 7-2-1976, pp. 12, 13 e 17.

²³³⁴ *República*, 21-1-1963, p. 11.

²³³⁵ ANTT, Arquivo da Arquivo da PIDE/DGS: Proc. 1726.

Dezembro de 1948 e no seu funeral participaram diversas personalidades militares, mas nenhuma ligada à hierarquia do Estado Novo, com excepção de Raul Esteves e Júlio Dantas. Da oposição participaram Cunha Leal, Vasco de Barros Queirós e Tito de Morais. Norton de Matos fez-se representar por Ramon la Féria²³³⁶.

O médico e antigo deputado do PRN, Jaime António da Palma Mira, (1886-1947), apoiou inicialmente o “Movimento do 28 de Maio”, como muitos outros nacionalistas. No entanto, rapidamente se colocaria na oposição à Ditadura até à sua morte. As suas actividades contra o regime vigente valeram-lhe diversas detenções: Foi preso a 30 de Dezembro de 1931 e restituído à liberdade a 3 de Fevereiro de 1932, com a fixação de residência em Lisboa. Voltou a ser preso em 30 de Outubro de 1933, sendo transferido para o depósito de presos de Angra do Heroísmo em 19 de Novembro de 1933. Foi restituído à liberdade em 23 de Maio de 1934. A 25 de Agosto de 1938 voltou a ser preso para averiguações, recolhendo a uma esquadra incomunicável. A 29 de Agosto de 1938 foi transferido para a cadeia do Aljube, sendo restituído à Liberdade em 9 de Setembro de 1938. Em 1945 ainda liderou durante algum tempo o MUD em Beja, mas viria a demitir-se devido à intromissão dos comunistas. Morreu em Beja em 22 de Janeiro de 1947. Foi considerado um símbolo e um modelo para os membros da oposição Bejense, dado o apoio financeiro e moral que concedeu aos presos políticos e às suas famílias. A tradição oral local relata que numa das muitas romagens à sua campa Luciano da Fonseca Aresta Branco enquanto discursava terá dito: “Alerta Jaime, os chacais rodam a tua campa” – estava a referir-se aos agentes da PIDE que vigiavam, razão suficiente para ser detido²³³⁷.

Rafael Augusto de Sousa Ribeiro, (1886-1947), esteve muitos anos sob o olhar vigilante das autoridades policiais da Ditadura. Foi preso em 14 de Junho de 1929 por ter feito algumas declarações no mês anterior no café Martinho. Segundo o relato da polícia teria dito que o jornal “A Gazeta” fazia uma campanha contra o Dr. Oliveira Salazar subsidiada pelo Ministro do Interior. Foi libertado no dia seguinte, tendo entregado no Governo Civil de Lisboa a quantia de 1000\$00 com destino à assistência. Em 1930 voltou a ser detido no dia 24 de Julho por suspeitas de ligação a um comité revolucionário, pelo que a 12 de Agosto de 1930 escreveu a António Ginestal Machado da prisão do Aljube solicitando o seu apoio²³³⁸. Pelo Decreto 25.317 Foi desligado do

²³³⁶ ANTT, Arquivo da Arquivo da PIDE/DGS: Proc. 2313 e 1726; Fernando Rosas, “Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949, uma candidatura em contraciclo” in Heloísa Paulo; Helena Pinto Janeiro, Coordenação de, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949, 60 anos depois*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, p. 12; Filipa Sousa Lopes, *Momentos da Oposição em Famalicão (Dos finais da década de vinte aos anos cinquenta)*, Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 2004, p. 65.

²³³⁷ ANTT, Arquivo da PIDE/DGS: RGP 10616; PC 203/32; Proc. 1118/938; *O Bejense*, 4-3-1932, p. 1.

²³³⁸ Rafael Augusto de Sousa Ribeiro encontrava-se preso desde 24 de Julho de 1930 à ordem da polícia de informação. Sabendo pelos jornais que o directório do PRN se iria reunir decidiu expor a sua situação a António Ginestal Machado: “ignorando do que sou acusado, pois que ainda ninguém se dignou ouvir-me. Como na reunião se trata de apreciar a situação política parece-me que é ocasião de também apreciar esta incompreensível situação em que me encontro. De forma nenhuma quero levar o Directório a interceder pela minha libertação ou a empenhar-se nesse sentido. Não e não, porque desejo ficar com o direito moral de amanhã não permitir que, numa mudança da situação me façam pedido de tal natureza” [...]. O que pretendo é que o Directório a que tenho a honra de pertencer, dando sinais da sua existência e da vitalidade, represente energicamente junto de quem de direito no sentido de eu e outros presos políticos, republicanos como eu, que estão nas cadeias, saibam de que são acusados e sejam ouvidos com a brevidade que impõe a privação da liberdade dum cidadão. Na maior parte dos casos sucede que os presos políticos são postos em liberdade depois de serem ouvidos, isto é, prova-se em geral que as acusações que os levaram à prisão são falsas ou não têm fundamento. Já me sucedeu comigo em 1927, tendo estado detido na Penitenciária durante trinta dias e isso está sucedendo agora comigo e com outros presos políticos como eu”. Carta enviada por Rafael Augusto de Sousa Ribeiro para António Ginestal

funcionalismo público por decisão do Conselho de Ministros de 14 de Maio de 1935, com base no decreto 25317 de 13 de Maio de 1935. Em 1947 pertenceu ao MUD em Valença²³³⁹.

O antigo deputado do PRN, Amaro Garcia Loureiro, foi detido conjuntamente com outros militares no início do mês de Junho de 1935. Em Março de 1958 era dirigente da Federação Municipal de Lisboa do Partido Republicano Português²³⁴⁰.

Merecem ainda relevo alguns nacionalistas que não pertenciam à principal elite do PRN, mas que também enveredaram pela oposição activa.

O major José Feliciano da Costa Júnior ingressou no PRN em Março de 1925 conjuntamente com os seus correligionários do Partido Nacional Republicano Presidencialista. Durante o 4.º Congresso do PRN realizado em Março de 1926 foi eleito membro substituto do directório e fez também parte da Junta Consultiva do PRN. Foi o elemento de ligação do PRN na conspiração que estava em preparação em 1928. Acabou por ser preso no dia 1 de Maio de 1928 na casa do capitalista João Lúcio Escórcio, enquanto participava numa reunião revolucionária do *Comité* liderado por Jaime de Morais. Foi deportado para as colónias e só regressou já muito doente, tendo falecido em Lisboa, a 24 de Outubro de 1929²³⁴¹.

O antigo governador civil da Guarda do PRN, Avelino Henriques da Costa Cunhal, manteve uma atitude de oposição ao regime liderado por Oliveira Salazar, pelo que acabaria por ser preso algumas vezes, uma das quais ficou incomunicável.

Outros antigos líderes do PRN concentraram-se na «oposição legal». Optaram por não integrar conspirações e movimentos revolucionários, mas continuaram a lutar por uma alteração do sistema político, casos de, António Ginestal Machado, José do Vale de Matos Cid, Mariano de Melo Vieira, Belchior de Figueiredo e Pedro Góis Pita. Houve ainda outros importantes elementos do PRN que mantiveram uma oposição constante ao Estado Novo, como Ramon Nonato de La Féria e Tito Augusto de Morais.

O vice-almirante Tito Augusto de Morais foi o delegado do PRN na Aliança Republicana-Socialista no início dos anos trinta. Participou no Movimento de Unidade Democrática em 1945, fazendo parte da Junta Consultiva do MUD como vogal. A 21 de Dezembro de 1947, juntamente com outros democratas, enviou uma carta a Oliveira Salazar criticando o processo eleitoral. Em 1957 pertenceu ao Directório Democrato-Social, tendo apoiado inicialmente Cunha Leal na sua candidatura à presidência da República em 1958²³⁴².

Machado, datada em Lisboa na cadeia do Aljube, 12-8-1930, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1017.

²³³⁹ ANTT, Arquivo da PIDE/DGS: Processos números 4342, 10459 e 4675; ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CO/PC-8F, pp. 78-83.

O Debate, 1-6-1930, p. 1.

²³⁴⁰ ANTT, Arquivo da PIDE/DGS: Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, liv. 7, registo n.º 1210; ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 475, [pt. 26/69]. ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CO/PC-51, pp. 367-370; Fernando Rosas, (Coordenação), *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009, p. 327.

²³⁴¹ *Diário de Lisboa*, 3-3-1925, p. 1; *Democracia do Sul*, 9-3-1926, p. 1; *República Portuguesa*, 29-10-1927, p. 1; *Diário de Lisboa*, 2-5-1928, p. 8; A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina...* op. cit., Vol. I, pp. 156 e 303; Luís Farinha, *O Revirvalho ... op. cit.*, p. 75-106.

²³⁴² ANTT, Arquivo da PIDE/DGS: n.º 1012/48 UI 4994; Maria Isabel Alarcão e Silva, *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo, 1945-48*, Lisboa, Tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do século XX), FCSH/UNL, 1994, pp. 221-223; Luís Farinha, *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, Tese doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 597.

Pedro Góis Pita, (1891-1974), participou na campanha eleitoral do MUD, integrando a segunda Comissão Central do MUD, constituída a 10 de Novembro de 1945 durante uma reunião no Teatro Taborda. Participou na campanha presidencial do general Norton de Matos em 1949, tendo falado numa sessão no salão da Voz do Operário, presidida pelo Prof. Barbosa de Magalhães, tendo o seu discurso originado a intervenção da autoridade. Participou ainda nesta campanha eleitoral num comício nas Caldas da Rainha. Foi bastonário da Ordem dos Advogados de 1957 a 1971 (quatro mandatos sucessivos), tendo desempenhado um papel importante na defesa dos presos políticos e na manutenção de uma certa autonomia da advocacia face ao Estado Novo, pelo que enviou várias cartas de protesto ao Ministro da Justiça contra as prisões arbitrárias de estudantes e advogados²³⁴³. Apoiou o *Bloco Académico Anti-Fascista* na recolha de fundos para apoiar os presos políticos. Manteve ligações permanentes com a corrente republicana de oposição ao Estado Novo, mas sempre num quadro de oposição legal e não violenta. A sua filha, Maria Amélia Pita e Cunha, destacou-se à frente da Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa durante a Guerra Colonial e era esposa de Paulo Arsénio Veríssimo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1950-1958)²³⁴⁴.

António Ginestal Machado, (1874-1940), resignou da sua função de presidente do Directório do PRN em Março de 1927 devido à doença (tuberculose) do seu filho, sendo substituído por Júlio Dantas. No entanto, manteve o seu cargo no Directório até à sua dissolução em Fevereiro de 1935 e continuou a procurar soluções pactuadas para a

²³⁴³ Veja-se uma das várias cartas enviadas:

“Lisboa, 18 de Agosto de 1958

Sr. Ministro da Justiça

Excelência

Quando vi em liberdade o último dos quinze colegas que eu sabia presos pela PIDE, convenci-me de que havia atingido seu termo um grande pesadelo.

Mas havia ainda mais um, em Coimbra, - o Dr. Alberto Vilaça que nunca ouvira dizer que estivesse preso.

A sua prisão teve lugar no dia da eleição presidencial, em 8 de Julho, junto à mesa eleitoral, que ele pretendia fiscalizar.

É, como os outros quinze, um delincente... eleitoral; e como vi restituídos à liberdade os outros quinze, pensei que este não tivera a mesma sorte por estar esquecido.

Convencido disto, e não desejando importunar V. Ex.^a, tentei uma diligência directa junto daquela Polícia, certo de que bastaria lembrar que este colega ainda continuava preso, para ter a sorte dos outros.

Acabo de saber que me enganei, e sou forçado a recorrer de novo a V. Excelência.

A prisão deste colega durará mais dois meses; e o destino teve a crueldade de agravá-la, fazendo nascer-lhe uma filhinha há cerca de um mês, que ele não pode acarinhar e beijar ao nascer.

Estas prisões, assim, como toda a aparência de castigo por actividade eleitoral que desagrada a quem as realiza, não são de louvar. Nunca; qualquer que seja o país em que se realizem e seja qual for o regime político adoptado.

De mais a mais, nunca tivemos a faculdade de converter adversários, ou de criar novos adeptos que compensem os que, indignados passam ao campo oposto.

Recuso-me a admitir, sequer, que o Governo as tenha ordenado ou as sancione e considero-as excesso de zelo no alardeamento de serviços; e é por isso que recorro a V. Excelência, para que ponha termo à arbitrariedade, que já demora demasiadamente. (...)

Possa Vossa Excelência promover a sua libertação e eu sei que o fará. Em vossa Excelência confio plenamente; e é precisamente por isso que, muito agradecido, ao apresentar-lhe respeitosamente cumprimentos, lhe afirmo a mais elevada consideração.

O Presidente da Ordem dos Advogados, Pedro Pita”, ANTT, PIDE/DGS del. Coimbra PI 16725 NI 4651

²³⁴⁴ ANTT, PIDE/DGS, Del. Porto, PI 15301 NT 3692; Alexandre Babo, Recordações de um caminheiro, Fundão, Jornal do Fundão, 1984, p. 97; Maria Isabel Alarcão e Silva, *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo, 1945-48*, Lisboa, Tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do século XX), FCSH/UNL, 1994, pp. 221-223.

edificação de um regime alternativo à Ditadura. Em 1927 elaborou um projecto de revisão constitucional, que viria a ser discutida e aprovada na Junta Consultiva do PRN em 4 de Novembro de 1927. Em Novembro de 1928 subscreveu um acordo político com alguns dirigentes partidários republicanos. A 26 de Julho de 1931 participou na reunião para a eleição dos órgãos dirigentes da Aliança Republicano-Socialista em Santarém. A sua intervenção cívica valeu-lhe um processo disciplinar em 1931, sendo-lhe estabelecida uma nota de culpa como professor do Liceu Nacional de Santarém. A 13 de Julho de 1933 foi demitido da Misericórdia de Santarém para dar lugar a uma nova equipa dirigente próxima do regime²³⁴⁵. Manteve ao longo da sua vida um relacionamento próximo com vários opositoristas activos, como Bernardino Machado²³⁴⁶.

Pelo que ficou exposto anteriormente, concluímos que foi refutada a ideia generalizada na historiografia portuguesa de um apoio amplo da elite do Partido Republicano Nacionalista ao Salazarismo e a ausência de oposição à Ditadura. Este partido era bastante heterogéneo, com personalidades com um passado político díspar e com projectos para a sociedade portuguesa nem sempre coincidentes. Tendo apenas em conta a principal elite do PRN (directório, governo, senadores e deputados) verificamos que houve uma adesão ao Estado Novo por parte de alguns antigos membros do PRN, mas a oposição ao Salazarismo de uma forma mais intensa ou discreta foi superior. Deduzimos também que os antigos membros da elite do PRN não referenciados na oposição ou na adesão ao Estado Novo terão abandonado a sua actividade política, dedicando-se à sua vida profissional e familiar.

Alguns dirigentes opositoristas ainda conseguiram manter em seu redor uma vasta clientela política. Este facto era explicado, segundo um relatório apresentado a Oliveira Salazar, por ainda haver alguma esperança no «revirinho» e por muitos destes dirigentes “disporem de meios de fortuna ou de situações pessoais de prestígio”²³⁴⁷.

Os estudos disponíveis que analisam a adesão ao Estado Novo dos antigos membros do PRN que não integravam a elite nacional deste partido apontam para resultados díspares: nalgumas localidades a elite local e os membros do PRN passaram para a oposição²³⁴⁸ e noutros casos, passaram a integrar as estruturas da União Nacional e do Estado Novo²³⁴⁹. O inquérito mandado pelo Ministro do Interior aos governadores civis para apurar a filiação partidária dos membros da União Nacional antes do 28 de Maio também não nos permite tirar conclusões muito fidedignas. António Costa Pinto analisou as respostas dadas durante o ano de 1931, tendo apurado a maioria das comissões concelhias de 8 distritos. Dos 806 dirigentes concelhios identificados, mais de metade foram identificados como republicanos, seguidos de independentes e de monárquicos. António Costa Pinto revelou que nalgumas localidades houve adesões maciças de comissões políticas do PRN e da URL, com o conhecimento dos

²³⁴⁵ Numa das cartas que recebeu após ser afastado da Misericórdia de Santarém lê-se o seguinte: A “minha consideração e a minha repulsa pela forma incorrecta como V. Exa. foi afastado da Administração da Misericórdia [...]. O ódio monárquico-jesuíco não perdoa”. Carta de Artur da Costa Meira para António Ginestal Machado, datada em Santarém em 16-6-1933, Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/941

²³⁴⁶ Cf., Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/922-928; Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2010.

²³⁴⁷ ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CO/IN-8C, “Situação Política”, Lisboa, 6-8-1945, p. 500.

²³⁴⁸ Manuel Baião, *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

²³⁴⁹ Rui Ramos, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real”, *Análise Social*, vol. XXII, n.º 90, 1986, pp. 109-135; António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis... op. cit.*, p. 206.

Governadores Civis. No entanto, a grelha distribuída pelo Ministério do Interior tinha limitações analíticas, uma vez que juntava por vezes os membros dos vários partidos republicanos no mesmo grupo e muitos dos considerados independentes e republicanos independentes teriam tido militância política nalgum momento da sua vida. Foram apurados cerca de duas dezenas de membros do «Partido Nacionalista», no entanto, também aqui há que ter alguns cuidados, uma vez que por vezes há alguma confusão com o Partido Nacional Republicano²³⁵⁰. Pensamos que a adesão dos membros de base do PRN e elite local deste partido à Ditadura teve um grau de variabilidade grande de região para região. Neste estudo apenas analisamos ao pormenor o percurso dos membros do PRN do concelho de Évora e não identificamos nenhuma adesão à União Nacional e ao Estado Novo²³⁵¹. Uma vez que a elite do PRN do concelho de Évora enveredou pela oposição, terá levado consigo os seus «amigos políticos». Noutros concelhos pode ter-se passado o caso inverso. Donde, teremos de esperar por mais investigações regionais e locais para conhecermos melhor o impacto da integração dos membros do PRN nas estruturas políticas do Estado Novo.

O núcleo oposicionista do PRN continuou activo ao longo de muitos anos, participando em várias iniciativas de cariz golpista e «legal», conforme relatamos nas páginas anteriores. No entanto, os antigos nacionalistas continuaram a ter dificuldade em chegar a acordos com os outros grupos oposicionistas ligados a outros partidos republicanos. Em *Fevereiro de 1959* alguns membros dos antigos partidos republicanos (Partido Republicano Português; Partido Republicano da Esquerda Democrática; Acção Republicana; Partido Republicano Nacionalista) continuavam a negociar um «pacto» para formarem uma «Frente Republicana». Os negociadores do PRN eram os antigos deputados, e já septuagenários, Alberto Jordão Marques da Costa, Custódio Maldonado de Freitas e Pedro Góis Pita²³⁵².

²³⁵⁰ António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*, Ed. Estampa, Lisboa, 1994, pp. 201-208. Cf., Jorge Pais de Sousa, *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*, Coimbra, Minerva, 1999.

²³⁵¹ Para esta conclusão cruzamos as informações provenientes de diversas fontes, sendo as principais: *Centro Republicano Nacionalista (Évora), Livro de Sócios Inscritos*, Arquivo Particular de Cláudio Percheiro – Évora; imprensa de Évora dos anos vinte e trinta; ANTT, Arquivo da União Nacional; ANTT, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 449; ANTT, Arquivo Geral do Ministério do Interior, Direcção Geral Administração Política e Civil. Correspondência Recebida, Maço 132; Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Arquivo municipal de Évora, Actas da Câmara Municipal, 1925-1941. Agradeço ao Paulo Jorge da Silva Fernandes ter-me facultado diversos dados e documentação sobre a União Nacional de Évora nos anos trinta.

²³⁵² Cf., Carta apreendida pela PIDE de Manuel Paulino Gomes para António Resende, datada no Montijo em 23-2-1959. ANTT, Arquivo PIDE/DGS, Custódio Maldonado de Freitas, Proc. 1726 UI 2350.

Conclusão

O Partido Republicano Nacionalista insere-se numa linha política republicana conservadora alternativa ao Partido Democrático, que representava a linha radical e histórica do republicanismo português. Nesse sentido, o PRN é o legatário de um conjunto alargado de partidos republicanos conservadores, em particular da União Republicana, do Partido Republicano Evolucionista, do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional. A maioria dos membros e da elite do PRN era herdeira do republicanismo histórico, incluindo o Partido Republicano Português do período monárquico, mas rejeitou o radicalismo do PRP/Partido Democrático da I República. Contudo, o PRN absorveu outras correntes e elites menos importantes para a sua matriz, nomeadamente a corrente republicana presidencialista, bem como alguns monárquicos convertidos à República.

O PRN nasceu da necessidade de fazer frente ao partido hegemónico da I República, uma vez que só reunindo as forças republicanas conservadoras seria possível criar uma oposição eficaz ao PRP, que continuava a dominar o sistema multipartidário, a administração pública e a rede clientelar. Os resultados decepcionantes do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional nas eleições legislativas de Janeiro de 1922 e nas eleições administrativas de Novembro de 1922 levaram-nos a iniciar uma negociação para a criação de um partido forte e alternativo ao Partido Republicano Português. No entanto, o acontecimento decisivo para a fusão foi a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados de Sá Cardoso, realizada no dia 2 de Dezembro de 1922. Nesse dia, devido à falta de diversos deputados, a oposição liderada pelo PRL e pelo PRRN teve uma importante vitória. Este triunfo incentivou uma maior aproximação destes dois partidos da oposição. Primeiramente, avançou-se apenas para a criação de um *Bloco Parlamentar das Direitas Republicanas*, apresentado formalmente no Congresso a 12 de Dezembro de 1922. As negociações perseguiram durante as semanas seguintes entre os directórios e os grupos parlamentares. Os restantes órgãos intermédios do PRL e do PRRN foram informados, mais do que consultados, sobre a fundação do novo partido.

No mês de Janeiro de 1923, formou-se uma Comissão Executiva, com elementos dos dois partidos, com o objectivo de ultimar as negociações, preparar o Congresso, elaborar um manifesto e escolher o nome a atribuir ao novo partido. No dia 5 de Fevereiro reuniram no Palácio do Calhariz os directórios do PRL e do PRRN, tendo declarado extintos os dois partidos. Não foi ainda possível chegar a um consenso sobre o nome a atribuir ao novo agrupamento político. Posteriormente chegar-se-ia a um acordo mínimo com o nome de *Partido Republicano Nacionalista*.

No dia 17 de Fevereiro de 1923 o Partido Republicano Nacionalista foi apresentado formalmente ao país através de um manifesto difundido na imprensa. O novo agrupamento político pretendia alterar o sistema partidário que tinha vigorado durante a República, contribuindo para uma situação de equilíbrio, sem a qual “são difíceis, senão impossíveis, as soluções constitucionais que não tendam à conservação do Partido Democrático no Poder”. Este novo partido ambicionava ser um “sólido partido de governo, representativo das correntes moderadas” com o objectivo de “completar a obra de nacionalização da República”, integrando os elementos monárquicos e adversários do regime, dado que a República “não era apenas um regime para os republicanos, mas um regime para todos os portugueses”. A formação do PRN iria simplificar e equilibrar as forças políticas republicanas em dois grandes grupos: à esquerda a opinião radical reunida em torno do PRP e à direita a opinião conservadora

agrupada em torno do PRN. O programa do PRN iria regular-se por três princípios: o princípio *constitucionalista* – a sua acção iria pautar-se pela “mais estrita observância do estatuto fundamental do Estado”; o princípio *nacionalista* respeitando “as tradições nacionais, alma da própria Pátria”; o princípio da *moderação* – “dentro daquele espírito de tolerância que hoje, mais do que nunca tem de presidir ao governo dois povos”²³⁵³. O PRN não apresentou um tradicional programa político, mas um *Programa de realizações imediatas*. Neste documento defendia a representação de determinadas classes no Senado e o estabelecimento da prerrogativa presidencial da dissolução do Congresso. Ao nível da política financeira e orçamental, defendia a redução das despesas públicas através de uma reorganização dos serviços públicos e o aumento das receitas fiscais com uma alteração do sistema de impostos, tornando-o mais equitativo. O Estado apenas deveria ter uma função reguladora da economia e deveria ultrapassar-se o regime proteccionista para um sistema mais liberal. Em termos sociais defendia um reforço da assistência pública e das leis do trabalho protectoras do operariado. Na política internacional reafirma a aliança com a Inglaterra e um estreitamento de relações com o Brasil e na política colonial defende um regime de maior autonomia administrativa. Na política pedagógica pretende reforçar a obra da República, em especial no ensino infantil, não esquecendo o ensino médio e uma maior autonomia universitária²³⁵⁴.

A fundação do PRN inclui-se na categoria que Maurice Duverger denominou de criação interna ou de origem parlamentar²³⁵⁵. A própria imprensa da época reconhecia que não eram os partidos que formavam o Parlamento: o *Parlamento é que criava os partidos e as facções*²³⁵⁶ no *silêncio dos gabinetes*²³⁵⁷. O processo de filiação no PRN foi executado de cima para baixo. Primeiro desvincularam-se os parlamentares que levaram consigo os líderes regionais e estes os membros locais. A filiação era feita “por intermédio de”, ou seja por razões de solidariedade ou de dependência pessoal, muito mais de que por um acto de identificação política e ideológica²³⁵⁸.

O PRN formado inicialmente por liberais e reconstituintes teve ao longo da sua história a adesão de mais dois agrupamentos políticos e sofreu duas importantes cisões. No final de Março de 1923 alguns movimentos e partidos de reduzida dimensão começaram a equacionar fundirem-se e eventualmente ingressarem no PRN. Os antigos membros do *Centro Reformista* (vulgarmente designado por *Partido Reformista*, 1914-1915) e da *Federação Nacional Republicana* (movimento fundado por seguidores de Machado Santos em 1920-1921) e os membros do *Partido Nacional Republicano Presidencialista* (continuador do *Partido Nacionalista Republicano* após o fim do regime Sidonista) estabeleceram negociações conjuntas a fim de se fundirem com o PRN. A maioria dos antigos membros do *Partido Reformista* e da *Federação Nacional Republicana* liderados, então, pelo coronel Manuel Soares de Melo e Simas ingressou no PRN a 8 de Maio de 1923. Pelo contrário, outros antigos amigos de Machado Santos decidiram aderir ao *Partido Nacional Republicano Presidencialista* que optou, naquele momento, por não integrar o PRN, vindo a fazê-lo apenas a 4 de Março de 1925, quando era liderado por João Tamagnini de Sousa Barbosa. Em Dezembro de 1923 o

²³⁵³ *República*, 17-2-1923, 1.

²³⁵⁴ *O Jornal*, 19 e 21-1-1924, p. 4

²³⁵⁵ Maurice Duverger, *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970, pp. 19-33.

²³⁵⁶ *Diário de Lisboa*, 7-4-1925, p. 16.

²³⁵⁷ *Diário de Lisboa*, 3-5-1923, p. 1

²³⁵⁸ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, factionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 41-47.

PRN sofreu a sua primeira grande cisão, após desentendimentos internos na sequência do seu efémero executivo e da revolta de 10 de Dezembro de 1923. Álvaro de Castro e alguns dos seus amigos abandonaram o PRN, constituíram um governo de concentração, a que se opunham os restantes nacionalistas e formaram o *Grupo Parlamentar de Acção Republicana*. Em Março de 1926, durante o IV Congresso do PRN, Cunha Leal, que se preparava para disputar a liderança do partido, foi duramente atacado na sua honra e decidiu sair do Congresso e do partido, sendo seguido por um vasto grupo de congressistas, formando logo a seguir o partido da *União Liberal Republicana*. Contudo, outras divergências internas de menores proporções contribuíram para a saída de vários membros da elite do PRN ao longo da sua existência.

O PRN utilizou uma estratégia política bastante agressiva. No Parlamento utilizou a tradicional tática obstrucionista ou o abandono do Congresso. Estas práticas pretendiam pressionar e desgastar os governos e o PRP. Os parlamentares nacionalistas contribuíram para que inúmeros projectos legislativos não fossem votados e apresentaram e votaram inúmeras moções de censura, tendo algumas delas contribuído para a queda de vários governos. O PRN abandonou o Parlamento entre 2 de Maio e 22 de Junho de 1923 e entre 18 de Fevereiro e 22 de Abril de 1925, seguindo a tática já utilizada por outros partidos. O PRN não colaborou com os governos do PRP e recusou-se a participar em governos de concentração. Os nacionalistas pretendiam governar sozinhos, mesmo que fossem sustentados por uma minoria parlamentar. A sua estratégia passava uma vez no executivo, por forçar o Presidente da República a dissolver o Congresso e a marcar eleições antecipadas, o que possibilitaria a obtenção de uma maioria parlamentar, através das práticas tradicionais do clientelismo/caciquismo. A estratégia oposicionista do PRN continuou na eleição do Presidente da República ao decidirem apresentar um candidato próprio, Bernardino Machado, a 6 de Agosto de 1923. Os nacionalistas ao se aperceberem que iriam perder a eleição no terceiro e último escrutínio, decidiram votar em branco, como forma de protesto, o que elevou a tensão entre o Presidente Teixeira Gomes e o PRN, durante todo o seu mandato. Uma vez que a estratégia legal não deu grandes frutos, surgiram outras tentações. A impossibilidade de chegar ao poder por via eleitoral e constitucional atirou alguns dos membros dos partidos adversários do PRP para golpes de Estado. O PRN não foi excepção, tendo algumas das suas figuras mais importantes (Filomeno da Câmara e José Mendes Cabeçadas, entre outros) participado nas frustradas revoltas de 18 de Abril e 19 de Julho de 1925 e na vitoriosa em 28 de Maio de 1926.

O PRN formou governo (15-11 a 18-12-1923), depois de se ter recusado a participar no *Governo Nacional*, liderado por Afonso Costa e depois de Catanho de Meneses não ter conseguido formar um governo de *concentração* do PRP com o apoio dos independentes. Teixeira Gomes viu-se obrigado a entregar a formação do executivo ao segundo partido do regime, mesmo sem uma maioria de suporte no Congresso. O governo nacionalista liderado por António Ginestal Machado reunia a elite e as várias sensibilidades políticas do partido e um ministro independente, o general Óscar Carmona, indicado por uma facção militar. A estratégia dos nacionalistas foi apresentar rapidamente um relatório pessimista sobre a situação financeira do país, que lhe permitisse secundar uma série de medidas racionalizadoras do Estado, que levasse à superação do deficit das finanças públicas que os nacionalistas há muito vinham defendendo na oposição. A oportunidade de conseguir dissolver o Parlamento e marcar novas eleições no governo surgiu com a revolta de 10 de Dezembro de 1923. No entanto, o PRN não conseguiu convencer o Presidente da República, Teixeira Gomes, da necessidade de dissolver o Congresso. Dentro do PRN começaram a acentuar-se as

divergências entre o grupo maioritário presente no governo e o grupo minoritário próximo de Álvaro de Castro. Desde a tentativa de formação do governo de Afonso Costa que as discordâncias eram evidentes. Após o golpe de 10 de Dezembro, Álvaro de Castro colocou-se contra a posição oficial do partido defendendo que o pedido de dissolução parlamentar ao Presidente da República era inoportuna e que o PRN deveria integrar executivos de concentração, facto que levou à cisão no PRN. Álvaro de Castro e alguns dos seus amigos abandonaram o PRN do Largo do Calhariz e durante algumas semanas procuraram ser a corrente maioritária, mantendo a sigla e os pergaminhos deste partido conservador. Como não conseguiram a hegemonia do partido, tiveram de criar uma estrutura partidária nova no Congresso - *Grupo Parlamentar de Acção Republicana* - e formaram um governo de concentração liderado por Álvaro de Castro (18-12-1923 a 6-7-1924).

O PRN apresentou-se às eleições de 8 de Novembro de 1925 com candidatos próprios em quase todos os círculos. O PRN fez acordos lícitos em alguns círculos com quase todos os partidos republicanos, em particular com o PRP. O PRN envolveu-se no sistema clientelar e de caciquismo, fazendo acordos ilícitos com várias forças políticas, que falsearam as eleições em muitos círculos. Os resultados obtidos pelo PRN foram sofríveis, embora tivesse continuado como a segunda força política do regime. Conseguiu eleger 33 deputados (em 163) e 7 senadores (em 36). O PRP conseguiu novamente uma maioria absoluta elegendo 80 deputados (a que se devem somar mais 8 deputados independentes que integraram o seu grupo parlamentar) e 39 senadores. Nas eleições administrativas realizadas a 22 de Novembro (Câmaras Municipais e Juntas Gerais do Distrito) e a 6 de Dezembro de 1925 (Juntas de Freguesia) o PRN fez coligações muito variadas, embora a maioria tivessem por objectivo retirar a hegemonia ao PRP. Nalguns casos tiveram sucesso, casos de Évora, Torres Novas e Caldas da Rainha. Todavia, na maioria dos locais o PRP continuou a ser a força política preponderante.

Em suma, o Partido Republicano Nacionalista não conseguiu assumir-se como uma alternativa coesa e válida ao Partido Republicano Português, dada a sua fragmentação e progressiva dissensualização. O insucesso do PRN contribuiu para o esgotamento do sistema partidário português da I República. As diferenças ideológicas esbateram-se de tal forma que a diferença não estava na latitude ideológica dos partidos de governo, mas apenas entre ter, ou não, responsabilidades governativas. Neste contexto, a vida política fulanizou-se – a alternativa deixou de ser ideológica e passou a centrar-se nos indivíduos – e os grandes partidos desintegraram-se em facções internas e externas. A falta de unidade do PRN também era um reflexo da falta de liderança forte e da multiplicidade de mentores que dirigiam o partido. De facto, o PRN era liderado por um directório constituído por vários notáveis com perspectivas políticas e ideológicas muitas vezes contrárias e com um forte desejo de protagonismo. A forte descentralização permitia que os notáveis de cada distrito tivessem uma grande capacidade de manobra e de financiamento das actividades do partido na sua área de influência. Por outro lado, a rede organizativa do PRN não cobria densamente todo o território nacional e faltava-lhe uma organização mais coesa e uma ideologia mobilizadora e estruturada. O facto de o PRN não ser uma alternativa de governo levou a que muitos sectores políticos procurassem essa alternativa fora do quadro eleitoral e constitucional, enveredando por golpes anticonstitucionais.

O PRN, à semelhança da maioria das forças políticas de oposição ao PRP, viu-se envolvido directamente no “Movimento do 28 de Maio” através de alguns dos seus dirigentes máximos, como Custódio Maldonado de Freitas, Jaime Palma Mira e Filomeno da Câmara. Na primeira fase da Ditadura Militar o PRN teve uma posição

ambivalente. A elite do PRN procurou preferencialmente um entendimento com os militares ordeiros, com o objectivo de tornar-se no partido conservador de suporte do novo regime. No entanto, nunca esqueceram os seus antigos companheiros revolucionários, pois sabiam que a qualquer momento podia haver uma revolução que instaurasse uma II República. Por isso, ao mesmo tempo que havia negociações com o ministro da Guerra, Passos e Sousa e com os presidentes do conselho de ministros José Vicente de Freitas e Artur Ivens Ferraz, elementos do PRN participavam nas conspirações e nas revoltas promovidas pelo «revivalho» e pela Liga de Paris. Quando a União Nacional surgiu no início dos anos trinta com um projecto estruturado, o PRN já estava profundamente desgastado por alguns anos de Ditadura, tendo canalizado as suas débeis energias para o frustrado projecto da Aliança Republicano-Socialista. As estruturas nacionais do PRN deixaram de reunir regularmente a partir de 1931, acabando por dissolver-se a 7 de Fevereiro de 1935, após alguns dos seus mais importantes dirigentes terem aderido ao Estado Novo, sendo o mais emblemático, o presidente do Directório, Júlio Dantas. No entanto, uma parte mais significativa da elite do PRN, como Custódio Maldonado de Freitas, Tito Augusto de Moraes, Rafael Augusto de Sousa Ribeiro, Jaime António da Palma Mira, João Tamagnini de Sousa Barbosa, José Augusto de Melo Vieira, Eugénio Rodrigues Aresta, Alberto Jordão Marques da Costa, Pedro Góis Pita e António Ginestal Machado continuou a militar na oposição durante longas décadas. Todavia, a larga maioria dos antigos membros da elite do PRN abandonou a actividade política durante o Estado Novo, dedicando-se à sua vida profissional e familiar. Em relação à elite regional e local do PRN os estudos disponíveis apontam para resultados díspares e são ainda inconclusivos. Nalgumas localidades os antigos dirigentes do PRN passaram para a oposição e noutros casos, passaram a integrar as estruturas da União Nacional e do Estado Novo.

O PRN tinha um estatuto e uma estrutura organizativa semelhante aos restantes partidos republicanos. O Directório, composto por sete membros efectivos, sendo um o presidente, era o órgão directivo supremo do PRN. Era eleito anualmente pelo Congresso, órgão onde residia a soberania partidária. O PRN reuniu-se em Congresso quatro vezes, sempre em Lisboa (17 a 19-3-1923; 19 e 20-1-1924; 7 e 8-3-1925; 6 a 8-3-1926). António Ginestal Machado assumiu a presidência do Directório do PRN desde a fundação até 23 de Março de 1927, tendo sido substituído então, por Júlio Dantas, que se manteve no cargo até à dissolução do PRN em Fevereiro de 1935. O Congresso também elegia a Comissão Administrativa, órgão encarregue das finanças do partido. O PRN tinha ainda como órgãos directivos nacionais, a Junta Consultiva e a Representação Parlamentar dividida em duas secções autónomas, mas que podiam reunir em conjunto – Câmara dos Deputados e Senado. A Junta Consultiva estava incumbida de dar pareceres ao Directório e era composta por um número alargado de actuais e antigos membros da elite do PRN e dos seus partidos predecessores. A nível regional, o PRN estava organizado em função da estrutura administrativa (comissões distritais, municipais e paroquiais). O PRN tinha uma densa rede partidária regional, concentrada especialmente em Coimbra, Braga, Vila Real, Faro, Santarém, Lisboa e Porto, que ficava apenas atrás do PRP. Possuía ainda dezenas de centros políticos em várias cidades e vilas do país, com especial relevo para as capitais de distrito e para Lisboa e Porto. Ao nível da imprensa o PRN teve 35 jornais, 26 oficiais e 9 oficiosos espalhados por 29 localidades do continente. No entanto, não conseguiu sustentar com continuidade um jornal diário em Lisboa de dimensão nacional e não teve nenhum jornal no Porto e em Coimbra. A rede de jornais do PRN foi-se deteriorando com o passar dos anos, principalmente após as cisões e após o início da Ditadura Militar e da Censura.

A tomada de decisões no partido estava centralizada no Directório e no grupo parlamentar e a nível local nos notáveis. Cada estrutura distrital ou concelhia tinha uma grande autonomia funcional, permitindo-lhe realizar alianças nas quais os interesses familiares e as incompatibilidades pessoais estavam acima das teorias ideológicas. O PRN tinha um aparato organizativo bastante simples, ainda sem um rol de funcionários típico dos partidos de massas. A organização assentava num conjunto alargado de notáveis e caciques, unidos entre si por laços de parentesco e clientelas. Apenas havia comissões estáveis e com trabalho regular nalgumas localidades. As reuniões partidárias faziam-se nos centros ou nas casas particulares. A posse de um grande número de jornais continuava a ser decisiva para afirmação do partido e nesse aspecto o PRN perdeu pujança com o passar dos anos.

O PRN enquadrava-se dentro da tipologia de partido de notáveis, uma vez que não tinha uma ideologia homogénea, tendo, por vezes, alguma fluidez e algumas incoerências. Tinha uma organização deficiente, irregular, intermitente e pouco estruturada. Embora teoricamente tivesse um modelo organizativo centralizado, na prática, os organismos e os notáveis locais tinham uma autonomia vasta e indeterminada, sendo por isso bastante indisciplinados. Embora o directório e o grupo parlamentar fossem as principais cúpulas dirigentes do partido, existia uma grande autonomia dos caciques locais. O PRN estava organizado numa confederação pouco coesa e flexível de comissões locais independentes, chefiadas por um notável, com uma fraca conexão horizontal e vertical com as outras estruturas partidárias. As relações dentro do partido eram acima de tudo pessoais e não institucionais. O dinamismo do partido assentava mais no somatório da força dos seus notáveis, do que no partido enquanto organização. A maioria dos aderentes ao PRN estava vinculada a um notável e não directamente ao partido. A elite do partido, embora se dedicasse em pleno à política, não vivia exclusivamente da política. Os aderentes eram chamados a participar intermitentemente no partido. A mobilização política apenas era incentivada fortemente nos momentos eleitorais. As campanhas eleitorais continuavam a ser sobretudo «excursões» às localidades, onde o aspirante a deputado ou a ministro visitava o cacique. Ao nível do discurso político produziu-se uma certa modernização, uma vez que durante as campanhas eleitorais os assuntos gerais e nacionais ganharam peso face aos assuntos locais, como a reparação das estradas ou de uma ermida. O PRN não incentivava a integração social e política das massas. Estava apenas interessado em mobilizar os eleitores durante as eleições, que eram uma minoria, uma vez que a capacidade eleitoral estava limitada aos alfabetizados masculinos. O PRN integrou-se no sistema clientelar e de caciquismo típico dos partidos de notáveis, participando na «economia dos favores» e nas fraudes nos actos eleitorais. Não obstante, o PRN não estava imune à mudança, tendo acompanhado alguma modernização e transformação dos partidos e da sociedade portuguesa, pelo que começou a ter algumas características dos partidos de quadros, principalmente nas principais cidades. Nalguns locais, as campanhas eleitorais eram mais mobilizadoras, com os candidatos a percorrer o círculo eleitoral, não visitando só o cacique local, mas preocupando-se em contactar directamente com os eleitores. Por outro lado, procurava-se conseguir favores para a comunidade e já não só para alguns indivíduos. A escolha do candidato acontecia, por vezes, no seio das estruturas regionais do partido através de eleições internas. O PRN vivia numa certa dualidade. Nas cidades, e principalmente em Lisboa, funcionava com uma modernidade que o aproximava de um partido de quadros, mas na província a atracção ao tradicionalismo e ao imobilismo era mais forte, ficando amarrado ao partido de notáveis. Nos órgãos centrais havia alguma discussão, confronto de ideias e votação de moções, mas continuava-se a lidar mal com a divergência de opiniões. Estas

divergências degeneraram quase sempre em cisões (as mais importantes foram protagonizadas por Álvaro de Castro e Cunha Leal) e no abandono do partido por parte de alguns dirigentes, o que demonstrava que este partido se aproximava ainda dos partidos de notáveis. Nestas cisões verificou-se que a fidelidade dos caciques locais era sobretudo pessoal, o que acentuava a fragilidade da estrutura local do PRN. Uma mudança de militância de um deputado ou conjunto de deputados que controlavam algumas regiões originava o desmantelamento de toda a rede do partido nessa zona, dado que os trãsfugas eram seguidos pelos seus clientes.

As elites dirigentes do PRN não se distinguiam muito dos outros partidos republicanos ao nível do seu perfil sócio-profissional. Pertenciam às elites urbanas, tendo os funcionários públicos uma presença esmagadora. Dentro dos funcionários públicos destacavam-se os militares, seguidos por altos funcionários da administração pública, magistrados e professores. Os juristas, em particular os advogados, e os médicos também tinham um peso importante na elite do PRN. As profissões ligadas às actividades agrícolas, comerciais e industriais tinham um peso reduzido na cúpula de poder do PRN. No entanto, muitos dos membros da elite do PRN acumulavam algumas actividades económicas com a profissão principal. Em relação aos membros do partido, que deveriam rondar entre os 17 e os 30 mil associados, não temos dados tão seguros. No entanto, os funcionários públicos continuavam a ser preponderantes. Os proprietários e lavradores também tinham uma presença significativa, bem como os comerciantes. No entanto, também é notória uma certa estrutura interclassista, que ia ao encontro do seu discurso, ainda que o peso relativo dos trabalhadores rurais e das artes e ofícios fosse limitado.

A nível ideológico, o passado e a prática política do PRN afastavam-no do radicalismo. O PRN apostou na ordem, na moderação e na reconciliação com a sociedade tradicionalista portuguesa, tentando criar uma *República para todos os portugueses*. O PRN inscrevia-se no conservadorismo republicano, defensor de um laicismo do Estado, mas não da sociedade. Procurou compatibilizar o tradicionalismo e o nacionalismo moderado com o republicanismo histórico.

O insucesso da proposta e do projecto do Partido Republicano Nacionalista significou, em última instância, o fracasso da I República. O regime republicano não conseguiu criar um sistema político capaz de gerar uma alternância pacífica, com estabilidade no poder executivo e com moderação e proficiência no poder legislativo. Os nacionalistas não conseguiram dar um contributo decisivo para a transformação da sociedade e do sistema político português. O PRN integrou-se no sistema clientelar/caciquista, praticou o obstrucionismo no Parlamento, envolveu-se no fraccionalismo, não defendeu alterações estruturais no sistema político e esteve implicado nos golpes anticonstitucionais que deitaram por terra o regime republicano. A sua proposta de construir uma «República para todos os portugueses» desvaneceu-se com a queda da I República e com a afirmação do regime autoritário.

FONTES

FONTES NÃO PUBLICADAS

ANTT (Lisboa) - Arquivo Oliveira Salazar:

- Correspondência oficial e particular (1928-1939).
- AOS/CO/PC - 8F
- AOS/CO/IN - 8
- AOS/CO/PC - 51
- AOS/CP/92

ANTT (Lisboa) - Arquivo PIDE/DGS:

Serviços Centrais, Registo Geral de Presos, liv. 7, registo n.º 1210

Processos individuais:

- Proc. 503/sr;
- Proc.503/SR NT – 2330;
- Alberto Jordão Marques da Costa – Del. do Porto, PI 10635, NT 3620; Del. Coimbra - - PI 22738, NI 4708, SC PC 79B/31, NT 4195;
- Cadastro n.º 184;
- Proc. 585;
- Del. Porto, Processo Individual 16938, n.º 3718;
- Proc. 1726.
- SC SPS 4881 UI 4271;
- SC SPC 4999 – C UI 4273;
- SC SPS 325 UI 4285;
- SC PC N.º 737/47;
- SC P inf N.º 1294 – A;
- SC REG N.º 293/47;
- SC PC 231/47 UI 4917;
- SC SR 1726 UI 2350;
- SC CI (1) 295/32 UI 4285;
- SCSPS 385 UI 4285;
- Proc. 231/47 UI 4917 ;
- Proc. 1726;
- Proc. 2313;
- RGP 10616;
- PC 203/32;
- Proc. 1118/938;
- Proc. 4342, 10459 e 4675;
- N.º 1012/48 UI 4994;
- Del. Coimbra PI 16725 NI 4651;
- Del. Porto, PI 15301 NT 3692;

ANTT (Lisboa) - Arquivo Geral do Ministério do Interior:

- Direcção Geral Administração Política e Civil. Correspondência Recebida, Maços 92; 124 a 131; 489 a 498 (1921-1928);
- Gabinete do Ministro, Correspondência Recebida, Maço 449 a 480 (1929-1936);
- Gabinete do Ministro, Correspondência Expedida, Livros 93 a100 e 207 a 210 (1925-1934).
- Secretaria-geral, Maço 329; 330; 331; 332.

ANTT (Lisboa) – Arquivo da União Nacional:

- Secretaria-geral, Correspondência com os distritos, Caixa 17.

Arquivo da Academia de Ciências de Lisboa

- Processos individuais dos académicos:
- Júlio Dantas;
- Pedro Góis Pitta.

Arquivo Distrital de Évora:

Fundo do Arquivo municipal de Évora - Actas da Câmara Municipal, 1925-1941.

Arquivo Distrital de Vila Real:

- Fundo Abel de Mesquita Guimarães (1908-1945).
- Correspondência recebida.

Arquivo do Ministério de Assuntos Exteriores, Madrid, LEG. R847, N.128 Europa:

- Carta do encarregado de negócios da Embaixada de Espanha F. Ramírez Montesinos para o Ministro de Estado em 14-2-1935.

Arquivo Histórico-Militar (Lisboa):

- Movimento Revolucionário de 18-19 de Abril de 1925: 1.^a Divisão, 36.^a secção, cx. 11; DIV/1/36/08/02 - Presos Políticos Movimento de 18 de Abril de 1925;
- Movimento militar iniciado em Braga (1926). 1.^a Divisão, 38.^a e 39.^a secção;
- Processos Individuais dos oficiais do exército. 3.^a Divisão, 7.^a secção.

Arquivo Geral da Marinha (Lisboa):

- Processos Individuais dos oficiais da Armada e de alguns funcionários civis do Ministério da Marinha e Ultramar;
- Filomeno da Câmara Melo Cabral, caixa 1407.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa):

- Processos Individuais dos diplomatas e funcionários do MNE;
- MNE, P2 AR33 M20 – Circular da PVDE contendo a lista dos exilados políticos excluídos da amnistia, 18/7/1936;
- MNE, P2 AR50 M69 – Despachos do Cônsul Geral em Paris: 15/12/1938; 14/4/1939; 2/6/1939;
- MNE, P2 AR59, M266 – Despacho do Cônsul em Bayonne, 16/9/1939;
- MNE, P2 AR59, M266 – Despacho do MNE ao Cônsul em Paris, 11/10/1939;
- MNE, P3 AR10, M39 – Nota confidencial do comandante militar de Chaves ao comandante da Região Militar do Norte, 27/4/1927;
- MNE, P3 AR10, M39 – Despachos do Cônsul de Portugal na Corunha: 2/4/1927; 30/5/1927;
- MNE, P3 AR13 M93 – Despachos do Cônsul de Portugal em Vigo: 14/2/1936;
- MNE, P3 AR13 M93 – Despachos do Cônsul de Portugal em Paris: 9/12/1936.

Arquivo Histórico-Parlamentar (Lisboa):

- Eleições Legislativas de 1925 (Caixa 402 a 465);
- Projectos de lei apresentados pelos senhores deputados e pareceres das comissões (1922-1925);
- Projectos de lei apresentados pelos senhores deputados e pareceres das comissões (1925-1926);
- Verbetes iconográficos dos deputados e senadores da I República;
- Livro Político do Senado – Registo dos Senadores do Congresso da República. VI Legislatura (15 de Fevereiro de 1922 a 15 de Agosto de 1925);
- Livro Político do Senado – Registo dos Senadores do Congresso da República. VII Legislatura (2 de Dezembro de 1925 a 31 de Maio de 1926);
- Livro Político da Câmara dos Deputados – Registo dos Deputados do Congresso da República. VI Legislatura (15 de Fevereiro de 1922 a 15 de Agosto de 1925).

- Livro Político da Câmara dos Deputados – Registo dos Deputados do Congresso da República. VII Legislatura (2 de Dezembro de 1925 a 31 de Maio de 1926).

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães):

- Espólio Dr. Mariano Felgueiras, Pasta 1, n.º 17117.

Arquivo Particular de António Ventura – Portalegre e Lisboa:

- João Raimundo Alves, “Aos Eleitores do Círculo de Vila Franca de Xira” [Panfleto, Lisboa, Novembro 1925];
 - “Monarchicos a’s urnas!” [Panfleto monárquico apelando ao voto no general Carmona, Lisboa, 15 de Março de 1928];
 - Correspondência vária de e para Cunha Leal.

Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Évora (em posse da família):

- Livro de Sócios Inscritos - Centro Republicano Nacionalista (Évora).

Arquivo Particular de Ernesto Castro Leal – Lisboa:

- Correspondência enviada pelo Directório do PRN para a Comissão Municipal de Celorico de Basto do Partido Republicano Nacionalista.

Biblioteca Municipal da Figueira da Foz:

- Espólio Santiago Prezado (correspondência vária e outra documentação avulsa);
 - Espólio Manuel Gaspar de Lemos (correspondência vária e outra documentação avulsa);
 - Espólio Adelino Mesquita (correspondência vária e outra documentação avulsa);

Biblioteca Municipal Sarmiento Pimentel (Mirandela): Espólio Sarmiento Pimentel (Não catalogado):

- Correspondência vária e outra documentação avulsa (1927-1937).

Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa):

Espólios:

- Raul Brandão (D2);
 - Raul Proença (E7);
 - Jaime Cortesão (E25);
 - Gomes da Costa (N4);
 - Carlos Malheiro Dias (D4);
 - Borbon e Meneses (N13);
 - Aires de Orrnelas (N35);
 - Raul Proença (E7);
 - António Ginestal Machado (E55) - Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, Lisboa, 2010.

Espólio Alberto Jordão Marques das Costa – Évora (em posse da família):

- Correspondência recebida.

Espólio António Ginestal Machado - Santarém e Lisboa (em posse da família em Santarém até 2008). O espólio foi doado à Biblioteca Nacional de Portugal e ficou à consulta pública a partir de Julho de 2010 - Espólio António Ginestal Machado - Lisboa. Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55 (Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2010).

Espólio Artur Brandão – Oeiras (em posse da família):

- Fotografias e recortes de jornais.

Espólio Bernardo Ferreira de Matos - Lisboa (em posse da família):

- Correspondência recebida e enviada e documentação variada (1920-1934).

Espólio Custódio Maldonado de Freitas – Caldas da Rainha (em posse da família):

- Correspondência recebida e recortes de jornais.

Espólio Eugénio Rodrigues Aresta, Porto - (em posse da família):

- Correspondência recebida e enviada, recortes de jornais e documentação variada.

- Eugénio Aresta, *Diário da Deportação (S. Tomé e Príncipe)*, manuscrito inédito e incompleto.

Espólio Francisco Manuel Pereira Coelho – Coimbra (em posse do seu filho Francisco Pereira Coelho):

- Correspondência recebida e enviada, jornais e documentação do PRN (1920-1924).

Espólio Jaime António Palma Mira – Lisboa (em posse da família - filha Palmira Rosa Garrido Palma Mira):

- Documentação diversa;

- Biografia manuscrita de Jaime António Palma Mira elaborada por Palmira Rosa Garrido Palma Mira, em 1985, no centenário do nascimento do seu pai.

Espólio João Cardoso Moniz Bacelar – Coimbra (em posse da família):

- Correspondência recebida, fotografias e recortes de jornais.

Espólio João Tamagnini de Sousa Barbosa - Cascais (em posse da família):

- Correspondência recebida e enviada.

Espólio Dr. Júlio Dantas, Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas, Lagos:

- Correspondência recebida e enviada;

- Fotografias e livros;

Espólio Raul Lello Portela - Lisboa (em posse da família):

- Fotografias e documentação diversa.

Fundação Dr. Francisco Cruz - Praia do Ribatejo:

- Espólio Francisco Cruz – fotografias, recortes de jornais e outros documentos.

Fundação Mário Soares – Arquivo:

- Fundo Afonso Costa;

- Fundo Bernardino Machado.

Museu Bernardino Machado (Vila Nova de Famalicão): Arquivo de Bernardino Machado:

- Correspondência vária, jornais dispersos e outra documentação avulsa (1922-1941).

Museu Militar do Porto: Espólio Hélder Ribeiro:

- Correspondência recebida (1921-1937).

Entrevistas:

- Entrevista não gravada a Alberto Jordão Marques da Costa (filho do dirigente eborense do PRN com o mesmo nome), Évora, 23 de Fevereiro de 2003;

- Entrevista não gravada a Palmira Rosa Garrido Palma Mira (filha do dirigente bejense do PRN, Jaime António Palma Mira), Lisboa, 16 de Junho de 2004;

- Entrevista não gravada a Francisco Pereira Coelho (filho do dirigente bejense do PRN, Francisco Manuel Pereira Coelho), Beja, 23 de Maio de 2004.

FONTES IMPRESSAS

Partido Republicano Nacionalista:

- Os Directórios, “Partido Republicano Nacionalista. Manifesto ao País”, *República*, 17-2-1923, p.1. Este Manifesto foi também publicado n’ *O Século* (17-2-1923, p. 1), e noutros jornais de província, órgãos oficiais do PRN, como *A Beira* (Santa Comba Dão, 24-2-1923, p. 1) e *A Concórdia*, (Arcos de Valdevez, 25-2-1923, p. 1; 4-3-1923, p. 1). O Manifesto foi aprovado pelos directórios do PRRN e do PRL na sala das sessões em 7 de Fevereiro de 1923, cf., Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 295-299.

- *Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Tipografia e papelaria Pires & Ct.^a, 1923, 16 pp.

- “Ao País. Manifesto do Partido Republicano Nacionalista”, Composto e impresso nas Oficinas *A Lucta*, Largo Calhariz, [assinado pelo Directório], Espólio António Ginestal Machado, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio E55/1437; “O Partido Nacionalista explica ao país a sua atitude”, *República*, 14-11-1923, p. 2; Pedro Tavares de Almeida, *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940. Inventário*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, pp. 219-224 [Manifesto a explicar a atitude perante o Governo Nacional de Afonso Costa].

- “Relatório do Directório do PRN”, *O Jornal*, 19-1-1924, pp. 1-2.

- *Programma de Realizações Immediatas do Partido Republicano Nacionalista*, Lisboa, Typ. de *A Lucta*, 1924, 8 pp; *O Jornal*, 19 e 21-1-1924, p. 4; *O Regionalista*, 7-2-1924, p. 2; *idem*, 17-2-1924, p. 2; *idem*, 24-2-1924, p. 2. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 301-306.

- “Manifesto do Partido Nacionalista ao País”, *O Figueirense*, 5-3-1925, p. 2; *Notícias de Viseu*, 7-3-1925, p. 1; *O Marão*, 8-3-1925, p. 1-2; *O Debate*, 8-3-1925, p. 1; *Gazeta de Viana*, 12-3-1925, p. 3. Este Manifesto foi datado a 3 de Março de 1925, na Sala das Sessões.

- “Relatório apresentado ao Congresso pelo Directório do PRN”, *Acção Nacionalista*, 8-3-1925, pp. 2-3. O relatório também foi publicado no *Notícias de Viseu*, 16-3-1925, p. 1.

- “Ao País”, Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de António Ginestal Machado E55/1499; “Um Manifesto Nacionalista”, *O Figueirense*, 9-4-1925, pp. 1-2; “O Partido Nacionalista ao País”, *A Opinião*, 3-5-1925, p. 1; *O Partido Nacionalista ao País*, Lisboa, Tipografia Pires, 2 de Abril de 1925, 7 páginas. Cada fonte tem um título ligeiramente diferente. O Manifesto foi assinado pelo Directório e datado em Lisboa a 2 de Abril de 1925.

- *O Partido Nacionalista ao País*, folheto assinado pelo Directório, Lisboa, 31 de Outubro de 1925, Tip. Pires Ct.^a, Poiares de S. Bento, 48, 1 página; “Manifesto Eleitoral”, *O Penafidense*, 03-11-1925, suplemento n.º 40; “Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3-11-1925, p. 1; *O Figueirense*, 5-11-1925, p. 2; *Notícias de Viseu*, 7-11-1925, p. 1; *O Debate*, 8-11-1925, p. 2.

Imprensa:

A Batalha, (1923-1926);

A Beira, Santa Comba Dão, (1922-1925);

A Choldra (1926);

A Concórdia, Arcos de Valdevez, (1922-1926);

A Defesa, Angra do Heroísmo (20/12/1924 a 17/9/1927);

A Defesa, Évora, (1923-1928);

A Entrevista, Porto (1924-1926);

A Época, (1923-1928);

A Esquerda, Évora, (1926-1927);

A Evolução, Vila Real, (1920);

A Folha de Setúbal, Setúbal (1923);
A Gazeta de Coimbra, (1923-1930).
A Informação, Lisboa, (1926-1927);
A Lucta, Lisboa, (1923-1933);
A Noite, Lisboa, (1926);
A Norma, Povoia de Varzim (Julho de 1922 a Agosto de 1926);
A Notícia, Coimbra, (1921-1925);
A Província, Castelo Branco (1920-1923);
A Reconstituição, Torres Vedras (Julho de 1922 a Fevereiro de 1923);
A Situação, Lisboa, (1927);
A Tarde, (1923-1927);
A Terra Alentejana, Évora, (1925-1928);
A Verdade, Barcelos, (Maio de 1922-1927);
A Voz, Lisboa, (1927);
ABC (1920-1931);
Acção Nacionalista (1924-1926);
Correio do Minho, Viana do Castelo (1923-1925);
Democracia do Sul, Évora, (1923-1933);
Diário da Manhã, Lisboa, (1931-1934);
Diário de Coimbra, Coimbra, (1932-1933);
Diário de Lisboa, Lisboa, (1922-1935);
Diário de Notícias, Lisboa, (1923-1935);
Diário do Minho, (1925-1926);
Diário Liberal, Lisboa, (1932-1933);
Diário Popular, Lisboa, 7-2-1976;
 Distrito de Braga, Braga, (1926);
Gazeta de Torres, (1927-1931);
Gazeta de Viana, Viana do Castelo (8/11/1923 a 31/12/1925);
Ideia Livre, Lisboa, (1931);
Ilustração, Lisboa, (1926-1930);
Ilustração Alentejana, Évora, (1925-1926);
Ilustração Portuguesa, (1923-1924);
Notícias d'Évora, Évora, (1923-1928);
Notícias de Viseu, Viseu (5/4/1919 a 10/8/1929);
Notícias Ilustrado, (1929-1931);
Novidades, Horta (27/5/1925 a 31/1/1928);
Novidades, Lisboa, (1927);
O Algarve, Faro (1923-1930);
O Barcellense, Barcelos, (1923-1930);
O Bejense, Beja (1923-1930);
O Combate, Guarda, (1923-1925);
O Comunista, (1923-1926);
O Correio da Extremadura, Santarém (1923-1930);
O Correio da Manhã, (1923-1928);
O Correio de Chaves, Chaves (15/11/1923 a 22/6/1924);
O Debate, Oeiras, (1923-1932);
O Democrático, Évora, (1923-1926);
O Despertar, Coimbra, (1923-1930);
O Distrito da Guarda, Guarda (1923-1933);
O Domingo Ilustrado, (1925-1926);
O Espectro, (1925-1926);
O Estandarte, Ponta Delgada (1/3/1926 a 31/5/1927);
O Figueirense, Figueira da Foz, (1922-1927);
O Imparcial, Lisboa, (1925);
O Imparcial, Lisboa, (1926-1927);

O Imparcial, Pombal (1921 a 1926);
O Jornal de Abrantes, Abrantes (1923-1930);
O Jornal, Lisboa, (1923-1924);
O Liberal, Elvas, (1926-1930);
O Liberal, Mafra, (1923-1925);
O Marão, Vila Real (8/4/1923 a 26/4/1925);
O Penafidense, Penafiel (1923-1926);
O Popular, Braga (Novembro de 1922 – Fevereiro de 1923);
O Povo de Chaves, Chaves (7/4/1925 a 6/9/1925);
O Povo do Norte, Vila Real (1923-1930);
O Povo, Lisboa, (1932);
O Radical, Lisboa, (1925-1926);
O Rebate, (1923-1930);
O Regionalista, Caldas da Rainha, (1920 -1925);
O Século, (1923-1930);
O Setubalense, (1925);
O Torreense, (1919-1925);
Portugal, Lisboa, (1926-1927);
Povo da Maia, Maia, (1927);
República (1923-1924; 1930-1934);
República Portuguesa (1927);
Sempre Fixe (1926-1930);
Sul da Beira, (1927).

Imprensa Clandestina:

A Lanterna, n.º 1 e 2, Lisboa, 25 de Julho e 1 de Agosto de 1927;
A Revolta (1.ª série), n.º 1 a 3, Lisboa, 2 de Novembro a 5 de Dezembro de 1926;
A Revolta, (2.ª série), n.º 1 a 8, Lisboa-Paris, 23/30 de Abril a 5 de Outubro de 1927;
A Revolução, n.º 1, Lisboa, 20 de Janeiro de 1927;
A Vitória, n.º 1 e 2, Lisboa, ? e 19 de Novembro de 1927;
Ávante, n.º 1, Lisboa, 4 de Fevereiro de 1927;
Fogo Vivo, n.º 1, s.l., 7 de Fevereiro de 1928;
O Chicote, n.º 1, s.l., s.d., [Agosto de 1927];
O Combate, n.º 1, s.l., Janeiro de 1928;
O Dever, n.º 1, Lisboa, 22 de Julho de 1927;
O Facho, n.º 1 a 3, Porto, Agosto a Setembro de 1927;
O Imparcial, Lisboa, [Agosto ? de 1927];
O Libelo, n.º 1 a 8, Lisboa, Outubro de 1926 a 23 de Agosto de 1927;
O Pelourinho, n.º 1 e 2, Lisboa, 21 de Novembro e 9 de Dezembro de 1926;
O Rebelde, n.º 1 a 3, s.l., 10 de Novembro a 20 de Dezembro de 1927;
O Revivalho, n.º 1 a 7, Lisboa, Agosto a Dezembro de 1927;
Rebelião, n.º 1 e 2, Lisboa, 18 de Agosto e 4 de Setembro de 1927.

Legislação Administrativa:

Código Administrativo. Leis n.ºs 88 e 621, de 7 de Agosto de 1913 e de 23 de Junho de 1916, compilação anotada por Carlos de Oliveira, Porto, Livraria Chardron de Léo & Irmão Editores, 1917.

Legislação Eleitoral:

ALMEIDA, Pedro Tavares de, (org. e introdução de), *Legislação eleitoral portuguesa: 1820-1926*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1998.

RODRIGUES, António Luís da Costa, *Código Eleitoral Actualizado*, Coimbra, Coimbra Editores, 1921.

Código Eleitoral, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925.

Portaria n.º 3150 de 11-4-1922.
 Lei n.º 1328 de 26-8-1922.
 Decreto n.º 8390 de 27-9-1922.
 Decreto n.º 8457 de 31-10-1922.
 Decreto n.º 11094 de 22-9-1925.
 Decreto n.º 11196 de 31-10-1925.

Resultados Eleitorais:

Censo Eleitoral da Metrópole. Câmaras Legislativas. Dados referentes ao Regime Absoluto, ao Regime Monárquico Constitucional e ao Regime Republicano, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

Demografia:

Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923-1925;
Censo da População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933-1934;
Censo extraordinário da população das cidades de Lisboa e Porto, 1 de Dezembro de 1925, Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.

Militar:

Lista Geral de Antiguidade dos Oficiais do Exército Metropolitano e empregados civis – 1923 a 1930, Lisboa, Imprensa Nacional;
Lista Annual de Antiguidade dos Officiaes da Armada e mais Pessoal em Serviço dependente do Ministério da Marinha, (1923-1930).

Publicações da «Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista»:

Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981;
Cartas e relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar (1930-1935), Lisboa, 1987;
Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar, Vol. I, (1931-39), Lisboa, 1987;
Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar, Vol. I, (1934-50), Lisboa, 1988;
Correspondência de Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar, (1933-64), Lisboa, 1986.

Diário do Governo, I e II Série (1923-1935).

Memórias, Diários, Reprodução de Fontes e Textos da Época:

AA.VV., *In memoriam. Álvaro de Castro. Homenagem de Admiradores, de Amigos e de Correligionários*, Lisboa, 1947.

ABREU, Gaspar de, *Memórias Políticas*, Braga, 1960.

“Acção Realista Portuguesa” in *Correio da Manhã*, ano IV, N.º 1062, 22/4/1924, p. 1.

AGUIAR, Armando, *A ditadura e os políticos*, Lisboa, Hércules, 1932.

“A Legião Vermelha não dorme. Numero de atentados à bomba, de Janeiro de 1923 a Junho de 1924”, *Progresso Cattolico*, ano XLVI, N.º 17, 1/9/1924, pp. 133-135.

- ALMEIDA, António José de *Quarenta anos de vida literária e política*, IV Vols., Lisboa, J. Rodrigues, 1934.
- ALMEIDA, José Valetim Fialho de *Figuras de Destaque*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923.
- ALVES, Ferro, *Os Budas - O contrabando de armas*, Lisboa, 1935.
- *A Mornaça - A Revolta nos Açores e Madeira em 1931*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1935.
- AMEAL, João, *As Directrizes da Nova Geração*, Lisboa, Lumen-Empresa Internacional Editora, 1925.
- ANACLETO, A. Neves – *A Longa Luta - preso, algemado e deportado*, Lisboa, Edição do Autor, s/d.
- ANTUNES, José Freire, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas, 1932-1968*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- ARCOS, Joaquim Paço de, [pseudónimo de Joaquim Belford Correia da Silva] *Memórias da minha vida e do meu tempo*, 3 Volumes, Lisboa, Guimarães Editores, 1973, 1976, 1979.
- AZEVEDO, Manuela de, (selecção, prefácio e notas de), *Cartas Políticas a João de Barros*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- BABO, Alexandre, *Recordações de um caminheiro*, Fundão, Jornal do Fundão, 1984.
- BAÇAL, Abade de, *Memórias Arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, VII Volumes, 3.ª edição, Bragança, 1982, (1.ª edição, Porto, 1930).
- BARATA, Cipriano Nunes, *Memórias de um velho regionalista*, separata de «comunidades portuguesas», Lisboa, 1974.
- BARBOSA, Raul Tamagnini, *Modalidades e Aspectos do Cooperativismo. Teses e Conferências de Propaganda*, Série Didáctica, IX, Porto, Imprensa Social, 1930.
- BARROS, Manuel Gaspar de, *Memórias*, Figueira da Foz, edição do autor, 1982.
- BATTAGLIA, Eugénio, *O Registo duma Cocotte*, 1926. [sátira política romanceada].
- BATALHA, Ladislau, *Memórias e Aventuras. Reminiscências Autobiográficas*, Lisboa, J. Rodrigues, 1928.
- BENTO, Manuel Pires, *A Questão Municipal*, Castelo Branco, Ohosgráfica, 1928.
- BRANDÃO, Raul, *Memórias*, III Volumes, Lisboa, 1919, 1925, 1933.
- BROCHADO, Costa, *Para a História de um Regime*, Lisboa, Editorial Império, 4.ª edição, (vi o livro no museu republica e resistência, ver em Évora)
- BOAVENTURA, Armando, *Sem Rei nem Roque...* [sátira política romanceada], 1924.
- CABRAL, António Joaquim Magalhães Teixeira, *Memórias políticas. Homens e factos do meu tempo*, Lisboa, 1923.
- *Tempos de Coimbra. Memórias de estudante. Anedotas e casos. Figuras e typos*, Coimbra, Coimbra editora, 1925.

- *As minhas memórias políticas. Cinzas do passado. Figuras e factos.* Os bastidores da política, Lisboa, Livraria popular de Francisco Franco, 1929.
- *As minhas memórias políticas. Na Linha de fogo. Revelações que se fazem. Misterios que se desvendam,* Lisboa, Livraria popular de Francisco Franco, 1930.
- *As minhas memórias políticas. Em Plena República. A Catastrophe. Valeu a pena?,* Lisboa, 1932.

CAIOLA, Lourenço, *Revivendo o Passado*, Lisboa, 1928.

- CAMPOS, Fernando, *Os Nossos Mestres ou Breviário da Contra revolução. Juízos e Depoimentos Coligidos por [...]*, Lisboa, Portugália Editora, 1924.
- *A genealogia do pensamento Nacionalista*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1931.
 - *No Saguão do Liberalismo*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1935.

CÂNDIDO, Jacinto, *Memórias íntimas para o meu filho (1898-1925)*, ed. de José Lopes Dias, Castelo Branco, Edição de Estudos de Castelo Branco, 1963.

- CARDOSO, Carlos de Sá, *Memórias de uma época e apontamentos políticos*, Lisboa, ed. do autor, 1973.
- *In Memoriam. General Sá Cardoso*, Lisboa, 1980.

CARDIA, Mário Sottomayor, (Organização, prefácio e notas), *Seara Nova. Antologia, Pela Reforma da República 1921-1926*, Lisboa, Seara Nova, 1971-1972.

- CARQUEJA, Bento, *O Futuro de Portugal. Portugal após a guerra*, 2.^a edição, Porto, Livraria Chardron, s.d.
- *O Comércio do Porto ao completar 70 anos. Notas para a sua História*, Porto, 1924.

CARVALHO, António G. G. Ribeiro de, *Prelúdios duma Ditadura*, Lisboa, Edições do Autor, 1957.

CASTRO, Álvaro de Castro, *A Acção Financeira do Governo Álvaro de Castro*, Conferência realizada no Ateneu Comercial do Porto em 25 de Outubro de 1924, Lisboa-Porto-Coimbra-Rio de Janeiro, Lumen, 1925, 7 + 110 pp.

CASTRO, Fernanda de, *Ao Fim da Memória*, 2 vols., Lisboa, Verbo, 1988.

CASTRO, Gonçalo Pereira Pimenta de, *As Minhas memórias*, Porto, 1947.

CASTRO, [Osório] João de, *A Revolução Nacionalista*, Lisboa, Edição do Autor, 1922.

CATARINO, Francisco Horta, *Falando de Revirvalho*, Lisboa, s/d. [1978].

CAVALHEIRO, Rodrigues, D, *Manuel II e João Franco. Correspondência Inédita*, Lisboa, Separata da revista *Sulco*, 1967, 70 pp.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, *Vinte Anos de Coimbra*, 2.^a edição, Lisboa, Edições Gama, 1943.

CÉRTIMA, António de, *O Ditador*, Lisboa, Rodrigues e Comp.^a, 1927.

CHAGAS, João, *Diário de João Chagas*, 2 Volumes, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1929.

- *Diário*, pref. João B. Serra, Lisboa, Rolim, imp. 1986-1987, 1º v. : 1914. - XLVIII, 383 p.. - 2.º vol. 1914-1918; 3º v. : 1918. - D.L. 1987. - [6], 274 p.. - 4º v. : 1918-1921. - D.L. 1987. - [6], 290 p.

- *Correspondência Literária e Política [...]*, 3 Volumes, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1957-1958.

CIDADE, Hernâni, (Direcção de), *Os Grandes Portugueses*, Vol.II, Lisboa, Arcádia. S.D.

COELHO, Vieira, *Memórias dum Revolucionário. Subsídios para a História do Movimento do 28 de Maio*, Lisboa. 1951.

COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da Marquês de Rio Maior*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930.

COLLAÇO, João Tello de Magalhães, *Da vida pública portuguesa. Conservadores e radicais*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1925.

Congresso das Associações Comerciais e industriais em Portugal, Teses e Actas, Lisboa, 1, 2, 3 e 4 Dezembro de 1923.

As Constituintes de 1911 e os seus deputados, (1911), Lisboa, Livr. Ferreira.

CORTESÃO, Jaime *13 cartas do cativo e do exílio (1940)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987.

COSTA, Afonso, *Discursos Parlamentares*, Vol. I, 1900-1910, compilação, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques, s.l., Europa América, 1973.

- *Discursos Parlamentares*, Vol. II, 1910-1914, compilação, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques, Amadora, Bertrand, 1976.

- *Discursos Parlamentares*, Vol. III, 1914-1926, compilação, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques, Amadora, Bertrand, 1977.

COSTA, Gomes da, *Memórias*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1930.

COSTA, Roquete de Sequeira e [pseud. de Hermano Neves, Herculano Nunes e Feliciano Santos], *Deus guarde a V. Ex.^a*, 1924. [sátira política romaneada].

COSTA, Alberto Mário de Sousa, *Heróis desconhecidos (Lisboa Revolucionária), Evocações Históricas*, Vol. III, Lisboa, Guimarães Editores, 1935.

- *Páginas de Sangue, Buíças, Costas e Companhia*, 5.º edição, Lisboa, Guimarães Editores, 1938.

CRISTO, Homem, *Monárquicos e Republicanos, apontamentos para a história contemporânea*, Porto, 1928.

CRUZ, Serafim Vieira Nunes da, (1926), *Bonzos e Canhotos*, Porto.

Da Mensagem de 8 de Dezembro à Acção Realista Portuguesa, Lisboa, Publicações da Acção Realista Portuguesa, s/d, 1924.

DANTAS, Júlio, *Páginas de Memórias*, Lisboa, Portugália, 1968.

“Da Rotunda ao Forte da Graça. Quatro entrevistas sobre o movimento militar do 18 de Abril, concedidas pelos Exmos. Snrs: General Sinel de Cordes, Comandante Filomeno da Camara,

Tenente-Coronel Raul Esteves, Major Licínio Cantarino Lima”, *A Entrevista*, N.º 2, Porto, 10/5/1925.

Diário da Câmara dos Deputados, (1922-1926).

Diário do Congresso (1922-1926).

Diário do Senado, (1922-1926).

“Estatutos da União Liberal Republicana”, *A Noite*, ano I, n.º 31, 22/04/1926, p. 3

FAZENDA, Pedro, *A crise política (em Portugal)*, Lisboa, Lúmen Edit., 1921.

FERNANDES, Vasco da Gama, *Depoimento Inacabado – Memórias*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1975.

FERRAZ, Ivens, *A ascensão de Salazar. Memórias de seis meses de Governo – 1929*, prefácio e anotações de César Oliveira, Lisboa, Edições «o Jornal», 1988.

FERREIRA, Jacinto, *Ao Serviço da Pátria e do Rei. Memórias políticas (1926-1974)*, Lisboa, Edição do Autor, 1991.

FERREIRA, José Eugenio Dias, *Política Nacional. Trabalhos de Propaganda Política*, Coligidas por uma comissão de amigos e carta prefácio do eminente estadista juiz consultor Dr. Júlio de Vilhena, 2.ª edição, Lisboa, 1926.

FERREIRA, Rafael, *Nos bastidores do Jornalismo, Memórias*, Lisboa, Romano Torres, 1945.

FIGUEIREDO, Fidelino de, *O Pensamento Político do Exército*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1926.

FONTES, Vital, *Servidor de Reis e de Presidentes*, compilação de Rogério Perez, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial Lda., 1945.

FORJAZ, Cândido Pamplona, *Memórias*, Cidade de Angra, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1984.

FERREIRA, Serafim; MOTA, Arsénio (org.), *Para um dossier da Oposição Democrática*, Tomar, Nova Realidade, 1969.

Freire, João Paulo, *Pela República. Dois anos de luta ao parapeito do «Diário da Noite»*, Lisboa, Livraria Central Editora, 1934.

FREITAS, Pedro de, *Memórias dum Ferroviário*, Montijo, 1954.

GARÇÃO, Francisco Mayer, *Os Esquecidos*, Lisboa, Empresa Editora e de Publicidade A Peninsular Lda., 1924.

GARCIA, Emídio, *Um Republicano na Cidade dos papas. [...] Crónicas de uma época (1911-1928) vivida em Roma*, Vol. I, Vila Nova de Famalicão, J. Rodrigues, 1937.

GOMES, Manuel Teixeira, *Correspondência. Cartas para Políticos e Diplomatas*, colectânea, introdução e notas de Castelo Branco, 2 Volumes, Lisboa, Portugália Editora, 1960.

GOMES, Mário de Azevedo, *Dois Meses no Ministério da Agricultura*, Lisboa, Seara Nova, 1924.

GONÇALVES, Assis, *Intimidades de Salazar. O Homem e a sua Época. (Memórias do seu Secretário nos primeiros sete anos da Vida Pública)*, Lisboa, Liv. Bertrand., 1971.

GONÇALVES, Caetano, *A 1.ª Legislatura da República Portuguesa*, Lisboa, Ferin. 1914.

- *Álvaro de Castro. Inquérito a uma vida útil. Apontamentos da carteira de um antigo deputado da Nação*, Lisboa, INP., 1933.

- *Coroa de Saudades (sobre a campa de minha mulher). Efemérides e notas auto-biográficas*, Vila Nova de Famalicão, Grandes Oficinas Gráficas “Minerva”, 1945.

- *Grandes Nomes, Pequenos Factos (Cinquenta anos de Vida Pública. Memórias)*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, S.D., [1947].

GUEDES, Armando Marques, *Cinco meses no governo*, Porto, Livraria Chardron. 1926.

- *Páginas do meu diário*, Lisboa, Enciclopédia, 1957.

GUIMARÃES, Luís de Oliveira; SANTOS, José Ribeiro dos, *Memórias dos outros*, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, Lda. 1944.

GUYOMARD, Georges *La Dictature Militaire au Portugal. Impressions d'un Français retour de Lisbonne*, Paris, Les Presses Universitaires de France, 1927.

ILHARCO, Alberto, *Memórias. Alguns apontamentos sobre a influência da política no exército*, Porto, Livraria Chardron, 1926.

JESUS, Quirino de; CAMPOS, Ezequiel de, *A Crise Portuguesa. Subsídios para a política de reorganização nacional*, Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1923.

LEAL, Francisco Cunha, *Eu os políticos e a Nação*, Lisboa, Imprensa de Portugal e Brasil, S.D., [1926].

- *Nacionalismo – Conferência que se devia realizar na Sociedade de Geografia, em 1 de Dezembro de 1927 e que foi proibida pelo Governo*, Lisboa, 1927.

- *O Empréstimo Externo. Alguns documentos*, SD.

- *Subsídios para o estudo do problema do crédito em Angola*, Edição do autor, Lisboa. 1930.

- *História do conflito entre um Ministro das Finanças e um governador do Banco de Angola*, Lisboa, edição do autor, 1930.

- *A obra intangível do Dr. Oliveira Salazar*, Lisboa, edição do autor, 1930.

- *Os partidos políticos na República Portuguesa*, «os meus cadernos - n.º 2», Corunha, Imprensa Moret, 1932.

- *Análise sumária do relatório das contas públicas de 1933-34*, «os meus cadernos», n.º 4, Lisboa, Imprensa Lucas & C.ª., 1935.

- *Alexandre Ferreira. Um Homem Excepcional*, Lisboa, 1952.

- *Em Demanda de Soluções para o problema Português*, (palestra proferida ao microfone de rádio clube português em 13 de Outubro de 1953), Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1953.

- *Verdades elementares (Discurso proferido em Lisboa, no Ginásio do Liceu Camões, em 26 de Outubro)*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1953.

- *Coisas de Tempo idos do tempo presente (comentários a afirmações do Sr. Ministro da presidência)*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1956.

- *Coisas do tempo presente. O colonialismo dos anticolonialistas*, Lisboa, edição do autor, 1961.

- *Coisas do tempo presente. A Gadanha da morte. Reflexões sobre os problemas euro-africanos*, Edição do autor, Lisboa, 1961.

- *Coisas do tempo presente. Cântaro que vai à Fonte...*, Lisboa, Edição do Autor. 1963.

- *As minhas memórias*, 3 volumes, Lisboa, edição do autor, 1966, 1967, 1968.

- *Textos antológicos de Cunha Leal*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

“A Legião Vermelha não dorme. Número de atentados á bomba de Janeiro de 1923 a Julho de 1924”, in *O Progresso Cattólico*, ano XLVI, n.º 17, 01/09/1924, pp. 144-135

LIMA, João Evangelista Campos, *A Revolução em Portugal*, Lisboa, 1925.

- *A Teoria Libertária ou o Anarquismo*, Spartacus, Conferência realizada na Universidade Popular Portuguesa, 1926.

LIMA, Sebastião de Magalhães, *Episódios da minha vida*, 2 vols., Lisboa, Livraria Universal, s.d., [1927].

LUPI, Luís C., *Memórias. Diário de um inconformista*, Lisboa, Editora Pax Braga, 1971-1973.

MACHADO, Bernardino, *A Irresponsabilidade Governativa e as duas Reacções: Monárquica e Republicana*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924.

- *Depois de 21 de Maio*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

- *A Política e o Poder Militar*, Vila Nova de Famalicão, Tip. Minerva., 1926.

- *Bernardino Machado. Manifestos Políticos (1927-1940)*, (Compilação, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Palas, 1978.

MADUREIRA, Joaquim (Brás Burity), *Caras Amigas. Gente Limpa*, Lisboa, Bertrand. S.D.

MADUREIRA, Joaquim, *As Desvirtuosas Malfeitorias*, Lisboa, A. M. Teixeira Cª (Filhos), 1930.

MAGALHÃES, Luís de, *Tradicionalismo e Constitucionalismo. Estudos de história e liquidação de responsabilidades*, Porto, Livraria Lello & Irmãos Editores, 1927.

MAGNO, David, *A Situação Portuguesa*, Porto, Companhia Editorial Portuguesa. 1925.

MARTINS, Francisco da Rocha, *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, cadernos «Inquérito», série G, n.º XV, Lisboa, Inquérito, 1941.

- *Pequena História de um grande Jornal*, Porto, S.D., [1948].

- *Vermelhos, Brancos e Azuis, Portugal dos Nossos Dias. Homens de Estado, Homens de Armas, Homens de Letras*, 4 Volumes, Lisboa, Vida Mundial Editora e Organização Crisalis, 1948-1951.

MARTINS, Joaquim P. de Oliveira, *Dispersos, I*, Org.ª Sérgio e Faria de Vasconcelos, Lisboa, 1923.

MARTINS, J. P. de Oliveira, *Política e História*, Lisboa, Guimarães Edit., 1956.

MARTINS JÚNIOR, João, *O Presidente Landrú na Republica da Calábria*, Lisboa, J. Rodrigues, 1927.

MARTINS JÚNIOR, João Augusto da Silva, *A Gruta dos Vagabundos*, 1928. [sátira política romaneada].

MATOS, Norton de, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, IV Volumes, Lisboa, Marítimo-Colonial, 1944-1945.

MELO, Manuel da Costa e, *Memórias cívicas 1913-1983*, Coimbra, Almedina, 1988.

- MELO, Martinho Nobre de, *Para além da Revolução. Ensaios de filosofia política. Estudos morais e sociais. Crítica e doutrina*, Lisboa, Ferin, 1925.
- MELLO, Roberto de Sampaio e, *O Cerco do Porto, 3 a 7 de Fevereiro de 1927 (Memórias d'um Sitiado), 5 dias e 5 noite sob a metralha*, 2.^a edição, Porto. J. Ferreira dos Santos, 1927.
- In Memoriam: General Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1967.
- MENEZES, Afonso Bourbon e, *O Diário de João Chagas. A Obra e o Homem*, Lisboa, J. Rodrigues & C.^a, 1930.
- *Páginas de Combate*, Lisboa, 1934.
- MIGUÉIS, José Rodrigues, *O milagre segundo Salomé*, 2 Vols., Lisboa, Estúdios Cor. 1975.
- MONCADA, Luís Cabral, *Memórias. Ao longo de uma vida (pessoas, factos e ideias), 1988-1974*, Lisboa - São Paulo, Editorial Verbo, 1992.
- MONTEIRO, Campos, *Saúde e Fraternidade*. [1.^a edição, 1923], 1978, [sátira política romaneada].
- MONIZ, Jorge Botelho, *O 18 de Abril. Elementos para a História d'uma Revolução vencida*, Lisboa, edição do autor, 1925.
- MONIZ, Júlio Botelho, *A Vida Heróica do Marechal Gomes da Costa*, Vila Nova de Famalicão, 1956.
- MONTEMÓR, Conde de, *Memórias do Conde de Montemor*, publicadas por Francisco Martins da Costa, Braga, 1934.
- NETO, David, *Dôa a quem doer*, Porto, Liv., Tavares Martins, 1933.
- NETTO, António Lino, *A Questão Agrária*, Porto, 1908.
- NEVES, Álvaro, *A vida dum apóstolo*, Sebastião de Magalhães Lima, 3 Volumes, Lisboa, 1930-1931.
- NOGUEIRA, César, *Resumo Histórico dos Congressos e Conferências do Partido Socialista Português (1877-1926)*, Edição da Revista Pensamento, Lisboa, 1932.
- NOGUEIRA, Franco, *Um político confessa-se. Diário. 1960-1968*, Porto, Livraria Editora Civilização, 3.^a Edição, 1987.
- NUNES, Leopoldo, *A Ditadura Militar. (Dois anos de história política contemporânea)*, 2.^a edição, Lisboa, 1928.
- *Carmona (Estudo Biográfico)*, Lisboa, 1942.
- OLAVO, Carlos, *Homens, Fantasmas e Bonecos*, Lisboa, Portugália Edit., 1956.
- OLIVEIRA, José Lopes, *Rema Sempre! Memórias Críticas, Paisagem*, Lisboa, Cosmos, 1940.
- OLIVEIRA, Lopes d', *Memórias Guerra Junqueiro*, Lisboa, Editorial Cosmos, 1938.
- *...E mesmo contra a maré! – Memórias – Crítica – Paisagem*, Lisboa, Edições Universo Lda., s.d..

OLIVEIRA, Maurício de, *Diário de um Jornalista, 1926-1930*, Lisboa, 1973.

O Pensamento que norteou o Movimento Militar do 28 de Maio de 1926, Lisboa, Candidatura à Presidência da República do Almirante Quintão Meireles, 1951.

PEREIRA, Félix Alves, *Manual Parlamentar. Para uso dos membros do Poder Legislativo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

PEREIRA, Pedro Theotonio, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, Lisboa, Verbo, 1972.

PERES, Souza, *Memórias do «28 de Maio». Cartas ao historiador Rodrigues Cavalheiro*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1968.

PESSOA, Fernando, *Da República, 1910-1935*, organização de Joel Serrão, Ática, Lisboa, 1979.

PIMENTEL, João Sarmento, *Memórias do capitão*, Porto, Inova, 1974.

PINA, A. Ambrósio, *Memórias de Leonardo Coimbra*, Braga, Livr. Cruz., 1979.

PRETO, Rolão, *Salazar e a sua Época. Comentário às entrevistas do actual chefe do Governo com o jornalista António Ferro*, Lisboa, Imprensa Moderna, 1933.

- “O sentido social do cacique, Quem tem hoje a amizade do povo?”, *Estudos de Castelo Branco*, n.º 3, 1962

- *Carta a um republicano*, Lisboa, União Gráfica, 1971.

- *Carta aberta ao Doutor Marcello Caetano*, Lisboa, edição do autor, 1972.

PROENÇA, Raul, *Páginas de Política*, 2 Volumes, Lisboa, Seara Nova, 1938-1939.

- *Polémicas*, org., prefácio e cronologia de Daniel Pires, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

- *O caso da Biblioteca*, org., estudos e notas de Daniel Pires e José Carlos González, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.

QUINTINHA, Julião, *Imagens de Actualidade*, 2.ª edição, Lisboa, Nunes de Carvalho, (1.ª ed., 1933), s.d.

RANGEL, Jaime, (Edição de), *À memória do Dr. Álvaro de Castro*, Bastorá, tipografia Rangel, 1928.

RAPOSO, Hipólito, *Dois Nacionalismos. L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa, Livraria Ferin, 1929.

- *Folhas do meu Cadastro*, Vol. I (1911-1925), Porto, 1945.

- *Folhas do meu Cadastro*, Vol. II (1926-1952), Lisboa, s.d., [1986].

REGO, Raúl, *Diário Político*, Lisboa, Arcádia, 1974.

Regimento da Assembleia Nacional Constituinte de 1911, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.

REBELO, José Pequito, *As falsas ideias claras em economia agrária*, Lisboa, s.d.

- *Cartilha do lavrador*, Lisboa, Imprensa da Livraria Ferin, 1921.

- *A Terra Portuguesa*, Lisboa, 1929.

- *Pela dedução à Monarquia*, 1914-1944, 2.ª Edição, Lisboa, Edições Gama, 1945.

RELVAS, José, *Memórias Políticas*, Lisboa, Terra Livre, 1978.

A Revolução de 7 de Fevereiro 1927-1938, Lisboa, Editorial Império, s.d.

RIBEIRO, Álvaro, *Memórias de um letrado*, Lisboa, Guimarães, 1979.

RODRIGUES, Daniel, *Correspondência para Sousa Fernandes*, ed. de A. J. da Silva, Famalicão, Câmara Municipal de Famalicão, 1990.

ROSADO, Domingos, *Textos Dispersos (poesia e prosa)*, Évora, Câmara Municipal de Évora e Câmara Municipal do Redondo, 1989.

SAA, Mário, *A Invasão dos Judeus*, Lisboa, 1925.

SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos*, Vol. I, 3.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1939.
- *Inéditos e Dispersos I. Escritos Político-Sociais e Doutrinários (1908-1928)*, Organização e prefácio de Manuel Braga da Cruz, Venda Nova, Bertrand Editora, 1997.

SALDANHA, Eduardo de Almeida, *Monarquia, Republica e Ditadura. Contribuição para o Estudo do problema político em Portugal*, Lisboa, 1932.

SANTANA, Emídio, *Memórias de um militante anarco-sindicalista: Tempos de luta e adversidade e de esperança*, Lisboa, Perspectivas & Realidades.

SANTOS, José Domingues dos, Declaração Ministerial lida ao Congresso da República em 27 de Novembro de 1924, 1924.

- *O Problema Político*, Tese Relatada pelo Sr. Dr. José Domingos [sic] dos Santos na sessão inaugural do Congresso da Esquerda Democrática. Documento notável pelo seu alto valor político e mental, separata de *A Choldra*, n.º 14, Lisboa, s.d., [1925], [8] pp.

SANTOS, José Ribeiro dos, *Memórias da memória*, Lisboa, Rolim, 1986.

SARDINHA, António, *Durante a fogueira*, Lisboa, 1927.

- *De vita et moribus*, Lisboa, 1931.

SARMENTO, Olga de Moraes, *As minhas memórias (tempo passado, tempo amato...)*, Lisboa, Portugalíia, s.d., [1948].

SCHWALBACH, Eduardo, *À Lareira do Passado*, Lisboa, 1946.

SEQUEIRA, Mont'Alverne, *Correspondência (1981-1930)*, compilação de A. H. de Oliveira Marques e Francisco de Carvalho Louro, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980.

SÉRGIO, António, "No Governo" in *Seara Nova*, n.º 34, 9 de Abril de 1924, pp. 195-197.

- *Ensaio*, T. III, Lisboa, Sá da Costa, 1972.

- *Correspondência para Raul Proença*, ed. de José Carlos González, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1987.

SILVA, António Maria da Silva, *O meu depoimento*, 2 Vol., Lisboa, 1974 e 1981.

SILVA, Francisco Ribeiro da (coordenação e estudo introdutório de), *Coronel Helder Ribeiro: Correspondência Recebida (1902-1931) e Notas Autobiográficas*, Porto, Universidade Portucalense e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997

SILVA, José, *Memórias de um operário*, Porto, 1971.

SILVA, Manuel José da, (s. d.), *Programa do Partido Socialista Português*, Lisboa, Biblioteca de Educação Social, [1928].

SOUSA, Eduardo de, *Após Monsanto*, Lisboa, Lúmen, 1921.

TELES, Basílio, “Cartas de Basílio Teles a Luís de Magalhães, 1891-1923”, in M. V. Cabral e M.ª Martins (eds.), *Uma inesperada amizade política*, separata da Revista da Biblioteca Nacional, 2.ª série. Vol. 6, 1991.

VASCONCELOS, Joaquim C. de, *O Movimento Nacional de 18 de Abril. Comentários e Revelações*, Porto, Editor Manuel Guedes Cardoso, 1925.

VENTURA, Cândido José, *Memórias e lembranças*, Montijo, Câmara Municipal, 1999.

VIEIRA, Anselmo, *A Crise Nacional*, Lisboa, J. Rodrigues e Companhia, 1926.

VIEIRA, Tomé, *Memórias de um repórter*, s.l., Comp. Nacional Editora, s.d., [1961].

VILHENA, Henrique de, *Pelo caminho (documentos e notas da minha vida social e pública)*, Lisboa. 1939.

XAVIER, Alberto, *Memórias da vida pública*, Lisboa, Livraria Ferin, 1950.
- *História da Greve Académica de 1907*, Coimbra Edit. 1962.

Outras Fontes impressas:

Almanach Bertrand, Lisboa, Livraria Bertrand, 1923 a 1930.

Almanaque Lello (O Hachette Português), Porto, Livraria Chardron, 1929-1930.

Anglo-Portuguese (The) Telephone Company Limited. Rede Telephonica de Lisboa. Lista dos Assinantes, (1908 a 1930)

Anuário Commercial de Portugal, Lisboa, Empresa do Anuario Comercial, 1923 a 1928.

Anuário Demográfico, Lisboa, Ministério das Finanças, 1929.

Anuário Diplomático e Consular Português, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1923-1930.

Anuário Estatístico de Portugal, Ministério das Finanças, 1923-1930.

Anuário dos [liceus]

Anuário do Gr. Or. Lusitano Unido, Sup. Cons. Da Maçonaria Portuguesa, 1922.

[*Anuário*] *Rito Escocês Antigo e Aceito. Supremo Conselho do GR.: 33 para a Jurisdição de Portugal e suas Colónias [...] Memória dos seus trabalhos*, 1921-1923, Lisboa, s.d.

Anuário da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1923-1930.

Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, 1923-1931.

Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa

Congresso Maçónico, Lisboa, 1924

Diário do Governo, (1923-1930).

Estatuto ou lei orgânica do Partido Republicano Liberal apresentado ao Congresso Partidário pela Comissão Dirigente, relator Luís de Mesquita Carvalho, Lisboa, Tip. Bayard, 1919.

Lei orgânica do Partido Republicano Português aprovada no Congresso Geral Ordinário realizado no Porto em 18, 19 e 20 de Dezembro de 1920, (1921), Lisboa, Soc. Editora Democrática.

“A Nação”, in *O Mundo*, n.º 8469, 17/10/1925, p. 2

“Ao País. A União Liberal Republicana esclarece os motivos que determinaram a sua fundação e expõe o pensamento político que a inspirara”, *A Noite*, ano I, n.º 2, 18/3/1926, p. 3

“O Programa Reconstituente” e “o Pacto dos Partidos” in José Barbosa, *O Problema Económico e Financeiro (Alguns Aspectos e Soluções)*, Lisboa, Portugal-Brasil, s.d. [1923], pp. 201-221; 223-230.

Programa do Partido Republicano Liberal, relator Ferreira de Mira, Lisboa, s.d., [1919].

“Programa Radical Actualizado” in *Os Radicais*, ano I, n.º 1, 20-01-1925, p. 2 e n.º 2, 20-01-1925, p. 2.

PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal*, Volume I e II, Biblioteca Nacional de Lisboa.

A Republica perante os Problemas Nacionaes. «Programa do partido Republicano radical», votado no I Congresso Partidário realizado em 9, 10 e 11 de Junho de 1922, relator José de Macedo, Lisboa, Arcádia de Portugal, 1923, 40 + 8 pp.

TARROSO, Domingos, *A forma de votar. Estudo e projecto de reforma das operações eleitorais*, Lisboa, 1898.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *Seara Nova*, n.º 1305-1310, Julho-Dezembro, 1955. [n.º dedicado a Norton de Matos].
- AA.VV., *Seara Nova*, n.º 1375, Maio, 1960. [número dedicado a M. Teixeira Gomes].
- AA.VV., *Prosopographie des élites françaises, XVI-XX siècles*, s.l., CNRS, 1980.
- AA.VV., *Les élites espagnoles à l'époque contemporaine*, Actes du colloque d'Histoire sociale d'Espagne: du 14 au 16 Mars - 1982, Pau, Ed. Université de Pau et du Pays de L' Adaur, 1983.
- AA.VV., *European landed elites in the nineteenth century*, London, University Press. 1984.
- AA.VV., *Loures. Tradição e Mudança. I Centenário da Formação do Concelho, 1886-1986*, 2 vol, Loures, Câmara Municipal de Loures, 1986.
- AAVV, *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, 2 Volumes, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1987.
- AA.VV., *Joshua Benoliel: Repórter Parlamentar*, Lisboa, Assembleia da República, 1989.
- AA.VV., *Elites and power in twentieth-century Spain*, Oxford, Clarendon Press, 1990.
- AA.VV., «Las élites en la modernización española», in *Espacio, Tiempo y Forma*, (numero temático), Serie V, H.^a Contemporánea, T. 3., 1990.
- AAVV., *A Vida da República Portuguesa, 1890-1990*, 2 vols., Actas do Congresso realizado de 14 a 16 de Outubro de 1991, Lisboa, Universitária Editora / Cooperativa de Estudos e Documentação, 1991-1995.
- AA.VV., *Les Elites Fins de Siècles. XIX et XX siècles*, Actes de la Journée d'Etudes du 31 Janvier 1992, Editions de la maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 1992.
- AA.VV., «História Social das Elites», in *Análise Social*, (número temático), Vol. XXVIII, n.º 116-117, 1992.
- AA.VV., *Les élites locales et l'Etat dans l'Espagne moderne: Du XVI au XIX siècle*, Paris, CNRS Editions, 1993.
- AA.VV., *Le Grandi Leggi Elettorali Italiane, 1848-1993*, Roma, Editore Colombo, 1994.
- AA.VV., *Elites. Prosopografía Contemporánea*, editor Pedro Carasa Soto, Valladolid, Universidad de Valladolid - secretariado de publicaciones, 1995.
- AA.VV., *Formazione e ruolo delle elites nell'età contemporanea*, a cura di Giovanni Aliberti e Luigi Rossi, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1995.
- AA.VV., *Actas do Colóquio Bernardino Machado. O homem, o cientista, o político e o pedagogo*, Museu Bernardino Machado, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.
- AA.VV., *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Centro de História da Universidade de Lisboa/Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, Coleção Colóquia, Lisboa, 2004.

AA.VV., *Curso de partidos políticos*, Madrid, Akal ediciones, 1997.

ADELMAN, Paul, *The rise of the labour party 1880-1945*, London, Longman, 1980.

AFFONSO, Domingos de A.; VALDEZ, Ruy Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza. Apostilas e Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, 3 vols., Braga, 1932-1934.

AFONSO, Aniceto, *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

AGUIAR, Joaquim, *A Ilusão do Poder*, Lisboa, D. Quixote, 1983.

- "Partidos, estruturas patrimonialistas e poder funcional: A crise de legitimidade", *Análise Social*, n.º 87-89, 1985, pp. 759-783.

- "O exercício do poder como ação condicionada", *Análise Social*, n.º 94, 1986, pp. 859-890.

- "Formas de dominação e sociedade: o caso do neopatrimonialismo", *Análise Social*, n.º 96, 1987, pp. 241-278.

- "As funções dos partidos nas sociedades modernas", *Análise Social*, n.º 107, 1990, pp. 287-331.

- "Sociedade fragmentada e clivagens políticas", *Análise Social*, n.º 108-109, 1990, pp. 545-587.

AIRES, Joaquim Ribeiro, *A Primeira República em Sabrosa: achegas para o seu estudo*, Vila Real, Minerva Transmontana, 1987.

- "A República em Vila Real (III)", *Estudos Trasmontanos e Durienses*, n.º 7, 1995, Vila Real, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, pp. 239-264.

ALMEIDA, António Ramos de Oliveira, *Bernardino Machado, Evocação de uma figura política*, Porto, 1951.

ALMEIDA, Fernando J., "Os últimos dias da República (Maio de 1926)", *História*, Ano XVIII (nova série), n.º 26, Novembro, 1996, pp. 26-35.

- "O caso «Angola e Metrópole» Alves dos Reis, o homem que roubou Portugal", *História*, N.º 29, Março, 1997, pp. 38-47.

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de, *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis, 1886-1941*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, "Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)", *Análise Social*, Vol. XXI, N.º 85, 1985, pp. 111-152.

- *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difer, 1991.

- *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na "Regeneração" (1851-1890)*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos, "Os Deputados da 1.ª República Portuguesa: Inquérito Prosopográfico", *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Volume, 27, 2006, pp. 399-417.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa Pinto; BERMEO, Nancy (Org.), *Quem Governa a Europa do Sul?*, Lisboa, ICS, 2006

ÁLVAREZ REY, Leandro, "Organizaciones patronales durante la Dictadura de Primo de Rivera. La Unión Comercial Sevillana", *Revista de Historia Contemporánea*, Departamento de

Historia de España Moderna y Contemporánea de la Universidad de Sevilla, N.º4, 1985, pp. 167-177.

- *Sevilla durante la dictadura de Primo de Rivera. (La unión patriótica sevillana. 1923-1930)*, Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1987.

- “Elites políticas en Sevilla durante la crisis de la restauración (1898-1931). Bases sociales y control institucional”, *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Contemporánea*, 3 (1), 1990, pp. 213-228.

- *La derecha en la II República: Sevilla, 1931-1936*, Sevilla, Universidad de Sevilla-Ayuntamiento de Sevilla, 1993.

ALVES, Adelino, *Centro Católico Português. A Igreja e a Política*, s.l., Editora Reis dos Livros, 1996.

AMARAL, Luciano (Org.), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, 2011.

AMARO, António Rafael, *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939). Memória, Cultura e Poder*, Viseu, Universidade Católica Portuguesa, 1995.

- “A Seara Nova e a resistência cultural e ideológica à Ditadura e ao Estado Novo (1926-1939)”, in *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, n.º 17, 1995, pp. 405-438.

- “Os Congressos Regionais das Beiras e o Regionalismo em Portugal (1921-1940)”, in AA.VV., *Portugal e as Regiões: Perspectivas Históricas*, Coordenação da Associação Portuguesa de História Económica e Social/Comissão Organizadora de XVI Encontro da APHES/FEUC, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996, pp. 71-92.

AMEAL, João, (Dir.), *Anais da Revolução Nacional*, Lisboa, 1948.

ANTUNES, José Freire, *A Desgraça da República na Ponta das Baionetas. As Forças Armadas de 28 de Maio*, Amadora, Bertrand, 1978.

ARRANZ, Luís; CABRERA, Mercedes, “Parlamento, sistema de partidos y crisis de gobierno en la etapa final de la Restauración (1914-1923)”, *Revista de Estudios Políticos*, N.º 93, Julio-Septiembre, 1996, pp. 313-330.

ARRANZ NOTARIO, Luis, “Modelos de partido”, *Ayer*, n.º 20, 1995, pp. 81-110.

ARRANJA, Álvaro, “Um governo de esquerda na I República”, *História*, n.º 29, Outubro, 2000, pp. 10-13

ARTOLA, Miguel, *Partidos y Programas Políticos 1808-1936*, 2 Tomos, Madrid, Aguilar, 1977.

AZEVEDO, Cândido de, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa, Editorial Caminho, 1999.

AZEVEDO, Carlos Moreira, *História Religiosa de Portugal*, 3 Vol., Lisboa, Círculo de Leitores. 2002.

AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Memórias do tempo*, Sintra, Câmara Municipal, 1998.

AZEVEDO, Manuel Roque, “Inquérito sobre o Partido Republicano Evolucionista (1912-1919)”, *Nova História*, n.º 2, Dezembro, 1984, pp. 74-122.

BAAL, Gérard, *Histoire du Radicalisme*, Paris, Éditions La Découverte, 1994.

- BAIÃO, Manuel, “A Ditadura Militar na historiografia recente”, *Penélope, Fazer e Desfazer a História*, n.º 14, Dezembro, 1994), pp. 201-217.
- “Elites políticas locais na transição da I República para a Ditadura Militar” in AA.VV., *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães*, Volume 6, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, 1996, pp. 263-285.
 - “Elites Políticas Locais Face ao «28 de Maio». O caso de Portalegre”, *IBN MÁRWAM*, Revista Cultural do Concelho de Marvão, N.º 7, Dezembro, 1997, pp. 205-217.
 - “Sociabilidade Política no final da I República em Évora. O Centro Republicano Nacionalista Eborense” in AA.VV., *Maia, História Regional e Local*, Actas do Congresso, Vol. III, Maia, Câmara Municipal da Maia, 1999, pp. 85-101.
 - *Elites políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
 - (Ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.UE, 2004.
 - “O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – ideologia, política regional, organização interna e elites”, *Análise Social*, Vol. XVI, N.º 178, 2006, pp. 99-123.
 - “Decadencia y disolución del Partido Republicano Nacionalista (1926-1935)” in Mercedes Gutiérrez Sánchez; Diego Palacios Cerezales (Eds.), *Conflicto Político, Democracia y Dictadura. Portugal y España en la Década de 1930*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007, pp. 99-153.
- BALLINI, Pier Luigi, *Le elezioni nella storia d'Italia dall'Unità al fascismo*, Bologna, Il Mulino, 1988.
- “Elettorato, Sistemi Elettorali, Elezioni”, in FIRPO, Massimo; TRAFAGLIA, Nicola; ZUNINO, Pier Giorgio (Dir), *Istituzioni Politiche e Forme di Governo*, Vol. II, Milano, Garzanti Editore, 1998, pp. 365-477
- BAPTISTA, Jacinto, *Surgindo vem ao longe a nova aurora. Para a história do diário sindicalista A Batalha (1919-1927)*, Lisboa, Bertrand, 1977.
- BARDONNET, Daniel, *Évolution de la Structure du Parti Radical*, Paris, Éditions Montchrestien, 1960.
- BARNES, John, et al, (ed.), *A History of the Conservative Party*, London, Longman, 1978.
- BARREIRA, Cecília, *Sondagens em torno da Cultura e das Ideologias em Portugal (Sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Polemos, 1983.
- BARROS, Júlia Leitão de, *Os Night Clubs de Lisboa nos anos 20*, Lisboa, Lucifer 1990.
- BAUDOIN, Jean, *Introdução à sociologia política*, Lisboa, Editorial Estampa. 2000.
- BÉGUEC, Gilles Le, “Gruppi giovani e partiti politici durante la III Repubblica”, *Ricerche di Storia Politica*, Bologna, Il Mulino, N.º 6, , 1991, pp. 81-97.
- BENALIEL, Joshua, *Repórter Parlamentar*, Lisboa, Assembleia da República, 1987
- BERGER, Stefan, *The British Labour Party and the German Social Democrats, 1900-1931. A Comparative Study*, Oxford, Oxford University Press, 1994.
- “The attempt at Democratization under Weimar” in GARRARD, John; TOLZ, Vera; WHITE, Ralph, (Ed.), *European Democratization since 1800*, London, Macmillan Press, 2000, pp. 96-115.
- BERG-SCHLOSSER, Dirk; MITCHELL, Jeremy, (Edited by), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-39. Systematic Case Studis*, London, Macmillan Press, 2000.

BERMEO, Nancy, “*Getting Mad or Going Mad? Cidadãos, escassez e o colapso da democracia na Europa de entre as guerras*”, *Penélope*, n.º 19-20, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 11-42
- *A Teoria da Democracia e as Realidades da Europa do Sul*, Lisboa, Difer, 2000.

BERNARDO, Maria Ana Rodrigues, *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na Segunda metade do século XIX. O Círculo Eborense*, Évora, Universidade de Évora, policop., 1992.
- “A Dinâmica dos Recenseamentos Eleitorais no Final da Monarquia e na I República”, *Penélope*, Lisboa, Celta, n.º 27, 2002, pp. 93-124.

BERSTEIN, Serge, *Histoire du Parti Radical. La Recherche de L’Age D’Or (1919-1926)*, Paris, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1980.
- “Les Partis”, in R. Rémond (Dir.), *Pour une Histoire Politique*, Paris, Seuil, 1988.

BESSA, António Marques, *Quem Governa? Uma análise histórico-política da teoria da elite*, Lisboa, ISCSP, 1993.

BEST, Heinrich; COTTA, Maurizio, *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

BEYME, Klaus Von, *Los partidos en las democracias occidentales*, Madrid, Siglo XXI editores, 1986.

BLAKE, Robert, *The Conservative Party from Peel to Churchill*, London, Fontana, 1974.

BON, Frédéric, *Les élections en France. Histoire et Sociologie*, Paris, Éditions du Seuil, 1978, pp. 58-63.

BOOTHROYD, David, *Politico's guide to the history of british political parties* London, 2001.

BORGES, José Pedro de Alboim, *Joshua Benoliel: O Rei dos Fotógrafos*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

BOTTOMORE, Tom, *Elites and Society*, C. A. Watts, Londres, 1964.

BRANCO, José Vieira, *Subsídios para a História da Imprensa Algarvia. De 1833 aos nossos dias*, Faro, Tipografia Caetano, 1938.

BRÁS, Rui Manuel, “As relações entre Socialistas e Comunistas nos anos de 1923-1925”, *Ler História*, n.º 45, 2003, pp. 155-166.

BRAZÃO, Maria Elisa de Franca; ABREU, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira – 1931*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1994.

BUSINO, Giovanni, “Les théories des élites”, *Revue Européenne des Sciences Sociales*, T. 25, n. 76, 1987, pp. 247-273.

CABRAL, Manuel Villaverde, “Teles: o nacionalismo republicano, do decandentismo ao autoritarismo”, *Prelo*, n.º 15, 1987, Lisboa, pp. 19-33.
- *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, 2.ª Edição, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

- “The «Seara Nova» Group (1921-1926) and the ambiguities of Portuguese liberal elitism”, *Portuguese Studies*, Londres, vol. 4, 1988, pp. 181-195.

- *The demise of liberalism and the rise of authoritarianism in Portugal, 1880-1930*. An inaugural lecture from the Department of Portuguese and Brazilian Studies, Professor of Portuguese History, King’s College London, 1993.

CABRERA, Mercedes, “La reforma del reglamento de la Cámara de Diputados en 1918”, *Revista de Estudios Políticos*, N.º 93, Julio-Septiembre, 1996, pp. 345-357

- (Dir.), *Con Luz e Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)*, Madrid, Taurus, 1998.

CABRERA, Mercedes; JULIÁ, Santos, ACEÑA, Pablo Martín, (Comps.), *Europa en Crisis 1919-1939*, Madrid, Editorial Pablo Iglesias, 1991.

CABRERA CALVO-SOTELO, Mercedes; COMÍN COMÍN, Francisco; GARCIA DELGADO, José Luís, (Dir.), *Santiago Alba. Un programa de reforma económica en la España del Primer Tercio del siglo XX*, Madrid, Ministerio de Economía y Hacienda/ Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 1989

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca, “Elites e Elites Militares. A liderança como exercício de autoridade e poder”, *Futuro Presente*, Revista de Nova Cultura, n.º 38, Out./Dez., 1996, pp. 35-39.

- *Os Militares no Poder. Uma análise histórico-política do Liberalismo à revisão Constitucional de 1959*, Lisboa, Hugin, 1997.

CAETANO, Marcello, *As constituições Portuguesas*, 6.ª Edição, Lisboa/São Paulo, Ed. Verbo, 1986.

- *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*, organização e prefácio de Diogo Freitas do Amaral, Coimbra, Coimbra Editora, 1994.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, «O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)», *Análise Social*, vol. XXII, n.º 94, 1986, pp. 943-954.

CAMPOS, Eduardo Manuel Tavares, *Cronologia de Abrantes no Século XX*, Abrantes, Câmara Municipal de Abrantes, 2000.

CAMPINOS, Jorge, *O Presidencialismo do Estado Novo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1978.

CANAVEIRA, Manuel Filipe, *Manuel Teixeira Gomes, Uma Vida entre dois séculos*. Funchal/Lisboa, Edicarte, 1999.

CARASA SOTO, Pedro “La recuperación de la Historia política y la prosopografía”, in AA.VV., *Elites. Prosopografía Contemporánea*, editor Pedro Carasa Soto, Valladolid, Universidad de Valladolid - secretariado de publicaciones, 1995, pp. 41-51.

CARDOSO, Guilherme, “Um grupo de revolucionários de Alcabideche na 1.ª República”, *Boca do Inferno*, Revista de Cultura e Pensamento, n.º 4, Julho, 1999, pp. 43-51

CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

CARVALHO, António José Torres de Carvalho, *Notas para a História do Jornalismo em Elvas*, Elvas, 1931.

- CARVALHO, David de, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1977.
- CASTILHO, José Manuel Tavares, *A Assembleia Nacional (1934-1974)*, Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2007.
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.
- CAZORLA PÉREZ, J. “Del Clientelismo tradicional al clientelismo de partido: evolución y características”, *Working Papers*, Institut de Ciènces Politiques i Socials, N.º 55, 1992.
- CHAUSSINAND-NOGARET, Guy, (sous la direction de), *Histoire des Élités en France du XVI au XX^e siècle. L'honneur, le mérite, l'argent*, s.l., Editions Tallandier. 1991.
- CHARLE, Christophe, *Les Élités de la République, 1880-1900*, Paris, Fayard, 1987.
- CHARLOT, Jean, *Os Partidos Políticos*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1974.
- CHARMLEY, John, *A History of Conservative Politics, 1900-1996*, London, Macmillan/St. Martin's Press, 1996.
- CHAVES, Castelo Branco, *M. Teixeira Gomes*, Lisboa, 1934.
- *Teixeira Gomes Diplomata*, Lisboa, 1943.
- CHORÃO, Luís Bigotte, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, 2.º edição, Porto, Sextante Editora, 2010.
- CLÍMACO, Cristina, “A emigração política portuguesa em França. A fase de Paris (1927-1931)”, *História*, N.º 28, Janeiro/Fevereiro, 1997, pp. 16-31
- “O reviralhismo e a República espanhola (1931-1936)”, *História*, N.º 31, Maio, 1997, pp.46-56.
- COIMBRA, Artur Ferreira, *Major Miguel Ferreira. Uma lição de liberdade*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1995.
- *Dicionários dos Fafenses*, Núcleo de Artes e Letras de Fafe, 2001.
- *Desafectos ao Estado Novo. Episódios da Resistência ao Fascismo em Fafe*, Fafe, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Fafe, 2003.
- *Apontamentos de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 2003.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá; TRABULO, António Alberto Rodrigues, *A Primeira República no Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Edição da Câmara Municipal de Foz Côa, 1993.
- COLE, Alistair; CAMPBELL, Peter, *French electoral systems and elections since 1789*, Andershot, Gover, 1989.
- CONSTANTINE, Stephen; KIRBY, Maurice W.; ROSE, Mary B., (Ed.), *The First World War in British History*, London, Edward Arnold, 1995.
- CORDEIRO, Carlos, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999.

CORTESÃO, Jaime, *Elogio Histórico de Bernardino Machado*, s.l., Liga da Defesa Nacional, s.d., [1945].

COSTA, António Luís Pinto da, “A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga da Defesa da República ou Liga de Paris”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Nova de Lisboa, n.º 5, 1990-1991, pp. 247-274

- *O concelho de Murça: retalhos para a sua história*, Murça, Câmara Municipal de Murça, 1992.

COSTA, Carlos Gomes da, *A Vida Agitada do Marechal Gomes da Costa*, 2 volumes, Lisboa, Liv. Popular de F. Franco, s.d..

COSTA, Eduardo Freitas, *História do 28 de Maio*, Lisboa, Ed. Templo, 1979.

COSTA, José Joaquim Ribeiro da, *Óscar Carmona (1869-1951), Elementos para o estudo do primeiro Presidente da República do Estado Novo*, Tese de Mestrado, Lisboa, F.C.S.H./U.N., texto dact., 1993.

COTTA, Maurício, *Democracia, Partidos e Elites Políticas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

CRUZ, Manuel Braga da, *As origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1980.

- «Notas para a caracterização política do Salazarismo», *Análise Social*, Vol. XVIII, n.º 72-73-74, 1982, pp. 777-778.

- «O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo», in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 13-74.

- «A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à formação do Estado Novo», in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 75-100.

- *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1988.

- «As elites católicas nos primórdios do Salazarismo», *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117, 1992.

- «Centro Católico Português», in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (Dir. de), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 141-142.

- (Coordenação e selecção de textos), *Sistemas Eleitorais: O Debate Científico*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Imprensa das Ciências Sociais, 1998.

CRUZ, Maria Antonieta (Org.), *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas Históricas e Políticas*, Porto, Universidade do Porto Editorial, 2009.

Cruz, Mário Pinho, (Coord), *Dos Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda aos Ministros das Finanças, 1788-2006, uma iconografia*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2006.

CUENCA TORIBIO, José Manuel, *Sindicatos y partidos católicos españoles: ¿Fracaso o frustración?, 1870-1977*, Madrid, 2001.

CUNHA, Carlos Manuel Guimarães da, *O Partido Reformista: Origens, Evolução e Extinção*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997.

Norberto Cunha, “O Grupo de Estudos Democráticos (1931-1932)” in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 439-469.

D'ARAGÃO, Manuel Eugénio Aresta. *Apontamentos de Biografia e de Bibliografia*, Porto, 1980.

DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos; FARIA, Telmo, (Coord.); *Delgado - As eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998.

DIAS, Manuel Augusto, *O Município de Ansião na Primeira República*, Prefácio de Vitorino Magalhães Godinho, Edição da Câmara Municipal de Ansião, 1998.

- *A Republicanização no Concelho de Ansião*, Ansião, Editora Serras de Ansião, 1999.

DOGAN, Mattei, "Romania, 1919-1938" in WEINER, Myron; OZBUDUN, Ergun, (Edited by), *Competitive elections in developing countries*, Durham, Duke U.P., 1987, pp. 369-389.

DINIZ, Aires Antunes, *Álvaro de Castro - Pela República, Liberdade e Democracia*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, 2005.

DUARTE, Maria João Raminhos, *Oposição à ditadura militar e ao «Estado Novo» no Algarve (1926-1958): o caso do Concelho de Silves*, Tese de doutoramento de História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

DUVERGER, Maurice, *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

FARIA, Cristina Azevedo, "A elite universitária na Ditadura", *História*, Ano XVIII (nova série), n.º 23/24, Agosto/Setembro, 1996, pp. 42-59.

- "A Renúncia de Teixeira Gomes", *História*, n.º 31, Dezembro, 2000, pp. 18-27.

FARIA, Telmo, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional, 2000.

FARINHA, Luís, "Os reviralhistas e a Frente Popular", *História*, N.º 28, Janeiro/Fevereiro, 1997, pp. 4-15

- *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

- "Presidentes da I República", *História*, n.º 31, Dezembro, 2000, pp. 18-27.

- "O patriarca dos republicanos", *História*, N.º 52, Janeiro, 2001, pp. 58-61.

- *Estudo sobre a acção política Parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como deputado ao Congresso da República (1918-1926)*, 2 volumes, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002.

- "A oposição e a constitucionalização da Ditadura. Entre a via legal e a revolução", *História*, N.º 44, Abril, 2002, pp. 26-33.

- *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*, tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2003.

- *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República. Um Notável Rebelde*, Lisboa, Texto, 2009.

FARNETI, Paolo, "Social conflict, parliamentary fragmentation, institutional shift, and the rise of fascism: Italy" in Juan J. Linz; Alfred Stepan, (Ed.), *The Breakdown of Democratic Regimes*, vol. 2, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1978, pp. 3-33.

FAUSTINO, Carla Sofia Ângelo, *A Elite Política no Concelho de Arraiolos, (1890-1918)*, Tese de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1996.

FERNANDES, Ivo Xavier, "Leiria na História da Imprensa [...] Jornais de Leiria" in *Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria*, 23 a 26 de Setembro, MCMXLIII, Leiria, 1944, pp. 90-97.

FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho, “A classificação sócio-profissional: Uma questão em aberto”, *População e Sociedade*, Centro de Estudos da População e Família, N.º 1, Porto, 1995, pp. 177-208.

FERNANDES, Paulo Jorge, As Eleições Municipais de 1847 e 1849 em Viana do Castelo. Influentes locais e manipulação do voto”, *História*, ano XX (nova série), n.º 4/5, Julho/Agosto de 1998, 1998, pp. 17-25.

FERNÁNDEZ CLEMENTE, Eloy, *Portugal en los años veinte. Los orígenes del «Estado Novo»*, Valladolid, Universidad Valladolid, 1996.

FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo; NUÑEZ SEIXAS, Xosé M.; ARTIAGA REGO, Aurora; BALBOA, Xesús, (Coord.), *Poder Local, elites e cambio social na Galicia non Urbana*, Parlamento de Galicia/Universidad de Santiago de Compostela, 1997.

FERRÃO, Carlos, *A obra da República*, Lisboa, Editorial Século, s.d., [1966].

- *Desfazendo Mentiras e Calúnias*, Lisboa, Editorial «O Século», 1967.

- *História da 1.ª República*, Lisboa, Terra Livre, 1976.

FERREIRA, David, “A acção política da Seara Nova” *Seara Nova*, n.º 1000-1007, Outubro, 1946, pp. 208-214.

FERREIRA, José Medeiros, *O comportamento político dos militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal*, Lisboa, Ed. Estampa, 1992.

FERREIRA, Nuno Estêvão Figueiredo Miranda, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: Composição, Funcionamento e Influência*, Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade em Sociologia Política, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2009.

FERRO, António, *Salazar. O Homem e a sua obra*, Reedição, Lisboa, Edições FP, 1982.

FIRPO, Massimo; TRAFAGLIA, Nicola; ZUNINO, Pier Giorgio (Dir), *Istituzioni Politiche e Forme di Governo*, Vol. II, Milano, Garzanti Editore, 1998.

FONSECA, Carlos da, «A revolta imaginária. O operariado frente ao 28 de Maio», *Revista de História das Ideias*, n.º 7, 1985, pp. 373-390.

FONSECA, Hélder Adegar, “Sociedades e Elites Alentejanas no Século XIX”, *Economia e Sociologia*, Évora, n.º 45-46, 1988, pp. 64-67.

- *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Coleção Análise Social, 1996.

- “As elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial”, *Análise Social*, Vol. XXXI, n.º 136-137, 1996, pp. 711-748.

FORNER, Salvador (Coor.), *Democracia, elecciones y modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1997.

FREIRE, Antunes J., *A Desgraça da República na Ponta das Baionetas*, Lisboa, Ed. Bertrand, 1978.

FRANÇA, José-Augusto, *Os anos vinte em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

FREIRE, André (Coor.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português*, Lisboa, Edições Colibri, 2011.

FREIRE, João, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal 1900-1940*, Afrontamento, Porto, 1992.

FREITAS, Eduardo de, "Algumas notas sobre a teoria das elites", *Análise Social*, n.º 30-31, Vol. VIII, 1970, pp. 519-527.

FRITZSCHE, Peter, "Did Weimar Fail?" *The Journal of Modern History*, N.º 68, The University of Chicago, September, 1996, pp. 629-659.

GAIO, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 3.ª ed., 12 Vols, Braga, 1992.

GARCIA DELGADO, José Luis, (Ed.), *La Crisis de La Restauración: España, entre la Primera Guerra Mundial y la Segunda Republica*, Madrid, Siglo XXI, 1986.

GARCIA SANZ, Fernando, (Ed.), *España e Italia en la Europa Contemporánea: desde finales del siglo XIX a las Dictaduras*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002.

GARRIDO MARTÍN, Aurora, *Cantabria 1902-1923: Elecciones y Partidos*, Universidad de Cantabria, 1990.

- "Historiografía sobre el caciquismo: Balance y perspectivas", *Hispania*, L/3, N.º 176, 1990, pp. 1349-1360.

GELLNER, Ernest, *Patronos y Clientes*, Barcelona, Jucar Univ., 1986.

GILLESPIE, Richard, *Historia del partido socialista obrero español*, Madrid, Alianza Editorial, 1991.

GIL PECHARROMÁN, Julio, "Notables en busca de masas: el conservadurismo en la crisis de la Restauración" *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, T. 6, 1993, pp. 233-266.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962)*, Lisboa, Dom Quixote, 2005.

GOMES, Joaquim António Cardoso Fialho, *A Censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): estrutura e pessoal político*, 2 vols., dissertação de mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1997.

GOMES, Joaquim Ferreira, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1912-1926). Alguns apontamentos*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1990.

GÓMES NAVARRO, José Luis, et al., "Aproximación al estudio de las élites políticas en la Dictadura de Primo de Rivera", *Cuadernos Económicos de I.C.E.*, n.º 10, 1979, pp. 183-209.

GÓMES-NAVARRO, José Luís, *El Régimen de Primo de Rivera. Reyes, Dictaduras y Dictadores*, Madrid, Cátedra, 1991.

GONÇALVES, Bento, *Palavras necessárias. Elementos para a História do movimento operário português*, 2.ª Edição, Porto, Edição de Virgínia Moura, 1973.

GONÇALVES, Constantino Oliveira, *O Partido Socialista nos primeiros anos de Ditadura*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1999.

GONZÁLES HERNÁNDEZ, Maria Jesús, *Ciudadanía y acción. El conservadurismo maurista, 1907-1923*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1990.

GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo, *El Máuser y el sufragio. Orden público, subversión y violencia política en la crisis de la Restauración (1917-1931)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.

GORTÁZAR, Guillermo, “Investigar las élites: Nuevas perspectivas”, *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Contemporánea*, 3 (1), 1990, pp. 15-24.

- “Oligarquía, Elites y Prosopografía: Tres Etapas en la Historia de los Grupos de Poder”, in AA.VV., *Elites. Prosopografía Contemporánea*, editor Pedro Carasa Soto, Valladolid, Universidad de Valladolid - secretariado de publicaciones, 1995, pp. 35-40.

GOUVEIA, Fernando Tomás Rosa, *Orgânica Governamental, sua Evolução e Elencos Ministeriais Constituídos desde 5 de Outubro de 1910 a 31 de Março de 1972*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972.

Governo Militar de Lisboa, Livro de Ouro (Notas Biográficas dos Comandantes e Governadores), 1836-1948, Lisboa, 1949.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 36 Vols, Lisboa, 1956.

GRAVE, João Mourato, “A Imprensa no Distrito de Castelo Branco” in *IV Congresso e Exposição Regional das Beiras, Relatório, Sessões, Teses, Exposição, Imprensa, Coordenação de Jaime Lopes Dias, Vila Nova de Famalicão*, 1931, pp. 236-255.

GRAZIANO, Luigi, *Clientelismo e sistema político. Il caso dell'Italia*, Milano, Franco Angeli Editore, 1980.

GUIMARÃES, Alberto Laplaine, *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos/Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000.

GUIMARÃES, Hélder, *Os Ilustres de Vila do Conde. Elites e Poder Local numa paria nortenha entre a Monarquia e a Ditadura Militar*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

GUIMARÃES, Luís de Oliveira, *Júlio Dantas. Uma vida. Uma obra. Uma época*, Lisboa, Romano Torres, 1963.

- *Presidentes do Conselho Beirões*, Lisboa, 1966.

GUTTSMAN, Wilhelm Leo, *The German Social Democratic Party, 1875-1933*, London, George Alen & Unwin, 1981.

HERNET, Guy; HOTTINGER, Julian Thomas; SEILER, Daniel-Louis, (sous la direction de), *Les Partis Politiques en Europe de l'Ouest*, Paris, Economica, 1998.

IÑIGO FERNÁNDEZ, Luis, *La Derecha Liberal en la Segunda República Española*, Madrid, UNED, 2000.

JANES, Emanuel, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1997.

JONES, Larry Eugene, *German Liberalism and the Dissolution of the Weimar Party System, 1918-1933*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1988.

JULIÁ, Santos, “El sistema de partidos en la Segunda República”, *Revista de Historia Contemporánea*, Universidad de Sevilla, N.º 7, 1996, pp. 201-219.

KREUZER, Marcus, “Efeitos institucionais no desenvolvimento dos partidos. O desempenho eleitoral dos liberais na França e na Alemanha de entre-guerras”, *Penélope*, n.º 19-20, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 71-98.

LABISA, António dos Santos, *A Política Cambial Portuguesa em Tempo de Dificuldades: 1918-26*, Revista História Económica, N.º 9, Banco de Portugal, 2002.

LAPA, Albino dos Santos, *Governadores Civis de Portugal*, Lisboa, 1962.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron, (org.), *Political Parties and Political Development*, New Jersey, Princeton, 1969.

LARA RODENAS, Juan Carlos de, “Política y lucha de partidos en la Huelva de la Restauración: Las elecciones a Cortes de 1919”, *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Contemporánea*, 3 (1), 1990, pp. 301-313.

LEAL, Ernesto Castro, “Partidos e grupos políticos na I República” in João Medina (dirigida por), *A República*, «História de Portugal» Vol X, Amadora, Ediclube, 1993, pp. 287-318.

- António Ferro. *Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

- “Quirino Avelino de Jesus: um católico «pragmático». Notas para o estudo crítico da relação entre publicismo e política (1894-1926)”, *Lusitânia Sacra*, VI, 1994, pp. 355-389.

- “A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)”, *Análise Social*, Vol. XXXIII, n.º 148, 1998, pp. 823-851.

- *Nação e Nacionalismo. A Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

- “Presidencialismo autoritário nos anos 20 em Portugal”, *Clio*, Vol. 5, (2000).

- “Nacionalismos Portugueses”, *História*, N.º 45, Maio, 2002, pp. 40-45.

- “O campo político dos partidos republicanos (1910-1915)” in AA.VV., *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Centro de História da Universidade de Lisboa/Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, Coleção Coloquia, Lisboa, 2004, pp. 107-125.

- *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

- *Partidos e Identidade Política. A Construção do Sistema Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Sumário das Provas de Agregação, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

LEMOS, Mário Matos e, “A «Revolução Triunfante» Guiné – 1931”, *Revista de História das Ideias*, n.º 17, Universidade de Coimbra, 1995, pp. 303-347.

LEMOS, Mário Matos e; TORGAL, Luís Reis (Coordenação e prefácio), *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário*, Lisboa, Texto Editores, 2009.

LENK, K.; NEUMANN, F., (edit.), *Teoría y Sociología Críticas de los Partidos Políticos*, Barcelona, Anagrama, 1980.

LEPSIUS, M. Rainer, “From fragmented party democracy to government by emergency decree and national socialist takeover: Germany” in Juan J. Linz; Alfred Stepan, (Ed.), *The Breakdown of Democratic Regimes*, vol. 2, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1978, pp. 34-79.

LÉVÊQUE, Pierre, *Histoire des Forces Politiques en France, 1880-1940*, Tome 2, Paris, Armand Colin, 1994.

LINZ, Juan J., “Continuidad y discontinuidad en la élite española de la Restauración al Régimen actual”, in AA.VV. *Estudios de Ciencia Política y Sociología*, Homenaje al Profesor Carlos Ollero, Madrid, Gráficas Carla Vilhun, 1972, pp. 361-423.

- *El sistema de partidos en España*, Madrid, Narcea, 1979.

- “Élites locales y cambio social en la Andalucía rural”, *Estudios Socio-económicos de Andalucía*, 1982.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred, (Ed.), *The Breakdown of Democratic Regimes*, 2 vols., Baltimore, Johns Hopkins U.P., 1978.

LOPES, Fernando Farelo, “O liberalismo decadente da Seara Nova (algumas hipóteses)”, in AA.VV., *O Fascismo em Portugal*, Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp. 141-165.

- “A Revista *Pela Grei* (doutrina e prática política)”, *Análise Social*, Vol. XVIII, N.º 72-73-74, Lisboa, 1982, pp. 759-772.

- “Um regime parlamentarista de partido dominante”, in António Reis (Direcção de), *Portugal Contemporâneo*, Vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 85-100.

- “Clientelismo, «crise de participação» e deslegitimação na I República”, *Análise Social*, Vol. XXVI, N.º 111, Lisboa, 1991, pp. 401-415.

- “Tipos e representações do caciquismo em Portugal”, in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia, Vol. I Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação de Sociologia, 1993, pp. 732-741.

- *Poder político e caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa 1994.

- *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004.

LOPES, Fernando Farelo; FREIRE, André, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Uma introdução*, Oeiras, Celta Editora, 2002.

LOPES, Filipa Sousa, *Momentos da Oposição em Famalicão (Dos finais da década de vinte aos anos cinquenta)*, Vila Nova de Gaia, Editora Ausência, 2004.

LOPES, Norberto, *O exilado do Bougie. Perfil de Teixeira Gomes*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942.

- *Visado pela Censura. A Imprensa. Figuras. Evocações. Da Ditadura à Ditadura à Democracia*, Lisboa, Aster, 1975.

- *Alexandre Ferreira no centenário do seu nascimento*, Conferência proferida na casa de repouso de inválidos do comércio em 5 de Novembro, Lisboa, 1977.

- *Sarmento Pimentel ou uma Geração Traída. Diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”*, Lisboa, Ed. Aster, 1977.

- *Perfil do Jornalista. Joaquim Manso no primeiro centenário do seu nascimento*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, Tomo XX, 1979.

- *A posição espiritual de Guerra Junqueiro*, Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, Tomo XXI, Lisboa, 1980.

LUEBBERT, Gregory M., *Liberalismo, Fascismo o Socialdemocracia. Clases Sociales y orígenes políticos de los regímenes de la Europa de entreguerras*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 1997.

LUÍS, Alexandre António da Costa, “As eleições presidenciais de 1949. Dois “Portugais” em confronto”, *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, n.º 16, 1994, pp. 283-322.

LUNET, Carlos Alberto Homem de Figueiredo, *O Estado Novo nos Congressos da União Nacional*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1998.

LYTTELTON, Adrian, *The Seizure of Power. Fascism in Italy 1919-1929*, London, Weidenfeld and Nicolson, 1973.

- “El patronazgo de la Italia de Giolitti”, *Revista de Occidente*, Tomo 43, n.º 127, Out. – Dez., Madrid, 1973, pp. 94-117

- “La crisis del sistema liberal en Italia”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, Tomo 6, 1993, pp. 297-310

MACHADO, António, *Bernardino Machado. Memórias*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1945, 2.ª edição de 2000.

MADEIRA, João, “A Luta interna no Estado Novo dos anos trinta. O Problema político de Santiago do Cacém”, *História*, ano XIX (nova série), n.º 32, Junho, 1997, pp. 26-35.

MADEIRA, Lina Alves, *Alberto da Veiga Simões. Esboço Biográfico*, Coimbra, Quarteto Editora, 2002.

MADDEN, Paul, “The social class origins of Nazi Party Members as determined by occupations, 1919-1933”, *Social Science Quarterly*, Volume, 68, Number 2, June, 1987, pp. 263-280.

MADUREIRA, Arnaldo, «O 28 de Maio». *Elementos para a sua compreensão*, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1978.

- «O 28 de Maio». *Elementos para a sua compreensão*, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

- *A Formação Histórica do Salazarismo (1928-1932). O quadro político em que se estruturou o Salazarismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

- *A Questão Religiosa na I República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, Volume II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da História, 2005.

MANIQUE, António Pedro, *As eleições administrativas de 1919 no concelho de Vila Franca de Xira. (Contributo para o estudo dos fenómenos eleitorais concelhios durante a I República)*, Separata do boletim cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, 1986, pp. 7-75.

MANISCALCO, Maria Luisa, “L’élite tra società e storia: il concetto e la realtà” in AA.VV., *Formazione e ruolo delle elites nell’età contemporanea*, a cura di Giovanni Aliberti e Luigi Rossi, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1995.

MARÍN ARCE, José María, *Santiago Alba y la crisis de la Restauración*, Madrid, UNED, 1990.

- “El Partido Liberal en la crisis de la Restauración”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, T. 6, 1993, pp. 267-296.

MARQUES, A. H. de Oliveira, “Estudos sobre Portugal no séc. XX, I - Aspectos do Poder Executivo, 1900-1932”, *O Tempo e o Modo*, n.ºs 47-48, 54-55, 62-63, 67 e 71-72, Lisboa, 1967-1969.

- (dirigida por), *História da Primeira República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., [1972-1979].

- (organização prefácio e notas de), *A Unidade de Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1973.
- “Proposta para o estudo de uma revolução” *Expresso*, 2 de Junho de 1973, p. 13
- “Introdução” in *A Exposição. Eleições para a Assembleia Constituinte, 1820, 1836, 1911*. Biblioteca Nacional de Lisboa - 7 a 30 de Abril de 1975, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1975, pp. 5-10.
- *Afonso Costa*, 2.^a edição, Lisboa, Arcádia, 1975.
- (Organização de), *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, (com a colaboração de A. de Sousa Dias), Lisboa, Dom Quixote, 1975.
- *300 Anos do Cartaz em Portugal*, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1975, 1976.
- (organização prefácio e notas de), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928). A Questão do Empréstimo Externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976.
- *Bernardino Machado*, (com a colaboração de Fernando Marques da Costa), Lisboa, Montanha, 1978.
- (Organizado por), *Magalhães Lima (1850-1928). No cinquentenário da sua morte*. Exposição, Grémio Lusitano, Lisboa, 1978.
- (Organizado por), *Exposição Evocativa do Cinquentenário da Morte de Magalhães Lima, 1850-1928*, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1979.
- *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 3.^a edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- (Introdução, cronologia e organização de), *Norton de Matos. Exposição*. Biblioteca Nacional de Lisboa, Junho-Julho, 1980.
- *Guia de História da I República*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981.
- *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 2.^o edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.
- *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, 2 Vol., Lisboa, Delta, 1986.
- *Ensaios de História da I República Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1988.
- *A Literatura Clandestina em Portugal (1926-1932)*, 2 volumes, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1990.
- (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. 11, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- (Coordenação de), *Parlamentares e Ministros da 1.^a República*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000.
- (Coordenação de), *Roteiro de Fontes para a História do parlamento Português*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2000.

MARQUES, A. H. de Oliveira; ABRANCHES, Filipe, *História de Lisboa*, Lisboa: Assírio & Alvim: Câmara Municipal, 2^o v.: 1580-1974, 2000.

MARQUES, Aldina de Bessa Ferreira Rodrigues, *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar. A organização enunciativa no debate de interpelação ao Governo*, Braga, Universidade do Minho, 2000.

MARREIROS, Glória Maria, *Quem foi quem? 200 Algarvios do século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998.

MARTINS, Jorge Carvalho, *António Patrício: 1878-1930: um diplomata republicano liberal*, Lisboa Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTINS, Susana, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.

MARTÍNEZ, Soares, *A República Portuguesa e as Relações Internacionais (1910-1926)*, Lisboa, Verbo Editora, 2001.

MATOS, Luís Salgado de, “Lisboa, 1920. Vida sindical e condição operária” [entrevista com Emídio Santana], *Análise Social*, Vol. 67, 1981, pp. 1165-1195.

MATOS, Luís Salgado de; COSTA, Miguel Freitas de; PINTO, Jaime Nogueira, “Mesa Redonda - Do 28 de Maio ao 25 de Abril: Forças Armadas e Poder em Portugal”, *Futuro Presente*, Revista de Nova Cultura, n.º 36, Abril /Junho, 1996, pp. 23-32.

MATOS, Sérgio Campos, (Coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

MATOS, Venerando António Aspra de, *Republicanos de Torres Vedras, Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*, Edições Colibri, Lisboa, 2003.

MAVROGORDATOS, George Th., *Stillborn Republic. Social Coalitions and Party Strategies in Greece, 1922-1936*, Berkeley, University of California Press, 1983.

MAYER, Jean-Marie, “La prosopographie des élites: Etat de la Question”, in AA.VV., *Les Elites Fins de Siècles. XIX et XX siècles*, Actes de la Journée d’Etudes du 31 Janvier 1992, Editions de la maison des sciences de l’homme d’Aquitaine, 1992, pp. 123-125.

MEDEIROS, Fernando, *A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

MEDINA, João, *Salazar e os fascistas. Salazarismo e o Nacional-Sindicalismo. A história de um conflito 1932/1935*, Lisboa, Bertrand, 1978.

- *O pelicano e a seara: integralistas e seareiros juntos na revista Homens Livres*, Lisboa, Edições António Ramos, 1978.

- «Os primeiros fascistas portugueses. Subsídios para a História ideológica dos primeiros movimentos fascistas em Portugal anteriores ao Nacional-Sindicalismo. Estudo antológico», *Vértice*, (sep.), Coimbra, 1987, 71 p.

- *"Oh! a República!...": estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Inst. Nac. de Invest. Científica, 1990.

- (Dir.), *História Contemporânea de Portugal*, 7 Vols., Lisboa, Multilar, s.d.

- (Dir.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, 15 Vols., Amadora, Clube Internacional do Livro, 1996.

MENDES, J. Maria, “O contributo da biografia para o estudo das elites locais”, *Análise Social*, ICS, Lisboa, n.º 116-117, 1992, pp. 357-365.

MENDES, Maria Manuela Mendes, “As elites políticas num concelho da área metropolitana do Porto”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 14, 1993, pp. 177-198.

MENEZES, Luís Manuel Machado, *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no arquipélago dos Açores*, s.l., Secretaria regional da educação e cultura/Direcção regional dos assuntos culturais, 1992.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

- “O impacto da Primeira Guerra Mundial no sistema político português” in Manuel Baiôa, (ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS, 2004, pp. 421-446.

- *Portugal 1914-1926. From the First World War to military dictatorship*, Bristol, HiPLAM, 2004.

MICHELIS, Robert, *Los partidos políticos, Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna*, 2 Vol., Buenos Aires, Amorrortu Editores, 4.^a reimpressão, (1.^a edição alemã de 1915), 1991.

MILLS, C. Wright, *A elite do poder*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1968.

MIRA, Matias Ferreira; RIBEIRO, Aquilino, *Brito Camacho*, 3.^a edição, Lisboa, Bertrand, [1948].

MIRANDA, Jorge, (organização e introdução de), *As Constituições Portuguesas*, Lisboa, Livraria Petrony, 1981.

- *Manual de Direito Constitucional*, 3.^a ed., Tomo I, Coimbra, Coimbra Ed., 1985.

- "Parede – um bastião republicano no concelho de Cascais", *Arquivo de Cascais*, n.º 12, Cascais, 1996, pp. 81-87

MOMMSEN, Hans, *The Rise and Fall of Weimar Democracy*, University of North Carolina Press, 1998.

MÓNICA, Maria Filomena, "Industria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)", *Análise Social*, Vol. XVIII, N.º 72, 73 e 74, 1982, pp. 1231-1277

- *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imp. Nac./Casa da Moeda e Instituto de Estudos para o desenvolvimento, 1985.

- *Os grandes patrões da indústria portuguesa*, Coleção «Biblioteca de Economia e Gestão», n.º 11, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.

- *O Tabaco e o Poder. 100 anos da Companhia dos Tabacos de Portugal*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992.

- "As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910", *Análise Social*, Vol. XXXI, n.º 139, 1996, pp. 1039-1084.

MONTE, Gil, *O Jornalismo Eborense*, 2.^a Edição, Évora, Gráfica Eborense, 1978.

- *Achegas para a História do jornalismo no distrito de Évora*, Évora, Gráfica Eborense, 1984.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, (Coord.), *Estudos Autárquicos*, Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, Ano IV, n.º 6 e 7, 1.º e 2.º Semestres, 1996.

MORENO LUZÓN, Javier, "Teoría del clientelismo y estudio de la política caciquil", *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 89, Julio-Septiembre, 1995, pp. 191-224.

- *Romanones. Caciquismo y política liberal*, Madrid, Alianza Editorial, 1998.

- "El clientelismo político: Historia de un concepto multidisciplinar", *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.º 105, Julio-Septiembre, 1999, pp. 73-95.

- "A historiografia sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspectivas", *Análise Social*, N.º 178, ICS, 2006, p. 9-29.

MOSCA, G., *La Clase Política*, México, Fondo de Cultura Económica, 1984.

MOURA, Maria Lúcia de Brito, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004.

MOUZELIS, Nicos P., *Politics in the Semi-Periphery. Early Parliamentarism and Late Industrialization in the Balkans and Latin America*, London, Macmillan, 1986.

MUSEU BERNARDINO Machado, *Bernardino Machado na caricatura Política*, catálogo, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1997.

NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

NEUMANN, Sigmund (Ed.), *Partidos Políticos Modernos*, Madrid, Editorial Tecnos, (1.^a edição inglesa de 1956), 1965.

NEVES, José Manuel Dias Poças das Neves, (2003), *Vila Nova de Ourém na Primeira República. O Conflito político-religioso*, Mestrado em História Regional e Local, Faculdades de Letras da Universidade Lisboa.

NETO, Vítor, “Estado Igreja e Anticlericalismo na 1.^a República” in Luís Machado de Abreu e António José Ribeiro Miranda, (Coord.), *Colóquio O Anticlericalismo Português: História e Discursos*, Aveiro, 2002.

NOIRET, Serge, *La nascita del sistema dei partiti nell'Italia contemporanea. La proporzionale del 1919*, Roma, Piero Lacaita editore, 1994.

- “Le campagne Elettorali dell'Italia Liberale: dai Comitati al Partiti” in BALLINI, Pier Luigi (a cura di), *Idee di Rappresentanza e Sistemi Elettorali in Italia tra Otto e Novecento*, Venezia, Istituto Veneto di Scienze Lettere ed Arti, 1997, pp. 383-454.

- “La introducción del sufragio universal y de la representación proporcional en Italia en 1918-1919: una frágil modernización democrática” in Salvador Forner (Coor.), *Democracia, elecciones y modernización en Europa, Siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1997, pp. 73-95;

NORTON, José, *Norton de Matos: biografia: fronteiras do tempo*, Lisboa, Bertrand Editora, 2002.

NUNES, Joaquim António, *Da Vida e da Obra de Teixeira Gomes*, Lisboa, 1976.

NÚÑEZ RIVERO, J. M.; MARTÍNEZ SEGARRA, R.M., “Participación de las élites económicas en los primeros intentos de institucionalización del régimen de Primo de Rivera: Somatén y Unión Patriótica”, *Revista de Derecho Político*, UNED, n.º 15, 1982, pp. 151-166.

OLABARRI GORTAZAR, Ignacio, Problemas no resueltos en torno al pronunciamiento de Primo de Rivera”, *Revista de Historia Contemporánea*, Universidad de Sevilla, N.º 7, 1996, pp. 223-248.

O' LEARY, C., *Irish Election, 1918-1977. Parties, Voters and Proportional Representation*. Dublin, Gill & Macmillan, 1979.

OLIVEIRA, A. Lopes, *Jornais e Jornalistas Madeirenses*, Braga, 1969.
- *Imprensa Bracarense*, Braga, Editora Pax, 1976.

OLIVEIRA, César, *A Criação da União Operária Nacional*, Porto, Afrontamento, 1973.

- *O primeiro congresso do partido comunistas português*, Lisboa, Seara Nova, 1975.

- (Estudo introdutório, notas, cronologia, biografia e bibliografia de), *A preparação do 28 de Maio. António Ferro e a propaganda do Fascismo 1920-1926*, Lisboa, Moraes Ed., 1980.

- «Prefácio», in Ivens Ferraz, *A ascensão de Salazar. Memórias de seis meses de governo - 1929 - do general Ivens Ferraz*, (Prefácio e notas de César Oliveira), Lisboa, Ed. O Jornal, 1988, pp.7-36.

- (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

- OLIVEIRA, Pedro Aires, *Armando Monteiro. Uma Biografia Política.*, Venda Nova, Bertrand Editora, 2000.
- ORSINI, Fabio Grassi; QUAGLIARIELLO, Gaetano (a cura di), *Il partito político dalla Grande Guerra al Fascismo. Crisi della rappresentanza e riforma dello Stato nell'età dei sistemi politici di massa (1918-1925)*, Bologna, Il Mulino, 1996.
- OSTROGORSKI, M. Y, *La démocratie et les partis politiques*, Editions du Seuil, (Ed. Original de 1902), 1979.
- PANEBIANCO, Angelo, *Modelos de Partido. Organización y Poder en los Partidos Políticos*, Madrid, Alianza Editorial, 1990.
- PARETO, V., *Forma y equilibrio sociales. Extracto del tratado de sociología general*, Madrid, Alianza, 1980.
- PATRIARCA, Fátima, “«Diário» de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar”, *Análise Social*, Vol. XLI, N.º 178, pp. 169-222.
- PAXECO, Óscar, *Os que arrancaram em 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Império, 1937.
- *A arrancada de 28 de Maio*, Lisboa, Editorial Vanguarda, 1957.
- PENÃ GUERRERO, Maria Antonia, “La Elite política de Huelva ante la contienda electoral de 1923”, *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Contemporánea*, 3 (1), 1990, pp. 315-341.
- “Las élites españolas en la transición del liberalismo a la democracia”, *Revista de Historia Contemporánea*, Universidad de Sevilla, n.º 5, 1991, pp. 171-180.
- *El sistema caciquil en la provincia de Huelva. Clase política y partidos (1898-1923)*, Córdoba, Publicaciones del Ayuntamiento de Córdoba, 1993.
- *Clientelismo político y poderes periféricos durante la Restauración. Huelva 1874-1923*, Huelva, Universidad de Huelva, 1998.
- PEREIRA, Ana Cristina Clímaco, *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, Tese de Doutoramento, Université de Paris 7 (Denis Diderot), 5 volumes, 1998.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui, *Egas Moniz em Livre Exame*, Coimbra, Minerva, 2000.
- PEREIRA, António dos Santos, *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926)*, Porto, Edições Afrontamento, 2001.
- PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, 1959.
- *Os Governadores Civis de Portugal*, Lisboa, 1962.
- PEREIRA, Gilberto da Conceição Marques, *A política externa de Portugal: do pós-guerra à institucionalização da ditadura*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.
- PEREIRA, Joana, “A confrontação social do pós-guerra”, *História*, N.º 39, Outubro, 2001, pp. 32-39.
- PEREIRA, José Pacheco, (Organização, prefácio, e bibliografia de), *A preparação ideológica da intervenção militar de 28 de Maio de 1926*, Porto, Afrontamento, 1978.
- “Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1910-1926)”, *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-68-69, 1981, pp. 695-713.

- “O PCP na I República: Membros e Direcção”, *Estudos sobre o Comunismo*, n.º 1, Setembro a Dezembro, 1983, pp. 2-21.

- Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal, Lisboa, ed. Europa-América, 1983.

PEREIRA, Teresa Maria Sancha Fernandes, *Elite Política Municipal e Distrital de Lisboa, 1926-1945*, Tese de Mestrado, ISCTE, Lisboa, 1998.

PÉREZ ROMERO, Emilio, *La Provincia de Soria durante la Dictadura de Primo de Rivera, 1923-1930*, Soria, Centro de Estudios Sorianos, 1983.

PINTO, António Costa, “A Formação do Integralismo Lusitano (1907-1917)”, *Análise Social*, Vol. XVIII, 1982, pp. 1409-1419.

- “Ditadura Militar” in AA.VV., *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. I, s.l., Pub. Alfa, 1985, pp. 191-192.

- “O Fascismo e a Crise da Primeira República: Os nacionalistas lusitanos (1923-1925)”, *Penélope*, n.º 3, Junho, 1989, pp. 43-62.

- *O Salazarismo e o Fascismo Europeu*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.

- “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: O Nacional Sindicalismo e a União Nacional”, *Análise Social*, Vol. XXVII, n.º 116-117, 1992, pp. 575-613.

- *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*, Ed. Estampa, Lisboa, 1994.

- “Vinte e oito de Maio de 1926” in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (Dir. de), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 1016-1018

- “Muitas crises, poucos compromissos: A queda da Primeira República”, *Penélope*, n.º 19-20, 1998, pp. 43-70.

- “A Queda da Primeira República”, in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Coordenadores), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 25-44

- (Coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000

- (Coord.), *Os Presidentes da República Portuguesa*, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2001.

PINTO, Jaime Nogueira, “As origens do 28 de Maio”, *Futuro Presente*, n.º 5, 1981, pp. 10-25.

PINTO, Paulo Mendes, *António Xavier Correia Barreto*, Porto, Edições Afrontamento. 2002.

PINTO, Ricardo Leite, “União Liberal Republicana (ULR), 1926-1930. (Um partido político na transição da I República para o Salazarismo)”, *Polis*, Revista de Estudos Jurídicos-Políticos, N.º 4/5, Julho - Dezembro, 1995, pp. 131-260.

- “Uma introdução ao neo-republicanismo”, *Análise Social*, Vol. XXXVI, N.º, 158-159, Primavera – Verão, 2001, pp. 461-485.

PIRETTI, Maria Serena, “La leggi elettorali e la loro incidenza sulla Camera dei deputati. Un’analisi della ricaduta delle riforme del 1882, 1912 e 1919” in MANCA, Anna Gianna; BRAUNEDER, Wilhelm (a cura di), *L’istituzione parlamentare nel XIX secolo. Una prospettiva comparata*, Bologna, Il Mulino, 1999, pp. 237-265.

POLÓNIA, Severino Augusto Mendes, *O Grupo de Renovação Democrática 1932-1933*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1999.

POMBENI, Paolo, *Partiti e Sistemi Politici nella Storia Contemporanea (1830-1968)*, Bologna, Il Mulino, 1994.

- “Sulla forma partito del XIX secolo. Una Riflessione complessiva” in AA.VV., *Les Familles Politiques en Europe Occidentale au XIX Siècle*, Rome, École Française de Rome, 1997, pp. 3-22.

PRIDHAM, Geoffrey, (Edit.), *Securing Democracy, Political Parties and Democratic Consolidation in Southern Europe*, Londres, Routledge, 1992.

PROENÇA, António Tavares, *Os regimes políticos e a regionalização. Um conceito de Estado Regional. O caso da região da Beira Baixa (1807-2002)*, edição do autor, 2002.

PROENÇA, Maria Cândida, *Eleições Municipais em Sintra. 1910-1926*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1987.

PRO RUIZ, Juan, “Las Elites de la España Liberal. Clases y redes en la redefinición del espacio social (1808-1931)”, *Historia Social*, n.º 21, 1995, pp. 47-69.

QUAGLIARIELLO, Gaetano, *Il Partito Politico nella Belle Époque. Il dibattito sulla forma-partito in Italia tra ' 800 e 900*, Milano, Giuffrè Editore, 1990.

QUINTELA, João G. P., *Para a História do Movimento Comunista em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1976.

QUEIPO DE LLANO, Genoveva García, *El reinado de Alfonso XIII. La modernización fallida*, Madrid, Historia 16, 1997.

QUEIRÓS, António José, “As eleições Legislativas de 1925 no Concelho de Amarante”, *Revista da Faculdade de Letras*, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, I Série, Vol. 2, 2003, pp. 95-105.

- *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Dissertação de Doutoramento, 2 vols., Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

- *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

QUEIRÓS, Vasco de Barros *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a acção política de Thomé José de Barros Queiroz. Episódios da vida do político Thomé José de Barros Queiroz*, posf. João Medina, Lisboa, Eva, 1985.

QUINTAS, José Manuel, “O Integralismo face à institucionalização da Ditadura. Contra a «Salazarquia»”, *História*, N.º 44, Abril, 2002, pp. 34-41.

QUINTAS, Maria da Conceição, *Setúbal. Economia, Sociedade e Cultura Operária, 1880-1930*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

RAGIN, Charles C., *Constructing social research: the unity and diversity of the method*, Thousand Oaks, 1994.

RAMÍREZ, Manuel, *Sistema de partidos en España (1931-1991)*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1991.

RAMOS, Luís de Oliveira, *Memória sobre os Deputados do Minho às Constituintes de 1911*, Separata da Revista «Bracara Augusta», tomo XXX, fascículo 70, Julh-Dez., 1976.

RAMOS, Rui, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real”, *Análise Social*, vol. XXII, n.º 90, 1986, pp. 109-135.

- “A ideia republicana e a História da República em Portugal”, *Análise Social*, N.º 115, 1992, pp. 229-239.

- *Os Presidentes da República Portuguesa*, Lisboa, Coleções Philae, 1999.
- “O fim da República”, *Análise Social*, Vol. XXXIV, n.º 153, 2000, pp. 1059-1082.
- *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Edição revista e actualizada, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VI, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.
- RAVARA, António Pinto, “Acerca das Eleições de 1911”, *Clío*, vol. 3, 1981, pp. 127-146.
- “A classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930)”, *Análise Social*, Vol. XXIV, 1988, n.º 103-104, pp. 1161-1184.
- REIS, António, “Entrevista. A I República precipitou-se no abismo”, *História*, N.º 39, Outubro, 2001, pp. 18-23.
- *Raúl Proença. Biografia de um intelectual político republicano*, 2 Vols., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.
- REIS, Célia, *A Revolta da Madeira e Açores*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- REY REGUILLO, Fernando del, *Proprietarios y patronos. La política de las organizaciones económicas en la España de la Restauración (1914-1923)*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.
- REQUENA GALLEGO, Manuel, *Partidos, elecciones y élite política en la provincia de Albacete, 1931-1933*, Albacete, Instituto de Estudios Albacetenses, 1991.
- RESA, João Bernardino Gomes, “Loures e a República Democrática 1910-1926”, in *Loures. Tradição e Mudança*, Vol II, Loures, Câmara Municipal de Loures, 1986.
- RIBEIRO, Lia, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- RIBEIRO, Maria Conceição, “Projecto de Constituição de Salazar. Grandes Opções do Estado Novo”, *História*, N.º 44, Ano XXIV (III Série), Abril, 2002, pp. 42-49.
- RIBEIRO, Olga Maria Vasco, *Álvaro Xavier de Castro: esperanças e fracasso de um republicano demoliberal: 1878-1928*, Tese de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990.
- RIDOLFI, Maurízio, *Il PSI e la nascita del partito di massa, 1892-1922*, Roma, Laterza, 1992.
- *Interessi e Passioni. Storia dei partiti politici italiani tra l'Europa e il Mediterraneo*, Milano, Bruno Mondadori, 1999.
- RIQUER I PERMANYER, Borja de, “Consideraciones sobre historiografía política de la Restauracion” in AA.VV., *Tuñón de Lara y la Historiografía española*, Madrid, Siglo XXI, 1999, pp. 123-141.
- ROBINSON, Richard, “The religious question and the catholic revival in Portugal, 1900-1930”, *Journal of Contemporary History*, 1977.
- ROBLES EGEA, Antonio (Comp.), *Política en penumbra. Patronazgo y clientelismo políticos en la España contemporánea*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1996.
- ROCHA, Francisco Canais, “Convergência de Socialistas e Comunistas na I República (1921-1926)”, *Vértice*, n.º 56, Setembro-Outubro, 1993, pp. 5-11.
- ROCHA, Francisco Canais; LABAREDAS, Maria Rosalina, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo*, Lisboa, 1982.

RODRIGUES, Edgar, *Os Anarquistas e os Sindicatos. Portugal, 1911-1922*, Lisboa, Sementeira, 1981.

- *Breve História do Pensamento e das Lutas Sociais em Portugal*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1977.

- *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura. Portugal, 1922-1939*, Lisboa, Sementeira, 1981.

RODRIGUES, Manuel Augusto, *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, Coimbra, 1992.

RODRIGUES, Paulo Madeira, *Tesouros da caricatura Portuguesa (1856-1928)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1979.

RODRIGUES, Urbano, *A Vida Romanesca de Teixeira Gomes. Notas para o estudo da sua personalidade e da sua obra*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 1946.

RODRIGUES, Rodrigo, Álvaro de Castro. *Definição de sua personalidade política dentro da vida da República Portuguesa (especialmente colonial) de 1923-1925*, Famalicão, Minerva, 1949.

RODRIGUEZ GAYTON DE AYALA, Ana, “Elecciones y Elite Parlamentar en Cádiz, 1903-1923”, *Espacio, Tiempo y Forma. Historia Contemporánea*, 3 (1), 1990, pp. 265-290.

ROHE, Karl, *Elections, parties and political traditions: Social Foundations of German Parties and Party Systems, 1867-1987*, New York, Berg, 1990.

ROMERO SALVADÓ, Francisco J., “Spain and the First World War: The Structural Crisis of the Liberal Monarchy”, *European History Quarterly*, Vol. 25, London, SAGE, 1995, 529-554.

ROSAS, Fernando, *As primeiras eleições sob o Estado Novo. As eleições de Dezembro de 1934*, Lisboa, ed. «O Jornal», 1985.

- “União dos Interesses Económicos (UIE)”, in AA.VV., *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. II, s.l., Pub. Alfa, 1985, p. 304.

- “A crise do liberalismo e as origens do «Autoritarismo Moderno» e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope. Fazer e desfazer a História*, 1989, n.º 2, Fev. pp. 97-114.

- «2. O Estado Novo», in AA.VV., *Sociedade e Cultura Portuguesas - 2*, Maria José Ferro (Coord.), Lisboa, Universidade Aberta, 1990.

- (Coordenação de.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, «Nova História de Portugal», Vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, 1992.

- *O Estado Novo (1926-1974)*, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

- “Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949, uma candidatura em contraciclo” in Heloísa Paulo; Helena Pinto Janeiro, Coordenação de, *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 60 anos depois*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, pp. 9-16.

- (Coordenação), *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2009.

ROSMANINHO, Nuno, *Anadia durante a Primeira República (1910-1926). O Poder Local*, Anadia, Casa Rodrigues Lapa, 1993.

RUIZ MANJÓN, Octavio, *El Partido Republicano Radical, 1908-1936*, Madrid, Tebas, 1976.

RUIZ SÁNCHEZ, José Leonardo, *Política e Iglesia durante la Restauración, La Liga Católica de Sevilla (1901-1923)*, Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, 1994.

SAMARA, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

SANTANA, Emídio, *Memórias de um militante anarco-sindicalista. Tempos de luta, de adversidade e de esperança*, Lisboa, Perspectivas e realidade, 1987.

SANTOS, António Mário Lopes dos, *Torres Novas na Primeira República*, Torres Novas, Serviços Culturais da Câmara de Torres Novas, 1992.

SANTOS, Fernando Piteira, *Raul Proença e a «Alma Nacional». Da colaboração com António José de Almeida à ruptura*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1979.

- “Na transição do «constitucionalismo Monárquico» para o «constitucionalismo republicano»: a crise do Partido Republicano», *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, 1982, pp. 673-685.

SANTOS, Maria Alcina Afonso dos *A Imprensa Periódica no Distrito de Bragança durante a Primeira República (1910-1926)*, Museu do Abade de Baçal, 1988.

SANTOS, Miguel António Dias, *A Contra-revolução monárquica. Do Sidonismo à Monarquia do Norte*, Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

- “Os Monárquicos e o Sidonismo”, *História*, n.º 32, Ano XXIII (III Série), Janeiro, 2001, pp. 10-16.

- *Os Monárquicos e a República Nova*, Coimbra, Quarteto, 2003.

SARAIVA, Rute, “Dantas, Júlio (1876-1962)” in Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (Dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*, Vol I, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004, pp. 529-535.

SARDICA, José Miguel, “A Elite Política do Ministério da Regeneração (1851-1856)”, *História*, Ano XVII (Nova Série), n.º 3, Dezembro, 1994, pp. 44-57.

SARDICA, José Miguel, *A regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*, 2 volumes, Tese de Mestrado policopiada, FCSH - Universidade Nova de Lisboa, 1996.

- “Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)”, *Análise Social*, Vol. XXXII, n.º 142, 1997, pp. 557-601.

- “A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração”, *Análise Social*, Vol. XXXII, n.º 143-144, 1997, pp. 747-777.

- “«Leva da Morte (1918) e «Noite Sangrenta (1921)». Outubros Sangrentos da I República”, *História*, Ano XX (Nova Série), n.º 7, Outubro, 1998, pp. 16-21.

- “Sidonistas, Monárquicos e Republicanos. A «refundação» da República em 1919”, *História*, Ano XX (Nova Série), n.º 10, Janeiro, 1999, pp. 50-59.

- “Republicanism Laicista versus Conservadorismo Católico. «A Questão Religiosa» durante a I República”, *História*, Ano XX (Nova Série), n.º 11, Maio, 1999, pp. 40-49.

SARTORI, Giovanni, *Partidos y sistemas de partidos*, 2.^a edição, Madrid, Alianza Editorial, 1997.

SCOTT, Jonh, (ed.), *The Sociology of Elites*, 3 Vol., Aldershot e Brookfield, 1990.

SCHÄFER, Ansgar, “A ascensão de Hitler. O poder entre pelos conservadores”, *História*, III série, n.º 25, Lisboa, Maio, 2000, pp. 32-43.

SEABRA, Jorge; AMARO, António Rafael; NUNES, João Paulo Avelãs, *O C.A.D.C. de Coimbra. A Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 1993.

SEARLE, G. R., *The Liberal Party: Triumph and Disintegration, 1886-1929*, London, Macmillan Press, 1992.

SECO SERRANO, Carlos, *Alfonso XIII*, Madrid, Arlanza Ediciones, 2001.

- "El cerco de la Monarquía. La ruptura de los partidos dinásticos con Alfonso XIII durante la Dictadura de Primo de Rivera", *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Tomo CLXXIII, Cuaderno II, 1986, pp. 161-269.

SEILER, Daniel-Louis, "Une généalogie des organisations de partis", *Res Publica*, Belgian Journal for Political Science, Vol. XXVI, N.º 2, 1984, pp. 119-141.

- "De la classification des partis politiques" *Res Publica*, Belgian Journal for Political Science, Vol. XXVII, n.º 1, 1985, pp. 59-86.

SELDON, Anthon; BELL, Stuart, (ed. by), *Conservative Century: The Conservative Party Since 1900*, Oxford, Oxford University Press, 1994.

SEQUEIRA, José Reis, *Relembrando e comentando*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

SÉRGIO, António, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1972.

SERRA, Afonso, *Antecedentes Longínquos do «25 de Abril». História de um julgamento político. 10 de Abril de 1947*, Lisboa, Edições ASA, 1996.

SERRA, João B., "Elites locais e competição eleitoral em 1911", *Análise Social*, n.º 95, 1987, pp. 59-95.

- "As reformas da administração local de 1872 a 1910", *Análise Social*, n.º 103-104, 1988, pp. 1037-1066.

- "Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente" in António Reis (Direcção de), *Portugal Contemporâneo*, Vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 13-84.

- "Caldas da Rainha, 1887-1927", in *Terras de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993.

- "A República e a História", *História*, ano XVII (nova série), n.º 13, Outubro, 1995, pp. 4-11.

- *Introdução à História das Caldas da Rainha*, 2ª edição, Património Histórico, 1995.

- "Os poderes locais: Administração e política no 1.º quartel do século XX.", in César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 264-280.

- "O Estado liberal e os municípios (finais do século XX e primeiro quartel do século XX)" in *Poder Central, Poder Regional, Poder Local. Uma Perspectiva Histórica*, Coor. Luís Nuno Espinha da Silveira, Lisboa, Edições Cosmos, 1997pp. 99-112.

SERRA, João B.; MATOS, Luís Salgado de «Intervenções militares na vida política», *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, 1.º vol., 1982, pp. 1165-1195.

SFIKAS, Thanasis D., "A Tale of Parallel Lives: The Second Greek Republic and the Second Spanish Republic, 1924-36" *European History Quarterly*, Vol. 29, N.º 2, London, SAGE, 1999, pp. 217-250.

SIERRA, María, *La política del pacto. El sistema de la restauración a través del partido conservador sevillano (1874-1923)*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1996.

SILVA, Amaro Carvalho, *O Partido Nacionalista no Contexto do nacionalismo Católico (1901-1910). Subsídios para a História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

SILVA, Armando B. Malheiro da, “A escrita (vária) da história da I República Portuguesa”, *Ler História*, N.º 38, 2000, pp. 197-254.

- “Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar”, in *Revista de História das Ideias*, n.º 17, Universidade de Coimbra, 1995, pp. 349-404.

- “A República e o Reformismo democrático autoritário (1890-1926). Uma proposta interpretativa” in AA.VV., *Portugal – Brasil. Uma Visão Interdisciplinar do Século XX*, Coimbra, Quarteto, 2003, pp. 21-62.

- *Sidónio e Sidonismo*, 2 volumes, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

- “A Candidatura à Presidência da República do General Norton de Matos e o Boletim Eleições Livres no Distrito de Braga (1949)” in Heloísa Paulo; Helena Pinto Janeiro, (Coordenação de), *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 60 anos depois*, Lisboa, Edições Colibri, 2010, pp. 60.

SILVA, Célia, et al., *A elite política eborense no início do séc. XX*, Seminário de História Económica, trabalho pol., Évora, Universidade de Évora, 1994/1995.

SILVA, Francisco Ribeiro da, *Os Deputados pelo Distrito de Aveiro às Constituintes de 1911*, separata da Revista «Aveiro e o seu Distrito», 1980.

SILVA, João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.

- “O Clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido reconstituente (1920-1923)”, *Análise Social*, Vol. XXXII, n.º 140, 1997, pp. 31-74.

SILVA, Maria de Jesus Souza de Oliveira, “As elites locais e a sua influência nos finais do século XIX. Um exemplo: Domingos Joaquim de Silva Visconde de Salreu (1854-1936)”, *Al-Vária*, Arquivo de estudos regionais, tomo I (1-2), Museu Regional de Oliveira de Azeméis, 1994, pp. 279-348.

SILVA, Maria Isabel Alarcão e, *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo, 1945-48*, Lisboa, Tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do século XX), FCSH/UNL, 1994.

SILVA, Orlando da, *Manuel Laranjeira: vivências e imagens de uma época*, Vergada, edição do autor, 1992.

SIMÕES, J. Simões, *Braga. Grito de Liberdade. História possível de meio século de resistência*, Braga, Governo Civil do Distrito de Braga, 1999.

SINNOTT, Richard, *Irish Voters Decide. Voting Behavior in Election and Referendums in Ireland, 1918-92*, Manchester, Manchester University Press, 1993.

SOARES, João, (Recolha e organização), *A revolta da Madeira, Açores e Guiné. 4 de Abril a 2 de Maio de 1931, Documentos*, Lisboa, Perspectivas e realidades, 1979.

SOARES, Mário, “Um jovem comunista em campanha por Norton. Entrevista a Mário Soares, 60 anos depois” in Heloísa Paulo; Helena Pinto Janeiro, (coordenação de), *Norton de Matos e as eleições presidenciais de 1949 60 anos depois*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

SOBRAL, José Manuel; ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Caciquismo e Poder Político. Reflexões em torno das eleições de 1901”, *Análise Social*, n.º 72-73-74, 1982, pp. 649-671.

SOUSA, Amadeu José Campos, *Braga do entardecer da monarquia ao tempo da 1ª República – Abordagem de História Política*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2002.

- *Braga do entardecer da monarquia ao tempo da 1ª República – (1890-1926)*, Braga, Edições Casa do Professor, 2004.

SOUSA, Jorge Pais de, *Bissaya Barreto. Ordem e Progresso*, Coimbra, Minerva História, 1999.

SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983.

SOUSA, Manuel Joaquim de, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, (1.ª Edição, Lisboa, 1931), 1974.

- *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*, Lisboa, Antígona, 1989.

STOCK, Maria José, (Coordenadora), *Velhos e novos actores políticos. Partidos e movimentos sociais*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005.

SUÁREZ CORTINA, Manuel, *El Reformismo en España. Republicanos y Reformistas bajo la Monarquía de Alfonso XIII*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1986.

- (Ed.), *La Restauración entre el liberalismo y la democracia*, Madrid, Alianza, 1997.

- (Ed.), *La crisis del Estado liberal en la Europa del Sur*, Santander, Sociedad Menéndez Pelayo, 2000.

TANNER, Duncan; THANE, Pat; TIRATSOO, Nick, (Edited by), *Labour's 1st Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

TEIXEIRA, Nuno Severiano; Pinto, António Costa (Coordenadores), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

TELO, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Lisboa, 1977.

- *Decadência e queda da I República Portuguesa*, vol. I, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

- *Decadência e queda da I República Portuguesa*, vol. II, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984.

TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

- “Os caminhos da Unidade Democrática contra o Estado Novo”, in *Revista de História das Ideias*, n.º 16, Universidade de Coimbra, 1994, pp. 387-431.

TORGAL, Luís Reis, *António José de Almeida e a República. Discurso de uma vida ou vida de um discurso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.

TORGAL, Luís Reis; CHORÃO, Luís Bigotte, (Coor.), *O 28 de Maio – oitenta anos depois: Contributos para uma Reflexão*, Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX da Universidade de Coimbra, 2007.

TORRES, Ana Paula Teixeira, *As elites políticas de Oeiras (1908-1926) um contributo para o seu estudo*, Tese Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1999.

TRAVESSA, Elisa Maria Mendes das Neves, *Jaime Cortesão: política, história e cidadania: 1884-1940*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

TRICE, Thomas G., *Spanish Liberalism in Crisis. A study of the Liberal Party during Spain's Parliamentary Collapse, 1913-1923*, New York & London, Garland Publishing, Inc, 1991.

TRINDADE, Luís, “A burguesia comercial na ascensão e na consolidação do Salazarismo. O velho comércio no Estado Novo”, *História*, Ano XX, Nova Série, número 3, Junho, 1998, pp. 54-63.

- *História da Associação Comercial de Lisboa. Da Fundação Nacionalista à Integração Europeia*, Lisboa, Câmara de Comércio e Indústria/Associação Comercial de Lisboa, 2000.

TUÑÓN DE LARA, Manuel, *Poder e Sociedad en España, 1900-1931*, Madrid, Espasa Calpe, 1992.

TUSELL, Javier, *Oligarquía y caciquismo en Andalucía (1890-1923)*, Barcelona, Planeta, 1976.

- *La crisis del caciquismo Andaluz (1923-1931)*, Barcelona, Planeta, 1977.

- “El sistema caciquil andaluz comparado con el de otras regiones”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, C.I.S., n.º 2, Abril-Junio, 1978, pp. 7-19.

TUSELL, Javier; QUEIPO DE LLANO, Genoveva, *Alfonso XIII*, Madrid, Taurus, 2001.

VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, 2.ª Edição, Lisboa, Moraes Editores, 1982.

- “Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, *Análise Social*, Vol. XXVII, n.º 115, 1992, pp. 7-63.

- *A «República Velha» (1910-1917). Ensaio*, Lisboa, Gradiva, 1997.

VALÉRIO, Nuno, *As Finanças Públicas Portuguesas entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

- (Coord.), *As Finanças Públicas no Parlamento Português. Estudos preliminares*. Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2001.

- (Coord.), *Os Impostos no Parlamento Português*, Lisboa, Dom Quixote/Assembleia da República, 2006.

- (Coord.), *Os Orçamentos no Parlamento Português*, Lisboa, Dom Quixote/Assembleia da República, 2006.

VARELA ORTEGA, José, *Los amigos políticos. Partidos elecciones y caciquismo en la Restauración (1875-1900)*, Madrid, Alianza, 1977.

- “Orígenes e desarrollo de la democracia”, *Ayer*, n.º 28, 1997, pp. 29-60.

- (Director), *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

VARELA ORTEGA, José; MEDINA PEÑA, Luís, *Elecciones, alternancia y democracia. España-México, una reflexión comparativa*, Biblioteca Nueva. Madrid, 2000.

VAZ, Ângelo, *Bernardino Machado. Sentimentos, ideias e factos do seu tempo*, Porto, 1950.

VEGA GARCÍA, Pedro de, “Gaetano Mosca y el problema de la responsabilidad social del intelectual”, *Estudios de Ciencia Política y Sociología*, Homenaje al Profesor Carlos Ollero, Madrid, Gráficas Carla Vilhun, 1972, pp. 879-903.

VEIGA, Carlos Jorge Fernandes Mota, *Elites em Viseu (1908-1926). Mudança e permanência*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

VENTURA, António, *O imaginário seareiro: ilustradores e ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

- *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*, Portalegre, Câmara Municipal de Portalegre, 1991.
- “As ideias políticas e a intervenção cívica de José Régio”, in *Revista de História das Ideias*, n.º 16, Universidade de Coimbra, 1994, pp. 235-282.
- “Memórias... Pim!”, *História*, n.º 50, Novembro, 2002, pp. 68-69.
- *Memórias da resistência. Literatura autobiográfica da resistência ao Estado Novo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

VICENTE, António Pedro (Intr. e selecção de textos), *Imagens da Propaganda Republicana. Museu República Arlindo Vicente*, Câmara Municipal de Aveiro, 1999.

VIDIGAL, Luís, *Cidadania, Caciquismo e Poder. Portugal, 1890-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

VIEIRA, Alexandre, *Em Volta da minha profissão*, Lisboa, Edição do autor, 1950.
- *Para a história do sindicalismo em Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, Seara Nova, 1974.

VIEIRA, Maria Manuel, “Elites? Classes Superiores? Classes Dominantes? Reflexões em torno de conceitos”, in AA.VV., *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia, Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 1993, pp. 568-584.

VILAÇA, Alberto, *Para a História remota do PCP em Coimbra 1921-1946*, Lisboa, Edições Avante, 1997.

- “O jornal republicano clandestino A Verdade”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 23, 2002, pp. 449-470.
- *Resistências Culturais e políticas nos primórdios do salazarismo*, Porto, Campo das letras, 2003.

WEBER, Max, *Economia e Sociedade*, 2 vol. México, FCE, (1.ª edição alemã 1922), 1969.

- *A política como profissão*, Edições Universitárias lusófonas, Lisboa, (1.º edição 1919), 2000.

WHEELER, Douglas L., *História Política de Portugal 1910-1926*, Mem Martins, Pub. Europa-América, s.d..

- *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, Mem Martins, Publicações Europa América, 1988.